PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

FERNANDO PARUCKER DA SILVA, brasileiro, natural de Joinville, Santa Catarina, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Paraná, à Rua Ermelino de Leão, nº 1097, Apartamento 41, Edificio Renoir, Olarias, CEP 84035-000, portador da CI/RG nº 2/R 188.527, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e CPF nº 248.710.109-10 e **FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Paraná, a Rua Jacinto Lozza, nº 65, Vila Estrela, CEP 84050-120, portador da CI/RG nº 2/R 3.804.296, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e CPF nº 006.538.939-57; únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, com sede e foro em Ponta Grossa, Paraná, à Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1462, Cara-Cara, CEP 84032-300, inscrita no CNPJ sob nº 02.816.696/0001-54, com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41204001041, por despacho em 26/10/1998, Primeira Alteração Contratual arquivada sob nº 990394018 em 25/02/1999, Segunda Alteração Contratual arquivada sob nº 000863068 em 19/04/2000, Terceira Alteração Contratual arquivada sob nº 20013122517 em 13/12/2001, Quarta Alteração Contratual arquivada sob nº 20040302644 em 17/05/2004, Quinta Alteração Contratual arquivada sob nº 20070492930 em 01/03/2007 e Sexta Alteração Contratual arquivada sob nº 20202449190 em 08/06/2020, resolvem de comum acordo **alterar e consolidar** o contrato primitivo conforme as cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: O endereço da sede passa a ser em **Ponta Grossa, Paraná, à Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Cará-Cará, CEP 84032-300**

CAPITULO II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

FERNANDO PARUCKER DA SILVA, brasileiro, natural de Joinville, Santa Catarina, casado sob regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Paraná, à Rua Ermelino de Leão, nº 1097, Apartamento 41, Edificio Renoir, Olarias, CEP 84035-000, portador da CI/RG nº 2/R 188.527, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/728930062034778495 46

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-1
Data: 30/06/2020 14:43:41
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73443-QU3N;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

Catarina e CPF nº 248.710.109-10; e **FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Paraná, a Rua Jacinto Lozza, nº 65, Vila Estrela, CEP 84050-120, portador da CI/RG nº 2/R 3.804.296, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de Santa Catarina e CPF nº 006.538.939-57; únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial de **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, com sede e foro em Ponta Grossa, Paraná, à **Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Cara-Cará, CEP 84032-300**, inscrita no CNPJ sob nº 02.816.696/0001-54, com Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41204001041, por despacho em 26/10/1998, Primeira Alteração Contratual arquivada sob nº 990394018 em 25/02/1999, Segunda Alteração Contratual arquivada sob nº 000863068 em 19/04/2000, Terceira Alteração Contratual arquivada sob nº 20013122517 em 13/12/2001, Quarta Alteração Contratual arquivada sob nº 20040302644 em 17/05/2004, Quinta Alteração Contratual arquivada sob nº 20070492930 em 01/03/2007 e Sexta alteração Contratual arquivada sob nº 20202449190 em 08/06/2020 resolvem de comum acordo, **consolidar** o citado instrumento conforme clausulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial de **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, tendo sua sede e foro em **Ponta Grossa, Paraná, à Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Cará-Cará, CEP 84032-300**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto empresarial o **ramo de distribuidora de medicamentos, produtos e equipamentos de consumo médico hospitalar, ortopédicos, odontológicos, laboratoriais, oftalmológicos, materiais de higiene, limpeza, cosméticos, perfumaria e produtos químicos.**

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em **01 de Novembro de 1998**.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, assim distribuído aos sócios quotistas:

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/728930062034778495 46

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-2
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73444-S5WW;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL (R$)	PERCENTUAL
Fernando Parucker da Silva	1.960.000	1.960.000,00	98,00%
Fernando Parucker da Silva Junior	40.000	40.000,00	2,00%
TOTAL	**2.000.000**	**2.000.000,00**	**100,00%**

CLÁUSULA QUINTA - A sociedade poderá, quando servir aos seus interesses, abrir filiais, agências ou escritórios, destacando ou não para estas uma parte de capital social da matriz.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de sua quota, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - As deliberações sociais serão tomadas:

I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos de modificação do contrato social e da aprovação de incorporação, de fusão e de dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação (art. 1.076, I, c/c art. 1.071, V e VI, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

II - pelos votos correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social, no caso de destituição de sócio nomeado administrador no contrato (art. 1.063, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

III - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos de designação dos administradores, quando feita em ato separado, de destituição dos administradores, o modo de sua remuneração e para o pedido de concordata (art. 1.076, II, c/c art. 1.071, II, III, IV e VIII, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002);

IV - pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada (art. 1.076, III, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002).

CLÁUSULA OITAVA - As deliberações dos sócios serão tomadas exclusivamente em reunião. A reunião será convocada pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. A reunião também poderá ser convocada por sócio, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos em lei ou no contrato, ou por titulares de mais de um quinto do capital, quando não atendido, no prazo de oito dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias tratadas. Os sócios serão convocados para a reunião através de correspondência, devidamente protocolada, na qual

Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893006203477849546

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-3
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73445-5MYS;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

será dada ciência do local, data, hora e ordem do dia. A convocação deverá mediar, entre a data da cientificação do sócio e a da realização da reunião, o prazo mínimo de 8 (oito) dias, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias, para a segunda convocação, permitidas as convocações para a mesma data, com intervalo de horário de 30 (trinta) minutos. A reunião instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número. A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela. É obrigatória a realização de uma reunião ordinária anual, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de: I) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o inventário, balanço patrimonial e o de resultado econômico; II) designar administradores, quando for o caso; III) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia. Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, os documentos relativos à prestação de contas devem ser postos, por escrito, e com prova de respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA NONA - Ficam designados como administradores, dispensados de prestação de caução, os sócios **FERNANDO PARUCKER DA SILVA** e **FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR**, competindo-lhes privativa e individualmente o uso do nome empresarial e a representação ativa e passiva, extrajudicial e judicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o emprego de seus poderes em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios. Poderão ser designados outros administradores em ato separado, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - Os administradores declaram não estar impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda, que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, a fé publica ou a propriedade, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência e contra as relações de consumo.

Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893006203477849546

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-4
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73446-1ZZJ;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

CLÁUSULA DÉCIMA - È resguardado ao(s) administrador(es) o direito de retirada mensal a título de pro labore, que será fixado em comum acordo pelos sócios em reunião anual, e registrado como despesa na escrituração contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo, a 31 de dezembro de cada ano, ser levantado o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico da sociedade com observância das prescrições legais. Os resultados serão divididos desproporcionalmente a participação de cada sócio no capital. Os sócios detentores de votos correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social poderão deliberar sobre a distribuição dos lucros ou a sua manutenção em reserva da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá oferecer suas quotas à aquisição pela própria empresa ou pelos outros sócios, mediante carta com recibo de entrega na cópia ou através do registro de títulos e documentos, com prazo de 90 (noventa) dias, indicando o preço e as condições da oferta, para que os mesmos se manifestem sobre a aquisição. Recusada a proposta ou vencido este prazo para o exercício do direito de preferência sem resposta, só então ficará o socio autorizado a transferir suas quotas a terceiros, porém, mantendo as condições acima ofertadas, ou pedir sua retirada ou afastamento, devendo, neste ultimo caso, a apuração de seus haveres ser realizada e paga na forma prevista na cláusula décima quinta do Contrato Social. Se mais de um sócio manifestar interesse na aquisição das quotas, serão elas distribuídas entre os interessados na proporção em que participem no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A sociedade só se dissolverá por deliberação de sócios detentores de três quartos do capital social ou nos casos previsto em lei. Dissolvida a sociedade, os sócios elegerão, na forma da cláusula sétima do Contrato Social, um liquidante, prescrevendo-lhe a forma de realização do ativo e de liquidação do passivo para final partilha do acervo líquido, na proporção das quotas que possuíam na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O sócio minoritário que não mais desejar permanecer na sociedade ou discordar de qualquer deliberação tomada pela maioria, não poderá arguir a sua dissolução, cabendo-lhe optar entre permanecer na sociedade ou exercer o seu direito de retirada, mediante a apuração de seus

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893006203477849546

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-5
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73447-PMIA;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

haveres, que serão levantados na forma da cláusula décima quinta do Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Não obstante ajustada por prazo indeterminado, a sociedade não se dissolverá nem entrará, consequentemente, em liquidação por retirada ou incapacidade civil superveniente de qualquer dos sócios, verificando-se qualquer desses eventos e também na hipótese de exclusão por justo motivo, que é expressamente admitida e poderá ser deliberada por sócios detentores de mais da metade do capital social, operando-se por simples alteração contratual, os haveres do sócio que se retirar, for declarado interditado ou que da sociedade venha a ser excluído, serão correspondentes à parcela do patrimônio líquido, correspondente à participação do sócio no capital social segundo balanço social, especialmente levantado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, e serão pagos em 12 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 120 (cento e vinte) dias contados da formalização da retirada em alteração do contrato social. O valor será atualizado pelo rendimento da caderneta de poupança, entre a data de formalização da retirada e o efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A sociedade também não se dissolverá nem entrará em liquidação por morte de qualquer dos sócios. Verificando-se esse evento, os herdeiros e sucessores do sócio falecido ficarão sub-rogados nos seus direitos e obrigações, podendo eleger dentre seus membros representante para atuar junto à sociedade, com direito a voto nas deliberações sociais, computadas as quotas do falecido, enquanto indiviso o quinhão respectivo. Após a atribuição desse quinhão, ficará facultado aos sucessores do sócio falecido o ingresso no quadro social, por deliberação dos detentores de mais da metade do capital social, aí compreendida a parcela adquirida por esses mesmos sucessores, que terão direito a voto. Não ocorrendo ingresso dos sucessores na sociedade, por vontade própria ou por deliberação dos sócios detentores de mais da metade do capital social, seus haveres serão apurados e pagos na forma prevista na cláusula décima quinta do Contrato Social. Se nenhum dos sucessores ingressar na sociedade, vindo, eventualmente, a sociedade a ficar apenas com um sócio, este poderá, visando sua preservação, livremente nela fazer admitir novo(s) membro(s), solução também válida para as hipóteses de retirada ou exclusão de sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os sócios declaram não estar impedidos de participar da sociedade, não incorrendo em nenhuma proibição legal.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893006203477849546

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-6
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73448-BLPE;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 02.816.696/0001-54
NIRE 41204001041

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Conforme o art. 1.053, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sobre os casos não regulados neste contrato, deverão ser aplicadas disposições constantes no capítulo que trata da sociedade limitada no referido diploma, e na omissão deste, também prevalecem as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLAUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o foro de Ponta Grossa, Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento, juntamente com 2 (duas) testemunhas, em apenas 1 (uma) via, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Ponta Grossa, 08 de Junho de 2020.

FERNANDO PARUCKER DA SILVA

FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR

TESTEMUNHAS:

JULIANO KOBELLACHE
CI/RG 7.845.191-2 PR.

GILSIMAR LAZAI
CI/RG 8.187.696-7 PR

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893006203477849546

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-7
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73449-4YO9;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

2º Tabelionato de Notas - Titular: Dr. Glauco Motti Correia
Rua XV de Novembro, 500 - Ponta Grossa - Paraná - Fone: (42) 3223-4059 - e-mail: 2tebpg@gmail.com
406vh.At8Q5.lvpw9 - KhHLn.bFYHn
Consulte o selo em http://www.funarpen.com.br
Reconheço como VERDADEIRA ou AUTÊNTICA a(s) firma(s) de: FERNANDO PARUCKER DA SILVA e FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR do que dou fé. Em test° da verdade.
00213539(001-000380827)
Ponta Grossa, 09 de junho de 2020
Glauco Motti Correia - Tabelião
Samantha Telles de Oliveira
Esc. Juramentada

Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/728930062034778495 46

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-8
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73450-E16G;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, JULIANO KOBELLACHE, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 055856, expedida em 16/11/2011, inscrito no CPF n° 00577414925, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00577414925	055856	JULIANO KOBELLACHE

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/06/2020 08:10 SOB N° 20202716996.
PROTOCOLO: 202716996 DE 12/06/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002494124. NIRE: 41204001041.
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 18/06/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1°, 3° e 7° inc. V 8°, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893006203477849546

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 72893006203477849546-9
Data: 30/06/2020 14:43:42
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD73451-5AGW;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PONTAMED FARMACEUTICA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/06/2022 08:51:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 72893006203477849546-1 a 72893006203477849546-9
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bdde876c325293ef497ab69238ea7f43eacef5ae9a9a4646a398057f00b8a1b49c4e39255a98b5f1f5030b4f95a7fb82cc4c42505a03f2e969b4c0a97ee9b34e7

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

FREDERICO MENEZES DA SILVA FARIAS LTDA / 035.539.317/0001-85
25351.713577/2020-88 / 3095365
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2418022200

ARAYA EXPRESS EIRELI EPP / 027.049.737/0001-55
25351.583139/2020-89 / 3095197
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2009364201

IMPERIO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 034.775.311/0001-44
25351.592200/2020-89 / 3095257
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2037472200

MS DE ARAUJO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA / 026.300.858/0001-65
25351.592216/2020-91 / 4022072
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2037511205

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. / 002.520.829/0003-02
25351.578285/2020-92 / 8203163
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1995129208

MS DE ARAUJO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA / 026.300.858/0001-65
25351.592294/2020-96 / 8203331
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2037648201

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.754, DE 30 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

TID IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 028.303.604/0001-26
25351.671432/2020-01 / 4022177
7187 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE CLASSE / 2418146201

MAISON VISAGE COSMETIQUE LTDA / 003.747.054/0001-03
25351.034915/2003-11 / 2035892
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2118109202

Skin Ink Comercial LTDA / 036.698.362/0001-45
25351.666271/2020-25 / 8203471
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2387995201

MEDIFARR PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA. / 007.540.203/0001-10
25351.668803/2012-26 / 8091871
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2089614200
25351.668803/2012-26 / 8091871
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2089360208

TID IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 028.303.604/0001-26
25351.671481/2020-35 / 3095396
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2418169201

ELVIS ROBERTO MATOS DE SOUZA / 031.597.128/0001-08
25351.665686/2019-48 / 8194081
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2118049200

ALIANCA MED COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 037.086.334/0001-30
25351.601460/2020-52 / 1240610
7260 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2118110201

Eimports Comercio Importação e Exportação LTDA / 011.971.581/0001-25
25351.602706/2012-55 / 8090680
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2118063202

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 007.897.039/0001-00
25351.476701/2006-61 / 8034960
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2418081206

TID IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 028.303.604/0001-26
25351.671334/2020-65 / 8203484
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2418145204

MARINGA HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 007.396.733/0001-36
25023.154488/2008-97 / 3039139
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2118155204

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.755, DE 30 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

NSB DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI / 026.657.071/0001-55
25351.583165/2020-15 / 1240501
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2009396201

MLJ DISTRIBUIDORA LTDA / 036.403.055/0001-90
25351.621290/2020-22 / 1240490
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2132271208

EVOLUCAO WEB LOGISTICA E SERVICOS LTDA / 025.257.306/0001-59
25351.587636/2020-56 / 1240546
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2023299209

RODONAVES TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA / 044.914.992/0027-77
25351.601220/2020-58 / 1240581
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2072136202

GSB TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA / 036.548.171/0001-05
25351.583204/2020-76 / 1240515
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2009439201

VELOZTER TRANSPORTES LTDA - ME / 014.536.532/0001-52
25351.358221/2020-77 / 1240637
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1670125209

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.756, DE 30 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

MARINGA HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 007.396.733/0001-36
25351.697767/2015-02 / 1148357
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2118156201

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA / 002.816.696/0001-54
25023.030016/2003-61 / 1214168
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2179645201

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 33, DE 30 DE JULHO DE 2020

Nos termos do § 1º, do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO o recurso interposto pela proponente Amok Produções Ltda, CNPJ nº 04.373.093/0001-50, nos autos do Processo nº 72031.005143/2020-11, e CONCEDO-LHE PROVIMENTO PARCIAL, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural e reconhecendo a prescrição da inabilitação e a imprescritibilidade do ressarcimento do valor nominal de R$ 12.000,00 (doze mil reais) ao erário, conforme o art. 57 da IN 02/2019 e o §5º, do art. 37 da Constituição Federal, com base nas razões contidas no Parecer nº 00413/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania, no Parecer Técnico 113/2020/SE/SGFT/DEFNC/CGPC-CAF 2 e no Ofício nº 142/2020/SE/SGFT/DEFNC/CGPC-INCENTIVO/MC, ambos da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências da Secretaria Executiva daquela Pasta, bem como na Nota nº 000710/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania, e no exposto no Despacho nº 00464/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS
Ministro

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72890308203945594814

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 72890308203945594814-1
Data: 03/08/2020 11:17:43
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKH44441-AGAU;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DISACRE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA DO COMÉRCIO, Nº 279, LOJA 02
BAIRRO: NOVA ESTAÇÃO CEP: 69912000 - RIO BRANCO/AC
CNPJ: 05.888.612/0001-86
PROCESSO: 25351.526113/2014-65 AUTORIZ/MS: 1.11720.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BENTES SOUSA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA PAULO FRONTIN, 217
BAIRRO: Monte Castelo CEP: 65031360 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 63.424.121/0001-80
PROCESSO: 25351.507565/2014-68 AUTORIZ/MS: 1.11721.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TG Transportes Gerais e Distribuição Ltda
ENDEREÇO: Av. Brasil, 23
BAIRRO: Jardim América CEP: 29140490 - CARIACICA/ES
CNPJ: 03.562.929/0010-93
PROCESSO: 25351.530055/2014-72 AUTORIZ/MS: 1.11741.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MAJELA HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA IBITINGA 609
BAIRRO: ALTO DA MOOCA CEP: 03186020 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.483.928/0003-61
PROCESSO: 25351.468969/2014-77 AUTORIZ/MS: 1.11319.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA URUGUAI, 1538E
BAIRRO: MARIA GORETTI CEP: 89801447 - CHAPECÓ/SC
CNPJ: 85.247.385/0001-49
PROCESSO: 25351.528260/2014-86 AUTORIZ/MS: 1.11719.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: 4M BR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTO E MATERIAL HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA FARMACÊUTICO JOSÉ ALVES, Nº 115
BAIRRO: TANQUE DA NAÇÃO CEP: 44015730 - FEIRA DE SANTANA/BA
CNPJ: 10.013.864/0001-00
PROCESSO: 25351.516416/2014-86 AUTORIZ/MS: 1.11722.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PROVINCE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: R GENERAL DESCHAMPS CAVALCANTI, 53
BAIRRO: FABRICA CEP: 36080220 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 01.199.596/0001-63
PROCESSO: 25351.531161/2014-90 AUTORIZ/MS: 1.11735.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE N° 3.642, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: DISLAB COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA.
ENDEREÇO: RUA GENERAL AUGUSTO SOARES DOS SANTOS, N° 221
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 14095240 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 10.877.246/0001-08
PROCESSO: 25351.405873/2013-16 AUTORIZ/MS: 1.23568.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: EQUILIBRIUM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP
ENDEREÇO: Avenida Perimetral Q 09 L 114 E Lojas 01 e 02 n 2136
BAIRRO: Setor Coimbra CEP: 74533020 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 07.642.426/0001-98
PROCESSO: 25351.448614/2012-19 AUTORIZ/MS: 1.23242.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: UTILDROGAS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, N° 1.348
BAIRRO: CENTRO CEP: 65900550 - IMPERATRIZ/MA
CNPJ: 01.072.835/0005-43
PROCESSO: 25351.306469/2013-39 AUTORIZ/MS: 1.23411.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: SM EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida Pierre Simon de Laplace, nº 751, Galpões 5 e 6, Quadra A, Condomínio Tech Point
BAIRRO: Loteamento Fechado Techno Park CEP: 13069320 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 44.015.477/0005-40
PROCESSO: 25351.607194/2013-71 AUTORIZ/MS: 1.23595.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRANSJORI TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: Rua João Ranieri, nº 321
BAIRRO: Bonsucesso CEP: 07177120 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 64.666.936/0001-39
PROCESSO: 25351.177830/2006-79 AUTORIZ/MS: 1.21723.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
ENDEREÇO: AV. JOÃO PESSOA 6886
BAIRRO: PARANGABA CEP: 60030170 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 01.206.820/0014-11
PROCESSO: 25000.032244/99-78 AUTORIZ/MS: 1.20707.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: UTILDROGAS DISTRIBUIDORA DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA TIMBIRAS COM RUA AIMORÉS, QUADRA 26, LOTE 01-E, GALPÃO 03
BAIRRO: JARDIM ELDORADO CEP: 74993170 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 01.072.835/0001-10
PROCESSO: 25351.024922/01-71 AUTORIZ/MS: 1.21029.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE N° 3.643, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
ENDEREÇO: AV. ARY MIGUEL DA SILVEIRA , Nº 391
BAIRRO: JARDIM ELDORADO CEP: 88133531 - PALHOÇA/SC
CNPJ: 05.531.725/0001-20
PROCESSO: 25351.620815/2013-02 AUTORIZ/MS: 1.23547.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PREMED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA 16 Nº 198, QUADRA 40, LOTE 10
BAIRRO: JARDIM SANTO ANTONIO CEP: 74853290 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 11.229.843/0001-80
PROCESSO: 25351.129286/2010-04 AUTORIZ/MS: 1.22538.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
ENDEREÇO: RUA KANEBO, 175 - Galpões C10 e 11 - Partes
BAIRRO: Jardim Industrial CEP: 13213090 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 54.516.661/0036-23
PROCESSO: 25351.077926/2008-08 AUTORIZ/MS: 1.22046.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CM HOSPITALAR LTDA.
ENDEREÇO: RUA VEREADOR KAVEFFES ABRAÃO, Nº. 365.
BAIRRO: NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO CEP: 75707230 - CATALÃO/GO
CNPJ: 12.420.164/0003-19
PROCESSO: 25351.415440/2011-09 AUTORIZ/MS: 1.22917.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
ENDEREÇO: AV. SEBASTIÃO LEMES VIANA, QUADRA 10 - LOTE 4 - GALPÃO b
BAIRRO: PQ IND APARECIDA DE GOIÂNIA CEP: 74993550 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 03.560.974/0009-75
PROCESSO: 25351.444676/2011-11 AUTORIZ/MS: 1.23007.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: Laboratórios Bagó do Brasil S/A
ENDEREÇO: Av. Talma Rodrigues Ribeiro, 147 - Galpão 3A - Sala 20
BAIRRO: Portal de Jacaraípe CEP: 29173795 - SERRA/ES
CNPJ: 04.748.181/0007-85
PROCESSO: 25351.559182/2012-11 AUTORIZ/MS: 1.23260.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: SAL express soluções logistica e transporte ltda - epp
ENDEREÇO: Rua Manoel Rezende Silva
BAIRRO: REZENDE CEP: 37062840 - VARGINHA/MG
CNPJ: 86.392.529/0004-66
PROCESSO: 25351.493754/2013-12 AUTORIZ/MS: 1.23503.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TOPMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME
ENDEREÇO: Rua Mossoro Quadra 48 Lote 12
BAIRRO: Jardim Luz CEP: 74915170 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 08.257.493/0001-51
PROCESSO: 25351.433736/2012-12 AUTORIZ/MS: 1.23177.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda
ENDEREÇO: Avenida João Sacavém, 318 Salas 201,202,204,206 e 207
BAIRRO: Centro CEP: 88375000 - NAVEGANTES/SC
CNPJ: 12.573.787/0001-60
PROCESSO: 25351.350051/2013-12 AUTORIZ/MS: 1.23447.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.
ENDEREÇO: RODOVIA BR116 - N. 2555, KM 06 MODULO 05
BAIRRO: CAJAZEIRAS CEP: 60864012 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 05.598.984/0001-78
PROCESSO: 25016.290631/2003-13 AUTORIZ/MS: 1.21299.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO FERDINANDO LONZINA, Nº 162
BAIRRO: BELA VISTA CEP: 99700000 - ERECHIM/RS
CNPJ: 14.905.502/0001-76
PROCESSO: 25351.280044/2012-13 AUTORIZ/MS: 1.23140.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DISLAB COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA.
ENDEREÇO: RUA GENERAL AUGUSTO SOARES DOS SANTOS, N° 221

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
REPRODUÇÃO PROIBIDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014092200098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72890308203945594814

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 72890308203945594814-2
Data: 03/08/2020 11:17:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKH44442-UNDV;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 14095240 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 10.877.246/0001-08
PROCESSO: 25351.405873/2013-16 AUTORIZ/MS: 1.23568.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: EQUILIBRIUM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP
ENDEREÇO: Avenida Perimetral Q 09 L 114 E Lojas 01 e 02 n 2136
BAIRRO: Setor Coimbra CEP: 74533020 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 07.642.426/0001-98
PROCESSO: 25351.448614/2012-19 AUTORIZ/MS: 1.23242.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MAXIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: Q 104 SUL RUA SE 05 LT 33 (ACSE I CONJ 04)
BAIRRO: PLANO DIRETOR SUL CEP: 77020018 - PALMAS/TO
CNPJ: 06.366.038/0001-69
PROCESSO: 25351.189966/2006-21 AUTORIZ/MS: 1.21780.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV JOSE SEVERINO 3530
BAIRRO: VEREDA DOS BURITIS CEP: 75709616 - CATALÃO/GO
CNPJ: 04.027.894/0003-26
PROCESSO: 25351.448656/2009-24 AUTORIZ/MS: 1.22370.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PBMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE CAFÉ FILHO, 1046-A
BAIRRO: LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA CEP: 58310000 - CABEDELO/PB
CNPJ: 11.323.800/0001-60
PROCESSO: 25351.315247/2010-26 AUTORIZ/MS: 1.22581.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PACLIMED PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: SIA QD 5C ÁREA ESPECIAL 12 SALAS 204/205
BAIRRO: GUARÁ CEP: 71255130 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 12.294.499/0001-76
PROCESSO: 25351.104893/2012-30 AUTORIZ/MS: 1.23135.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FAXE CARGO - TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA MOMBAÇA, Nº. 174
BAIRRO: PARQUE UIRAPURU CEP: 07230400 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 08.755.435/0001-58
PROCESSO: 25351.371663/2010-32 AUTORIZ/MS: 1.22592.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: Laboratórios Bagó do Brasil S/A
ENDEREÇO: Av. Talma Rodrigues Ribeiro, 147 Galpão 3A - Sala 18
BAIRRO: Portal de Jacaraípe CEP: 29173795 - SERRA/ES
CNPJ: 04.748.181/0008-66
PROCESSO: 25351.559196/2012-32 AUTORIZ/MS: 1.23261.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
ENDEREÇO: rua da saudade nº 45-A
BAIRRO: CAMPO DA MOGIANA CEP: 37701331 - POÇOS DE CALDAS/MG
CNPJ: 67.729.178/0004-91
PROCESSO: 25351.478975/2009-32 AUTORIZ/MS: 1.22375.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PHARMASAIS DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BELMIRO AMORIM, QD. 54, LOTE 17/18, Nº 1087 A e B - SANTA LÚCIA
BAIRRO: TABULEIRO CEP: 57082000 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 03.674.837/0001-04
PROCESSO: 25351.672801/2010-38 AUTORIZ/MS: 1.22750.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: UTILDROGAS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA 13 DE MAIO, N° 1.348
BAIRRO: CENTRO CEP: 65900550 - IMPERATRIZ/MA
CNPJ: 01.072.835/0005-43
PROCESSO: 25351.306469/2013-39 AUTORIZ/MS: 1.23411.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CBS HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA FERNÃO DIAS BR 381, KM 926
BAIRRO: PONTE DE ZINCO CEP: 37655000 - ITAPEVA/MG
CNPJ: 11.000.574/0001-86
PROCESSO: 25351.488023/2011-40 AUTORIZ/MS: 1.22943.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: J. K. MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO MOISES SAAD, N°570
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 44095230 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 06.058.454/0001-08
PROCESSO: 25351.457867/2008-40 AUTORIZ/MS: 1.22107.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AV. SETE DE SETEMBRO, N. 1564
BAIRRO: VILA DIRCE CEP: 09912010 - DIADEMA/SP
CNPJ: 05.399.786/0001-85
PROCESSO: 25351.052179/2012-46 AUTORIZ/MS: 1.23144.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRIÂNGULO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA TRANSCONTINENTAL Nº 1448
BAIRRO: CASA PRETA CEP: 76907552 - JI-PARANÁ/RO
CNPJ: 07.672.177/0001-83
PROCESSO: 25351.421127/2013-46 AUTORIZ/MS: 1.23463.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: R. V. ÍMOLA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA LAURO DE GUSMÃO SILVEIRA Nº 479
BAIRRO: JARDIM SÃO GERALDO CEP: 07140010 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 05.366.444/0001-69
PROCESSO: 25351.211943/2004-49 AUTORIZ/MS: 1.21435.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: POLO CENTRAL LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA MARINHO DE CARVALHO, N° 101
BAIRRO: VILA MARINA CEP: 09921005 - DIADEMA/SP
CNPJ: 02.750.303/0001-57
PROCESSO: 25351.058650/2008-51 AUTORIZ/MS: 1.22069.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: COMPANY TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA 18 QD. 18 LT.01
BAIRRO: Polo Empresarial de Goiás CEP: 74985165 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 37.831.922/0001-50
PROCESSO: 25351.244740/2013-60 AUTORIZ/MS: 1.23420.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCO GRILO, Nº 374
BAIRRO: FUNDOS COLONIA DONA LUIZA CEP: 84045320 - PONTA GROSSA/PR
CNPJ: 02.816.696/0001-54
PROCESSO: 25023.030016/2003-61 AUTORIZ/MS: 1.21416.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO BARRETO, Nº 1664
BAIRRO: UMARIZAL CEP: 66055050 - BELÉM/PA
CNPJ: 26.921.908/0006-36
PROCESSO: 25351.087397/2007-61 AUTORIZ/MS: 1.21901.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: ZUK COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA ME
ENDEREÇO: PC C-109, Nº88, QD.214, LT.09, SALAS 01 E 03
BAIRRO: JARDIM AMÉRICA CEP: 74255430 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 04.637.249/0001-63
PROCESSO: 25351.652364/2011-61 AUTORIZ/MS: 1.23005.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: METAPHARMA DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA JURACY MAGALHÃES, N° 1137
BAIRRO: PONTO CENTRAL CEP: 44075115 - FEIRA DE SANTANA/BA
CNPJ: 07.689.639/0001-75
PROCESSO: 25351.449601/2006-61 AUTORIZ/MS: 1.21845.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: d. center distribuidora ltda.
ENDEREÇO: rodovia celso garcia cid - pr 445, 2.550-a, quadra 0, lote 3-a1
BAIRRO: jardim rian CEP: 86188000 - CAMBÉ/PR
CNPJ: 05.651.966/0011-84
PROCESSO: 25351.215210/2011-62 AUTORIZ/MS: 1.22987.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA JORGE NOVIS, Nº 151 QUADRA A - LOTE 17A E 18A
BAIRRO: VILA LAURA CEP: 40270370 - SALVADOR/BA
CNPJ: 06.234.797/0003-30
PROCESSO: 25022.001682/2005-63 AUTORIZ/MS: 1.21566.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ARTMED HOSPITALAR LTDA.
ENDEREÇO: R CAIAPO, 962
BAIRRO: SETOR SANTA GENOVEVA CEP: 74672400 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 04.094.782/0001-26
PROCESSO: 25351.247988/2013-71 AUTORIZ/MS: 1.23473.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS SA
ENDEREÇO: RUA MARIA SOARES SENDAS , N°455 E 705 , 1º DISTRITO VENDA VELHA
BAIRRO: CENTRO CEP: 25575825 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 45.453.214/0026-00
PROCESSO: 25351.416508/2006-71 AUTORIZ/MS: 1.21896.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DELLA MEDICAMENTOS LTDA -EP
ENDEREÇO: RUA OTTO BENACK, 691
BAIRRO: BOM RETIRO CEP: 89222550 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 18.210.550/0001-09
PROCESSO: 25351.497217/2013-72 AUTORIZ/MS: 1.23504.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRANSJORI TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: Rua João Ranieri, nº 321
BAIRRO: Bonsucesso CEP: 07177120 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 64.666.936/0001-39
PROCESSO: 25351.177830/2006-79 AUTORIZ/MS: 1.21723.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: TRANSMARIO DE IGUAÇÚ TRANSPORTADORA LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA OSWALDO CRUZ Nº116
BAIRRO: BOTAFOGO CEP: 26041150 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 08.990.358/0001-10
PROCESSO: 25351.341197/2010-81 AUTORIZ/MS: 1.22587.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PADRÃO DIST. DE PRODUTOS E EQUIP. HOSPITALARES PADRE CALLOU LTDA
ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO, N° 308
BAIRRO: SÃO JOSÉ CEP: 50020060 - RECIFE/PE
CNPJ: 09.441.460/0001-20
PROCESSO: 25351.164730/2006-82 AUTORIZ/MS: 1.21736.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014092200099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO PROIBIDAS

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72890308203945594814

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 72890308203945594814-3
Data: 03/08/2020 11:17:44
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKH44443-1BRB;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1400 Torre 58040-000, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PONTAMED FARMACEUTICA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/07/2022 09:08:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 72890308203945594814-1 a 72890308203945594814-3
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4e3fd6bf73d195c04f10cbcb2a5917417f7498cfcd303c6c08857adc0c1cf92b9e202dc877ee0f37585be09f86869f67c4c4
2505a03f2e969b4c0a97ee9b34e7

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

CNPJ
02.816.696/0001-54

Nome Fantasia
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

Endereço na Internet
www.pontamed.com.br

SAC
4644301

Endereço Completo
RUA PADRE ARNALDO JANSSEN, 1452 - CARÁ-CARÁ CEP: 84.032-300

Cidade/UF
PONTA GROSSA/PR

Responsável Técnico
MARCOS ALEXANDRE DANIEL PUPO

Responsável Legal
FERNANDO PARUCKER DA SILVA

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.21416-8

Data do Cadastro
20/08/2004

Situação
Ativa

Nº do Processo
25023.030016/2003-61

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.657, DE 24 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

CREATIVE SHOP MARKETING EIRELI / 021.028.479/0001-44
25351.573736/2020-03 / 8202902
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1981589201

NEOFLEX BIOTECNOLOGIA LTDA / 017.385.610/0002-34
25351.564375/2020-04 / 8202920
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 1949605205

Carlos Alberto de Oliveira Junior Eireli / 085.238.848/0001-06
25351.630953/2020-08 / 8202873
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2165199204

ALIANCA TRANSPORTES RODOVIARIO EIRELI / 015.558.263/0001-98
25351.574786/2020-08 / 4021796
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1984815203

GIORNO IMPORTADORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS EIRELI. / 028.291.330/0001-00
25351.573849/2020-09 / 4021734
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1981730206
---
ebd nordeste comercio ltda / 022.924.203/0001-07
25351.553376/2020-15 / 8202703
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1919407202

ALIANCA TRANSPORTES RODOVIARIO EIRELI / 015.558.263/0001-98
25351.574801/2020-18 / 3095061
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1984873201

MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 036.958.637/0001-32
25351.671557/2020-22 / 4021782
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2290360201

COR DE DOCE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME / 014.099.091/0001-79
25351.573753/2020-32 / 4021748
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1981628207

CLEIO DE ANDRADE / 015.601.309/0001-04
25351.553372/2020-37 / 4021535
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1919316205

ACS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 031.865.659/0001-34
25351.553331/2020-41 / 8202691
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1919217207

KARLA BEAUTY COSMÉTICOS LTDA / 011.482.415/0001-65
25351.564376/2020-41 / 4021808
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949606201

JAVATRANS TRANSPORTES LTDA - ME / 056.671.647/0001-08
25351.574794/2020-46 / 8202916
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1984919202
25351.574802/2020-54 / 3095058
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1984883208

BR LOGISTICA RODO E AEREO EIRELI / 007.407.573/0001-83
25351.575055/2020-71 / 4021765
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1986065200

APC COMERCIO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 036.006.586/0001-49
25351.573840/2020-90 / 8202887
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1981721207

BRUNATEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 008.454.751/0001-90
25351.553389/2020-94 / 8202721
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1919381205

TRANSLAG TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 006.203.406/0003-10
25351.693121/2020-94 / 8202891
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2357031204

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.658, DE 24 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

CIRÚCIRURGICA RECIFE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 000.236.193/0001-84
25019.000333/2004-00 / 1059061
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2037547200

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA / 002.816.696/0001-54
25023.030006/2002-00 / 1054141
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 2179531206
25023.030007/2002-00 / 8011410
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2179477201

H7 IMPORT EIRELI - ME / 014.209.847/0001-95
25351.271778/2020-02 / 3093871
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2224317204

SD MATERIAIS PARA SAUDE E BEM ESTAR LTDA / 019.645.590/0001-38
25351.001162/2017-04 / 8146458
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2037619201

QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 065.141.046/0001-76
25351.058683/2011-13 / 8073345
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2023449201

JCR DO BRASIL FARMACEUTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. / 017.326.920/0001-05
25351.147386/2015-15 / 1137415
7158 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 2037467206

DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME / 019.316.524/0001-14
25351.085208/2014-22 / 8102495
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2305636202

HERDAL ENVASAMENTO DE COSMETICOS LTDA / 008.340.294/0001-02
25351.566336/2009-25 / 2052104
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2023437202
25351.566336/2009-25 / 2052104
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2023466202

Pouso Farma Hospitalar Ltda / 018.519.219/0001-67
25351.676335/2013-41 / 1099511
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2023371201

PHARMASHOP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 000.275.907/0001-63
25351.410369/2007-52 / 1071900
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2037438206

L.I.S.A LOGISTICA INTEGRADA SULAMERICANA S.A / 008.248.539/0001-76
25351.547420/2010-58 / 8067718
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1725394202

Rotarex Brasil LTDA / 002.877.633/0001-08
25351.875050/2016-78 / 8133731
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2209407206

STAR MEDICAL DO BRASIL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA. / 010.691.222/0001-51
25351.136008/2010-81 / 8062587
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2023363209

LABOR IMPORT IMP EXP LTDA / 001.005.728/0011-40
25351.392577/2017-81 / 8153916
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2023422205

MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 036.958.637/0001-32
25351.495385/2020-84 / 8200981
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2290310204

BIOTECH INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE DESCARTAVEIS LTDA / 021.043.162/0001-87
25351.335290/2018-98 / 8167777
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2023473209

STERIFARMA PRODUTOS CIRURGICOS LTDA ME / 000.678.593/0001-40
25000.033202/99-63 / 1044833
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2023446201

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.659, DE 24 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

TRANSLAG TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 006.203.406/0003-10
25351.692982/2020-55 / 1240351
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2356855203

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.660, DE 24 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893107209247894144

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 72893107209247894144-1
Data: 31/07/2020 16:05:49
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKH42680-DBYS;

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
CNJ: 06.870-0
Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular
TJPB

BAIRRO: JOSÉ BONIFÁCIO CEP: 99700000 - ERECHIM/RS
CNPJ: 94.271.293/0001-95
PROCESSO: 25351.510400/2014-02 AUTORIZ/MS: 1.11965.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PLENA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICO E HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: Avenida Tancredo Neves, 3010 A
BAIRRO: Zacarias CEP: 35300576 - CARATINGA/MG
CNPJ: 12.576.098/0001-09
PROCESSO: 25351.711766/2013-06 AUTORIZ/MS: 1.10317.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: HFARMA COMERCIAL FARMACEUTICA EIRELI-ME
ENDEREÇO: RUA CASTELO DE LISBOA, 589; Lojas A e B
BAIRRO: CASTELO CEP: 31330340 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 10.214.224/0001-50
PROCESSO: 25351.714078/2008-11 AUTORIZ/MS: 1.07814.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: AVAREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-EPP
ENDEREÇO: RUA VOLUNTARIOS DE AVARE, 1145 1° ANDAR SALA 08
BAIRRO: Centro CEP: 18700240 - AVARÉ/SP
CNPJ: 11.195.057/0001-00
PROCESSO: 25351.399657/2012-31 AUTORIZ/MS: 1.09266.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: GIL FARMA COMERCIAL FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ACRE, Nº 97
BAIRRO: IBIRAPUERA CEP: 45075075 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
CNPJ: 08.765.948/0001-40
PROCESSO: 25351.188673/2014-32 AUTORIZ/MS: 1.10131.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: WEBMED SOLUÇÕES EM SAÚDE EIRELI
ENDEREÇO: RUA PARACATU Nº 300
BAIRRO: SANTA TEREZINHA CEP: 36046040 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 05.731.550/0001-02
PROCESSO: 25351.676555/2008-33 AUTORIZ/MS: 1.07564.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ALFALAGOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida Alberto Vieira Romão, nº 1.700
BAIRRO: Distrito Industrial CEP: 37130000 - ALFENAS/MG
CNPJ: 05.194.502/0001-14
PROCESSO: 25351.222583/2002-49 AUTORIZ/MS: 1.05534.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DROGARIA SÃO PAULO S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA DA LIBERDADE, Nº 840
BAIRRO: LIBERDADE CEP: 01502001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.412.110/0001-55
PROCESSO: 25351.419502/2012-55 AUTORIZ/MS: 1.09780.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DRS ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Anhanguera KM 15 -GALPÃO 40
BAIRRO: VILA JAGUARA CEP: 05113000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.804.488/0001-00
PROCESSO: 25351.331409/2014-60 AUTORIZ/MS: 1.10387.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MULTIMARCAS DISTRIBUIDORA DE CORRELATOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA CIDÁLIA DE SOUZA RICCI
BAIRRO: RESIDENCIAL EURICO CAETANO CEP: 16206453 - BIRIGUI/SP
CNPJ: 14.729.728/0001-63
PROCESSO: 25351.455351/2012-67 AUTORIZ/MS: 1.09381.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA FELIPE JACOBUS FILHO, 713
BAIRRO: CENTRO CEP: 96840111 - SANTA CRUZ DO SUL/RS
CNPJ: 06.106.005/0001-80
PROCESSO: 25351.070502/2004-81 AUTORIZ/MS: 1.05861.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: J DA SILVA FILHO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
ENDEREÇO: RUA PROJETADA 310, N 141
BAIRRO: CONJUNTO ESPERANCA CEP: 69915132 - RIO BRANCO/AC
CNPJ: 04.060.537/0001-06
PROCESSO: 25351.401071/2010-91 AUTORIZ/MS: 1.08408.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: J.S.NUNES -ME
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM MACEDO 0081
BAIRRO: OSCAR PASSOS CEP: 69901670 - RIO BRANCO/AC
CNPJ: 40.802.993/0001-30
PROCESSO: 25351.433496/2009-96 AUTORIZ/MS: 1.07918.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TA EXPRESS TRANSPORTE AÉREO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA COMENDADOR THOMAZ FORTUNATO, N° 3466, SALA 01
BAIRRO: PRAIA DOS NAMORADOS CEP: 13475010 - AMERICANA/SP
CNPJ: 60.792.405/0001-31
PROCESSO: 25000.023893/99-60 AUTORIZ/MS: 1.04352.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: LEPUGE INSUMOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: FAUSTINO NEGRI Nº 273, GALPÃO Nº 05
BAIRRO: COOPERATIVA CEP: 09851720 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 57.884.835/0001-79
PROCESSO: 25004.006510/93 AUTORIZ/MS: 1.01748.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA
ENDEREÇO: AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - TERMINAL DE CARGA AÉREA
BAIRRO: AEROPORTO/LAGO SUL CEP: 71608900 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 24.893.687/0001-08
PROCESSO: 25000.024278/99-34 AUTORIZ/MS: 1.05197.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDICAL LINE COMÉRCIO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: R GENERAL IZIDORO DIAS LOPES N° 291 A
BAIRRO: PAULICEIA CEP: 09687000 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 01.906.952/0001-31
PROCESSO: 25351.025702/00-20 AUTORIZ/MS: 1.04933.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: AVANCCE LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA ANHANGUERA, KM 24,2 BLOCO 01, GALPÃO 06
BAIRRO: JARDIM JARAGUÁ CEP: 05275000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 05.923.365/0001-01
PROCESSO: 25351.236160/2014-19 AUTORIZ/MS: 1.10145.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.046, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.666, de 10 de outubro de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCO GRILO, Nº 374
BAIRRO: FUNDOS COLONIA DONA LUIZA CEP: 84045320 - PONTA GROSSA/PR
CNPJ: 02.816.696/0001-54
PROCESSO: 25023.030006/2002-00 AUTORIZ/MS: 1.05414.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: JMF TRANSPORTE CARGAS E ENCOMENDAS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA VILLE Nº 2019, QUADRA 25, LOTE 31
BAIRRO: RESIDENCIAL CENTER VILLE CEP: 74369023 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 10.425.665/0001-09
PROCESSO: 25351.427658/2009-01 AUTORIZ/MS: 1.08115.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: LEONARDO HENRIQUE GOMES ALVES DE MELO E CIA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA GERALDO RIOS 282
BAIRRO: CENTRO CEP: 38770000 - JOÃO PINHEIRO/MG
CNPJ: 10.664.873/0001-52
PROCESSO: 25351.389164/2013-08 AUTORIZ/MS: 1.09839.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: 503 COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
ENDEREÇO: Rua Candido Benicio 503 lot 1 pal 45297
BAIRRO: Campinho CEP: 21320060 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 04.110.063/0001-51
PROCESSO: 25351.622472/2010-08 AUTORIZ/MS: 1.08535.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BRINGEL MEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA COSME FERREIRA, 1877 - GALPÃO - D
BAIRRO: ALEIXO CEP: 69083000 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.417.472/0001-23
PROCESSO: 25351.665035/2013-09 AUTORIZ/MS: 1.09887.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: atual hospitalar ltda
ENDEREÇO: R JAMIL DE MIRANDA GEDEON Nº 421
BAIRRO: PARQUE PIAUI CEP: 65631140 - TIMON/MA
CNPJ: 11.251.828/0001-39
PROCESSO: 25351.490217/2012-10 AUTORIZ/MS: 1.09347.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: A NOSSA DROGARIA DE CAXIAS LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ DE ALVARENGA Nº 378
BAIRRO: CENTRO CEP: 25020140 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 28.763.118/0001-90
PROCESSO: 25351.555959/2012-10 AUTORIZ/MS: 1.09730.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: HFARMA COMERCIAL FARMACEUTICA EIRELI-ME
ENDEREÇO: RUA CASTELO DE LISBOA, 589; Lojas A e B
BAIRRO: CASTELO CEP: 31330340 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 10.214.224/0001-50
PROCESSO: 25351.714078/2008-11 AUTORIZ/MS: 1.07814.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: cooperativa dos transportadores do vale
ENDEREÇO: RODOVIA JORGE LACERDA, 1135
BAIRRO: ESPINHEIROS CEP: 88317100 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 00.680.933/0001-77
PROCESSO: 25351.735212/2011-11 AUTORIZ/MS: 1.09367.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: OLIVEIRA & SANTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CARDEAL ARCO VERDE, N° 76
BAIRRO: CENTRO CEP: 44900000 - IRECÊ/BA
CNPJ: 04.570.113/0001-83
PROCESSO: 25351.357743/2005-12 AUTORIZ/MS: 1.06311.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: J.B. DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR TEONILO GAMA, Nº 130

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014102000167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/72893107209247894144

CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 72893107209247894144-2
Data: 31/07/2020 16:05:50
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKH42681-8W77;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1400 Torre 58040-000, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PONTAMED FARMACEUTICA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/07/2022 09:03:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 72893107209247894144-1 a 72893107209247894144-2
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4e3fd6bf73d195c04f10cbcb2a591741135fade7d7c50338415f897ad767f5ff87c38763eee52321be39a6cbc0c4a452c4c42505a03f2e969b4c0a97ee9b34e7

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

CNPJ
02.816.696/0001-54

Nome Fantasia
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

Endereço na Internet
www.pontamed.com.br

SAC
4644301

Endereço Completo
RUA PADRE ARNALDO JANSSEN, 1452 - CARÁ-CARÁ CEP: 84.032-300

Cidade/UF
PONTA GROSSA/PR

Responsável Técnico
MARCOS ALEXANDRE DANIEL PUPO

Responsável Legal
FERNANDO PARUCKER DA SILVA

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.05414-1

Data do Cadastro
10/10/2002

Situação
Ativa

Nº do Processo
25023.030006/2002-00

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 028484922-68

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **02.816.696/0001-54**
Nome: **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (11/11/2022 16:18:25)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 02.816.696/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:55:17 do dia 28/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/03/2023.
Código de controle da certidão: **51CF.F965.1D7A.EB27**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CADASTRO ÚNICO DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão Negativa de Débitos

Certidão Nº: 523 / 2023

Código de Autenticidade: 85A0FEFE497044A4E1E1E14C29779350

IDENTIFICAÇÃO CONTRIBUINTE

CGCM: 663308
CNPJ/CPF: 02.816.696/0001-54
Nome: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Endereço: ,
Bairro:
Complemento:

Município: / **CEP:**

IDENTIFICAÇÃO REQUERENTE

Nome: PONTAMED
Finalidade: LICITAÇÃO
PROTOCOLO: /

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CADASTRO ÚNICO DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certificamos, a requerimento da parte interessada, que para o contribuinte global acima identificado, NÃO CONSTAM DÉBITOS em aberto referente aos cadastros imobiliários e mobiliários.

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

PONTA GROSSA, 03 de janeiro de 2023

ATENÇÃO: ESTA CERTIDÃO FOI EMITIDA VIA INTERNET.
Para verificar a AUTENTICIDADE deste documento acesse **www.tributos.pontagrossa.pr.gov.br** e utilize a opção AUTENTICAR DOCUMENTOS. Utilize o código de autenticidade informado acima. (diferencia letras maiúsculas e minusculas).
ESTE DOCUMENTO TEM A VALIDADE DE 60 (SESSENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA EMISSÃO.

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2314615614
NIRE (Sede) 41204001041	**CNPJ** 02.816.696/0001-54	**Data de Ato Constitutivo** 26/10/1998	**Início de Atividade** 01/11/1998
Endereço Completo Rua PADRE ARNALDO JANSSEN, Nº 1452, CARA-CARA - Ponta Grossa/PR - CEP 84032-300			
Objeto Social DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, ORTOPÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, OFTALMOLÓGICOS, MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COSMÉTICOS, PERFUMARIA E PRODUTOS QUIMICOS.			
Capital Social R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais) **Capital Integralizado** R$ 2.000.000,00 (dois milhões reais)		**Porte** Demais	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
FERNANDO PARUCKER DA SILVA	248.710.109-10	R$ 1.960.000,00	Sócio	S	Indeterminado
FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR	006.538.939-57	R$ 40.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
FERNANDO PARUCKER DA SILVA	248.710.109-10	Indeterminado
FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR	006.538.939-57	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS
18/06/2020	20202716996	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 01/02/2023, às 14:29:44 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **QPU0APFM**.

PRC2314615614

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90180579-29	02.816.696/0001-54	04/1999

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**
Título do Estabelecimento	**PONTAMED**
Endereço do Estabelecimento	**RUA PADRE ARNALDO JANSSEN, 1452 - CARA-CARA - CEP 84032-300 FONE: (42) 2101-5151**
Município de Instalação	**PONTA GROSSA - PR, DESDE 04/1999**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4684-2/99 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE** **4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4645-1/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA** **4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS** **4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA** **4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**248.710.109-10**	**FERNANDO PARUCKER DA SILVA**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**
CPF	**006.538.939-57**	**FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 02/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90180579-29

Emitido Eletronicamente via Internet
31/01/2023 11:03:38

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.816.696/0001-54
Certidão nº: 36574078/2022
Expedição: 27/10/2022, às 08:29:37
Validade: 25/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.816.696/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
02.816.696/0001-54 **MATRIZ**		**26/10/1998**

NOME EMPRESARIAL
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PONTAMED	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PADRE ARNALDO JANSSEN	**1452**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
84.032-300	**CARA-CARA**	**PONTA GROSSA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PONTAMED@PONTAMED.COM.BR	**(42) 2101-5151**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/11/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/12/2022** às **14:06:31** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
12086	31/03/2027	45C0F62546AA57D0B98834AA5D963B21

229356

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA PONTAMED

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA PADRE ARNALDO JANSSEN 1452	02.816.696/0001-54

LOCALIDADE	CIDADE - UF
CARÁ-CARÁ	PONTA GROSSA-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	12864	MARCOS ALEXANDRE DANIEL PUPO	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	13:12 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscriçao: 02.816.696/0001-54
Razao Social: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
Endereço: R PADRE ARNALDO JANSSEN 1452 / CARA-CARA / PONTA GROSSA / PR / 84032-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:10/02/2023 a 11/03/2023

Certificaçao Número: 2023021000580416539483

Informação obtida em 10/02/2023 08:53:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

LICENÇA SANITÁRIA Nº 63.700/2022

PREFEITURA DE PONTA GROSSA - PARANÁ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Razão Social:
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - CPF/CNPJ: 02.816.696/0001-54 - CADASTRO: 60490

Endereço:
RUA PADRE ARNALDO JANSEN, Nº 1452, , CARA-CARA, PONTA GROSSA - PR

Ramo de Atividade

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MEDICO HOSPITALAR, ORTOPEDICOS, ODONTOLOGICOS, LABORATORIAIS, OFTALMOLOGICOS, MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COSMETICOS, PERFUMARIA E PRODUTOS QUIMICOS

Observação

COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS COM E SEM CONTROLE ESPECIAL PELA PORTARIA MS/SVS Nº344/1998 E ATUALIZAÇÕES E RDC/ANVISA Nº20/2011

Protocolo PMPG	Grupo	SubGrupo	Fator Risco	Área Ponderada	Alíquota s/VR
35911 / 2022	Grupo I	SubGrupo 4	2	934,69 m²	300%

Responsável Técnico
MARCOS ALEXANDRE DANIEL PUPO CRF/PR 12864

A afixação desta licença em local visivel ao consumidor usuário é OBRIGATÓRIA.

VÁLIDA ATÉ
28/12/2023

DATA DE EXPEDIÇÃO
28/12/2022

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE
71AC9ECCF6F0BCF8
2F4F0EC2EEFD5A1A

AUTORIDADE SANITÁRIA RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO

Lislaine M. Klide
Farmacêutica
CRF/PR 30772

COORDENADOR
SIMONE PATRICIA BARROS

Simone Patrícia de Barros
Inspetora Sanitária
Matrícula: 200552

FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR:00653893957

Assinado digitalmente por FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR:00653893957
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=26410863000120, OU=Certificado PF A3, CN=FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR:00653893957
Razão: Eu revisei este documento
Localização: PONTA GROSSA - PR
Data: 2022.12.29 16:42:52-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **02.816.696/0001-54** DUNS®: **907121326**
Razão Social: **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**
Nome Fantasia: **PONTAMED**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150232 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC**
Data Aplicação: **23/01/2018**
Número do Processo: **23080045335201766** Número do Contrato: **Pregão nª 125/HU/2016**
Descrição/Justificativa: **O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Portaria nª 036/2018/DA/HU, aplicou à empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nª 02.816.696/0001-54, a sanção de ADVERTÊNCIA, por inadimplência contratual referente ao Pregão nª 125/HU/2016 (23080.012598/2016-16).**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **150232 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC**
Data Aplicação: **23/01/2018** Valor da Multa: **R$ 774,13**
Número do Processo: **23080045335201766** Número do Contrato: **Pregão nª 125/HU/2016**
Descrição/Justificativa: **O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Portaria nª 036/2018/DA/HU, aplicou à empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nª 02.816.696/0001-54, a sanção de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado registrado, por inadimplência contratual referente ao Pregão nª 125/HU/2016 (23080.012598/2016-16).**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **925936 - ECT - DIRETORIA REGIONAL SAO PAULO METROPOLIT**
Data Aplicação: **04/09/2012** Valor da Multa: **R$ 878,45**
Número do Processo: **Web 2859/2012** Número do Contrato: **ARP 27/11 AF241/12**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do subitem2.1. das Condições Específicas da Autorização de Fornecimento 241/2012 (MA516535497).**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Legado**
UASG Sancionadora: **153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC**
Número do Processo: **230800281950871**
Descrição/Justificativa: **FLORIANOPOLIS 05 DE NOVEMBRO DE 2008 PORTARIA N.385/PROINFRA/2008O PRO REITOR DE INFRA-ESTRUTURA EM EXERCICIO DA UNIVERSIDADE FEDERALDE SANTA CATARINA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO N.23080.0289195/2008/71, RESOLVE: REVOGAR A PORTARIAN.0226/PROINFRA/2008, DATADA DE 25/08/08,QUE APLICA AS SANÇÕES DE "AD-VERTENCIA E MULTA" À EMPRESA PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-CNPJ:N.02.816.696/0001-54.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **18/07/2019**
Data Aplicação: **18/07/2019**
Número do Processo: **23541.016851/2019**
Descrição/Justificativa: **Pelo atraso na entrega de materiais do Pregão Eletrônico 13/2018.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **16/09/2022**
Data Aplicação: **16/09/2022**
Número do Processo: **23764.007079/2022** Número do Contrato: **201/2021**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções, a sanção de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, no valor de R$243,11 está prevista no subitem 17.2.2.2. do Termo de Referência.**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **30/09/2022**
Data Aplicação: **30/09/2022**
Número do Processo: **23764.007080/2022** Número do Contrato: **201/2021**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções, a sanção de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, no valor de R$54,60 está prevista no subitem 17.2.2.2. do Termo de Referência.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **16/09/2022**
Data Aplicação: **16/09/2022**
Número do Processo: **23764.007081/2022** Número do Contrato: **15217047**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções, a sanção de multa moratória de 0,06% (seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, no valor de R$ 16,43 de está prevista no subitem 17.2.2.1. do Termo de Referência.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **16/09/2022**
Data Aplicação: **16/09/2022**
Número do Processo: **23764.007084/2022** Número do Contrato: **201/2021**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções, a sanção de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, no valor de R$ 40,32 está prevista no subitem 17.2.2.2. do Termo de Referência.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora:	**155903 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA**
	Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial:	**08/01/2021**
Data Aplicação:	**08/01/2021**
Número do Processo:	**23765001867202098**
Descrição/Justificativa:	**Multa moratória no valor de R$ 189,60 em razão do atraso na entrega do item 140 da nota de empenho 2019NE804559.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.816.696/0001-54**	DUNS®:	**907121326**
Razão Social:	**PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**		
Nome Fantasia:	**PONTAMED**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**14/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**12/08/2023**
FGTS	Validade:	**13/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**11/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**03/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ | Número documento: 02816696000154

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: | até:

Data de Início Impedimento: de: | até:

Data de Fim Impedimento: de: | até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

1 Itens encontrados

Relação de Processos Compra

Município	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Data Início	Data fim	Tipo Sanção	Situação
JARDIM ALEGRE	02.816.696/0001-54	Pontamed Farmacêutica Ltda	10/04/2010	10/04/2013		Expirado

Download Lista Impedidos

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	24871010910
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 13:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 248.710.109-10.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.5789.C58F.2361 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FERNANDO PARUCKER DA SILVA**

CPF/CNPJ: **248.710.109-10**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:19:37 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: KWR4160223131937

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **FERNANDO PARUCKER DA SILVA**

CPF: **248.710.109-10**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:19:52 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: 6KQN160223131952

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 13:18:49

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**
CNPJ: **02.816.696/0001-54**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 24871010910

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 13:20:03
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 10.566.711/0001-81
NIRE: 41209049662

1 – Crystian Evandro Lindner, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 30 de Setembro de 1982, empresário, inscrito no CPF n.º 032.346.329-01, portador da carteira de Identidade Civil, RG. n.º 72513231, conforme Carteira Nacional de Habilitação n° 01518347726, expedido pelo DETRAN - PR, residente e domiciliado na Rua Mahatma Gandhi, nº 2767, Bairro Osvaldo Cruz, CEP: 85.950-000, na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

2 – Kelly Hariadine dos Santos Ribas do Couto, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01 de Maio de 1990, empresária, inscrita no CPF n.º 072.521.789-80, portadora da carteira de Identidade Civil, RG. n.º 10.441.472-9, SSP - PR, residente e domiciliada, na Rua General Estilac Leal, n.º 1334, Apartamento 21, Centro, CEP: 85.900-120, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Únicos sócios cotistas da totalidade do Capital da empresa **"DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA"**, devidamente inscrita no **CNPJ sob n° 10.566.711/0001-81,** com sede à Rua Luis Segundo Rossoni, nº 315, Centro, CEP: 85.901-170, no município de Toledo, Estado do Paraná, contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41209049662, por despacho em sessão 07 de Janeiro de 2009. **RESOLVEM** por este instrumento particular alterar e consolidar seu contrato social e posteriores alterações de acordo com a Lei 10406 de 10 de Janeiro de 2002 e subsidiariamente pela Lei 6404/76 de 15/12/l976, conforme clausulas abaixo:

Cláusula Primeira – A sócia **Kelly Hariadine dos Santos Ribas do Couto**, acima qualificada, que possui inteiramente integralizado na sociedade 1.000 (Mil) cotas, de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 1.000,00 (Um Mil Reais), totalmente integralizado em Moeda Corrente no País, neste ato vende toda suas cotas, ao sócio remanescente **Crystian Evandro Lindner.**

Parágrafo Único – A sócia **Kelly Hariadine dos Santos Ribas do Couto**, acima qualificada dá ao sócio remanescente **Crystian Evandro Lindner**, acima qualificado, plena, geral, e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuadas e este declara conhecer a situação econômica financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações decorrente do presente instrumento.

Cláusula Primeira – O capital social da empresa no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) divididos em 100.000 (Cem Mil) cotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado no presente ato em moeda corrente do país, **fica alterado para** R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), sendo que o aumento é de R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), e integralizado em reserva de lucros em moeda corrente nacional do país.

Nome	Quotas	Capital R$	%
Crystian Evandro Lindner	500.000	500.000,00	100%
Total.....	**500.000**	**500.000,00**	**100%**

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 10.566.711/0001-81
NIRE: 41209049662

Cláusula Segunda – A sócia retirante desiste de eventuais ativos existentes na empresa, em favor do sócio remanescente e da própria sociedade. Quanto a passivo existente, é de responsabilidade exclusiva do sócio remanescente.

Cláusula Terceira – A sociedade passa a ser Sociedade Limitada Unipessoal, que será regida por este instrumento, pelo parágrafo único do art. 1052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11/06/2019.

Cláusula Quarta – À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, reproduzindo todas as suas cláusulas, assim:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 10.566.711/0001-81
NIRE: 41209049662

Crystian Evandro Lindner, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 30 de Setembro de 1982, empresário, inscrito no CPF n.º 032.346.329-01, portador da carteira de Identidade Civil, RG. n.º 72513231, conforme Carteira Nacional de Habilitação n° 01518347726, expedido pelo DETRAN - PR, residente e domiciliado na Rua Mahatma Gandhi, nº 2767, Bairro Osvaldo Cruz, CEP: 85.950-000, na cidade de Palotina, Estado do Paraná, tem constituído uma Sociedade Empresária Limitada Unipessoal que gira sob o nome empresarial de **"DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA"**, devidamente inscrita no **CNPJ sob n° 10.566.711/0001-81,** com sede à Rua Luis Segundo Rossoni, nº 315, Centro, CEP: 85.901-170, no município de Toledo, Estado do Paraná, contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41209049662, por despacho em sessão 07 de Janeiro de 2009, nos termos do parágrafo único do art. 1052 do Código Civil e em obediência ao contido na Instrução Normativa DREI nº 63, de 11/06/2019, pela legislação aplicável e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – A sociedade limitada unipessoal gira sob o nome de **"DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA".**

Cláusula Segunda – A empresa terá a sua sede na Rua Luis Segundo Rossoni, nº 315, Centro, CEP: 85.901-170, no município de Toledo, Estado do Paraná.

Cláusula Terceira – A sociedade limitada unipessoal iniciou suas atividades em 02 de Janeiro de 2009 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta – A sociedade tem por objeto social é Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos **(CNAE: 4644-3/01);** Comércio atacadista de cosmético e produtos de perfumaria **(CNAE: 4646-0/01);** Comércio atacadista de produtos odontológicos **(CNAE: 4645-1/03);** Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médio, cirúrgico hospitalar e de laboratórios **(CNAE: 4645-1/01);** Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar **(CNAE: 4649-4/08);** Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal **(CNAE: 4646-0/02)**; Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria **(CNAE: 4647-8/01);** Comércio atacadista de moveis e artigos de colchoaria **(CNAE: 4649-4/04);** Comércio

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 10.566.711/0001-81
NIRE: 41209049662

atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e domestico **(CNAE: 4649-4/01);** Comércio atacadista de equipamentos de informáticas **(CNAE: 4651-6/01).**

Cláusula Quinta – O capital social é de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais) divididos em 500.000 (Quinhentas Mil) cotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizados na seguinte forma: R$ 100.000,00 (Mil Reais) integralizado em moeda corrente nacional do país, e o restante no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), integralizado em reserva de lucros em moeda corrente nacional do país.

Nome	Quotas	Capital R$	%
Crystian Evandro Lindner	500.000	500.000,00	100%
Total.....	**500.000**	**500.000,00**	**100%**

Cláusula Sexta – A sociedade limitada unipessoal poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

Cláusula Sétima – A administração da sociedade limitada unipessoal cabe ao sócio único **Crystian Evandro Lindner**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade limitada unipessoal, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários a consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade limitada unipessoal, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, bem como onerar ou alienar/vender bens imóveis da sociedade, enfim os mais amplos poderes.

Parágrafo Primeiro: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade limitada unipessoal, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro: O uso da denominação social é privativo da administradora, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este ato constitutivo ou determinações da Lei.

Cláusula Oitava – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas de capital, mas responde solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Nona – O sócio único declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade limitada unipessoal, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 10.566.711/0001-81
NIRE: 41209049662

Cláusula Décima – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e de resultado econômico, cabendo ao sócio único, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima Primeira – O único sócio fixará uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado o único sócio, a sociedade limitada unipessoal continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade limitada unipessoal, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade limitada unipessoal se resolva em relação ao único sócio.

Cláusula Décima Terceira – Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará administrador quando for o caso.

Cláusula Décima Quarta – O único sócio será obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, qualquer título ainda que autorizadas pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

Cláusula Décima Quinta – O foro eleito é o da comarca de Toledo, Estado do Parana, para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos resultantes do presente contrato, em substituição a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em uma única via, obrigando-se por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Toledo – PR, 30 de Dezembro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
Crystian Evandro Lindner

ASSINADO DIGITALMENTE
Kelly Hariadine dos Santos Ribas do Couto

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03234632901	CRYSTIAN EVANDRO LINDNER
07252178986	KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/02/2023 14:30 SOB Nº 20230577652.
PROTOCOLO: 230577652 DE 25/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12301650645. CNPJ DA SEDE: 10566711000181.
NIRE: 41209049662. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/12/2022.
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ

10.566.711/0001-81

Endereço Completo

R LUIZ SEGUNDO ROSSONI, Nº 315 - CENTRO CEP: 85.901-170 - TOLEDO/PR

Telefone

(44) 2035-6034

Responsável Técnico

TATIANE CRISTINA FIAMETTI

Responsável Legal

KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.17.373-0

Data do Cadastro

19/03/2018

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.536010/2017-86

Cadastro

1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado
Nenhum registro encontrado			

Voltar

ANEXO

MANIPULLAR LOPES REZENDE LTDA / 34.308.482/0001-63
25351.335723/2020-20 / 1245358
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3781390201

W & C FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 35.456.676/0001-79
25351.333638/2020-27 / 1245344
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3777094202

Quality Pharma Rio Claro LTDA / 05.079.474/0002-75
25351.519214/2020-58 / 1245389
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1814088202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.959, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA / 95.591.723/0181-66
25351.283359/2020-13 / 1245452
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3669880208

Inovar Online Distribuidora De Medicamento EIRELI / 18.019.990/0001-75
25351.258381/2020-17 / 1245392
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3622186208

L.F.SOARES JUNIOR / 11.011.161/0001-05
25351.290573/2020-18 / 1245574
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3685494201

DISTRIMINAS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 33.256.335/0001-24
25351.290500/2020-26 / 1245483
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3685387201

J. M. FURTINA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. / 20.069.042/0001-96
25351.740570/2020-39 / 1245449
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2501381203

TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA / 95.591.723/0099-22
25351.607094/2020-45 / 1245497
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2089282209

DISTRIBUIDORA WM LTDA / 51.032.399/0003-95
25351.215680/2020-67 / 1245331
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3533396207
---
sigma cargo transportes e agenciamento de cargas ltda / 32.146.287/0001-59
25351.231591/2020-68 / 1245375
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3568796207

TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIARIOS S/A / 03.052.564/0019-95
25351.290519/2020-72 / 1245591
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3685425200

HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA / 78.950.011/0001-20
25351.310713/2020-81 / 1245512
731 - AE - CONCESSÃO - INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS / 3724245203

VIP TRANSPORTE DE CARGAS LTDA / 05.996.122/0005-27
25351.258413/2020-84 / 1245404
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3622223201

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.960, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA / 01.125.797/0011-98
25351.466867/2011-15 / 1229894
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3482369208

GOIAS LOGISTICA DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.866.276/0001-00
25351.468825/2009-49 / 1224091
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480308201

TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA / 95.591.723/0135-20
25351.457711/2011-64 / 1229361
7013 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 3482230200
25351.457711/2011-64 / 1229361
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3482228205

D P AGUIAR EIRELI / 33.834.782/0001-13
25351.748487/2019-74 / 1198621
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3482472203

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 10.566.711/0001-81
25351.536010/2017-86 / 1173730
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0165036200

ORGANICS MED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.825.303/0001-28
25351.746003/2020-96 / 1242460
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3482395209

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.961, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial da Empresa de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constante no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMALIDER FARMACIA E DROGARIA LTDA - EPP / 04.548.580/0001-07
25351.451625/2015-37 / 1143605
7047 - AE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3792431203

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.963, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para a Empresa de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ARAUJO E DINIZ FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 37.451.095/0001-70
25351.333636/2020-38 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3777091208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. A empresa não apresentou o Anexo II da primeira norma citada.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.964, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Riograndense Distribuidora Ltda / 35.298.827/0001-08
25351.283470/2020-00 / 3098389
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3670009205

R R RODRIGUES CAMPOS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DOMISSANITARIOS EIRELI / 07.863.623/0001-37
25351.310621/2020-00 / 3098418
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3724124201

VWL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 38.201.387/0001-17
25351.283368/2020-04 / 1245466
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669891200

OESTEFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. / 10.938.953/0001-59
25351.283311/2020-05 / 3098375
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669826203

GOLDEN EQUIPAMENTOS MEDICOS E SISTEMAS LTDA / 14.223.870/0001-34
25351.310533/2020-08 / 8210817
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724037201

LABORATORIO DE ANALISE CLINICA VILHENA LTDA / 19.427.051/0001-22
25351.283290/2020-10 / 1245421
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669783202

A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELLI / 38.084.429/0001-87
25351.310603/2020-10 / 8210788
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724113200

PRIMUS PHARMA LTDA / 14.533.317/0003-60
25351.310683/2020-11 / 8210774
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724208201
---
asc medviva distribuidora de medicamentos ltda / 36.456.826/0001-07
25351.290541/2020-12 / 1245588
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685437208

EMPRESA: J.R.J Marketing Ltda epp
ENDERE O: RUA DO MANIFESTO 1810
BAIRRO: Ipiranga CEP: 04209002 - S O PAULO/SP
CNPJ: 03.948.524/0001-05
PROCESSO: 25351.137241/2016-60 AUTORIZ/MS: P793H565963Y (8.13810.1)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: W NET LOG STICA E TRANSPORTES LTDA EPP
ENDERE O: RUA CHARLES DARWIN, Nº 565
BAIRRO: VILA SANTA CATARINA CEP: 04379072 - S O PAULO/SP
CNPJ: 07.176.842/0001-48
PROCESSO: 25351.575972/2008-60 AUTORIZ/MS: G686H1YM4173 (8.04802.2)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: RZ Comércio Internacional LTDA
ENDERE O: R JOAO PESSOA DE MATTOS 505 SALA 101 E 102 SALA 101 E 102 EDIF AZZURRA OFFICE TOWER
BAIRRO: PRAIA DA COSTA CEP: 29101115 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 13.553.502/0001-91
PROCESSO: 25351.964172/2016-60 AUTORIZ/MS: U35LLXWXM341 (8.13545.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: UENDOS MANUTENCAO E ACESSORIOS MEDICOS EIRELI
ENDERE O: RUA SILVINO GRECCO, 545 - FRENTE BAIRRO: JARDIM CAMBURI CEP: 29090230 - VIT RIA/ES CNPJ: 11.243.009/0001-40
PROCESSO: 25351.547619/2011-65 AUTORIZ/MS: G93XH87WLL2L (8.07990.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: HOSPMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI EPP
ENDERE O: RODOVIA PE 35, S/N, KM 03-LOTE 30
BAIRRO: CENTRO CEP: 56640000 - ITAPISSUMA/PE
CNPJ: 08.283.066/0001-48
PROCESSO: 25351.359530/2014-66 AUTORIZ/MS: U88743Y8413H (8.10621.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: EXPORT TRADING LTDA - EPP
ENDERE O: AVENIDA VICTOR HUGO KUNZ Nº 1.526, SALA 09
BAIRRO: HAMBURGO VELHO CEP: 93534000 - NOVO HAMBURGO/RS
CNPJ: 05.351.252/0001-89
PROCESSO: 25351.194875/2008-70 AUTORIZ/MS: UYY497MHYWY7 (8.04401.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO

EMPRESA: Air Liquide Brasil LTDA
ENDERE O: AV JOAO PINHEIRO N 3515
BAIRRO: CENTRO CEP: 37701387 - PO OS DE CALDAS/MG
CNPJ: 00.331.788/0030-53
PROCESSO: 25351.431481/2014-74 AUTORIZ/MS: PPY4W104YH62 (8.10753.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: NEOCIRURGICA PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP
ENDERE O: RUA CAPIT O JOSÉ DA LUZ Nº 137, SALAS 503 E 504
BAIRRO: COELHOS CEP: 50070540 - RECIFE/PE
CNPJ: 11.186.851/0001-97
PROCESSO: 25351.295072/2010-74 AUTORIZ/MS: UL2X744X58MX (8.06547.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: CHJ PRODUTOS MEDICOS E SERVICOS LTDA
ENDERE O: AV HENRIQUE MOSCOSO 880
BAIRRO: CENTRO DE VILA VELHA CEP: 29100020 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 23.318.722/0001-94
PROCESSO: 25351.950035/2016-76 AUTORIZ/MS: 535142052453 (8.13503.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: BIOLINE COMERCIAL LTDA
ENDERE O: RUA JOSÉ GET LIO 579, ANDAR 11-13-14
BAIRRO: LIBERDADE CEP: 01509000 - S O PAULO/SP
CNPJ: 04.762.934/0001-11
PROCESSO: 25351.189712/2002-80 AUTORIZ/MS: G454YM4MMH93 (8.01208.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: gr med produtos medicos e hospitalares ltda me
ENDERE O: rua 19 be 231
BAIRRO: estadio CEP: 13501360 - RIO CLARO/SP
CNPJ: 23.884.078/0001-11
PROCESSO: 25351.155872/2016-87 AUTORIZ/MS: 8W51LM1MMH72 (8.13820.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: TEST FAR COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA
ENDERE O: R ALMIRANTE GRENFALL N 405 LJ 06
BAIRRO: PARQUE DUQUE CEP: 25085135 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 72.391.485/0001-00
PROCESSO: 25351.016998/00-05 AUTORIZ/MS: 8.00385.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

EMPRESA: SILVIA INES FRANTZ
ENDERE O: RUA LVARO HOPPE Nº 460
BAIRRO: CAMOBI CEP: 97105410 - SANTA MARIA/RS
CNPJ: 93.596.179/0001-72
PROCESSO: 25025.104050/2006-10 AUTORIZ/MS: 3.03484.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: MULT LIMPO - INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
ENDERE O: RUA JOCTIEL ALVES FERREIRA,01 D
BAIRRO: MANOEL SOARES SOBRINHO CEP: 56780000 - TABIRA/PE
CNPJ: 08.735.502/0001-72
PROCESSO: 25351.330775/2014-19 AUTORIZ/MS: 3.05900.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: SANCAPEL SOLUCOES PARA HIGIENE PROFISSIONAL EIRELI
ENDERE O: RODOVIA SCT 497, 20
BAIRRO: AURORA CEP: 89887000 - PALMITOS/SC
CNPJ: 08.950.231/0001-78
PROCESSO: 25351.581209/2012-30 AUTORIZ/MS: 3.05314.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: Raridade Ind stria Qu mica Ltda.
ENDERE O: AV RIO MAINA 709
BAIRRO: Cidade Mineira Nova CEP: 88806580 - CRICI MA/SC
CNPJ: 85.101.731/0001-86
PROCESSO: 25000.052905/99-91 AUTORIZ/MS: 3.02282.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: F. W. QUIMICA DO BRASIL LTDA - ME
ENDERE O: AVENIDA JOSÉ CARLOS GOMES S/Nº, QUADRA 29A
BAIRRO: CAR -CAR CEP: 84043737 - PONTA GROSSA/PR
CNPJ: 01.433.917/0001-42
PROCESSO: 25023.030047/99-29 AUTORIZ/MS: 3.02326.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EXPORTAR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLU O-RE Nº 637, DE 15 DE MAR O DE 2018

A Gerente-Geral de Inspe ão e Fiscaliza ão Sanitária, Substituta, no uso das atribui ões que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolu ão da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autoriza ão de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolu ão.

Art. 2º Esta Resolu ão entra em vigor na data de sua publica ão.

MARI NGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: Aerosoft Cargas Aereas LTDA
ENDERE O: Rua Jose Semiao Rodrigues Agostinho, 1370, Lote- C, Galpao- G 34
BAIRRO: Agua Espraiada CEP: 06833370 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 01.014.373/0012-37
PROCESSO: 25351.726728/2015-00 AUTORIZ/MS: UULH75Y2518X (8.13086.1)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: aerosoft cargas aéreas ltda
ENDERE O: rua teixeira ribeiro, 130 parte
BAIRRO: ramos CEP: 21040242 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 01.014.373/0005-08
PROCESSO: 25351.720452/2012-72 AUTORIZ/MS: KKLH75Y2L35X (8.09204.9)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: Aerosoft Cargas Aereas LTDA
ENDERE O: Rua Dona Francisca n 8300, sala 03, bloco L
BAIRRO: Zona Industrial Norte CEP: 89219600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 01.014.373/0011-56
PROCESSO: 25351.664905/2015-84 AUTORIZ/MS: PPLH75Y24L7X (8.12942.1)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: XIS - ENE INDUSTRIAL LTDA - EPP
ENDERE O: ESTRADA UNIAO INDUSTRIA, Nº 128 - KM 130
BAIRRO: CENTRO CEP: 25870000 - COMENDADOR LEVY GASPARIAN/RJ
CNPJ: 02.769.050/0001-63
PROCESSO: 25351.493915/2008-63 AUTORIZ/MS: 3.03804.2
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLU O-RE Nº 638, DE 15 DE MAR O DE 2018

A Gerente-Geral de Inspe ão e Fiscaliza ão Sanitária, Substituta, no uso das atribui ões que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolu ão da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autoriza ão Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolu ão, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualiza ões, observando-se as proibi ões e restri ões estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolu ão entra em vigor na data de sua publica ão.

MARI NGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endere o eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves P blicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

EMPRESA: Dms logistica Atacadista Farmacêutico LTDA
ENDERE O: Rodovia BR 304, S/N, KM 305 Módulo C1/C2
BAIRRO: Parque de Exposi ões CEP: 59146750 - PARNAMIRIM/RN
CNPJ: 10.851.391/0002-92
PROCESSO: 25351.007212/2018-04 AUTORIZ/MS: 1.17358.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ROSA HELENA DE JESUS - ME
ENDERE O: RUA JOAO RODRIGUES ALVES Nº 85
BAIRRO: SANTA MONICA CEP: 38180230 - ARAX /MG
CNPJ: 28.287.523/0001-80
PROCESSO: 25351.013909/2018-14 AUTORIZ/MS: 1.17368.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Pacifico Log Log stica e Transporte Eireli
ENDERE O: Rua Franscisco De Sousa Melo, 1590 - G2 - Armazém 112
BAIRRO: Cordovil CEP: 21010410 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 02.964.147/0019-56
PROCESSO: 25351.010252/2018-25 AUTORIZ/MS: 1.17361.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: SHUTTLE LOGISTICA INTEGRADA LTDA
ENDERE O: RUA ORLANDO MOTTA Nº 150, PARTE A, QUADRA C
BAIRRO: JARDIM ALVORADA CEP: 06612260 - JANDIRA/SP
CNPJ: 04.711.147/0001-40
PROCESSO: 25351.012434/2018-31 AUTORIZ/MS: 1.17371.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: S O GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME
ENDERE O: MARG MAURICIO COLUCCI, BR 376, N 4709 - KM 189
BAIRRO: JARDIM SANTA IZABEL CEP: 86990000 - MARIALVA/PR
CNPJ: 15.488.297/0004-04
PROCESSO: 25351.689963/2017-46 AUTORIZ/MS: 1.17369.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP
ENDERE O: ST SPLM S/Nº, CONJUNTO 9, LOTE 2 (SETOR PLACA DA MERCEDES)
BAIRRO: N CLEO BANDEIRANTE CEP: 71732090 - BRAS LIA/DF
CNPJ: 12.664.453/0003-63
PROCESSO: 25351.683536/2017-54 AUTORIZ/MS: 1.17362.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANS IGUA U EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVI RIOS LTDA
ENDERE O: RUA ANTONIO LACERDA BRAGA, N° 530
BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL CEP: 81170240 - CURITIBA/PR
CNPJ: 76.595.503/0001-19
PROCESSO: 25351.015623/2018-65 AUTORIZ/MS: 1.17375.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Dife Distribuidora de Medicamentos Ltda me
ENDERE O: R PRESIDENTE COSTA E SILVA 525
BAIRRO: CENTRO CEP: 85935000 - ASSIS CHATEAUBRIAND/PR
CNPJ: 10.566.711/0001-81
PROCESSO: 25351.536010/2017-86 AUTORIZ/MS: 1.17373.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLU O-RE Nº 639, DE 15 DE MAR O DE 2018

A Gerente-Geral de Inspe ão e Fiscaliza ão Sanitária, Substituta, no uso das atribui ões que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolu ão da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autoriza ão Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolu ão, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualiza ões, observando-se as proibi ões e restri ões estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolu ão entra em vigor na data de sua publica ão.

MARI NGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: W NET LOG STICA E TRANSPORTES LTDA EPP
ENDERE O: RUA CHARLES DARWIN, Nº 565
BAIRRO: VILA SANTA CATARINA CEP: 04379072 - S O PAULO/SP
CNPJ: 07.176.842/0001-48
PROCESSO: 25351.723347/2014-16 AUTORIZ/MS: 1.12987.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
ENDERE O: RUA MP 06 Nº 304, QUADRA 16-A, LOTE 01 - DISTRITO INDUSTRIAL MONTE HOREBE
BAIRRO: CONJUNTO MARGARIDA PROCÓ PIO CEP: 75250000 - SENADOR CANEDO/GO
CNPJ: 07.640.617/0001-10
PROCESSO: 25351.518573/2006-30 AUTORIZ/MS: 1.21860.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: f.r.m.o empreendimentos e representa ões ltda
ENDERE O: RUA BELA VISTA Nº 362
BAIRRO: BANCO RASO CEP: 45605614 - ITABUNA/BA
CNPJ: 08.696.824/0001-50
PROCESSO: 25351.650621/2013-37 AUTORIZ/MS: 1.10149.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLU O-RE Nº 651, DE 15 DE MAR O DE 2018

A Gerente-Geral de Inspe ão e Fiscaliza ão Sanitária, Substituta, no uso das atribui ões que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolu ão da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribui ão e/ou Armazenagem preconizados em legisla ão vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder (s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certifica ão de Boas Práticas de Distribui ão e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certifica ão terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publica ão.

Art. 3° Esta Resolu ão entra em vigor na data de sua publica ão.

MARI NGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA - CNPJ: 02.836.056/0041-01 - AUTORIZ/MS: - AE: 1216414
ENDERE O: ROD BR 153 KM 42, SN
MUNIC PIO: AN POLIS - UF: GO - EXPEDIENTE(S): 1435806/17-9
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE DISTRIBUI O E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: REALMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP - CNPJ: 17.263.792/0001-90 - AUTORIZ/MS: 1095628 - AE: 1233671
ENDERE O: r belo horizonte nº 2190 sala 02
MUNIC PIO: CASCAVEL - UF: PR - EXPEDIENTE(S): 0495317/17-7
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE DISTRIBUI O E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: M. R. HOSPITALAR LTDA - ME - CNPJ: 24.009.233/0001-13 - AUTORIZ/MS: 1157435 - AE: 1158293
ENDERE O: RUA ANTONIO FRANCISCO ECCARD Nº 135
MUNIC PIO: SANTO ANT NIO DE P DUA - UF: RJ - EXPEDIENTE(S): 2119328/17-2
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE DISTRIBUI O E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLU O-RE Nº 652, DE 15 DE MAR O DE 2018

A Gerente-Geral de Inspe ão e Fiscaliza ão Sanitária, Substituta, no uso das atribui ões que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolu ão da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabrica ão preconizados em legisla ão vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder (s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certifica ão de Boas Práticas de Fabrica ão de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certifica ão terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publica ão.

Art. 3º Esta Resolu ão entra em vigor na data de sua publica ão.

MARI NGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: OXIGUA U COMERCIO DE OXIGENIO LTDA - EPP - CNPJ: 03.081.556/0001-48 - AUTORIZ/MS: 1154980
ENDERE O: BR277 KM 582
MUNIC PIO: CASCAVEL - UF: PR - EXPEDIENTE(S): 2189312/16-8
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais: Envase
.....
EMPRESA FABRICANTE: ALCON CUS SA
ENDERE O: C/ CAMIL FABRA, 58 - EL MASNOU, BARCELONA - PA S: ESPANHA - CÓ DIGO NICO: A.0019 EMPRESA SOLICITANTE: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - CNPJ: 56.994.502/0001-30
AUTORIZ/MS: 1000685 - EXPEDIENTE(s): 1824793/17-8
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pomadas com Prepara ão Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: BAXTER PHARMACEUTICAL SOLUTIONS LLC
ENDERE O: 927 SOUTH CURRY PIKE, BLOOMINGTON, INDIANA 47403 - PA S: ESTADOS UNIDOS DA AMÉ RICA - CÓ DIGO NICO: A.0081
EMPRESA SOLICITANTE: UNITED MEDICAL LTDA - CNPJ: 68.949.239/0001-46
AUTORIZ/MS: 1025762 - EXPEDIENTE(s): 2118953/17-6
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: BRISTOL-MYERS SQUIBB MANUFACTURING COMPANY
ENDERE O: STATE ROAD Nº 3, KM. 77.5, HUMACAO PUERTO RICO (PR) 00791 - PA S: PORTO RICO - CÓ DIGO NICO: A.0121
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 1686676/17-2
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ENGELHARD ARZNEIMITTEL GMBH & CO. KG
ENDERE O: HERZBERGSTRASSE 3, 61138, NIEDERDORFELDEN - FRANKFURT A.M. - PA S: ALEMANHA - CÓ DIGO NICO: A.0208
EMPRESA SOLICITANTE: FARMOQU MICA S/A - CNPJ: 33.349.473/0001-58
AUTORIZ/MS: 1003906 - EXPEDIENTE(s): 1942436/17-1
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: L quidos não estéreis (Granel): Solu ões
.....
EMPRESA FABRICANTE: SALUTAS PHARMA GMBH
ENDERE O: OTTO-VON-GUERICKE-ALLEE 1-39179-BARLEBEN - PA S: ALEMANHA - CÓ DIGO NICO: A.0538
EMPRESA SOLICITANTE: ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A - CNPJ: 55. 980.684/0001-27
AUTORIZ/MS: 1022141 - EXPEDIENTE(s): 1415316/17-5
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: TORRENT PHARMACEUTICALS LTD.
ENDERE O: VILLAGE BHUD & MAKHNU MAJRA, TEHSIL: BADDI-173205- DISTT. SOLAN (H.P) - PA S: NDIA - CÓ DIGO NICO: A.0615
EMPRESA SOLICITANTE: TORRENT DO BRASIL LTDA - CNPJ: 33. 078.528/0001-32
AUTORIZ/MS: 1005253 - EXPEDIENTE(s): 1849634/17-2
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: UCB PHARMA S.A.
ENDERE O: CHEMIN DU FORIEST, 1420-BRAINE L'ALLEUD - PA S: BÉ LGICA - CÓ DIGO NICO: A.0618
EMPRESA SOLICITANTE: UCB BIOPHARMA LTDA. - CNPJ: 64 711.500/0001-14
AUTORIZ/MS: 1023619 - EXPEDIENTE(s): 2005656/17-7 - 2005532/17-3
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: UCB PHARMA S.A.
ENDERE O: CHEMIN DU FORIEST, 1420-BRAINE L'ALLEUD - PA S: BÉ LGICA - CÓ DIGO NICO: A.0618
EMPRESA SOLICITANTE: UCB BIOPHARMA LTDA. - CNPJ: 64 711.500/0001-14
AUTORIZ/MS: 1023619 - EXPEDIENTE(s): 2005532/17-3 - 2005656/17-7
CERTIFICADO DE BOAS PR TICAS DE FABRICA O DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Solu ões Parenterais de Pequeno Volume com Esteriliza ão Terminal
.....

Este documento pode ser verificado no endere o eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018031900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves P blicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ

10.566.711/0001-81

Endereço Completo

R LUIZ SEGUNDO ROSSONI, Nº 315 - CENTRO CEP: 85.901-170 - TOLEDO/PR

Telefone

(44) 2035-6034

Responsável Técnico

TATIANE CRISTINA FIAMETTI

Responsável Legal

KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

8.06.715-5 (UL99H01457L3)

Data do Cadastro

30/08/2010

Situação

Ativa

Nº do Processo

25023.208794/2010-00

Cadastro

8 - Produtos para Saúde (Correlatos)

Atividades / Classes

Armazenar

- Correlatos

Distribuir

- Correlatos

Expedir

- Correlatos

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado
Nenhum registro encontrado			

Voltar

FABMED COMERCIO E SERVICOS LTDA / 37.267.961/0001-77
25351.290487/2020-13 / 4026378
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685354205

HAL MIX IND. E COM. DE PRODUTOS NATURAIS E ARTIFICIAIS LTDA / 21.940.374/0001-67
25351.283396/2020-13 / 4026351
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669926208

DERMABEAUTY COSMÉTICOS EIRELI / 17.412.406/0001-84
25351.310355/2020-15 / 8210848
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3723827209

M3 TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI / 30.187.943/0001-36
25351.283743/2020-16 / 3098392
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3670784209

BND BIONUCLEAR DIAGOSTICA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA / 50.260.751/0001-15
25351.283454/2020-17 / 8210730
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3669992201

SIRENA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.571.170/0001-36
25351.283408/2020-18 / 4026364
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669941207

VANIQ DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE COSMÉTICOS E CORRELATOS LTDA / 38.462.905/0001-56
25351.290527/2020-19 / 3098452
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685429205
25351.290525/2020-20 / 8210896
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3685428209

Riograndense Distribuidora Ltda / 35.298.827/0001-08
25351.283299/2020-21 / 8210712
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3669792201

GREEN TEC SOLUCOES IMPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 32.606.809/0001-58
25351.290638/2020-25 / 4026455
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3685566202

VIP TRANSPORTE DE CARGAS LTDA / 05.996.122/0005-27
25351.258291/2020-26 / 8210697
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3622085207

APROVI - ARTIGOS DE PROVIMENTO MEDICO HOSPITALAR EIRELI / 28.346.390/0001-75
25351.310374/2020-33 / 1245543
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3723863205

BVP - DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE, HIGIENE PESSOAL E DE COSMETICOS LTDA / 37.395.447/0001-17
25351.310670/2020-34 / 4026411
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3724195206
---
sigma cargo transportes e agenciamento de cargas ltda / 32.146.287/0001-59
25351.231597/2020-35 / 1245361
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3568807206

Leorro Medicamentos LTDA / 34.896.131/0001-10
25351.283508/2020-36 / 8210757
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3670052208

FIXO INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLANTES LTDA / 37.375.351/0001-97
25351.310712/2020-37 / 8210761
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724244207

TRIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 30.851.930/0001-10
25351.310504/2020-38 / 8210821
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3724005202

A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELLI / 38.084.429/0001-87
25351.310568/2020-39 / 1245530
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3724076207

VYS HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA / 37.659.499/0001-53
25351.290793/2020-41 / 8210851
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3685736205

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS EIRELI / 28.486.039/0001-80
25351.855025/2020-46 / 4026333
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2842179200

NERY REBOUÇAS E CIA LTDA / 01.713.259/0001-42
25351.290698/2020-48 / 1245561
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685634208

NEW ESSENCE PRODUTOS MEDICOS E DE ESTETICA LTDA / 28.930.349/0001-41
25351.290784/2020-51 / 1245557
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685727206

SUPER BOY EXPRESS - EIRELI ME / 10.229.393/0001-63
25351.290738/2020-51 / 4026438
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685677209

VANIQ DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE COSMÉTICOS E CORRELATOS LTDA / 38.462.905/0001-56
25351.290512/2020-51 / 4026395
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685421204

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E PRESTADORA DE SERVICOS CAPITAO LIMPEZA EIRELI / 13.770.555/0001-64
25351.894034/2020-52 / 3098449
70379 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 2954118202

ATHOS MEDICAL IMPORTACAO,EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 37.583.757/0001-65
25351.283310/2020-52 / 1245435
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669824201

FABMED COMERCIO E SERVICOS LTDA / 37.267.961/0001-77
25351.310444/2020-53 / 8210834
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3723937209

BVP - DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE, HIGIENE PESSOAL E DE COSMETICOS LTDA / 37.395.447/0001-17
25351.310596/2020-56 / 8210791
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724105207
---
vieira gomes industria e comercio de cosmeticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal ltda / 36.342.401/0001-77
25351.290713/2020-58 / 4026441
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3685651200

TRANSPORTADORA PLIMOR LTDA / 88.085.485/0001-04
25351.740783/2020-61 / 3098361
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2501956202

GREEN TEC SOLUCOES IMPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 32.606.809/0001-58
25351.310509/2020-61 / 3098421
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3724010206

FABMED COMERCIO E SERVICOS LTDA / 37.267.961/0001-77
25351.290510/2020-61 / 3098404
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685398202

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS EIRELI / 28.486.039/0001-80
25351.855037/2020-71 / 8210709
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2842193202

LIFE SUL SP TECNOLOGIA MEDICA LTDA / 35.034.709/0001-92
25351.290780/2020-72 / 8210865
858 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - EXPORTADORA / 3685723201

Riograndense Distribuidora Ltda / 35.298.827/0001-08
25351.283363/2020-73 / 4026347
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669884203

RIOGRANDENSE DISTRIBUIDORA LTDA / 35.298.827/0003-70
25351.283370/2020-75 / 8210726
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3669893202

COTIA VITORIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. / 01.826.229/0003-04
25351.283474/2020-80 / 8210743
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3670013202

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS EIRELI / 28.486.039/0001-80
25351.854994/2020-80 / 1245418
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2842144201

JAMILLY CAVALCANTE LOPES / 37.979.548/0001-35
25351.310463/2020-80 / 3098435
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3723959202

TARGET IMPLANTES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 36.852.938/0001-87
25351.290718/2020-81 / 8210879
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3685656201

Leorro Medicamentos LTDA / 34.896.131/0001-10
25351.283509/2020-81 / 1245470
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3670053204

NERY REBOUÇAS E CIA LTDA / 01.713.259/0001-42
25351.290644/2020-82 / 8210882
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3685572202

GREGORIO E MACHADO LTDA / 30.981.531/0001-73
25351.973899/2020-84 / 1245509
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4093613206

ARTHROM COMERCIO DE IMPLANTES ORTOPEDICOS LTDA / 03.664.933/0002-52
25351.310535/2020-99 / 8210803
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724040202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.965, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 10.566.711/0001-81
25023.208794/2010-00 / 8067155
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0165050205

GOIAS LOGISTICA DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.866.276/0001-00
25351.610954/2012-07 / 3052852
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480137202
25351.749414/2010-08 / 8071085
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480255205

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.016, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 4 de janeiro de 2008, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: OUTLET TRADERS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: rua: antonio angelo carraro, 84
BAIRRO: jardim itu sabara CEP: 91215030 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 09.417.377/0001-15
PROCESSO: 25025.038627/2010-05 AUTORIZ/MS: 2.05504.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: INSUMO P/ PERFUMES / INSUMO P/ COSMÉTICO / INSUMO P/ PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: MARTINELLI E MUFFA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MARGINAL BR 153, Nº 950
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL III CEP: 15115000 - BADY BASSITT/SP
CNPJ: 46.917.936/0001-82
PROCESSO: 25351.156321/2010-34 AUTORIZ/MS: 2.05502.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTE LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DAS INDÚSTRIAS, N.º 389
BAIRRO: ANCHIETA CEP: 9020029 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 88.246.251/0001-00
PROCESSO: 25351.354287/2010-66 AUTORIZ/MS: 2.05505.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: CILCERO CAEIRO DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA WALTER CARNEIRO MACHADO QUADRA 02 LOTE 07
BAIRRO: SETOR PROGRESSO CEP: 75375000 - SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS/GO
CNPJ: 03.425.600/0001-90
PROCESSO: 25351.368025/2010-77 AUTORIZ/MS: 2.05501.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EMBALAR: COSMÉTICOS
FABRICAR: COSMÉTICOS
EMPRESA: DENTAL CAPICHABA LTDA
ENDEREÇO: RUA ALEIXO NETO 454, LOJA A, ED.QUARTIER CENTER
BAIRRO: PRAIA DO CANTO CEP: 29055914 - VITÓRIA/ES
CNPJ: 27.251.529/0001-34
PROCESSO: 25351.313377/2010-91 AUTORIZ/MS: 2.05506.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
EMPRESA: FAST MEDICAL DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA SERRA DE MARACUJÁ, 28 SALAS 1, 2 E 3
BAIRRO: CENTRO CEP: 09920040 - DIADEMA/SP
CNPJ: 04.423.124/0001-30
PROCESSO: 25351.476376/2010-97 AUTORIZ/MS: 2.05507.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: LUNAMED HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: AV. VEREADOR JOSÉ FERREIRA, 325
BAIRRO: CENTRO CEP: 37640000 - EXTREMA/MG
CNPJ: 11.116.640/0001-88
PROCESSO: 25351.354409/2010-99 AUTORIZ/MS: 2.05500.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: OTRIALA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ZGODA Nº 340
BAIRRO: BAIRRO ALTO CEP: 82820440 - CURITIBA/PR
CNPJ: 02.631.147/0001-05
PROCESSO: 25023.027719/20-10 AUTORIZ/MS: 2.05503.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.017, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 4 de janeiro de 2008, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006,

considerando o art. 2º, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

EMPRESA: dife distribuidora de medicamentos ltda.
ENDEREÇO: avenida brasil, 747
BAIRRO: jardim parana CEP: 85935000 - ASSIS CHATEAUBRIAND/PR
CNPJ: 10.566.711/0001-81
PROCESSO: 25023.208794/2010-00 AUTORIZ/MS: UL99H01457L3 (8.06715.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: MOLINA & CAMPOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: R COSME E DAMIAO 280
BAIRRO: JD. MARIA LUCIA CEP: 15047082 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
CNPJ: 06.166.072/0001-90
PROCESSO: 25351.295060/2010-01 AUTORIZ/MS: GW95786XHWHM (8.06698.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMPRESA: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA ASSAHÍ 33/45, 1º ANDAR
BAIRRO: RUDGE RAMOS CEP: 09633010 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 44.363.661/0003-19
PROCESSO: 25351.170514/2010-01 AUTORIZ/MS: 95821483M7H3 (8.06692.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: MULTI RJ 2007 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARREIROS 1014
BAIRRO: RAMOS CEP: 21031755 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 08.983.431/0001-27
PROCESSO: 25351.477448/2010-08 AUTORIZ/MS: PW2863H9M30W (8.06716.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: REPIFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA.
ENDEREÇO: RUA MONSENHOR SALAZAR, 90
BAIRRO: SÃO JOÃO DO TAUAPÉ CEP: 60130370 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 35.230.010/0001-06
PROCESSO: 25351.270338/2010-15 AUTORIZ/MS: X002W30XXH24 (8.06702.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA FREI CANECA 2350
BAIRRO: CENTRO CEP: 85012000 - GUARAPUAVA/PR
CNPJ: 09.254.808/0001-70
PROCESSO: 25351.262742/2010-15 AUTORIZ/MS: PX68W8YLXX61 (8.06704.7)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS
EMPRESA: LIMPATEX RIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA
ENDEREÇO: AV PASTOR MARTIN LUTHER KING JR, 126 - SALA 476 - BLOCO A
BAIRRO: INHAUMA CEP: 20765000 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 39.939.715/0001-40
PROCESSO: 25351.660513/2009-19 AUTORIZ/MS: 35426803L476 (8.06699.1)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMPRESA: MULTIFARMA COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA 02, QUADRA D, LOTE B
BAIRRO: JARDIM SORRISO CEP: 76300000 - CERES/GO
CNPJ: 09.247.239/0001-35
PROCESSO: 25351.348509/2010-19 AUTORIZ/MS: P96856X07405 (8.06714.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: BRASIL PHARMS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA DO CONTORNO 8000, SALA 905
BAIRRO: LOURDES CEP: 30110056 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 09.583.828/0001-94
PROCESSO: 25351.404063/2010-20 AUTORIZ/MS: G7W89X862LYY (8.06705.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: ANDRADE TELLES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV. JOANA ANGÉLICA, Nº 1526
BAIRRO: NAZARÉ CEP: 40050002 - SALVADOR/BA
CNPJ: 07.560.231/0001-07
PROCESSO: 25351.361734/2010-21 AUTORIZ/MS: K0H62H04W281 (8.06712.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: ELETROMED COMERCIAL LTDA ME
ENDEREÇO: RUA CONSTITUICAO, 1438
BAIRRO: VL TIBERIO CEP: 14050470 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 50.170.356/0001-41
PROCESSO: 25351.421058/2010-21 AUTORIZ/MS: 1XY2M323Y856 (8.06706.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: RODAIR TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SECRETÁRIO DIVINO PADRÃO 1180
BAIRRO: ANCHIETA CEP: 35702075 - SETE LAGOAS/MG
CNPJ: 07.765.094/0001-39
PROCESSO: 25351.221393/2010-21 AUTORIZ/MS: UM07WX3MW066 (8.06703.3)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: ELETROMED COMERCIAL LTDA ME
ENDEREÇO: RUA CONSTITUICAO, 1438
BAIRRO: VL TIBERIO CEP: 14050470 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 50.170.356/0001-41
PROCESSO: 25351.421058/2010-21 AUTORIZ/MS: 1XY2M323Y856 (8.06706.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: IMPORT HOSPITALAR LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA SANTOS DUMONT 120
BAIRRO: BURITIZAL CEP: 68902880 - MACAPÁ/AP
CNPJ: 01.324.654/0001-33
PROCESSO: 25351.400471/2010-22 AUTORIZ/MS: K43178W6508M (8.06693.9)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102010083000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ

10.566.711/0001-81

Endereço Completo

R LUIZ SEGUNDO ROSSONI, Nº 315 - CENTRO CEP: 85.901-170 - TOLEDO/PR

Telefone

(44) 2035-6034

Responsável Técnico

TATIANE CRISTINA FIAMETTI

Responsável Legal

KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.08.420-1

Data do Cadastro

26/07/2010

Situação

Ativa

Nº do Processo

25023.208793/2010-74

Cadastro

1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado
Nenhum registro encontrado			

Voltar

Fabricante: Genentech, Inc.
Endereço: 1 DNA Way, South San Francisco, CA 94080
País: Estados Unidos da América Código único: A.0246
Solicitante: Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. CNPJ: 33.009.945/0001-23
Autorização de Funcionamento: 1.00.100-4 Expediente(s): 0710525/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfadornase e polatuzumabe.

Fabricante: GSK Vaccines GmbH
Endereço: Emil-von-Behring Str. 76 und 79, 35041, Marburg
País: Alemanha Código único: A.1390
Solicitante: Fundação Oswaldo Cruz CNPJ: 33.781.055/0001-35
Autorização de Funcionamento: 1.01.063-3 Expediente(s): 0952625/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: vírus da caxumba atenuado.

Fabricante: Kyowa Kirin Co., Ltd.
Endereço: 100-1 Hagiwara-machi, Takasaki, Gunma 370-0013
País: Japão Código Único: A.1337
Solicitante: Mylan Laboratórios Ltda. CNPJ: 11.643.096/0001-22
Autorização de Funcionamento: 1.08.830-7 Expediente(s): 2037659/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: adalimumabe.

Fabricante: Lonza Biologics, Inc.
Endereço: 101 International Drive, Portsmouth, New Hampshire 03801
País: Estados Unidos da América Código único: A.0383
Solicitante: Novartis Biociências SA. CNPJ: 56.994.502/0001-30
Autorização de Funcionamento: 1.00.068-5 Expediente(s): 1114549/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: ofatumumabe.

Fabricante: Merck Serono S.A.
Endereço: Succursale de Corsier-sur-Vevey, Chemin du Fenil, Zone Industrielle B, 1804 Corsier-sur-Vevey.
País: Suíça Código único: A.0409
Solicitante: Fundação Oswaldo Cruz CNPJ: 33.781.055/0001-35
Autorização de Funcionamento: 1.01.063-3 Expediente(s): 1052523/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: betainterferona 1a

Fabricante: Rentschler Biopharma SE
Endereço: Erwin-Rentschler Strasse, 21, Laupheim 88471
País: Alemanha Código único: A.0528
Solicitante: Uno Healthcare Comércio de Medicamentos Ltda. CNPJ: 13.109.151/0001-24
Autorização de Funcionamento: 1.09.271-2 Expediente(s): 1127668/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfavestronidase.

Fabricante: Roche Diagnostics GmbH
Endereço: Nonnenwald 2, 82377, Penzberg
País: Alemanha Código único: A.0530
Solicitante: Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. CNPJ: 33.009.945/0001-23
Autorização de Funcionamento: 1.00.100-4 Expediente(s): 0301134/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: trastuzumabe, alfapeginterferona 2a, alfainterferona 2a, betaepoetina e obinutuzumabe.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.117, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): TODOS OS PRODUTOS DA MARCA VITACOST (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3452672/20-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da comercialização, oferta de venda e propaganda irregulares dos produtos sem o devido registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, por meio do sítio eletrônico www.mdsuplementos.com, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976 e artigo 8º da Lei 5.991; por infringir os disposto no artigo 4º da RDC 243/2018, nos anexos I e V da IN 28/2018, no anexo II da RDC 27/2020, inciso II do artigo VII da RDC 243/2018 e Portaria 344/1998. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos físicos e veículos de comunicação que comercializem e/ou divulguem os produtos.
.....
2. Empresa: Antônio Gama Agronegócio ME - CNPJ: 01.422.144/0001-82
Produto - Apresentação (Lote): POMADA DE BARBATIMÃO DE ALAGOAS (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3340219/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação de comercialização e propaganda irregulares do produto, sem registro ou notificação na Anvisa, fabricado pela empresa Antonio Gama Agronegócios - ME (CNPJ 01.422.144/0001-82), em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei 6360/1976. As medidas de proibição da propaganda e comércio determinadas se aplicam a qualquer veículo de comunicação ou estabelecimento comercial.
.....
3. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): THE PINK PILL (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3437697/20-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da comercialização, anúncio de venda e propaganda irregulares do produto composto por Energy Booster e Testosterone Booster/Fructus tribuli - Tribulis terrestris sem registro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, por meio do sítio eletrônico thepinkpill.com.br e pelo perfil do Facebook The Pink Pill @thepinkpillbrasil, em desacordo com o artigos 2º, 12 e 59 da Lei nº 6.360/1976, o artigo 8º da Lei 5.991 de 1973 e o artigo 3º da RDC 96 de 2008; por não atender aos preceitos do inciso VII do artigo 3º e do artigo 4º RDC 243/2018 e dos anexos da IN 28/2018, para suplementos alimentares tampouco aos preceitos da RDC 21/2014, artigos 2º, 4º, 6º, 7º e 8º, para produtos da MTC. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos físicos e veículos de comunicação que comercializem e/ou divulguem os produtos.
.....
4. Empresa: Weber Naturals - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): WEBBER NATURALS ECHINACEA EXTRA STRENGTH (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3447116/20-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da comercialização e propaganda irregulares de produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, por meio do sítio eletrônico www.mdsuplementos.com, em desacordo com o Arts. 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos físicos e veículos de comunicação que comercializem e/ou divulguem os produtos.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n° 2.991, de 12 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 157, de 17 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 85, referente à certificação da empresa LABORATÓRIO GLOBO LTDA.

Onde se lê: Pastas

Leia-se: Pomadas

Na Resolução-RE n° 2.263, de 15 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 159, de 19 de agosto de 2019, Seção 1, pág. 67, e em Suplemento, pág. 47, referente à certificação da empresa GLENMARK PHARMACEUTICALS LTD.

Onde se lê: Soluções Aerossóis; Suspensões Aerossóis

Leia-se: Soluções; Suspensões

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.847, de 10 de Outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº. 199, de 14 de Outubro de 2019, Seção 1, pág. 58 e em suplemento da Seção 1, pág. 36, referente a certificação da empresa BMR MedicalL Ltda - EPP, CNPJ n.º 07.213.544/0001-80, conforme expedientes nº 0098251/19-2 e 3155670/20-7.

Onde se lê: CEP: 0304938/15-8

Leia-se: CEP: 83.430-000

Na Resolução RE nº 3.544, de 9 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº. 176, de 14 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 96, referente a certificação da empresa Reach Surgical, INC., solicitada pela Medstar Importação e Exportação Eireli, CNPJ n.º 03.580.620/0001-35, conforme expedientes nº 0301173/20-6 e 3125774/20-9 .

Onde se lê: Endereço: 5 Fourth Street, Buiding B, 4th floor - Teda, Tianjin - China Produto: Materiais de uso médico da classe III.

Leia-se: Endereço: 120 Xinxing Road, West Zone , Teda, Tianjin - China Produto: Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico da classe III.

Na Resolução RE nº 590, de 27 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº. 41, de 2 de março de 2020, Seção 1, pág. 71, referente a certificação da empresa Pulsion Medical Systems SE, solicitada pela Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda., CNPJ n.º. 06.028.137/0001-30, conforme expedientes nº 0593282/19-3 e 0658690/20-5.

Onde se lê: Maquet do Brasil Equipamentos Médicos Ltda.

Leia-se: Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.119, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOZ4LIFE TECNOLOGIA EIRELI / 17.796.006/0001-10
25351.828051/2020-00 / 8205042
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3231112206

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 10.566.711/0001-81
25023.208793/2010-74 / 1084201
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0165019200

DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA PARAÍBA LTDA / 07.238.005/0001-04
25351.733873/2014-91 / 1134618
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1921190202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.120, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

STOA INDUSTRIA COSMETICA LTDA / 37.088.088/0001-55
25351.854824/2020-03 / 4024269
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2841959201

PETONY TRANSPORTES LTDA / 08.375.242/0001-71
25351.854764/2020-11 / 3097076
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2841795209

CRUZ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 26.748.035/0001-05
25351.854926/2020-11 / 1243283

CNPJ: 15.311.878/0001-15
PROCESSO: 25351.296167/2017-47 AUTORIZ/MS: 3.07595.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: SOGER COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA SILVA RAMOS, 420
BAIRRO: CENTRO CEP: 69025030 - MANAUS/AM
CNPJ: 20.644.065/0001-87
PROCESSO: 25351.480371/2017-61 AUTORIZ/MS: 3.07592.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: NOBILE MEDICAL EIRELI - EPP
ENDEREÇO: RUA MINISTRO ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 194 QH LT 56 a 58 cond. acordo empresarial, G 9
BAIRRO: BURAQUINHO CEP: 42700000 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 17.462.476/0001-47
PROCESSO: 25351.478001/2017-63 AUTORIZ/MS: 3.07593.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: ROSICLER CIRÚRGICA LTDA - EPP
ENDEREÇO: AV 12 2606
BAIRRO: JARDIM SAO PAULO CEP: 13503019 - RIO CLARO/SP
CNPJ: 57.365.116/0001-41
PROCESSO: 25351.454909/2017-81 AUTORIZ/MS: 3.07588.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: MEDLOG DISTRIBUIDORA E LOGISTICA DE MEDICAMENTOS E MAT MEDICO HOSP LTDA-ME
ENDEREÇO: AV. BRASILIA S/N QD 66 LT 08
BAIRRO: VILA BRASILIA CEP: 74905190 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 13.478.872/0001-01
PROCESSO: 25351.475046/2017-86 AUTORIZ/MS: 3.07589.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.513, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: SÃO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA: ZACARIAS DE PAULA XAVIER, 407 SALA 04
BAIRRO: CENTRO CEP: 83414160 - COLOMBO/PR
CNPJ: 15.488.297/0001-53
PROCESSO: 25351.011034/2016-40 AUTORIZ/MS: 2.08638.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: FORTE BELLA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE HIGIENE LTDA
ENDEREÇO: ALBERTO BINS, 413
BAIRRO: CENTRO CEP: 94935440 - CACHOEIRINHA/RS
CNPJ: 08.610.074/0001-51
PROCESSO: 25351.353663/2010-57 AUTORIZ/MS: 2.05593.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: CBN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA BOM PASTOR Nº 2.348, MODULO 11
BAIRRO: OURO FINO CEP: 83015140 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 07.757.548/0001-20
PROCESSO: 25351.204142/2014-69 AUTORIZ/MS: 2.07365.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: HERBIA COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E ORGANICOS LTDA. - ME
ENDEREÇO: RUA DONA FRANCISCA, 8300
BAIRRO: PERINI BUSINESS PARK CEP: 8921600 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 07.732.785/0001-36
PROCESSO: 25351.172076/2011-84 AUTORIZ/MS: 2.05896.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS NUNES E GOMES LTDA ME
ENDEREÇO: R AURELIO XAVIER LUCINDA, 45
BAIRRO: REZENDE CEP: 37062330 - VARGINHA/MG
CNPJ: 12.628.603/0001-11
PROCESSO: 25351.368513/2017-97 AUTORIZ/MS: 2.09468.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: POLO SUL COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA ANITA GARIBALDI, 1345
BAIRRO: ANITA GARIBALDI CEP: 89203332 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 00.868.201/0001-05
PROCESSO: 25351.382146/2011-99 AUTORIZ/MS: 2.05983.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DINAMICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.- EPP
ENDEREÇO: Avenida Alcindo Cacela nº 1264, Edif. Empire Center Salas 806 e 807
BAIRRO: Umarizal CEP: 66065267 - BELÉM/PA
CNPJ: 12.544.921/0001-02
PROCESSO: 25351.516038/2015-04 AUTORIZ/MS: 1.14516.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA DOUTOR RONALDO CUNHA CAMPOS Nº 31
BAIRRO: NOSSA SENHORA DA ABADIA CEP: 38026560 - UBERABA/MG
CNPJ: 20.593.359/0001-27
PROCESSO: 25351.753113/2014-05 AUTORIZ/MS: 1.13139.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: PINT PHARMA PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES E FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA TRINDADE, 125 - BLOCO 3
BAIRRO: JARDIM MARGARIDA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 21.896.000/0001-91
PROCESSO: 25351.203011/2015-31 AUTORIZ/MS: 1.13900.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: SÃO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA: ZACARIAS DE PAULA XAVIER, 407 SALA 04
BAIRRO: CENTRO CEP: 83414160 - COLOMBO/PR
CNPJ: 15.488.297/0001-53
PROCESSO: 25351.010979/2016-36 AUTORIZ/MS: 1.15409.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Ribeiro e santos ltda
ENDEREÇO: AVHERMES ERNESTO DAMASCENO S/N LOTE 23 QUADRA 05 LOTE NUPORANGA
BAIRRO: SANTA LUCIA CEP: 57082015 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 22.372.402/0001-50
PROCESSO: 25351.986851/2016-43 AUTORIZ/MS: 1.15377.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BIOMM SA
ENDEREÇO: praça carlos chagas, 49 - 8. andar
BAIRRO: santo agostinho CEP: 30170020 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 04.752.991/0001-10
PROCESSO: 25351.012236/2015-56 AUTORIZ/MS: 1.13348.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NIPRO MEDICAL CORPORATION PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA EMBAIXADOR MACEDO SOARES Nº 10.735, GALPÃO 22/24
BAIRRO: VILA ANASTÁCIO CEP: 05095035 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 13.333.090/0001-84
PROCESSO: 25351.371091/2016-61 AUTORIZ/MS: 1.15885.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Dife Distribuidora de Medicamentos Ltda me
ENDEREÇO: R PRESIDENTE COSTA E SILVA 525
BAIRRO: CENTRO CEP: 85935000 - ASSIS CHATEAUBRIAND/PR
CNPJ: 10.566.711/0001-81
PROCESSO: 25023.208793/2010-74 AUTORIZ/MS: 1.08420.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME
ENDEREÇO: R CAPITAO BRENO N 196 QUADRA 89 LOTE 12
BAIRRO: VILA ROSA CEP: 74345060 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 04.847.959/0001-18
PROCESSO: 25351.716755/2015-81 AUTORIZ/MS: 1.14877.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ENEILE DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA RIO GRANDE DO SUL N° 270
BAIRRO: JARDIM ALVORADA CEP: 06612220 - JANDIRA/SP
CNPJ: 16.927.572/0001-50
PROCESSO: 25351.419527/2013-96 AUTORIZ/MS: 1.09711.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DSP INDUSTRIAL EIRELLI EPP
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 303
BAIRRO: OURO VERDE II CEP: 83606290 - CAMPO LARGO/PR
CNPJ: 03.960.018/0001-23
PROCESSO: 25023.020225/2002-00 AUTORIZ/MS: PX937730WM85 (8.01169.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102017092500087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ

10.566.711/0001-81

Endereço Completo

R LUIZ SEGUNDO ROSSONI, Nº 315 - CENTRO CEP: 85.901-170 - TOLEDO/PR

Telefone

(44) 2035-6034

Responsável Técnico

TATIANE CRISTINA FIAMETTI

Responsável Legal

KELLY HARIADINE DOS SANTOS RIBAS DO COUTO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

3.06.019-1

Data do Cadastro

15/09/2014

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.520191/2014-58

Cadastro

3 - Saneantes

Atividades / Classes

Armazenar

- Saneante Domis.

Distribuir

- Saneante Domis.

Expedir

- Saneante Domis.

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado
Nenhum registro encontrado			

Voltar

FABMED COMERCIO E SERVICOS LTDA / 37.267.961/0001-77
25351.290487/2020-13 / 4026378
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685354205

HAL MIX IND. E COM. DE PRODUTOS NATURAIS E ARTIFICIAIS LTDA / 21.940.374/0001-67
25351.283396/2020-13 / 4026351
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669926208

DERMABEAUTY COSMÉTICOS EIRELI / 17.412.406/0001-84
25351.310355/2020-15 / 8210848
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3723827209

M3 TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI / 30.187.943/0001-36
25351.283743/2020-16 / 3098392
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3670784209

BND BIONUCLEAR DIAGOSTICA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA / 50.260.751/0001-15
25351.283454/2020-17 / 8210730
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3669992201

SIRENA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.571.170/0001-36
25351.283408/2020-18 / 4026364
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669941207

VANIQ DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE COSMÉTICOS E CORRELATOS LTDA / 38.462.905/0001-56
25351.290527/2020-19 / 3098452
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685429205
25351.290525/2020-20 / 8210896
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3685428209

Riograndense Distribuidora Ltda / 35.298.827/0001-08
25351.283299/2020-21 / 8210712
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3669792201

GREEN TEC SOLUCOES IMPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 32.606.809/0001-58
25351.290638/2020-25 / 4026455
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3685566202

VIP TRANSPORTE DE CARGAS LTDA / 05.996.122/0005-27
25351.258291/2020-26 / 8210697
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3622085207

APROVI - ARTIGOS DE PROVIMENTO MEDICO HOSPITALAR EIRELI / 28.346.390/0001-75
25351.310374/2020-33 / 1245543
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3723863205

BVP - DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE, HIGIENE PESSOAL E DE COSMETICOS LTDA / 37.395.447/0001-17
25351.310670/2020-34 / 4026411
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3724195206
---
sigma cargo transportes e agenciamento de cargas ltda / 32.146.287/0001-59
25351.231597/2020-35 / 1245361
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3568807206

Leorro Medicamentos LTDA / 34.896.131/0001-10
25351.283508/2020-36 / 8210757
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3670052208

FIXO INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLANTES LTDA / 37.375.351/0001-97
25351.310712/2020-37 / 8210761
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724244207

TRIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 30.851.930/0001-10
25351.310504/2020-38 / 8210821
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3724005202

A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELLI / 38.084.429/0001-87
25351.310568/2020-39 / 1245530
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3724076207

VYS HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA / 37.659.499/0001-53
25351.290793/2020-41 / 8210851
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3685736205

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS EIRELI / 28.486.039/0001-80
25351.855025/2020-46 / 4026333
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2842179200

NERY REBOUÇAS E CIA LTDA / 01.713.259/0001-42
25351.290698/2020-48 / 1245561
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685634208

NEW ESSENCE PRODUTOS MEDICOS E DE ESTETICA LTDA / 28.930.349/0001-41
25351.290784/2020-51 / 1245557
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685727206

SUPER BOY EXPRESS - EIRELI ME / 10.229.393/0001-63
25351.290738/2020-51 / 4026438
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685677209

VANIQ DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE COSMÉTICOS E CORRELATOS LTDA / 38.462.905/0001-56
25351.290512/2020-51 / 4026395
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685421204

DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E PRESTADORA DE SERVICOS CAPITAO LIMPEZA EIRELI / 13.770.555/0001-64
25351.894034/2020-52 / 3098449
70379 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 2954118202

ATHOS MEDICAL IMPORTACAO,EXPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA / 37.583.757/0001-65
25351.283310/2020-52 / 1245435
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669824201

FABMED COMERCIO E SERVICOS LTDA / 37.267.961/0001-77
25351.310444/2020-53 / 8210834
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3723937209

BVP - DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE, HIGIENE PESSOAL E DE COSMETICOS LTDA / 37.395.447/0001-17
25351.310596/2020-56 / 8210791
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724105207
---
vieira gomes industria e comercio de cosmeticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal ltda / 36.342.401/0001-77
25351.290713/2020-58 / 4026441
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3685651200

TRANSPORTADORA PLIMOR LTDA / 88.085.485/0001-04
25351.740783/2020-61 / 3098361
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2501956202

GREEN TEC SOLUCOES IMPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 32.606.809/0001-58
25351.310509/2020-61 / 3098421
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3724010206

FABMED COMERCIO E SERVICOS LTDA / 37.267.961/0001-77
25351.290510/2020-61 / 3098404
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3685398202

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS EIRELI / 28.486.039/0001-80
25351.855037/2020-71 / 8210709
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2842193202

LIFE SUL SP TECNOLOGIA MEDICA LTDA / 35.034.709/0001-92
25351.290780/2020-72 / 8210865
858 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - EXPORTADORA / 3685723201

Riograndense Distribuidora Ltda / 35.298.827/0001-08
25351.283363/2020-73 / 4026347
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3669884203

RIOGRANDENSE DISTRIBUIDORA LTDA / 35.298.827/0003-70
25351.283370/2020-75 / 8210726
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3669893202

COTIA VITORIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. / 01.826.229/0003-04
25351.283474/2020-80 / 8210743
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3670013202

ACERTA EXPRESS TRANPORTES DE CARGAS AEREAS E RODOVIARIAS EIRELI / 28.486.039/0001-80
25351.854994/2020-80 / 1245418
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2842144201

JAMILLY CAVALCANTE LOPES / 37.979.548/0001-35
25351.310463/2020-80 / 3098435
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3723959202

TARGET IMPLANTES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 36.852.938/0001-87
25351.290718/2020-81 / 8210879
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3685656201

Leorro Medicamentos LTDA / 34.896.131/0001-10
25351.283509/2020-81 / 1245470
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3670053204

NERY REBOUÇAS E CIA LTDA / 01.713.259/0001-42
25351.290644/2020-82 / 8210882
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3685572202

GREGORIO E MACHADO LTDA / 30.981.531/0001-73
25351.973899/2020-84 / 1245509
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4093613206

ARTHROM COMERCIO DE IMPLANTES ORTOPEDICOS LTDA / 03.664.933/0002-52
25351.310535/2020-99 / 8210803
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3724040202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.965, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 10.566.711/0001-81
25023.208794/2010-00 / 8067155
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0165050205

GOIAS LOGISTICA DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.866.276/0001-00
25351.610954/2012-07 / 3052852
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480137202
25351.749414/2010-08 / 8071085
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480255205

NSG COMERCIO LTDA / 06.300.403/0001-32
25351.350295/2013-15 / 8097489
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3482478201

AUDAX MED PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP / 21.881.617/0001-33
25351.366244/2015-17 / 1141761
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3739645202

D P AGUIAR EIRELI / 33.834.782/0001-13
25351.748488/2019-19 / 8194323
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3482332207

CANAVERAL PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI - EPP / 07.052.432/0001-95
25351.726624/2011-20 / 3052593
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0212828204
25351.726624/2011-20 / 3052593
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3739849207
25351.726624/2011-20 / 3052593
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 3739885203

UDIMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA EPP / 59.629.519/0001-86
25351.471495/2015-21 / 1144034
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3739695200

D P AGUIAR EIRELI / 33.834.782/0001-13
25351.748491/2019-32 / 1198592
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3482471207

BONZAO INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 19.232.159/0001-60
25351.530091/2014-33 / 3060281
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2037313199

ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA / 01.125.797/0011-98
25351.721432/2018-36 / 8173601
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3482368201

ORGANICS MED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.825.303/0001-28
25351.745993/2020-45 / 1242379
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3482532206

MaltaCare Distribuidora Eireli / 29.412.918/0001-20
25351.606137/2018-51 / 8171295
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3482505209

TIDIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP / 25.296.849/0001-85
25351.408363/2005-53 / 8028826
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3482392200

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 10.566.711/0001-81
25351.520191/2014-58 / 3060191
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0165023208

IMPLANTES MEDICOS BAHIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA - ME / 15.463.170/0001-80
25351.501402/2014-61 / 8109797
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3482553203

GOIAS LOGISTICA DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.866.276/0001-00
25351.501904/2014-62 / 1115382
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480135200

GRANDES MARCAS - COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 05.413.063/0001-93
25351.080647/2005-71 / 8024289
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3482390207

ORGANICS MED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.825.303/0001-28
25351.746021/2020-78 / 8206187
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3482373205
25351.746021/2020-78 / 8206187
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3482394202

BIOVALENT PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA / 22.665.044/0001-73
25351.645524/2015-78 / 8129019
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3482375208

D P AGUIAR EIRELI / 33.834.782/0001-13
25351.748502/2019-84 / 3091731
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3482542201

GOIAS LOGISTICA DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.866.276/0001-00
25351.749386/2010-89 / 2057666
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3480244203

A J MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E ALIMENTÍCIOS LTDA - ME / 10.954.672/0001-90
25351.640322/2017-93 / 8158822
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3568649209

RECOMED TRADING EIRELI / 01.575.704/0001-55
25000.011846/98-00 / 1036227
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3482229201

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.966, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PSG COMERCIO FARMACEUTICO EIRELI / 23.416.453/0001-07
25351.709835/2020-21 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2407204204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O Relatório de Inspeção descreve a atividade de farmácia e não de distribuidora.

UTILAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI / 04.196.495/0001-27
25351.290600/2020-52 /
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3685523201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, Nº 8.09574-7, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A empresa deve solicitar alteração por ampliação de atividade.

GVFARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 34.938.686/0001-88
25351.854927/2020-65 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2842070208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Nexpresscargo Terceirização e Logística Eireli / 09.082.543/0001-70
25351.934826/2020-77 /
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3071193203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.967, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

KUERTEN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 02.093.733/0001-43
25351.179196/2020-67 / 3092983
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3739689200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado não informa sua validade e foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 2.448, de 3 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 174, de 9 de setembro de 2019, Seção 1, Pag. 196, e em Suplemento, Págs. 68 e 73.

Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA PINHEIRO LTDA
ENDEREÇO: R PIO NOROES 812
BAIRRO: JOAO CABARAL CEP: 63051175 - JUAZEIRO DO NORTE/CE
CNPJ: 30.726.413/0001-19
PROCESSO: 25351.626776/2018-32
AUTORIZ/MS: 7.61008-7
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
FRACIONAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA PINHEIRO LTDA
ENDEREÇO: R PIO NOROES 812
BAIRRO: JOAO CABARAL CEP: 63051175 - JUAZEIRO DO NORTE/CE
CNPJ: 30.726.413/0001-19
PROCESSO: 25351.626776/2018-32
AUTORIZ/MS: 7.61008-7
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
FRACIONAMENTO

Na Resolução - RE nº 1.182, de 2 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 85, de 6 de maio de 2019, Seção 1, Pag. 55, e em Suplemento, Págs. 50 e 137.

Onde se lê:
EMPRESA: K. E. COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP
ENDEREÇO: TRAVESSA MACEIO 265
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRACAS CEP: 69057011 - MANAUS/AM
CNPJ: 07.443.753/0001-10

ANEXO

EMPRESA: COTY BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SENADOR DANTAS Nº 71, SALA 1406
BAIRRO: CENTRO CEP: 20031202 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 00.999.968/0001-73
PROCESSO: 25351.518712/2014-04 AUTORIZ/MS: 2.07612.6
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: QUATRO IRMAOS SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA DE SANTANA, 150 SALA 101
BAIRRO: CENTRO CEP: 20230260 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 08.239.521/0001-08
PROCESSO: 25351.520186/2014-71 AUTORIZ/MS: 2.07610.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: FUTURO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP-MATRIZ
ENDEREÇO: AV SENADOR QUEIROZ, No° 312 -SalaS 1401-1402-1403-1404
BAIRRO: CENTRO CEP: 01026000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.664.689/0001-06
PROCESSO: 25351.344615/2014-86 AUTORIZ/MS: 2.07611.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.521, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: VIDFARMA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 232 KM 63 S/Nº
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL CEP: 55630000 - POMBOS/PE
CNPJ: 03.993.167/0001-99
PROCESSO: 25351.083639/2012-14 AUTORIZ/MS: 2.06289.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: PUIG BRASIL COMERCIALIZADORA DE PERFUMES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDAS DAS AMÉRICAS, 3301 - BLOCO 03, SALAS 202 E 301
BAIRRO: BARRA DA TIJUCA CEP: 22631003 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 04.177.443/0001-03
PROCESSO: 25351.012581/01-55 AUTORIZ/MS: 2.03186.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: Sidone Indústria e Comércio Ltda
ENDEREÇO: Rua das Garças, nº 445
BAIRRO: Cidade Jardim CEP: 38412044 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 01.094.693/0001-91
PROCESSO: 25000.016657/98-14 AUTORIZ/MS: 2.02702.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
PRODUZIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.522, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: TRANSPORTADORA AQUARIUN LTDA.
ENDEREÇO: Avenida Marginal 200, 600
BAIRRO: Vila Real CEP: 18606294 - BOTUCATU/SP
CNPJ: 53.982.542/0001-73
PROCESSO: 25351.523804/2014-32
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.523, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: IANA WAY INDUSTRIA DE ALIMENTOS, COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: travessa mauriti, 421
BAIRRO: sacramenta CEP: 66083000 - BELÉM/PA
CNPJ: 01.594.655/0001-06
PROCESSO: 25351.513745/2014-34 AUTORIZ/MS: 3.06018.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: Dife Distribuidora de Medicamentos Ltda.
ENDEREÇO: Avenida Brasil, 747
BAIRRO: Jardim Paraná CEP: 85935000 - ASSIS CHATEAUBRIAND/PR
CNPJ: 10.566.711/0001-81
PROCESSO: 25351.520191/2014-58 AUTORIZ/MS: 3.06019.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: q´zoflor industria de saneantes domesticos ltda
ENDEREÇO: BR343 KM 21 SN - DISTRITO INDUSTRIAL
BAIRRO: SABIAZAL CEP: 64212790 - PARNAÍBA/PI
CNPJ: 14.231.293/0001-22
PROCESSO: 25351.524588/2014-67 AUTORIZ/MS: 3.06020.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.524, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: KOTIK COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE NOVAES, Nº 55
BAIRRO: CENTRO CEP: 29010490 - VITÓRIA/ES
CNPJ: 01.748.352/0001-92
PROCESSO: 25351.017638/2010-28 AUTORIZ/MS: 3.04277.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: ROSATEX DO NORDESTE PRODUTOS SANEANTES LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 101 NORTE, S/N, KM 52,5
BAIRRO: TIMBÓ CEP: 53520015 - ABREU E LIMA/PE
CNPJ: 05.642.147/0001-07
PROCESSO: 25351.222927/2004-81 AUTORIZ/MS: 3.02958.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: DA ILHA COMERCIO DE ALCOOL LTDA.
ENDEREÇO: RODOVIA DOS MINÉRIOS - KM 08 96
BAIRRO: CENTRO CEP: 83507000 - ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR
CNPJ: 78.700.929/0001-10
PROCESSO: 25023.000063/88 AUTORIZ/MS: 3.00166.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EXPORTAR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA.
ENDEREÇO: Rua Vereador Mario Cardoso Ferreira, 359 Distrito Industrial Alvorada/Viamão (DIAV)
BAIRRO: Tijuca CEP: 94836195 - ALVORADA/RS
CNPJ: 87.174.991/0001-07
PROCESSO: 25025.000148/87 AUTORIZ/MS: 3.00942.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.525, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento das Empresas de Produtos para Saúde, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: IMPORTADORA DEFAMA LTDA
ENDEREÇO: RUA MARQUES DO POMBAL 1836
BAIRRO: HIGIENOPOLIS CEP: 90540000 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 92.734.748/0001-36
PROCESSO: 25025.023505/96 AUTORIZ/MS: 1.03049.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014091500196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

76.205.806/0001-88

RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586 - CENTRO - TOLEDO - PR

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO nº 988269

O Município de Toledo, conforme protocolo nº 46980/2022 de 18/10/2022 00:00:00 concede alvará de licença para localização a:

Nome: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 10.566.711/0001-81
Localização: RUA LUIZ SEGUNDO ROSSONI, 315 - CENTRO CEP: 85901170 Toledo - PR

Atividades

4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar.

4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal.

4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos.

Horário de funcionamento: Comercial
Segunda à Sábado das 08:00 às 22:00
Emitido em 18/10/2022 09:14:10 **Válido até** 20/10/2023 00:00:00

Vistorias

Data	Natureza	Laudo	Validade
30/06/2022	LAUDO DE VISTORIA DO BOMBEIRO	1095853-18	30/06/2023
07/03/2022	LAUDO DA VIGILANCIA SANITARIA	946/2022	07/03/2023

Observações

1 - O presente alvará só tem efeito para o período e para as atividades acima especificadas, ficando sujeito à renovação anual. As demais atividades não estão licenciadas pelo Munícipio, ainda que constem no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

2 - Será exigida a renovação da licença sempre que ocorrerem mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

3 - Nos casos de alterações tais como: mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, cessação de atividades, etc., o contribuinte ou responsável deverá comunicar o fato à Administração Tributária dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE: Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o Fisco. Futuramente, você precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Alvará emitido pela internet em 18/10/2022 09:14:10.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Conferir autenticidade em www.toledo.pr.gov.br

Codigo de autencidade 9ZTMJCP9U3ZJX28ATUU

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90466514-29	10.566.711/0001-81	01/2009

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	**RUA LUIZ SEGUNDO ROSSONI, 315 - CENTRO - CEP 85901-170** **FONE: (44) 3528-5218**
Município de Instalação	**TOLEDO - PR, DESDE 04/2019**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 01/2021**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS**
	4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS
	4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
	4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
	4647-8/01 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA
	4649-4/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO
	4649-4/04 - COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
	4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR
	4651-6/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**032.346.329-01**	**CRYSTIAN EVANDRO LINDNER**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 11/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90466514-29

Emitido Eletronicamente via Internet
09/02/2023 14:21:43

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.566.711/0001-81 **MATRIZ**		**07/01/2009**

NOME EMPRESARIAL
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R LUIZ SEGUNDO ROSSONI	**315**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.901-170	**CENTRO**	**TOLEDO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DIFEMEDICAMENTOS@HOTMAIL.COM	**(45) 2035-6034**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**07/01/2009**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/01/2023** às **09:54:55** (data e hora de Brasília).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
19321	31/03/2027	7E3B4DE14E3B59F5463E77E101B7FB99

231673

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA DIFE

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA LUIZ SEGUNDO ROSSONI 315	10.566.711/0001-81

LOCALIDADE	CIDADE - UF
CENTRO	TOLEDO-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	23595	TATIANE CRISTINA FIAMETTI	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 22 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.566.711/0001-81

Razão Social: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Endereço: R LUIZ SEGUNDO ROSSONI 315 DIFE MEDICAMENTOS / CENTRO / TOLEDO / PR / 85901-170

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:03/02/2023 a 04/03/2023

Certificação Número: 2023020302005897493095

Informação obtida em 14/02/2023 09:56:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/379308032242019647 60

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 379308032242019647 60-1
Data: 08/03/2022 15:13:32
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMR59412-GN0J;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

SUS

LICENÇA SANITÁRIA

Nº 946/2022

PROTOCOLO: 1208/2022
RAZÃO SOCIAL: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
NOME FANTASIA: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
CNPJ/CPF: 10.566.711/0001-81
ENDEREÇO: RUA LUIZ SEGUNDO ROSSONI, 315 **BAIRRO:** CENTRO

ATIVIDADE:
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, inclusive medicamentos de controle especial
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.
46.45-1-03 – Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.49-4-08 – Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Tatiane Cristina Fiametti **CRF/PR:** 23.595
DATA DE EMISSÃO: 07/03/2022 **VENCIMENTO:** **07/03/2023**

DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 10566711/0001-81 00181

Juliana Beux Konno
Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde
Portaria nº [illegible] de 05/07/2021

JULIANA BEUX KONNO
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ESTA LICENÇA DEVERÁ SER RENOVADA ANUALMENTE, FICANDO EM CASO DE VENCIMENTO, SUJEITA A PENALIDADES PREVISATA PELA LESGISLAÇÃO.

ESTE DOCUMENTO DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO (art. 166 - Código de Saúde do Paraná)

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Venancio Luiz Gomes Fernandes, em terça-feira, 8 de março de 2022 15:35:41 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/03/2022 15:43:50 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 37930803224201964760-1
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b61fcb4d6dbc8588c2bc5f49506f7cd4ed6e93caf0a932f343adcf5d527a7cea51d1022edcf5e73ffd23ab03a9011a00cc157297d1a1ff043255bfb18530caaa2

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 028364626-50

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.566.711/0001-81**
Nome: **DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 07/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (07/11/2022 08:19:26)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 10.566.711/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:19:29 do dia 09/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/05/2023.
Código de controle da certidão: **8E06.8428.A5D9.8DD7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS) 1024/2023

IMPORTANTE:	FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo a empresa com a Localização descrita abaixo.

VALIDADE: 10/03/2023	**CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJCUFFH3JZX28STEG**

RAZÃO SOCIAL: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
988269	10.566.711/0001-81	9046651429	988269

ENDEREÇO

RUA LUIZ SEGUNDO ROSSONI, 315 - CENTRO CEP: 85901170 Toledo - PR

ATIVIDADES

Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, Comércio atacadista de produtos odontológicos

Observações:

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 09/01/2023.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.toledo.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.566.711/0001-81
Certidão nº: 2569504/2023
Expedição: 19/01/2023, às 08:14:05
Validade: 18/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.566.711/0001-81**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.566.711/0001-81**	DUNS®:	**899749569**
Razão Social:	**DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**08/05/2023**
FGTS		Validade:	**04/03/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**08/05/2021** (*)
Receita Municipal	Validade:	**03/05/2021** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/05/2021** (*)

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ — Número documento: 10566711000181

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: até:

Data de Início Impedimento: de: até:

Data de Fim Impedimento: de: até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

3 Itens encontrados

Relação de Processos Compra

Município	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Data Início	Data fim	Tipo Sanção	Situação
ASSIS CHATEAUBRIAND	10.566.711/0001-81	DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	23/10/2019	23/10/2020		Expirado
PRUDENTÓPOLIS	10.566.711/0001-81	DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	15/09/2021	15/03/2022	Suspensão do direito licitar e contratar	Expirado
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	10.566.711/0001-81	DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	17/12/2014	18/12/2014		Expirado

Download Lista Impedidos

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	03234632901
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 13:27) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 032.346.329-01.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.5984.ECA9.E868 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CRYSTIAN EVANDRO LINDNER**

CPF/CNPJ: **032.346.329-01**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:27:59 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: KZQB160223132759

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **CRYSTIAN EVANDRO LINDNER**

CPF: **032.346.329-01**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:28:11 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: NTF2160223132811

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 13:26:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **10.566.711/0001-81**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 03234632901

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 13:20:03
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
43300055051	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
RSE2200765306

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		025	3	EXTINCAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		027	1	ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF

VERA CRUZ
Local

24 Novembro 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/389.690-0	RSE2200765306	11/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	24/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLÁUDIA BUTZLAFF LUEDKE	25/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

ATA DE ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

(lavrada em forma de sumário)

1. **Data, Hora e Local:** No dia 01 de novembro de 2022, às 08:00 horas, na sede da MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A. ("Companhia"), localizada na Rua Norberto Otto Wild, nº 420, Bairro Imigrante, Cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 96.880-000.

2. **Presença:** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo art. 127 da Lei nº 6.404/76, estando presente a integralidade dos acionistas: **CLÁUDIA BUTZLAFF LUEDKE**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, auxiliar de escritório, natural de Herveiras, RS, nascida em 07/11/1977, residente e domiciliada na Avenida General Flores da Cunha, 414 – Apto. 09 - Bairro Centro, Sinimbu, RS, CEP: 96.890-000, portadora da Carteira de Identidade n° 5066004895, expedida pela SJS/RS, em 22/11/2004, inscrita no CPF sob o nº 808.635.900-04; e **ADRIANA WILKE MARQUES**, brasileira, solteira, empresária, natural de Santa Cruz do Sul, RS, nascida em 10/07/1969, residente e domiciliada na Avenida Leo Kraether, nº 750, Bairro Centro, Santa Cruz do Sul, RS, CEP: 96.824-400, portadora da Carteira de Identidade nº 6042943032, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 654. 211.080-15.

3. **Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4°, da Lei no 6.404/76 e dispensada a publicação do aviso a que alude o art. 133 da mesma lei, face ao comparecimento de todos os acionistas. Os documentos referidos no art. 133 foram publicados observada a faculdade constante no §4º de tal dispositivo.

4. **Mesa:** Presidente: Adriana Wilke Marques.
Secretária: Cláudia Butzlaff Luedke.

5. Leitura dos Documentos: Dispensada a leitura dos documentos referidos no art.133 da Lei nº 6.404/76, por serem de conhecimento geral.

6. **Ordem do Dia da Assembleia-Geral Extraordinária: (i)** examinar, discutir e votar as extinções das filiais sob CNPJ nº 07.752.236/0002-04, 07.752.236/0005-57, 07.752.236/0006-38; **(ii)** examinar, discutir e votar a alteração do endereço da filial sob CNPJ nº 07.752.236/0004-76; **(iii)** examinar, discutir e votar o limite para o aumento de capital social sem que haja a necessidade de reformar o estatuto; **(iv)** examinar, discutir e votar a ratificação do artigo 11º do estatuto social. **(v)** aprovar e consolidar o Estatuto Social.

7. **Deliberações do Dia da Assembleia-Geral Ordinária e Extraordinária:**
Por unanimidade de votos dos acionistas, deliberou-se o seguinte:
a) Extinguir a filial sob CNPJ nº 07.752.236/0002-04, NIRE 4390160503-0, localizada na Rua Sarmento Leite, nº 880, 2º andar,

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90050-170.

b) Extinguir a filial sob CNPJ nº 07.752.236/0005-57, NIRE 4390203896-1, localizada na Rua Intendente Koelzer, nº 660, Araça, Vera Cruz/RS, CEP: 96880-000.

c) Extinguir a filial sob CNPJ nº 07.752.236/0006-38, NIRE 4390207480-1, localizada na Avenida Prefeito Orlando Oscar Baumhardt, nº 420, Linha Santa Cruz, Santa Cruz do Sul/RS, CEP: 96822-050.

d) Alterar o endereço da filial sob CNPJ nº 07.752.236/0004-76, NIRE 35920038921, do qual passará a ser na Avenida Ugo Fumagali, 381, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, Guarulhos, SP, CEP: 07220-080.

e) O aumento do capital social independente da reforma do estatuto passará a ser limitado a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), passando a vigorar o artigo 7º com a seguinte redação: Artigo 7º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma do Estatuto Social, aumento este limitado a até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), devendo ser observada a mesma proporção entre ações preferenciais e ordinárias.

f) Ratificar o artigo 11º do estatuto social para a seguinte redação: O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, será composto por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 5 (cinco) efetivos, pessoas naturais, acionistas ou não acionistas, residentes ou não no País, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente.

g) Autorizar expressamente a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações anteriores.

h) Aprovar e consolidar o Estatuto Social, cujo teor segue em anexo a presente Ata.

8. Nada mais a ser tratado, encerrou-se a presente Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido lavrada a presente ata, em forma de sumário, que foi lida e aprovada por todos os acionistas.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Vera Cruz, RS, 01 de novembro de 2022.

Autenticação da Mesa:	Acionistas:
_____	_____
Adriana Wilke Marques Presidente	Adriana Wilke Marques
_____	_____
Cláudia Butzlaff Luedke Secretária	Cláudia Butzlaff Luedke

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

ANEXO 1:

ESTATUTO SOCIAL

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ 07.752.236/0001-23

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º -A Companhia tem sua casa matriz na Cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Norberto Otto Wild, nº 420, Bairro Imigrante, CEP: 96.880-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º O objeto da Companhia é a exploração da atividade de comercio atacadista e varejista de remédios para uso humano, comercio atacadista e varejista de materiais e remédios para uso veterinário, comercio atacadista e varejista de remédios alopáticos, comercio atacadista e varejista de remédios homeopáticos, comercio atacadista e varejista de cosméticos, comercio atacadista e varejista de perfumarias, importação de remédios para uso humano e veterinário, importação de materiais médico-hospitalares, importação de equipamentos médico-hospitalares, comercio atacadista e varejista de material médico, comercio atacadista e varejista de material hospitalar e correlatos, comercio atacadista e varejista de produtos odontológicos, comercio atacadista e varejista de equipamentos médico-hospitalares, comercio atacadista e varejista de complementos e suplementos alimentícios, dietas e formulas infantis, comercio atacadista e varejista de produtos saneantes, serviços de intermediação de negócios, agenciamento, corretagem ou intermediação de bens moveis ou imóveis, locação de maquinas e equipamentos, transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, locação de caminhões sem condutor, atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - **Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) dividido em 75.000 (setenta e cinco mil) ações ordinárias e 75.000 (setenta e cinco mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.
Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Parágrafo Segundo. As ações preferenciais não conferirão direito a voto nas Assembleias Gerais, porém, darão a seus titulares as seguintes vantagens: a) direito à prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; b) prioridade no recebimento de dividendo mínimo de 0,15 (quinze centavos de real), por ação, cumulativo; c) direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pele menos igual ao das ações ordinárias.
Parágrafo Terceiro. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Quarto. No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76.

Artigo 6º - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da assembleia geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos.

Parágrafo Único. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.

Artigo 7º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma do Estatuto Social, aumento este limitado a até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), devendo ser observada a mesma proporção entre ações preferenciais e ordinárias.
Parágrafo Único. O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, que deverá estabelecer as condições da emissão de ações. Inclusive preço, prazo e forma de integralização.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário.
Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por 02 (dois) membros do Conselho de Administração

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo segundo abaixo.

Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

Parágrafo Terceiro. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 9º - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta:

a) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração;
b) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal se quando instalado;
c) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações;
d) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados;
e) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e
f) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Normas Gerais

Artigo 10º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro. Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e ficam dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as Informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 11º - O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, será composto por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 5 (cinco) efetivos, pessoas naturais e acionistas ou não acionistas, residentes ou não no País, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente.

Artigo 12º - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, será convocada Assembleia Geral dentro de 10 (dez) dias a partir da vacância no cargo de conselheiro, com a finalidade de escolher o substituto, que assumirá o cargo de conselheiro pelo tempo remanescente do mandato do conselheiro substituído.

Artigo 13º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença de todos os seus membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes à reunião.
Parágrafo Único. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o quórum requerido para instalação e deliberação.

Artigo 14º - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Artigo 15º - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
b) eleger e destituir os Diretores, bem como fixar as suas atribuições e distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
d) convocar as Assembleias Gerais;
e) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
f) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;
g) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
h) Autorizar a contratação de qualquer operação que envolva valores superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), montante este que será atualizado ao final de cada exercício social pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por índice que venha a substituí-lo em caso de sua extinção, relacionadas com: a) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou investimentos detidos pela Companhia; e, b) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia;
i) aprovar a participação da Companhia no capital de outras sociedades assim como a

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;

j) autorizar a emissão de ações da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;
k) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações;
l) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
m) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;
n) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
o) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária; e
p) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social.

Seção III - Diretoria

Artigo 16º - A Diretoria será composta por 2 (dois) membros, residentes no País, sendo um acionista e um não acionista, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e 01 (um) Diretor Superintendente.

Parágrafo Primeiro. O mandato de cada Diretor será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo. O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver recondução, observando-se ainda o disposto na parte final do Parágrafo Primeiro acima. A renúncia torna-se eficaz, em relação à Companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo efeitos perante terceiros de boa-fé após o seu arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e publicação,

Parágrafo Terceiro. A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto.

Artigo 17º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, observado o disposto nos demais artigos deste Estatuto Social, especialmente nos seus Artigos 8º e 14, inclusive:

a) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
b) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

c) deliberar sobre filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;
d) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social;
e) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
f) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, nos limites de suas atribuições;
g) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, respeitadas as restrições previstas no item neste Estatuto Social;
h) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, notadamente as restrições aqui previstas;
i) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

Artigo 18º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endosso e a avalização de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados pelo Diretor Administrativo-Financeiro em conjunto com o Diretor Superintendente.

Parágrafo Primeiro - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas pelo Diretor Administrativo-Financeiro em conjunto com o Diretor Superintendente.

Parágrafo Segundo - Quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo Quarto - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º acima, cada Diretor responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções. Terá, ainda, de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral, em proveito próprio ou de terceiros, e, se

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

houver prejuízo, também por ele responderá.
Parágrafo Quinto - O Diretor Administrativo-Financeiro poderá praticar isoladamente os atos de que trata este artigo, desde que, para o respectivo ato, tenha sido outorgada procuração pelo Diretor Superintendente mediante autorização do Conselho de Administração.
Parágrafo Sexto - O Diretor Superintendente poderá praticar isoladamente os atos de que trata este artigo, desde que autorizado pelo Conselho de Administração para a prática do respectivo ato.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 19º - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

Artigo 20º - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.
Parágrafo Primeiro. Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do caput deste artigo 20, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei 6.404/76;
Parágrafo Segundo. Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior:

a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item a) deste §2º, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei n° 6.404/76, destinar-se-ão 5,0% (cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Terceiro. Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
Parágrafo Quarto. Respeitado o disposto no caput e nos parágrafos anteriores deste artigo, é autorizada a distribuição de dividendos de forma desproporcional aos percentuais de participação do quadro acionário desde que deliberada por acionistas representando a totalidade do capital social.

Artigo 21º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 22º - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Parágrafo Primeiro. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

CAPÍTULO VII
DIREITO DE RECESSO

Artigo 23º - O valor de recesso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei, será o valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, sendo tal valor econômico apurado através de avaliação nos termos da lei.

CAPÍTULO VIII
FORO

Artigo 24º - A Companhia, seus acionistas e administradores elegem como competente para dirimir toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles o Foro da Comarca de Vera Cruz-RS, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO IX
LIQUIDAÇÃO

Artigo 25º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

Acionistas:

_____
Cláudia Butzlaff Luedke

Visto do Advogado:

_____
Adriana Wilke Marques

Thamy Zimmer
OAB/RS nº 95.824

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/389.690-0	RSE2200765306	11/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	24/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLÁUDIA BUTZLAFF LUEDKE	25/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		
024.872.810-57	THAMY ZIMMER	24/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8533403 em 29/11/2022 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 223896900 - 14/11/2022. Autenticação: 1D767793FAC1C71D5BB5E5823F83E8C523E89F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/389.690-0 e o código de segurança D16y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, de CNPJ 07.752.236/0001-23 e protocolado sob o número 22/389.690-0 em 14/11/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8533403, em 29/11/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Luís Valter Meirelles Barbosa.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	24/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLÁUDIA BUTZLAFF LUEDKE	25/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	24/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLÁUDIA BUTZLAFF LUEDKE	25/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		
024.872.810-57	THAMY ZIMMER	24/11/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 01/11/2022

SRM

Documento assinado eletronicamente por Luís Valter Meirelles Barbosa, Servidor(a) Público(a), em 29/11/2022, às 09:45.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 22/389.690-0.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY

Porto Alegre. terça-feira, 29 de novembro de 2022

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
43300055051	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RSN2231721615

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

VERA CRUZ
Local

9 Janeiro 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/007.845-1	RSN2231721615	09/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLAUDIA BUTZLAFF LUEDKE	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		
433.069.500-68	GEFERSON PAULO TOLOTTI	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(lavrada em forma de sumário)

1. **Data, Hora e Local:** No dia 14 de dezembro de 2022, às 08:00 horas, na sede da MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A. ("Companhia"), localizada na Rua Norberto Otto Wild, nº 420, Bairro Imigrante, Cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 96.880-000.

2. **Presença:** A reunião foi convocada nos moldes do artigo 13 do Estatuto da Companhia, e contou com a presença de todos os membros do Conselho de Administração, a saber, Sra. Adriana Wilke Marques, Presidente do Conselho, Sr. Geferson Paulo Tolotti, Vice-Presidente do Conselho, e Sra. Adriana Wilke Marques, e Sra. Cláudia Butzlaff Luedke como Conselheira.

3. **Mesa:** Presidente: Geferson Paulo Tolotti.
Secretária: Adriana Wilke Marques.

4. **Ordem do dia:** Renúncia e eleição dos membros, nos termos do Artigo 16 do Estatuto da Companhia.

5. **Deliberações:** Inicialmente, foi aprovada, por todos os Conselheiros, a lavratura da ata na forma de sumário. Em seguida, passando-se à ordem do dia, a **Diretora Administrativo-Financeiro**, Sra. Claudia Butzlaff Luedke, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, auxiliar de escritório, natural de Herveiras, RS, nascida em 07/11/1977, residente e domiciliada na Avenida General Flores da Cunha 414 – Apto. 09 - Bairro Centro, Sinimbu, RS, CEP: 96.890-000, portadora da Carteira de Identidade n° 5066004895, expedida pela SJS/RS, em 22/11/2004, inscrita no CPF sob o nº 808.635.900-04, e **Diretora Superintendente**, Sra. Adriana Wilke Marques, brasileira, solteira, empresária, natural de Santa Cruz do Sul, RS, nascida em 10/07/1969, residente e domiciliada na Avenida Leo Kraether, 750, Bairro Country, Santa Cruz do Sul, RS, CEP: 96.824-400, portadora da Carteira de Identidade nº 6042943032, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 654.211.080-15, apresentaram a renúncia dos seus cargos referente a seu mandato compreendido até 01 de novembro de 2023, estando o Conselho de acordo com a decisão da Diretoria ao realizar a aprovação da contas prestadas pela diretoria em sua gestão, após o exame e discussão da matéria em questão, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, elegeu-se, para o período compreendido de 14 de dezembro de 2022 à 13 de dezembro de 2024, como **Diretor Administrativo-Financeiro**, o Sr. Fernando Augusto Theisen, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 02/08/1994, residente e domiciliado na Rua Carlos Francisco, 211, bairro Centro, Vera Cruz, RS, CEP 96.880-000, portador da Carteira de Identidade n° 1107009175, expedida pela SJS/RS, inscrita no CPF sob o nº 016.362.210-84, e como **Diretora Superintendente** a Sra. Adriana Wilke Marques, já acima qualificada.

6. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado, encerrou-se a sessão, tendo sido

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos os Conselheiros presentes.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Vera Cruz, RS, 14 de dezembro de 2022.

Autenticação da Mesa:

_____
Geferson Paulo Tolotti
Presidente

_____
Adriana Wilke Marques
Secretária

Autenticação do Conselho:

_____
Geferson Paulo Tolotti
Presidente do Conselho

_____
Adriana Wilke Marques
Vice-Presidente do Conselho

_____
Claudia Butzlaff Luedke
Conselheira

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/007.845-1	RSN2231721615	09/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLAUDIA BUTZLAFF LUEDKE	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		
433.069.500-68	GEFERSON PAULO TOLOTTI	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE POSSE

Neste ato e na melhor forma de direito o Sr. **Fernando Augusto Theisen**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 02/08/1994, residente e domiciliado na Rua Carlos Francisco, 211, bairro Centro, Vera Cruz, RS, CEP 96.880-000, portador da Carteira de Identidade n° 1107009175, expedida pela SJS/RS, inscrita no CPF sob o nº 016.362.210-84, nomeado **Diretor Administrativo-Financeiro**; e a Sra. **Adriana Wilke** Marques, brasileira, solteira, empresária, natural de Santa Cruz do Sul, RS, nascida em 10/07/1969, residente e domiciliada na Avenida Leo Kraether, 750, Bairro Country, Santa Cruz do Sul, RS, CEP: 96.824-400, portadora da Carteira de Identidade nº 6042943032, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 654. 211.080-15, nomeada **Diretora Superintendente**, tomam posse de seus cargos na Diretoria da MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A. ("Companhia"), companhia com sede na Rua Norberto Otto Wild, no 420, Bairro Imigrante, Cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 96.880-000. Os Diretores ora empossados declaram, para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou devido à condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, estando cientes que prevê o art. 147 da Lei nº 6.404/76. Assim, assumem os cargos para os quais foram eleitos nesta data, investidos de todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme art. 16 do referido Estatuto, a contar do dia 14 de dezembro de 2022.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Vera Cruz, 14 de dezembro de 2022.

Fernando Augusto Theisen
Diretor Administrativo-Financeiro

Adriana Wilke Marques
Diretora Superintendente

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/007.845-1	RSN2231721615	09/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

016.362.210-84	Fernando Augusto Theisen	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

TERMO DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito a Sra. Claudia Butzlaff Luedke, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, auxiliar de escritório, natural de Herveiras, RS, nascida em 07/11/1977, residente e domiciliada na Avenida General Flores da Cunha 414 – Apto. 09 - Bairro Centro, Sinimbu, RS, CEP: 96.890-000, portadora da Carteira de Identidade n° 5066004895, expedida pela SJS/RS, em 22/11/2004, inscrita no CPF sob o nº 808.635.900-04, membro da Diretoria da MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A. ("Companhia"), companhia com sede na Rua Norberto Otto Wild, no 420, Bairro Imigrante, Cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 96.880-000, renuncia, expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Diretora Administrativo-Financeiro da Companhia, outorgando-lhe e dela recebendo a mais ampla, plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar e/ou pretender haver, em juízo ou fora dele, a qualquer tempo e/ou a qualquer título, com relação a todo o período em que ocupou esse cargo.

Vera Cruz, 14 de dezembro de 2022.

_____

Claudia Butzlaff Luedke

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8655493 em 11/01/2023 da Empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, CNPJ 07752236000123 e protocolo 230078451 - 10/01/2023. Autenticação: 6B34A323DB65A17AA7A12CE57BDF69FCD6511A74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 23/007.845-1 e o código de segurança CSjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2023 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/007.845-1	RSN2231721615	09/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
808.635.900-04	CLAUDIA BUTZLAFF LUEDKE	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A, de CNPJ 07.752.236/0001-23 e protocolado sob o número 23/007.845-1 em 10/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8655493, em 11/01/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Mario Ederich Filho.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
433.069.500-68	GEFERSON PAULO TOLOTTI	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLAUDIA BUTZLAFF LUEDKE	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
433.069.500-68	GEFERSON PAULO TOLOTTI	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
808.635.900-04	CLAUDIA BUTZLAFF LUEDKE	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 23/007.845-1.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
654.211.080-15	ADRIANA WILKE MARQUES	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
016.362.210-84	Fernando Augusto Theisen	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
808.635.900-04	CLAUDIA BUTZLAFF LUEDKE	10/01/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 14/12/2022

Documento assinado eletronicamente por Mario Ederich Filho, Servidor(a) Público(a), em 11/01/2023, às 11:07.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 23/007.845-1.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY

Porto Alegre. quarta-feira, 11 de janeiro de 2023

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.752.236/0001-23 **MATRIZ**		**21/11/2005**

NOME EMPRESARIAL
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MEDLIVE	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
47.71-7-03 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
47.71-7-04 - Comércio varejista de medicamentos veterinários
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R NORBERTO OTTO WILD	**420**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
96.880-000	**IMIGRANTE**	**VERA CRUZ**	**RS**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RTRINDADE@MEDLIVE.COM.BR	**(51) 3715-1296**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/01/2023** às **11:51:07** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 16/01/2023 13:18:13 que o documento de hash (SHA-256) be1bd0f2b47c967177b3aca5dcd9e4baa41eb0563c65364b7909f6f24a879ed4 foi validado em 16/01/2023 11:52:12 através da transação blockchain 0x0585394de9eaf3a72a8489f8f49fe04aec409e8700635f10be09255fe97c8d09 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 107053)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **be1bd0f2b47c967177b3aca5dcd9e4baa41eb0563c65364b7909f6f24a879ed4** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **107053** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CNPJ MATRIZ "**, cujo assunto é descrito como **"CNPJ MATRIZ "**, faz prova de que em **16/01/2023 11:52:11**, o responsável **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A (07.752.236/0001-23)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **16/01/2023 11:53:19** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x0585394de9eaf3a72a8489f8f49fe04aec409e8700635f10be09255fe97c8d09**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL (DI/RE)

CONTRIBUINTE: MEDILAR IMPORT DIST DE PROD MEDICO HOSPLS S/A
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 156/0020579
CNPJ: 07.752.236/0001-23



Mais informações leia o QR-CODE

EXIJA DOCUMENTO FISCAL

A inclusão do CPF no documento fiscal é obrigação da empresa!

Participe do Programa Nota Fiscal Gaúcha

Lei 14.020/12 e Decreto 50.199/13

Nota Fiscal Gaúcha

RECEITA ESTADUAL RS

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

RECEITA ESTADUAL RS

Consulta Pública ao CGCTE RS

Situação na data: 23/01/2023

Identificação			
CAD ICMS	156/0020579		
CNPJ	07.752.236/0001-23		
Razão Social	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A		
Nome Fantasia	MEDILAR		

Endereço			
Logradouro	RUA NORBERTO OTTO WILD		
Número	420	**Complemento**	
Bairro/Distrito	IMIGRANTE		
Município	VERA CRUZ	**U.F.**	RS
CEP	96880-000		

Informações Complementares			
Enquadramento Empresa	GERAL	**Delegacia da Receita Estadual**	7 ª DRE - SANTA CRUZ DO SUL
Natureza Jurídica	2054 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA		
CNAE Fiscal Principal	4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO		
Data Abertura	01/03/2006		
Situação Cadastral Vigente[(1)]	ATIVO		

Classificação das atividades Econômicas

7 - COMERCIO ATACADISTA

OBSERVAÇÃO: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

(1) Situação Cadastral Vigente refere-se tão somente ao Cadastro de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Sul (Inscrição Estadual).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
CNPJ: 07.752.236/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:05:20 do dia 27/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/04/2023.
Código de controle da certidão: **8DC9.FC6F.E7C4.C976**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 10/11/2022 10:20:33 que o documento de hash (SHA-256) e83da721ba830d6077bb1a34f504dd98fbfe0afc714962606f9ca82a263b8947 foi validado em 10/11/2022 10:01:21 através da transação blockchain 0x74f315c13a213e01100e219c7d0c1a7c634c1589f7401c71291fc28c58229bef e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 93995)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **e83da721ba830d6077bb1a34f504dd98fbfe0afc714962606f9ca82a263b8947** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **93995** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CND FEDERAL"**, cujo assunto é descrito como **"CND FEDERAL"**, faz prova de que em **10/11/2022 10:01:03**, o responsável **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A (07.752.236/0001-23)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **10/11/2022 10:10:33** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x74f315c13a213e01100e219c7d0c1a7c634c1589f7401c71291fc28c58229bef**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **MEDILAR IMP E DISTRIB DE PROD MEDICO HOSPL S/A**

CNPJ base: **07.752.236/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **28 dias do mês de DEZEMBRO do ano de 2022**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 206 DO CTN

Descrição dos Débitos/Pendências

POSSUI 7 DEBITO(S):
4 Adm Parcelado - 3 Adm Exigibilidade Suspensa

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.
Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:
a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei n° 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 25/2/2023.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n° 45/98,Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **22422677**
Autenticação: **32489376**

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 28/12/2022 15:33:48 que o documento de hash (SHA-256) e09155a585bbd8aa63591a23bea2b054b8f6e2f2a0f1d77aa20457a03021602f foi validado em 28/12/2022 14:15:14 através da transação blockchain 0x2fd466393f32b80fd3fa05c4c3318ac4b1ed5b5568f1f7d16a3821ca0ac4f67c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 103202)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **e09155a585bbd8aa63591a23bea2b054b8f6e2f2a0f1d77aa20457a03021602f** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **103202** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CND ESTADUAL MATRIZ"**, cujo assunto é descrito como **"CND ESTADUAL MATRIZ"**, faz prova de que em **28/12/2022 13:47:28**, o responsável **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A (07.752.236/0001-23)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **28/12/2022 14:40:22** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x2fd466393f32b80fd3fa05c4c3318ac4b1ed5b5568f1f7d16a3821ca0ac4f67c**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://polygonscan.com/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

MUNICIPIO DE VERA CRUZ
ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 569/2023

Contribuinte

Nome/Razão:	**127442 - MEDILAR IMPORTAÇAO E DISTRIBUIÇAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A**
CNPJ/CPF:	07.752.236/0001-23
Endereço:	RUA NORBERTO OTTO WILD, 420
Complemento:	
Bairro:	IMIGRANTES Cidade: Vera Cruz - RS

Finalidade

Regularidade Fiscal - Contribuinte

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
02/02/2023	**03/05/2023**

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certificamos que, nesta data, revendo os bancos de dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, o(a) contribuinte **MEDILAR IMPORTAÇAO E DISTRIBUIÇAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob nº 07.752.236/0001-23, NADA DEVE referente a dívida mobiliária e imobiliária, inclusive à Dívida Ativa, à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, relativamente aos tributos de competência do Município de Vera Cruz, constantes no artigo 2º da Lei Municipal nº1.176/93.

Esta certidão não contempla os débitos do SEMAE - Sistema Municipal de Água e Esgoto.

Vera Cruz - RS, 02 de fevereiro de 2023.

Autenticidade: WGT211201-000-OHSLHESYNEHFLI-1

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 06/02/2023 09:43:03 que o documento de hash (SHA-256) c0a1ffaed30da3691b94f5cda6024362481590b8f7698040194fb188dfcdfbfd foi validado em 06/02/2023 09:12:52 através da transação blockchain 0xf4e252a2232512afa4d083d22af3d29e4af2d5560b24792c50d7598126c58cef e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 112435)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **c0a1ffaed30da3691b94f5cda6024362481590b8f7698040194fb188dfcdfbfd** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **112435** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CND MUNICIPAL MATRIZ"**, cujo assunto é descrito como **"CND MUNICIPAL MATRIZ"**, faz prova de que em **06/02/2023 09:12:52**, o responsável **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A (07.752.236/0001-23)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **06/02/2023 09:13:59** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xf4e252a2232512afa4d083d22af3d29e4af2d5560b24792c50d7598126c58cef**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.752.236/0001-23
Certidão nº: 42371611/2022
Expedição: 30/11/2022, às 10:08:02
Validade: 29/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.752.236/0001-23**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 30/11/2022 15:30:22 que o documento de hash (SHA-256) b35fd05a8d7d63defaaed77f2a94b44c5bbb5ff3b2036182af443d592e6ebc54 foi validado em 30/11/2022 10:10:13 através da transação blockchain 0x9444591c76a5ccff3403de220afd780c2b68c566ef54ed93360d1259af97063a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 97643)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **b35fd05a8d7d63defaaed77f2a94b44c5bbb5ff3b2036182af443d592e6ebc54** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **97643** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CND TRABALHISTA MATRIZ"**, cujo assunto é descrito como **"CND TRABALHISTA MATRIZ"**, faz prova de que em **30/11/2022 10:09:47**, o responsável **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A (07.752.236/0001-23)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **30/11/2022 11:10:10** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x9444591c76a5ccff3403de220afd780c2b68c566ef54ed93360d1259af97063a**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.752.236/0001-23

Razão Social: MEDILAR IMP DISTR PROD MED HOSPIT SA

Endereço: RUA NORBERTO OTTO WILD 420 / IMIGRANTE / VERA CRUZ / RS / 96880-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/02/2023 a 02/03/2023

Certificação Número: 2023020100412741042428

Informação obtida em 06/02/2023 08:52:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 06/02/2023 09:45:14 que o documento de hash (SHA-256) 4a5b165a129a16d35eb37605487258db202ec2e066a90876328a5c6509d483b1 foi validado em 06/02/2023 09:11:55 através da transação blockchain 0xf7bbb53445208e679560fc9ee3cf714f6d47897a09e6cc7aa9a1fe5cbdd93152 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 112434)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **4a5b165a129a16d35eb37605487258db202ec2e066a90876328a5c6509d483b1** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **112434** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CND FGTS MATRIZ"**, cujo assunto é descrito como **"CND FGTS MATRIZ"**, faz prova de que em **06/02/2023 09:11:56**, o responsável **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A (07.752.236/0001-23)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **06/02/2023 09:45:09** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xf7bbb53445208e679560fc9ee3cf714f6d47897a09e6cc7aa9a1fe5cbdd93152**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ

07.752.236/0001-23

Nome Fantasia

MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo

RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF

VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico

ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal

FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.06646-0

Data do Cadastro

10/07/2006

Situação

Ativa

Nº do Processo

25025.040867/2006-44

Cadastro

1 - Medicamento

Medidas de fiscalização vigentes

?

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Importar

- Medicamento

Transportar

- Medicamento

Voltar

ANEXO
(ANEXO II DA LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999)

AF COMUM E ESPECIAL MEDILAR

"ANEXO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Itens	Fatos Geradores	Valores em R$	Prazo para Renovação
3.1	Autorização e autorização especial de funcionamento de empresa	---	---
3.1.1	Indústria de medicamentos	20.000	---
3.1.2	Indústria de insumos farmacêuticos	20.000	---
3.1.3	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de medicamentos e insumos farmacêuticos	15.000	---
3.1.4	Fracionamento de insumos farmacêuticos	15.000	---
3.1.5	Drogarias e farmácias	500	---
3.1.6	Indústria de cosméticos, produtos de higiene e perfumes	6.000	---
3.1.7	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de cosméticos, produtos de higiene e perfumes	6.000	---
3.1.8	Indústria de saneantes	6.000	---
3.1.9	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de saneantes	6.000	---
3.2	Autorização e autorização especial de funcionamento de farmácia de manipulação	5.000	---
5.1	Autorização de funcionamento	---	---
5.1.1	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de medicamentos, matérias-primas e insumos farmacêuticos em terminais alfandegados de uso público	15.000	---
5.1.2	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de substâncias e medicamentos sob controle especial em terminais alfandegados de uso público	15.000	---
5.1.3	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de cosméticos, produtos de higiene ou perfumes e matérias-primas em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.4	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de produtos saneantes domissanitários e matérias-primas em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.5	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de materiais e equipamentos médico-hospitalares e produtos de diagnóstico de uso **in vitro** (correlatos) em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.6	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de alimentos em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.7	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços alternativos de abastecimento de água potável para consumo humano a bordo de aeronaves, embarcações e veículos terrestres que operam transporte coletivo internacional de passageiros	6.000	---
5.1.8	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de desinsetização ou desratização em embarcações, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, aeronaves, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---

5.1.9	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estação e passagem de fronteiras	6.000	---
5.1.10	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de limpeza e recolhimento de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.11	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de esgotamento e tratamento de efluentes sanitários de aeronaves, embarcações e veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira em terminais aeroportuários, portuário e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.12	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais alfandegados de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.13	Autorização de funcionamento de empresas que operam a prestação de serviços, nas áreas portuárias, aeroportuárias e estações e passagens de fronteira, de lavanderia, atendimento médico, hotelaria, drogarias, farmácias e ervanários, comércio de materiais e equipamentos hospitalares, salões de barbeiros e cabeleireiros, pedicuros e institutos de beleza e congêneres	500	---
5.1.14	Autorização de funcionamento de empresas prepostas para gerir, representar ou administrar negócios, em nome de empresa de navegação, tomando as providências necessárias ao despacho de embarcação em porto (agência de navegação)	6.000	---
7.1	Autorização e renovação de funcionamento de empresas por estabelecimento ou unidade fabril para cada tipo de atividade	---	---
7.1.1	Por estabelecimento fabricante de uma ou mais linhas de produtos para saúde (equipamentos, materiais e produtos para diagnóstico de uso **in vitro**)	10.000	---
7.1.2	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora, reembaladora e demais previstas em legislação específica de produtos para saúde	8.000	---
7.1.3	Por estabelecimento de comércio varejista de produtos para saúde	5.000	---

"

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 3, segunda-feira, 6 de janeiro de 2020

EMPRESA: TRIOMED COMERCIO REPRESENTAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: Avenida Maria De Jesus Condeixa, 600 - Salas 229 e 231
BAIRRO: Jardim Palma Travassos CEP: 14091240 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 15.617.149/0001-91
PROCESSO: 25351.706199/2019-42 AUTORIZ/MS: 3.09122.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: LBG LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: Avenida Jerome Case, 2900
BAIRRO: Aparecidinha CEP: 18087220 - SOROCABA/SP
CNPJ: 11.503.668/0001-78
PROCESSO: 25351.693892/2019-48 AUTORIZ/MS: 3.09113.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: FORTQUIM DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA
ENDEREÇO: R. Hermenegildo Pauleto, 444
BAIRRO: Arujá CEP: 83090210 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 00.220.359/0001-74
PROCESSO: 25351.699904/2019-48 AUTORIZ/MS: 3.09125.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EXPORTAR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: JC FERNANDES HOFFMANN
ENDEREÇO: R CONSTANTE PINELLI, 285
BAIRRO: JARDIM ATLANTICO CEP: 87160000 - MANDAGUAÇU/PR
CNPJ: 30.887.869/0001-60
PROCESSO: 25351.706207/2019-51 AUTORIZ/MS: 3.09119.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: MPP LOG SOLUÇOES EM LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: avenida londres 40 complemento : sala 02
BAIRRO: portao CEP: 07411650 - ARUJÁ/SP
CNPJ: 21.584.221/0001-24
PROCESSO: 25351.661841/2019-57 AUTORIZ/MS: 3.09090.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: FRANCISCO EDPU DA SILVA SANTOS
ENDEREÇO: RUA LELINO VIEIRA, nNº 512, BLOCO B
BAIRRO: JARDIM IRACEMA CEP: 58807030 - SOUSA/PB
CNPJ: 19.742.155/0001-21
PROCESSO: 25351.706205/2019-61 AUTORIZ/MS: 3.09118.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: DE SANTA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA LTDA
ENDEREÇO: rua joao henrique da silva, 389
BAIRRO: vila jaguara CEP: 05163000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 09.185.434/0001-88
PROCESSO: 25351.663068/2019-63 AUTORIZ/MS: 3.09123.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: DISTRIBUIDORA SOLIMOES LTDA
ENDEREÇO: AV GAL ATAIDE TEIVE, 4199
BAIRRO: ASA BRANCA CEP: 69312242 - BOA VISTA/RR
CNPJ: 02.492.193/0001-70
PROCESSO: 25351.707729/2019-70 AUTORIZ/MS: 3.09127.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: BLUE LOGÍSTICA INTEGRADA EIRELI
ENDEREÇO: RUA LEOPOLDO BULHÕES, 01650 NUM SUPL RUA EURICO S LEÃO 120
BAIRRO: MANGUINHOS CEP: 21041210 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 31.959.959/0001-82
PROCESSO: 25351.699696/2019-87 AUTORIZ/MS: 3.09117.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: Tozzo Alimentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Plínio Arlindo de Nês, acesso a BR 282, nº 4303 D, sala 101
BAIRRO: Belvedere CEP: 89810460 - CHAPECÓ/SC
CNPJ: 01.314.317/0001-65
PROCESSO: 25351.702607/2019-97 AUTORIZ/MS: 3.09115.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas : 98

RESOLUÇÃO-RE Nº 21, DE 2 DE JANEIRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: DISLAB MT COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA OSVALDO DA SILVA CORREIA DA COSTA, Nº 1.249
BAIRRO: SANTA MARTA CEP: 78048005 - CUIABÁ/MT
CNPJ: 11.366.688/0001-44
PROCESSO: 25351.163392/2015-01 AUTORIZ/MS: 2.08016.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: LUXBIOTECH FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA MUNICIPAL SANTA CRUZ, 254
BAIRRO: TANQUINHO VELHO CEP: 13918114 - JAGUARIÚNA/SP
CNPJ: 08.775.311/0002-15
PROCESSO: 25351.109014/2008-02 AUTORIZ/MS: 2.04655.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: jimeli industria e comercio de cosmeticos ltda
ENDEREÇO: rua ana nogueira lopes 220
BAIRRO: centro CEP: 62880000 - HORIZONTE/CE
CNPJ: 07.291.289/0001-94
PROCESSO: 25351.098868/2017-07 AUTORIZ/MS: 2.09198.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MEDPARTNER DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
ENDEREÇO: rua capitão manoel de almeida passos 514
BAIRRO: centro CEP: 12955000 - BOM JESUS DOS PERDÕES/SP
CNPJ: 17.530.495/0001-63
PROCESSO: 25351.129312/2017-08 AUTORIZ/MS: 2.09228.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: W & D TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME
ENDEREÇO: AV ANTONIO CARLOS COMITRE, 510 SALA 25
BAIRRO: PARQUE CAMPOLIM CEP: 18047620 - SOROCABA/SP
CNPJ: 07.442.020/0001-61
PROCESSO: 25351.176534/2008-12 AUTORIZ/MS: 2.04727.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: FARMASHOPPING DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: R 6, SN QUADRA 05 LOTE 4E
BAIRRO: CARDOSO CONTINUACAO CEP: 74934040 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 21.879.362/0001-74
PROCESSO: 25351.016705/2018-27 AUTORIZ/MS: 2.09882.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: BORBOLETA BEAUTY DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Avenida Terceira Avenida, 1050- sala 01
BAIRRO: Centro CEP: 88330096 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
CNPJ: 28.353.899/0001-45
PROCESSO: 25351.346915/2019-28 AUTORIZ/MS: 4.01100.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NOVA COSMÉTICOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: R MARIA OSCARLINA FUMACHI NARDI, 11 A JOAO BATISTA LEONE N 426
BAIRRO: PQ EMP. ADELELMO CORRANDINI CEP: 13257590 - ITATIBA/SP
CNPJ: 08.206.081/0001-92
PROCESSO: 25351.039575/2007-48 AUTORIZ/MS: 2.04448.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES

EMPRESA: KYRIOS COMERCIAL IMPORTADORA DE MANUFATURADOS LTDA.
ENDEREÇO: AC RODOVIA PRT-163, KM 11, nº 2350 - SALA A
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 85700000 - BARRACÃO/PR
CNPJ: 08.038.370/0001-20
PROCESSO: 25351.544520/2013-55 AUTORIZ/MS: 2.07081.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ROSA MISTIC COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: R ANTONIO LACERDA BRAGA, 960
BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL CEP: 81170240 - CURITIBA/PR
CNPJ: 13.505.431/0001-51
PROCESSO: 25351.295393/2013-55 AUTORIZ/MS: 2.07066.1

ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: LUCIANA MATER HORN
ENDEREÇO: Rua João Henrique Pauli, 440 - Sala 8
BAIRRO: Centro CEP: 88180000 - ANTÔNIO CARLOS/SC
CNPJ: 32.608.866/0001-76
PROCESSO: 25351.561303/2019-63 AUTORIZ/MS: 4.01438.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Dental Sul Produtos Odontológicos Eireli
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM FIRMINO, 1445
BAIRRO: JARDIM ELDORADO CEP: 85853020 - FOZ DO IGUAÇU/PR
CNPJ: 10.600.372/0001-02
PROCESSO: 25351.459591/2014-89 AUTORIZ/MS: 2.07562.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: CREMER S/A
ENDEREÇO: RUA IGUACU, N° 291/363
BAIRRO: ITOUPAVA SECA CEP: 89030030 - BLUMENAU/SC
CNPJ: 82.641.325/0001-18
PROCESSO: 25000.009093/96-11 AUTORIZ/MS: 2.02351.9
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
PRODUZIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE

EMPRESA: FARMASHOPPING DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: R 6, SN QUADRA 05 LOTE 4E
BAIRRO: CARDOSO CONTINUACAO CEP: 74934040 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 21.879.362/0001-74
PROCESSO: 25351.016789/2018-07 AUTORIZ/MS: 1.17374.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AV OESTE S/N QUADRA 01 LOTE 03 ARMZ 02
BAIRRO: P IND.VICE-PRES JOSE ALENCAR CEP: 74993394 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 08.774.906/0001-75
PROCESSO: 25351.484792/2014-07 AUTORIZ/MS: 1.11428.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: AMAZÔNIA DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE MEDICE, 1034
BAIRRO: PARQUE PIAUÍ CEP: 6465390 - TIMON/MA
CNPJ: 04.564.165/0001-47
PROCESSO: 25351.643067/2014-17 AUTORIZ/MS: 1.12397.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MEDPLACE COMERCIAL LTDA - ME
ENDEREÇO: R SAO FRANCISCO, 458 CASA 02
BAIRRO: SANTO ANTONIO CEP: 09530050 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 06.119.503/0001-67
PROCESSO: 25351.072510/2015-21 AUTORIZ/MS: 1.13579.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ZAP DENTAL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
ENDEREÇO: R MANOEL SANCHES G. HORTA, 170
BAIRRO: CENTRO CEP: 86808090 - APUCARANA/PR
CNPJ: 13.742.178/0001-50
PROCESSO: 25351.429334/2019-21 AUTORIZ/MS: 1.19209.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
ENDEREÇO: RUA NORBERTO OTTO WILD, 420
BAIRRO: IMIGRANTE CEP: 96880000 - VERA CRUZ/RS
CNPJ: 07.752.236/0001-23
PROCESSO: 25025.040867/2006-44 AUTORIZ/MS: 1.06646.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SÃO MARCOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA AVELINO FREITAS Nº 498
BAIRRO: CENTRO CEP: 64770000 - SÃO RAIMUNDO NONATO/PI
CNPJ: 03.894.963/0001-74
PROCESSO: 25351.408237/2014-51 AUTORIZ/MS: 1.10877.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: RUA DEPUTADO MATOS TELES, 501, LOJA 01
BAIRRO: LUZIA CEP: 49048070 - ARACAJU/SE
CNPJ: 32.910.616/0001-96
PROCESSO: 25351.533106/2019-54 AUTORIZ/MS: 1.19417.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: W & D TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME
ENDEREÇO: AV ANTONIO CARLOS COMITRE, 510 SALA 25
BAIRRO: PARQUE CAMPOLIM CEP: 18047620 - SOROCABA/SP
CNPJ: 07.442.020/0001-61
PROCESSO: 25351.240588/2015-68 AUTORIZ/MS: 1.13947.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA JUNDIA, Nº 264
BAIRRO: TAMARINEIRA CEP: 52051090 - RECIFE/PE
CNPJ: 08.958.628/0001-06
PROCESSO: 25351.732487/2014-84 AUTORIZ/MS: 1.13111.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SHIRE FARMACÊUTICA BRASIL LTDA.
ENDEREÇO: AV DAS NAÇÕES UNIDAS, 14171, 5º ANDAR, CONJ 501 E 504, E 8º ANDAR, CONJ 801 A 804
BAIRRO: VILA GERTRUDES CEP: 04794000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.898.671/0001-60
PROCESSO: 25351.020758/2007-90 AUTORIZ/MS: 1.06979.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: UTILÍSSIMO TRANSPORTES LTDA.
ENDEREÇO: RUA SAMUEL LUCAS - QD. 07 LT. 01, S/N.
BAIRRO: VILA SABRINA CEP: 02162050 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 42.105.023/0001-00
PROCESSO: 25351.440589/2014-94 AUTORIZ/MS: 1.10980.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: MEDPARTNER DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
ENDEREÇO: rua capitão manoel de almeida passos 514
BAIRRO: centro CEP: 12955000 - BOM JESUS DOS PERDÕES/SP
CNPJ: 17.530.495/0001-63
PROCESSO: 25351.129393/2017-01 AUTORIZ/MS: P1MMYH2X36H5 (8.14846.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: AMAZÔNIA DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE MEDICE, 1034
BAIRRO: PARQUE PIAUÍ CEP: 6465390 - TIMON/MA
CNPJ: 04.564.165/0001-47
PROCESSO: 25351.643057/2014-01 AUTORIZ/MS: U624H6YX3YWM (8.11249.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: ORTHOP INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. GENTIL FERREIRA DA SILVA, 284
BAIRRO: JD. SAO DOMINGOS CEP: 13733340 - MOCOCA/SP
CNPJ: 03.826.788/0001-88
PROCESSO: 25351.228679/2015-04 AUTORIZ/MS: KX7365HMLW1H (8.12010.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: COMERCIO DE PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO HUMANO LTDA
ENDEREÇO: AV XAVIER DA SILVEIRA, 1148
BAIRRO: LAGOA NOVA CEP: 59056700 - NATAL/RN
CNPJ: 13.626.917/0001-48
PROCESSO: 25351.463886/2017-04 AUTORIZ/MS: P46LL83L4Y31 (8.15505.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: FMEDICAL COMERCIO DE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOD MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: rua do paraiso, 97, sala 18 centro medico olavo balbino
BAIRRO: santo antonio CEP: 48903050 - JUAZEIRO/BA
CNPJ: 09.071.600/0001-15
PROCESSO: 25351.764935/2018-04 AUTORIZ/MS: P048H75237LY (8.17463.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ORTHOP INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. GENTIL FERREIRA DA SILVA, 284
BAIRRO: JD. SAO DOMINGOS CEP: 13733340 - MOCOCA/SP
CNPJ: 03.826.788/0001-88
PROCESSO: 25351.228679/2015-04 AUTORIZ/MS: KX7365HMLW1H (8.12010.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS

Empresa Fabricante: William Cook Europe ApS

Endereço: Sandet 6 - DK 4632 - Bjaverskov

País: Dinamarca

Empresa solicitante: E Tamussino e Cia Ltda CNPJ: 33.100.082/0001-03

Autorização de Funcionamento: 1.02129-9

Expediente(s): 1086820/14-8

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:

Materiais de uso médico das classes III e IV, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.165, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: MERRIAM-FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA MINAS GERAIS, Nº 829
BAIRRO: FAZENDA DA POSSE CEP: 26282190 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 05.896.551/0001-07
PROCESSO: 25351.681243/2015-10 AUTORIZ/MS: 1.14800.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: SETE SOLUCOES EM ENCOMENDAS E TRANSPORTES EXPRESSOS LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA MELCHERT 867
BAIRRO: VILA MATILDE CEP: 03508000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 10.261.894/0001-27
PROCESSO: 25351.683094/2015-13 AUTORIZ/MS: 1.14801.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: Único Mult Equipamentos e Acessórios LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rua Padre Jose Maria de Man
BAIRRO: NOVO RIACHO CEP: 32280660 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 13.444.068/0001-01
PROCESSO: 25351.673405/2015-24 AUTORIZ/MS: 1.14787.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Medpress Logistica e Transporte Ltda
ENDEREÇO: Rua Ministro Orozimbo Nonato 392 Galpao 05
BAIRRO: Dona Clara CEP: 31260230 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 23.063.875/0001-38
PROCESSO: 25351.675446/2015-25 AUTORIZ/MS: 1.14789.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Exprimer Express transportes de encomendas Ltda-Me
ENDEREÇO: RUA WILSON DE A SANTANA Nº 88 - QD 28, LT 09
BAIRRO: CAJI CEP: 42700000 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 12.042.506/0001-42
PROCESSO: 25351.661678/2015-32 AUTORIZ/MS: 1.14790.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: Av. Maringá nº 2102 - barracão 3
BAIRRO: Emiliano Perneta CEP: 83325360 - PINHAIS/PR
CNPJ: 01.125.797/0009-73
PROCESSO: 25351.686116/2015-33 AUTORIZ/MS: 1.14802.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: alto oeste medicamentos ltda
ENDEREÇO: RUA JOSÉ BONIFÁCIO, N. 560
BAIRRO: ALTO DA CONCEIÇÃO CEP: 59600360 - MOSSORO/RN
CNPJ: 09.461.826/0001-22
PROCESSO: 25351.456762/2015-38 AUTORIZ/MS: 1.14792.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: TRANSPICHORRA TRANSPORTES LTDA. EPP.
ENDEREÇO: Av. Humberto Cereser, 2773, sala 9
BAIRRO: Caxambu CEP: 13218711 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 07.235.562/0001-63
PROCESSO: 25351.666942/2015-79 AUTORIZ/MS: 1.14775.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: CIRURGICA BALMED - EIRELI - ME
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, Nº 1355
BAIRRO: CENTRO CEP: 15140000 - BÁLSAMO/SP
CNPJ: 18.036.031/0001-68
PROCESSO: 25351.681426/2015-82 AUTORIZ/MS: 1.14795.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda
ENDEREÇO: Rua Professor Francisco Ribeiro nº 684 Complemento B - parte I
BAIRRO: Barigui CEP: 83707660 - ARAUCÁRIA/PR
CNPJ: 82.277.955/0005-89
PROCESSO: 25351.662666/2015-96 AUTORIZ/MS: 1.14784.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
Total de Empresas : 10

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.166, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: UNITOWN EIRELI - EPP
ENDEREÇO: ALAMEDA MADEIRA, Nº 222, 2º ANDAR, SALA 22, SUB-SALA 1
BAIRRO: ALPHAVILLE CENTRO IND. E EMP. CEP: 06454010 - BARUERI/SP
CNPJ: 43.881.804/0001-50
PROCESSO: 25351.299610/2006-03 AUTORIZ/MS: 1.21965.4
ATIVIDADE/CLASSE
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA
ENDEREÇO: ROD PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Nº 32501, KM 32,5 - ED. MANUFATURA, ENTRADA B
BAIRRO: INGAHI CEP: 06696000 - ITAPEVI/SP
CNPJ: 46.070.868/0036-99
PROCESSO: 25351.640021/2013-15 AUTORIZ/MS: 1.23571.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.167, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: SUPRAFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA.
ENDEREÇO: RUA CINTRA, 453
BAIRRO: PENHA CEP: 21011520 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 36.222.537/0001-43
PROCESSO: 25351.180735/2012-00 AUTORIZ/MS: 1.23104.2
PERÍODO: 23/04/2014 A 23/04/2015
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PEDROLO & PEDROLO LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA JOSÉ DE ROSA, Nº 440
BAIRRO: JARDIM SANTA ANGELINA CEP: 17120000 - AGUDOS/SP
CNPJ: 03.634.617/0001-57
PROCESSO: 25351.205962/2006-06 AUTORIZ/MS: 1.21763.6
PERÍODO: 04/09/2012 A 04/09/2013
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Dalbex Comercio de Medicamentos LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Olavo Bilac 86A
BAIRRO: Petrópolis CEP: 99050050 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 15.025.636/0001-65
PROCESSO: 25351.683032/2012-60 AUTORIZ/MS: 1.23385.3
PERÍODO: 06/05/2014 A 06/05/2015
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, Nº 2103
BAIRRO: ZACARIAS CEP: 35300102 - CARATINGA/MG
CNPJ: 01.417.694/0001-20
PROCESSO: 25351.153849/2004-68 AUTORIZ/MS: 1.21461.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
ENDEREÇO: RUA NORBERTO OTTO WILD, 420
BAIRRO: IMIGRANTE CEP: 96880000 - VERA CRUZ/RS
CNPJ: 07.752.236/0001-23
PROCESSO: 25025.040868/2006-99 AUTORIZ/MS: 1.21741.0
PERÍODO: 10/07/2014 A 10/07/2015
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DEENEA DISTRIBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BALTAZAR, Nº 79
BAIRRO: SÃO CRISTOVÃO CEP: 20941150 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 00.280.854/0001-79
PROCESSO: 25000.015486/99-61 AUTORIZ/MS: 1.20601.1
PERÍODO: 27/05/2014 A 27/05/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA

AFE ESPECIAL

AFE CORRELATOS

CNPJ: 14.683.163/0001-20
PROCESSO: 25351.124646/2016-41 AUTORIZ/MS: 3.06925.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: NCK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE JORGE PEREIRA QD D LT 9 GP 5,6
BAIRRO: BURAQUINHO CEP: 42700000 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 96.696.521/0001-02
PROCESSO: 25351.131466/2016-54 AUTORIZ/MS: 3.06930.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: ZAZ TRANSPORTES E SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARÃO DA URUGUAIANA N. 230, QD. F1, LOTE: 47-49-51, PQ. DAS LARANJEIRAS
BAIRRO: FLÔRES CEP: 69058280 - MANAUS/AM
CNPJ: 15.597.216/0001-53
PROCESSO: 25351.131506/2016-58 AUTORIZ/MS: 3.06934.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: CIRÚRGICA RP COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, Nº 1270
BAIRRO: CENTRO CEP: 14015000 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 08.308.233/0001-68
PROCESSO: 25351.131485/2016-69 AUTORIZ/MS: 3.06929.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: L B GARNICA DE LIMA - ME
ENDEREÇO: RUA JOÃO CRIPA Nº 440, QUADRA 01, LOTE 14
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL CEP: 87550000 - ALTÔNIA/PR
CNPJ: 04.567.510/0001-04
PROCESSO: 25351.106276/2016-83 AUTORIZ/MS: 3.06927.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: DOCTOR PISO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP
ENDEREÇO: RUA BARTOLOMEU DIAS, 421
BAIRRO: VILA RICA CEP: 18052355 - SOROCABA/SP
CNPJ: 18.558.275/0001-00
PROCESSO: 25351.110504/2016-91 AUTORIZ/MS: 3.06926.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: ITAOCARGAS ITAOCARENSE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA
ENDEREÇO: RUA SERGIO COTA GOMES, S/N, LOTE 22, QUADRA A
BAIRRO: LOTEAMENTO POR DO SOL CEP: 28570000 - ITAOCARA/RJ
CNPJ: 08.473.292/0001-91
PROCESSO: 25351.133187/2016-98 AUTORIZ/MS: 3.06928.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: quezia daniela lopes me
ENDEREÇO: rua c 226
BAIRRO: santa amalia CEP: 27700000 - VASSOURAS/RJ
CNPJ: 14.172.782/0001-50
PROCESSO: 25351.131473/2016-99 AUTORIZ/MS: 3.06932.3
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.

Total de Empresas : 44

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.634, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 22 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: PHOTON NEGOCIOS EM SAUDE E BEM ESTAR LTDA
ENDEREÇO: RUA LUIS ANHAIA 77
BAIRRO: VILA MADALENA CEP: 05433020 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 16.960.794/0001-75
PROCESSO: 25351.026040/2016-16 AUTORIZ/MS: 2.08668.7
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: CLARIT COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: RUA BENVINDA 50
BAIRRO: PASSARÉ CEP: 60861340 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 02.898.097/0001-27
PROCESSO: 25351.406061/2006-21 AUTORIZ/MS: 2.04340.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: ELLIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA 4 QD. 10 LOTE 62E, S/N
BAIRRO: PÓLO EMPRESARIAL GOIÁS CEP: 74985155 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 06.188.605/0001-34
PROCESSO: 25351.191338/2005-25 AUTORIZ/MS: 2.04001.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: BIOSPHERE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: ALAMEDA PROF. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ Nº 7733, PRÉDIO 06
BAIRRO: PINHEIRINHO CEP: 12947000 - ATIBAIA/SP
CNPJ: 07.476.137/0001-66
PROCESSO: 25351.407290/2008-25 AUTORIZ/MS: 2.04754.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: RODOLOG TRANSPORTES MULTIMODAIS LTDA
ENDEREÇO: R ILHEUS, nº 230
BAIRRO: JARDIM GRAMACHO CEP: 25055150 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 05.214.772/0001-40
PROCESSO: 25351.116692/2006-51 AUTORIZ/MS: 2.04286.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: RBR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
ENDEREÇO: RUA DA CONCEIÇÃO, 137 SALA 514
BAIRRO: CENTRO CEP: 24020085 - NITERÓI/RJ
CNPJ: 17.908.982/0001-17
PROCESSO: 25351.980647/2016-73 AUTORIZ/MS: 2.08622.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A
ENDEREÇO: Av Brigadeiro Faria Lima N°201 20 andar
BAIRRO: Pinheiros CEP: 05426100 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.659.463/0029-92
PROCESSO: 25001.010524/82 AUTORIZ/MS: 2.01087.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
PRODUZIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: BEIRA ALTA COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: Rua Jose Dias, 490 - Térreo
BAIRRO: Jardim Fátima CEP: 07177100 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 55.256.424/0001-03
PROCESSO: 25001.001354/86 AUTORIZ/MS: 2.01011.1
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO S.A
ENDEREÇO: AV. SANTOS DUMONT, 1100
BAIRRO: ROCA GRANDE CEP: 83403500 - COLOMBO/PR
CNPJ: 78.950.011/0001-20
PROCESSO: 25023.000005/88 AUTORIZ/MS: 2.01145.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
PRODUZIR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICO/PERFUME/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: JUKOSKI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SÃO LUIZ - CHACARA, 337 A - SALA
BAIRRO: CENTRO CEP: 86870000 - IVAIPORÃ/PR
CNPJ: 22.027.183/0001-71
PROCESSO: 25351.929548/2016-43 AUTORIZ/MS: 1.15297.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ITAOCARGAS ITAOCARENSE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA
ENDEREÇO: RUA SERGIO COTA GOMES, S/N, LOTE 22, QUADRA A
BAIRRO: LOTEAMENTO POR DO SOL CEP: 28570000 - ITAOCARA/RJ
CNPJ: 08.473.292/0001-91
PROCESSO: 25351.645033/2014-50 AUTORIZ/MS: 1.12440.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: WN COMÉRCIO ODONTO-CIRURGICO LTDA - EPP
ENDEREÇO: AV. JOÃO VALÉRIO N. 186 - QUADRA 60 - CONJUNTO VIEIRALVES
BAIRRO: N. S. DAS GRAÇAS CEP: 69053140 - MANAUS/AM
CNPJ: 17.119.265/0001-06
PROCESSO: 25351.485668/2015-61 AUTORIZ/MS: 1.14443.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BIO TAE INDÚSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS FARMACÊUTICOS, COSMÉTICOS E ALIMENTICIOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA DERVILLE GABRIEL PEREIRA, Nº 310
BAIRRO: LOT. CENTRO EMPRESARIAL TATUÍ CEP: 18280614 - TATUÍ/SP
CNPJ: 10.858.661/0001-06
PROCESSO: 25351.354695/2010-68 AUTORIZ/MS: 1.08330.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXTRAIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
PRODUZIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
PURIFICAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
SINTETIZAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: DECARES COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PROFESSOR NILTON LINS, N° 769
BAIRRO: FLORES CEP: 69058030 - MANAUS/AM
CNPJ: 01.708.499/0001-59
PROCESSO: 25351.042658/2003-91 AUTORIZ/MS: 1.05693.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO S.A
ENDEREÇO: AV. SANTOS DUMONT, 1100
BAIRRO: ROCA GRANDE CEP: 83403500 - COLOMBO/PR
CNPJ: 78.950.011/0001-20
PROCESSO: 25023.000108/87 AUTORIZ/MS: 1.01860.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMO/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO
EMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMO/MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMO/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
PRODUZIR: INSUMO/MEDICAMENTO
REEMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
EMPRESA: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A
ENDEREÇO: Av Brigadeiro Faria Lima N°201 20 andar
BAIRRO: Pinheiros CEP: 05426100 - SÃO PAULO/SP

COMERCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO PROIBIDAS

CNPJ: 60.659.463/0029-92
PROCESSO: 25991.001959/77 AUTORIZ/MS: 1.00573.9
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMO/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
PRODUZIR: INSUMO/MEDICAMENTO
REEMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO
EMPRESA: WN COMÉRCIO ODONTO-CIRURGICO LTDA - EPP
ENDEREÇO: AV. JOÃO VALÉRIO N. 186 - QUADRA 60 - CONJUNTO VIEIRALVES
BAIRRO: N. S. DAS GRAÇAS CEP: 69053140 - MANAUS/AM
CNPJ: 17.119.265/0001-06
PROCESSO: 25351.485662/2015-02 AUTORIZ/MS: P19M5W3HXXX8 (8.12579.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: 3KF SOLUÇÕES HOSPITALARES - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES SOCIEDADE LIMITADA
ENDEREÇO: Rua Adib Auada nº 35, Conjunto 310, Bloco A
BAIRRO: Jardim Lambreta CEP: 06710700 - COTIA/SP
CNPJ: 10.540.439/0001-60
PROCESSO: 25351.536173/2013-04 AUTORIZ/MS: P699M1320645 (8.09837.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
ENDEREÇO: RUA NORBERTO OTTO WILD, 420
BAIRRO: IMIGRANTE CEP: 96880000 - VERA CRUZ/RS
CNPJ: 07.752.236/0001-23
PROCESSO: 25025.040866/2006-08 AUTORIZ/MS: GL07545MW73H (8.03095.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Ache Laboratórios Farmacêuticos S.A.
ENDEREÇO: Av Brigadeiro Faria Lima N°201 20 andar
BAIRRO: Pinheiros CEP: 05426100 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.659.463/0029-92
PROCESSO: 25351.002805/2007-13 AUTORIZ/MS: W273HW16M709 (8.03566.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: IMPLANSYSTEM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
ENDEREÇO: Av. Coronel Colares Moreira, nº 03, Ed. Business Center, salas 717 e 718
BAIRRO: Jardim Renascença CEP: 65075441 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 12.391.862/0001-71
PROCESSO: 25351.717934/2010-14 AUTORIZ/MS: G54W8843W2X5 (8.07038.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: VIVA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: AV B S/N QD 26 LT 12
BAIRRO: JARDIM SANTO ANTONIO CEP: 74280160 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 07.173.013/0001-01
PROCESSO: 25351.043050/2007-15 AUTORIZ/MS: G6864H815XM4 (8.03646.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: RD COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA GABRIEL GONÇALVES, 87-A - ALTOS
BAIRRO: ALEIXO CEP: 69060010 - MANAUS/AM
CNPJ: 11.737.546/0001-46
PROCESSO: 25351.460713/2011-18 AUTORIZ/MS: PLXX24LY2178 (8.07818.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: CM HOSPITALAR S.A.
ENDEREÇO: EIXO 03 QD 09 A - MODULO 26 A 30 S/N
BAIRRO: DIMIC CEP: 75709685 - CATALÃO/GO
CNPJ: 12.420.164/0003-19
PROCESSO: 25351.159879/2015-18 AUTORIZ/MS: GW4W67WLM3X9 (8.11885.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO S.A
ENDEREÇO: AV. SANTOS DUMONT, 1100
BAIRRO: ROCA GRANDE CEP: 83403500 - COLOMBO/PR
CNPJ: 78.950.011/0001-20
PROCESSO: 25351.401252/2012-22 AUTORIZ/MS: YL74L5WM8355 (8.08705.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: DECARES COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PROFESSOR NILTON LINS, Nº 769
BAIRRO: FLORES CEP: 69058030 - MANAUS/AM
CNPJ: 01.708.499/0001-59
PROCESSO: 25009.002931/2004-25 AUTORIZ/MS: UY8197XLM5WY (8.01941.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: ADCENTER NEGÓCIOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO LUIZ DE FARIA, 296-A
BAIRRO: JARDIM ACLIMAÇÃO CEP: 37901546 - PASSOS/MG
CNPJ: 14.102.159/0001-21
PROCESSO: 25351.596685/2014-29 AUTORIZ/MS: U3YLY2X69328 (8.11394.1)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS
EMPRESA: UNNA LAB COMERCIO, IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA ARISTILIANO RAMOS, 138
BAIRRO: CENTRO CEP: 88502050 - LAGES/SC
CNPJ: 11.957.190/0001-56
PROCESSO: 25351.359597/2015-29 AUTORIZ/MS: K0HXM000L1HM (8.12264.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: VIVA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA GRACIOSA TREVISAN SALTORI, 135 QUADRA B LOTE 13
BAIRRO: NOVA ERA CEP: 13280000 - VINHEDO/SP
CNPJ: 07.173.013/0002-92
PROCESSO: 25351.042279/2016-49 AUTORIZ/MS: P6864H814605 (8.13682.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: ENDO SUTURE COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA, 383 GRUPO 112,113,114,115
BAIRRO: CENTRO CEP: 28300000 - ITAPERUNA/RJ
CNPJ: 03.720.978/0001-16
PROCESSO: 25351.036439/2004-53 AUTORIZ/MS: P26329W54M86 (8.01967.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EMPRESA: EUROMEDICAL REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA DAS PALMAS 235 - SALA 04/05
BAIRRO: IPES CEP: 07791655 - CAJAMAR/SP
CNPJ: 22.727.121/0001-72
PROCESSO: 25351.644704/2015-56 AUTORIZ/MS: WX419M19LH65 (8.12904.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: EXXYS PRODUTOS MEDICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA MIGUEL JOAO, 930
BAIRRO: JARDIM BANDEIRANTES CEP: 13562180 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 17.043.334/0001-45
PROCESSO: 25351.217818/2013-63 AUTORIZ/MS: P08MHY5311H6 (8.09389.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
EMPRESA: AOX COMÉRCIO DE IMPLANTES CIRÚRGICOS LTDA -ME
ENDEREÇO: RUA GUIMARAES ROSA, 384
BAIRRO: JARDIM VERA CRUZ CEP: 32265330 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 10.884.060/0001-78
PROCESSO: 25351.019741/2010-65 AUTORIZ/MS: K6H978422WMX (8.06022.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: DROGACHAVES TRADE LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA CAPITÃO SAMPAIO XAVIER Nº 348
BAIRRO: GRAÇAS CEP: 52050217 - RECIFE/PE
CNPJ: 08.675.509/0001-46
PROCESSO: 25351.499640/2008-71 AUTORIZ/MS: U3H71XLH2Y7Y (8.04600.4)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: COMPANY TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA 15 S/N QUADRA 15 LOTE 001-E GALPAO 01
BAIRRO: POLO EMPRESARIAL GOIAS CEP: 74985210 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 37.831.922/0001-50
PROCESSO: 25351.532031/2010-74 AUTORIZ/MS: 862254H6611X (8.06847.1)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: K. E. COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP
ENDEREÇO: TV MACEIO, 265
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CEP: 69057011 - MANAUS/AM
CNPJ: 07.443.753/0001-10
PROCESSO: 25351.397934/2011-81 AUTORIZ/MS: K5L60422HXLY (8.07901.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: total health - distribuidora e importadora ltda
ENDEREÇO: R BENTO GONCALVES 60 SALA 601
BAIRRO: centro CEP: 99718000 - PAULO BENTO/RS
CNPJ: 12.069.550/0001-46
PROCESSO: 25351.000765/2011-88 AUTORIZ/MS: KXMXY3922188 (8.07139.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Suturas Online Indústria de Materiais Cirúrgicos - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua 16 - Qd 36 - Lt 09 - Nr 36
BAIRRO: Jardim Santo Antonio CEP: 74853290 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 20.841.261/0001-41
PROCESSO: 25351.839963/2016-97 AUTORIZ/MS: 4M215MW7YL56 (8.13317.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
EMPRESA: TRAUMINAS DISTRIBUIDORA DE MAT. CIRURG. HOSPITALARES S.A
ENDEREÇO: RUA JACEGUAI, Nº 159
BAIRRO: PRADO CEP: 30410510 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 41.721.051/0001-90
PROCESSO: 25000.028660/99-07 AUTORIZ/MS: 1.04465.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: Sullab Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
ENDEREÇO: RUA SÃO JORGE, 267 - LOJA
BAIRRO: ANO BOM CEP: 27323440 - BARRA MANSA/RJ
CNPJ: 32.198.434/0001-34
PROCESSO: 25351.036670/01-88 AUTORIZ/MS: 8.00944.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: CARBOGEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA ITAPIRU, 241
BAIRRO: SAÚDE CEP: 04143010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.969.061/0003-23
PROCESSO: 25000.048806/99-03 AUTORIZ/MS: 8.00059.1
ATIVIDADE/CLASSE
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO

COMERCIALIZAÇÃO, REPRODUÇÃO PROIBIDAS

AFE CORRELATOS

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ
07.752.236/0001-23

Nome Fantasia
MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF
VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico
ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal
FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.06646-0

Data do Cadastro
10/07/2006

Situação
Ativa

Nº do Processo
25025.040867/2006-44

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Importar

- Medicamento

Transportar

- Medicamento

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ
07.752.236/0001-23

Nome Fantasia
MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF
VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico
ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal
FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.21741-0

Data do Cadastro
10/07/2006

Situação
Ativa

Nº do Processo
25025.040868/2006-99

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ
07.752.236/0001-23

Nome Fantasia
MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF
VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico
ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal
FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
8.03095-4 (GL07545MW73H)

Data do Cadastro
26/06/2006

Situação
Ativa

Nº do Processo
25025.040866/2006-08

Cadastro
8 - Produtos para Saúde (Correlatos)

Atividades / Classes

Armazenar

- Correlato

Distribuir

- Correlato

Expedir

- Correlato

Importar

- Correlatos

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ

07.752.236/0001-23

Nome Fantasia

MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo

RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF

VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico

ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal

FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

2.07256-7

Data do Cadastro

24/02/2014

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.027130/2014-11

Cadastro

2 - Cosmético

Atividades / Classes

Armazenar

- Perfumes
- Cosméticos
- Prod. de Higiene

Distribuir

- Perfumes
- Cosméticos
- Prod. de Higiene

Expedir

- Perfumes
- Cosméticos
- Prod. de Higiene

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ

07.752.236/0001-23

Nome Fantasia

MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo

RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF

VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico

ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal

FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

3.05767-8

Data do Cadastro

24/02/2014

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.028193/2014-07

Cadastro

3 - Saneantes

Atividades / Classes

Armazenar

- Saneante Domis.

Distribuir

- Saneante Domis.

Expedir

- Saneante Domis.

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ

07.752.236/0001-23

Nome Fantasia

MEDILAR

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo

RUA NORBERTO OTTO WILD, 420 - IMIGRANTE CEP: 96.880-000

Cidade/UF

VERA CRUZ/RS

Responsável Técnico

ALAN SOARES DA SILVA

Responsável Legal

FERNANDO AUGUSTO THEISEN

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.21741-0

Data do Cadastro

10/07/2006

Situação

Ativa

Nº do Processo

25025.040868/2006-99

Cadastro

1 - Medicamento **Especial**

Medidas de fiscalização vigentes

?

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

SIVISA - Sistema de Informação em Vigilância Sanitária
SUS - Sistema Único de Saúde
VIGILÂNCIA SANITÁRIA
13ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE

ALVARÁ SANITÁRIO	RENOVAÇÃO
Nro. CEVS: **432270788-464-000001-1-6**	Data de Validade: **28/04/2023**

Nro. Protocolo: **222000004336511** Data de Deferimento: **28/04/2022**

Atividade Econômica CNAE: **4644-3/01 COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**

Subgrupo: **DISTRIBUIDORA/IMPORTADORA**
Agrupamento: **COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS**
Objeto Licenciado: **Estabelecimento**
Tipo de Serviço:

Razão Social: **MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A**
CNPJ / CPF: **07.752.236/0001-23** CNPJ Albergante:
Endereço: **RUA NORBERTO OTTO WILD, 420**
Bairro: **IMIGRANTES**
Município: **VERA CRUZ** UF:**RS** CEP:**96880-000**

CPF: **017.629.350-74** **ALAN SOARES DA SILVA**
Conselho Regional: **CRF** UF:**RS** Nº Inscr.**551529**
Responsável Técnico - Atividade principal

CPF: **016.362.210-84** **FERNANDO AUGUSTO THEISEN**
Conselho Regional: UF: Nº Inscr.
Responsável Legal

Autorização	Número AFE/AE	Data publicação
AFE - Medicamentos, insumos farmacêuticos	**1066460**	**10/07/2006**

Classe de produtos: ALIMENTO - ARMAZENAR | ALIMENTO - COMÉRCIO ATACADISTA | CORRELATO/PRODUTO PARA SAÚDE - ARMAZENAR | CORRELATO/PRODUTO PARA SAÚDE - COMÉRCIO ATACADISTA | CORRELATO/PRODUTO PARA SAÚDE - DISTRIBUIR | COSMÉTICO - ARMAZENAR | COSMÉTICO - COMÉRCIO ATACADISTA | COSMÉTICO - DISTRIBUIR | MEDICAMENTO - ARMAZENAR | MEDICAMENTO - COMÉRCIO ATACADISTA | MEDICAMENTO - DISTRIBUIR | MEDICAMENTO DE CONTROLE ESPECIAL - ARMAZENAR | MEDICAMENTO DE CONTROLE ESPECIAL - COMÉRCIO VAREJISTA | MEDICAMENTO DE CONTROLE ESPECIAL - DISTRIBUIR | PRODUTO DE HIGIENE - ARMAZENAR | PRODUTO DE HIGIENE - COMÉRCIO ATACADISTA | PRODUTO DE HIGIENE - DISTRIBUIR | SANEANTE DOMISSANITÁRIO - ARMAZENAR | SANEANTE DOMISSANITÁRIO - COMÉRCIO ATACADISTA | SANEANTE DOMISSANITÁRIO - DISTRIBUIR | SANEANTE DOMISSANITÁRIO - EXPEDIR

Observação:
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA DE MEDICAMENTOS, NUTRIÇÃO CLÍNICA E MATERIAIS HOSPITALARES
; VEÍCULO PEUGEOT EXPERT, ANO 2019
; COR PREDOMINANTE: BRANCA
; PLACA IZG2E14
; TAMBÉM ESTÃO VINCULADOS A ESTE ESTABELECIMENTO OS SEGUINTES CNAES:
; 4645-1/01: COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS.
; 4645-1/03: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS.
; 4646-0/01: COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA.
; 4646-0/02: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL.
; 4649-4/08: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR.

VERA CRUZ
Local

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 28/04/2022 16:06:33 que o documento de hash (SHA-256) 2e3b9b8159d94dbcea602b011b1281b4e3d9ca466f1bf08fbd4064fe49efa56a foi validado em 28/04/2022 16:04:20 através da transação blockchain 0x4b8ce07038ed453952536f29924cc2a7ed24f3f1e2ade5312fe7d2251bf53ae8 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61502)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **2e3b9b8159d94dbcea602b011b1281b4e3d9ca466f1bf08fbd4064fe49efa56a** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **61502** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"ALVARÁ SANITÁRIO MATRIZ"**, cujo assunto é descrito como **"ALVARÁ SANITÁRIO MATRIZ"**, faz prova de que em **28/04/2022 16:04:21**, o responsável **César Augusto Gomes Neumann (031.***.***-90)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de César Augusto Gomes Neumann a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **28/04/2022 16:05:34** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x4b8ce07038ed453952536f29924cc2a7ed24f3f1e2ade5312fe7d2251bf53ae8**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Serviço Público Federal
Conselho Federal de Farmácia

CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA

2022

REGISTRO NO CRF	REGIONAL	VALIDADE	REPOSITÓRIO PÚBLICO
17852	RS	27/05/2023	https://farmasis.crfrs.org.br/cr/rs/2022/17852.pdf

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/a

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
Distribuidora de medicamentos e outros produtos	Medicamentos/ produtos para saúde/ alimentos

ENDEREÇO	CNPJ
Rua Norberto Otto Wild, 420 -	07.752.236/0001-23

BAIRRO	CIDADE
Imigrante	Vera Cruz

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00		

RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO
	551529	Alan Soares da Silva	Responsável Técnico

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
09:15-12:00 13:12-16:45	09:15-12:00 13:12-16:45	09:15-12:00 13:12-16:45	09:15-12:00 13:12-16:45	09:15-12:00 13:12-16:45		

Observacao: Outras atividades: Transportadora de medicamentos; produtos para saúde e alimentos.
Ação civil pública nº 2001.71.00.032386-7/RS

Porto Alegre - RS, 27 de maio de 2022.

Zelma Machado Padilha

Diretor(a) do CRF/RS

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidao de Regularidade está registrado neste Conselho Regional de Farmácia, atendendo o que dispoem os artigos 22, parágrafo único e 24, da Lei no 3.820/60. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelo(s) Farmacêutico(s) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com os artigos 2o, 3o Caput, 5o, 6o Inciso I, todas da Lei 13.021/14. Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessado e encaminhado para o respectivo CRF para as devidas alterações.

Serviço Público Federal
Conselho Federal de Farmácia

CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA

2022

REGISTRO NO CRF	REGIONAL	VALIDADE	REPOSITÓRIO PÚBLICO
17852	RS	14/04/2023	https://farmasis.crfrs.org.br/cr/rs/2022/17852.pdf

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/a

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
Distribuidora de medicamentos e outros produtos	Medicamentos/ produtos para saúde/ alimentos

ENDEREÇO	CNPJ
Rua Norberto Otto Wild, 420 -	07.752.236/0001-23

BAIRRO	CIDADE
Imigrante	Vera Cruz

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00		

RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO
	551529	Alan Soares da Silva	Responsável Técnico

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00	08:00-12:00 13:12-18:00		

Observacao: Outras atividades: Transportadora de medicamentos; produtos para saúde e alimentos.
Ação civil pública nº 2001.71.00.032386-7/RS

Porto Alegre - RS, 14 de abril de 2022.

Zelma Machado Padilha

Diretor(a) do CRF/RS

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidao de Regularidade está registrado neste Conselho Regional de Farmácia, atendendo o que dispoem os artigos 22, parágrafo único e 24, da Lei no 3.820/60. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelo(s) Farmacêutico(s) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com os artigos 2o, 3o Caput, 5o, 6o Inciso I, todas da Lei 13.021/14. Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessado e encaminhado para o respectivo CRF para as devidas alterações.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 14/04/2022 11:56:51 que o documento de hash (SHA-256) 0983adc540deec71f91be2effeeead0d09ba824b48b2a8f3c04ea49dd9357e7a foi validado em 14/04/2022 11:19:33 através da transação blockchain 0xb7ec607c140170e9ec27d8e4bb7f554be87d109ebbbf9b142fd775b47fae5162 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 59966)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **0983adc540deec71f91be2effeeead0d09ba824b48b2a8f3c04ea49dd9357e7a** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **59966** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CRF FARMACEUTICO"**, cujo assunto é descrito como **"CRF FARMACEUTICO"**, faz prova de que em **14/04/2022 11:19:35**, o responsável **César Augusto Gomes Neumann (031.***.***-90)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de César Augusto Gomes Neumann a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **14/04/2022 11:20:55** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xb7ec607c140170e9ec27d8e4bb7f554be87d109ebbbf9b142fd775b47fae5162**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

NOME
ALAN SOARES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1089228918 SJS/II RS

CPF
017.629.350-74

DATA NASCIMENTO
06/01/1989

FILIAÇÃO
ALCEU LUIS DA SILVA

ANGELA MARIA SOARES DA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB
AB

Nº REGISTRO
04769469498

VALIDADE
08/08/2024

1ª HABILITAÇÃO
22/10/2009

OBSERVAÇÕES
A

Alan Soares da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTA CRUZ DO SUL, RS

DATA EMISSÃO
09/08/2019

ERIO BACCA
Diretor Geral
ASSINATURA DO EMISSOR

765651166465
89224511637

RIO GRANDE DO SUL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1891405350

PROIBIDO PLASTIFICAR
1891405350

Esta carteira de identidade profissional contém 22 folhas numeradas e rubricadas, habilitando seu portador ao exercício da Profissão Farmacêutica.

Por força da Lei 6.206, de 7 de maio de 1975, esta carteira é valida em todo o Território Nacional como prova de identidade, para qualquer efeito.

02

O CRF - Conselho Regional de Farmácia do
Rio Grande do Sul
expede esta Carteira de Identidade Profissional de
Farmacêutico
para:
Alan Soares da Silva

Nacionalidade: Brasil
Naturalidade: Santa Cruz do Sul

Data do Nascimento: 06/01/1989
Filiação:
Alceu Luiz da Silva
Angela Maria Soares da Silva

Pela Inscrição nº 551529
Em Sessão de 10 / 08 / 2020

03

Diplomado em 17 / 08 / 2019
Pel UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Diploma registrado sob o nº 25302
Página 102 Livro 064
em 19/ 08 / 2019 Nº

Diploma registrado no CRF- RS sob o
nº 22414 Pág. - Livro -
em 21 / 07 / 2020
Observações: Delib. 1667/20

04

Porto Alegre - 28/08/2020

Local e Data da Expedição

Presidente

Secretário

Isento de Reconhecimento de Firma. Decreto Federal 63.166, de 26 de agosto de 1.968

05

COMPROMISSO

Prometo cumprir com zelo, escrúpulo e humanidade todos os deveres inerentes ao exercício da Profissão Farmacêutica.

Assinatura do Profissional



Impressão Digital
(Polegar Direito)



Carteira de Trabalho Digital

Dados Pessoais

Data de emissão: **11/03/2022**

Nome Civil: **ALAN SOARES DA SILVA**
CPF: **017.629.350-74**
Data de Nascimento: **06/01/1989**
Sexo: **Masculino**
Nacionalidade: **Brasileiro**
Nome da Mãe: **ANGELA MARIA SOARES DA SILVA**

Contratos de Trabalho

- 17/03/2022 - Aberto

MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
CNPJ: 07.752.236/0001-23
Ocupação: **223405 - FARMACEUTICO**
Salário Contratual [redacted]

Anotações

17/03/2022 - Admissão

Banrisul

Recibo de Pagamento
Número: 01282094362/00000000849176/666437
Data: 07/03/2022
Hora: 22:39:34

Canal:	Minha Conta
Tipo Pagamento:	Títulos Banrisul / Outros Bancos
Cód. Barras:	0019000009.02961755002.06177159172.2.89410000054308
Emissor:	BCO DO BRASIL S.A.
Ag./Conta Débito:	1134-35.080772.0-6-CATIELE MAGDA CARVALHO DOS SANTOS
Valor:	R$ 488,78
Data Débito:	07/03/2022
Data Vencimento:	31/03/2022
Pagador Final:	CATIELE MAGDA CARVALHO DOS SANTOS
CPF/CNPJ Pagador Final:	036.923.150-31
Pagador:	ALAN SOARES DA SILVA
CPF/CNPJ Pagador:	017.629.350-74
Beneficiario Original:	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA
CPF/CNPJ Beneficiario Original:	60.984.473/0001-00
Razão Social Beneficiario Original:	CRF RIO G DO SUL

Atenciosamente

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

0317E7ADC71A6C575AEFF8F087E10E56F733

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

Recibo de Pagamento
Número: 01267718464/00000000283798/396976
Data: 31/01/2022
Hora: 15:01:56

Canal:	Office Banking
Tipo Pagamento:	Títulos Banrisul / Outros Bancos
Cód. Barras:	0019000009.02961755002.05725098171.2.89410000075429
Emissor:	BCO DO BRASIL S.A.
Ag./Conta Débito:	0959-06.013132.0-6-MEDILAR IMP DIST MEDIC HOSPITALR
Valor:	R$ 641,15
Data Débito:	31/01/2022
Data Vencimento:	31/03/2022
Pagador Final:	MEDILAR IMP DIST MEDIC HOSPITALR
CPF/CNPJ Pagador Final:	7752236000123
Pagador:	556594 . MEDILAR IMPORTACAO E
CPF/CNPJ Pagador:	07.752.236/0007-19
Beneficiario Original:	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA
CPF/CNPJ Beneficiario Original:	60.984.473/0001-00
Razão Social Beneficiario Original:	CRF RIO G DO SUL

Atenciosamente

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

031F22C49351458CA58A613ED34EAAA2A798

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

Recibo de Pagamento
Número: 01267718504/00000000286685/396977
Data: 31/01/2022
Hora: 15:01:58

Canal:	Office Banking
Tipo Pagamento:	Títulos Banrisul / Outros Bancos
Cód. Barras:	0019000009.02961755002.05571414175.2.89410000301720
Emissor:	BCO DO BRASIL S.A.
Ag./Conta Débito:	0959-06.013132.0-6-MEDILAR IMP DIST MEDIC HOSPITALR
Valor:	R$ 2.564,62
Valor Desconto:	R$ 452,58
Data Débito:	31/01/2022
Data Vencimento:	31/03/2022
Pagador Final:	MEDILAR IMP DIST MEDIC HOSPITALR
CPF/CNPJ Pagador Final:	7752236000123
Pagador:	17852 . MEDILAR IMPORTACAO E D
CPF/CNPJ Pagador:	07.752.236/0001-23
Beneficiario Original:	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA
CPF/CNPJ Beneficiario Original:	60.984.473/0001-00
Razão Social Beneficiario Original:	CRF RIO G DO SUL

Atenciosamente

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

035A93513027E7EB9DB95EEE4945D6DFA888

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CÉDULA DE IDENTIDADE

CRF/UF
551529 / RS

NOME
DR. ALAN SOARES DA SILVA

CATEGORIA PROFISSIONAL
FARMACÊUTICO

DATA DE NASCIMENTO
06/01/1989

DIPLOMADO PELA
UNISC

DATA DE CONCLUSÃO
17/08/2019

NATURALIDADE/UF
SANTA CRUZ DO SUL / RS

NACIONALIDADE
BRASILEIRA



ASSINATURA DO PORTADOR

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FILIAÇÃO
ALCÉU LUIZ DA SILVA
ANGELA MARIA SOARES DA SILVA



RG
1089228918 SJS RS

DATA DE EXPEDIÇÃO
07/03/2007

CPF
017.629.350-74

TÍTULO DE ELEITOR
098691040434

ZONA
040

SEÇÃO
0195

GRUPO SANGUÍNEO
O

FATOR Rh
POSITIVO

OBSERVAÇÕES

LOCAL
BRASÍLIA

DATA DE EXPEDIÇÃO
19/04/2022

Maria Leticia Rauppp dos Santos
PRESIDENTE DO CRF / RS

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE, PARA QUALQUER EFEITO, DE ACORDO COM A LEI Nº 6.206/75.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO GRANDE DO SUL
Rua São Nicolau, 1070 - Bairro Santa Maria Goretti - Porto Alegre
atendimento@crfrs.org.br | Fone: (51) 3027.7500 | Fax: (51) 3027.7506

SECCIONAL CAXIAS DO SUL	SECCIONAL PASSO FUNDO	SECCIONAL SANTA MARIA
Fone: (54) 3215.5348	Fone: (54) 3045.1100	Fone: (55) 3025.2423
seccionalcaxias@crfrs.org.br	seccionalpf@crfrs.org.br	seccionalsm@crfrs.org.br

INFORMAÇÕES SOBRE O PROTOCOLO TAMBÉM PODEM SER OBTIDAS
NO ACESSO RESTRITO - http://www.crfrs.org.br/restrito >> PROTOCOLOS

- Os protocolos recebidos junto ao CRF-RS,
que não tiverem suas pendências regularizadas dentro do prazo,
serão arquivados e os boletos relativos aos mesmos não serão reaproveitados.

Atendimento: 649265 // Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/a

Observação:
05/05/2022 11:30 - Leticia de Castro Lopes
Recebido formulário CR do Alan e documentos de identidade de ambas as partes. Taxa entregue

05/05/2022 - 11:30 // Docum.: CNPJ 07.752.236/0001-23 // Registro : 17852

Nº Prot.: 662932
ALTERACAO PJ HORARIO ASSISTENCIA FARMACEUTICA

Situação
- Aguarda Análise

Serviço(s) Vinculado(s)
- OUTROS = R$ 0,00

Profissional Vinculado
- 551529 - Alan Soares da Silva

Nº Prot.: 662933
EXPEDIÇÃO CR

Situação
- Aguarda Análise

Serviço(s) Vinculado(s)
- OUTROS = R$ 0,00

Data da Impressão: 06/05/2022

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **07.752.236/0001-23** DUNS®: **898335771**
Razão Social: **MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A**
Nome Fantasia: **MEDLIVE**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **23/04/2015**
Número do Processo: **039016201367** Número do Contrato: **2015NE800498**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da Lei 8666/93, prazo de entrega.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **23/04/2015**
Número do Processo: **039023201369** Número do Contrato: **2015NE800521**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da Lei 8666/93, prazo de entrega.**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **160411 - 7 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS**
Data Aplicação: **25/10/2013**
Número do Processo: **06/2011**
Descrição/Justificativa: **Por não haver entregue o material dentro do prazo definido no edital.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **987563 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU**
Data Aplicação: **17/06/2021**
Número do Processo: **14456/2021** Número do Contrato: **PE 65/2020**
Descrição/Justificativa: **A contratada realizou a entrega dos itens solicitados por meio das Notas de Empenho nª 18168/2020, 18174/2020 e 18193/2020 em desconformidade com o estabelecido no Edital de Licitação.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **14/07/2015**
Número do Processo: **23075039099201394** Número do Contrato: **NE801121**
Descrição/Justificativa: **Não atendimento do objeto licitado.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **02/05/2019**
Número do Processo: **23075700784201910** Número do Contrato: **2018NE808448**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das Cláusulas editalícias referente ao atraso na entrega do empenho 2018NE808448. Edital do Pregão 040/2018**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **26/04/2018**
Número do Processo: **23075702328201823** Número do Contrato: **2018NE800593**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das clausulas editalícia referente a entrega pregão 059/2017.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **06/06/2018**
Número do Processo: **23075703542201805** Número do Contrato: **2018NE801358**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das clausulas editalícias referente a entrega, pregão 094/2017.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **29/07/2019**
Número do Processo: **23075703939201970** Número do Contrato: **2019NE800978**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas editalícias referente ao atraso na entrega da nota de empenho 2019NE800978 PE 040/2018**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **01/08/2018**
Número do Processo: **23075705424201823** Número do Contrato: **2018NE802790**
Descrição/Justificativa: **Pelo não cumprimento clausulas Contratuais editalícias, quanto ao prazo de entrega itens conforme Nota de Empenho 2018NE802790**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **15/10/2018**
Número do Processo: **23075706124201861** Número do Contrato: **2018NE803213**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas editalícias referente à entrega, pregão 040/2018.**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **12/12/2018**
Número do Processo: **23075707986201810** Número do Contrato: **2018NE804927**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas editalícias referente a atraso na entrega de insumos.**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **21/11/2019**
Número do Processo: **23075707987201937** Número do Contrato: **2019NE803525**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas editalícias referente ao PE 015/2019 atraso na entrega da nota de empenho 2019NE803525**

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **26/11/2018**
Número do Processo: **23075708623201893** Número do Contrato: **2018NE804953**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas editalícias, referente a atraso na entrega, Pregão 059/2017.**

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153164 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS**
Data Aplicação: **11/04/2016**
Número do Processo: **23081000615201654**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA DE MATERIAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nª 204/2014 E 395/2014.**

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153164 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS**
Data Aplicação: **23/06/2015**
Número do Processo: **23081007053201599**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA DE MATERIAL ADQUIRIDO ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO Nª 224/2014.**

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153164 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS**
Data Aplicação: **21/03/2014**
Número do Processo: **23081015753201395**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA DE MATERIAL ADQUIRIDO ATRAVÉS DO EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nª 162/2013**

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154047 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS**
Data Aplicação: **22/04/2014**
Número do Processo: **23110002520201419**
Descrição/Justificativa: **Referente à inexecução dos deveres contratuais, a não entrega total do empenho 2013NE800465, Pregão eletrônico nª54/2013.**

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154047 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS**
Data Aplicação: **12/04/2019**
Número do Processo: **23110057716201874** Número do Contrato: **2018NE801058**
Descrição/Justificativa: **Penalidade aplicada, conforme solicitado pela Unidade de Almoxarifado do HE - UFPel no documento SEI nª 0501308, anexado ao processo 23110.057716/2018-74 e, considerando ainda o item 12.2.1 do termo de referência (12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante).**
Notificações 129/2018, 045/2019 e 102/2019.

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**
Data Aplicação: **07/08/2017**
Número do Processo: **23477029267201491**
Descrição/Justificativa: **Em virtude de atraso na entrega dos itens constantes na nota de empenho nª 2013NE800100, referente ao pregão nª 06/2013**

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**
Data Aplicação: **05/08/2019**
Número do Processo: **23524004824201963**
Descrição/Justificativa: **Em razão de entregou com atraso os medicamentos, incidindo em inexecução parcial, descumprindo, dessa feita as normas editalícias**

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155911 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINLE**
Data Aplicação: **16/03/2022**
Número do Processo: **23819006227202182**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega do item 0004 do empenho 2021NE001241 referente ao processo 23819.010309/2020-15.**

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155913 - EBSERH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S THIAGO**
Data Aplicação: **29/05/2020**
Número do Processo: **23820000092202021**
Descrição/Justificativa: **APLICAR à Empresa MEDILAR IMP DIST DE PROD MED. HOSP, inscrita no CNPJ nª 07.752.236/0001-23, as sanções de: ADVERTÊNCIA e MULTA de 10% (dez por cento), calculado sobre o "valor total" da Autorização de Fornecimento 005 e corrigida, conforme consta o item "14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS" do Pregão Eletrônico nª 131/2019 e amparado pela Lei nª 8.666, de 21 de junho de 1993, Capítulo IV, Seção II, Artigo 87.**

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **23/03/2021**
Número do Processo: **60001090272018-81** Número do Contrato: **2018NE02295**
Descrição/Justificativa: **INEXECUÇÃO TOTAL**

Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **120074 - QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL/RS**
Data Aplicação: **01/09/2011**
Número do Processo: **67270000070/2011** Número do Contrato: **11/VCOMAR/2011**
Descrição/Justificativa: **O Quinto Comando Aéreo Regional resolve aplicar à empresa MEDILAR IMP. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 07.752.236/0001-23, a penalidade de ADVERTÊNCIA, com base no art. 87, inciso I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. A penalidade é aplicada a esta empresa pela entrega intempestiva dos materiais constantes na Nota de Empenho 2011NE800867 referente ao Pregão Eletrônico nª 11/VCOMAR/2011, através do Processo Administrativo nª 67.270.000070/2011.**

Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **08/04/2014** Valor da Multa: **R$ 533,58**
Número do Processo: **0060-011319/2013**
Descrição/Justificativa: **Penalidade aplicada em razão do atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n. 2013NE09209.**

Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**17/05/2013**	Valor da Multa:	**R$ 299,94**
Número do Processo:	**060.000.496/2013**		
Descrição/Justificativa:	**PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO REFERENTE À NOTA DE EMPENHO Nª 2013NE01563.**		

Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**08/10/2013**	Valor da Multa:	**R$ 375,94**
Número do Processo:	**060.0006.415/2013**		
Descrição/Justificativa:	**PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO REFERENTE À NOTA DE EMPENHO Nª 2013NE05589.**		

Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**07/08/2013**	Valor da Multa:	**R$ 357,28**
Número do Processo:	**060.008.330/2013**		
Descrição/Justificativa:	**PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO REFERENTE A NOTA DE EMPENHO Nª 2013NE05589.**		

Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Recusa em celebrar contrato**		
UASG Sancionadora:	**425128 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/MA**		
Data Aplicação:	**04/11/2022**	Valor da Multa:	**R$ 2.732,30**
Número do Processo:	**105377/2021**	Número do Contrato:	**S/N**
Descrição/Justificativa:	**Não manter-se habilitada, descumprindo a obrigação assumida na ocasião da participação do certame, incorrendo nas penalidades legalmente estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nª 10/2020 - CSL/SES - PORTARIA 1256/2022 - DOE 27/10/2022**		

Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**987563 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU**		
Data Aplicação:	**17/06/2021**	Valor da Multa:	**R$ 720,89**
Número do Processo:	**14456/2021**	Número do Contrato:	**PE 65/2020**
Descrição/Justificativa:	**a contratada realizou a entrega dos itens solicitados por meio das Notas de Empenho nª 18168/2020, 18174/2020 e 18193/2020 em desconformidade com o estabelecido no Edital de Licitação.**		

Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**988655 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA**		
Data Aplicação:	**19/11/2021**	Valor da Multa:	**R$ 1.585,60**
Número do Processo:	**2021/8224-6371**		
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega de medicamentos, decorrentes da Ata de Registro de Preços nª 2282/2021 e Pregão Eletrônico nª 17/2021.**		

Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**		
Data Aplicação:	**06/12/2019**	Valor da Multa:	**R$ 1.500,00**
Número do Processo:	**23075706124201961**	Número do Contrato:	**2018NE803213**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega dos insumos referente a nota de empenho 2018NE803213, Edital do PE 040/2018.**		

Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**		
Data Aplicação:	**13/09/2019**	Valor da Multa:	**R$ 1.500,00**
Número do Processo:	**23075707556201890**	Número do Contrato:	**2018NE804378**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega de insumos referente ao PE 040/2018 empenho 2018NE804378**		

Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**150232 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC**		
Data Aplicação:	**21/02/2019**	Valor da Multa:	**R$ 2.080,00**
Número do Processo:	**23080054868201810**	Número do Contrato:	**Pregão nª 098/HU/2018**
Descrição/Justificativa:	**O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Portaria nª 1538/2018/DA/HU, de 24 de dezembro de 2018, aplicou à Empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, inscrita no CNPJ nª 07.752.236/0001-23, a sanção de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado, por inadimplência contratual referente ao Pregão nª 098/HU/2018.**		

Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**		
Data Aplicação:	**07/08/2017**	Valor da Multa:	**R$ 159,97**
Número do Processo:	**23477029267201491**		
Descrição/Justificativa:	**Em virtude de atraso na entrega dos itens constantes na nota de empenho nª 2013NE800100, referente ao pregão nª 06/2013**		

Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**		
Data Aplicação:	**05/08/2019**	Valor da Multa:	**R$ 169,80**
Número do Processo:	**23524004824201963**		
Descrição/Justificativa:	**Em razão de entregou com atraso os medicamentos, incidindo em inexecução parcial, descumprindo, dessa feita as normas editalícias**		

Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**02/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 101,13**
Número do Processo:	**25410000728/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2014NE802312 - Dispensa de Licitação Art. 24/2- Proc. 0728/14.**		

Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**24/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 69,14**
Número do Processo:	**25410001451/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2011NE802867 - Disp. 24/II- Proc. 1451/14.**		

Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**04/11/2014**	Valor da Multa:	**R$ 37,01**
Número do Processo:	**25410001451/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2013NE802867 - Dispensa Art.24/2- Proc. 1451/14.**		

Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**24/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 449,06**
Número do Processo:	**25410001734/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2011NE802891 - Disp 24/4- Proc. 1734/14.**		

Ocorrência 42:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**17/11/2014**	Valor da Multa:	**R$ 6,74**
Número do Processo:	**25410001734/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2014NE802891- Dispensa de licitação art.24/4 - Proc. 1734/14.**		

Ocorrência 43:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**17/11/2014**	Valor da Multa:	**R$ 452,74**
Número do Processo:	**25410001735/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2014NE802953- dispensa de licitação art. 24/4- Proc. 1735/14.**		

Ocorrência 44:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**		
Data Aplicação:	**24/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 458,30**
Número do Processo:	**25410001735/2014**		
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa referente ao atraso na entrega do material solicitado no empenho 2011NE802953 - Disp. 24/4- Proc. 1735/14.**		

Ocorrência 45:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**23/03/2021**	Valor da Multa:	**R$ 4.077,22**
Número do Processo:	**60001090272018-81**	Número do Contrato:	**2018NE02295**
Descrição/Justificativa:	**INEXECUÇÃO TOTAL**		

Ocorrência 46:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**450996 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**		
Data Aplicação:	**01/04/2019**	Valor da Multa:	**R$ 1.542.140,00**
Número do Processo:	**73/2018**	Número do Contrato:	**27/2019**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega da mercadoria.**		

Ocorrência 47:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**06/08/2014**	Valor da Multa:	**R$ 2,40**
Número do Processo:	**STJ n. 6328/2014**	Número do Contrato:	**NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa moratória, conforme previsto no artigo 87, inciso II da Lei n. 8.666/1993 e no item III da Cláusula 07 das Condições de Fornecimento e de Prestação de Serviços ao STJ, devido ao atraso na entrega do material objeto da Nota de Empenho nª 1174/2014. MULTA MORATÓRIA**		

Ocorrência 48:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
Motivo:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
UASG Sancionadora:	**155022 - HOSPITAL DAS CLINICAS DE PERNAMBUCO**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**12/09/2022**		
Data Aplicação:	**12/09/2022**		
Número do Processo:	**23536017915202225**		
Descrição/Justificativa:	**Não entregou o item METRONIDAZOL 5 MG/ML, (cód. 1900), constante na Nota de Empenho nª 001834/2022, enviada em 10/06/2022.**		

Ocorrência 49:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**155902 - COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UFPR**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**03/05/2022**		
Data Aplicação:	**03/05/2022**		
Número do Processo:	**23759003274202215**	Número do Contrato:	**2021NE471241**
Descrição/Justificativa:	**atraso na entrega dos insumos referente a nota de empenho 2021NE471241, Pregão Eletrônico SRP n.ª. 077/2020**		

Ocorrência 50:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**155901 - HOSPITAL ESCOLA DA UNIV. FEDERAL DE PELOTAS**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**11/10/2022**		
Data Aplicação:	**11/10/2022**		
Número do Processo:	**23762.014541/2022**	Número do Contrato:	**2022NE789**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 51:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155901 - HOSPITAL ESCOLA DA UNIV. FEDERAL DE PELOTAS**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **28/12/2022**
Data Aplicação: **28/12/2022**
Número do Processo: **23762.019618/2022** Número do Contrato: **2022NE1658**
Descrição/Justificativa: **O fornecedor deixou de entregar o medicamento no prazo estipulado na ata de registro de preços. Porém, o atraso foi justificado com a falta do produto no mercado neste período.**

Ocorrência 52:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **09/01/2023**
Data Aplicação: **09/01/2023**
Número do Processo: **23764.011864/2022** Número do Contrato: **338/2022**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções (23764.011864/2022-34) , a sanção de ADVERTÊNCIA está prevista no subitem 17.2.1. do Termo de Referência (21894146) referente ao Edital do Pregão Eletrônico nª 48/2022 (22778922) e à Ata de Registro de Preços nª 338/2022 (24091298).**

Ocorrência 53:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **03/01/2023**
Data Aplicação: **03/01/2023**
Número do Processo: **23764.012121/2022** Número do Contrato: **338/2022**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções (23764.012121/2022-81) , a sanção de Multa Moratória, prevista no subitem "17.2.2.1." do Termo de Referência (21894146), conforme ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.ª 338/2022 (24091298), foi aplicada na medida em que a empresa deixou de entregar no prazo os itens constantes na Nota de Empenho 2022NE001425, ficando caracterizado fato punível com sanções administrativas.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.752.236/0001-23**	DUNS®:	**898335771**
Razão Social:	**MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A**		
Nome Fantasia:	**MEDLIVE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**22/03/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**06/06/2023**
FGTS	Validade:	**02/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**13/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**03/05/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ | Número documento: 07752236000123

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: | até:

Data de Início Impedimento: de: | até:

Data de Fim Impedimento: de: | até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

2 Itens encontrados

Relação de Processos Compra

	Município	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Data Início	Data fim	Tipo Sanção	Situação
	PATO BRANCO	07.752.236/0001-23	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A	11/04/2019	11/04/2024		
	MARIALVA	07.752.236/0001-23	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A	08/12/2022	07/12/2024		

Download Lista Impedidos

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	65421108015
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:01) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 654.211.080-15.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.6F6A.3DE7.2474 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ADRIANA WILKE MARQUES**

CPF/CNPJ: **654.211.080-15**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:01:26 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 4Q9U160223150126

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ADRIANA WILKE MARQUES**

CPF: **654.211.080-15**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:01:41 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: YLGW160223150141

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:01:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A**
CNPJ: **07.752.236/0001-23**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 65421108015

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME 1
QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600390750
CNPJ – 23.228.076/0001-74

LEANDRO ROSSONI, brasileiro, solteiro, nascido em 22/02/1989, empresário, portador da CNH n.º 04407039890 expedida pelo DETRAN/PR e CPF n.º 068.074.369-39, residente e domiciliado na cidade de Maringá – Estado do Paraná, na Rua José Clemente, n.º 956 – Apartamento 201 – Zona 07 – CEP 87.020-070. Titular da Empresa de Responsabilidade Limitada – EIRELI que gira sob o nome empresarial de **CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME** na Rua Doutor Mário Clapier Urbinatti, n.º 1434 – Jardim Canadá – CEP 87.080-120, na cidade de Maringá – Estado do Paraná, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41600390750 em data de 08/09/2015, última alteração registrada sob n.º 20194176363 em data de 18/07/2019 e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 23.228.076/0001-74, resolvem modificar o primitivo contrato e posteriores alterações pelo presente instrumento de alteração e consolidação contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A atividade comercial da empresa que era Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08); Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01); Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03); Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01); Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/02); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00); Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças (CNAE 4930-2/02); Comércio atacadista de equipamentos e proteção individual (EPI) (CNAE 4642-7/02); Comércio atacadista de água mineral (CNAE 4635-4/01); Comércio atacadista de leite e laticínios (CNAE 4631-1/00); Comércio atacadista de suplementos, vitaminas e alimentos, alimentos para nutrição enteral e alimentos infantil (CNAE 4637-1/99); Comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01); Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (CNAE 4751-2/01); Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (CNAE 4789-0/05); Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (CNAE 4772-5/00); Comércio varejista de equipamentos eletrônicos domésticos (CNAE 4753-9/00); Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 4781-4/00); Comércio varejista de laticínios e frios (CNAE 4721-1/03); Comércio varejista de produtos alimentícios (CNAE 4729-6/99); Serviços de engenharia (CNAE 7112-0/00); Instalação e manutenção elétrica (CNAE 4321-5/00) **passará a** Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08); Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01); Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03); Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01); Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/02); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00) e Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças (CNAE 4930-2/02).

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME 2
QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600390750
CNPJ – 23.228.076/0001-74

CLÁUSULA SEGUNDA
A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei n.º 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o ato constitutivo, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado ás disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME
NIRE – 41600390750
CNPJ – 23.228.076/0001-74

LEANDRO ROSSONI, brasileiro, solteiro, nascido em 22/02/1989, empresário, portador da CNH n.º 04407039890 expedida pelo DETRAN/PR e CPF n.º 068.074.369-39, residente e domiciliado na cidade de Maringá – Estado do Paraná, na Rua José Clemente, n.º 956 – Apartamento 201 – Zona 07 – CEP 87.020-070. Titular da Empresa de Responsabilidade Limitada – EIRELI que gira sob o nome empresarial de **CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME** na Rua Doutor Mário Clapier Urbinatti, n.º 1434 – Jardim Canadá – CEP 87.080-120 na cidade de Maringá – Estado do Paraná – com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41600390750 em data de 08/09/2015 e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 23.228.076/0001-74, promove a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

1ª O tipo jurídico da empresa é **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes e gira sob a razão social de **CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME**, com sede na Rua Doutor Mário Clapier Urbinatti, n.º 1434 – Jardim Canadá – CEP 87.080-120 – na cidade de Maringá – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 23.228.076/0001-74.

2ª O capital é de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional do País.

3ª A empresa iniciou suas atividades em 04 de Setembro de 2015 e seu prazo de duração é indeterminado.

4ª O objeto é Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08); Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01); Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03); Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01); Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/02); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00) e Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças (CNAE 4930-2/02).

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI – ME 3
QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600390750
CNPJ – 23.228.076/0001-74

5ª O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica e diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

6ª Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

7ª A administração da EIRELI será exercida por **LEANDRO ROSSONI**, a quem caberá, dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da empresa EIRELI. A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado e a empresa será regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pelas leis das Sociedades Anônimas.

8ª O término da cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

9ª O titular declara sob as penas da lei, de que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedida, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

10ª O titular declara sob as penas da Lei que se enquadra na situação de MICROEMPRESA nos termos da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

11ª Fica eleito o foro de Maringá – Estado do Paraná para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato.

E por estar justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento particular de alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, em via única, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá - Paraná, 25 de Julho de 2.019.

LEANDRO ROSSONI

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Junta Comercial do Paraná

TERMO DE AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME , assinado digitalmente, encontra-se registrado na Junta Comercial do Paraná sob o número PRP1936769420.

Assinante(s)	
CPF/CNPJ	**Nome**
06807436939	LEANDRO ROSSONI

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/07/2019 16:15 SOB Nº 20194521095.
PROTOCOLO: 194521095 DE 26/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903440478. NIRE: 41600390750.
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - LTDA - ME **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2314638315
NIRE (Sede) 41600390750	**CNPJ** 23.228.076/0001-74	**Data de Ato Constitutivo** 08/09/2015	**Início de Atividade** 04/09/2015
Endereço Completo Rua Doutor Mário Clapier Urbinatti, Nº 1434, Jardim Canadá - Maringá/PR - CEP 87080-120			
Objeto Social COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS			
Capital Social R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
LEANDRO ROSSONI	068.074.369-39	R$ 150.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
LEANDRO ROSSONI	068.074.369-39	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS
09/12/2022	T4160039075	904 / 046 - TRANSFORMACAO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/02/2023, às 09:32:22 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **5KVT3U3**.

PRC2314638315

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
23.228.076/0001-74 **MATRIZ**		**08/09/2015**

NOME EMPRESARIAL
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI	**1434**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.080-120	**JARDIM CANADA**	**MARINGA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(44) 3255-3774

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**08/09/2015**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/02/2023** às **17:01:16** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90703460-76	23.228.076/0001-74	09/2015

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - LTDA**
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	**RUA DR MARIO CLAPIER URBINATTI, 1434 - JARDIM CANADA - CEP 87080-120**
Município de Instalação	**MARINGA - PR, DESDE 09/2015**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 01/2020**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR** **4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA** **4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS** **4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4649-4/02 - COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO** **4664-8/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS** **4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**068.074.369-39**	**LEANDRO ROSSONI**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 11/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90703460-76

Emitido Eletronicamente via Internet
09/02/2023 8:17:21

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

SINTEGRA
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta — **Data/Hora Host CELEPAR 08/02/2023 - 17:01:55**

CNPJ:	23.228.076/0001-74	**Inscrição Estadual:**	90703460-76
Nome Empresarial:	CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA DR MARIO CLAPIER URBINATTI		
Número:	1434	**Complemento:**	
Bairro:	JARDIM CANADA		
Município:	MARINGA	**UF:**	PR
CEP:	87.080-120	**Telefone:**	NÃO CADASTRADO
E-mail:	WAGNER_ELLITTECON@SERCOMTEL.COM.BR		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4644301 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4649408 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR 4646001 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA 4645103 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS 4645101 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS 4649402 - COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO 4664800 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS 4930202 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
Início das Atividades:	09/2015
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 09/2015
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 09/2015
Regime Tributário:	REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Consultar novo contribuinte do Paraná

Acessar cadastro de outros Estados

Código de Autenticidade: A1052145A0E73171193FF7FB5465DFAD

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cadastro: 171454	CNPJ/CPF: 23.228.076/0001-74	Protocolo Geral: 010600085762202264	30/11/2022, Concede

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI

LOCALIZAÇÃO
AVENIDA MÁRIO CLAPPIÉR URBINATTI,DOUTOR, 1434
RESIDENCIAL MORESCHI
Área Construída Utilizada: 247,00 m²
Área de Pátio: 0,00 m²
Área Total Utilizada: 247,00 m²
Área de Processamento: 0,00 m²

Zona	Quadra	Data
07	149	012

Cadastro Imobiliário
7361800

ATIVIDADE
COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICS E PRODUTOS DE PERFUMARIA; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS; COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS; COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO; COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR PARTES E PEÇAS

OBSERVAÇÕES
O PRESENTE ALVARÁ SOMENTE TERÁ VALIDADE ACOMPANHADO DO CERTIFICADO DE VISTORIA OU LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME CONTIDO NA LEI FEDERAL Nº 13425/2017 – ART. 4º, § 2º, EXCETO O EMPREENDIMENTO QUE UTILIZE RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR COMO ENDEREÇO DE CONTATO, SEM ATENDIMENTO AO PÚBLICO OU ESTOQUE DE MATERIAIS, CONFORME LEI ESTADUAL 19.449/2018, ARTIGO 1º, § 1º, INCISO IV.

Documento válido até:

Expedido em 12/01/2023

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 13/01/2023 10:03:50 que o documento de hash (SHA-256) da6d721f94d57aec23b3ad571d1f5ad49f8e1a7169423d21f1de9721c931cd93 foi validado em 13/01/2023 10:02:26 através da transação blockchain 0xb1e31ac0ef394092fa6a6a52ccc019d289d164d0fa97ed0eec352bd0f44d3027 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 106541)

Código de Autenticidade: A1052145A0E73171193FF7FB5465DFAD

Código validador nº E0DD790B4

Prezado contribuinte!

1. Juntamente com o "Alvará de Localização" está sendo entregue o *código validador* acima descrito. Guarde-o com segurança.
2. O código será requisitado para validação do usuário no primeiro acesso aos sistemas informatizados da Prefeitura, após a solicitação de *senha web*.
3. A *senha web* deverá ser solicitada no endereço eletrônico *https://isse.maringa.pr.gov.br*.
4. Não é necessário a solicitação de *senha web* para empresas que utilizam o *Certificado Digital e-CNPJ*. Neste caso, basta acessar diretamente o sistema pretendido.

Dúvidas, entre em contato através do e-mail: *isseletronico@maringa.pr.gov.br*.
Procedimento válido a partir de 12/12/2016.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 13/01/2023 10:03:50 que o documento de hash (SHA-256) da6d721f94d57aec23b3ad571d1f5ad49f8e1a7169423d21f1de9721c931cd93 foi validado em 13/01/2023 10:02:26 através da transação blockchain 0xb1e31ac0ef394092fa6a6a52ccc019d289d164d0fa97ed0eec352bd0f44d3027 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 106541)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Certidão** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **da6d721f94d57aec23b3ad571d1f5ad49f8e1a7169423d21f1de9721c931cd93** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **106541** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO"**, cujo assunto é descrito como **"ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO"**, faz prova de que em **13/01/2023 10:02:23**, o responsável **CMH - Central de Medicamentos Hospitalares - Eireli (23.228.076/0001-74)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de CMH - Central de Medicamentos Hospitalares - Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **13/01/2023 10:03:35** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xb1e31ac0ef394092fa6a6a52ccc019d289d164d0fa97ed0eec352bd0f44d3027**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SUS

LICENÇA SANITÁRIA

Data da Vistoria
13/01/2023

Nº: 8044/2022

Pessoa Jurídica / Pessoa Física

CNPJ / CPF 23.228.076/0001-74

Data de Validade
22/09/2024

Razão Social : CMH CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI
Endereço : AVENIDA MÁRIO CLAPPIÉR URBINATTI,DOUTOR **Nº :** 1434 **Complemento :**
Bairro : RESIDENCIAL MORESCHI
Cidade : Maringá - PR **CEP :** 87080120

Responsáveis Técnicos	Conselho Regional Nº
PAULA TANIA SEGATE	20754

Ramo de Atividade

COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICS E PRODUTOS DE PERFUMARIA; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS; COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS; COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO; COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR PARTES E PEÇAS

Observações

OBS: LIBERADA A LICENÇA SANITÁRIA PARA O COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS COMUNS E SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL.

A fixação desta licença em local visível ao consumidor/usuário é obrigatória.

A autenticidade desta Certidão **DEVERÁ** ser confirmada via internet no site
www.maringa.pr.gov.br/laudosnew/index.php

Prefeitura do Município de Maringá
Estado do Paraná

Código de controle **PMM-20230286-8J5F**
Emitida em **16/01/2023 às 08:50:46**
Dados transmitidos de forma segura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 23.228.076/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:06:32 do dia 26/01/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/07/2023.
Código de controle da certidão: **BC8A.5E19.6005.4057**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Positiva

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

com Efeitos de Negativa

(Art. 206 do CTN)

Nº 028724206-92

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **23.228.076/0001-74**
Nome: **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, nesta data, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou VI, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias

Válida até 05/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (05/12/2022 11:20:57)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa Nº 2816/2023

Certificamos, conforme requerido por **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR**, CPF/CNPJ nº **23.228.076/0001-74**, para fins **DE LICITAÇÃO**, que **CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI,** CPF/CNPJ nº **23.228.076/0001-74**, situado(a) na cidade de Maringá **, MAS QUE SE ENCONTRAM A VENCER**.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Emitida em: **06/01/2023**

Válida até: **06/04/2023**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

Código de Autenticação: **CB65568C994A2A5A09F8FCAD53D5F35F**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: *http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portal-contribuinte*

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 23.228.076/0001-74

Razão Social: CMH CENTRAL DE MEDICAMENTOS EIRELI ME

Endereço: AV CERRO AZUL / JD NOVO HORIZONTE / MARINGA / PR / 87010-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/02/2023 a 02/03/2023

Certificação Número: 2023020100572901070440

Informação obtida em 06/02/2023 11:08:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 23.228.076/0001-74
Certidão nº: 3670957/2023
Expedição: 26/01/2023, às 09:14:48
Validade: 25/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.228.076/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

CNPJ
23.228.076/0001-74

Nome Fantasia
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI Nº 1434 - JARDIM CANADA CEP: 87.080-120

Cidade/UF
MARINGÁ/PR

Responsável Técnico
PAULA TANIA SEGATE

Responsável Legal
LEANDRO ROSSONI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
2.08455-1

Data do Cadastro
11/01/2016

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.764562/2015-52

Cadastro
2 - Cosmético

Atividades / Classes

Armazenar

- Cosméticos
- Produtos de Higiene
- Perfumes

Distribuir

- Cosméticos
- Produtos de Higiene
- Perfumes

Expedir

- Cosméticos
- Produtos de Higiene
- Perfumes

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

CNPJ
23.228.076/0001-74

Nome Fantasia
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI Nº 1434 - JARDIM CANADA CEP: 87.080-120

Cidade/UF
MARINGÁ/PR

Responsável Técnico
PAULA TANIA SEGATE

Responsável Legal
LEANDRO ROSSONI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.14954-8

Data do Cadastro
11/01/2016

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.764548/2015-83

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

CNPJ
23.228.076/0001-74

Nome Fantasia
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI Nº 1434 - JARDIM CANADA CEP: 87.080-120

Cidade/UF
MARINGÁ/PR

Responsável Técnico
PAULA TANIA SEGATE

Responsável Legal
LEANDRO ROSSONI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.14955-1

Data do Cadastro
11/01/2016

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.764544/2015-77

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

CNPJ
23.228.076/0001-74

Nome Fantasia
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI Nº 1434 - JARDIM CANADA CEP: 87.080-120

Cidade/UF
MARINGÁ/PR

Responsável Técnico
PAULA TANIA SEGATE

Responsável Legal
LEANDRO ROSSONI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
8.13138-1 (02518353HX30)

Data do Cadastro
11/01/2016

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.764552/2015-31

Cadastro
8 - Produtos para Saúde (Correlatos)

Atividades / Classes

Armazenar

- Correlatos

Distribuir

- Correlatos

Expedir

- Correlatos

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

CNPJ
23.228.076/0001-74

Nome Fantasia
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI Nº 1434 - JARDIM CANADA CEP: 87.080-120

Cidade/UF
MARINGÁ/PR

Responsável Técnico
PAULA TANIA SEGATE

Responsável Legal
LEANDRO ROSSONI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
3.06706-3

Data do Cadastro
11/01/2016

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.764569/2015-46

Cadastro
3 - Saneantes

Atividades / Classes

Armazenar

- Saneante Domis.

Distribuir

- Saneante Domis.

Expedir

- Saneante Domis.

Voltar

ENDEREÇO: Senador Milton Campos 35 andar 17
BAIRRO: Vila da Serra CEP: 34006050 - NOVA LIMA/MG
CNPJ: 09.174.577/0001-94
PROCESSO: 25351.099256/2018-44
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O alvará sanitário apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

EMPRESA: EMPÓRIO DOS COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: Rodovia br 101 norte contorno, sn, km 279, bloco a1, sala 01
BAIRRO: tims CEP: 29161382 - SERRA/ES
CNPJ: 11.486.523/0001-06
PROCESSO: 25351.106098/2013-61
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17º, da RDC n° 16/2014.

EMPRESA: CUSTOM MEDICAL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA 08 87A
BAIRRO: CENTRO CEP: 13500440 - RIO CLARO/SP
CNPJ: 13.745.560/0001-17
PROCESSO: 25351.668933/2012-96
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

Total de Empresas : 9

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.159, DE 2 DE MAIO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: F. ARAUJO DA CUNHA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: AVENIDA SALIN ABUD, 26
BAIRRO: CENTRO CEP: 68700060 - CAPANEMA/PA
CNPJ: 19.558.415/0001-03
PROCESSO: 25351.030365/2019-28
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O licenciamento é posterior à AFE.

EMPRESA: BRN SILVA TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV I QUADRA 101 LOTE 02 SALA 14
BAIRRO: JARDIM AURENY III CEP: 77062020 - PALMAS/TO
CNPJ: 23.084.143/0001-24
PROCESSO: 25351.848829/2018-74
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não foi apresentado relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.160, DE 2 DE MAIO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: imcd brasil farmacêuticos importação, exportação e representações ltda
ENDEREÇO: Rua Faustino Negri 285 - Galpão 1, 2
BAIRRO: Cooperativa CEP: 09851720 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 62.651.955/0004-09
PROCESSO: 25351.022944/2019-05
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

EMPRESA: BCUBE LOGISTIC LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA WILSON TAVARES RIBEIRO, Nº 1.651, GALPÃO MÓDULO 0305
BAIRRO: CH REUNIDAS SANTA TEREZINHA CEP: 32183680 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 09.174.577/0003-56
PROCESSO: 25351.099227/2018-82
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O alvará sanitário apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.182, DE 2 DE MAIO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: AGAPE DOMISSANITARIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA DO LATICINIO 320
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL DEPUTADO SIMAO DA CUNHA CEP: 33040254 - SANTA LUZIA/MG
CNPJ: 11.155.943/0001-00
PROCESSO: 25351.134501/2011-00 AUTORIZ/MS: 2.05845.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GIORGI PEREIRA DA COSTA-ME
ENDEREÇO: AVENIDA DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA 2580
BAIRRO: VELAME CEP: 58420000 - CAMPINA GRANDE/PB
CNPJ: 17.334.801/0001-96
PROCESSO: 25351.481709/2017-00 AUTORIZ/MS: 2.09592.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: AIRMED EIRELI - EPP
ENDEREÇO: RUA DAMIAO DA SILVA 12
BAIRRO: VILA SUZANA CEP: 5630000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 23.637.718/0001-99
PROCESSO: 25351.410242/2016-01 AUTORIZ/MS: 2.08971.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ARCMED ANDREOLI COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: RUA DOUTOR MELLO NOGUEIRA 105
BAIRRO: VILA BARUEL CEP: 2510040 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.572.890/0001-18
PROCESSO: 25351.118241/2017-02 AUTORIZ/MS: 2.09236.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Cirurgica Lajeadense ME
ENDEREÇO: RUA BAHIA 134
BAIRRO: SAO CRISTOVAO CEP: 95913198 - LAJEADO/RS
CNPJ: 21.112.395/0001-94
PROCESSO: 25351.121731/2016-03 AUTORIZ/MS: 2.08726.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GOLDEN SKIN COSMÉTICOS EIRELI-EPP.
ENDEREÇO: RUA BENTO GONCALVES 2256
BAIRRO: CENTRO CEP: 93510018 - NOVO HAMBURGO/RS
CNPJ: 07.303.390/0001-18
PROCESSO: 25025.574002/2005-04 AUTORIZ/MS: 2.04093.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JEONCEL TRANSPORTES LTDA -ME
ENDEREÇO: RODOVIA BR-153 SN
BAIRRO: FAZENDA RETIRO CEP: 74620430 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 07.515.384/0001-24
PROCESSO: 25351.874811/2016-05 AUTORIZ/MS: 2.08553.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE

EMPRESA: 3G LOG TRANSPORTES EIRELI
ENDEREÇO: AV. COMENDADOR ALEXANDRINO GARCIA, 309
BAIRRO: MARTA HELENA CEP: 38402226 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 15.292.743/0001-50
PROCESSO: 25351.173719/2017-05 AUTORIZ/MS: 2.09334.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES EIRELLI
ENDEREÇO: RUA RICARDO GEORG 1115
BAIRRO: ITOUPAVA CENTRAL CEP: 89069100 - BLUMENAU/SC
CNPJ: 24.537.945/0001-05
PROCESSO: 25351.595488/2016-05 AUTORIZ/MS: 2.09135.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI - ME
ENDEREÇO: rua alvorada 180
BAIRRO: Flor de Nápolis CEP: 88106460 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 18.712.730/0001-80
PROCESSO: 25351.016675/2017-05 AUTORIZ/MS: 2.09147.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: J.L DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI
ENDEREÇO: QUADRA SAAN QUADRA 1 1350
BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL CEP: 70632100 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 22.702.370/0001-03
PROCESSO: 25351.140592/2017-06 AUTORIZ/MS: 2.09271.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NOVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ENDEREÇO: PRAÇA BARAO DE MARUIM 8
BAIRRO: CENTRO CEP: 49770000 - MARUIM/SE
CNPJ: 27.956.951/0001-95
PROCESSO: 25351.405759/2017-82 AUTORIZ/MS: 7.52859.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS MORAIS E MARTINS LTDA
ENDEREÇO: RUA 17 157
BAIRRO: CENTRO CEP: 72930000 - ALEXÂNIA/GO
CNPJ: 08.601.190/0001-04
PROCESSO: 25351.124301/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.12955.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA ISABELLA DE ITUPEVA LTDA
ENDEREÇO: avenida brasil, 17 - complemento a
BAIRRO: centro CEP: 13295000 - ITUPEVA/SP
CNPJ: 21.541.948/0001-24
PROCESSO: 25351.437477/2015-82 AUTORIZ/MS: 7.40097.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA REGIONAL DE CORDEIRO LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA RAUL VEIGA 86
BAIRRO: CENTRO CEP: 28540000 - CORDEIRO/RJ
CNPJ: 27.608.918/0001-74
PROCESSO: 25351.650038/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.32418.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: JULIANA BOTELHO DE LIMA E SILVA ME
ENDEREÇO: RUA BARAO DE MADALENA 50
BAIRRO: CENTRO CEP: 28770000 - SANTA MARIA MADALENA/RJ
CNPJ: 39.498.977/0001-16
PROCESSO: 25351.209482/2002-82 AUTORIZ/MS: 0.16321.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MARANHAO E AZEVEDO LTDA
ENDEREÇO: RUA RIO BRANCO 196
BAIRRO: CENTRO CEP: 65602060 - CAXIAS/MA
CNPJ: 12.093.217/0003-34
PROCESSO: 25351.228369/2017-82 AUTORIZ/MS: 7.51504.2
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

EMPRESA: DJ FARMA FARMACIAS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA AZAMBUJA 968
BAIRRO: AZAMBUJA CEP: 88353460 - BRUSQUE/SC
CNPJ: 19.964.894/0001-68
PROCESSO: 25351.219523/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.16683.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: ROMANELLI E SILVA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA CAPITAO FRANCISCO MOTA 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 37460000 - PASSA QUATRO/MG
CNPJ: 28.108.404/0001-12
PROCESSO: 25351.505036/2017-82 AUTORIZ/MS: 7.54242.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: CIRURGICA UNIAO LTDA
ENDEREÇO: RUA 25 1908
BAIRRO: JARDIM SAO PAULO CEP: 13503010 - RIO CLARO/SP
CNPJ: 04.063.331/0001-21
PROCESSO: 25351.424690/2017-82 AUTORIZ/MS: 1.16814.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: CRISTIANO W GOULART & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA URUGUAI N° 644
BAIRRO: CENTRO CEP: 98910000 - TRÊS DE MAIO/RS
CNPJ: 90.512.054/0001-29
PROCESSO: 25351.265398/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.17462.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: JANDER BARCELOS FERREIRA EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA CONSELHEIRO ANTÔNIO PRADO, Nº 1.464
BAIRRO: CENTRO CEP: 15775000 - SANTA FÉ DO SUL/SP
CNPJ: 05.677.457/0001-59
PROCESSO: 25351.046365/2003-82 AUTORIZ/MS: 0.39585.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: Farmácia Pague Menos Ltda
ENDEREÇO: AVENIDA SANTO ANTONIO 425
BAIRRO: CENTRO CEP: 89515000 - LEBON RÉGIS/SC
CNPJ: 13.354.727/0001-19
PROCESSO: 25351.241167/2014-83 AUTORIZ/MS: 7.18182.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MAZZONI COSTA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA DOS ANDRADAS 169
BAIRRO: CENTRO CEP: 36155000 - CORONEL PACHECO/MG
CNPJ: 24.184.681/0002-34
PROCESSO: 25351.704523/2014-83 AUTORIZ/MS: 7.33254.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MARLEY ZEILINGER NASCIMENTO - ME
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO JOAQUIM DE MOURA ANDRADE 1410
BAIRRO: CENTRO CEP: 79750000 - NOVA ANDRADINA/MS
CNPJ: 05.015.978/0001-40
PROCESSO: 25351.183534/2002-83 AUTORIZ/MS: 0.17723.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA AMARAL DE ITAOCARA LTDA
ENDEREÇO: RUA NILO PECANHA 498
BAIRRO: CENTRO CEP: 28570000 - ITAOCARA/RJ
CNPJ: 36.289.601/0001-03
PROCESSO: 25351.192444/2002-83 AUTORIZ/MS: 0.07953.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA JOAQUIM NABUCO, N° 846
BAIRRO: CENTRO CEP: 69020030 - MANAUS/AM

CNPJ: 04.361.309/0001-68
PROCESSO: 25351.065615/2003-83 AUTORIZ/MS: 1.05753.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: E B BOEIRA FARMACIA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA MOREIRA PAZ 707
BAIRRO: FATIMA CEP: 95200000 - VACARIA/RS
CNPJ: 14.468.447/0001-02
PROCESSO: 25351.018689/2014-83 AUTORIZ/MS: 7.08558.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA VILA BATISTA LTDA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA JERONIMO MONTEIRO 987
BAIRRO: PAUL CEP: 29115045 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 28.058.550/0001-80
PROCESSO: 25351.689424/2013-83 AUTORIZ/MS: 7.05137.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI 1434
BAIRRO: JARDIM CANADA CEP: 87080120 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764548/2015-83 AUTORIZ/MS: 1.14954.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DROGARIA RUBIACEA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SIR ALEXANDRE FLEMING 25
BAIRRO: CENTRO CEP: 16750000 - RUBIÁCEA/SP
CNPJ: 09.236.359/0001-37
PROCESSO: 25351.194249/2008-83 AUTORIZ/MS: 0.53814.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA ZAMPOL LTDA
ENDEREÇO: RUA CAPITÃO JOSÉ GALLO Nº 74
BAIRRO: CENTRO CEP: 09400080 - RIBEIRÃO PIRES/SP
CNPJ: 57.494.437/0001-46
PROCESSO: 25351.220324/2002-83 AUTORIZ/MS: 0.14214.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: SERAFIM & MORAES LTDA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.122, DE 1° DE AGOSTO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Baxalta US Inc.
Endereço: 1700 Rancho Conejo Boulevard, Thousand Oaks, California (CA) 91320
País: Estados Unidos da América
Solicitante: Shire Farmacêutica Brasil Ltda. CNPJ: 07.898.671/0001-60
Autorização de Funcionamento: 1.06.979-1 Expediente(s): 0095154/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfaoctocogue e alfarurioctocogue pegol.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.133, DE 2 DE AGOSTO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Crol Ciência Cosmética LTDA-ME
CNPJ: 66.620.691/0001-34
Endereço: Rua José Carlos Cavina, nº 98, Jardim Canadá
Município: Assis - CEP: SP
Autorização de Funcionamento: 2.03269-7
Expediente: 0271190/19-7
Linha: Semissólidos
Motivo: Não cumprimento ao estabelecido na Resolução RDC n.º 48/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.136, DE 2 DE AGOSTO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: ALKEM LABORATORIES LIMITED
ENDEREÇO: VILLAGE THANA, BADDI, DISTT. SOLAN, (H.P), INDIA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1259
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 1154118/18-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.052, DE 30 DE JULHO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: LOG 10 EXPRESS LTDA.
ENDEREÇO: Rua QUITANDUBA 73
BAIRRO: CAXINGUI CEP: 05516030 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.361.867/0001-51
PROCESSO: 25351.073650/2017-01 AUTORIZ/MS: 2.09196.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: RODAN EXPRESS TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA - ME
ENDEREÇO: Avenida PARANAPANEMA (JD S J TADEU) 492
BAIRRO: TABOAO CEP: 09930450 - DIADEMA/SP
CNPJ: 05.164.692/0001-27
PROCESSO: 25351.631178/2017-02 AUTORIZ/MS: 2.09741.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Recommed Prestação de Serviços e Vendas eireli
ENDEREÇO: Rua CAPEBERIBE 519
BAIRRO: BARCELONA CEP: 09551210 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 07.929.430/0001-31
PROCESSO: 25351.408921/2018-03 AUTORIZ/MS: 4.00146.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Expresso Fiel LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rua JOSE GOMES OTERO 113
BAIRRO: VILA BARROS CEP: 07192000 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 13.762.882/0001-74
PROCESSO: 25351.453049/2016-03 AUTORIZ/MS: 2.08999.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: K7 QUÍMICA DO BRASIL LTDA - ME
ENDEREÇO: Rodovia GOVERNADOR MARIO COVAS S/N
BAIRRO: COMUNIDADE URBANA DE IGUAPE CEP: 29227404 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 23.267.516/0001-00
PROCESSO: 25351.068239/2017-04 AUTORIZ/MS: 2.09215.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ALL GREEN IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
ENDEREÇO: Rua Apeninos, nº 400, sala 1110
BAIRRO: Aclimação CEP: 01533000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 19.870.224/0001-82
PROCESSO: 25351.339172/2016-06 AUTORIZ/MS: 2.09230.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GOLDEN CARE DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA SANTO ANTONIO Nº204 - LOJA 02
BAIRRO: SANTO ANTONIO CEP: 35300145 - CARATINGA/MG
CNPJ: 17.288.441/0001-33
PROCESSO: 25351.107347/2017-07 AUTORIZ/MS: 2.09226.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida JOSE LEITE 3251
BAIRRO: CAJI CEP: 42722020 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 26.476.117/0001-30
PROCESSO: 25351.116082/2017-08 AUTORIZ/MS: 2.09217.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: MEDIMPORT COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Rua ANHANGUERA 876
BAIRRO: PIRATININGA CEP: 06230110 - OSASCO/SP
CNPJ: 03.434.334/0001-61
PROCESSO: 25351.427401/2012-13 AUTORIZ/MS: 2.06487.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DUOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: Rua FIRENZE 254
BAIRRO: JARDIM MONTECATINI CEP: 86186130 - CAMBÉ/PR
CNPJ: 82.387.226/0001-51
PROCESSO: 25351.258523/2012-15 AUTORIZ/MS: 2.06405.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: FITOHERB NORDESTE DISTRIBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: Rua ITAETE 434
BAIRRO: PITANGUEIRAS CEP: 42701360 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 02.125.297/0001-47
PROCESSO: 25351.003239/2016-15 AUTORIZ/MS: 2.08642.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: VITALLI FARMA MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Rua RUA ATILIO BATTISTON 425
BAIRRO: VILA CLAUDIA CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 11.140.026/0001-51
PROCESSO: 25351.115914/2012-16 AUTORIZ/MS: 2.06318.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA
ENDEREÇO: Rua OLIMPIADAS 100
BAIRRO: VILA OLIMPIA CEP: 04551000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.307.650/0001-35
PROCESSO: 25351.419001/2014-16 AUTORIZ/MS: 2.07497.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: VITALLI FARMA MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Rua RUA ATILIO BATTISTON 425
BAIRRO: VILA CLAUDIA CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 11.140.026/0001-51
PROCESSO: 25351.115914/2012-16 AUTORIZ/MS: 2.06318.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

PROCESSO: 25351.103049/2015-26 AUTORIZ/MS: 1.13647.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: P J COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR 3306
BAIRRO: JARDIM DO PRADO CEP: 16025415 - ARAÇATUBA/SP
CNPJ: 20.459.151/0001-10
PROCESSO: 25351.628673/2017-26 AUTORIZ/MS: 1.17261.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HORIZONTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
ENDEREÇO: AV ODILON ARAUJO 637
BAIRRO: PICARRA CEP: 64017280 - TERESINA/PI
CNPJ: 01.765.178/0001-96
PROCESSO: 25351.692945/2015-27 AUTORIZ/MS: 1.14823.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS BIORGÂNICA LTDA
ENDEREÇO: Avenida DOUTOR ISMERINO SOARES DE CARVALHO 697
BAIRRO: SETOR AEROPORTO CEP: 74075040 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 01.165.329/0001-75
PROCESSO: 25351.467116/2014-27 AUTORIZ/MS: 1.11614.4
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: CIA DO TRANSPORTE LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua LUIZ BARBATO 24
BAIRRO: ARISTEU DA COSTA RIOS CEP: 37558466 - POUSO ALEGRE/MG
CNPJ: 24.378.405/0001-26
PROCESSO: 25351.240481/2016-28 AUTORIZ/MS: 1.15696.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: MARINA PITTA GOMES - ME
ENDEREÇO: Rua PRUDENTE DE MORAES 263
BAIRRO: CENTRO CEP: 13390000 - RIO DAS PEDRAS/SP
CNPJ: 18.519.182/0001-77
PROCESSO: 25351.689171/2014-29 AUTORIZ/MS: 1.12861.3
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: DROGARIA CRUZEIRO FRANCA LTDA
ENDEREÇO: Rua SANTOS PEREIRA 619
BAIRRO: CIDADE NOVA CEP: 14401130 - FRANCA/SP
CNPJ: 02.634.512/0001-35
PROCESSO: 25351.241371/2015-31 AUTORIZ/MS: 1.13991.9
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: NORDESTE COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: Rua TEODOMIRO DE CASTRO 4585
BAIRRO: FLORESTA CEP: 60336010 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 23.455.090/0001-00
PROCESSO: 25351.191967/2017-34 AUTORIZ/MS: 1.16491.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NUTRIVITAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME
ENDEREÇO: Rua GETULIO VARGAS 161
BAIRRO: CENTRO CEP: 29200180 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 10.816.334/0001-91
PROCESSO: 25351.754708/2009-37 AUTORIZ/MS: 1.39140.1
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: GLOBAL DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA, Nº 392
BAIRRO: PARQUE PIAUI CEP: 65636210 - TIMON/MA
CNPJ: 08.353.510/0001-54
PROCESSO: 25014.019762/2009-41 AUTORIZ/MS: 1.22460.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NAZARIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida BR 116 1150
BAIRRO: VELAME CEP: 58420000 - CAMPINA GRANDE/PB
CNPJ: 07.224.991/0009-92
PROCESSO: 25351.359478/2014-41 AUTORIZ/MS: 1.10652.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: PRONTO EXPRESS LOGISTICA SA
ENDEREÇO: AV. CARMELA DUTRA , S/N GALPÃO 33 E 34
BAIRRO: JD PRESIDENTE DUTRA CEP: 07170150 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 03.867.580/0057-61
PROCESSO: 25351.109758/2016-42 AUTORIZ/MS: 1.15546.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: APAMED HOSPITALAR EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Avenida BRASIL SN
BAIRRO: JARDIM BURITI SERENO CEP: 74943010 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 19.891.676/0001-40
PROCESSO: 25351.112161/2015-44 AUTORIZ/MS: 1.13615.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: RIO LOPES TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: Rua FRANCISCO DE S E MELO 01590
BAIRRO: CORDOVIL CEP: 21010410 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 29.516.838/0001-14
PROCESSO: 25351.049606/2003-45 AUTORIZ/MS: 1.21384.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: BRUNO GRAESER
ENDEREÇO: Avenida LEONARDO DA VINCI 1034
BAIRRO: VILA GUARANI Z SUL CEP: 04313000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.061.164/0001-33
PROCESSO: 25351.121185/2016-45 AUTORIZ/MS: 1.15540.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Orthonews Cirúrgicos e Ortopédicos Ltda- ME
ENDEREÇO: Rua LEIRIA 539
BAIRRO: SAO FRANCISCO CEP: 31255100 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 11.453.723/0001-62
PROCESSO: 25351.006457/2015-47 AUTORIZ/MS: 1.13355.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI
ENDEREÇO: Rua HEROTIDES MACIEL DE OLIVEIRA PONTES 949
BAIRRO: SAO BERNARDO IV CEP: 15130001 - MIRASSOL/SP
CNPJ: 13.046.855/0001-03
PROCESSO: 25351.596675/2013-49 AUTORIZ/MS: 1.23543.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SÃO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rodovia ZACARIAS DE PAULA XAVIER 27363
BAIRRO: CAMPO DE SANTANA CEP: 81690500 - CURITIBA/PR
CNPJ: 15.488.297/0012-06
PROCESSO: 25351.563839/2017-51 AUTORIZ/MS: 1.17071.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FARMACIA D & G LTDA-ME
ENDEREÇO: Avenida GOVERNADOR VALADARES 122
BAIRRO: CENTRO CEP: 36930000 - SIMONÉSIA/MG
CNPJ: 09.280.737/0001-80
PROCESSO: 25351.015034/2014-53 AUTORIZ/MS: 1.40415.2
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: POLYMEDH. EIRELI
ENDEREÇO: Avenida PRESIDENTE GETULIO VARGAS 4547
BAIRRO: IANETAMA CEP: 68745000 - CASTANHAL/PA
CNPJ: 63.848.345/0001-10
PROCESSO: 25351.722400/2014-56 AUTORIZ/MS: 1.13095.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MEDICAL CENTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: Rua DOUTOR GERINO DE SOUZA FILHO 1674
BAIRRO: CENTRO CEP: 42703160 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 07.032.320/0001-72
PROCESSO: 25351.707557/2014-60 AUTORIZ/MS: 1.12898.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: LOGIC PHARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: Rodovia ANTONIO HEIL 1001
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316001 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 21.372.384/0001-43
PROCESSO: 25351.697734/2015-63 AUTORIZ/MS: 1.14836.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Nordmarket Comércio de Produtos Hospitalares LTDA
ENDEREÇO: Avenida JOAO WALLIG 2640
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 58411170 - CAMPINA GRANDE/PB
CNPJ: 19.125.796/0001-37
PROCESSO: 25351.394988/2017-64 AUTORIZ/MS: 1.16759.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: S3 MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Rodovia CABO FRIO 7270
BAIRRO: TAQUARA II CEP: 29167635 - SERRA/ES
CNPJ: 09.660.958/0003-45
PROCESSO: 25351.457240/2016-69 AUTORIZ/MS: 1.15989.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: mini drogas ltda
ENDEREÇO: Rua CEL. CORNELIO MACIEL 110
BAIRRO: CENTRO CEP: 37445000 - CRUZÍLIA/MG
CNPJ: 25.750.217/0001-40
PROCESSO: 25351.208833/2014-71 AUTORIZ/MS: 1.10311.1
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI 1434
BAIRRO: JARDIM CANADA CEP: 87080120 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764544/2015-77 AUTORIZ/MS: 1.14955.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DECARES COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: Avenida DO CETUR 325
BAIRRO: TARUMA CEP: 69022155 - MANAUS/AM
CNPJ: 01.708.499/0001-59
PROCESSO: 25009.002930/2004-81 AUTORIZ/MS: 1.21403.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BIOEXATA FARMACIA DE MANIPULACAO - EIRELI
ENDEREÇO: SHCGN CLR, QUADRA 703, BL G, LJ 27
BAIRRO: Asa Norte CEP: 70730517 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 05.700.671/0004-21
PROCESSO: 25351.271649/2010-81 AUTORIZ/MS: 1.39164.5
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: RIOBAHIAFARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E COSMETICOS LTDA- EPP
ENDEREÇO: Rua DO LUXEMBURGO 0
BAIRRO: GRANJAS RURAIS PRESIDENTE VARGAS CEP: 41230130 - SALVADOR/BA
CNPJ: 15.145.035/0001-96
PROCESSO: 25351.163822/2016-83 AUTORIZ/MS: 1.15579.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ajato transportes ltda EPP
ENDEREÇO: Avenida ALEXANDRE ALCINO 2228
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 49044093 - ARACAJU/SE
CNPJ: 07.515.777/0001-38
PROCESSO: 25351.293969/2014-85 AUTORIZ/MS: 1.10250.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: Avenida PORTUGAL 3115
BAIRRO: CINCAO CEP: 32370970 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 01.125.797/0008-92
PROCESSO: 25351.003486/2012-87 AUTORIZ/MS: 1.23044.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: AUDACE ARMAZÉNS GERAIS LTDA EPP
ENDEREÇO: Rua DAS CASTANHEIRAS 200
BAIRRO: JARDIM SAO PEDRO CEP: 13187065 - HORTOLÂNDIA/SP
CNPJ: 23.383.365/0001-48
PROCESSO: 25351.804507/2016-88 AUTORIZ/MS: 1.15053.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: PHARMA STAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
ENDEREÇO: Rodovia GOVERNADOR MARIO COVAS 7270
BAIRRO: TAQUARA II CEP: 29167635 - SERRA/ES
CNPJ: 28.570.692/0001-22
PROCESSO: 25351.696283/2017-89 AUTORIZ/MS: 1.17298.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NORTE COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP
ENDEREÇO: Rua RIO ICA 857
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRACAS CEP: 69053100 - MANAUS/AM
CNPJ: 17.706.732/0001-02
PROCESSO: 25351.338254/2017-90 AUTORIZ/MS: 1.16683.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: R.M. ANTUNES & SANTOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida BRASIL 1940
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 85601660 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 05.779.417/0002-07
PROCESSO: 25351.925183/2016-94 AUTORIZ/MS: 1.15286.7
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: VIX COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Avenida MAR DO NORTE 83
BAIRRO: PRAIA DO MORRO CEP: 29216580 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 14.832.987/0001-15
PROCESSO: 25351.195193/2012-95 AUTORIZ/MS: 1.23198.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HARMONIZE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: Avenida BRASIL 424
BAIRRO: IGUACU CEP: 35162036 - IPATINGA/MG
CNPJ: 38.466.637/0001-40
PROCESSO: 25000.012741/98-79 AUTORIZ/MS: 1.34084.7
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: NEVES & GUIMARÃES LTDA.
ENDEREÇO: Rua QUINZE DE NOVEMBRO 704
BAIRRO: CENTRO CEP: 96015000 - PELOTAS/RS
CNPJ: 04.816.358/0001-48
PROCESSO: 25351.007850/02-05 AUTORIZ/MS: 1.35796.3
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: futurtek do brasil - comercial importadora e exportadora ltda
ENDEREÇO: Rua VEREADOR OSVALDO BITTENCOURT 392
BAIRRO: CARIANOS CEP: 88047700 - FLORIANÓPOLIS/SC
CNPJ: 10.794.046/0001-83
PROCESSO: 25741.046102/2016-47 AUTORIZ/MS: P1Y974M273L0 (9.07562.1)
ATIVIDADE/CLASSE
IMPORTAR POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO DETENTOR DE PRODUTO REGULARIZADO NA ANVIS: CORRELATOS

EMPRESA: APAMED HOSPITALAR EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Avenida BRASIL SN
BAIRRO: JARDIM BURITI SERENO CEP: 74943010 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 19.891.676/0001-40
PROCESSO: 25351.112231/2015-00 AUTORIZ/MS: 71218446L8M2 (8.11746.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ALL MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua JOAO ALENCAR GUIMARAES 305
BAIRRO: SANTA QUITERIA CEP: 80310420 - CURITIBA/PR
CNPJ: 21.839.639/0001-35
PROCESSO: 25351.028953/2017-01 AUTORIZ/MS: LY31LHMH744W (8.14658.3)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: BASCEL SOLUÇÕES LTDA - EPP
ENDEREÇO: Travessa LUIZA HENRIQUETA 450
BAIRRO: AGUA BRANCA CEP: 85606649 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 21.515.353/0001-02
PROCESSO: 25351.588057/2016-01 AUTORIZ/MS: 19319MH66X80 (8.14606.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: LOGIC PHARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: Rodovia ANTONIO HEIL 1001
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316001 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 21.372.384/0001-43
PROCESSO: 25351.418477/2015-02 AUTORIZ/MS: 0731W552M883 (8.12390.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MPP ARMAZENS, LOGISTICA, PROMOPACKS, COMERCIO, DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ENDEREÇO: Rua KONOI ENDO (JARDIM JAPAO) 33
BAIRRO: VILA BELA VISTA CEP: 08674320 - SUZANO/SP
CNPJ: 09.208.895/0001-29
PROCESSO: 25351.147464/2017-02 AUTORIZ/MS: P068XHL114H4 (8.15141.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: BRUNO GRAESER
ENDEREÇO: Avenida LEONARDO DA VINCI 1034
BAIRRO: VILA GUARANI Z SUL CEP: 04313000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.061.164/0001-33
PROCESSO: 25351.001138/2017-03 AUTORIZ/MS: P9LLMXHY5837 (8.14642.7)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: EIC BRASIL EXPORTADORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA
ENDEREÇO: Rua TEIXEIRA DA SILVA 54
BAIRRO: PARAISO CEP: 04002030 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 09.209.604/0001-17
PROCESSO: 25351.155535/2009-03 AUTORIZ/MS: G068L274579L (8.05182.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: DOBBER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: Rua FRANCISCO GLICERIO 730
BAIRRO: CASTELO CEP: 13271270 - VALINHOS/SP
CNPJ: 52.730.850/0001-49
PROCESSO: 25351.094320/2004-03 AUTORIZ/MS: 5MM259W551Y3 (8.02426.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

EMPRESA: MORAES DE MATOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-EPP
ENDEREÇO: Rua ADEMAR GONCALVES 410
BAIRRO: JARDIM DO SOL CEP: 93700000 - CAMPO BOM/RS
CNPJ: 24.931.613/0001-00
PROCESSO: 25351.497447/2016-03 AUTORIZ/MS: LX61MH7Y4X1L (8.14464.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: BRUNO GRAESER
ENDEREÇO: Avenida LEONARDO DA VINCI 1034
BAIRRO: VILA GUARANI Z SUL CEP: 04313000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.061.164/0001-33
PROCESSO: 25351.001138/2017-03 AUTORIZ/MS: P9LLMXHY5837 (8.14642.7)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MAXXI MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida DOS ARNALDOS 3729
BAIRRO: RESIDENCIAL ANTONIA FRANCO CEP: 15601248 - FERNANDÓPOLIS/SP
CNPJ: 10.908.334/0001-11
PROCESSO: 25351.031524/2012-04 AUTORIZ/MS: PWH9M5WLMH78 (8.08464.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA
ENDEREÇO: Rua AMOREIRA 891
BAIRRO: JARDIM ROSEIRA CEP: 13910001 - JAGUARIÚNA/SP
CNPJ: 01.440.590/0001-36
PROCESSO: 25351.012555/2003-04 AUTORIZ/MS: PM41XY96800M (8.01339.5)

RESOLUÇÃO - RE Nº 37, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: INTERCARGAS ENCOMENDAS E CARGAS LTDA.
ENDEREÇO: Av Monteiro Lobato, 4550 docas 27 e 28
BAIRRO: CEP: - GUARULHOS/SP
CNPJ: 05.616.845/0002-00
PROCESSO: 25351.767626/2015-04 AUTORIZ/MS: 1.14963.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: FEDEX BRASIL LOGÍSTICA E TRANSPORTE S/A
ENDEREÇO: Estrada Campinas de Pirajá, nº 1068
BAIRRO: Campinas de Pirajá CEP: 41270000 - SALVADOR/BA
CNPJ: 10.970.887/0007-90
PROCESSO: 25351.766185/2015-30 AUTORIZ/MS: 1.14950.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FARMAGROUP SPE DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA P Nº 300 A LOT JARDIM GUANABARA
BAIRRO: FELICIA CEP: 45055320 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
CNPJ: 17.958.051/0001-23
PROCESSO: 25351.770393/2015-31 AUTORIZ/MS: 1.14959.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764544/2015-77 AUTORIZ/MS: 1.14955.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.768906/2015-95 AUTORIZ/MS: 1.14961.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 38, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: J. K. MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO MOISES SAAD, N°235
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 14095230 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 06.058.454/0001-08
PROCESSO: 25351.457867/2008-40 AUTORIZ/MS: 1.22107.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 39, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: W. I. PHARMA DISTRIBUIDORA LTDA - ME
ENDEREÇO: R 16 Nº 332 QD44 LT12
BAIRRO: CEP: - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 20.893.901/0001-67
PROCESSO: 25351.757376/2015-73
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A empresa já possui AE vigente, nº 1.13577-0, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A empresa deve solicitar alteração por ampliação de atividade.

RESOLUÇÃO - RE Nº 40, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: KIREI TECNOLAB LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Vale de Miranda nº 1732, Sala nº 1.000
BAIRRO: TIROL CEP: 59022190 - NATAL/RN
CNPJ: 06.912.821/0001-80
PROCESSO: 25351.261723/2015-18
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO - RE Nº 41, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: TRANSFOLHA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA XINGÚ, 1230
BAIRRO: ALPHAVILLE CEP: 06455030 - BARUERI/SP
CNPJ: 58.818.022/0001-43
PROCESSO: 25351.762904/2015-33 AUTORIZ/MS: 2.08458.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Buick Transportes e Serviços LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Presidente Castelo Branco, S/N, km 79,3, Galpão 01
BAIRRO: City Castello CEP: 13308700 - ITU/SP
CNPJ: 07.953.884/0001-48
PROCESSO: 25351.770331/2015-40 AUTORIZ/MS: 2.08457.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764562/2015-52 AUTORIZ/MS: 2.08455.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: MAXTON LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO LACERDA BRAGA n° 960
BAIRRO: Cidade Industrial de Curitiba CEP: 81170240 - CURITIBA/PR
CNPJ: 82.262.957/0001-70
PROCESSO: 25351.766250/2015-53 AUTORIZ/MS: 2.08456.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
EMPRESA: LUVIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Alameda 3, nº 75, Lote 19, 20, 21 e 22, Quadra F
BAIRRO: Loteamento Urbano Liberdade AG CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 21.003.814/0001-50
PROCESSO: 25351.770721/2015-55 AUTORIZ/MS: 2.08459.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Cannon Hygiene LTDA
ENDEREÇO: Rua Mandaguari n°1752
BAIRRO: Vila Emiliano Perneta CEP: 83325015 - PINHAIS/PR
CNPJ: 17.534.211/0001-07
PROCESSO: 25351.769110/2015-73 AUTORIZ/MS: 2.08454.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.767661/2015-30 AUTORIZ/MS: 1.14960.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102016011100129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CAMPOS & COSTA LTDA - ME
ENDEREÇO: Tv. Raimundo de Oliveira, 4012
BAIRRO: Jd. Independente I CEP: 68372612 - ALTAMIRA/PA
CNPJ: 17.073.738/0001-81
PROCESSO: 25351.707495/2015-32 AUTORIZ/MS: 1.14968.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: PRIME CARGAS E TRANSPORTES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA ALVARES CABRAL 1113
BAIRRO: SERRINHA CEP: 60741200 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 14.902.714/0001-08
PROCESSO: 25351.710938/2015-41 AUTORIZ/MS: 1.14967.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Buick Transportes e Serviços LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Presidente Castelo Branco, S/N, km 79.3, Galpão 01
BAIRRO: City Castello CEP: 13308700 - ITU/SP
CNPJ: 07.953.884/0001-48
PROCESSO: 25351.770326/2015-63 AUTORIZ/MS: 1.14958.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: UNIVERSAL DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA NOGUEIRA ACIOLI, N° 1385A
BAIRRO: PIEDADE CEP: 60110141 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 03.524.631/0001-06
PROCESSO: 25351.720089/2015-78 AUTORIZ/MS: 1.14962.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CROMA-PHARMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: SIA QUADRA 04-C LOTES 56 SALA 101
BAIRRO: SIA CEP: 71200045 - GUARÁ/DF
CNPJ: 20.092.174/0001-39
PROCESSO: 25351.748350/2015-82 AUTORIZ/MS: 1.14949.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764548/2015-83 AUTORIZ/MS: 1.14954.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TECMAR TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA DA CONGREGAÇÃO n°206
BAIRRO: PQ.IND. RAMOS DE FREITAS CEP: 06816005 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 01.610.798/0001-56
PROCESSO: 25351.767635/2015-91 AUTORIZ/MS: 1.14957.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: IDEALFARMA NATAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CÂMARA CASCUDO Nº 261
BAIRRO: PARQUE DE EXPOSIÇÕES CEP: 59146460 - PARNAMIRIM/RN
CNPJ: 06.152.350/0001-50
PROCESSO: 25351.703058/2015-11 AUTORIZ/MS: 1.14969.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BITTMARK SERVIÇOS DE MARKETING LTDA
ENDEREÇO: RUA EZEQUIEL RAMOS, N°449
BAIRRO: MOOCA CEP: 03111030 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.869.364/0001-63
PROCESSO: 25351.751676/2015-00 AUTORIZ/MS: PY646WLW3X52 (8.13132.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Polimport Comercio e exportação Ltda
ENDEREÇO: Rodovia Jorge Lacerda n° 1295 Galpão n° 03
BAIRRO: Espinheiros CEP: 88317100 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 00.436.042/0202-86
PROCESSO: 25351.760301/2015-01 AUTORIZ/MS: KP561268HW53 (8.13130.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Pro-diag produtos e equipamentos de laboratorios e medicos hospitalares
ENDEREÇO: RUA ESPÍRITO SANTO n°406
BAIRRO: SUMAREZINHO CEP: 14055030 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 12.456.799/0001-04
PROCESSO: 25351.766224/2015-11 AUTORIZ/MS: G45W41358265 (8.13145.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE S/A
ENDEREÇO: PONTE ALTA NORTE, RODOVIA DF-001/475, MÓDULO 01, GALPÃO 03, ARMAZÉNS 3, 4,5 e 6
BAIRRO: GAMA CEP: 72427010 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 10.970.887/0047-87
PROCESSO: 25351.749635/2015-11 AUTORIZ/MS: UXM92YW5372X (8.13148.5)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: DERMACURE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA DOUTOR OSWALDO BRAYNER, Nº 928 - SALA 11
BAIRRO: ESTADOS CEP: 58030210 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 22.778.754/0001-00
PROCESSO: 25351.767617/2015-11 AUTORIZ/MS: 7W41X8794H46 (8.13154.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: SETH COMERCIO E REPRESENTAÇÃO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA CLEBER SANTOS DE CARVALHO Nº 75 LOJA 14 VILAR DOS TELES
BAIRRO: SÃO JOÃO DE MERITI CEP: 25576261 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 21.457.541/0001-13
PROCESSO: 25351.665595/2015-16 AUTORIZ/MS: 3831W19M1WWH (8.13134.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Buick Transportes e Serviços LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Presidente Castelo Branco, S/N, km 79.3, Galpão 01
BAIRRO: City Castello CEP: 13308700 - ITU/SP
CNPJ: 07.953.884/0001-48
PROCESSO: 25351.770297/2015-17 AUTORIZ/MS: KW37H68H49M2 (8.13149.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764552/2015-31 AUTORIZ/MS: 02518353HX30 (8.13138.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA ME
ENDEREÇO: Rua Antonio Fonseca, 285
BAIRRO: Vila Maria Baixa CEP: 02112010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.924.875/0001-91
PROCESSO: 25351.757913/2015-32 AUTORIZ/MS: UY1810LMM790 (8.13141.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
ENDEREÇO: RUA CRISTIANO F. T. GUIMARAES, 50
BAIRRO: CINCO CEP: 32010130 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 35.820.448/0030-70
PROCESSO: 25351.739230/2015-41 AUTORIZ/MS: 49024191HM33 (8.13152.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: PRIME CARGAS E TRANSPORTES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA ALVARES CABRAL 1113
BAIRRO: SERRINHA CEP: 60741200 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 14.902.714/0001-08
PROCESSO: 25351.710925/2015-41 AUTORIZ/MS: PY8Y9MHLLH26 (8.13155.9)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: MAXTON LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO LACERDA BRAGA n° 960
BAIRRO: Cidade Industrial de Curitiba CEP: 81170240 - CURITIBA/PR
CNPJ: 82.262.957/0001-70
PROCESSO: 25351.766191/2015-45 AUTORIZ/MS: 1YX44565XH58 (8.13139.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: MEDMAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E SIMILARES EIRELI ME
ENDEREÇO: RUA GENOVEVA DA FONSECA n°255
BAIRRO: OZÓRIO MACHADO CEP: 37540000 - SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG
CNPJ: 07.760.277/0003-23
PROCESSO: 25351.709351/2015-49 AUTORIZ/MS: PH07Y84Y380Y (8.13137.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: PRODHIGI INTERNACIONAL COMERCIO, REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA ANTONIO HEIL, Nº 1001, KM 1 MODULO 01 GALPÃO 2
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316001 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 04.087.906/0002-27
PROCESSO: 25351.757379/2015-51 AUTORIZ/MS: U7W3M2XL36Y5 (8.13133.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: MACROMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA OLIVA ENCISO, Nº 52 - LOJA 3
BAIRRO: CARANDA BOSQUE II CEP: 79032175 - CAMPO GRANDE/MS
CNPJ: 67.605.212/0002-54
PROCESSO: 25351.756868/2015-55 AUTORIZ/MS: L7Y35X09HMM6 (8.13131.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.767602/2015-58 AUTORIZ/MS: U9776L83XX4M (8.13150.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: DENTAL SHOP COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA SEIS DE JANEIRO, 28, SALA 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 88801055 - CRICIÚMA/SC
CNPJ: 17.861.767/0001-08
PROCESSO: 25351.631948/2015-67 AUTORIZ/MS: H301644LL20M (8.13156.2)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS
EMPRESA: L. M. RAMOS & CIA LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rodovia BR-262, Km 10.5, Galpão 2C, Bloco 03
BAIRRO: Canaã CEP: 29135001 - VIANA/ES
CNPJ: 09.499.893/0001-36
PROCESSO: 25351.770373/2015-75 AUTORIZ/MS: U3X8MWYY8L76 (8.13146.8)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: ANDREI CARLOS BARROSO MUNIZ EIRELI - EPP

ENDEREÇO: TRAVESSA MACEIO, 265 - SALA 01
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CEP: 69057011 - MANAUS/AM
CNPJ: 22.636.233/0001-18
PROCESSO: 25351.747045/2015-75 AUTORIZ/MS: 69410X866W48 (8.13147.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO PRUDENTE, Nº 119
BAIRRO: VILA MONUMENTO CEP: 01550000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.814.497/0001-07
PROCESSO: 25351.771542/2015-81 AUTORIZ/MS: UM8281Y4WXX0 (8.13136.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
REEMBALAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: Alumed Equipamentos Médicos Ltda
ENDEREÇO: Rua Marselhesa 322
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 04020060 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 15.469.770/0001-55
PROCESSO: 25351.747049/2015-81 AUTORIZ/MS: K11H526YW174 (8.13142.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: HEALTH SUPPLY PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO ENAL CRAVO PEIXOTO Nº 105 SALA 617/618
BAIRRO: TIJUCA CEP: 20540106 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 20.511.832/0001-80
PROCESSO: 25351.768971/2015-82 AUTORIZ/MS: 7X21578L4W6L (8.13143.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: BACE COMERCIO INTERNACIONAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES Nº 690, 1º ANDAR, CONJUNTOS 11 E 12
BAIRRO: TAMBORÉ CEP: 06460040 - BARUERI/SP
CNPJ: 47.411.780/0003-98
PROCESSO: 25351.748348/2015-83 AUTORIZ/MS: H1W2H4XHH8X1 (8.13135.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: LABORFISIO EQUIPAMENTOS PARA FISIOTERAPIA E ESTETICA LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Lafaiete, 1735
BAIRRO: Vila Seixas CEP: 14020053 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 17.513.135/0001-53
PROCESSO: 25351.764404/2015-95 AUTORIZ/MS: PYHM038995XL (8.13153.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Transportadora Americana Ltda
ENDEREÇO: R. Sete ,290
BAIRRO: Dist.Industl Riacho das pedras CEP: 32250060 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 43.244.631/0007-54
PROCESSO: 25351.743802/2015-98 AUTORIZ/MS: 4572HYLX2W68 (8.13151.4)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Cannon Hygiene LTDA
ENDEREÇO: Rua Mandaguari n°1752
BAIRRO: Vila Emiliano Perneta CEP: 83325015 - PINHAIS/PR
CNPJ: 17.534.211/0001-07
PROCESSO: 25351.769102/2015-16 AUTORIZ/MS: 3.06703.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: V. V. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
ENDEREÇO: Rua 09 s/nº, Qd. 27, Lote 06/07
BAIRRO: Polo Empresarial Goiás CEP: 74985130 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 03.102.194/0001-24
PROCESSO: 25351.748483/2015-20 AUTORIZ/MS: 3.06708.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.767655/2015-24 AUTORIZ/MS: 3.06709.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: L. M. RAMOS & CIA LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rodovia BR-262, Km 10.5, Galpão 2C, Bloco 03
BAIRRO: Canaã CEP: 29135001 - VIANA/ES
CNPJ: 09.499.893/0001-36
PROCESSO: 25351.770402/2015-28 AUTORIZ/MS: 3.06707.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: ALCOLINA QUIMICA E DERIVADOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PALETRANS, 400
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 01.133.298/0001-70
PROCESSO: 25351.771999/2015-28 AUTORIZ/MS: 3.06704.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764569/2015-46 AUTORIZ/MS: 3.06706.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: A. J. Z. Indústria de Produtos de Limpeza LTDA-ME
ENDEREÇO: Rua Ronat Walter Sodré, 2040
BAIRRO: jardim São Rafael CEP: 86200000 - IBIPORÃ/PR
CNPJ: 21.162.740/0001-02
PROCESSO: 25351.768918/2015-65 AUTORIZ/MS: 3.06705.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: mikitos industria e comercio de generos alimenticios do amazonas ltda
ENDEREÇO: RUA FRANCISCA MENDES n° 1331
BAIRRO: CIDADE DE DEUS CEP: 69099345 - MANAUS/AM
CNPJ: 05.492.907/0001-39
PROCESSO: 25351.762444/2015-68 AUTORIZ/MS: 3.06701.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: getex industria e comercio ltda
ENDEREÇO: Rua Lecy Gomes Barbosa n° 287
BAIRRO: dist. ind. vale do jatoba CEP: 30664004 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 00.252.180/0001-07
PROCESSO: 25351.767640/2015-77 AUTORIZ/MS: 3.06702.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 42, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: DOCTOR HAIR INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA WILLY CONRADO BOHLEN, 240
BAIRRO: PARQUE AEROPORTO CEP: 12051381 - TAUBATÉ/SP
CNPJ: 07.187.087/0001-05
PROCESSO: 25351.312966/2007-12 AUTORIZ/MS: 2.04530.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: LABORATORIO LAECCO COSMIATRIA BIOCELULAR LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Pioneiro Miguel Jordao n° 461 Pavilhão A
BAIRRO: Parque Ind. Mário Bulhões CEP: 87065660 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 05.512.481/0001-38
PROCESSO: 25023.160496/2006-36 AUTORIZ/MS: 2.04360.6
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: TRANSMAGNA TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 759, GALPÃO 02
BAIRRO: MACEDO CEP: 07112070 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 79.942.140/0001-39
PROCESSO: 25024.001057/2009-73 AUTORIZ/MS: 2.05374.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: ALECO DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: AV. MARECHAL CASTELO BRANCO 452
BAIRRO: JARDIM TRES MARIAS CEP: 06790070 - TABOÃO DA SERRA/SP
CNPJ: 09.664.683/0001-56
PROCESSO: 25025.132929/2009-82 AUTORIZ/MS: 2.05029.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: TRADELINE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA DOM ALBERTO GONÇALVES 74
BAIRRO: MERCÊS CEP: 80510340 - CURITIBA/PR
CNPJ: 10.887.088/0001-69
PROCESSO: 25023.025574/2009-86 AUTORIZ/MS: 2.05261.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: w. i. pharma distribuidora ltda - me
ENDEREÇO: R 16 Nº 332 QD44 LT12
BAIRRO: CEP: - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 20.893.901/0001-67
PROCESSO: 25351.071273/2015-99 AUTORIZ/MS: 2.07905.9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102016011100131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ENDEREÇO: Senador Milton Campos 35 andar 17
BAIRRO: Vila da Serra CEP: 34006050 - NOVA LIMA/MG
CNPJ: 09.174.577/0001-94
PROCESSO: 25351.099256/2018-44
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O alvará sanitário apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

EMPRESA: EMPÓRIO DOS COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: Rodovia br 101 norte contorno, sn, km 279, bloco a1, sala 01
BAIRRO: tims CEP: 29161382 - SERRA/ES
CNPJ: 11.486.523/0001-06
PROCESSO: 25351.106098/2013-61
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17º, da RDC n° 16/2014.

EMPRESA: CUSTOM MEDICAL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA 08 87A
BAIRRO: CENTRO CEP: 13500440 - RIO CLARO/SP
CNPJ: 13.745.560/0001-17
PROCESSO: 25351.668933/2012-96
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

Total de Empresas : 9

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.159, DE 2 DE MAIO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: F. ARAUJO DA CUNHA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: AVENIDA SALIN ABUD, 26
BAIRRO: CENTRO CEP: 68700060 - CAPANEMA/PA
CNPJ: 19.558.415/0001-03
PROCESSO: 25351.030365/2019-28
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O licenciamento é posterior à AFE.

EMPRESA: BRN SILVA TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV I QUADRA 101 LOTE 02 SALA 14
BAIRRO: JARDIM AURENY III CEP: 77062020 - PALMAS/TO
CNPJ: 23.084.143/0001-24
PROCESSO: 25351.848829/2018-74
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não foi apresentado relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.160, DE 2 DE MAIO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: imcd brasil farmacêuticos importação, exportação e representações ltda
ENDEREÇO: Rua Faustino Negri 285 - Galpão 1, 2
BAIRRO: Cooperativa CEP: 09851720 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 62.651.955/0004-09
PROCESSO: 25351.022944/2019-05
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

EMPRESA: BCUBE LOGISTIC LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA WILSON TAVARES RIBEIRO, Nº 1.651, GALPÃO MÓDULO 0305
BAIRRO: CH REUNIDAS SANTA TEREZINHA CEP: 32183680 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 09.174.577/0003-56
PROCESSO: 25351.099227/2018-82
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O alvará sanitário apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.182, DE 2 DE MAIO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: AGAPE DOMISSANITARIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA DO LATICINIO 320
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL DEPUTADO SIMAO DA CUNHA CEP: 33040254 - SANTA LUZIA/MG
CNPJ: 11.155.943/0001-00
PROCESSO: 25351.134501/2011-00 AUTORIZ/MS: 2.05845.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GIORGI PEREIRA DA COSTA-ME
ENDEREÇO: AVENIDA DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA 2580
BAIRRO: VELAME CEP: 58420000 - CAMPINA GRANDE/PB
CNPJ: 17.334.801/0001-96
PROCESSO: 25351.481709/2017-00 AUTORIZ/MS: 2.09592.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: AIRMED EIRELI - EPP
ENDEREÇO: RUA DAMIAO DA SILVA 12
BAIRRO: VILA SUZANA CEP: 5630000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 23.637.718/0001-99
PROCESSO: 25351.410242/2016-01 AUTORIZ/MS: 2.08971.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ARCMED ANDREOLI COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: RUA DOUTOR MELLO NOGUEIRA 105
BAIRRO: VILA BARUEL CEP: 2510040 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.572.890/0001-18
PROCESSO: 25351.118241/2017-02 AUTORIZ/MS: 2.09236.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Cirurgica Lajeadense ME
ENDEREÇO: RUA BAHIA 134
BAIRRO: SAO CRISTOVAO CEP: 95913198 - LAJEADO/RS
CNPJ: 21.112.395/0001-94
PROCESSO: 25351.121731/2016-03 AUTORIZ/MS: 2.08726.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GOLDEN SKIN COSMÉTICOS EIRELI-EPP.
ENDEREÇO: RUA BENTO GONCALVES 2256
BAIRRO: CENTRO CEP: 93510018 - NOVO HAMBURGO/RS
CNPJ: 07.303.390/0001-18
PROCESSO: 25025.574002/2005-04 AUTORIZ/MS: 2.04093.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JEONCEL TRANSPORTES LTDA -ME
ENDEREÇO: RODOVIA BR-153 SN
BAIRRO: FAZENDA RETIRO CEP: 74620430 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 07.515.384/0001-24
PROCESSO: 25351.874811/2016-05 AUTORIZ/MS: 2.08553.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE

EMPRESA: 3G LOG TRANSPORTES EIRELI
ENDEREÇO: AV. COMENDADOR ALEXANDRINO GARCIA, 309
BAIRRO: MARTA HELENA CEP: 38402226 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 15.292.743/0001-50
PROCESSO: 25351.173719/2017-05 AUTORIZ/MS: 2.09334.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALARES EIRELLI
ENDEREÇO: RUA RICARDO GEORG 1115
BAIRRO: ITOUPAVA CENTRAL CEP: 89069100 - BLUMENAU/SC
CNPJ: 24.537.945/0001-05
PROCESSO: 25351.595488/2016-05 AUTORIZ/MS: 2.09135.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI - ME
ENDEREÇO: rua alvorada 180
BAIRRO: Flor de Nápolis CEP: 88106460 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 18.712.730/0001-80
PROCESSO: 25351.016675/2017-05 AUTORIZ/MS: 2.09147.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: J.L DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI
ENDEREÇO: QUADRA SAAN QUADRA 1 1350
BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL CEP: 70632100 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 22.702.370/0001-03
PROCESSO: 25351.140592/2017-06 AUTORIZ/MS: 2.09271.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NOVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ENDEREÇO: PRAÇA BARAO DE MARUIM 8
BAIRRO: CENTRO CEP: 49770000 - MARUIM/SE
CNPJ: 27.956.951/0001-95
PROCESSO: 25351.405759/2017-82 AUTORIZ/MS: 7.52859.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS MORAIS E MARTINS LTDA
ENDEREÇO: RUA 17 157
BAIRRO: CENTRO CEP: 72930000 - ALEXÂNIA/GO
CNPJ: 08.601.190/0001-04
PROCESSO: 25351.124301/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.12955.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA ISABELLA DE ITUPEVA LTDA
ENDEREÇO: avenida brasil, 17 - complemento a
BAIRRO: centro CEP: 13295000 - ITUPEVA/SP
CNPJ: 21.541.948/0001-24
PROCESSO: 25351.437477/2015-82 AUTORIZ/MS: 7.40097.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA REGIONAL DE CORDEIRO LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA RAUL VEIGA 86
BAIRRO: CENTRO CEP: 28540000 - CORDEIRO/RJ
CNPJ: 27.608.918/0001-74
PROCESSO: 25351.650038/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.32418.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: JULIANA BOTELHO DE LIMA E SILVA ME
ENDEREÇO: RUA BARAO DE MADALENA 50
BAIRRO: CENTRO CEP: 28770000 - SANTA MARIA MADALENA/RJ
CNPJ: 39.498.977/0001-16
PROCESSO: 25351.209482/2002-82 AUTORIZ/MS: 0.16321.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MARANHAO E AZEVEDO LTDA
ENDEREÇO: RUA RIO BRANCO 196
BAIRRO: CENTRO CEP: 65602060 - CAXIAS/MA
CNPJ: 12.093.217/0003-34
PROCESSO: 25351.228369/2017-82 AUTORIZ/MS: 7.51504.2
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

EMPRESA: DJ FARMA FARMACIAS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA AZAMBUJA 968
BAIRRO: AZAMBUJA CEP: 88353460 - BRUSQUE/SC
CNPJ: 19.964.894/0001-68
PROCESSO: 25351.219523/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.16683.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: ROMANELLI E SILVA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA CAPITAO FRANCISCO MOTA 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 37460000 - PASSA QUATRO/MG
CNPJ: 28.108.404/0001-12
PROCESSO: 25351.505036/2017-82 AUTORIZ/MS: 7.54242.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: CIRURGICA UNIAO LTDA
ENDEREÇO: RUA 25 1908
BAIRRO: JARDIM SAO PAULO CEP: 13503010 - RIO CLARO/SP
CNPJ: 04.063.331/0001-21
PROCESSO: 25351.424690/2017-82 AUTORIZ/MS: 1.16814.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: CRISTIANO W GOULART & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA URUGUAI N° 644
BAIRRO: CENTRO CEP: 98910000 - TRÊS DE MAIO/RS
CNPJ: 90.512.054/0001-29
PROCESSO: 25351.265398/2014-82 AUTORIZ/MS: 7.17462.6
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: JANDER BARCELOS FERREIRA EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA CONSELHEIRO ANTÔNIO PRADO, Nº 1.464
BAIRRO: CENTRO CEP: 15775000 - SANTA FÉ DO SUL/SP
CNPJ: 05.677.457/0001-59
PROCESSO: 25351.046365/2003-82 AUTORIZ/MS: 0.39585.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: Farmácia Pague Menos Ltda
ENDEREÇO: AVENIDA SANTO ANTONIO 425
BAIRRO: CENTRO CEP: 89515000 - LEBON RÉGIS/SC
CNPJ: 13.354.727/0001-19
PROCESSO: 25351.241167/2014-83 AUTORIZ/MS: 7.18182.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MAZZONI COSTA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA DOS ANDRADAS 169
BAIRRO: CENTRO CEP: 36155000 - CORONEL PACHECO/MG
CNPJ: 24.184.681/0002-34
PROCESSO: 25351.704523/2014-83 AUTORIZ/MS: 7.33254.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MARLEY ZEILINGER NASCIMENTO - ME
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO JOAQUIM DE MOURA ANDRADE 1410
BAIRRO: CENTRO CEP: 79750000 - NOVA ANDRADINA/MS
CNPJ: 05.015.978/0001-40
PROCESSO: 25351.183534/2002-83 AUTORIZ/MS: 0.17723.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA AMARAL DE ITAOCARA LTDA
ENDEREÇO: RUA NILO PECANHA 498
BAIRRO: CENTRO CEP: 28570000 - ITAOCARA/RJ
CNPJ: 36.289.601/0001-03
PROCESSO: 25351.192444/2002-83 AUTORIZ/MS: 0.07953.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: ARAUJO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA JOAQUIM NABUCO, N° 846
BAIRRO: CENTRO CEP: 69020030 - MANAUS/AM

CNPJ: 04.361.309/0001-68
PROCESSO: 25351.065615/2003-83 AUTORIZ/MS: 1.05753.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: E B BOEIRA FARMACIA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA MOREIRA PAZ 707
BAIRRO: FATIMA CEP: 95200000 - VACARIA/RS
CNPJ: 14.468.447/0001-02
PROCESSO: 25351.018689/2014-83 AUTORIZ/MS: 7.08558.8
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA VILA BATISTA LTDA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA JERONIMO MONTEIRO 987
BAIRRO: PAUL CEP: 29115045 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 28.058.550/0001-80
PROCESSO: 25351.689424/2013-83 AUTORIZ/MS: 7.05137.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI 1434
BAIRRO: JARDIM CANADA CEP: 87080120 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764548/2015-83 AUTORIZ/MS: 1.14954.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DROGARIA RUBIACEA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SIR ALEXANDRE FLEMING 25
BAIRRO: CENTRO CEP: 16750000 - RUBIÁCEA/SP
CNPJ: 09.236.359/0001-37
PROCESSO: 25351.194249/2008-83 AUTORIZ/MS: 0.53814.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA ZAMPOL LTDA
ENDEREÇO: RUA CAPITÃO JOSÉ GALLO Nº 74
BAIRRO: CENTRO CEP: 09400080 - RIBEIRÃO PIRES/SP
CNPJ: 57.494.437/0001-46
PROCESSO: 25351.220324/2002-83 AUTORIZ/MS: 0.14214.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: SERAFIM & MORAES LTDA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.122, DE 1° DE AGOSTO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Baxalta US Inc.
Endereço: 1700 Rancho Conejo Boulevard, Thousand Oaks, California (CA) 91320
País: Estados Unidos da América
Solicitante: Shire Farmacêutica Brasil Ltda. CNPJ: 07.898.671/0001-60
Autorização de Funcionamento: 1.06.979-1 Expediente(s): 0095154/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: alfaoctocogue e alfarurioctocogue pegol.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.133, DE 2 DE AGOSTO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Crol Ciência Cosmética LTDA-ME
CNPJ: 66.620.691/0001-34
Endereço: Rua José Carlos Cavina, nº 98, Jardim Canadá
Município: Assis - CEP: SP
Autorização de Funcionamento: 2.03269-7
Expediente: 0271190/19-7
Linha: Semissólidos
Motivo: Não cumprimento ao estabelecido na Resolução RDC n.º 48/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.136, DE 2 DE AGOSTO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: ALKEM LABORATORIES LIMITED
ENDEREÇO: VILLAGE THANA, BADDI, DISTT. SOLAN, (H.P), INDIA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.1259
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 1154118/18-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.052, DE 30 DE JULHO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: LOG 10 EXPRESS LTDA.
ENDEREÇO: Rua QUITANDUBA 73
BAIRRO: CAXINGUI CEP: 05516030 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.361.867/0001-51
PROCESSO: 25351.073650/2017-01 AUTORIZ/MS: 2.09196.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: RODAN EXPRESS TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA - ME
ENDEREÇO: Avenida PARANAPANEMA (JD S J TADEU) 492
BAIRRO: TABOAO CEP: 09930450 - DIADEMA/SP
CNPJ: 05.164.692/0001-27
PROCESSO: 25351.631178/2017-02 AUTORIZ/MS: 2.09741.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Recommed Prestação de Serviços e Vendas eireli
ENDEREÇO: Rua CAPEBERIBE 519
BAIRRO: BARCELONA CEP: 09551210 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 07.929.430/0001-31
PROCESSO: 25351.408921/2018-03 AUTORIZ/MS: 4.00146.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Expresso Fiel LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rua JOSE GOMES OTERO 113
BAIRRO: VILA BARROS CEP: 07192000 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 13.762.882/0001-74
PROCESSO: 25351.453049/2016-03 AUTORIZ/MS: 2.08999.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: K7 QUÍMICA DO BRASIL LTDA - ME
ENDEREÇO: Rodovia GOVERNADOR MARIO COVAS S/N
BAIRRO: COMUNIDADE URBANA DE IGUAPE CEP: 29227404 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 23.267.516/0001-00
PROCESSO: 25351.068239/2017-04 AUTORIZ/MS: 2.09215.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ALL GREEN IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
ENDEREÇO: Rua Apeninos, nº 400, sala 1110
BAIRRO: Aclimação CEP: 01533000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 19.870.224/0001-82
PROCESSO: 25351.339172/2016-06 AUTORIZ/MS: 2.09230.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GOLDEN CARE DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA SANTO ANTONIO Nº204 - LOJA 02
BAIRRO: SANTO ANTONIO CEP: 35300145 - CARATINGA/MG
CNPJ: 17.288.441/0001-33
PROCESSO: 25351.107347/2017-07 AUTORIZ/MS: 2.09226.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida JOSE LEITE 3251
BAIRRO: CAJI CEP: 42722020 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 26.476.117/0001-30
PROCESSO: 25351.116082/2017-08 AUTORIZ/MS: 2.09217.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: MEDIMPORT COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Rua ANHANGUERA 876
BAIRRO: PIRATININGA CEP: 06230110 - OSASCO/SP
CNPJ: 03.434.334/0001-61
PROCESSO: 25351.427401/2012-13 AUTORIZ/MS: 2.06487.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DUOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: Rua FIRENZE 254
BAIRRO: JARDIM MONTECATINI CEP: 86186130 - CAMBÉ/PR
CNPJ: 82.387.226/0001-51
PROCESSO: 25351.258523/2012-15 AUTORIZ/MS: 2.06405.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: FITOHERB NORDESTE DISTRIBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: Rua ITAETE 434
BAIRRO: PITANGUEIRAS CEP: 42701360 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 02.125.297/0001-47
PROCESSO: 25351.003239/2016-15 AUTORIZ/MS: 2.08642.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: VITALLI FARMA MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Rua RUA ATILIO BATTISTON 425
BAIRRO: VILA CLAUDIA CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 11.140.026/0001-51
PROCESSO: 25351.115914/2012-16 AUTORIZ/MS: 2.06318.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA
ENDEREÇO: Rua OLIMPIADAS 100
BAIRRO: VILA OLIMPIA CEP: 04551000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.307.650/0001-35
PROCESSO: 25351.419001/2014-16 AUTORIZ/MS: 2.07497.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: VITALLI FARMA MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Rua RUA ATILIO BATTISTON 425
BAIRRO: VILA CLAUDIA CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 11.140.026/0001-51
PROCESSO: 25351.115914/2012-16 AUTORIZ/MS: 2.06318.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

PROCESSO: 25351.103049/2015-26 AUTORIZ/MS: 1.13647.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: P J COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida CUSSY DE ALMEIDA JUNIOR 3306
BAIRRO: JARDIM DO PRADO CEP: 16025415 - ARAÇATUBA/SP
CNPJ: 20.459.151/0001-10
PROCESSO: 25351.628673/2017-26 AUTORIZ/MS: 1.17261.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HORIZONTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
ENDEREÇO: AV ODILON ARAUJO 637
BAIRRO: PICARRA CEP: 64017280 - TERESINA/PI
CNPJ: 01.765.178/0001-96
PROCESSO: 25351.692945/2015-27 AUTORIZ/MS: 1.14823.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS BIORGÂNICA LTDA
ENDEREÇO: Avenida DOUTOR ISMERINO SOARES DE CARVALHO 697
BAIRRO: SETOR AEROPORTO CEP: 74075040 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 01.165.329/0001-75
PROCESSO: 25351.467116/2014-27 AUTORIZ/MS: 1.11614.4
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: CIA DO TRANSPORTE LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua LUIZ BARBATO 24
BAIRRO: ARISTEU DA COSTA RIOS CEP: 37558466 - POUSO ALEGRE/MG
CNPJ: 24.378.405/0001-26
PROCESSO: 25351.240481/2016-28 AUTORIZ/MS: 1.15696.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: MARINA PITTA GOMES - ME
ENDEREÇO: Rua PRUDENTE DE MORAES 263
BAIRRO: CENTRO CEP: 13390000 - RIO DAS PEDRAS/SP
CNPJ: 18.519.182/0001-77
PROCESSO: 25351.689171/2014-29 AUTORIZ/MS: 1.12861.3
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: DROGARIA CRUZEIRO FRANCA LTDA
ENDEREÇO: Rua SANTOS PEREIRA 619
BAIRRO: CIDADE NOVA CEP: 14401130 - FRANCA/SP
CNPJ: 02.634.512/0001-35
PROCESSO: 25351.241371/2015-31 AUTORIZ/MS: 1.13991.9
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: NORDESTE COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: Rua TEODOMIRO DE CASTRO 4585
BAIRRO: FLORESTA CEP: 60336010 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 23.455.090/0001-00
PROCESSO: 25351.191967/2017-34 AUTORIZ/MS: 1.16491.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NUTRIVITAL FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME
ENDEREÇO: Rua GETULIO VARGAS 161
BAIRRO: CENTRO CEP: 29200180 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 10.816.334/0001-91
PROCESSO: 25351.754708/2009-37 AUTORIZ/MS: 1.39140.1
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: GLOBAL DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA, Nº 392
BAIRRO: PARQUE PIAUI CEP: 65636210 - TIMON/MA
CNPJ: 08.353.510/0001-54
PROCESSO: 25014.019762/2009-41 AUTORIZ/MS: 1.22460.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NAZARIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida BR 116 1150
BAIRRO: VELAME CEP: 58420000 - CAMPINA GRANDE/PB
CNPJ: 07.224.991/0009-92
PROCESSO: 25351.359478/2014-41 AUTORIZ/MS: 1.10652.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: PRONTO EXPRESS LOGISTICA SA
ENDEREÇO: AV. CARMELA DUTRA , S/N GALPÃO 33 E 34
BAIRRO: JD PRESIDENTE DUTRA CEP: 07170150 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 03.867.580/0057-61
PROCESSO: 25351.109758/2016-42 AUTORIZ/MS: 1.15546.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: APAMED HOSPITALAR EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Avenida BRASIL SN
BAIRRO: JARDIM BURITI SERENO CEP: 74943010 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 19.891.676/0001-40
PROCESSO: 25351.112161/2015-44 AUTORIZ/MS: 1.13615.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: RIO LOPES TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: Rua FRANCISCO DE S E MELO 01590
BAIRRO: CORDOVIL CEP: 21010410 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 29.516.838/0001-14
PROCESSO: 25351.049606/2003-45 AUTORIZ/MS: 1.21384.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: BRUNO GRAESER
ENDEREÇO: Avenida LEONARDO DA VINCI 1034
BAIRRO: VILA GUARANI Z SUL CEP: 04313000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.061.164/0001-33
PROCESSO: 25351.121185/2016-45 AUTORIZ/MS: 1.15540.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Orthonews Cirúrgicos e Ortopédicos Ltda- ME
ENDEREÇO: Rua LEIRIA 539
BAIRRO: SAO FRANCISCO CEP: 31255100 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 11.453.723/0001-62
PROCESSO: 25351.006457/2015-47 AUTORIZ/MS: 1.13355.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MIRASSOL MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI
ENDEREÇO: Rua HEROTIDES MACIEL DE OLIVEIRA PONTES 949
BAIRRO: SAO BERNARDO IV CEP: 15130001 - MIRASSOL/SP
CNPJ: 13.046.855/0001-03
PROCESSO: 25351.596675/2013-49 AUTORIZ/MS: 1.23543.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SÃO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rodovia ZACARIAS DE PAULA XAVIER 27363
BAIRRO: CAMPO DE SANTANA CEP: 81690500 - CURITIBA/PR
CNPJ: 15.488.297/0012-06
PROCESSO: 25351.563839/2017-51 AUTORIZ/MS: 1.17071.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FARMACIA D & G LTDA-ME
ENDEREÇO: Avenida GOVERNADOR VALADARES 122
BAIRRO: CENTRO CEP: 36930000 - SIMONÉSIA/MG
CNPJ: 09.280.737/0001-80
PROCESSO: 25351.015034/2014-53 AUTORIZ/MS: 1.40415.2
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: POLYMEDH. EIRELI
ENDEREÇO: Avenida PRESIDENTE GETULIO VARGAS 4547
BAIRRO: IANETAMA CEP: 68745000 - CASTANHAL/PA
CNPJ: 63.848.345/0001-10
PROCESSO: 25351.722400/2014-56 AUTORIZ/MS: 1.13095.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MEDICAL CENTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: Rua DOUTOR GERINO DE SOUZA FILHO 1674
BAIRRO: CENTRO CEP: 42703160 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 07.032.320/0001-72
PROCESSO: 25351.707557/2014-60 AUTORIZ/MS: 1.12898.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: LOGIC PHARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: Rodovia ANTONIO HEIL 1001
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316001 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 21.372.384/0001-43
PROCESSO: 25351.697734/2015-63 AUTORIZ/MS: 1.14836.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Nordmarket Comércio de Produtos Hospitalares LTDA
ENDEREÇO: Avenida JOAO WALLIG 2640
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 58411170 - CAMPINA GRANDE/PB
CNPJ: 19.125.796/0001-37
PROCESSO: 25351.394988/2017-64 AUTORIZ/MS: 1.16759.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: S3 MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: Rodovia CABO FRIO 7270
BAIRRO: TAQUARA II CEP: 29167635 - SERRA/ES
CNPJ: 09.660.958/0003-45
PROCESSO: 25351.457240/2016-69 AUTORIZ/MS: 1.15989.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: mini drogas ltda
ENDEREÇO: Rua CEL. CORNELIO MACIEL 110
BAIRRO: CENTRO CEP: 37445000 - CRUZÍLIA/MG
CNPJ: 25.750.217/0001-40
PROCESSO: 25351.208833/2014-71 AUTORIZ/MS: 1.10311.1
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI 1434
BAIRRO: JARDIM CANADA CEP: 87080120 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764544/2015-77 AUTORIZ/MS: 1.14955.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DECARES COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: Avenida DO CETUR 325
BAIRRO: TARUMA CEP: 69022155 - MANAUS/AM
CNPJ: 01.708.499/0001-59
PROCESSO: 25009.002930/2004-81 AUTORIZ/MS: 1.21403.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BIOEXATA FARMACIA DE MANIPULACAO - EIRELI
ENDEREÇO: SHCGN CLR, QUADRA 703, BL G, LJ 27
BAIRRO: Asa Norte CEP: 70730517 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 05.700.671/0004-21
PROCESSO: 25351.271649/2010-81 AUTORIZ/MS: 1.39164.5
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: RIOBAHIAFARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E COSMETICOS LTDA- EPP
ENDEREÇO: Rua DO LUXEMBURGO 0
BAIRRO: GRANJAS RURAIS PRESIDENTE VARGAS CEP: 41230130 - SALVADOR/BA
CNPJ: 15.145.035/0001-96
PROCESSO: 25351.163822/2016-83 AUTORIZ/MS: 1.15579.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ajato transportes ltda EPP
ENDEREÇO: Avenida ALEXANDRE ALCINO 2228
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 49044093 - ARACAJU/SE
CNPJ: 07.515.777/0001-38
PROCESSO: 25351.293969/2014-85 AUTORIZ/MS: 1.10250.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ATIVA DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: Avenida PORTUGAL 3115
BAIRRO: CINCAO CEP: 32370970 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 01.125.797/0008-92
PROCESSO: 25351.003486/2012-87 AUTORIZ/MS: 1.23044.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: AUDACE ARMAZÉNS GERAIS LTDA EPP
ENDEREÇO: Rua DAS CASTANHEIRAS 200
BAIRRO: JARDIM SAO PEDRO CEP: 13187065 - HORTOLÂNDIA/SP
CNPJ: 23.383.365/0001-48
PROCESSO: 25351.804507/2016-88 AUTORIZ/MS: 1.15053.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: PHARMA STAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
ENDEREÇO: Rodovia GOVERNADOR MARIO COVAS 7270
BAIRRO: TAQUARA II CEP: 29167635 - SERRA/ES
CNPJ: 28.570.692/0001-22
PROCESSO: 25351.696283/2017-89 AUTORIZ/MS: 1.17298.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NORTE COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP
ENDEREÇO: Rua RIO ICA 857
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRACAS CEP: 69053100 - MANAUS/AM
CNPJ: 17.706.732/0001-02
PROCESSO: 25351.338254/2017-90 AUTORIZ/MS: 1.16683.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: R.M. ANTUNES & SANTOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida BRASIL 1940
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 85601660 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 05.779.417/0002-07
PROCESSO: 25351.925183/2016-94 AUTORIZ/MS: 1.15286.7
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: VIX COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Avenida MAR DO NORTE 83
BAIRRO: PRAIA DO MORRO CEP: 29216580 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 14.832.987/0001-15
PROCESSO: 25351.195193/2012-95 AUTORIZ/MS: 1.23198.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HARMONIZE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: Avenida BRASIL 424
BAIRRO: IGUACU CEP: 35162036 - IPATINGA/MG
CNPJ: 38.466.637/0001-40
PROCESSO: 25000.012741/98-79 AUTORIZ/MS: 1.34084.7
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: NEVES & GUIMARÃES LTDA.
ENDEREÇO: Rua QUINZE DE NOVEMBRO 704
BAIRRO: CENTRO CEP: 96015000 - PELOTAS/RS
CNPJ: 04.816.358/0001-48
PROCESSO: 25351.007850/02-05 AUTORIZ/MS: 1.35796.3
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: futurtek do brasil - comercial importadora e exportadora ltda
ENDEREÇO: Rua VEREADOR OSVALDO BITTENCOURT 392
BAIRRO: CARIANOS CEP: 88047700 - FLORIANÓPOLIS/SC
CNPJ: 10.794.046/0001-83
PROCESSO: 25741.046102/2016-47 AUTORIZ/MS: P1Y974M273L0 (9.07562.1)
ATIVIDADE/CLASSE
IMPORTAR POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO DETENTOR DE PRODUTO REGULARIZADO NA ANVIS: CORRELATOS

EMPRESA: APAMED HOSPITALAR EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Avenida BRASIL SN
BAIRRO: JARDIM BURITI SERENO CEP: 74943010 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 19.891.676/0001-40
PROCESSO: 25351.112231/2015-00 AUTORIZ/MS: 71218446L8M2 (8.11746.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ALL MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Rua JOAO ALENCAR GUIMARAES 305
BAIRRO: SANTA QUITERIA CEP: 80310420 - CURITIBA/PR
CNPJ: 21.839.639/0001-35
PROCESSO: 25351.028953/2017-01 AUTORIZ/MS: LY31LHMH744W (8.14658.3)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: BASCEL SOLUÇÕES LTDA - EPP
ENDEREÇO: Travessa LUIZA HENRIQUETA 450
BAIRRO: AGUA BRANCA CEP: 85606649 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 21.515.353/0001-02
PROCESSO: 25351.588057/2016-01 AUTORIZ/MS: 19319MH66X80 (8.14606.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: LOGIC PHARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: Rodovia ANTONIO HEIL 1001
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316001 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 21.372.384/0001-43
PROCESSO: 25351.418477/2015-02 AUTORIZ/MS: 0731W552M883 (8.12390.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MPP ARMAZENS, LOGISTICA, PROMOPACKS, COMERCIO, DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ENDEREÇO: Rua KONOI ENDO (JARDIM JAPAO) 33
BAIRRO: VILA BELA VISTA CEP: 08674320 - SUZANO/SP
CNPJ: 09.208.895/0001-29
PROCESSO: 25351.147464/2017-02 AUTORIZ/MS: P068XHL114H4 (8.15141.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: BRUNO GRAESER
ENDEREÇO: Avenida LEONARDO DA VINCI 1034
BAIRRO: VILA GUARANI Z SUL CEP: 04313000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.061.164/0001-33
PROCESSO: 25351.001138/2017-03 AUTORIZ/MS: P9LLMXHY5837 (8.14642.7)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: EIC BRASIL EXPORTADORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA
ENDEREÇO: Rua TEIXEIRA DA SILVA 54
BAIRRO: PARAISO CEP: 04002030 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 09.209.604/0001-17
PROCESSO: 25351.155535/2009-03 AUTORIZ/MS: G068L274579L (8.05182.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: DOBBER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: Rua FRANCISCO GLICERIO 730
BAIRRO: CASTELO CEP: 13271270 - VALINHOS/SP
CNPJ: 52.730.850/0001-49
PROCESSO: 25351.094320/2004-03 AUTORIZ/MS: 5MM259W551Y3 (8.02426.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

EMPRESA: MORAES DE MATOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-EPP
ENDEREÇO: Rua ADEMAR GONCALVES 410
BAIRRO: JARDIM DO SOL CEP: 93700000 - CAMPO BOM/RS
CNPJ: 24.931.613/0001-00
PROCESSO: 25351.497447/2016-03 AUTORIZ/MS: LX61MH7Y4X1L (8.14464.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: BRUNO GRAESER
ENDEREÇO: Avenida LEONARDO DA VINCI 1034
BAIRRO: VILA GUARANI Z SUL CEP: 04313000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.061.164/0001-33
PROCESSO: 25351.001138/2017-03 AUTORIZ/MS: P9LLMXHY5837 (8.14642.7)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MAXXI MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA
ENDEREÇO: Avenida DOS ARNALDOS 3729
BAIRRO: RESIDENCIAL ANTONIA FRANCO CEP: 15601248 - FERNANDÓPOLIS/SP
CNPJ: 10.908.334/0001-11
PROCESSO: 25351.031524/2012-04 AUTORIZ/MS: PWH9M5WLMH78 (8.08464.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA
ENDEREÇO: Rua AMOREIRA 891
BAIRRO: JARDIM ROSEIRA CEP: 13910001 - JAGUARIÚNA/SP
CNPJ: 01.440.590/0001-36
PROCESSO: 25351.012555/2003-04 AUTORIZ/MS: PM41XY96800M (8.01339.5)

RESOLUÇÃO - RE Nº 37, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: INTERCARGAS ENCOMENDAS E CARGAS LTDA.
ENDEREÇO: Av Monteiro Lobato, 4550 docas 27 e 28
BAIRRO: CEP: - GUARULHOS/SP
CNPJ: 05.616.845/0002-00
PROCESSO: 25351.767626/2015-04 AUTORIZ/MS: 1.14963.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: FEDEX BRASIL LOGÍSTICA E TRANSPORTE S/A
ENDEREÇO: Estrada Campinas de Pirajá, nº 1068
BAIRRO: Campinas de Pirajá CEP: 41270000 - SALVADOR/BA
CNPJ: 10.970.887/0007-90
PROCESSO: 25351.766185/2015-30 AUTORIZ/MS: 1.14950.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FARMAGROUP SPE DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA P Nº 300 A LOT JARDIM GUANABARA
BAIRRO: FELICIA CEP: 45055320 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
CNPJ: 17.958.051/0001-23
PROCESSO: 25351.770393/2015-31 AUTORIZ/MS: 1.14959.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764544/2015-77 AUTORIZ/MS: 1.14955.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.768906/2015-95 AUTORIZ/MS: 1.14961.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 38, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: J. K. MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO MOISES SAAD, N°235
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 14095230 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 06.058.454/0001-08
PROCESSO: 25351.457867/2008-40 AUTORIZ/MS: 1.22107.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 39, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: W. I. PHARMA DISTRIBUIDORA LTDA - ME
ENDEREÇO: R 16 Nº 332 QD44 LT12
BAIRRO: CEP: - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 20.893.901/0001-67
PROCESSO: 25351.757376/2015-73
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A empresa já possui AE vigente, nº 1.13577-0, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. A empresa deve solicitar alteração por ampliação de atividade.

RESOLUÇÃO - RE Nº 40, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: KIREI TECNOLAB LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Vale de Miranda nº 1732, Sala nº 1.000
BAIRRO: TIROL CEP: 59022190 - NATAL/RN
CNPJ: 06.912.821/0001-80
PROCESSO: 25351.261723/2015-18
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO - RE Nº 41, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: TRANSFOLHA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA XINGÚ, 1230
BAIRRO: ALPHAVILLE CEP: 06455030 - BARUERI/SP
CNPJ: 58.818.022/0001-43
PROCESSO: 25351.762904/2015-33 AUTORIZ/MS: 2.08458.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Buick Transportes e Serviços LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Presidente Castelo Branco, S/N, km 79,3, Galpão 01
BAIRRO: City Castello CEP: 13308700 - ITU/SP
CNPJ: 07.953.884/0001-48
PROCESSO: 25351.770331/2015-40 AUTORIZ/MS: 2.08457.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764562/2015-52 AUTORIZ/MS: 2.08455.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: MAXTON LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO LACERDA BRAGA n° 960
BAIRRO: Cidade Industrial de Curitiba CEP: 81170240 - CURITIBA/PR
CNPJ: 82.262.957/0001-70
PROCESSO: 25351.766250/2015-53 AUTORIZ/MS: 2.08456.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
EMPRESA: LUVIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - EIRELI - EPP
ENDEREÇO: Alameda 3, nº 75, Lote 19, 20, 21 e 22, Quadra F
BAIRRO: Loteamento Urbano Liberdade AG CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 21.003.814/0001-50
PROCESSO: 25351.770721/2015-55 AUTORIZ/MS: 2.08459.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Cannon Hygiene LTDA
ENDEREÇO: Rua Mandaguari n°1752
BAIRRO: Vila Emiliano Perneta CEP: 83325015 - PINHAIS/PR
CNPJ: 17.534.211/0001-07
PROCESSO: 25351.769110/2015-73 AUTORIZ/MS: 2.08454.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.767661/2015-30 AUTORIZ/MS: 1.14960.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102016011100129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CAMPOS & COSTA LTDA - ME
ENDEREÇO: Tv. Raimundo de Oliveira, 4012
BAIRRO: Jd. Independente I CEP: 68372612 - ALTAMIRA/PA
CNPJ: 17.073.738/0001-81
PROCESSO: 25351.707495/2015-32 AUTORIZ/MS: 1.14968.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: PRIME CARGAS E TRANSPORTES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA ALVARES CABRAL 1113
BAIRRO: SERRINHA CEP: 60741200 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 14.902.714/0001-08
PROCESSO: 25351.710938/2015-41 AUTORIZ/MS: 1.14967.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Buick Transportes e Serviços LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Presidente Castelo Branco, S/N, km 79.3, Galpão 01
BAIRRO: City Castello CEP: 13308700 - ITU/SP
CNPJ: 07.953.884/0001-48
PROCESSO: 25351.770326/2015-63 AUTORIZ/MS: 1.14958.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: UNIVERSAL DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA NOGUEIRA ACIOLI, N° 1385A
BAIRRO: PIEDADE CEP: 60110141 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 03.524.631/0001-06
PROCESSO: 25351.720089/2015-78 AUTORIZ/MS: 1.14962.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CROMA-PHARMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: SIA QUADRA 04-C LOTES 56 SALA 101
BAIRRO: SIA CEP: 71200045 - GUARÁ/DF
CNPJ: 20.092.174/0001-39
PROCESSO: 25351.748350/2015-82 AUTORIZ/MS: 1.14949.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764548/2015-83 AUTORIZ/MS: 1.14954.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TECMAR TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA DA CONGREGAÇÃO n°206
BAIRRO: PQ.IND. RAMOS DE FREITAS CEP: 06816005 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 01.610.798/0001-56
PROCESSO: 25351.767635/2015-91 AUTORIZ/MS: 1.14957.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: IDEALFARMA NATAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CÂMARA CASCUDO Nº 261
BAIRRO: PARQUE DE EXPOSIÇÕES CEP: 59146460 - PARNAMIRIM/RN
CNPJ: 06.152.350/0001-50
PROCESSO: 25351.703058/2015-11 AUTORIZ/MS: 1.14969.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BITTMARK SERVIÇOS DE MARKETING LTDA
ENDEREÇO: RUA EZEQUIEL RAMOS, N°449
BAIRRO: MOOCA CEP: 03111030 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.869.364/0001-63
PROCESSO: 25351.751676/2015-00 AUTORIZ/MS: PY646WLW3X52 (8.13132.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Polimport Comercio e exportação Ltda
ENDEREÇO: Rodovia Jorge Lacerda n° 1295 Galpão n° 03
BAIRRO: Espinheiros CEP: 88317100 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 00.436.042/0202-86
PROCESSO: 25351.760301/2015-01 AUTORIZ/MS: KP561268HW53 (8.13130.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Pro-diag produtos e equipamentos de laboratorios e medicos hospitalares
ENDEREÇO: RUA ESPÍRITO SANTO n°406
BAIRRO: SUMAREZINHO CEP: 14055030 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 12.456.799/0001-04
PROCESSO: 25351.766224/2015-11 AUTORIZ/MS: G45W41358265 (8.13145.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE S/A
ENDEREÇO: PONTE ALTA NORTE, RODOVIA DF-001/475, MÓDULO 01, GALPÃO 03, ARMAZÉNS 3, 4,5 e 6
BAIRRO: GAMA CEP: 72427010 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 10.970.887/0047-87
PROCESSO: 25351.749635/2015-11 AUTORIZ/MS: UXM92YW5372X (8.13148.5)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: DERMACURE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA DOUTOR OSWALDO BRAYNER, Nº 928 - SALA 11
BAIRRO: ESTADOS CEP: 58030210 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 22.778.754/0001-00
PROCESSO: 25351.767617/2015-11 AUTORIZ/MS: 7W41X8794H46 (8.13154.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: SETH COMERCIO E REPRESENTAÇÃO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA CLEBER SANTOS DE CARVALHO Nº 75 LOJA 14 VILAR DOS TELES
BAIRRO: SÃO JOÃO DE MERITI CEP: 25576261 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 21.457.541/0001-13
PROCESSO: 25351.665595/2015-16 AUTORIZ/MS: 3831W19M1WWH (8.13134.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Buick Transportes e Serviços LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Presidente Castelo Branco, S/N, km 79.3, Galpão 01
BAIRRO: City Castello CEP: 13308700 - ITU/SP
CNPJ: 07.953.884/0001-48
PROCESSO: 25351.770297/2015-17 AUTORIZ/MS: KW37H68H49M2 (8.13149.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764552/2015-31 AUTORIZ/MS: 02518353HX30 (8.13138.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA ME
ENDEREÇO: Rua Antonio Fonseca, 285
BAIRRO: Vila Maria Baixa CEP: 02112010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.924.875/0001-91
PROCESSO: 25351.757913/2015-32 AUTORIZ/MS: UY1810LMM790 (8.13141.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
ENDEREÇO: RUA CRISTIANO F. T. GUIMARAES, 50
BAIRRO: CINCO CEP: 32010130 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 35.820.448/0030-70
PROCESSO: 25351.739230/2015-41 AUTORIZ/MS: 49024191HM33 (8.13152.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: PRIME CARGAS E TRANSPORTES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA ALVARES CABRAL 1113
BAIRRO: SERRINHA CEP: 60741200 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 14.902.714/0001-08
PROCESSO: 25351.710925/2015-41 AUTORIZ/MS: PY8Y9MHLLH26 (8.13155.9)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: MAXTON LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO LACERDA BRAGA n° 960
BAIRRO: Cidade Industrial de Curitiba CEP: 81170240 - CURITIBA/PR
CNPJ: 82.262.957/0001-70
PROCESSO: 25351.766191/2015-45 AUTORIZ/MS: 1YX44565XH58 (8.13139.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: MEDMAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E SIMILARES EIRELI ME
ENDEREÇO: RUA GENOVEVA DA FONSECA n°255
BAIRRO: OZÓRIO MACHADO CEP: 37540000 - SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG
CNPJ: 07.760.277/0003-23
PROCESSO: 25351.709351/2015-49 AUTORIZ/MS: PH07Y84Y380Y (8.13137.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: PRODHIGI INTERNACIONAL COMERCIO, REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA ANTONIO HEIL, Nº 1001, KM 1 MODULO 01 GALPÃO 2
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316001 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 04.087.906/0002-27
PROCESSO: 25351.757379/2015-51 AUTORIZ/MS: U7W3M2XL36Y5 (8.13133.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: MACROMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA OLIVA ENCISO, Nº 52 - LOJA 3
BAIRRO: CARANDA BOSQUE II CEP: 79032175 - CAMPO GRANDE/MS
CNPJ: 67.605.212/0002-54
PROCESSO: 25351.756868/2015-55 AUTORIZ/MS: L7Y35X09HMM6 (8.13131.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.767602/2015-58 AUTORIZ/MS: U9776L83XX4M (8.13150.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: DENTAL SHOP COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA SEIS DE JANEIRO, 28, SALA 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 88801055 - CRICIÚMA/SC
CNPJ: 17.861.767/0001-08
PROCESSO: 25351.631948/2015-67 AUTORIZ/MS: H301644LL20M (8.13156.2)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS
EMPRESA: L. M. RAMOS & CIA LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rodovia BR-262, Km 10.5, Galpão 2C, Bloco 03
BAIRRO: Canaã CEP: 29135001 - VIANA/ES
CNPJ: 09.499.893/0001-36
PROCESSO: 25351.770373/2015-75 AUTORIZ/MS: U3X8MWYY8L76 (8.13146.8)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: ANDREI CARLOS BARROSO MUNIZ EIRELI - EPP

ENDEREÇO: TRAVESSA MACEIO, 265 - SALA 01
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CEP: 69057011 - MANAUS/AM
CNPJ: 22.636.233/0001-18
PROCESSO: 25351.747045/2015-75 AUTORIZ/MS: 69410X866W48 (8.13147.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO PRUDENTE, Nº 119
BAIRRO: VILA MONUMENTO CEP: 01550000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.814.497/0001-07
PROCESSO: 25351.771542/2015-81 AUTORIZ/MS: UM8281Y4WXX0 (8.13136.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
REEMBALAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: Alumed Equipamentos Médicos Ltda
ENDEREÇO: Rua Marselhesa 322
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 04020060 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 15.469.770/0001-55
PROCESSO: 25351.747049/2015-81 AUTORIZ/MS: K11H526YW174 (8.13142.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: HEALTH SUPPLY PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO ENAL CRAVO PEIXOTO Nº 105 SALA 617/618
BAIRRO: TIJUCA CEP: 20540106 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 20.511.832/0001-80
PROCESSO: 25351.768971/2015-82 AUTORIZ/MS: 7X21578L4W6L (8.13143.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: BACE COMERCIO INTERNACIONAL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES Nº 690, 1º ANDAR, CONJUNTOS 11 E 12
BAIRRO: TAMBORÉ CEP: 06460040 - BARUERI/SP
CNPJ: 47.411.780/0003-98
PROCESSO: 25351.748348/2015-83 AUTORIZ/MS: H1W2H4XHH8X1 (8.13135.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: LABORFISIO EQUIPAMENTOS PARA FISIOTERAPIA E ESTETICA LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Lafaiete, 1735
BAIRRO: Vila Seixas CEP: 14020053 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 17.513.135/0001-53
PROCESSO: 25351.764404/2015-95 AUTORIZ/MS: PYHM038995XL (8.13153.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: Transportadora Americana Ltda
ENDEREÇO: R. Sete ,290
BAIRRO: Dist.Industl Riacho das pedras CEP: 32250060 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 43.244.631/0007-54
PROCESSO: 25351.743802/2015-98 AUTORIZ/MS: 4572HYLX2W68 (8.13151.4)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Cannon Hygiene LTDA
ENDEREÇO: Rua Mandaguari n°1752
BAIRRO: Vila Emiliano Perneta CEP: 83325015 - PINHAIS/PR
CNPJ: 17.534.211/0001-07
PROCESSO: 25351.769102/2015-16 AUTORIZ/MS: 3.06703.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: V. V. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
ENDEREÇO: Rua 09 s/nº, Qd. 27, Lote 06/07
BAIRRO: Polo Empresarial Goiás CEP: 74985130 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 03.102.194/0001-24
PROCESSO: 25351.748483/2015-20 AUTORIZ/MS: 3.06708.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI
ENDEREÇO: RUA FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, N 830 - BARRACÃO 17
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050590 - CURITIBA/PR
CNPJ: 08.217.225/0001-06
PROCESSO: 25351.767655/2015-24 AUTORIZ/MS: 3.06709.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: L. M. RAMOS & CIA LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rodovia BR-262, Km 10.5, Galpão 2C, Bloco 03
BAIRRO: Canaã CEP: 29135001 - VIANA/ES
CNPJ: 09.499.893/0001-36
PROCESSO: 25351.770402/2015-28 AUTORIZ/MS: 3.06707.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: ALCOLINA QUIMICA E DERIVADOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PALETRANS, 400
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 01.133.298/0001-70
PROCESSO: 25351.771999/2015-28 AUTORIZ/MS: 3.06704.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: Avenida Cerro Azul, 2723
BAIRRO: Jardim Novo Horizonte CEP: 87010055 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
PROCESSO: 25351.764569/2015-46 AUTORIZ/MS: 3.06706.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: A. J. Z. Indústria de Produtos de Limpeza LTDA-ME
ENDEREÇO: Rua Ronat Walter Sodré, 2040
BAIRRO: jardim São Rafael CEP: 86200000 - IBIPORÃ/PR
CNPJ: 21.162.740/0001-02
PROCESSO: 25351.768918/2015-65 AUTORIZ/MS: 3.06705.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: mikitos industria e comercio de generos alimenticios do amazonas ltda
ENDEREÇO: RUA FRANCISCA MENDES n° 1331
BAIRRO: CIDADE DE DEUS CEP: 69099345 - MANAUS/AM
CNPJ: 05.492.907/0001-39
PROCESSO: 25351.762444/2015-68 AUTORIZ/MS: 3.06701.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: getex industria e comercio ltda
ENDEREÇO: Rua Lecy Gomes Barbosa n° 287
BAIRRO: dist. ind. vale do jatoba CEP: 30664004 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 00.252.180/0001-07
PROCESSO: 25351.767640/2015-77 AUTORIZ/MS: 3.06702.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 42, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 46, de 22 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e suas atualizações, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: DOCTOR HAIR INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA WILLY CONRADO BOHLEN, 240
BAIRRO: PARQUE AEROPORTO CEP: 12051381 - TAUBATÉ/SP
CNPJ: 07.187.087/0001-05
PROCESSO: 25351.312966/2007-12 AUTORIZ/MS: 2.04530.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: LABORATORIO LAECCO COSMIATRIA BIOCELULAR LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Pioneiro Miguel Jordao n° 461 Pavilhão A
BAIRRO: Parque Ind. Mário Bulhões CEP: 87065660 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 05.512.481/0001-38
PROCESSO: 25023.160496/2006-36 AUTORIZ/MS: 2.04360.6
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: TRANSMAGNA TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES 759, GALPÃO 02
BAIRRO: MACEDO CEP: 07112070 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 79.942.140/0001-39
PROCESSO: 25024.001057/2009-73 AUTORIZ/MS: 2.05374.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: ALECO DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI - ME
ENDEREÇO: AV. MARECHAL CASTELO BRANCO 452
BAIRRO: JARDIM TRES MARIAS CEP: 06790070 - TABOÃO DA SERRA/SP
CNPJ: 09.664.683/0001-56
PROCESSO: 25025.132929/2009-82 AUTORIZ/MS: 2.05029.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PROD. DE HIGIENE
EMPRESA: TRADELINE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA DOM ALBERTO GONÇALVES 74
BAIRRO: MERCÊS CEP: 80510340 - CURITIBA/PR
CNPJ: 10.887.088/0001-69
PROCESSO: 25023.025574/2009-86 AUTORIZ/MS: 2.05261.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: w. i. pharma distribuidora ltda - me
ENDEREÇO: R 16 Nº 332 QD44 LT12
BAIRRO: CEP: - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 20.893.901/0001-67
PROCESSO: 25351.071273/2015-99 AUTORIZ/MS: 2.07905.9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102016011100131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
23518	31/03/2027	D3CB3008D83C8B64DF2E860679197602

233129

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSP - EIRELI - ME

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA CMH

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI 1434	23.228.076/0001-74

LOCALIDADE	CIDADE - UF
JARDIM CANADA	MARINGA -I-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	20754	PAULA TANIA SEGATE	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **23.228.076/0001-74** DUNS®: **942323306**
Razão Social: **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **257046 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA POTIGUARA**
Data Aplicação: **24/05/2021**
Número do Processo: **25058.000321/2021** Número do Contrato: **SN**
Descrição/Justificativa: **Ato praticado que ensejou o retardamento da execução do objeto, relacionado à sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nª 02/2021, realizado por este DSEI Potiguara (UASG 257046).**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **156654 - HOSPITAL DAS CLIN DA UNIV FED DE UBERLÂNDIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **18/10/2022**
Data Aplicação: **18/10/2022**
Número do Processo: **23860.006452/2022** Número do Contrato: **138/2022**
Descrição/Justificativa: **Aplcação de penalidade advertência a empresa CMH pela inexecução contratual, com fundamento no inciso I, Item 18.10 do Termo de Referência. Edital 19/2022**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**23.228.076/0001-74**	DUNS®:	**942323306**
Razão Social:	**CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/02/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**31/07/2023**
FGTS		Validade:	**02/03/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**22/01/2023** (*)
Receita Municipal	Validade:	**22/01/2023** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Sem Informação

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ | Número documento: 23228076000174

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: até:

Data de Início Impedimento: de: até:

Data de Fim Impedimento: de: até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

2 Itens encontrados

Relação de Processos Compra

	Município	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Data Início	Data fim	Tipo Sanção	Situação
	MARINGÁ	23.228.076/0001-74	CMH CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME	30/09/2019	30/09/2020		Expirado
	MARINGÁ	23.228.076/0001-74	CMH CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME	04/11/2019	04/11/2020		Expirado

Download Lista Impedidos

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	06807436939
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:07) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 068.074.369-39.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.70C4.48B4.2820 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LEANDRO ROSSONI**

CPF/CNPJ: **068.074.369-39**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:07:11 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: FK8L160223150711

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LEANDRO ROSSONI**

CPF: **068.074.369-39**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:07:25 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: DJHU160223150725

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:06:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **23.228.076/0001-74**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Impedimento/proibição de contratar (27/07/2023) - Prefeitura Municipal de Cascavel (PR)

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 06807436939

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 13
ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 85.477.586/0001-32

Pelo presente instrumento do Ato Constitutivo de transformação de **Sociedade Limitada** para **EIRELI:**

KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI, brasileira, solteira, nascida em 22/08/1992, empresária, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 8.009.609-7 SSP/PR e CPF sob n.º 043.680.279-14, residente e domiciliada na cidade de Cascavel – Paraná, na Rua Afonso Pena, n.º 1660 – Apartamento 701 – Centro – CEP 85.812-100; e **AGENIR MARTINS**, brasileira, solteira, nascida em 25/09/1944, empresária, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 1.359.320-5 SSP/PR e CPF sob n.º 242.157.599-00, residente e domiciliada na cidade de Cascavel – Paraná, na Rua José Bonifácio, n.º 512 – 3º andar – Apartamento 33 – Bairro São Cristovão – CEP 85.813-150. Sócios da sociedade empresária limitada **ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** com sede na cidade de Cascavel – Estado do Paraná, na Rua Santa Catarina, n.º 850 – Centro – CEP: 85.801-040, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o **NIRE 41202779231** inscrita no **CNPJ sob n.º 85.477.586/0001-32**, data da constituição 10/08/1992, ora transforma seu registro de Sociedade Limitada em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, que passará a ter um novo NIRE após o registro na Junta Comercial do Paraná, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 e 980ª da Lei nº 10406/2, resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A sócia **AGENIR MARTINS** que possui 11.000 (Onze mil) quotas no valor de R$ 11.000,00 (Onze mil reais) vende e transfere de maneira onerosa a totalidade de suas quotas a **KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI**, já qualificada no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA
A sócia **AGENIR MARTINS** dá a adquirente **KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI** plena, geral, rasa e irrevogável quitação da cessão de cotas ora efetuadas, declarando esta conhecer a situação econômica e financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA
O acervo desta empresa no valor de R$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais) divididos em 1.100.000 (Hum milhão e cem mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada, em razão da transformação, passa a ser alterado para o valor de R$ 1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil reais) divididos em 1.400.000 (Hum milhão e quatrocentos mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada, integralizados no presente ato em moeda corrente do país e passa a constituir o capital da EIRELI.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 13
ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 85.477.586/0001-32

SOCIO	QUOTAS	R$
KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI	1.400.000	1.400.000,00
TOTAL	1.400.000	1.400.000,00

CLÁUSULA QUARTA

A administração da sociedade caberá a **KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: **Faculta-se ao administrador, atuando sempre isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.**

Parágrafo Segundo: **Poderão ser designados não sócios, obedecendo ao disposto do Artigo 1061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependera da unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado, e dois terços, no mínimo, após a integralização.**

CLÁUSULA QUINTA

A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA

A atividade comercial da empresa que era Comércio de medicamentos, produtos químicos e farmacêuticos, saneantes, higiene e limpeza, odontológicos, oftalmológicos, auditivos, fisioterápicos, ortopédicos, próteses, instrumentais cirúrgicos, materiais médicos e correlatos, móveis e equipamentos, eletrodomésticos, didáticos e perfumaria, produtos para laboratoriais de análises clínicas, equipamento e produto para radiologia, comércio de produtos eletrônicos para fins hospitalares, Comércio atacadista de suplementos, vitaminas e alimentos; Comércio atacadista de leite em pó, leite resfriado, leite pasteurizado e aromatizado; Comércio atacadista de equipamentos de fisioterapia, ginásticas e condicionamento físico, fitness; Comércio atacadista de equipamentos de informática, aparelhos eletrônicos e domésticos, móveis, mesas, cadeiras, utensílios e escritório;

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 13
ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 85.477.586/0001-32

Comércio atacadista de material descartável, copos, guardanapos, embalagens; Comércio atacadista de água mineral; Comércio atacadista de equipamentos e proteção individual (EPI); Comércio atacadista de artigos de armarinhos; Comércio atacadista de tecidos e Comércio atacadista de utensílios domésticos) **passará a ser** Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (saneante domissanitário) (CNAE 4649-4/08); Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00); Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01); Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01); Comércio atacadista de suplementos, vitaminas e alimentos, alimentos para nutrição enteral e alimentos infantil (CNAE 4637-1/99); Comércio atacadista de leite em pó, leite resfriado, leite pasteurizado e aromatizado (CNAE 4631-1/00); Comércio atacadista de equipamentos de fisioterapia, ginásticas e condicionamento físico, fitness (CNAE 4669-9/99); Comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01); Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/02); Comércio atacadista de material descartável, copos, guardanapos, embalagens (CNAE 4649-4/99); Comércio atacadista de água mineral (CNAE 4635-4/01); Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 4649-4/04); Comércio atacadista de equipamentos e proteção individual (EPI) (CNAE 4642-7/02); Comércio atacadista de artigos de armarinhos (CNAE 4641-9/03); Comércio atacadista de tecidos (CNAE 4641-9/01); Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 4645-1/02); Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho (CNAE 4641-9/02).

CLÁUSULA SÉTIMA
Fica transformada esta sociedade em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, sob o nome empresarial de **ECO–FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS – EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA
Para tanto, passa a transcrever, na integra, o ato constitutivo da Transformação da referida EIRELI, com o teor a seguir:

ATO CONSTITUTIVO CONSOLIDADO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ECO–FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS – EIRELI

KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI, brasileira, solteira, nascida em 22/08/1992, empresária, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 8.009.609-7 SSP/PR e CPF sob n.º 043.680.279-14, residente e domiciliada na cidade de Cascavel – Paraná, na Rua Afonso Pena, n.º

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 13
ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 85.477.586/0001-32

1660 – Apartamento 701 – Centro – CEP 85.812-100, resolve constituir uma empresa **INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, mediante as seguintes cláusulas:

1ª A empresa constituída sob a forma EMPRESA Individual de responsabilidade limitada - Eireli, e com denominação **ECO–FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS – EIRELI,** CNPJ sob n.º **85.477.586/0001-32,** com data da constituição **10/08/1992** será regida por este contrato social, pelo Código Civil, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

2ª O prazo de duração da **EIRELI** é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo.

É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa alterada para atender uma nova situação.

3ª A **EIRELI** terá sua sede na cidade de Cascavel – Estado do Paraná, na Rua Santa Catarina, n.º 850 – Centro – CEP: 85.801-040, que é seu domicílio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

4ª O objeto será: Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (saneante domissanitário) (CNAE 4649-4/08); Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00); Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01); Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01); Comércio atacadista de suplementos, vitaminas e alimentos, alimentos para nutrição enteral e alimentos infantil (CNAE 4637-1/99); Comércio atacadista de leite em pó, leite resfriado, leite pasteurizado e aromatizado (CNAE 4631-1/00); Comércio atacadista de equipamentos de fisioterapia, ginásticas e condicionamento físico, fitness (CNAE 4669-9/99); Comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01); Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/02); Comércio atacadista de material descartável, copos, guardanapos, embalagens (CNAE 4649-4/99); Comércio atacadista de água mineral (CNAE 4635-4/01); Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 4649-4/04); Comércio atacadista de equipamentos e proteção individual (EPI) (CNAE 4642-7/02); Comércio atacadista de artigos de armarinhos (CNAE 4641-9/03); Comércio atacadista de tecidos (CNAE 4641-9/01); Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 4645-1/02); Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho (CNAE 4641-9/02).

5ª O capital da **EIRELI** na importância de R$ 1.400.000,00 (Hum milhão e quatrocentos mil reais), divididos em 1.400.000 (Hum milhão e quatrocentos mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um real), cada uma, o qual está totalmente integralizado, em moeda corrente do País.

SOCIO	QUOTAS	R$
KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI	1.400.000	1.400.000,00
TOTAL	1.400.000	1.400.000,00

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 13
ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 85.477.586/0001-32

6ª A responsabilidade da titular é limitado ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

7ª A administração da **EIRELI** caberá a titular **KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI,** dispensado de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta **EIRELI**, sendo a responsabilidade do titular limitado ao capital integralizado.

Parágrafo Primeiro: **A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró labore", observadas as disposições regulamentadas pertinentes.**

Parágrafo Segundo: **Faculta-se o administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.**

8ª O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

9ª Falecendo ou interditado a titular da **EIRELI,** a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

***Parágrafo Único*:** **O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.**

10ª A titular declara sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob efeitos de condenação, que a proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

11ª O endereço da titular, constantes do ato constitutivo ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 13
ECO - FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N.º 85.477.586/0001-32

12ª Declara a titular da **EIRELI,** para os devidos fins e feitos de direito, que a mesma não participa de nenhuma outra empresa, ou pessoa jurídica dessa modalidade.

13ª A titular declara sob as penas da Lei que se enquadra na situação de EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

14ª Fica eleito o foro da Comarca da cidade de **Cascavel – Estado do Paraná**, por mais privilegiado que seja outro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, elaborado em via única, de igual teor e forma para o mesmo fim, para que valha na melhor forma do direito, sendo destinada ao registro e arquivamento na junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos seus termos.

Cascavel- Paraná, 04 de Julho de 2019.

5º TABELIONATO DE NOTAS

KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI

AGENIR MARTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/08/2019 08:44 SOB Nº 41600916221.
PROTOCOLO: 194100367 DE 22/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11903564100. NIRE: 41600916221.
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 06/08/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ECO - FARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ
85.477.586/0001-32

Nome Fantasia
prolife cirúrgica

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA SANTA CATARINA, N° 850 - CENTRO CEP: 85.801-040

Cidade/UF
CASCAVEL/PR

Responsável Técnico
DENISE SIEBEN

Responsável Legal
KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.10206-9

Data do Cadastro
10/06/2014

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.254516/2014-14

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

CNPJ: 05.356.295/0001-57
PROCESSO: 25351.249527/2014-95
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO/LICENÇA ATUALIZADO, EMITIDO PELO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, CONTRARIANDO O ART. 6° PARÁGRAFO ÚNICO, DA RESOLUÇÃO RDC N° 17/2013.
EMPRESA: NORTEFARMA IMP. E EXP. LTDA
ENDEREÇO: AV. ALVARO MAIA Nº 1046 LJ 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 69020210 - MANAUS/AM
CNPJ: 84.508.076/0001-12
PROCESSO: 25351.250974/2014-97
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: LICENÇA SANITÁRIA EM DESACORDO COM A LEI 5991/73 POR TER SIDO EMITIDA HÁ MAIS DE UM ANO/APRESENTAR VALIDADE POR TEMPO INDETERMINADO.
EMPRESA: DROGARIA CLEAN DE CAMPO GRANDE LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA DO ENCANAMENTO, 858
BAIRRO: COSMOS CEP: 23060000 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 07.560.502/0001-16
PROCESSO: 25351.268911/2014-97
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO/LICENÇA EMITIDO PELO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, CONTRARIANDO O ART. 6° DA RESOLUÇÃO RDC N° 17/2013.
EMPRESA: TELE FARMA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA CASTRO ALVES 274
BAIRRO: CENTRO CEP: 88501210 - LAGES/SC
CNPJ: 05.363.655/0001-48
PROCESSO: 25351.241341/2014-98
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: O DOCUMENTO APRESENTADO ENCONTRA-SE ILEGÍVEL, O QUE IMPOSSIBILITA A CORRETA ANÁLISE, CONFORME INSTRUÇÕES DA RDC 17/2013.
EMPRESA: DROGARIA E PERFUMARIA SERRANA LTDA
ENDEREÇO: AV. ISABEL VIEIRA N°180 LOJA 1
BAIRRO: CENTRO CEP: 35325000 - PIEDADE DE CARATINGA/MG
CNPJ: 12.770.712/0001-79
PROCESSO: 25351.225494/2014-98
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO APRESENTAÇÃO DE LICENÇA SANITÁRIA OU RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ATUALIZADOS , CONTRARIANDO O ARTIGO 6º, DA RESOLUÇÃO RDC 17/2013
RESPONSÁVEL PELA CONFERÊNCIA: EDUARDA GADELHA
EMPRESA: FARMACIA SIRQUEIRA LTDA.
ENDEREÇO: RUA TORRES HOMEM Nº 1225
BAIRRO: VILA ISABEL CEP: 20551070 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 28.271.740/0001-81
PROCESSO: 25351.262268/2014-98
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO/LICENÇA EMITIDO PELO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, CONTRARIANDO O ART. 6° DA RESOLUÇÃO RDC N° 17/2013.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.166, DE 9 DE JUNHO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 962, de 6 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

EMPRESA: Farmagand Farmacia e Drogaria Ltda
ENDEREÇO: Av Julio de Castilhos, 530
BAIRRO: Centro CEP: 95400000 - SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS
CNPJ: 03.456.255/0001-51
PROCESSO: 25351.166017/2014-02 AUTORIZ/MS: 1.09208.6
ATIVIDADE/CLASSE
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: ALT BRASIL - ADMINISTRAÇÃO DE LOGISTICA EM TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV. MANOEL JOSE DE ARRUDA, Nº 2866
BAIRRO: GRANDE TERCEIRO CEP: 78065700 - CUIABÁ/MT
CNPJ: 04.716.649/0001-64
PROCESSO: 25351.305646/2014-04 AUTORIZ/MS: 1.10268.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: PHARMACEUTICA MUNDI INTERNATIONAL HEALTHCARE - COMERCIAL, IMP, EXP, E DIST DE MEDICAMENTOS E PROD PARA A SAÚDE LTDA. EPP
ENDEREÇO: AV. MARGINAL, 666
BAIRRO: PARQUE SÃO JORGE CEP: 06708030 - COTIA/SP
CNPJ: 17.378.237/0001-03
PROCESSO: 25351.223063/2014-06 AUTORIZ/MS: 1.10224.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: LEONARDO HENRIQUE GOMES ALVES DE MELO E CIA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA GERALDO RIOS 282
BAIRRO: CENTRO CEP: 38770000 - JOÃO PINHEIRO/MG
CNPJ: 10.664.873/0001-52
PROCESSO: 25351.178603/2014-10 AUTORIZ/MS: 1.10253.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ECO - FARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, N° 850
BAIRRO: CENTRO CEP: 85801040 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 85.477.586/0001-32
PROCESSO: 25351.254516/2014-14 AUTORIZ/MS: 1.10206.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: VIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ MIRANDA COELHO Nº 277
BAIRRO: JORGE TEIXEIRA CEP: 69088025 - MANAUS/AM
CNPJ: 07.073.210/0001-59
PROCESSO: 25351.024692/2014-15 AUTORIZ/MS: 1.10213.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FRONER E FRONER LTDA
ENDEREÇO: AV. ANTONIO MARINHO ALBUQUERQUE, Nº 447, LOTE 6-A
BAIRRO: VALINHOS CEP: 99043600 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 94.003.266/0001-31
PROCESSO: 25351.266517/2014-21 AUTORIZ/MS: 1.10215.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: NKN TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA MARIA EUDÓXIA CORTIANO, Nº 160
BAIRRO: TATUQUARA CEP: 81940100 - CURITIBA/PR
CNPJ: 07.360.462/0001-69
PROCESSO: 25351.125530/2014-21 AUTORIZ/MS: 1.10266.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FARMA LOGISTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: ROD CEL PM NELSON TRANCHESI
BAIRRO: ITAQUI CEP: 06696110 - ITAPEVI/SP
CNPJ: 04.019.475/0015-86
PROCESSO: 25351.293302/2014-23 AUTORIZ/MS: 1.10243.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FRANCISCA ERIDAN MENDES DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA AURÉLIO BRITO, Nº 72
BAIRRO: CENTRO CEP: 64240000 - PIRACURUCA/PI
CNPJ: 04.747.322/0001-50
PROCESSO: 25351.284651/2014-24 AUTORIZ/MS: 1.10225.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: W N COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MAUÉS, N°565
BAIRRO: CACHOEIRINHA CEP: 69065070 - MANAUS/AM
CNPJ: 03.442.420/0001-16
PROCESSO: 25351.274171/2014-25 AUTORIZ/MS: 1.10226.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: LINK MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: SCIA, QUADRA 14, CONJUNTO 3, LOTE 07
BAIRRO: SCIA CEP: 71250115 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 08.486.302/0001-23
PROCESSO: 25351.269641/2014-29 AUTORIZ/MS: 1.10214.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRG TRANSPORTES RAPIDO GERAIS BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Rua Caldas da Rainha, 1889
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 31255180 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 12.315.907/0001-29
PROCESSO: 25351.292546/2014-29 AUTORIZ/MS: 1.10233.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Lopes Transportes de Cargas Ltda - ME
ENDEREÇO: Rua dos Cravos, 103, 2 andar
BAIRRO: Feu Rosa CEP: 29172105 - SERRA/ES
CNPJ: 14.646.037/0001-04
PROCESSO: 25351.272782/2014-29 AUTORIZ/MS: 1.10216.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Rodrigues & Pereira Lima Ltda ME
ENDEREÇO: Rua Fortunato Micelli nº 135
BAIRRO: Parque das Laranjeiras CEP: 14801535 - ARARAQUARA/SP
CNPJ: 09.257.170/0001-20
PROCESSO: 25351.254539/2014-29 AUTORIZ/MS: 1.10241.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRANSPORTADORA M.M.A LTDA
ENDEREÇO: R 6-D Nº 154
BAIRRO: civit ii CEP: 29168083 - SERRA/ES
CNPJ: 04.155.259/0001-62
PROCESSO: 25351.159495/2014-32 AUTORIZ/MS: 1.10204.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FUTURE CARGO TRANSPORTE LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE GONÇALVES DE SOUZA, Nº 386
BAIRRO: JARDIM MARACANÃ CEP: 13181011 - SUMARÉ/SP
CNPJ: 13.719.780/0001-76
PROCESSO: 25351.296388/2014-34 AUTORIZ/MS: 1.10221.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDCHAP DISTRIDUIDORA DE MEDICAMENTOS CHAPECÓ LTDA ME
ENDEREÇO: TRAVESSA OSLO, Nº 64 D
BAIRRO: PASSO DOS FORTES CEP: 89805110 - CHAPECÓ/SC
CNPJ: 00.577.604/0001-03
PROCESSO: 25351.285424/2014-34 AUTORIZ/MS: 1.10229.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: LAVÍNIO TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA - ME
ENDEREÇO: AV. GENERAL BENTO DA GAMA, 220 SALA 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 58040090 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 13.366.936/0001-82
PROCESSO: 25351.416273/2013-40 AUTORIZ/MS: 1.10205.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDLIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA ME
ENDEREÇO: RUA MINISTRO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, Nº 152, COND. ACORDO EMPRESARIAL, GALPÃO 3
BAIRRO: BURAQUINHO CEP: 42700000 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 09.315.202/0001-05
PROCESSO: 25351.146616/2014-44 AUTORIZ/MS: 1.10218.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: HEALTH TRANSPORTES DE INTERESSE A SAUDE LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA: JANUARIO DE GODOY, Nº 13, SALA 07
BAIRRO: JARDIM MAUA CEP: 09340240 - MAUÁ/SP
CNPJ: 09.387.983/0001-35
PROCESSO: 25351.274520/2014-45 AUTORIZ/MS: 1.10232.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PLUSFARMA COMERCIAL DO PIAUÍ LTDA
ENDEREÇO: Av. Zequinha Freire nº 1365
BAIRRO: Campestre CEP: 64053820 - TERESINA/PI
CNPJ: 04.083.814/0001-98
PROCESSO: 25351.272593/2014-51 AUTORIZ/MS: 1.10217.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DUOMED PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME
ENDEREÇO: ESTRADA DA LAGOINHA, 489- BLOCO 2
BAIRRO: LAGOA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 18.268.051/0001-64
PROCESSO: 25351.292711/2014-57 AUTORIZ/MS: 1.10212.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: MEP TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA SIQUEIRA BUENO Nº 1175
BAIRRO: MOOCA CEP: 03173010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 05.388.824/0001-02
PROCESSO: 25351.113200/2014-58 AUTORIZ/MS: 1.10223.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014061000095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ECO - FARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ
85.477.586/0001-32

Nome Fantasia
prolife cirúrgica

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA SANTA CATARINA, N° 850 - CENTRO CEP: 85.801-040

Cidade/UF
CASCAVEL/PR

Responsável Técnico
DENISE SIEBEN

Responsável Legal
KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.10183-9

Data do Cadastro
03/06/2014

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.254543/2014-86

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

ANEXO

EMPRESA: MSR FARMA COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: RUA TUTOIA, N° 286
BAIRRO: PARQUE IPÊ CEP: 44033320 - FEIRA DE SANTANA/BA
CNPJ: 05.458.634/0001-06
PROCESSO: 25351.054285/2003-09 AUTORIZ/MS: 1.05770.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CENTRALFARMA COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: RUA GIRASSOL, N° 45
BAIRRO: EUCALÍPTO CEP: 44065030 - FEIRA DE SANTANA/BA
CNPJ: 06.093.118/0001-98
PROCESSO: 25351.041577/2006-16 AUTORIZ/MS: 1.06536.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ONECKKO COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA IMIGRANTE MELLER, 1475 - SALA 01 E 02
BAIRRO: UNIVERSITARIO CEP: 88805300 - CRICIÚMA/SC
CNPJ: 10.612.905/0001-76
PROCESSO: 25351.126284/2013-32 AUTORIZ/MS: 1.09576.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.092, DE 30 DE MAIO DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 402, de 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: llg transportes e locações ltda
ENDEREÇO: Estrada dos Bandeirantes, nº 11311, Galpão 7
BAIRRO: Taquara CEP: 22710112 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 14.405.171/0001-05
PROCESSO: 25351.209543/2014-07 AUTORIZ/MS: 1.10198.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: FRONER E FRONER LTDA
ENDEREÇO: AV. ANTONIO MARINHO ALBUQUERQUE, Nº 447, LOTE 6-A
BAIRRO: VALINHOS CEP: 99043600 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 94.003.266/0001-31
PROCESSO: 25351.266417/2014-11 AUTORIZ/MS: 1.10193.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: HEALTH TRANSPORTES DE INTERESSE A SAUDE LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA: JANUARIO DE GODOY, Nº 13, SALA 07
BAIRRO: JARDIM MAUA CEP: 09340240 - MAUÁ/SP
CNPJ: 09.387.983/0001-35
PROCESSO: 25351.274707/2014-14 AUTORIZ/MS: 1.10184.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRG TRANSPORTES RAPIDO GERAIS BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Rua Caldas da Rainha, 1889
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 31255180 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 12.315.907/0001-29
PROCESSO: 25351.292608/2014-14 AUTORIZ/MS: 1.10199.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Luz Maior Transporte e Logística Ltda
ENDEREÇO: Rodovia BR 116 Km 16 n° 7840
BAIRRO: Pedras CEP: 61760000 - EUSÉBIO/CE
CNPJ: 13.645.738/0001-58
PROCESSO: 25351.322451/2012-17 AUTORIZ/MS: 1.10172.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
EMPRESA: FRANCISCA ERIDAN MENDES DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA AURÉLIO BRITO, Nº 72
BAIRRO: CENTRO CEP: 64240000 - PIRACURUCA/PI
CNPJ: 04.747.322/0001-50
PROCESSO: 25351.284305/2014-18 AUTORIZ/MS: 1.10196.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDCHAP DISTRIDUIDORA DE MEDICAMENTOS CHAPECÓ LTDA ME
ENDEREÇO: TRAVESSA OSLO, Nº 64 D
BAIRRO: PASSO DOS FORTES CEP: 89805110 - CHAPECÓ/SC
CNPJ: 00.577.604/0001-03
PROCESSO: 25351.285393/2014-23 AUTORIZ/MS: 1.10192.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PBMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE CAFÉ FILHO, 1046-A
BAIRRO: LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA CEP: 58310000 - CABEDELO/PB
CNPJ: 11.323.800/0001-60
PROCESSO: 25351.093024/2014-26 AUTORIZ/MS: 1.10173.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ÁGILLE LOGÍSTICA TRANSPORTES LTDA.
ENDEREÇO: RUA CARLOS DE LAET, 5053
BAIRRO: BOQUEIRÃO CEP: 81730030 - CURITIBA/PR
CNPJ: 00.821.974/0001-36
PROCESSO: 25351.280574/2014-31 AUTORIZ/MS: 1.10187.3
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: CAIO SCHWANCK DE SOUZA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA CENTRAL, 310
BAIRRO: CENTRO CEP: 95568000 - DOM PEDRO DE ALCÂNTARA/RS
CNPJ: 16.955.617/0001-09
PROCESSO: 25351.676329/2013-35 AUTORIZ/MS: 1.10139.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: NKN TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA MARIA EUDÓXIA CORTIANO, Nº 160
BAIRRO: TATUQUARA CEP: 81940100 - CURITIBA/PR
CNPJ: 07.360.462/0001-69
PROCESSO: 25351.082648/2014-36 AUTORIZ/MS: 1.10174.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ELOG LOGISTICA SUL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, N° 4430
BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA CEP: 81260000 - CURITIBA/PR
CNPJ: 01.691.041/0001-34
PROCESSO: 25351.629143/2013-37 AUTORIZ/MS: 1.10190.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: TRANSPEDREIRA TRANSPORTE DE CARGAS AÉREAS E RODOVIÁRIAS LTDA-ME
ENDEREÇO: AVENIDA CAIAPÓ, Nº 704, QUADRA 97, LOTE 32
BAIRRO: SETOR SANTA GENOVEVA CEP: 74672400 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 26.683.227/0001-72
PROCESSO: 25351.280424/2014-38 AUTORIZ/MS: 1.10185.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: IANA WAY INDUSTRIA DE ALIMENTOS, COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: travessa mauriti, 421
BAIRRO: sacramenta CEP: 66083000 - BELÉM/PA
CNPJ: 01.594.655/0001-06
PROCESSO: 25351.285904/2014-43 AUTORIZ/MS: 1.10189.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PERLATENDA CONSERTO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA CARAÍBA, Nº 310, QUADRA 01, LOTE 13
BAIRRO: JARDIM MARILIZA CEP: 74885090 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 01.744.640/0001-79
PROCESSO: 25351.285810/2014-44 AUTORIZ/MS: 1.10195.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: VIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ MIRANDA COELHO Nº 277
BAIRRO: JORGE TEIXEIRA CEP: 69088025 - MANAUS/AM
CNPJ: 07.073.210/0001-59
PROCESSO: 25351.024643/2014-55 AUTORIZ/MS: 1.10186.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ECO - FARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, N° 850
BAIRRO: CENTRO CEP: 85801040 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 85.477.586/0001-32
PROCESSO: 25351.254543/2014-86 AUTORIZ/MS: 1.10183.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: LINK MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: SCIA, QUADRA 14, CONJUNTO 3, LOTE 07
BAIRRO: SCIA CEP: 71250115 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 08.486.302/0001-23
PROCESSO: 25351.285969/2014-90 AUTORIZ/MS: 1.10191.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PELIZON
ENDEREÇO: AVENIDA TANCREDO NEVES N° 2512
BAIRRO: CENTRO CEP: 78890000 - SORRISO/MT
CNPJ: 12.921.106/0001-07
PROCESSO: 25351.487047/2011-92 AUTORIZ/MS: 1.10171.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMO/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMO/MEDICAMENTO
EMPRESA: Imagem Produtos Radiológicos Ltda.
ENDEREÇO: Avenida Juruá Nº 105, Galpão 09, 10 e 11
BAIRRO: Alphaville CEP: 06455010 - BARUERI/SP
CNPJ: 59.269.654/0001-68
PROCESSO: 25351.284956/2014-93 AUTORIZ/MS: 1.10188.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Total de Empresas : 20

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 75, DE 2 DE JUNHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.015616/2014-28, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento a pessoa jurídica INSPEJI - INSPEÇÃO VEICULAR JI-PARANÁ LTDA, CNPJ 10.886.827/0001-06, situada no Município de JI-PARANÁ - RO, Av. Transcontinental, nº 6032, São Bernardo, CEP 76.907-296 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014060300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
42210416-02	85.477.586/0001-32	12/1992

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**ECO-FARMAS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
Título do Estabelecimento	**PROLIFE CIRURGICA**
Endereço do Estabelecimento	**RUA SANTA CATARINA, 850 - CENTRO - CEP 85801-040**
Município de Instalação	**CASCAVEL - PR, DESDE 11/1996**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4631-1/00 - COMERCIO ATACADISTA DE LEITE E LATICINIOS** **4635-4/01 - COMERCIO ATACADISTA DE AGUA MINERAL** **4637-1/99 - COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE** **4641-9/01 - COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS** **4641-9/02 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO** **4641-9/03 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO** **4642-7/02 - COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO** **4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4645-1/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA** **4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS** **4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA** **4649-4/02 - COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO** **4649-4/04 - COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA** **4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR** **4649-4/99 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE** **4651-6/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA** **4664-8/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS** **4669-9/99 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PECAS**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**043.680.279-14**	**KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 12/03/2023.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 42210416-02

Emitido Eletronicamente via Internet
10/02/2023 10:35:28

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**



Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 029430635-55

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **85.477.586/0001-32**
Nome: **ECO-FARMAS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/06/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (13/02/2023 16:32:16)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI
CNPJ: 85.477.586/0001-32

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:34:03 do dia 30/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/05/2023.
Código de controle da certidão: **CD51.FA20.C3F5.611B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 4479/2023

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**519383**	
Nome/Razão:	**ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI**	
CNPJ/CPF:	**85.477.586/0001-32**	
Endereço:	**RUA SANTA CATARINA, 850**	
Complemento:		
Bairro:	**CENTRO**	**CEP:** 85.801-040
Cidade:	**Cascavel - PR**	

[REQUERENTE]

Código:	519383
Nome/Razão:	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI
CNPJ/CPF:	85.477.586/0001-32

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 9 de janeiro de 2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-AJCXVZYCSULBMH-8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 85.477.586/0001-32
Certidão nº: 30715154/2022
Expedição: 16/09/2022, às 09:58:56
Validade: 15/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **85.477.586/0001-32**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
85.477.586/0001-32 **MATRIZ**		**10/08/1992**

NOME EMPRESARIAL
ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PROLIFE CIRURGICA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios
46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA SANTA CATARINA	**850**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.801-040	**CENTRO**	**CASCAVEL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(45) 3225-1477

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**08/01/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/01/2023** às **17:32:46** (data e hora de Brasília).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
8728	31/03/2027	85D332F6030B8FF8EE588C56666D6017

237691

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA PROLIFE CIRÚRGICA

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA SANTA CATARINA 850	85.477.586/0001-32

LOCALIDADE	CIDADE - UF
CENTRO	CASCAVEL-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	14414	DENISE SIEBEN	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 85.477.586/0001-32
Razão Social: ECO FARMAS COM MEDICAMENTOS LTDA
Endereço: R SANTA CATARINA 850 SALA 05 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85801-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/01/2023 a 18/02/2023

Certificação Número: 2023012001211557743510

Informação obtida em 30/01/2023 09:00:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA Nº 1518/2022

VENCIMENTO: 12 / 08 / 2023

Razão Social: ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Nome Fantasia: PROLIFE CIRURGICA
CNPJ: 85.477.586/0001-32
Endereço: Santa Catarina, 850 - Centro - Cascavel/PR - 85801-040

ATIVIDADES LICENCIADAS:

4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria

4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças

4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos

OBSERVAÇÃO: Armazenar, Distribuir e Expedir Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria - AFE 2.06827-3 Armazenar, Distribuir e Exepdir Medicamentos Comuns - AFE 1.10.183-9 Armazenar, Distribuir e Expedir Medicamentos Especiais - AE 1.10.206-9 Distribuir Produtos para Saúde - AFE 8.04.627-9 Armazenar, Distribuir e Expedir Saneantes Domissanitários - AFE 3.03723-2

LOCAL E DATA: Cascavel, 12 de Agosto de 2022

MIROSLAU BAILAK
Gestor da Vigilância Sanitária

Código de Autenticidade: 6F59D2503427EBE5043C3834F5D56D60
Endereço para Validação: https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca

Concede a presente Licença Sanitária, sendo que seu(s) responsável (is) assume (m) cumprir a legislação vigente e observar as Boas Práticas referentes as atividades e/ou serviços prestados, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando, inclusive, sujeito o cancelamento deste documento.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **85.477.586/0001-32** DUNS®: **901293191**
Razão Social: **ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
Nome Fantasia: **PROLIFE CIRURGICA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **987791 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS/PR**
Data Aplicação: **17/11/2020**
Número do Processo: **3412/2020** Número do Contrato: **ARP 188/2019**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega de mercadoria**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA**
Data Aplicação: **01/09/2020**
Número do Processo: **PAAR nª. 05/2020**
Descrição/Justificativa: **Deixou de encaminhar proposta readequada quando convocada.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**85.477.586/0001-32**	DUNS®:	**901293191**
Razão Social:	**ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**PROLIFE CIRURGICA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**02/06/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**29/05/2023**
FGTS		Validade:	**18/02/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**13/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**15/02/2023** (*)
Receita Municipal	Validade:	**06/01/2023** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/12/2021** (*)

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	85477586000132
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	04368027914
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:13) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 043.680.279-14.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.7265.63FF.3237 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI**

CPF/CNPJ: **043.680.279-14**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:14:22 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: IRC0160223151422

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **KAMYLLA GENTILA TOMAZELLI**

CPF: **043.680.279-14**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:14:48 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: J56N160223151448

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:13:38

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **85.477.586/0001-32**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 04368027914

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=cf04zzFtOLbboRcbEIIOqA&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 08144712854-VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL

VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 14/07/1968, casada em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF nº 081.447.128-54, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 216098415, órgão expedidor SSP - SP, residente e domiciliada na RUA MESTRE INÁCIO, 939, VILA SANTA TEREZINHA, FRANCA, SP, CEP 14409301, BRASIL.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42600569033, com sede Rodovia Br 101, 131, Km 131, Várzea do Ranchinho Camboriú, SC, CEP 88349175, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 12.418.191/0001-95, delibera ajustar a presente alteração contratual, nos termos da Lei n° 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DA LEI DA SOCIEDADE EIRELI

CLÁUSULA PRIMEIRA. Em virtude da **Art. 41, da Lei n° 14.195, de 26 de agosto de 2021,** que trata da transformação automática desse tipo jurídico e em consequência altera a partícula identificadora do tipo "Eireli" para "LTDA", a empresa passa doravante a usar como NOVO nome empresarial, a expressão: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CAMBORIU.

CLÁUSULA SEGUNDA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL brasileira, casada sob regime de comunhão universal de bens, nascida em 14/07/1968, empresária, Portadora da Carteira de Identidade nº 216098415, emitida pela SSP/SP e do CPF nº 081.447.128-54, Residente e domiciliado a Rua Mestre Inácio, nº 939, Bairro Vila Terezinha, na cidade de Franca/SP, Cep 14.409-301.

Cláusula Primeira - A empresa gira sob o nome empresarial: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Cláusula Segunda - A sede e domicílio da sociedade encontra-se: Rodovia BR 101, KM 131, nº. 131, Bairro Varzea do Ranchinho, cidade de Camboriu, CEP 88.349-175.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 09/02/2023
Certifico o Registro em 09/02/2023 Data dos Efeitos 07/02/2023
Arquivamento 20231406827 Protocolo 231406827 de 07/02/2023 NIRE 42600569033
Nome da empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 140137758742801
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

Cláusula Terceira - A empresa tem por objeto: Comércio varejista e atacadista de medicamentos, materiais médicos, hospitalares e odontológicos; Comércio varejista e atacadista de equipamentos hospitalares; Comércio varejista e atacadista de móveis hospitalares; Comércio varejista e atacadista de instrumentos e material cirúrgico; Aluguel de imóveis próprios.

Parágrafo Único - A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade de acordo com o objeto social fica a cargo de um profissional devidamente contratado e registrada no conselho de classe.

Cláusula Quarta - A empresa está em atividades desde 14 de Julho de 2010, tendo seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital da empresa é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), representado por 120.000,00 (cento e vinte mil) cotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma em moeda corrente deste país.

N. ORDEM	SÓCIOS	QUOTAS		VALOR
1	VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL	120.000	R$	120.000,00
TOTAL		**120.000**	**R$**	**120.000,00**

Parágrafo único - A responsabilidade da socia é limitada ao capital integralizado.

Cláusula Sexta - A administração da empresa será exercida pela titular **VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL** com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse empresarial ou assumir obrigações seja em favor do empresário ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular da empresa.

Cláusula Sétima - O exercício social coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro, de cada ano será elaborado inventário, balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a socia, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Oitava - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a socia deliberará sobre as contas e designara administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Nona - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

Cláusula Décima - Falecendo a socia, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Primeira - A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 09/02/2023
Certifico o Registro em 09/02/2023 Data dos Efeitos 07/02/2023
Arquivamento 20231406827 Protocolo 231406827 de 07/02/2023 NIRE 42600569033
Nome da empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 140137758742801
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Décima Segunda - Fica eleito o foro da comarca de Camboriú para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

A sócia lavra o presente instrumento.

Camboriú, 03 de fevereiro de 2023.

VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 09/02/2023
Certifico o Registro em 09/02/2023 Data dos Efeitos 07/02/2023
Arquivamento 20231406827 Protocolo 231406827 de 07/02/2023 NIRE 42600569033
Nome da empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 140137758742801
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

231406827

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	**CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
PROTOCOLO	**231406827 - 07/02/2023**
ATO	**002 - ALTERACAO**
EVENTO	**021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)**

MATRIZ

NIRE 42600569033
CNPJ 12.418.191/0001-95
CERTIFICO O REGISTRO EM 09/02/2023
SOB N: 20231406827

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20231406827

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 08144712854 - VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL - Assinado em 07/02/2023 às 13:00:10

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 09/02/2023
Certifico o Registro em 09/02/2023 Data dos Efeitos 07/02/2023
Arquivamento 20231406827 Protocolo 231406827 de 07/02/2023 NIRE 42600569033
Nome da empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 140137758742801
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda

CNPJ
12.418.191/0001-95

Nome Fantasia

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
ROD BR 101, KM 131 - VARZEA DO RANCHINHO CEP: 88.349-175

Cidade/UF
CAMBORIÚ/SC

Responsável Técnico
SUELEN MORAES

Responsável Legal
VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.23429-6

Data do Cadastro
08/07/2013

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.360827/2013-98

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

ANEXO

UNIMED NORDESTE PAULISTA - FEDERACAO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS / 01.559.455/0012-67
25351.062871/2021-09 / 1260981
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3158471213

CONFIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 38.501.028/0001-85
25351.072407/2021-12 / 1260873
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3175878211

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA / 56.998.982/0031-22
25351.072502/2021-16 / 1260891
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3176028211

FARMACIA PINHEIRO DE MANIPULACAO LTDA / 41.810.721/0001-44
25351.041775/2021-19 / 1260825
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3111875215

L R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.194.774/0001-88
25351.780946/2021-29 / 1260734
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2805573218

RPA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA EPP / 17.406.741/0001-70
25351.689094/2021-36 / 1260842
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2517751218

CAVS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 36.491.817/0001-57
25351.843329/2021-41 / 1260721
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2957422216

BRAGA &BRAGA DROGARIA E PERFUMARIA PALMITAL LTDA. - ME / 22.305.549/0001-27
25351.041776/2021-63 / 1260839
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3111878210

Hospmed Distribuidora Farmacêutica LTDA / 40.451.670/0001-49
25351.072616/2021-66 / 1260951
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3176159218

AC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.815.718/0001-13
25351.057376/2021-70 / 1260964
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3142897216

FF BARSI / 37.268.891/0001-71
25351.881235/2021-71 / 1260902
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3043760211

J.J.T. AMARAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 25.290.348/0001-91
25351.040890/2021-76 / 1260765
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3110072211

SUPERMED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. / 11.206.099/0006-03
25351.089715/2021-87 / 1260920
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3212712210

Ortomed Comércio de Produtos Médicos Hospitalares LTDA / 41.551.859/0001-76
25351.040923/2021-88 / 1260779
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3110102218

RESOLUÇÃO RE Nº 3.230, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103553/2021-05 / 1251304
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3073958215

UNI HOSPITALAR LTDA / 07.484.373/0001-24
25351.557811/2014-11 / 1119319
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3158862212

FARMACIA BEM ATIVA LTDA / 02.269.569/0004-25
25351.358021/2020-14 / 1237915
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 3177133215

TLC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - ME / 23.816.031/0002-00
25351.700107/2021-35 / 1258671
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3158687216

R7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.995.908/0001-92
25351.600844/2021-39 / 1257216
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 3142792210

J S SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO CIVIL E COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MAT CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LAB LTDA / 01.177.822/0001-05
25351.242569/2020-43 / 1237335
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3126292216

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1632-98
25351.386283/2017-71 / 1167519
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3110036215

MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769375/2021-71 / 1259507
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3158911213

ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402181/2019-74 / 1191347
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3074033215
---
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda / 12.418.191/0001-95
25351.360827/2013-98 / 1234296
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3158709210

PAGIO TRANSPORTES EIRELI EPP / 29.016.974/0001-45
25351.050024/2018-98 / 1174480
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3126362214

RESOLUÇÃO RE Nº 3.231, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

TRAFTI LOGÍSTICA S/A / 59.305.573/0001-76
25351.478042/2014-59 / 1114021
7051 - AE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1850375216

KALIPTUS PHARMA ARTE GALÊNICA LTDA - ME / 05.129.316/0001-00
25351.216298/2002-99 / 1361191
7053 - AE - CANCELAMENTO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2572011212

RESOLUÇÃO RE Nº 3.232, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

P G LIMA COM EIRELI - EPP / 23.493.764/0001-61
25351.536146/2016-08 / 1161013
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3058620217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.233, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIGATAO LAZARI DROGARIA LTDA - EPP / 04.007.182/0001-83
25351.019654/2021-91 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3075254210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011. Ademais, não apresentou Relatório de Inspeção emitido pela VISA local.

FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3115428210 ---------- Egnalva Barbosa Almeida / 42.473.497/0001-05 25351.866952/2021-72 / 7831625 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010444211 ---------- Drogaria Tonetti Ltda / 42.566.522/0001-03 25351.049903/2021-72 / 7832969 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127690213 ---------- ANTONIO ERNESTO DA SILVA FILHO / 41.007.562/0001-44 25351.014071/2021-73 / 7831352 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059523211 ---------- CMR RACK COM DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 38.412.926/0003-29 25351.019545/2021-73 / 7832114 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074860217 ---------- FARMAKO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 31.604.922/0001-31 25351.072438/2021-73 / 8230520 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3175944213 ---------- REDE CONVENIO&FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.043.170/0001-01 25351.041478/2021-73 / 7832421 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111099211 ---------- FARMACIA SUPER POPULAR LTDA / 42.995.822/0001-08 25351.049886/2021-73 / 7832773 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127621211 ---------- MIX FARMA MEDICAMENTOS LTDA / 32.651.706/0003-71 25351.057714/2021-73 / 7833492 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143788215 ---------- Alana M. C. Farias Comercio / 28.975.603/0001-28 25351.041502/2021-74 / 7832483 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111162219 ---------- C.I. Santos Drogaria Ltda / 36.231.941/0001-83 25351.049910/2021-74 / 7832725 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127711210 ---------- FLEX SOLUCOES EM GESTÃO DE SAUDE LTDA / 07.447.729/0003-11 25351.057778/2021-74 / 7833612 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143815216 ---------- A DOS S C LIMA / 38.092.360/0001-33 25351.807874/2021-74 / 7831673 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3063924217 ---------- DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0546-92 25351.019552/2021-75 / 7832162 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074883216 ---------- DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0159-54 25351.041485/2021-75 / 7832271 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111140218 ---------- everson santana cruz / 41.800.903/0001-34 25351.049893/2021-75 / 7832864 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127659218 ---------- MARLI APARECIDA DE PAULA / 42.114.734/0001-41 25351.057721/2021-75 / 7833597 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143809211 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS MEDEIROS LTDA / 42.386.704/0001-94 25351.014113/2021-76 / 7831474 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059568211 ---------- FARMACIA FARMABEM LTDA / 41.516.958/0001-17 25351.049928/2021-76 / 7833276 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127765219 ---------- E I RIVERO FARMACIA / 42.014.633/0001-07 25351.014096/2021-77 / 7831409 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059547219 ---------- FARMACIA E DROGARIA DO CIDADÃO DE ITUMBIARA LTDA / 42.707.918/0001-15 25351.014120/2021-78 / 7831534 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059589214 ---------- DESPACHO RAPIDO LTDA / 20.277.386/0001-90 25351.072678/2021-78 / 4036954 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3176226217 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0160-91 25351.787685/2021-78 / 7831503 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824902210 ---------- VANESSA PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO / 41.915.367/0001-12 25351.057792/2021-78 / 7833657 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143857211 ---------- D C VILAR / 35.871.658/0002-34 25351.049935/2021-78 / 7833535 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127786211 ---------- SANTOS TRANSPORTES DE CARGAS EIRELI / 74.212.069/0002-04 25351.823961/2021-79 / 8230321 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2908451212 ---------- DESPACHO RAPIDO LTDA / 20.277.386/0001-90 25351.072468/2021-80 / 1260887 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3175972217 ---------- IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0156-05 25351.787690/2021-81 / 7832816 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2824982218 ---------- BETARELLO E CAVALHEIRO LTDA / 42.427.782/0001-90 25351.843272/2021-81 / 7833137 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2957142211 ---------- S DE OLIVEIRA CARVALHO / 28.138.471/0001-80 25351.014136/2021-81 / 7831811 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059637218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1049-08 25351.787267/2021-81 / 7831950 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823277211 ---------- FLORENCIO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.246.219/0001-90 25351.019529/2021-81 / 7832205 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074816210 ---------- MASTER SAUDE COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA / 41.132.258/0001-29 25351.072394/2021-81 / 8230502 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3175845215 ---------- DROGARIA LEOS DE ENGENHO DE DENTRO LTDA / 42.597.827/0001-74 25351.041532/2021-81 / 7833032 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111210212 ---------- FARMA E DROGA RITA LTDA / 42.154.433/0001-41 25351.018934/2021-81 / 7832159 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3073531219 ---------- DROGARIA ARAGUAIA LTDA / 42.855.553/0001-76 25351.014062/2021-82 / 7831292 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059505213 ---------- DROGARIAS PACHECO S/A / 33.438.250/0616-20 25351.019536/2021-82 / 7832068 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074837212 ---------- CHAINS COMÉRCIO DE COSMÉTICOS EIRELI / 29.048.820/0001-35 25351.040659/2021-82 / 4036815 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3109906210 ---------- T. R. DE MATOS OLIVEIRA EIRELI / 63.647.739/0001-00 25351.057705/2021-82 / 7833371 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143759211 ---------- BEM POPULAR DRUGSTORE LTDA / 41.362.725/0001-07 25351.036761/2021-83 / 7832389 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3107665213 ---------- CHARLANE GEYSE SILVA PEREIRA / 11.819.926/0003-91 25351.787309/2021-83 / 7831994 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823487211 ---------- DESPACHO RAPIDO LTDA / 20.277.386/0001-90 25351.072644/2021-83 / 8230669 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3176188218 ---------- M.C. PRODUTOS FARMACEUTICOS E MEDICAMENTOS LTDA / 38.402.794/0001-92 25351.049901/2021-83 / 7832941 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127684219 ---------- J CRUZ LTDA / 04.521.258/0031-00 25351.057769/2021-83 / 7833609 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143812211 ---------- F R PASTANA DE OLIVEIRA LTDA / 42.207.536/0001-22 25351.053059/2021-84 / 7833384 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3139492212 ---------- andreia cristiane gilberti pinotti / 41.405.983/0001-23 25351.019543/2021-84 / 7832099 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074854212 ---------- L R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.194.774/0001-88 25351.780945/2021-84 / 8230334 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2805572211 ---------- DROGARIA M &D LTDA - ME / 02.376.510/0001-93 25351.689810/2021-85 / 7831687 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2519442219 ---------- ROCHA DROGARIAS LTDA / 42.664.598/0001-63 25351.041500/2021-85 / 7832466 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111156214 ---------- DORMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA / 39.707.734/0001-40 25351.049115/2021-86 / 8230624 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3126169210 ---------- F IGOR O DA SILVA - ME / 41.392.769/0001-80 25351.019550/2021-86 / 7832145 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074875215 ---------- ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA / 13.791.068/0001-88 25351.072524/2021-86 / 8230473 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176053215 ---------- HELTON SOUZA FARMACIA LTDA / 36.979.299/0001-15 25351.041483/2021-86 / 7832236 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111114219 ---------- LEFARMA - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.654.647/0001-87 25351.049891/2021-86 / 7832833 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127633214 ---------- MEDGLOBAL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 32.149.914/0001-05 25351.875370/2021-87 / 4036850 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3027237217 ---------- mara e michelli com.varej.prod.farmaceuticos ltda / 39.972.818/0001-01 25351.057783/2021-87 / 7833703 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143830210 ---------- J A PEIXINHO EIRELI / 42.020.544/0001-65 25351.049926/2021-87 / 7833259 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127759214 ---------- DROGARIA NOVA ANDRADE LTDA EPP / 10.733.428/0002-88 25351.781346/2021-88 / 7831890 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2806647212 ---------- ALIANÇA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 41.848.962/0003-44 25351.014129/2021-89 / 7831733 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059616215 ---------- SKL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LABORATORIAIS / 34.444.556/0001-99 25351.617923/2021-89 / 8230442 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2296147216 ---------- RPA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA EPP / 17.406.741/0001-70 25351.879618/2021-89 / 1260796 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3041344211 ---------- GOMES E SILVA DROGARIA LTDA / 33.421.899/0002-56 25351.057790/2021-89 / 7833643 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143851212 ---------- RINALVA OLIVEIRA LIMA FARMACIA / 06.932.577/0001-18 25351.049933/2021-89 / 7833566 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127780212 ---------- A R P COM DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.932.272/0001-70 25351.014127/2021-90 / 7831716 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059610216 ---------- PROMAN MANUTENÇÃO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA / 01.689.734/0001-92 25351.057365/2021-90 / 8230641 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3142886214 ---------- CAIO GUILHERME BENKARD MARCON / 12.213.157/0002-65 25351.036791/2021-90 / 7832404 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3107713217 ---------- FARMACIA E DROGARIA GABYWEBER LTDA / 33.866.669/0002-09 25351.049931/2021-90 / 7833319 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127774218 ---------- MIX FARMA MEDICAMENTOS LTDA / 32.651.706/0002-90 25351.014134/2021-91 / 7831795 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059631219 ---------- GOLDEN PHOENIX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 19.186.866/0001-67 25351.057319/2021-91 / 3106724 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3142844210 ---------- eric martins carvalho drogaria ltda / 40.851.444/0001-55 25351.019527/2021-91 / 7832180 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074810211 ---------- L R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.194.774/0001-88 25351.780894/2021-91 / 1260748 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2805496213 ---------- B W S D LTDA / 37.361.792/0001-30 25351.063186/2021-91 / 3106681 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3158918218 ---------- FARMACIA FARMA BEM LTDA / 41.858.397/0001-34 25351.055625/2021-92 / 7833461 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3142217219 ---------- BM DROGARIA E FARMACIA LTDA / 42.428.092/0001-55 25351.014060/2021-93 / 7831275 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059499215 ---------- DROGA REMO LTDA. / 08.013.022/0001-06 25351.014141/2021-93 / 7831872 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059652211 ---------- L GOMES BARRIS LTDA / 42.268.246/0001-99 25351.019534/2021-93 / 7832634 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074831213 ---------- TOPASSO RAMOS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 40.396.926/0001-62 25351.041548/2021-93 / 7832679 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111257219 ---------- B&S COMERCIO, LOGISTICA E TRANSPORTES LIMITADA / 28.537.185/0001-97 25351.089230/2021-93 / 3106711 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3212406216 ---------- USIMED DE TUBARAO COOPERATIVA DE USUARIOS DE ASSISTENCIA EM SAUDE / 02.302.096/0006-82 25351.787307/2021-94 / 7831977 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2823481212 ---------- M.F. DA S. FRANCO EIRELI / 08.084.503/0004-47 25351.089294/2021-94 / 8230581 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3212505214 ---------- G M COMERCIO, MANUTENCAO E SERVICOS LTDA / 40.499.320/0001-52 25351.063362/2021-95 / 3106707 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3159026213 ---------- CHIRLEY ALVES MARQUES PEREIRA / 12.799.491/0001-61 25351.072515/2021-95 / 8230533 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176040211 ---------- DROGARIA FIDELIS COMERCIO VAREJISTA PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 38.216.365/0001-20 25351.057710/2021-95 / 7833458 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3143776211 ---------- ROGE SOLUÇÕES COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA / 30.319.272/0001-10 25351.879729/2021-95 / 4036846 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3041479214 ---------- Coelho Fernandes Comercio Farmaceutico ltda - Filial Jardim Brasilia / 23.894.818/0002-81 25351.014102/2021-96 / 7831461 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059565217 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0155-17 25351.041509/2021-96 / 7832530 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111183211 ---------- ACT MED COMERCIO IMPORTAÇÃO DE MATERIAL MEDICO LTDA / 18.040.837/0003-91 25351.072579/2021-96 / 8230547 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3176116217 ---------- C L P RIBEIRO / 35.219.796/0002-33 25351.019559/2021-97 / 7832331 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074904212 ---------- MIGUEL BARRETO NETO / 30.749.900/0002-88 25351.041481/2021-97 / 7832054 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111108214 ---------- R A BEZERRA PRODUTOS FARMACEUTICOS / 40.898.014/0001-99 25351.041516/2021-98 / 7832603 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111204218 ---------- DROGARIA CENTER IAPU LTDA / 42.017.828/0001-00 25351.049924/2021-98 / 7833245 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3127753215 ---------- DROGARIAS PRECO CERTO LTDA / 42.117.454/0001-97 25351.014092/2021-99 / 7831370 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3059535215 ---------- N &N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA / 42.351.193/0001-75 25351.049473/2021-99 / 3106651 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3126593216 ---------- FRANCISCO DAGMAR DOS SANTOS / 24.887.818/0001-36 25351.019213/2021-99 / 3106591 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3073949216 ---------- COMPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.355.289/0008-07 25351.041499/2021-99 / 7832452 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3111153210

RESOLUÇÃO RE Nº 3.225, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA ELSHADAY-EIRELI / 23.857.685/0001-92
25351.241039/2016-00 / 7469035
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3229545216

DIANA NASCIMENTO BARBOZA / 29.967.663/0001-61
25351.322433/2018-00 / 7589801
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160014210

FARMÁCIA GOMES LTDA. / 10.939.117/0002-70
25351.695067/2021-01 / 7820913
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177680219

ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.485364/2013-01 / 2070964
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034815212

DROGARIA T.A.S LTDA - EPP / 07.360.790/0001-65
25351.063598/2014-01 / 7103154
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144414218
25351.063598/2014-01 / 7103154
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144444210

FARMACIA SAO BENEDITO LTDA / 13.394.671/0001-26
25351.589610/2014-02 / 7298429
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177658212

DRG - DROGARIA POPULAR LTDA / 15.390.703/0001-40
25351.650034/2014-02 / 7321120
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177660214
---
aumed hospitalares ltda - me / 26.332.803/0001-37
25351.105853/2017-02 / 8149060
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142723218

CR HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 27.255.624/0001-06
25351.296156/2017-02 / 8151517
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3142340211

DROGARIA PIAZZAROLI UNIPESSOAL LTDA / 10.559.137/0001-34
25351.666183/2013-02 / 7042004
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160203217
---
rimedualc importação exportação e comercio de produtos para saúde ltda me / 25.449.878/0001-30
25351.107481/2017-02 / 8148215
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3027169211
---
aumed hospitalares ltda - me / 26.332.803/0001-37
25351.105853/2017-02 / 8149060
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158677211

DROGARIA GADE FARMA LTDA / 23.018.856/0002-70
25351.350777/2021-04 / 7801305
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129048215

FARMACIA FRANCO LTDA / 94.468.394/0001-50
25351.643770/2014-04 / 7317828
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160234217

MEGA FARMA COMERCIAL FARMACEUTICA EIRELI / 31.401.617/0001-42
25351.090724/2019-04 / 7637302
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214319212

ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.058162/2019-04 / 8178046
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073998217

FARMACIA FRANCO LTDA / 94.468.394/0001-50
25351.643770/2014-04 / 7317828
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160215211

FARMAC PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA / 32.838.716/0001-59
25351.220600/2013-05 / 2068515
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2870947216

Laboratorios BBraun S.A. / 31.673.254/0016-80
25351.171559/2021-05 / 8219470
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142693211

DROGARIA DROGALU LTDA / 41.854.682/0001-87
25351.781335/2021-06 / 7829207
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177698211

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0720-63
25351.575415/2014-06 / 7318581
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028742211

ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.313501/2006-06 / 1218736
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034903219

FARMACIA MELO E COUTINHO LTDA -ME / 19.651.187/0001-11
25351.167994/2014-06 / 7137749
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214327213

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1632-98
25351.386297/2017-06 / 8153521
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3109982218

JAQUELINE DA SILVA / 26.089.966/0001-30
25351.310709/2018-07 / 7588685
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3011211217

SOLUTION MED COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 31.961.026/0001-20
25351.877547/2020-07 / 8210376
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3073938214

ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402228/2019-08 / 4011923
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073834214

J F MEDICAMENTOS LTDA / 08.093.658/0001-05
25351.404294/2014-08 / 7230657
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3140772212

CENTRO OESTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME / 02.683.235/0001-50
25351.312818/2017-09 / 1166436
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3044285216

FARMACENTER ARACI LTDA / 42.090.775/0001-45
25351.689796/2021-10 / 7820699
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957454214

LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
25023.020436/2004-10 / 2038379
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142596216

J.J.T. AMARAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 25.290.348/0001-91
25351.147519/2019-10 / 8182235
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3110064219

SOS FARMA PONTE LTDA / 03.631.302/0015-51
25351.803527/2010-10 / 0728684
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214331211
---
implaner-comercio de implantes cirurgicos ltda-me / 03.638.597/0001-92
25351.435029/2015-11 / 8124178
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126699219
25351.435029/2015-11 / 8124178
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126698212

WM INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA / 23.192.575/0001-59
25351.758245/2021-11 / 8228194
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041549212

PHOSPODONT LTDA / 04.451.626/0003-37
25351.434659/2015-11 / 8128516
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 2644824214

ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0001-82
25351.597961/2018-11 / 8168421
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3034814216

CLERIO JOSE CARDOSO LTDA / 00.297.473/0001-00
25351.306679/2013-11 / 0934237
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129027212

CALL MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTAÇÃO LTDA / 05.106.015/0001-52
25351.669250/2014-11 / 1126461
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3042684217

WILMA PERES DA SILVA EIRELI / 03.039.962/0001-42
25351.680592/2013-11 / 7049155
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177662211

WM INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA / 23.192.575/0001-59
25351.758407/2021-11 / 4035901
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041588218

LEONICE MERCE BITTO SACONATTO LTDA ME / 96.414.941/0001-40
25351.218740/2002-11 / 0103555
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144416214
---
i. c. r. da silva - me / 05.563.936/0001-44
25351.303108/2019-11 / 7656708
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177692212

Associação Afam de Assistência Farmacêutica / 12.846.956/0015-93
25351.009858/2012-11 / 0822172
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144446216

EXPERT MEDICAL DISTRIBUIDORA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA / 38.432.042/0001-74
25351.758317/2021-12 / 8228362
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110299216

DROGARIAS LAGE LTDA / 28.325.648/0001-57
25351.541401/2017-12 / 7545817
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129032219

IVETE RATTI - ME / 26.910.341/0001-98
25351.819386/2018-12 / 7626101
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3028031211
---
imifarma produtos farmacêuticos e cosméticos s/a / 04.899.316/0094-17
25351.457461/2014-13 / 7258423
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957460219

FARMACIA CRUZ LTDA / 29.856.255/0001-32
25351.086213/2020-13 / 7707834
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177710214

DROGARIA ALAMEDA LTDA FILIAL 25 / 01.276.256/0024-85
25351.358085/2012-13 / 0857701
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3055707211

FARMACIA ZAAP LTDA / 30.089.022/0001-30
25351.227796/2019-13 / 7660439
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3174109216

FRANCISCLARA FARMÁCIA LTDA EPP / 94.627.072/0001-07
25351.185367/2002-13 / 0199984
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129040210

FARMACIA MANIPULARE LTDA / 41.194.664/0001-16
25351.573508/2021-14 / 7816711
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2638456216

KMV MEDICAL PRODUTO HOSPITALAR LTDA / 31.637.511/0001-42
25351.533867/2019-14 / 8188514
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2225447217

LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
25351.569428/2014-14 / 1119748
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3142796215

DROGARIA DIAS SANTOS LTDA - ME / 06.155.061/0001-04
25351.141423/2015-14 / 7374099
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129066213

H M FRANCA RODRIGUES FARMACIA - ME / 13.061.935/0001-20
25351.499617/2015-14 / 7410601
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177676211

J S SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO CIVIL E COM ATAC DE INSTRUMENTOS E MAT CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LAB LTDA / 01.177.822/0001-05
25351.452786/2019-14 / 8186589
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126321216

DROGARIA MEDFACIL LTDA / 31.881.350/0001-38
25351.283817/2020-14 / 7764931
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129046219

Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.796430/2020-15 / 4023874
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3041827212

DROGARIA ATIVA DA VILA PAULINE LTDA / 07.233.645/0002-02
25351.162342/2020-15 / 7755849
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160132214

JS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 00.386.000/0001-71
25351.215589/2009-15 / 1077384
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3126585213

VLM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 32.864.855/0001-57
25351.428197/2019-15 / 7668554
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159982216

PORTO EQUIPO- COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 35.298.243/0001-32
25351.310716/2020-15 / 8210908
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3041734214

CRAVMED COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSTRUMENTOS E PRODUTOS CIRURGICOS EIRELI. / 33.089.949/0001-69
25351.019114/2021-15 / 8230166
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073796215
25351.019114/2021-15 / 8230166
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073742212

DROGATIVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 01.553.902/0006-22
25351.301289/2014-15 / 7194130
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177668210

L V A SIQUEIRA / 15.628.009/0001-19
25351.816256/2021-15 / 7777782
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159789211

NELSON HEUSI LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA / 09.211.360/0001-07
25024.000743/2009-16 / 3041071
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3073790217

FARMÁCIA DO TRABALHADOR DE ITAMBACURI LTDA / 26.650.057/0001-20
25351.133816/2017-16 / 7506709
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177654210

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0316-26
25351.380708/2014-17 / 7233286
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159925217

DROGARIA F P TAVARES / 14.569.723/0005-44
25351.953800/2021-17 / 7781741
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129052213

J.J.T. AMARAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 25.290.348/0001-91
25351.149682/2019-17 / 1188625
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3109991217

DENTAL NORTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 04.709.850/0001-14
25351.720063/2011-17 / 3049885
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 3158778211
25351.720063/2011-17 / 3049885
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3158824213

Gerondo &Previtale Drogaria Ltda. / 37.559.636/0001-88
25351.730366/2020-18 / 7736994
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144428218

FARMACIA SAO FRANCISCO LTDA EPP / 00.102.911/0001-20
25351.666278/2013-18 / 7043061
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2450833211
25351.666278/2013-18 / 7043061
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144440217

GAMAN PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 37.830.527/0001-53
25351.389583/2020-18 / 4026867
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3126577211
25351.389583/2020-18 / 4026867
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3126248217

MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769427/2021-18 / 1259495
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3158960214

WILDANIA FRANCO DE SOUSA CABRAL / 09.085.794/0001-08
25351.160759/2019-18 / 7642332
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177684211

DROGARIA DELMA LTDA ME - / 36.308.930/0001-54
25351.121288/2014-18 / 7130311
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144448212

FARMACIA DO TRABALHADOR DE NOVO ORIENTE LTDA / 20.267.069/0001-93
25351.382361/2014-18 / 7312101
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129025216

Global Air Cargo LTDA / 00.945.958/0001-55
25351.803677/2016-18 / 2084945
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3058389213

MABRA FARMACEUTICA LTDA / 09.545.589/0001-88
25351.145400/2009-18 / 1077947
7143 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - RAZÃO SOCIAL / 3158881217

WILDANIA FRANCO DE SOUSA CABRAL / 09.085.794/0001-08
25351.160759/2019-18 / 7642332
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160146214

DIAGMASTER 15 COMERCIAL DIAGNOSTICA LTDA ME / 22.552.427/0001-35
25351.662639/2015-18 / 8130107
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3027242211
---
4 IDEA COM. IMP. e EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. / 31.277.655/0001-35
25351.835025/2021-19 / 8229462
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126486215

PEREIRA E MARINHO MEDICAMENTOS LTDA / 19.762.353/0001-57
25351.225444/2014-19 / 7164707
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129060214
25351.225444/2014-19 / 7164707
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2638462211

CENTRO OESTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME / 02.683.235/0001-50
25351.089252/2012-20 / 8093261
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3063171212

CLADIS BERGER / 07.555.426/0001-50
25351.384445/2010-20 / 8065661
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3073891218

RODOVITOR - TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA / 08.408.736/0002-96
25351.596872/2019-20 / 3090138
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3158951215

UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO / 03.533.726/0001-88
25351.661442/2015-20 / 1147701
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3109905213

ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402180/2019-20 / 3088257
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073832211

ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA / 31.067.866/0001-43
25351.459545/2020-21 / 7766351
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214335214

INBONE COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. / 18.328.578/0001-37
25351.266872/2014-21 / 8104877
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3074045213

B W S D LTDA / 37.361.792/0001-30
25351.431535/2020-21 / 8212060
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158720213

SILVA E MIRANDA LTDA / 13.591.925/0001-04
25351.467277/2011-21 / 0789413
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3031609210

LCL INDUSTRIA COMERCIO E SERVICO LTDA / 15.213.547/0001-42
25351.554434/2017-22 / 3077406
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3126694217

UNI HOSPITALAR LTDA / 07.484.373/0001-24
25019.003409/2005-22 / 1062988
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158861216

ENDOCRAFT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 38.441.423/0001-10
25351.806862/2021-22 / 8229107
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041910217

LUPATINI E PINHEIRO DE MANIPULAÇÃO LTDA / 06.157.933/0001-73
25351.629360/2015-23 / 7419263
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144436219

FARMACIA AREIAS E SILVA &GOMES LTDA / 01.426.740/0001-57
25351.080919/2014-23 / 7112689
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957433211
25351.080919/2014-23 / 7112689
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957441212

ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103607/2021-24 / 1251292
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3073870211

J. G. DE ALMEIDA me / 03.863.445/0001-93
25351.521213/2014-25 / 7289965
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159829213

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0305-73
25351.395637/2014-25 / 7233804
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159874219

TLC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - ME / 23.816.031/0002-00
25351.727316/2021-26 / 8227782
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158826216

DROGARIAS BEM POPULAR BRASIL LTDA / 18.303.643/0001-70
25351.610638/2013-27 / 7007193
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957437214

CENTRO OESTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME / 02.683.235/0001-50
25351.380774/2017-28 / 3075011
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3062955210

MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.256.726/0001-22
25351.803627/2016-29 / 8137244
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3142698213

J NAURO DA SILVA EPP / 01.171.143/0003-90
25351.172711/2014-30 / 7134648
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3144442213

DROGARIA DAMIÃO LTDA / 01.801.111/0001-60
25351.096526/2014-31 / 7114659
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159808211

JIANA PAVANATTO RUBERT &CIA LTDA / 04.192.284/0001-16
25351.347464/2014-31 / 7210884
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144422219

LUIZ ANTONIO FREITAS QUEIROZ &CIA LTDA ME / 05.801.660/0001-95
25351.107503/2007-31 / 0487699
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144420212

KOMTUR PHARMACEUTICALS DO BRASIL COM, IMPORT, EXPORT, MEDIC, PROD. FARM. LTDA / 24.585.456/0001-29
25351.018958/2021-31 / 1260583
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3073598219

Biocell Biotecnologia Ltda / 33.432.257/0001-71
25351.455929/2019-31 / 8193467
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3027204211

R ROCHA BARROS LTDA / 41.045.143/0001-05
25351.232614/2021-32 / 7794698
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957443219

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0254-99
25351.558004/2014-32 / 7318121
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028639215

RICHEN BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 21.994.536/0001-40
25351.673574/2015-32 / 1147806
7162 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158683211

L D GRANGEIRO NETO / 84.426.337/0001-55
25351.638637/2019-32 / 7690529
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129036211

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0688-99
25351.424565/2014-33 / 7242009
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028676210

MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769485/2021-33 / 8228575
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158799219

R F PESSANHA DROGARIA E PERFUMARIA ME / 33.627.156/0001-56
25351.496162/2020-34 / 7726677
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129054210

AOC IMPORTS COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI / 12.240.790/0001-61
25351.288866/2020-35 / 8198754
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158672219

DROGARIA SABRINA REGISTRO - ME / 09.369.805/0001-81
25351.042297/2014-35 / 7095553
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177682215

D. T. MACÊDO E FONSECA LTDA. / 70.226.949/0001-90
25351.022687/2003-36 / 0321457
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3026698210

F &R DROGARIA LTDA ME / 13.162.806/0001-28
25351.550111/2013-36 / 7023181
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3112627218

DROGATIVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 01.553.902/0011-90
25351.236454/2014-37 / 7192481
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177666213

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0313-07
25351.362195/2012-37 / 0857148
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177672218
25351.362195/2012-37 / 0857148
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177706216
---
motul brasil lubrificantes ltda / 24.055.649/0001-78
25351.316731/2017-37 / 3074518
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3126531211

AMAZON QUÍMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 08.617.395/0001-88
25351.566533/2018-38 / 3081674
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3142483217
---
rp drogaria LTDA me / 27.443.142/0001-80
25351.353867/2013-39 / 0972413
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177704210

FARMACIA MELO E COUTINHO LTDA / 19.651.187/0002-00
25351.250568/2019-39 / 7651182
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214321214

FARMACIAS FREE LTDA / 36.775.299/0001-01
25351.793898/2021-39 / 7827024
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160080218

SYMBITEC COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 32.579.780/0001-62
25351.545361/2019-40 / 8188926
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126638210

PRIME SOLUÇOES LOGISTICA EIRELI / 30.040.128/0004-92
25351.800560/2021-41 / 8228987
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041913216

DROGARIA ATACADAO DOS MEDICAMENTOS LTDA / 35.457.950/0001-24
25351.575300/2020-41 / 7770401
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129029219
---
euro parts brasil industria e comercio de instrumental cirurgico ltda / 13.440.884/0001-47
25351.317606/2019-41 / 8182421
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158889218
25351.317606/2019-41 / 8182421
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158916215

DROGARIA LUPHARMA LTDA / 36.098.255/0001-86
25351.118082/2020-41 / 7710144
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129068210

RUIZ FARMACIA LTDA ME / 06.011.990/0001-40
25351.511162/2013-42 / 7011564
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3160012213

PODOPLUS COMERCIO PODOLOGIA E ESTETICA LTDA. - EPP / 05.612.966/0001-01
25351.779955/2015-42 / 2084686
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3050163216

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0343-49
25351.514392/2014-44 / 7278673
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177678217

Global Air Cargo LTDA / 00.945.958/0001-55
25351.151105/2014-44 / 8103520
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3058388217

IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS SA / 04.899.316/0018-66
25351.413871/2014-44 / 7233593
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3159795215

SILVA &AMARO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 11.483.531/0001-07
25351.431807/2014-45 / 7247526
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2957435218

DRUGSTORE SANTANA SAUDE LTDA / 02.471.724/0001-49
25351.210489/2002-47 / 0100580
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177664217

F. RIBEIRO &CIA LTDA / 16.724.586/0001-77
25351.727471/2018-47 / 3083078
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3126556213

BEMMED - COMERCIO DE ARTIGOS CIRURGICOS LTDA / 27.938.961/0001-06
25351.031552/2018-48 / 8164645
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3041591219

F. W. ARAÚJO PINTO-ME / 34.716.589/0001-40
25351.431740/2014-49 / 7243754
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957448210

DROGARIA WANESSA LTDA / 14.169.897/0023-00
25351.856378/2018-49 / 7628727
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129038218
25351.856378/2018-49 / 7628727
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3078821218
---
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda / 12.418.191/0001-95
25351.295113/2014-50 / 1102405
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158708213

VERA LUCIA NEVES CORREIA / 23.334.490/0001-68
25351.513015/2016-50 / 7489471
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129042216

FARMÁCIA GOTA MAIS LTDA / 10.306.334/0007-37
25351.359689/2013-50 / 0949383
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214325217

F. RIBEIRO &CIA LTDA / 16.724.586/0001-77
25351.188919/2013-51 / 8093806
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3058473214

AZ MEDICAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E FARMACEUTICA LTDA / 40.060.286/0001-15
25351.589728/2021-51 / 8225261
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3110044218

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0715-46
25351.812624/2018-51 / 8175711
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3142504214

MANGUEIRA FARMA LTDA / 35.502.025/0001-78
25351.155908/2020-52 / 7712591
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3015450212

ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103552/2021-52 / 8218292
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3073930213
---
viga comercio de produtos farmaceuticos ltda / 14.698.314/0001-14
25351.969432/2016-53 / 7446941
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177700217

BIOMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.081.833/0001-76
25351.278224/2016-53 / 8140225
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3110254212
25351.278224/2016-53 / 8140225
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3110297213

Neurospine Care Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares / 41.125.198/0001-17
25351.823940/2021-53 / 8229337
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142681213

DROGARIA MENOR PREÇO LTDA / 03.400.646/0001-54
25351.581071/2014-55 / 7332624
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214337211

L A CANIVE LTDA / 26.105.340/0001-70
25351.595210/2021-57 / 8225014
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2534571214

HARTE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS LTDA / 10.452.774/0001-07
25351.531126/2014-58 / 8110473
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3111367215

ONIX HOSPITALAR EIRELI / 38.328.303/0001-00
25351.103827/2021-58 / 3101804
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3073659218

LE BRISE AROMAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 34.046.321/0001-49
25351.855284/2021-58 / 3100519
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3158640210

GAMAN PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 37.830.527/0001-53
25351.389695/2020-61 / 8211567
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3126523218
25351.389695/2020-61 / 8211567
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126484212
25351.389695/2020-61 / 8211567
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126460216

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 05.343.029/0001-90
25351.488085/2015-61 / 2082623
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058627211

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0768-58
25351.354948/2018-61 / 7593207
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3172441218

ED MED COMERCIAL LTDA / 31.831.575/0001-80
25351.402176/2019-61 / 1191364
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3074032219

OFTALMOLÓGICA LTDA. / 35.992.734/0001-89
25748.040523/2007-61 / 9009800
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158926211

RODOVITOR - TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA / 08.408.736/0002-96
25351.596868/2019-61 / 8190076
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158934213

LOJA DO DENTISTA LTDA / 03.427.011/0001-40
25351.176147/2011-61 / 3047898
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 3058118210
25351.511536/2008-62 / 8045701
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3058112211

KONIG ROAD SERVICE LTDA. - ME / 23.827.343/0001-20
25351.291359/2018-64 / 8165931
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2668739217

REDE BOM DE PREÇO EIRELI / 10.426.474/0002-34
25351.134815/2013-65 / 0973956
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160114216

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0500-34
25351.443033/2016-67 / 7484914
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3159813217

DROGARIA PREÇO JUSTO LTDA - ME / 05.078.687/0001-00
25351.006555/2003-67 / 0266271
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3079337218

DENTAL NORTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 04.709.850/0001-14
25351.058304/2003-68 / 8018526
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158797216
25351.058304/2003-68 / 8018526
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158992213

UNIO - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE SOLUCOES INOVADORAS LTDA / 01.593.428/0001-58
25351.835095/2021-69 / 3106283
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110243211

BIOMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.081.833/0001-76
25351.278230/2016-69 / 1157271
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3110281210
25351.278230/2016-69 / 1157271
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3110321211

MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.256.726/0001-22
25351.025808/2019-69 / 4007185
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3142699210

G. RAMOS DE OLIVEIRA LTDA / 29.276.759/0001-83
25351.176739/2018-70 / 7576643
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3015493216

R7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.995.908/0001-92
25351.600974/2021-71 / 8225751
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3142708219
25351.600759/2021-71 / 1257187
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3142630210

UNION COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 18.013.652/0001-26
25351.167089/2018-71 / 8165805
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3041589214

H. FERNANDES MARTINS LTDA / 03.968.790/0001-91
25351.001428/2003-71 / 0230296
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160130218
25351.001428/2003-71 / 0230296
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3160072217

TECNO-DESIGN INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA / 74.451.378/0001-48
25351.220580/2002-71 / 8017642
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3126506216

FRONTMED EDUCAÇÃO CONTINUADA LTDA / 35.139.152/0001-54
25351.462940/2021-72 / 8226543
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3126316212

DAYSE GABRIELLY MAGALHAES BARROS / 34.515.077/0001-16
25351.725933/2019-72 / 7698600
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3129044212

ALAFIAMED PRODUTOS FARMACEUTICOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA / 41.424.160/0001-45
25351.628504/2021-72 / 1257800
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2360666215

MUNDIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 97.528.178/0001-41
25351.769248/2021-72 / 3105959
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3158879212

FARMACIA JUCINEI &JOSINEIA LTDA / 35.847.588/0001-06
25351.077119/2020-73 / 7706825
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177696215
---
farmácia gota mais ltda / 10.306.334/0004-94
25351.233556/2012-73 / 0845748
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129056216

IMASKTECH RESONANCE SOLUTIONS IND. E COM. DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 37.033.801/0001-63
25351.028021/2021-73 / 8216823
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058503211

FARMACIA SEZINI EIRELI ME / 15.244.180/0001-24
25351.569813/2014-74 / 7296888
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3143444214

MEDINOVA LIFE SCIENCES IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.256.726/0001-22
25351.687914/2020-74 / 3100051
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3142807217

ALE FARMACIAS LTDA / 42.244.733/0001-11
25351.781330/2021-75 / 7826427
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177688214

RODRIGUES &NETO COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 04.829.190/0001-05
25351.015418/2014-76 / 7083651
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3177708212

LOGISTOCK LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA / 03.224.265/0001-61
25023.021199/2006-76 / 3034878
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3142525211

ISURGICAL HOSPITALAR LTDA - EPP / 20.897.886/0001-25
25351.667826/2014-76 / 8112981
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2344394214

VANESSA DA SILVA NOGUEIRA DROGARIA / 41.491.519/0001-05
25351.601382/2021-77 / 7815089
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144434212

Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.235653/2019-77 / 1187832
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3041759217

DROGARIA VALIN E BURDO LTDA / 37.254.258/0001-24
25351.676789/2020-77 / 7737205
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3129064217

JULIO CEZAR NUNEZ GANOZA EPP / 09.626.655/0001-44
25351.738048/2021-78 / 4035823
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041912210
25351.738048/2021-78 / 4035823
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3041886219

DROGARIA VIEIRA SOUZA &FETH LTDA ME / 00.339.963/0001-14
25351.111381/2016-78 / 7459852
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144412211

PABLO HENRIQUE ALMEIDA DA SILVA DROGARIA / 24.464.728/0001-32
25351.363356/2016-78 / 7478881
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158878216

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
25351.476460/2014-78 / 1083968
7162 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3041854210

IRMÃOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0031-94
25351.353501/2013-78 / 0960615
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3159303218

2A FARMACEUTICA LTDA / 87.367.165/0001-84
25351.048692/2003-79 / 0424663
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3129034215

DENTAL NORTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI / 04.709.850/0001-14
25351.058300/2003-80 / 1059183
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3158971216
25351.058300/2003-80 / 1059183
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3158972212

BTA ADITIVOS LTDA / 83.514.216/0001-00
25351.623310/2021-81 / 4036084
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073945211
25351.623310/2021-81 / 4036084
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3073754211

LIFEFARMA COMERCIAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - EPP / 06.281.452/0001-75
25351.731333/2017-81 / 8161024
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3074021217

E &J DROGARIA LTDA / 18.865.289/0001-77
25351.695573/2013-81 / 7056445
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159368212

IBIAPINO PINTO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.975.140/0001-24
25351.335804/2014-81 / 7210610
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3177656216

JOSEMARA OLIVEIRA DE JESUS SANTOS / 10.984.553/0001-80
25351.685680/2014-82 / 7325425
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2957456211

DROGARIA TIBURCIO LTDA / 23.457.353/0001-10
25351.244935/2018-84 / 7586684
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3159817210
---
paulo henrique de matos avanzi - me / 21.816.688/0001-52
25351.361801/2015-84 / 7395004
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160090215

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0419-31
25351.349374/2014-85 / 7220937
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3160161218

RIOMAR TRADING LTDA / 23.093.434/0001-89
25351.823864/2021-86 / 1260001
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3058262213

D M Comercio de Medicamentos Ltda / 14.735.118/0002-53
25351.720415/2021-87 / 7822212
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177686218
---
drogaria alameda ltda filial 08 / 01.276.256/0009-46
25351.080900/2014-87 / 7114510
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2961124215

LINO &SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 40.310.136/0001-12
25351.418204/2021-87 / 7804332
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214329210

M.A. M COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 33.836.848/0001-04
25351.787115/2021-88 / 4036326
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110205211

Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.235651/2019-88 / 8180919
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3041888211

C. SANTOS CARVALHO / 40.668.149/0001-68
25351.328439/2021-88 / 7800006
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144424215
---
m. p. aguiar / 03.044.550/0001-09
25351.023876/2014-89 / 7088536
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3160255210

GSK PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 05.678.767/0001-98
25351.425814/2007-89 / 8040721
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3142828214

Zanini &Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.235603/2019-90 / 1187786
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3041799219

JAQUELINE DA SIILVA FARMÁCIA / 26.089.966/0002-11
25351.444609/2020-90 / 7724477
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010832212

MAXSTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 34.702.207/0001-20
25351.247102/2020-90 / 8198632
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058609213

GENESSON VIEIRA DO CARMO E CIA LTDA - ME / 20.058.387/0001-44
25351.297737/2014-90 / 7194049
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3214323211

MAXI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 31.011.966/0001-58
25351.557848/2021-90 / 4034143
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3110060213

DROGARIA SOUZA E ROSA LTDA / 13.032.018/0001-17
25351.053856/2011-90 / 0741948
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3144418211

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0108-04
25351.637555/2018-90 / 7610181
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3177702213
---
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda / 12.418.191/0001-95
25351.770805/2011-91 / 8082454
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3158751216

BS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 27.079.807/0001-18
25351.240347/2017-91 / 7515930
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028749219

DROGARIA LIDER DO MONERO LTDA ME / 20.216.190/0001-96
25351.241030/2016-91 / 7471181
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3144430210

BRAND INTERNATIONAL EIRELI / 39.674.710/0001-32
25351.595220/2021-92 / 8225001
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3058605218

SAFETYLOG LOGÍSTICA EMPRESARIAL LTDA / 10.624.714/0001-24
25019.014805/2009-93 / 8059911
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3158832216

AZ MEDICAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E FARMACEUTICA LTDA / 40.060.286/0001-15
25351.589696/2021-94 / 4034433
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3110045214

ERICK KURTZ CONFESSOR DE SOUSA / 26.795.783/0004-83
25351.752945/2021-94 / 7824491
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3028652212

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
conquista distribuidora de medicamentos e produtos hospitalares ltda

CNPJ
12.418.191/0001-95

Nome Fantasia

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
ROD BR 101, KM 131 - VARZEA DO RANCHINHO CEP: 88.349-175

Cidade/UF
CAMBORIÚ/SC

Responsável Técnico
SUELEN MORAES

Responsável Legal
VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.10240-5

Data do Cadastro
22/09/2014

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.295113/2014-50

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Porto Alegre, 698, Anexo à Secretaria de Saúde, Centro, CAMBORIU - CEP: 88340-218
Fone: (47) 3365-9411

Emitido por ROSINEIA ROSELI CATARINA em 17/01/2023 08:45 BRT | CELK Saúde v3.1.163.1 - CELK SISTEMAS LTDA

ALVARÁ SANITÁRIO MUNICIPAL

NÚMERO ALVARÁ	VALIDADE
31/2023	28/02/2024

PARA
PRODUTOS - ALTO RISCO

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA	CNPJ/CPF
CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES	12.418.191/0001-95

NOME FANTASIA	SETOR
CONQUISTA MEDICAMENTOS	

ENDEREÇO - LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA)	CEP
RODOVIA BR-101, 131, CONDOMINIO EMPRESARIAL TRADE PARK - GALPÃO B7	88349-175

BAIRRO	COMPLEMENTO	FONE
Várzea do Ranchinho	CONDOMINIO EMPRESARIAL TRADE PARK -	(47) 33667-7867

PROPRIETÁRIO E/OU REPRESENTANTE LEGAL
VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL

CNAE PRINCIPAL
4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CNAE(S) SECUNDÁRIO(S)
4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
4773-3/00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
6810-2/02 - Aluguel de imóveis próprios
4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
4754-7/01 - Comércio varejista de móveis

RESPONSÁVEL TÉCNICO	CPF	REGISTRO	CC/UF
SUELEN LAMAISON MORAES PAVAN	988.154.660-53	8570	CRF/SC

OBSERVAÇÃO
DEMAIS ATIVIDADES: DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL.

LEI N° 1002/93
LEI N° 1706/06

LOCAL E DATA
CAMBORIU, 17/01/2023

AUTORIDADE DE SAÚDE

PROTOCOLO: 38/2023

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

ALVARÁ SANITÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
12.418.191/0001-95 **MATRIZ**		**17/08/2010**

NOME EMPRESARIAL
CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONQUISTA MEDICAMENTOS	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD BR 101	**131**	**KM 131**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88.349-175	**VARZEA DO RANCHINHO**	**CAMBORIU**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
GERENCIA@CONQUISTAMEDICAMENTOS.COM.BR	**(47) 3366-7867**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/08/2010**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/01/2023** às **14:13:15** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRF-SC

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2023

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crfsc.gov.br

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
11855	31/12/2023	823AD11F1BC512053DF8E56E291401CD

185258

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONQUISTA DISTR DE MED E PROD HOSPITALARES EIRELI

NOME FANTASIA
* *

TIPO DE ESTABELECIMENTO
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS

NATUREZA DE ATIVIDADE
DIST DE MED, INSUMOS E DROGAS FARM

ENDEREÇO
RODOVIA BR 101, KM 131 131

CNPJ
12.418.191/0001-95

LOCALIDADE
VARZEA DO RANCHINHO

CIDADE - UF
CAMBORIU-SC

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**************	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**************
**************	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**************

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	8570	SUELEN LAMAISON MORAES PAVAN	Responsável Técnico	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**************	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**************
**************	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**************

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRF-SC

Florianópolis, 21 de Dezembro de 2022

MARCO AURÉLIO THIESEN KOERICH
PRESIDENTE DO CRF-SC

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e artigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ/CPF: **12.418.191/0001-95**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**230140017744470**
Data de emissão:	**22/01/2023 00:29:37**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**23/03/2023**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 27/01/2023 08:46:30

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 27/01/2023

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 12.418.191/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:40:07 do dia 03/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/08/2023.
Código de controle da certidão: **ABA5.F231.8A87.E2EA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.418.191/0001-95

Razão Social: CONQUISTA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSPIT EIRELI

Endereço: ROD BR-101 131 KM 131 / VARZEA DO RANCHINHO / CAMBORIU / SC / 88349-175

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:31/01/2023 a 01/03/2023

Certificação Número: 2023013100550355524479

Informação obtida em 31/01/2023 15:24:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,
Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

CNPJ/CPF	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS
12418191000195		**11/10/2011**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL
256542937	**CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS
CONQUISTA MEDICAMENTOS	**NORMAL**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
4644301 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
4645101 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
4664800 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontomédicohospitalar; partes e peças
4754701 - Comércio varejista de móveis
4773300 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
6810202 - Aluguel de imóveis próprios

INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS
- Credenciado a Emitir Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 01/12/2014
- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 12/01/2012

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RODOVIA BR 101	**131**	**KM 131**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88349-175	**VARZEA DO RANCHINHO**	**CAMBORIÚ**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
gerencia@conquistamedicamentos.com.br	**4733667867**

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO desde 11/10/2011

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em **23/01/2023 16:40:18** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNDM - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL

Número da Certidão
1038/2023

Emissão
27/01/2023

Código Verificador
I1NM1C9V

Requerente: 44357880807 - CELSO ARTHUR ISAIAS NANTES DE FARIAS

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Contribuinte: **CONQUISTA DIST.DE MEDIC. E PROD HOSPITALAR** **CPF/CNPJ:** **12.418.191/0001-95** **CMC:** **158.334**

Rua: **ROD BR 101** Nº: **131** Compl.: **KM 131**

Bairro: **VARZEA DO RANCHINHO** Cidade: **CAMBORIU/** CEP: **88349175**

E-mail: Telefone: **47 3366-7867**

FINALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA

Finalidade: DOCUMENTACAO PROPRIA

Observações:

Situação da Empresa: ATIVA

CERTIFICO que, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO da expedição desta certidão em NOME do CONTRIBUINTE acima identificado, ressalvado a Prefeitura Municipal de Camboriú o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Esta certidão é válida apenas para o CONTRIBUINTE acima identificado, por 30 (trinta) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
http://simple.camboriu.sc.gov.br/etribMob/AutCNDCWeb.html

Código Verificador: I1NM1C9V

sexta-feira, 27 de janeiro de 2023 13:27:54

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNDM - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL

Número da Certidão
1021/2023

Emissão
27/01/2023

Código Verificador
EWRXV7PW

Requerente: 12418191000195 - CONQUISTA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel: 01.02.187.0189.047 Matricula: **22103**

Endereço: **BR 101, Nº 131 Compl.: SALA: 301**

Bairro: **MONTE ALEGRE** Cond/Resid: **EMPRESARIAL Apto: Bloco: A**

Loteamento: **SEM Quadra: Lote:** Habite-se: **0142/2018**

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Contribuinte: CONQUISTA DIST.DE MEDIC. E PROD HOSPITALAR **CPF/CNPJ: 12.418.191/0001-95** **CMC: 158.334**

Rua: **ROD BR 101** Nº: **131** Compl.: **KM 131**

Bairro: **VARZEA DO RANCHINHO** Cidade: **CAMBORIU/** CEP: **88349175**

E-mail: Telefone: **47 3366-7867**

FINALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA

Finalidade: PARA FINS DE DOCUMENTAÇÃO PROPRIA

Observações:

CERTIFICO que, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO da expedição desta certidão para o imóvel acima identificado, ressalvado a Prefeitura Municipal de Camboriú o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Esta certidão é válida apenas para o imóvel acima identificado, por 30 (trinta) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
http://simple.camboriu.sc.gov.br/etribMob/AutCNDWeb.html

Código Verificador: EWRXV7PW

sexta-feira, 27 de janeiro de 2023 08:40:48

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNDM - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL

Número da Certidão
1022/2023

Emissão
27/01/2023

Código Verificador
E7G4P201

Requerente: 12418191000195 - CONQUISTA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel: 01.02.187.0189.054 Matricula: **22166**

Endereço: **BR 101, Nº 131 Compl.: SALA: 308**

Bairro: **MONTE ALEGRE** Cond/Resid: **EMPRESARIAL Apto: Bloco: A**

Loteamento: **SEM Quadra: Lote:** Habite-se: **0142/2018**

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Contribuinte: CONQUISTA DIST.DE MEDIC. E PROD HOSPITALAR **CPF/CNPJ: 12.418.191/0001-95** **CMC: 158.334**

Rua: **ROD BR 101** Nº: **131** Compl.: **KM 131**

Bairro: **VARZEA DO RANCHINHO** Cidade: **CAMBORIU/** CEP: **88349175**

E-mail: Telefone: **47 3366-7867**

FINALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA

Finalidade: PARA FINS DE DOCUMENTAÇÃO PROPRIA

Observações:

CERTIFICO que, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO da expedição desta certidão para o imóvel acima identificado, ressalvado a Prefeitura Municipal de Camboriú o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Esta certidão é válida apenas para o imóvel acima identificado, por 30 (trinta) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
http://simple.camboriu.sc.gov.br/etribMob/AutCNDWeb.html

Código Verificador: E7G4P201

sexta-feira, 27 de janeiro de 2023 08:41:17

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNDM - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL

Número da Certidão
1023/2023

Emissão
27/01/2023

Código Verificador
82DEPZON

Requerente: 12418191000195 - CONQUISTA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel: 01.02.187.0189.015 Matricula: **22494**

Endereço: **BR 101, Nº 131 Compl.: GALPAO B7**

Bairro: **MONTE ALEGRE** Cond/Resid: **EMPRESARIAL Apto:**

Loteamento: **SEM Quadra: Lote:** Habite-se: **0147/2015**

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Contribuinte: CONQUISTA DIST.DE MEDIC. E PROD HOSPITALAR **CPF/CNPJ: 12.418.191/0001-95** **CMC: 158.334**

Rua: **ROD BR 101** Nº: **131** Compl.: **KM 131**

Bairro: **VARZEA DO RANCHINHO** Cidade: **CAMBORIU/** CEP: **88349175**

E-mail: Telefone: **47 3366-7867**

FINALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA

Finalidade: PARA FINS DE DOCUMENTAÇÃO PROPRIA

Observações:

CERTIFICO que, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO da expedição desta certidão para o imóvel acima identificado, ressalvado a Prefeitura Municipal de Camboriú o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Esta certidão é válida apenas para o imóvel acima identificado, por 30 (trinta) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
http://simple.camboriu.sc.gov.br/etribMob/AutCNDWeb.html

Código Verificador: 82DEPZON

sexta-feira, 27 de janeiro de 2023 08:41:44

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNDM - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL

Número da Certidão
1024/2023

Emissão
27/01/2023

Código Verificador
6YXYGQDB

Requerente: 12418191000195 - CONQUISTA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel: 01.02.187.0189.150 Matricula: **22057**

Endereço: **BR 101, Nº 131 Compl.: GARAGEM 48**

Bairro: **MONTE ALEGRE** Cond/Resid: **EMPRESARIAL Apto: Bloco: A Garagem: 48**

Loteamento: **SEM Quadra: Lote:** Habite-se: **0001/2020**

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Contribuinte: CONQUISTA DIST.DE MEDIC. E PROD HOSPITALAR **CPF/CNPJ: 12.418.191/0001-95** **CMC: 158.334**

Rua: **ROD BR 101** Nº: **131** Compl.: **KM 131**

Bairro: **VARZEA DO RANCHINHO** Cidade: **CAMBORIU/** CEP: **88349175**

E-mail: Telefone: **47 3366-7867**

FINALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA

Finalidade: PARA FINS DE DOCUMENTAÇÃO PROPRIA

Observações:

CERTIFICO que, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO da expedição desta certidão para o imóvel acima identificado, ressalvado a Prefeitura Municipal de Camboriú o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Esta certidão é válida apenas para o imóvel acima identificado, por 30 (trinta) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
http://simple.camboriu.sc.gov.br/etribMob/AutCNDWeb.html

Código Verificador: 6YXYGQDB

sexta-feira, 27 de janeiro de 2023 08:42:26

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA DE FINANÇAS

CNDM - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL

Número da Certidão
1020/2023

Emissão
27/01/2023

Código Verificador
9199FOBC

Requerente: 12418191000195 - CONQUISTA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Imóvel: 01.02.187.0189.147 Matricula: **22054**

Endereço: **BR 101, Nº 131 Compl.: GARAGEM 45**

Bairro: **RIO PEQUENO** Cond/Resid: **EMPRESARIAL Apto: Bloco: A Garagem: 45**

Loteamento: **SEM Quadra: Lote:** Habite-se: **0001/2020**

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO

Contribuinte: CONQUISTA DIST.DE MEDIC. E PROD HOSPITALAR **CPF/CNPJ: 12.418.191/0001-95** **CMC: 158.334**

Rua: **ROD BR 101** Nº: **131** Compl.: **KM 131**

Bairro: **VARZEA DO RANCHINHO** Cidade: **CAMBORIU/** CEP: **88349175**

E-mail: Telefone: **47 3366-7867**

FINALIDADE DA CERTIDÃO NEGATIVA

Finalidade: PARA FINS DE DOCUMENTAÇÃO PROPRIA

Observações:

CERTIFICO que, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO da expedição desta certidão para o imóvel acima identificado, ressalvado a Prefeitura Municipal de Camboriú o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Esta certidão é válida apenas para o imóvel acima identificado, por 30 (trinta) dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
http://simple.camboriu.sc.gov.br/etribMob/AutCNDWeb.html

Código Verificador: 9199FOBC

sexta-feira, 27 de janeiro de 2023 08:39:31

Secretaría da Micro e Pequena Empresa
Secretaría de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
42600569033	12.418.191/0001-95	30/09/2011	14/07/2010
Endereço: RODOVIA BR 101, 131 KM:131, VÁRZEA DO RANCHINHO, CAMBORIÚ, SC - CEP: 88349175			

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS; COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES; COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MÓVEIS HOSPITALARES; COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAL CIRÚRGICO; ALUGUEL DE IMOVEIS PROPRIOS

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 120.000,00 CENTO E VINTE MIL REAIS R$ Capital integralizado: 120.000,00 CENTO E VINTE MIL REAIS	Não	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R$	Cond./Administrador	Término do mandato
VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL 081.447.128-54	120.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL 081.447.128-54	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 10/12/2022	Número 14368	REGISTRO ATIVO	TRANSFORMADA
Ato: 002 - ALTERAÇÃO Evento: 480 - Transformação automática para LTDA (art. 41 da Lei no 14.195/21)			

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX Endereço: XXXXXX

Observação

231500475

CONTROLE: 11488080264785 CPF SOLICITANTE: 143.179.058-33 NIRE: 42600569033 EMITIDA: 31/01/2023 PROTOCOLO: 231500475

Secretaría da Micro e Pequena Empresa

Secretaría de Racionalização e Simplificação

Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constituitivo	Inicio da atividade
42600569033	12.418.191/0001-95	30/09/2011	14/07/2010
Endereço: RODOVIA BR 101, 131 KM:131, VÁRZEA DO RANCHINHO, CAMBORIÚ, SC - CEP: 88349175			

FLORIANOPOLIS - SC, 31 de Janeiro de 2023

LUCIANO LEITE KOWALSKI SECRETÁRIO-GERAL EM EXERCÍCIO

231500475

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.418.191/0001-95
Certidão nº: 5034512/2023
Expedição: 03/02/2023, às 13:42:15
Validade: 02/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.418.191/0001-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**12.418.191/0001-95** DUNS®: **900509978**
Razão Social:	**CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
Nome Fantasia:	**CONQUISTA MEDICAMENTOS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**154051 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA**
Data Aplicação:	**15/06/2018**
Número do Processo:	**002778/2017** Número do Contrato: **2018NE800221**
Descrição/Justificativa:	**Para dar eficácia na Portaria nª 0572/2018 proceder ao registro no SICAF as penas de:** **c.1) Advertência**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**771300 - CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ**
Data Aplicação:	**16/09/2021**
Número do Processo:	**117/2021**
Descrição/Justificativa:	**O CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA PORTARIA Nª 62/2021, APLICOU A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA A ESTA EMPRESA, VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nª 84/2021 EM VIRTUDE DO ATRASO INJUSTIFICADO NA EXECUÇÃO DA ORDEM DE COMPRA Nª 1122994.**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **13/11/2017**
Número do Processo: **23075178586201703** Número do Contrato: **2017NE803698**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da clausulas contratuais editalícias quanto ao prazo de entrega 2017NE803698**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150221 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM**
Data Aplicação: **30/07/2018**
Número do Processo: **23217000349/18-58**
Descrição/Justificativa: **Entrega de medicamento com prazo de validade inferior a 12 meses, descumprindo o item 2.8 do Edital do PE(SRP) nª 36/2017.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155013 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES**
Data Aplicação: **24/01/2018**
Número do Processo: **23526001557201791** Número do Contrato: **ARP DO PR 41/2016-HUAC**
Descrição/Justificativa: **A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES, REGISTRA QUE FOI APLICADA À EMPRESA CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, A SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE ADVERTÊNCIA, COM AMPARO NO INCISO I, ART. 87 DA LEI 8.666/93, TENDO EM VISTA O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NA ARP – PREGÃO ELETRÔNICO Nª 041/2016-HUAC-UFCG.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES**
Data Aplicação: **04/10/2017**
Número do Processo: **322506/2017-66** Número do Contrato: **pregão eletr. 143/2016**
Descrição/Justificativa: **Não praticar para com esta Administração Pública o preço de venda do item 53 - MERCAPTOPURINA, constante do Pregão Eletrônico nª 143/2016, com valor estabelecido pela tabela CMED.**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **450522 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES**
Data Aplicação: **09/08/2022**
Número do Processo: **4597/2022** Número do Contrato: **Emp 3831/2021**
Descrição/Justificativa: **Tendo em vista que esta empresa cometeu falta e infringiu o disposto no Edital do Pregão Eletrônico 059/2021, resolvemos aplicar-lhe como medida disciplinar a presente ADVERTÊNCIA, tipificada pela Lei Municipal nª 8.666 de 21 de junho de 1993, no art. 87, inc. I, com o intuito de evitar a reincidência ou o cometimento de irregularidades de qualquer natureza prevista em lei que obrigue a administração a tomar outras medidas cabíveis.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **154051 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA**
Data Aplicação: **15/06/2018** Valor da Multa: **R$ 9,01**
Número do Processo: **002778/2017** Número do Contrato: **2018NE800221**
Descrição/Justificativa: **Para dar eficácia na Portaria nª 0572/2018 proceder ao registro no SICAF as penas de:**

c.2) Multa (R$9,01) de 4,6% do valor da Nota de Empenho 2018NE800221.

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **13/02/2017** Valor da Multa: **R$ 578,00**
Número do Processo: **0060-001679/2016** Número do Contrato: **2016NE01380**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **29/11/2016** Valor da Multa: **R$ 604,24**
Número do Processo: **0060-007089/2016** Número do Contrato: **2016NE03561**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**456961 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/RR**		
Data Aplicação:	**16/03/2022**	Valor da Multa:	**R$ 4.048,00**
Número do Processo:	**20101004362202181**	Número do Contrato:	**532/2021**
Descrição/Justificativa:	**Analisando os autos, verifica-se que a empresa não efetuou a entrega do objeto contratual. Prevê a cláusula contratual décima primeira, alínea "d" do item 11.1, em consonância com o artigo 87, II, da Lei 8.666/93, que em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias na execução do contrato aplicar-se-á multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do empenho do Contrato.**		

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**456961 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/RR**		
Data Aplicação:	**16/03/2022**	Valor da Multa:	**R$ 6.184,00**
Número do Processo:	**20101.035678/2021**	Número do Contrato:	**330/2021**
Descrição/Justificativa:	**A empresa não efetuou a entrega do objeto. Após ter sido notificada quanto ao atraso na entrega do objeto contratual a mesma apresentou justificativa, porém, desacompanhada de provas, carta ou emails da fabricante. Prevê a cláusula contratual décima primeira, alíneas "d" do item 11.1, em consonância com o artigo 87, II, da Lei 8.666/93, que em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias na execução do contrato aplicar-se-á multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do empenho do Contrato.**		

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153054 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UF/GO**		
Data Aplicação:	**02/09/2016**	Valor da Multa:	**R$ 462,00**
Número do Processo:	**23070009995201531**	Número do Contrato:	**Ata 087/2016**
Descrição/Justificativa:	**Pelo descumprimento dos prazos de entrega dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços nª 087/2016, conforme decisão proferida pelo Vice-Reitor da UFG nos autos do Processo nª 23070.009995/2015-31 em 02/09/2016.**		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**155013 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES**		
Data Aplicação:	**24/01/2018**	Valor da Multa:	**R$ 346,80**
Número do Processo:	**23526001557201791**	Número do Contrato:	**ARP-PG N 41/2016-HUAC**
Descrição/Justificativa:	**A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES, REGISTRA QUE FOI APLICADA À EMPRESA CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, A SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE MULTA, COM AMPARO NO INCISO II, ART. 87 DA LEI 8.666/93, TENDO EM VISTA O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NA ARP – PREGÃO ELETRÔNICO Nª 041/2016-HUAC-UFCG.**		

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**155013 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES**		
Data Aplicação:	**22/01/2019**	Valor da Multa:	**R$ 673,20**
Número do Processo:	**23526005947201730**	Número do Contrato:	**ARP N 13/2017-HUOL**
Descrição/Justificativa:	**O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES, FILIAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES, FILIAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES REGISTRA QUE FOI APLICADA À EMPRESA CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, A SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE MULTA, COM AMPARO NO INCISO II, ART. 87 DA LEI 8.666/93, TENDO EM VISTA O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NA ARP – PREGÃO ELETRÔNICO Nª 13/2017-HUOL-UFRN/EBSERH.**		

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**450522 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES**		
Data Aplicação:	**18/07/2022**	Valor da Multa:	**R$ 32,58**
Número do Processo:	**4597/2022**	Número do Contrato:	**Emp 3831/2021**
Descrição/Justificativa:	**Diante do exposto, e DECIDO APLICAR às seguintes penalidades a empresa Contratada: Advertência e Multa Moratória de 0,3%, permanecendo a obrigatoriedade de entrega do item empenhado. Multa Moratória de 0,3%: por dia, até o 30ª (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor fornecimento ou serviço realizado com atraso/desconformidade, previsto no art. 21, inciso II, alínea a do Decreto Municipal n 16875/2020, calculado conforme a memória de Cálculo de Multa em anexo; Perfazendo o valor total de R$ 32,58 (trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos),**		

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**09/07/2021**	Valor da Multa:	**R$ 711,21**
Número do Processo:	**6000102138/201947**	Número do Contrato:	**2019NE02337**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA**		

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência:	**Suspensão Temporária - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. III**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**456961 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/RR**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**08/03/2019**	Prazo Final:	**08/04/2019**
Número do Processo:	**0206010047081645**	Número do Contrato:	**005/2018**
Descrição/Justificativa:	**A Empresa não efetuou a entrega do objeto contratual dentro do prazo contratual, nem tampouco solicitou prorrogação no prazo da entrega.**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência:	**Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nª 10.520/02, art. 7ª**		
Motivo:	**Falha ou fraude na execução do contrato**		
UASG Sancionadora:	**453230 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**		
Âmbito da Sanção:	**Município**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**01/11/2022**	Prazo Final:	**01/01/2023**
Número do Processo:	**18.0.090944-3**		
Descrição/Justificativa:	**Processo Administrativo SEI n. 18.0.090944-3, instaurado pela Portaria n. 180/2019, para apuração de eventual descumprimento da Autorização de Fornecimento nª 375/2018, decorrente da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nª 16/2017, no que tange à ausência de entrega de material e atraso no fornecimento.**		

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência:	**Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nª 10.520/02, art. 7ª**		
Motivo:	**Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta**		
UASG Sancionadora:	**153054 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UF/GO**		
Âmbito da Sanção:	**União**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**02/09/2016**	Prazo Final:	**01/12/2016**
Número do Processo:	**23070009995201531**	Número do Contrato:	**Ata 087/2016**
Descrição/Justificativa:	**Pelo descumprimento dos prazos de entrega dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços nª 087/2016, conforme decisão proferida pelo Vice-Reitor da UFG nos autos do Processo nª 23070.009995/2015-31 em 02/09/2016.**		

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**155015 - MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**27/06/2022**		
Data Aplicação:	**27/06/2022**		
Número do Processo:	**23528003386202281**	Número do Contrato:	**2022NE000068**
Descrição/Justificativa:	**Sanção administrativa de Advertência em razão do retardamento da execução do contrato, prevista no subitem 19.2.1. do Termo de Referência do Edital de Licitação Eletrônica SRP 11/2021- MEJC/EBSERH.**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**

UASG Sancionadora: **155124 - HOSPITAL UNIV. Mº APARECIDA PEDROSSIAN**

Impeditiva: **Não**

Prazo Inicial: **27/05/2022**

Data Aplicação: **27/05/2022**

Número do Processo: **23538000213201814** Número do Contrato: **100/2017**

Descrição/Justificativa: **A empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, descumpriu as cláusulas 8.1, 10.1, 10.2 e 10.8 do anexo IV – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico 85/2017, referente ao empenho 2017NE802351. Que trata sobre condições, prazo e local de entrega e recebimento.**

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**

Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**

UASG Sancionadora: **155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**

Impeditiva: **Não**

Prazo Inicial: **29/07/2022**

Data Aplicação: **29/07/2022**

Número do Processo: **23541049436202118**

Descrição/Justificativa: **Pelo atraso na entrega de medicamentos das Notas de Empenho 2021NE004445 e 2021NE005248 e consequente descumprimento dos subitens 8.1, 8.1.1, 8.1.4 e 9.2 do Termo de Referência do Pregão 088/2021.**

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**

UASG Sancionadora: **771300 - CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ**

Impeditiva: **Não**

Prazo Inicial: **12/07/2021**

Data Aplicação: **12/07/2021**

Número do Processo: **64/2021**

Descrição/Justificativa: **O CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA PORTARIA Nª 36/2021, APLICOU A PENALIDADE DE MULTA MORATÓRIA NO VALOR DE R$21.843,00 A ESTA EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nª 69/2020, EM FACE DO ATRASO INJUSTIFICADO NA EXECUÇÃO DA ORDEM DE COMPRA Nª 1121384.**

Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora:	**771300 - CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ**
	Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial:	**23/07/2021**
Data Aplicação:	**23/07/2021**
Número do Processo:	**69/2020**
Descrição/Justificativa:	**O CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA PORTARIA Nª 40/2021, APLICOU A PENALIDADE DE MULTA MORATÓRIA NO VALOR DE R$17.959,80 A ESTA EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nª 69/2020, EM FACE DO ATRASO INJUSTIFICADO NA EXECUÇÃO DA ORDEM DE COMPRA Nª 1121586.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**12.418.191/0001-95**	DUNS®:	**900509978**
Razão Social:	**CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**		
Nome Fantasia:	**CONQUISTA MEDICAMENTOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**14/06/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**18/07/2023**
FGTS	Validade:	**01/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**31/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**25/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	12418191000195
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	08144712854
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:24) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 081.447.128-54.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.74C2.D738.1842 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL**

CPF/CNPJ: **081.447.128-54**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:24:15 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: R6RB160223152415

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **VANDA APARECIDA DA SILVA DANIEL**

CPF: **081.447.128-54**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:24:32 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: GQY5160223152432

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:23:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **12.418.191/0001-95**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 08144712854

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

COSNOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ nº 00.802.002/0001-02

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3MQC-woeWFPaBnaw&chave2=Ug8cwwspb_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 52314081900-ANACLETO FERRARI|07714392967-GABRIELA VITORIA FERRARI|61443867934-ILIZENI INES VOLTOLINI FERRARI

ANACLETO FERRARI, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 26 de julho de 1966, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 1428772 expedida pelo SSP-SC e CPF nº 523.140.819-00, residente e domiciliado na Estrada Boa Esperança, 2545, Fundo Canoas, CEP 89.163-554, Rio do Sul, SC, Brasil.

ILIZENI INÊS VOLTOLINI FERRARI, brasileira, casada pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 20 de julho de 1965, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 1246464 expedida pelo SSP-SC e CPF nº 614.438.679-34, residente e domiciliada na Estrada Boa Esperança, 2545, Fundo Canoas, CEP 89.163-554, Rio do Sul, SC, Brasil.

GABRIELA VITORIA FERRARI, brasileira, solteira, nascida em 25 de junho de 1997, estudante, portadora da carteira de identidade nº 6072128 expedida pelo SSP-SC em 11/02/2008, e CPF nº 077.143.929-67, residente e domiciliada na Estrada Boa Esperança, 2545, Fundo Canoas, CEP 89.163-554, Rio do Sul, SC, Brasil.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial ***ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA***, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42202072082, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, CEP 89.163-554, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, consolidam o contrato social, conforme segue:

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETIVO, INÍCIO E PRAZO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade gira sob nome empresarial de ***ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.***

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade tem sua sede social na Estrada Boa Esperança nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, CEP 89.163-554 e FILIAL com sede na Estrada Boa Esperança nº 2320, Sala 01, Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, CEP 89.163-554.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Sociedade tem como objetivo a exploração do ramo de:
"COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, PARA USO MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, ORTOPÉDICOS, FISIOTERÁPICOS, PARA GINASTICA E REABILITAÇÃO, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, PERFURMARIA, COSMÉTICOS E PRODUTOS DE HIGIENE; IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, PARA USO MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, ORTOPÉDICOS, FISIOTERAPICOS, PARA GINASTICA E REABILITAÇÃO; COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL, ALIMENTOS E SUPLEMENTOS; MANUTENÇÃO E REPARO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE; TELEATENDIMENTO; TRANSPORTE RODOVIÁRIO MUNICIPAL,

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE CARGAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, PARA USO MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, ORTOPÉDICOS, FISIOTERÁPICOS, PARA GINASTICA E REABILITAÇÃO, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, PERFURMARIA, COSMÉTICOS E PRODUTOS DE HIGIENE, ALIMENTOS E SUPLEMENTOS; ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS PARA USO MÉDICO HSOPITALARES, ORTOPÉDICOS, FISIOTERÁPICOS, PARA GINÁSTICA E REABILITAÇÃO".

CLÁUSULA QUARTA: A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de outubro de 1995.

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da Lei específica.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL, COTAS, INVESTIDORES E RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA SEXTA: O Capital Social da Sociedade é de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), dividido em 1.000.000 (Um Milhão de Cotas) no valor de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Capital Social, que é de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), dividido em 1.000.000 (Um Milhão de Cotas) no valor de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, é distribuído entre os sócios da seguinte forma:

ÍTEM	INVESTIDORES	COTAS	VALORES
01	ANACLETO FERRARI	820.000	R$ 820.000,00
02	ILIZENI INÊS VOLTOLINI FERRARI	100.000	R$ 100.000,00
03	GABRIELA VITORIA FERRARI	80.000	R$ 80.000,00
TOTAL		**1.000.000**	**R$ 1.000.000,00**

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os sócios não repondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à Sociedade.

CLÁUSULA NONA: As quotas da Sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito todas as transações que onerem as mesmas.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

CLÁUSULA DÉCIMA: O Capital Social poderá ser aumentado ou reduzido, segundo as necessidades da Sociedade, nos termos e na forma pelo qual deliberarem os sócios em instrumento próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O aumento do Capital Social mediante conferência de bens poderá se dar pelo valor contábil declarado, ou por valor constante em laudo de avaliação, a critério dos sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos casos de aumento do capital, cada sócio quotista terá o direito de preferência para subscrever as quotas correspondentes ao aumento, na proporção daquelas por ele possuídas na ocasião. Se qualquer sócio quotista não exercer o direito de preferência aqui estabelecido, tal direito transferir-se-á automaticamente aos outros quotistas.

CAPÍTULO III
DO AUMENTO DE CAPITAL, RETIRADA DE SÓCIO, DIMINUIÇÃO DE CAPITAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em casos de aumento de capital, terão a preferência os cotistas para subscrição em igualdade de condições e na proporção exata das cotas que possuírem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a presente sociedade não se dissolverá, observando, porém, os seguintes parágrafos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de ocorrência acima focalizada, a sociedade prosseguirá com suas atividades normais, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores legais, mesmo incapazes, o direito de ingressarem na sociedade, observadas as disposições contratuais em vigor à época do evento e desde que não haja impedimento legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A participação de herdeiros ou sucessores na gestão administrativa dos negócios dependerá da anuência dos sócios remanescentes, salvo determinação legal ou judicial em contrário.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não sendo possível ou inexistindo interesse dos sucessores ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO QUARTO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada quota.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios poderão ceder e transferir livremente, entre si, as quotas que possuírem. Não poderão, porém, ceder e transferir as suas quotas a terceiros, no todo ou em parte, sem antes oferecê-las a todos os demais sócios, os quais gozam do direito de preferência na sua aquisição, proporcionalmente às respectivas participações no Capital Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A oferta das quotas deverá ser feita por carta dirigida à Diretoria da Sociedade, contendo a quantidade, preço e condições de pagamento das quotas ofertadas, a qual remeterá cópia a todos os quotistas, que poderão dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da citada carta-oferta pela Diretoria, adquirir as referidas quotas total ou parcialmente. Poderão ainda os quotistas, no mesmo prazo, apresentar ao alienante contraproposta, sendo ao mesmo facultado aceitar ou não. Caso mais de um sócio resolva adquirir as quotas, as mesmas serão rateadas proporcionalmente, conforme a participação de cada sócio no Capital Social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ainda que os sócios não adquiram a totalidade das quotas ofertadas, as mesmas somente poderão ser alienadas a terceiros, desde que no prazo máximo de 60 dias e nas mesmas condições anteriormente ofertadas, com a anuência expressa dos sócios remanescentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ficam dispensadas as formalidades e prazos dos parágrafos anteriores se houver concordância expressa por escrito por parte de todos os demais sócios quanto à cessão ou transferência das quotas.

PARÁGRAFO QUARTO: Havendo cláusulas de doação de quotas dos sócios Anacleto Ferrari e sua esposa Ilizeni Inês Voltolini Ferrari para os herdeiros legais, estas deverão ser gravadas com usufruto vitalício, de acordo com as cláusulas deste contrato e possíveis alterações posteriores, em favor dos doadores Anacleto Ferrari e Ilizeni Inês Voltolini Ferrari.

PARÁGRAFO QUINTO: A posse, o uso, a administração e a percepção dos lucros das quotas ora doadas, serão integralmente dos doadores usufrutuários na proporção das quotas doadas, sendo que o exercício destes direitos será sempre realizado pelos e em nome dos DOADORES.

PARÁGRAFO SEXTO: As quotas recebidas em doação, somente poderão ser vendidas pelos donatários para outro sócio, que deverá ser pago em 240 (Duzentos e Quarenta) parcelas iguais e sucessivas, corrigidas pela variação da caderneta de poupança, sendo vedado a venda para terceiros sem anuência expressa dos outros sócios em consonância com outras cláusulas aqui avençadas. O disposto neste parágrafo não se aplica caso houver transferência em retorno aos doadores.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em complementação ao parágrafo quarto desta cláusula, importa esclarecer que as quotas transferidas devem ser gravadas com cláusulas vitalícias de incomunicabilidade e impenhorabilidade absolutas, extensivas a todos e quaisquer acréscimos, frutos, rendimentos, lucros, dividendos, novas quotas, ações ou quotas em substituição às quotas doadas e/ou recebidas em decorrência de contribuição em capital de outras sociedade, subscrições, bonificações, agrupamentos, desdobramentos, processos de reorganização societária (fusão, cisão, incorporação e assim por diante) ou benefícios outros originados, direta

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

ou indiretamente, das participações societárias doadas, lucros e dividendos distribuídos e pendentes de distribuição, juros sobre o capital próprio, qualquer forma de remuneração e de distribuição de resultados, bem de qualquer espécie utilizado para remuneração e distribuição de lucros e dividendos, além de bens porventura adquiridos/gerados em sub-rogação, inclusive a partir de redução de capital, frutos, rendimentos e quaisquer acréscimos, benefícios outros advindos dos bens sub-rogados.

PARÁGRAFO OITAVO: No caso de falecimento de algum doador usufrutuário, o usufruto a este pertencente, bem como o exercício dos direitos a ele relativos, ficam cancelados, passando os donatários a exercerem a plena propriedade das referidas quotas.

PARÁGRAFO NONO: Havendo doações de quotas em instrumentos de alterações contratuais futuras, em que os beneficiários sejam herdeiros, as mesmas deverão ser em conformidade com o disposto no parágrafo sexto e sétimo do caput, e caso os donatários venham a contrair núpcias, comprometem-se a fazê-lo no regime da separação total de bens.

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo que o administrador prestará contas justificadas de sua administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: No fim de cada exercício, proceder-se-á a verificação dos lucros ou prejuízos, levantados pelo balanço geral, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os lucros líquidos apurados poderão ser distribuídos proporcionalmente ou não em relação à participação no capital social, devendo ser feito em recibo específico e assinado, podendo a critério dos sócios, ficarem em reserva na sociedade. Tal valor poderá ser distribuído mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Os prejuízos que porventura se verificarem serão mantidos em conta especial, para serem amortizados nos exercícios futuros e não o sendo, serão suportados pelos sócios proporcionalmente ao capital de cada um.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO, SUA REMUNERAÇÃO E CONTABILIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A administração da sociedade é exercida pelo sócio **ANACLETO FERRARI**, que se incumbirá de todas as operações, assinando todo e qualquer documento isoladamente, com os poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de quaisquer dos sócios com capital ou de terceiros, bem como, alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Sócios Administradores poderão nomear administradores não sócios, outorgando-lhes poderes por procuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os atos que envolvam a venda de bens móveis e imóveis, somente terão validade mediante o consentimento expresso de todos os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, de acordo com o estabelecido na cláusula vigésima quarta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Pelos serviços efetivamente prestados à sociedade, poderão retirar os sócios administradores a título de PRÓ-LABORE, uma quantia fixa mensal, creditada em conta corrente, retirando o necessário para sua subsistência, de acordo com a possibilidade da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A Sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Fica vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A sociedade poderá, a critério e por deliberação da Diretoria, ou dos sócios que representem 75% do Capital Social, criar, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios ou departamentos em qualquer ponto do território nacional ou do exterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Criada a filial, sucursal, agência, escritório ou departamento, os sócios farão inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis da sede e local onde funcionará o estabelecimento, indicando o respectivo endereço e o valor do capital que para o mesmo será destinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade poderá participar do capital de outras Sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, sem caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A responsabilidade técnica, quando exigida pela legislação vigente, para qualquer atividade constante do objeto social, ficará a cargo de profissional legalmente habilitado, sócio quotista ou não.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer ações fundadas neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Os casos omissos e não regulados pelo presente contrato, serão regulados pela Lei em vigor.

CLÁUSULA TRGÉSIMA PRIMEIRA: Ficam assim consolidadas as cláusulas em vigor do contrato social de nº 42202072082 e alterações posteriores.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de consolidação.

Rio do Sul-SC, 04 de março de 2022.

ANACLETO FERRARI

ILIZENI INÊS VOLTOLINI FERRARI

GABRIELA VITORIA FERRARI

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

226310809

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
PROTOCOLO	226310809 - 07/03/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

MATRIZ

NIRE 42202072082
CNPJ 00.802.002/0001-02
CERTIFICO O REGISTRO EM 08/03/2022
SOB N: 20226310809

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 07714392967 - GABRIELA VITORIA FERRARI - Assinado em 04/03/2022 às 09:24:16

Cpf: 52314081900 - ANACLETO FERRARI - Assinado em 04/03/2022 às 09:23:24

Cpf: 61443867934 - ILIZENI INES VOLTOLINI FERRARI - Assinado em 04/03/2022 às 09:24:41

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/03/2022
Certifico o Registro em 08/03/2022 Data dos Efeitos 04/03/2022
Arquivamento 20226310809 Protocolo 226310809 de 07/03/2022 NIRE 42202072082
Nome da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 29105371150800
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2022Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 29/04/2022 13:37:54 que o documento de hash (SHA-256) da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99 foi validado em 29/04/2022 13:35:36 através da transação blockchain 0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 61639)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **da41de8ed4ed82c9a12dffe5d7e54a1759d1900b60150837d11744f0d3f39a99** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **61639** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Contrato Social 8ª Alteração Consolidado"**, cujo assunto é descrito como **"Contrato Social 8ª Alteração Consolidado"**, faz prova de que em **29/04/2022 13:35:36**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **29/04/2022 13:37:43** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x78ab7d0bb5b76f1ea27bae8f4b273132e6b90e5571a444fdc94d20eeecd6b48f**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: GERALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: R BUENOS AIRES 242
BAIRRO: JD BOTANICO CEP: 90670130 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 11.891.664/0001-04
PROCESSO: 25351.262920/2011-93
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: TOPMEDLAR NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
ENDEREÇO: SETOR DE INDUSTRIA E ABASTECIMENTO TRECHO 04 LOTE 1180/1190/1200/1210 LOJA 03
BAIRRO: SIA CEP: 71200043 - BRASILIA/DF
CNPJ: 10.266.935/0001-78
PROCESSO: 25351.449243/2009-94
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: IDEALFARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA R-09 S/N, QUADRA 13-C, MÓDULO 07 E 08
BAIRRO: DAIA CEP: 75132065 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 05.153.990/0001-11
PROCESSO: 25351.468155/2006-94
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: VIX COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SERRA NEGRA, Nº 78
BAIRRO: PRAIA DO MORRO CEP: 29216560 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 14.832.987/0001-15
PROCESSO: 25351.195193/2012-95
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de cópia autenticada da licença sanitária atualizada ou relatório de inspeção descrevendo a capacidade da empresa para a atividade de DISTRIBUIR MEDICAMENTO ESPECIAL, contrariando o disposto no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005.
EMPRESA: COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA
ENDEREÇO: RUA MANDAGUARI Nº 1787
BAIRRO: EMILIANO PERNETA CEP: 83325015 - PINHAIS/PR
CNPJ: 11.589.865/0001-51
PROCESSO: 25351.273375/2013-95
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de cópia autenticada da licença sanitária atualizada ou relatório de inspeção descrevendo a capacidade da empresa para a atividade de distribuir medicamentos sujeitos a controle especial, contrariando o disposto no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005.
EMPRESA: SUPERMED COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: Av. 01, s/n, Qd. 16 Modulos 07/19 Galpao 03
BAIRRO: Polo Empresarial Goias CEP: 74985115 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 11.206.099/0001-07
PROCESSO: 25351.338807/2010-98
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: BRASFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA MARAVALHO BELO 77
BAIRRO: MARAMBAIA CEP: 66623240 - BELÉM/PA
CNPJ: 00.799.666/0001-51
PROCESSO: 25000.019072/99-10
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: DIPROHL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: RUA MORON , 2854
BAIRRO: BOQUEIRAO CEP: 99010035 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 94.811.510/0001-92
PROCESSO: 25351.007336/00-81
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: JORGE BATISTA E CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA BURITI DOS LOPES, 399
BAIRRO: SAO PEDRO CEP: 64019480 - TERESINA/PI
CNPJ: 07.222.185/0002-09
PROCESSO: 25000.024107/98-61
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: MEDMIX DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA VALDEMAR STANZANI, Nº 05
BAIRRO: SÃO FRANCISCO DE ASSIS CEP: 29317431 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
CNPJ: 02.863.574/0001-19
PROCESSO: 25351.016997/00-34
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: Macromed Comercio de Material Medico e Hospitalar Ltda
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro 1210
BAIRRO: Centro CEP: 09912010 - DIADEMA/SP
CNPJ: 53.246.997/0001-20
PROCESSO: 25351.010458/00-37
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS PAMED LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PASTEUR, Nº 184
BAIRRO: URCA CEP: 22290240 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 02.424.344/0001-53
PROCESSO: 1476399
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de cópia Documento emitido pela Autoridade Sanitária Competente , descrevendo a capacidade da empresa para executar a atividade de relacionada a substâncias sujeitas ao controle especial, contrariando o disposto no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005.
EMPRESA: REZENDE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CHRISTINA MARIA ASSIS, Nº175
BAIRRO: CALIFORNIA CEP: 30855440 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 68.515.410/0001-09
PROCESSO: 25351.029925/00-66
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: FÁRMACO LTDA
ENDEREÇO: AV SANTOS DUMONT - 300 - ESQUINA COM RUA 02 LOTE 002 - QUADRAZ-3
BAIRRO: LOTEAMENTO CHACARA 20-A CEP: 77818010 - ARAGUAÍNA/TO
CNPJ: 00.075.298/0001-07
PROCESSO: 25351.022709/00-62
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: F. CARDOSO & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 750
BAIRRO: MARCO CEP: 66093020 - BELÉM/PA
CNPJ: 04.949.905/0001-63
PROCESSO: 25000.011808/98-11
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: CORDEIRO COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA JURACY MAGALHÃES, 1146
BAIRRO: ESTAÇÃO NOVA CEP: 44035050 - FEIRA DE SANTANA/BA
CNPJ: 03.832.356/0001-80
PROCESSO: 25351.018908/01-66
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: SAAN QD 02 LOTE 205
BAIRRO: SAAN CEP: 70632200 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 38.054.979/0001-53
PROCESSO: 25000.032126/96-17
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ 1523
BAIRRO: NIX SEPT ROSADO CEP: 59031630 - NATAL/RN
CNPJ: 02.800.122/0001-98
PROCESSO: 25351.023800/00-78
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de cópia Documento emitido pela Autoridade Sanitária Competente, descrevendo a capacidade da empresa para executar a atividade de relacionada a substâncias sujeitas ao controle especial, contrariando o disposto no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005.
EMPRESA: COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA JUIZ ALEXANDRE MARTINS DE CASTRO FILHO, Nº 08
BAIRRO: ITAPOÃ CEP: 29101800 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 36.325.157/0001-34
PROCESSO: 25000.028977/98-54
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de cópia autenticada da licença sanitária atualizada ou relatório de inspeção descrevendo a capacidade da empresa para as atividades de DISTRIBUIR E TRANSPORTAR MEDICAMENTO ESPECIAL, contrariando o disposto no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005.
EMPRESA: MERCANTIL FARMED LTDA
ENDEREÇO: ROD RAPOSO TAVARES, SN KM 20,5 VIA ARTERIAL SUL 13 SUB DO BUTANTA BLOCO A MODULO 1008 A MODULO 1010
BAIRRO: BUTANTÃ CEP: 05577300 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 46.642.567/0001-62
PROCESSO: 25000.010961/99-85
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.
EMPRESA: MK PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA PORTUGUESA, Nº 455
BAIRRO: PARTENON CEP: 90650120 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 00.411.441/0001-86
PROCESSO: 25025.028750/99-39
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Solicitação de Renovação peticionada após vencimento da autorização, contrariando a Lei 9.782/99. Deverá ser realizado novo pedido de concessão.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.325, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de [illegible],

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

[illegible] publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

EMPRESA: EDINILDO BARBOSA BEZERRA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA ZEFERINO GALVAO, 515
BAIRRO: CENTRO CEP: 56506410 - ARCOVERDE/PE
CNPJ: 07.147.081/0001-04
PROCESSO: 25351.467156/2014-01 AUTORIZ/MS: 1.11415.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MAJELA MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR OSWALDO MIRANDA PEREIRA, 822
BAIRRO: JARDIM LUNA CEP: 58033410 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 09.613.374/0001-57
PROCESSO: 25351.479947/2014-01 AUTORIZ/MS: 1.11444.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: RCA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES E PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA CARMO DA CACHOEIRA Nº 217, LOJA 01
BAIRRO: SALGADO FILHO CEP: 30550370 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 11.655.531/0001-39
PROCESSO: 25351.479890/2014-01 AUTORIZ/MS: 1.11432.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: RAGUIGUS ARTIGOS MÉDICOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ROGÉRIO HERMITA CALVO, 123A
BAIRRO: JARDIM SAPOPEMBA CEP: 03976160 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.495.034/0001-83
PROCESSO: 25351.490116/2014-02 AUTORIZ/MS: 1.11447.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: lima e porto comércio de produtos framacêuticos ltda
ENDEREÇO: floriano francisco de oliveira, 120
BAIRRO: torre CEP: 50710210 - RECIFE/PE
CNPJ: 13.126.929/0001-03
PROCESSO: 25351.260037/2014-03 AUTORIZ/MS: 1.11283.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: RG LOG Logística e Transporte Ltda
ENDEREÇO: VP LT 01 QD 15 módulos 01 e 02
BAIRRO: DAIA CEP: 75132030 - ANAPOLIS/GO
CNPJ: 10.213.051/0001-55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014090100094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EMPRESA: BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA
ENDEREÇO: RUA SIMEÃO ESMERALDINO DE MENEZES, Nº 400, SALA 31 - UNIPARQUE
BAIRRO: DEHON CEP: 88704090 - TUBARÃO/SC
CNPJ: 02.630.826/0001-60
PROCESSO: 25351.423116/2014-32 AUTORIZ/MS: 1.11318.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: RIBEIRO ERRE - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: RUA ARMANDO VIEIRA DA SILVA, Nº 51, APEADOURO
BAIRRO: FÁTIMA CEP: 65030130 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 23.612.765/0001-88
PROCESSO: 25351.467366/2014-35 AUTORIZ/MS: 1.11342.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DENTAL E CIRÚRGICA BEBEDOURO LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA TOBIAS LIMA, Nº 730
BAIRRO: CENTRO CEP: 14700400 - BEBEDOURO/SP
CNPJ: 65.985.541/0001-61
PROCESSO: 25351.329988/2014-36 AUTORIZ/MS: 1.11344.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: GENOMMA LABORATORIES DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Av. Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 75; Conjunto 12
BAIRRO: Chácara Santo Antônio CEP: 04726170 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 09.080.907/0001-82
PROCESSO: 25351.475534/2014-36 AUTORIZ/MS: 1.11398.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS VALLE MED LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM FERREIRA JUNIOR Nº 530
BAIRRO: PARQUE PRIMAVERA CEP: 12630000 - CACHOEIRA PAULISTA/SP
CNPJ: 19.805.900/0001-34
PROCESSO: 25351.494666/2014-37 AUTORIZ/MS: 1.11468.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Biodiversite do Brasil Distribuidora de Insumos Cosmeticos e Farmaceuticos Ltda - ME
ENDEREÇO: Rua Pedro Botelho de Rezende, 2427
BAIRRO: Jd Burle Marx CEP: 86047780 - LONDRINA/PR
CNPJ: 10.928.288/0001-12
PROCESSO: 25351.340510/2014-37 AUTORIZ/MS: 1.11527.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: FLORES E ERVAS COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA EPP
ENDEREÇO: ESTRADA VICENTE BELLINI,175,
BAIRRO: CONCEIÇÃO CEP: 13427225 - PIRACICABA/SP
CNPJ: 00.602.210/0001-50
PROCESSO: 25351.475506/2014-39 AUTORIZ/MS: 1.11419.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: C. A. B NASCIMENTO EIRELI - EPP
ENDEREÇO: RUA 24 DE JANEIRO, Nº 1933/A
BAIRRO: MACAÚBA CEP: 64016903 - TERESINA/PI
CNPJ: 04.282.320/0001-32
PROCESSO: 25351.474241/2014-40 AUTORIZ/MS: 1.11381.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Comavix Armazéns Gerais Ltda
ENDEREÇO: ROD BR 101, 2800
BAIRRO: Salseiros CEP: 88311600 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 13.233.437/0001-17
PROCESSO: 25351.346555/2014-43 AUTORIZ/MS: 1.11020.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PEDRO RAMIRES DE MELLO, Nº 474
BAIRRO: CENTRO CEP: 85501250 - PATO BRANCO/PR
CNPJ: 05.993.698/0001-07
PROCESSO: 25351.484503/2014-44 AUTORIZ/MS: 1.11425.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TJ COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP
ENDEREÇO: Av. Coletora A, nº 1130 Conj: Marcos Freire II
BAIRRO: Taiçoca CEP: 49160000 - NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE
CNPJ: 16.451.429/0001-35
PROCESSO: 25351.491114/2014-45 AUTORIZ/MS: 1.11463.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: DISLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AUGUSTO SOARES DOS SANTOS, N.° 221
BAIRRO: JARDIM INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 14095240 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 10.877.246/0001-08
PROCESSO: 25351.455569/2014-47 AUTORIZ/MS: 1.11331.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CIRURGICA BIOMÉDICA LTDA - ME
ENDEREÇO: AV. ROBERT KOCH, Nº 669
BAIRRO: VILA OPERARIA CEP: 86038350 - LONDRINA/PR
CNPJ: 11.215.901/0001-17
PROCESSO: 25351.477606/2014-48 AUTORIZ/MS: 1.11410.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: G. GOTUZZO & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA FERNANDO OSÓRIO Nº 4183
BAIRRO: TRÊS VENDAS CEP: 96065000 - PELOTAS/RS
CNPJ: 87.651.345/0001-93
PROCESSO: 25351.487906/2014-51 AUTORIZ/MS: 1.11448.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CORELI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
ENDEREÇO: AVENIDA MARANHÃO, Nº 269
BAIRRO: CENTRO CEP: 64001010 - TERESINA/PI
CNPJ: 05.805.429/0001-70
PROCESSO: 25351.475503/2014-51 AUTORIZ/MS: 1.11400.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DENTAL PERBONI LTDA
ENDEREÇO: ALAMEDA DR. MURICY,340
BAIRRO: CENTRO CEP: 80010120 - CURITIBA/PR
CNPJ: 76.150.697/0001-49
PROCESSO: 25351.474286/2014-52 AUTORIZ/MS: 1.11382.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DISMATER DISTRIBUIDORA DE MAT. HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA MINERVA 121
BAIRRO: CAICARA CEP: 30720580 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 64.265.747/0001-54
PROCESSO: 25351.465729/2014-53 AUTORIZ/MS: 1.11361.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: J.M.C. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA- EPP
ENDEREÇO: RUA ARNALDO DOMINGOS MOTA
BAIRRO: ELDORADO CEP: 12238572 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 18.966.338/0001-68
PROCESSO: 25351.463472/2014-56 AUTORIZ/MS: 1.11239.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MULTILOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA ITACARÉ, Nº 156
BAIRRO: IMBIRIBEIRA CEP: 51200100 - RECIFE/PE
CNPJ: 05.338.668/0001-67
PROCESSO: 25351.469743/2014-57 AUTORIZ/MS: 1.11328.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: paraense distribuidora de medicamentos ltda me
ENDEREÇO: folha 21,quadra 10,lote 06
BAIRRO: nova marabá CEP: 68505240 - MARABÁ/PA
CNPJ: 10.514.737/0001-86
PROCESSO: 25351.484499/2014-61 AUTORIZ/MS: 1.11423.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: Av. Horácio Raccanello Filho nº 5570, salas 1201, 1202 e 502, Ed. São Bento
BAIRRO: Zona 07 CEP: 87020035 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 09.117.476/0001-81
PROCESSO: 25351.242649/2014-61 AUTORIZ/MS: 1.10965.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MG LOG - DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
ENDEREÇO: Rua Antônio Domingos Pasqua, 215
BAIRRO: Bebedouro CEP: 37800000 - GUAXUPÉ/MG
CNPJ: 11.493.740/0001-23
PROCESSO: 25351.477332/2014-63 AUTORIZ/MS: 1.11395.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
[illegible]
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.458512/2014-66 AUTORIZ/MS: 1.11240.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME
ENDEREÇO: AV FILADELFIA 1942 LOTE 04 QUADRA 02
BAIRRO: JARDIM ITATIAIA CEP: 77813410 - ARAGUAÍNA/TO
CNPJ: 09.497.984/0001-32
PROCESSO: 25351.487879/2014-67 AUTORIZ/MS: 1.11435.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ANTONIO WILLIAN COSTA
ENDEREÇO: AVENIDA JAGUARARI, Nº 2512
BAIRRO: CANDELARIA II CEP: 59064500 - NATAL/RN
CNPJ: 24.590.259/0001-06
PROCESSO: 25351.436272/2014-69 AUTORIZ/MS: 1.10983.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PONTUAL MEDICAMENTOS LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA DR. ALBERTINO SOBRADO, Nº 580
BAIRRO: JARDIM BONGIOVANI CEP: 19050380 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP
CNPJ: 06.043.868/0001-55
PROCESSO: 25351.475413/2014-69 AUTORIZ/MS: 1.11390.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: ANTONIO WILLIAN COSTA
ENDEREÇO: AVENIDA JAGUARARI, Nº 2512
BAIRRO: CANDELARIA II CEP: 59064500 - NATAL/RN
CNPJ: 24.590.259/0001-06
PROCESSO: 25351.436272/2014-69 AUTORIZ/MS: 1.10983.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: E M TRANSPORTE MULTIMODAL LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA DOS BARÉS 170, 3° ANDAR
BAIRRO: CENTRO CEP: 69005020 - MANAUS/AM
CNPJ: 06.820.212/0001-00
PROCESSO: 25351.458382/2014-70 AUTORIZ/MS: 1.11526.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TRAFTI LOGISTICA S/A
ENDEREÇO: ESTRADA DOS CASA, Nº 4285 - GALPÃO 01
BAIRRO: DOS CASA CEP: 09840000 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 08.382.348/0001-00
PROCESSO: 25351.464170/2014-71 AUTORIZ/MS: 1.11310.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: RAF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA URSULA DA FONTE S/N- QUADRA 05, LOTE 22, GALPAO 09
BAIRRO: JARDIM BELO HORIZONTE CEP: 42700000 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 11.164.073/0001-35
PROCESSO: 25351.466971/2014-71 AUTORIZ/MS: 1.11315.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DIOR DE AZEVEDO TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV CARLOS LINDEMBERG 1754 SL 105
BAIRRO: ARIBIRI CEP: 29120568 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 05.777.666/0001-74

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.317, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso VI do art. 2º, da Resolução RDC nº 204 de 6 de julho de 2005;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Concessão de Certificado de Boas Práticas da(s) empresa(s) constante(s) no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE: Eurofarma Laboratórios S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
INDÚSTRIA INTERNACIONAL: Advanced Enzyme Technologies Ltd.
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 70141 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de BIOLÓGICOS E BIOTECNOLÓGICOS exceto MERCOSUL.
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.450949/2013-87
MOTIVOS: Descumprimento das Boas Práticas de Fabricação de Insumos (RDC nº. 249 de 2005), descumprimento da RDC 57 de 2012 e descumprimento do inciso I do Artigo nº 52 da Lei 6360 de 1976.
EMPRESA IMPORTADORA: GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda.
CNPJ: 00.029372/0001-40
EMPRESA FABRICANTE: GE Healthcare AS
ASSUNTO(S) DA(S) PETIÇÃO(ÕES): Certificação de BPF de Indústria Internacional de Injetáveis exceto Mercosul
NÚMERO(S) DO(S) PROCESSO(S): 25351.145801/2013-41
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: desistência de inspeção agendada, em desacordo com o previsto no §2º do art. 8º da Resolução RDC nº. 39, de 14 de agosto de 2013.
RAZÃO SOCIAL: Geolab Indústria Farmacêutica S/A.
CNPJ: 03.485.572/0001-04
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 7329 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA NACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS; 7327 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA NACIONAL de LÍQUIDOS NÃO ESTÉREIS
NÚMERO(S) DO(S) EXPEDIENTE(S): 25351.492476/2013-77 e 25351.492482/2013-82
MOTIVO: Descumprimento do § 2º, artigo 7º da RDC nº 39/13.
EMPRESA IMPORTADORA: Laboratório Teuto Brasileiro S/A.
CNPJ: 17.159.229/0001-76
EMPRESA FABRICANTE: Pfizer Manufacturing Belgium
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 7326 - MEDICAMENTOS - (Certificação de BPF) de INDÚSTRIA INTERNACIONAL de PRODUTOS ESTÉREIS exceto MERCOSUL
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.208481/2014-30
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Em desacordo com a RDC nº 25/2011. A empresa não apresentou as revisões periódicas dos produtos objetos da certificação.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.318, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A(s) presente(s) Certificação(ões) terá(ão) validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

Empresa Fabricante: Haupt Pharma Latina S.R.L.	
Endereço: Strada Statale Km. 156, Borgo San Michele 47.600, 04100 Latina (LT)	
País: Itália	
Empresa Importadora: Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda	**CNPJ:** 61.072.393/0001-33
Autorização de Funcionamento nº: 1021101	
Processo: 25351.124930/2014-62	
Certificado de Boas Práticas para Insumo(s):	
Produtos estéreis penicilínicos: pós (com preparação asséptica).	

Empresa: EMS Sigma Pharma Ltda.		**CNPJ:** 00.923.140/0001-31
Endereço: Rod. Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 08 - Bloco VIII		
N.º: s/n	**Bairro:** Chácaras Assay	**CEP:** 13186-901
Município: Hortolândia		**UF:** SP
Autorização de Funcionamento n.º: 1035695		
Processo(s): 25351.001011/2013-44 e 25351.745175/2013-11		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis: cápsulas e pós.		

Empresa: Novartis Biociências S/A		**CNPJ:** 56.994.502/0098-62
Endereço: Av. Ibirama		
N.º: 518	**Bairro:** Pirajussara	**CEP:** 06785300
Município: Taboão da Serra		**UF:** SP
Autorização de Funcionamento n.º: 1000685		
Autorização Especial n.º: 1208683		
Processo(s): 25351.122449/2014-89 e 25351.122420/2014-00		
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Formas Farmacêuticas:		
Sólidos não estéreis: cápsulas, comprimidos e comprimidos revestidos. **Líquidos não estéreis:** aerossóis, soluções, suspensões e xaropes. **Sólidos não estéreis:** embalagem secundária. **Sólidos não estéreis hormonais:** embalagem secundária.		

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.319, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

A Superintendente Substituta de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.021, de 18 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando o art. 50 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso VII, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

EMPRESA: FARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: R LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA Nº 151
BAIRRO: POLO INDUSTRIAL JANDIRA II CEP: 06612270 - JANDIRA/SP
CNPJ: 04.019.475/0013-14
PROCESSO: 25351.467075/2014-01 AUTORIZ/MS: 1.11297.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: MBC TRANSPORTES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ISAÍAS EVÓDIO DE OLIVEIRA, 33
BAIRRO: FRAGATA CEP: 96050190 - PELOTAS/RS
CNPJ: 07.109.693/0001-02
PROCESSO: 25351.332961/2014-04 AUTORIZ/MS: 1.11341.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: DROGARIA SANTA MARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA CORAÇÃO DE MARIA Nº 67/71, CASA 75, 77, 81 E 87
BAIRRO: SÃO JOSÉ CEP: 50020400 - RECIFE/PE
CNPJ: 11.433.984/0001-10
PROCESSO: 25351.492222/2014-11 AUTORIZ/MS: 1.11455.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: J.M.C. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA- EPP
ENDEREÇO: RUA ARNALDO DOMINGOS MOTA
BAIRRO: ELDORADO CEP: 12238572 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 18.966.338/0001-68
PROCESSO: 25351.463474/2014-11 AUTORIZ/MS: 1.11244.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.458542/2014-11 AUTORIZ/MS: 1.11243.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PERFEITTUS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA CARAÍBA, Nº 310, QUADRA 01, LOTE 13
BAIRRO: JARDIM MARILIZA CEP: 74885090 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 01.744.640/0001-79
PROCESSO: 25351.396804/2014-15 AUTORIZ/MS: 1.11375.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: AMB TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: Av. Transnordestina, 1780C
BAIRRO: Campo Limpo CEP: 44032411 - FEIRA DE SANTANA/BA
CNPJ: 08.508.567/0002-66
PROCESSO: 25351.412196/2014-15 AUTORIZ/MS: 1.11482.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PEDRO RAMIRES DE MELLO, Nº 474
BAIRRO: CENTRO CEP: 85501250 - PATO BRANCO/PR
CNPJ: 05.993.698/0001-07
PROCESSO: 25351.480353/2014-15 AUTORIZ/MS: 1.11426.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CIRURGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME
ENDEREÇO: AV FILADELFIA 1942 LOTE 04 QUADRA 02
BAIRRO: JARDIM ITATIAIA CEP: 77813410 - ARAGUAÍNA/TO
CNPJ: 09.497.984/0001-32
PROCESSO: 25351.489484/2014-16 AUTORIZ/MS: 1.11441.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: RCA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALARES E PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA CARMO DA CACHOEIRA Nº 217, LOJA 01
BAIRRO: SALGADO FILHO CEP: 30550370 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 11.655.531/0001-39
PROCESSO: 25351.487185/2014-17 AUTORIZ/MS: 1.11433.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: RP4 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA JOÃO ERBETA, Nº 277
BAIRRO: JARDIM PRIMAVERA CEP: 13670000 - SANTA RITA DO PASSA QUATRO/SP
CNPJ: 04.851.958/0001-47
PROCESSO: 25351.491226/2014-20 AUTORIZ/MS: 1.11458.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: NR 2006 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: avenida barão do rio branco nº 817
BAIRRO: mariano procópio CEP: 36035000 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 07.724.173/0003-63
PROCESSO: 25351.164781/2014-21 AUTORIZ/MS: 1.06867.3
ATIVIDADE/CLASSE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014090100083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RSS (http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/rss?p_p_cacheability=cacheLevelFull)
Imprimir

$CHAPEU_DA_NOTICIA.GETDATA()

Esclarecimento: Renovação de autorizações AFE e AE

Por: ASCOM

Publicado: 18/11/2014 02:00
Última Modificação: 25/06/2015 14:14

Tweet (https://twitter.com/share)
G+ Compartilhar 0

$texto_alternativo.getData() A Anvisa informa que foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) 221 de 14/11/2014, a lei 13.043/14, que no Art. 99 altera o Anexo II da Lei 9.782/99 e extingue a **Renovação** de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE). Esse anexo exclui a obrigatoriedade de renovações de AFE e AE anual constantes nos itens 3.1, 3.2 ,5.1 e 7.1, da lei 9.782/99.

Dessa forma, todos os assuntos de petição relacionados à Renovação de AFE e AE foram desabilitados do sistema de Peticionamento da Agência.

As empresas que já realizaram a petição de renovação e ainda não efetuaram o recolhimento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS), mediante a Guia de Recolhimento da União (GRU), ficam dispensadas do pagamento. A GRU possui validade de trinta dias e, após esse prazo, é descartada sem implicar obrigação de pagamento para o interessado.

Para esclarecer dúvidas e solicitar orientações adicionais ligue para a Central de Atendimento da Anvisa, número 0800 642 9782 (ligação gratuita para todo o Brasil, disponível das 7h30 às 19h30, de segunda à sexta-feira, exceto feriados).

Informa-se, adicionalmente, que as normas que tratam desse assunto serão revisadas.

()

Fonte: Superintendência de Inspeção Sanitária - SUINP

ANEXO

EMPRESA: POLI LIMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA RENZO BALDINI, Nº 307
BAIRRO: PARADA XV NOVEMBRO CEP: 08248000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 65.450.256/0001-46
PROCESSO: 25351.313031/2008-34
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: PROPOSTA DA VISA-SP ATRAVÉS DO OFÍCIO GVS 1 - CAPITAL - SIAP Nº 0026942008 - VS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.458, DE 18 DE JULHO DE 2008

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 28 de dezembro de 2005 do Presidente da República e a Portaria GM/MS nº 119, de 18 de janeiro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006,

considerando o art. 2º , da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

EMPRESA: BGE MEDICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME
ENDEREÇO: TRAVESSA R 400, BLOCO D, TÉRREO, SALA 10
BAIRRO: BUTANTÃ CEP: 05508900 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.522.215/0001-60
PROCESSO: 25351.190837/2007-52 AUTORIZ/MS: G433M541068W (8.01184.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
EMPRESA: DIANA PAOLUCCI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ENDEREÇO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3015 - 5º ANDAR
BAIRRO: ITAIM BIBI CEP: 01452000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.715.703/0001-28
PROCESSO: 25351.297975/2006-95 AUTORIZ/MS: 83738H9704LY (8.03212.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: IMPLAMEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: AV. PROFESSOR MAGALHÃES NETO, Nº 1856 - ED. TK TOWER - SALAS 306 A 311
BAIRRO: PITUBA CEP: 41770235 - SALVADOR/BA
CNPJ: 06.976.628/0001-03
PROCESSO: 25351.346688/2006-16 AUTORIZ/MS: P856M6M57650 (8.03284.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: KENNEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA CONEGO JANUARIO, Nº 58
BAIRRO: IPIRANGA CEP: 04201050 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.851.135/0001-59
PROCESSO: 25351.202193/2002-52 AUTORIZ/MS: P083889XMSH9 (8.01182.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: PEDRO HORÁCIO DE FIGUEIREDO DUTRA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ DE ALENCAR, Nº 704
BAIRRO: BOA VISTA CEP: 50070030 - RECIFE/PE
CNPJ: 00.478.592/0001-51
PROCESSO: 25019.001003/02-37 AUTORIZ/MS: 8.01022.9
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATO
EMPRESA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCO GRILO, Nº 374 - FUNDOS
BAIRRO: COLONIA DONA LUIZA CEP: 84045320 - PONTA GROSSA/PR
CNPJ: 02.816.696/0001-54
PROCESSO: 25023.030007/2002-00 AUTORIZ/MS: 8.01141.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATO
EMPRESA: VASCULINE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: AV. AYRTON SENNA, Nº 3000 - SALAS 401/402 E 411/412
BAIRRO: BARRA DA TIJUCA CEP: 22775005 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 03.555.303/0001-69
PROCESSO: 25351.012960/01-63 AUTORIZ/MS: 8.00706.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.459, DE 18 DE JULHO DE 2008

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 28 de dezembro de 2005 do Presidente da República e a Portaria GM/MS nº 119, de 18 de janeiro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006,

considerando o art. 2º , da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

EMPRESA: TRI TECHNOLOGIES LTDA
ENDEREÇO: AV.SILVA LOBO, Nº 1670 - BLOCO 03 - FUNDOS
BAIRRO: NOVA GRANADA CEP: 30430000 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 26.332.981/0001-68
PROCESSO: 25000.032707/99-74 AUTORIZ/MS: 10.4482.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
REEMBALAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.460, DE 18 DE JULHO DE 2008

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 28 de dezembro de 2005 do Presidente da República e a Portaria GM/MS nº 119, de 18 de janeiro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006,

considerando o art. 2º , da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25024.284084/2008-42 AUTORIZ/MS: KUXWW0WW6H85 (8.04483.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ANNE FRANK, Nº 5223
BAIRRO: BOQUEIRÃO CEP: 81730010 - CURITIBA/PR
CNPJ: 02.477.571/0001-47
PROCESSO: 25351.337296/2008-28 AUTORIZ/MS: P042YWXY3574 (8.04484.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: DISMMAHPI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR DO PIAUI LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA SANTA LUZIA, Nº 2250
BAIRRO: CENTRO CEP: 64001400 - TERESINA/PI
CNPJ: 06.280.683/0001-64
PROCESSO: 25351.339311/2008-72 AUTORIZ/MS: P6W51H554611 (8.04485.8)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: INTRAMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, Nº 65, ANDAR 8 - CONJ 803 E 804
BAIRRO: ÁGUA VERDE CEP: 80620100 - CURITIBA/PR
CNPJ: 05.269.637/0001-00
PROCESSO: 25351.329946/2008-61 AUTORIZ/MS: UXL47VHH4XW6 (8.04486.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.461, DE 18 DE JULHO DE 2008

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 28 de dezembro de 2005 do Presidente da República e a Portaria GM/MS nº 119, de 18 de janeiro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ANEXO

EMPRESA: TECNOTON APARELHOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: AV. TREZE DE MAIO, Nº 33 - BL. B - SALAS 515/516
BAIRRO: CENTRO CEP: 20031000 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 29.321.943/0001-42
PROCESSO: 25000.016030/97-00
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: ATIVIDADE EXERCIDA DIFERE DA AUTORIZADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.462, DE 18 DE JULHO DE 2008

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 28 de dezembro de 2005 do Presidente da República e a Portaria GM/MS nº 119, de 18 de janeiro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria nº 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

COMERCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO PROIBIDA

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 06/10/2022 08:13:32 que o documento de hash (SHA-256) 9de81545b4d27ce8054f8b965a1a759a74e99c010e06c82cab2350f0d8e72826 foi validado em 06/10/2022 07:46:03 através da transação blockchain 0xcb6c8cd40ed7a972470a11556b0ffca848bf6a030beed8bfafbf7cea6f2f01a1 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 87367)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edificio Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **9de81545b4d27ce8054f8b965a1a759a74e99c010e06c82cab2350f0d8e72826** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **87367** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"AFE - Correlatos"**, cujo assunto é descrito como **"AFE - Correlatos"**, faz prova de que em **06/10/2022 07:45:56**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **06/10/2022 08:10:13** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xcb6c8cd40ed7a972470a11556b0ffca848bf6a030beed8bfafbf7cea6f2f01a1**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Cívil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

BAIRRO: CIC CEP: 81290270 - CURITIBA/PR
CNPJ: 07.415.627/0001-52
PROCESSO: 25023.020623/2005-84 AUTORIZ/MS: KHW60Y598592 (8.02880.9)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO JULIO CESAR DE SOUZA ARAÚJO N 220
BAIRRO: CIC CEP: 81290270 - CURITIBA/PR
CNPJ: 07.415.627/0001-52
PROCESSO: 25023.020623/2005-84 AUTORIZ/MS: KHW60Y598592 (8.02880.9)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução-RE nº 280, de 24 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. nº 19, de 28 de janeiro de 2013, Seção 1, Pág. 42 e Suplemento Pág. 51.
Onde se lê:
EMPRESA: ESSENCIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
ENDEREÇO: Rua São José, nº 354
BAIRRO: São Jorge CEP: 93180000 - PORTÃO/RS
CNPJ: 11.094.675/0001-63
PROCESSO: 25351.464964/2012-12 AUTORIZ/MS: 3.05229.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
Leia-se:
EMPRESA: ESSENCIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
ENDEREÇO: Rua São José, nº 354
BAIRRO: São Jorge CEP: 93180000 - PORTÃO/RS
CNPJ: 11.094.675/0001-63
PROCESSO: 25351.464964/2012-12 AUTORIZ/MS: 3.05229.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

Na Resolução-RE nº 376, de 31 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. nº 24, de 4 de fevereiro de 2013, Seção 1, Pág. 59 e Suplemento Pág. 110.
Onde se lê:
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.479831/2012-55 AUTORIZ/MS: 2.06556.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
Leia-se:
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.479831/2012-55 AUTORIZ/MS: 2.06556.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Na Resolução - RE nº 478, de 8 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 29, de 13 de fevereiro de 2013, Seção 1 pág. 38 Suplemento pág. 116.
Onde se lê:
EMPRESA: MEDLEY COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: Via Gastão Camargos, 577
BAIRRO: Pernbas CEP: 32211970 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 10.588.595/0005-25
PROCESSO: 25351.005414/2013-69 AUTORIZ/MS: 1.23313.4
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: MEDLEY COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA.
ENDEREÇO: Via Gastão Camargos, 577 - Galpão 1 - Armazém 1
BAIRRO: Pernbas CEP: 32211970 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 10.588.595/0005-25
PROCESSO: 25351.005414/2013-69 AUTORIZ/MS: 1.23313.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 505, de 08 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 29, de 13 de fevereiro de 2013, Seção 1, páginas 40/41 e em Suplemento ANVISA, páginas 134/135, que concede a Certificação à empresa Shanghai Dongyue yue Medical Health Product Co., Ltd por solicitação do importador Target Comércio de Produtos Médicos Ltda - CNPJ: 03.109.348/0001-00.
Onde se lê:

Fabricante: SHANGHAI DONGYUE YUE MEDICAL HEALTH PRODUCT CO., LTD	
Endereço: NO. 9088 HUTAI ROAD, BAOSHAN DISTRICT, 200-949, SANGHAI - CHINA	
País: CHINA	
Importador: TARGET COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	CNPJ: 03.109.348/0001-00
Autorização de Funcionamento Comum nº: 804.840-3	
Expediente da Petição: 0135589/12-9	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos: Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

Leia-se:

Fabricante: SHANGHAI DONG YUE MEDICAL HEALTH PRODUCT CO., LTD	
Endereço: NO. 9088 HUTAI ROAD, BAOSHAN DISTRICT, 200-949, SANGHAI - CHINA	
País: CHINA	
Importador: TARGET COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	CNPJ: 03.109.348/0001-00
Autorização de Funcionamento Comum nº: 804.840-3	
Expediente da Petição: 0135589/12-9	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos: Produtos médicos fabricados na planta acima mencionada, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria nº 192, de 01 de fevereiro de 2013, publicada no DOU nº 24, de 04 de fevereiro de 2013, Seção 1, pags. 63 e 64, onde se lê:

6.2 A documentação de comprovação dos requisitos de viabilidade técnica e institucional não anexada na Carta Consulta deverá ser encaminhada, mediante Ofício, à Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Engenharia de Saúde Pública, no endereço: Setor de Autarquias Sul/SAUS, Quadra 04, Bloco N, 6º Andar, Brasília/DF, CEP 70.070-040, no período previsto no cronograma constante do Anexo II. Leia-se:

6.2 A documentação de comprovação dos requisitos de viabilidade técnica e institucional não anexada na Carta Consulta deverá ser encaminhada, mediante Ofício, à Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Engenharia de Saúde Pública, no endereço: Setor de Autarquias Sul/SAUS, Quadra 04, Bloco N, 6º Andar, Brasília/DF, CEP 70.070-040, no período de 08/04 a 12/04/2013.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 95, DE 4 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.025129/2009-14, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação dessa Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica DIMENSÃO VISTORIA VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ - 10.739.139/0001-05, situada no Município de São Paulo - SP, na Rua Desembargador Euclides da Silveira, 345 - Casa Verde, CEP 02.511-010, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Paulo no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CLAUDIO PORTELLA SERRA E SILVA

PORTARIA Nº 96, DE 5 DE ABRIL DE 2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da competência que lhe foi atribuída pelas Resoluções nº232, de 30 de março de 2007, e nº282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e Portarias nº29 de 30 de maio de 2007 e Portaria nº1334, de 29 de dezembro de 2010, do DENATRAN, e tendo em vista o que consta no processo nº 80000.030239/2009-90, resolve:

Art. 1º Homologar a empresa OXXY NET CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES, com sede na Rua Sete de Abril, 404, 6º andar, Conj 61, República, São Paulo - SP, CEP 01044-000, para operar como UGC - Unidade de Gestão de CSV, usuária de sistemas integrados ao Sistema Nacional de Controle e Emissão de Certificação de Segurança Veicular e Vistorias - SISCSV para prestação de serviços às Instituições Técnicas Licenciadas - ITL ou ETP e às Empresas Credenciadas para Vistorias - ECV.

Art. 2º A renovação do certificado da empresa emitido pela Certificadora OMNIS através das Portarias nº 38/2007 e 1218/2010, processo nº 80000.013203/2013-28, terá validade de dois anos a contar da data de publicação desta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CLAUDIO PORTELLA SERRA E SILVA

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 7.342, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53512002390201l - Aplica à entidade YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A, CNPJ nº 92660604001154, FISTEL nº 50401369862, a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Autorização para exploração do Serviço Limitado Privado Estações Itinerantes.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 2.163, DE 2 DE ABRIL DE 2013

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 02/2012, de 16 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 29 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 10, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 subsequente, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos Anexos I, II e III deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação deste Ato, para que as entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas apresentem à Anatel formulário padronizado contendo suas novas características técnicas de operação.

Art. 3º Determinar os prazos de 4 (quatro) meses para alteração de frequência e de 12 (doze) meses para adaptação às demais características técnicas, contados a partir da data de publicação do respectivo Ato autorizativo das novas características de operação das emissoras, para que as mesmas realizem seu enquadramento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA MOREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013040800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: AUGURI - COM. DE PROD. E EQUIP. CIR. LTDA
ENDEREÇO: R PROF. ORLANDO SPRENGER LOBO, 40
BAIRRO: TINGUI CEP: 82620080 - CURITIBA/PR
CNPJ: 14.788.174/0001-75
PROCESSO: 25351.390916/2012-63 AUTORIZ/MS: G37YWY32M20W (8.08847.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: World Life Medical Industria e Comercio Ltda
ENDEREÇO: Avenida Alfredo Nasser, S/N, Quadra 76, lote 12
BAIRRO: Parque Estrela Dalva CEP: 72804010 - LUZIÂNIA/GO
CNPJ: 12.978.514/0001-03
PROCESSO: 25351.020906/2012-63 AUTORIZ/MS: GYLW7WWL7H87 (8.08842.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Metalic Medical Produtos Hospitalares Ltda. - EPP
ENDEREÇO: Rua Nova Esperança, 1004/1018
BAIRRO: Emiliano Perneta CEP: 83324400 - PINHAIS/PR
CNPJ: 05.788.117/0001-03
PROCESSO: 25351.483583/2012-65 AUTORIZ/MS: G3458X6X7XM5 (8.08839.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR; CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
EMPRESA: KRISTAL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARTOLOMEU LOURENCO DE GUSMAO, 4961
BAIRRO: BOQUEIRAO CEP: 81730040 - CURITIBA/PR
CNPJ: 10.750.530/0001-00
PROCESSO: 25351.789312/2011-78 AUTORIZ/MS: U7L958Y04H49 (8.08838.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: CIRURGICAL PRIME COM. E REPRES. DE MEDICAMENTO E MAT. MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: Rua Vergueiro, 2087 - Cj.1406
BAIRRO: vila mariana CEP: 04101000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 13.238.109/0001-03
PROCESSO: 25351.440024/2012-79 AUTORIZ/MS: UX0L8LL37X1Y (8.08836.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: comed indústria de equipamentos médicos LTDA me
ENDEREÇO: Rua doutor aristides a. fernandes, 110
BAIRRO: jardim santana CEP: 13902050 - AMPARO/SP
CNPJ: 14.648.511/0001-29
PROCESSO: 25351.481419/2012-98 AUTORIZ/MS: K25YW4M914H6 (8.08843.0)
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: CORRELATOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 375, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: VAIMED TECNOLOGIAS EM SAUDE LTDA ME
ENDEREÇO: RUA LUIZA GRINALDA, Nº 596
BAIRRO: CENTRO CEP: 29100240 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 39.323.217/0001-78
PROCESSO: 25351.139587/2011-15 AUTORIZ/MS: 3L32166X2M67 (8.07428.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: C & C Hospitalar Ltda
ENDEREÇO: Rua T.29 QD. 69 LT. 07
BAIRRO: Setor Bueno CEP: 74201050 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 36.830.917/0001-60
PROCESSO: 25351.224742/2002-40 AUTORIZ/MS: M7129WY50HW7 (8.01289.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: ESSENCA LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD ANHANGUERA, KM 15 - MODULO TIPO B Nº 09 DO CLA
BAIRRO: AGUA VERMELHA CEP: 05110080 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 58.840.703/0001-08
PROCESSO: 25351.091761/2009-43 AUTORIZ/MS: 385333WHL2H5 (8.05666.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: INSTITUTO SAPIENS VITA - COMERCIO DE INSTRUMENTOS MEDICOS E SERVICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA MANOEL PEREIRA DE ARRUDA, 339
BAIRRO: BELA VISTA CEP: 13207721 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 06.026.815/0001-26
PROCESSO: 25351.751170/2010-75 AUTORIZ/MS: PW75X2X3H3HL (8.07158.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: crispe comércio e representação de material médico e hospitalar lida
ENDEREÇO: rua padre estevão pernet 160, cj 1104
BAIRRO: tatuapé CEP: 03315000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 56.464.506/0001-06
PROCESSO: 25351.149578/2007-99 AUTORIZ/MS: X5332YXXXH29 (8.03785.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: BRASMEDICA HOSPITALAR E ORTOPEDICA LTDA
ENDEREÇO: SHCS QUADRA 502 BLOCO A LOJA 59
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70330510 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 00.625.186/0001-74
PROCESSO: 25351.012167/00-65 AUTORIZ/MS: 8.00304.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

RESOLUÇÃO - RE Nº 376, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: INTERMEDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A
ENDEREÇO: RUA AUGUSTA 1029
BAIRRO: CONSOLAÇÃO CEP: 01305904 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 44.649.812/0001-38
PROCESSO: 25351.145743/2012-00 AUTORIZ/MS: 3.05236.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: G.C. INDUSTRIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE LUBRIFICANTES LTDA.
ENDEREÇO: AV. ROBERTO PINTO SOBRINHO 106
BAIRRO: PQ. INDL. ANHANGUERA CEP: 06268120 - OSASCO/SP
CNPJ: 00.248.414/0001-34
PROCESSO: 25351.446215/2012-05 AUTORIZ/MS: 3.05240.6
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.479846/2012-19 AUTORIZ/MS: 3.05237.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: CIRURGICA VITORIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA BRASIL,249
BAIRRO: VILA SANTA ISABEL CEP: 15890000 - UCHOA/SP
CNPJ: 07.700.245/0001-70
PROCESSO: 25351.439671/2012-43 AUTORIZ/MS: 3.05235.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: KAMIMED IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: ALAMEDA TUCA, 190
BAIRRO: JARDIM IPE CEP: 06716190 - COTIA/SP
CNPJ: 15.716.512/0001-26
PROCESSO: 25351.464831/2012-69 AUTORIZ/MS: 3.05241.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: Rosely Soldatelli
ENDEREÇO: Rua Jardelino Ramos, 1639 Sala A
BAIRRO: Presidente Vargas CEP: 95054180 - CAXIAS DO SUL/RS
CNPJ: 13.233.097/0001-24
PROCESSO: 25351.448308/2012-73 AUTORIZ/MS: 3.05239.4
ATIVIDADE/CLASSE
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: HEMOTEC INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.
ENDEREÇO: RUA GRACILIANO RAMOS, 324
BAIRRO: STA ISABEL CEP: 94500000 - VIAMÃO/RS
CNPJ: 10.379.094/0001-05
PROCESSO: 25351.481528/2012-95 AUTORIZ/MS: 3.05238.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: IMPORTADORA WHITE GOLD LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA NANCY PIRES DE CAMARGO, 10 - FUNDOS
BAIRRO: PARQUE EDU CHAVES CEP: 02236270 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 13.219.481/0001-72
PROCESSO: 25351.257550/2012-96 AUTORIZ/MS: 3.05243.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 377, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102013020400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

EMPRESA: ALIANCA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: DR. BATISTA PEREIRA 158 TERREO ANDAR 1
BAIRRO: MACUCO CEP: 11015100 - SANTOS/SP
CNPJ: 05.138.146/0001-11
PROCESSO: 25351.298411/2012-07 AUTORIZ/MS: 2.06552.2
ATIVIDADE/CLASSE
IMPORTAR: COSMÉTICOS
EMPRESA: UNIVERSAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME
ENDEREÇO: R PEDRO THEISEN JUNIOR 649
BAIRRO: ARIRIU CEP: 88135420 - PALHOÇA/SC
CNPJ: 13.511.960/0001-68
PROCESSO: 25351.401090/2012-22 AUTORIZ/MS: 2.06474.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
IMPORTAR: COSMÉTICOS
EMPRESA: TECHLINE COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E SERVIÇOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DIOGO MOREIRA, 132 - 3 ANDAR CJTO. 301
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05423010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 64.132.434/0001-28
PROCESSO: 25351.417841/2012-22 AUTORIZ/MS: 2.06562.7
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Luan papin mendes industria de cosmeticos ltda me
ENDEREÇO: av. nossa senhora de fatima 15-15
BAIRRO: jardim america CEP: 17017337 - BAURU/SP
CNPJ: 10.570.978/0001-42
PROCESSO: 25351.271502/2012-31 AUTORIZ/MS: 2.06563.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: KAMIMED IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: ALAMEDA TUCA, 190
BAIRRO: JARDIM IPE CEP: 06716190 - COTIA/SP
CNPJ: 15.716.512/0001-26
PROCESSO: 25351.464897/2012-34 AUTORIZ/MS: 2.06559.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.479831/2012-55 AUTORIZ/MS: 2.06556.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
[redacted]
TACAO E EXPORTACAO LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA SUIÇA, Nº 103
BAIRRO: DO SILVESTRE CEP: 13901008 - AMPARO/SP
CNPJ: 67.172.692/0001-26
PROCESSO: 25351.017367/2012-57 AUTORIZ/MS: 2.06561.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Go Pack Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda - EPP.
ENDEREÇO: Rua José Rezende Meirelles, 3925
BAIRRO: Santa Cândida CEP: 13280000 - VINHEDO/SP
CNPJ: 14.473.097/0001-64
PROCESSO: 25351.443971/2012-63 AUTORIZ/MS: 2.06558.4
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: KRISTAL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARTOLOMEU LOURENCO DE GUSMAO, 4961
BAIRRO: BOQUEIRAO CEP: 81730040 - CURITIBA/PR
CNPJ: 10.750.530/0001-00
PROCESSO: 25351.789279/2011-68 AUTORIZ/MS: 2.06560.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: GARROCINIS INDUSTRIA QUIMICA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA HOMERO PACHECO ALVES, 1362
BAIRRO: JARDIM CONSOLAÇÃO CEP: 14400010 - FRANCA/SP
CNPJ: 10.368.275/0001-36
PROCESSO: 25351.486696/2012-71 AUTORIZ/MS: 2.06554.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: CENTER ROYAL QUIMICA INDUSTRIAL LTDA
ENDEREÇO: RUA MARCOS TOQUETÃO, 248, 258 E 278
BAIRRO: JARDIM JUSSARA CEP: 16021345 - ARAÇATUBA/SP
CNPJ: 55.625.750/0001-40
PROCESSO: 25351.479081/2012-78 AUTORIZ/MS: 2.06557.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: EL SAHIE & FORNER LTDA
ENDEREÇO: Rua orestes baldisserottu, 1011, sala 03
BAIRRO: santa catarina CEP: 95032260 - CAXIAS DO SUL/RS
CNPJ: 03.779.734/0001-09
PROCESSO: 25351.486395/2012-79 AUTORIZ/MS: 2.06553.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Eruus fragrâncias ltda
ENDEREÇO: Avenida antonio raminelli, 1037 - sala 1, primeiro andar
BAIRRO: PQ RESID ANA ROSA II CEP: 86183000 - CAMBÉ/PR
CNPJ: 13.251.979/0001-12
PROCESSO: 25351.021699/2012-81 AUTORIZ/MS: 2.06555.3
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMPRESA: Rodomilli Transportes Rodoviários Ltda
ENDEREÇO: R Benito Meana, 100, Salas 14D5 e 14D6
BAIRRO: Jardim Julieta CEP: 02161170 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 67.529.677/0001-92
PROCESSO: 25351.400096/2012-90 AUTORIZ/MS: 2.06473.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 378, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: frielo industria e comercio de produtos de limpeza ltda me
ENDEREÇO: av armando sales de oliveira , 1111 - galpao 1
BAIRRO: vila moraes pinto CEP: 19802082 - ASSIS/SP
CNPJ: 13.647.062/0001-31
PROCESSO: 25351.441478/2012-16
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Apresentação do relatório de inspeção, sem parecer conclusivo acerca da atividade de Fabricar Saneantes. Conforme Art 2º - § 2º , inciso II, da Resolução-RDC 204/2005.
EMPRESA: Abarim Comercial Ltda Me
ENDEREÇO: Rua Seis Irmãos n.º 137
BAIRRO: Morada da Colina CEP: 99010350 - PASSO FUNDO/RS
CNPJ: 05.978.428/0001-27
PROCESSO: 25351.391921/2012-47
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indeferido com base no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005. A empresa não encaminhou a documentação necessária: Relatório de Inspeção com parecer técnico conclusivo e favorável ao o exercício da atividade pleiteada.
EMPRESA: AROMATA LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 452 KM 47 A ESQUERDA S/N
BAIRRO: ZONA RURAL CEP: 38420000 - MONTE ALEGRE DE MINAS/MG
CNPJ: 00.607.518/0001-98
PROCESSO: 25351.430865/2011-93
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não cumprimento da Notificação de Exigência nº. 283159/12, contrariando o Art 7º. da RDC 204/2005.

RESOLUÇÃO - RE Nº 379, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: NATURAL LINE COSMÉTICOS LTDA
ENDEREÇO: Av. Mutinga, 4445
BAIRRO: Pirituba CEP: 05110000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 54.479.563/0001-33
PROCESSO: 25001.013643/85
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indeferido com base nos artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa não cumpriu plenamente com a exigência formulada sob o número de notificação 242276/11. Não consta no relatório de inspeção as atividades de importar, exportar e distribuir. Adicionalmente, falta a última página do relatório encaminhado.

RESOLUÇÃO - RE Nº 380, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: MEDIONCOL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA FIGUEIREDO MAGALHAES Nº 741, LOJA 1.
BAIRRO: COPACABANA CEP: 22031011 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 05.787.905/0001-77
PROCESSO: 25351.678535/2012-02 AUTORIZ/MS: 1.23287.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102013020400111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2001 e 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: AUGURI - COM. DE PROD. E EQUIP. CIR. LTDA
ENDEREÇO: R PROF. ORLANDO SPRENGER LOBO, 40
BAIRRO: TINGUI CEP: 82620080 - CURITIBA/PR
CNPJ: 14.788.174/0001-75
PROCESSO: 25351.390916/2012-63 AUTORIZ/MS: G37YWY32M20W (8.08847.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: World Life Medical Industria e Comercio Ltda
ENDEREÇO: Avenida Alfredo Nasser, S/N, Quadra 76, lote 12
BAIRRO: Parque Estrela Dalva CEP: 72804010 - LUZIÂNIA/GO
CNPJ: 12.978.514/0001-03
PROCESSO: 25351.020906/2012-63 AUTORIZ/MS: GYLW7WWL7H87 (8.08842.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: Metalic Medical Produtos Hospitalares Ltda. - EPP
ENDEREÇO: Rua Nova Esperança, 1004/1018
BAIRRO: Emiliano Perneta CEP: 83324400 - PINHAIS/PR
CNPJ: 05.788.117/0001-03
PROCESSO: 25351.483583/2012-65 AUTORIZ/MS: G3458X6X7XM5 (8.08839.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
EMPRESA: KRISTAL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARTOLOMEU LOURENCO DE GUSMAO, 4961
BAIRRO: BOQUEIRAO CEP: 81730040 - CURITIBA/PR
CNPJ: 10.750.530/0001-00
PROCESSO: 25351.789312/2011-78 AUTORIZ/MS: U7L958Y04H49 (8.08838.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: CIRURGICAL PRIME COM. E REPRES. DE MEDICAMENTO E MAT. MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: Rua Vergueiro, 2087 - Cj.1406
BAIRRO: vila mariana CEP: 04101000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 13.238.109/0001-03
PROCESSO: 25351.440024/2012-79 AUTORIZ/MS: UX0L8LL37X1Y (8.08836.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: ixmed indústria de equipamentos médicos LTDA me
ENDEREÇO: Rua doutor aristides a. fernandes, 110
BAIRRO: jardim santana CEP: 13902050 - AMPARO/SP
CNPJ: 14.648.511/0001-29
PROCESSO: 25351.481419/2012-98 AUTORIZ/MS: K25YW4M914H6 (8.08843.0)
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: CORRELATOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 375, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: VAIMED TECNOLOGIAS EM SAUDE LTDA ME
ENDEREÇO: RUA LUIZA GRINALDA, Nº 596
BAIRRO: CENTRO CEP: 29100240 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 39.323.217/0001-78
PROCESSO: 25351.139587/2011-15 AUTORIZ/MS: 3L32166X2M67 (8.07428.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: C & C Hospitalar Ltda
ENDEREÇO: Rua T.29 QD. 69 LT. 07
BAIRRO: Setor Bueno CEP: 74201050 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 36.830.917/0001-60
PROCESSO: 25351.224742/2002-40 AUTORIZ/MS: M7129WY50HW7 (8.01289.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATOS
EMPRESA: ESSENCA LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD ANHANGUERA, KM 15 - MODULO TIPO B Nº 09 DO CLA
BAIRRO: AGUA VERMELHA CEP: 05110080 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 58.840.703/0001-08
PROCESSO: 25351.091761/2009-43 AUTORIZ/MS: 385333WHL2H5 (8.05666.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: INSTITUTO SAPIENS VITA - COMERCIO DE INSTRUMENTOS MEDICOS E SERVICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA MANOEL PEREIRA DE ARRUDA, 339
BAIRRO: BELA VISTA CEP: 13207721 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 06.026.815/0001-26
PROCESSO: 25351.751170/2010-75 AUTORIZ/MS: PW75X2X3H3HL (8.07158.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
EMPRESA: crispe comércio e representação de material médico e hospitalar lida
ENDEREÇO: rua padre estevão pernet 160, cj 1104
BAIRRO: tatuapé CEP: 03315000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 56.464.506/0001-06
PROCESSO: 25351.149578/2007-99 AUTORIZ/MS: X5332YXXXH29 (8.03785.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO
EMPRESA: BRASMEDICA HOSPITALAR E ORTOPEDICA LTDA
ENDEREÇO: SHCS QUADRA 502 BLOCO A LOJA 59
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70330510 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 00.625.186/0001-74
PROCESSO: 25351.012167/00-65 AUTORIZ/MS: 8.00304.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

RESOLUÇÃO - RE Nº 376, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: INTERMEDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A
ENDEREÇO: RUA AUGUSTA 1029
BAIRRO: CONSOLAÇÃO CEP: 01305904 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 44.649.812/0001-38
PROCESSO: 25351.145743/2012-00 AUTORIZ/MS: 3.05236.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: G.C. INDUSTRIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE LUBRIFICANTES LTDA.
ENDEREÇO: AV. ROBERTO PINTO SOBRINHO 106
BAIRRO: PQ. INDL. ANHANGUERA CEP: 06268120 - OSASCO/SP
CNPJ: 00.248.414/0001-34
PROCESSO: 25351.446215/2012-05 AUTORIZ/MS: 3.05240.6
ATIVIDADE/CLASSE
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320
BAIRRO: FUNDO CANOAS CEP: 89160000 - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
PROCESSO: 25351.479846/2012-19 AUTORIZ/MS: 3.05237.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: CIRURGICA VITORIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA BRASIL,249
BAIRRO: VILA SANTA ISABEL CEP: 15890000 - UCHOA/SP
CNPJ: 07.700.245/0001-70
PROCESSO: 25351.439671/2012-43 AUTORIZ/MS: 3.05235.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: KAMIMED IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: ALAMEDA TUCA, 190
BAIRRO: JARDIM IPE CEP: 06716190 - COTIA/SP
CNPJ: 15.716.512/0001-26
PROCESSO: 25351.464831/2012-69 AUTORIZ/MS: 3.05241.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: Rosely Soldatelli
ENDEREÇO: Rua Jardelino Ramos, 1639 Sala A
BAIRRO: Presidente Vargas CEP: 95054180 - CAXIAS DO SUL/RS
CNPJ: 13.233.097/0001-24
PROCESSO: 25351.448308/2012-73 AUTORIZ/MS: 3.05239.4
ATIVIDADE/CLASSE
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: HEMOTEC INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.
ENDEREÇO: RUA GRACILIANO RAMOS, 324
BAIRRO: STA ISABEL CEP: 94500000 - VIAMÃO/RS
CNPJ: 10.379.094/0001-05
PROCESSO: 25351.481528/2012-95 AUTORIZ/MS: 3.05238.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMPRESA: IMPORTADORA WHITE GOLD LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA NANCY PIRES DE CAMARGO, 10 - FUNDOS
BAIRRO: PARQUE EDU CHAVES CEP: 02236270 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 13.219.481/0001-72
PROCESSO: 25351.257550/2012-96 AUTORIZ/MS: 3.05243.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO - RE Nº 377, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102013020400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado

Resultado da Consulta de Funcionamento de Empresas

	Ordem	CNPJ	Empresa	Tipo	Número	Tipo de Produto/ Área	Situação
☐	1	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Autorização	2.06556-7	Cosmético	Ativa
☐	2	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Autorização	1.11240-1	Medicamento	Ativa
☐	3	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Autorização	1.11243-2	Medicamento	Ativa
☐	4	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Autorização	8.04483-1 (KUXWW0WW6H85)	Produtos para Saúde (Correlatos)	Ativa
☐	5	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Autorização	3.05237-7	Saneantes	Ativa

Exportar para Excel | Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ
00.802.002/0001-02

Nome Fantasia
ALTERMED

Endereço na Internet
WWW.ALTERMED.COM.BR

SAC

Endereço Completo
ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320 - FUNDO CANOAS CEP: 89.160-000

Cidade/UF
RIO DO SUL/SC

Responsável Técnico
FERNANDO DE ANDRADE

Responsável Legal
ANACLETO FERRARI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
3.05237-7

Data do Cadastro
04/02/2013

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.479846/2012-19

Cadastro
3 - Saneantes

Atividades / Classes

Armazenar

- Saneante Domis.

Distribuir

- Saneante Domis.

Expedir

- Saneante Domis.

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ
00.802.002/0001-02

Nome Fantasia
ALTERMED

Endereço na Internet
WWW.ALTERMED.COM.BR

SAC

Endereço Completo
ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320 - FUNDO CANOAS CEP: 89.160-000

Cidade/UF
RIO DO SUL/SC

Responsável Técnico
FERNANDO DE ANDRADE

Responsável Legal
ANACLETO FERRARI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
8.04483-1 (KUXWW0WW6H85)

Data do Cadastro
21/07/2008

Situação
Ativa

Nº do Processo
25024.284084/2008-42

Cadastro
8 - Produtos para Saúde (Correlatos)

Atividades / Classes

Armazenar

- Correlatos

Distribuir

- Correlatos

Expedir

- Correlatos

Importar

- Correlatos

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ
00.802.002/0001-02

Nome Fantasia
ALTERMED

Endereço na Internet
WWW.ALTERMED.COM.BR

SAC

Endereço Completo
ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320 - FUNDO CANOAS CEP: 89.160-000

Cidade/UF
RIO DO SUL/SC

Responsável Técnico
FERNANDO DE ANDRADE

Responsável Legal
ANACLETO FERRARI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.11243-2

Data do Cadastro
01/09/2014

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.458542/2014-11

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Transportar

- Medicamento

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ
00.802.002/0001-02

Nome Fantasia
ALTERMED

Endereço na Internet
WWW.ALTERMED.COM.BR

SAC

Endereço Completo
ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320 - FUNDO CANOAS CEP: 89.160-000

Cidade/UF
RIO DO SUL/SC

Responsável Técnico
FERNANDO DE ANDRADE

Responsável Legal
ANACLETO FERRARI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.11240-1

Data do Cadastro
01/09/2014

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.458512/2014-66

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Transportar

- Medicamento

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ
00.802.002/0001-02

Nome Fantasia
ALTERMED

Endereço na Internet
WWW.ALTERMED.COM.BR

SAC

Endereço Completo
ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320 - FUNDO CANOAS CEP: 89.160-000

Cidade/UF
RIO DO SUL/SC

Responsável Técnico
FERNANDO DE ANDRADE

Responsável Legal
ANACLETO FERRARI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
2.06556-7

Data do Cadastro
04/02/2013

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.479831/2012-55

Cadastro
2 - Cosmético

Atividades / Classes

Armazenar

- Cosméticos
- Produtos de Higiene
- Perfumes

Distribuir

- Cosméticos
- Produtos de Higiene
- Perfumes

Expedir

- Cosméticos
- Produtos de Higiene
- Perfumes

Voltar

Prefeitura Municipal
Rio do Sul - SC

Concede o presente

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A Empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Nome Fantasia: ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02	Matriz	Insc. Mun.: 19313	Cad. Imob.: 10276

End.: ESTRADA BOA ESPERANCA	Nº 2320	Compl.:	
Bairro: FUNDO CANOAS	Cidade: Rio do Sul	CEP: 89.163-554	Estado: SC

Atividade Principal:	0046.4/51.01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
Secundária(s):	0033.1/21.02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
	0046.3/71.09	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
	0046.4/43.01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
	0046.4/51.03	Comércio atacadista de produtos odontológicos
	0046.4/60.01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
	0046.4/60.02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
	0046.4/94.08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
	0046.4/94.99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
	0047.2/96.99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
	0047.8/36.02	Comércio varejista de artigos esportivos

Início das Atividades: 01/10/1995 — Validade deste documento: INDETERMINADO

VÁLIDO POR PRAZO INDETERMINADO, ENQUANTO PERMANECEREM INALTERADAS AS CONDIÇÕES QUE DERAM CAUSA À SUA CONCESSÃO, CONFORME PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2008 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2008.

Inscrição Municipal: 19313 — Data emissão: 02/08/2019

Informações Complementares:

Responsável Técnico

Nome: FERNANDO DE ANDRADE SILVA — CPF: 007.775.179-67

ESTE DOCUMENTO FOI EMITIDO APÓS ATENDIDAS AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE VERSA SOBRE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, MEIO AMBIENTE E POSTURAS.

CONSERVAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

Código de Autenticidade: WS931201-6922-VGTRK-302454470

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 26/01/2022 16:33:30 que o documento de hash (SHA-256) 9af6c9fbe82b8efeb161c716d52cbefc06bb3c7a1abbb392e6de0b58df883066 foi validado em 26/01/2022 15:28:04 através da transação blockchain 0x6afb3390b6a798a969e8782537e88af99f6710b57f5bca80a1c58110b28a083a e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FloCheck (NID 48194)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **9af6e9fbe82b8e8eb161c716d52cbefc06bb3c7e1abbb392a8de0558df883066** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **48194** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Alvará de Localização e Funcionamento"**, cujo assunto é descrito como **"Alvará de Localização e Funcionamento"**, faz prova de que em **26/01/2022 15:21:20**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **26/01/2022 16:16:10** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x5af53390c6a798a969c8782537e88af99f6710b57f5bca80a1c58110b28e083a.**
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://polygonscan.com/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

prefeitura municipal de rio do sul
secretaria municipal de saúde de rio do sul
departamento de vigilância sanitária

ALVARÁ SANITÁRIO

Nº 12	ANO 2022

PARA

- [ ] ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E AGROPECUÁRIOS
- [ ] HABITAÇÃO (HABITE-SE)
- [X] ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E OUTROS

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA	CNPJ OU CPF Nº
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02

DENOMINAÇÃO COMERCIAL - NOME DE FANTASIA DO ESTABELECIMENTO
ALTERMED

ENDEREÇO - LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA)	Nº	CEP
ESTRADA BOA ESPERANÇA , -	2320	89.163-554

BAIRRO	MUNICÍPIO	FONE
FUNDO CANOAS	RIO DO SUL	3520-9000

PROPRIETÁRIO E/OU REPRESENTANTE LEGAL
ANACLETO FERRARI

TIPO DE ESTABELECIMENTO, NEGÓCIO OU ATIVIDADE
Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
Comércio atacadista de produtos odontológicos
Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
Comércio varejista de artigos esportivos
Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente

Lei Municipal Complementar 191/98 e Decreto Municipal 1264/10.

PRAZO VALIDADE	LOCAL E DATA
24/02/2023	RIO DO SUL, 24/02/2022

CONCEDIDO POR
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

AUTORIDADE DE SAÚDE	FISCAL
Roberta Hochleitner	GRAZIELA ROMANO 03545584984

OBSERVAÇÕES
Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano sujeitos a controle especial e não sujeitos a controle especial.

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 16/03/2022 08:31:03 que o documento de hash (SHA-256) 313f2ecf3b8986eac11a294cfd6ef9ea60bc45ff1135d1c0986bc006c1887014 foi validado em 16/03/2022 08:29:48 através da transação blockchain 0x06a27c49b6f92d1fa1d1a898dfe222007673221880b82eafc65cac1067ffd1ff e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 55284)

prefeitura municipal de rio do sul
secretaria municipal de saúde de rio do sul
departamento de vigilância sanitária

ALVARÁ SANITÁRIO

Nº 12	ANO 2022

PARA

- [ ] ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E AGROPECUÁRIOS
- [ ] HABITAÇÃO (HABITE-SE)
- [X] ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E OUTROS

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA	CNPJ OU CPF Nº
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02

DENOMINAÇÃO COMERCIAL - NOME DE FANTASIA DO ESTABELECIMENTO
ALTERMED

ENDEREÇO - LOGRADOURO (RUA, AVENIDA, PRAÇA)	Nº	CEP
ESTRADA BOA ESPERANÇA , -	2320	89.163-554

BAIRRO	MUNICÍPIO	FONE
FUNDO CANOAS	RIO DO SUL	3520-9000

PROPRIETÁRIO E/OU REPRESENTANTE LEGAL
ANACLETO FERRARI

TIPO DE ESTABELECIMENTO, NEGOCIO OU ATIVIDADE
Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

RESPONSÁVEL TÉCNICO	CPF	NÚMERO DO CONSELHO	SIGLA CC / ESTADO
FERNANDO DE ANDRADE SILVA	007.775.179-57	8319	CRF

Lei Municipal Complementar 191/98 e Decreto Municipal 1264/10.

PRAZO VALIDADE	LOCAL E DATA
24/02/2023	RIO DO SUL, 24/02/2022

CONCEDIDO POR
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

AUTORIDADE DE SAÚDE	FISCAL
Roberta Hochleitner	GRAZIELA ROMANIO 03545584984

OBSERVAÇÕES
Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano sujeitos a controle especial e não sujeitos a controle especial.

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 16/03/2022 08:31:03 que o documento de hash (SHA-256) 313f2ecf3b8986eac11a294cfd6ef9ea60bc45ff1135d1c09860c008c1887014 foi validado em 16/03/2022 08:29:48 através da transação blockchain 0x06a27c49b6f92d1fa1d1a898dfe22200767322186Ob82eafc65cac1067ffd1ff e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 55284)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edificio Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **313f2ecf3b8986eac11a294cfd6ef9ea60bc45ff1135d1c09860c006c1887014** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **55284** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Álvará Sanitário - 24.02.2023"**, cujo assunto é descrito como **"Álvará Sanitário - 24.02.2023"**, faz prova de que em **16/03/2022 08:29:26**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas caracteristicas que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **16/03/2022 08:30:41** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x06a27c49b6f92d1fa1d1a898dfe222007673221860b82eafc65cac1067ffd1ff**.
Também é possivel acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

INSTRUÇÕES AO CONTRIBUINTE

1 - Verifique junto á Secretaria de Administração e Fazenda a existência de débitos dos exercícios anteriores.

2 - O contribuinte deve comunicar a Fazenda Municipal no prazo de 30 dias qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária confome § 4º e § 6º do art. 353 do CTM - LC 110/2003.

3- O contribuinte é obrigado a comunicar o término de sua atividade no prazo de até 30 dias conforme art. 295 do CTM - LC 110/2003.

4- Discordando do lançamento do tributo o Contribuinte poderá encaminhar reclamação por escrito à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Conforme Art. 154 do CTM - LC 110/2003

5- Qualquer Dúvida entrar em contato com a Casa do Empreendedor "Osni Sens", Telefone: (47)3300-1114

RECIBO DO CONTRIBUINTE
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC
TAXA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE NORMAS MUNICIPAIS/2022

Parcela	Vencimento
ÚNICA	22/02/2022

Agência/ Cód. Cedente: 387 - 0 / 90000-1
Espécie/Quantidade Moeda: R$
Valor Documento: 150,57
(-) Descontos/Abatimentos: 0,00
(+) Correção
(+) Multa
(+) Juros
(=) Valor Cobrado: 150,57
Nosso Número: 02220013495-P
Nro. Documento: 6971428

Outras Informações
Cadastro Econômico 19313
TVCNM 150,57
Total 150,57

NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO
Lcto: 113424/2022
23790.38706 90220.001342 95008.000001 7 89040000015057

Sacado: 357785 CPF/CNPJ: 00.802.082/0001-02
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Bradesco |237-2| 23790.38706 90220.001342 95008.000001 7 89040000015057

Local de Pagamento: PREFERENCIALMENTE NA REDE BRADESCO OU BRADESCO EXPRESSO
Parcela: ÚNICA | Vencimento: 22/02/2022
Cedente: MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC 83.102.574/0001-05
Agência/Cód. Cedente: 387 - 0 / 90000-1
Data Emissão: 24/03/2022 | Número Documento: 6971428 | Espécie: Carnê | Aceite: N
Nosso Número: 02220013495-P
Uso do Banco | Carteira: 09 | Espécie Moeda: R$ | Valor Moeda
(=) Valor do Documento: 150,57
TVCNM 150,57
Total 150,57
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO
Nro Lançamento: 113424/2022
Cadastro Econômico 19313
COTA ÚNICA
(-)Descontos/Abatimentos: 0,00
(+) Correção
(+) Multa
(+) Juros
(=) Valor Cobrado: 150,57

Sacado: 357785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CPF/CNPJ: 00.802.082/0001-02
Rua: ESTRADA RCA ESPERANCA , 2220
Bairro: FUNDO CANOAS Cidade: Rio do Sul Cep: 89.163-554

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 26/01/2022 15:22:00 que o documento de hash (SHA-256) e0347e9331fdeaa3ded9bf8b37b56a22b45610bf0f9424c3b0db177b355a442 foi validado em 26/01/2022 14:26:32 através da transação blockchain 0xef2ca9330124c313e02700d2d871f87f01c53c51618ec4a7dc1b152a396c5a85 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 48165)

G337251145825252l
25/01/2022 11:54:56

Emissão de comprovantes - 3o nível

25/01/2022 - BANCO DO BRASIL - 11:54:49
02/03027o 0006

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: ALTERMED MATERIAL MEDICO
AGENCIA: 0276-3 CONTA: 30.778-5

BCO BRADESCO S.A.

23790386706802200010349500980000178904260001500?
IDENTIFICAR.DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
NOME FANTASIA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
CNPJ: 83.102.574/0001-76
BENEFICIARIO FINAL:
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
CNPJ: 83.102.574/0001-26
PAGADOR:
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR
CNPJ: 00.807.062/0001-22

NR. DOCUMENTO	12.503
DATA DE VENCIMENTO	28.02.2022
DATA DO PAGAMENTO	25/01/2022
VALOR DO DOCUMENTO	150,57
VALOR COBRADO	150,57

NR.AUTENTICACAO 4.AAF.6CC.CF1.718.48C

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais de habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Pessoas com Deficiencia Auditiva ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Transação efetuada com sucesso por: J0122967 ANACLETO FERRARI.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 26/01/2022 15:22:00 que o documento de hash (SHA-256) e0342e93316deaa3cded9bf8b37a56a22b45810bf09424c8b0db177b355a442 foi validado em 26/01/2022 14:26:32 através da transação blockchain 0xef2ca9330124c313e02700d2d971f87f61d53c5161 9ac4a7de1b152e396c5a85 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 48165)

INSTRUÇÕES AO CONTRIBUINTE

1 - Verifique junto á Secretaria de Administração e Fazenda a existência de débitos dos exercícios anteriores.

2 - O contribuinte deve comunicar a Fazenda Municipal no prazo de 30 dias qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária conforme § 4º e § 6º do art. 353 do CTM - LC 110/2003.

3- O contribuinte é obrigado a comunicar o término de sua atividade no prazo de até 30 dias conforme art. 295 do CTM - LC 110/2003.

4- Discordando do lançamento do tributo o Contribuinte poderá encaminhar reclamação por escrito à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Conforme Art. 154 do CTM - LC 110/2003

5- Qualquer Dúvida entrar em contato com a Casa do Empreendedor "Osni Sens", Telefone: (47)3300-1114

RECIBO DO CONTRIBUINTE
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC

TAXA VIGILANCIA SANITARIA/2022

Parcela	Vencimento
ÚNICA	31/05/2022

Agência/ Cód. Cedente
367 - 0 / 93000-1

Espécie/Quantidade Moeda
R$

Valor Documento
444,97

(-) Descontos/Abatimentos
0,00

(+) Correção

(+) Multa

(+) Juros

(=) Valor Cobrado
444,97

Nosso Número
0220001474781-4

Nro. Documento
6972834

Outras Informações
Cadastro Econômico
19313

TVS 444,97
Total 444,97

NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO

Lot: 110444/2022
23790.36706 90220.001474
81009.000001 4
90020000044497

Sacado: 359785 CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Bradesco |237-2 | 23790.36706 90220.001474 81009.000001 4 90020000044497

Local de Pagamento				Parcela	Vencimento
PREFERENCIALMENTE NA REDE BRADESCO OU BRADESCO EXPRESSO				ÚNICA	31/05/2022
Cedente				Agência/Cód. Cedente	
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC 83.102.574/0001-06				367 - 0 / 93000-1	
Data Emissão	Número Documento	Espécie	Aceite	Nosso Número	
25/01/2022	6972834	Espécie	N	0220001474781-4	
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Valor Moeda	(=) Valor do Documento	
	60	R$		444,97	
TVS 444,97	NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO			(-)Descontos/Abatimentos	
Total 444,97				0,00	
	Nro Lançamento: 110444/2022			(+) Correção	
	Cadastro Econômico 19313			(+) Multa	
	COTA ÚNICA			(+) Juros	
				(=) Valor Cobrado	
				444,97	

Sacado: 359785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02
Rua: ESTRADA BOA ESPERANCA , 2350
Bairro: SUNÓC CANOAS Cidade: Rio do Sul Cep: 89.163-654

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 25/01/2022 15:22:00 que o documento de hash (SHA-256) e0342e93316deaa3ddec9bf8b37b568a22b45810bf0f9424a3b0db177b3555a442 foi validado em 25/01/2022 14:28:32 através de transação blockchain 0xef2ca9330124c313e02700d2d671f87f61c53c5161Sec4a7de1b152a396c5a85 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 48165)

G3312610104935561
26/01/2022 10:16:23

Emissão de comprovantes - 3o nivel

26/01/2022 - BANCO DO BRASIL - 01:61:21
0276-0276 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: ALTERMED MATERIAL MEDICO
AGENCIA: 0276-3 CONTA: 20.778-5

BCO BRADESCO S.A.

23793287068C2250014746109000001400220000044497

BENEFICIARIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
NOME FANTASIA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
CNPJ: 83.102.574/0001-06
BENEFICIARIO FINAL:
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
CNPJ: 83.102.574/0001-06
PAGADOR:
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR
CNPJ: 00.802.002/0001-00

NR. DOCUMENTO	12.601
DATA DE VENCIMENTO	31/05/2022
DATA DO PAGAMENTO	26/01/2022
VALOR DO DOCUMENTO	444,97
VALOR COBRADO	444,97

AUTENTICACAO B.B78.71D.2C3.2EA.A01

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais (site, agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes,cancelamento de contratos, novos produtos e servicos de Ouvidoria.

Transação efetuada com sucesso por J0122967 ANACLETO FERRARI.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 26/01/2022 15:22:00 que o documento de hash (SHA-256) e0342e99318deaa3ded9b8b37b55a22b45a810bf0f9424c3b0dfb177b355a442 foi validado em 26/01/2022 14:26:32 através da transação blockchain 0xef2ca9380124cc313e02700d2d971f87f61d53e51618ec4a7de1b152a396c5a85 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 49165)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **e0342e93316deaa3cded9bf8b37b56a22b45810bf0f9424c3b0db177b355a442** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **48165** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Taxas Alvará de Localização"**, cujo assunto é descrito como **"Taxas Alvará de Localização"**, faz prova de que em **26/01/2022 14:18:35**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **26/01/2022 15:15:13** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001. Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xef2ca9330124c313e02700d2d971f87f61d53c51618ec4a7de1b152a396c5a85**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://polygonscan.com/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRF-SC

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2023

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crfsc.gov.br

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
6360	31/12/2023	B9D8843C24C417CBA71D25B5ED94F18C

191026

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

NOME FANTASIA
****

TIPO DE ESTABELECIMENTO
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS

NATUREZA DE ATIVIDADE
DIST MEDIC, SANEANTE, COSMST, PROD SAUDE

ENDEREÇO	CNPJ
ESTRADA BOA ESPERANCA, 2320	00.802.002/0001-02

LOCALIDADE	CIDADE - UF
FUNDO CANOAS	RIO DO SUL-SC

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	8319	FERNANDO DE ANDRADE	Responsável Técnico	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	07:42 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRF-SC
Florianópolis, 20 de Dezembro de 2022

MARCO AURÉLIO THIESEN KOERICH
PRESIDENTE DO CRF-SC

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e artigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 21/12/2022 07:38:55 que o documento de hash (SHA-256) 9a4efab98071570373b5f0108c32e4103026ab506cdefb079fa608308c007a14 foi validado em 21/12/2022 07:33:05 através da transação blockchain 0x6793cce5f04d05a61fb22090af8f5593b98759878035f3883d0509cde59b512c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 101881)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **9a4efab98071570373b5f0108c32e4103026ab506cdefb079fa608308c007a14** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **101881** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CRF - 31.12.2023"**, cujo assunto é descrito como **"CRF - 31.12.2023"**, faz prova de que em **21/12/2022 07:32:49**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **21/12/2022 07:34:35** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x6793cce5f04d05a61fb22090af8f5593b98759878035f3883d0509cde59b512c**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Autenticar

REGISTRO DE EMPREGADO

Nº 000001

Empregador: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
Endereço: Estrada BOA ESPERANÇA, 2320, FUNDO CANOAS, RIO DO SUL, SC,

Empregado: FERNANDO DE ANDRADE SILVA
Residência: Rua HELMUTH SKOWASCH, 54, SUMARE, RIO DO SUL, SC, - CEP: 89165-583
Beneficiários:



Data de nascimento	Local do nascimento	País da nacionalidade	Estado civil
01/06/1981	RIO DO SUL - SC	BRASIL	Solteiro

FILIAÇÃO
Pai: ELIAS CESAR SILVA
Mãe: DAURA MUNIZ DE ANDRADE

Cédula de Identidade	Data de emissão	Órgão/UF emissor	Título Eleitoral	Zona	Seção	Inscr. Órgão de Classe
3598944	01/03/2012	SSP/SC	38623630930	026	189	

CTPS	Série	Data de expedição da CTPS	UF CTPS	CPF	Cart. Nac. Habilitação	Categoria
2461099	002-0	12/07/2007	SC	007.775.179-57	00794572361	AB

Doc. militar	Categoria	Cor	Sexo	Grau de instrução
		Branca	Masculino	Superior Completo

Deficiência	Telefone Residencial	Telefone Celular
Não		

Cargo	Função	C.B.O.
Farmacêutico (a)		223405

Data de Admissão	Salário	Por	Horário de Trabalho	Horário de Intervalo
02/05/2019	R$	Mês	das 07:42 as 18:00	das 12:00 as 13:30

FGTS	Opção em	Conta vinculada no banco	Data da Retificação
	02/05/2019		

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS

Cadastrado em	Sob nº	Domicílio bancário
12/07/2007	140.38756.72-2	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº banco	Agência código	End. da agência

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO, CARGO E/OU FUNÇÃO

FÉRIAS - PERÍODO AQUISITIVO	FÉRIAS - PERÍODO DE GOZO	FÉRIAS - PERÍODO ABONO PECUNIÁRIO

Obs.: (Anotar advertências, suspensões, transferências, etc.)

ACIDENTES DE TRABALHO, DOENÇAS OU DOENÇAS PROFISSIONAIS

RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
Data da saída:
Tipo do desligamento:

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

FERNANDO DE ANDRADE SILVA

OBSERVAÇÕES

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 05/10/2022 16:29:28 que o documento de hash (SHA-256) b04f123ceb78bc8a099ff15e06213434e59b1ed66a28a7998ca7c7c7b663a88b foi validado em 05/10/2022 16:28:20 através da transação blockchain 0xfd3843667427fb5e5269b79e8f28b02737ed10a423b19214cf6d8baa7a20b675 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 87293)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **b04f123ceb78bc8a099ff15e06213434e59b1ed66a28a7998ca7c7c7b663a88b** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **87293** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Documento Fernando 1"**, cujo assunto é descrito como **"Documento Fernando 1"**, faz prova de que em **05/10/2022 16:27:05**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **05/10/2022 16:29:20** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xfd3843667427fb5e5269b79e8f28b02737ed10a423b19214cf6d8baa7a20b675**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://polygonscan.com/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

CONTRATO DE TRABALHO A TITULO DE EXPERIENCIA

Por este instrumento particular, que entre si fazem a firma ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA , BOA ESPERANÇA, 2320 , neste ato denominada "EMPREGADORA" , e o Sr.(a) FERNANDO DE ANDRADE SILVA , portador da Carteira Profissional nº 2461099 série 002-0 , inscrito no CPF sob nº 007.775.179-57 , doravante, chamado simplesmente "EMPREGADO", firmam o presente contrato individual de trabalho, em caráter de experiência, conforme a letra "c", parágrafo 2º do artigo 443 da consolidação das Leis do Trabalho, mediante as seguintes condições:

1-) O empregado trabalhará para a Empregadora , exercendo a função de Farmacêutico (a) percebendo o salário de , pagos de forma mensal
2-) O horário a ser obedecido será a seguinte: das 07:42 as 18:00 com intervalo de 90 minutos.
3-) O presente Contrato, vigerá durante 45 (quarenta e cinco) dias, com início em 02/05/2019 e Término em 15/06/2019 , podendo ser prorrogado, obedecido o disposto no Parágrafo Único do Artigo 445 da CLT.
4-) O empregado se compromete a trabalhar em regime de compensação e de prorrogação de horas, inclusive em período noturno, sempre que as necessidades assim o exigirem, observadas as formalidades legais.
5-) Obriga-se o Empregado, além de executar com dedicação e lealdade o seu serviço, a cumprir o Regulamento Interno da Empregadora, as instruções de sua administração e as ordens de seus chefes e superiores hierárquicos, relativas às peculiaridades dos serviços que lhe forem confiados.
6-) Aplica-se a este contrato todas as normas em vigor, relativas aos contratos a prazo determinado, devendo sua rescisão antecipada, por justa causa, obedecer ao disposto nos artigos 482 e 483 da CLT, conforme o caso.

7-) Vencido o período experimental e continuando o empregado a prestar serviços à Empregadora, por tempo indeterminado, ficam prorrogadas todas as cláusulas aqui estabelecidas, enquanto não se rescindir o contrato de trabalho.
8-) Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1.º do art. 462 da CLT, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em contrato.

CONTRATO

E por estarem de pleno acordo, assinam ambas as partes, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

02/05/2019

Ass. do Responsável quando menor

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALA

FERNANDO DE ANDRADE SILVA

TERMO DE PRORROGAÇÃO

Por mútuo acordo entre as partes, fica o presente contrato de experiência, que deveria vencer nesta data, prorrogado até 30/07/2019.

15/06/2019.

FERNANDO DE ANDRADE SILVA

Testemunhas

Nome

Nome

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 06/10/2022 07:39:05 que o documento de hash (SHA-256) 85ce35e75014ead8fcfecc6aadaf46c50950ad7ee636aae0a81e28099ba00a9f foi validado em 05/10/2022 16:30:33 através da transação blockchain 0xe4a3124a8f764d011eda90f1ed5d6fd0a109906579160303051f7293ead90e4c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 87296)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **85ce35e75014ead8fcfecc6aadaf46c50950ad7ee636aae0a81e28099ba00a9f** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **87296** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Documento Fernando 2"**, cujo assunto é descrito como **"Documento Fernando 2"**, faz prova de que em **05/10/2022 16:30:15**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **05/10/2022 17:10:47** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

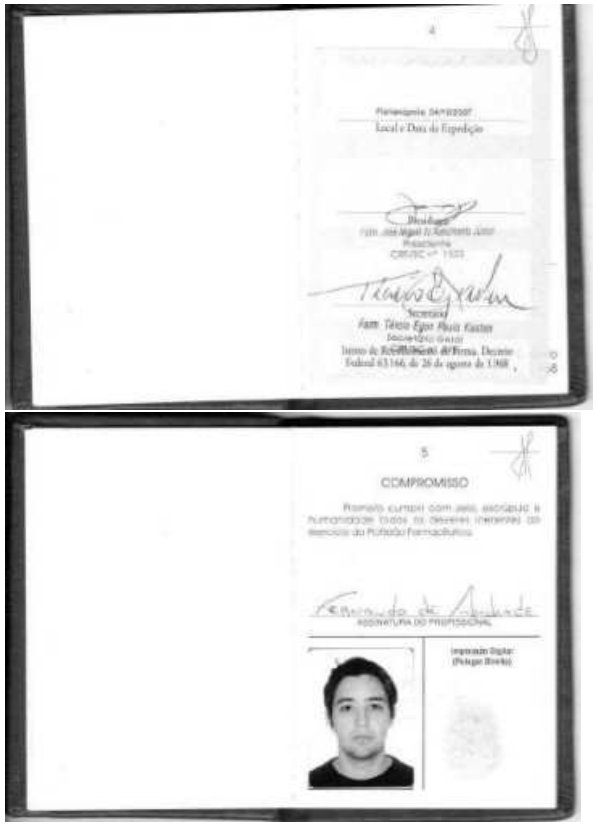
Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xe4a3124a8f764d011eda90f1ed5d6fd0a109906579160303051f7293ead90e4c**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 06/10/2022 07:39:54 que o documento de hash (SHA-256)
f4e437185672 4fed3fedad632e6ead5497f6aa2ee9bc4e5fbba92ad2cc7ae65 foi validado em 05/10/2022 16:30:57 através da transação blockchain
0xf711619e0f0c7b58b49909900 1dbd10b796e5d4075c03c21b4298d69d55211ec e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 87297)



4

Florianópolis 04/10/2007
Local e Data da Expedição

Diretora
Vera Lúcia Miguel G. Marchetti Júnior
Presidente
CRF/SC nº 1333

Secretário
Sem. Tércio Egon Paulo Gaidzinski
Secretário Geral

Instituído de Farmácia, Decreto Federal 63.166, de 26 de agosto de 1968.

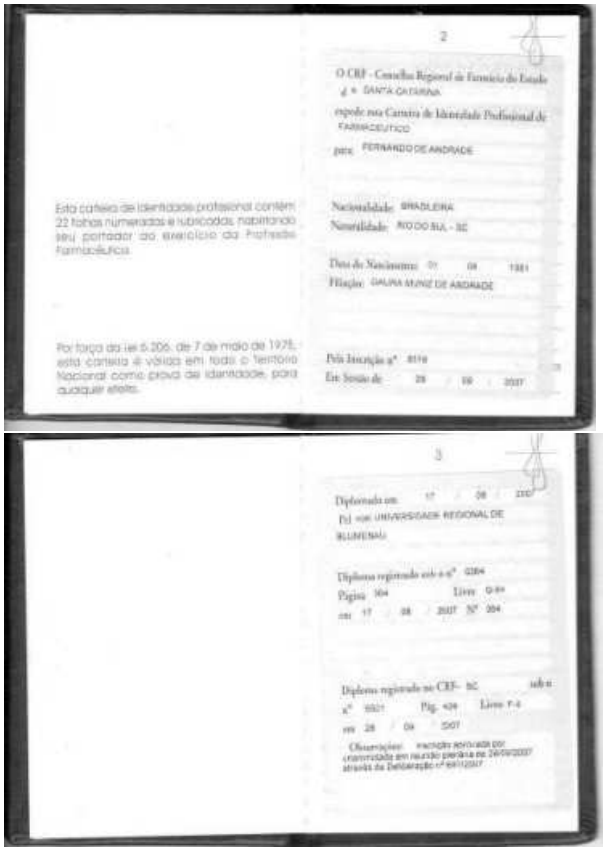
5

COMPROMISSO

Prometo cumprir com zelo, exatidão e honestidade todos os deveres inerentes ao exercício da Profissão Farmacêutica.

Fernando de Andrade
ASSINATURA DO PROFISSIONAL

Impressão Digital
(Polegar Direito)



2

O CRF - Conselho Regional de Farmácia do Estado de SANTA CATARINA

expede esta Carteira de Identidade Profissional de FARMACÊUTICO

para FERNANDO DE ANDRADE

Esta carteira de identidade profissional contem 22 folhas numeradas e rubricadas, habilitando seu portador ao exercício da Profissão Farmacêutica.

Nacionalidade BRASILEIRA
Naturalidade RIO DO SUL - SC

Data do Nascimento 01 08 1981
Filiação GALINA MUNIZ DE ANDRADE

Por força da Lei 5.205, de 7 de maio de 1975, esta carteira é valida em todo o Território Nacional como prova de identidade, para qualquer efeito.

Pela Inscrição nº 8318
Em Sessão de 28 / 09 / 2007

3

Diplomado em 17 / 08 / 2007
Pela UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Diplomado registrado sob o nº 0284
Página 104 Livro G-04
em 17 / 08 / 2007 Nº 284

Diplomado registrado no CRF- SC sob o nº 8321 Pg. 424 Livro F-4
em 28 / 09 / 2007

Observações: inscrição aprovada por unanimidade em reunião plenária de 26/09/2007 através da Deliberação nº 69/2007

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **f4e4371856724fed3fedad632e6ead5497f6aa2ee9bc4e5fbbaf92ad2cc7ae65** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **87297** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Documento Fernando 3"**, cujo assunto é descrito como **"Documento Fernando 3"**, faz prova de que em **05/10/2022 16:30:40**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **05/10/2022 17:10:50** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xf711619e0f0c7b58b499099001dbd10b796e5d4075c03c21b4298d69d55211ec**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

12 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR 00.802.002/0001-02

CGC/CPF/CEI ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ENDEREÇO ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320

MUNICÍPIO BAIRRO FUNDO CANOAS UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO CEP 89161-554 - RIO DO SUL - SC

CARGO Farmacêutico

CBO Nº 223405

DATA DE ADMISSÃO 02 DE maio DE 2019

REGISTRO Nº 156 MATRÍCULA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA [redacted] p/m

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROGO C/ TESTEMUNHAS

1ª ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA 2ª

DATA DE SAÍDA DE DE

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROGO C/ TESTEMUNHAS

1ª 2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

CONTRATO DE TRABALHO 13

EMPREGADOR

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE

REGISTRO Nº PIS / PASEP

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROGO C/ TESTEMUNHAS

1ª 2ª

DATA DE SAÍDA DE DE

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROGO C/ TESTEMUNHAS

1ª 2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 06/10/2022 07:40:40 que o documento de hash (SHA-256) bb693b13d071ff04a653f74e473be86f4f4053fe522717bce56c260426436506 foi validado em 05/10/2022 17:10:57 através da transação blockchain 0xf6cbbf3f9fb0d74703c5794f5e349ac522d6001e6b86ef9207e5ce2d925b8002 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 87298)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **bb693b13d071ff04a653f74e473be86f4f4053fe522717bce56c260426436506** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **87298** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Documento Fernando 4"**, cujo assunto é descrito como **"Documento Fernando 4"**, faz prova de que em **05/10/2022 16:30:59**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **05/10/2022 18:10:23** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xf6cbbf3f9fb0d74703c5794f5e349ac522d6001e6b86ef9207e5ce2d925b8002**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://polygonscan.com/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
00.802.002/0001-02 **MATRIZ**		**11/09/1995**

NOME EMPRESARIAL
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST BOA ESPERANCA	**2320**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.163-554	**FUNDO CANOAS**	**RIO DO SUL**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ALTERMED@ALTERMED.COM.BR	**(47) 3520-9000/ (47) 3521-2412**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/04/2000**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/01/2023** às **08:40:59** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:35:05 do dia 27/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/03/2023.
Código de controle da certidão: **6313.9A7E.16A0.F300**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome (razão social): **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**
CNPJ/CPF: **00.802.002/0001-02**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**230140018827205**
Data de emissão:	**23/01/2023 14:02:37**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**24/03/2023**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 26/01/2023 08:53:48

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 26/01/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Arrecadação

CERTIDÃO NÚMERO
3888/2023
Emissão em 26/01/2023

Nome: 359785 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02
Rua: ESTRADA BOA ESPERANCA N°: 2320
Complemento:
CEP: 89.163-554 Bairro: FUNDO CANOAS Cidade: Rio do Sul

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certificamos, para os devidos fins, nos termos do Art. 205, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e do Art. 137, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003 (Código Tributário Municipal), que NÃO CONSTA(M) DÉBITO(S) em seu nome junto à Fazenda do Município de Rio do Sul - SC, referente a tributos municipais, até a presente data .

Observações:

1. O Município de Rio do Sul se reserva ao direito de cobrar e inscrever débito(s) tributário(s) de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por quaisquer motivos forem constatados posteriormente a emissão deste documento
2. A presente Certidão não é documento de quitação de Débitos Municipais.

VALIDADE DESTA CERTIDÃO SERÁ DE 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A DATA DE EMISSÃO

A autenticidade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do número e ano da certidão.
Acesse: http://www.riodosul.atende.net
Menu Cidadão > Serviços Online > Certidões > Validação Certidão Contribuinte

Rio do Sul - SC, 26 de janeiro de 2023

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.802.002/0001-02

Razão Social: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Endereço: EST BOA ESPERANCA 2320 / FUNDO CANOAS / RIO DO SUL / SC / 89163-554

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/02/2023 a 06/03/2023

Certificação Número: 2023020500145729515488

Informação obtida em 07/02/2023 07:55:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.802.002/0001-02
Certidão nº: 668545/2023
Expedição: 06/01/2023, às 15:23:06
Validade: 05/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.802.002/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de Rio do Sul

C E R T I D Ã O

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: *341651* **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Rio do Sul, com distribuição anterior à data de 23/01/2023, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ALTERMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, portador do CNPJ: 00.802.002/0001-02. ******** **

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço https://certeproc1g.tjsc.jus.br

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Rio do Sul, terça-feira, 24 de janeiro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO FALêNCIA, CONCORDATA E RECUPERAçãO JUDICIAL Nº: 1940671

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Raiz do CNPJ: 00.802.002
Certidão emitida às 15:32 de 24/01/2023.

OBSERVAÇÕES

1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
4) Foram considerados os normativos do CNJ;
5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,
Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

CNPJ/CPF	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS
00802002000102		**01/10/1995**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL
253148995	**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS
ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	**NORMAL**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
4645101 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
3312102 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
4637199 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4644301 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4645103 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
4646001 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
4646002 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4649408 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4649499 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
4729699 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4763602 - Comércio varejista de artigos esportivos
4772500 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4773300 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4789005 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4930201 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
4930202 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
7739002 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS
- Credenciado a Emitir Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe Modal RODOVIÁRIO a partir de 25/07/2017
- Credenciado a Emitir Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 01/10/2013
- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 01/12/2008

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ESTRADA BOA ESPERANÇA	**2320**	******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89163-554	**FUNDO CANOAS**	**RIO DO SUL**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JMARCANI@JMARCANI.COM.BR	**47 35209000**

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO desde 01/10/1995

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em **26/01/2023 08:36:53** (data e hora de Brasília).

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**00.802.002/0001-02** DUNS®: **905906488**
Razão Social:	**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**
Nome Fantasia:	**ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**927763 - CONSORCIO PUB.INT.DE SAU.DO SET.PARANAENSE/PR**
Data Aplicação:	**28/07/2022**
Número do Processo:	**06/2022** Número do Contrato: **052/2021**
Descrição/Justificativa:	**Em face da instauração do Processo Administrativo nª 006/2022, contra a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, em virtude do atraso na entrega relativo às obrigações assumidas no Contrato nª 052/2021.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação:	**23/02/2018**
Número do Processo:	**23075601846201740** Número do Contrato: **2017NE805940**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimentos das clausulas editalícias referente a entrega pregão 070/2017**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação:	**19/09/2019**
Número do Processo:	**23075702716201995** Número do Contrato: **2019NE800355**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento das cláusulas editalícias Edital PE 085/2018, atraso na entrega de insumos referente ao empenho 2019NE800355**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153808 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR**
Data Aplicação: **03/12/2019**
Número do Processo: **23075705711201914** Número do Contrato: **2019NE801665**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas editalícias referente ao PE 012/2018, atraso na entrega de insumos nota de empenho 2019NE801665**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC**
Data Aplicação: **26/10/2022**
Número do Processo: **23080008908202238**
Descrição/Justificativa: **Conforme portaria nª 300/PROAD/2022, de 17 de outubro de 2022, publicada no Boletim Oficial da UFSC nª 159/2022, de 26 de outubro de 2022. Disponível em: https://boletimoficial.ufsc.br/2022/10/26/boletim-no-1592022-26102022/**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150232 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC**
Data Aplicação: **24/01/2018**
Número do Processo: **23080031778201770** Número do Contrato: **Pregão nª 138/HU/2016**
Descrição/Justificativa: **O Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Portaria nª 645/2017/DA/HU, aplicou à empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nª 00.802.002/0001-02, a sanção de ADVERTÊNCIA, por inadimplência contratual referente ao Pregão nª 138/HU/2016 (23080.012595/2016-74).**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154047 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS**
Data Aplicação: **26/04/2019**
Número do Processo: **23110010830201911** Número do Contrato: **2019NE800246**
Descrição/Justificativa: **Penalização, conforme determina a cláusula 16.2.1 do Termo de Referência (16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante), em razão do atraso na entrega dos produtos do empenho 2019NE800246.**
Notificações 036/2019, 085/2019 e 121/2019.

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154047 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/RS**
Data Aplicação: **01/03/2019**
Número do Processo: **23110.046625/2018** Número do Contrato: **2018NE800645**
Descrição/Justificativa: **Entrega do Empenho 2018NE800645 com 46 dias de atraso**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155902 - COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UFPR**
Data Aplicação: **10/02/2022**
Número do Processo: **23759033003202103** Número do Contrato: **2021NE460498**
Descrição/Justificativa: **atraso na entrega dos itens constante na Nota de Empenho 2021-460498**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Data Aplicação: **23/10/2020**
Número do Processo: **23764010124202019** Número do Contrato: **PE 11/2020**
Descrição/Justificativa: **Atraso no cumprimento das obrigações relativas ao empenho 2020NE801417, da Ata de Registro de Preços nª 152/2020 do Pregão Eletrônico nª 11/2020.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **120629 - GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS**
Data Aplicação: **03/10/2018**
Número do Processo: **67278018191201733** Número do Contrato: **PE 54/2017 e PE 62/2017**
Descrição/Justificativa: **Por não apresentar a documentação de habilitação no prazo estipulado no item 9.8 do Edital do PE 54/2017 e do Edital do PE 62/2017, conforme apurado no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidades nª 67278.018191/2017-33.**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC**
Data Aplicação: **26/10/2022** Valor da Multa: **R$ 2.758,32**
Número do Processo: **23080008908202238**
Descrição/Justificativa: **Conforme portaria nª 300/PROAD/2022, de 17 de outubro de 2022, publicada no Boletim Oficial da UFSC nª 159/2022, de 26 de outubro de 2022. Disponível em: https://boletimoficial.ufsc.br/2022/10/26/boletim-no-1592022-26102022/**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Outros Tipos de Ocorrência**		
UASG Sancionadora:	**155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**	Impeditiva:	**Sim**
Prazo Inicial:	**03/11/2020**	Prazo Final:	**02/12/2020**
Número do Processo:	**23764012075202059**	Número do Contrato:	**PE 11/2020**
Descrição/Justificativa:	**Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, com o atraso na entrega dos empenhos: 2020NE801801, 2020NE801949 e 2020NE801950, conforme Art. 83, III da Lei nª 13.303/2016.**		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**		
UASG Sancionadora:	**155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**27/01/2020**		
Data Aplicação:	**27/01/2020**		
Número do Processo:	**23541000013201802**		
Descrição/Justificativa:	**Pelo atraso na entrega de itens dos empenhos 2017NE805726, 2017NE805873, 2017NE805988, 2017NE806193, 2017NE806334, 2017NE806486, 2017NE806596, 2017NE806641, 2017NE806766 e 2017NE806830..**		

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**		
UASG Sancionadora:	**155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**27/01/2020**		
Data Aplicação:	**27/01/2020**		
Número do Processo:	**23541000402201820**		
Descrição/Justificativa:	**Pelo atraso na entrega de itens do empenho 2018NE800491**		

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
Motivo:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
UASG Sancionadora:	**155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**05/08/2022**		
Data Aplicação:	**05/08/2022**		
Número do Processo:	**23541011854202132**		
Descrição/Justificativa:	**Pelo atraso na entrega de material das Notas de Empenho 2020NE808141, 2020NE809784, 2020NE809882 e 2020NE810646 e consequente descumprimento dos subitens 8.1, 8.1.1 e 8.14 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico 018/2020.**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **15/06/2022**
Data Aplicação: **15/06/2022**
Número do Processo: **23541032356201917**
Descrição/Justificativa: **Pelo atraso na entrega de material da Nota de Empenho 2019NE801942 e consequente descumprimento dos subitens 8.1, 8.1.1, 8.1.4 e 9.2 do Termo de referência do Pregão 38/2018.**

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155901 - HOSPITAL ESCOLA DA UNIV. FEDERAL DE PELOTAS**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **27/12/2022**
Data Aplicação: **27/12/2022**
Número do Processo: **23762.019522/2022** Número do Contrato: **2022NE1363**
Descrição/Justificativa: **Sanção para advertência, pelo atraso do item.**

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **14/02/2023**
Data Aplicação: **14/02/2023**
Número do Processo: **23764000343202332** Número do Contrato: **273/2022**
Descrição/Justificativa: **Oriunda da Instauração de procedimento administrativo de apuração de irregularidades e aplicação de sanções, a sanção de advertência está prevista no subitem 17.2.1. do Termo de Referência.**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155913 - EBSERH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S THIAGO**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **03/02/2023**
Data Aplicação: **03/02/2023**
Número do Processo: **23820000392202272** Número do Contrato: **062/2022**
Descrição/Justificativa: **Trata-se de processo administrativo instaurado para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade da Contratada ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, em relação à possível infringência do item 15 do Termo de Referência, anexo ao edital da Licitação nª 62/2022, conforme processo administrativo Licitatório de nª23820.000392/2022-72. Não entrega do item 10 LUVA CIRÚRGICA Nª 6.0, DE LÁTEX NATURAL.**

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155913 - EBSERH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S THIAGO**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **27/01/2023**
Data Aplicação: **27/01/2023**
Número do Processo: **23820012790202231** Número do Contrato: **0092/2022**
Descrição/Justificativa: **Trata-se de processo administrativo instaurado para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade da Contratada Altermed, em relação à possível infringência do item 13 do Termo de Referência, anexo ao edital da Licitação nª 92/2022, conforme processo administrativo Licitatório de nª 23820.012790/2022-31. Item 44 – (COD. 124) HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓD.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**00.802.002/0001-02**	DUNS®:	**905906488**
Razão Social:	**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**		
Nome Fantasia:	**ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**17/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**05/08/2023**
FGTS	Validade:	**06/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**06/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**24/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**27/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ | Número documento: 00802002000102

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: | até:

Data de Início Impedimento: de: | até:

Data de Fim Impedimento: de: | até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

2 Itens encontrados

Relação de Processos Compra

	Município	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Data Início	Data fim	Tipo Sanção	Situação
	PATO BRANCO	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	14/09/2021	14/09/2023		
	MARINGÁ	00.802.002/0001-02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	28/07/2022			

Download Lista Impedidos

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	52314081900
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 523.140.819-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.7700.C836.4416 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANACLETO FERRARI**

CPF/CNPJ: **523.140.819-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:33:48 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: LA0Z160223153348

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANACLETO FERRARI**

CPF: **523.140.819-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:34:04 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: QWWH160223153404

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:33:09

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**
CNPJ: **00.802.002/0001-02**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 52314081900

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATO SOCIAL

SHEILA RODRIGUES SAMPAIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada à Estrada Espirito santo – Patrimônio Regina, s/n, lote nº 249, Patrimônio Espirito Santo, CEP 86001-970, na cidade de Londrina – Estado do Paraná, portador da Carteira de identidade civil RG nº 3.844.230-9 SSP-PR e CPF nº 642.421.619-72, constitui uma sociedade empresária limitada unipessoal, mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** e terá sede e domicílio à Avenida Bandeirantes nº 299, Vila Ipiranga, CEP 86010-020, na cidade de Londrina – Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social será **R$ 100.000,00 (cem mil reais)** dividido em **100.000 (Cem mil)** quotas de valor nominal **R$ 1,00 (um real),** cada uma, integralizadas neste ato e em moeda corrente pelo sócio da seguinte forma e proporção:

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL –R$
SHEILA RODRIGUES SAMPAIO	100.000	100.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social será: COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E LOJA DE CONVENIENCIA

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades em 09 de Junho de 2020 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: – A responsabilidade da sócia é limitada ao total do capital subscrito e integralizado, nos moldes dos parágrafos 1º e 2 º do art. 1.052 do Código Civil.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 16 de maio de 2022 10:28:30 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/213341605224706943934

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 213341605224706943934-1
Data: 16/05/2022 09:55:59
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMY41237-DEH8;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada **INDIVIDUALMENTE** pela sócia **SHEILA RODRIGUES SAMPAIO,** já qualificada, para todos os atos sociais e administração, ativa a passivamente, inclusive em juízo, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sócia poderá, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado a sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado e ainda com base nos valores intangíveis.
Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 16 de maio de 2022 10:28:30 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/21334160522470694393 4

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 21334160522470694393 4-2
Data: 16/05/2022 09:56:00
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMY41238-EWND;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sócia administradora declara, sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: À Sociedade, requer a Junta Comercial do Estado do Paraná, o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro de Londrina – Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim terem justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento em uma única via.

Londrina – PR, 06 de Junho de 2.020.

SHEILA RODRIGUES SAMPAIO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 16 de maio de 2022 10:28:30 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/21334160522470694393 4

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 21334160522470694393 4-3
Data: 16/05/2022 09:56:00
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMY41239-MOAS;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDRE LUIS ANCIOTO, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 055093, expedida em 17/12/2007, inscrito no CPF n° 00827907958, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00827907958	055093	ANDRE LUIS ANCIOTO

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/07/2020 16:25 SOB N° 41209422517.
PROTOCOLO: 202702235 DE 10/07/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002946629. NIRE: 41209422517.
FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 13/07/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/213341605224706943934

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 213341605224706943934-4
Data: 16/05/2022 09:56:00
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMY41240-PL2F;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 16 de maio de 2022 10:28:30 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/05/2022 11:10:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 213341605224706943934-1 a 213341605224706943934-4
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bfc3328b6eb525042d0ff261af8b670ab7f54175d6e0b3a0cc1515df5d7ec6198e6dfcf97b09d96d0a666f87c0e1cf34f18856b47d46e2a7ddf650bdadc3b81e3

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
ICP Brasil

FAMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF 37.714.493/0001-31 NIRE 41209422517 PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

SHEILA RODRIGUES SAMPAIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada à Estrada Espirito santo – Patrimônio Regina, s/n, lote nº 249, Patrimônio Espirito Santo, CEP 86001-970, na cidade de Londrina – Estado do Paraná, portador da Carteira de identidade civil RG nº 3.844.230-9 SSP-PR e CPF nº 642.421.619-72, sócia componente da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome comercial de **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** com sede nesta cidade de Londrina - Estado do Paraná, à Avenida Bandeirantes nº 299, Vila Ipiranga, CEP 86010-020, com Contrato Social arquivado na M.M. Junta Comercial do Estado do Paraná sob o Nº 41209422517 em 14 de Julho de 2020, Resolve por este instrumento de alteração contratual, **A L T E R A R** as cláusulas em vigor em seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterado neste ato, a atividade comercial da sociedade, **que era** COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E LOJA DE CONVENIENCIA**, passando para:** COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS DROGAS DE USO HUMANO, INSTRUMENTOS E MATERAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS, COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA, OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL e PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: à vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei Nº 10.406/2.002, os sócios **RESOLVEM**, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta, às cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequando às disposições da referida Lei Nº 10.406/2.002, aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ/MF 37.714.493/0001-31 e NIRE 41209422517 CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

FAMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF 37.714.493/0001-31 NIRE 41209422517 PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

SHEILA RODRIGUES SAMPAIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada à Estrada Espirito santo – Patrimônio Regina, s/n, lote nº 249, Patrimônio Espirito Santo, CEP 86001-970, na cidade de Londrina – Estado do Paraná, portador da Carteira de identidade civil RG nº 3.844.230-9 SSP-PR e CPF nº 642.421.619-72, sócia componente da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome comercial de **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** com sede nesta cidade de Londrina - Estado do Paraná, à Avenida Bandeirantes nº 299, Vila Ipiranga, CEP 86010-020, com Contrato Social arquivado na M.M. Junta Comercial do Estado do Paraná sob o Nº 41209422517 em 14 de Julho de 2020, resolve por este instrumento de alteração contratual, **C O N S O L I D A R** as cláusulas em vigor em seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial de **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem a sua sede à Avenida Bandeirantes nº 299, Vila Ipiranga, CEP 86010-020, na cidade de Londrina - Pr, tendo seu **início de atividade** em 14 de Julho de 2.020 e prazo de duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto social é **o COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS DROGAS DE USO HUMANO, INSTRUMENTOS E MATERAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS, COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA, OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL e PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL.**

CLÁUSULA QUARTA – O Capital social é de **R$. 100.000,00 (Cem Mil) reais,** dividido em **100.000 (Cem mil)** quotas no valor nominal de **R$. 1,00 (um real)** cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

FAMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF 37.714.493/0001-31 NIRE 41209422517 PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

SÓCIA	QUOTAS	CAPITAL –R$
SHEILA RODRIGUES SAMPAIO	**100.000**	**100.000,00**
TOTAL	**100.000**	**100.000,00**

CLÁUSULA QUINTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade do sócio é limitada ao total do capital subscrito e integralizado, nos moldes dos parágrafos 1º e 2 º do art. 1.052 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade caberá à sócia **SHEILA RODRIGUES SAMPAIO**, já qualificada com os poderes e atribuições de assinar **INDIVIDUALMENTE** todos os atos de interesse da sociedade, inclusive nomear administradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

FAMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF 37.714.493/0001-31 NIRE 41209422517 PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

CLÁSULA DÉCIMA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A sócia Administradora declara sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Na omissão de algum dos capítulos da Lei, a sociedade reger-se-á pelas normas da sociedade anônima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – À Sociedade, requer a Junta Comercial do Estado do Paraná, o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2.006.

FAMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ/MF 37.714.493/0001-31 NIRE 41209422517
PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Londrina – Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estar assim justo e contratado, firma o presente instrumento em via única.

Londrina – PR, 15 de Setembro de 2.022.

SHEILA RODRIGUES SAMPAIO:64242161972

Assinado de forma digital por SHEILA RODRIGUES SAMPAIO:64242161972
Dados: 2022.09.27 08:59:45 -03'00'

SHEILA RODRIGUES SAMPAIO

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
64242161972	SHEILA RODRIGUES SAMPAIO

PARANÁ
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/09/2022 11:43 SOB Nº 20225372401.
PROTOCOLO: 225372401 DE 19/09/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12212490245. CNPJ DA SEDE: 37714493000131.
NIRE: 41209422517. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/09/2022.
FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.714.493/0001-31 **MATRIZ**		**13/07/2020**

NOME EMPRESARIAL
FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
DISTRIBUIDORA FARMAMED	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BANDEIRANTES	**299**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
86.010-020	**VILA IPIRANGA**	**LONDRINA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
NOTASFARMAMED@OUTLOOK.COM	**(43) 3344-0007**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/02/2023** às **12:00:29** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Arrecadação - Gerência de Pronto Atendimento

CERTIDÃO NEGATIVA UNIFICADA

N° 3460432 / 2023
Válida por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição

Certificamos que não existe débito vencido correspondente a Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Outros do **Cadastro Mobiliário, Contribuinte e Imobiliário**, bem como inexiste Dívida Ativa, com relação ao abaixo referido:

FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ: 37.714.493/0001-31

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que porventura venham a ser constatados em buscas, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos.

Finalidade da certidão: **DIREITO** (Licitação, Cadastro, Incentivo à Cultura e/ou Esporte, Financiamento, Inventário, Baixa, Transferência).

Londrina, 19 de janeiro de 2023

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.londrina.pr.gov.br>.

Dispensados carimbo e assinatura , conforme art. 3º do Decreto Nº 640/2015.

Código Validador
`0XD#sD7Yv0Yt`

Modelo aprovado pela Portaria Nº 002/2015/GAB/SMF

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 028284228-98

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **37.714.493/0001-31**
Nome: **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/02/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (28/10/2022 09:20:07)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.714.493/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:52:45 do dia 27/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/03/2023.
Código de controle da certidão: **C2CD.AFCC.BEE7.F304**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.714.493/0001-31

Razão Social: FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Endereço: AVENIDA AV BANDEIRANTES 299 / VILA IPIRANGA / LONDRINA / PR / 86010-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/02/2023 a 05/03/2023

Certificação Número: 2023020402190966672709

Informação obtida em 08/02/2023 16:44:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.714.493/0001-31
Certidão nº: 32283042/2022
Expedição: 27/09/2022, às 16:34:46
Validade: 26/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.714.493/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Edital de Publicações Eletrônicas em 30/08/2021

Prefeitura do Município de Londrina
Estado do Paraná

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AMS- COORDENADORIA DE PRODUTOS

LICENÇA SANITÁRIA

CNPJ: **37.714.493/0001-31**	CMC: **2746450**	PROCESSO Nº 60.012430/2021-01

Razão Social: **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Endereço: Avenida Bandeirantes 299 sala 1 Londrina Pr

Código (CNAE):
4771-7/01-00 Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas.
descrição das atividades econômicas secundárias:
4772-5/00 Comércio varejista de cosméticos e perfumaria e higiene pessoal
4729-6/02 Comércio varejista em loja de conveniência

Licenciado até 27/08/2023

OBSERVAÇÃO

Dispensação de medicamentos inclusive medicamentos sujeitos a controle especial, comércio varejista de cosméticos, perfumaria, produtos de higiene, correlatos, alimentos permitidos e prestação de serviços farmacêuticos.

IMPORTANTE

Esta **licença sanitária** deverá ficar exposta no estabelecimento, devendo o representante legal **solicitar sua renovação preferencialmente 60 dias antes do vencimento**. Em caso de encerramento, mudança de endereço, alteração de ramo atividade e de razão social, deverá solicitar tais alterações junto ao setor de protocolo da vigilância sanitária previamente. Deverá o representante legal pela empresa manter os dados cadastrais atualizados junto a Prefeitura Municipal de Londrina

Autoridade Sanitária: Andréa Jose da Silva matrícula 112704

Documento assinado eletronicamente por **Andrea Jose da Silva, Servidor(a)**, em 30/08/2021, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6222907** e o código CRC **33C8AAE1**.

Digitalizado com CamScanner

SINTEGRA
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta

Data/Hora Host CELEPAR 03/02/2023 - 12:01:11

CNPJ:	37.714.493/0001-31	**Inscrição Estadual:**	90853500-61
Nome Empresarial:	FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	AV BANDEIRANTES		
Número:	299	**Complemento:**	
Bairro:	VILA IPIRANGA		
Município:	LONDRINA	**UF:**	PR
CEP:	86.010-020	**Telefone:**	(43)3344-0007
E-mail:	NOTASFARMAMED@OUTLOOK.COM		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4644301 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4645101 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS 4646001 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA 4646002 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL 4647801 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA 4649499 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Início das Atividades:	07/2020
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 07/2021
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 07/2021
Regime Tributário:	REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Consultar novo contribuinte do Paraná

Acessar cadastro de outros Estados

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2214018200
NIRE (Sede) 41209422517	**CNPJ** 37.714.493/0001-31	**Data de Ato Constitutivo** 13/07/2020	**Início de Atividade** 14/07/2020
Endereço Completo Avenida BANDEIRANTES, Nº 299, VILA IPIRANGA - Londrina/PR - CEP 86010-020			
Objeto Social COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS DROGAS DE USO HUMANO, INSTRUMENTOS E MATERAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS, COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA, OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL,PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL			
Capital Social R$ 100.000,00 (cem mil reais) **Capital Integralizado** R$ 100.000,00 (cem mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
SHEILA RODRIGUES SAMPAIO	642.421.619-72	R$ 100.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
SHEILA RODRIGUES SAMPAIO	642.421.619-72	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação**
22/09/2022	20225372401	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 12/12/2022, às 09:57:16 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **A3IXX3AW**.

PRC2214018200

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90853500-61	37.714.493/0001-31	07/2020

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
Título do Estabelecimento	**DISTRIBUIDORA FARMAMED**
Endereço do Estabelecimento	**AV BANDEIRANTES, 299 - VILA IPIRANGA - CEP 86010-020 FONE: (43) 3344-0007**
Município de Instalação	**LONDRINA - PR, DESDE 07/2020**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 07/2021**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS**
	4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
	4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
	4647-8/01 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA
	4649-4/99 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**642.421.619-72**	**SHEILA RODRIGUES SAMPAIO**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 05/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90853500-61

Emitido Eletronicamente via Internet
03/02/2023 14:41:23

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Consultas / Situação de Documentos / Técnico / Técnico / DOU

Empresa	FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	**CNPJ**	37.714.493/0001-31

DOU:	225	**Dt.Publicação:**	02/12/2021	**Resolução:**	4478	**Dt.Resolução:**	01/12/2021

NOME DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ
NÚMERO DO PROCESSO / EXPEDIENTE(S)
ASSUNTO PETIÇÃO OU PROCESSO
NOME DA EMPRESA INSPECIONADA / CNPJ OU CADASTRO ÚNICO
ENDEREÇO DE EMPRESA INSPECIONADA
LINHA(S) DE CERTIFICAÇÃO (ÕES)

FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.714.493/0001-31
25351.736032/2021-21 / 7.85925.4
AV. BANDEIRANTES 299 SALA 1 - VILA IPIRANGA - 86010020 - LONDRINA/PR
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / CORRELATOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474905/21-8

Consultado em 21/10/2022 13:42:47 no endereço
https://consultas.anvisa.gov.br/#/documentos/tecnicos/25351736032202121/25351736032202121/368177/

Voltar

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ
37.714.493/0001-31

Nome Fantasia
FARMAMED

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
AV. BANDEIRANTES 299 SALA 1 - VILA IPIRANGA CEP: 86.010-020

Cidade/UF
LONDRINA/PR

Responsável Técnico
SHEILA RODRIGUES SAMPAIO
ROBERTA CRISTINA ARAGÃO DOS SANTOS

Responsável Legal
SHEILA RODRIGUES SAMPAIO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
7.85925-4

Data do Cadastro
02/12/2021

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.736032/2021-21

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Comércio

- Perfumes
- Correlatos
- Cosméticos
- Alimentos permitidos
- Produtos de Higiene

Dispensação de medicamentos contendo substâncias sujeitas ao controle especial

- C2 - Substâncias retinóicas
- A3 - Substâncias psicotrópicas
- A2 - Substâncias entorpecentes de uso permitido em concentrações especiais
- A1 - Substância entorpecentes
- C4 - Substâncias anti-retrovirais
- C5 - Substâncias anabolizantes
- B1 - Substâncias psicotrópicas
- B2 - Substâncias psicotrópicas anorexígenas
- D1 - Substâncias precursoras de entorpecentes e/ou psicotrópicas
- C1 - Outras substâncias sujeitas ao controle especial

Dispensação de medicamentos não sujeitos ao controle especial

- Limpeza de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados

Prestação de Serviços Farmacêuticos

- Limpeza de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados

Voltar

ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 226 Brasília - DF, quinta-feira, 2 de dezembro de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 3
Atos do Congresso Nacional 4
Atos do Senado Federal 5
Atos do Poder Executivo 5
Presidência da República 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Cidadania 28
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 30
Ministério das Comunicações 30
Ministério da Defesa 33
Ministério do Desenvolvimento Regional 37
Ministério da Economia 38
Ministério da Educação 82
Ministério da Infraestrutura 88
Ministério da Justiça e Segurança Pública 92
Ministério do Meio Ambiente 104
Ministério de Minas e Energia 118
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 123
Ministério das Relações Exteriores 123
Ministério da Saúde 124
Ministério do Trabalho e Previdência 182
Ministério do Turismo 182
Controladoria-Geral da União 188
Ministério Público da União 190
Tribunal de Contas da União 193
Defensoria Pública da União 193
Poder Judiciário 194
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 195

..... Esta edição é composta de 202 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 127 **(1)**

ORIGEM : 1272 - FÓRUM DA COMARCA DE RANCHARIA
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgou parcialmente procedente o pedido formulado, para: a) declarar a inconstitucionalidade dos arts. 49, § 1º; 67; 79, § 1º; 82, *caput* e parágrafo único; 155, §§ 1º, 2º, e 3º; 196, *caput*, e parágrafo único; 199, parágrafo único; 266, II e III; 277, *caput*, e parágrafo único; 287, todos da parte permanente da Constituição do Estado de Alagoas, e do art. 40 do respectivo ADCT; b) declarar a inconstitucionalidade das expressões "do Procurador-Geral da Justiça, do Procurador-Geral do Estado, do Comandante-Geral da Polícia Militar, dos Presidentes e Diretores das Autarquias estaduais e das entidades fundacionais públicas" contida no art. 79, V; "da última classe" e "indicados em lista sêxtupla, mediante eleição, pelos integrantes da categoria", prevista no art. 155, *caput*; "sob pena de responsabilidade e demissão, a bem do serviço público, da autoridade que der causa à não transferência dos recursos, mediante iniciativa e deliberação da Assembléia Legislativa Estadual", constante do art. 179; c) conceder interpretação conforme ao art. 107, IX, da CE/AL para esclarecer que a aprovação pela Assembleia Legislativa estadual não será exigida para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Comandante da Polícia Militar; e d) não recepcionar o art. 79, VII, e a expressão "os deste estabelecidos na forma do art. 79, inciso VII, desta Constituição", contida na parte final do art. 145, I, *c*, da Carta estadual, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.855 **(2)**

ORIGEM : ADI - 14053 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL - ADEPOL-BRASIL
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE (3803-D/RJ)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido formulado, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.872 **(3)**

ORIGEM : ADI - 33164 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE (3803-D/RJ)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PEDRO DE AZEVEDO SOUZA FILHO (3231/BA)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO - SINFRERJ
ADV.(A/S) : FERNANDA CASTRO CAVALCANTI GUERRA MACHADO (110016/RJ)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA FAZENDA ESTADUAL DO ESTADO DO PIAUÍ
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE (3803-D/RJ)
AM. CURIAE. : SINDIFISCO - SINDICATO DOS FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE (3803-D/RJ)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS ESTADO SÃO PAULO
ADV.(A/S) : THIAGO CARNEIRO ALVES (176385/SP)
AM. CURIAE. : SINDIFISCO AL SINDICATO DO FISCO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : BRUNO CONSTANT MENDES LOBO (6031/AL)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido formulado, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.608 **(4)**

ORIGEM : ADI - 4608 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE (003803/RJ)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ADPERJ
ADV.(A/S) : DANIEL RIVELLO VEGA (127043/RJ, 424767/SP)
ADV.(A/S) : ANDRE SILVA DE LIMA (130611/RJ, 294853/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROBERTO SOARES GARCIA (125605/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CLARISSA TATIANA DE ASSUNCAO BORGES (122057/MG)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ANDRÉ JANJÁCOMO ROSILHO (304266/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA -GERAL DO ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - CEAJUR/DF
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : CONSELHO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS-GERAIS - CONDEGE
AM. CURIAE. : INSTITUTO PRO BONO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE - CONECTAS DIREITOS HUMANOS
ADV.(A/S) : ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA (201790/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS - ANADEF
ADV.(A/S) : CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO (34238/DF, 96073/RJ, 417250/SP)
ADV.(A/S) : NATALI NUNES DA SILVA (24439/DF)
ADV.(A/S) : FERNANDO LUIS COELHO ANTUNES (39513/DF, 236002/RJ)

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator) e Cármen Lúcia, que julgavam improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo *amicus curiae* Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o Dr. Guilherme Ziliani Carnelós; e, pelo *amicus curiae* Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais - CONDEGE, o Dr. Fernando Rodolfo Mercês Moris, Defensor Público do Estado de São Paulo. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

AVISO

Foram publicadas em 1/12/2021 as edições extras nºs 225-A e 225-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.132 **(5)**

ORIGEM : 6132 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDENCIA PRIVADA E VIDA, SAUDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZACAO - CNSEG
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM (58607/DF, 083152/RJ)
ADV.(A/S) : ANDRE RODRIGUES CYRINO (58605/DF, 123111/RJ)
ADV.(A/S) : ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS (58608/DF, 139858/RJ)
ADV.(A/S) : RAFAEL LORENZO FERNANDEZ KOATZ (46142/DF, 122128/RJ, 424218/SP)
ADV.(A/S) : FRANCISCO JOSE DEFANTI FONSECA (180658/RJ)
ADV.(A/S) : ADRIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA (201205/RJ)
ADV.(A/S) : BERNARDO SERPA PINTO MARTINS (209569/RJ)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da presente ação direta e, no mérito, julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 11 e 12 da Lei 20.415/2019 do Estado de Goiás, tratando-se dos arts. 10 e 11, tanto em sua redação original quanto na redação dada pela Lei 20.540/2019, nos termos do voto da Relatora. Falou, pela requerente, o Dr. André Rodrigues Cyrino. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.986 **(6)**

ORIGEM : 6986 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS D BRASIL
ADV.(A/S) : FERNANDO LUIS COELHO ANTUNES (39513/DF, 236002/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou parcialmente procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade formal e material da expressão "devendo observar os parâmetros de razoabilidade e de proporcionalidade estabelecida em lei" constante do § 3º do art. 53 e da integralidade do § 8º do mesmo dispositivo (art. 53), ambos da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (na redação dada pela EC nº 18/2019), bem assim do art. 34 da Emenda à Constituição nº 18/2019 daquela mesma unidade da Federação, nos termos do voto da Relatora. Falou, pela requerente, o Dr. Fernando Luis Coelho Antunes. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.728 **(7)**

ORIGEM : 5728 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S) : INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S) : LUCIMAR DE PAULA TOCHETTO (32613/PR)
ADV.(A/S) : ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S) : DALTON JOSE BORBA (14119/PR, 8249/SC)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.975 **(8)**

ORIGEM : ADI - 106560 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOCACIA GERAL DA UNIAO
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator), Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, que acolhiam os embargos de declaração apenas para retificar erro material constante da ementa do acórdão, com a exclusão do trecho "sem pronúncia de nulidade"; e dos votos dos Ministros Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber, Nunes Marques e Luiz Fux (Presidente), que davam provimento aos embargos de declaração: (i) para retificar o erro material constante da ementa do acórdão embargado, com a exclusão do trecho "sem pronúncia de nulidade"; e (ii) para esclarecer a aplicabilidade da sanção prevista no art. 137, *caput*, da Lei nº 8.112/1990 às situações previstas no seu parágrafo único, cuja inconstitucionalidade foi declarada por este Tribunal, até que sobrevenha lei a dispor sobre a matéria, o julgamento foi suspenso para aguardar o voto do novo Ministro a integrar a Corte. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.559 **(9)**

ORIGEM : ADI - 5559 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
EMBDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ANSEMP
ADV.(A/S) : MÁRCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE (0012359/CE) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS ¿ FENAMP
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Governador do Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.135 **(10)**

ORIGEM : 6135 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : VICENTE MARTINS PRATA BRAGA (19309/CE, 51599/DF)
ADV.(A/S) : CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS (48750/DF)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL ¿ CFOAB
ADV.(A/S) : FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ)
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu dos embargos de declaração e os rejeitou, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Dias Toffoli, Nunes Marques e Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.281 **(11)**

ORIGEM : ADI - 85665 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA (2475/DF)
ADV.(A/S) : GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO (12996/RJ)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: O Tribunal, por maioria, admitiu a ação direta, considerada a vigência da legislação estadual no campo abstrato e autônomo, com exceção do artigo 94, parágrafo único, da Lei nº 14.938, no que revogado, e concluiu pela incompatibilidade, com a Constituição Federal, dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 14.938/2003 do Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, que conheciam parcialmente da presente ação e, no mérito, divergiam do Relator e julgavam improcedente o pedido. Plenário, Sessão Virtual de 12.2.2021 a 23.2.2021.

CONTROLE CONCENTRADO - PRESSUPOSTO. O controle concentrado de constitucionalidade pressupõe ato normativo abstrato e autônomo em plena vigência.

COMPETÊNCIA - SEGURO - NORMATIZAÇÃO. É competência privativa da União legislar sobre seguros - artigo 22, inciso VII, da Constituição Federal.

IMPOSTO - SEGUROS. Compete exclusivamente à União a regência de imposto sobre seguros - artigo 153, inciso V, da Constituição Federal.

TAXA - OBJETO. Ante o disposto na Constituição Federal, cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir taxa.

TAXA - OBJETO. A taxa pressupõe exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição - artigo 145, inciso II, da Constituição Federal.

TRIBUTO - SEGURADORAS - DPVAT - SINISTROS - ATENDIMENTO EM HOSPITAL DO SUS. Conflita com a Constituição Federal a criação, pelo Estado, de taxa a ser satisfeita por sociedade seguradora, tendo em conta atendimento, no âmbito do SUS, de vítima de sinistro coberto pelo DPVAT.

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.537 **(12)**
ORIGEM : 6537 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO RISTF : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV.(A/S) : DESIREE GONCALVES DE SOUSA (51483/DF)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : ALBERTO MOREIRA RODRIGUES (12652/DF)
INTDO.(A/S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADV.(A/S) : PAULO MACHADO GUIMARAES (05358/DF)
INTDO.(A/S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : CLARA LIS COELHO DE ANDRADE (185778/RJ)
INTDO.(A/S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : MARA DE FATIMA HOFANS (068152/RJ)
INTDO.(A/S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL)
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE BRASILIA
ADV.(A/S) : MAXIMILIANO NAGL GARCEZ (39587/BA, 36445-A/CE, 27889/DF, 16841-A/MA, 20792/PR, 209230/RJ, 355466/SP, 6009-A/TO) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : JULIO CESAR BUENO (02207/A/DF, 110156/RJ, 116667/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski. Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes (art. 38, IV, b, do RI/STF). Plenário, Sessão Virtual de 25.6.2021 a 2.8.2021.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA PROVISÓRIA 995/2020. PERDA DA EFICÁCIA EM RAZÃO DO DECURSO DO PRAZO CONSTITUCIONAL (ART. 62, § 3º, CF). PERDA DO OBJETO DA AÇÃO DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O decurso do prazo constitucional previsto no art. 62, § 3º, da CF, sem deliberação pelo Congresso Nacional, importa na perda da eficácia da Medida Provisória e, consequentemente, na prejuízo da Ação Direta ajuizada contra a mesma.

2. Agravo Regimental desprovido.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.281 **(13)**
ORIGEM : ADI - 85665 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO RISTF : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMBDO.(A/S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA (2475/DF)
ADV.(A/S) : GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO (12996/RJ)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), que dava provimento aos embargos de declaração para prestar esclarecimentos, assentando restrito o pronunciamento ao que versado na peça primeira, no que foi acompanhado pelos Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, pediu vista dos autos a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, Sessão Virtual de 4.6.2021 a 11.6.2021.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deu provimento aos embargos de declaração para prestar esclarecimentos, assentando restrito o pronunciamento ao que versado na peça primeira, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio (Relator). Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes (art. 38, IV, *b*, do RI/STF). Plenário, Sessão Virtual de 13.8.2021 a 20.8.2021.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ESCLARECIMENTO QUANTO AO ALCANCE DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. LIMITAÇÃO AO PEDIDO CONSTANTE DA PETIÇÃO INICIAL. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. A declaração de inconstitucionalidade está limitada ao conteúdo do pedido formulado na petição inicial, no caso, a redação conferida pela Lei 14.938/2003 ao art. 98, parágrafo único, ao art. 116, § 2º, e aos itens 4.1 e 4.2 da Tabela A e item 3.1 da Tabela B, da Lei Estadual 6.763/1975.

2. Embargos Declaratórios acolhidos.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 890 **(14)**
ORIGEM : 890 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL ¿ SINDAGUA/DF
ADV.(A/S) : WAGNER PEREIRA DA SILVA (36467/DF)
AM. CURIAE. : COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : BRUNO RANGEL AVELINO DA SILVA (23067/DF) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOSE DE RIBAMAR CAMPOS ROCHA (12810/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, converteu o julgamento do referendo em exame de mérito e julgou procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental, confirmando a medida cautelar deferida, para determinar a incidência do art. 100 da Constituição Federal às condenações judiciais em face da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), nos termos do voto do Relator. O Ministro Edson Fachin acompanhou o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

REFERENDO EM TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 863 **(15)**
ORIGEM : 863 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO (68951/BA, 25120/DF, 409584/SP)
REQDO.(A/S) : ASSEMBLEIA METROPOLITANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
REQDO.(A/S) : CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
REQDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : MUNICÍPIO DE MACEIÓ
ADV.(A/S) : MARIA CLÁUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO (25341/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO - ABCON
ADV.(A/S) : RAFAEL DOMINGOS FAIARDO VANZELA (221343/RJ, 224462/SP)
AM. CURIAE. : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
ADV.(A/S) : MATHEUS BARRA DE SOUZA (59076/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL
ADV.(A/S) : NEFI CORDEIRO (67600/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu parcialmente a cautelar, determinando ao Estado de Alagoas que deixe de movimentar numerário referente a cinquenta por cento dos valores obtidos com o Contrato de Concessão firmado entre o Estado de Alagoas e a BRK Ambiental, empresa vencedora da Concorrência Pública 009/2020, nos termos do voto do Relator. Falaram: pelo requerente, o Dr. Felipe Santos Correa; pelo *amicus curiae* Município de Maceió, a Dra. Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro; e, pelo *amicus curiae* Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, o Dr. Nefi Cordeiro. Plenário, Sessão Virtual de 19.11.2021 a 26.11.2021.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.257, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), destinado à realização de operações de crédito pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio, com as seguintes pessoas físicas ou jurídicas, com receita bruta anual de até R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais):

I - microempreendedores individuais de que trata o § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - produtores rurais; e

IV - cooperativas e associações de pesca e de marisqueiros.

§ 1º As operações de crédito de que trata o **caput** deste artigo deverão ser contratadas no período compreendido entre a data de entrada em vigor desta Lei e 31 de dezembro de 2021.

§ 2º A receita bruta anual de que trata o **caput** deste artigo poderá ser aquela informada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia no ano-calendário de 2020 ou aferida conforme critérios e políticas próprios das instituições financeiras, considerado o faturamento equivalente ao período de 12 (doze) meses.

§ 3º Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída em 2020 ou 2021, o limite do valor da receita bruta de que trata o **caput** deste artigo será proporcional aos meses em que esteve em atividade, respectivamente, em 2020 ou 2021, ou aferido conforme critérios e políticas próprios das instituições financeiras, considerado o faturamento equivalente ao período de 12 (doze) meses.

§ 4º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir:

I - as condições, os prazos, as regras para concessão e as características das operações de crédito de que trata o **caput** deste artigo; e

II - a distribuição dos créditos concedidos por segmentos ou áreas de atuação e faixas de porte das empresas de que trata o **caput** deste artigo.

§ 5º No âmbito do PEC, não são elegíveis as operações de crédito concedidas a pessoa jurídica que seja controladora, controlada, coligada ou interligada da instituição credora.

§ 6º As operações de crédito realizadas no âmbito do PEC:

I - não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública, e o risco de crédito será integralmente das instituições de que trata o **caput** do art. 2º desta Lei;

II - serão carregadas em sua totalidade com recursos captados pelas próprias instituições de que trata o **caput** do art. 2º desta Lei;

III - não terão qualquer tipo de previsão de aporte de recursos públicos; e

IV - não terão qualquer equalização de taxa de juros por parte da União.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 2026, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio, que aderirem ao PEC na qualidade de concedentes das operações de crédito poderão apurar crédito presumido na forma prevista nos arts. 3º e 4º desta Lei, em montante total limitado ao menor valor entre:

I - o saldo contábil bruto das operações de crédito concedidas no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas, de que tratava a Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, e do PEC; e

II - o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos créditos decorrentes de diferenças temporárias referentes a provisões para créditos de liquidação duvidosa e de provisões passivas relacionadas a ações fiscais e previdenciárias.

§ 2º As instituições de que trata o **caput** deste artigo não poderão apurar crédito presumido na forma prevista na Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo:

I - caracterizam-se como diferenças temporárias as despesas ou as perdas apropriadas contabilmente ainda não dedutíveis na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cujo aproveitamento futuro seja autorizado pela legislação tributária; e

II - os créditos decorrentes das diferenças temporárias serão apurados por meio da aplicação das alíquotas do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças entre as despesas ou as perdas decorrentes das atividades das instituições de que trata o **caput** deste artigo, reconhecidas de acordo com a legislação contábil societária, e as despesas ou as perdas autorizadas como dedução para determinação da base de cálculo desses tributos, conforme a legislação vigente.

Art. 3º A apuração do crédito presumido de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser realizada a cada ano-calendário, a partir do ano-calendário de 2022, pelas instituições de que trata o referido artigo que apresentarem, de forma cumulativa:

I - créditos decorrentes de diferenças temporárias, em conformidade com o disposto no art. 2º desta Lei, oriundos de registros existentes no ano-calendário anterior; e

II - prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.

§ 1º O valor do crédito presumido de que trata o **caput** deste artigo será apurado com base na fórmula constante do Anexo I desta Lei.

§ 2º O crédito presumido de que trata o **caput** deste artigo fica limitado ao menor dos seguintes valores:

I - o saldo dos créditos decorrentes de diferenças temporárias existentes no ano-calendário anterior; ou

II - o valor do prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.

§ 3º O crédito decorrente de diferença temporária que originou o crédito presumido apurado na forma prevista na Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, e no § 1º deste artigo não poderá ser aproveitado em outros períodos de apuração.

Art. 4º Na hipótese de falência ou de liquidação extrajudicial das instituições de que trata o art. 2º, o valor do crédito presumido corresponderá ao saldo total dos créditos decorrentes de diferenças temporárias existente na data da decretação da falência ou da liquidação extrajudicial, observado o disposto no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo aplica-se somente às pessoas jurídicas cuja liquidação extrajudicial ou falência tenha sido decretada após a data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º O crédito presumido de que tratam os arts. 3º e 4º desta Lei poderá ser objeto de pedido de ressarcimento.

§ 1º O ressarcimento em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, a critério do Ministro de Estado da Economia, será precedido da dedução de ofício de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional pelas instituições de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 2º O disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não se aplica ao crédito presumido de que trata esta Lei.

Art. 6º A partir da dedução de ofício dos débitos para com a Fazenda Nacional ou do ressarcimento a que se refere o art. 5º, as instituições de que trata o art. 2º desta Lei adicionarão ao lucro líquido, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor apurado com base na fórmula constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. A instituição enquadrada no art. 2º desta Lei que não adicionar ao lucro líquido o valor de que trata o **caput** deste artigo ficará sujeita ao lançamento de ofício das diferenças apuradas do IRPJ e da CSLL.

Art. 7º Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deduzido de ofício dos débitos para com a Fazenda Nacional ou ressarcido em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal às instituições de que trata o art. 2º que solicitarem o ressarcimento de crédito presumido de que trata o art. 5º desta Lei nas hipóteses em que a dedução ou o ressarcimento for obtido com falsidade no pedido por elas apresentado, sem prejuízo da devolução do valor deduzido ou ressarcido indevidamente e das sanções cíveis e penais cabíveis pela falsidade apresentada.

Parágrafo único. Os créditos de multa e de valor deduzido ou ressarcido indevidamente de que trata o **caput** deste artigo serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional após a constituição definitiva de crédito, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 8º A dedução de ofício poderá ser objeto de revisão pela autoridade administrativa, a pedido, quando o sujeito passivo alegar inexistência do débito deduzido.

Art. 9º Para fins de apuração dos créditos presumidos, os saldos contábeis a que se referem os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei serão fornecidos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia pelo Banco Central do Brasil, quando solicitado, com base nos dados disponíveis em seus sistemas de informação.

Art. 10. A Fazenda Nacional poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados de acordo com o disposto nos arts. 3º e 4º pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento de que trata o art. 5º desta Lei.

Art. 11. As instituições de que trata o art. 2º desta Lei manterão os controles contábeis e a documentação necessários para identificar:

I - os saldos dos créditos decorrentes de diferenças temporárias de que trata esta Lei; e

II - os créditos concedidos no âmbito do PEC.

Art. 12. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, disciplinarão o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil será responsável pela supervisão do PEC e deverá:

I - fiscalizar o cumprimento, pelas instituições de que trata o art. 2º desta Lei, das condições de adesão ao PEC estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e

II - acompanhar, avaliar e divulgar mensalmente os resultados obtidos no âmbito do PEC.

Art. 13. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º As pessoas a que se refere o **caput** deste artigo que contratarem as linhas de crédito no âmbito do Pronampe assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

§ 3º-A Quando se tratar de empresa criada após o marco de que trata o § 3º deste artigo, será observado o quantitativo de empregados do dia ou mês anterior à contratação do empréstimo, o que for maior.

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

II - prazo de 48 (quarenta e oito) meses para o pagamento;

....." (NR)

"Art. 3º-A .....

.....

III - valor da operação limitado a 50% (cinquenta por cento) do total anual do rendimento do trabalho sem vínculo empregatício informado na Declaração de Ajuste Anual referente ao ano-calendário anterior ao da contratação da linha de crédito, no limite máximo de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

....." (NR)

Art. 14. O art. 4º da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica autorizada a prorrogação das parcelas vincendas e vencidas dos empréstimos por meio do Pronampe, de que trata a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, por até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ou 12 (doze) meses, observada a política de crédito da instituição contratante e mediante solicitação do mutuário." (NR)

Art. 15. O art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º-A .....

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos VII, VIII e IX do **caput**, bem como no § 23, todos do art. 3º desta Lei aos contratos referenciados no **caput** deste artigo.

§ 2º Na hipótese deste artigo, a autorização a que se refere o inciso X do **caput** do art. 3º desta Lei limitar-se-á aos aspectos de oportunidade e conveniência da novação, e será vinculada às informações constantes dos sistemas e controles da Caixa Econômica Federal quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida marcados como auditados, respondendo a instituição financeira pela inexatidão ou eventuais diferenças decorrentes de dolo ou fraude." (NR)

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

ANEXO I

FÓRMULA PARA CALCULAR O VALOR DO CRÉDITO PRESUMIDO DE QUE TRATA O ART. 3º DESTA LEI

CP = CDTC x [PF / (CAP + RES)]

Em que:

CP = valor do crédito presumido;
PF = valor do prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior;
CDTC = saldo de créditos decorrentes de diferenças temporárias, em conformidade com o disposto no art. 2º desta Lei, oriundos de registros existentes no ano-calendário anterior;
CAP = saldo da conta do capital social integralizado; e
RES = saldo de reservas de capital e de reservas de lucros, apurados depois das destinações.

ANEXO II

FÓRMULA PARA CALCULAR O VALOR A SER ADICIONADO AO LUCRO LÍQUIDO, PARA FINS DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL E DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO, DE QUE TRATA O ART. 6º DESTA LEI

ADC = CP x (CREV/CDTC)

Em que:

ADC = valor a ser adicionado ao lucro líquido, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL;
CP = valor do crédito presumido no ano-calendário anterior;
CREV = valor da parcela revertida no ano-calendário anterior da provisão ou da perda que gerou créditos decorrentes de diferenças temporárias; e
CDTC = saldo de créditos decorrentes de diferenças temporárias, em conformidade com o disposto no art. 3º desta Lei, existentes no ano-calendário anterior.

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 2, DE 2021-CN

Altera disposições da Resolução nº 01/2006-CN, para ampliar a transparência da sistemática de apresentação, aprovação e execução orçamentária referente às emendas de relator-geral.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 2006-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 53. .....

.....

IV - autorizar o relator-geral a apresentar emendas que tenham por objetivo a inclusão de programação ou o acréscimo de valores em programações constantes do projeto, devendo nesse caso especificar seu limite financeiro total, assim como o rol de políticas públicas passível de ser objeto de emendas.

Parágrafo único. O limite financeiro de que trata o inciso IV não poderá ser superior ao valor total das emendas de que tratam os §§ 11 e 12 do art. 166 da Constituição Federal e não se aplica às emendas elaboradas nos termos dos incisos I e II do art. 144." (NR)

"Art. 69-A. O relator-geral poderá realizar indicações para execução das programações a que se refere o inciso IV do art. 53, oriundas de solicitações recebidas de parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil.

§ 1º As indicações e as solicitações que as fundamentaram, referidas no **caput**, serão publicadas individualmente e disponibilizadas em relatório em sítio eletrônico pela CMO e encaminhadas ao Poder Executivo.

§ 2º As indicações somente poderão ser feitas quando compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, e estiverem de acordo com a legislação aplicável à política pública a ser atendida." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As alterações da Resolução nº 1, de 2006-CN, referentes ao art. 69-A de que trata o art. 1º, somente serão aplicáveis às indicações do relator-geral realizadas após a data de publicação desta Resolução, aplicando-se às indicações e solicitações anteriores a essa data o que consta no Ato Conjunto das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados nº 1, de 2021.

Congresso Nacional, em 1º de dezembro de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 36, DE 2021

Autoriza o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo com o New Development Bank (NDB), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba, no Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo com o New Development Bank (NDB), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o "Programa Mobilidade Sustentável de Curitiba - Projeto Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Curitiba (PR);

II - credor: New Development Bank (NDB);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - juros: taxa de juros baseada na **Libor** semestral acrescida de **spread** de 0,95% a.a. (noventa e cinco centésimos por cento ao ano);

VI - cronograma estimativo de desembolsos: US$ 7.480.000,00 (sete milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US$ 21.985.000,00 (vinte e um milhões e novecentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US$ 23.290.000,00 (vinte e três milhões e duzentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, US$ 15.082.500,00 (quinze milhões, oitenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, e US$ 7.162.500,00 (sete milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2025;

VII - comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor não desembolsado, sendo incidente:

a) 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 10% (dez por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

b) 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 40% (quarenta por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

c) 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 70% (setenta por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

d) 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;

e) 60 (sessenta) meses e depois disso, sobre o valor total não desembolsado do contrato de empréstimo;

VIII - **front-end fee**: 0,25% do valor do financiamento, pago de uma só vez no primeiro desembolso;

IX - prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses, sendo que as amortizações serão realizadas semestralmente, pelo sistema de amortização constante.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Se os montantes desembolsados no final do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo excederem, respectivamente, 10% (dez por cento), 40% (quarenta por cento), 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do valor do empréstimo, a comissão de compromisso será nula.

§ 3º A comissão de compromisso deverá ser paga anualmente em até 45 (quarenta e cinco) dias após a contagem de cada período de 12 (doze) meses.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba, no Estado do Paraná, na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Curitiba quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2021
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 10.875, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021 (*)
(Publicado no Diário Oficial de 30 de novembro de 2021, Seção 1, Edição Extra-A)

Na página 9, nas assinaturas, **leia-se**: JAIR MESSIAS BOLSONARO, Paulo Guedes e Ciro Nogueira Lima Filho.

(*) N. da Coejo: Republicado, em parte, por ter saído na Edição Extra-A do DOU de 30/11/2021, Seção 1, pág. 9, com incorreção.

DECRETO Nº 10.878, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 14 a art. 17 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo ao Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. .....

.....

II - o QTA por Suboficiais (SO), Primeiros-Sargentos (1S), Segundos-Sargentos (2S), Terceiros-Sargentos (3S), Taifeiros-Mor (TM), Taifeiros de Primeira Classe (T1) e Taifeiros de Segunda Classe (T2);

III - o QESA por Terceiros-Sargentos (3S) e Segundos-Sargentos (2S);

.....

V - o QSD por Soldados de Primeira Classe (S1) e por Soldados de Segunda Classe (S2)." (NR)

"Art. 12. .....

§ 1º O ingresso no QTA será, quando da matrícula no Curso de Formação de Taifeiros, na graduação de Taifeiro de Segunda Classe.

§ 2º O ingresso no QESA está condicionado aos Cabos que contarem mais de quinze anos de efetivo serviço na Graduação de Cabo e atenderem às condições estabelecidas no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER) e na Instrução Reguladora do QESA (IRQESA).

....." (NR)

"Art. 18. No CFSD, serão ministrados aos conscritos incorporados para o SMI os conhecimentos necessários para o exercício dos cargos e o desempenho das funções inerentes ao Soldado de Segunda Classe (S2).

....." (NR)

"Art. 21. .....

Parágrafo único. A conclusão com aproveitamento do CFT é requisito para a promoção à Taifeiro de Primeira Classe (T1)." (NR)

"Art. 25. .....

.....

§ 2º A partir da data de promoção a Taifeiro de Primeira Classe, a praça engaja, obrigatoriamente, por dois anos.

....." (NR)

"Art. 28. .....

.....

IV - o COMGEP, após verificar as necessidades de pessoal, indicará a nova Especialidade e encaminhará o processo à Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS);

V - a DIRENS promoverá a matrícula do militar na próxima fase especializada do respectivo curso de formação; e

....." (NR)

"Art. 35. A praça que se encontrar em tratamento ou baixada em órgão de saúde e que, a critério da administração, deva ser licenciada por término de tempo de Serviço Militar Inicial, de engajamento ou reengajamento será submetida a inspeção de saúde para fins de licenciamento, licenciada e desligada na data prevista, sendo-lhe assegurada, mesmo depois do licenciamento, a continuação do tratamento, até a efetivação da alta por restabelecimento ou a pedido." (NR)

"Art. 40. Os Grupamentos de Supervisores de Taifa e de Taifeiros são colocados em extinção." (NR)

"Art. 41. Os integrantes do Grupamento de Supervisores de Taifa e os Sargentos do Subgrupamento de Subsistência (SST) poderão, mediante requerimento à DIRAP, solicitar sua transposição para o Quadro de Taifeiros." (NR)

"Art. 42. Os integrantes do Grupamento de Supervisores de Taifa e os Sargentos do Subgrupamento de Subsistência (SST), que requererem sua transposição, serão colocados pela DIRAP no novo Quadro (QTA), obedecidas as condições estabelecidas neste Regulamento.

....." (NR)

"Art. 43. Os integrantes do Grupamento de Supervisores de Taifa e os Sargentos do Subgrupamento de Subsistência (SST) que não requererem a transposição de Quadro e optarem pela permanência no Grupamento de Supervisores de Taifa ou no QSS terão assegurados todos os direitos garantidos pelo RCPGAER, aprovado pelo Decreto nº 880, de 23 de julho de 1993." (NR)

"Art. 44. Os atuais Taifeiros de Segunda Classe (T2), Taifeiros de Primeira Classe (T1) e Taifeiros-Mor (TM), de todas as especialidades, serão colocados automaticamente, pela DIRAP, no novo Quadro (QTA), obedecidas as condições estabelecidas neste Regulamento.

....." (NR)

"Art. 45. Não será autorizada a transposição para o QTA dos Cabos e Soldados de Primeira Classe do Subgrupamento de Subsistência, ficando, entretanto, assegurados os direitos previstos no Decreto nº 880, de 1993." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Brasília, 1º de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

DECRETO Nº 10.879, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica convocada a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser realizada com o tema 'Cenário atual e futuro na implementação dos direitos da pessoa com deficiência: construindo um Brasil mais inclusivo'.

§ 1º Ato do Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos definirá o período e o local de realização da Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§ 2º O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos coordenará e realizará a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de acordo com a sua disponibilidade orçamentária e financeira." (NR)

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 10.529, de 26 de outubro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Damares Regina Alves

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Regulamento da Medalha do Mérito Mauá, anexo ao Decreto nº 3.047, de 6 de maio de 1999, resolve:

CONCEDER

a Medalha do Mérito Mauá:

I - na categoria Serviços Relevantes, a:

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência;
ALMIR GARNIER SANTOS, Comandante da Marinha;
ALUISIO DE SOUZA SOBREIRA, Diretor-Presidente da Merco **Shipping** Marítima;
ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR, Presidente do Tribunal de Contas da União;
ARTHUR DE OLIVEIRA MAIA DA SILVA, Deputado Federal;
ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA, Presidente da Câmara dos Deputados;
AUGUSTO SOUTO PESTANA, Presidente Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos;
BRUNO BIANCO LEAL, Advogado-Geral da União;
CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR, Comandante da Aeronáutica;
CARLOS EDUARDO TORRES GOMES, Senador da República;
CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
CLAUDIO BESCHIZZA IANELLI, Superintendente de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil;
DAMARES REGINA ALVES, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
DANIELE MARANHÃO COSTA, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
DIEGO LEONARDO DE ANDRADE CARVALHO, Deputado Federal;
DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
EDUARDO NERY MACHADO FILHO, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações;
FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL, Diretor-Presidente da Santos **Port Authority**;
FLÁVIA CAROLINA PÉRES, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República;
FRANCISCO LOPES DA CRUZ, Engenheiro, **post mortem**;
GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO, Ministro de Estado do Turismo;
HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
IGOR TARCIANO TIMO, Deputado Federal;
I´TALO FIORAVANTI SABO MENDES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
JEROME CADIER, **CEO** da LATAM;
JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE, Ministro de Estado do Meio Ambiente;
JOHN RODGERSON, **CEO** da Azul Linhas Aéreas;
JORGE GERDAU BALBI JOHANNPETER, Presidente do Conselho de Administração da Gerdau;
JORGINHO DOS SANTOS MELLO, Senador da República;
JOSÉ BARROSO TOSTES NETO, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;
JULIANO ALCÂNTARA NOMAN, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil;
LARISSA RODRIGUES PEIXOTO DUTRA, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
LEONARDO EULER DE MORAIS, ex-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações;
General de Exército LUIS CARLOS GOMES MATTOS, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar;
MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES, Ministro de Estado da Saúde;
Tenente-Brigadeiro do Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO, Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura;
PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA, Presidente do Banco de Brasília S.A.;
PAULO SÉRGIO KAKINOFF, Diretor-Presidente da GOL Linhas Aéreas;
PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Comandante do Exército;
PEDRO CESAR NUNES FERREIRA MARQUES DE SOUSA, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República;
RAFAEL VITALE RODRIGUES, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS, Deputado Federal;
RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO, Presidente do Senado Federal;
ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;
SILVINEI VASQUES, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal; e
WALTER SOUZA BRAGA NETTO, Ministro de Estado da Defesa; e

II - na categoria Cruz Mauá, a:

ADRIANA VALENÇA ARAUJO, **post mortem;**
ALAN ANTUNES VIEIRA MACABEU, Assessor do Gabinete do Ministro de Estado da Infraestrutura;
ALAN DE OLIVEIRA LOPES, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Infraestrutura;
ALLAN DA MOTA REBELLO, Diretor de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
ALLAN MAGALHÃES MACHADO, Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
ANDRÉ LUIZ DE AZEVEDO, Coordenador-Geral de Segurança Viária da Polícia Rodoviária Federal;
ANA CAROLINA SOUZA DO BOMFIM, Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
ANA REGINA DAS NEVES, Gerente de Inteligência da Agência Nacional de Aviação Civil;
ANDRÉ BORGES DE GODOI, Repórter do Jornal Brasileiro Estadão;
ANDRÉ LUIS BORATTO BRAGA, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Infraestrutura;
ANDRE LUIS FONSECA, Diretor de Operações e Serviços Técnicos da Infraero;
ANDRÉ LUIS LUDOLFO DA SILVA, Coordenador-Geral de Outorgas Ferroviárias da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura;
ANDRE LUIZ DE ALBUQUERQUE FARIAS, Auditor Federal de Controle Externo da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do Tribunal de Contas da União;
ANDRÉ PINTO REBOUÇAS, Engenheiro, **post mortem**;
ANDRÉ ZACA FURQUIM, Delegado de Polícia Federal, Coordenador-Geral de Polícia de Imigração da Polícia Federal;
ANTONIO CARLOS FIRMINO, **post mortem**;
ANTONIO FERNANDO DE MIRANDA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo;
ARLENE MARIA LAMEGO DA SILVA CAMPOS, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Amazonas, substituta;
BERNARDO DE ARAUJO CHAVES PERSEKE, Diretor-Presidente da UTE GNA I Geração de Energia S.A.;
BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO, Superintendente de Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
BRUNO MARTINELLO LIMA, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União;
BRUNO STUPELLO, Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Santos **Port Authority**;
CAMILO COLA, Fundador da Itapemirim, **post mortem**;
CAMILLA ARAÚJO SOARES DA SILVA, Consultora Jurídica Adjunta do Ministério da Infraestrutura;
CAMILO ANTONIO DE PAULA BALDY, Assessor Técnico da Agência Nacional de Aviação Civil;
CARLOS EDUARDO RESENDE PRADO, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura;
CARLOS VINICIUS BRITO REIS, Ouvidor-Geral da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
CARSTEN BOSSELMANN, Diretor-Presidente da **Ferroport** S.A.;
CÍNTIA FERREIRA BARRETO, Chefe de Gabinete da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura;
CLEBER CORDEIRO LUCAS, **post mortem**;
CLEUSA KIKUE TAKAKURA YOSHIDA, Chefe de Gabinete do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
DANIEL ANTÔNIO MACHADO PERES, **post mortem**;
DANIEL DE AZEVEDO RITTNER, Repórter do Jornal Brasileiro Valor Econômico;
DANIELLE SANTOS DE SOUZA CALAZANS, Secretária de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia;
DELMAR PELLEGRINI FILHO, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Rio Grande do Sul;
DELVAN ALVES CIPRIANO, Coordenador-Geral de Orçamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Infraestrutura;
DIÓGENES EUSTÁQUIO REZENDE CORREIA, Assessor da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura;
DIUMAR DELÉO CUNHA BUENO, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos;
DJAIRLON HENRIQUE MOURA, Diretor de Operações da Polícia Rodoviária Federal;
EDSON ALVES DOS REIS, Empresário;
EDSON DA SILVA LEITE, **post mortem**;
EDUARDO AGGIO DE SÁ, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República;
EDUARDO PESSOA DE QUEIROZ, Gerente de Autorização da Navegação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
EDUARDO VÍTOR DE SOUZA LEÃO, Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Transportes, Portos e Aviação Civil da Controladoria-Geral da União;
ELIAS BRITO JUNIOR, Assessor da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Infraestrutura;
FÁBIO BARROS FRANCO DE CAMPOS, Diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas;
FÁBIO QUEIROZ FONSECA, Gerente de Fiscalização da Navegação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
FÁBIO WILLIAMS DE SOUSA, Diretor de Tecnologia da Informação da Polícia Rodoviária Federal;
FABRÍCIO CARDOSO DE PAIVA, Coordenador-Geral de Pesquisas e Informações Estratégicas da Subsecretaria de Conformidade e Integridade do Ministério da Infraestrutura;
FELIPE FERNANDES QUEIROZ, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
FERNANDA DE CARVALHO LEITE COUTINHO, Assessora do Ministro de Estado da Infraestrutura;
FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ, Diretora de Administração e Finanças Substituta do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
FERNANDO ANDRÉ COELHO MITKIEWICZ, Secretário de Governo Digital do Ministério da Economia;
FERNANDO SIMÕES PAES, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários;
FREDERICO DE MOURA CARNEIRO, Secretário Nacional de Trânsito do Ministério da Infraestrutura;
GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO, Diretor de Soluções Jurídicas e Administrativas da Infraero;
GUILHERME LUIZ BIANCO, Subchefe Adjunto Executivo da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República;
Capitão de Mar e Guerra GUSTAVO ADOLFO EL-KIK DAMASCENO, Coordenador na Seção de Assuntos Estratégicos da Subchefia de Política e Estratégia do Ministério da Defesa;
GUSTAVO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, Procurador-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil;
GUSTAVO DE OLIVEIRA E SILVA, Assessor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Infraestrutura;
GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO, Diretor de Programa do Ministério da Economia;
GUSTAVO VILLAR TRIVELATO, Procurador-Chefe do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
HELDER GONZALES, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Institucionais do Ministério da Infraestrutura;
ISABELLE VASCONCELOS TORRES DE SOUSA, Coordenadora-Geral de Monitoramento e Acompanhamento de Processos de Outorgas da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura;
JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
JOÃO MARIA FERREIRA FILHO, Chefe da Unidade Regional de Belém da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
JOELSON NEVES MIRANDA, Chefe da Assessoria Parlamentar e Institucional da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
JOSÉ AURÉLIO RAMALHO, Diretor-Presidente do Observatório Nacional de Segurança Viária;
JOSÉ MARIA DE MELLO FIRMO, Diretor-Presidente do Porto do Açu Operações S.A.;
JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO, Superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
JOSÉ TADEU FANIS JÚNIOR, Servidor do Senado Federal;
JEAN COELHO, Diretor-Executivo da Polícia Rodoviária Federal;
KAREN AMÉLIA SIRIANO BONFIM, Servidora da Agência Nacional de Aviação Civil;
KAROLINE BUSATTO, Subprocuradora-Geral da União;
LAIS VITA MERCÊS SOUZA, Assessora Especial da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
LEANDRO MONTEIRO DE SOUZA MIRANDA, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
LEONARDO FONSECA FREITAS MARRA, Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
Tenente do Exército LEÔNIDAS BORGES DE OLIVEIRA, **post mortem**;
LISANDRO COGO BECK, Subsecretário Adjunto da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
LUCIANO LOURENÇO DA SILVA, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
LUCIVÂNIA APARECIDA MONTEIRO COSTA;

LUIZ CÉZAR CORREA VELLOSO, Diretor de Relações Institucionais do Grupo EcoRodovias;
MARCELO CASTELO DE CARVALHO, Chefe da Unidade Regional de São Luís da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
MARCELO DE CANOSSA MACEDO, Assessor Especial do Ministro de Estado da Infraestrutura;
MARCELO GUERREIRO CALDAS, Diretor de Gestão da Empresa de Planejamento e Logística S.A.;
MARCELO HERCULANO SZERVINSK, **post mortem**;
MARCELO REZENDE BERNARDES, Superintendente de Planejamento Institucional da Agência Nacional de Aviação Civil;
MARCELLO DA COSTA VIEIRA, Secretário Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura;
MARCO AURÉLIO BARCELOS, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias;
MARCOS NOGUEIRA FRANCO DE OLIVEIRA, Coordenador-Geral de Integração e Gestão de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
MÁRIO FAVA, Mecânico, **post mortem**;
MATEUS SZWARCWING, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
MAURICIO DRUMMOND UZEDA, Assessor Parlamentar da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
MAURO CÉSAR SANTIAGO CHAVES, Coordenador da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura;
MEIRE CRISTINA CABRAL DE ARAÚJO SILVA, Corregedora do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
NATÁLIA HALLIT MOYSES, Procuradora-Chefe da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
NATHÁLIA NEVES MATIAS, Jornalista da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério da Infraestrutura;
NAUANA SIMÕES MACHADO, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
Tenente Coronel de Engenharia OSMARILDO DE SOUZA, Coordenador de Aquisição de Bens do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa;
Embaixador OTÁVIO BRANDELLI, Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
OTTO LUIZ BURLIER, Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura;
PATRÍCIA PÓVOA GRAVINA, Gerente de Regulação da Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
PAULA DUARTE TAGLIARI, Gerente de Meio Ambiente da Empresa de Planejamento e Logística S.A.;
PAULO MOREIRA NETO, Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
PAULO ROBERTO AZEVEDO MAYER RAMALHO, Coordenador-Geral de Transportes Terrestres e Aeroviários da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura;
PRISCILA CUNHA DO NASCIMENTO, Procuradora-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
RAFAEL ANTONIO CREN BENINI, Diretor de Planejamento da Empresa de Planejamento e Logística S.A.;
RAQUEL RODRIGUES DOS SANTOS, Coordenadora-Geral de Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura;
RENAN ESSUCY GOMES BRANDÃO, Superintendente de Concessão da Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
RENATO DE SALLES OLIVEIRA, Sócio da empresa FSB Comunicação;
RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Fotojornalista oficial da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério da Infraestrutura;
RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura;
RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde;
ROSSINI DE OLIVEIRA WANDERLEY, Gerente de Projeto da Diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
STEVEN SHUNITI ZWICKER, Procurador da República;
THIAGO PEREIRA PEDROSO, Diretor de Finanças e Novos Negócios da Infraero;
THIERRY MONTENEGRO BESSE, Gerente de Contratos da VINCI **Airports**;
TIAGO RAPOSEIRAS BONVINI, Gerente de Projeto da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura;
TIAGO SOUSA PEREIRA, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil;
TITO LÍVIO PEREIRA QUEIROZ E SILVA, Diretor de Política e Planejamento Integrado da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura;
VALTER LUIS DE SOUZA, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte;
VICENTE ABATE, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária;
VINICIUS SANTOS DE FREITAS, Coordenador-Geral da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério da Infraestrutura; e
VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Brasília, 1º de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcisio Gomes de Freitas

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve:

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, JOHANNA BRISMAR SKOOG, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária do Reino da Suécia.

Brasília, 1º de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 656, de 1º de dezembro de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

Nº 657, de 1º de dezembro de 2021. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei de conversão que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021.

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do art. 18 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; e no Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Nº 234 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Planalto, localizado no município de Sidrolândia, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse da empresa Agropecuária RS Ltda., CNPJ nº 35.080.058/0001-77, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.034683/2020-04, o Parecer nº 224/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 4 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.829/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 4 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 336/2021-RF.

Nº 235 - Dar assentimento prévio à empresa WALFRIDES PAIM DE MOURA EIRELI., CNPJ nº 36.295.753/0001-19, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, bem como para a Agência Nacional de Mineração - ANM proceder à averbação do Contrato Particular de Cessão de Direitos Minerários, de 10 de setembro de 2020, celebrado entre Jeane Emilena Barbosa de Moura (cedente) e a empresa Walfrides Paim de Moura Eireli. (cessionária), atinente ao Alvará de Pesquisa nº 2.696, de 16 de abril de 2015, publicado no DOU, de 20 de abril de 2015, que autorizou a cedente a pesquisar água mineral em uma área de 32,80ha, no município de Bela Vista, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48423.868231/2014-82 e nº 48079.968118/2019-78, a conclusão da ANM, por meio do Ofício nº 36.850/2021/GEPM/ANM, de 1º de novembro de 2021, recebido em 8 de novembro de 2021, e a Nota - AP nº 337/2021-RF.

Nº 236 - Dar assentimento prévio à empresa AMAZONRIOS NAVEGAÇÃO E TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 20.708.134/0001-79, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Amazonas, bem como para pesquisar minérios de nióbio, tântalo e ouro em uma área de 9.676,45ha, no município de São Gabriel da Cachoeira, no referido estado, de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48408.980003/2018-00 e nº 48408.880008/2018-25, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 32.496/2021/SRM-ANM/ANM, de 29 de setembro de 2021, recebido em 7 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 338/2021-RF.

Nº 237 - Dar assentimento prévio à empresa RÁDIO E TELEVISÃO ELDORADO DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.207.741/0001-61, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Oitava Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 22 de fevereiro de 2021, que versa sobre: i) a alteração do endereço da sede; e ii) a alteração do objeto social; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 53115.006171/2021-54, objeto do NUP PR nº 00001.007916/2021-13, a Nota Técnica nº 11.555/2021/SEI-MCOM, de 6 de outubro de 2021, o Ofício nº 20.547/2021/MCOM, de 8 de outubro de 2021, recebido em 13 de outubro de 2021, e a Nota-AP nº 339/2021-RF.

Nº 238 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Marilândia, localizado no município de Bela Vista, na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, de interesse de Miguel Ângelo Furlan, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.038879/2021-41, o Parecer nº 226/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 4 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.831/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 4 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 340/2021-RF.

Nº 239 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 3.178,2459ha do Projeto de Assentamento Jacamim, localizado no município de Cantá, na faixa de fronteira do estado de Roraima, registrado em nome do INCRA, sob a Matrícula nº 91.306, do Livro 2, do Registro Geral, do Serviço do Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista/RR; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.044703/2021-10, objeto do NUP PR nº 00001.005231/2021-32 e nº 00001.008140/2021-59, o Parecer Técnico nº 10.144/2021/SR(25)RR-D3/SR(25)RR-D/SR(25)RR/INCRA, de 20 de maio de 2021, o Parecer Jurídico nº 00006/2021/GAB/PFE-INCRA-RR/PGF/AGU, de 26 de maio de 2021, os Ofícios nº 41.692/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 07 de julho de 2021, e nº 68.560/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 18 de outubro de 2021, e a Nota-AP nº 341/2021-RF.

Nº 240 - Dar assentimento prévio à empresa MINERAÇÃO SANTA ELINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., CNPJ nº 47.419.874/0001-41, para pesquisar minério de ouro em uma área de 7.648,78ha, nos municípios de Pontes e Lacerda e Vale de São Domingos, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48400.850498/1976-03 e nº 48412.866022/2017-76, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 33.285/2021/SRM-ANM/ANM, de 4 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 342/2021-RF.

Nº 241 - Dar assentimento prévio à empresa RÁDIO PORTO FELIZ LTDA., CNPJ nº 83.408.237/0001-33, para executar serviço de radiodifusão de sons, no município de Mondaí, na faixa de fronteira do estado de Santa Catarina, considerando o teor da Décima Primeira Alteração do Contrato Social, de 3 de fevereiro de 2021; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 53115.018976/2020-60, objeto do NUP PR nº 00001.007917/2021-68, a Nota Técnica nº 11.531/2021/SEI-MCOM, de 1º de outubro de 2021, o Ofício nº 20.508/2021/MCOM, de 8 de outubro de 2021, recebido em 13 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 343/2021-RF.

Nº 242 - Dar assentimento prévio à empresa MINERAÇÃO APOENA S/A., CNPJ nº 10.302.599/0001-71, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 10 de setembro de 2021, que deliberou sobre a eleição de Simone Pereira Gonçalves ao cargo de Diretora da Companhia sem designação específica; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48068.966745/2021-18 e nº 48068.966070/2021-15, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 34.440/2021/GAB-DG/ANM, de 7 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 344/2021-RF.

Nº 243 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 911,6195ha do Projeto de Assentamento Jatobá, localizado no município de Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, registrado em nome do INCRA sob a Matrícula nº 13.298, do Livro 02, do Registro Geral, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cáceres/MT; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.051112/2019-76, objeto do NUP PR nº 00001.008228/2021-71, o Parecer nº 23.627/2021/SR(13)MT-D3/SR(13)MT-D/SR(13)MT/INCRA, de 28 de setembro de 2021, a Nota nº 00025/2021/PROC/PFE-INCRA-MT/PGF/AGU, de 5 de outubro de 2021, o Ofício nº 69.436/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 21 de outubro de 2021, e a Nota-AP nº 345/2021-RF.

Nº 244 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Arroz Faccio, localizado no município de Bonfim, na faixa de fronteira do estado de Roraima, de interesse de Tiaraju Faccio,

condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.014892/2021-12, o Parecer nº 235/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 13 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.926/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 13 de outubro de 2021, recebido em 19 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 346/2021-RF.

Nº 245 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Karla Sophya, localizado no município de Porto Murtinho, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Aparecido Carlos Bernardo, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.002200/2021-85, o Parecer nº 229/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 12 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.876/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 13 de outubro de 2021, recebido em 19 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 347/2021-RF.

Nº 246 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Aldeia Marithepu, localizado no município de Oriximiná, na faixa de fronteira do estado do Pará, de interesse da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, CNPJ nº 00.059.311/0001-26, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.007581/2020-16, o Parecer nº 240/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 19 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.943/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 19 de outubro de 2021, recebido em 21 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 348/2021-RF.

Nº 247 - Dar assentimento prévio à TV FB - COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 12.926.657/0001-63, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 13 de setembro de 2021, que versa sobre: (i) o ingresso de Marcelina Cypriano Martinez na sociedade; (ii) a retirada das sócias Cristiane Chaves da Cruz e Kelly Chaves da Cruz; e (iii) a designação do sócio Gabriel Martinez Massa para o cargo de administrador da empresa; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 01250.022715/2020-96, objeto do NUP PR nº 00001.007919/2021-57, a Nota Técnica nº 11.975/2021/SEI-MCOM, de 6 de outubro de 2021, Ofício nº 21.380/2021/MCOM, de 8 de outubro de 2021, recebido em 13 de outubro de 2021, e a Nota-AP nº 349/2021-RF.

Nº 248 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Eldorado, no município de Bonito, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Octaviano Barduzzi Netto, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.046191/2020-53, o Parecer nº 243/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 21 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.953/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 21 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 350/2021-RF.

Nº 249 - Dar assentimento prévio a DÉCIO JOSÉ WEIS para pesquisar minério de ouro em uma área de 4.744,09ha, no município de Japurá, na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48063.880018/2020-23, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 36.056/2021/GEPM/ANM, de 18 de outubro de 2021, recebido em 20 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 351/2021-RF.

Nº 250 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Fazenda Baguary, no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Jaime Valler Filho e outros, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.010723/2021-03, o Parecer nº 251/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, 26 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.990/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 26 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 352/2021-RF.

Nº 251 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Retiro Barranco, localizado no município de Miranda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse da empresa Damaro Comercial Agropecuária Ltda., CNPJ nº 28.337.848/0001-20, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.036408/2020-17, o Parecer nº 241/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 21 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.948/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 21 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 353/2021-RF.

Nº 252 - Dar assentimento prévio à empresa RÁDIO RBS TV BAGÉ LTDA., CNPJ nº 87.463.535/0001-87, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Alteração do Contrato Social, de 27 de setembro de 2021, que visa: (i) ajustar a qualificação da sócia Flomaba Participações Ltda., CNPJ nº 07.524.483/0001-72; (ii) a eleição de Fernando Ernesto de Souza Corrêa Filho e Marta Gleich para o cargo de administradores não sócios; e (iii) a designação dos não sócios Fernando Ernesto de Souza Corrêa Filho e Marta Gleich, como administradores, considerando a Ata de Reunião de Sócios, de 27 de setembro de 2021; de acordo com a instrução do Processo MCOM nº 53115.019162/2021-23, objeto do NUP PR nº 00001.008335/2021-07, a Nota Técnica nº 12.085/2021/SEI-MCOM, de 7 de outubro de 2021, o Ofício nº 21.626/2021/MCOM, de 20 de outubro de 2021, recebido em 25 de outubro de 2021, e a Nota-AP nº 354/2021-RF.

Nº 253 - Dar assentimento prévio a JERUSA COELHO MONDINI para pesquisar minério de ouro em uma área de 763,94ha, no município de São Gabriel da Cachoeira, na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48063.880147/2020-11, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 15.014/2021/GEPM/ANM, de 17 de maio de 2021, recebido em 29 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 355/2021-RF.

Nº 254 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à regularização fundiária da Gleba Nova Aurora, com área total de 595,9702ha, localizada no município de Tarauacá, na faixa de fronteira do estado do Acre, registrada em nome da União sob a Matrícula nº 3.057, do Livro 2, do Registro Geral, junto das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Tarauacá/AC; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.065338/2021-79, objeto do NUP PR nº 00001.008605/2021-71, o Parecer nº 18.872/2021/SR(14)AC-D/SR(14)AC/INCRA, de 17 de agosto de 2021, o Parecer nº 00014/2021/PFE/SR14/PFE-INCRA-AC/PGF/AGU, de 15 de outubro de 2021, o Ofício nº 72.429/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 4 de novembro de 2021, e a Nota-AP nº 356/2021-RF.

Nº 255 - Dar assentimento prévio a GUSTAVO MARTINS NEVES DE ALMEIDA para pesquisar minério de ouro em uma área de 1.030ha, no município de Japurá, na faixa de fronteira do estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48063.880157/2021-38, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 35.597/2021/GEPM/ANM, de 18 de outubro de 2021, recebido em 20 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 357/2021-RF.

Nº 256 - Dar assentimento prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado Aeródromo Privado Dra. Nilva Tedeschi, localizado no município de Salto do Céu, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Nilva Tedeschi, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.017807/2021-60, o Parecer nº 242/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA, de 21 de outubro de 2021, a conclusão do Ofício nº 1.952/2021/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 21 de outubro de 2021, recebido em 25 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 358/2021-RF.

Nº 257 - Dar assentimento prévio a JOSE MARQUES DE OLIVEIRA para pesquisar minério de ouro, diamante e quartzito em uma área de 2.938,36ha, no município de Comodoro, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo ANM nº 48068.866294/2020-39, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 36.400/2021/GEPM/ANM, de 25 de outubro de 2021, recebido em 28 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 359/2021-RF.

Nº 258 - Dar assentimento prévio à empresa ICORP INTELIGÊNCIA CORPORATIVA E SOLUÇÕES LTDA., CNPJ nº 18.571.488/0001-72, para pesquisar minério de cobre e fosfato em 8 (oito) áreas distintas de 998,44ha, 1.942,64ha, 1.886,32ha, 1.925,24ha, 1.906,81ha, 1.912,73ha, 1.950,00ha e 1.938,50ha, totalizando 14.460,68ha, todos no município de Porto Murtinho, no estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48079.968053/2019-61 e nº 48079.868160/2019-90, que fazem referência aos Processos ANM nº 48079.868055/2020-94, nº 48079.868056/2020-39, nº 48079.868057/2020-83, nº 48079.868058/2020-28, nº 48079.868059/2020-72, nº 48079.868088/2020-34 e nº 48079.868100/2020-19, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 36.316/2021/GEPM/ANM, de 25 de outubro de 2021, recebido em 27 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 360/2021-RF.

Nº 259 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à alienação da área total de 14.914,0732ha do Projeto de Assentamento Pau Brasil, localizado no município de Nova Mamoré, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, registrado em nome do INCRA sob a Matrícula nº 14.066, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, Civil Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Guajará Mirim/RO; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54000.038599/2021-16, objeto do NUP PR nº 00001.008735/2021-12, o Parecer nº 25.667/2021/SR(17)RO-D3/SR(17)RO-D/SR(17)RO/INCRA, de 18 de outubro de 2021, o Parecer nº 00010/2021/PROC/PFE-INCRA-AM/PGF/AGU, de 28 de outubro de 2021, o Ofício nº 73.818/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 8 de novembro de 2021, e a Nota-AP nº 361/2021-RF.

Nº 260 - Dar assentimento prévio à empresa AREAL MINAS LTDA., CNPJ nº 07.196.376/0001-62, para pesquisar areia, turfa e argila em 3 (três) áreas distintas de 1.438,81ha, 720,49ha e 165,52ha, totalizando 2.324,82ha, nos municípios de Arroio Grande, Capão do Leão, Cerrito, Pedro Osório e Pelotas, todos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48401.910623/2008-61 e nº 48401.811415/2013-48, que fazem referência aos Processos ANM nº 48401.810107/2016-48 e nº 48401.811446/2014-80, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 36.831/2021/GEPM/ANM, de 25 de outubro de 2021, recebido em 29 de outubro de 2021, e a Nota-AP nº 362/2021-RF.

Nº 261 - Dar assentimento prévio à empresa CALCÁRIO ANDREAZZA LTDA., CNPJ nº 89.601.546/0001-01, para pesquisar calcário calcítico em 3 (três) áreas distintas de 999,69ha, 979,53ha e 998,65ha, totalizando 2.977,87ha, nos municípios de Santa Margarida do Sul e Vila Nova do Sul, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos ANM nº 48401.910100/1980-63 e nº 48401.810052/2014-12, que fazem referência aos Processos ANM nº 48401.810053/2014-59 e nº 48401.810054/2014-01, a conclusão da Agência Nacional de Mineração, por meio do Ofício nº 36.177/2021/GEPM/ANM, de 25 de outubro de 2021, recebido em 29 de outubro de 2021, e a Nota - AP nº 363/2021-RF.

Nº 262 - Dar anuência prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para acessar patrimônio genético no Arquipélago de Fernando de Noronha, ilha oceânica, referente à atividade "Bioecologia da barracuda (*Sphyraena barracuda*, Edwards, 1771) no Arquipélago de Fernando de Noronha: subsídios para o manejo da pesca e conservação da espécie", de interesse da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por intermédio de Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em parceria com a instituição estrangeira *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD), da França; de acordo com o Cadastro nº A7182982, no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen, a instrução do Processo PR nº 00043.000062/2021-58, e a Nota-AP nº 364/2021-RF.

Nº 263 - Dar anuência prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para aprovar a proposta de Zona de Amortecimento da Floresta Nacional do Bom Futuro, localizada no município de Porto Velho, na faixa de fronteira no estado de Rondônia; de acordo com a instrução do Processo ICMBio nº 02070.004255/2020-03, a Proposta Técnica de 27 de agosto de 2021, o Parecer nº 00167/2021/CPARJPFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 2 de setembro de 2021, o Ofício SEI nº 376/2021-DIMAN/GABIN/ICMBio, de 29 de setembro de 2021, com instrução complementar concluída em 10 de novembro de 2021, e a Nota - AP nº 365/2021-RF.

Nº 264 - Dar anuência prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para aprovar a proposta do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Roraima, localizada nos municípios de Alto Alegre e Mucajaí, na faixa de fronteira no estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo ICMBio nº 02070.002735/2012-11, objeto do NUP PR nº 00181.001299/2021-71, o Parecer SEI nº 39/2018-COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de 06 de dezembro de 2018, o Parecer Jurídico nº 00020/2019/COMAF/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 07 de fevereiro de 2019, o Despacho nº 00082/2019/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 08 de fevereiro de 2019, a Nota Técnica nº 19/2019/COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de 17 de maio de 2019, a Nota nº 00041/2019/COMAF/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 31 de julho de 2019, o Despacho nº 00461/2019/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 1º de agosto de 2019, o Ofício SEI nº 1.104/2021 - GABIN/ICMBio, de 27 de setembro de 2021, com instrução complementar concluída em 19 de novembro de 2021, e a Nota - AP nº 366/2021-RF.

Nº 265 - Dar anuência prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para aprovar a proposta do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Anauá, localizada no município de Rorainópolis, na faixa de fronteira no estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo ICMBio nº 02070.008947/2017-17, o Parecer SEI nº 41/2018-COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de 09 de janeiro de 2019, o Parecer Jurídico nº 00021/2019/COMAF/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 07 de fevereiro de 2019, o Despacho nº 00081/2019/GABINETE/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 08 de fevereiro de 2019, a Nota Técnica nº 18/2019/COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de 13 de junho de 2019, o Parecer nº 00182/2019/COMAF/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, de 29 de julho de 2019, o Ofício SEI nº 1.097/2021 - GABIN/ICMBio, de 30 de setembro de 2021, com instrução complementar concluída em 19 de novembro de 2021, e a Nota - AP nº 367/2021-RF.

Nº 266 - Dar assentimento prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à regularização fundiária do imóvel Colônia São João do Sul, com área total de 25.841,90ha, localizado nos municípios de Guaraniaçu, Diamante do Sul e Nova Laranjeiras, na faixa de fronteira do estado do Paraná e registrado em nome da União sob as Matrículas nº 9.739, nº 9.741, nº 12.425 a nº 12.439, nº 21.792, nº 38.058, nº 38.059, nº 38.061, nº 38.063 a nº 38.065; com fundamento no Decreto-Lei nº 1.942, de 1982; de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 21501.000440/1994-86, objeto do NUP PR nº 00181.001463/2021-41 e nº 00001.008683/2021-76, o Despacho s/nº, de 22 de abril de 2020, o Despacho nº 00061/2020/CGF/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, de 1º de setembro de 2020, o Despacho s/nº, de 4 de novembro de 2021, Ofício nº 73.551/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 5 de novembro de 2021, a Nota Técnica nº 3.692/2021/SR(09)PR-F/SR(09)PR/INCRA, de 11 de novembro de 2021, os Ofícios nº 75.578 e nº 76.772/2021/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA, de 16 e 19 de novembro de 2021, respectivamente, e a Nota-AP nº 368/2021-RF.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 186, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e tendo em vista o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013;

Considerando o atendimento as exigências normativas e observando parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA; resolve:

Art. 1º - HABILITAR a Médica Veterinária IZABEL GOMES FERNANDES, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de EQUÍDEOS, nos Municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Magé, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.004075/2021-66 (SEI).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data da sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 189, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e tendo em vista o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013;

Considerando o atendimento as exigências normativas e observando parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA; resolve:

Art. 1º - ATUALIZAR a habilitação da Médica Veterinária DANIELLE FREITAS AIRES DE ALMEIDA, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de ANIMAIS E AVES SILVESTRES, nos Municípios de Araruama, Friburgo, Maricá, Niterói, Petrópolis, Rio Bonito e Rio de Janeiro, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.005580/2017-41 (SEI).

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 249, de 24 de setembro de 2019, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2019, página 10.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 190, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e tendo em vista o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013;

Considerando o atendimento as exigências normativas e observando parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA; resolve:

Art. 1º - ATUALIZAR a habilitação do Médico Veterinário PEDRO DE BARROS FLORES, não vinculado ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de EQUÍDEOS, nos Municípios de Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.003154/2017-73 (SEI).

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 128, de 26 de abril de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data da sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 48, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos manipuladores Corteva Agriscience do Brasil Ltda - Paulínia/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, no produto SAVEY WP, registro nº 28903, conforme processo nº 21000.056405/2021-13.

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangsu Lanfeng Biochemical CO., LTD., endereço Suhua Road, Xinyi Econimic & Technological Development Zone, Xinyi, Jiangsu, China, no produto DIURON TÉCNICO CROPCHEM, registro nº 5412, conforme processo nº 21000.033630/2020-92.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico FLUTRIAFOL TÉCNICO AL PRENTISS, registro nº 33717, no produto formulado BAND 500 SC, registro nº 28719, conforme processo nº 21000.090878/2021-31.

4. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto HELICOVEX, registro nº 0916, da empresa FMC Química do Brasil Ltda, sito à Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150 - 1º Andar - Jardim Madalena - CEP 13091- 611 - Campinas/SP para a empresa Andermatt do Brasil Soluções Biologicas, sito à Av. Anita Garibaldi 850 Sala 504, Torre 3, - Cabral - CEP 80540-400, Curitiba/PR, conforme processo nº 21000.090873/2021-17.

5. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chemotécnica S.A., endereço Pbro. Juan G. González y Aragón 207, C. Spegazzini, Buenos Aires, Argentina, no produto AMETISTA®, registro nº 5314, conforme processo nº 21000.090995/2021-03.

6. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 18.858.234/0001-30 - São Miguel do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 18.858.234/0004-82 - Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 18.858.234/0005-63 - Balsas/MA, CNPJ Nº 18.858.234/0003-00 - Cuiabá/MT, CNPJ Nº 18.858.234/0007-25 - Carazinho/RS, CNPJ Nº 18.858.234/0008-06 - Barueri/SP, CNPJ Nº 18.858.234/0010-20 - Uberaba/MG, a importar o produto AMETRINA 800 WG CHDS, registro nº 15121, conforme processo nº 21000.091145/2021-14.

7. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 18.858.234/0001-30 - São Miguel do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 18.858.234/0004-82 - Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 18.858.234/0005-63 - Balsas/MA, CNPJ Nº 18.858.234/0003-00 - Cuiabá/MT, CNPJ Nº 18.858.234/0007-25 - Carazinho/RS, CNPJ Nº 18.858.234/0008-06 - Barueri/SP, CNPJ Nº 18.858.234/0010-20 - Uberaba/MG, a importar o produto MACROQUAT 200 SL, registro nº 25321, conforme processo nº 21000.091143/2021-25.

8. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Ouro Fino Química S.A., CNPJ Nº 09.100.671/0001-07 - Uberaba/MG, a importar o produto CLORPIRIFÓS TÉCNICO SUMITOMO BR, registro nº TC05521, conforme processo nº 21000.091162/2021-51.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIRTAKI 500 EC, registro nº 06120, conforme processo nº 21000.091229/2021-58.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos AMETRINA TÉCNICO ZS, registro nº 7017, AMETRINA TÉCNICO ZS CROPCHEM, registro nº 6817, no produto formulado LEALE SC, registro nº 01714, conforme processo nº 21000.091308/2021-69.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos AMETRINA TÉCNICO ZS, registro nº 7017, AMETRINA TÉCNICO ZS CROPCHEM, registro nº 6817, no produto formulado SUMIMAX AMT, registro nº 18420, conforme processo nº 21000.091194/2021-57.

12. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto PIREO, registro nº 20719, conforme processo nº 21000.091226/2021-14.

13. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto SIRTAKI GOLD, registro nº 36619, conforme processo nº 21000.091228/2021-11.

14. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto CUPRITAL 700, registro nº 23418, conforme processo nº 21000.070833/2021-41.

15. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador ZHEJIANG XINAN CHEMICAL INDUSTRIAL GROUP CO., LTD., endereço Xinanjiang, Jiande, Zhejiang, 311600, China, no produto 2,4-D AGROIMPORT, registro nº 41418, conforme processo nº 21000.068473/2021-17.

16. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto FOLPAN AGRICUR 500 WP, registro nº 03848304, conforme processo nº 21000.068355/2021-17.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos IMAZETHAPYR TÉCNICO AVGUST, registro nº 14112 IMAZETAPIR TÉCNICO SUMITOMO, registro nº 00804, no produto formulado PISTOL, registro nº 35018, conforme processo nº 21000.052652/2021-32.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto AMETRINA TÉCNICO MILENIA BR, registro nº 14619, no produto formulado LISTAR, registro nº 7920, conforme processo nº 21000.068928/2021-02.

19. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto FLUMYZIN 500, registro nº 07095, conforme processo nº 21000.068458/2021-79.

20. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto FLUMYZIN 500 SC, registro nº 22617, conforme processo nº 21000.068464/2021-26.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto LEALE SC, registro nº 01714, conforme processo nº 21000.068471/2021-28.

22. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto SUMIMAX AMT, registro nº 18420, conforme processo nº 21000.068480/2021-19.

23. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto PLEDGE SC, registro nº 22217, conforme processo nº 21000.068483/2021-52.

24. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto FLUMIOXAZIN 500 SC, registro nº 18020, conforme processo nº 21000.068453/2021-46.

25. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto SUMISOYA, registro nº 07195, conforme processo nº 21000.068494/2021-32.

26. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto SUMISOYA 500 SC, registro nº 22317, conforme processo nº 21000.068506/2021-29.

27. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº TC14021, no produto SUMYZIN 500, registro nº 03600, conforme processo nº 21000.068516/2021-64.

28. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto GLUFOSINATO TÉCNICO WYNCA, registro nº TC12820, no produto GLUFOSINATO 200 SL OF, registro nº 2921, conforme processo nº 21000.045775/2021-17.

29. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto CLORIMUROM-ETÍLICO TÉCNICO OURO FINO, processo nº 21000.010069/2013-44, em atendimento a solicitação feita pela requerente através do processo nº 21000.091313/2021-71.

30. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto BIFENTRIN TÉCNICO MEGA, registro nº 29419, no produto BIFENMAX, registro nº 12820, conforme processo nº 21000.072795/2021-61.

31. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUAZINAM TÉCNICO ISK, registro nº 07595, no produto CURADO, registro nº 19617, conforme processo nº 21000.091599/2021-95.

32. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto TEBUCONAZOLE TÉCNICO NORTOX V, registro nº TC07721, no produto TEBUCO 430 SC NORTOX, registro nº 08418, conforme processo nº 21000.091698/2021-77.

33. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas, CNPJ Nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, Filial: CNPJ Nº 61.142.550/0013-73 - Ibiporã/PR, a importar o produto ACETAMIPRID TÉCNICO SJ, registro nº TC16620, conforme processo nº 21000.091458/2021-72.

34. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26 - Maracanaú/CE, Filiais: CNPJ Nº 07.467.822/0004-79 - Ibiporã/PR, CNPJ Nº 07.467.822/0012-89 - Barueri/SP, a importar o produto ACETAMIPRID TÉCNICO SJ, registro nº TC16620, conforme processo nº 21000.091458/2021-72.

35. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Nortox S.A., CNPJ Nº 75.263.400/0001-99 - Arapongas/PR, a importar o produto ACETAMIPRID TÉCNICO SJ, registro nº TC16620, conforme processo nº 21000.091458/2021-72.

36. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da modalidade de aplicação aérea para o controle das plantas infestantes *Phytophthora infestans* na cultura da Batata, bem como para a inclusão da expressão "Aplicação Terrestre", nas indicações do volume de calda a ser aplicado nas demais recomendações de uso do produto **RIDOMIL GOLD BRAVO**, registro nº 8408, conforme processo nº 21000.044515/2020-43.

37. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **BRAVONIL TOP,** registro nº 01620, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Algodão, Batata, Ervilha, Grão-de-Bico, Lentilha, Milho, Soja, Sorgo, Feijão, conforme processo nº 21000.035907/2020-11.

38. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **DERMACOR**, registro nº 09515, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Milho e Sorgo, conforme processo nº 21000.082271/2020-05.

39. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **VITAVAX THIRAM 200 SC**, registro nº 1193, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Amendoim, Feijão, Ervilha e Feijão-vagem, conforme processo nº 21016.001723/2021-60.

40. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **2,4-D NORTOX,** registro nº 03009, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura Duboisia, conforme processo nº 21000.048241/2018-47.

41. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **PREV-AM**, registro nº 38419, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Abacate, Abacaxi, Ameixa, Anonáceas, Açaí, Cacau, Caqui, Castanha-do-Pará, Citros, Coco, Cupuaçu, Dendê, Figo, Framboesa, Goiaba, Guaraná, Kiwi, Macadâmia, Mamão, Manga, Maracujá, Marmelo, Maçã, Melancia, Mirtilo, Morango, Nectarina, Nêspera, Pera, Pêssego, Pinhão, Pupunha, Romã, Uva, Melão, conforme processo nº 21016.004898/2021-29.

42. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto BENEVIA**,** registro nº 13915, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Spodoptera frugiperda* na cultura da Soja, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.057806/2021-82.

43. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **EVOS,** registro nº 5714, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Puccinia polysora* na cultura do Milho, sem aumento de dose, conforme processo nº 21016.005886/2021-11.

44. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **CORISCOBR,** registro nº 032**0,** foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Eucalipto, conforme processo nº 21000.031468/2020-78.

45. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **NILLUS**, registro nº 25417, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Trigo e Cevada, conforme processo nº 21000.031945/2020-03.

46. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **MUSTANG 350 EC**, registro nº 6107, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Batata, Mandioca, Batata doce, Beterraba, Cenoura, Gengibre, Inhame, Mandioquinha-salsa, nabo e Rabanete, conforme processo nº 21000.062633/2020-33.

47. De acordo com o Artigo 22 § 2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto **PREMIO**, registro nº 9109, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente Trigo, Aveia, Centeio, Cevada e Triticale, conforme processo nº 21000.062631/2020-44.

48.De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **VULT,** registro nº 16920**,** foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Sclerotinia sclerotiorum, Pratylenchus brachyurus, Rhizoctonia solani Meloidogyne incógnita Heterodera glycines* , inclusão de modalidade de aplicação (no tratamento de sementes no momento do transplante de mudas e em aplicação foliar) e aplicação aérea, indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos, conforme processo nº21000.017130/2021-94.

49. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **VERIMARK,** registro nº 5316**,** foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da redução do intervalo de segurança para a cultura do Fumo, conforme processo nº 21000.062627/2020-86.

50. de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto CRONNOS OD BR, registro nº 15321, para marca comercial BLINDADO TOV, conforme processo nº 21000.092277/2021-63.

51. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda, endereço Rua Siqueira Campos, 125 e 97, Sousas, CEP: 13106-006, Campinas/SP, para o endereço Rua Odila Maia Rocha Brito, 527 - 8º andar, Salas 83 e 84, Bairro Nova Campinas, CEP: 13.092-110, Campinas/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde essa conste como registrante, fabricante, formulador, manipulador, importador e/ou exportador, conforme processo nº 21000.092137/2021-95.

52. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda, CNPJ Nº 60.744.463/0001-90 - São Paulo/SP, Filial: CNPJ Nº 60.744.463/0010-80 - Paulínia/SP, a importar o produto AMETRINA TÉCNICO OXON, registro nº 06717, conforme processo nº 21000.092020/2021-10.

53. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUAZIFOP TÉCNICO SINON, registro nº 10111, no produto FUSILADE, registro nº 28121, conforme processo nº 21000.091799/2021-48.

54. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUAZIFOP TÉCNICO SINON, registro nº 10111, no produto FUSIFLEX, registro nº 00748903, conforme processo nº 21000.091779/2021-77.

55. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUAZIFOP TÉCNICO SINON, registro nº 10111, no produto FUSILADE 250 EW, registro nº 005796, conforme processo nº 21000.091759/2021-04.

56. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.772.606/0001-69 - Campinas/SP, a importar o produto ISOXAFLUTOL TRADECORP TÉCNICO II, registro nº TC04020, conforme processo nº 21000.091706/2021-85.

57. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.772.606/0001-69 - Campinas/SP, a importar o produto ISOXAFLUTOL TRADECORP TÉCNICO, registro nº TC05220, conforme processo nº 21000.091701/2021-52.

58. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos CLORPIRIFÓS TÉCNICO GSP, registro nº TC04821, CLORPIRIFÓS TÉCNICO OURO FINO, registro nº 03711, no produto PROMITOR 480 EC, registro nº 04321, conforme processo nº 21000.066910/2021-68.

59. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto TERBUTILAZINA TÉCNICO ZS, registro nº TC03321, no produto CLICK, registro nº 20920, conforme processo nº 21000.071323/2021-91.

60. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto COVINEX 700, registro nº 20819, conforme processo nº 21000.071267/2021-94.

61. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.280.269/0001-92 - Foz do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 05.280.269/0002-73 - Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 05.280.269/0005-16 - Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0003-54 - Cuiabá/MT, CNPJ Nº 05.280.269/0006-05 - Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0004-35 - Paulínia/SP, a importar o produto DIQUAT CCAB 200 SL, registro nº 13819, conforme processo nº 21000.092115/2021-25.

62. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Hangzhou Nutrichem CO. Ltd., endereço: No. 9777 Hong-Shiwu Road, Linjiang Industrial Park, Xiaoshan District, Zhejiang, Hangzhou City, China, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda -Indaiatuba/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, no produto MAUSER 500 SC, registro nº 09521, conforme processo nº 21000.092128/2021-02.

63. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agrícola Alvorada S.A., CNPJ Nº 04.854.422/0002-66 - Primavera do Leste/MT, a importar o produto GUARDANIL 720 SC, registro nº 26321, conforme processo nº 21000.092271/2021-96.

64. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos RADIANT TÉCNICO, registro nº 03595, RADIANTE TÉCNICO SCB, registro nº 05707, no produto formulado RESOURCE 100, registro nº 08099, conforme processo nº 21000.092947/2021-41.

65. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial BRAVENGIS SC no produto FEZAN GOLD, registro nº 8215, conforme processo nº 21000.092950/2021-65.

66. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto SINOCHEM FLUAZINAM 500 SC, registro nº 05321, para marca comercial TECISO 500 SC, conforme processo nº 21000.092611/2021-89.

67. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos RADIANT TÉCNICO SCB, registro nº 05707, RESOURCE TÉCNICO, registro nº 0299, no produto formulado RADIANT 100 EC, registro nº 18708, conforme processo nº 21000.092962/2021-90.

68. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto ACETAMIPRID TÉCNICO TECNOMYL II, registro nº 27219, no produto formulado SANDAL 200 SP, registro nº 27721, conforme processo nº 21000.092130/2021-73.

69. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Nantong Jiangshan Agrochemical & Chemicals Limited Liability CO., endereço: No. 998 Jiangshan Road, Nantong Economic & Technological Development Zone, Jiangsu, Nantong, 226017, China, no produto TECNUP MAX 720 WG, registro nº 03621, conforme processo nº 21000.092131/2021-18.

70. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto TILT, registro nº 03058395, conforme processo nº 21000.066062/2021-97.

71. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto CARIAL OPTI, registro nº 5111, conforme processo nº 21000.066090/2021-12.

72. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Syngenta Production France S.A.S - endereço: Route de la Gare, 30670 Aigues-Vives, França, no produto CARIAL, registro nº 00209, conforme processo nº 21000.066082/2021-68.

73. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Syngenta Production France S.A.S - endereço: Route de la Gare, 30670 Aigues-Vives, França, no produto REVUS, registro nº 10308, conforme processo nº 21000.066109/2021-12.

74. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos HEXAZINONE TÉCNICO FB, registro nº TC02121, HEXAZINONA TÉCNICO OURO FINO, registro nº 10809 HEXAZINONE TÉCNICO RAINBOW, registro nº 35617, no produto formulado TOKEN, registro nº 10017, conforme processo nº 21000.066234/2021-22.

75. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd., endereço Industrial Zone, South of Yuanshi County, Shijiazhuang, Hebei, Shijiazhuang City Hebei, China, Hebei Xingbai Agricultural Technology Co Ltd., endereço Nanbaishe Bio-Industrial Park, Zhao County, Hebei Province Zhao County Hebei Province, 014300, China, no produto MANTIS 400 WG, registro nº 22117, conforme processo nº 21000.066020/2021-56.

76. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto LAMBDA-CIALOTRINA TRADECORP TÉCNICO, registro nº 6218, no produto formulado EXPEDITION, registro nº 28219, conforme processo nº 21000.066027/2021-78.

77. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto LAMBDA-CIALOTRINA TRADECORP TÉCNICO, registro nº 6218, no produto formulado HAFFOR, registro nº 32119, conforme processo nº 21000.066029/2021-67.

78. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto LAMBDA-CIALOTRINA TRADECORP TÉCNICO, registro nº 6218, no produto formulado SORTIC, registro nº 32019, conforme processo nº 21000.066033/2021-25.

79. Tornamos sem efeito os itens 57, 154, 158, 166, 167,197, do Ato nº 46, Seção 1, publicado em 04 de novembro de 2021.

80. de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto GAIA BIO, registro nº 37819, para marca comercial BIAGRO GEB, conforme processo nº 21000.093282/2021-93.

81. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto ABAMECTINA TÉCNICO CROPCHEM, registro nº 9914, no produto formulado BOREAL, registro nº 24918, conforme processo nº 21000.093621/2021-31.

82. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto RADIANT 100 EC, registro nº 18708, conforme processo nº 21000.093405/2021-96.

83. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto RADIANT 100, registro nº 04695, conforme processo nº 21000.093403/2021-05.

84. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto LEALE SC, registro nº 01714, conforme processo nº 21000.093402/2021-52.

85. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto RESOURCE 100, registro nº 08099, conforme processo nº 21000.093401/2021-16.

86. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto SUMIMAX AMT, registro nº 18420, conforme processo nº 21000.093399/2021-77.

87. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - Maracanaú/CE, no produto LONGAR, registro nº 32020, conforme processo nº 21000.093397/2021-88.

88.Tornamos sem efeito os itens 135 e 252, do Ato nº 46, Seção 1, publicado no DOU de 04 de novembro de 2021.

89. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial TOWER no produto HOROS, registro nº 08112, conforme processo nº 21000.094061/2021-32.

90. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão dos manipuladores Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Paulínia/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, no produto RIDOVER, registro nº 13114, conforme processo nº 21000.094308/2021-11.

91. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - CNPJ Nº 50.025.469/0004-04 - Indaiatuba/SP, Filial: CNPJ Nº 50.025.469/0001-53 - Indaiatuba/SP, a importar os produtos FLUAZINAM TÉCNICO SH, registro nº 21818, SINOCHEM FLUAZINAM 500 SC, registro nº 05321, conforme processos nºs 21000.092465/2021-73 e 21000.092461/2021-95.

92. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PICLORAM TÉCNICO, registro nº 010206, no produto formulado BATALHA 240 SL, registro nº 22518, conforme processo nº 21000.094356/2021-17.

93. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PICLORAM TÉCNICO, registro nº 010206, no produto formulado CAMPESTRE 240 SL, registro nº 14818, conforme processo nº 21000.094359/2021-42.

94. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PICLORAM TÉCNICO, registro nº 010206, no produto formulado PAMPA, registro nº 02512, conforme processo nº 21000.094373/2021-46.

95. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa AMAGGI Exportação e Importação Ltda, CNPJ Nº 77.294.254/0050-72 - Cuiabá/MT, CNPJ Nº 77.294.254/0022-19 - Cerejeiras/RO, a importar o produto GUARDANIL 720 SC, registro nº 26321, conforme processo nº 21000.094372/2021-00.

96. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PICLORAM TÉCNICO, registro nº 010206, no produto formulado FACCA, registro nº 02612, conforme processo nº 21000.094364/2021-55.

97. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Huaian Glory Chemical Co., Ltd. endereço: Nº 2, Guoqiao Road, Salt Chemical Industry Park, Hongze, Huaian - China, Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. endereço: North Area of Dongsha Chem-Zone, Zhangjiagang, Jiangsu, 215600 - China, Hangzhou Udragon Chemical Co., Ltd. endereço:No. 172, Zhangjiadun Road, Tangxi, Yuhang, Hangzhou - China, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto CLAQUE, registro nº 27920, conforme processo nº 21000.094209/2021-39.

98. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PICLORAM TÉCNICO, registro nº 010206, no produto formulado LAVRA, registro nº 16718, conforme processo nº 21000.094369/2021-88.

99. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Prentiss Química Ltda - Campo Largo/PR, no produto RIDOVER, registro nº 13114, conforme processo nº 21000.093849/2021-21.

100. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26 - Maracanaú/CE, a importar o produto FIPRONIL TÉCNICO YN, registro nº 5812, conforme processo nº 21000.093620/2021-97.

101. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sipcam Nichino Brasil S.A., CNPJ Nº 23.361.306/0001-79 - Uberaba/MG, Filial: CNPJ Nº 23.361.306/0007-64 - Igarapava/SP, a importar o produto CYMOXANIL TB TÉCNICO OXON, registro nº TC11121, conforme processo nº 21000.093805/2021-00.

102. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro-chemical Technology Co., Ltd., endereço Qiaogou Town, Wutongqiao District, Leshan City, Sichuan Province China, Suzhou Greenlands Chemical Co., Ltd., endereço East Renmin Road Zhangjiagang City, Jiangsu Province, China, Hailir Pesticides and Chemicals Group Co., Ltd., endereço East Industry Zone, Chengyang District, Qingdao, Shandong China, Prentiss Química Ltda - Campo Largo/PR, Qingdao Audis Bio-Tech Co., Ltd. endereço Changyang Industrial Zone, Laixi City, Qingdao, China, Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd., endereço Binhai Economic Development Area, Weifang Shandong, 262737, China, Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd., endereço Beihai Road, 1165 Ningbo Chemical Industry Zone, Xiepu Town, Zhenhai District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040, China, no produto GLIALL, registro nº 46519, conforme processo nº 21000.094401/2021-25.

103. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial ISATRIX no produto ALAABO, registro nº 40719, conforme processo nº 21000.094506/2021-84.

104. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante/formulador em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Bioma Indústria e Comércio e Distribuição Eirelli - Fazenda Rio Grande/PR, no produto ISACONTROL, registro nº 15120, conforme processo nº 21000.094216/2021-31.

105. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador LLC August-Alabuga - endereço Building 6/5, SH-2 Street (Alabuga SEZ), Yelabuzhskiy District, Republic of Tatarstan, 423601, Rússia, no produto DUBLON SC, registro nº 16516, conforme processo nº 21000.093623/2021-21.

106. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador LLC August-Alabuga Building 6/5, SH-2 Street (Alabuga SEZ), Yelabuzhskiy District, Republic of Tatarstan, 423601, Rússia, no produto AUG 122, registro nº 15816, conforme processo nº 21000.093628/2021-53.

107. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto 2,4-D ÁCIDO SECO TÉCNICO, registro nº 01638803, no produto formulado GRANT, registro nº 7508, conforme processo nº 21000.093859/2021-67.

108. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante/formulador em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Bioma Indústria e Comércio e Distribuição Eirelli - Fazenda Rio Grande/PR, no produto FLYCONTROL WP, registro nº 9921, conforme processo nº 21000.093832/2021-74.

109. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto CLIMUR, registro nº 13620, conforme processo nº 21000.093353/2021-58.

110. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto DIURON 800 WG RAINBOW, registro nº 16820, conforme processo nº 21000.093344/2021-67.

111. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos DIURON TÉCNICO RAINBOW, registro nº 14812, TEBUTHIURON TÉCNICO AGROGILL, registro nº 17719, no produto formulado HEXAZINONA DT NORTOX, registro nº 15920, conforme processo nº 21000.093335/2021-76.

112. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto BIFENTRIN TÉCNICO MEGA, registro nº 29419, no produto formulado SPERTO, registro nº 14617, conforme processo nº 21000.072776/2021-34.

113. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto BIFENTRIN TÉCNICO MEGA, registro nº 29419, no produto formulado BIFENMAX, registro nº 12820, conforme processo nº 21000.072795/2021-61.

114. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto BIFENTRIN TÉCNICO MEGA, registro nº 29419, no produto formulado PREZ, registro nº 18617, conforme processo nº 21000.072788/2021-69.

115. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Chizhou Bioagriland Multichem Co., Ltd., endereço Xiansyu Chemical Industry Park, Dongshi County, Chizhou City, Anhui Province, China, no produto ACEFATO FERSOL 750 SP, registro nº 458294, conforme processo nº 21000.082186/2021-10.

116. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto CANTUS**,** registro nº 07503, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Cercospora spp. na cultura do* Agrião, *Septoria lactucae na cultura* Espinafre, *Colletotrichum gloeosporioides* na cultura Jiló e *Botrytis cinerea* na cultura Rúcula, sem aumento da dose máxima, conforme processo nº 21016.007467/2021-14.

117. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto TUTOR**,** registro nº 02908, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Cladosporium cucumerinum* na cultura da Abobrinha, *Phomopsis obscuran*s na cultura da Amora, *Erwinia carotovora subsp. Carotovora* na cultura da Beterraba, *Botrytis cinerea* na cultura do Caqui, *Glomerella cingulata* na cultura da Carambola, *Cladosporium cucumerinum* na cultura do Chuchu, *Phomopsis obscurans* na cultura da Framboesa, *Xanthomonas campestris* na cultura da Mandioca, *Cladosporium cucumerinum* na cultura do Maxixe, *Phomopsis obscurans* na cultura do Mirtilo, *Phomopsis obscurans* na cultura do Morango, *Botrytis cinerea* na cultura Nectarina, *Entomosporium mespili* na cultura Nêspera, sem aumento da dose máxima, conforme processo nº 21016.007465/2021-25.

118. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto FORUM**,** registro nº 01395, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Bremia lactucae* na cultura Chicória, *Peronospora parasitica* na cultura Rúcula, sem aumento da dose máxima, conforme processo nº 21016.007459/2021-78.

119. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto COLLIS**,** registro nº 01804, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Cercospora spp* na cultura do Mirtilo, sem aumento da dose máxima, conforme processo nº 21016.007447/2021-43.

120. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **BOUNDARY EC,** registro nº 28820, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Amaranthus hybridus na* cultura da Soja, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.053781/2021-48.

121. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **ATRAER WG,** registro **nº** 5017, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Cenchrus echinatus Amaranthus viridis Lepidium virginicum* na cultura do Milho, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.073158/2021-*10.*

122. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto PONCHO**,** registro nº 7003, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Diabrotica speciosa Melanagromyza sojae Phyllophaga capillata Sternechus subsignatus* na cultura da Soja, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.083335/2021-68.

123. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **EMZEB 800 WP,** registro nº 05610, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Alternaria alternata* na cultura do Feijão, *Pseudoperonospora cubensis na cultura do Melão, Pseudoperonospora cubensis* na cultura do Pepino, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.059915/2021-34.

124. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **PROPICONAZOLE NORTOX,** registro nº 017807, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Stenocarpella maydis* na cultura do milho, sem aumento de dose, redução da dose indicada para o controle do alvo *Exserohilum turcicum* na cultura do milho, redução da dose indicada para o controle dos alvos *Puccinia hordei, Blumeria graminis f.sp.hordei e Drechslera teres* para a cultura da cevada, redução da dose indicada para o controle dos alvos *Blumeria graminis f.sp.tritici, Puccinia triticina e Drechslera tritici-repentis* para a cultura do trigo e alteração no preparo e no volume de calda indicada para a cultura da banana, conforme processo nº 21016.007111/2021-81.

125. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **INSTIVO,** registro nº 13415, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico *Spodoptera eridania n*a cultura da Soja, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.074433/2021-12.

126. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **STIMULATE,** registro nº 3601, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a redução de dose para uso no tratamento de sementes na cultura do Algodão, conforme processo nº 21000.075334/2021-40.

127. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial LILATRIX no produto ATIALY, registro nº 40619, conforme processo nº 21000.095019/2021-39.

128. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores AGM Argentina S.A. enedereço: Calle 11, nº 690 - Parque Industrial Pilar - Provincia de Buenos Aires - B1629MXA - Argentina, Compañía Cibeles S.A. Endereço: Ruta 74 Km 26, Joaquín Suarez/ Canelones - Uruguay, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto BOREAL, registro nº 24918, conforme processo nº 21000.095199/2021-59.

129. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da unidade fabril empresa DuPont Agricultural Chemicals Ltd., Shanghai Endereço: No 39, Shungong Road Shanghai Chemical Industry Park Shanghai, China 201507, FMC (Shanghai) Agricultural Sciences Co., Ltd. Endereço: No 39, Shungong Road Shanghai Chemical Industry Park Shanghai, China 201507, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.095137/2021-47.

130. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto BIFENTRINA TÉCNICA NORTOX III, registro nº TC17621, no produto formulado BIFENTRINA 100 EC NORTOX, registro nº 19020, conforme processo nº 21000.095467/2021-32.

131. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial TRICHOTRIX no produto TRIPPEL, registro nº 40719, conforme processo nº 21000.095291/2021-19.

132. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial DUOTRIX no produto ASSERTIVE, registro nº 21020, conforme processo nº 21000.095279/2021-12.

133. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 10.486.463/0003-20 - Mariópolis/PR, Filial: CNPJ Nº 14.763.606/0002-74 - Mariópolis/PR, a importar os produtos METIZ, registro nº 04114, AGROBEN 500, registro nº 07812, HEXAZURON, registro nº 27517, DIFLUCROP, registro nº 31717, conforme processo nºs 21000.094892/2021-12, 21000.094897/2021-37, 21000.094884/2021-68 e 21000.094864/2021-97.

134. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto ABAMECTINA TÉCNICO CROPCHEM, registro nº 9914, no produto formulado DEVAMECTIN 18 EC, registro nº 02221, conforme processo nº 21000.095053/2021-11.

135. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto SUPERMIX, registro nº 27320, conforme processo nº 21000.095049/2021-45.

136. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial THOMPTRIX no produto MITEKILL, registro nº 24920, conforme processo nº 21000.095029/2021-74.

137. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FIPRONIL TÉCNICO HYGREEN, registro nº 35318, no produto formulado MAESTRO 250 FS, registro nº 14018, conforme processo nº 21000.068649/2021-31.

138. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto PALMERO, registro nº 23921, conforme processo nº 21000.095440/2021-40.

139. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto ATECTRA®**,** registro nº 4916**,** foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a exclusão da modalidade de aplicação em pós-emergência dos cultivos da Soja e Algodão geneticamente modificados, conforme processo nº 21016.008916/2021-41.

140. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado RAPRUS, registro nº 06112, conforme processo nº 21000.081133/2021-81.

141. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado GROVER SE, registro nº 29820, conforme processo nº 21000.081132/2021-37.

142. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado GROVER, registro nº 2120, conforme processo nº 21000.081131/2021-92.

143. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado FEGRAT, registro nº 22020, conforme processo nº 21000.081130/2021-48.

144. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado EDDUS, registro nº 23321, conforme processo nº 21000.081127/2021-24.

145. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado BOUNDARY EC, registro nº 28820, conforme processo nº 21000.081126/2021-80.

146. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado PRIMESTRA GOLD, registro nº 08399, conforme processo nº 21000.081045/2021-80.

147. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante/formulador em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Tacto Biotecnologia e Agropecuária Ltda -Arujá/SP, Total Biotecnologia e Agropecuária Ltda - Curitiba/PR, no produto BOMBARDEIRO, registro nº 27321, conforme processo nº 21000.079818/2021-68.

148. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos AZOXYSTROBIN TÉCNICO NORTOX, registro nº 18419, AZOXYSTROBIN TÉCNICO NORTOX BR, registro nº TC00120, TEBUCONAZOLE TÉCNICO NORTOX V, registro nº TC07721, no produto formulado TEBUCO A NORTOX, registro nº 24821, conforme processo nº 21000.081167/2021-76.

149. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado PRIMAIZ GOLD, registro nº 00700, conforme processo nº 21000.081037/2021-33.

150. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto HEXAZINONA TÉCNICA NORTOX BR, registro nº 18919, no produto formulado TRIFLURALINA H NORTOX, registro nº 17718, conforme processo nº 21000.095894/2021-11.

151. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa FMC Química do Brasil Ltda, CNPJ Nº 04.136.367/0001-98 - Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 04.136.367/0005-11 - Uberaba/MG, CNPJ Nº 04.136.367/0003-50 - Igarapava/SP, CNPJ Nº 04.136.367/0017-55 - Paulínia/SP, CNPJ Nº 04.136.367/0037-07 - Barra Mansa/RJ, a importar o produto IMIDACLOPRIDO TÉCNICO HAILIR, registro nº 40318, conforme processo nº 21000.095732/2021-82.

152. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos FIPRONIL TÉCNICO AT, registro nº 44119, FIPRONIL TÉCNICO NORTOX BR, registro nº TC15121, FIPRONIL TÉCNICO HAILIR, registro nº 31418, no produto formulado FIPRONIL NORTOX 800 WG, registro nº 10412, conforme processo nº 21000.085425/2021-93.

153. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto MESOTRIONE TÉCNICO NORTOX BR, registro nº TC15520, no produto formulado MESOTRIONA NORTOX, registro nº 17517, conforme processo nº 21000.060249/2021-87.

154. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PYRIPROXYFEN TÉCNICO PYRI, registro nº 26919, no produto formulado EPINGLE 100, registro nº 07698, conforme processo nº 21000.084778/2021-76.

155. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PYRIPROXYFEN TÉCNICO PYRI, registro nº 26919, no produto formulado CORDIAL 100, registro nº 05398, conforme processo nº 21000.084781/2021-90.

156. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hebei Shanli Chemical Co. Ltd., endereço Eighteenth Team, Zhongjie Farm, Cangzhou City, Hebei Province, 061108, China, no produto ATRAZINA FERSOL 500 SC, registro nº 10319, conforme processo nº 21000.066746/2021-99.

157. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto AZOXYSTROBIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº 23416, no produto formulado CONVICTO SC, registro nº 13818, conforme processo nº 21000.096013/2021-89.

158. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto AZOXYSTROBIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº 23416, no produto formulado CONVICTO, registro nº 13718, conforme processo nº 21000.095996/2021-36.

159. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto AZOXYSTROBIN TÉCNICO PROVENTIS, registro nº 23416, no produto formulado CONVICTO SC, registro nº 13818, conforme processo nº 21000.096013/2021-89.

160. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa MicroBio Soluções Ambientais Ltda. ME, para a razão social Serquíbio Biotecnologia Agrícola Ltda, mantendo o mesmo CNPJ Nº 20.758.939/0001-27 e endereço Rua Professor José de Assis Sáes, nº 359, Cidade Industrial, Santa Bárbara dOeste/SP, CEP: 13456-167, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processos nºs 21000.026944/2018-14 e 21000.026941/2018-81.

161. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **FURATROP,** registro nº 15220, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Meloidogyne incognita, Pratylenchus brachyurus, Heterodera glycines, Sclerotinia sclerotiorum* e *Rhizoctonia solani,* inclusão da modalidade de aplicação no tratamento de sementes, no momento do transplante de mudas e em aplicação foliar, e aplicação aérea, em qualquer cultura com a ocorrência do alvo biológico**,** conforme processo nº 21000.017210/2021-40.

162. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **BTP 001-18,** registro nº17020**,** foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão dos alvos biológicos *Meloidogyne incognita, Pratylenchus brachyurus, Heterodera glycines, Sclerotinia sclerotiorum* e *Rhizoctonia solani, i*nclusão da modalidade de aplicação no tratamento de sementes, no momento do transplante de mudas e em aplicação foliar, e aplicação aérea, em qualquer cultura com a ocorrência do alvo biológico, conforme processo nº 21000.017134/2021-72.

163. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial EXTERMINADOR BIO, registro nº 6418, para marca BIAGRO ATTAK, conforme processo nº 21000.093644/2021-46.

164. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial DIQUAT CROP 200 SL, registro nº 30321, para marca VENIA BR, conforme processo nº 21000.040219/2017-78.

165. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial BIOLEP PROTECTION, registro nº 21918, para marca BIAGRO CRISTALLES, conforme processo nº 21000.093539/2021-15.

166. De acordo com Artigo 22, § 1°, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial DFCCONTROL, registro nº 25720, para marca BIAGRO IDUN, conforme processo nº 21000.093645/2021-91.

167. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto GLIFOSATO 72 WG ALAMOS, registro nº 25119, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Algodão geneticamente modificado tolerante ao glifosato, Eucalipto, Pinus, Milho geneticamente modificado tolerante ao glifosato, Seringueira, conforme processo nº 21000.073430/2020-72.

168. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da unidade fabril Monsanto Argentina S.A.I.C., endereço Ruta 12 - km 83.100, Zarate, 2800, Argentina, para razão social Monsanto Argentina S.R.L., esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21016.009042/2021-40.

169. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26 - Maracanaú/CE, Filial: CNPJ Nº 07.467.822/0012-89 - Barueri/SP, a importar o produto INPYRFLUXAM TÉCNICO, registro nº TC17121, conforme processo nº 21016.009340/2021-30.

170. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da unidade fabril Shandong Hailir Chemical CO. Ltd. - Endereço: East Industry Zone Chengyang District, Qingdao, Shandong, China, para endereço: Lingang Industrial Zone, Coastal Econ. Development Zone, Weifang, Shandong, China, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.095741/2021-73.

171. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, no produto ALTACOR BR, registro nº 11911, conforme processo nº 21000.045574/2021-10.

172. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FIPRONIL TÉCNICO NORTOX BR, registro nº TC15121, no produto formulado FIPRONIL NORTOX MAX, registro nº 11021, conforme processo nº 21000.080521/2021-45.

173. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FIPRONIL TÉCNICO AT, registro nº 44119, no produto formulado FIPRONIL ZEI 800 WG, registro nº 24321, conforme processo nº 21000.074442/2021-03.

174. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Jiangsu Fengyuan Bioengineering Co., Ltd., endereço Nº 6, Xinmin Road, Bairro: Sheyang Economic Development Zone, Jiangsu, CEP: 224300, China, no produto bioquímico formulado CYTOLIN, registro nº 21519, conforme processo nº 21000.073575/2021-54.

175. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Jiangsu Fengyuan Bioengineering Co., Ltd., endereço Nº 6, Xinmin Road, Bairro: Sheyang Economic Development Zone, Jiangsu, CEP: 224300, China, no produto bioquímico formulado MAXCEL, registro nº03506, conforme processo nº 21000.073593/2021-36.

176.De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Jiangsu Fengyuan Bioengineering Co., Ltd., endereço Nº 6, Xinmin Road, Bairro: Sheyang Economic Development Zone, Jiangsu, CEP: 224300, China, no produto bioquímico formulado PROMALIN, registro nº 01802, conforme processo nº 21000.073609/2021-19.

177. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto HEXAZINONA TÉCNICA PROVENTIS, registro nº 21318, no produto formulado GROVER SE, registro nº 29820, conforme processo nº 21000.074694/2021-24.

178.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto FIPRONIL BRT 800 WG, registro nº 29721, da empresa AllierBrasil Agro Ltda, sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP 01307-013, São Paulo/SP, para a empresa Unibrás Agro Química Ltda, sito à Rua Uruguai, 2100, CEP: 14075-348, Ribeirão Preto/SP, conforme processo nº 21000.096426/2021-63.

179. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM, registro nº TC02620, no produto formulado GARDOMIL, registro nº 03813, conforme processo nº 21000.081003/2021-49.

180. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACLORO TÉCNICO PROVENTIS, registro nº 34719, no produto formulado PRIMAGRAM GOLD, registro nº 0800, conforme processo nº 21000.077330/2021-04.

181. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto 2,4-D TÉCNICO DT, registro nº TC07621, no produto formulado TROLLER, registro nº 24218, conforme processo nº 21000.069214/2021-11.

182. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 3), endereço Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat (India), Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto ALICERCE, registro nº 11819, conforme processo nº 21000.065028/2021-03.

183. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Zhejiang Udragon Bioscience Co., Ltd., endereço: No.1 Fangjiadai Road, Haiyan Economic Development Zone, Haiyan, Zhejiang, China, Hangzhou Udragon Chemical Co. Ltd. endereço No 172, Zhangjiadun Road, Tangxi Town, Yuhang District, Hangzhou, Zhejiang, China, e manipuladores Fersol Indústria e Comércio S/A - Mairinque/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda - 08.938.255/0001-01 - Indaiatuba/SP, Ultrafine Technologies Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda - CNPJ Nº 50.025.469/0004-04-Indaiatuba/SP, no produto CIPROCONAZOL CCAB 100 SL, registro nº 23021, conforme processo nº 21000.064921/2021-11.

184. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto AZOXISTROBINA TRADECORP TÉCNICO III, registro nº 20217 no produto formulado AZOXISTROBIN 200 CIPROCONAZOLE 80 CCAB SC, registro nº 12521, conforme processo nº 21000.064627/2021-00.

185. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd., endereço: Nº 6, Middle Huagong Road, Circulation Chemical Industry Park, Shijiazhuang City, Hebei, China, no produto AZOXISTROBIN 200 CIPROCONAZOLE 80 CCAB SC, registro nº 12521, conforme processo nº 21000.064627/2021-00.

186. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 2) endereço: Plot no. Z-12/1, Dahej SEZ 1, Taluka.Vagra, Dist. Bharuch, Gujarat 392130, Índia, Indofil Industries Ltda. (Unidade 3) endereço: Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat, índia, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP, no produto MOXIMATE WP, registro nº 36119, conforme processo nº 21000.064604/2021-97.

187. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 3) endereço: Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat (India), Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto INDOZEB 750 WG, registro nº 0720, conforme processo nº 21000.064602/2021-06.

188. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto CULTAR 250 SC, registro nº 07900, conforme processo nº 21000.064339/2021-47.

189. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 3) endereço: Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat (India), Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto MANFIL 800 WP, registro nº 06313, conforme processo nº 21000.064523/2021-97.

190. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ningbo Sunjoy Agrosciences Co., Ltd., endereço BeiHai Road, n. 1165, Ningbo Chemical Industry zone, Xiepu Town, Zhenhai District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040, China, no produto CARBENDAZIM CCAB 500 SC, registro nº 02409, conforme processo nº 21000.064398/2021-15.

191. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto INDOXACARB TÉCNICO JINGBO, registro nº TC12620, no produto formulado INDOXACARB CCAB 150 SC, registro nº 7020, conforme processo nº 21000.011471/2021-56.

192. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Jingbo Agrochemicals Technology Co., Ltd., endereço Economic Development Zone, Boxing County, Shandong Province, China, Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd., endereço BeiHai Road, n. 1165, Ningbo Chemical Industry zone, Xiepu Town, Zhenhai District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040, China, no produto INDOXACARB CCAB 150 SC, registro nº 7020, conforme processo nº 21000.011471/2021-56.

193. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto DIQUAT ASCENZA TÉCNICO, registro nº 26418, no produto formulado GOPAN, registro nº 38918, conforme processo nº 21000.073079/2020-10.

194. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos DIQUAT TÉCNICO CROPCHEM, registro nº 26318, DIQUAT TÉCNICO CROPCHEM

II, registro nº TC07720, no produto formulado BLERAN, registro nº 38818, conforme processo nº 21000.068941/2020-72.

195. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto DIQUAT TÉCNICO RAINBOW, registro nº 12015, no produto formulado BLERAN, registro nº 38818, conforme processo nº 21000.070735/2020-22.

196. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto DIQUAT ASCENZA TÉCNICO, registro nº 26418, no produto formulado BLERAN, registro nº 38818, conforme processo nº 21000.072880/2020-48.

197. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto DIQUAT TÉCNICO RAINBOW, registro nº 12015, no produto formulado REGLONE, registro nº 1768502, conforme processo nº 21000.070713/2021-62.

198. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto DIQUAT ASCENZA TÉCNICO, registro nº 26418, no produto formulado REGLONE, registro nº 1768502, conforme processo nº 21000.072855/2020-64.

199. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social e endereço da empresa formuladora Great Lakes Chemical Corporation (GLCC), endereço P.O. Box 2200, Highway 52 NW, West Lafayette, Indiana, 47906, USA, para Lanxess Corporation endereço El Dorado Central Plant, located at 2226, Haynesville Hwy, El Dorado, AR 71731, USA, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.096799/2021-34.

200. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Ascenza Agro S.A. endereço: Avenida do Rio Tejo, Herdade das Praias, 2910-440, Setúbal - Portugal, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Tagros Chemicals India Private Limited endereço: A-4/1 & 2 SIPCOT Industrial Complex Pachayankuppam, Cuddalore 607 005, Tamil Nadu - India, no produto CERIMÔNIA, registro nº 45719, conforme processo nº 21000.020482/2021-27.

201. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto GLIFOSATO TÉCNICO WYNCA, registro nº 38919, no produto formulado TOPATUDO, registro nº 01719, conforme processo nº 21000.068255/2021-82.

202. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto GLIFOSATO TÉCNICO WYNCA, registro nº 38919, no produto formulado MAXIZATO, registro nº 36518, conforme processo nº 21000.068231/2021-23.

203. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto LUFENURON TÉCNICO SC, registro nº TC06420, no produto formulado LUFENURON NORTOX 100 EC, registro nº 23818, conforme processo nº 21000.067007/2021-14.

204. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Zhejiang Xinan Chemical Industrial Group CO. Ltd., endereço Xinanjiang, Jiande, Zhejiang, 311600, China, Zhenjiang Jiangnan Chemical CO. Ltd., endereço International Chemical Industry Park, Zhenjiang New Area, Jiangsu, 212152, China, no produto MAXIZATO, registro nº 36518, conforme processo nº 21000.068044/2021-40.

205. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos MESOTRIONE TÉCNICO NORTOX BR, registro nº TC15520, MESOTRIONE TÉCNICO RAINBOW, registro nº TC01020, no produto formulado MESOTRIONA CANA NORTOX, registro nº 28919, conforme processo nº 21000.072950/2021-49.

206. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto MANCOZEB TÉCNICO INDOFIL, registro nº 11011, no produto formulado EMZEB 800 WP, registro nº 05610, conforme processo nº 21000.066419/2021-37.

207. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto MANCOZEB TÉCNICO INDOFIL, registro nº 11011, no produto formulado MANCOZEB 800 WP PERTERRA, registro nº 26117, conforme processo nº 21000.066427/2021-83.

208. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto MANCOZEB TÉCNICO INDOFIL, registro nº 11011, no produto formulado SABIZEB 800 WP, registro nº 26917, conforme processo nº 21000.066429/2021-72.

209. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Jiangsu Fendeng Crop Science Co. Ltd., endereço Dengguan, Changzhou City, Jiangsu, China, Laoting Yoloo Bio-Technology Co. Ltd., endereço N° A-3 Tianjin Road, Laoting Economic Development Zone, Hebei Province, China, Limin Chemical Co. Ltd., endereço Economic Development Zone, Xinyi, Jiangsu 221400, China, SHANDONG WEIFANG SHUANGXING PESTICIDE CO., LTD., endereço Weifang Binhai Development Zone, Yansi District 403 Building 403, Weifang, 262737, China, Chizhou Bioagriland Multichem Co., Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongzhi County, Chizhou City, Anhui Province, China, Jiangsu Corechem Co., Ltd., endereço 18, Shilian Avenue, Huaian City, Jiangsu, China, Hextar Chemicals Sdn. Bhd., endereço Lot 5, Jalan Perigi Nenas 7/3, Fasa 1A, Pulau Indah Industrial Park, 42920 Pelabuhan Klang, Selangor Darul Ehsan, Malaysia, no produto LOOPER 250 EC, registro nº 21121, conforme processo nº 21000.066455/2021-09.

210. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangsu Flag Chemical Industry, Co., Ltd., endereço Changfenghe Road, Luhe District,Nanjing Chemical Industry Park, 210047, Nanjing, Jiangsu, China, no produto FOCUS TÉCNICO, registro nº 06803, conforme processo nº 21000.022111/2020-07.

211. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PYRIPROXYFEN TÉCNICO SINO-AGRI, registro nº 14716, no produto formulado EPINGLE 100, registro nº 07698, conforme processo nº 21000.069217/2021-47.

212. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto PYRIPROXYFEN TÉCNICO SINO-AGRI, registro nº 14716, no produto formulado CORDIAL 100, registro nº 05398, conforme processo nº 21000.069218/2021-91.

213. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangsu Flag Chemical Industry, Co., Ltd., endereço Changfenghe Road, Luhe District,Nanjing Chemical Industry Park, 210047, Nanjing, Jiangsu, China, no produto CLOTHIANIDIN TÉCNICO SCB, registro nº 25116, conforme processo nº 21000.022114/2020-34.

214. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto AZOX 250 SC, registro nº 7618, conforme processo nº 21000.097176/2021-89.

215. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Atul Ltd. endereço Atul, Gujarat, 396020, India, Suzhou Greenlands Chemical Co., Ltd., endereço East Renmin Road, Zhangjiagang City, Jiangsu Province, China, Hailir Pesticides and Chemicals Group Co., Ltd., endereço East Industry Zone, Chengyang District, Qingdao, Shandong, China, Qingdao Audis Bio-Tech Co., Ltd., endereço Changyang Industrial Zone, Laixi City, Qingdao, China, Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd., endereço Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737, China, Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd., endereço Beihai Road, 1165 Ningbo Chemical Industry Zone, Xiepu Town, Zone, Xiepu Town Bairro Zhenhai District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040, China, Meghmani Organics Ltd., endereço Plot N° CH-1 & CH-2/A, G.I.D.C. Industrial Estate, Dahej, Bharuch, Gujarat, 392130, India, Tecnomyl S.A., endereço Parque Industrial Avay, Villeta, Paraguai, no produto GRANT, registro nº 7508, conforme processo nº 21000.097347/2021-70.

216.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto CLOMAZONA TÉCNICO OXON, registro nº TC08421, no produto formulado STAFF, registro nº 20818, conforme processo nº 21000.097192/2021-71.

217. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto CLOMAZONA TÉCNICO OXON, registro nº TC08421, no produto formulado ELECTRO, registro nº 44318, conforme processo nº 21000.097194/2021-61.

218.De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a atualização do endereço da empresa filial importadora Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.280.269/0005-16, endereço Rod. PR 090, 5695, Armazém 1J, Parque Industrial Nene Favoretto CEP: 86.200-000, Ibiporã/PR, conforme processo nº 21000.96812/2021-55.

219. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos CLORPIRIFÓS TÉCNICO ADA, registro nº TC03920, CLORPIRIFÓS TÉCNICO ADAMA, registro nº 17819, CLORPIRIFÓS TÉCNICO ADAMA BRASIL, registro nº 34019, PIRINEX AGRICUR TÉCNICO, registro nº 00468698, CLORPIRIFÓS TÉCNICO GHARDA, registro nº 44418, CLORPIRIFÓS TÉCNICO GSP, registro nº TC04821, no produto formulado CURINGA, registro nº8199, conforme processo nº 21000.066523/2021-21.

220. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos CLORPIRIFÓS TÉCNICO GHARDA, registro nº 44418, CLORPIRIFÓS TÉCNICO GSP, registro nº TC04821, no produto formulado PYRINEX 480 EC, registro nº 09298, conforme processo nº 21000.066579/2021-86.

221. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto MANCOZEB TÉCNICO INDOFIL, registro nº 11011, no produto formulado EMZEB PLATINA, registro nº 11011, conforme processo nº 21000.066411/2021-71.

222. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto REVUS OPTI, registro nº 5211, conforme processo nº 21000.066121/2021-27.

223. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 3) endereço Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat (India), Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto MILCOZEB 800 WP, registro nº 16519, conforme processo nº 21000.065171/2021-97.

224. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 3) Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat (India), Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto TROIA, registro nº 41218, conforme processo nº 21000.065175/2021-75.

225. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Indofil Industries Ltda. (Unidade 3) Plot No. D-2/Ch-12, GIDC Estate, Dahej, Tal. Vagra, Dist. Bharuch-392130, Gujarat (India), Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, no produto XOPOTÓ 800 WP, registro nº 10519, conforme processo nº 21000.065178/2021-17.

226. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto METHOMYL TÉCNICO UPL, registro nº 0512, no produto formulado CEKAT, registro nº 18520, conforme processo nº 21000.097484/2021-12.

227.De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante/formulador em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Bioma Indústria e Comércio e Distribuição Eirelli - Fazenda Rio Grande/PR, no produto STIMUCONTROL EVOLUTION, registro nº 13220, conforme processo nº 21000.097614/2021-17.

228. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos GLIFOSATO TÉCNICO WYNCA, registro nº 38919, GLYPHOSATE TÉCNICO FUHUA, registro nº 29218, GLIFOSATO TÉCNICO SH, registro nº 34419, GLIFOSATO XW TÉCNICO, registro nº 28118, no produto formulado TECNUP PREMIUM, registro nº 22621, conforme processo nº 21000.064105/2021-08.

229. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Shandong Weifang Rainbow Chemical CO., LTD., endereço Binhai Economic Development Area, Weifang, 262737, Shandong China, Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro-Chemical Technology Co. Ltd., endereço Qiaogou Town, Wutongqiao District, Leshan City, 614800, Sichuan Province, China, Jiangsu Good Harvest-Weien Agrochemical CO., LTD., endereço Laogang, Qidong City, 226221, Jiangsu, China, Hubei Trisun Chemicals CO., LTD., endereço Nº 66-4 Xiaoting Avenue, Xiaoting District, Yichang, Hubei, China, Nantong Jiangshan Agrochemical & Chemicals Limited Liability Company, endereço 998 Jiangshan Road, Nantong Economic & Technological Development Zone, Nantong, Jiangsu, China, Zhejiang Xinan Chemical Industrial Group CO., LTD., endereço Xinanjiang, Jiande, 311600, Zhejiang, China, ZHENJIANG JIANGNAN CHEMICALS CO., LTD., endereço International Chemical Industry Park, Zhenjiang New Area, 212152, China, no produto TECNUP PREMIUM, registro nº 22621, conforme processo nº 21000.064105/2021-08.

230. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ouro Fino Química S.A. - Uberaba/MG, no produto GOEMON, registro nº 21221, conforme processo nº 21016.005720/2021-03.

231. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador GSP CROP SCIENCE PVT LTD., endereço Plot n°100-103 G.V.M.M, Industrial Estate, GIDC, Odhav, Ahmedabad, 382415, Gujarat -

Índia, no produto SECTIA 350, registro nº 18620, conforme processo nº 21000.063525/2021-69.

232.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos METOMIL TÉCNICO ADAMA, registro nº 33819, METOMIL TÉCNICO ADAMA BR, registro nº 10518, METOMIL TÉCNICO MIL, registro nº 17318, METOMIL TÉCNICO YC, registro nº 23219, no produto formulado VORAZ EC, registro nº 2119, conforme processo nº 21000.063373/2021-02.

233. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado PRIMAIZ GOLD, registro nº 00700, conforme processo nº 21000.097819/2021-94.

234. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado PRIMAGRAM GOLD, registro nº 00800, conforme processo nº 21000.097816/2021-51.

235. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado METAGAN, registro nº 32118, conforme processo nº 21000.097809/2021-59.

236. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado GARDOMIL, registro nº 03813, conforme processo nº 21000.097800/2021-48.

237. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado LUCENS, registro nº 1513, conforme processo nº 21000.097802/2021-37.

238. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado DUAL GOLD 915 EC, registro nº 05411, conforme processo nº 21000.097742/2021-52.

239. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG, registro nº TC16021, no produto formulado DUAL GOLD, registro nº 08499, conforme processo nº 21000.097752/2021-98.

240. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante - Shandong United Pesticide Industry Co., Ltd., endereço Building 1#, Middle Shengli Road, Daxin Village, Fan Town, Daiyue District, Taian City, Shandong, China, no produto PIRIDABEN TÉCNICO, registro nº 07294, conforme processo nº 21000.037550/2020-14.

241. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante/formulador em produto formulado dispensado de registro de produto técnico Bioma Indústria e Comércio e Distribuição Eirelli - Fazenda Rio Grande/PR, no produto BEAUVECONTROL EXTREME, registro nº 18319, conforme processo nº 21000.097864/2021-49.

242. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto THIAMETHOXAM TÉCNICO, registro nº 09898, no produto formulado SECTIA 350, registro nº 18620, conforme processo nº 21000.063545/2021-30.

243. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto AZOXISTROBINA TRADECORP TÉCNICO III, registro nº 20217, no produto formulado AZOXISTROBINA CCAB 250 SC, registro nº 30318, conforme processo nº 21000.063321/2021-28.

244. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ningbo Sunjoy Agrosciences Co., Ltd., endereço BeiHai Road, n. 1165, Ningbo Chemical Industry zone, Xiepu Town, Zhenhai District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040, China, no produto TEBUTIURON CCAB 500 SC, registro nº 17521, conforme processo nº 21000.062590/2021-77.

245. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Anhui Guangxin Agrochemical Co. Ltd., endereço Pengcun Village, Xinhang Town, Guangde, Xuancheng City, 242235, Anhui, China, Shandong Weifang Rainbow Chemical Co, Ltd., endereço Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, China, Ningxia Wynca Technology Co, Ltd., endereço Taisha Industrial Park, Pingluo, Ningxia, China, no produto DIURON CCAB 500 SC, registro nº 17321, conforme processo nº 21000.062629/2021-56.

246. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos METOMIL TÉCNICO ADAMA, registro nº 33819, METOMIL TÉCNICO YC, registro nº 23219, no produto formulado METHOMEX 215 SL, registro nº 07895, conforme processo nº 21000.062728/2021-38.

247. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos METOMIL TÉCNICO ADAMA, registro nº 33819, METOMIL TÉCNICO YC, registro nº 23219, no produto formulado VORAZ, registro nº 10915, conforme processo nº 21000.062665/2021-10.

248. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Hextar Chemicals Sdn. Bhd., endereço Lot 5, Jalan Perigi Nenas 7/3, Fasa 1A, Pulau lndah Industrial Park, 42920 Pelabuhan Klang, Selangor Darul Ehsan, Malaysia, Chizhou Bioagriland Multichem Co., Ltd., endereço Xiangyu Chemical Industry Park, Dongzhi County, Chizhou City, Anhui Province, China, Suzhou Greenlands Chemical Co., ltd., endereço: No.9 East Renmin Road, Zhangjiagang 215600, Jiangsu, China, Shandong Hailir Chemical Co., Ltd., endereço Lingang Industrial Zone, Coastal Econ, Development Zone, Weifang, Shandong, China, no produto ASLAN SL, registro nº 23121, conforme processo nº 21000.062605/2021-05.

249. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto TRICHLOPYR-BUTOTYL TÉCNICO LIER, registro nº 30019, no produto formulado TRICLOPIR CCAB 480 EC, registro nº 11719, conforme processo nº 21000.061632/2021-52.

250. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos FLUROXIPIR-MEPTÍLICO TÉCNICO NORTOX BR, registro nº TC13321, TRICLOPIR-BUTOTÍLICO TÉCNICO RAINBOW, registro nº TC12320, no produto formulado TRICLOPIR F NORTOX, registro nº 18120, conforme processo nº 21000.061647/2021-11.

251. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ningbo Sunjoy Agrosciences Co., Ltd., endereço BeiHai Road, n. 1165, Ningbo Chemical Industry zone, Xiepu Town, Zhenhai District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040, China, no produto PIRIPROXIFEM CCAB 100 EC, registro nº 36419, conforme processo nº 21000.023715/2021-43.

252. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto FLUAZINAM TÉCNICO RAINBOW, registro nº TC07321, no produto formulado FLUAZINAM CCAB 500 SC, registro nº 28419, conforme processo nº 21000.056252/2021-04.

253. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Qingdao Rainbow Chemical Co., Ltd., endereço Xinhe Eco-Chemical Science and Technology Industry Base, Qingdao, Shandong, 266717, China, no produto FLUAZINAM CCAB 500 SC, registro nº 28419, conforme processo nº 21000.056252/2021-04.

254. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **NEMACONTROL,** registro nº 12016, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da modalidade de aplicação no sulco de plantio para uso no controle da praga *Pratylenchus brachyurus* em qualquer cultura com sua ocorrência, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.028079/2021-46.

255. De acordo com o Artigo 22 §2º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto **ALTACOR,** registro nº 8909, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da modalidade de aplicação em mudas pré-brotadas, antes do transplantio para uso no controle da praga *Diatraea saccharalis* na cultura da Cana-de-Açúcar, sem aumento de dose, conforme processo nº 21000.047212/2021-63.

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 13 de abril de 2016, em Ato nº 17, Seção 1, item 1, onde se lê: ... indeferimos o pleito de registro do produto: Varum processo nº21000.009028/2013-13 de acordo com o Ofício nº1350/2012-ANVISA, leia-se: ... foi indeferido pleito de registro do produto VARUM processo nº 21000010184/2011-57, de acordo com o Ofício nº 1350/2012 - GGTOX/ANVISA.

No DOU de 07 de abril de 2021, em Ato nº 19, Seção 1, item 36, onde se lê: ... Nome: The Dow Chemical Company - Endereço: 330 South Saginaw Road, 48667 Midland, Michigan - Estados Unidos da América. Leia-se: ... Nome: Corteva Agriscience LLC - Endereço: 701 Washington Street, Michigan, 48640, Midland - Estados Unidos da América, conforme processo nº 21000.026956/2021-44.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, item 195, onde se lê: ... foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto AZIMUT, registro nº 13612, para marca comercial CUSTODIA, conforme processo nº 21000.089920/2021-71, leia-se: ... foi aprovada a inclusão da marca comercial CUSTODIA no registro do produto AZIMUT, registro nº 13612, conforme processo nº 21000.089920/2021-71.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, item 265, onde se lê: ... autorizamos a empresa Sinon do Brasil Ltda, CNPJ Nº 03.417.347/0008-07 - Sumaré/SP, Filiais: CNPJ Nº 03.417.347/0009-80 - Mariópolis/PR, CNPJ Nº 03.417.347/0010-13 - Uberaba/MG, a importar o produto GLIFOSATO XW TÉCNICO, registro nº 28118, conforme processo nº 21000.090842/2021-58, leia-se: ... autorizamos a empresa Sinon do Brasil Ltda. - CNPJ Nº 03.417.347/0001-22 - Porto Alegre/RS, Filial: CNPJ Nº 03.417.347/0008-07 - Sumaré/SP; CNPJ Nº 03.417.347/0009-80 - Mariópolis/PR, CNPJ Nº 03.417.347/0010-13 - Uberaba/MG, a importar o produto GLIFOSATO XW TÉCNICO, registro nº 28118, conforme processo nº 21000.090842/2021-58.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, item 102, onde se lê: ...produto o FIPRONIL TÉCNICO ME2, registro nº 15317, leia-se: ... IMIDACLOPRIDO TÉCNICO ME2, registro nº 47019.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, item 27, onde se lê: ... inclusão do formulador ANHHUI, leia-se: ... inclusão do formulador ANHUI.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, itens 8 e 9, onde se lê: ...processo nº 21000.082744/2021-47, leia-se: ...processo nº 21000.082776/2021-42.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, item 99, onde se lê: ...produto INFLIX, leia-se: ...produto INFLUX.

No DOU de 04 de novembro de 2021, em Ato nº 46, Seção 1, item 22, onde se lê: ...processo nº 21000.032053/2021-19, leia-se: ...processo nº 21000.052053/2021-19.

ATO Nº 49, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e pré-misturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Anasac Brasil Comércio e Locação de Máquinas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: BUDBREAK TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13721, conforme processo nº 21000.062236/2016-85, protocolado em 19/12/2016.
d. Fabricante: Nome: Ningxia Darong Chemicals & Metallurgy Co., Ltd. - Endereço: North of Jinlong Street, West of Xihuan Road, High Tech Industrial Development Zone, Shizuishan City, Ningxia - China.
e. Nome químico: Hidrogen Cyanamide.
f. Nome comum: Cianamida
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

2-a. Titular do registro: Lemma Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócio, Importação e Exportação Ltda- Campinas/SP
b. Marca comercial: INDOXACARB TÉCNICO SINO-AGRI.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13821, conforme processo nº 21000.047293/2017-15, protocolado em 03/11/2017.
d. Fabricante: Nome: Anhui Futian Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Xiangyu Chemical Industrial Zone, Dongzhi Chizhou - Anhui - China.
e. Nome químico: methyl (S)-N-[7-chloro-2,3,4a,5-tetrahydro4a- (methoxycarbonyl) indeno[1,2- e][1,3,4]oxadiazin-2- ylcarbonyl]-4'- (trifluoromethoxy)carbanilate.
f. Nome comum: Indoxacarbe.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

3-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: PIMETROZINA TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13921, conforme processo nº 21000.054154/2018-29, protocolado em 13/12/2018.
d. Fabricante: Nome: Hebei Vayong Bio-Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 06, Middle Huagong Road - Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuan - 050000 Hebei - China.
e. Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one.
f. Nome comum: Pimetrozina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

4-a. Titular do registro: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14021, conforme processo nº 21000.043658/2016-51, protocolado em 05/09/2016.
d. Fabricante: Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: No. 9 Weijiu Rd, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area 312369 Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

5-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO ADAMA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14121, conforme processo nº 21000.052469/2016-70, protocolado em 25/10/2016.
d. Fabricante: Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: No. 9 Weijiu Rd, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area 312369 Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

6-a. Titular do registro: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO PROVENTIS II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14221, conforme processo nº 21000.048260/2016-10, protocolado em 30/09/2016.
d. Fabricante: Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: No. 9 Weijiu Rd, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area 312369 Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

7-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: FIPRONIL TÉCNICO CN.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14321, conforme processo nº 21000.010132/2011-81, protocolado em 01/09/2011.
d. Fabricante: Nome: Lianyungang Avilive Chemical Co., Ltd. - Endereço: Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County Lian Yun Gang City, Jiangsu Province - China.
e. Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-α, α, α -trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile.
f. Nome comum: Fipronil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Nutrien Soluções Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMAZETAPIR TECNICO BRA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14421, conforme processo nº 21000.025011/2018-18, protocolado em 09/07/2018.
d. Fabricante: Nome: Zibo Nab Agrochemicals Limited - Endereço: North of National High-Tech Industrial Development Zone, Zibo 256410 Shandong - China.
e. Nome químico: (RS)-5-ethyl-2-(4-isopropyl-4-methyl-5-oxo-2-imidazolin-2-yl)nicotinic acid.
f. Nome comum: Imazetapir.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

9-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ISOXAFLUTOL TÉCNICO OLA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14521, conforme processo nº 21000.056398/2016-84, protocolado em 14/11/2016.
d. Fabricante: Nome: Oriental (Luzhou) Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço:Xinle Town, Naxi District, Luzhou 646300 Sichuan - China.
e. Nome químico: 5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl α,α,α-trifluoro-2- mesyl-p-tolyl ketone ou (5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl)[2-(methanesulfonyl)-4- (trifluoromethyl) phenyl]methanone.
f. Nome comum: Isoxaflutol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A.- Londrina/PR.
b. Marca comercial: ISOXAFLUTOL TÉCNICO ADA BRASIL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14621, conforme processo nº 21000.071260/2019-58, protocolado em 03/10/2019.
d. Fabricante: Nome: Oriental (Luzhou) Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço:Xinle Town, Naxi District, Luzhou 646300 Sichuan - China.
e. Nome químico: 5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl α,α,α-trifluoro-2- mesyl-p-tolyl ketone ou (5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl)[2-(methanesulfonyl)-4- (trifluoromethyl) phenyl]methanone.
f. Nome comum: Isoxaflutol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: DIAFENTIUROM TÉCNICO PROVENTIS II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14721, conforme processo nº 21000.010780/2019-94, protocolado em 25/02/2019.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Changlong Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: No. 08 Tuanjiehe Road, Economic Development District of Taixing 225400 Jiangsu - China.
e. Nome químico: 1-tert-butyl-3-(2,6-di-isopropyl-4- phenoxyphenyl)thiourea.
f. Nome comum: Diafentiurom.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: TRIFLUMURON TÉCNICO RTM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14821, conforme processo nº 21000.001471/2014-19, protocolado em 27/02/2014.
d. Fabricante: Nome: TongHua Pesticide Chemical Industry Stock Co., Ltd. - Endereço: No. 2299 Xuehua Road Tonghua, Jilin - China.
e. Nome químico: 1-(2-chlorobenzoyl)-3-(4-trifluoromethoxy phenyl)urea ou 2-chloroN-[[[4-(trifluoromethoxy)phenyl]amino]carbonyl]benzamide ou 2-chloro-N-{[4-(trifluoromethoxy)phenyl]carbamoyl}benzamide.
f. Nome comum: Triflumuron.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: CHD'S do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- São Miguel do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: SULFENTRAZONE TÉCNICO CHD'S.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC14921, conforme processo nº 21000.025575/2018-42, protocolado em 12/07/2018.
d. Fabricante: Nome: Tagros Chemicals India Limited. - Endereço: A4/1 & 2, SIPCOT Industrial Complex, Pachayankuppam 607 005 Cuddalore, Tamil Nadu - India.
e. Nome químico: N-{2,4-dichloro-5-[4-(difluoromethyl)-3-methyl-5-oxo-4,5-dihydro-1H-1,2,4-triazol-1-yl]phenyl}methanesulfonamide.
f. Nome comum: Sulfentrazona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMAZETHAPYR TÉCNICO SD.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15021, conforme processo nº 21000.003779/2015-80, protocolado em 30/06/2015.
d. Fabricante: Nome: Zibo Nab Agrochemicals Limited - Endereço: North of National High-Tech Industrial Development Zone, Zibo 256410 Shandong - China.
e. Nome químico: (RS)-5-ethyl-2-(4-isopropyl-4-methyl-5-oxo-2-imidazolin-2-yl)nicotinic acid.
f. Nome comum: Imazetapir.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: Nortox S.A.-Arapongas/PR.
b. Marca comercial: FIPRONIL TÉCNICO NORTOX BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15121, conforme processo nº 21000.002775/2015-84, protocolado em 18/05/2015.
d. Fabricante: Nome: Zhejiang Funong Biotech Co., Ltd. - Endereço: Lantian, Yongqiang 325024 Wenzhou, Zhejiang - China.
e. Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-α, α, α -trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile.
f. Nome comum: Fipronil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

16-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: INDOXACARBE TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15221, conforme processo nº 21000.007229/2015-30, protocolado em 26/10/2015.
d. Fabricante: Nome: Anhui Futian Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Xiangyu Chemical Industrial Zone, Dongzhi Chizhou - Anhui - China.
e. Nome químico: methyl (S)-N-[7-chloro-2,3,4a,5-tetrahydro4a- (methoxycarbonyl) indeno[1,2- e][1,3,4]oxadiazin-2- ylcarbonyl]-4'- (trifluoromethoxy)carbanilate.
f. Nome comum: Indoxacarbe.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

17-a. Titular do registro: Ouro Fino Química S.A.- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: AMETRINA TÉCNICO OF.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15321, conforme processo nº 21000.008895/2014-12, protocolado em 22/12/2014.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd.- Endereço: N º 518, Yongxin Road - Binzhou Binbei Town Shandong - China.
e. Nome químico: N^2-ethyl-N^4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Ametrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

18-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: AMETRINA TÉCNICO BINNONG.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15421, conforme processo nº 21000.032237/2020-81, protocolado em 12/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: N º 518, Yongxin Road - Binzhou Binbei Town Shandong - China.
e. Nome químico: N^2-ethyl-N^4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Ametrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

19-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: AMETRINA TÉCNICA NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15521, conforme processo nº 21000.000447/2015-43, protocolado em 27/01/2015.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd.- Endereço: N º 518, Yongxin Road - Binzhou Binbei Town Shandong - China.
e. Nome químico: N^2-ethyl-N^4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Ametrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

20-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A.- Londrina/PR.
b. Marca comercial: S-METOLACLORO TÉCNICO ADAMA BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15621, conforme processo nº 21000.000510/2017-11, protocolado em 05/01/2017.
d. Fabricante: Nome: Hangzhou Nutrichem Company Limited - Endereço: N º 9777, Hong-Shiwu Road, Linjiang industrial Park Xiaoshan District, Hangzhou City, Zhejiang, 311228 - China; Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: N º 9, Weijiu Road, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejianfg, 312639 - China.
e. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide.
f. Nome comum: S-Metolacloro.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

21-a. Titular do registro: Alta - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.- Curitiba/PR.
b. Marca comercial: AMETRINA TÉCNICO ALTA II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15721, conforme processo nº 21000.008357/2015-09, protocolado em 11/12/2015.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: N º 518, Yongxin Road - Binzhou Binbei Town Shandong - China.
e. Nome químico: N^2-ethyl-N^4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Ametrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

22-a. Titular do registro: ADAMA BRASIL S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: AMETRINA TÉCNICO ADAMA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15821, conforme processo nº 21000.052925/2017-62, protocolado em 11/12/2017.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: N º 518, Yongxin Road - Binzhou Binbei Town Shandong - China.
e. Nome químico: N^2-ethyl-N^4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Ametrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

23-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agricolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ATRAZINA TÉCNICO BINNONG.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC15921, conforme processo nº 21000.041736/2020-60, protocolado em 29/06/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co. Ltd. - Endereço: Nº. 518, Yongxin Road, Binbei Town Binzhou - Shandong- China.
e. Nome químico: 6-chloro-*N*^{2}-ethyl-*N*^{4}-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

24-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agricolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: S-METOLACHLOR TÉCNICO BINNONG.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16021, conforme processo nº 21000.035923/2020-12, protocolado em 29/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Zhongnong Minchang Chemical Industry Co., Ltd- Endereço: Nº 516, Yongxin Road, Binbei Town, Binzhou 25660 -Shandong, China.
e. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide.
f. Nome comum: S-Metolacloro.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

25-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agricolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: THIACLOPRID TÉCNICO SAL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16121, conforme processo nº 21000.020587/2020-03, protocolado em 20/03/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong United Pesticide Industry Co., Ltd. - Endereço: Building 1#, Middle Shengli Road, Daxin Village, Fan Town, Daiyue District, Taian 250100 - China.
e. Nome químico: (Z)-3-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-1,3-thiazolidin-2-ylidenecyanamide.
f. Nome comum: Tiacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

26-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio De Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PYRIPROXYFEN TÉCNICO ZY.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16221, conforme processo nº 21000.025712/2019-20, protocolado em 25/04/2019.
d. Fabricante: Nome: Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: The Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone 226407 Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether.
f. Nome comum: Piriproxifem.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

27-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIM TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16321, conforme processo nº 21000.00, protocolado em 14/03/2019.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area 262737 - Weifang, Shandong - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

28-a. Titular do registro: Proregistros Registros de Produtos Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial:BIFENTHRIN TÉCNICO WYNCA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16421, conforme processo nº 21000.022188/2021-50, protocolado em 25/03/2021.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

29-a. Titular do registro: Proregistros Registros de Produtos Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: SMILYN TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16521, conforme processo nº 21000.000626/2015-81, protocolado em 04/02/2015.
d. Fabricante: Nome: Taizhou Bailly Chemical Co., Ltd. - Endereço: No. 9 Zhonggang Road, Taixing Economic Development Zone Taixing City, Jiangsu Province - China.
e. Nome químico: 1-(4-Chlorophenyl)-3-(2,6-Difluorobenzoyl)urea.
f. Nome comum: Diflubenzurom.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

30-a. Titular do registro: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- São Miguel do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: PYRIPROXYFEN TÉCNICO CHDS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16621, conforme processo nº 21000.032118/2019-95, protocolado em 22/05/2019.
d. Fabricante: Nome: Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: The Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone 226407 Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether.
f. Nome comum: Piriproxifem.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial e periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

31-a. Titular do registro: Nortox S.A.-Arapongas/PR.
b. Marca comercial: PIRACLOSTROBIN TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16721, conforme processo nº 21000.008036/2015-04, protocolado em 30/11/2015.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian 051530 Shijiahuang, Hebei - China.
e. Nome químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl] phenyl}(Nmethoxy) carbamate.
f. Nome comum: Piraclostrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

32-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: BIFENTHRIN Y TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16821, conforme processo nº 21000.005831/2014-51, protocolado em 22/08/2014.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Nantong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

33-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO UPL BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC16921, conforme processo nº 21000.036187/2017-14, protocolado em 17/08/2017.
d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co., Ltd. - Endereço: N º 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan district 325013 Wenzhou, Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

34-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio De Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PYRIPROXYFEN TÉCNICO NGC.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17021, conforme processo nº 21000.031071/2020-86, protocolado em 06/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: The Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone 226407 Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether.
f. Nome comum: Piriproxifem.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

35-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: INPYRFLUXAM TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17121, conforme processo nº 21000.046412/2017-12, protocolado em 27/10/2017.
d. Fabricante: Nome: Sumitomo Chemical Co., Ltd. - Endereço: Oita worls 2200 - Tsurusaki Oita-shi, 870-0106, Oita -Japão; Nome: Bayer AG -Endereço: Alte Heerstrasse, 41538, Dormagen - Alemanha; Nome: Bayer AG - Endereço: Industriestraße, Chemiepark Knapsack, 50354, Hürth - Alemanha.
e. Nome químico:3-(difluoromethyl)-N-[(R)-2,3-dihydro-1,1,3-trimethyl-1H-inden-4-yl]-1-methylpyrazole-4-carboxamide.
f. Nome comum: Impirfluxam (Inpyrfluxam).
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: Não Classificado.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

36-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICO MIL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17221, conforme processo nº 21000.007332/2014-07, protocolado em 17/10/2014.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

37-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICO ADAMA BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17321, conforme processo nº 21000.026482/2016-73, protocolado em 06/06/2016.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

38-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO ALS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17421, conforme processo nº 21000.041695/2018-97, protocolado em 11/10/2018.
d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co., Ltd. - Endereço:No. 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District 325013 Wenzhou, Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

39-a. Titular do registro: Nortox S/A- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: CIPERMETRINA TÉCNICA NORTOX V.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17521, conforme processo nº 21000.025544/2018-91, protocolado em 12/07/2018.
d. Fabricante: Nome: Tagros Chemicals India Ltd. Endereço: A-4/1 & A-4/2 - SIPCOT Industrial Complex Pachayankuppam, Cuddalore - Tamil Nadu 607005 - Índia.
e. Nome químico: (RS)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1RS,3RS; 1RS,3SR)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Cipermetrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao meio ambiente.

40-a. Titular do registro: Nortox S/A- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICA NORTOX III.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17621, conforme processo nº 21000.001471/2018-42, protocolado em 15/01/2018.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Nantong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

41-a. Titular do registro: Nortox S/A- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO NORTOX II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17721, conforme processo nº 21000.029850/2017-16, protocolado em 05/07/2017.
d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co., Ltd. - Endereço: No. 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District 325013 Wenzhou, Zhejiang - China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

42a. Titular do registro: Nortox S/A- Arapongas /PR.
b. Marca comercial: SULFENTRAZONE TÉCNICO NORTOX V.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17821, conforme processo nº 21000.024989/2018-54, protocolado em 09/07/2018.
d. Fabricante: Nome: Tagros Chemicals India Limited - Endereço: A4/1 & 2, SIPCOT Industrial Complex, Pachayankuppam 607 005 Cuddalore, Tamil Nadu - India.
e. Nome químico: N-{2,4-dichloro-5-[4-(difluoromethyl)-3-methyl-5-oxo-4,5-dihydro-1H-1,2,4-triazol-1-yl]phenyl}methanesulfonamide.
f. Nome comum: Sulfentrazona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

43a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC17921, conforme processo nº 21000.004985/2014-26, protocolado em 16/07/2014.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Flag Chemical Industry Co., Ltd. - Endereço: N º 309 Changfenghe Road, Nanjing Chemical Industrial Park 210047 - Nanjing, Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Changqing Agrochemical Nantong Co. Ltd. - Endereço: Nº 3, Haibin Road, Chemical Industrial Zone, Open Coastal Economic Zone, Rudong County, Nantong City, Jiangsu, China.
e. Nome químico:3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao meio ambiente.
Obs: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa.

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 110, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre os critérios e procedimentos da Política de Desenvolvimento de Pessoas, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o disposto no artigo 110 do Regimento Interno da autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no D.O.U. de 24 de março de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 e na Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 2021, e o que consta do processo administrativo SEI nº 54000.185858/2019-82, resolve dispor sobre os critérios e procedimentos da Política de Desenvolvimento de Pessoas, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Esta Instrução Normativa visa a estabelecer critérios e procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa consideram-se as definições constantes no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, na Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, para as ações de desenvolvimento de pessoas, licenças e capacitações, e no Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC de que trata o art. 76-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º As ações de desenvolvimento de pessoas classificam-se:

I - quanto à categoria:

a) ação de desenvolvimento em serviço: realizada durante a jornada de trabalho; e

b) ação de desenvolvimento em afastamento: realizada durante afastamento.

II - quanto ao tipo:

a) interno: evento organizado ou promovido, total ou parcialmente, pelo Incra; e

b) externo: evento totalmente promovido e organizado por outra instituição.

III - quanto à carga horária:

a) curta duração: evento com carga horária de até 40 (quarenta) horas;

b) média duração: evento com carga horária igual ou superior a 41 (quarenta e uma) e inferior a 360 (trezentas e sessenta) horas; e

c) longa duração: eventos de pós-graduação lato sensu, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, compreendendo cursos de especialização e Master Business Administration - MBA; e pós-graduação stricto sensu, compreendendo programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

IV - quanto ao custo:

a) com ônus: ação de capacitação que acarrete despesas para o Incra, ainda que parciais, com o pagamento do curso, inscrições, passagens, diárias e outras despesas, além de assegurar ao servidor a remuneração de seu cargo; e

b) com ônus limitado: quando implicar apenas a manutenção da remuneração.

V - quanto ao afastamento:

a) licença para capacitação, nos termos do disposto no art. 87 da Lei nº 8.112, de 1990;

b) treinamento regularmente instituído, conforme o disposto no inciso IV do caput do art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990;

c) pós-graduação stricto sensu no País, conforme o disposto no art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990; e

d) estudo no exterior, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990.

VI - quanto à modalidade:

a) presencial: realizado com a presença física do servidor no local do evento;

b) a distância: realizado pelo servidor de forma virtual, sem local físico previamente definido; e

c) híbrida: modalidade educacional composta por etapa presencial e etapa a distância.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS NA GESTÃO

DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º A responsabilidade pela implementação das ações de desenvolvimento de pessoas é compartilhada em todos os níveis da entidade.

Art. 5º Os dirigentes das unidades administrativas do Incra são responsáveis pelo processo de capacitação contínua dos servidores sob sua supervisão e devem contribuir permanentemente com esse processo, propondo ações de interesse institucional.

Art. 6º Compete ao Presidente do Incra:

I - autorizar o afastamento de servidores para participação em programa de pós- graduação stricto sensu; e

II - autorizar a realização de ações de capacitação nacionais.

Art. 7º Compete aos Diretores de Gestão Operacional, de Gestão Estratégica, de Governança Fundiária, de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, da Câmara de Conciliação Agrária, e ao Procurador-Chefe, ao Corregedor-Geral e ao Auditor Chefe do Incra, autorizar a realização de ações de capacitação regionais e nacionais em temáticas relacionadas às áreas sob sua competência regimental.

Art. 8º Compete ao Diretor de Gestão Operacional:

I - gerir os recursos da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;

II - autorizar o afastamento de servidores para licença-capacitação;

III - autorizar a participação de servidores em programa de pós-graduação lato sensu, com ônus; e

IV - autorizar a participação de servidores, lotados na Sede, em programas de pós-graduação stricto sensu e lato sensu, na categoria ação de desenvolvimento em serviço, com ônus limitado.

Art. 9º Compete aos Superintendentes Regionais, no âmbito da sua área de atuação:

I - autorizar a realização de ações de capacitação locais, de curta e média duração, com ônus ou com ônus limitado;

II - autorizar a participação de servidores em ações de capacitação de curta e média duração, com ônus;

III - autorizar a participação de servidores em programas de pós-graduação stricto sensu e lato sensu, na categoria ação de desenvolvimento em serviço, com ônus limitado; e

IV - manifestar-se em solicitações de afastamento feitas por servidores lotados na unidade administrativa de sua competência.

Art. 10. Compete ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, gerir a política de desenvolvimento de pessoas da autarquia, aplicando a legislação de recursos humanos e seguindo as diretrizes emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).

Art. 11. Compete à Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - DOH:

I - planejar, propor e divulgar ações de capacitação para o desenvolvimento das competências institucionais, identificando junto às unidades da Sede e às Superintendências Regionais, as prioridades de capacitação, em consonância com a missão da autarquia;

II - elaborar metodologia e conduzir a formulação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do órgão;

III - acompanhar e controlar a execução das ações de desenvolvimento de pessoas;

IV - supervisionar, orientar e avaliar as atividades e os resultados alcançados;

V - promover a articulação institucional e o estabelecimento de parcerias nas ações de capacitação;

VI - propor metodologias de ensino para a implementação dos projetos de capacitação;

VII - prestar apoio logístico em ações de capacitação;

VIII - sistematizar e publicar, periodicamente, as informações relativas à execução das ações de desenvolvimento de pessoas da autarquia;

IX - orientar o servidor para atuar no âmbito das atividades de instrutoria;

X - organizar e manter cadastro de servidores para ministrar cursos ou desenvolver ações de capacitação, contendo informações relativas à formação, à qualificação e à experiência profissional;

XI - acompanhar o retorno do servidor na data prevista para o término do período concedido de afastamento;

XII - verificar o atendimento dos prazos e dos demais requisitos normativos e legais dos requerimentos formulados, sob sua competência; e

XIII - elaborar o relatório anual de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Incra.

Art. 12. Compete à Divisão de Gestão Operacional, no âmbito das Superintendências Regionais:

I - planejar, propor e divulgar ações de capacitação para o desenvolvimento das competências institucionais, identificando junto às Divisões, as prioridades de capacitação, em consonância com a missão da autarquia;

II - colaborar com a elaboração, revisão e acompanhamento da execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, no que couber;

III - acompanhar e controlar a execução das ações de desenvolvimento de pessoas;

IV - supervisionar, orientar e avaliar as atividades e os resultados alcançados;

V - promover a articulação institucional e o estabelecimento de parcerias nas ações de capacitação;

VI - propor metodologias de ensino para a implementação dos projetos de capacitação;

VII - prestar apoio logístico em eventos de capacitação;

VIII - fornecer informações, periodicamente, sobre a execução das ações de desenvolvimento de pessoas;

IX - acompanhar o retorno do servidor na data prevista para o término do período concedido de afastamento;

X - verificar o atendimento dos prazos e dos demais requisitos normativos e legais dos requerimentos formulados; e

XI - fornecer as informações necessárias à elaboração do relatório anual de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Incra.

Art. 13. Compete aos servidores:

I - propor, em conjunto com a chefia imediata, as atividades de capacitação a serem desenvolvidas, considerando as reais necessidades da unidade;

II - informar as necessidades de aprendizagem a serem contempladas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, quando solicitado;

III - prestar informações que possibilitem o planejamento anual dos afastamentos de sua unidade, de que trata o inciso V, do artigo 14, desta Instrução Normativa;

IV - preencher os formulários de requerimentos relativos à capacitação pleiteada e anexar ao processo a documentação prevista nesta Instrução Normativa, de modo a contextualizar a demanda e solicitar a anuência da chefia imediata;

V - aguardar, em exercício, a publicação do ato autorizativo dos afastamentos, sob pena de se configurar a ausência ao serviço como falta não justificada;

VI - informar, por escrito, à chefia imediata e à Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3, ou à Divisão de Gestão Operacional, nos casos de cursos autorizados no âmbito das Superintendências Regionais, qualquer intercorrência que impeça a frequência ou a certificação na ação;

VII - participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos, objetivando a multiplicação do aprendizado e a melhoria institucional, quando retornar de atividade de capacitação;

VIII - comprovar a participação na ação de capacitação autorizada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de retorno às atividades, devendo apresentar:

a) certificado ou documento equivalente que comprove a participação;

b) relatório de atividades desenvolvidas, quando for o caso;

c) avaliar a ação da qual participou, conforme formulário do anexo I desta Instrução Normativa; e

d) arquivo eletrônico em formato não editável do trabalho de conclusão de curso, dissertação, tese ou equivalente, quando for o caso.

IX - permanecer no exercício de suas funções no Incra, após o retorno, por período, no mínimo, igual ao do afastamento.

Art. 14. Compete à chefia imediata do servidor:

I - identificar as fragilidades da equipe de trabalho e propor, em conjunto com os servidores da unidade administrativa, as ações de capacitação a serem desenvolvidas;

II - informar as necessidades de aprendizagem do setor a serem contempladas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, em prazo a ser estabelecido pela Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3;

III - autorizar a participação do servidor em eventos de curta duração, com ônus limitado;

IV - estimular a participação de todos os servidores sob sua gestão nas ações de desenvolvimento ofertadas pela autarquia ou entidade;

V - planejar, anualmente, os afastamentos de sua unidade, em colaboração com os servidores;

VI - manifestar-se nos processos de solicitação de participação em ação de capacitação, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 25, desta Instrução Normativa;

VII - acompanhar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos pelo servidor capacitado;

VIII - acompanhar o controle de frequência e assiduidade e compensação de horas, quando for o caso; e

IX - apoiar o servidor na disseminação do conhecimento obtido nas ações de desenvolvimento.

CAPÍTULO IV

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PDP

Art. 15. O Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP deverá ser elaborado, anualmente, com o registro das necessidades de desenvolvimento dos servidores do Incra e, quando couber, das ações planejadas para atendê-las, a serem executadas no ano seguinte ao do planejamento, e enviado ao órgão central do Sipec.

§ 1º A elaboração deverá ser precedida de consulta às unidades administrativas da autarquia.

§ 2º O envio de que trata o caput será realizado por meio de ferramenta informatizada disponibilizada aos órgãos e entidades pelo órgão central do Sipec.

Art. 16. A participação em cursos, incluindo licenças-capacitação e afastamentos para pós stricto sensu, devem estar alinhadas às necessidades de aprendizagem previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

Art. 17. Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas deverão ser considerados os seguintes aspectos:

I - alinhar as necessidades de desenvolvimento, ao Plano Estratégico e às metas institucionais para o exercício;

II - o mapeamento de competências organizacionais e individuais;

III - a preparação dos servidores para mudanças de cenários internos e externos ao Incra;

IV - a preparação dos servidores para substituições decorrentes de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e da vacância do cargo;

V - garantir que a oferta das ações de desenvolvimento aconteça de maneira equânime a todos os servidores, privilegiando a alternância;

VI - estabelecer objetivos e metas como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;

VII - atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras;

VIII - acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;

IX - gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;

X - monitorar e avaliar as ações de desenvolvimento para o uso adequado dos recursos públicos; e

XI - analisar o custo-benefício das despesas realizadas no exercício anterior com as ações de desenvolvimento.

Parágrafo único. Na ausência do mapeamento de competências previsto no inciso II, a Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3 definirá a metodologia para a avaliação de necessidades de treinamento e de desenvolvimento.

Art. 18. O Plano de Desenvolvimento de Pessoas deverá conter:

I - a descrição das necessidades de desenvolvimento que serão contempladas no exercício seguinte, incluindo ações para o desenvolvimento de capacidades de direção, chefia, coordenação e supervisão;

II - o público-alvo de cada ação de desenvolvimento;

III - as informações sobre as ações de capacitação previstas para o exercício seguinte, conforme instruções do Sipec, quando houver;

IV - o custo estimado das ações de capacitação, quando houver;

V - as unidades a serem atendidas pelas ações de desenvolvimento; e

VI - a possibilidade de atendimento prioritariamente por escola de governo.

Art. 19. O PDP poderá ser revisado pela Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3 no decorrer de sua execução, observadas as exigências legais e regulamentares.

Parágrafo único. As alterações que se fizerem necessárias no decorrer da execução do PDP devem ser comunicadas, formalmente, pelas áreas demandantes à Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3, para análise e eventual solicitação de revisão ao Sipec.

Art. 20. O PDP e suas eventuais revisões deverão ser aprovados pelo Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e encaminhados ao órgão central do Sipec.

Art. 21. Deverá ser dada publicidade às despesas com ações de desenvolvimento de forma transparente e objetiva ao cidadão, no sítio oficial da autarquia.

Art. 22. Anualmente, deverá ser elaborado relatório de execução do PDP, de acordo com conteúdo e prazos estabelecidos pelo órgão central do Sipec.

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 23. A participação de servidor em ação de capacitação ocorre por iniciativa própria ou da Administração.

§ 1º Considera-se iniciativa própria a solicitação de capacitação formulada diretamente pelo servidor interessado, com a anuência da chefia imediata, em consonância com suas atividades laborais.

§ 2º Considera-se iniciativa da Administração a solicitação de capacitação formulada pela chefia imediata do servidor ou qualquer superior hierárquico da unidade em que esteja lotado, incluindo indicações decorrentes de ofertas de vagas.

Art. 24. Deverá ser formalizado processo administrativo específico para participação em ações de desenvolvimento quando:

I - a ação se realizar durante a jornada de trabalho do servidor; ou

II - ensejar necessidade de afastamento.

§ 1º Não será autorizada a participação de servidor em mais de um evento de capacitação simultaneamente.

§ 2º Não se consideram como capacitação e desenvolvimento as horas de atuação do servidor em eventos externos de capacitação na condição de palestrante, painelista ou como representante do Incra.

Art. 25. A participação de servidor em ação de desenvolvimento, somente poderá ser autorizada mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

I - a ação de capacitação deverá estar em conformidade com os objetivos estratégicos do Incra;

II - a ação deverá ter correlação com as atividades desenvolvidas pelo servidor em sua área de lotação;

III - justificativa fundamentada da chefia sobre a relevância e a oportunidade para a unidade de exercício do servidor;

IV - nas solicitações de afastamento, manifestação da chefia sobre o impacto do afastamento do servidor para o setor, considerando os períodos de maior demanda e o funcionamento regular da unidade;

V - não estar em período de afastamento ou em gozo de licença de qualquer natureza;

VI - não estar cedido à outra entidade ou órgão; e

VII - ter concluído, regularmente, qualquer ação de capacitação custeada pelo Incra, ressalvadas as possibilidades previstas em lei ou por interesse da Administração, devidamente justificadas.

Parágrafo único. Nos casos previstos no inciso VII, a participação em novas ações será condicionada à regularização de todas as pendências administrativas relacionadas à ação não concluída.

Art. 26. Poderão participar de ações de desenvolvimento:

I - servidores efetivos do quadro de pessoal do Incra, servidores e empregados públicos requisitados e em exercício nesta autarquia; e

II - servidores nomeados para cargo em comissão no Incra, ou contrato temporário, sem vínculo efetivo com a Administração Pública, desde que em exercício na autarquia.

§ 1º Somente os servidores ocupantes de cargo efetivo em exercício no Incra poderão participar de ações de média e longa duração.

§ 2º O servidor em estágio probatório somente poderá requerer a participação em ações de capacitação de curta duração.

§ 3º O servidor efetivo deverá permanecer no Incra, por tempo, no mínimo, igual ao da duração efetiva da ação de capacitação.

§ 4º O servidor ocupante de cargo em comissão e o servidor temporário, sem vínculo efetivo, poderão participar apenas de ações de curta duração.

Art. 27. O Incra poderá arcar com o ônus do curso, somente após concluídas as etapas de autorização e contratação, ressalvada a taxa de inscrição em processo seletivo.

Parágrafo único. Os pagamentos ou despesas realizadas pelo servidor antes de concluídas todas as etapas necessárias à contratação, não serão de responsabilidade do Incra, nem objeto de reembolsos ou ressarcimentos, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 30, do Decreto nº 9.991, de 2019.

Art. 28. As solicitações de participação em eventos de capacitação, com ônus, deverão ser encaminhadas à Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3, nos seguintes prazos mínimos:

I - 30 (trinta) dias de antecedência para eventos com valor global de inscrição inferior ou igual ao limite estabelecido para dispensa de licitação nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e

II - 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência para eventos com valor global de inscrição superior ao limite estabelecido para dispensa de licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 29. A participação em ação de desenvolvimento de pessoas que implicar despesa com diárias e passagens somente poderá ser realizada se o custo total for inferior ao custo de participação em ação com objetivo similar na própria localidade de exercício.

Parágrafo único. Exceções ao disposto no caput poderão ser aprovadas pela unidade de gestão de pessoas, mediante justificativa e aprovação da autoridade competente para autorizar o curso, conforme disposto no Capítulo III desta Instrução Normativa.

Art. 30. O servidor que esteja respondendo a procedimento disciplinar não fará jus a custeio parcial ou total de curso de pós-graduação, nem a afastamento, no País ou no exterior, enquanto durar a apuração.

Parágrafo único. A critério do presidente da comissão de processo administrativo disciplinar, poderá ser autorizado o afastamento de servidores acusados ou indiciados, caso estes apresentem justificativa fundamentada e firmem termo de compromisso de comparecer, quando convocados, a todos os atos da comissão.

Art. 31. Nos casos de afastamento, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, o servidor:

I - requererá, conforme o caso, a exoneração ou a dispensa do cargo em comissão ou função de confiança eventualmente ocupado, a contar da data de início do afastamento; e

II - não fará jus às gratificações e adicionais vinculados à atividade ou ao local de trabalho e que não façam parte da estrutura remuneratória básica do seu cargo efetivo.

Parágrafo único. O disposto no inciso II não se aplica às parcelas legalmente vinculadas ao desempenho individual do cargo efetivo ou ao desempenho institucional.

Art. 32. Toda documentação em língua estrangeira deverá estar acompanhada de tradução simples para o português.

Parágrafo único. Poderá ser aceito documento redigido em língua estrangeira, cuja validade não se contesta e cuja tradução não é indispensável para a sua compreensão.

Seção II

Dos cursos promovidos pela própria Instituição

Art. 33. A realização de ação de desenvolvimento no âmbito do Incra exigirá a elaboração de Projeto de Capacitação, conforme Anexo II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os projetos de capacitação deverão ser aprovados considerando as responsabilidades previstas no Capítulo III desta Instrução Normativa.

Art. 34. O curso promovido pelo Incra poderá ter abrangência local, regional ou nacional e poderá ser realizado por meio de:

I - instrutoria interna, por meio de servidor da autarquia, com ou sem inocorrência de GECC;

II - instrutoria externa, com ou sem inocorrência de GECC;

III - parceria com instituição pública; e

IV - contratação de empresa para ministrar o curso.

Art. 35. No caso de Projeto de Capacitação prever a contratação de uma empresa para ministrar o curso, deverá seguir o rito de contratação da Administração Pública.

Art. 36. Cabe à unidade demandante da ação de capacitação, responsável pelo Projeto de Capacitação:

I - definir a carga horária necessária para atender a demanda da capacitação;

II - indicar um ou mais instrutores, internos ou externos;

III - responsabilizar-se pela qualidade técnica, pedagógica e metodológica do instrutor indicado;

IV - responsabilizar-se pela devida apresentação da documentação do instrutor a ser anexada no devido processo administrativo;

V - arcar com as despesas de passagens e diárias do(s) instrutor(es);

VI - preparar lista de participantes com nome completo, matrícula Siape e lotação; e termo de compromisso e responsabilidade para ações de capacitação promovidas pelo Incra, conforme Anexo III, desta Instrução Normativa; e

VII - acompanhar a frequência dos participantes, organizada por dia e turno, em caso de ação interna.

Art. 37. Para compor o Projeto de Capacitação, o instrutor, interno ou externo, deverá apresentar:

I - plano de aula em conformidade com o projeto de capacitação a ser ministrado, compreendendo: conteúdo programático e metodologia de ensino a ser adotada, carga horária diária e total, número máximo de participantes por turma, instrumento para avaliação de aprendizagem individual, se for o caso; e

II - formulário com as informações do instrutor, conforme Anexo IV desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Caso haja mais de um instrutor em um mesmo curso, cada instrutor deverá apresentar os seus documentos conforme o disposto no caput.

Art. 38. No prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o término da ação de capacitação, a unidade demandante ou o instrutor deverá apresentar os seguintes documentos:

I - relatório sucinto das atividades desenvolvidas, elaborado pelo instrutor com o atesto da unidade demandante;

II - lista de frequência diária dos participantes, contendo: nome completo do participante, matrícula Siape e lotação;

III - relatório de consolidação das avaliações da ação, elaborado pelo instrutor, com o atesto da unidade demandante; e

IV - manifestação expressa da unidade demandante sobre o alcance da ação realizada no cumprimento dos objetivos propostos.

Subseção I

Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

Art. 39. A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, prevista no art. 76-A da Lei nº 8.112, de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, é devida ao servidor em razão de desempenho eventual em atividades de:

I - instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, devidamente autorizado pelo Incra, em ações de capacitação nas modalidades palestrante, moderador, instrutor e tutor; e

II - logística de preparação e de realização de curso ou concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes, em razão do cargo ou função.

Art. 40. A GECC será devida em ações de capacitação quando se tratar de eventos de caráter nacional ou regional, desde que abranja 2 (duas) ou mais superintendências, com a inscrição de, no mínimo, 15 (quinze) servidores, não podendo o número de horas pagas ultrapassar a totalidade da carga horária da ação.

§ 1º O pagamento de GECC dependerá de prévia disponibilidade orçamentária e autorização do Diretor de Gestão Operacional.

§ 2º Em casos excepcionais, o pagamento de GECC em ações de capacitação que não atendam ao caput, poderá ser aprovado pelo Diretor de Gestão Operacional, no interesse da administração, observada a conveniência e oportunidade, com a justificativa da relevância constante em decisão fundamentada.

Art. 41. Não será devido o pagamento de GECC para:

I - ação de capacitação que não tenha sido previamente autorizado pela Diretoria de Gestão Operacional;

II - eventos institucionais de finalidade não educacional;

III - eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais, a saber:

a) aqueles que tratam das atribuições da entidade, suas diretrizes, seu regimento interno;

b) a descrição de sua missão, cargos, funções, estrutura, organograma;

c) a posição hierárquica de cada unidade organizacional, suas nomenclaturas e siglas, seus fluxogramas, bem como a execução de atividades rotineiras desenvolvidas em cada diretoria, coordenação, divisão ou serviço; e

d) a composição dos trabalhos segundo os assuntos ou áreas afins, tais como: recursos humanos, logística, áreas técnicas/operacionais ou gerais.

IV - atividades pedagógicas, treinamento em serviço, palestras ou outras atividades congêneres em decorrência de compromisso formal assumido ao participar de grupo de trabalho ou para disseminar informações decorrentes de participação em ações de capacitação externas custeadas pelo Incra.

Art. 42. São requisitos para atuar como instrutor que incorra em pagamento de GECC:

I - ser servidor público regido pela Lei nº 8.112, de 1990; e

II - possuir formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação, a que se propuser.

Parágrafo único. Não poderá exercer a atividade de instrutor, o servidor aposentado ou em gozo de férias, afastamentos ou quaisquer licenças, remuneradas ou não.

Art. 43. A GECC será paga ao servidor por hora trabalhada, conforme os valores percentuais previstos no Anexo I, do Decreto nº 6.114, de 2007, incidentes sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal, nos termos do art. 3º, §1º, do mesmo decreto.

§ 1º Para efeito de retribuição, considera-se como hora-aula 60 (sessenta) minutos de instrutoria.

§ 2º O valor da hora-aula já inclui o planejamento do curso e a preparação do material didático a ser utilizado.

Art. 44. É de responsabilidade da unidade demandante e do servidor providenciarem:

I - os comprovantes de que tratam os incisos I, II e III do art. 38 desta Instrução Normativa;

II - o plano de aula e o formulário de que tratam os incisos I e II do art. 37 desta Instrução Normativa; e

III - documento de liberação do instrutor externo pelo dirigente máximo ou autoridade delegada, quando a realização das atividades ocorrerem durante o horário de trabalho.

Art. 45. O pagamento da GECC ficará condicionado à entrega da documentação prevista no artigo 38.

Art. 46. Os servidores que desempenharem atividades de instrutoria serão avaliados pelos participantes, por meio de Formulário de Avaliação, constante no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º O instrutor que, no desempenho de suas atividades, obtiver conceitos negativos na avaliação ou deixar de comparecer para ministrar a ação, sem a devida justificativa aceita, ficará impedido por um ano de desempenhar atividades de instrutoria no Incra.

§ 2º Em caso de faltas devidamente justificadas e acatadas, o instrutor poderá promover a reposição das aulas, caso haja interesse por parte do Incra.

Art. 47. As horas trabalhadas em atividades inerentes a cursos e concursos públicos, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas pelo servidor no prazo máximo de 12 (doze) meses, com o devido registro no controle de frequência, atestado pela chefia imediata.

§ 1º O controle da compensação de horas é de responsabilidade da chefia imediata.

§ 2º O servidor que não compensar as horas devidas sofrerá desconto na sua remuneração, proporcionalmente às horas não compensadas.

§ 3º Na ausência de compensação das horas devidas, em virtude de vacância do cargo público, por servidor efetivo ou comissionado, os valores correspondentes serão descontados, mediante comunicação e anuência prévias do servidor, na forma dos arts. 46 e 47, da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 4º Será procedida a inscrição em dívida ativa, em caso de recusa de reposição ou ressarcimento dos valores, após regular processo administrativo para ressarcir o erário, de forma a possibilitar a cobrança judicial ou extrajudicial.

Art. 48. Os custos com pagamentos da GECC, passagens e diárias referentes à participação de servidor do Incra em evento de capacitação realizado em regime de cooperação com outra instituição serão assumidos pela instituição beneficiária.

Seção III

Das ações de capacitação de curta e média duração promovidas por instituição externa

Art. 49. A solicitação de inscrição em ações de capacitação formulada pela chefia imediata ou pelo próprio servidor deverá ser instruída pelos seguintes documentos:

I - formulário de inscrição em ação de capacitação, conforme Anexo V desta Instrução Normativa;

II - prospecto da ação, contendo nome da empresa ou entidade, local do curso, modalidade, duração, carga horária, período de realização, custo e instrutor;

III - documentos que comprovem a vantajosidade econômica da ação escolhida, quando houver ônus;

IV - comprovante de que não há curso similar ofertado por escola de governo, quando houver ônus; e

V - formulário de solicitação orçamentária de descentralização, quando houver ônus e o pedido for oriundo de superintendência regional.

Art. 50. As solicitações de participação em eventos de capacitação de curta e média duração deverão ser aprovadas considerando as responsabilidades previstas no Capítulo III, desta Instrução Normativa.

Seção IV

Das ações de capacitação de longa duração Pós-Graduação Stricto Sensu e Lato Sensu.

Art. 51. O servidor efetivo e em exercício no Incra poderá realizar cursos de pós-graduação lato sensu (Especialização e MBA) ou stricto sensu (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado), mediante atendimento dos requisitos e procedimentos relacionados nesta Instrução Normativa.

§ 1º Os cursos de pós-graduação lato sensu poderão ser realizados como ação de desenvolvimento em serviço, podendo também ser concedido seu custeio.

§ 2º Ao requerer o custeio, o servidor deverá apresentar pesquisa de preço que justifique a vantajosidade da escolha.

§ 3º Para os cursos de pós-graduação stricto sensu não será concedido o custeio, cabendo pedido de realização como ação de desenvolvimento em serviço ou afastamento.

Art. 52. A solicitação de participação em capacitação de longa duração deverá ser instruída pelo servidor, com os seguintes documentos:

I - formulário de inscrição de servidor em ação de capacitação, conforme Anexo V desta Instrução Normativa;

II - justificativa quanto ao interesse da administração pública na ação, visando ao desenvolvimento do servidor;

III - currículo Sigepe Banco de Talentos;

IV - regimento ou projeto político pedagógico do curso fornecido pela instituição promotora contendo duração, carga horária, custo mensal e disciplinas previstas;

V - documento de aceitação do servidor no curso, fornecido pela instituição promotora, quando for o caso;

VI - informação oficial da instituição promotora sobre o período de realização do curso;

VII - anteprojeto da dissertação ou tese a ser desenvolvida, para mestrado, doutorado e pós-doutorado;

VIII - comprovante de matrícula com horário das disciplinas, em caso de solicitação de Ação de Desenvolvimento em Serviço; e

IX - manifestação da chefia imediata do servidor quanto à compatibilidade do programa de pós-graduação e das atividades de pesquisa a serem desenvolvidas com as atribuições do cargo efetivo e quanto à área de competência da sua unidade de exercício.

§ 1º É obrigatória a apresentação do anteprojeto de pesquisa, mesmo nos casos em que a instituição de ensino não faça essa exigência.

§ 2º É condição imprescindível para deferimento do pedido que o curso solicitado esteja devidamente autorizado ou reconhecido pelo Ministério da Educação.

Subseção I

Da ação de desenvolvimento em serviço para participação em programa de Pós-Graduação no País.

Art. 53. Para fins desta Instrução Normativa, a participação de servidores em programas de pós-graduação de forma concomitante ao exercício de sua jornada semanal de trabalho é considerada ação de desenvolvimento em serviço.

§ 1º O servidor poderá pleitear a utilização de até 30% (trinta por cento) de sua carga horária semanal de trabalho do respectivo cargo, sem necessidade de compensação, para a participação em programa de pós-graduação no qual esteja regularmente matriculado.

§ 2º A participação do servidor em programa de pós-graduação stricto sensu que inviabiliza o cumprimento de sua jornada semanal de trabalho será tratada como afastamento.

§ 3º A solicitação inicial deverá ser instruída com a documentação prevista no artigo 52.

Art. 54. O servidor beneficiado deverá encaminhar, semestralmente, à área responsável pela gestão de pessoas de sua unidade, documentação necessária para verificação do cumprimento das obrigações assumidas durante o período concedido.

§1º O servidor deverá reabrir o seu processo na sua unidade de lotação e incluir a documentação necessária, qual seja:

I - atestado de matrícula do semestre vigente; e

II - histórico escolar atualizado.

§ 2º O servidor interessado em permanecer cursando a pós-graduação em serviço deverá, semestralmente, formalizar pedido, no mesmo processo administrativo inicial.

§ 3º A não aprovação ou desistência em disciplina cursada, bem como a não apresentação da documentação prevista no § 1º, ensejará a reposição da carga horária autorizada.

Subseção II

Do afastamento para participação em programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

Art. 55. O servidor poderá, no interesse da Administração, ter afastamento do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior, somente quando o horário ou o local da ação de desenvolvimento inviabilizar o cumprimento da jornada semanal de trabalho do servidor.

§ 1º Considera-se que o horário ou o local da ação de desenvolvimento inviabilizam o cumprimento da jornada semanal de trabalho do servidor quando:

I - a capacitação for realizada no exterior ou em localidade que inviabilize o deslocamento até sua unidade de lotação; ou

II - a carga horária do curso for superior a 12 (doze) horas semanais; ou

III - o programa de pós-graduação exigir o regime de dedicação exclusiva.

§ 2º O cálculo da carga horária semanal do curso deverá ser feito considerando a carga horária total do curso dividida pela sua duração.

§ 3º A concessão de afastamentos para pós-graduação não poderá exceder, simultaneamente, a 3% (três por cento) do total de servidores em exercício na Sede ou na Superintendência Regional, dependendo da lotação do servidor.

Art. 56. Os afastamentos para participar de programas de pós-graduação stricto sensu serão precedidos de processo seletivo interno, com critérios de elegibilidade isonômicos e transparentes estabelecidos em editais de seleção próprios, cujas regras, procedimentos e prazos serão definidos por meio de edital específico a ser publicado ao menos uma vez por ano.

Art. 57. Poderá pleitear afastamento para participar de programas de pós-graduação stricto sensu, no País ou equivalente no exterior, o servidor efetivo que:

I - esteja em efetivo exercício de suas funções no Incra;

II - pertença ao quadro de servidores efetivos há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado e pós-doutorado, incluído o período de estágio probatório;

III - não tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para gozo de licença capacitação ou para pós-graduação stricto sensu nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento para mestrado e doutorado, ou nos 4 (quatro) anos anteriores para solicitar afastamento para pós-doutorado, nos termos do § 2º e § 3 º, do artigo 96-A, da Lei nº 8.112, de 1990;

IV - tenha cumprido o prazo de permanência no exercício de suas funções, decorrente de afastamento anterior para capacitação em programa de pós-graduação, nos termos do § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990;

V - esteja previamente contemplado em processo seletivo interno vigente do Incra; e

VI - não esteja cumprindo sanção administrativa exarada em processo administrativo disciplinar, registrada nos sistemas pertinentes, que impeça o afastamento para participar de programas de pós-graduação stricto sensu.

Art. 58. Os servidores beneficiados pelos afastamentos para pós-graduação stricto sensu terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 1º Os servidores que utilizarem a licença capacitação para prorrogação dos prazos de afastamento, nos termos do § 4º do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019, deverão permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por prazo igual ao do afastamento somado ao prazo usufruído para a licença-capacitação.

§ 2º Caso o servidor venha a ser demitido ou solicite a exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto, deverá ressarcir o Incra dos gastos com seu aperfeiçoamento, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 59. Os afastamentos para participar de ações de desenvolvimento observarão os seguintes prazos:

I - pós-graduação stricto sensu:

a) mestrado: até 24 (vinte e quatro) meses;

b) doutorado: até 48 (quarenta e oito) meses; e

c) pós-doutorado: até 12 (doze meses); e

II - estudo no exterior: até 48 (quarenta e oito) meses.

Parágrafo único. Nos casos de afastamentos concedidos por prazos inferiores aos estabelecidos nos incisos deste artigo, poderá ser concedida prorrogação de prazo, desde que a solicitação com a devida justificativa seja efetuada no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do término da concessão inicial, juntamente com documento fornecido pelo programa de pós-graduação, comprovando a necessidade do pleito, observados os prazos máximos fixados.

Art. 60. O Incra não arcará com o pagamento de qualquer custo eventualmente incorrido pelo servidor para participar de programa de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, objeto do afastamento concedido, mesmo sendo de interesse da Administração.

Art. 61. O processo de afastamento deverá ser instruído pelo servidor com base no art. 52 desta Instrução Normativa, acrescidos dos seguintes documentos:

I - justificativa quanto à incompatibilidade de horário e local para realizar a pós- graduação simultaneamente com o exercício do cargo, com anuência da chefia imediata;

II - pedido de exoneração do cargo em comissão ou dispensa da função de confiança, a contar da data de concessão do afastamento;

III - extratos do Siape/Sigepe contendo as informações sobre afastamentos e licenças usufruídas pelo servidor; e

IV - certidão disciplinar expedida pelo Corregedor-Geral, na Sede do Incra, ou pelo Superintendente Regional, nos órgãos descentralizados.

Parágrafo único. Quando da concessão do afastamento, o servidor deverá apresentar declaração assegurando que não tem itens patrimoniais do Incra sob sua responsabilidade.

Art. 62. A solicitação de afastamento deverá ser encaminhada à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - DOH para análise e encaminhamentos, a contar da data de início do afastamento, com antecedência mínima:

I - de 30 (trinta dias) para afastamento no País;

II - de 45 (quarenta e cinco) dias para afastamento no exterior.

Art. 63. O servidor interessado deverá aguardar, em atividade, a conclusão do processo até publicação do ato de concessão.

Art. 64. O servidor beneficiado deverá encaminhar, semestralmente, à área responsável pela gestão de pessoas de sua unidade, documentação necessária para verificação do cumprimento das obrigações assumidas durante o período concedido.

Parágrafo único. O servidor deverá reabrir o seu processo na sua unidade de lotação e incluir a documentação necessária, qual seja:

I - atestado de matrícula do semestre vigente;

II - histórico escolar atualizado; e

III - relatório circunstanciado das atividades realizadas no período, assinado pelo servidor e orientador, conforme Anexo VI, desta Instrução Normativa.

Art. 65. Expirado o prazo de afastamento, o servidor deverá reassumir suas atividades e comprovar a participação na ação que gerou seu afastamento, no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada pela instituição de ensino para conclusão do curso, com os seguintes documentos digitais:

I - declaração que retomou suas atividades após o encerramento do período de afastamento concedido, observando o prazo final constante na respectiva portaria, com assinatura do servidor e de sua chefia imediata;

II - diploma ou documento equivalente que comprove a participação; e

III - cópia de trabalho de conclusão, monografia, dissertação ou tese.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata este artigo sujeitará o servidor às sanções previstas no Capítulo VIII desta Instrução Normativa.

Art. 66. O servidor deverá comunicar por escrito, por meio do processo referente ao afastamento, qualquer intercorrência que possa prejudicar a conclusão do curso.

Seção V

Das ações de desenvolvimento no exterior

Art. 67. As solicitações de afastamento do País devem ser instruídas em conformidade com as exigências de cada ação de desenvolvimento - curta, média ou longa duração-, acrescidas dos seguintes documentos:

I - formulário de requerimento de afastamento do País, conforme Anexo VII desta Instrução Normativa;

II - comprovante de convite ou aceitação da entidade promotora da ação, acompanhado da programação e da tradução simples, na forma do art. 32 desta Instrução Normativa; e

III - comprovação ou declaração do interessado de fluência no idioma exigido.

Art. 68. O pedido de afastamento para participação em ação de desenvolvimento fora do País, obedecerá ao disposto nos arts. 95 e 96 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto n.º 1.387, de 07 de fevereiro de 1995, e no Decreto n.º 91.800, de 18 de outubro de 1985.

Art. 69. A concessão está condicionada à aprovação pelo Presidente do Incra e à autorização pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. O servidor interessado deverá aguardar, em atividade, a conclusão do processo, até publicação do ato de concessão no Diário Oficial da União.

Art. 70. Nos casos de curso de longa duração, realizados fora do País, o servidor deverá apresentar, quando de seu término e retorno, protocolo do processo de reconhecimento em uma das universidades brasileiras regularmente credenciadas pelo Ministério da Educação para avaliar o processo.

Parágrafo único. Após a finalização do processo de reconhecimento, o servidor deverá juntar, ao processo de afastamento, a cópia digital do diploma com o apostilamento da universidade credenciada reconhecendo a equivalência do curso realizado fora do País e a correspondência entre o título original com a nomenclatura adotada no Brasil.

Art. 71. O ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança somente poderá afastar-se do País pelo período máximo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VI

DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Art. 72. A licença para capacitação, prevista no art. 87 da Lei nº 8.112, de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº 9.991, de 2019, poderá ser concedida pelo prazo de até 90 (noventa) dias, ou segmentada em parcela não inferior a 15 (quinze) dias, após cada quinquênio de efetivo exercício, ao servidor que venha participar de ação de desenvolvimento, no interesse da Administração, com direito à remuneração do cargo ocupado.

§ 1º Os períodos de licença para capacitação não são acumuláveis, devendo o seu usufruto ter início até o último dia do novo período aquisitivo.

§ 2º Quando a licença para capacitação for concedida de forma parcelada, deverá ser observado o interstício mínimo de 60 (sessenta) dias entre quaisquer períodos ou parcelas.

§ 3º Ao servidor em estágio probatório não será concedida licença para capacitação, conforme disposto no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 4º É vedada a concessão de licença para capacitação a servidor sem vínculo efetivo com a Administração Pública.

§ 5º O usufruto da licença para capacitação impede, por um período de 2 (dois) anos, a concessão de afastamento integral para participação em programa de pós-graduação, no País ou no exterior, nos termos do § 2º do artigo 96-A da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 73. A concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade de lotação do servidor, à oportunidade de afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição, de forma a manter o funcionamento regular da unidade.

Parágrafo único. O planejamento interno citado deve buscar atender de forma equânime as demandas pela licença-capacitação, privilegiando a alternância.

Art. 74. A licença para capacitação não poderá exceder, simultaneamente, a 3% (três por cento) do total de servidores em exercício na Sede ou na superintendência regional.

Parágrafo único. Em caso de pedidos em quantidade superior ao previsto no caput em um mesmo período, serão priorizados os pedidos para usufruto da licença para capacitação de servidores na seguinte ordem:

I - para elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, com ou sem afastamento prévio, respeitado o limite máximo de afastamento para cursos de pós-graduação de até 4 (quatro) anos consecutivos;

II - com a data de término de usufruto mais próxima, em dias, relativa ao quinquênio adquirido;

III - com menor tempo total usufruído de licença para capacitação, em dias;

IV - com menor tempo de serviço, em dias; e

V - com maior pontuação individual da Gratificação de Desempenho da Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA ou Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA.

Art. 75. A licença para capacitação poderá ser concedida nas seguintes situações:

I - ações de desenvolvimento presenciais, a distância ou híbridas;

II - elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado;

III - participação em curso presencial ou intercâmbio para aprendizado de língua estrangeira, quando recomendável ao exercício de suas atividades, conforme atestado pela chefia imediata; ou

IV - curso conjugado com:

a) atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos Poderes da União ou de outros países ou em organismos internacionais; ou

b) realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza no País.

Parágrafo único. Todos os custos diretos ou indiretos com inscrição, mensalidade, deslocamento ou hospedagem no âmbito da licença para capacitação serão de exclusiva responsabilidade do servidor.

Art. 76. A solicitação de licença para capacitação deverá ser formalizada pelo interessado com os seguintes documentos:

I - preenchimento do Formulário de Requisição de Licença para Capacitação, conforme anexo VIII desta instrução normativa;

II - currículo atualizado do servidor extraído do Sigepe - Banco de Talentos;

III - prospecto da ação contendo carga horária e conteúdo programático, emitido pela instituição de ensino;

IV - nas solicitações para elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, o servidor deverá anexar declaração da instituição de ensino que comprove a matrícula no curso e informe a data de apresentação do trabalho final; e

V - comprovante de matrícula no(s) curso(s) ou documento similar da instituição de ensino, salvo nas situações em que a inscrição ensejar o início imediato da ação de capacitação que, neste caso, deverá ser inserido nos autos até a data de início da licença.

Art. 77. Compete à chefia imediata, na instrução processual, manifestar-se sobre:

I - a relevância da licença para capacitação em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo servidor, considerando o interesse institucional; e

II - o impacto do afastamento do servidor, considerando os períodos de maior demanda e o funcionamento regular do setor.

Art. 78. Compete ao Serviço de Cadastro e Lotação - DOH 2.1, na Sede, e à Divisão de Gestão Operacional, nas Superintendências Regionais:

I - incluir extratos de dados funcionais e afastamentos constando as licenças usufruídas pelo servidor; e

II - incluir o formulário de qualificação da solicitação de licença capacitação, conforme Anexo IX desta Instrução Normativa.

Art. 79. Para requerer a licença para capacitação, no caso de que trata a alínea "a" do inciso IV do art. 75, desta Instrução Normativa, a instrução processual deverá ser acrescida das documentações constantes no art. 34 da Instrução Normativa SGP- ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 2021.

Art. 80. A utilização da licença para capacitação para o caso previsto na alínea "b" do inciso IV do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019, poderá ser realizada conforme estabelecido nos artigos 35, 36 e 37 da Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 2021.

Art. 81. O processo de solicitação de licença para capacitação, devidamente instruído, deverá ser encaminhado à Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional -DOH-3 com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e máxima de 90 (noventa) dias da data de início do período solicitado.

Parágrafo único. Quando se tratar de requerimento de concessão de licença para capacitação dos servidores que ocupam o cargo de Superintendente Regional, Diretor, Procurador-Chefe, Auditor-Chefe, Corregedor-Geral, Chefe e Assessores do Gabinete da Presidência, o pedido deverá ser submetido à manifestação do Presidente do Incra, para posterior envio à Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional - DOH-3.

Art. 82. A licença para capacitação somente poderá ser concedida quando a carga horária total da ação de desenvolvimento ou do conjunto de ações for superior a 30 (trinta) horas semanais.

Art. 83. O servidor cedido de outro órgão ou entidade que tiver interesse em usufruir a licença para capacitação deverá solicitar ao órgão de origem a contagem de tempo de serviço, para que seja procedida a análise do período quinquenal a que faz jus.

Art. 84. O servidor deverá juntar ao processo, no final do período da licença para capacitação, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de retorno às atividades:

I - certificado de conclusão do(s) curso(s) ou documento equivalente que comprove a participação, com datas de início e término dentro do período concedido para licença-capacitação;

II - relatório das atividades desenvolvidas; e

III - cópia digital da monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, quando for o caso.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata este artigo sujeitará o servidor às sanções previstas no Capítulo VIII desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII

DA SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DOS AFASTAMENTOS E DA DESISTÊNCIA DO SERVIDOR EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

Art. 85. Os afastamentos poderão ser suspensos, por tempo determinado, a pedido do servidor, em virtude de licença por doença própria, pessoa da família do servidor ou licença maternidade, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

I - termo de desistência, suspensão, interrupção de ação de capacitação, conforme anexo X desta instrução normativa;

II - laudo pericial médico homologado pela autarquia; e

III - documento da instituição de ensino que concede a suspensão das atividades acadêmicas por igual período.

Parágrafo único. A concessão da suspensão estará condicionada à edição de ato da autoridade que concedeu o afastamento.

Art. 86. O afastamento poderá ser interrompido, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da Administração, condicionado à edição de ato da autoridade que concedeu o afastamento.

§ 1º A interrupção do afastamento a pedido do servidor, motivada por caso fortuito ou força maior, não implicará ressarcimento ao erário, desde que comprovada a efetiva participação ou aproveitamento da ação de desenvolvimento no período transcorrido da data de início do afastamento até a data do pedido de interrupção.

§ 2º As justificativas e a comprovação da participação ou do aproveitamento dos dias de licença, na hipótese prevista no § 1º, serão avaliadas pela autoridade que concedeu o afastamento.

§ 3º Caso a motivação apresentada não seja acolhida pela autoridade, o servidor poderá realizar a interrupção, estando sujeito às sanções previstas no Capítulo VIII desta Instrução Normativa.

Art. 87. A desistência do servidor, antes do início do curso, depois de efetuada a inscrição na empresa promotora do evento, deverá ser justificada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do início do curso de curta e média duração, e de 10 (dez) dias úteis para curso de longa duração, mediante Termo de Desistência em ação de capacitação.

Art. 88. O servidor estará isento do ressarcimento e das sanções previstas quando interromper sua participação em ação de curta ou média duração em virtude de:

I - licença por doença própria ou pessoa da família do servidor, comprovada por laudo médico e homologada pelo órgão; ou

II - interesse da administração, mediante solicitação motivada e assinada pela chefia imediata, no dia da ocorrência ou até 2 (dois) dias depois.

CAPÍTULO VIII

DAS SANÇÕES

Art. 89. O servidor perderá o direito de participar de ação de desenvolvimento de longa duração, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, e de ação de desenvolvimento de curta e média duração, pelo período de 6 (seis) meses, e terá que

ressarcir ao erário os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor equivalente à remuneração percebida durante o período em que esteve afastado, quando for o caso, nas seguintes situações:

I - desistência após o início da ação de desenvolvimento, salvo nas hipóteses previstas no art. 88 desta Instrução Normativa;

II - não apresentação do certificado, diploma ou documento equivalente, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, cuja justificativa deverá ser juntada ao processo.

Art. 90. Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência, após a conclusão do programa de pós-graduação previsto no § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir ao erário:

I - os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento; e

II - o valor da remuneração percebida durante o período de afastamento, proporcionalmente ao tempo restante para completar o período de permanência, conforme o disposto nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 91. A ausência injustificada do servidor à ação de desenvolvimento, realizada no horário de expediente, ainda que respeitado o limite de faltas permitido, configurará falta ao serviço, com os consequentes efeitos legais e administrativos.

Art. 92. Caberá à Divisão de Gestão Operacional, no âmbito das Superintendências Regionais, e à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, na Sede, proferir decisão em casos de reposição ao erário dos custos que a autarquia teve com ação de desenvolvimento, de curta e média duração, não concluída por servidor.

Art. 93. Caberá à Diretoria de Gestão Operacional proferir decisão em casos de reposição ao erário dos custos que a autarquia teve com ação de desenvolvimento de longa duração não concluída por servidor.

Art. 94. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, que será dirigido à autoridade que emitiu a decisão que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará ao Superintendente, no âmbito das regionais, ou ao Diretor de Gestão Operacional, em processos da Sede, quando se tratar de ação de desenvolvimento de curta e média duração, e ao Presidente do Incra, em casos de ação de desenvolvimento de longa duração.

CAPÍTULO IX

DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Art. 95. No caso de ação de capacitação realizada diretamente pelo Incra, a Divisão de Capacitação e Avaliação Funcional, na Sede, e a Divisão de Gestão Operacional, nas Superintendências Regionais, fornecerão, aos servidores capacitados, os respectivos certificados de participação, observando numeração sequencial anual registrada em livro próprio.

Parágrafo único. Os certificados a que se refere o caput, só serão emitidos para eventos de capacitação autorizados pela autoridade competente, de acordo com o Capítulo III, conforme a abrangência do evento.

Art. 96. Só serão fornecidos certificados de participação em ações de capacitação cuja carga horária seja igual ou superior a 16 (dezesseis) horas-aula, exigida a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da ação e, em caso de ação de capacitação subdividida em disciplinas, módulos ou seções, o percentual mínimo de frequência deve ser respeitado em cada unidade.

Parágrafo único. Para as ações de capacitação com carga horária inferior a 16 (dezesseis) horas, será fornecida declaração de participação assinada pelo Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas para eventos realizados na Sede, e pelo Superintendente Regional para eventos realizados nas Superintendências Regionais, desde que a realização da ação tenha sido devidamente autorizada.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 97. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Diretoria de Gestão Operacional.

Art. 98. Revogam-se:

I - a Instrução Normativa nº 78, de 13 de maio de 2014;

II - a Portaria/Incra/P/nº 210, de 16 de abril de 2014;

III - a Portaria nº 236, de 3 de abril de 2012.

Art. 99. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

1. Avalie sua participação em relação aos seguintes aspectos:

	Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo
Assiduidade e pontualidade.				
Participação na aula.				
Acredito que terei oportunidade de aplicação das competências adquiridas no meu trabalho.				
Sinto-me à vontade para socializar os conhecimentos oferecidos à minha equipe de trabalho.				

2. Avalie o curso em relação aos seguintes aspectos:

	Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo
Conteúdo: atualizado, informativo, útil, aplicável.				
Contribuição do curso para aquisição de novos conhecimentos e melhoria do desempenho no trabalho.				
Qualidade do material didático utilizado.				
Adequação da carga horária.				

3. Em sua opinião, quais os pontos positivos do curso realizado:

4. Em sua opinião, quais os pontos negativos do curso realizado:

5. Sugestões para aprimoramento da ação de capacitação (caso seja promovida pelo Incra):

6. Sobre a Instrutoria:

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Demonstrou domínio conceitual e prático do tema abordado				
Esclareceu as dúvidas dos participantes				
Utilizou os recursos instrucionais de forma adequada				
Repassou o conteúdo de forma clara				

7. A ação atendeu às suas expectativas?

	Totalmente;
	Parcialmente;
	Não atendeu.

ANEXO II

PROJETO DE CAPACITAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

Nome do Curso:
Item PDP:
Unidade administrativa que está propondo a ação de capacitação:
Meta (quantidade de participantes):
Abrangência: ( ) Local ( ) Regional/Nacional

No caso de abrangência Regional/Nacional, especificar:	( ) evento único; ( ) o mesmo curso se repete em: ( ) dois eventos; ( ) três eventos; ( ) quatro eventos.
Modalidade: ( ) Presencial; ( ) Híbrido; ( ) À distância.	
Quanto à carga horária: ( ) Curta duração; ( ) Média Duração; ( ) Longa Duração.	
Quanto ao curso: ( ) Com ônus; ( ) Com ônus limitado.	

Realizado por meio de:	( ) instrutoria interna com incorrência de GECC;
	( ) instrutoria interna sem incorrência de GECC;
	( ) instrutoria externa com incorrência de GECC;
	( ) instrutoria externa sem incorrência de GECC;
	( ) parceria com instituição pública;
	( ) contratação de empresa para ministrar o curso.

Carga horária da ação:	Data de realização:
Horário de realização:	Cidade/UF:

2. JUSTIFICATIVA: Descrição do problema que originou a proposição do Projeto; a delimitação da proposta de trabalho do projeto e possibilidade de mudanças da problemática descrita; demais informações que julgar relevantes.

3. OBJETIVOS:

4. METODOLOGIA:

5. PESQUISA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DA AÇÃO:

INSTITUIÇÃO / EMPRESA	SEI	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL (R$)	VALOR HORA/AULA (R$)	MÍNIMO E MÁXIMO DE PARTICIPANTE	VALOR POR PARTICIPANTE (R$)

6. INSTRUTORIA:

NOME DO INSTRUTOR	SIAPE	LOTAÇÃO	INSTRUTOR INTERNO OU EXTERNO	CARGA HORÁRIA	INCORRE EM GECC? (Sim/Não)

7. RESULTADOS ESPERADOS: Relacionar os resultados esperados com a realização da ação, vinculando às atividades que os participantes desenvolvem na Autarquia, à oportunidade e à aplicabilidade nas atividades institucionais.

8. FORMAS DE AVALIAÇÃO (indicar as formas de avaliação):

9. PARTICIPANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: Indicar a necessidade de viabilizar apoio e infraestrutura necessária para a participação de portadores de necessidades especiais.

10. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROJETO: Responde pelo conteúdo técnico e pela fundamentação teórica da ação.

Nome	Telefone	Lotação	E-mail

11. RECURSOS NECESSÁRIOS: Descrição dos custos previstos para capacitação.

Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
309014 - Diárias			
309033 - Transporte			
309030 - Material de Consumo			
309039 - Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica			
309036 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
339036 -Serviço de pessoa física - Com GECC			
Total:			

Este quadro é um resumo, o detalhamento da previsão orçamentária poderá ser anexado ao processo.

12. ORIGEM DO RECURSO: (se houver mais de uma fonte de recursos, citar todas).

Programa - Ação	PTRES	PI

Este formulário deverá ser assinado eletronicamente pelo:
Servidor responsável pela elaboração e execução;
Unidade administrativa que está propondo a ação de capacitação.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE PARA AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELO INCRA

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR:

Nome completo:	
Cargo/Nível/Função:	
Matrícula SIAPE:	Lotação:
Telefone Institucional:	Telefone celular:
E-mail Institucional:	

2. IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO:

Nome da ação:	
Local de realização:	
Cidade de realização/UF:	
Período da ação:	Carga horária:

3. Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE, assumo, na forma da legislação vigente, os seguintes compromissos:

1. Cumprir as responsabilidades inerentes ao curso acima identificado;

2. Disponibilizar os conhecimentos adquiridos na ação, bem como, transmiti-los a outros servidores quando do retorno do evento de capacitação;

3. No caso de Pós-Graduação, durante o curso, juntar ao processo, semestralmente:

a) declaração de matrícula do semestre vigente;

b) histórico escolar atualizado;

c) relatório circunstanciado das atividades realizadas no período, assinado pelo servidor e orientador.

4. Ao término da ação, juntar ao processo:

a) diploma de conclusão do curso ou documento equivalente;

b) arquivo eletrônico, em formato não editável, do trabalho final, dissertação, tese ou documento equivalente, conforme o caso, para fins de divulgação;

c) avaliação da ação.

5. Em caso de Pós-Graduação, permanecer na Autarquia por período mínimo ao da duração do curso, contados a partir da conclusão do curso, ou seja, não solicitar afastamentos, aposentadoria, exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido o período mencionado, ressalvado a hipótese de ressarcimento das despesas ao INCRA.

6. Conceder ao INCRA o direito não exclusivo de disponibilizar o documento final do curso de pós-graduação e pós-doutorado, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, para fins de leitura e/ou download, a título de divulgação da produção científica em repositório institucional. Esta cessão gratuita não obsta o autor de dispor de seu trabalho em outros locais (site pessoal, blog, redes sociais, serviços de compartilhamento, repositórios temáticos, publicação por meio de editora, etc.).

Este formulário deverá ser assinado eletronicamente pelo servidor.

ANEXO IV

FORMULÁRIO DO INSTRUTOR (INTERNO E EXTERNO)

IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUTOR:

Nome completo:	
Cargo no Serviço Público Federal:	
Matrícula Siape:	CPF (em caso de pagamento por ordem bancária):
Órgão de origem:	
Telefone:	

E-mail institucional:
Número da UG do órgão de origem:
Gestão do Órgão de Origem:
Dados bancários (Banco, agência e conta corrente), **quando for o caso**:

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Grau de instrução:	Nome do curso:	Instituição de ensino:	Ano de conclusão:

Superior:			
Especialização ou MBA:			
Mestrado:			
Doutorado:			
Pós-Doutorado:			

3. TABELA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS:

Período:

Dias da Semana	Das	Até	Total
Segunda-feira	:	:	hora(s)
Terça-feira	:	:	hora(s)
Quarta-feira	:	:	hora(s)

Quinta-feira		:	:	hora(s)
Sexta-feira		:	:	hora(s)
Total				hora(s)

4. DECLARAÇÃO:

Pelo presente, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas ao pagamento da GECC, previstas no art. 76-A da Lei n° 8.112/90, e no Decreto n° 6.114/07.

Atividade:	Instituição:	Horas trabalhadas:

Horas de GECC recebidas no ano em curso:	

Declaro, sob minha inteira responsabilidade serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

5. AUTORIZAÇÃO:

Em caso de elaboração de material didático pedagógico para a realização da ação de capacitação para a qual estou sendo contratado, autorizo o Incra, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19/02/98, a reproduzir, incluir em seu banco de dados, disponibilizar a terceiros em via impressa ou através de transferência eletrônica (download) e utilizar, direta ou indiretamente, o documento de minha autoria, integral ou parcialmente.

Autorizo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a reproduzir, incluir em seu banco de dados, disponibilizar a terceiros em via impressa ou através de transferência eletrônica (download) e utilizar, direta ou indiretamente, o documento de minha autoria identificado acima, integral ou parcialmente.

Esta autorização é concedida ao Incra a título gratuito e por prazo indeterminado, em caráter irrevogável e irretratável.

Declaro para todos os fins que sou o único e exclusivo titular de todos os direitos autorais sobre a obra, e que não há qualquer impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida acima.

Orientações:

A compensação de horário deverá ser realizada após a concretização do evento, pois é ele o fato gerador que enseja a necessidade de compensação, em observância ao art. 44 da Lei 8.112/90.

Recomenda-se a compensação de até duas horas diárias, respeitado o horário de funcionamento da Autarquia e o intervalo para refeição diária.

O controle da frequência compete à chefia imediata do servidor, nos termos do Decreto 1.590/1995.

O servidor que não compensar as horas devidas, sofrerá desconto na sua remuneração, proporcionalmente às horas não compensadas.

Este formulário deverá ser assinado eletronicamente pelo:

Servidor instrutor;

Chefia imediata do instrutor (interno e externo);

Unidade Demandante da ação de capacitação.

ANEXO V

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE SERVIDOR EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) PARTICIPANTE(S):

Nome	Matrícula Siape	Cargo	Lotação	E-mail	Telefone

2. CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO:

2.1. CATEGORIA:

	Ação de Desenvolvimento em Serviço;
	Ação em Afastamento Integral.

2.2. MODALIDADE:

	Presencial;
	Híbrida;
	À distância.

2.3. QUANTO AO ÔNUS:

	Com ônus;
	Com ônus Limitado.

2.4. DURAÇÃO:

	Curta;
	Média;
	Longa.

2.4.1. PÓS-GRADUAÇÃO (Em caso de longa duração):

	Especialização/MBA;
	Mestrado;
	Doutorado;
	Pós-Doutorado.

2.4.2. TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA:

2.4.3. QUADRO DE HORÁRIOS (preencher em caso de longa duração - ação de desenvolvimento em serviço):

Disciplina	Dias da Semana	Horário das aulas	Datas - Duração do Semestre

3. IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO:

ITEM DO PDP

NOME DO CURSO/AÇÃO:

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

CIDADE/UF:

PERÍODO DO CURSO:

DATA INÍCIO:	DATA FIM:
DATA DE INÍCIO: (no caso de afastamento)	DATA FIM:

CARGA HORÁRIA:

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO CURSO PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES:

5. PREENCHER EM CASO DE SOLICITAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO: descrever de que maneira o curso de pós-graduação contribuirá para o desempenho de suas funções, bem como, a correlação do tema da pesquisa com as competências da sua unidade de exercício. Caso solicite afastamento integral, justificativa quanto à incompatibilidade de horário e local para realizar a pós-graduação simultaneamente com o exercício do cargo.

6. CUSTOS:

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Inscrição			
Mensalidade			
Diárias			
Passagens			
Total Geral (R$)			

INFORMAR O TRAJETO SOLICITADO:
INFORMAR OS DIAS DE DESLOCAMENTO:

Obs. A participação em ação de desenvolvimento de pessoas que implicar despesas c/ diárias e passagens, somente poderá ser realizada se o custo total for inferior ao custo de participação em evento c/ objetivo similar na própria localidade de exercício (art.17 Decreto 9.991/2019).

7. INSTITUIÇÃO PROMOTORA DA AÇÃO:

NOME:	
ENDEREÇO:	
CNPJ:	
DADOS BANCÁRIOS:	
TELEFONE:	E-MAIL:

7.1. RAZÃO DA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO PROMOTORA: Justificar a escolha da instituição promotora do evento levando em consideração, características tais como faixa de preço praticada no mercado, o objetivo do curso, o conteúdo programático, os instrutores, o local de realização, etc.

8. PESQUISA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO (quando for com ônus para a Autarquia):

INSTITUIÇÃO / EMPRESA	SEI (Nº Proposta Comercial)	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL (R$)	VALOR HORA/AULA (R$)	MÍNIMO E MÁXIMO DE PARTICIPANTE	VALOR POR PARTICIPANTE (R$)

9. AO PREENCHER O FORMULÁRIO, O SERVIDOR DECLARA:

O CONTEÚDO DO APREDIZADO SE RELACIONA COM AS ATRIBUIÇÕES DA MINHA UNIDADE DE LOTAÇÃO E COM O EXERCÍCIO DE MINHAS ATIVIDADES.

QUANDO O CURSO SOLICITADO FOR REALIZADO EM CIDADE DIVERSA DA CIDADE DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR - não há oferta de ação de capacitação semelhante na cidade onde sou lotado, considerando a notoriedade dos instrutores e a melhor correlação do conteúdo programático as minhas atribuições no INCRA.

ESTAR CIENTE DO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA VIGENTE E ASSUME OS COMPROMISSOS ELENCADOS ABAIXO, INERENTES À AÇÃO DE CAPACITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADA:

1. Cumprir as responsabilidades inerentes ao curso acima identificado;

2. Disponibilizar os conhecimentos adquiridos na ação, bem como, transmiti-los a outros servidores quando do retorno do evento de capacitação;

3. No caso de Pós-Graduação, durante o curso, juntar ao processo, semestralmente:

a) declaração de matrícula do semestre vigente;

b) histórico escolar atualizado;

c) relatório circunstanciado das atividades realizadas no período, assinado pelo servidor e orientador.

4. Ao término da ação, juntar ao processo:

a) diploma de conclusão do curso ou documento equivalente;

b) arquivo eletrônico, em formato não editável, do trabalho final, dissertação, tese ou documento equivalente, conforme o caso, para fins de divulgação;

c) avaliação da ação.

5. Em caso de Pós-Graduação, permanecer na Autarquia por período mínimo ao da duração do curso, contados a partir da conclusão do curso, ou seja, não solicitar afastamentos, aposentadoria, exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido o período mencionado, ressalvado a hipótese de ressarcimento das despesas ao INCRA.

6. Conceder ao INCRA o direito não exclusivo de disponibilizar o documento final do curso de pós-graduação e pós-doutorado, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, para fins de leitura e/ou download, a título de divulgação da produção científica em repositório institucional. Esta cessão gratuita não obsta o autor de dispor de seu trabalho em outros locais (site pessoal, blog, redes sociais, serviços de compartilhamento, repositórios temáticos, publicação por meio de editora, etc.).

Assinatura eletrônica do Servidor.

ANEXO VI

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE SERVIDOR AFASTADO PARA PÓS-STRICTO SENSU

PERÍODO	SEMESTRE /ANO

1. IDENTIFICAÇÃO
Nome:
Lotação:
Período de Afastamento:

Endereço Eletrônico:	Fone:
Nome do Orientador:	
Endereço Eletrônico:	Fone:

2. DADOS SOBRE A CAPACITAÇÃO
CURSO: Mestrado ( ) Doutorado ( ) Doutorado Sanduíche ( ) Pós-Doutorado ( )

Data de Início do Curso:			
Instituição de Destino:			
Nome do Curso:			
Total de créditos exigidos pelo Curso:		Total de créditos realizados:	

2.1 PROJETO DE PESQUISA
Título:

Andamento do curso:			
	Definição do Tema		Análise de Dados
	Elaboração do Projeto		Redação Preliminar
	Coleta de Dados		Redação Definitiva

2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SEMESTRE

2.3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA (reuniões, eventos, produtos, publicações, etc.)

3. PARECER DO(A) ORIENTADOR(A)/SUPERVISOR(A)

Declaro, para os devidos fins, a veracidade das informações expostas neste formulário.

Assinatura do(a) servidor:

Assinatura do(a) orientador:

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA AFASTAMENTO DO PAÍS

DADOS DO SERVIDOR:

Nome completo:	
Cargo/Nível/Função:	
Matrícula SIAPE:	CPF:
CI nº:	Data de nascimento:
Número do passaporte:	Lotação:
Telefone Institucional:	Telefone celular:
E-mail Institucional:	

2. DADOS DA VIAGEM:

Título da Ação:

Local/Cidade/País:

Período da Ação:

Data de início	Data de fim

Período do Afastamento incluindo trânsito:

Data de início	Data de fim

Tipo de Viagem:

	com ônus, quando implicarem direito a passagens e diárias, assegurados ao servidor o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;
	com ônus limitado, quando implicarem direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego;

Estimativa de Custo da Viagem:

Diárias	
Passagens	
Total Geral	

Existe orçamento/financeiro para a realização do deslocamento (Diárias e Passagens?

	Sim;
	Não;

Existe alguma despesa custeada pela organizadora do evento?

	Sim;
	Não;

Qual? _____

3. DETALHAMENTO DO REQUERIMENTO

Objetivo da Viagem:

Descrição das atividades a serem desenvolvidas:

Relação e relevância da capacitação para a finalidade da Unidade de lotação do servidor:

Outras informações que julgar pertinentes:

Em atendimento à Portaria Nº 185, de 11 de Setembro de 2019, da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, na Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, faz-se necessário o preenchimento do formulário de proposta de concessão de diárias e passagens cadastrada no SCDP, abaixo:

BILHETE DE PASSAGENS/Pesquisa				Voo			Diárias		
Empresa	Trecho	Data	Hora Partida	Hora Chegada	Código Reserva	Qtd.	Valor US$	Descontar (US$) Aux. Alim.	Total US$ VI Transp.

Valor das passagens em dólar US$		Valor total das diárias em US$	
Valor das passagens em real R$		Valor total das diárias em real R$	
Total geral a receber, diária + passagens em R$		Total geral a receber diária + passagens em US$	

A Pesquisa/ Bilhetes de passagens deverá conter as seguintes informações:

Nome da Empresa; Trecho; Data; Voo (hora partida, hora chegada, código reserva, quantidade) e Diárias (valor US$, valor aux. Alimentação, valor, aux. Transporte).

Pesquisa 1	
Pesquisa 2	
Pesquisa 3	

Declaro estar ciente de que, no prazo máximo de 5 dias, contado do retorno da viagem, devo prestar contas: original ou 2° via dos canhotos dos cartões de embarque ou recibo do check-in via internet, bilhetes ou declaração de empresa de transporte e relatório de vigem. Consoante: Decreto nº 5.992, de 19/12/2007 e Portaria nº 505, de 29/12/2009.

ANEXOS OBRIGATÓRIOS:

Convite;

Comprovante de fluência no idioma exigido;

Cronograma/programação;

Cópia do trabalho a ser apresentado, se for o caso;

Toda documentação em língua estrangeira deverá estar acompanhada de tradução livre para o português.

Assinaturas eletrônicas:

Assinatura do servidor;

Assinatura Chefia imediata;

Assinatura Dirigente de maior nível hierárquico da Unidade (Diretor, Superintendente).

Observações:

As solicitações de afastamento do país devem ser instruídas em conformidade com as exigências de cada ação de desenvolvimento - curta, média ou longa duração. Além do preenchimento deste requerimento, faz-se necessário o formulário para solicitação de inscrição do servidor em ação de capacitação.

ANEXO VIII

REQUISIÇÃO DE LICENÇA CAPACITAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR:

Nome:	
Cargo:	
Matrícula Siape:	Lotação:
Telefone:	
E-mail institucional:	

Ocupa função: ( ) Sim ( ) Não
Requisitado ( ) não ( ) sim, órgão cessionário:

2. OBJETO DA LICENÇA:

Período pretendido:	DATA INÍCIO:	DATA FIM:
Total de dias:		
Item PDP:		
( ) Curso na modalidade presencial, híbrida ou à distância; ( ) Elaboração de monografia, dissertação ou tese; ( ) Participação em curso presencial ou intercâmbio para aprendizado de língua estrangeira		

Curso conjugado com: ( ) Atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos poderes da união ou de outros países ou em organismos internacionais; ( ) Realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza no país.

Data prevista para a apresentação: Título do trabalho:		
Especificação dos cursos		
Nome do curso	Instituição promotora	Carga horária
Carga horária Total		

Nas opções de curso conjugado, devem ser inseridos os documentos previstos nos artigos 34 ou 36 da Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21/2021.

3. O PERÍODO QUINQUENAL AQUISITIVO A SER USUFRUÍDA A LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO É:

Início	Fim	SEI Nº

4. JÁ USUFRUIU DA LICENÇA CAPACITAÇÃO PARA ESTE PERÍODO QUINQUENAL:

( ) Sim ( ) Não	Quantos dias:
Processo SEI nº	

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AÇÃO PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES:

6. AO PREENCHER O FORMULÁRIO, O SERVIDOR DECLARA:

1. O CONTEÚDO DO APREDIZADO SE RELACIONA COM AS ATRIBUIÇÕES DA MINHA UNIDADE DE LOTAÇÃO E COM O EXERCÍCIO DE MINHAS ATIVIDADES.

2. ESTAR CIENTE DO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA VIGENTE E ASSUME OS COMPROMISSOS ELENCADOS ABAIXO, INERENTES À AÇÃO DE CAPACITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADA:

a. Ao final do curso, apresentar os documentos necessários para justificar o pleito.

b. Disseminar os conhecimentos adquiridos, objetivando a multiplicação do aprendizado.

c. Durante o curso de Pós-Graduação: juntar ao processo comprovante de: atestado de matrícula do semestre vigente; histórico escolar atualizado; relatório circunstanciado das atividades realizadas no período, assinado pelo servidor e orientador.

3. Ao término da ação, juntar ao processo:

a. Diploma de conclusão do curso ou documento equivalente;

b. Arquivo eletrônico em formato não editável do trabalho final, dissertação, tese ou documento equivalente, conforme o caso, para fins de divulgação (Pós-Graduação e pós-doutorado).

4. Permanecer na Autarquia por período mínimo da duração do curso, contados a partir da conclusão do curso, ressalvado a hipótese de ressarcimento das despesas ao INCRA (Pós-Graduação), ou seja, não solicitar afastamentos, aposentadoria, exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes do decorrido o período mencionado;

5. Conceder ao INCRA o direito não exclusivo de disponibilizar o documento final do curso de pós-graduação e pós-doutorado, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, para fins de leitura e/ou download, a título de divulgação da produção científica em repositório institucional. Esta cessão gratuita não obsta o autor de dispor de seu trabalho em outros locais (site pessoal, blog, redes sociais, serviços de compartilhamento, repositórios temáticos, publicação por meio de editora, etc.).

Assinatura eletrônica do servidor.

ANEXO IX

FORMULÁRIO DE QUALIFICAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE LICENÇA CAPACITAÇÃO

1. UNIDADE DE ORIGEM:

"Barra de rolagem com todas as SRs e DOH-2.1"

2. DADOS DO SERVIDOR:

Nome:	
Cargo:	
Matrícula Siape:	Lotação:
Ocupa função: ( ) Sim ( ) Não	
Requisitado ( ) não ( ) sim, órgão cessionário:	

3. O PERÍODO QUINQUENAL AQUISITIVO PARA USUFRUTO DA LICENÇA CAPACITAÇÃO É:

Início	Fim	SEI Nº

4. O SERVIDOR JÁ USUFRUIU DA LICENÇA CAPACITAÇÃO PARA ESTE PERÍODO QUINQUENAL:

( ) Sim ( ) Não	Quantos dias:
Processo SEI nº	

5. ANÁLISE DOCUMENTAL:

Consta nos autos formulário de solicitação da Licença para Capacitação devidamente preenchido e assinado pelo servidor.	SEI
Consta currículo cadastrado no SIGEPE Banco de Talentos	SEI
Consta dos autos manifestação da chefia imediata do servidor e do Superintendente Regional.	SEI
Extrato com dados funcionais do servidor emitido pelo SIAPENet.	SEI
Extrato funcional de afastamentos do servidor emitido pelo SIAPENet.	SEI

Ementa dos cursos e comprovante de matrícula ou documento da instituição de ensino com previsão de data de defesa do trabalho final.	SEI
A licença para Capacitação do servidor não excede 3% da força de trabalho	SEI

6. ANÁLISE DO PEDIDO:

A solicitação atende aos requisitos previstos na Instrução Normativa vigente	( ) Sim ( ) Não
A carga horária total atende os requisitos previstos no normativo do INCRA?	( ) Sim ( ) Não

Assinatura eletrônica da área de gestão de pessoas da Unidade.

ANEXO X

TERMO DE DESISTÊNCIA/SUSPENSÃO/INTERRUPÇÃO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR:

Nome completo:	
Cargo/Nível/Função:	
Matrícula SIAPE:	Lotação:
Telefone Institucional:	Telefone celular:
E-mail Institucional:	

2. IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO:

Nome da ação:	
Local de realização:	
Cidade de realização/UF:	
Período da ação:	Carga horária:

3. MODALIDADE*:

	Desistência;
	Suspensão;
	Interrupção.

4. MOTIVO DA DESISTÊNCIA/SUSPENSÃO/INTERRUPÇÃO:

	Doença própria;
	Doença de pessoa da família do servidor;
	Licença Maternidade;
	Interesse da Administração.

5. JUSTIFICATIVA DA DESISTÊNCIA/SUSPENSÃO/INTERRUPÇÃO (registrar e fundamentar os motivos que impediram ou dificultaram sua participação na ação):

* As classificações de modalidade encontram no Capítulo VI da Instrução Normativa do Incra.

Assinaturas eletrônicas:

Assinatura do Servidor

Chefia Imediata

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 998, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Aprova a Instrução Normativa Incra nº 110, de 1º de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios e procedimentos da Política de Desenvolvimento de Pessoas, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17 da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no D.O.U. de 21 de fevereiro de 2020, combinado com o disposto no artigo 108 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no D.O.U. de 24 de março de 2020, tendo em vista a decisão adotada em sua 702ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2021;

Considerando o disposto no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 alterado pelo Decreto 10.506, de 02 de outubro de 2020, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento;

Considerando a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, publicada no D.O.U. de 03 de fevereiro de 2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019;

Considerando a superveniência da legislação supramencionada e a necessidade de revogação da Instrução Normativa Incra nº 78, de 13 de maio de 2014, publicada no BS nº 21, de 26 de maio de 2014, e da Portaria/Incra/P/nº 210, publicada no BS nº 16, de 22 de abril de 2014, para regulamentar a ação de capacitação e efetuar atualizações decorrentes de normativos legais, bem como assegurar a manutenção das competências necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais do Incra;

Considerando as manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos do processo administrativo nº 54000.185858/2019-82, favoráveis à proposta de Instrução Normativa, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa Incra nº 110, de 1º de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios e procedimentos da Política de Desenvolvimento de Pessoas, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

PORTARIA Nº 1.981, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE GOIÁS - SR(04)GO, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 3, de 24 de março de 2020,

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado SERRA/BARRA do RIO do PEIXE, com área de 1.419,4165 ha (mil, quatrocentos e dezenove hectares, quarenta e um ares e sessenta e cinco centiares), localizado nos municípios de Pires do Rio e Santa Cruz de Goiás, neste Estado de Goiás, declarado de interesse social para fins de reforma agrária através do Decreto de 07/12/2009, cuja imissão de posse se deu em 16/12/2020, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso especial da União-SPIUnet, conta 12321.01.00 status "em processo de incorporação".

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no processo administrativo INCRA/SR(19)RN/Nº 54000.123833/2021-18 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, resolve:

Art. 1º. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 36 (trinta e seis) unidades agrícolas familiares, de acordo com o Estudo de Capacidade de Geração de Renda elaborado.

Art. 2º. Determinar a Divisão de Governança Fundiária - SR(19)RN-F desta Superintendência Regional que proceda a atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e a inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento SERRA BRUNO LUIZ, Código do SIPRA nº GO0446000, área de 1.419,4165 ha (mil, quatrocentos e dezenove hectares, quarenta e um ares e sessenta e cinco centiares), localizado nos municípios de Pires do Rio e Santa Cruz de Goiás, no estado de Goiás, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4º. Iniciar o processo de seleção com a publicação de edital de abertura para chamamento dos interessados, seguido de inscrição da unidade familiar perante o Incra, do deferimento da inscrição e da classificação dos candidatos, observadas as vedações constantes do artigo 7º do Decreto 9.311/2018, e encerramento com a homologação das famílias beneficiárias do projeto de assentamento.

Art. 5º. Providenciar a comunicação às Prefeituras Municipais de Pires do Rio e Santa Cruz de Goiás acerca da criação deste Projeto de Assentamento, para inclusão das famílias candidatas do PNRA no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE RASMUSSEM ALVES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 n. 30, de 05/12/2013, publicada no DOU n. 241, Seção 1, Pág. 114, de 12/12/2013, retificada no DOU n. 193, Seção 1, Pág. 69, de 08/10/2015, que criou o Projeto de Assentamento CHICO MENDES, Crixás - GO, Código SIPRA GO0426000, onde se lê: "... 8.103,6572 ha (oito mil, cento e três hectares, sessenta e cinco ares e setenta e dois centiares)...", leia-se: "... 8.126,1938 ha (oito mil, cento e vinte e seis hectares, dezenove ares e trinta e oito centiares)...".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-26/N° 42, de 30 de novembro de 1999, publicada no DOU Nº 234, de 08/12/1999, seção 01 pág. 65, que criou o Projeto de Assentamento SÃO JOÃO BATISTA no município de Pequizeiro /TO, código SIPRA TO0192000, onde se lê: " ... localizado no município de Pequizeiro", leia-se: " ... localizado no município de Itaporã do Tocantins", onde se lê: "1.333,4200 ha (mil, trezentos e trinta e três hectares, quarenta e dois ares)", leia-se: "1.369,3208 ha (mil e trezentos e sessenta e nove hectares, trinta e dois ares e oito centiares)", e onde se lê: "... 40 (quarenta) unidades agrícolas familiares ...", leia-se: "... 35 (trinta e cinco) unidades agrícolas familiares ..."

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 n. 62, de 30/09/2008, publicada no DOU n. 197, Seção 1, Pág. 124, de 10/10/2008, retificada no DOU n. 216, Seção 1, Pág. 69, de 06/11/2008 e DOU n. 240, Seção 1, Pág. 185, de 16/12/2009, que criou o Projeto de Assentamento 8 DE OUTUBRO, Itarumã - GO, Código SIPRA GO0369000, onde se lê: "... 563,9284 ha (quinhentos e sessenta e três hectares, noventa e dois ares e oitenta e quatro centiares)...", leia-se: "... 551,0757 ha (quinhentos e cinquenta e um hectares, sete ares e cinquenta e sete centiares)...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-18/Nº 021/01 , de 17 de agosto do ano de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 167-E, na data de 30 de agosto do ano de 2001, na Seção 1, página 104, que criou o Projeto de Assentamento JOSÉ ANTONIO EUFROUZINO, código SIPRA PB0190000, localizado no Município de Campina Grande/PB, e na sua retificação publicada no Diário Oficial da União nº 126 - Seção I - página 9, na data de 03 de julho de 2019, onde se lê: "...com área de 2.991,1043 (dois mil, novecentos e noventa e um hectares, dez ares e quarenta e três centiares)", leia-se: "...com área de 2.983,0242 (dois mil, novecentos e oitenta e três hectares, dois ares e quarenta e dois centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-19/G/N° 10, de 19 de março de 1998, publicada DOU Nº 54, de 20 de março de 1998, Seção 1, Página 15, que criou o Projeto de Assentamento PA LAGOA NOVA I, no Estado do Rio Grande do Norte, registrado no SIPRA sob o código RN0120000, onde se lê: "...7.234,1934ha (sete mil duzentos e trinta e quatro hectares, dezenove ares e trinta e quatro centiares)...", leia-se: "...7.218,8473ha (sete mil duzentos e dezoito hectares, oitenta e quatro ares e setenta e três centiares)..." e onde se lê: "...e São Paulo do Potengi...", leia-se: "...e Santa Maria...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-07/Nº 10/99, de 19 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 36, na data de 24 de fevereiro de 1999, na Seção 1, página 78, que criou o Projeto de Assentamento Visconde, código SIPRA RJ0037000, localizado no município de Casimiro de Abreu - RJ, com retificação publicada no Diário Oficial da União nº 122, na data de 29 de junho de 2020, na Seção 1, página 5, onde se lê: "que prevê a criação de 93 (noventa e três) unidades agrícolas familiares", leia-se: "que prevê a criação de 88 (oitenta e oito) unidades agrícolas familiares".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR(27)/ N.º 052, de 15 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 28 de dezembro de 2000, seção 1, pag. 40, que criou o projeto de assentamento denominado ARAPARI, localizado no município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, Código SIPRA MB0296000, onde se lê: "...com área de 14.292,3493 ha (Quatorze mil, duzentos e noventa e dois hectares, trinta e quatro ares e noventa e três centiares)... leia-se: "...com área de 14.468,0733 ha (Quatorze mil, quatrocentos e sessenta e oito hectares, sete ares e trinta e três centiares)..."

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR(27)E/N.º 141/99, de 19 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 230, de 02 de dezembro de 1999, seção 1, pag. 41, que criou o projeto de assentamento denominado MONTEPIO, localizado no município de Água Azul do Norte, no Estado do Pará, Código SIPRA MB0264000, onde se lê: "...com área de 8.349,8280 ha (Oito mil, trezentos e quarenta e nove hectares, oitenta e dois ares e oitenta centiares)... leia-se: "...com área de 7.973,6472 ha (Sete mil, novecentos e setenta e três hectares, sessenta e quatro ares e setenta e dois centiares)..."

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 714, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Permuta Função Comissionada do Poder Executivo Federal por Cargo em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por de mesmo nível e categoria.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a seguinte permuta na estrutura de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança deste Ministério, conforme anexo:

I - Uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.4 por um Cargo em Comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.4.

Art. 2º O normativo que instituir o Regimento Interno do Ministério da Cidadania refletirá as alterações do Anexo desta Portaria no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções do Ministério.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

ANEXO

ALTERAÇÕES DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA CONSTANTE NO DECRETO Nº 10.680, DE 19 DE ABRIL DE 2021				QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA APÓS PERMUTA			
UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/ FCPE/FG	UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA-EXECUTIVA				SECRETARIA-EXECUTIVA			
SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS				SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS			
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Coordenação-Geral de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4	Coordenação-Geral de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL				SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA				SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA			
DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA				DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA			
Coordenação-Geral de Empregabilidade e Empreendedorismo	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4	Coordenação-Geral de Empregabilidade e Empreendedorismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

PORTARIA MC Nº 715, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Delega competências para a prática dos atos de gestão de pessoal, no âmbito do Ministério da Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal de 1988, nos termos do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, do artigo 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do artigo 5º do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020, e do artigo 14 da Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 69, de 13 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Delegar ao Secretário-Executivo, vedada a subdelegação, a competência para:

I - enviar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, por meio de sistema informatizado, ao órgão central do SIPEC até o dia 30 de setembro de cada ano civil, ou no dia útil subsequente;

II - aprovar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP e decidir sobre as sugestões recebidas do órgão central do SIPEC; e

III - deferir a revisão do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente ao de sua publicação.

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CNAS/MC nº 50, de 23 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União na Edição 222, Seção 1, página 32 do dia 26 de novembro de 2021, onde se lê: DEZEMBRO Dia 8 - Reunião das Comissões Dia 9 - Reunião da Presidência Ampliada Dias 10 e 11 - 313ª Reunião Ordinária do CNAS; Leia-se DEZEMBRO Dia 5 - Reunião das Comissões, Dia 6 - Reunião da Presidência Ampliada, Dias 7 e 8 - 331ª Reunião Ordinária do.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7/SEDS/SENARC/MC, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Divulga aos Estados, Municípios e Distrito Federal os prazos e os procedimentos de prestação de contas dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família referente aos recursos executados no ano de 2020.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 29 do Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020,

CONSIDERANDO que o Ministério da Cidadania - MC no ano de 2020 transferiu aos Municípios, Estados e Distrito Federal recursos para apoio financeiro destinados à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único);

CONSIDERANDO que os entes federados devem apresentar anualmente ao Ministério da Cidadania, nos prazos definidos nas Portarias MDS nº 256 e nº 754, de 2010, as informações sobre como ocorreu a prestação de contas dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF, aplicados no exercício anterior, assim como ocorreu a deliberação dos respectivos Conselhos de Assistência Social (CAS), relativa à aplicação desses recursos;

CONSIDERANDO que o Ministério da Cidadania disponibilizou, em 23 de novembro de 2021, o Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira - via Sistema Informatizado da Assistência Social - SUASWEB - referente ao exercício 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os prazos e procedimentos para que Estados, Municípios e Distrito Federal informem ao Ministério da Cidadania, por intermédio do Sistema Informatizado da Assistência Social - SUASWEB, como ocorreram suas respectivas prestações de contas dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família executados em 2020.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se os seguintes prazos:

I - 31 de janeiro de 2022 - Prazo máximo para que os gestores dos respectivos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social registrem a comprovação de gastos aos Conselhos de Assistência Social.

II - 28 de fevereiro de 2022 - Prazo máximo para que os respectivos Conselhos de Assistência Social registrem a informação de como ocorreu a deliberação a respeito das contas apresentadas de respectivos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Art. 3º Para a prestação de informação sobre a comprovação de gastos efetuados, em exercício 2020, com os recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania a título de apoio a gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, o usuário deverá acessar o sistema SUASWEB no NAVEGADOR WEB FIREFOX, no seguinte endereço: http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action.

§ 1º O acesso ao sistema se dará por intermédio do usuário e senha do Sistema de Autenticação e Autorização - SAA, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania.

§ 2º Para iniciar o preenchimento do Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira, referente ao exercício de 2020, o usuário deverá clicar na aba MENU do SUASWEB, posicionada na parte superior esquerda da tela de entrada do sistema.

§ 3º Para o caso de inexistência de permissão para o acesso ao sistema SUASWEB ou em razão da ocorrência de senha inválida, o agente responsável deverá contactar a Central de Relacionamento do Ministério da Cidadania por meio dos seguintes canais:

I. Preferencialmente pelo telefone 121;

II. E-mail: rede.suas@cidadania.gov.br; e

III. No link: http://blog.mds.gov.br/redesuas.

Art. 4º O Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeiro apresentará três fases, a saber:

I. Em preenchimento: O Sistema estará aberto para que o gestor do Fundo de Assistência Social (FAS) faça o preenchimento.

II. Em deliberação pelo Conselho: O Sistema estará aberto para que o Presidente do Conselho de Assistência Social informe como ocorreu a deliberação a respeito das contas apresentadas pelo Fundo de Assistência Social.

III. Aprovada pelo Conselho: O Sistema demonstrará que o Conselho prestou a informação a respeito da sua apreciação sobre as contas apresentadas.

Art. 5º Para a inserção das informações de comprovação dos gastos, o Gestor do Fundo de Assistência Social deverá ter em mãos os seguintes documentos:

I. Extrato da conta bancária do IGD-PBF, com a movimentação dos recursos no período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020;

II. Extrato bancário com a informação a respeito dos rendimentos dos recursos não movimentados no exercício de 2020;

III. Todos os processos que originaram as despesas provenientes dos gastos executados no exercício de 2020; e

IV. Ter preenchido a relação constante do Anexo A desta Instrução Normativa, na qual serão demonstradas quais despesas foram pagas com os recursos provenientes do IGD-PBF.

Parágrafo único. A relação dos gastos de que trata o inciso IV deverá ser encaminhada ao Conselho de Assistência Social, juntamente com as cópias das notas fiscais e das ordens de pagamentos, assim como as cópias dos cheques ou equivalentes, se houver.

Art. 6º São informações relacionadas com os campos disponibilizados no demonstrativo para preenchimento pelos respectivos responsáveis no âmbito do IGD-PBF:

I. Recursos reprogramados de exercícios anteriores: preenchido pelo sistema, resgata o valor final do Demonstrativo IGD-PBF do exercício de 2019.

II. Valores recebidos no exercício: Campo preenchido pelo sistema, descreve total transferido pelo Ministério da Cidadania no exercício de 2020.

III. Outros créditos ocorridos na conta vinculada: deverá ser preenchido com informações de "outros créditos ocorridos", decorrente de saldo existente na conta de valores recebidos (Portaria GM/MDS nº 360/2005) e de valores decorrentes de receitas auferidas com recursos do IGD-PBF, a exemplo de alienações de bens adquiridos com recursos do IGD em outros exercícios.

IV. Valor referente ao total auferido de aplicação no mercado financeiro no exercício: deverão ser preenchidos eventuais valores de rendimentos oriundos de aplicação financeira.

V. Valores não aprovados pelo Conselho de Assistência Social e devolvidos para a conta do Fundo de Assistência Social: deverá ser preenchido no caso da ocorrência de devolução à conta do IGD-PBF de valores glosados quando da análise das contas por parte do respectivo CAS.

VI. Devolução de valores ao Fundo Nacional de Assistência Social: este campo deverá ser preenchido com os valores eventualmente devolvidos pelo Gestor do Fundo de Assistência Social ao Ministério da Cidadania, por ocasião de constatação de irregularidades na manipulação dos dados que geram os índices que compõem o IGD-PBF.

VII. Valores efetivamente executados no exercício: deverá ser informado o total de recursos gastos durante o exercício de 2020, considerando apenas aqueles desembolsados dentro do próprio exercício, observando assim o regime contábil de Caixa.

VIII. Saldo a reprogramar para o exercício seguinte: campo apresentará automaticamente o totalizador resultante do cálculo dos incisos anteriores.

§ 1º O Sistema apresentará nos respectivos campos de preenchimento informações que auxiliarão no modo correto do preenchimento.

§ 2º Após o preenchimento, o usuário deverá salvar as informações inseridas, clicando no botão "salvar".

§ 3º Após finalizado, o Demonstrativo do IGD-PBF não poderá mais ser alterado.

§ 4º No caso de ocorrência de erro no preenchimento, será necessário que o Gestor do Fundo de Assistência Social, devidamente justificado, solicite ao Conselho de Assistência Social a devolução, via sistema, do demonstrativo, que após devolvido, regressará ao status de "Em preenchimento".

CAPÍTULO II

DO PARECER DO CONSELHO

Art. 7º Após o preenchimento do Demonstrativo do IGD-PBF, o Conselho de Assistência Social deverá proceder à análise da documentação recebida do Fundo de Assistência Social.

§ 1º O Conselho, após a análise da documentação, assim como a constatação de conformidade entre as informações prestadas no sistema e as informações constantes da documentação apresentada, deverá, em reunião ordinária ou extraordinária, deliberar a respeito da aprovação ou não das contas apresentadas.

§ 2º A decisão tomada deverá constar em ata e em resolução, que deverá ser objeto de publicação oficial pelo município ou pelo Estado.

§ 3º As informações sobre o resultado da apreciação das contas deverão ser registradas pelo Presidente do Conselho no SUASWEB, na seção: PARECER DO CONSELHO.

§ 4º Para o caso de o cadastro do Conselho estar desatualizado no CadSuas e/ou para o caso de algum(ns) conselheiro(s) não estiver(em) listado(s) na relação de membros do Conselho, o Presidente do CAS deverá proceder à atualização dos membros faltantes no CadSuas e, em seguida, acessar novamente o demonstrativo e, assim, realizar a marcação dos Conselheiros presentes na referida reunião.

Art. 8º O demonstrativo apresentará, no início do preenchimento do formulário, as seguintes questões, que deverão ser respondidas pelo Presidente do Conselho de Assistência Social.

I. Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGD PBF, todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à Administração Pública?

II. Segundo a avaliação do Conselho, o ente realizou uma adequada gestão das condicionalidades do PBF, de forma intersetorial?

III. Os recursos alocados na gestão do PBF foram utilizados nas finalidades para as quais foram disponibilizados?

IV. Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da Portaria que regulamentou o IGD-PBF?

V. Segundo a avaliação do Conselho, a Gestão local desenvolveu ações adequadas para a identificação, o cadastramento de novas famílias, a atualização e revisão dos dados contidos no Cadastro Único?

§ 1º As respostas buscam evidenciar se houve ou não, por parte de Conselho de Assistência Social, o acompanhamento das atividades do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no decorrer do exercício de 2020.

§ 2º Para todas as questões citadas acima, existem duas opções de marcação, devendo o Conselho responder apenas uma das alternativas disponíveis, de acordo com sua avaliação.

§ 3º As questões "1", "3" e "4" são restritivas quando a resposta for negativa. Caso essas questões recebam a resposta "Não", a prestação de contas não poderá ser aprovada na totalidade pelo Conselho, uma vez que isso denotará a existência de algum tipo de impropriedade que deverá ser justificada ou glosada em relação aos valores apresentados.

§ 4º O Conselho deverá apresentar no campo próprio para cada resposta a informação acerca de sua avaliação sobre a questão apresentada.

§ 5º Em seguida, o Conselho deverá preencher o campo de Parecer Deliberativo, incluindo sua apreciação final quanto à utilização dos recursos destinados à Gestão do PBF e do Cadastro Único.

§ 6º Após responder ao questionário, o Conselho deve selecionar o tipo de deliberação para o parecer: "Aprovação Total", "Reprovação Total" ou "Aprovação Parcial". No caso da aprovação parcial, o Conselho deverá preencher qual o valor que está sendo aprovado, bem como aquele que está sendo reprovado.

§ 7º O Presidente do Conselho deverá assinalar quais conselheiros participaram da reunião em que ocorreu a deliberação sobre as contas do IGD e preencher três campos, a saber:

I. Refere-se à data da reunião em que o Conselho deliberou a respeito das contas, com a emissão do correspondente parecer;

II. No campo deverá ser informado o número da ata da reunião na qual ocorreu a deliberação sobre as contas; e

III. Deverá ser inserido o número da Resolução do CAS que publicou sua deliberação.

§ 8º Para concluir o preenchimento, o Presidente do Conselho deverá utilizar o botão "Salvar IGD-PBF Parecer do Conselho", localizado na parte inferior do formulário do parecer.

Art. 9º Em caso de aprovação parcial ou reprovação, o Conselho de Assistência Social deverá apresentar as ressalvas pertinentes e informar ao gestor do Fundo de Assistência Social quais foram os valores reprovados, que deverão ser devolvidos ao respectivo Fundo de Assistência Social ou apresentadas as devidas correções e justificativas ao Conselho para que a prestação de contas seja novamente reavaliada.

Art. 10º O Ministério da Cidadania disponibilizará, no link http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Orientacoes_prestacao_contas_IGD.pdf, no seu sítio na internet, o manual de orientações detalhadas sobre como deverá ser realizada a prestação de contas dos recursos financeiros transferidos com base no Índice de Gestão Descentralizada.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º No caso de ocorrências que eventualmente não forem sanadas pelos meios disponibilizados nos artigos anteriores, as respectivas dúvidas poderão ser sanadas por intermédio de orientações adicionais nos seguintes canais de atendimento:

- E-mail: gestorpbf@cidadania.gov.br
- Telefone: 121

Art. 12º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

[1] Para efeito de aferição do desempenho pelo IGD, o Distrito Federal é considerado como um município no âmbito do PBF e do Cadastro Único.

ÁTILA BRANDÃO DE OLIVEIRA JUNIOR

Anexo A

FORMULÁRIO PARA COMPROVAR OS GASTOS FEITOS COM OS RECURSOS DO ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD-PBF NO EXERCÍCIO DE 2020						
1. Local / Data:						
2. Nome da Prefeitura Municipal:						
3. Nome do Gestor Responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social:						
4. Nome da Secretaria Responsável do FMAS / FEAS:						
5. CNPJ do FMAS / FEAS:						
6. Endereço onde está localizado o FMAS / FEAS:						
7.Cidade:	8. UF:			9. CEP:		
10. Telefone: ( )						
11. E-mail do Gestor do FMAS / FEAS:						
RELAÇÃO DE GASTOS EFETUADOS						
12. Número	13. Elemento da Despesa (*)	14. Objetivo do Gasto (Art. 2º Portaria GM/MDS nº 754/210)	15. Nº do Processo Licitatório	16. Nº e Tipo de Documento de Pagamento	17. Data do Pagamento	18. Valor do pagamento
19. Subtotal / Total do Valor do Pagamento						
(*) Anexar cópias dos documentos referentes aos gastos relacionadas: Documentos fiscais que caracterizam os gastos efetuados						
20. Local destinado às considerações a serem avaliadas pelo Conselho Municipal / Estadual de Assistência quando da sua deliberação						
21. Data e assinatura do Gestor do Fundo Municipal / Estadual de Assistência Social						

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO ANEXO "A" DO FORMULÁRIO PARA COMPROVAR OS GASTOS FEITOS COM OS RECURSOS DO ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD-PBF NO EXERCÍCIO DE 2020	
Campos 1 a 11) Cabeçalho	Preencher as informações solicitadas.
(Campo 12) Número	Numerar sequencialmente de 1 a "n", onde "n" é total de documentos relacionados.
(Campo 13) Elemento de Despesa	Informar em que elemento de despesa o gasto foi realizado
(Campo 14) Objeto do Gasto	Informar em qual atividade (s) dentre as listadas no disposto do Art. 2º da Portaria GM/MDS 754/2010 o gasto foi realizado
(Campo 15) Número do Processo Licitatório	Informar o número do processo licitatório (Lei 8.666/93) que legitimou a realização do gasto. Se não houve procedimento licitatório, informar o artigo da lei que motivou a dispensa ou a inexigibilidade.
(Campo 16) Número e tipo de Documento de Pagamento	Informar o número e o tipo do documento foi utilizado para pagar a despesa, como o número do cheque ou o número da ordem bancária, ou documento equivalente
(Campo 17) Data do Pagamento	Informar a data da emissão do cheque, ou da ordem bancária ou do documento equivalente utilizado para efetuar o pagamento.
(Campo 18) Valor do Pagamento	Informar o valor do gasto efetuado, do acordo como o valor do cheque ou da ordem bancária ou do documento equivalente emitido.
(Campo 19) Subtotal / Total do Valor do Pagamento	Informar o somatório dos valores dos pagamentos de acordo com o preenchimento de cada folha. Se for utilizada mais de uma folha para o preenchimento da relação de gasto, o somatório da segunda folha deverá conter o somatório da primeira folha e assim sucessivamente, devendo ser preenchido na última folha utilizada, o somatório total de todos os gastos.

(Campo 20) Informações importantes a serem consideradas pelo CMAS / CEAS quando estiver avaliando as contas	Preencher se necessário, com informações que considerar importante para auxiliar o Conselho de Assistência Social na sua análise e na consequente deliberação a respeito das contas apresentadas. Após o preenchimento, o documento será impresso, datado e assinado pelo gestor do FMAS / FEAS. Em ato contínuo, o gestor do FAS deverá anexar ao formulário preenchido cópias dos documentos listados e encaminhar ao CAS para análise e deliberação.
(Campo 12) Número	Preencher as informações solicitadas.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.829/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 246ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de novembro de 2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.006564/2020-06

Requerente: Corteva Agriscience do Brasil Ltda.

CQB: 013/97

Assunto: Alteração de LPMA.

A CTNBio, após análise do pedido de alteração de Liberação planejada no meio ambiente (RN 06), deliberou pelo DEFERIMENTO conforme esse parecer técnico. A requerente solicita alterar o destino das sementes que seriam usadas para o plantio do experimento aprovados para Guarapuava/PR para uso em ensaios em regime de contenção (casas de vegetação, câmaras de crescimento e/ou laboratórios), em instalações devidamente credenciadas e com aprovação prévia da CIBio.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

Este é um extrato do Parecer Técnico da CTNBio. Sua íntegra, assim como todos os documentos referentes à solicitação, constam do processo armazenado na CTNBio. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico https://esic.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.830/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 246ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de novembro de 2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.007002/2020-71

Requerente: Corteva Agriscience do Brasil Ltda.

CQB: 013/97

Assunto: Alteração de LPMA.

A CTNBio, após análise do pedido de alteração de liberação planejada no meio ambiente - RN06., deliberou pelo DEFERIMENTO conforme esse parecer técnico. A requerente solicita alteração alteração de local de experimento, da Unidade Operativa de Sorriso/MT para Unidade Operativa de Toledo/PR.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

Este é um extrato do Parecer Técnico da CTNBio. Sua íntegra, assim como todos os documentos referentes à solicitação, constam do processo armazenado na CTNBio. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico https://esic.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer Técnico 7782/2021, publicado no D.O.U. Nº 216, de 18/11/2021, Seção 1, página 03, onde se lê: "A origem é a Syngenta Crop Protection LLC, 9 Davis Dr., NC 27709, Research Triangle Park- Durham - EUA.", leia-se: "A origem é a Syngenta Crop Protection LLC, 9 Davis Dr., NC 27709, Research Triangle Park- Durham - EUA e Syngenta Seeds, LLC, Route #3, KM 156.7, Salinas, PR 00751, Porto Rico."

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO Nº 286, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), criada pela Lei nº 4.118 de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, com alterações introduzidas pela Lei nº 7.781 de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, anotada na 700ª Sessão, realizada em 25 de novembro de 2021, e considerando os autos do processo 01341.004064/2020-33, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro Tecnológico da Marinha - São Paulo (CTMSP) a 4ª Licença Parcial de Construção, referente à montagem eletromecânica do bloco 40 do LABGENE, com o escopo contido nos autos do processo 01341.004064/2020-33.

Art. 2º A presente Autorização não exime o Centro Tecnológico da Marinha - São Paulo (CTMSP) do cumprimento dos requisitos legais relativos ao Licenciamento Ambiental, estabelecidos pelo Órgão competente.

Art. 3º O CTMSP deverá atender a quaisquer pedidos de informações ou exigências da CNEN relacionadas em Pareceres Técnicos e Relatórios de Fiscalização decorrentes do processo de Licenciamento Nuclear.

Art. 4º A presente Licença de Construção está sujeita às disposições da Lei no 6.189, de 16 de dezembro de 1974, às disposições das normas da CNEN em vigor e de quaisquer outras normas que por ela venham a ser estabelecidas, sem prejuízo de qualquer outra legislação aplicável, bem como dos tratados, convenções e compromissos internacionais aos quais o Brasil se obrigou ou se obrigará.

Art. 5º A CNEN reserva-se o direito de, a qualquer tempo, impor as exigências que julgar necessárias, no escopo do Processo de Licenciamento Nuclear da instalação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente

OGÉRIO FELIPE LINS BARBOSA
Membro

MADISON COELHO DE ALMEIDA
Membro

RICARDO FRAGA GUTTERRES
Membro

RICARDO CESAR MANGRICH
Membro Externo

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4.163, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

Permuta cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, de mesmo nível e categoria, do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e no artigo 6º, do Decreto nº 10.747, de 13 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a permuta, na estrutura de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações, de um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.3, de Coordenador de Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação, da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva, por uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.3, de Coordenador de Portfólio e Estratégia, da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, da Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 4.201, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Realoca Cargo em Comissão e Função de Confiança no âmbito do Ministério das Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e no art. 6º, do Decreto nº 10.747, de 13 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Realocar, no âmbito do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações, os seguintes Cargos em Comissão e Função de Confiança:

I - uma Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 102.3, de Assessor Técnico, da Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro, do Gabinete do Ministro, para a Assessoria Especial de Controle Interno; e

II - um Cargo em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101.3, de Coordenador, da Coordenação de Procedimentos Correcionais, da Corregedoria, da Assessoria Especial de Controle Interno, para a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro, do Gabinete do Ministro.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no regimento interno e nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, conforme Anexo desta Portaria, no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO

ALTERAÇÕES DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES				QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES APÓS ALOCAÇÃO			
UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/FCPE/FG	UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/FCPE/FG
GABINETE				GABINETE			

Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro				Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro			
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3	Coordenação de Serviços do Gabinete	1	Coordenador	DAS 101.3
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO				ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO			
Corregedoria				Corregedoria			
Coordenação de Procedimentos Correcionais	1	Coordenador	DAS 101.3		1	Assessor Técnico	FCPE 102.3

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 9.454, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021

Processo nº 53504.006084/2021-13. Expede autorização à ELMO FONTES SIGGIA, CPF nº ***.819.928-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 9.558, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

Processo nº 53504.006054/2021-15. Expede autorização à ARENNA LOGÍSTICA E RECEPTIVO LTDA, CNPJ n° 22.875.162/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 9.671, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.006124/2021-27. Expede autorização à MARINA DE CAMARGO HECK, CPF nº ***.596.488-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 9.674, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.006222/2021-64. Expede autorização à LUIZ DE MORAES BARROS LAMACCHIA, CPF nº ***.869.638-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 9.685, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.005934/2021-66. Expede autorização à GUSTAVO ANDRÉ COLOGNESI D ANTÔNIO, CPF nº ***.843.908-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 10.114, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.006096/2021-48. Expede autorização à JPHR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ n° 59.053.884/0001-95, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 10.241, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.006111/2021-58. Expede autorização ao SANTUÁRIO NACIONAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA, CNPJ n° 02.825.033/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 10.565, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.008657/2021-43. Extinguir, por renúncia, a autorização outorgada à MARCO MARTINS AMATUZZI, CPF nº ***.966.808-**, FISTEL nº 50421335696, para explorar o Serviço de Radioamador, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, bem como extinguir a autorização para uso de radiofrequência associada.

JOSÉ UMBERTO SVERZUT
Gerente
Substituto

ATO Nº 10.641, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.005170/2021-17. Outorga autorização para uso de radiofrequências à COPLASA - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ n° 05.928.246/0001-41, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 10.642, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53504.005367/2021-48. Outorga autorização para uso de radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DR. CELSO CHARURI, CNPJ n° 05.622.678/0001-20, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 387 - Processo nº 53500.040113/2018-19
Recorrente/Interessado: MCI TV DO BRASIL LTDA. CNPJ nº 33.485.509/0001-20

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de três votos, nos termos propostos pelo Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto por meio do Voto nº 12/2021/VA (SEI nº 7553011), integrante deste acórdão:

a) conhecer da petição extemporânea protocolada sob o nº 7474777, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017;

b) não conhecer da petição extemporânea protocolada sob o SEI nº 7568154, nos termos da Súmula nº 21, de 2017;

c) prorrogar, por 15 (quinze) anos, contados da data de vencimento da prorrogação levada a efeito pelo Ato nº 3.291, de 21 de maio de 2010, o direito de uso das radiofrequências associadas à outorga originalmente concedida à MCI TV DO BRASIL LTDA. (atual denominação da SISTEMA DE COMUNICAÇÃO QUARTO PODER LTDA.) para prestação do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) em Brasília/DF, por meio do Decreto nº 98.650, de 20 de dezembro de 1989, e adaptada para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), nos termos do Ato nº 4.593, de 15 de julho de 2015;

d) determinar à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) que:

d.1) efetue o cálculo do valor devido pela prorrogação indicada no item anterior, nos termos do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências (RPPDUR), aprovado pela Resolução nº 695, de 20 de julho de 2018;

d.2) avalie a conveniência de se estabelecerem compromissos de investimento, nos termos do § 3º do art. 167 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); e,

d.3) expeça o pertinente Ato de prorrogação, observados os procedimentos de praxe; e,

e) indicar a necessidade de se considerar a alteração de destinação da subfaixa de radiofrequências de 470 MHz a 608 MHz e de 614 MHz a 698 MHz no âmbito do Processo de revisão do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil (PDFF), nº 53500.012171/2019-25, em virtude da decisão tomada no presente processo.

Nº 388 - Processo nº 53500.026536/2019-07
Recorrente/Interessado: SURF TELECOM S.A. CNPJ nº 10.455.746/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos propostos pelo Conselheiro Emmanoel Campelo de Souza Pereira por meio da Análise nº 55/2021/EC (SEI nº 6792659), com as alterações propostas pelo Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto por meio do Voto nº 10/2021/VA (SEI nº 7388694), ambos integrantes deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, o valor da sanção de multa aplicada por descumprimento ao item I do Despacho Decisório nº 23/2019/CPRP/SCP, majorando-a de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e,

c) converter, em advertência, a sanção de multa por ofensa ao item III do Despacho Decisório nº 23/2019/CPRP/SCP.

Nº 389 - Processo nº 53500.051612/2020-48
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, aprovar:

a) o Documento de Valores de Referência (DVR) com as alterações apresentadas na Análise 62/2021/CB (SEI nº 7105625), conforme a Minuta de Resolução Interna (SEI nº 7696574);

b) a previsão da possibilidade de realização de ajustes urgentes após o primeiro ano de aplicação; e,

c) a criação de regra de transição para as prestadoras de pequeno porte (PPP) que optarem por ingressar no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL) nesse ano de 2021 poderem desistir da opção até a data de divulgação do selo de qualidade pela Anatel ou entidade de Suporte à Aferição da Qualidade (ESAQ).

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Nº 390 - Processo nº 53500.053381/2019-73
Recorrente/Interessado: PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 85/2021/CB (SEI nº 7402177), integrante deste acórdão:

a) conhecer dos Recursos Administrativos apresentados para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, conforme fundamentos contidos na referida análise;

b) receber as petições apresentadas pela ALGAR (SEI nº 7176236), ABRINT (SEI nº 7219832) e a entidade CONEXIS (SEI nº 7232515 e nº 7232516) como direito de petição, e negar provimento aos pedidos nelas contidos; e,

c) não conhecer da Carta CNX 173 / 2021 Brasília, 19 de novembro de 2021 (SEI nº 7691924), por ter sido apresentada após a publicação da Pauta da 907ª Reunião do Conselho Diretor.

Nº 391 - Processo nº 53500.071902/2020-16
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 134/2021/MM (SEI nº 7664651), integrante deste acórdão, submeter à Consulta Pública, por 45 (quarenta e cinco) dias, a proposta de Resolução que aprova o Regulamento de Uso do Bloqueador de Radiocomunicações (BSR), nos termos da Minuta MM (SEI nº 7664652).

Nº 392 - Processo nº 53500.012166/2019-12
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 93/2021/MM (SEI nº 7160877), integrante deste acórdão, submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a proposta de alterações a dispositivos do Regulamento para Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC), na forma da minuta de Resolução anexa à referida análise.

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA
Presidente do Conselho
Substituto

CONSULTA PÚBLICA Nº 60, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 9º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 907, de 25 de novembro de 2021, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.071902/2020-16, a proposta de Regulamento de Uso do Bloqueador de Radiocomunicações.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), relativo a esta Consulta Pública, disponível no endereço eletrônico acima mencionado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo também consideradas, em caso de indisponibilidade do sistema, as manifestações encaminhadas por carta para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
CONSULTA PÚBLICA Nº 60, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021
Proposta de Regulamento de Uso do Bloqueador de Radiocomunicações
Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca
CEP: 70070-940 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2312-2001
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA
Presidente do Conselho
Substituto

CONSULTA PÚBLICA Nº 61, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 9º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 907, de 25 de novembro de 2021, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.012166/2019-12, a proposta de alteração do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC).

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), relativo a esta Consulta Pública, disponível no endereço eletrônico acima mencionado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo também consideradas, em caso de indisponibilidade do sistema, as manifestações encaminhadas por carta para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
CONSULTA PÚBLICA Nº 61, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021
Proposta de alteração do Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (RTAC)
Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca
CEP: 70070-940 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2312-2001
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 10.673, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53520.001925/2021-06. Declarar extinta, por renúncia, a partir da publicação deste ato, a autorização outorgada a ODENILCE PEREIRA DA SILVA, CPF: ***.538.482-**, por intermédio do Ato 4337, de 13/8/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 10.744 - Processo nº 53516.011360/2021-26: JOÃO VICTOR CASSANGI DE PAULA, CPF nº ***.628.059-**.

Nº 10.745 - Processo nº 53516.011367/2021-48: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 05.063.653/0001-33.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 7.563, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

Anular o Ato nº 6119/2021, de 13 de agosto de 2021, publicado Diário Oficial da União em 20 de agosto de 2021, por meio do qual foi expedido autorização à entidade Axtelecom Telecomunicações Eireli, CNPJ nº 00.538.593/0001-44, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 9.852 Expedir autorização a Pardini Aviation Comercial Importação e Exportação Ltda, CNPJ nº 42.236.087/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.860 Outorga autorização para uso de radiofrequências à Ciclo Metal Indústria e Comercio Ltda, CNPJ nº 10.575.831/0001-45, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 9.978 Expedir autorização a Lutz Lima Viana Rodrigues, CPF nº ***.672.617-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.979 Expedir autorização a David Agelune Neto, CPF nº ***.109.686-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.980 Expedir autorização a Luciano Heitor de Lima Ribeiro, CPF nº ***.428.206-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.981 Expedir autorização a João Antônio de Deus Vieira, CPF nº ***.631.946-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 10.047, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

Outorga autorização para uso de radiofrequências à Plug Supernet Telecon Serviços de Informática Ltda Me, CNPJ nº 17.331.528/0001-46, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 10.657. Processo nº 53548.002317/2021-01. Outorga autorização para uso de radiofrequência ao PAULO CESAR SILVERIO BARBOSA, CPF nº ***.018.411-**, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 10.659. Processo nº 53548.002283/2021-46. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à IBIS AGRARIA LTDA, CNPJ nº 13.504.053/0005-15, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 10.671. Processo nº 53548.002323/2021-50. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, IVAN SIQUEIRA DE BARROS, CPF Nº ***.288.901-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Litado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 10.693, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Expedir autorização a Italo Fernandes do Nascimento Silva, CPF: XXX.712.364-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 10.432 Processo n° 53500.078723/2021-82. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à WANIER CORREA PINHEIRO 31849716862, CNPJ nº 38.283.657/0001-86, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.442 Processo nº 53500.084030/2021-29. Expede autorização à Caminho da Fibra Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 44.071.858/0001-12, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.443 Processo nº 53500.084377/2021-71. Expede autorização à Eminet Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 43.589.945/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.445 Processo nº 53500.084576/2021-80. Expede autorização à Novanet Telecom Comercio e Servicos Ltda, CNPJ/MF nº 42.319.213/0001-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.447 Processo nº 53500.083137/2021-50. Expede autorização à Cleverson Nogueira, CNPJ/MF nº 40.589.383/0001-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.448 Processo nº 53500.080384/2021-02. Expede autorização à LOGTEL INTERNET E COMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 13.260.324/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 10.643 Processo n° 53500.076958/2021-30. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à DHARMACOM TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 07.312.805/0001-10, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.645 Processo nº 53500.083796/2021-96. Expede autorização à Fernando Araujo Muhe, CPF nº ***.062.401-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.646 Processo n° 53500.084253/2021-96. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RADIO MOBILE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 02.608.910/0001-87, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.647 Processo n° 53500.074005/2021-37. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à SOFTCOMP COMÉRCIO SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ nº 01.246.485/0001-60, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 10.651 Processo nº 53500.084382/2021-84. Expede autorização à Summer Fiber Telecomunicacoes e Informatica Ltda, CNPJ/MF nº 42.857.702/0001-36, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.652 Processo nº 53500.085179/2021-25. Expede autorização à Tel3 Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 40.944.380/0001-37, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Nº 10.678 Processo nº 53500.085039/2021-57. Expede autorização à Supridados Tecnologia em Informatica Ltda, CNPJ/MF nº 14.686.471/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.679 Processo nº 53500.085621/2021-13. Expede autorização à Sete Tel Ltda, CNPJ/MF nº 18.320.790/0001-58, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.681 Processo nº 53500.084024/2021-71. Expede autorização à Okey Net Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 43.946.684/0001-21, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.682 Processo nº 53500.084470/2021-86. Expede autorização à Megaon Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 06.207.282/0001-89, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.683 Processo nº 53500.084911/2021-40. Expede autorização à Link Web Servicos de Internet Eireli, CNPJ/MF nº 27.337.532/0001-75, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.689 Processo nº 53500.080690/2021-31. Expede autorização à Leonardo D de S Cruz, CNPJ/MF nº 12.062.205/0001-80, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATO Nº 10.688, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Autoriza Fundacao de Apoio Universitario, CNPJ nº 21.238.738/0001-61, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Vitória/ES, no período de 15/12/2021 a 12/02/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 4.855, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Estabelece orientações para o retorno gradual às atividades presenciais no âmbito dos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60532.000006/2020-52, resolve:

CAPÍTULO I

FINALIDADE E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Portaria estabelece orientações para o retorno gradual às atividades presenciais de servidores e militares no âmbito dos órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa.

Art. 2º O retorno presencial de servidores e militares na administração central do Ministério da Defesa seguirá as orientações gerais do Ministério da Saúde e do Ministério da Economia, em especial quanto a:

I - medidas de cuidado e proteção individual;

II - organização do trabalho; e

III - medidas afetas a casos suspeitos e confirmados de COVID-19.

CAPÍTULO II

RETORNO GRADUAL ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Seção I

Regras Gerais

Art. 3º Os servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa, com exceção daqueles a que se referem as hipóteses do art. 4º, retornarão às atividades presenciais quinze dias após terem se imunizado contra a COVID-19, observados os requisitos do art. 2º.

Seção II

Exceção do Trabalho Remoto

Art. 4º Deverão permanecer em trabalho remoto, mediante autodeclaração, os servidores e militares que se encontrarem em uma das seguintes situações:

I - que apresentem as condições ou fatores de risco descritos abaixo:

a) idade igual ou superior a sessenta anos;

b) tabagismo;

c) obesidade;

d) miocardiopatias de diferentes etiologias (insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica, etc.);

e) hipertensão arterial;

f) doença cerebrovascular;

g) pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, DPOC);

h) imunodepressão e imunossupressão;

i) doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);

j) diabetes melito, conforme juízo clínico;

k) doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica;

l) neoplasia maligna (exceto câncer não melanótico de pele);

m) cirrose hepática;

n) doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme e talassemia); e

o) gestação; e

II - servidores e militares na condição de pais, padrastos ou madrastas que possuam filhos ou responsáveis que tenham a guarda de menores em idade escolar ou inferior, nos locais onde ainda estiver mantida a suspensão das aulas presenciais ou dos serviços de creche, e que necessitem da assistência de um dos pais ou guardião, e que não possua cônjuge, companheiro ou outro familiar adulto na residência apto a prestar assistência.

§ 1º A comprovação das condições dos incisos I e II do caput ocorrerá mediante a forma da respectiva autodeclaração a ser encaminhada para o e-mail institucional da chefia imediata e à Gerência de Gestão de Pessoas do Departamento de Administração Interna - DEADI, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, resguardadas as informações pessoais e sigilosas.

§ 2º A prestação de informação falsa sujeitará o servidor ou militar às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

§ 3º O disposto nos incisos I e II do caput não se aplica aos servidores e militares em atividades nas áreas de segurança, saúde ou de outras atividades consideradas essenciais que exijam presença no local de trabalho, conforme definição a cargo do dirigente do órgão de lotação para manter a continuidade dos serviços.

§ 4º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por trabalho remoto a execução das atividades fora das dependências físicas do Ministério da Defesa pelos servidores e militares que não desejam retornar ao trabalho presencial nas instalações do Ministério da Defesa por considerar que possuem as condições ou fatores de risco relacionados nos incisos I e II do caput.

§ 5º O servidor ou militar que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput poderá solicitar o retorno voluntário ao trabalho presencial, por meio de autodeclaração.

§ 6º Caberá à chefia imediata avaliar a compatibilidade entre a natureza das atividades desempenhadas pelos servidores e militares e o regime de trabalho remoto.

Art. 5º As chefias imediatas dos servidores e militares deverão informar ao DEADI da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI, por meio do e-mail <levantamento.covid@defesa.gov.br>, os casos suspeitos ou que forem diagnosticados com o vírus SARS-CoV-2 - COVID-19 verificados na respectiva força de trabalho, para o adoção das medidas sanitárias aplicáveis.

Seção III

Eventos, Reuniões de Trabalho Presenciais e Viagens a Serviço

Art. 6º A realização de eventos, de reuniões presenciais e de viagens a serviço deverão observar as medidas preventivas à transmissão da COVID-19.

Parágrafo único. É vedada a participação em viagens a serviço de servidores e militares que se encontrarem em trabalho remoto nos termos desta Portaria.

CAPÍTULO III

REGRAS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES

Seção I

Serviço Extraordinário

Art. 7º Está vedada a autorização para a prestação dos serviços extraordinários constantes dos arts. 73 e 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aos servidores que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto desta Portaria.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a servidores e militares que exercem atividades nas áreas de segurança, saúde ou outras consideradas essenciais que exijam presença no local de trabalho pelo órgão ou entidade, nos termos do Decreto nº 10.282, de 20 de março 2020.

Seção II

Auxílio-Transporte

Art. 8º Fica vedado o pagamento do auxílio-transporte aos servidores que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto nesta Portaria, previsto na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, e no Decreto nº 2.880, de 15 de setembro de 1998.

Seção III

Adicional Noturno

Art. 9º Fica vedado o pagamento de adicional noturno de que trata o art. 75 da Lei nº 8.112, de 1990, aos servidores que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput aos casos em que for possível a comprovação da atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata.

Seção IV

Adicionais Ocupacionais

Art. 10. Fica vedado o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas, previstos na Lei nº 8.112, de 1990, para os servidores que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto nesta Portaria.

Art. 11. Na hipótese de o servidor se encontrar submetido ao regime de turnos alternados de revezamento, aplica-se o disposto nos arts. 7º a 10 desta Portaria em relação aos dias em que não houve deslocamento ao trabalho.

Seção V

Teletrabalho

Art. 12. O disposto no art. 4º, § 4º, não se confunde com o teletrabalho aplicável exclusivamente a servidores, de que tratam o art. 6º, § 6º, do Decreto nº 1.590, de 1º de agosto de 1995, e a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, no âmbito de programa de gestão do Ministério da Defesa, observado o disposto na Portaria GM-MD nº 4.305, de 20 de outubro de 2021.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Comandante da Escola Superior de Guerra, o Comandante da Escola Superior de Defesa, o Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e o Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas editarão, em suas respectivas áreas de atuação, normativos próprios referentes ao retorno gradual às atividades presenciais, observadas as disposições desta Portaria.

Art. 14. O disposto nesta Portaria se aplica a ocupantes de empregos públicos e, no que couber, a estagiários.

Art. 15. A permanência em trabalho remoto nas hipóteses do art. 4º, incisos I e II, não se aplica a ocupantes de postos de trabalho terceirizados, observados a forma de prestação de serviço, o regime jurídico próprio e as regras contratuais a que estão sujeitos.

Art. 16. Os modelos de autodeclaração de que tratam o art. 4º, §§ 1º e 5º, serão disponibilizados pelo DEADI no SEI.

Art. 17. Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica regularão o retorno ao trabalho presencial no âmbito das Forças Armadas.

Art. 18. O servidor ou militar deverá procurar atendimento médico ou orientação nos canais oficiais, inclusive telefone, disponibilizados pelo Ministério da Saúde (pelo telefone 136 ou no site https://coronavirus.saude.gov.br/) ou nos canais de comunicação das secretarias estaduais, distritais e municipais de saúde, bem como informar a Gerência de Recursos Humanos do DEADI, por meio do endereço eletrônico <levantamento.covid@defesa.gov.br>, quando:

I - apresentar sinais e sintomas gripais ou quaisquer outros compatíveis com a COVID-19, enquanto perdurar essa condição;

II - coabitar com pessoa com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19; ou

III - sempre que surgirem dúvidas a respeito da COVID-19 ou de seus fatores associados.

Art. 19. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão resolvidos pelo Secretário-Geral do Ministério da Defesa, subsidiado pelas áreas técnicas competentes.

Art. 20. Fica revogado o art. 5º da Portaria Normativa nº 30, de 17 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 52-C, Seção 1, página 1, de 17 de março de 2020.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PORTARIA DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 4.833, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre regras e procedimentos para o desenvolvimento dos servidores ocupantes do cargo de Analista em C&T da Carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), para fins de progressão funcional e promoção.

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM, DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 48, XVI, c/c art. 60, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, tendo em vista o disposto nos arts. 19 e 20, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e na Resolução CPC nº 3, de 20 de dezembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60090.000567/2021-89, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre regras e procedimentos para o desenvolvimento dos servidores ocupantes do cargo de Analista em C&T da Carreira de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), para fins de progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria são consideradas as seguintes definições:

I - progressão: passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior integrante de uma mesma classe ou categoria; e

II - promoção: passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior.

Art. 2º A progressão funcional e a promoção do servidor ocorrerão exclusivamente em consequência do seu desempenho e observados os pré-requisitos estabelecidos no arts. 11 e 13 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

Art. 3º Para efeito de progressão funcional e de promoção ficam definidos os seguintes termos:

I - chefia imediata: servidor ocupante do cargo responsável diretamente pela supervisão das atividades do avaliado;

II - ciclo de avaliação: período compreendido para a realização da avaliação, com vistas a aferir o desempenho individual dos servidores que compõem a estrutura organizacional;

III - clientela: número de servidores do quadro específico, pertencentes à carreira de Ciência e Tecnologia que fazem jus à progressão funcional ou à promoção, lotados no CENSIPAM;

IV - unidade de avaliação: unidade administrativa em que o servidor, no período a ser avaliado, houver permanecido por mais tempo; e

V - fator de avaliação: atributo por meio do qual é mensurado o desempenho do servidor.

Art. 4º O interstício para a avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e de promoção será de doze meses.

Parágrafo único. O interstício de que trata o caput corresponderá ao período de 1º de maio a 30 de abril de cada ano, interrompendo-se nos seguintes casos:

I - licença ou afastamento com perda de remuneração;

II - suspensão disciplinar;

III - prisão decorrente de decisão judicial;

IV - viagem ao exterior, sem ônus para a administração, salvo em gozo de férias ou licença para tratamento de saúde; e

V - prestação de serviço a organismos internacionais.

Art. 5º A avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e de promoção será realizada no mês de abril de cada ano.

Art. 6º O processo administrativo de progressão funcional e de promoção será concluído após a aprovação da Comissão de Avaliação e Desempenho (CAD), mediante publicação de ato do Diretor-Geral do CESNIPAM em Boletim Interno.

Art. 7º A avaliação para fins de progressão funcional e de promoção será efetuada pela chefia a qual o servidor esteja imediatamente subordinado e, na sua ausência ou impedimento, por seu substituto legal.

§ 1º No caso de o servidor ter desenvolvido atividades em setores distintos, a avaliação deverá ser efetuada pela chefia a qual esteve subordinado por maior período.

§ 2º As avaliações periódicas homologadas serão encaminhadas à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (CODEGEP) do CENSIPAM, para fins de registro e guarda, ficando à disposição da chefia imediata do servidor.

Art. 8º Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Portaria passam a vigorar a partir do mês subsequente ao interstício referido no parágrafo único do art. 4º.

Art. 9º Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 3/CENSIPAM/SG/MD, de 30 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 22, Seção 1, página 15, de 31 de janeiro de 2014; e

II - a Instrução Normativa nº 10/CENSIPAM, de 5 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 107, Seção 1, página 17, de 6 de junho de 2014.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

RAFAEL PINTO COSTA

CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNANÇA

RESOLUÇÃO CONSUG-MD Nº 13, DE 29DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova a Diretriz para a elaboração e atualização do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa - PPED.

O CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNANÇA, no uso da competência que lhe confere o art. 2º,inciso II, do Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 60006.000179/2021-18, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Diretriz para a elaboração e atualização do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa - PPED, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em3 de janeiro de 2022.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado da Defesa
Presidente do Conselho

Almirante de Esquadra ALMIR GARNIER SANTOS
Comandante da Marinha

General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Comandante do Exército

Tenente-Brigadeiro do Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Comandante da Aeronáutica

General de Exército LAERTE DE SOUZA SANTOS
Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

SERGIO JOSÉ PEREIRA
Secretário-Geral do Ministério da Defesa

ANEXO

DIRETRIZ PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA -PPED

Art. 1º Esta Diretriz tem a finalidade de estabelecer orientações para a elaboração e a atualização do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa - PPED, com a finalidade de permitir que o Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa - CONSUG/MDpriorize e promova o alinhamento estratégico e a interação dos programas e projetos estratégicos de interesse do Setor de Defesa, cumprindo suas competências previstas no Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018.

Art. 2º Para fins desta Diretriz, considera-se:

I - Objetivos Setoriais de Defesa - OSD: são os objetivos estratégicos integrantes da Política Setorial de Defesa - PSD que deverão ser alcançados para implementar a estratégia setorial e, consequentemente, atingir a visão de futuro;

II - Iniciativa Estratégica de Defesa - IED: programa ou projeto estratégico de defesa que contribui, de forma significativa, para o alcance de um ou mais OSD;

III - Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa - PPED: conjunto de subportfólios, programas e projetos estratégicos de defesa que são agrupados para facilitar as atividades de governança setorial;

IV - subportfólio: subdivisão do PPED que agrupa programas e projetos estratégicos de defesa afins, com a finalidade de permitir maior efetividade na atuação das instâncias internasde apoio à governança;

V - instâncias internasde apoio à governança: são estruturas que auxiliam o CONSUG/MD nas atividades inerentes à governança setorial;

VI - gestão de riscos: processo que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar eventos que possam afetar o desenvolvimento das IED;

VII - estudo de viabilidade: ferramenta que apresenta variáveis importantes para o processo decisório, tais como: viabilidades técnica e econômico-financeira, o alinhamento estratégico, a capacidade gerencial e a viabilidade ambiental, além de outros aspectos relacionados à cultura organizacional; e

VIII - estudo de sustentabilidade: ferramenta que visa interagir aspectos relacionados à viabilidade, ao escopo do projeto, aos custos, às entregas, aos benefícios, aos riscos, à logística, ao ciclo de vida do projeto, dentre outros aspectos, a fim de auxiliar o processo decisório.

Art. 3º O PPED, para fins de governança setorial, será subdividido em quatro subportfólios, que serão supervisionados por instâncias internas de apoio à governança específicas:

I - Defesa Nacional;

II - Dimensão Humana;

III - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional; e

IV - Meio Ambiente, Oceanos e Mares.

Art. 4º O Subportfólio Defesa Nacional contempla as IED diretamente relacionadas ao preparo das Forças Armadas, particularmente no que concerne ao aperfeiçoamento e à construção de capacidades militares conjuntas de defesa e à pesquisa, educação e cultura no âmbito do Setor de Defesa.

Art. 5º O Subportfólio Dimensão Humana contempla as IED voltadas para a valorização e o apoio aos militares e servidores civis do Setor de Defesa, o aperfeiçoamento da gestão de pessoas e a adoção de medidas para atender às demandas dos militares na ativa, dos inativos/veteranos, dos pensionistas e dos seus dependentes.

Art. 6º O Subportfólio Cooperação com Desenvolvimento Nacional contempla as IED relacionadas à cooperação com o desenvolvimento nacional e o bem-estar e a responsabilidade sociais, desde que plenamente alinhados com os OSD.

Art. 7º O Subportfólio Meio Ambiente, Oceanos e Mares contempla as IED diretamente afetas à promoção do conhecimento científico e tecnológico, relacionado à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 8º O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA e a Secretaria-Geral - SG atuarão como instâncias internas de apoio à governança dos subportfólios, conforme discriminado a seguir:

I - Defesa Nacional e Meio Ambiente, Oceanos e Mares: EMCFA;e

II - Dimensão Humana e Cooperação com o Desenvolvimento Nacional: SG.

Art. 9º O CONSUG/MD é o órgão que possui a competência para aprovar o PPED e as propostas de inclusão ou retirada de uma IED do Portfólio, por meio de resolução.

Parágrafo único. Apenas poderão ser objeto de deliberação pelo CONSUG/MD o PPED e as propostas previamente analisados pelo Comitê de Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas, doravante denominado Comitê.

Art. 10. As propostas de inclusão de IED no PPED a serem apresentadas ao Comitê deverão conter:

I - indicação do subportfólio;

II - estudo de viabilidade;

III - estudo de sustentabilidade;

IV - OSD abrangido(s);

V - efeito estratégico para a Defesa;

VI - metas e resultadosintermediáriose final;

VII - impacto no orçamento da Defesa;

VIII - impacto no desenvolvimento dos outros programas e projetos integrantes do PPED; e

IX - possíveis riscos estratégicos levantados, se for o caso.

§ 1º Caberá ao proponente elaborar as propostas para apresentação ao Comitê.

§ 2º Os estudos de impacto no orçamento da Defesa deverão ser realizados pela SG, em coordenação com o proponente.

Art. 11. Somente as Forças Singulares poderão apresentar ao Comitê propostas de IED para integrarem o PPED.

Art. 12. Para que um programa ou projeto estratégico seja elegível à classificação de IED deverá, preferencialmente, atender a pelo menos um dos seguintes requisitos:

I - impactar um ou mais OSD;

II - contribuir, significativamente, para a construção de capacidades militares conjuntas de defesa; e

III - gerar substancial impacto conjunto ou atender a interesses comuns no âmbito do Setor de Defesa.

Art. 13. Caberá ao Ministério da Defesa, por intermédio da Assessoria Especial de Planejamento - ASPLAN, em coordenação com os demais interessados, elaborar, atualizar e difundir o PPED.

Parágrafo único. As atualizações do PPED serão realizadas anualmente ou em decorrência de resolução do CONSUG/MD.

Art. 14. Os programas e projetos estratégicos da Defesa que compõem o Programa Avançar do Governo Federal, que integram o PPA 2020-2023 ou que tenham sido aprovados por meio de resoluções do CONSUG/MD, até a data da entrada em vigor desta Resolução, estão previamente aprovados como IED.

Art. 15. Os casos omissos serão submetidos à deliberação do CONSUG/MD.

RESOLUÇÃO CONSUG/MD Nº 12, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2022.

O CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNANÇA, no uso da competência que lhe confere o art. 2º, parágrafo único, inciso III, do Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018, tendo em vista o que dispõe o art. 11 do Regimento Interno do Conselho, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60006.000215/2021-35, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2022, que ocorrerão nas seguintes datas:

I - 8 de junho de 2022; e

II - 9 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado da Defesa
Presidente do Conselho

Almirante de Esquadra ALMIR GARNIER SANTOS
Comandante da Marinha

General de Exército PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Comandante do Exército

Tenente-Brigadeiro do Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Comandante da Aeronáutica

General de Exército LAERTE DE SOUZA SANTOS
Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

SÉRGIO JOSÉ PEREIRA
Secretário-Geral do Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

PORTARIA Nº 21/DGN, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova a Política do Ensino Profissional Marítimo.

O DIRETOR-GERAL DE NAVEGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o anexo E da Portaria n° 156/MB/2004, resolve:

Art. 1° Aprovar a Política de Ensino Profissional Marítimo, que a esta acompanha.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na presenta data.

Alte Esq WLADMILSON BORGES DE AGUIAR

ANEXO

POLÍTICA DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

1 - INTRODUÇÃO

A Política do Ensino Profissional Marítimo (PEPM) tem como propósito estabelecer os objetivos a serem alcançados para desenvolver e aperfeiçoar a formação do pessoal da Marinha Mercante e atividades correlatas, bem como fixar diretrizes para atingi-los.

Fundamenta-se na necessidade de o Brasil manter uma atividade marítima e fluvial compatível com seus interesses nacionais e globais, na busca de maior utilização do transporte aquaviário, por profissionais qualificados, para contribuir na formação da mentalidade marítima e ampliar o mercado de trabalho para brasileiros.

Desde a criação da Marinha Mercante Nacional, a MB tem liderado o processo de formação de pessoal qualificado, podendo ser citada a antiga Escola de Marinha do Pará como importante marco histórico nesse processo.

Respaldada em Lei Complementar, Lei Ordinária e Decreto, e com longos anos de tradição, a PEPM está consubstanciada em documentos administrativos e normativos que colocaram a formação do profissional marítimo brasileiro em nível internacional.

Este documento trata dos instrumentos legais do Ensino Profissional Marítimo (EPM), dos fatores condicionantes da PEPM, dos objetivos a alcançar e das diretrizes para a consecução desses objetivos.

2 - INSTRUMENTOS LEGAIS

2.1 - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999

A Lei Complementar nº 97/1999 preconiza, em seu art. 17, que cabe à Marinha as seguintes atribuições subsidiárias particulares:

I) orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II) prover a segurança da navegação aquaviária;

III) contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV) implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas; e

V) cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. (Incluído pela Lei Complementar nº 117/2004).

O Parágrafo único do art. 17 define que, pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos nesse artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima" para tal fim.

2.2 - Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, alterada pela Lei nº 13.194, de 24 de novembro de 2015

Essa Lei atribui ao Comando da Marinha a responsabilidade pelo EPM.

2.3 - Decreto nº 94.536, de 29 de junho de 1987, alterado pelos Decretos nº 96.650, de 5 de setembro de 1988 e nº 112, de 6 de maio de 1991

Regulamentam a Lei nº 7.573/1986, atribuindo ao Comando da Marinha a responsabilidade pelo estabelecimento da PEPM e estabelecendo diretrizes à Diretoria de Portos e Costas (DPC), Órgão Central de Direção do Sistema de Ensino Profissional Marítimo (SEPM).

2.4 - Regulamentação sobre o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM)

I) Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968, que dispõe sobre as contribuições de que tratam o art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

II) Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, que institui o FDEPM;

III) Decreto Legislativo nº 30, de 18 de setembro de 1990, que ratificou a existência do FDEPM;

IV) Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1993, alterado pelo Decreto nº 9.859, de 25 de junho de 2019, que regulamenta o Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969;

V) NORMAM-30/DPC, Normas da Autoridade Marítima que estabelecem procedimentos operacionais do Sistema do Ensino Profissional Marítimo relativos a Aquaviários;

VI) NORMAM-32/DPC, Normas da Autoridade Marítima que estabelecem procedimentos operacionais do Sistema do Ensino Profissional Marítimo relativos a Portuários e atividades correlatas; e

VII) NORMAM-13/DPC, Normas da Autoridade Marítima que estabelecem normas de procedimentos relativos ao ingresso, inscrição e carreira dos Aquaviários e para concessão e emissão de Certidão de Serviços de Guerra.

3 - FATORES CONDICIONANTES

A PEPM é formulada no ambiente em que estão presentes fatores condicionantes que influenciam sua concepção e em alguns casos não previstos em legislação atualizada.

Os objetivos do EPM estão, em grande parte, previstos em legislação, sendo necessário fixar os demais objetivos que completem a PEPM.

São fatores condicionantes:

I) os recursos financeiros devem ser suficientes para a manutenção do EPM no mesmo nível atual e até ampliá-lo, se necessário, mesmo considerando a atual tendência dos armadores brasileiros de transferirem a bandeira brasileira para estrangeira;

II) as dimensões continentais do país e a diversidade socioeconômica das diversas regiões recomendam a descentralização da execução do EPM, sempre que possível, permitindo melhor aproveitamento dos recursos locais;

III) a proteção do meio ambiente marinho e fluvial deverá ser cada vez mais objeto de atenção de todos aqueles que tiram do meio líquido o seu sustento;

IV) a evolução tecnológica dos equipamentos de portos e navios vem exigindo maior qualificação profissional e tem sido mais rápida do que a atualização dos currículos do EPM;

V) apesar dos esforços da Organização Marítima Internacional (sigla em inglês "IMO" e, em português, OMI), verifica-se uma tendência de desnivelamento de qualificação dos tripulantes da Frota Marítima Mundial. O contínuo aprimoramento do EPM se faz necessário, a fim de atender o que estabelece a convenção STCW (em português "Normas de Treinamento, Certificação e Acompanhamento de Trabalhadores Marítimos") e considerando ser o Brasil signatário dessa Convenção e Estado-Membro da IMO. Nesse contexto, o Brasil é condicionado a optar pela melhor formação para manter seus profissionais, assim como a competitividade da Marinha Mercante Nacional;

VI) a Marinha Mercante passa por extenso período de forte recessão da qual terá que se reerguer, a curto prazo, pela importância econômica e social que tem para o País;

VII) a admissão no serviço público continuará com sérias limitações, prejudicando a contratação direta de professores e instrutores para o EPM, incentivando a terceirização;

VIII) a implementação da Lei nº 12.815/2013 acarretou alterações no trabalho portuário, com mudanças consequentes no EPM;

IX) a transferência de marítimos brasileiros em navios de bandeiras estrangeiras não deve excluí-los dos benefícios do EPM, mesmo sendo necessárias mudanças na legislação;

X) a perda de capacidade nacional no setor marítimo tem implicações estratégicas e militares no campo da mobilização marítima;

XI) as atividades de operação comercial no transporte marítimo envolvem conhecimento especializado e têm contado, cada vez mais, com pessoal egresso do setor marítimo;

XII) as atividades do EPM são bastantes distintas para quem está a bordo (trabalhadores aquaviários), no porto (trabalhadores portuários), nas agências e empresas de navegação e na operação portuária, havendo necessidade de organizar cursos separados, com um mínimo de conteúdo comum para manter um elo entre todas essas atividades e o melhor entendimento entre profissionais;

XIII) a natureza do serviço de bordo, sem interrupção de viagem, recomenda alguns cursos e metodologia de ensino a distância, o que também pode ser aplicado para cursos de portuários em locais distantes;

XIV) as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil e relativas à formação de pessoal devem balizar o EPM nos setores que desenvolvem operação em ambiente internacional; e

XV) a falta de uma desenvolvida mentalidade marítima obriga a se manterem, no País, núcleos não só para a formação, como também para difundir, na população, uma consciência sobre a importância da Marinha Mercante e de suas atividades correlatas.

4 - OBJETIVOS

Os objetivos a alcançar, conforme abaixo definidos, estabelecem em seu conjunto, a orientação mais ampla e abrangente para o preparo do pessoal que trabalha a bordo de embarcações, nos portos, nas agências e empresas de navegação e na operação portuária e atividades relacionadas com o mercado de trabalho marítimo.

I) habilitação e qualificação profissional:

- de trabalhadores aquaviários;
- de trabalhadores portuários;
- de empregados em agências e empresas de navegação e em operação portuária; e
- de outros grupos profissionais, não relacionados acima, que exercem atividades correlatas ao atendimento do mercado de trabalho marítimo.

II) disponibilidade de pessoal empregado no setor marítimo nos níveis exigidos pela competitividade internacional;

III) capacitação de pessoal para tarefas decorrentes de mobilização marítima;

IV) cooperação e intercâmbio com as Autoridades Marítimas das nações amigas. Na área de formação de pessoal, priorizando os países da Rede Operativa de Cooperação Regional entre Autoridades Marítimas das Américas (ROCRAM) e os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

V) capacitação do pessoal para a absorção adequada da constante evolução tecnológica na navegação marítima, navegação interior e sistema portuário nacional;

VI) desenvolvimento da consciência marítima de importantes segmentos na sociedade brasileira;

VII) preservação das artes, cultura, tradições marinheiras e portuárias;

VIII) participação no desenvolvimento nacional;

IX) aperfeiçoamento da estrutura do EPM e adoção de modernas práticas de ensino;

X) valorização do elemento humano, enfatizando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das qualidades morais, profissionais, intelectuais e culturais, aprimoramento das condições físicas e proteção preventiva da saúde;

XI) formação teórica dos cursos profissionais do EPM, que deve ser objetivo de constante pesquisa, a fim de acompanhar a evolução das práticas de trabalho;

XII) participação de setores extra-Marinha no EPM, de modo a torná-lo mais abrangente;

XIII) nivelamento técnico e de certificação dos profissionais que realizam tarefas semelhantes, considerando-se o nível de instrução compatível com cada curso ou estágio;

XIV) centralização de orientação e descentralização de execução;

XV) manutenção de um fluxo contínuo de formação e habilitação de pessoal;

XVI) participação na preservação do patrimônio histórico e cultural da Marinha Mercante e dos portos brasileiros;

XVII) fortalecimento da legislação nacional e das convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, sobre as atividades marítimas;

XVIII) projeção internacional do País, por meio de uma Marinha Mercante e de portos competitivos, com pessoal habilitado e qualificado profissionalmente no mais alto nível;

XIX) melhoria do nível de escolaridade;

XX) contribuição para preservação e proteção do meio ambiente aquaviário;

XXI) seleção de candidatos para cursos e estágios, considerando a igualdade de oportunidades para todos que se candidatem ao trabalho na atividade marítima; e

XXII) seleção de candidatos na capacitação de pessoal para execução de tarefas relacionadas com a atividade de operação comercial de transporte marítimo.

5 - DIRETRIZES

Assunto: Ensino Profissional Marítimo

NÚMERO	ENUNCIADO	CONCORRE PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS
1	Manter o SEPM, tendo a DPC como Órgão Central do Sistema e os Comandos de Distritos Navais, Capitanias dos Portos, Delegacias, Agências e Centros de Instruções (CIAGA e CIABA) como componentes do Sistema.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.
2	Centralizar a orientação normativa, a supervisão funcional, a fiscalização específica dos estabelecimentos e organizações navais e extra-Marinha participantes do SEPM; decentralizar a execução.	9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20 e 21.
3	Formar o pessoal envolvido no longo curso e cabotagem, conforme os padrões estabelecidos internacionalmente.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 16, 18, 20 e 21.
4	Considerar as diferenças regionais e os níveis de instrução na elaboração dos diversos currículos.	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20 e 21.
5	Reduzir a dicotomia entre o material de ensino e a evolução tecnológica de portos e navios.	1, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 18, 19 e 20.
6	Democratizar os processos de seleção de modo a fornecer igualdade de oportunidades.	1, 10, 15, 17, 19 e 21.
7	Apoiar a atualização e o aperfeiçoamento de aquaviários brasileiros quando em navios sob bandeiras estrangeiras, propondo mudanças na legislação, se necessário.	1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 18, 19, 20 e 21.
8	Valorizar, em todos os cursos e estágios, a proteção e a preservação do meio ambiente aquaviário e a salvaguarda da vida humana.	2, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 20.
9	Adotar medidas que fortaleçam a legislação sobre portos e navegação.	8, 9, 17 e 20.
10	Estabelecer normas para a execução do EPM.	1 a 21.
11	Manter a formação militar naval nas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM).	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 17, 18, 19, 20 e 21.
12	Valorizar o ensino do idioma inglês e das artes navais nos Centros e EFOMM.	2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 16, 18 e 19.
13	Cadastrar e contribuir para o preparo do pessoal das categorias mobilizáveis (marítimos, fluviários, pescadores e estivadores), para atender ao Sistema de Mobilização Marítima.	1, 2, 3, 5, 6, 7, 10 e 15.
14	Comemorar as datas históricas da Marinha Mercante Nacional, como o "Dia dos Mortos das Marinhas de Guerra e Mercante" (21 de julho), "Dia Marítimo Mundial" (última semana de setembro) e "Dia da Marinha Mercante" (28 de dezembro), nas OM componentes do SEPM.	6, 10 e 16.
15	Considerar, nas ações de Inspeção Naval, o desempenho de tarefas educativas.	8, 10, 14, 17 e 20.
16	Promover convênios com universidades e outras instituições civis para a realização de cursos e estágios do interesse do EPM e incluir, nos cursos universitários de graduação e pós-graduação, matéria relativa à história marítima, geografia e economia do transporte marítimo.	1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20 e 21.
17	Fortalecer, nas EFOMM e nos cursos para Agências e Empresas de Navegação, o ensino do Direito Internacional Marítimo.	2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 18, 19, 20 e 21.
18	Designar, como prestadores de serviço, Oficiais da Reserva da MB e Oficiais da Marinha Mercante como instrutores do EPM.	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 15, 17, 18, 19 e 20.
19	Estabelecer normas e procedimentos para admissão e desligamento de estrangeiros em cursos do EPM.	4 e 9.
20	Nos cursos de formação e aperfeiçoamento, manter um número estável de vagas e, nos demais cursos, estabelecer vagas além das necessidades do mercado, em face da alta rotatividade de pessoal.	8, 9, 11, 15 e 21.
21	Analisar criteriosamente a proposta de criação de cursos e estágios por órgãos colegiados, quando não houver opinião unânime dos participantes.	5, 8, 10, 11, 14, 17 e 19.
22	Incentivar o uso de simuladores no treinamento de aquaviários e portuários.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12 e 18.
23	Contratar peritos estrangeiros para ministrar cursos no Brasil sobre o estado da arte nos setores de portos e navios.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 18 e 20.
24	Incentivar as relações funcionais com os setores público e privado que tratam das atividades do EPM.	1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 18, 19, 20, 21 e 22.
25	Unificar a instrução de marítimos, fluviários e pescadores, proporcionando sua habilitação por níveis adequados à condução de embarcações pelo seu porte, complexidade e técnica de navegação empregada e não pela natureza do meio líquido ou da atividade.	5, 9, 11 e 21.
26	Editar livros ou cartilhas de interesse do EPM, financiados pelo FDEPM, cujos direitos sobre a publicação pertençam ao EPM.	1, 6, 8, 9, 10, 19 e 20.
27	Estimular concursos de artigos e a edição de publicações sobre segurança do tráfego aquaviário e preservação do meio ambiente, financiado por entidades ou empresas, como forma de desenvolver uma mentalidade marítima e fluvial.	1, 6, 8, 9, 10, 12, 19 e 20.

OBJETIVOS	DIRETRIZES																									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
1	X		X		X	X	X			X			X			X		X				X	X	X		X	X
2	X		X				X	X		X		X	X			X	X	X				X	X	X			
3	X		X		X		X			X	X	X	X			X	X	X				X	X	X			
4	X		X		X			X		X	X	X					X	X	X			X	X				
5	X		X	X	X		X	X		X	X	X	X			X		X			X	X	X	X	X		
6	X		X	X						X	X		X	X			X								X	X
7	X			X			X			X	X	X	X			X		X									
8	X		X	X	X		X	X	X	X	X				X	X		X		X	X	X	X	X		X	X
9	X	X		X	X		X	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
10	X	X	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X			X			X		X	X
11			X	X	X		X	X		X						X	X			X	X	X	X	X	X		
12		X		X						X						X						X	X	X			X
13		X		X						X						X											
14		X		X			X			X	X				X	X					X			X			
15	X	X				X	X			X	X		X			X		X		X				X			
16	X		X	X						X		X		X													
17	X	X				X			X	X	X				X			X			X						
18	X		X		X		X			X	X	X				X	X	X				X	X	X			
19	X	X		X	X	X	X			X	X	X				X	X	X			X			X		X	X
20	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X				X	X	X	X					X	X		X	X
21	X	X	X	X		X	X			X	X					X	X			X				X	X		
22	X																							X			

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.989, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.990, de 01 de dezembro de 2020, constante no processo administrativo nº 59053.003603/2020-42, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Juatuba - MG, para ações de Defesa Civil até 30/01/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.007, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Itaberaba - BA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Itaberaba - BA, no valor de R$ 51.443,36 (cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008140/2021-04.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATO Nº 2.326, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 837ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 29/11/2021, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Revogar a outorga emitida a JOSÉ GERALDO VINHAL, por meio da Resolução ANA nº 1472, de 31 de setembro de 2017, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 2.327, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 837ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26/07/2021, nos termos do art. 4º, inciso XII, §3º e do art. 12, inciso V, da Lei no 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 131, de 11/03/2003, e nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

NEWTON STURZENEKER JUNIOR, rio Urucuia, Município de São Romão/MG, irrigação.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 2.328 - ADRIANO BARBOSA SILVA, rio São Francisco, Município de Carinhanha/BA, irrigação.

Nº 2.329 - WELLITON JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/PE, irrigação.

Nº 2.330 - CÉLIO DE CARVALHO, rio São Francisco, Município de Luz/MG, irrigação.

Nº 2.331 - JOSENILSON BARBOSA DE CARVALHO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.332 - WILLIAN AISLAN LIMA DE SOUZA, rio São Francisco, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

Nº 2.333 - MARIA DAS GRACAS DE SOUZA FERREIRA, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 2.334 - JULIANO MARCIO DE MEDEIROS NOGUEIRA, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales, Município de Glória/BA, irrigação.

Nº 2.335 - JOSE NAILTON MONTEIRO DE SOUZA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 2.336 - HUMBERTO DE CAMPOS MACIEL, rio São Francisco, Município de Pompeu/MG, irrigação.

Nº 2.337 - JOSÉ CARLOS DE SÁ, rio São Francisco, Município de Cabrobó/PE, irrigação.

Nº 2.338 - GUILHERME DE MAGALHÃES DANTAS, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 2.339 - PEDRO LOURENÇO DE OLIVEIRA, UHE Três Marias, Município de Paineiras/MG, irrigação.

Nº 2.340 - PEDRO LOURENÇO DE OLIVEIRA, UHE Três Marias, Município de Paineiras/MG, irrigação.

Nº 2.341 - PEDRO LOURENÇO DE OLIVEIRA, UHE Três Marias, Município de Paineiras/MG, irrigação.

Nº 2.342 - DOMINGOS DE SOUZA LIMA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 2.343 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR, rio Capivari, Município de Colombo/PR, reservatório.

Nº 2.344 - ROUSSELOT GELATINAS DO BRASIL LTDA, UHE Porto Primavera, Município de Presidente Epitácio/SP, indústria.

Nº 2.345 - MINERACAO PORTO PULADOR LTDA - ME, rio Moji-Guaçu, Município de Luís Antônio/SP, mineração.

Nº 2.346 - EXTRACAO DE AREIA ARIEBIR LTDA, rio da Ribeira do Iguape, Município de Registro/SP, mineração.

Nº 2.347 - PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA - ME, rio Itararé, Município de Salto do Itararé/PR, mineração.

Nº 2.348 - PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA - ME, rio Itararé, Município de Salto do Itararé/PR, mineração.

Nº 2.349 - ADRIAN DE CASTRO SOUZA E CLOVIS KERBER, rio Jaguarão, Município de Aceguá/RS, irrigação.

Nº 2.350 - UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA, Nazir Junqueira Guimarães, UHE Itumbiara, Município de Itumbiara/GO, aquicultura.

Nº 2.351 - DORISMAR RODRIGUES SANTOS, UHE Manso, Município de Chapada dos Guimarães/MT, aquicultura.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 304, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, no exercício de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção para assinar Escrituras Públicas de Compra e Venda, bem como Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, em nome desta Autarquia, referentes as unidades parcelares encravadas nos Projetos Públicos de Irrigação pertencentes ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Art. 2º Esta Delegação de Competência refere-se apenas aos processos cuja instrução foi iniciada antes edição da Resolução DC Nº 8, de 28 de janeiro de 2021, sendo a formalização/assinatura efetivada posteriormente a emissão do normativo retro mencionado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MARCONDES DE ARAÚJO LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO DC/SUDENE Nº 639, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Autoriza o Banco do Nordeste S.A - BNB a adotar providências no sentido da reverter em favor da União, devidamente atualizados, os depósitos de que trata o art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2019, feitos na Instituição até o dia 02 de janeiro de 2014 e cujos titulares não apresentaram projeto à Sudene até o dia 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - DC/SUDENE, no uso das atribuições previstas no art. 11, inciso III, da Lei Complementar - LC nº 125/2007, no art. 6º, caput, inciso III, e parágrafo único, do Anexo I ao Decreto nº 8.276/2014, e nos artigos 6º, inciso III, 7º e 8º da Resolução DC/SUDENE nº 271/2017,

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2019, responsável pela regulamentação do novo prazo para a aprovação de projetos ao amparo da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, acrescentou o § 4º ao art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a finalidade de reverter, excluída a parcela de recursos próprios, que deverá ser devolvida, devidamente corrigida, ao depositante, em favor da União, os depósitos de reinvestimento, efetuados há mais de 5 anos, de empreendimentos que não tenham apresentado, até 31 de dezembro de 2018, projeto à SUDENE;

CONSIDERANDO que é do interesse da União ter de volta recursos que se encontram paralisados, sem nada contribuir para o Erário, mormente em tempos nos quais as demandas da sociedade são imensas;

CONSIDERANDO o teor do Parecer nº 00112/2021/GAB/PFSUDENE/PGF/AGU, de 06 de julho de 2021; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício 2021/0486-0230, de 03 de agosto de 2021, do Banco do Nordeste S.A. - BNB, resolve:

Art. 1º Autorizar o Banco do Nordeste S.A. - BNB a adotar providências no sentido de reverter em favor da União, devidamente atualizados, os valores depositados, como incentivos, na Instituição Financeira até o dia 02 de janeiro de 2014 e cujos titulares não apresentaram projeto à Sudene até o dia 31 de dezembro de 2018

Art. 2º Autorizar, como decorrência da hipótese tratada no art. 1º desta Resolução, que o Banco do Nordeste S.A. - BNB proceda com a devolução da parcela de recursos próprios, devidamente atualizada, aos titulares dos respectivos empreendimentos.

Art. 3º Estabelecer que esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GENERAL CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA
Superintendente

SÉRGIO WANDERLEY SILVA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

ALUÍZIO PINTO DE OLIVEIRA
Diretor de Administração

RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO DC/SUDENE Nº 640, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE do projeto de titularidade da empresa PARNAÍBA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., que objetiva a implantação de usina termelétrica (ciclo combinado) de geração de energia no município de Santo Antônio dos Lopes, estado do Maranhão.

O Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso III do artigo 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada desta Superintendência, com fulcro no inciso XV do artigo 6º do Anexo I ao Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, e no inciso II do artigo 8º do Anexo ao Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012,

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua 403ª Reunião, ocorrida em 26 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 59336.002518/2020-91; resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme artigos 21 e 22 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE aprovado pelo Decreto nº 7.838/2012, a participação do FDNE no projeto de titularidade da empresa PARNAÍBA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., que objetiva a implantação de usina termelétrica (ciclo combinado) de geração de energia no município de Santo Antônio dos Lopes, estado do Maranhão, no valor de até R$ 274.179.982,11 (duzentos e setenta e quatro milhões, cento e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e onze centavos).

Art. 2º Indicar que o empreendimento integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável e enquadra-se nas diretrizes e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 3º Informar que, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.960, de 21 de outubro de 2021, o projeto se enquadra no Tipo C (infraestrutura), devendo ser aplicado o respectivo Fator de Programa para fins de cálculo dos encargos financeiros finais ao tomador; enquanto o limite de participação do FDNE é de 50% do investimento total, limitado a 90% do investimento em capital fixo.

Art. 4º Informar que o Fundo, nesta data, demonstra capacidade de aportar os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro do empreendimento, conforme Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF emitido para o presente projeto.

Art. 5º Ressaltar que o Termo de Aprovação do Projeto emitido pelo Banco do Brasil S/A, agente operador do projeto, atestou que o presente empreendimento apresenta viabilidade econômico-financeira.

Art. 6º Comunicar que a empresa beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários à celebração do contrato de financiamento no prazo estabelecido pelo artigo 23 do Regulamento do Fundo aprovado pelo Decreto nº 7.838/2012.

Art. 7º Autorizar, nos termos do inciso XV do artigo 6º do Decreto nº 8.276/2014, a celebração de contrato com o agente operador.

Art. 8º Determinar, observado o disposto no § 3º do artigo 22 do Regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto nº 7.838/2012, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico da Sudene.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

SÉRGIO WANDERLEY SILVA

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 12600.105594/2018-00
Interessado: F. Laeisz, pessoa jurídica domiciliada no exterior, inscrita no CNPJ sob o nº 08.797.895/0001-49.
Assunto: Requerimento administrativo apresentado pela empresa F. Laeisz, no qual requer a retirada de ônus de vinculação administrativa incidente sobre ações ordinárias das quais alega ser proprietária, ao fundamento de que correspondem a valores mobliliários bloqueados pelo Estado Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos do Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942.

Tendo em vista a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional exarada por meio do Parecer SEI nº 2982/2019/ME (SEI nº 4733467), em que concluiu que "a Advocacia-Geral da União, órgão competente para analisar os efeitos da decisão judicial em tela, já se manifestou em mais de uma oportunidade pela ocorrência da prescrição da pretensão executória da sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 00306046-2, inclusive atestando a impossibilidade de se confirmar a abrangência dos títulos mobiliários ora pleiteados pelo referido provimento jurisdicional, concluindo-se, portanto, que a propriedade das ações não reivindicadas consolidaram-se em nome da União", nada a prover no âmbito deste Ministério da Economia quanto ao pedido formulado pela empresa F. Laeisz.

Pelas mesmas razões, quanto à petição de ALEGAÇÕES FINAIS E FATOS NOVOS (SEI nº 20044178), apresentada pela mesma empresa, na qual ela reitera seu pedido inicial e ainda requer, sucessivamente, o encaminhamento dos autos ao Sr. Advogado-Geral da União, conclui-se que ela poderia ser dirigida pela própria interessada, a seu exclusivo critério, diretamente à Advocacia-Geral da União, se assim entender cabível.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Processo nº 17944.100580/2020-39
Interessados: Estado de Alagoas/AL
Assunto: Alteração contratual de operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Estado de Alagoas/AL e a Caixa Econômica Federal, com garantia da União, no valor de R$ 177.000.000,00 (cento e setenta e sete milhões de reais), cujos recursos são destinados à execução do "Programa Sustenta Alagoas" (Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0531954-85, de 08/04/2020).

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

3ª CÂMARA

2ªTURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta Suplementar de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que, deferida a retirada, o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 17 de Dezembro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD
Processo nº: 11707.720959/2014-38 - Recorrente: GUARARAPES INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 3ª Seção do CARF

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 79, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 (*)

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo dos Processos SEI/ME nºs 19972.101584/2021-11 restrito e 19972.101585/2021-58 confidencial e do Parecer SEI nº 18485/2021/ME, de 24 de novembro de 2021, elaborado pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 120, de 23 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 28 de novembro de 2016, aplicado às importações brasileiras de barras chatas de aço ligado, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, que não sejam de corte rápido e nem de aços silício-manganês, de espessura igual ou superior a 4,5 mm, mas não superior a 60 mm, de largura igual ou superior a 50 mm, mas não superior a 150 mm, independentemente do tipo de canto (redondo, mola, quadrado, etc.), comumente classificadas no item 7228.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, objeto dos Processos SEI/ME nºs 19972.101584/2021-11 restrito e 19972.101585/2021-58 confidencial.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo I à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

1.3. Informar que, em conformidade com a normativa brasileira de defesa comercial e com lastro na legislação multilateral, em especial o disposto no Artigo 15(a) do Protocolo de Acessão da China à OMC, se concluiu, para fins de início da revisão, que no segmento produtivo do produto similar objeto da presente revisão não prevalecem condições de economia de mercado. Deste modo, serão observadas, para fins de início da revisão, as disposições dos arts. 15, 16 e 17 do Decreto nº 8.058, de 2013, que regulam o tratamento alternativo àquele previsto nos arts. 8º a 14 para fins de apuração do valor normal.

1.4. Com a expiração do item 15(a)(ii) do Protocolo de Acessão da China à OMC, o tratamento automático de não economia de mercado antes conferido aos produtores/exportadores chineses investigados cessou, desde então, em cada caso concreto, é necessário que as partes interessadas apresentem elementos suficientes, nos termos do restante do item 15(a), para avaliar, na determinação de comparabilidade de preços, se i) serão utilizados os preços e os custos chineses correspondentes ao segmento produtivo objeto da investigação ou se ii) será adotada uma metodologia alternativa que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses.

1.5. O valor normal foi determinado com base no preço do produto similar em um terceiro país de economia de mercado. O país de economia de mercado adotado foram os Estados Unidos da América, atendendo ao previsto no art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013. Conforme o § 3º do mesmo artigo, dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias contado da data de início da revisão, o produtor, o exportador ou o peticionário poderão se manifestar a respeito da escolha do terceiro país e, caso não concordem com

ela, poderão sugerir terceiro país alternativo, desde que a sugestão seja devidamente justificada e acompanhada dos respectivos elementos de prova.

1.6. Para alcançar uma conclusão a respeito da prevalência ou não de condições de mercado no segmento produtivo de barras chatas de aço ligado para fins de início desta revisão, foi levado em consideração todo o conjunto probatório trazido pela peticionária, e avaliado se esse conjunto constituía prova suficientemente esclarecedora para formar a convicção da autoridade investigadora. Foram apresentados na petição elementos de prova conforme apresentados no anexo à presente circular.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping considerou o período de abril de 2020 a março de 2021. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano considerou o período de abril de 2016 a março de 2021.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio de peticionamento intercorrente nos Processos SEI/ME nºs 19972.101584/2021-11 restrito e 19972.101585/2021-58 confidencial do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, de acordo com a Portaria SECEX nº 103, de 27 de julho de 2021. O endereço do SEI/ME é https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0..

4. De acordo com o disposto no art. 3º da mencionada Portaria e nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, todos os atos processuais das investigações e procedimentos de defesa comercial deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

5. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem, por meio dos processos SEI/ME, sua habilitação nos referidos processos.

6. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto à SDCOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SEI/ME. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 103, de 2021. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

7. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SEI/ME, junto à SDCOM em comunicação oficial da representação correspondente.

8. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio dos processos SEI/ME, contados da data de ciência. As notificações e demais comunicações realizadas no âmbito do processo administrativo serão transmitidas eletronicamente, conforme Portaria SECEX nº 20, de 30 de março de 2020. Presume-se a ciência de documentos transmitidos eletronicamente 3 (três) dias após a data de transmissão, conforme o art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014. Especificamente, no caso do prazo de resposta aos questionários dos produtores ou exportadores estrangeiros, o prazo de ciência será de 7 (sete) dias contados da data de transmissão, em conformidade com a nota de rodapé 15 do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994 constante da Ata Final que incorporou os resultados da Rodada Uruguai de Negociação Comerciais Multilaterais do GATT, promulgada pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SEI/ME, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, a SDCOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

13. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 120, de 2016, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Conforme previsto no art. 6º da Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, a avaliação de interesse público será facultativa, mediante pleito apresentado com base em Questionário de Interesse Público devidamente preenchido ou ex officio a critério da SDCOM.

15. As partes interessadas no processo de avaliação de interesse público disporão, para a submissão da resposta ao questionário de interesse público, do mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da revisão de final de período em curso.

16. O interesse público existirá, nos termos do art. 3º da Portaria SECEX nº 13, de 2020, quando o impacto da imposição da medida antidumping sobre os agentes econômicos como um todo se mostrar potencialmente mais danoso, se comparado aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial.

17. Os questionários de interesse público estão disponíveis no endereço eletrônico https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/questionario-de-interesse-publico .

18. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo para submissão do questionário de interesse público, bem como respostas ao próprio questionário de interesse público deverão ser protocolados necessariamente por meio de peticionamento intercorrente nos processos nº 19972.102267/2021-12 (confidencial) ou nº 19972.102266/2021-60 (público) do SEI/ME, observados os termos dispostos na Portaria SECEX nº 13, de 2020.

19. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-7770 ou pelo endereço eletrônico barraschatas@economia.gov.br.

LUCAS FERRAZ

ANEXO I

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original - China (2015/2016)

Em 21 de dezembro de 2015, ocorreu o início da investigação que deu origem à aplicação do direito antidumping às importações brasileiras de barras chatas de aço ligado, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, que não sejam de corte rápido e nem de aços silício-manganês, de espessura igual ou superior a 4,5 mm, mas não superior a 60 mm, de largura igual ou superior a 50 mm, mas não superior a 150 mm, independentemente do tipo de canto (redondo, mola, quadrado, etc.), doravante denominadas "barras chatas", originárias da China, por meio da publicação da Circular Secex nº 82, de 18 de dezembro de 2015, no Diário Oficial da União (DOU). Ainda, de acordo com a Circular Secex nº 35, de 8 de junho de 2016, não foram estabelecidos direitos provisórios, considerando a impossibilidade de se concluir, preliminarmente, pela existência de dano causado à indústria doméstica pelas importações investigadas.

Após a conclusão da investigação, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), consoante o disposto na Resolução Gecex nº 120, de 23 de novembro de 2016, aplicou direito antidumping definitivo sob a forma de alíquota específica fixada em US$ 495,73/t (quatrocentos e noventa e cinco dólares estadunidenses e setenta e três centavos por tonelada) sobre as importações brasileiras originárias da China, tendo por vigência o prazo de cinco anos.

2. DA PRESENTE PRIMEIRA REVISÃO - China (2021/2022)

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 4 de dezembro de 2020, foi publicada a Circular Secex nº 80, de 3 de dezembro de 2020, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de barras chatas, comumente classificadas no subitem 7228.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da China, encerrar-se-ia no dia 28 de novembro de 2021.

Adicionalmente, foi informado que as partes interessadas em iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período até, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

2.2. Da petição

Em 27 de julho de 2021, a Gerdau S/A protocolou, no Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de barras chatas, originárias da China, consoante o disposto no art. 110 do Regulamento Brasileiro.

Por meio do Ofício nº 00.684/2021/CGSA/SDCOM/SECEX, enviado em 24 de agosto de 2021, a peticionária foi informada a respeito da publicação da Portaria SECEX nº 103, de 27 de julho de 2021, que regulamenta o processo administrativo eletrônico relativo aos processos de defesa comercial e às avaliações de interesse público. A partir de 1º de setembro de 2021, passou-se a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME para tramitação dos processos citados. Assim, a Gerdau foi comunicada que os autos restrito e confidencial do Processo SECEX/SDD nº 52272.007175/2021-84 foram transferidos respectivamente para o Processo SEI/ME Restrito nº 19972.101584/2021-11 e para o Processo SEI/ME Confidencial nº 19972.101585/2021-58.

Em 27 de setembro de 2021, por meio dos Ofícios SEI nº 256971/2021/ME (versão restrita) e nº 256934/2021/ME (versão confidencial), solicitou-se à empresa Gerdau o fornecimento de informações complementares àquelas constantes da petição, com base no § 2o do art. 41 do Regulamento Brasileiro. A peticionária apresentou tempestivamente as informações complementares requeridas, no prazo prorrogado para resposta.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto do direito antidumping e o governo da China.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificados, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, do Ministério da Economia, as empresas produtoras/exportadoras e importadoras do produto objeto do direito antidumping durante o período de revisão de continuação/retomada de dano.

2.4. Da verificação in loco na indústria doméstica

Tendo em vista as medidas de proteção contra o coronavírus (Covid-19) constantes da Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no DOU em 13 de março de 2020, não foi possível viabilizar a verificação in loco previamente ao início da presente revisão, de forma que esse procedimento será realizado oportunamente no curso do processo ou as informações serão validadas conforme a Instrução Normativa nº 3, de 22 de outubro de 2021, publicada no DOU de 25 de outubro de 2021.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto do direito antidumping

O produto objeto da investigação são as barras chatas de aço ligado, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, que não sejam de corte rápido e nem de aços silício-manganês, de espessura igual ou superior a 4,5mm, mas não superior a 60 mm, de largura igual ou superior a 50 mm, mas não superior a 150 mm, independentemente do tipo de canto (redondo, mola, quadrado etc.), exportadas da China para o Brasil.

As ligas de aço do produto objeto da investigação usualmente seguem as normas especificadas abaixo:

- normas SAE de 5140 a 5170; de 51B40 a 51B70; 5140H a 5170H; 6140 a 6170; 61B40 a 61B70; 6140H a 6170H; e 6140+Nb a 6170+Nb;
- normas DIN 41Cr4, 50CrV4, 50CrMoV4, 52CrMoV4, 52CrV4, 54CrV4, 58CrV4, 58CrMoV4; 51CrV4; 55Cr3; ST62;
- normas JIS SCr4, SUP9, SUP9A, SUP10, SUP11;
- normas AFINOR 42C4, 50CV4, 55C3;
- normas BS 530M00 a 530M99; 527A00 a 527A99; e 735A00 a 735A99.

A definição dos limites mínimos e máximos de espessura e de largura do produto objeto da investigação baseou-se nas características requeridas para sua utilização, tendo em vista que barras chatas de dimensões superiores àquelas do produto objeto da investigação apresentam aplicações distintas.

As barras chatas de aço ligado apresentam-se em forma de barras laminadas nas formas conhecidas como chatas ou retangulares, cujas formas dos cantos poderiam ser quadradas (forma de retas simples), circulares com raio uniforme (chamados de cantos redondos), circular com raios variáveis (chamados cantos mola), e com combinações dos cantos anteriores (chamados de cantos especiais).

Conforme informações constantes da petição, as barras simplesmente laminadas são aquelas obtidas por processo de laminação, em que passam por equipamentos constituídos por cilindros de laminação (laminador) para tomar sua forma final. Já as barras estiradas ou extrudadas são produtos que, partindo da forma de tarugos, tomariam sua forma final quando da passagem por um molde ou matriz, constituindo a principal diferença entre elas a forma de introdução nesses moldes: as barras estiradas são puxadas através desses moldes, ao passo que as barras extrudadas são empurradas através deles.

As barras chatas de aço ligado investigadas são utilizadas na produção de molas e feixes de molas para caminhões, ônibus, tratores, implementos rodoviários, veículos comerciais leves e utilitários, e similares do segmento automotivo. O produto pode estar sujeito a diversas normas técnicas relativas às ligas que o compõem, no entanto, a utilização destas normas não é de caráter obrigatório. Cumpre destacar, contudo, que, segundo informado pela peticionária, o padrão na comercialização do produto é a conformação às normas e especificações técnicas, de acordo com as exigências dos consumidores e que deverão ser seguidas pelos fornecedores. Adicionalmente, quando se trata da comercialização do produto para as montadoras do setor automotivo, os fornecedores estão sujeitos à homologação dos seus produtos

As barras chatas de aço ligado não são produtos homogêneos, variando em termos de composição de ligas e de suas dimensões. Nesse sentido, estão excluídas do escopo da definição do produto investigado as barras de formato não chato, como, por exemplo, as barras circulares, sextavadas e quadradas.

Por fim, ainda conforme informações da peticionária, também não estão contidas no escopo da presente investigação, as barras, ainda que de formato chato, formadas a partir de ligas referentes às normas abaixo mencionadas:

- Normas SAE: 1000 a 1099, 1000A a 1099A; 1000X a 1099X, 1000HX a 1099HX, 1000L a 1099L, 10B00 a 10B99, 10L00 a 10L99; 1100 a 1199, 1100NB a 1199NB, 1200 a 1299, 12L00 a 12L99, 1300 a 1399; 1500 a 1599, 4100 a 4199, 41L00 a 41L99; 4300 a 4399, 8600 a 8699; 8600H a 8699H; 9200 a 9299;
- Normas ABNT: 1000 a 1099, 1000A a 1099A; 1000X a 1099X, 1000HX a 1099HX, 1000L a 1099L, 10B00 a 10B99, 10L00 a 10L99; 1100 a 1199, 1100NB a 1199NB, 1200 a 1299, 12L00 a 12L99, 1300 a 1399; 1500 a 1599, 4100 a 4199, 41L00 a 41L99; 4300 a 4399, 8600 a 8699; 8600H a 8699H; 9200 a 9299;

- Normas DIN: C00E a C99E; C00S a C99S; Ck00 a Ck99; Cq00 a Cq99; C00W a C99W; C00K a C99K; CF00 a CF99; 11SMnPb00 a 11SMnPb99; 15Cr00 a 15Cr99; 16MnCr00 a 16MnCr99; 16MnCrS00 a 16MnCrS99; 9SMn00 a 9SMn99; 11SMn00 a 11SMn99; 30MnVS00 a 30MnVS99; 34Cr00 a 34Cr99; 37Cr00 a 37Cr99; 92Mn00 a 92Mn99; 9200 a 9299; 100Cr6;

- Normas JIS: S00 a S99; S00C a S99C; S00CR a S99CR; S00B a S99B;

- Normas BS: 00A00 a 99A99;

- Normas AFNOR: C00 a C99; X00 a X99; XC00 a XC99;

- Normas ACCIAIO: 100 a 199;

- Normas COPANT: 10B00 a 10B99.

O produto objeto da investigação tem como matéria-prima principal a sucata metálica fundida em fornos elétricos ou de indução, além dos elementos de liga, como carbono, cromo, manganês, fósforo, enxofre, silício, cromo e, em alguns casos, boro ou molibdênio.

O processo produtivo do produto objeto da investigação, similar ao utilizado pelos demais produtores mundiais de barras chatas, começa com a produção do aço em forma líquida em aciaria por forno elétrico. Nesse processo são consumidos energia elétrica, gases inertes (por exemplo, o argônio), ferro gusa e minério de ferro como fundentes complementares, eletrodos de ferro para fundição do aço, termopares para medição de temperatura e materiais refratários para revestimento do forno elétrico.

Em seguida, o aço liquefeito é processado em lingotador contínuo, no qual o aço passa da forma líquida para a forma de lingotes sólidos - ou tarugos. Posteriormente, os lingotes são reaquecidos em fornos a gás e passam pelo processo de laminação, em que adquirem a forma de barras com espessuras e larguras próprias que definem o produto como barra chata, além das suas características mecânicas como dureza, limite de escoamento, resistência à torção e alongamento.

Após a laminação, os produtos passam, então, por inspeção de qualidade para averiguação da existência de possíveis defeitos superficiais e dimensionais. Findo o controle de qualidade, os produtos são expedidos para os clientes.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil são as barras chatas de aço ligado, com características semelhantes às descritas no item 2.1. Segundo informações da petição, o produto similar e o produto objeto da investigação são substituíveis, pois são fabricados com as mesmas matérias-primas e por meio do mesmo processo produtivo, possuem características físicas e mecânicas similares, são comercializados nas mesmas faixas de dimensão e estão sujeitos às mesmas normas.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto do direito antidumping é comumente classificado no subitem 7228.30.00 da NCM: outras barras, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente. Nesse subitem, classificam-se também as barras laminadas de outras formas que não as chatas, tais como redondas, sextavadas e quadradas, além de barras fabricadas de outras ligas ou ainda com outras dimensões que não aquelas indicadas na descrição do produto objeto da investigação.

A alíquota do Imposto de Importação desse subitem tarifário manteve-se em 14% durante todo o período de análise de indícios de continuação ou retomada do dano.

Acrescenta-se que o Brasil possui os acordos de preferências tarifárias, exibidos na tabela a seguir, relativos ao supracitado código da NCM, que vigoraram durante o período de análise de indícios de continuação ou retomada de dano.

País beneficiado	Acordo	Preferência
Argentina	ACE18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE36- Mercosul-Bolívia	100%
Chile	ACE35- Mercosul-Chile	100%
Colômbia	ACE72 - Mercosul - Colômbia	100%
Cuba	ACE62 - Cuba - Brasil	100%
Egito	Mercosul - Egito (em 01/09/2020)	100%
Equador	ACE59 - Mercosul - Equador	100%
México	APTR04 - México - Brasil	20%
Paraguai	ACE18 - Mercosul	100%
Peru	ACE58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE18 - Mercosul	100%
Venezuela	ACE69 - Mercosul - Venezuela	100%
Panamá	APTR04 - Panamá - Brasil	28%

Fonte: Siscomex
Elaboração: SDCOM

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Dessa forma, conforme informações obtidas na petição, pendentes de serem verificadas junto a indústria doméstica, o produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil:

- são produzidos a partir da mesma matéria-prima principal, qual seja, a sucata metálica fundida em fornos elétricos ou de indução, além dos mesmos elementos de liga, como carbono, cromo, manganês, fósforo, enxofre, silício, cromo e, em alguns casos, boro ou molibdênio, que variam conforme as propriedades químicas e mecânicas finais desejadas;

- apresentam composição química similar, as quais dependeriam da liga ou norma especificada pelo cliente. Dessa forma, os produtos apresentariam a composição química com as variações limites estabelecidos nas normas técnicas relacionadas ao produto, conforme indicação na petição;

- possuem as mesmas características físicas, uma vez que se apresentam em forma de barras laminadas, nas formas conhecidas como chatas ou retangulares;

- apresentam características mecânicas similares, como dureza, limite de escoamento, resistência à torção e alongamento;

- estão sujeitas a diversas normas técnicas relativas às ligas que compõem as barras chatas de aço ligado, no entanto, a utilização dessas normas não é de caráter obrigatório;

- apresentam o mesmo processo produtivo, seguindo a mesma rota tecnológica, isto é, a produção do aço em forma líquida em aciaria por forno elétrico, sendo em seguida, processado em lingotador contínuo, no qual o aço passaria da forma líquida para a forma de lingotes sólidos, sendo estes, posteriormente, reaquecidos em fornos a gás e, depois, laminados para formatação em barras com espessuras e larguras próprias;

- têm os mesmos usos e aplicações, apresentando como principal finalidade a produção de feixes de molas de sistemas de suspensão de veículos automotores de passeio e comerciais leves, caminhões, ônibus, tratores e implementos rodoviários;

- o produto objeto da investigação e o produto similar de fabricação nacional foram considerados concorrentes entre si, visto que são substituíveis por se destinarem aos mesmos segmentos comerciais, sendo, inclusive, adquiridos pelos mesmos clientes, conforme as informações da peticionária e as obtidas nos dados oficiais de importação fornecidos pela RFB; e

- são comercializados, predominantemente, pelos mesmos canais de distribuição, uma vez constatado que, segundo informações da peticionária e aquelas constantes nos dados oficiais de importação fornecidos pela RFB, as vendas são realizadas diretamente para o usuário produtor de feixes de molas de sistemas de suspensão de veículos automotores ou são realizadas para distribuidores que, posteriormente, revendem o produto para terceiros produtores de feixes de molas de sistemas de suspensão de veículos automotores.

Desta sorte, as informações apresentadas corroboram inicialmente as conclusões sobre similaridade alcançadas na investigação original. Assim, considerou-se, para fins de início da revisão, que o produto fabricado no Brasil é similar ao importado da China, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

A indústria doméstica é definida no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, como sendo a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não seja possível reunir a totalidade desses produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

A totalidade dos produtores nacionais do produto similar doméstico engloba, além da peticionária Gerdau, a empresa ArcelorMittal Brasil, conforme informação prestada pela peticionária e ratificada pelo Instituto Aço Brasil (IAB), por meio de correspondência datada de 21 de setembro de 2021, em resposta ao Ofício SEI nº 245072/2021/ME, de 15 de setembro de 2021. Além disso, o IAB ressaltou que as empresas Villares Metals e Simec, esta última não associada ao IAB, estariam aptas a produzir o produto similar doméstico.

Nesse ponto, frisa-se que a autoridade investigadora enviou correspondência para as empresas ArcelorMittal Brasil (Ofício SEI nº 245085/2021/ME, de 15 de setembro de 2021), Villares Metals (Ofício SEI nº 255445/2021/ME, de 24 de setembro de 2021) e Simec (Ofício SEI nº 245098/2021/ME, de 15 de setembro de 2021), solicitando informações sobre as respectivas quantidades produzidas e vendidas no mercado interno brasileiro de barras chatas de aço ligado. Entretanto, as referidas empresas não apresentaram resposta à solicitação.

Por seu turno, a peticionária informou que não detém informações relativas à produção do produto similar nacional fabricado pelas outras produtoras nacionais, que seriam a ArcelorMittal e a Simec, esta última tendo iniciado sua operação em P3. Assim, reportou o Apêndice I com os volumes de produção estimados para as demais produtoras nacionais, com base em metodologia baseada em "inteligência de mercado utilizada internamente pela Gerdau".

Dessa forma, para fins de análise de dano, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de barras chatas de aço ligado da empresa Gerdau, que representou [RESTRITO] % da produção nacional do produto similar, em P5, considerando a estimativa apresentada pela própria peticionária.Ressalte-se que, uma vez iniciada a revisão, buscar-se-á novamente a confirmação dos dados relativas às outras produtoras nacionais, que serão instadas a responder o questionário do produtor nacional.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida (item 5.1); o desempenho do produtor ou exportador (item 5.2); alterações nas condições de mercado, tanto no país exportador quanto em outros países e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil (item 5.3).

Para fins do início da revisão, utilizou-se o período de abril de 2020 a março de 2021 a fim de se verificar a existência de indícios de probabilidade de continuação ou retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de barras chatas de aço originárias da China.

Ressalte-se que não houve importações originárias da China entre abril de 2020 a março de 2021. Assim, verificou-se a probabilidade de retomada da prática de dumping com base, dentre outros fatores, na comparação entre o valor normal médio internado no mercado brasileiro e o preço médio de venda do produto similar doméstico no mesmo mercado, no período de análise de continuação/retomada de dumping, em atenção ao art. 107. §3º, I, do Decreto nº 8.058, de 2013.

5.1. Da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico para fins de início

5.1.1. Do tratamento da China para apuração do valor normal para fins de início

5.1.1.1. Das manifestações da peticionária sobre o tratamento da China para apuração do valor normal na determinação de dumping para fins de início

A peticionária argumentou, em sede da petição, que a partir do estudo "China como Não-Economia de Mercado e a Indústria do Aço", de junho de 2018 (doravante denominado Relatório Final), encomendado pelo Instituto Aço Brasil, foram obtidas informações que comprovariam o entendimento de que não prevaleceriam condições de economia de mercado no segmento produtivo de aço na China.

Inicialmente, a peticionária ressaltou que, dentre as cinco empresas analisadas como estudos de casos apresentados no referido estudo, a empresa Baosteel, da qual faz parte a Baosteel Special Steel Co., Ltd., seria produtora de barras chatas de aço ligado objeto da presente revisão.

Conforme informado no documento em questão:

A siderurgia chinesa produziu 832 milhões de toneladas de aço bruto em 2017, correspondendo a 49,2% do total mundial. Ela possui um mix de produto bastante diversificado, compreendendo desde semiacabados até produtos siderúrgicos de maior valor agregado. Por exemplo, a participação desse país na fabricação global de aço inoxidável atingiu 53,6% em 2017. Nesse sentido, este relatório aborda a indústria siderúrgica chinesa na sua totalidade, cobrindo códigos alfandegários de 720610 até 730690 [...]

A peticionária ressaltou que se verificaria, portanto, que o citado estudo abrangeria a subposição tarifária 7228.30 do SH, na qual se classificam as barras chatas de aço ligado objeto da presente investigação.

Ressaltou ainda que o capítulo 3 do documento em questão apresentaria relevantes informações sobre a indústria chinesa do aço:

Um dos fatores que caracterizam se um determinado país é (ou não) uma economia de mercado diz respeito ao fato de a política industrial ser guiada por metas de desenvolvimento vinculadas à promoção de setores ou empresas específicas.

A Peticionária destacou ainda informações sobre a 11º Plano Quinquenal (2001-2010), tendo destacado que:

Para a indústria do aço, as principais orientações derivadas do 11º PQ podem ser resumidas em: a) crescimento moderado da produção; b) eliminação da capacidade defasada tecnologicamente; c) consolidação (maior concentração da estrutura de mercado); d) melhoria de eficiências ambiental e energética. [...].

Ademais, destacou que o documento abordaria ainda a "Política de Desenvolvimento da Indústria Siderúrgica da China", anunciada em julho de 2005, dentre as quais se destacariam: o estímulo para empresas fabricantes de aços ligados/especiais e o controle administrativo das licenças de produção, uma vez que "todos os investimentos em produção de aço deveriam ser aprovados pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma".

A peticionária apontou que, de acordo com o referido Relatório Final, a política poderia ser resumida como:

Como o objetivo de que a produção da indústria crescesse lentamente, mas com ganhos qualitativos, buscando melhorias substanciais em relação à estrutura do mercado (consolidação), estrutura produtiva (fabricação de produtos de maior valor agregado), eficiência (energética e ambiental), estrutura de comércio internacional (redução das exportações de insumos e produtos siderúrgicos de menor valor agregado), restrição ao recebimento de investimento direto estrangeiro (IDE) na siderurgia, mas com estímulo aos investimentos chineses no exterior visando ao controle dos insumos siderúrgicos.

Segundo a peticionária, após a deflagração da crise financeira que teria afetado fortemente o setor siderúrgico, em março de 2009, teria sido divulgado um novo plano pelo Escritório Geral do Conselho de Estado, denominado "Plano para o Ajuste e Revitalização da Indústria Siderúrgica" (PARIS).

O referido relatório final, destacaria, dentre outros, o excesso de capacidade instalada de produção de aço bruto, da ordem de 100 milhões de toneladas; a baixa capacitação para inovação; o insatisfatório mix de produtos; e o baixo controle sobre os insumos siderúrgicos (taxa de autossuficiência de minério de ferro inferior a 50%). Assim, teriam sido estabelecidas diversas metas: redução da produção de aço bruto; eliminação de equipamentos desatualizados; e concentração do mercado (as empresas Top 5 deveriam responder por 45% da produção nacional).

O Relatório Final, então, concluiria que o Segundo Plano constituiria uma atualização do primeiro e que ambos apresentariam, de forma explícita, o norteamento de uma "política industrial setorial que claramente influenciou as estratégias empresariais (das companhias estatais e privadas)".

A peticionária apontou ainda que, em março de 2011, teria sido aprovado, pelo Congresso Nacional do Povo, o 12º Plano Quinquenal (2011-2015), que teria reforçado as principais orientações do Plano anterior, apontando que a principal intenção do 12º Plano seriam fusões e aquisições em certos setores, dentre os quais o siderúrgico.

O documento em questão destacaria as principais conquistas da siderurgia chinesa, como, por exemplo, o crescimento da produção, a melhoria da qualidade dos produtos, o progresso em tecnologia, a melhoria do desempenho energético e ambiental, o ritmo acelerado de fusões e aquisições e novos passos para explicação da mineração de ferro. Uma das metas mais relevantes diz respeito ao aumento da concentração do mercado.

Em janeiro de 2013, o Ministério da Indústria e da Tecnologia de Informação, em conjunto com outras onze autoridades, publicaram a "Diretriz para a fusão e a reorganização de setores chave", com o principal objetivo de incentivar o processo de consolidação de diversos setores, dentre os quais, o siderúrgico:

No caso da siderurgia, recomendou-se a formação até 2015 de três a cinco empresas com influência internacional relativamente forte e de seis a sete empresas competitivas nos mercados regionais domésticos.

Essa Diretriz determinou o apoio significativo a ser concedido às siderúrgicas de grande porte para a fusão de usinas em todas as regiões. Além disso, as siderúrgicas também seriam incentivadas a aumentar o grau de integração vertical, ou seja, o controle das matérias-primas.

A peticionária mencionou o 13º Plano Quinquenal (2016-2020), que teria entre seus objetivos:

O 13º PQ determina que empresas de metais não ferrosos, aço e maquinaria pesada (e outras com demanda doméstica em declínio) devem encontrar mercados internacionais, o que requer um impulso de exportação no curso prazo. Embora o referido plano enfatize o risco sistemático apresentado por empresas zumbis (companhias não lucrativas, que embora sejam incapazes de pagar dúvidas, continuam em operação e ajudam a perpetuar o excesso de capacidade setorial), não foram detalhados os procedimentos a serem utilizados no alívio financeiro das companhias. Na prática, como evidenciado pelos estudos de caso no Capítulo 4, essas empresas acabam sendo poupadas de falir por meio de reestruturação societária e financeira orientadas pelo governo.

De acordo com as principais diretrizes governamentais recentes, para a redução da capacidade instalada na siderurgia chinesa foram:

February 1, 2016: The State Council issued the Guidance for the Iron and Steel Industry to Reduce Excess Capacity and resolve Difficulties for Future Development. The Guidance set the target of cutting 100 million to 150 million tons of crude steel capacity over 2016-20, or an average of 20 million to 30 million tons per year over the next five years. It also strictly prohibits local governments and agencies from approving new projects that add capacities and demands that financial institutions not lend to firms that violate regulations. Eliminated capacities that had received subsidies and/or other forms of policy support cannot be used for replacement. (...)

November 14, 2016: The Ministry of Industry and Information Technology (MIIT) issued the Iron and Steel Industry Adjustment and Upgrade Plan (2016-2020). The MIIT plan reviews achievements in cutting iron and steel capacity during the 12th five-year plan (2011-15) and sets targets for the 13th five-year plan (2016-20). Specifically, the plan sets the target of cutting crude steel capacity by a net of 100 million to 150 million tons over the next five years and raising the capacity utilization rate to 80 percent by 2020.

O Relatório Final destaca, ainda, a manutenção da meta sobre concentração de mercado siderúrgico, embora tenha perdido importância no 13º PQ:

For the share of Chinas 10 biggest steel producers to reach 60% of the countrys total (compared to 35% in 2015), a series of mergers and acquisitions (M&As) is expected in the steel industry. For a start, Baoshan Iron & Steel has merged with Wuhan Iron & Steel, creating Chinas largest and the worlds second-biggest steel mill in terms of combined crude steel production (61 million tonnes in 2015).

Neste caso, a peticionária apontou, nas informações complementares à petição, que a citada Baoshan figuraria na lista de produtores do produto objeto desta investigação. Ademais, os Planos Quinquenais foram seguidos de planos específicos para o setor siderúrgico, inclusive a nível provincial:

Nos 11º e 12º PQ, a questão mais importante era estimular o processo de consolidação da indústria. Na 13º PQ, a prioridade é a redução do excedente da capacidade instalada, sendo que a maior concentração de mercado passou a ser uma meta secundária. De todo modo, constata-se que as decisões quanto às F&As (fusões e aquisições) são fortemente determinadas por diretrizes governamentais ao invés de atender aos critérios estritos de decisões empresariais.

O Relatório Final ainda teria destacado a fusão entre a empresa TPCO e outras três empresas da cidade de Tianjin, que teria sido engendrada pelo governo chinês:

Em janeiro de 2010, a Comissão de Desenvolvimento e Reforma do governo de Tianjin aprovou a fusão das quatro maiores empresas da cidade: Tianjin Pipe Group (TPCO), Tianjin Iron and Steel Group (TianGang), Tianjin Tiantie Mettalurgical Group (TianTie) e Tianjin Mettalurgical Group. A aprovação deu início à criação do grupo Bohai Steel, indo ao encontro da diretriz para a indústria siderúrgica divulgada em março de 2009 [nota de rodapé omitida]. Não é demais enfatizar que estas são exatamente as quatro empresas que haviam sido citadas nominalmente no PARIS. O grupo formalmente iniciou as operações, em julho de 2010. Em 2014, a Bohai Steel entrou para a Fortunes 500, ocupando a 327ª posição e se tornando a 5ª maior companhia siderúrgica da China [nota de rodapé omitida].

Essa centralização da administração foi inserida no intuito de aumentar a eficiência administrativa e coordenar melhor a produção e inovação tecnológica, novamente, em total consonância com a diretriz (PARIS) emitida em 2009. O resultado, contudo, foi diferente do planejado. Em seis anos de operação, o passivo da Bohai Steel cresceu exponencialmente, sendo que a dívida total chegou a US$ 28,9 bilhões (CNY 192 bilhões), 154 em 2016. Com lucro de US$ 38 milhões e faturamento de US$ 37,9 bilhões em 2015155, o endividamento se tornou impagável.

O governo de Tianjin interveio novamente, mas dessa vez em sentido contrário e visando a administrar a dívida acumulada. Em abril de 2016, o grupo Bohai Steel foi desconstituído e as quatro empresas voltaram a ter operação independente. A dívida está sendo reestruturada, tendo sido criado um fundo especial para administração dos débitos, sendo que fundos de pensão do governo se tornaram investidores. O processo de reestruturação da dívida da Bohai Steel e de suas filiais, incluindo a TPCO, será abordado a diante.

O relatório indicado pela peticionária concluiu que:

Esses fatos evidenciam que a atuação da empresa está substancialmente subordinada aos interesses do governo. A interferência do Estado promoveu duas grandes mudanças societárias em seis anos, uma fusão, que foi seguida de sua cisão (o que também aconteceu com a Anshan e Benxi). Os objetivos da primeira eram claros e diretos, como explanados pela política industrial destinada à siderurgia em 2009 (PARIS). As consequências da segunda ainda são incertas, pois o passivo continua dependendo de um fundo separado, mas nenhuma das empresas foi liquidada. Percebe-se que os incentivos a essas mudanças arbitrárias na composição societária podem se distanciar do funcionamento normal do mercado, bem como funcionar como um mecanismo de evitar falências. A tomada de decisão está subordinada ao discernimento do Estado e do Partido sobre o que é benéfico, a invés de submeter às condições normais de mercado.

Na sequência, o Relatório Final trata da propriedade, demonstrando que o governo chinês controla ou detém a propriedade sobre meios de produção na indústria como um todo e, de forma contundente, no setor siderúrgico chinês:

De acordo com Ulrich et alii (2013), embora o processo de reforma das grandes EEs [empresas estatais] chinesas tenha sido iniciado no final da década de 1970, elas tornaram-se uma força mais proeminente na economia nos últimos anos, especialmente em importantes setores upstream, nos quais os grupos administrados pela State-owned Assets Supervision and Administration Comission of the State Council (SASAC) são dominantes.

A despeito da redução do número de EEs na economia chinesa, o fato é que segundo International Trade Administration (ITA) do Departamento de Comércio dos EUA (USDoC), a China ainda possui aproximadamente 150 mil EEs, das quais cerca de 50 mil (33%) são de propriedade do governo central e o restante é dos governos locais [nota de rodapé omitida].

O governo central controla diretamente e gerencia 102 EEs estratégicas por meio da SASAC, das quais 66 são listadas em Bolsa de Valores no país ou no exterior. As EEs, tanto centrais quanto locais, respondem por 30% a 40% do PIB e por cerca de 20% dos empregos na China.

Além disso, constaria do Relatório Final a indicação de que o Estado chinês deteria o controle de empresas, indicando os principais dirigentes. Como exemplo, teriam sido citados os casos da empresa Baosteel e da CITIC Pacific Special Steel, sendo que o vice-presidente desta última seria o "líder do Grupo de Inspeção e Supervisão de Disciplina do Grupo CITIC para a Comissão Central de Inspeção de Disciplina do Partido Comunista Chinês".

Uma diferença significativa entre o desempenho econômico-financeiro entre os dois tipos de empresa (estatais e privadas) é que as empresas estatais apresentam resultado inferior ao das empresas privadas. Além disso, as estatais:

[...] are more concentrated in highly cyclical heavy-industry sectors than private firms, so their profits are more driven by commodity-price swings. But a sector effect cant explain all the gap: SOEs [State-Owned Enterprises] did not outperform in the commodity-price upcycle, but have underperformed in the downcycle.

Na petição, houve ainda menção ao trecho do Relatório Final que cita estudo OCDE:

[a]o comparar o desempenho de EEs e de EPs na siderurgia mundial, o mesmo estudo conclui que: a) as EEs apresentam pior desempenho econômico e maior endividamento do que as EPs; b) as EEs auferem menores lucros por unidade de capacidade instalada do que as EPs; e c) as EEs estão investindo mais intensamente em capacidade do que as EPs, enquanto nos últimos dois anos o número de fechamento de EEs foi significativamente menor do que o das EP. Nesse sentido, são evidências convergentes com aquelas apresentadas por Batson (2017) para a comparação de desempenho entre EEs e EPs na China.

O Relatório Final registra, ainda, que há empresas siderúrgicas controladas pelo governo central e outras controladas por governos provinciais e municipais, sendo que as primeiras estão concentradas em produtos de maior valor agregado. Mesmo nas empresas privadas, há participação relevante do governo. De acordo com o Relatório Final, estudo de Price et alii (2010, p.8) observou que:

For example, the Shagang Group, the fifth largest steel producer in China, claims to be the countrys largest privately owned steel producer. However, Chinese government ownership in the enterprise is significant. The firm was formed in 1975 as a village enterprise, and changed its name to Jiangsu Shagang Group in 1995. The firms ownership status changed in 2001, during a period of asset-stripping management buyouts in the Chinese steel industry. Approximately 17 percent of the firm was purchased by the plant general manager and 25 percent of the firm was sold to the Jiangsu Province SASAC [Supervision and Administration Commission of the State Council]. An additional 23 percent went to the companys labor union, which is controlled by the Chinese Communist Party, and almost 35 percent went to the employees of Shagang. (...) In short, even Chinas largest privately owned producer is substantially state-owned, and appears to have received capital inflows from the state in the same year that its capacity doubled.

Conforme documento "Shagang_Group", não obstante em seu sítio eletrônico a Shagang afirme ser a maior empresa siderúrgica privada da China, a indicação de posições e honras do presidente indicam de forma clara sua relação com o governo chinês. Além disso, a própria empresa afirma:

In the future, Shagang Group will conscientiously implement the State policy concerning the steel industry development. With the guideline of the Scientific Concept of Development, Shagang would persistently follow the development strategy of "Doing the Steel Industry Finer and Stronger, Doing the Modern Logistics Stronger and More Excellent, Doing de Non- Steel Industry better and more sufficient". Shagang shall continuously speed up it pace of the transformation and upgrading, and constantly enhance its comprehensive competitiveness. Shagang Group will make new contributions in order to forge a Hundred-year Old Factory, construct a harmonious Jiangsu and build a powerful steel country.

Na sequência, o Relatório Final apresenta informações sobre outras siderúrgicas da província de Jiangsu, afirmando que:

A província de Jiangsu, que produziu 104,3 Mt de aço bruto em 2017, pretende fusionar mais de 50 companhias siderúrgicas em apenas oito empresas, sendo uma considerada supergrande (Jingsu Shagang) (...). Além disso, 33 companhias seriam consolidadas (...). Como consequência, a participação das Top 4 na capacidade instalada provincial superaria 80% e das Top 8 alcançaria 100% (KALLANISH STEEL, 29 de maio de 2018).

Outro aspecto relevante que demonstra que, no setor siderúrgico na China, custos e preços não são formados com base em critérios estritamente empresariais, sendo fortemente influenciados pela ação do governo, diz respeito aos investimentos estrangeiros nesse setor. O Relatório Final indica dois casos em que o governo chinês vetou a compra de ativos siderúrgicos por parte de siderúrgicas internacionais, ressaltando que, embora haja empreendimentos nos quais siderúrgicas estrangeiras possuam participação acionária, trata-se de finishing facilities. Assim, ainda que existam joint-ventures envolvendo siderúrgicas estrangeiras, essas têm um papel muito reduzido na indústria siderúrgica chinesa, não controlando nenhuma usina de grande porte.

Além disso, a formação de joint ventures com empresas estatais e não de capital privado, nesse contexto, é bastante relevante, tendo em vista o elevado número de empresas estatais no setor, e demonstra que o governo chinês continua a exercer influência, mesmo nos poucos casos em que é admitido investimento estrangeiro. A propósito, o Relatório Final afirmou que:

[...] as restrições explícitas e implícitas aos investimentos estrangeiros acabaram por limitar a participação de companhias internacionais na siderurgia chinesa. Isto também distancia o setor de uma economia de mercado, pois é o regime de governo, ao invés do mercado, que direciona o fluxo de capital produtivo na economia.

Ademais, para investimento, as siderúrgicas têm que possuir capacidade instalada anual bastante elevada. Essa restrição foi imposta em 2005 e, em que pese em 2016 tenha sido anunciada uma certa flexibilização, o fato é que "o governo central anunciou que passaria a permitir que siderúrgicas pudessem ser totalmente controladas por empresas estrangeiras, mas ainda limitado a quatro zonas de livre comércio num projeto piloto".

Outro tema relevante no contexto do setor siderúrgico chinês é a concessão de subsídios, como consta no Relatório Final:

Price et alii (2007) detalham os subsídios concedidos à indústria siderúrgica chinesa em cinco tipos principais. Primeiro, a China injetou regularmente substanciais subsídios em dinheiro nos produtores de aço, em troca de ações. O governo chinês também tem empregado amplamente o uso de swaps de dívida por capital desde meados da década de 1990. Segundo, o governo chinês concedeu empréstimos subsidiados aos produtores de aço para executar as políticas de governo. As principais siderúrgicas chinesas receberam entre 60% e quase 100% de seus empréstimos de bancos públicos. Terceiro, o governo chinês forneceu contratos de arrendamento e depois transferiu os direitos de uso da terra para as empresas por pouco ou nenhum custo. Quarto, o governo chinês direcionou a consolidação da indústria siderúrgica no país ao permitir aquisições por pouco ou nenhum custo. Quinto, a siderúrgica chinesa continuou a registrar cash grants (concessões em dinheiro), inclusive para a construção de projetos siderúrgicos específicos, em seus relatórios financeiros.

Na sequência, o Relatório Final apresenta informações acerca de várias práticas de subsídios, tendo como fonte a US Steel Industry Coalition (2016):

State support used by the Chinese steel industry includes: cash grants; equity infusions; government-mandated mergers and acquisitons;preferential loans and directed credit; land use subsidies; subsidies for utilities, raw material price controls; tax policies and benefits; currency policies; and tax enforcement of environmental regulation (...). The most common subsidies received by the Steel Producers have been a variety of cash grants and capital infusions. Many have also benefited from tax payment subsidies and preferential loans. We note that several of the Steel Producers have sizeable subsidiaries, some of which have directly received subsidies. It is further noted that the amount of subsidies has generally been increasing over time, with a lower amount received by the Steel Producers in 2008 compared to 2014.

Em seguida, o Relatório Final, tendo como fonte a Comissão Europeia, ressalta que o Plano de Ajuste e Melhoria da Indústria do Ferro e Aço (2016-2020), além de orientar as instituições financeiras a apoiarem suas metas estratégicas, com relação ao minério de ferro, reduz impostos e taxas incidentes nessa atividade, a qual conta com significativa presença de empresas estatais, concluindo que, com base em diversas medidas, os produtores de aço chineses conseguem significativas reduções do custo de produção em rubricas relevantes - insumos, matérias-primas e utilidades. O relatório da Comissão Europeia conclui, assim, que "tais medidas são de natureza estrutural e, por isso, não se vislumbra sua eliminação".

Ainda, constariam no Relatório Final exemplos de interferências de políticas governamentais nos grupos Baosteel e TPCO.

Embora não seja possível determinar o valor exato dos subsídios obtidos pela TPCO, tampouco sua classificação, a análise da Dagong Global Credit Rating é suficiente para assegurar que houve recebimento de subsídios em todos os anos ao longo do período 2011-2015. Além dos relatórios da Dagong, há outra fonte indireta com indicação de recebimento de benefícios. Em estudo realizado pela indústria siderúrgica nos Estados Unidos, há menção a vários recebimentos pela TPCO ao longo dos anos. Assim como evidenciado pelos relatórios financeiros das outras empresas, o trabalho indica que a TPCO também lançou subsídios em receitas operacionais, em conformidade com a informação obtida por meio dos relatórios da Dagong e com o observado em empresas estudadas anteriormente. Além deles, ainda foram encontrados empréstimos preferenciais, crédito direto e isenção de impostos (US STEEL COALITION, 2016). Conclui-se, assim, que a TPCO foi sistematicamente beneficiada com subsídios e políticas de crédito preferenciais entre, pelo menos, 2008 e 2015, da mesma forma que as demais siderúrgicas analisadas neste capítulo.

Essas constantes intervenções, desde o planejamento da forma de reestruturação da dívida até a intervenção direta no processo jurídico de liquidação, distorcem estruturalmente a interação entre oferta e demanda no mercado de fatores (no caso, de recursos financeiros). Vale enfatizar que essa distorção de mercado se distancia da característica dos subsídios convencionais, claramente dispostos nos balanços das empresas. O benefício às empresas e a influência do Estado são muito mais subjetivos, opacos e diversificados. Seus efeitos distorcivos, porém, podem ser muito maiores. Esse modus-operandi na relação Estado-empresas na China compromete a precificação no mercado de fatores, pois impossibilita acessar o risco, rompe com a distribuição normal de eventos aleatórios (risco de default), amarra os mecanismos legais de liquidação de ativos e condiciona a tomada de decisão à dinâmica política.

Como resultado, o custo do capital não reproduz a real chance de calote das operações e tende a ser reduzido em relação às taxas de captação em mercado livre, para um suposto nível de risco.3

A intervenção do Estado chinês no setor siderúrgico também pode ser notada na própria condição do fator trabalho e na formação de preços dos salários, conforme análise realizada no Relatório Final relativamente à Baosteel:

No website da Baosteel, em mandarim, existiria uma página que não existiria na versão em inglês. No item "Sobre Nós", constaria um subitem "Sindicato Trabalhista da Baosteel". Não é incomum encontrar sindicatos que organizam trabalhadores de uma grande empresa. Contudo, é relativamente raro constatar a existência de sindicatos organizados dentro da companhia, pelo menos em economias de mercado. Nesse caso específico, fica ainda entendido que não apenas o sindicato está dentro da empresa, como é organizado por ela. Além disso, afirma-se que a organização desse sindicato se coloca sob a liderança do Comitê do Partido no âmbito da companhia. [...]

Pela descrição das atividades do sindicato, percebem-se duas características relevantes à análise acerca do mercado de trabalho. Primeiro, há respaldo do PCC para a manutenção do sindicato no âmbito da companhia, mostrando que o Estado corrobora essa relação umbilical entre empresa e sindicato. Segundo, o sindicato se aproxima mais de uma extensão do setor de recursos humanos do que uma entidade externa independente e contraposta à companhia. Indo mais adiante, a atuação do sindicato no âmbito da empresa não apenas "organiza" os funcionários como também implementa, por meio dessa "organização", formas de reduzir custos e aumentar a produtividade, valendo-se inclusive de competição entre filiais e funcionários.

Essa funcionalidade se destoa da atuação de sindicatos convencionais, cuja função de defender os interesses dos empregados geralmente os coloca em posição antagônica às empresas, na qual a otimização de um é custo para a outra. Essa relação antagônica é invertida no caso da Baosteel, em que empresa e sindicato passam a ter objetivos comuns. Tal condição rompe a dinâmica de formação de salários a partir de livre negociação entre firmas e união trabalhista, supostamente uma atuação de forças opostas passível de equilíbrio. Por fim, ainda que o sindicato servisse como meio de discussão de benefícios trabalhistas (demandas advindas dos mecanismos de feedback), os benefícios aconteceriam sempre no limiar em que o aumento de bem-estar social (interesse político do Partido) encontra a manutenção de custos (interesse da companhia). Ou seja, o sindicado pode até conseguir implementar benefícios trabalhistas, mas em última instância, as forças atuantes por meio da organização sindical são da companhia e/ou do partido e não provenientes da força de trabalho.

Outra esfera de atuação do governo chinês que demonstra que no setor siderúrgico não prevalecem condições de economia de mercado é a tributária. O Relatório Final apresenta tabela em que são destacados diversos produtos/grupos de produtos siderúrgicos (semi-acabado, vergalhão, fio-máquina, bobina a quente, bobina a frio, e chapa galvanizada), sendo apresentado o resultado da comparação entre o imposto de exportação e o tax rebate, em termos percentuais.

Constata-se, assim, que os produtos siderúrgicos de menor valor agregado são penalizados, sujeitando-se a imposto de exportação maior ou tax rebate menor, prática claramente alinhada com os objetivos estabelecidos pelo governo chinês, como destacado no Relatório Final:

Nesse sentido, essa política é uma medida cristalina para dissimular as exportações de produtos de baixo valor agregado e fomentar as exportações de produtos de alto valor agregado (IN DER HEIDEN & TAUBE, 2011).

Em resumo, não é um regime isonômico, representando forte intervenção governamental, o que lhe afasta das condições típicas de uma economia de mercado.

Outra característica da interferência do governo chinês no setor siderúrgico é a imposição de diversas restrições às exportações de insumos, destacadas no estudo da Comissão Europeia citado no Relatório Final:

- Export quotas for coke, coking coal, metal waste and scrab molybdenum and tin;

- Export duties for chromium, crude steel, iron ore, coke, coking coal, manganese, molybdenum, pig iron, steel scrap, tungsten and zinc;

- Export licensing requirements for coke, coking coal, manganese, molybdenum, tin, tungsten and zinc;

- Export taxes and non-refundable VAT on export of ingots and other primary forms of stainless steel.

Algumas de tais restrições à exportação de insumos siderúrgicos acabaram sendo eliminadas pela China, porque eram inconsistentes com as regras da OMC. No entanto, esse controle exercido pelo governo chinês sobre matérias-primas e insumos acaba distorcendo o mercado de aço no país. Afinal, os preços são diretamente manipulados para reduzir os custos para os produtores domésticos. Em última instância, isso faz com que os preços dos produtos de aço, que utilizam esses insumos artificiais

Ratificando as análises e conclusões expostas no Relatório Final, o documento denominado "Comission Staff Working Document on Significant Distortions in the Economy of the Peoples Republic of China for the Purposes of Trade Defense Investigations", doravante denominado Documento de Trabalho Europeu, elaborado pela Comissão Europeia, apresenta diversas informações sobre a economia chinesa e, especificamente, sobre o setor siderúrgico, que, da mesma forma, demonstram que no setor em questão, na China, preços e custos não são formados em condições de economia de mercado.

Do Documento de Trabalho Europeu, destaca-se o resumo do capítulo referente ao setor siderúrgico:

The steel industry is regarded as a key/pillar industry by the Chinese government. This is confirmed in the numerous plans, directives and other documents focused on steel, which are issued at national, regional and municipal level. The government guides the development of the sector in accordance with a broad range of policy tools and directives related, inter alia: to market composition and restructuring, raw materials, investment, capacity elimination, product range, relocation, upgrading, etc. Through these and other means, the government directs and controls virtually every aspect in the development and functioning of the sector. [...]

In the steel sector, the government seeks to promote the creation of everlarger steel producers ('national champions'). This is achieved through policies intended to shape the structure of the market, e.g. through mergers and regulation of market access (see Section 8.2).

O Documento de Trabalho Europeu detalha diversos aspectos da política econômica chinesa, tratando de setores específicos, dentre os quais o siderúrgico, concluindo que "the overarching control of the government prevents free market forces from prevailing in the steel sector in China".

Além disso, esse documento destaca alguns artigos da Constituição chinesa:

Article 7: The State-owned economy, namely, the socialist economy under ownership by the whole people, is the leading force in the national economy. The State ensures the consolidation and growth of the Stateowned economy.

Assim, ainda que nos últimos anos tenha sido, pela primeira vez, reconhecido o papel do setor privado na economia,

[i]n short, the Constitution makes it clear that China practices a socialist market economy, that the State-owned economy is the leading force of the economy, and that when it comes to the private economy, the State does not limit itself to encouraging and supporting it, but also guides it.

Merece destaque, ainda, o papel ativo do Partido Comunista Chinês nesse sistema:

The Party must carry out fundamental reform of the economic structure that hampers the development of the productive forces, and keep to and improve the socialist market economy; [...]

Em síntese, a economia é dirigida e os diversos Planos Quinquenais e outros documentos refletem tal fato. Como demonstrado na sequência deste documento, o setor siderúrgico, considerado uma indústria chave, é especialmente afetado pela atuação do governo chinês, em consonância com as orientações emanadas a nível central, especialmente pelo Partido Comunista Chinês.

Constaria do Documento de Trabalho Europeu a seguinte conclusão:

In practice, the socialist market economy system has meant that while market forces have been mobilized to some extent, the decisive role of the State remains intact - as reconfirmed in Articles 6 and 7 of the Constitution and subsequent legislation such as Article 1 of the Law on State-Owned Assets in Enterprises. Therefore, even though today the Chinese economy is to some extent made up of non-state actors (...), the decisive role of the State in the economy remains intact, with tight interconnections between government and enterprises (going far beyond the boundaries of SOEs) in place.

No item relativo a "Intervenções Industriais", o Documento de Trabalho Europeu conclui:

[...] as discussed throughout this report, Chinese industrial policy is demonstrably interventionist and there is no sign that this will change in the foreseeable future. A broad range of policy tools is available for the State to implement governmental targets.

No capítulo dedicado especificamente ao setor siderúrgico, o Documento de Trabalho Europeu informa haver considerado, além do 13º Plano Quinquenal, diversos outros documentos, com destaque para o "Plan for Adjusting and Upgrading the Steel Industry". Sobre o mesmo, o Documento de Trabalho Europeu afirmou:

This Plan states that the steel industry is an important, fundamental sector of the Chinese economy, a national cornerstone. [nota de rodapé omitida]

Therefore, as was the case under the 12th FYP and its predecessors, steel continues to be a favoured sector in the Chinese economy. The 13th FYP for Steel also stresses the pivotal role of the enterprises as well as the support by governmental and local authorities. In particular, the 13th FYP for Steel focuses on structural changes to be made on the supply-side in order to address the problem of overcapacity. [nota de rodapé omitida]. The mains tasks and objectives set out in the 13th FYP for Steel cover virtually all aspects of the development of the industry, thus showing the high degree of intervention exerted by the government over the sector.

Em síntese, as SOEs (State-Owned Enterprises) exercem a autoridade do governo e seu principal objetivo é alcançar os alvos e objetivos estabelecidos pelos planos governamentais. Assim, em razão do elevado nível de interferência do governo chinês no setor siderúrgico e, ainda, como consequência do elevado grau de participação das SOEs nesse setor, mesmo as decisões empresariais das empresas privadas não têm como fundamento condições de economia de mercado. Além disso, conclusões alcançadas pela Comissão Europeia, no âmbito de investigações,

[...] clearly show that the financial sector in China is directed by the government. The Chinese financial institutions have, as their main purpose, the implementation of public policy objectives [nota de rodapé omitida], and therefore their functioning is not fundamentally guided by market principles. Several investigations have also demonstrated that Chinese steel producers benefit from State support measures from these institutions, inter alia, by access to finance at non-commercial terms (...). [nota de rodapé omitida]

O Documento de Trabalho Europeu informa que o governo chinês utiliza, consistentemente, diversos mecanismos de apoio para promover o setor siderúrgico e, consequentemente, implementar objetivos previamente estabelecidos. Essas medidas geram distorções no Mercado e garantem vantagens artificiais para os recipientes em comparação com outros concorrentes que não se beneficiam de tais mecanismos. A propósito do excesso de capacidade instalada para produção de aço, na China, o referido Documento destacou:

The existence of certain levels of overcapacity in the steel sector is not uncommon and it is inherent, inter alia, to business cycles of the market [nota de rodapé omitida]. However, sustained high levels of overcapacity throughout the years, where in a competitive market adjustments would have otherwise been made, are a strong indication of government intervention in that market. [nota de rodapé omitida].

Adicionalmente, o excesso de capacidade afeta negativamente a rentabilidade do setor. Os efeitos negativos são "amplificados" diante da magnitude da produção chinesa e das perspectivas de fraco desempenho da economia. Outro documento que reitera as conclusões acima apresentadas seria aquele elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/OECD Organisation for Economic Co-operation and Development), denominado "State Enterprises in the Steel Sector".

Tal estudo complementa, ainda, que:

[...] steel is a base industry, often regarded as strategic for economic development. As such, the motivations for the presence of SEs in this sector might be higher than for other industrial sectors. Second, steel is a capital intensive sector, where investments in fixed assets are considerable and are to some extent irreversible thus entailing significant sunk costs. Therefore, any preferential treatment given do SEs may result in overinvestment or heighten barriers to exit. Third, steel is an intermediate input into a wide range of international supply chains. Therefore, any effects from the presence of SEs in steel may propagate across several sectors (and economies). Fourth, steel is a tradable good and market distortions easily propagate through international trade in steel [...]."

Enfim, os diversos estudos citados e analisados neste documento corroboram o entendimento exposto no Relatório Final quanto à forte intervenção do governo chinês no setor siderúrgico daquele país.

Desta forma, o citado Relatório Final registra, em suas conclusões finais, que os países atuantes na área de defesa comercial (União Europeia, Estados Unidos, México, Canadá, Índia e Austrália) atestam que no setor siderúrgico chinês não prevalecem condições de mercado. Portanto, a metodologia adotada por esses países não se baseia nos preços e custos domésticos da China, quando do cálculo do valor normal para empresas chinesas, concluindo que:

desta forma, o presente estudo demostra, claramente, que a China deve continuar a ser tratada como um país em que cuja economia como um todo, mas no setor siderúrgico em particular, não prevalecem as condições de mercado necessárias para que se possa fazer uso, em processos antidumping, de custo e preços domésticos das empresas locais.

5.1.1.2. Da análise da SDCOM sobre o tratamento da China para apuração do valor normal na determinação do dumping para fins de início

Ressalta-se, inicialmente, que o objetivo desta análise não é apresentar um entendimento amplo a respeito do status da China como uma economia predominantemente de mercado ou não. Trata-se de decisão sobre utilização de metodologia de apuração da margem de dumping que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses, estritamente no âmbito desta revisão.

Cumpre destacar que a complexa análise acerca da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo chinês objeto de revisão possui lastro no próprio Protocolo de Acessão da China à OMC. Com a expiração do item 15(a)(ii) do referido Protocolo, o tratamento automático de não economia de mercado antes conferido aos produtores/exportadores chineses investigados cessou. Desde então, em cada caso concreto, é necessário que as partes interessadas apresentem elementos suficientes, nos termos do restante do item 15(a), para avaliar, na determinação de comparabilidade de preços, se i) serão utilizados os preços e os custos chineses correspondentes ao segmento produtivo objeto da investigação ou se ii) será adotada uma metodologia alternativa que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses.

Para alcançar uma conclusão a respeito da prevalência ou não de condições de mercado na China no segmento produtivo de barras chatas de aço ligado no âmbito deste processo, levou-se em consideração todo o conjunto de elementos probatórios trazidos pela peticionária, e avaliou-se se esse conjunto constituiria prova suficientemente esclarecedora para formar a convicção da autoridade investigadora.

Ressalte-se que, desde 2019, foram concluídas uma série de investigações que versaram sobre a não prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo de aço na China, nos termos indicados anteriormente. Exemplos são as investigações de aço GNO, encerrada pela Portaria SECINT nº 495, de 12 de julho de 2019; tubos de aço inoxidável austenístico com costura, encerrada pela Portaria SECINT nº 506, de 24 de julho de 2019; laminados planos de aço inoxidável a frio, encerrado pela Portaria SECINT nº 4.353, de 1º de outubro de 2019; e cilindros para GNV, encerrado pela Resolução Gecex nº 225, de 23 de julho de 2021. Assim, os trechos a seguir refletem, em grande medida, o entendimento anteriormente já adotado pela Subsecretaria no âmbito dos referidos procedimentos no segmento produtivo de aço na China.

Com vistas a organizar melhor o posicionamento da SDCOM, os temas mencionados acima foram divididos nas seções a seguir: (5.1.1.2.1) Do Protocolo de Acessão da China à OMC e das suas repercussões procedimentais nas investigações de defesa comercial no Brasil; (5.1.1.2.2) Da situação do mercado siderúrgico mundial e da participação das empresas chinesas; (5.1.1.2.3) Da estrutura de mercado e da participação e do controle estatal na China, (5.1.1.2.4) Das metas e diretrizes do Governo e sua influência sobre empresas estatais e provadas, e (5.1.1.2.5) Das práticas distorcivas do mercado. Ao final (5.1.1.3), serão apresentadas as conclusões a respeito do tema.

5.1.1.2.1. Do Protocolo de Acessão da China à OMC e das suas repercussões procedimentais nas investigações de defesa comercial no Brasil.

Conforme estabelecido no Artigo XII do Acordo de Marraqueche, os termos da acessão de um Estado (ou território aduaneiro separado com autonomia sobre suas relações comerciais externas) aos Acordos da organização devem ser acordados entre este e a OMC por meio de processo negociador que envolve a totalidade dos Membros. A negociação é realizada no âmbito de um grupo de trabalho, cujos termos de acessão devem ser aprovados pela Conferência Ministerial com base em maioria de dois terços dos Membros da OMC. Desde a fundação da OMC, 36 países completaram o processo de acessão, e a China foi o 15º país a finalizá-lo, efetivando-se como o 143º Membro.

O processo de acessão da República Popular da China, doravante China ou RPC, iniciou-se em outubro de 1986, quando o país protocolou seu application ainda junto ao Secretariado do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), e durou mais de 15 anos. O Grupo de Trabalho de Acessão da China ao GATT foi instituído em março de 1987, tendo sido posteriormente transformado, em 1995, em Grupo de Trabalho de Acessão à OMC. Como resultado desse processo negociador, vários compromissos e obrigações a serem cumpridos pela China em diversas áreas foram aprovadas pelos 142 Membros da OMC. Assim, a China finalizou seu processo de acessão à OMC em 11 de dezembro de 2001, resultando no texto do Protocolo de Acessão da China à OMC, doravante Protocolo de Acessão ou Protocolo.

O Brasil participou das negociações relativas ao processo de acessão da China, de modo que o texto do Protocolo de Acessão foi incorporado à normativa brasileira na sua integralidade, com efeitos jurídicos concretos desde a entrada em vigor do Decreto nº 5.544, de 22 de setembro de 2005. Os artigos 1º e 2º desse decreto estabeleceram, in verbis:

Art. 1º O Protocolo de Acessão da República Popular da China à Organização Mundial de Comércio, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (grifo nosso)

Especificamente para fins da análise da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo de magnésio metálico no âmbito desta revisão, que resulta na tomada de decisão sobre a apuração do valor normal a ser utilizado na determinação da probabilidade de continuação ou retomada de dumping, cumpre analisar as disposições do artigo 15 do referido Protocolo de Acessão.

O artigo 15 do Protocolo de Acessão da China consiste na base normativa para a determinação do valor normal em investigações de dumping sobre importações originárias da China, cujo texto integral será reproduzido a seguir:

15. Comparabilidade de preços para a determinação de subsídios e dumping:

Nos procedimentos relacionados a importações de origem chinesa por um Membro da OMC, aplicar-se-ão o artigo VI do GATT 1994, o Acordo relativo à Aplicação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio de 1994 ("Acordo Antidumping") e o Acordo SMC, em conformidade com o seguinte:

a) Na determinação da comparabilidade de preços, sob o artigo VI do GATT 1994 e o Acordo Antidumping, o Membro importador da OMC utilizará, seja os preços e os custos chineses correspondentes ao segmento produtivo objeto da investigação, ou uma metodologia que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses, com base nas seguintes normas:

i) se os produtores investigados puderem demonstrar claramente que, no segmento produtivo que produz o produto similar, prevalecem condições de economia de mercado no que diz respeito à manufatura, produção e à venda de tal produto, o Membro da OMC utilizará os preços ou custos prevalecentes na China do segmento produtivo objeto da investigação, para determinar a comparabilidade dos preços;

ii) o Membro da OMC importador poderá utilizar uma metodologia que não se baseie em uma comparação estrita com os preços internos ou custos prevalecentes na China se os produtores investigados não puderem demonstrar claramente que prevalecem no segmento produtivo que produz o produto similar condições de economia de mercado no que diz respeito à manufatura, a produção e à venda de tal produto.

b) Nos procedimentos regidos pelas disposições das partes II, III e V do Acordo SMC, quando se tratarem de subsídios descritos nos itens a), b), c) e d) do artigo 14 do referido Acordo, aplicar-se-ão as disposições pertinentes do mesmo; não obstante, se houver dificuldades especiais, o Membro da OMC importador poderá utilizar, para identificar e medir o benefício conferido pelo subsídio, metodologias que levem em conta a possibilidade de que os termos e condições prevalecentes na China nem sempre podem ser utilizados como bases de comparação adequadas. Para aplicar tais metodologias, sempre que factível, o Membro da OMC importador deverá proceder a ajustes desses termos e condições prevalecentes antes de considerar a utilização de termos e condições prevalecentes fora da China.

c) O Membro importador da OMC notificará as metodologias utilizadas em conformidade com o item a) ao Comitê de Práticas Antidumping e as utilizadas em conformidade com o item b) ao Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias.

d) Uma vez tendo a China estabelecido, em conformidade com a legislação nacional do Membro importador da OMC, que é uma economia de mercado, ficarão sem efeito as disposições do item a), desde que a legislação nacional do Membro importador preveja critérios para aferir a condição de economia de mercado, na data de acessão. Em quaisquer casos, as disposições do item a) ii) expirarão após transcorridos 15 anos da data de acessão. Ademais, nos casos em que a China estabelecer, em conformidade com a legislação nacional do Membro importador da OMC, que em um segmento produtivo particular ou indústria prevalecem condições de economia de mercado, deixar-se-ão de aplicar a esse segmento produtivo particular ou indústria as disposições do item a) referentes às economias que não são economias de mercado. (grifo nosso).

A acessão da China à OMC, portanto, foi condicionada a cláusulas específicas que poderiam ser aplicadas pelo país importador para fins de determinar a comparabilidade de preços em investigações de dumping e de subsídios. Dessa forma, em investigações de dumping contra exportações originárias da China, nos termos do Artigo 15(a), competiria a cada Membro importador da OMC a decisão de utilizar uma das duas seguintes metodologias disponíveis:

- ou os preços e os custos chineses daquele segmento produtivo objeto da investigação (vide Artigo 15(a)(i));
- ou uma metodologia alternativa que não se baseasse em comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses (vide Artigo 15(a)(ii)).

Nota-se que os Artigos 15(a)(i) e 15(a)(ii) do Protocolo contêm duas regras diferentes aplicáveis à questão da comparabilidade de preços. Essas regras estão relacionadas aos efeitos do sucesso ou da falha de os produtores investigados demonstrarem claramente que condições de economia de mercado prevalecem no segmento produtivo investigado. Por um lado, o item 15(a)(i) estabelece a obrigação de a autoridade investigadora utilizar preços e custos chineses para comparação de preços caso os produtores chineses sejam capazes de demonstrar que condições de economia de mercado prevalecem naquele segmento produtivo. Por outro lado, o item 15(a)(ii) regulava a situação em que os produtores investigados não fossem capazes de demonstrar claramente que condições de economia de mercado prevaleciam no segmento produtivo investigado. Nessa situação, a autoridade investigadora podia utilizar metodologia alternativa não baseada em comparação estrita com os preços e os custos domésticos chineses.

Essa possibilidade de utilizar uma das duas metodologias dos Artigos 15(a)(i) e 15(a)(ii), por sua vez, foi condicionada pelo Artigo 15(d). A primeira condição do Artigo 15(d) era de que, caso o Membro importador reconhecesse, em conformidade com sua legislação, que a China era uma economia de mercado, ficariam sem efeito as disposições do Artigo 15(a) como um todo, desde que o Membro importador tenha estabelecido critérios para aferir a condição de economia de mercado quando da data de acessão da China. A segunda condição do Artigo 15(d) corresponde à derrogação do inciso 15(a)(ii) após transcorridos 15 anos da data de acessão, ou seja, a partir do dia 12 de dezembro de 2016. A terceira condição do Artigo 15(d) versa sobre a derrogação das disposições do Artigo 15(a) especificamente para um segmento produtivo particular ou indústria, quando ficar demonstrado que, em um segmento produtivo particular ou indústria, prevalecem condições de economia de mercado, nos termos da legislação nacional aplicável.

Nesse contexto, cumpre mencionar que a segunda condição do Artigo 15(d), correspondente à derrogação do inciso 15(a)(ii), está sujeita a controvérsia jurídica no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC (DS516: European Union - Measures Related to Price Comparison Methodologies). Isso porque a China entende que a determinação de valor normal de "economia não de mercado" em casos de dumping seria inconsistente com os Artigos 2.1 e 2.2 do Acordo Antidumping da OMC e com os Artigos I:1 e VI:1 do GATT/1994. O painel foi composto em 10 de julho de 2017. Em 28 de novembro de 2018, o Chair do painel informou ao OSC que, dada a complexidade das questões legais envolvidas na disputa, o relatório final para as partes estaria previsto para o segundo trimestre de 2019. A China também solicitou consultas aos Estados Unidos da América (DS515: United States Measures Related to Price Comparison Methodologies), para tratar basicamente do mesmo assunto do DS516. Entretanto, o DS515 até o momento não avançou para a fase de painel.

No âmbito do DS516, em 7 de maio de 2019, a China apresentou ao painel pedido de suspensão dos procedimentos, de acordo com o Artigo 12.12 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias - ESC (Dispute Settlement Understanding - DSU). Após comentários apresentados pela União Europeia e pela própria China acerca do pedido de suspensão, em 14 de junho de 2019, o painel informou ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC sobre a decisão de suspender seus trabalhos, e relembrou que a autorização para o funcionamento do painel expiraria após decorridos 12 meses da data de suspensão. Como o painel não foi requerido a retomar seus trabalhos, de acordo com o Artigo 12.12 do ESC, a autoridade para o estabelecimento do painel expirou em 15 de junho de 2020 (https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds515_e.htm#).

Diante da expiração do Artigo 15(a)(ii) após transcorridos 15 anos da data de acessão, ou seja, a partir do dia 12 de dezembro de 2016, a prática relacionada a investigações de dumping no Brasil foi alterada.

Anteriormente, nas investigações de dumping sobre produtos originários da China cujo período de investigação se encerrava até dezembro de 2016, os atos de início das investigações apresentavam a menção expressa ao fato de que a China não era considerada país de economia de mercado para fins de defesa comercial. Por exemplo, no Parecer Decom nº 33, de 19 de julho de 2016, o parágrafo 78 informou:

78. Considerando que a China, para fins de investigação de defesa comercial, não é considerada país de economia de mercado, aplica-se, no presente caso, a regra disposta no caput do art. 15 do Regulamento Brasileiro. Isto é, em caso de país que não seja considerado economia de mercado, o valor normal será determinado a partir de dados de um produto similar em um país substituto. O país substituto é definido com base em um terceiro país de economia de mercado considerado apropriado. Ainda, segundo o artigo 15, §2º, do Decreto nº 8.058/2013, sempre que adequado, o país substituto deverá estar sujeito à mesma investigação.

Assim, até dezembro de 2016 havia presunção juris tantum de que os produtores/exportadores chineses não operavam em condições de economia de mercado. Essa presunção era respaldada pelo Artigo 15(a)(ii) do Protocolo, pois se os produtores chineses investigados não pudessem demonstrar claramente que prevaleciam condições de economia de mercado no segmento produtivo objeto da investigação, o importador Membro da OMC poderia utilizar metodologia alternativa para apurar o valor normal.

No âmbito do Regulamento Antidumping Brasileiro vigente - Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 - os produtores/exportadores chineses tinham a possibilidade de comprovar que operavam em condições de economia de mercado se atendessem ao disposto nos artigos 16 e 17. Segundo seus termos, os produtores/exportadores de um país não considerado economia de mercado pelo Brasil podem apresentar elementos de prova com o intuito permitir que o valor normal seja apurado com base na metodologia considerada padrão:

Art. 16. No prazo previsto no § 3o do art. 15, o produtor ou exportador de um país não considerado economia de mercado pelo Brasil poderá apresentar elementos de prova com o intuito de permitir que o valor normal seja apurado com base no disposto nos arts. 8º a 14.

Art. 17. Os elementos de prova a que faz referência o art. 16 incluem informações relativas ao produtor ou exportador e ao setor econômico do qual o produtor ou exportador faz parte.

§ 1º As informações relativas ao produtor ou exportador devem permitir a comprovação de que:

I - as decisões do produtor ou exportador relativas a preços, custos e insumos, incluindo matérias-primas, tecnologia, mão de obra, produção, vendas e investimentos, se baseiam nas condições de oferta e de demanda, sem que haja interferência governamental significativa a esse respeito, e os custos dos principais insumos refletem substancialmente valores de mercado;

II - o produtor ou exportador possui um único sistema contábil interno, transparente e auditado de forma independente, com base em princípios internacionais de contabilidade;

III - os custos de produção e a situação financeira do produtor ou exportador não estão sujeitos a distorções significativas oriundas de vínculos, atuais ou passados, estabelecidos com o governo fora de condições de mercado; e

IV - o produtor ou exportador está sujeito a leis de falência e de propriedade, assegurando segurança jurídica e estabilidade para a sua operação.

§ 2º As informações relativas ao setor econômico do qual o produtor ou exportador faz parte devem permitir a comprovação de que:

I - o envolvimento do governo na determinação das condições de produção ou na formação de preços, inclusive no que se refere à taxa de câmbio e às operações cambiais, é inexistente ou muito limitado;

II - o setor opera de maneira primordialmente baseada em condições de mercado, inclusive no que diz respeito à livre determinação dos salários entre empregadores e empregados; e

III - os preços que os produtores ou exportadores pagam pelos insumos principais e por boa parte dos insumos secundários utilizados na produção são determinados pela interação entre oferta e demanda.

§ 3º Constitui condição para que o valor normal seja apurado com base no disposto nos arts. 8º a 14 a determinação positiva relativa às condições estabelecidas neste artigo.

§ 4º Determinações positivas relacionadas ao § 2º poderão ser válidas para futuras investigações sobre o mesmo produto.

§ 5º As informações elencadas nos § 1º e § 2º não constituem lista exaustiva e nenhuma delas, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Posteriormente, porém, transcorridos 15 anos da data de acessão, ou seja, a partir do dia 12 de dezembro de 2016, nas investigações de dumping contra a China cujo período de investigação fosse posterior a dezembro de 2016, não foram feitas mais menções expressas no ato de início das investigações sobre tal condição de a China ser ou não considerada país de economia de mercado para fins de defesa comercial. Deste modo, a utilização de metodologia alternativa para apuração do valor normal da China não era mais "automática".

Nesse sentido, considerando que apenas o item 15(a)(ii) do Protocolo de Acessão expirou, e que o restante do Artigo 15, em especial as disposições do 15(a) e do 15(a)(i), permanecem em vigor, procedeu-se a uma "alteração do ônus da prova" sobre a prevalência de condições de economia de mercado em determinado segmento produtivo objeto de investigação. Expira a presunção juris tantum de que os produtores exportadores/chineses operam em condições que não são de economia de mercado no seguimento produtivo investigado, de modo que a determinação do método de apuração do valor normal em cada caso dependerá dos elementos de prova apresentados nos autos do processo pelas partes interessadas, acerca da prevalência ou não de condições de economia de mercado no segmento produtivo específico do produto similar.

Esse posicionamento decorre das regras de interpretação da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados - a qual, em seu Artigo 31, estabelece que "1. Um tratado deve ser interpretado de boa-fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade". Ademais, com base no princípio interpretativo da eficácia (effet utile ou efeito útil), as disposições constantes de um acordo devem ter um significado. Tanto é assim que, segundo o Órgão de Apelação da OMC (DS126: Australia - Subsidies Provided to Producers and Exporters of Automotive Leather, Recourse to Article 21.5 of the DSU by the United States - WTO Doc. WT/DS 126/RW):

6.25 The Appellate Body has repeatedly observed that, in interpreting the provisions of the WTO Agreement, including the SCM Agreement, panels are to apply the general rules of treaty interpretation set out in the Vienna Convention on the Law of Treaties. These rules call, in the first place, for the treaty interpreter to attempt to ascertain the ordinary meaning of the terms of the treaty in their context and in the light of the object and purpose of the treaty, in accordance with Article 31(1) of the Vienna Convention. The Appellate Body has also recalled that the task of the treaty interpreter is to ascertain and give effect to a legally operative meaning for the terms of the treaty. The applicable fundamental principle of effet utile is that a treaty interpreter is not free to adopt a meaning that would reduce parts of a treaty to redundancy or inutility. (grifo nosso).

Dessa forma, a expiração específica do item 15(a)(ii), com a manutenção em vigor do restante do Artigo 15(a), deve ter um significado jurídico, produzindo efeitos operacionais concretos. A utilização da metodologia alternativa deixa de ser, portanto, "automática", e passa-se a analisar, no caso concreto, se prevalecem ou não condições de economia de mercado no segmento produtivo investigado. Assim, a decisão acerca da utilização ou não dos preços e custos chineses em decorrência da análise realizada possui efeitos que se restringem a cada processo específico, e não implica de nenhuma forma declaração acerca do status de economia de mercado do Membro. Por um lado, caso tais provas não tenham sido apresentadas pelas partes interessadas, ou tenham sido consideradas insuficientes, poderão ser utilizados os preços e custos chineses para a apuração do valor normal no país, desde que atendidas as demais condições previstas no Acordo Antidumping. Por outro lado, caso tenham sido apresentadas provas suficientes de que não prevalecem condições de economia de mercado no segmento produtivo, a metodologia de apuração do valor normal a ser utilizado na determinação da probabilidade de continuação/retomada de dumping poderá não se basear nesses preços e custos do segmento produtivo chinês.

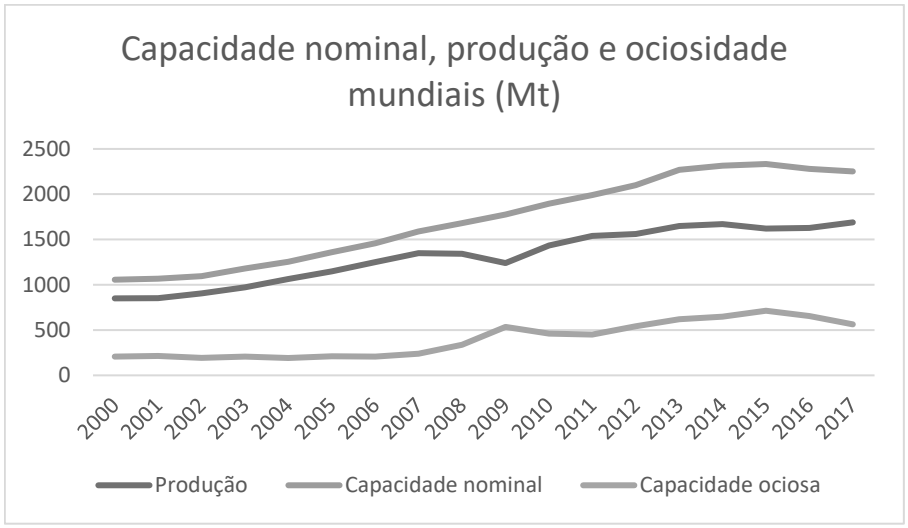
5.1.1.2.2. Da situação do mercado siderúrgico mundial e da participação das empresas chinesas

Conforme estabelecido no Artigo XII do Acordo de Marraqueche, os termos da acessão de um Estado (ou território aduaneiro separado com autonomia sobre suas relações comerciais externas) aos Acordos da organização devem ser acordados entre este e a OMC por meio de processo negociador que envolve a totalidade dos Membros. A negociação é realizada no âmbito de um grupo de trabalho, cujos termos de acessão devem ser aprovados pela Conferência Ministerial com base em maioria de dois terços dos Membros da OMC. Desde a fundação da OMC, 36 países completaram o processo de acessão, e a China foi o 15º país a finalizá-lo, efetivando-se como o 143º Membro.

As evidências trazidas aos autos pela peticionária apontam para as distorções no setor siderúrgico chinês. Não obstante, considerou-se ainda informações identificadas quando da condução de investigações anteriores sobre produtos siderúrgico chineses, como o estudo da OCDE.

Segundo os dados da OCDE, a capacidade instalada mundial de aço bruto cresceu 112% de 2000 a 2017. Nesse mesmo período, a capacidade instalada de aço bruto da China aumentou 600%. Consequentemente, sua participação na capacidade instalada mundial subiu significativamente. Em 2000, sua participação era de 14%, enquanto em 2017 ela chegou a 47%, tendo atingido seu ápice de 2013 a 2015, quando representou em torno de 49% da capacidade instalada mundial.

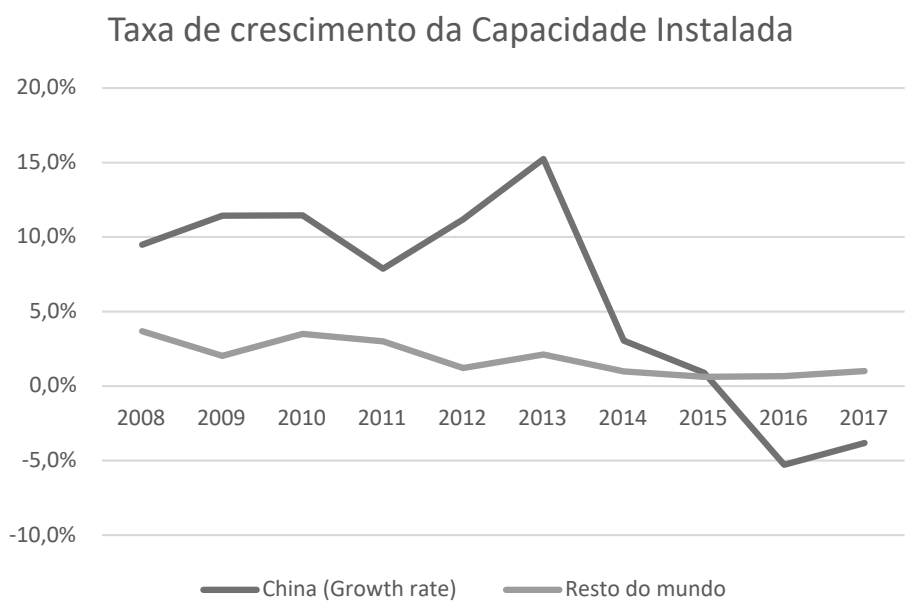
Esse crescimento, contudo, não foi acompanhado por aumento proporcional da demanda mundial por aço. Dados da World Steel Association (2018) mostram que, no mesmo período, a produção mundial cresceu 837 Mt, em comparação com o aumento de 1.195 Mt de capacidade instalada mundial. Consequentemente, a capacidade ociosa do setor siderúrgico mundial cresceu.



Fonte: World Steel Association (2018); Comitê do Aço da OCDE. Elaboração: SDCOM

Pode-se observar, porém, dois momentos distintos no comportamento da capacidade ociosa entre 2000 e 2017. Até pelo menos 2007, um ano antes da crise financeira internacional, o aumento de capacidade instalada cresceu de maneira similar ao aumento da produção. Contudo, a partir de 2008, há um claro descolamento em direção a um excesso de capacidade na indústria. Em 2015, auge da participação chinesa na capacidade instalada mundial, registrou-se o maior volume absoluto da capacidade ociosa (714Mt) e o menor grau de utilização da capacidade (69%). Em 2017, a capacidade ociosa caiu para 562Mt, mas ainda assim 2,7 vezes maior do que em 2000 e 2,3 vezes maior do que em 2007.

Dessa forma, é possível argumentar que a China contribuiu significativamente para o excesso de capacidade de aço no mundo, especialmente a partir de 2008.



Fonte: Comitê do Aço da OCDE. Elaboração: SDCOM

Nota-se que a taxa de crescimento da capacidade instalada da China foi muito maior de 2008 a 2013, com tendência de alta, tendo se reduzido desde então. Isso, não obstante, somente foi menor do que a taxa do resto do mundo nos últimos dois anos.

Em estudo de 2015, a OCDE concluiu que o desempenho financeiro da indústria siderúrgica global havia se deteriorado para níveis não vistos desde a crise do aço no final da década de 1990. Ademais, afirmou que havia uma relação estatisticamente significativa entre a capacidade excedente e a lucratividade e o endividamento da indústria.

Segundo a OCDE, o excesso de capacidade afeta a lucratividade por meio de vários canais:

Dois canais principais são os custos e preços. Por exemplo, em períodos de baixa utilização de capacidade, as economias de escala não são totalmente exploradas e, assim, os custos são mais altos e os lucros mais baixos. Os preços também tendem a ser menores durante períodos de baixa utilização da capacidade, impactando diretamente os lucros. No nível global, os efeitos do excesso de capacidade são transmitidos através do comércio; excesso de capacidade pode levar a surtos de exportação, levando a quedas de preços e perdas de quota para produtores domésticos concorrentes na importação (OCDE, 2015).

Por meio de uma análise dos balanços de empresas siderúrgicas listadas, o estudo analisou indicadores como o fluxo de caixa das empresas, relação dívida/lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização e as oportunidades de investimento (price-to-book ratio), concluindo que as indústrias deste setor estariam precisando de fundos externos para cobrir os investimentos ou mesmo manter as atividades operacionais, que o endividamento está tão elevado que trazem questionamentos quanto à solvência delas, e que as oportunidades de investimentos são escassas, ou praticamente inexistentes.

A peticionária, por meio do estudo submetido aos autos, trouxe dados que indicam que a margem de lucro das indústrias siderúrgicas chinesas é, em média, mais baixa do que a de suas congêneres no resto do mundo. Ademais, esta margem de lucro teria se reduzido significativamente no período posterior a 2008, em linha com o aumento da capacidade ociosa observada no período. Segundo a McKinsey, estas margens não permitiriam a sobrevivência das empresas nem mesmo no curto prazo.

Situação parecida seria observada em termos de indicadores de endividamento. A relação dívida/capital próprio se elevou, assim como a relação dívida/margem de lucro EBITDA. Quanto a esta última, estaria consistentemente maior do que 3, considerado o nível recomendado pela OCDE.

Como será visto, as estatais ligadas ao Governo central tendem a se alinhar mais automaticamente às diretrizes explícitas de Planos elaborados pelo Governo central, de forma que estes encerramentos podem ter um caráter meramente de medidas administrativas, sem preocupações com a eficiência alocativa, onde as empresas menos

eficientes estariam sendo fechadas e as empresas mais eficientes realmente poderiam prosperar.

O estudo da OCDE (2018) sugere que as estatais são mais propensas a registrar períodos mais longos de resultados negativos em comparação com suas contrapartes privadas, e que estão significativamente e positivamente correlacionadas com a persistência em perdas financeiras.

Dessa forma, foi possível concluir, com base nos dados acima apresentados, que a China contribuiu significativamente para o excesso de capacidade mundial do aço, que se tornou um problema particularmente grave após a crise de 2008. Ao mesmo tempo, e em linha com a hipótese de que o excesso de capacidade instalada prejudica a saúde financeira das empresas, foi possível determinar que as produtoras de aço na China possuem lucratividade menor e endividamento maior, em média, do que suas contrapartes no exterior. Por fim, foi possível determinar que empresas estatais possuem ociosidade maior e saúde financeira pior, em média, do que empresas privadas, e que há indícios de que o problema é mais grave no nível local do que no nível central.

5.1.1.2.3. Da estrutura de mercado e da participação e do controle estatal na China

Inicialmente, é importante ressaltar que a propriedade estatal de empresas no setor siderúrgico não pode ser considerada, individualmente, como um fator determinante para se atingir uma conclusão a respeito da prevalência de condições de economia de mercado em determinado setor. Sabe-se, por exemplo, como demonstrado no Relatório "Empresas Estatais no Setor de Aço" da OCDE (2018), "State Enterprises", que havia participação estatal relevante no setor de aço mundial até pelos menos o final do século XX. Apenas a partir de meados da década de 1980, primeiramente com a Europa e depois nos países da antiga União Soviética e América Latina é que a propriedade estatal se reduziu significativamente. De acordo com o mesmo estudo, os governos teriam vários motivos para intervir no setor siderúrgico, que muitas vezes é considerado estratégico, uma vez que serviriam a propósitos de desenvolvimento industrial ou mesmo de defesa nacional.

Conforme estudo da OCDE (2018), a definição de empresas estatais (SOEs) é um desafio porque envolve determinar o grau de controle que o estado pode exercer sobre uma empresa. Segundo ele, a propriedade estatal pode não ser uma condição suficiente para determinar o controle estatal. Entender como as ações de propriedade se relacionam com direitos de voto ou decisão no conselho executivo de uma empresa ou em outros órgãos de governança é difícil, mas, na visão da OCDE, particularmente importante.

Ademais, mesmo na ausência de controle estatal, os regulamentos ou a presença nos órgãos de governança da empresa podem fornecer margem suficiente para o Estado influenciar o processo de tomada de decisão. A variedade de circunstâncias e a falta de transparência sobre como o controle e a influência do Estado podem ser exercidos torna a análise de políticas bastante complexa.

O estudo também salientou este problema, e adicionou que há diferentes metodologias para se estimar a representatividade das SOEs no setor. Ainda, salientou que a atuação das estatais submetidas ao governo central, provincial ou municipal não podem ser vistas como um padrão monolítico, dados os conflitos de interesse entre os níveis de governo. Em outras palavras, as políticas públicas de estímulo às indústrias siderúrgicas chinesas diferem de acordo com o nível de governo, o que é um indicativo da existência de incentivos com efeitos contraditórios sobre o setor.

Os dados mostraram que as empresas estatais são particularmente importantes na China. Entre as principais indústrias siderúrgicas do país, todos os dados indicam que a maioria é estatal. Quanto ao universo das indústrias de aço, os números apontam para participação ainda relevante, mas decrescente. Estimativa de um estudo de 2010 colocou que a produção de aço de empresas estatais representava 63%. Outro, referente ao ano de 2017, dizia que em 2005 a participação era de 65% em 2005, mas teria declinado fortemente para 43,4% em 2017. A Comissão Europeia, em 2017, estimou em 49% essa participação. Assim, é possível afirmar, com base nos dados trazidos aos autos, que a participação de estatais na produção chinesa de aço é representativa, mas também que, ao mesmo tempo, a participação do setor privado tem aumentado e já representa parcela superior à das estatais.

Outro aspecto relevante presente no estudo se refere à participação das empresas locais entre as empresas estatais. Segundo os dados apresentados, a maior parte da produção de aço na China é originária de empresas subnacionais. Este dado é consistente com a história da indústria chinesa de aço, que cresceu de modo extremamente fragmentado desde o final dos anos 1950. Esta informação é fundamental, uma vez que, como será visto, as diretrizes e metas são elaboradas pelo Governo central, de modo que o alinhamento dos demais níveis de Governo podem não ser automáticos.

Além da propriedade direta de empresas, contudo, o controle do Governo pode ser exercido de facto por meio de uma série de meios. Nesse aspecto, os estudos de caso apresentados jogam luz à complexa relação entre o Estado, o Partido Comunista Chinês e empresas estatais e privadas. Empresas (inclusive privadas como a Shagang, a maior siderúrgica privada da China) possuem Comitês do Partido em suas estruturas e executivos de alto escalão que não são apenas filiados ao Partido, mas que apresentam currículo extenso com passagens em diversos postos do Estado e do Partido. Ademais, nos casos analisados em que empresas estatais enfrentaram dificuldades financeiras, caso das estatais locais Bengang Plates, Dongbei e TPCO, ficou clara a forte influência do Estado no destino das empresas.

Conforme art. 19 da Lei das Companhias da China, uma organização do Partido Comunista deve ser estabelecida em uma empresa para realizar atividades do Partido que estejam de acordo com a Constituição do Partido Comunista da China. Ademais, determina que a empresa deveria fornecer as condições necessárias para as atividades da organização. O art. 30 da Constituição do Partido Comunista da China, por sua vez, estabelece que uma organização primária do PCC deve ser formada em qualquer empresa [...] onde há três ou mais membros do Partido.

A Constituição do PCC ainda diferencia os papéis que o Partido Comunista deveria exercer em empresas estatais e privadas. Conforme art. 33, em empresas estatais, entre outras coisas, o Comitê deve desempenhar um papel de liderança, definir a direção certa, ter em mente o panorama geral, assegurar a implementação das políticas e princípios do Partido, discutir e decidir sobre questões importantes da sua empresa. Ademais, deve garantir e supervisionar a implementação dos princípios e políticas da Parte e do Estado dentro de sua própria empresa e apoiar o conselho de acionistas, conselho de administração, conselho de supervisores e gerente (ou diretor de fábrica) no exercício de suas funções e poderes de acordo com a lei. Deve ainda exercer liderança sobre o trabalho dos Sindicatos.

No que se refere às empresas privadas, as entidades devem, entre outras coisas, implementar os princípios e políticas do Partido, orientar e supervisionar a observância das leis e regulamentos estatais, exercer liderança sobre sindicatos, promover unidade e coesão entre trabalhadores e funcionários e promover o desenvolvimento saudável de suas empresas.

Fica claro, em primeiro lugar, que o regulamento permite um grau de controle maior do Comitê do Partido sobre as empresas estatais. Regulamentos do Partido emitidos em junho de 2015 indicam que o Secretário do Comitê de uma estatal deve ser determinado conforme a estrutura de governança interna da empresa. Isto significa que, na prática, dificilmente será nomeado Secretário do Comitê uma pessoa que não seja o próprio Presidente ou algum Diretor da empresa. No caso da BaoWu Steel, por exemplo, este cargo compete ao Presidente do Conselho de Diretores Chen Derong, e o vice-Secretário é o Diretor Hu Wangming, enquanto o Presidente da estatal Dai Zhihao é um membro permanente do Comitê.

Não obstante, as atribuições do Comitê no caso de empresas privadas, ainda que genéricas, permitem concluir que, mesmo nesses casos, o controle pode ser significativo. A forma como serão interpretadas competências como "implementar políticas do partido", "supervisionar a observância de leis" e "exercer a liderança sobre o Sindicato" e o grau efetivo de influência do Governo/Partido dependerão do caso concreto. Em matéria de 25 de julho de 2018, o South China Morning Post noticiou que 61% de 152 gestores de fundos estrangeiros entrevistados pela Asia Corporate Governance Association no terceiro trimestre de 2017 afirmaram não acreditar que o partido tivesse um papel "claro e responsável" nas empresas listadas em bolsa. Como será visto adiante, o grau de influência do Governo sobre empresas privadas no setor siderúrgico é significativo, ainda que menor do que no caso das estatais.

Diante do exposto, foi possível concluir que a presença do Estado chinês, seja ele central ou subnacional, é massiva no setor de aço. A participação das empresas formalmente estatais na produção chinesa é bastante significativa, e é maior nos níveis locais. Além do simples controle societário, contudo, há outros aspectos que tornam o controle do Estado e do PCC ainda mais profundo no âmbito das empresas, inclusive privadas, como a atuação dos Comitês do Partido dentro da estrutura das empresas e o fato de os Sindicatos dos trabalhadores estarem submetidos às empresas e ao Partido.

5.1.1.2.4. Das metas e diretrizes do Governo e sua influência sobre empresas estatais e privadas

As informações trazidas aos autos não permitem concluir a respeito da validade jurídica dos Planos. Isto não obstante, o que realmente importa para fins desta análise é saber se, na prática, o Governo consegue, por meio dos Planos, intervir na economia de tal forma que condições de economia de mercado não prevaleçam.

Em adição, ainda que outros países elaborem políticas industriais em formatos semelhantes, esta Subsecretaria desconhece alegações de que nestes países não haja prevalência de condições de economia de mercado, independentemente do segmento produtivo. Por fim, como visto no primeiro item deste posicionamento, foi a China o país que decisivamente contribuiu para o excesso de capacidade instalada mundial, de modo que, sejam quais tenham sido as políticas implementadas em outros países, não há qualquer indício de que distorções significativas tenham origem nestes países.

A análise dos Planos em questão levou à conclusão de que o Governo central claramente procura estabelecer diretrizes a serem seguidas pelos agentes econômicos do segmento siderúrgico. O documento base que serve de orientação é o Plano Quinquenal, que estabelece as diretrizes e metas mais gerais para a economia. Há também os Planos específicos, derivados dos Planos Quinquenais, que detalham diretrizes e metas por setor produtivo. No âmbito das Províncias e Municípios, é esperado que estes níveis de Governo também elaborem os seus Planos, sempre de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas pelo Governo central.

No caso da investigação de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de produtos laminados planos a quente originárias da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 34, de 21 de maio de 2018, publicada em edição extra do Diário Oficial da União da mesma data, os diversos planos governamentais conhecidos foram determinantes para identificação do caráter estratégico do setor siderúrgico chinês, o que se refletia na destinação de relevantes subsídios às empresas investigadas:

"208. Segundo informações apresentadas pelas peticionárias, a estratégia chinesa para promover o rápido crescimento da sua economia é definida em suas políticas industriais, tanto de nível nacional quanto de nível local. Nesse sentido, a indústria siderúrgica é reiteradamente identificada como fundamental para o desenvolvimento chinês e, consequentemente, possui prioridade no recebimento de subsídios governamentais. Os subsídios concedidos fazem parte da estratégia do governo de "direcionar capital estatal para indústrias relevantes para a segurança e economia nacional através da injeção discricionária e racional de capital", conforme os planos e políticas destacados abaixo:

a) planos quinquenais (Five-Year Plan), do oitavo ao décimo terceiro, cobrindo o período de 1991 a 2020;

b) políticas específicas para o setor siderúrgico - "Iron and Steel Development Policy", "Iron and Steel Industry Adjustment and Revitalization Plan" ("Steel Adjustment Plan"), de 2009, "Iron and Steel Industry 12th Five Year Plan", de 2011, "Iron and Steel Normative Conditions", de 2012, e "Guiding Opinions on Resolving the Problem of Severe Excess Capacity", de 2013;

c) políticas de apoio científico e tecnológico - "Guideline for the National Medium and Long Term Science and Technology Development Plan", "National Medium and Long Term Science and Technology Development Plan", "Decision on Implementing the Science and Technology Plan and Strengthening the Indigenous Innovation", todas de 2006; e

d) políticas de direcionamento de investimentos - "Decision of the State Council on Promulgating and Implementing the Temporary Provisions on Promoting Industrial Structure Adjustment", de 2005, e "Provisions on Guiding the Orientation of Foreign Investment", de 2002."

Naquele caso, restou evidente que os diversos planos existentes apontavam o setor siderúrgico como prioritário para recebimento de subsídios concedidos pelo governo chinês.

Apesar deste conjunto de documentos, a influência que o Governo Central efetivamente exerce sobre o setor siderúrgico parece depender de uma série de elementos, como o setor produtivo, se a empresa é de propriedade estatal ou privada, se a empresa é estatal central ou local e, até mesmo, de empresa para empresa.

Talvez o tema que mais ilumine essa discussão seja o problema da fragmentação da produção de aço na China. Trata-se de um diagnóstico constantemente apontado pelos Planos Quinquenais 11º, 12° e 13°, e nos Planos setoriais decorrentes, os quais cobrem o período de 2005 a 2020. Como consequência deste problema, o Governo central chinês procurou aumentar a concentração de mercado, estabelecendo metas de participação de mercado das maiores empresas e, até mesmo, determinando explicitamente as empresas que deveriam realizar fusões com este propósito.

Como se pôde observar a partir das metas estabelecidas em cada um dos Planos, estas não puderam ser cumpridas, especialmente na década atual. A meta de participação das dez maiores empresas estabelecida pelo PDISC (2005) previa aumento de participação de 34,7% para 50% em 2010, e quase foi atingida (48,6%). Contudo, de acordo com o 12º Plano Quinquenal, esta participação deveria chegar a 60% em 2015, mas o que se confirmou foi um decréscimo significativo, fazendo com que a participação de mercado das dez maiores empresas fosse ainda menor do que aquela atingida em 2005 (34%). Este período, recorda-se, coincide com um aprofundamento da capacidade ociosa mundial e com o ápice da participação chinesa na capacidade instalada mundial. Adicionalmente, nota-se que um dos objetivos do 13º Plano Quinquenal é "promover a fusão, modernização e reestruturação de empresas com baixo desempenho", evidenciando o insucesso do Governo central em atingir os seus objetivos até então.

A Baosteel se tornou a maior siderúrgica da China após a concretização da fusão com outra empresa estatal ligada ao Governo central, a WISCO. Esta fusão era uma meta já prevista no PARIS em 2009 e, embora tenha levado alguns anos para efetivar-se, foi finalmente levada a cabo no final de 2016. A fusão da Bengang Plates, com a Anshan, por outro lado, não teve o mesmo final. A primeira, como visto, é uma estatal ligada ao Governo de Liaoning, com fortes vínculos com o desenvolvimento municipal e provincial, enquanto a segunda é uma empresa estatal ligada ao Governo central. Apesar de também estar prevista no PARIS, esta fusão não se concretizou por "divergências de interesse" e "desgaste político". A TPCO, estatal ligada ao Município-Província de Tianjin, uniu-se a três outras empresas do Município já em 2010, consoante diretriz prevista no PARIS. Contudo, a fusão seria desfeita em 2016 pelo Governo de Tianjin no âmbito de um conturbado processo de reestruturação da dívida do Grupo.

A influência do Governo central, assim, depende de uma série de fatores, mas a propriedade direta da empresa estatal parece uma das mais relevantes. Um exemplo disso é o problema do excesso de capacidade instalada, a qual assumiu maior importância com o PARIS em 2009, logo após a crise de 2008. Como já observado, apenas em 2016 e em 2017 houve redução líquida da capacidade instalada na China. Ademais, conforme Relatório intitulado "Desenvolvimentos Recentes na Capacidade de Produção de Aço" da OCDE (2018), foi a BaoWu Steel a empresa que mais contribuiu sozinha para a redução da capacidade instalada na China em 2016. Em 2017, como visto, o grau de ocupação da capacidade instalada da Baosteel atingiu em torno de 93%. Já a Bengang Plates, uma empresa estatal subnacional, apresentou grau de utilização de aproximadamente 83% no mesmo período.

No caso das empresas privadas, os dados comprovam que a influência do Governo (sem distinguir a jurisdição) é menor do que no caso das estatais, como era esperado. As empresas privadas contribuíram menos para o excesso de capacidade, e mais para a redução da capacidade, do que suas contrapartes estatais.

De acordo com o Relatório "State Enterprises" da OCDE (2018), pelo menos 32% da produção mundial foi gerada por empresas estatais em 2016, mas, como visto, 55% dos investimentos planejados ou em andamento para aumento da capacidade instalada eram de empresas estatais, das quais a maioria são chinesas.

Recorda-se que, na China, as evidências apontam que as empresas privadas apresentam em média menor capacidade ociosa, lucratividade mais alta e endividamento mais baixo do que as empresas estatais.

Conforme explica o Relatório "Excesso de Capacidade na indústria global do Aço: Situação atual e caminhos a seguir" da OCDE de 2015:

Quando a demanda e os preços do aço caem, firmas maximizadoras de lucro devem reduzir sua produção e deixar um determinado volume de capacidade ociosa. Lucros tendem a ser menores porque as empresas ainda precisam pagar pelos seus custos fixos. Contudo, se a situação persistir no tempo, empresa operando em condições normais de mercado tentaria minimizar seus custos fixos reduzindo capacidade, o que faz com que o excesso de capacidade seja um fenômeno de curto prazo.

Contudo,

capacidade excessiva persistente pode ser um indicativo de ações de governo que impedem ajustes que deveriam ocorrer em mercado competitivos. Devido à importância e natureza estratégica da indústria de aço para muitas economias nacionais, a tendência em cenários de crise é tentar preservar a capacidade da indústria com o objetivo de evitar o desemprego e outros problemas sociais que ocorreriam em caso de redução da capacidade. Outra razão seria a busca por autossuficiência na produção de aço, com o objetivo de reduzir a dependência do produto estrangeiro.

Como consequência disso, empresas estatais, e em particular aquelas ligadas aos Governos locais (já que os efeitos de eventuais reduções de capacidade são primeira e essencialmente sentidos localmente), tendem a apresentar perdas financeiras mais persistentes do que as empresas privadas.

Dessa forma, os dados permitem inferir que as empresas privadas chinesas, em média, respondem a estímulos de mercado em maior medida do que suas contrapartes estatais.

Em um ambiente em que as empresas estatais predominam e as políticas estatais distorcem o mercado de forma profunda, mesmo agentes privados que seguiriam uma rationale de mercado acabam tendo sua atuação afetada pela influência das políticas e a concorrência com empresas estatais. Dessa forma, como já reconhecido pela jurisprudência da OMC em matéria de subsídios (AB Report - US - Definitive Anti-Dumping and Countervailing Duties on Certain Products from China, WT/DS379/AB/R, paras. 446-447), a existência de distorções significativas decorrentes da presença predominante do governo no mercado poderá justificar a não utilização de preços privados daquele como benchmark apropriado para fins apuração do montante de subsídios:

446. In sum, we are of the view that an investigating authority may reject in-country private prices if it reaches the conclusion that these are too distorted due to the predominant participation of the government as a supplier in the market, thus rendering the comparison required under Article 14(d) of the SCM Agreement circular. It is, therefore, price distortion that would allow an investigating authority to reject in-country private prices, not the fact that the government is the predominant supplier per se. There may be cases, however, where the government's role as a provider of goods is so predominant that price distortion is likely and other evidence carries only limited weight. We emphasize, however, that price distortion must be established on a case-by-case basis and that an investigating authority cannot, based simply on a finding that the government is the predominant supplier of the relevant goods, refuse to consider evidence relating to factors other than government market share.

447. In the light of the above, we do not consider that the Panel interpreted Article 14(d) of the SCM Agreement as permitting the rejection of in-country private prices as benchmarks through the application of a per se rule based on the role of the government as the predominant supplier of the goods. Rather, the Panel correctly interpreted Article 14(d) of the SCM Agreement as requiring that the issue of whether in-country private prices are distorted such that they cannot meaningfully be used as benchmarks is one that must be determined on a case-by-case basis, having considered evidence relating to other factors, even in situations where the government is the predominant supplier in the market.

Ademais, o próprio Protocolo de Acessão da China à OMC, no item (b) do Artigo 15, prevê que os termos e condições estabelecidos na China nem sempre podem ser utilizados como base para comparação adequada para apuração do montante de subsídios em termos do benefício auferido pelas empresas investigadas, o que também reflete a preocupação com as distorções provocadas pela presença do Estado na economia.

b) Nos procedimentos regidos pelas disposições das partes II, III e V do Acordo SMC, quando se tratarem de subsídios descritos nos itens a), b), c) e d) do artigo 14 do referido Acordo, aplicar-se-ão as disposições pertinentes do mesmo; não obstante, se houver dificuldades especiais, o Membro da OMC importador poderá utilizar, para identificar e medir o benefício conferido pelo subsídio, metodologias que levem em conta a possibilidade de que os termos e condições prevalecentes na China nem sempre podem ser utilizados como bases de comparação adequadas. Para aplicar tais metodologias, sempre que factível, o Membro da OMC importador deverá proceder a ajustes desses termos e condições prevalecentes antes de considerar a utilização de termos e condições prevalecentes fora da China. (grifo nosso)

Além disso, vale mencionar, como foi explicado no item anterior, Comitês do PCC devem ser formados no âmbito das empresas, que devem fornecer as condições necessárias para as suas atividades. Suas competências permitem concluir que o Partido pode influenciar significativamente as decisões das empresas, preocupação que é compartilhada principalmente por investidores estrangeiros. Conforme já citada matéria do South China Morning Post, Comitês do Partido Comunista foram criados em 91% das empresas listadas na China e 68% das não listadas até o final de 2016.

No caso concreto, recorda-se que a maior empresa privada de aço da China, a Shagang, possui Comitês do Partido na sua estrutura e recebeu subsídios desde pelo menos 2010. Ademais, foi beneficiada por uma forte atuação do Governo da Província no processo de restruturação da DongBei, uma empresa estatal estratégica que atua em um segmento de aço destinado à indústria naval, aeroespacial e militar. Trata-se de um caso peculiar, em que foi permitido a uma empresa privada ser a maior acionista de uma empresa estatal estratégica, ao mesmo tempo em que credores da empresa alegadamente tiveram os seus direitos desrespeitados.

Convém lembrar que a Província de Jiangsu pretendia fundir mais de 50 companhias siderúrgicas em apenas oito empresas, sendo que a Shagang seria a única considerada "supergrande". Ainda, chama a atenção o ostensivo evento de divulgação do 19º Congresso do Partido ocorrido na empresa. Todos estes elementos levam à conclusão de que a presença massiva do Estado no setor siderúrgico gera fortes incentivos para que as empresas privadas se alinhem aos objetivos do Partido, seja como pura sobrevivência, seja como uma forma de expansão corporativa.

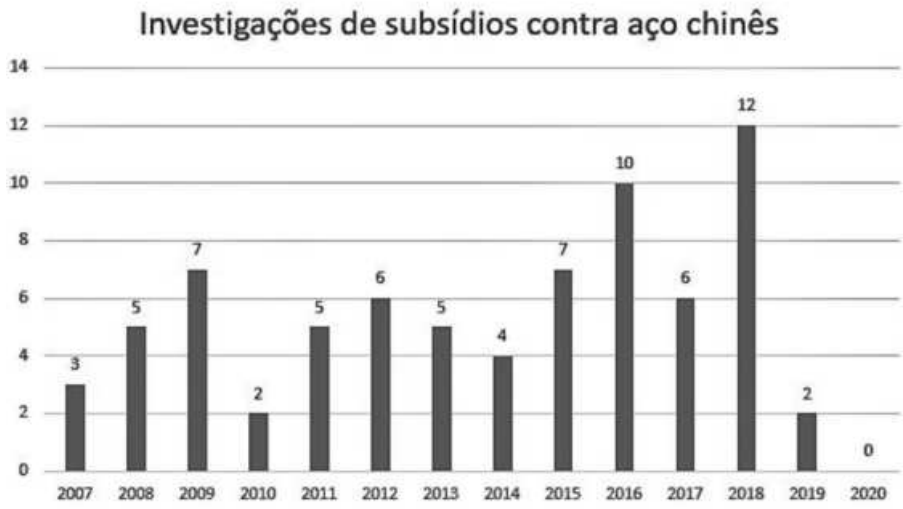
Dessa forma, foi possível concluir que influência do Governo chinês como um todo sobre o setor siderúrgico é muito significativa. Contudo, contrariamente ao que a leitura e a sequência de elaboração dos Planos parecem indicar, não se pode afirmar simplesmente que o Governo central dita os rumos do setor a partir destes instrumentos. Na verdade, os fatos narrados no primeiro item deste posicionamento são mais bem explicados pela atuação das empresas estatais subnacionais, cujos Governos possuem preocupações imediatas em termos de emprego e estabilidade social, especialmente no cenário pós crise. Estas empresas constituem a maior parte das estatais do país, tendem a apresentar menor escala e pior desempenho financeiro, mas não têm respondido significativamente às diretrizes do Governo referentes a fusões, falência e redução da capacidade. Quanto às empresas privadas, é possível afirmar que a influência é menor, mas ainda assim muito significativa, como mostrou o estudo de caso da Shagang, maior empresa privada de aço da China.

5.1.1.2.5. Das práticas distorcivas do mercado

Inicialmente, é importante notar que a concessão de subsídios per se não é o suficiente para caracterizar que não prevalecem, em determinado segmento produtivo, condições de economia de mercado. Com efeito, os Acordos da OMC estabelecem aqueles subsídios considerados proibidos e acionáveis para fins de aplicação de medidas compensatórias, sem qualquer consideração a respeito da prevalência ou não de condições de economia de mercado naquele setor. Desde 1995, vários países onde indiscutivelmente prevalecem condições de economia de mercado foram afetados por medidas compensatórias impostas por outros Membros da OMC, como União Europeia (e países individuais como França, Itália, Bélgica e Alemanha), Estados Unidos, Canadá, Coreia do Sul, Emirados Árabes e o próprio Brasil (OMC).

Contudo, a variedade e o nível de concessão de subsídios, em conjunto com outras formas de intervenção governamental, poderão resultar em tamanho grau de distorção dos incentivos que, no limite, acabam fazendo com que deixem de prevalecer condições de economia de mercado em determinado segmento.

De fato, todos os dados apontam para um alto nível de concessão de subsídios do setor siderúrgico chinês. Estudos mostraram que proporção significativa do lucro das empresas decorre de subsídios governamentais, e que as formas de concessão são as mais variadas possíveis. Adicionalmente, no período pós crise financeira a concessão de subsídios parece ter acelerado, o que pode ser atestado pelo número de casos de medidas compensatórias iniciados contra a China nos últimos anos. Com base em dado extraído do Integrated Trade Intelligence Portal (I-TIP) da OMC, referente aos códigos SH 72 e 73, foram iniciadas 74 investigações de subsídios sobre as importações chinesas de aço até 2020 e todas elas foram iniciadas depois de 2007.



Fonte: I-TIP.
Elaboração: SDCOM

A esse respeito, vale recordar que na investigação de subsídio acionável nas exportações para o Brasil de produtos laminados planos, de aço ligado ou não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, em chapas (não enrolados) de espessura inferior a 4,75 mm, ou em bobinas (em rolos) de qualquer espessura, originários da República Popular da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática (processo). O período de análise do subsídio foi 2015, que, como visto, foi o auge da participação chinesa na produção mundial de aço.

Naquela oportunidade, o então DECOM concluiu que, dos 25 programas de subsídios acionáveis identificados no início da investigação, 11 geraram benefícios às empresas investigadas cooperantes. Foram eles: (1) Empréstimos preferenciais; (2) Do seguro e da garantia ao crédito de produtos exportados; (3) Injeções de capital; (4) Subsídios previstos na "Law of The People's Republic of China on Enterprise Income Tax"; (5) Deduções do Imposto Sobre o Valor Agregado (VAT); (6) Isenção de Imposto de Importação e Imposto sobre o Valor Agregado (VAT); (7) Fornecimento pelo Governo Chinês de Bens e Serviços a Preços Reduzidos (Terrenos, Recursos Minerais, Energia elétrica); (8) Fundo para projetos Tecnológicos; (9) Fundo para redução da Emissão de Gases e conservação de energia; (10) Fundos para Desenvolvimento do Comércio Exterior; e (11) Fundo para Controle da Produtividade.

Duas empresas chinesas responderam ao questionário do produtor/exportador, a Bengang Plates e a Baosteel, ambas objeto de análise do estudo trazido aos autos pela peticionária. Foram apurados um montante de subsídios total de US$ 250,42/t para a Bengang Plates e de US$ 221,94/t para a Baosteel, o que representou na época 57,38% e 37,85% do preço FOB/t exportado para o Brasil. Para as demais empresas não cooperantes, calculou-se montante de subsídio equivalente a US$ 450,67/t.

Tais dados e informações evidenciam a grande variedade e o elevado nível de concessão de subsídios para o setor de aço chinês, gerando distorções de tal magnitude que acabam por contribuir para que não prevaleçam condições de economia de mercado nesse segmento produtivo. Em especial, verificou-se naquela ocasião que dois programas de subsídio conferiam elevado benefício às empresas investigadas: Empréstimos Preferenciais e Fornecimento pelo Governo chinês de Bens e Serviços a Preços Reduzidos (Terrenos, mais especificamente).

Especificamente sobre a utilização de terrenos, no âmbito da investigação de subsídios conduzida pelo então DECOM, restou demonstrado como estão estabelecidos os direitos de uso e a propriedade estatal, conforme excertos do Parecer do DECOM já referido:

"599. A terra na China é de propriedade do Estado, de acordo com o disposto no art. 10 da Constituição Chinesa. Nos termos do referido dispositivo, e de modo geral, os terrenos localizados em áreas urbanas são de propriedade do governo central e os terrenos localizados em áreas rurais ou suburbanas são de propriedade dos governos provinciais ou das "coletividades locais". Ademais, em investigação conduzida pelo "Department of Commerce", dos Estados Unidos da América, em investigação de subsídios concedidos pelo governo chinês, o DOC se manifestou da seguinte forma:

"As an initial matter, we note that private land ownership is prohibited in the PRC and that all land is owned by some level of government, the distinction being between land owned by the local government or 'collective' at the township or village level and land owned by the national government (also referred to as state-owned or 'owned by the whole people').

600. Conforme relatório "Asia News", de janeiro de 2015, a empresa de consultoria alemã Beiten Burkhardt explica brevemente as formas de concessão dos direitos de uso da terra pelo governo chinês para projetos industriais:

"In order to use Chinese land for construction projects, one must obtain land use rights classified as either "granted" or "allocated". Allocated land use rights are only provided for special purposes, including military use and key projects in the areas of energy, communications and water use. Granted land use rights are issued for a certain period of time against payment of a fee, and the terms are documented contractually. The contract terms and related title documents also stipulate the designated land use, for example, residential or industrial. The grant term of the land use rights depends on the designated purpose of the use of the land".

601. Assim, as políticas industriais chinesas determinam que os governos central e locais devem alocar, de modo preferencial, terrenos para o desenvolvimento de indústrias prioritárias, entre elas a indústria siderúrgica. Além disso, a Decisão nº 40, do Conselho de Estado Chinês, determina que os governos de todas as províncias, regiões autônomas e municipalidades devem formular políticas sobre o uso da terra para implementar as políticas industriais chinesas, que designam a indústria siderúrgica como uma indústria prioritária. Como exemplos de política implementada de acordo com tal orientação, tem-se o "Iron and Steel Industry Adjustment and Revitalization Plan Outline ", da província de Jiangsu, que determina que as agências governamentais devem dar prioridade para o uso da terra para projetos da indústria siderúrgica, e o "Iron and Steel Industry Adjustment and Revitalization Plan", da província de Guangdong, o qual determina que o governo provincial incentive grandes plantas siderúrgicas a se estabelecerem em áreas específicas."

Naquela ocasião, a despeito das alegações apresentadas pelo Grupo Baosteel de que os seus terrenos teriam sido adquiridos em condição de mercado, o DECOM logrou encontrar documentos oficiais que indicavam a obtenção de uso de terrenos sem contrapartida financeira por parte da empresa. Ademais, em processo de verificação in loco, a condição gratuita da utilização de terrenos foi confirmada:

"609. O Grupo Baosteel em sua resposta ao questionário informou que seus terrenos teriam sido adquiridos em condição de mercado, e que nenhuma de suas compras seria um subsídio. Salienta-se que nenhuma das empresas trouxe elemento apto a corroborar tal informação e sequer respondeu ao questionário ou trouxe informações sobre as terras nas quais estão instaladas suas unidades.

610. O Departamento logrou encontrar, em sentido diverso ao alegado pelo grupo Baosteel, documento oficial da Baosteel na ocasião de lançamento de seus títulos (bonds), datado de 22 de fevereiro de 2012, em que esta afirma, na seção de fatores de risco, que:

"Certain land parcels occupied by the Group are state-owned allocated land, granted land without payment of land premium or collectively-owned land. Moreover, the Group has not yet obtained ownership certificates for some of its individual buildings. As a result, the use of these properties by the Group may be terminated". (grifo nosso)

[...]

613. Nas verificações in loco, ambos grupos confirmaram que o terreno original de instalação das respectivas plantas foi obtido a título gratuito do governo, o que vai ao encontro das conclusões do Departamento. Foi explicado que, por ser de interesse estratégico do governo a instalação das siderúrgicas, não houve nenhum pagamento pelos terrenos. Salienta-se que esses terrenos originais até hoje constituem a quase totalidade das terras detidas pelos grupos, sendo as aquisições posteriores pouco significativas ante ao total."

Nesse sentido, foram apurados montantes de subsídios da ordem de US$ 67,73 por tonelada para o Grupo Bengang e US$ 39,63 por tonelada de laminado a quente para o Grupo Baosteel, com base nos fatos disponíveis constantes dos autos do processo.

No caso do programa de empréstimos preferenciais investigado pelo DECOM no âmbito do caso de laminados a quente, também foi possível encontrar elementos concretos acerca dos subsídios que beneficiam o setor siderúrgico:

"309. Nesse sentido, além de controlar os principais bancos do mercado chinês, o Governo da China também influencia as decisões dos agentes bancários por meio da lei "Law of the People's Republic of China on Commercial Banks", que dispõe em seu artigo 34 sobre a obrigatoriedade de os bancos atuarem em conformidade com a orientação da política industrial do Estado, conforme transcrito abaixo:

Article 34 Commercial banks shall conduct their business of lending in accordance with the needs of the national economic and social development and under the guidance of the industrial policies of the State. (grifo nosso)

310. Insta salientar que tal artigo não faz distinção entre bancos comerciais estatais e bancos comerciais ditos privados, o que só reforça a constatação de que o sistema bancário chinês, como um todo, se sujeita às diretrizes do Estado.

[...]

314. Ainda quanto à intervenção no sistema bancário, o documento "IMF Working Paper - Financial Distortions in China: A General Equilibrium Approach", de 2015, aponta como as principais distorções existentes do sistema financeiro chinês, que potencializaram o crescimento do país, o controle das taxas de juros pelo Banco Central Chinês, além da "garantia implícita" de que o governo jamais deixaria que uma empresa estatal não pagasse seus empréstimos:

While a succession of market-oriented reforms has transformed China into the second largest economy in the world, financial sector reforms have been lagging behind. Interest rates used to be heavily controlled and had been liberalized only gradually. Even more entrenched is the system of implicit state guarantees covering financial institutions and corporates (particularly state-owned), giving an easier access to credit to entities perceived to be backed by the government. Why have these distortions survived for that long, even as the rest of the economy has been undergoing a transition to a market-oriented system? They have been an integral part of the Chinas growth story. Low, administratively-controlled interest rates have worked in tandem with distortions artificially boosting saving rates. Both reduced the cost of capital to support what has long been the highest investment rate in the world. Widespread implicit state guarantees further supported credit flow and investment, particularly when export collapsed after the Global Financial Crisis. This mechanism supercharged Chinas growth liftoff.

315. Este documento aponta ainda que as garantias implícitas dadas pelo Governo da China e o acesso privilegiado ao crédito beneficiaram principalmente, mas não exclusivamente, as empresas estatais.

Implicit guarantees distort lending decision. With the guarantees, there is incentive for creditors to lend more (and more cheaply) to those perceived to be guaranteed, regardless of the viability or project. Indeed, there is evidence that SOEs have enjoyed better access to finance than their private counterpart.

316. Diante do exposto, tem-se que o sistema financeiro chinês não é regido pelas regras de mercado, mas sim pelo Governo daquele país, tanto através da sua regulação quanto através da participação governamental nas instituições financeiras chinesas.

317. Nesse sentido, há elementos que indicam claramente que a indústria siderúrgica chinesa foi beneficiada com empréstimos preferenciais concedidos pelos bancos chineses para implementação dos objetivos estabelecidos nas políticas industriais do país, conforme descrito no item 4.1 deste Parecer.

[...]

322. Como já dito, o documento ""Guiding Opinions on Resolving the Problem of Severe Excess Capacity" apresenta como uma das estratégias indicadas para a solução do problema de excesso de capacidade produtiva a concessão de empréstimos para aumentar o nível tecnológico das empresas. Elementos dos autos apontam ainda que o governo chinês emitiu listas de empresas, contendo diversos produtores de aço, para as quais seriam concedidos empréstimos preferenciais com o objetivo de levá-las a adquirir novos equipamentos para melhorar a qualidade dos seus produtos e reduzir o consumo de energia".

Nesse sentido, foram apurados montantes de subsídios da ordem de US$ 116,53 por tonelada para o Grupo Bengang e US$ 89,83 por tonelada de laminado a quente para o Grupo Baosteel, com base nos fatos disponíveis constantes dos autos do processo.

Sobre restrições a investimentos estrangeiros no aço, trata-se de mais um elemento que, individualmente, não é capaz de levar a uma conclusão definitiva de que não prevalecem condições de economia de mercado em determinado setor. Como mencionado anteriormente, havia participação estatal relevante no mundo até o final do século passado, e a intervenção do Governo muitas vezes é justificável em virtude do caráter estratégico do setor para o desenvolvimento econômico e para a defesa nacional dos países.

Apesar disso, em um contexto de massiva presença estatal como o descrito na presente análise, seja por meio da propriedade direta de produtoras de aço ou de suas controladoras, seja por meio de outros instrumentos como a presença formal do Partido Comunista na estrutura da empresa, essa questão passa a ser relevante porque pode contribuir para que não prevaleçam condições de economia de mercado neste segmento produtivo.

Como exemplo, apesar de o PCC encorajar que organizações partidárias sejam formadas em todas as empresas, aquelas em que predomina o capital estrangeiro naturalmente tendem a ser mais resistentes. Matéria de periódico chinês trazida aos autos pela Baosteel mostra que a cidade de Suzhou possuía 6.545 empresas de capital estrangeiro e apenas 1.049 Comitês do Partido. Em outra matéria, em Pequim, de quase 10 mil empresas estrangeiras atendidas pela Foreign Enterprise Human Resources (FESCO), uma empresa que presta serviços de recursos humanos, apenas 105 possuíam Comitês.

Como a participação de Comitês é menor em empresas de capital estrangeiro, a liberalização total de investimentos estrangeiros tenderia a reduzir o grau de influência do Estado sobre o setor.

Em novembro de 2017, a Câmara Europeia de Comércio expressou preocupação com o relato de empresas europeias participantes de joint-ventures (JV) com estatais chinesas de que estas estariam solicitando que Comitês do Partido fossem formalizados na estrutura de governança da JV e que os estatutos da JV devessem ser revisados para dar ao Partido maior papel na governança e na tomada de decisão em todos os assuntos significativos da JV.

As informações analisadas mostram que a China implementou recentemente maior liberalização de investimentos no setor siderúrgico, mas ainda permanecem restrições quantitativas e de localização.

Em resumo, foi possível concluir que o Estado chinês, em todos os níveis de Governo, concede subsídios em grande montante e de formas variadas. Ademais, ainda existem restrições importantes ao investimento estrangeiro voltado ao setor. Estes instrumentos se juntam à ampla atuação do Estado já relatada, seja diretamente por meio das estatais, seja indiretamente por meio, por exemplo, dos Comitês do Partido Comunista, para compor um quadro final de distorção significativa das condições de economia de mercado no setor siderúrgico chinês.

5.1.1.3. Da conclusão sobre a prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo siderúrgico chinês e da metodologia de apuração do valor normal

A conclusão deste documento parte dos seguintes fatos, os quais foram considerados comprovados por meio das evidências analisadas anteriormente: i) houve contribuição decisiva da China para o excesso de capacidade de aço no mundo, especialmente após a crise de 2008 (item 5.1.1.2.2); ii) empresas chinesas possuem em média lucratividade mais baixa e endividamento maior do que suas congêneres no exterior, e no caso das empresas estatais estes indicadores são ainda piores (item 5.1.1.2.2); e iii) a presença e o nível de intervenção governamental, direto ou indireto, é alto, em todos os níveis de governo, e é significativo inclusive sobre as empresas privadas (itens 5.1.1.2.3, 5.1.1.2.4 e 5.1.1.2.5).

Foi no período pós-crise de 2008 que o problema do excesso de capacidade ociosa mundial, da baixa lucratividade e do alto endividamento das empresas se tornou mais evidente. Com a retração da demanda mundial por aço, esperava-se que o excesso de capacidade instalada fosse de curto prazo, já que a redução dos preços e o aumento dos custos decorrentes das deseconomias de escala gerariam os incentivos de mercado que levariam as empresas a se reestruturarem.

Contudo, liderada pelos investimentos chineses, a capacidade instalada mundial cresceu fortemente, levando o setor de aço mundial a uma crise financeira por meio do comércio internacional. A gravidade e a persistência desta situação são evidências importantes de que não prevalecem condições de economia de mercado no setor de aço chinês.

A simples presença significativa de empresas estatais no setor, contudo, não seria por si só suficiente para se alcançar uma conclusão neste sentido. Foi apenas por meio de uma análise detalhada do funcionamento do Estado chinês, especialmente da relação entre os diversos níveis de Governo, e da sua influência sobre os produtores domésticos públicos e privados, que foi possível entender de que forma os problemas refletidos no excesso de capacidade instalada decorrem da não prevalência de condições de economia de mercado no setor do aço.

Inicialmente, foi possível observar que o Governo central procurou mitigar o problema de sobre capacidade produtiva especialmente após a crise de 2008, o que pode ser constatado nas metas e diretrizes dos seus Planos gerais e específicos e na atuação de estatais diretamente subordinadas a ele, como a Baosteel. Contudo, apesar do esforço do Governo central chinês, o que se viu foi um aumento significativo da capacidade ociosa até 2015, e que continua alta apesar da diminuição recente.

O que os dados apontam, na verdade, é que a alta fragmentação da produção de aço na China e a preponderância de estatais subordinadas a níveis de Governo subnacionais explicam em boa parte a dificuldade do Governo central em corrigir o excesso de capacidade instalada. Dados do setor e específicos das empresas mostram que a influência do Governo central é menor sobre estatais de outros níveis de Governo, os quais possuem preocupações imediatas em termos de emprego e estabilidade social, especialmente em um cenário pós crise, e que não necessariamente estão alinhadas aos objetivos do Governo central, muito menos aos incentivos de mercado. Neste cenário, a atuação destes entes subnacionais contribuiu significativamente para viabilizar novos investimentos e a sustentação de prejuízos e dívidas crescentes, descoladas das condições de economia de mercado.

A influência do Governo sobre as empresas privadas parece mais reduzida, tendo em vista os dados de ociosidade, lucratividade e de endividamento destas empresas em comparação com suas contrapartes estatais. Contudo, como visto no caso da maior empresa privada de aço do país, não se pode afirmar que seja pouco significativa. A presença massiva do Estado no setor, no âmbito nacional ou subnacional, por meio de influência direta (propriedade direta pouco abaixo de 50% da produção nacional) ou indireta (por meio de Comitês do PCC, subsídios e outras práticas), atrai o setor privado para a órbita do Estado por motivos de sobrevivência ou, até mesmo, porque o alinhamento gera maiores oportunidades de crescimento, agravando as distorções no setor.

O 13º Plano Quinquenal (2015-2020) adotou um tom mais rigoroso nas suas diretrizes voltadas à diminuição das distorções observadas, inclusive proibindo governos locais e agências de aprovarem novos projetos e adições de capacidade instalada. Como visto, em 2016 e 2017 houve, efetivamente, uma redução da capacidade instalada líquida no país. Isto não obstante, além do nível de ociosidade ainda ser muito elevado, a maior parte das reduções de capacidade foi realizada por empresas privadas e, no setor público, lideradas por empresas de grande porte mais próximas do Governo central. Estas últimas, por seu turno, obedecem majoritariamente a metas pré-definidas em nível administrativo, que não necessariamente refletem uma alocação de recursos em que prevaleçam condições de economia de mercado.

Ressalte-se, novamente, que as conclusões supramencionadas refletem uma série de investigações que versaram sobre a não prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo de aço na China desde 2019 - aço GNO, encerrada pela Portaria SECINT nº 495, de 12 de julho de 2019; tubos de aço inoxidável austenístico com costura, encerrada pela Portaria SECINT nº 506, de 24 de julho de 2019; e laminados planos de aço inoxidável a frio, encerrado pela Portaria SECINT nº 4.353, de 1º de outubro de 2019; e cilindros para GNV, encerrada pela Resolução Gecex nº 225, de 23 de julho de 2021.

Assim, diante do exposto, em conformidade com a normativa brasileira de defesa comercial e com lastro na legislação multilateral, em especial o disposto no Artigo 15(a) do Protocolo de Acessão da China à OMC, e em linha com os entendimentos anteriores desta SDCOM sobre o setor siderúrgico na China, conclui-se que no segmento produtivo do produto similar objeto da presente revisão não prevalecem condições de economia de mercado. Dessa forma, será utilizado, para fins de apuração do valor normal desta revisão com vistas à determinação de probabilidade de retomada da prática de dumping, metodologia alternativa que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses. Serão observadas, portanto, as disposições dos arts. 15, 16 e 17 do Decreto nº 8.058, de 2013, que regulam o tratamento alternativo àquele previsto nos arts. 8º a 14 para fins de apuração do valor normal.

Dado que se fez necessário selecionar terceiro país substituto, as partes interessadas poderão se manifestar quanto à escolha ou sugerir país alternativo, nos termos §3º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, dentro do prazo improrrogável de setenta dias contado da data de início da investigação.

5.1.2. Do valor normal construído nos EUA- terceiro país substituto para fins para início de investigação

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Conforme o item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto.

Cumpre informar que, inicialmente, a peticionária apresentou metodologia de construção do valor normal na China utilizando o preço das importações das matérias-primas naquele país, bem como as demonstrações financeiras de empresa chinesa a fim de apurar as despesas operacionais e lucro.

Entretanto, conforme detalhado no item 5.1.1 deste documento, concluiu-se que não prevalecem condições de economia de mercado no segmento produtivo do produto similar objeto da presente revisão. Dessa forma, será utilizado, para fins de apuração do valor normal, metodologia alternativa que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses.

Dessa forma, em sede de informações complementares, a peticionária apresentou como alternativa para apuração do valor normal de barras chatas na China o preço de exportação de um terceiro país de economia de mercado, no caso os Estados Unidos da América (EUA), para o México (maior destino dessas exportações), de acordo com as estatísticas disponibilizadas pelo sítio eletrônico do TradeMap relativamente ao item tarifário 7228.30.80.00 do Sistema Harmonizado (SH), que, pela descrição, exclui as barras de aço ferramenta.

No entanto, na ocasião, a peticionária ressaltou que o produto objeto da revisão é bastante específico, de forma que as estatísticas consideradas na referida metodologia englobam produtos fora do escopo da revisão.

Nesse sentido, a peticionária apresentou metodologia alternativa que entendeu ser mais apropriada por se referir especificamente ao produto, por CODIP. A referida metodologia é baseada no valor normal construído em terceiro país de economia de mercado, no caso, os EUA, nos termos do inciso III do art. 38 da Portaria SECEX nº 44, de 2013.

Segundo a peticionária, a opção pelos EUA como terceiro país de economia de mercado deveu-se ao fato de esse país ser um dos principais e mais tradicionais mercados tanto pelo lado produtor como consumidor de barras chatas. De fato, conforme consta dos dados do TradeMap, o país está entre os 10 maiores exportadores mundiais das barras classificadas no item 7228.30 do SH. Além disso, considerou-se que as fontes de informação dos EUA são transparentes e tradicionais, com grande credibilidade e reputação. Salientou-se ainda que o referido país foi utilizado como terceiro país de economia de mercado no âmbito da investigação original.

Assim, para fins de início da presente revisão, optou-se pela construção do valor normal em um terceiro país de economia de mercado, qual seja, os EUA, com base em metodologia apresentada na petição, acompanhada de documentos e dados comprobatórios. O valor normal foi apurado especificamente para o produto similar, por CODIP.

Partindo-se da estrutura de custo de fabricação do produto similar fornecida pela indústria doméstica, o valor normal foi construído considerando-se as seguintes rubricas:

a) matérias-primas;
b) insumos;
c) gás natural;
d) energia elétrica;
e) oxigênio;
f) mão de obra direta;
g) outros custos fixos;
h) depreciação/amortização;
i) despesas/receitas operacionais; e
j) margem de lucro.

Ressalte-se que os endereços eletrônicos que serviram como fonte de informação para a construção do valor normal da origem investigada foram devidamente acessados, de modo que se constatou a acurácia das informações apresentadas pela peticionária.

5.1.2.1. Das matérias-primas

Inicialmente, cabe ressaltar que, a fim de determinar a estrutura de custo de produção para a construção do valor normal, a peticionária buscou, para cada Código de Identificação do Produto (CODIP), o código de produto similar mais vendido pela empresa no período de análise de continuação/retomada de dumping (P5), de acordo com os dados de vendas apresentados na petição.

Nesse sentido, cumpre mencionar que o CODIP foi determinado com base na liga de composição das barras chatas sob análise de acordo com a norma aplicável, nos termos do quadro a seguir.

Código de Identificação do Produto (CODIP)

Código	Norma da liga
A1	SAE 51XX JIS SUP11, JIS SUP9, JIS SUP9 A R450, R450M
A2	SAE 61XX DIN 41Cr4, DIN 50CrV4, DIN 51CrV4, DIN 52CrV4, DIN 54CrV4, DIN 55Cr3, DIN 58CrV4 JIS SUP10, JIS SCr4 AFINOR 42C4 BS 530M00 a 530M99, BS 527A00 a 527A99, BS 735A00 a 735A99 R500 e R500M
A3	DIN 50CrMoV4, DIN 51CrMoV4, DIN 52CrMoV4, DIN 54CrSiV6 e DIN 58CrMoV4
A4	Outras

Fonte: petição
Elaboração: SDCOM

Dessa forma, levantou-se a estrutura de custo de produção dos códigos de produto mais vendidos de cada CODIP, incluindo os consumos de matérias-primas e os custos unitários ao longo dos meses em que houve produção desses produtos.

Para fins de determinação dos preços de matérias-primas, optou-se por utilizar os preços médios ponderados pagos por tais matérias-primas nas importações realizadas nos EUA, conforme dados disponibilizados pelo TradeMap do International Trade Centre (ITC), relativamente aos meses de abril de 2020 a março de 2021.

Para a extração dos dados, foram utilizadas as subposições tarifárias do SH de cada matéria-prima identificada como mais relevante na estrutura de produção dos códigos de produto considerados. Foram considerados os dados de importação dos EUA consolidados e ponderados de todas as origens.

No quadro a seguir estão demonstrados os códigos SH considerados, bem como os preços médios de importação encontrados.

Ligas principais

Matérias-primas	Código SH	Preço (US$ CIF/t)
Ferro Manganês (FeMn)	7202.19	1.384,48
Ferro Silício (FeSi)	7202.21	1.331,46
Ferro Silício Manganês (FeSiMn)	7202.30	1.051,06
Ferro Cromo Alto Carbono (FeCrAC)	7202.41	1.071,72
Ferro Cromo Baixo Carbono (FeCrBC)	7202.49	2.168,52
Ferro Molibidênio (FeMo)	7202.70	15.089,60
Ferro Vanádio (FeV)	7202.92	24.419,78
Ferro Nióbio (FeNb)	7202.93	21.679,77
Sucata	7204.49	269,49
Ferro gusa	7206.90	1.057,65

Fonte: TradeMap e petição.
Elaboração: SDCOM

Considerando que os preços de importação apurados com base nos dados do TradeMap encontram-se na condição CIF, buscou-se internalizar tais preços a fim de obter o preço efetivo na condição entregue na planta produtiva do consumidor nos EUA. Nesse sentido, foram adicionados valores relativos ao imposto de importação e de despesas de internação.

Com relação ao imposto de importação, foram consideradas as alíquotas aplicadas nos EUA, conforme disponibilizados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em sua Consolidated Tariff Schedules database (CTS), disponível no sítio eletrônico tariffdata.wto.org/ReportersAndProducts.aspx. Foram consideradas as tarifas médias (Average of AV Duties) aplicadas (Applied_MFN) apresentadas nas tabelas para os respectivos códigos tarifários. Cumpre ressaltar que a peticionária havia considerado o imposto de importação referente à China, de modo que a metodologia foi ajustada a fim de refletir as alíquotas vigentes nos EUA.

Já para o cálculo das despesas de internação, foram considerados dados constantes da plataforma Doing Business do Banco Mundial, relativamente aos EUA. Foi considerado os custos para a internação de 15 toneladas de autopeças em contêiner, em Nova Iorque, equivalentes a: US$ 175 relativos a border compliance e US$ 60 relativos a documentary compliance. Dessa forma, foi considerado um custo de internação nos EUA de US$ 15,67/t.

Segundo a peticionária, optou-se, de maneira conservadora, para fins de início de investigação, não atribuir valores relativos ao frete interno considerando a possibilidade de que o porto de importação seja próximo à planta produtiva naquele país.

Os cálculos relativos à internação do produto nos EUA constam da tabela a seguir.

Preço CIF Internado das Principais Ligas nos EUA

Matérias-primas	Preço CIF (US$/t)	Alíquota de II (%)	Imposto de Importação (US$/t)	Despesas de internação (US$/t)	Preço CIF Internado (US$/t)
Ferro Manganês (FeMn)	1.384,48	1,9	26,31	15,67	1.426,46
Ferro Silício (FeSi)	1.331,46	2,6	34,62	15,67	1.381,75
Ferro Silício Manganês (FeSiMn)	1.051,06	3,9	40,99	15,67	1.107,72
Ferro Cromo Alto Carbono (FeCrAC)	1.071,72	1,9	20,36	15,67	1.107,75
Ferro Cromo Baixo Carbono (FeCrBC)	2.168,52	2,5	54,21	15,67	2.238,40
Ferro Molibidênio (FeMo)	15.089,60	4,5	679,03	15,67	15.784,30
Ferro Vanádio (FeV)	24.419,78	4,2	1.025,63	15,67	25.461,08
Ferro Nióbio (FeNb)	21.679,77	5,0	1.083,99	15,67	22.779,43
Sucata	269,49	0,0	-	15,67	285,16
Ferro gusa	1.057,65	0,0	-	15,67	1.073,32

Fonte: TradeMap, CTS-OMC, Doing Bussiness e petição.
Elaboração: SDCOM

Em seguida, foi apurado o consumo da peticionária, em quilogramas, de cada liga de aço mencionada, para a produção de 1 tonelada de barras chatas, para cada código de produto considerado. Dessa forma, considerando o consumo das mencionadas ligas e seus preços internacionais, as tabelas a seguir demonstram o custo construído das principais ligas, para cada CODIP.

Cabe mencionar que foi considerado crédito de sucata relativo a diversas sucatas geradas no processo produtivo de barras chatas.

Custo Construído das Ligas Principais - CODIP A1 [CONFIDENCIAL]

Custo de Ligas Principais Construído	Consumo (kg/t)	Preço Internacional (US$/t)	Custo Construído (US$/t)
Liga FeCrAC	Confidencial	1.107,75	Confidencial
Liga FeSiMn	Confidencial	1.107,72	Confidencial
Liga FeSi	Confidencial	1.381,75	Confidencial

Liga FeCr BC	Confidencial	2.238,40	Confidencial
Liga FeMn	Confidencial	1.426,46	Confidencial
Ferro Gusa	Confidencial	1.073,32	Confidencial
Sucata	Confidencial	285,16	Confidencial
Crédito de sucata	Confidencial	285,16	Confidencial

Fonte: tabelas anteriores e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

Custo Construído das Ligas Principais - CODIP A2 [CONFIDENCIAL]

Custo de Ligas Principais Construído	Consumo (kg/t)	Preço Internacional (US$/t)	Custo Construído (US$/t)
Liga FeCrAC	Confidencial	1.107,75	Confidencial
Liga FeSiMn	Confidencial	1.107,72	Confidencial
Liga FeSi	Confidencial	1.381,75	Confidencial
Liga FeCrBC	Confidencial	2.238,40	Confidencial
Liga FeMn	Confidencial	1.426,46	Confidencial
Liga FeV	Confidencial	25.461,08	Confidencial
Ferro Gusa	Confidencial	1.073,32	Confidencial
Sucata	Confidencial	285,16	Confidencial
Crédito de sucata	Confidencial	285,16	Confidencial

Fonte: tabelas anteriores e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

Custo Construído das Ligas Principais - CODIP A3 [CONFIDENCIAL]

Custo de Ligas Principais Construído	Consumo (kg/t)	Preço Internacional (US$/t)	Custo Construído (US$/t)
Liga FeCrAC	Confidencial	1.107,75	Confidencial
Liga FeSiMn	Confidencial	1.107,72	Confidencial
Liga FeV	Confidencial	25.461,08	Confidencial
Liga FeSi	Confidencial	1.381,75	Confidencial
Liga FeCrBc	Confidencial	2.238,40	Confidencial
Liga FeNb	Confidencial	22.779,43	Confidencial
Liga FeMn	Confidencial	1.426,46	Confidencial
Liga FeMo	Confidencial	15.784,30	Confidencial
Ferro Gusa	Confidencial	1.073,32	Confidencial
Sucata	Confidencial	285,16	Confidencial
Crédito de sucata	Confidencial	285,16	Confidencial

Fonte: tabelas anteriores e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

Além das ligas principais utilizadas no processo produtivo, há outras ligas de menor participação no custo. A fim de construir o custo dessas outras ligas, foi verificado o custo médio unitário dessas ligas e sua relação com o custo médio das principais ligas (exceto ferro gusa e sucata) no período de investigação de retomada do dumping, para cada CODIP.

Ademais, no processo produtivo são gerados resíduos e escórias que representam crédito no custo de produção. Nesse caso, apurou-se também o valor médio desses resíduos e sua relação com o custo médio unitário das principais ligas (exceto ferro gusa e sucata) em P5, para cada CODIP.

Por fim, na produção de barras chatas são consumidas ainda outras matérias-primas de forma menos significativa, como o coque. De maneira semelhante, foi verificado o valor médio dessas outras matérias-primas em P5 e sua relação com o custo médio das ligas principais (exceto ferro gusa e sucata), para cada CODIP.

As relações encontradas foram aplicadas ao custo construído das ligas principais (exceto ferro gusa e sucata) para cada CODIP, de modo a se apurar o custo construído de cada uma dessas rubricas. Cabe ressaltar que a peticionária havia considerado para o custo construído das ligas principais, de maneira equivocada, a soma das duas primeiras ligas de cada CODIP, tendo se ajustado a metodologia a fim de se considerar o somatório do custo unitário construído de todas as ligas principais.

Os cálculos efetuados estão demonstrados nos quadros a seguir.

Custo Construído de Outras Ligas e Resíduos - CODIP A1 [CONFIDENCIAL]

	Custo peticionária (R$/t)	Relação / Ligas Principais	Custo Construído (US$/t)
Ligas principais	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras Ligas	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Resíduos e Escórias	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras matérias-primas	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: peticionária.
Elaboração: SDCOM.

Custo Construído de Outras Ligas e Resíduos - CODIP A2 [CONFIDENCIAL]

	Custo peticionária (R$/t)	Relação / Ligas Principais	Custo Construído (US$/t)
Ligas principais	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras Ligas	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Resíduos e Escórias	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras matérias-primas	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: peticionária.
Elaboração: SDCOM.

Custo Construído de Outras Ligas e Resíduos - CODIP A3 [CONFIDENCIAL]

	Custo peticionária (R$/t)	Relação / Ligas Principais	Custo Construído (US$/t)
Ligas principais	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras Ligas	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Resíduos e Escórias	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras matérias-primas	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: peticionária.
Elaboração: SDCOM.

O quadro abaixo resume os resultados encontrados na construção dos valores das matérias-primas.

Custo das matérias-primas construído (US$/t) [CONFIDENCIAL]

CODIP	A1	A2	A3
Ligas principais	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Ferro gusa	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Sucata	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Crédito sucata	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras ligas	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Crédito resíduos	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras matérias-primas	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Total	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: tabelas anteriores.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.2. Dos insumos

No processo produtivo das barras chatas são consumidos insumos como [RESTRITO] . Nesse caso, para cada CODIP, foi verificado qual o valor médio unitário desses insumos em P5 e sua relação com o custo médio unitário das principais ligas. Essa relação foi então multiplicada pelo custo construído das principais ligas a fim de definir o custo construído desses insumos, conforme demonstrado a seguir.

Custo construído de outros insumos [CONFIDENCIAL]

Outros Insumos	A1	A2	A3
Refratários (R$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Eletrodos (R$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Out Mat Esp (R$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Total Outros Insumos Peticionária (R$/t) (a)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo Peticionária Ligas Principais (R$/t) (b)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Relação (a / b)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo de Ligas Principais Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Total Outros Insumos Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: petição.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.3. Do gás natural

Inicialmente, verificou-se o consumo de gás natural em metros cúbicos utilizado na produção de uma tonelada de produto similar fabricado para cada código de produto de cada CODIP. Utilizou-se o custo incorrido pela peticionária relativo ao gás natural para o cálculo do índice de consumo deste insumo. Esse custo foi apurado com base em tarifas calculadas no Planejamento Executivo da empresa em 2020 e 2021, conforme documento apresentado na petição.

Em seguida, buscou-se o preço do gás natural nos EUA no período de abril de 2020 a março de 2021 de acordo com os dados da US Energy Information Administration (EIA) relativos ao consumidor industrial. Foi considerado o preço médio do período.

Tendo em vista que os preços disponíveis relativos a gás natural nos EUA se encontram em US$/pé cúbico, tais preços foram convertidos a US$/m³, considerando a correlação de 1 pé cúbico = 0,02832 m³.

Dessa forma, considerando o preço do gás natural nos EUA e o consumo de gás natural da peticionária para a produção de uma tonelada de barras chatas, apurou-se o seguinte custo construído:

Custo construído do gás natural [CONFIDENCIAL]

Gás Natural	A1	A2	A3
Consumo de gás Peticionária (m3/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Preço do gás nos EUA (US$/m3)	0,136	0,136	0,136
Custo do Gás Natural Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: EIA e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.4. Da energia elétrica

Para o cálculo do custo da energia elétrica nos EUA, foram consideradas as tarifas mensais relativas ao setor industrial no período de abril de 2020 e março de 2021 de acordo com os dados disponibilizados pela EIA. A partir dos mencionados dados foi apurada a tarifa média do período, em US$/kWh.

Assim, considerando o consumo de energia elétrica e os preços nos EUA de tal utilidade, apurou-se o custo construído relativo ao consumo de energia elétrica na produção de barras chatas, conforme quadro a seguir.

Custo construído de energia elétrica [CONFIDENCIAL]

Energia Elétrica	A1	A2	A3
Consumo Peticionária (Kwh/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Preço da Energia Elétrica nos EUA (US$)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo da Energia Elétrica Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: EIA e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.5. Do oxigênio

Para o cálculo do custo relativo a oxigênio, verificou-se qual o custo desta rubrica da peticionária em P5 e qual o custo relativo à energia elétrica e ao gás natural do produto representativo de cada CODIP. A relação verificada entre o primeiro e o segundo foi, então, aplicada ao somatório do custo construído de gás natural e de energia elétrica, obtendo-se o custo construído relativo ao consumo de oxigênio, conforme apresentado no quadro a seguir.

Custo construído de oxigênio [CONFIDENCIAL]

Oxigênio	A1	A2	A3
Custo Oxigênio Peticionária (R$/t) (a)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo Energia Elétrica+Gás Natural Peticionária (R$/t) (b)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Relação a/b (%)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Preço da Energia Elétrica Elétrica + Gás Natural Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo Oxigênio Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.6. Da mão de obra direta

Ao final de P5, a peticionária contava com [RESTRITO] empregados alocados diretamente na produção do produto similar. Neste período, foram produzidas [RESTRITO] toneladas, representando uma produção de [RESTRITO] toneladas por empregado.

Considerando-se 44 horas semanais de trabalho, com 4,2 semanas por mês e 12 meses no ano, chega-se a um total de 2.217,60 horas trabalhadas anuais. Dividindo-se a produção anual por empregado pelo número de horas anuais, temos a quantidade produzida por hora por empregado, equivalente, neste caso, a [RESTRITO] tonelada, o que significa uma quantidade de [RESTRITO] horas trabalhadas por empregado por tonelada produzida.

Com relação ao custo da mão de obra, utilizou-se o valor médio do salário por hora pago nos EUA no período de investigação de dumping (abril de 2020 a março de 2021) conforme dados oficiais de salário divulgados pelo US Bureau of Labor Statistics daquele país. Foram considerados os valores referentes ao salário médio por hora de empregados ligados à produção no setor privado de produção de bens duráveis.

Cabe mencionar que a peticionária havia informado a utilização de dados relativos ao setor privado de produção de bens duráveis na indústria de manufatura de metais básicos. No entanto, observou-se que o salário médio por hora por subcategoria de indústria (metais básicos) não estava disponível e que a peticionária havia considerado, na verdade, o salário médio por hora de todos os empregados no setor privado de produção de bens duráveis. Entendeu-se, no entanto, que, o dado relativo aos empregados diretamente ligados à produção seria mais adequado para a construção do valor normal, de modo que se corrigiu a metodologia proposta pela peticionária.

Assim, considerando o valor de salário por hora nos EUA e o número de horas trabalhadas por empregado por tonelada, obteve-se o seguinte custo construído de mão de obra direta na produção de barras chatas:

Custo da mão de obra direta construído [RESTRITO] [CONFIDENCIAL]

	Valor
Produção Peticionária Produto Similar (t) - Total em P5	Restrito
Número de empregados Peticionária Produto Similar - Total em P5	Restrito
Produção por empregado Peticionária Produto Similar - Total em P5	Restrito
Horas trabalhadas por ano (44 horas por semana * 4,2 semanas por mês * 12 meses)	Restrito
Tonelada produzida / hora por empregado	Restrito
Horas trabalhadas por empregado por tonelada	Restrito
Salário por hora nos EUA (US$)	Confidencial
Custo Mão de Obra Direta Construído (US$/t)	Confidencial

Fonte: BLS e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.7. Dos outros custos fixos

Como outros custos fixos, estão considerados os custos relativos à manutenção e aos gastos gerais. Verificou-se, então, qual o custo destas rubricas da peticionária nos produtos representativos de cada CODIP em P5 e qual o custo relativo à mão de obra direta na produção dos mesmos itens. A relação verificada entre a primeira e a segunda foi, então, aplicada ao custo construído de mão de obra direta na produção, conforme quadro apresentado a seguir.

Custo de outros custos fixos construído [CONFIDENCIAL]

	A1	A2	A3
Manutenção (R$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Gastos Gerais (R$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outros custos fixos (R$/t) (e)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo Peticionária Pessoal (R$/t) (f)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Relação e/f (%)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo mão de obra direta construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outros Custos Fixos Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.8. Da depreciação/amortização

Para o cálculo do custo construído de depreciação e amortização, foram considerados os demonstrativos financeiros relativos a 2020 e ao primeiro trimestre de 2021 divulgados pela Gerdau, controladora da empresa produtora do produto similar nos EUA, Gerdau Long Steel North America.

Foram considerados os dados relativos ao período de investigação de dumping, por segmento. Para tanto, utilizaram-se os valores referentes à operação na América do Norte e calculou-se o resultado do período por meio da subtração do resultado do primeiro trimestre de 2020 e da somatória do primeiro trimestre de 2021 (nota explicativa 23 do demonstrativo financeiro do primeiro trimestre de 2021 e nota explicativa 28 do demonstrativo financeiro de 2020).

Com base em tal fonte, foi calculada qual a relação existente entre os valores de depreciação e amortização e o custo do produto vendido da peticionária sem depreciação e amortização. A relação encontrada foi, então, aplicada ao custo de produção construído sem depreciação e amortização, conforme apresentado anteriormente. O quadro a seguir demonstra os cálculos efetuados.

Custo construído de depreciação/amortização [CONFIDENCIAL]

Depreciação	A1	A2	A3
Depreciação e amortização (R$ Mil) (a) - Gerdau América do Norte (P5)	-785.895	-785.895	-785.895
Custo de produção exclusive depreciação/amortização (R$ Mil) (b) - Gerdau América do Norte (P5)	-18.502.716	-18.502.716	-18.502.716
Relação a/b (%)	4,2%	4,2%	4,2%
Custo de produção sem depreciação e amortização Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo Depreciação e amortização Construído (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: Gerdau América do Norte e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.9. Das despesas/receitas operacionais

Para o cálculo dos valores construídos relativos a despesas e receitas operacionais, da mesma forma que no caso dos custos de depreciação e amortização, foram considerados os demonstrativos financeiros relativos a 2020 e ao primeiro trimestre de 2021 divulgados pela Gerdau, considerando os valores relativos à operação na América do Norte durante o período de investigação de dumping.

Foram extraídos do demonstrativo financeiro os valores de custo do produto vendido, de despesas com vendas, gerais e administrativas, as outras receitas/despesas operacionais e o resultado financeiro líquido. Com base em tais valores, foi calculada qual a relação existente entre cada tipo de despesa/receita operacional e o custo do produto vendido da Gerdau América do Norte, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Percentuais das despesas/receitas operacionais - Gerdau América do Norte (P5)

Custo das vendas (R$ Mil)	-17.716.821
Despesas com vendas, gerais e administrativas (R$ Mil)	-515.487
Despesas com vendas, gerais e administrativas (% sobre Custo das vendas)	2,91%
Outras receitas (despesas) operacionais (R$ Mil)	94.327
Outras receitas (despesas) operacionais (% sobre Custo das vendas)	-0,53%
Resultado financeiro, líquido (R$ Mil)	-249.855
Resultado financeiro, líquido (% sobre Custo das vendas)	1,41%

Fonte: Gerdau América do Norte.
Elaboração: SDCOM.

Em seguida, os percentuais apurados foram aplicados ao custo de produção construído, com depreciação e amortização, para cada CODIP, como apresentado no quadro abaixo.

Custo das despesas/receitas operacionais construído (US$/t) [CONFIDENCIAL]

	A1	A2	A3
CUSTO DE PRODUÇÃO (Com depreciação e amortização)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Despesas com vendas, gerais e administrativas	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Outras receitas (despesas) operacionais	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Resultado financeiro, líquido	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Custo Total Despesas/Receitas Operacionais Construído	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: Gerdau América do Norte e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.2.10. Da margem de lucro

Para o cálculo construído da margem de lucro, também foram considerados os demonstrativos financeiros divulgados pela Gerdau relativos às operações no mercado da América do Norte durante o período de investigação de dumping, conforme explicado anteriormente.

Inicialmente, verificou-se a relação entre o lucro operacional e o custo de produto vendido, como detalhado a seguir.

Percentual da Margem de Lucro (R$ Mil) - Gerdau América do Norte (P5)

Custo das vendas (com depreciação e amortização) + Despesas Operacionais (a)	-18.387.836
Lucro Operacional (b)	992.424
Mark Up (%) (b/a)	5,4%

Fonte: Gerdau América do Norte.
Elaboração: SDCOM.

Por fim, a relação encontrada foi aplicada ao custo de produção construído, com despesas operacionais, para cada CODIP.

Margem de lucro construída (US$/t) [CONFIDENCIAL]

	A1	A2	A3
Custo de produção construído + despesas operacionais (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Mark Up (%)	5,4%	5,4%	5,4%
Margem de Lucro construída (US$/t)	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: Gerdau América do Norte e peticionária.
Elaboração: SDCOM.

5.1.3. Do valor normal construído

Considerando os valores apresentados anteriormente, calculou-se o valor normal construído nos EUA por meio da soma dos custos construídos, como apresentado na tabela a seguir.

Valor normal construído nos EUA (US$/t)

	A1	A2	A3
Valor normal construído	917,79	848,97	1.237,15

Fonte: tabelas anteriores.
Elaboração: SDCOM.

Considerou-se, para fins de início da investigação, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, pressupondo-se que as despesas comerciais/venda abarcam os gastos com frete da empresa norte-americana cujo dado serviu de base para o cálculo das despesas operacionais.

5.1.4. Do valor normal internado no mercado brasileiro

Para o cálculo do valor normal médio internalizado no mercado brasileiro, foram adicionados, ao valor normal construído, os valores de frete e seguro internacionais conforme estatísticas oficiais da RFB. Note-se que, tendo em vista a inexistência de operações do produto objeto da investigação em P5, foram considerados os valores médios de frete e de seguro internacionais em P5 relativos ao total das importações originárias da China realizadas por meio da NCM 7228.30.00. Ademais, foram adicionados os valores relativos a: i) imposto de importação, de 14% sobre o valor CIF; ii) Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), de 25% sobre o valor do frete; e iii) despesas de internação de 3,0%, percentual usualmente considerado para tal fim e, segundo a peticionária, condizente com as diversas ações de redução de custos operacionais de comércio exterior implementados no país.

A tabela a seguir apresenta os mencionados cálculos.

Valor normal construído internado (US$/t) [CONFIDENCIAL]

	A1	A2	A3
Valor Normal Construído ***delivered***	**Confidencial**	Confidencial	Confidencial
Frete Internacional	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Seguro Internacional	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Valor Normal Construído CIF	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Imposto de Importação	Confidencial	Confidencial	Confidencial
AFRMM	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Despesas de Internação	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Valor Normal Construído Internado	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: RFB e petição.
Elaboração: SDCOM.

Assim, o valor normal construído médio internado, ponderado pela quantidade vendida pela indústria doméstica no mercado interno brasileiro, apurado para a China, foi equivalente a US$ 1.155,77/t (mil cento e cinquenta e cinco dólares estadunidenses e setenta e sete centavos por tonelada).

5.1.5. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro para fins de início da revisão

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido a partir dos dados de vendas reportados na petição para P5, convertido para dólares estadunidenses de acordo com a taxa de câmbio diária disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Ressalte-se que não estão disponíveis os valores e as quantidades das devoluções segmentados por tipo de produto da peticionária. Dessa forma, utilizou-se rateio para fins de atribuição do valor e da quantidade das devoluções das vendas de cápsulas duras de gelatina. Os critérios utilizados basearam-se na participação da quantidade devolvida sobre a quantidade vendida total e no valor unitário das devoluções em P5. O percentual auferido foi aplicado à quantidade vendida de cada transação, a fim de se obter a quantidade das devoluções. As quantidades encontradas foram então multiplicadas pelo valor unitário das devoluções em P5. Os resultados encontrados foram abatidos do volume de vendas e do faturamento líquido, resultando, finalmente, na receita líquida e na quantidade líquida de vendas do produto similar, por tipo de produto.

Os preços encontrados, por tipo de produto, estão apresentados no quadro a seguir.

Preço Líquido de venda Indústria doméstica (US$/t) [CONFIDENCIAL]

	A1	A2	A3
Preço da ID	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Fonte: peticionária.
Elaboração: SDCOM.

Assim, apurou-se o preço da indústria doméstica médio ponderado relativo à venda do produto similar no mercado interno brasileiro de [RESTRITO]).

5.1.6. Da diferença entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico para fins de início da revisão

Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável ao valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

A comparação foi realizada de acordo com os tipos de produto, de modo que o preço foi ponderado pela quantidade vendida pela indústria doméstica no mercado interno de cada CODIP.

Apresentam-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, ponderado, e o preço médio da indústria doméstica na condição ex fabrica, além do cálculo realizado para as diferenças em termos absolutos e relativos apurados para a China.

Comparação entre valor normal internado e preço da indústria doméstica ponderados

Valor Normal CIF Internado (R$/t) (a)	Preço médio da Indústria Doméstica (R$/t) (b)	Diferença Absoluta (R$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Fonte: Tabelas anteriores.
Elaboração: SDCOM.

Assim, uma vez que o valor normal construído na condição CIF internado do produto originário da China superou o preço de venda da indústria doméstica, conclui-se que os produtores/exportadores chineses, a fim de conseguir competir no mercado brasileiro, deveriam praticar preço de exportação inferior ao seu valor normal e, por conseguinte, retomar a prática de dumping.

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

A avaliação do potencial exportador da origem investigada, para fins de início da revisão, levou em consideração as quantidades exportadas de barras chatas de aço ligado pela China, comparando-as às quantidades exportadas do produto pelo mundo e ao mercado brasileiro.

Neste ponto, frisa-se que se optou por apresentar, de duas maneiras, os dados das exportações mundiais e chinesas da subposição 7228.30 (Bars and rods of alloy steel other than stainless, not further worked than hot-rolled, hot-drawn or extruded - excluding products of high-speed steel or silico-manganese steel, semi-finished products, flat-rolled products and hot-rolled bars and rods in irregularly wound coils): na primeira tabela, os dados referem-se à subposição 7228.30, sem qualquer ajuste, nos mesmos termos que foi apresentado pela peticionária, o que invariavelmente inclui outros produtos que não as barras chatas de aço ligado; e, na segunda tabela, os dados foram ajustados de acordo com a proporção de barras chatas que foi apurada no último período da investigação original ora em revisão ([RESTRITO]%), identificadas nos dados de importação da China, de forma análoga a que foi aplicada na análise do preço provável de exportação, indicada no item 8.3.

Exportações de barras chatas* (em toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
Mundo (A)	29.014.507	12.001.824	11.113.630	8.014.997	7.522.923
Mercado Brasileiro (B)	100,0	131,7	154,0	133,0	179,5
China (C)	24.594.811	7.018.835	5.855.369	3.724.346	3.569.328
(C) / (A) em %	84,8%	58,5%	52,7%	46,5%	47,4%
(C) / (B) em %	31560,9%	6838,6%	4879,1%	3592,5%	2552,3%

*Informações obtidas para a subposição 7228.30 do SH (Mundo e EUA).
Fonte: Trade Map e tabelas do item 6.2
Elaboração: SDCOM

Exportações de barras chatas* (em toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
Mundo (A)	11.123.146	4.601.079	4.260.576	3.072.669	2.884.025
Mercado Brasileiro (B)	100,0	131,7	154,0	133,0	179,5
China (C)	9.428.789	2.690.775	2.244.743	1.427.784	1.368.355
(C) / (A) em %	84,8%	58,5%	52,7%	46,5%	47,4%
(C) / (B) em %	12099,4%	2621,7%	1870,5%	1377,2%	978,5%

*Informações obtidas para a subposição 7228.30 do SH (Mundo e EUA), aplicando-se a proporção de barras chatas classificadas nessa subposição que constam dos dados de importação da investigação original, em P5.
Fonte: Trade Map e tabelas do item 6.2
Elaboração: SDCOM

Isso posto, observou-se reduções sucessivas no quantitativo de produtos exportados pela China na subposição 7228.30, entre P1 e P5 (-85,5%). Em relação às exportações mundiais classificadas na subposição 7228.30, entre P1 e P5, houve retração de 74,1%. Não obstante, o volume de exportações da China em P5 representou cerca de [RESTRITO] vezes o volume do mercado brasileiro ([RESTRITO] %), considerando os dados de todos os produtos da subposição 7228.30, e cerca de [RESTRITO] vezes o volume do mercado brasileiro ([RESTRITO] %), adotando-se a proporção das importações de barras chatas originárias da China, em P5, da investigação original.

Ainda, a peticionária apresentou os dados relativos aos volumes de capacidade produtiva da origem sob análise, obtidos nos sítios eletrônicos das seguintes produtoras/exportadoras chinesas: Circle Four Metal Materials Company Limited, Jiangyin Xingcheng Special Steel Works Co., Ltd e Daye Special Steel Co., Ltd. Frisa-se, contudo, que as informações apresentadas pela peticionária não são específicas do produto objeto da investigação, pois englobam toda a linha de produção das referidas empresas. Ainda assim, no quadro a seguir, detalham-se a os referidos dados para a China.

Capacidade produtiva e Mercado Brasileiro (em mil de toneladas) - China

Produtor/exportador chinês	Capacidade produtiva
Circle Four Metal Materials Company Limited	239.988 peças
Jiangyin Xingcheng Special Steel Works Co., Ltd	6,17 milhões de toneladas/ano
Daye Special Steel Co., Ltd.	3,6 milhões de toneladas/ano
TOTAL	9,77 milhões de toneladas/ano + 240 mil peças

Fonte: petição
Elaboração: SDCOM

Pontua-se que o dado da capacidade produtiva da empresa Circle Four Metal Materials Company Limited foi reportado em peças, o que inviabiliza a conversão para toneladas para posterior consolidação com o valor das outras duas empresas chinesas. Ainda assim, a peticionária destacou que somente as duas empresas cujos dados foram apresentados em toneladas representariam [RESTRITO] vezes o mercado brasileiro, o que demonstraria o potencial exportador da origem.

Ressalta-se que, uma vez iniciada a revisão, buscar-se-á aprofundar a análise do potencial exportador da China com base em dados relativos apenas a barras chatas de aço ligado.

5.3. Das alterações nas condições de mercado

O art. 107 c/c o inciso III do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se ocorreram eventuais alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo eventuais alterações na oferta e na demanda do produto similar.

Nesse sentido, cumpre informar que a peticionária relatou que a aplicação do direito antidumping ora em revisão permitiu que a empresa Simec entrasse em operação como novo produtor nacional, em P3, alterando as condições de oferta do produto similar doméstico no mercado brasileiro.

5.4. Da aplicação de medidas de defesa comercial

O art. 107 c/c o inciso IV do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se houve a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

Em pesquisa ao sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio (OMC), verificou-se que, durante o período de investigação de dano (P1 a P5), Austrália, Chile, Egito, União Europeia e Paquistão aplicavam medidas de defesa comercial contra as importações chinesas de produtos classificados na subposição 7228.30 do SH, que abarca o subitem 7228.30.00 da NCM, no qual usualmente classificam-se as importações de barras chatas de aço ligado objeto da presente investigação. Contudo, após pesquisa nos documentos das referidas investigações, constatou-se tratar-se de produto distinto do produto objeto da revisão.

A peticionária apresentou entendimento de que a existência da aplicação de medidas de defesa comercial sobre as importações chinesas de outras barras classificadas na subposição 7228.30 do SH demonstrariam "haver prática de dumping por parte dos produtores/exportadores chineses nesse segmento, o que ratifica a necessidade de prorrogação do direito antidumping ora sob revisão".

5.5. Da conclusão dos indícios de retomada do dumping

Os cálculos desenvolvidos nos itens 5.1.2 a 5.1.5 demonstram a existência de indícios de que haverá retomada de dumping pelos produtores/exportadores da origem investigada. Embora não tenham exportado o produto durante o período de análise de retomada de dumping dessa revisão, teriam que praticar dumping para concorrer com o produto similar doméstico, uma vez que o valor normal dessa origem internado no Brasil supera o preço praticado pela indústria doméstica.

O valor normal foi construído nos EUA, tendo em vista o tratamento da China para fins de apuração do valor normal, nos termos do item 5.1.1. Desse modo, conforme o disposto no § 3º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, espera-se que as partes interessadas se manifestem a respeito da escolha do terceiro país dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias contado da data de início da revisão.

Ademais, pôde-se concluir, para fins de início da revisão, que a origem investigada possui elevado potencial exportador.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de barras chatas de aço ligado. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de continuação/retomada de dano à indústria doméstica, de acordo com a regra do §4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013. Assim, para efeito de início de revisão, considerou-se o período de abril de 2016 a março de 2021, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2016 a março de 2017;
P2 - abril de 2017 a março de 2018;
P3 - abril de 2018 a março de 2019;
P4 - abril de 2019 a março de 2020; e
P5 - abril de 2020 a março de 2021.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de barras chatas de aço ligado importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 7228.30.00 da NCM, fornecidos pela RFB.

Como já destacado anteriormente, a partir da descrição detalhada das mercadorias, verificou-se que são classificadas no subitem 7228.30.00 da NCM as importações de barras chatas bem como de outros produtos, distintos do produto objeto da revisão. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, a fim de se obterem as informações referentes exclusivamente ao produto analisado.

Dessa forma, foram excluídas da análise as importações classificadas sob o subitem 7228.30.00 da NCM correspondentes a barras laminadas de outras formas exceto as chatas, tais como as redondas, as sextavadas e as quadradas, além de barras, mesmo que chatas, de outras ligas e também de outras dimensões que não as indicadas na descrição do produto objeto da revisão.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de barras chatas de aço ligado no período de análise de indícios de retomada do dano à indústria doméstica.

Importações Totais (em número-índice de t)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
China	100,00	0,01	0,01	0,01	0,01	[RESTRITO]
Total (sob análise)	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	[RESTRITO]
Variação	-	(100,0%)	-	-	-	(100,0%)
Turquia	100,0	2.792,0	-	4.805,6	3.081,7	[RESTRITO]
Índia	100,0	2.516,0	1.153,7	1.637,9	69,7	[RESTRITO]
Argentina	100,0	44,2	400,3	45,9	-	[RESTRITO]
Estados Unidos	100,0	1.324,0	-	-	-	
Total (exceto sob análise)	100,0	1.413,8	539,2	1.600,7	714,6	[RESTRITO]
Variação	-	1.313,8%	(61,9%)	196,8%	(55,4%)	+614,6%
Total Geral	100,0	174,7	66,6	197,8	88,3	[RESTRITO]
Variação	-	74,7%	(61,9%)	196,8%	(55,4%)	(11,7%)

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB

Detectou-se volume de importações brasileiras de barras chatas originárias da China apenas em P1. Após esse período, essas importações cessaram.

Em relação ao volume das importações brasileiras das demais origens não investigadas, observou-se incremento da ordem de 1.313,9%, de P1 para P2, e redução de 61,9%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 196,8%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 55,4%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume das importações brasileiras das demais origens não investigadas revelou variação positiva de 614,6% em P5, comparativamente a P1.

Quanto ao volume das importações brasileiras totais de barras chatas ao longo do período em análise, houve aumento de 74,7%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 detectou-se retração de 61,9%. De P3 para P4, houve crescimento de 196,8%, e, entre P4 e P5, o indicador decaiu 55,4%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de importações brasileiras totais contraiu-se 11,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro internacionais, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações de barras chatas de aço ligado no período de análise de indícios de retomada do dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (em número-índice de CIF USD x1.000)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
China	100,00	0,01	0,01	0,01	0,01	[RESTRITO]
Total (sob análise)	100,00	0,01	0,01	0,01	0,01	[RESTRITO]
Variação	-	(100,0%)	-	-	-	(100,0%)
Turquia	100,0	2.774,9	-	5.607,6	3.164,1	[RESTRITO]
Índia	100,0	2.861,0	1.450,5	1.910,5	81,1	[RESTRITO]
Argentina	100,0	44,1	353,3	41,3	-	[RESTRITO]
Estados Unidos	100,0	961,7	-	-	-	
Total (exceto sob análise)	100,0	1.504,5	559,8	1.966,3	828,5	[RESTRITO]
Variação	-	1.404,5%	(62,8%)	251,2%	(57,9%)	+729,8%
Total Geral	100,0	259,1	96,4	338,6	142,7	[RESTRITO]
Variação	-	159,1%	(62,8%)	251,2%	(57,9%)	+42,7%

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB

Quanto ao valor CIF das importações brasileiras de barras chatas da China, recorde-se que não houve importações dessa origem de P2 para P5, o que impede análises referentes a valor.

Com relação à variação do valor CIF das importações brasileiras do produto das demais origens não investigadas ao longo do período em análise, houve aumento de 1.404,5% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 62,8%. De P3 para P4, houve crescimento de 251,3%, e, entre P4 e P5, o indicador decaiu 57,9%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de valor das importações brasileiras de barras chatas das demais origens apresentou expansão de 729,8%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando-se a variação do valor CIF das importações brasileiras totais de barras chatas no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 158,9%. Apurou-se ainda uma queda de 62,8%, entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve crescimento de 251,2%, e, entre P4 e P5, o indicador retraiu-se 57,9%. Analisando-se todo o período, o valor das importações brasileiras totais de barras chatas apresentou expansão da ordem de 42,7%, considerado P5 em relação a P1.

Preço das Importações Totais (em número-índice de CIF USD / t)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
China	100,0	219,9	219,9	219,9	219,9	[RESTRITO]
Total (sob análise)	100,0	219,9	219,9	219,9	219,9	[RESTRITO]
Variação	-	(100,0%)	-	-	-	(100,0%)
Turquia	100,0	99,4	-	116,7	102,7	[RESTRITO]
Índia	100,0	113,7	125,7	116,7	116,3	[RESTRITO]
Argentina	100,0	99,7	88,2	90,1	-	[RESTRITO]
Estados Unidos	100,0	72,6	-	-	-	[RESTRITO]
Total (exceto sob análise)	100,0	106,4	103,8	122,8	115,9	[RESTRITO]
Variação	-	6,4%	(2,4%)	18,3%	(5,6%)	+15,9%
Total Geral	100,0	148,3	144,7	171,2	161,6	[RESTRITO]
Variação	-	48,3%	(2,4%)	18,3%	(5,6%)	+61,6%

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB

Quanto ao preço médio (CIF US$/t) das importações brasileiras de barras chatas da China, recorde-se que não houve importações dessa origem de P2 para P5, o que impede análises referentes a preço.

Com relação à variação do preço médio (CIF US$/t) das importações brasileiras de barras chatas das demais origens ao longo do período em análise, houve aumento de 6,4% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 2,4%. De P3 para P4, houve crescimento de 18,3%, e, entre P4 e P5, o indicador decaiu 5,6%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de preço médio (CIF US$/t) das importações brasileiras de barras chatas das demais origens expandiu-se 15,9%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando-se a variação do preço médio (CIF US$/t) das importações brasileiras totais de barras chatas no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 48,3%. Apurou-se ainda uma queda de 2,4%entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve crescimento de 18,3%, e, entre P4 e P5, o indicador revelou retração de 5,6%. Analisando-se todo o período, o preço médio (CIF US$/t) das importações brasileiras totais de barras chatas apresentou expansão da ordem de 61,6%, considerado P5 em relação a P1.

6.2. Do mercado brasileiro e da evolução das importações

Para dimensionar o mercado brasileiro de barras chatas de aço ligado, foram consideradas as quantidades, líquidas de devoluções, vendidas pela indústria doméstica no mercado interno, de fabricação própria, reportadas pela peticionária, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Considerou-se que o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente se equivaleram, tendo em vista que não houve consumo cativo pela indústria doméstica.

Do Mercado Brasileiro e da Evolução das Importações (em número-índice de t)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Mercado Brasileiro						
Mercado Brasileiro {A+B+C}	100,0	131,7	154,0	133,0	179,5	[RESTRITO]
Variação	-	31,7%	16,9%	(13,6%)	34,9%	+79,5%
A. Vendas Internas - Indústria Doméstica	100,0	130,6	142,0	93,8	155,8	[RESTRITO]
Variação	-	30,6%	8,8%	(33,9%)	66,1%	+55,8%
B. Vendas Internas - Outras Empresas	100,0	130,6	184,65	206,44	233,73	[RESTRITO]
Variação	-	30,6%	41,4%	11,8%	13,2%	+133,7%
C. Importações Totais	100,0	174,7	66,6	197,8	88,3	[RESTRITO]
C1. Importações - Origens sob Análise	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	[RESTRITO]
Variação	-	(100,0%)	-	-	-	(100,0%)
C2. Importações - Outras Origens	100,0	1.413,8	539,2	1.600,7	714,6	[RESTRITO]
Variação	-	1.313,8%	(61,9%)	196,8%	(55,4%)	+614,6%
Participação no Mercado Brasileiro						
Participação das Vendas Internas da Indústria Doméstica {A/(A+B+C)}	100,0	98,8	100,4	103,5	112,1	[RESTRITO]
Participação das Vendas Internas de Outras Empresas {B/(A+B+C)}	100,0	99,1	120,0	155,08	130,15	[RESTRITO]
Participação das Importações Totais {C/(A+B+C)}	100,0	132,0	44,0	148,0	48	[RESTRITO]
Participação das Importações - Origens sob Análise {C1/(A+B+C)}	100,0	0	0	0	0	[RESTRITO]
Participação das Importações - Outras Origens {C2/(A+B+C)}	100,0	1100,0	366,7	1233,3	400	[RESTRITO]
Representatividade das Importações de Origens sob Análise						
Participação no Mercado Brasileiro {C1/(A+B+C)}	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Participação nas Importações Totais {C1/C}	100,0	0	0	0	0	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
F. Volume de Produção Nacional {F1+F2}	100,0	137,13	160,03	132,53	170,4	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
F1. Volume de Produção - Indústria Doméstica	100,0	137,1	147,58	99,62	147,63	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
F2. Volume de Produção - Outras Empresas	100,0	137,1	184,9	198,3	215,9	[RESTRITO]
Variação	-	37,1%	34,9%	7,3%	8,9%	+115,9%
Relação com o Volume de Produção Nacional {C1/F}	100,0	0	0	0	0	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Observou-se que o indicador do mercado brasileiro de barras chatas de aço ligado cresceu 31,7%, de P1 para P2, e aumentou 16,9%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 13,6%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 34,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de mercado brasileiro de barras chatas de aço ligado revelou variação positiva de 79,5%, em P5 comparativamente a P1.

Notou-se que o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro diminuiu [RESTRITO] p.p., de P1 para P2, e reduziu [RESTRITO] p.p., de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p., entre P3 e P4, e crescimento de [RESTRITO] p.p., entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p., em P5 comparativamente a P1.

Por outro lado, constatou-se que a participação das vendas internas de outras empresas no mercado brasileiro decaiu [RESTRITO] p.p., de P1 para P2, e aumentou [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p., de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente. Em P5, apurou-se retração de [RESTRITO] p.p. ao se comparar com o período imediatamente anterior. Por fim, considerando-se todo o período de análise, a participação das vendas internas de outras empresas no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p., comparando-se P5 a P1.

Quanto à participação das importações totais de barras chatas no mercado brasileiro, averiguou-se aumento de [RESTRITO] p.p., de P1 a P2, queda de [RESTRITO] p.p., de P2 a P3, e, de P3 a P4, novo crescimento de [RESTRITO] p.p. De P4 a P5, houve diminuição dessa participação de [RESTRITO] p.p. Por último, considerando-se P5 em comparação a P1, apurou-se redução da participação das importações totais de barras chatas no mercado brasileiro de [RESTRITO] p.p.

Considerando-se que as importações de barras chatas originárias da China cessaram a partir de P2, observou-se que a participação dessas importações originárias da China representou 2,2% do mercado brasileiro e 2,0% da produção nacional, ambas em P1.

Com relação à variação de participação das importações das demais origens no mercado brasileiro ao longo do período em análise, houve aumento de [RESTRITO] p.p., entre P1 e P2. De P2 para P3, foi possível detectar retração de [RESTRITO] p.p., enquanto de P3 para P4, houve crescimento de [RESTRITO] p.p., e, de P4 para P5, revelou-se queda de [RESTRITO] p.p.. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de participação das importações das demais origens no mercado brasileiro apresentou expansão de [RESTRITO] p.p., considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

6.3. Da conclusão a respeito das importações

Durante o período de análise de dano, constatou-se volume de importações de barras chatas de aço ligado originárias da China de [RESTRITO] toneladas, somente em P1, que representou [RESTRITO] % do total importado pelo Brasil nesse período.

A partir de P2, o volume das importações de barras chatas das demais origens aumentou [RESTRITO] % durante o período de análise de dano, enquanto a participação dessas tais importações no mercado brasileiro aumentou [RESTRITO] p.p. Nota-se que as importações brasileiras de barras chatas de aço ligado concentraram-se em produtores/exportadores da Turquia e da Índia, sendo que a Turquia exportou [RESTRITO] toneladas, em P4, e [RESTRITO] toneladas, em P5, que representaram, respectivamente, 67,5% e 97,0% do total de barras chatas importado pelo Brasil, e a Índia comercializou [RESTRITO] toneladas, em P4 (31,1% do total importado), e [RESTRITO] toneladas, em P5 (3% do total importado).

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

7.1. Dos indicadores da indústria doméstica

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como demonstrado no item 4, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de barras chatas de aço ligado da Gerdau, que representaram 57,8% da produção nacional do produto similar doméstico, em P5. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Industriais (IPA-OG-PI), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

7.1.1. Da evolução global da indústria doméstica

7.1.1.1. Dos indicadores de venda e participação no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta, entre outras informações, as vendas da indústria doméstica de barras chatas de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, líquidas de devoluções, conforme reportadas pela peticionária.

Dos Indicadores de Venda e Participação no Mercado Brasileiro (em número-índice de t)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Indicadores de Vendas						
A. Vendas Totais da Indústria Doméstica	100,0	132,2	141,5	90,6	139,0	[RESTRITO]
Variação	-	32,2%	7,1%	(36,0%)	53,4%	+39,0%
A1. Vendas no Mercado Interno	100,0	130,6	142,0	93,8	155,8	[RESTRITO]
Variação	-	30,6%	8,8%	(33,9%)	66,1%	+55,8%
A2. Vendas no Mercado Externo	100,0	144,2	137,7	66,6	13,0	[RESTRITO]
Variação	-	44,2%	(4,5%)	(51,6%)	(80,5%)	(87,0%)
Mercado Brasileiro						
B. Mercado Brasileiro	100,0	131,7	154,0	133,0	179,5	[RESTRITO]
Variação	-	31,7%	16,9%	(13,6%)	34,9%	+79,5%
Representatividade das Vendas no Mercado Interno						
Participação nas Vendas Totais {A1/A}	100,0	98,8	100,4	103,5	112,1	
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Participação no Mercado Brasileiro {A1/B}	100,0	99,2	92,2	70,5	86,8	
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Quanto ao indicador das vendas de barras chatas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno, em toneladas, notou-se crescimento de 30,6%, de P1 para P2, e de 8,8%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 33,9%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve novo crescimento de 66,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno revelou variação positiva de 55,8%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação das vendas de barras chatas pela indústria doméstica destinadas ao mercado externo, em toneladas, ao longo do período em análise houve aumento de 44,2%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 4,5%. De P3 para P4, houve diminuição de 51,6%, e, entre P4 e P5, o indicador decaiu 80,5%. Considerando-se toda a série analisada, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo apresentou contração de 87,0%, considerando-se P5 em relação

ao início do período avaliado (P1). Ressalte-se que o volume das vendas externas de barras chatas da indústria doméstica representou, no máximo, [RESTRITO] % do total vendido ao longo do período em análise.

Observou-se ainda que o indicador de participação das vendas totais da indústria doméstica no mercado brasileiro diminuiu de P1 para P2 ([RESTRITO] p.p.), de P2 para P3 ([RESTRITO] p.p.) e de P3 para P4 ([RESTRITO] p.p.). Em P5, constatou-se recuperação de [RESTRITO] p.p, o que resultou em queda de [RESTRITO] p.p. na participação das vendas totais de barras chatas da indústria doméstica no período de análise de dano (P1 a P5).

7.1.1.2. Dos indicadores de produção, capacidade e estoque

A tabela a seguir apresenta, entre outras informações, o volume de produção do produto similar fabricado pela indústria doméstica, conforme informado pela peticionária.

Dos Indicadores de Produção, Capacidade Instalada e Estoque (em número-índice de t)
[RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Volumes de Produção						
A. Volume de Produção - Produto Similar	100,0	137,1	147,6	99,6	147,6	[RESTRITO]
Variação	-	37,1%	7,6%	(32,5%)	48,2%	+47,6%
B. Volume de Produção - Outros Produtos	100,0	128,5	146,5	108,3	103,7	[RESTRITO]
Variação	-	28,5%	14,0%	(26,1%)	(4,2%)	+3,7%
Capacidade Instalada						
D. Capacidade Instalada Efetiva	100,0	133,9	150,5	163,1	142,0	[RESTRITO]
Variação	-	33,9%	12,4%	8,3%	(12,9%)	+42,0%
E. Grau de Ocupação {(A+B)/D}	100,0	97,0	97,4	65,4	78,5	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Estoques						
F. Estoques	100,0	180,4	169,1	236,7	244,2	[RESTRITO]
Variação	-	80,4%	(6,3%)	40,0%	3,1%	+144,2%
G. Relação entre Estoque e Volume de Produção {F/A}	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Observou-se que o indicador de volume de produção do produto similar da indústria doméstica cresceu 37,1%, de P1 para P2, e aumentou 7,6%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 32,5%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 48,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume de produção do produto similar da indústria doméstica revelou variação positiva de 47,6%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação do volume de produção de outros produtos ao longo do período em análise, houve aumento de 28,5%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, é possível detectar ampliação de 14,0%. De P3 para P4, houve diminuição de 26,1%, e, entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 4,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de produção de outros produtos apresentou expansão de 3,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

A capacidade instalada efetiva, quando considerados os extremos do período de análise da revisão, apresentou crescimento de 42,0% em P5, comparativamente a P1. Ao longo dos intervalos individuais, a capacidade instalada efetiva aumentou 33,9%, de P1 para P2, 12,4%, de P2 para P3, e 8,3%, de P3 para P4. Em P5, registrou-se diminuição de 12,9% nesse indicador, comparando-se ao período imediatamente anterior.

Observou-se que o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada diminuiu [RESTRITO] p.p., de P1 para P2, e aumentou [RESTRITO] p.p., de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p., entre P3 e P4, e crescimento de [RESTRITO] p.p., entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p., em P5 comparativamente a P1.

Observou-se que o indicador de volume do estoque final de barras chatas de aço ligado cresceu 80,4%, de P1 para P2, e reduziu 6,3%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 40,0%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 3,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume de estoque final de barras chatas de aço ligado revelou variação positiva de 144,2%, em P5 comparativamente a P1.

Observou-se que o indicador de relação estoque final/produção cresceu [RESTRITO] p.p., de P1 para P2, e reduziu [RESTRITO] p.p., de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p., entre P3 e P4, e diminuição de [RESTRITO] p.p., entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação estoque final/produção revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p., em P5 comparativamente a P1.

7.1.1.3. Dos indicadores de emprego, produtividade e massa salarial

A tabela a seguir apresenta entre outras informações, os indicadores de emprego, de produtividade e de massa salarial da indústria doméstica, conforme informados pela peticionária.

Do Emprego, da Produtividade e da Massa Salarial
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Emprego						
A. Qtde de Empregados - Total	100,0	130,2	137,2	101,4	144,4	100,0
Variação	-	30,2%	5,3%	(26,1%)	42,4%	+44,4%
A1. Qtde de Empregados - Produção	100,0	130,7	138,5	102,5	145,9	100,0
Variação	-	30,7%	6,0%	(26,0%)	42,3%	+45,9%
A2. Qtde de Empregados - Adm. e Vendas	100,0	120,5	106,8	78,1	112,3	100,0
Variação	-	20,5%	(11,4%)	(26,9%)	43,9%	+12,3%
Produtividade (em t)						
B. Produtividade por Empregado Volume de Produção (produto similar) / {A1}	100,0	104,9	106,5	97,2	101,2	[RESTRITO]
Variação	-	4,9%	1,5%	(8,7%)	4,1%	+1,2%
Massa Salarial (em número-índice de Mil Reais)						
C. Massa Salarial - Total	100,0	113,2	120,5	86,9	98,7	-
Variação	-	13,2%	6,5%	(27,9%)	13,7%	(1,3%)
C1. Massa Salarial - Produção	100,0	113,1	120,5	88,0	99,8	-
Variação	-	13,1%	6,5%	(26,9%)	13,4%	(0,2%)
C2. Massa Salarial - Adm. e Vendas	100,0	113,9	120,7	75,7	88,3	-
Variação	-	13,9%	5,9%	(37,3%)	16,6%	(11,7%)

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Observou-se que o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção de barras chatas cresceu 30,7%, de P1 para P2, e aumentou 6,0%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 26,0%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 42,3%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção revelou variação positiva de 45,9%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação de número de empregados que atuam em administração e vendas ao longo do período em análise, houve aumento de 20,5%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 11,4%. De P3 para P4, houve diminuição de 26,9%, e, entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 43,9%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de número de empregados que atuam em administração e vendas apresentou expansão de 12,3%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando-se a variação de quantidade total de empregados no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 30,2%. Apurou-se ainda elevação de 5,3%, entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve redução de 26,1%, e, entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 42,4%. Analisando-se todo o período, a quantidade total de empregados apresentou expansão da ordem de 44,4%, considerado P5 em relação a P1.

Observou-se que o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção de barras chatas cresceu 13,1%, de P1 para P2, e aumentou 6,5%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 26,9%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 13,4%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção revelou variação negativa de 0,2%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação de massa salarial dos empregados de administração e vendas ao longo do período em análise, houve aumento de 13,9%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se ampliação de 5,9%. De P3 para P4, houve diminuição de 37,3%, e, entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 16,6%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de massa salarial dos empregados de administração e vendas apresentou contração de 11,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando-se a variação de massa salarial do total de empregados no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 13,2%. Constatou-se ainda elevação de 6,5%, entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve redução de 27,9%, e, entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 13,7%. Analisando-se todo o período, a massa salarial do total de empregados apresentou contração da ordem de 1,3%, considerado P5 em relação a P1.

Observou-se que o indicador de produtividade por empregado ligado à produção de barras chatas cresceu 4,9%, de P1 para P2, e aumentou 1,5%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 8,7%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 4,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de a produtividade por empregado ligado à produção revelou variação positiva de 1,2%, em P5 comparativamente a P1.

7.1.2. Dos indicadores financeiros da indústria doméstica

7.1.2.1. Da receita líquida e dos preços médios ponderados

As receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica referem-se às vendas líquidas do produto similar de fabricação própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas com o frete interno.

Da Receita Líquida e dos Preços Médios Ponderados
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Receita Líquida (em Mil Reais e em número-índice de Mil Reais)						
A. Receita Líquida Total	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Variação	-	37,7%	14,8%	(35,1%)	28,8%	+32,1%
A1. Receita Líquida - Mercado Interno	100,0	138,0	160,5	108,8	154,8	[RESTRITO]
Variação	-	38,0%	16,3%	(32,2%)	42,2%	+54,8%
Participação {A1/A}	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial
A2. Receita Líquida - Mercado Externo	100,0	136,1	145,4	70,0	15,1	Confidencial
Variação	-	36,1%	6,8%	(51,8%)	(78,5%)	(84,9%)
Participação {A2/A}	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial
Preços Médios Ponderados (em Reais/t em número-índice de Reais/t)						
B. Preço no Mercado Interno {A1/Vendas no Mercado Interno}	100,0	105,7	113,0	116,0	99,3	[RESTRITO]
Variação	-	5,7%	6,9%	2,7%	(14,4%)	(0,7%)
C. Preço no Mercado Externo {A2/Vendas no Mercado Externo}	100,0	94,4	105,6	105,1	115,8	Confidencial
Variação	-	(5,6%)	11,9%	(0,5%)	10,1%	+15,8%

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Observou-se que a receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno, cresceu 38,0%, de P1 para P2, e aumentou 16,3%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 32,2%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 42,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas de barras chatas no mercado interno revelou variação positiva de 54,8%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação da receita líquida obtida com as exportações do produto similar ao longo do período em análise, houve aumento de 36,1%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se ampliação de 6,8%. De P3 para P4, houve diminuição de 51,8%, e, entre P4 e P5, o indicador decaiu 78,5%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou contração de 84,9%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação da receita líquida total no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 37,7%. Verificou-se ainda uma elevação de 14,8%, entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve redução de 35,1%, e, entre P4 e P5, registrou-se aumento de 28,8%. Analisando-se todo o período, a receita líquida total apresentou expansão da ordem de 32,1%, considerado P5 em relação a P1.

Observou-se que o preço médio de venda no mercador interno cresceu 5,7%, de P1 para P2, e aumentou 6,9%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 2,7%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 14,4%. Ao se considerar todo o período de análise, o preço médio de venda no mercador interno revelou variação negativa de 0,7%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação do preço médio de venda para o mercado externo ao longo do período em análise, houve redução de 5,6%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se ampliação de 11,9%. De P3 para P4, houve diminuição de 0,5%, e, entre P4 e P5, o indicador elevou-se 10,1%. Ao se considerar toda a série analisada, o preço médio de venda para o mercado externo apresentou expansão de 15,8%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

7.1.2.2. Dos resultados e das margens

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno e Margens de Rentabilidade
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Demonstrativo de Resultado (em Mil Reais e em número-índice de Mil Reais)						
A. Receita Líquida - Mercado Interno	100,0	138,0	160,5	108,8	154,8	[RESTRITO]
Variação	-	38,0%	16,3%	(32,2%)	42,2%	+54,8%
B. Custo do Produto Vendido - CPV	100,0	128,0	157,9	117,1	149,8	Confidencial
Variação	-	28,0%	23,4%	(25,9%)	27,9%	+49,8%
C. Resultado Bruto {A-B}	100,0	210,8	179,0	48,3	190,8	Confidencial
Variação	-	110,8%	(15,1%)	(73,0%)	294,7%	+90,8%
D. Despesas Operacionais	(100,0)	2.519,8	3.216,9	266,3	(6.205,7)	Confidencial
Variação	-	2.619,8%	27,7%	(91,7%)	(2.430,6%)	(6.105,7%)
D1. Despesas Gerais e Administrativas	100,0	117,8	132,3	77,9	113,8	Confidencial
D2. Despesas com Vendas	100,0	132,1	157,3	82,4	112,0	Confidencial
D3. Resultado Financeiro (RF)	-	-	-	100,0	(80,3)	Confidencial
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD)	(100,0)	14,8	34,9	(63,9)	(422,8)	Confidencial
E. Resultado Operacional {C-D}	100,0	148,5	101,6	41,2	327,8	Confidencial
Variação	-	48,5%	(31,6%)	(59,5%)	696,3%	+227,8%
F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4}	100,0	148,5	101,6	42,5	326,8	Confidencial
Variação	-	48,5%	(31,6%)	(58,2%)	669,8%	+226,8%
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2}	100,0	279,8	211,3	25,2	249,7	Confidencial
Variação	-	179,8%	(24,5%)	(88,1%)	890,2%	+149,7%
Margens de Rentabilidade (em número-índice de %)						
H. Margem Bruta {C/A}	100,0	153,3	111,7	44,2	123,3	-
Variação	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial
I. Margem Operacional {E/A}	100,0	108,1	63,4	38,2	212,2	-
Variação	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial
J. Margem Operacional (exceto RF) {F/A}	100,0	108,1	63,4	39,0	211,4	-
Variação	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial
K. Margem Operacional (exceto RF e OD) {G/A}	100,0	202,9	132,4	23,5	161,8	-
Variação	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Observou-se que o resultado bruto da indústria doméstica ao longo do período em análise, houve aumento de 110,8%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 15,1%. De P3 para P4, houve diminuição de 73,0%, e, entre P4 e P5, o indicador elevou-se 294,7%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto da indústria doméstica apresentou expansão de 90,8%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação do resultado operacional no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 48,5%. É possível verificar ainda uma queda de 31,6%, entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve redução de 59,5%, e, entre P4 e P5, o indicador ampliou-se 696,3%. Analisando-se todo o período, o resultado operacional apresentou expansão da ordem de 227,8%, considerado P5 em relação a P1.

Observou-se que o resultado operacional, excetuado o resultado financeiro, cresceu 48,5%, de P1 para P2, e reduziu 31,6%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 58,2%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 669,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de resultado operacional, excetuado o resultado financeiro, revelou variação positiva de 226,8%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação de resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, ao longo do período em análise, houve aumento de 179,8%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, apurou-se retração de 24,5%. De P3 para P4, houve diminuição de 88,1%, e, entre P4 e P5, o indicador elevou-se 890,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado operacional, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, apresentou expansão de 149,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Observou-se que o indicador de margem bruta cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de margem bruta revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de margem operacional ao longo do período em análise, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P1 e P2. De P2 para P3, detectou-se retração de [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto de P3 para P4, houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p., e, de P4 para P5, revelou-se elevação de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de margem operacional apresentou expansão de [CONFIDENCIAL] p.p., considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de margem operacional, exceto resultado financeiro, no período analisado, verifica-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P1 e P2. De P2 para P3, verificou-se redução de [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto de P3 para P4, houve diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p.. Por sua vez, entre P4 e P5, identificou-se ampliação de [CONFIDENCIAL] p.p. Analisando-se todo o período, a margem operacional, exceto resultado financeiro, apresentou expansão de [CONFIDENCIAL] p.p., considerado P5 em relação a P1.

Observou-se que o indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas, cresceu [CONFIDENCIAL] p.p., de P1 para P2, e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p., de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P3 e P4, e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p., em P5 comparativamente a P1.

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno por Unidade (R$/t e número-índice de RS/t)
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
A. Receita Líquida - Mercado Interno	100,0	105,7	113,0	116,0	99,3	[RESTRITO]
Variação	-	5,7%	6,9%	2,7%	(14,4%)	(0,7%)
B. Custo do Produto Vendido - CPV	100,0	98,0	111,2	124,8	96,2	[CONF.]
Variação	-	(2,0%)	13,4%	12,2%	(23,0%)	(3,8%)

C. Resultado Bruto {A-B}		100,0	161,4	126,0	51,5	122,4	[CONF.]
	Variação	-	61,4%	(21,9%)	(59,1%)	137,7%	+ 22,4%
D. Despesas Operacionais		(100,0)	1.929,4	2.264,8	283,8	(3.982,5)	[CONF.]
	Variação	-	2.029,4%	17,4%	(87,5%)	(1.503,5%)	(3.882,5%)
D1. Despesas Gerais e Administrativas		100,0	90,2	93,2	83,0	73,0	[CONF.]
D2. Despesas com Vendas		100,0	101,1	110,8	87,8	71,9	[CONF.]
D3. Resultado Financeiro (RF)		-	-	-	100,0	(48,4)	[CONF.]
D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD)		(100,0)	11,3	24,6	(68,1)	(271,3)	[CONF.]
E. Resultado Operacional {C-D}		100,0	113,7	71,6	43,9	210,4	[CONF.]
	Variação	-	13,7%	(37,1%)	(38,7%)	379,5%	+ 110,4%
F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4}		100,0	113,7	71,6	45,2	209,7	[CONF.]
	Variação	-	13,7%	(37,1%)	(36,8%)	363,6%	+ 109,7%
G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2}		100,0	214,2	148,8	26,9	160,2	[CONF.]
	Variação	-	114,2%	(30,5%)	(81,9%)	496,3%	+ 60,2%

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

Observou-se que o indicador de CPV unitário diminuiu 2,0%, de P1 para P2, e aumentou 13,4%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 12,2%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 23,0%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de CPV unitário revelou variação negativa de 3,8%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação de resultado bruto unitário ao longo do período em análise, houve aumento de 61,4%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 21,9%. De P3 para P4, houve diminuição de 59,1%, e, entre P4 e P5, o indicador elevou-se 137,6%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto unitário apresentou expansão de 22,4%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de resultado operacional unitário no período analisado, entre P1 e P2, verificou-se aumento de 13,7%. Apurou-se ainda queda de 37,1%, entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4, houve redução de 38,7%, e, entre P4 e P5, o indicador ampliou-se 379,4%. Analisando-se todo o período, resultado operacional unitário apresentou expansão da ordem de 110,4%, considerado P5 em relação a P1.

Observou-se que o indicador de resultado operacional unitário, excetuado o resultado financeiro, cresceu 13,7%, de P1 para P2, e reduziu 37,1%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 36,8%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 363,4%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de resultado operacional unitário, excetuado o resultado financeiro, revelou variação positiva de 109,7%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação de resultado operacional unitário, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, ao longo do período em análise, houve aumento de 114,2%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, verificou-se retração de 30,5%. De P3 para P4, houve diminuição de 82,0%, e, entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 496,7%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado operacional unitário, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, apresentou expansão de 60,2%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

7.1.2.3. Do fluxo de caixa, do retorno sobre investimentos e da capacidade de captar recursos

A respeito dos próximos indicadores, cumpre frisar que se referem às atividades totais da indústria doméstica e não somente às operações relacionadas às barras chatas de aço ligado. Igualmente, ressalta-se que o período de elaboração das demonstrações financeiras da Gerdau, que são públicas, difere do período de análise de dano.

Do Fluxo de Caixa, Retorno sobre Investimentos e Capacidade de Captar Recursos
[CONFIDENCIAL]

		P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Fluxo de Caixa							
A. Fluxo de Caixa		-100	-55,3	1,62	31,8	142,72	[CONF.]
	Variação	-	44,7%	102,9%	1.861,5%	348,9%	+242,7%
Retorno sobre Investimento							
B. Lucro Líquido		-100	-29,52	109,89	43,38	170,64	[CONF.]
	Variação	-	70,5%	472,2%	(60,5%)	293,4%	+270,6%
C. Ativo Total		100	94,78	96,93	103,94	98,43	[CONF.]
	Variação	-	(5,2%)	2,3%	7,2%	(5,3%)	(1,6%)
D. Retorno sobre Investimento Total (ROI)		-100	-30,36	112,5	41,07	173,21	[CONF.]
	Variação	-	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Capacidade de Captar Recursos							
E. Índice de Liquidez Geral (ILG)		-100	-95	-87,5	-82,5	-90	-
	Variação	-	5,1%	6,1%	6,5%	(9,7%)	+8,6%
F. Índice de Liquidez Corrente (ILC)		-100	-52,17	-130,43	-300	-95,65	-
	Variação	-	48,3%	(146,3%)	(129,9%)	68,0%	+6,4%

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica
Obs.: ROI = Lucro Líquido / Ativo Total; ILC = Ativo Circulante / Passivo Circulante;
ILG = (Ativo Circulante + Ativo Realizável Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Observou-se que o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica cresceu 44,7%, de P1 para P2, e aumentou 102,9%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 1.860,6%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 348,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica revelou variação positiva de 242,7%, em P5 comparativamente a P1.

Observou-se que o indicador de taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica cresceu [CONFIDENCIAL] p.p., de P1 para P2, e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p., de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P3 e P4, e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p., em P5 comparativamente a P1.

Observou-se que o indicador de liquidez geral cresceu 5,0%, de P1 para P2, e aumentou 7,9%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 5,7%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 9,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de liquidez geral revelou variação positiva de 10,0%, em P5 comparativamente a P1.

Com relação à variação de liquidez corrente ao longo do período em análise, houve aumento de 47,8%, entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3, detectou-se retração de 150,0%. De P3 para P4, houve diminuição de 126,7%, e, entre P4 e P5, o indicador elevou-se 67,6%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de liquidez corrente apresentou expansão de 4,3%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

7.1.2.4. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno em P5 foi superior ao volume de vendas registrado em P1 ([RESTRITO] %), bem como em todos os períodos quando comparados ao imediatamente anterior, exceto no comparativo de P3 em relação à P2, quando se observou diminuição de [RESTRITO] %. Nesse sentido, em termos absolutos, pode-se constatar que a indústria doméstica cresceu no período de revisão.

Apesar do aumento das vendas em termos absolutos ([RESTRITO] %), frisa-se que o mercado brasileiro apresentou expansão mais acentuada ([RESTRITO] %), no mesmo período, sendo que tal crescimento foi capitaneado pelo volume de vendas das outras produtoras nacionais, que aumentou [RESTRITO] %, de P1 a P5.

Assim, conclui-se que a indústria doméstica apresentou elevação em suas vendas em termos absolutos, tendo crescido ao longo do período analisado, ainda que com uma participação menor no mercado brasileiro.

7.1.3. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.1.3.1. Dos custos e da relação custo/preço

Dos Custos e da Relação Custo/Preço
[CONFIDENCIAL]

		P1	P2	P3	P4	P5	P1 - P5
Custos de Produção (em número-índice de Mil Reais)							
Custo de Produção {A + B}		Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	[CONF.]
	Variação	-	34,4%	22,1%	(24,2%)	14,2%	+42,0%
A. Custos Variáveis		100,0	99,3	113,4	118,4	97,1	[CONF.]
A1. Matéria Prima		100,0	104,3	114,0	102,5	100,7	[CONF.]
A2. Outros Insumos		100,0	146,4	316,5	376,6	214,9	[CONF.]
A3. Utilidades		100,0	95,3	120,2	184,0	120,5	[CONF.]
A4. Outros Custos Variáveis		100,0	78,6	72,3	86,3	55,1	[CONF.]
B. Custos Fixos		100,0	89,5	96,0	169,0	89,6	[CONF.]
B1. manutenção		100,0	115,6	142,9	222,0	142,4	[CONF.]
B2. gastos gerais		100,0	99,4	101,1	163,2	74,2	[CONF.]
B3. depreciação		100,0	53,6	50,8	135,7	71,2	[CONF.]
Custo Unitário (em número-índice R$/t) e Relação Custo/Preço (em número-índice %)							
C. Custo de Produção Unitário		100,0	98,0	111,2	124,8	96,2	[CONF.]
	Variação	-	(2,0%)	13,4%	12,2%	(23,0%)	(3,8%)
D. Preço no Mercado Interno		100,0	105,7	113,0	116,0	99,3	[RESTRITO]
	Variação	-	5,7%	6,9%	2,7%	(14,4%)	(0,7%)
E. Relação Custo / Preço {C/D}		Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	[CONF.]
	Variação	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	Confidencial	[CONF.]

Elaboração: SDCOM
Fonte: RFB e Indústria Doméstica

O custo de produção total da indústria doméstica associado à fabricação de barras chatas de aço ligado apresentou seguidos aumentos nos três primeiros períodos de investigação de dano: de P1 a P2 (34,4%) e de P2 a P3 (22,1%). Após, houve queda no custo de produção total de 24,2%, entre P3 e P4, e, por fim, registrou-se novo aumento de 14,2%, entre P4 e P5. Deste modo, considerando-se os extremos da série (P1 a P5), o custo de produção total aumentou 42,0%.

Observou-se que o indicador de custo de produção unitário diminuiu 2,0%, de P1 para P2, e aumentou 13,4%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 12,2%, entre P3 e P4, e, considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 23,0%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de custo de produção unitário de barras chatas revelou variação negativa de 3,8%, em P5 comparativamente a P1.

Observou-se que o indicador de participação do custo de produção no preço de venda diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p., de P1 para P2, e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p., de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P3 e P4, e diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação do custo de produção no preço de venda revelou variação negativa de [CONFIDENCIAL] p.p., em P5 comparativamente a P1.

7.2. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores expostos, verificou-se que, durante o período de análise da retomada do dano, o volume de vendas no mercado interno da indústria doméstica registrou sucessivos aumentos, com exceção do período de P3 a P4, quando decaiu 33,9%. Ainda assim, apurou-se crescimento de 55,8% de P1 a P5, sendo que o pico das vendas ocorreu em P5, quando o volume das vendas no mercado interno do produto similar doméstico alcançou [RESTRITO] toneladas, alta de 66,1% ao se comparar ao período imediatamente anterior (P4). Além disso, verificou-se que:

a) De P1 a P5, o mercado brasileiro seguiu o mesmo comportamento das vendas no mercado brasileiro da indústria doméstica, com crescimento de 79,5% no período de análise de dano (P1 a P5), sendo que no último intervalo (P4 a P5), registrou-se o aumento mais expressivo (34,9%). Considerando que o mercado brasileiro apresentou um crescimento superior ao aumento das vendas internas da indústria doméstica, houve uma queda de participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, entre P1 e P5, de [RESTRITO] p.p., alcançando [RESTRITO] % de participação em P5;

b) Em relação ao volume de produção de barras chatas da Gerdau, observou-se redução apenas em P4 (-32,5%) e crescimento nos demais períodos, destacando-se o aumento da produção em P5 (+48,2%). Entre P1 e P5, houve crescimento no volume de produção da peticionária na ordem de 47,6%.

c) Quanto a capacidade instalada, registrou-se redução somente em P5, quando o indicador decaiu 12,9% ao se comparar ao período imediatamente anterior (P4). Considerando-se P1 a P5, houve aumento da capacidade instalada em 42,0%. Considerando-se que o aumento registrado da capacidade instalada foi maior do que o aumento do volume total produzido (11,5%), apurou-se deterioração no grau de ocupação da capacidade instalada em [RESTRITO] p.p., entre P1 e P5, quando atingiu [RESTRITO] %, em P5.

d) Em relação ao volume do estoque final da Gerdau, observou-se crescimento de 144,2%, entre P1 e P5. Como decorrência, a relação estoque final/produção cresceu [RESTRITO] p.p., entre P1 e P5.

e) No que tange ao número de empregados nas linhas de produção de barras chatas da peticionária, observou-se um crescimento de 45,9%, entre P1 e P5, enquanto a massa salarial referente a esses empregados da produção manteve-se praticamente inalterada (redução de 0,2%). Em relação ao número de empregados encarregados da administração e das vendas aumentou 12,3%, enquanto a massa salarial desses empregados decaiu 11,7%.

f) Por sua vez, apurou-se que o preço do produto similar da indústria doméstica apresentou sucessivos aumentos de P1 a P4, quando cresceu 16,0%. Entretanto, no último período o preço médio ponderado de barras chatas da peticionária reduziu 14,4%. Cabe destacar que em P5 houve uma redução de preço do produto similar da indústria doméstica de 14,4%, o que resultou em diminuição desse indicador em 0,7%, de P1 a P5.

g) Verificou-se, ainda, que o custo de produção unitário apresentou oscilações durante o período total de análise de dano, com reduções em P2 e P5 e crescimento em P3 e P4. Assim, ao se considerar o período de análise de dano (P1 a P5), o custo de produção unitário reduziu 3,8%. Dessa forma, a relação custo de produção unitário/preço de venda melhorou ao diminuir em [CONFIDENCIAL] p.p. entre P1 e P5, apesar de uma deterioração desse indicador em P4 com o aumento de [CONFIDENCIAL] p.p., momento em que atingiu a pior relação desse indicador ([CONFIDENCIAL]%).

h) Assim, no que tange aos indicadores de volumes, verificou-se que houve melhora da maioria dos indicadores, seguindo o aumento do volume de vendas no mercado interno, bem como aumento dos números de empregados e na produtividade por trabalhador.

i) No que tange aos indicadores financeiros alcançados com a venda do produto similar no mercado doméstico, apesar da deterioração observada em P4 em relação a P3, ao se considerar o período de análise de indícios de dano (P1 a P5) como um todo, verificou-se crescimento de 54,8% na receita líquida, de 90,8% no resultado bruto, de 227,8% no resultado operacional, de 226,8% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e de 149,7% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e as outras despesas operacionais. De mesmo modo, identificou-se incremento de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem bruta, de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, com exceção do resultado financeiro, e de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, com exceção do resultado financeiro e das outras despesas operacionais, no período analisado.

j) Nesse contexto, observou-se que a indústria doméstica enfrentou o pior resultado financeiro em P4, período no qual a relação custo/preço foi mais desfavorável ([CONFIDENCIAL]%). Contudo, notou-se recuperação do resultado e das margens em P5, muito embora tenha sido o período com o menor preço médio no mercado interno. Frisa-se que em nenhum período a indústria doméstica operou com prejuízo operacional.

k) Por todo o exposto, após a aplicação da medida ora em revisão, observou-se que a indústria doméstica logrou êxito em aumentar as vendas no mercado interno, com exceção de P4, muito embora tenham sido registradas perdas sucessivas na participação dessas vendas no mercado brasileiro no período entre P1 e P4, sendo que em P4 observou-se a menor participação no mercado brasileiro das vendas da Gerdau no mercado interno. Em P5, notou-se melhora nessa participação com o aumento de 10,6 p.p.

l) Conforme mencionado, no período total de análise de dano (P1 a P5), houve melhora nos indicadores financeiros. As deteriorações experienciadas em P4 foram influenciadas pela queda nas vendas, provavelmente ocasionada pela contração da demanda em decorrência da pandemia de Covid-19 e pela entrada em operação de novo concorrente, em P3, a Simec.

Por todo o exposto, para fins de início, pode-se concluir que a medida antidumping aplicada foi eficaz para a indústria doméstica, sobretudo quando analisados os resultados dos extremos do período de revisão de dano, tratando-se de uma investigação de probabilidade de retomada de dano.

8. DOS INDÍCIOS DE RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito (item 8.1); o comportamento das importações durante a vigência do direito (item 8.2); a comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping e do produto similar nacional (item 8.3); o potencial exportador da origem sujeita à medida (item 8.4); as alterações nas condições de mercado no país exportador (item 8.5); e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica (item 8.6).

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito.

Consoante exposto no item 7 deste documento, verificou-se que o volume de vendas no mercado interno da indústria doméstica apresentou crescimento contínuo ao longo do período de análise de retomada do dano, com exceção de P4, quando observou-se redução de 33,9% nas vendas de barras chatas destinadas ao mercado interno. Deste modo, considerando os extremos da série (P1 a P5), houve crescimento de 55,8% nesse indicador, de modo que, em P5, registrou-se o maior volume dessas vendas ([RESTRITO]).

Na esteira da elevação do volume de vendas, o volume de produção de barras chatas de aço ligado aumentou 47,6%, de P1 a P5, sendo que somente em P4 foi registrada redução desse indicador, porém, logo recuperada em P5. Já o grau de ocupação da capacidade instalada deteriorou-se ao longo do período de análise de retomada de dano, tendo decaído [RESTRITO] p.p., ao se comparar P1 a P5. Neste contexto, a relação entre estoque final e produção atingiu o maior percentual em P4 ([RESTRITO]), tendo apresentado crescimento de [RESTRITO] p.p., de P1 para P5.

De P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou crescimento constante ao longo do período de retomada do dano, com exceção de P4, quando registrou-se queda de 13,6%, de modo que houve crescimento de 79,5%, mas a participação das vendas internas da Gerdau no mercado brasileiro reduziu [RESTRITO] p.p., de P1 para P5.

Apurou-se, ainda, que o preço do produto similar da indústria doméstica apresentou crescimento de P1 para P4, seguido de retração significativa no último período (-14,4%), o que culminou na retração de 0,7% no preço, ao se considerar os extremos da série (P1 para P5).

Verificou-se, ainda, que o custo de produção apresentou oscilações ao longo do período de retomada de dano. Apesar disso, ao se considerar o período de análise de dano, o custo de produção aumentou 42,0%. Nesse sentido, a relação custo de produção/preço de venda apresentou melhora de P1 a P5, com a retração de [CONFIDENCIAL] p.p., entre P1 e P5. Destaca-se que a relação do custo de produção e o preço do produto similar doméstico registrou o pior valor da série analisada em P4, quando atingiu [CONFIDENCIAL]%.

Na esteira do aumento do volume de vendas e de produção, conjugado com o aumento da quantidade de funcionários e da estabilidade da massa salarial da indústria doméstica, observou-se também incremento nos indicadores financeiros. A receita líquida com a venda de barras chatas de aço ligado pela indústria doméstica aumentou 54,8%, de P1 para P5, enquanto o custo dos produtos vendidos aumentou 49,8% na mesma comparação. Com efeito, o resultado bruto aumentou 90,8%, de P1 para P5. No mesmo sentido, o resultado operacional aumentou 227,8%; o resultado operacional excluindo o resultado financeiro aumentou 226,8%, e o resultado operacional excluindo o resultado financeiro e as outras despesas operacionais aumentou 149,7%. De mesmo modo, identificou-se crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem bruta, de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, com exceção do resultado financeiro, e de [CONFIDENCIAL] p.p na margem operacional, com exceção do resultado financeiro e outras despesas.

Ressalta-se, por fim, que a indústria doméstica alcançou seu pior resultado financeiro em P4. Nesse contexto, outros fatores podem ter contribuído para a deterioração dos indicadores financeiros, especialmente a entrada de novo concorrente no mercado brasileiro (Simec). Não obstante, pontua-se que a empresa registrou lucro operacional em P4, ainda que tal indicador tenha diminuído 73,0%, de P3 a P4. Ademais, em P5, os indicadores financeiros se recuperaram, tendo sido apuradas as melhoras margens de lucro da série no referido período.

Por todo o exposto, para fins de início, pode-se concluir que o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping foi neutralizado, muito embora o aumento do volume das vendas internas da indústria doméstica não tenha sido acompanhado por crescimento da participação dessas vendas no mercado brasileiro, ao se comparar o período de P1 a P5. Destaca-se que, no último período da investigação original, a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro representava [RESTRITO] %, enquanto, em P5 da presente previsão, registrou-se participação das vendas internas da indústria doméstica de [RESTRITO] %.Trata-se, portanto, de uma investigação de probabilidade de retomada de dano.

8.2. Do comportamento das importações durante a vigência do direito

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: o volume das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Neste ponto, destaca-se que se registrou volume de importações de barras chatas de aço ligado originárias da China somente em P1 ([RESTRITO] toneladas). Após esse período, tais importações cessaram por completo. Nessa esteira, notou-se que Turquia e Índia passaram a exportar o produto para o Brasil, assumindo a participação nas importações brasileiras de barras chatas que, em P1, era da China.

8.3. Da comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de dumping e do produto similar nacional

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto no 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o preço provável das importações a preços de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Em decorrência da ausência de importações da origem investigada entre P2 e P5, buscou-se o preço provável das importações dessas origens para comparação com o preço do produto similar no mercado interno brasileiro. Apresentam-se a seguir a metodologia proposta para apuração do preço provável, os comentários da autoridade investigadora e os cálculos considerados para fins de início da presente revisão.

8.3.1. Das informações da peticionária sobre o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

Inicialmente, a peticionária apresentou a comparação entre o preço das importações de barras chatas de aço da origem investigada em P1, período em que houve importações originárias da China em volume significativo, e o preço da indústria doméstica.

Para o cálculo do preço de exportação internado no mercado brasileiro, foram adicionados ao preço de exportação FOB constante dos dados da RFB os seguintes valores: i) frete e seguro internacionais médios relativos às importações brasileiras originárias da China de todos os produtos classificados no subitem 7228.30.00 da NCM conforme os dados oficiais da RFB; ii) imposto de importação, com alíquota de 14% sobre o valor o valor CIF; iii) AFRMM, de 25% sobre o valor do frete; e iv) despesas de internação de 3,0%, percentual usualmente considerado para tal fim e, segundo a peticionária, condizente com as diversas ações de redução de custos operacionais de comércio exterior implementados no país.

Em seguida, o preço CIF internado foi convertido para reais pela taxa de câmbio média do período de acordo com os dados do BCB e comparados ao preço médio da indústria doméstica. Tanto o preço da indústria doméstica como o Preço CIF internado foram atualizados com base no índice inflator mencionado no item 7.1 deste documento.

Preço CIF Internado e Subcotação em P1 [RESTRITO]

	P1
Preço FOB (US$/t) (a)	[RESTRITO]
Frete internacional (US$/t) (b)	[RESTRITO]
Seguro internacional (US$/t) (c)	[RESTRITO]
Preço CIF (d) = (a) + (b) + (c)	[RESTRITO]
Imposto de Importação (e) = 14% * (d) (US$/t)	[RESTRITO]
AFRMM (f) = 25% * frete (US$/t)	[RESTRITO]
Despesas de Internação (g) = 3% * (d) (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF Internado (h) = (d) + (e) + (f) + (g) (US$/t)	[RESTRITO]
Taxa de câmbio média (i)	3,2983
Preço CIF Internado (j) = taxa de câmbio * (h) (R$/t)	[RESTRITO]
Índice Inflator (k)	[RESTRITO]
Preço CIF Internado Atualizado (l) = (j)*(k) (R$/t)	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (m) (R$/t)	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica Atualizado (n) = (m)*(k) (R$/t)	[RESTRITO]
Subcotação (R$/t) (o) = (n) - (l)	[RESTRITO]

Fonte: indústria doméstica e RFB
Elaboração: SDCOM

A peticionária apresentou ainda cenário considerando a medida antidumping aplicada às importações, conforme valores a seguir.

Preço CIF Internado e Subcotação em P1 - Com direito antidumping [RESTRITO]

	P1
Preço CIF Internado (h) (US$/t)	[RESTRITO]
Direito antidumping (n) (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF Internado com DA (p) = (h)+(n) (US$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF Internado com DA (q) = (p)*(i) (R$/t)	[RESTRITO]
Preço CIF Internado com DA Atualizado (r) = (q)*(k) (R$/t)	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica Atualizado (n) (R$/t)	[RESTRITO]
Subcotação (R$/t) (s) = (n)-(r)	[RESTRITO]

Fonte: indústria doméstica e RFB
Elaboração: SDCOM

Diante do cenário apresentado, a peticionária ressaltou que, no único período em que foram realizadas importações em quantidades representativas, foi verificada a existência de subcotação nos preços internados de tais importações no Brasil em relação ao preço da indústria doméstica, sem a aplicação da medida antidumping. Isso comprovaria que, caso o direito antidumping sob revisão não seja prorrogado, serão retomadas as importações do produto objeto da revisão originárias da China a preços com dumping e subcotados em relação ao preço da indústria doméstica, levando à retomada do dano.

Já com relação ao cenário com direito antidumping, concluiu-se que a medida seria suficiente para neutralizar o efeito das importações sobre o preço da indústria doméstica, uma vez que não se constatou subcotação desses preços de importação. Tal informação é consistente com o cenário de ausência de dano da indústria doméstica.

Adicionalmente, uma vez que não houve operações de importação do produto objeto da revisão de P2 a P5, a peticionária apresentou metodologia para estimar o preço provável dessas importações nos mencionados períodos.

Inicialmente, foram apurados os preços médios FOB das importações de produto similar das demais origens de P1 a P5. Verificou-se, então, a variação nos preços em cada período em relação àquele praticado em P1. Em seguida, as relações apuradas de P2 a P5 foram aplicadas ao preço médio praticado nas importações do produto objeto da investigação originárias da China registrado em P1. Os cálculos efetuados estão demonstrados na tabela a seguir.

Metodologia preço provável apresentada pela peticionária [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço FOB - US$/t (importações barras chatas demais origens)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Variação (em relação a P1) (a)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço FOB - US$/t (importações barras chatas originárias da China)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço provável FOB - US$/t (a) * (P1)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Fonte: indústria doméstica e RFB.
Elaboração: SDCOM

Os preços prováveis encontrados foram, então, internalizados no Brasil considerando a mesma metodologia descrita anteriormente. No que diz respeito aos valores relativos a frete e seguro internacionais, foram considerados os valores médios de frete e de seguro apurados em P2, P3, P4 e P5 relativamente ao total das operações realizadas por meio da NCM/SH 7228.30.00. Os cálculos realizados constam do quadro a seguir.

Preço CIF Internado e Subcotação (P2 a P5) apresentada pela peticionária [RESTRITO]

	P2	P3	P4	P5
Preço FOB (US$/t) (a)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Frete internacional (US$/t) (b)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Seguro internacional (US$/t) (c)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF (d) = (a) + (b) + (c)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Imposto de Importação (e) = 14% * (d) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
AFRMM (f) = 25% * frete (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Despesas de Internação (g) = 3% * (d) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF Internado (h) = (d) + (e) + (f) + (g) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Taxa de câmbio média (i)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF Internado (j) = taxa de câmbio * (h) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Índice Inflator (k)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF Internado Atualizado (l) = (j)*(k) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica (m) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica Atualizado (n) = (m)*(k) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$/t) (o) = (n) - (l)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Fonte: indústria doméstica e RFB.
Elaboração: SDCOM

Preço CIF Internado e Subcotação - Com direito antidumping (P2 a P5) apresentada pela peticionária [RESTRITO]

	P2	P3	P4	P5
Preço CIF Internado (h) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Direito antidumping (n) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF Internado com DA (p) = (h)+(n) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF Internado com DA (q) = (p)*(i) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço CIF Internado com DA Atualizado (r) = (q)*(k) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Preço da Indústria Doméstica Atualizado (n) (R$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Subcotação (R$/t) (s) = (n)-(r)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Fonte: indústria doméstica e RFB.
Elaboração: SDCOM

Dessa forma, segundo a peticionária, os dados demonstrariam que, na ausência do direito antidumping, as importações do produto objeto do direito originárias da China seriam realizadas a preços com dumping e subcotados em relação ao preço da indústria doméstica, ratificando o entendimento de que, caso não seja prorrogada a vigência da medida antidumping, seria retomada a prática de dumping por parte dos produtores/exportadores chineses e, consequentemente, retomado o dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Em sede de informações complementares à petição, a autoridade investigadora questionou a metodologia proposta pela peticionária, uma vez que esta reflete a evolução dos preços das exportações de barras chatas de outras origens que não a investigada. Dessa forma, a metodologia acaba por refletir a demanda do produto pelo Brasil e não o lado da oferta de barras chatas pela origem investigada.

Na ocasião, a peticionária argumentou que as estatísticas disponíveis relativas à totalidade da subposição 7228.30 do SH refletem dados de exportações chinesas de barras diversas de aço ligado, incluindo aços com normas, composições e formatos distintos daqueles do produto analisado, o que torna inadequada a apuração do preço provável nas exportações ao Brasil do produto objeto da revisão, ainda mais considerando as possíveis alterações de mix de barras de aços ligados considerado em cada período.

Isso não obstante, de acordo com a prática reiterada da SDCOM, conforme consta do item seguinte, buscou-se, para fins de início da revisão, identificar metodologia que refletisse o lado da oferta de barras chatas pela origem investigada.

8.3.2. Da análise da SDCOM de preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de início

Considerando os argumentos e informações apresentadas nos itens 8.3.1, a autoridade investigadora buscou metodologia alternativa para apuração do preço provável da origem sujeita à medida antidumping. Para tanto, foram considerados os preços médios de exportação da China praticados para o mundo, para seus cinco e dez maiores destinos em volume e para a América do Sul, de acordo com os dados do TradeMap para a subposição 7228.30 do SH, em P5.

Para comparação com o preço da indústria doméstica, os preços encontrados foram internados no mercado brasileiro. Nesse sentido, foram somados aos preços médios os valores relativos ao frete e seguro internacionais, ao imposto de importação, ao AFRMM e à despesa de internação, conforme metodologia apresentada pela peticionária, descrita no item 8.3.1 deste documento.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido a partir dos dados de vendas reportados na petição. Para o seu cálculo, deduziram-se do faturamento bruto os descontos e abatimentos, as devoluções, o frete e os impostos. O faturamento líquido assim obtido foi dividido pelo volume de vendas líquido de devoluções. Ressalte-se que o preço da indústria doméstica foi convertido para dólares estadunidenses de acordo com a taxa de diária obtida com base nos dados disponibilizados pelo BCB.

Os resultados da comparação entre o preço provável da China e o preço da indústria doméstica constam da tabela abaixo.

Preço CIF Internado e Subcotação - China - metodologia SDCOM [RESTRITO]

	Mundo	TOP 5	TOP 10	América do Sul
a. Preço FOB (US$/t)	573,40	540,41	546,20	587,98
b. Frete internacional (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
c. Seguro internacional (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
d. Preço CIF (d) = (a) + (b) + (c) (US$/t)	626,07	593,08	598,86	640,65
e. Imposto de Importação (e) = 14% * (d) (US$/t)	87,65	83,03	83,84	89,69
f. AFRMM (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
g. Despesas de Internação (g) = 3% * (d) (US$/t)	18,78	17,79	17,97	19,22
h. Preço CIF Internado (h) = (d) + (e) + (f) + (g) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
i. Preço da Indústria Doméstica (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
j. Subcotação (US$/t) (j) = (i) - (h)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
% (j/i)	-12,3%	-6,5%	-7,5%	-14,9%

Fonte: TradeMap e RFB.
Elaboração: SDCOM.

Verificou-se que, em todos os cenários sugeridos, as exportações não estariam subcotadas em relação ao preço da indústria doméstica.

No entanto, conforme argumentado pela peticionária em sede de informações complementares, as estatísticas relativas à totalidade do item 7228.30 do SH refletem dados de exportações chinesas de barras diversas de aço ligado, incluindo aços com normas, composições e formatos distintos daqueles do produto analisado. De fato, observou-se que as importações referentes ao subitem 7228.30.00 da NCM são relativas a uma infinidade de outros produtos, como barras com outros formatos, de aço distinto, de normas distintas e de dimensões distintas àquelas relativas ao produto objeto da presente revisão.

Nesse sentido, buscou-se, para fins de início da revisão, metodologia de ajuste com vistas a estimar o preço do produto similar, a partir do preço médio apurado com base nos dados do TradeMap. Dessa forma, comparou-se o preço das importações relativas ao produto investigado e aos demais produtos com base nas informações relativas às importações chinesas de barras chatas de aço ligado da investigação original em P5.

Observou-se que, em P5 da investigação original, as importações de outros produtos corresponderam a [RESTRITO] % do volume total das importações classificadas no subitem 7228.30.00 da NCM. Ademais, constatou-se que o preço médio do produto objeto da investigação foi [RESTRITO] % menor do que o preço médio do total das importações constantes do mencionado subitem da NCM.

Nesse contexto, aplicou-se fator de ajuste ([RESTRITO]) ao preço médio das exportações da China referente à totalidade das importações classificadas na subposição 7228.30 do SH, de modo a refletir a diferença de preços constatada com base nos dados da investigação original. Considerou-se que, dessa forma, o preço ajustado estaria mais próximo do preço do produto objeto da revisão.

Os resultados da comparação entre o preço provável ajustado da China e o preço da indústria doméstica constam da tabela abaixo.

Preço CIF Internado Ajustado e Subcotação - China - metodologia SDCOM [RESTRITO]

	Mundo	TOP 5	TOP 10	América do Sul
a. Preço FOB (US$/t)	471,61	444,48	449,24	483,60
b. Frete internacional (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
c. Seguro internacional (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
d. Preço CIF (d) = (a) + (b) + (c) (US$/t)	524,28	497,14	501,90	536,27
e. Imposto de Importação (e) = 14% * (d) (US$/t)	73,40	69,60	70,27	75,08
f. AFRMM (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
g. Despesas de Internação (g) = 3% * (d) (US$/t)	15,73	14,91	15,06	16,09
h. Preço CIF Internado (h) = (d) + (e) + (f) + (g) (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
i. Preço da Indústria Doméstica (US$/t)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
j. Subcotação (US$/t) (j) = (i) - (h)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
k. % (j)/(i)	5,6%	10,4%	9,6%	3,5%

Fonte: TradeMap, investigação original e RFB.
Elaboração: SDCOM.

Observou-se que, caso a China praticasse para o Brasil os preços ajustados em todos os cenários considerados, haveria subcotação em relação ao preço da indústria doméstica. Dessa forma, ter-se-ia, por efeito provável da retirada da medida protetiva, um aumento da pressão sobre o preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica.

Diante da necessidade de ajuste dos preços médios de exportação apurados com base no TradeMap, espera-se que os produtores/exportadores da China cooperem com a investigação mediante a apresentação de dados primários de exportações para terceiros países, de modo a compor seus próprios preços prováveis para fins de análise de probabilidade de retomada de dano. Ademais, espera-se que, ao longo da investigação, as partes interessadas possam contribuir com a discussão a respeito dos cenários de preço da China e do ajuste considerado para a análise da subcotação, apresentando dados e elementos de prova que auxiliem na determinação final desta revisão.

8.4. Das alterações nas condições de mercado

De acordo com o exposto no item 5.3, a principal alteração no mercado que foi apontada pela peticionária consiste na entrada em operação da empresa Simec, o que alterou a oferta do produto no mercado brasileiro.

Considerando que se trata de uma investigação de probabilidade de retomada do dano, a entrada da Simec aparentemente não contribuiu significativamente a ponto de levar à deterioração dos indicadores financeiros da indústria doméstica, ainda que a peticionária tenha perdido participação no mercado brasileiro.

8.5. Do potencial exportador da origem sujeita à medida antidumping

Conforme apontado no item 5.2, a peticionária apresentou dados das exportações chinesas para o mundo, que indicariam reduções constantes no volume exportado pela referida origem ao longo do período de análise de dano. Isso não obstante, após ajustes nos dados indicados, considerando que a subposição abarca outros produtos além das barras chatas, apurou-se que as exportações originárias da China representariam [RESTRITO] vezes o mercado brasileiro.

Além disso, a peticionária indicou informações da capacidade produtiva instalada de duas empresas chinesas que representariam, somente elas, [RESTRITO] vezes o volume transacionado no mercado brasileiro.

Destarte, identificou-se, para fins de início da revisão, elevado potencial exportador da origem investigada, o que poderia indicar que parte desse volume poderia ser direcionado ao Brasil no caso de extinção da medida ora em revisão. Reitera-se que, após o início da revisão, buscar-se-á o aprofundamento da análise, a partir de dados aportados pelas partes interessadas do processo.

8.6. Da conclusão sobre os indícios de probabilidade de retomada do dano

Ante todo o exposto, concluiu-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping.

Paralelamente, constatou-se diminuição constante das exportações de barras chatas da China para o mundo durante todo o período de análise de dano (P1 a P5), acompanhando a tendência mundial. Não obstante, se comparadas ao mercado brasileiro em P5, as exportações do produto objeto da revisão originárias da China equivaleram a [RESTRITO] o tamanho desse mercado, indicando capacidade exportadora relevante da origem, tomando por base os dados apresentados no item 5.2. Cumpre informar que a peticionária não apresentou dados da produção de barras chatas na China, o que inviabilizou a apuração do grau de ocupação da capacidade instalada ao longo do período de análise da retomada do dano, de forma que se buscará o aprofundamento da análise do potencial exportador chinês, após o início da revisão. Reforça-se, entretanto, que os dados de volume exportado e capacidade instalada, apurados para a China, detalhados nos itens 5.2 e 8.5 deste documento, consistem em indícios suficientes da existência de potencial exportador para o referido país.

Ainda, com relação à análise do preço provável das importações originárias da China, após os ajustes efetuados na metodologia apresentada pela peticionária, constatou-se a existência de subcotação em todos os cenários analisados, o que permite concluir que a retirada da medida antidumping ora em revisão ocasionaria um aumento da pressão sobre o preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica.

Nesse contexto, conclui-se, para fins de início desta revisão, que há indícios suficientes para fins de início de que, caso a medida antidumping não seja prorrogada, as importações de barras chatas de aço ligado seriam retomadas a preço de dumping, o que levaria, muito provavelmente à retomada do dano à indústria doméstica.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, pode-se considerar haver indícios de que a extinção dos direitos antidumping muito provavelmente levaria à retomada da prática de dumping nas exportações da China do produto objeto do direito antidumping. Ademais, considerando a existência de subcotação do preço provável de exportação nos cenários analisados, o desempenho exportador da origem objeto da revisão e a sua capacidade instalada de produção, concluiu-se, para fins de início, haver indícios suficientes para fins de início quanto à probabilidade de retomada do dano causado por essas importações na hipótese de extinção do direito antidumping.

Recomenda-se, dessa forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de barras chatas de aço ligado, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, que não sejam de corte rápido e nem de aços silício-manganês, de espessura igual ou superior a 4,5 mm, mas não superior a 60 mm, de largura igual ou superior a 50 mm, mas não superior a 150 mm, independentemente do tipo de canto (redondo, mola, quadrado, etc.), classificadas no subitem 7228.30.00 da NCM, quando originárias da China.

Cabe ressaltar a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

(*) Republicada por conter incorreções no original, Publicado no DOU de 26 de novembro de 2021, Edição 222, Seção 1, Páginas 38 a 60.

RETIFICAÇÃO

Na Circular SECEX nº 80, de 25 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2021, Seção 1, página 60,

onde se lê: "2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping considerou o período de abril de 2020 a março de 2021. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano considerou o período de abril de 2016 a março de 2020.",

leia-se: "2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping considerou o período de abril de 2020 a março de 2021. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano considerou o período de abril de 2016 a março de 2021.";

No Anexo à referida Circular, publicado na página 61,

onde se lê:

Origem	Produtor/Exportador	Direito antidumping definitivo (em US$/t)
China	China Resources Packaging Materials Co., Ltd.	119,44
	Jiangsu Xingye Plastic Co., Ltd.	104,34
	Jiangyin Xingyu New Material Co., Ltd.	87,23
	Guangdong IVL Pet Polymer Co., Ltd.	682,38
	Jiangyin Xingtai New Material Co., Ltd.	105,40
	Polymet Commodities Ltd.	
	Shanghai Hengyi Polyester Fiber Co., Ltd.	
	Sinopec Chemical Commercial Holding Company Limited	
	Wankai Hong Kong International Limited	
	Zhejiang Wankai New Materials Co., Ltd.	
	Demais empresas	682,38

Índia	Reliance Industries Limited	193,78
	Dhunseri Petrochem & Tea Ltd.	468,97
	Demais empresas	
Indonésia	Pt Indorama Synthetics Tbk	304,42
	Demais empresas	
Taipé Chinês	Lealea Changhua Polyester Fibers Factory	682,18
	Nan Ya Plastics Corporation	
	Demais empresas, exceto Far Eastern New Century Corporation	

leia-se:

Origem	Produtor/Exportador	Direito antidumping definitivo (em US$/t)
China	China Resources Packaging Materials Co., Ltd.	119,44
China	Jiangsu Xingye Plastic Co., Ltd.	104,34
China	Jiangyin Xingyu New Material Co., Ltd.	87,23
China	Guangdong IVL Pet Polymer Co., Ltd.	682,38
China	Jiangyin Xingtai New Material Co., Ltd.	105,40
China	Polymet Commodities Ltd.	105,40
China	Shanghai Hengyi Polyester Fiber Co., Ltd.	105,40
China	Sinopec Chemical Commercial Holding Company Limited	105,40
China	Wankai Hong Kong International Limited	105,40
China	Zhejiang Wankai New Materials Co., Ltd.	105,40
China	Demais empresas	682,38
Índia	Reliance Industries Limited	193,78
Índia	Dhunseri Petrochem & Tea Ltd.	468,97
Índia	Demais empresas	468,97
Indonésia	Pt Indorama Synthetics Tbk	304,42
Indonésia	Demais empresas	304,42
Taipé Chinês	Lealea Changhua Polyester Fibers Factory	682,18
Taipé Chinês	Nan Ya Plastics Corporation	682,18
Taipé Chinês	Demais empresas, exceto Far Eastern New Century Corporation	682,18

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/SEDDM/ME Nº 14.083, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Aprova o quantitativo de pessoal próprio do Banco da Amazônia - Basa.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 1º do Decreto nº 3.735, de 24.1.2001, por delegação da Portaria nº 250, de 23.8.2005 e no Anexo I, art. 98, inciso VI, letra g, do Decreto nº 9.745, de 8.4.2019, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio do Banco da Amazônia - Basa., em 2.961 vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais federais são considerados:

I. os empregados efetivos admitidos por concurso público;

II. os empregados efetivos admitidos sem concurso público antes de 5.10.1988;

III. os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;

IV. os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;

V. os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;

VI. os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;

VII. os empregados readmitidos e reintegrados;

VIII. os empregados contratados por prazo determinado (temporários);

IX. os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112/90; e

X. os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 3º Compete ao Basa gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que observado o limite estabelecido no Art. 1º, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogado o quadro de pessoal da Banco da Amazônia - Basa., aprovado por meio da Portaria nº 766, de 10 de janeiro de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

PORTARIA SEST/SEDDM/ME Nº 14.084, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 1º do Decreto nº 3.735, de 24.1.2001, por delegação da Portaria nº 250, de 23.8.2005 e no Anexo I, art. 98, inciso VI, letra g, do Decreto nº 9.745, de 8.4.2019, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, em 72.263 (setenta e duas mil, duzentas e sessenta e três) vagas, sendo 64.882 (sessenta e quatro mil, oitocentas e oitenta e duas) do quadro permanente, e 7.381 (sete mil, trezentos e oitenta e uma) do quadro temporário para atendimento à demanda emergencial da COVID-19, conforme discriminado no Quadro abaixo, e nos Hospitais Universitários Federais listados no Anexo desta Portaria.

Quadro de Pessoal da Sede da Ebserh		
Tipo	Quantidade	Prazo
Quadro Próprio permanente	336	Indeterminado
Quadro Temporário Demanda Emergencial COVID-19	7.381	28.2.2022
Total	7.717	

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal da empresa pública federal são considerados:

I. os empregados efetivos admitidos por concursos público;

II. os servidores estatutários que exercem atualmente suas atividades nos Hospitais;

III. os empregados efetivos admitidos sem concurso antes de 5.10.1988;

IV. os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;

V. os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;

VI. os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;

VII. os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;

VIII. os empregados readmitidos e reintegrados;

IX. os empregados contratados por prazo determinado (temporários);

X. os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112/90; e

XI. os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 4º As vagas do quadro transitório ("servidores RJU não substituíveis") deverão ser extintas ao término dos contratos de trabalho de seus atuais ocupantes.

Art. 5º Compete à Ebserh gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que observado o limite estabelecido no Anexo desta Portaria, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 6º Fica revogado o quadro de pessoal da Ebserh, referente à Sede da estatal e aos Hospitais listados no Anexo, aprovado por meio das Portarias:

a) Portaria nº 22, de 3.9.2013;

b) Portaria nº 22, de 4.11.2014;

c) Portaria nº 25, de 19.11.2014;

d) Portaria nº 3, de 13.3.2015;

e) Portaria nº 28, de 20.6.2016;

f) Portaria Sest nº 19823, de 25.8.2020;

g) Portaria nº 25.326, de 22.12.2020; e

h) Portaria nº 8.632, de 16.7.2021.

Art.. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

ANEXO I

Unidade	Sigla	UF	Vagas de Servidores RJU Substituíveis	Vagas Celetistas	Total Vagas Quadro Permanente	Vagas de Servidores RJU Não Substituíveis	Total de Vagas
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas	HUPAA-UFAL	AL	584	754	1.338	21	1.359
Hospital Universitário Getúlio Vargas da Universidade Federal do Amazonas	HUGV-UFAM	AM	540	316	856	58	914
Hospital Universitário Professor Edgar Santos da Universidade Federal da Bahia	HUPES-UFBA	BA	875	1.733	2.608	154	2.762
Maternidade Clímério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia	MCO-UFBA	BA	223	724	947	18	965
Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará	HUWC-UFC	CE	791	627	1.418	45	1.463
Maternidade Escola Assis Chateaubriand da Universidade Federal do Ceará	MEAC-UFC	CE	460	1.293	1.753	15	1.768
Hospital Universitário da Universidade Federal de Brasília	HUB-UNB	DF	667	1.819	2.486	93	2.579
Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes da Universidade Federal do Espírito Santo	HUCAM-UFES	ES	770	850	1.620	44	1.664
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	HC-UFG	GO	1.083	525	1.608	38	1.646
Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão	HU-UFMA	MA	1.179	2.056	3.235	237	3.472
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais	HC-UFMG	MG	1.469	1.706	3.175	149	3.324
Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	HC-UFTM	MG	883	929	1.812	32	1.844
Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	HU-UFJF	MG	367	1.516	1.883	27	1.910
Hospital Universitário da Universidade Federal de Grande Dourados	HUGD-UFGD	MS	461	699	1.160	2	1.162
Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	HUMAP-UFMS	MS	644	869	1.513	75	1.588
Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal do Mato Grosso	HUJM-UFMT	MT	389	358	747	70	817
Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza da Universidade Federal do Pará	UFPA-HUBFS	PA	127	77	204	6	210
Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará	UFPA-HUJBB	PA	740	835	1.575	83	1.658
Hospital Universitário Júlio Maria Bandeira de Mello da Universidade Federal de Campina Grande	HUJB-UFCG	PB	3	418	421	2	423
Hospital Universitário Lauro Wanderley da Univesidade Federal da Paraíba	HULW-UFPB	PB	910	1.038	1.948	81	2.029

Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande	HUAC-UFCG	PB	484	380	864	81	945
Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco	HC-UFPE	PE	1.339	929	2.268	80	2.348
Hospital Universitário Dr. Washington Antônio de Barros da Universidade Federal do Vale do São Francisco	HU-UNIVASF	PE	152	585	737	16	753
Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí	HU-UFPI	PI	67	1.382	1.449	0	1.449
Hospirtal de Clínicas do Paraná da Universidade Federal do Paraná	HC-UFPR	PR	1.803	1.540	3.343	63	3.406
Maternidade Victor Ferreira do Amaral da Universidade Federal do Paraná	MVFA-UFPR	PR	18	523	541	0	541
Hospital Universitário Antônio Pedro da Universidade Federal Fluminense	HUAP-UFF	RJ	1.276	272	1.548	131	1.679
Hospital Universitário Gaffrée Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	HUGG-UNIRIO	RJ	853	527	1.380	103	1.483
Hospital Universitátio Ana Bezerra da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUAB-UFRN	RN	84	396	480	12	492
Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	HUOL-UFRN	RN	599	1.161	1.760	40	1.800
Maternidade Escola Januário Cicco da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	MEJC-UFRN	RN	253	529	782	22	804
Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas	HE-UFPel	RS	307	1.011	1.318	9	1.327
Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. Da Universidade Federal do Rio Grande	HU-FURG	RS	437	1.043	1.480	16	1.496
Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria	HU-UFSM	RS	1.053	827	1.880	120	2.000
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina	HU-UFSC	SC	1.231	489	1.720	99	1.819
Hospital Regional de Lagarto da Universidade Federal de Sergipe	HUL-UFS	SE	0	714	714	0	714
Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe	HU-UFS	SE	410	1.243	1.653	28	1.681
Hospital Escola Municipal Professor Dr. Horácio Carlos Panepucci da Universidade Federal de São Carlos	HU-UFSCAR	SP	0	392	392	0	392
Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins	HDT-UFT	TO	0	338	338	0	338
Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	HC-UFU	MG	1.321	2.233	3.554	139	3.693
Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá	HU-UNIFAP	AP	0	1.829	1.829	0	1.829
TOTAL			24.852	37.485	62.337	2.209	64.546

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 13.736, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Cessão de Uso Gratuito ao Município de Itabira, Estado de Minas Gerais, de imóvel com área de terreno medindo 253,6690 hectares e benfeitorias, parte de um todo maior com área total de 271,85426, no local denominado Fazenda São Lourenço/Posto Agropecuário, Bairro Candidópolis no Município de Itabira/MG.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTOS E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 79, § 3º, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na deliberação/autorização do Grupo Especial de Destinação Supervisionada (GE-DESUP2), Ata de Reunião realizada em 05 de novembro de 2021, bem como a Portaria SEDDM/SPU/ME Nº 2.517, de 2 de março de 2021, que institui o Programa SPU+, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.000087/2019-52, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito, pelo prazo de 20 (vinte) anos, ao Município de Itabira, Estado de Minas Gerais, de imóvel com área de terreno medindo 253,6690 hectares e benfeitorias, situado no local denominado Fazenda São Lourenço, objeto da Matrícula 12043, Livro 2-3.F do Cartório de Registro de Imóveis de Itabira/MG, cadastrado no SPIUnet sob o n. 4633000002.500-0, objetivando o funcionamento do Centro de Inovação e Empreendedorismo de Itabira.

§ 1º O imóvel descrito é parte de uma área maior de 271,85426 hectares, doado à União pelo Município de Itabira, cadastrado no Sistema SPIUnet sob o RIP Imóvel 4633.00002.500-0, incorporado ao patrimônio da União.

§ 2º O prazo da cessão poderá, a critério da Outorgante Cedente e se for de interesse do Outorgado Cessionário, ser prorrogado por igual período, mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes de findo o prazo estabelecido neste artigo.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se exclusivamente ao funcionamento do Centro de Inovação e Empreendedorismo no Município de Itabira.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da assinatura do contrato de cessão de uso, para que o cessionário cumpra os objetivos previstos.

Art. 3º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - Findar o prazo determinado no caput do art. 1º;

II - Não for cumprida a finalidade da cessão;

III - Cessarem as razões que justificaram a cessão de uso;

IV - Ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art. 2° desta Portaria;

V - Ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais; ou

VI - Na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização pelas acessões e benfeitorias vinculadas à finalidade do contrato, devendo tal direito ser apurado em regular processo administrativo.

Art. 5º A presente cessão de uso não exime o cessionário de obter os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de Cessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTIM RAMOS CAVALCANTI

PORTARIA SPU/ME Nº 13.989, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Doação com encargo ao Município de Marataízes/ES do imóvel urbano constituído por terreno com área de 20.000,00 m² e benfeitorias com área total de 4.446,61 m², no Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESINVESTIMENTO, DESESTATIZAÇÃO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na deliberação/autorização do Grupo Especial de Destinação Supervisionada (GE-DESUP-2_REF_APF), Ata de Reunião realizada em 25 de novembro de 2021, e nos elementos que integram o Processo nº 14235.000266/93-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Marataízes/ES do imóvel urbano constituído por terreno com área de 20.000,00 m² e benfeitorias com área total de 4.446,61 m², situado na Rua José Brumana, s/nº, Barra, naquele município, objeto da Matrícula nº 14.968, Livro 2-2/AH, fls. 252, do Cartório do Primeiro Ofício, Comarca de Itapemirim/ES.

Art. 2º A doação a que se refere o artigo 1º destina-se à reforma e funcionamento do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC, respeitando as atividades do Posto de Saúde existente.

Art. 3º O donatário terá o prazo até 31 de dezembro de 2023 para cumprimento do encargo, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da União e desde que requerido tempestivamente.

Art. 4º O encargo de que trata o artigo 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o domínio relativo ao imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 5º Ficará a cargo do donatário a obrigação de providenciar a averbação dos acessórios no competente Cartório de Registro de Imóveis, bem como as demais averbações ou providências necessárias à regularização cartorial do imóvel.

Art. 6º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 7º A presente doação não exime o donatário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 8º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 9º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTIM RAMOS CAVALCANTI

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSELHO GESTOR DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA ROTA 2030 - MOBILIDADE E LOGÍSTICA

RESOLUÇÃO SDIC/ME Nº 5, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Institui linhas programáticas para seleção de programas prioritários conforme previsto no inciso II do art. 31-A do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.868, de 27 de junho de 2019, e inciso I do art. 1º da Portaria nº 86, de 12 de março de 2019.

O Presidente do Conselho Gestor dos Programas Prioritários do Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 31-A, inciso II, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.868, de 27 de junho de 2019, decide:

Art. 1º Ficam instituídas as seguintes linhas programáticas para seleção de programas prioritários definidos no inciso II do art. 7º da Portaria nº 86, de 12 de março de 2019:

I - incremento da produtividade da cadeia de fornecedores do setor automotivo, incluindo máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas;

II - automatização de processos, conectividade industrial e manufatura avançada na cadeia de fornecedores do setor automotivo, incluindo máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas;

III - aumento dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia de fornecedores do setor automotivo, incluindo máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas;

IV - fortalecimento da cadeia de ferramental e moldes destinados a produtos automotivos;

V - estímulo à produção de novas tecnologias relacionadas a biocombustíveis, segurança veicular e propulsão alternativa à combustão; e

VI - estímulo à produção de tecnologias relacionadas à conectividade veicular abrangendo:

a) veículos autônomos;

b) conectividade no interior do veículo;

c) conectividade veicular com ambiente externo (outros veículos, infraestrutura e outros);

d) infraestrutura de conectividade para centros urbanos e principais rodovias (incluindo gerenciamento de tráfego inteligente);

e) novos modelos de negócios baseados no uso dos dados gerados pelos veículos;

f) tecnologia da segurança de dados;

g) ciência de dados, e sua utilização na infraestrutura de conectividade; e

h) soluções de mobilidade integrada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente ao de sua publicação.

JOÃO C. DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY
Presidente do Conselho
Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 91, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o Programa Gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (PGD Dmed 2022)

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do art. 121 e inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 985, de 22 de dezembro de 2009, declara:

Art. 1° Fica aprovado o Programa Gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (PGD Dmed 2022) nos termos deste Ato Declaratório Executivo.

Parágrafo único. O programa de que trata o caput deverá ser utilizado para apresentação das informações relativas aos anos-calendário de 2016 a 2021, situação normal, e de 2016 a 2022, nos casos de extinção de pessoa jurídica decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total.

Art. 2º O programa de que trata o art. 1º é de reprodução livre e estará disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço https://www.gov.br/receitafederal/pt-br

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 90, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021
(Publicado no DOU de 18/11/2021)

ANEXO ÚNICO (*)

ANEXO ÚNICO

LEIAUTE DO ARQUIVO DA DECLARAÇÃO Declaração de Serviços Médicos e de Saúde – Dmed

1. Regras Gerais
2. Estrutura de Arquivo
2.1. Exemplo de estrutura de declarante Pessoa Jurídica
3. Leiaute
3.1. Registro de informação da declaração (identificador Dmed)
3.2. Registro do responsável pelo preenchimento (identificador RESPO)
3.3. Registro de informação do declarante pessoa jurídica (identificador DECPJ)
3.4. Registro de informação da operadora de plano de assistência à saúde (identificador OPPAS)
3.5. Registro de informação do titular do plano (identificador TOP)
3.6. Registro de informação de reembolso do titular do plano (identificador RTOP)
3.7. Registro de informação de dependente do titular (identificador DTOP)
3.8. Registro de informação de reembolso do dependente (identificador RDTOP)
3.9. Registro de informação do prestador de serviço de saúde (identificador PSS)
3.10. Registro de informação do responsável pelo pagamento ao prestador do serviço de saúde (identificador RPPSS)
3.11. Registro de informação de beneficiário do serviço pago (identificador BRPPSS)
3.12. Registro identificador do término da declaração (identificador FIMDmed)
4. Tabela de relação de dependência

1 – Regras gerais:

Esta seção apresenta as regras que devem ser respeitadas em todos os arquivos gerados, quando não excepcionadas por regra específica referente a um dado registro e explicitada em suas observações.

Nº	Regra de preenchimento	Descrição
1	Formato dos campos	Alfanumérico (C): representados por "C" - todos os caracteres, excetuados o caractere "|" (*pipe* ou barra vertical, caractere 124 da Tabela ASCII); Numérico (N): representados por "N" - pode conter apenas os valores de "0" a "9".
2	Campos numéricos (D) cujo conteúdo representa data	Devem ser informados conforme o padrão ano, mês, dia (AAAAMMDD), excluindo-se quaisquer caracteres de separação, tais como: "." (ponto), "/" (barra inclinada), "-" (hífen), etc.
3	Campos numéricos (N) cujo conteúdo representa ano	Devem ser informados conforme o padrão "ano" (AAAA).
4	Campos numéricos com número de inscrição	Os campos numéricos com número de inscrição (CNPJ, CPF, CNES e ANS) deverão ser informados com todos os dígitos, inclusive os zeros (0) à esquerda; As máscaras (caracteres especiais de formatação, tais como "." (ponto), "/" (barra inclinada), "-" (hífen), etc.) não devem ser informadas.
5	Campos numéricos referentes a valores monetários	Devem ser informados com até 9 posições, representando 7 posições inteiras e 2 decimais; Os zeros não significativos não devem ser informados; Os caracteres "." (ponto) e "," (vírgula) não devem ser informados.
6	Campos alfanuméricos com números ou códigos de identificação	Os campos com conteúdo alfanumérico nos quais se faz necessário registrar números ou códigos de identificação (Ex.: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES) deverão seguir a regra de formação e tamanho definidos pelo respectivo órgão regulador; As máscaras (caracteres especiais de formatação, tais como: ". " (ponto), "/" (barra inclinada), "-" (hífen), etc.) não devem ser informadas.
7	Formação dos campos	Ao final de cada campo (incluído o último de cada registro) deve ser inserido o caractere delimitador "|" (*pipe* ou barra vertical: caractere 124 da Tabela ASCII); O caractere delimitador "|" (*pipe*) não deve ser incluído como parte integrante do conteúdo de quaisquer campos numéricos, datas ou alfanuméricos; Na ausência de informação, o campo vazio (campo sem conteúdo; nulo e com valor zero) deverá ser iniciado com caractere "|" e imediatamente encerrado com o mesmo caractere "|" delimitador de campo.
8	Formação dos registros	Cada registro deve necessariamente ocupar apenas uma linha no arquivo.
9	Preenchimento dos campos	Preenchimento fixo: o campo deve ser preenchido com o tamanho exato; Preenchimento variável: o campo pode ter variação de tamanho de preenchimento.

2 – Estrutura de arquivo
2.1 – Exemplo de estrutura de declarante Pessoa Jurídica

Dmed – Declaração de serviços médicos e de saúde
RESPO – Responsável pelo preenchimento
DECPJ – Declarante pessoa jurídica
OPPAS – Operadora de plano de assistência à saúde
TOP – Titular do plano
RTOP – Reembolso do titular do plano
DTOP – Dependente do titular
RDTOP – Reembolso do dependente
PSS – Prestador de serviço de saúde
RPPSS – Responsável pelo pagamento ao prestador do serviço de saúde
BRPPSS – Beneficiário do serviço pago
FIMDmed – Término da declaração

3 – Leiaute do arquivo

3.1 – Registro de informação da declaração (identificador Dmed)

Regras de validação do registro:
t Registro obrigatório no arquivo;
t Deve ser o 1º (primeiro) registro no arquivo;
t Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	Dmed	Sim
2	Ano referência	N	Fixo	4	2022	Sim
3	Ano-calendário Indicador	N	Fixo	4	2016 a 2022	Sim
4	de retificadora	C	Fixo	1	S – Retificadora N – Original	Sim
5	Número do recibo	N	Fixo	12		Não
6	Identificador de estrutura do leiaute	C	Fixo	6		Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
5	Número do recibo	Se a declaração for original, não preencher; Se a declaração for retificadora, deverá ser preenchido com o número do recibo da última declaração entregue, se declarante não transmitir a declaração com assinatura digital.

3.2 – Registro do Responsável pelo preenchimento (identificador RESPO)

Regras de validação do registro:
- Registro obrigatório no arquivo;
- Deve ser o 2º (segundo) registro no arquivo;
- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	RESPO	Sim
2	CPF	N	Fixo	11		Sim
3	Nome	C	Variável	60		Sim
4	DDD	N	Fixo	2		Sim
5	Telefone	N	Fixo	9		Sim
6	Ramal	N	Variável	6	-	Não
7	Fax	N	Fixo	9		Não
8	Correio eletrônico	C	Variável	50		Não

3.3 – Registro de informação do declarante pessoa jurídica (identificador DECPJ)

Regras de validação do registro:
- Registro obrigatório no arquivo quando for declarante pessoa jurídica;
- Deve ser o 3º (terceiro) registro no arquivo;
- Ocorre somente uma vez no arquivo;

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	DECPJ	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14		Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150		Sim
4	Tipo do declarante	N	Fixo	1	1 – Prestador de serviço de saúde; 2 – Operadora de plano de assistência à saúde; 3 – Prestador de serviço de saúde e Operadora de plano de	Sim

					assistência à saúde.	
5	Registro ANS	N	Fixo	6	-	Não
6	CNES	N	Fixo	7	-	Não
7	CPF responsável perante o CNPJ	N	Fixo	11	-	Sim
8	Indicador de situação da declaração	C	Fixo	1	S – Declaração de situação especial; N – Não é declaração de situação especial.	Sim
9	Data do evento	D	Fixo	8	-	Não
10	Indicador declarante possui registro ANS	C	Fixo	1	S – Declarante possui registro na ANS; N – Declarante não possui registro na ANS	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
5	Registro ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Preenchimento obrigatório se campo de ordem 4 – Tipo do declarante igual a "2" ou "3 "; e campo de ordem 10 – Indicador declarante possui registro ANS igual a "S".
6	CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
9	Data do evento	Preenchimento obrigatório se campo de ordem 8 – Indicador de situação da declaração igual a "S".
10	Indicador declarante possui registro ANS	Preenchimento obrigatório se campo de ordem 4 – Tipo do declarante igual a "2" ou "3".

3.4 – Registro de informação da operadora de plano de assistência à saúde (identificador OPPAS)

Regras de validação do registro:
- Ocorre caso o declarante seja operadora de plano de assistência à saúde.
- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	OPPAS	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
1	Identificador de registro	Preenchimento obrigatório se o campo de ordem 4 – Tipo do Declarante, do registro DECPJ igual a "2"; Preenchimento opcional se o campo de ordem 4 – Tipo do Declarante, do registro DECPJ igual a "3", e o declarante não exerceu atividades de Operadora de Plano de Assistência à Saúde no ano-calendário.

3.5 – Registro de informação do titular do plano (identificador TOP)

Regras de validação do registro:
- Deve estar classificado em ordem crescente por CPF do titular;
- Deve estar associado ao registro do tipo OPPAS.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	TOP	Sim
2	CPF do titular	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Valor pago no ano com o titular	N	Variável	9	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor pago no ano com o titular	Preenchimento obrigatório se não existir registros RTOP e/ou DTOP associados ao TOP.

3.6 – Registro de informação de reembolso do titular do plano (identificador RTOP)

Regras de validação do registro:
- Deve estar classificado em ordem crescente por CPF/CNPJ do prestador de serviço (primeiro os CPF e depois os CNPJ);
- Deve estar associado ao registro do tipo TOP;
- Só deverá constar o registro se houver valor de reembolso do ano-calendário ou de anos-calendário anteriores.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	RTOP	Sim
2	CPF/CNPJ do prestador de serviço	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos; CNPJ com 14 dígitos.	Sim
3	Nome/Nome empresarial do prestador de serviço	C	Variável	150	Nome da pessoa física até 60 posições. Nome empresarial da pessoa jurídica até 150 posições.	Sim
4	Valor do reembolso do ano-calendário	N	Variável	9	-	Não
5	Valor do reembolso de anos anteriores	N	Variável	9	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor do reembolso do ano-calendário	Valores reembolsados no ano-calendário, referentes a pagamentos de serviços prestados no ano-calendário.
5	Valor do reembolso de anos anteriores	Valores reembolsados no ano-calendário referentes a pagamentos de serviços prestados em anos anteriores.

3.7 – Registro de informação de dependente do titular (identificador DTOP)

Regras de validação do registro:
- Deve estar classificado em ordem crescente por CPF e Data de nascimento do dependente;
- Deve estar associado ao registro do tipo TOP.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	DTOP	Sim
2	CPF do dependente	N	Fixo	11	-	Não
3	Data de Nascimento	D	Fixo	8	-	Não
4	Nome	C	Variável	60		Sim
5	Relação de Dependência	N	Fixo	2	Conforme Tabela de Relação de Dependência	Não
6	Valor pago no ano com o dependente	N	Variável	9	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
2	CPF do dependente	Preenchimento obrigatório para maiores de 18 anos completos até 31 de dezembro do ano-calendário da declaração.
3	Data de nascimento	Preenchimento obrigatório para menores de 18 anos completos até 31 de dezembro do ano-calendário da declaração, que não tenham informado o CPF.

3.8. Registro de informação de reembolso do dependente (identificador RDTOP)

Regras de validação do registro:
- Deve estar classificado em ordem crescente por CPF/CNPJ do prestador de serviço (primeiro os CPF e depois os CNPJ);
- Deve estar associado ao registro do tipo DTOP;
- Só deverá constar o registro se houver valor de reembolso do ano-calendário e de anos-calendário anteriores.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	RDTOP	Sim
2	CPF/CNPJ do prestador de serviço	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos; CNPJ com 14 dígitos.	Sim
3	Nome/Nome Empresarial do prestador de serviço	C	Variável	150	Nome da pessoa física até 60 posições; Nome empresarial da pessoa jurídica até 150 posições.	Sim
4	Valor do reembolso do ano-calendário	N	Variável	9	-	Não
5	Valor do reembolso de anos anteriores	N	Variável	9	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor do reembolso do ano-calendário	Valores reembolsados no ano-calendário, referentes a pagamentos de serviços prestados no ano-calendário.
5	Valor do reembolso de anos anteriores	Valores reembolsados no ano-calendário referentes a pagamentos de serviços prestados em anos anteriores.

3.9 – Registro de informação do prestador de serviço de saúde (identificador PSS)

Regras de validação do registro:
- Ocorre caso o declarante seja prestador de serviço de saúde.
- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	PSS	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
1	Identificador de registro	Preenchimento obrigatório se o campo de ordem 4 – Tipo do Decla-rante, do registro DECPJ igual a "1"; Preenchimento opcional se o campo de ordem 4 – Tipo do Declarante, do registro DECPJ igual a "3", e o declarante não exerceu atividades de Prestador de Serviços de Saúde no ano-calendário.

3.10 – Registro de informação do responsável pelo pagamento ao prestador do serviço de saúde (identificador RPPSS)

Regras de validação do registro:
- Deve estar classificado em ordem crescente por CPF do responsável pelo pagamento;
- Deve estar associado ao registro do tipo PSS.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	RPPSS	Sim
2	CPF do responsável pelo pagamento	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Valor pago no ano pelo responsável em benefício próprio	N	Variável	9	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor pago no ano pelo responsável em benefício próprio	Preenchimento obrigatório se não existir registro BRPPSS associado ao RPPSS.

3.11 – Registro de informação de beneficiário do serviço pago (identificador BRPPSS)

Regras de validação do registro:
- Deve estar classificado em ordem crescente por CPF e Data de nascimento do beneficiário;
- Deve estar associado ao registro do tipo RPPSS.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BRPPSS	Sim
2	CPF do beneficiário	N	Fixo	11	-	Não
3	Data de nascimento	D	Fixo	8	-	Não
4	Nome	C	Variável	60	-	Sim
5	Valor pago no ano com o beneficiário	N	Variável	9	> 0	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
3	Data de nascimento	Preenchimento obrigatório para o beneficiário do serviço de saúde que não informar o número do CPF quando da prestação do serviço.

3.12 – Registro identificador do término da declaração (identificador FIMDmed)

Regras de validação do registro:
- Registro obrigatório no arquivo;
- Deve ser o último registro no arquivo;
- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores Válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	7	FIMDmed	Sim

4 – Tabela de relação de dependência

Código	Descrição
03	Cônjuge/companheiro
04	Filho/filha
06	Enteado/enteada
08	Pai/mãe
10	Agregado/outros

(*) Republicado em parte por ter saído no DOU de 18/11/2021, seção 1, página 51 a 53, com incorreção do original.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 94, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021
(Publicado no DOU de 30/11/2021)

ANEXO ÚNICO (*)

ANEXO ÚNICO
LEIAUTE DO ARQUIVO
Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – Dirf

1. Regras gerais

Estas regras devem ser respeitadas em todos os arquivos gerados, quando não excepcionadas por regra específica referente a um dado registro e explicitada em suas observações.

Nº	Regra de preenchimento	Descrição
1	Formato dos campos	ALFANUMÉRICO (C): representados por "C" - todos os caracteres, excetuados o caractere "|" (pipe ou barra vertical). NUMÉRICO (N): representados por "N" – pode conter apenas os valores de zero a nove.
2	Campos numéricos (D) cujo conteúdo representa data	Devem ser informados conforme o padrão ano, mês e dia (AAAAMMDD), excluindo-se quaisquer caracteres de separação (tais como "." , "/", "-", etc.);
3	Campos numéricos com número de inscrição ou códigos de receita	Os campos numéricos com número de inscrição (CNPJ e CPF) ou códigos de receita deverão ser informados com todos os dígitos, inclusive os zeros à esquerda; As máscaras (caracteres especiais de formatação, tais como "." , "/", "-", etc.) não devem ser informadas.
4	Campos numéricos referentes a valores	Devem ser informados com até 13 posições, representando 11 posições inteiras e 2 decimais; Os zeros não significativos não devem ser informados; Os caracteres '.' (ponto) e ',' (vírgula) não devem ser informados; Todos os valores monetários devem estar expressos em reais.
5	Campos alfanuméricos com números ou códigos de identificação	Os campos com conteúdo alfanumérico nos quais se faz necessário registrar números ou códigos de identificação (Exemplo: Número de Identificação Fiscal – N IF) deverão seguir a regra de formação e tamanho definidos pelo respectivo órgão regulador; As máscaras (caracteres especiais de formatação, tais como "." , "/", "-", etc.) não devem ser informadas.
6	Formação dos campos	Ao final de cada campo (inclusive o último de cada registro) deve ser inserido o caractere delimitador "|" (pipe ou barra vertical: caractere 124 da Tabela ASCII); O caractere delimitador "|" (barra vertical) não deve ser incluído como parte integrante do conteúdo de quaisquer campos numéricos, datas ou alfanuméricos; Na ausência de informação, o campo vazio (campo sem conteúdo, nulo e com valor zero) deverá ser iniciado com o caractere "|" (barra vertical) e imediatamente encerrado com o mesmo caractere "|" (barra vertical) delimitador de campo.
7	Formação dos registros	Cada registro deve necessariamente ocupar apenas uma linha no arquivo.
8	Preenchimento dos campos	Preenchimento fixo: o campo deve ser preenchido com o tamanho exato. Preenchimento variável: o campo pode ter variação de tamanho de preenchimento.
9	Campo numérico referente a quantidade de meses	Deve ser informado com até 4 posições, representando 3 posições inteiras e 1 decimal; Os zeros não significativos não devem ser informados; Os caracteres '.' (ponto) e ',' (vírgula) não devem ser informados.

2. Estrutura de arquivo

2.1 Estrutura completa de uma declaração de Pessoa Física

Dirf – Declaração do imposto sobre a renda retido na fonte

RESPO – Responsável pelo preenchimento

DECPF – Declarante pessoa física

IDREC – Identificação do código de receita

BPFDEC – Beneficiário pessoa física do declarante

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTPO – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Oficial

RTDP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Dependentes

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte CJAC

– Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Ano-calendário CJAA –

Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Anos Anteriores

ESRT – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Rendimento Tributável

ESPO – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Previdência Oficial

ESDP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Dependentes

ESIR – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Imposto sobre a Renda na Fonte

ESDJ – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Depósito Judicial

INFPC – Informações de Previdência Complementar

RTPP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Privada

RTFA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – FAPI

ESPP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Previdência Privada

ESFA – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – FAPI

INFPA – Informações do beneficiário da pensão alimentícia

RTPA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Pensão Alimentícia

ESPA – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Pensão Alimentícia

RIDAC – Rendimentos Isentos – Diária e Ajuda de Custo

RIIRP – Rendimentos Isentos – Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho, inclusive a título de PDV

RIAP – Rendimentos Isentos – Abono Pecuniário

RIP65 – Rendimentos Isentos – Parcela Isenta de Aposentadoria para Maiores de 65 anos RIO –

Rendimentos Isentos Anuais – Outros

BPJDEC – Beneficiário pessoa jurídica do declarante

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte RRA – Rendimentos recebidos acumuladamente

IDREC – Identificação do código de receita

BPFRRA – Beneficiário pessoa física do rendimento recebido acumuladamente

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTPO – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Oficial

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte DAJUD –

Despesa com ação judicial

QTMESES – Quantidade de meses

INFPA – Informações do beneficiário da pensão alimentícia

RTPA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Pensão Alimentícia

SCP – Informações da sociedade em conta de participação

BPFSCP – Beneficiário pessoa física da sociedade em conta de participação

RISCP – Lucros e dividendos pagos ao sócio da sociedade em conta de participação

BPJSCP – Beneficiário pessoa jurídica da sociedade em conta de participação

RISCP – Lucros e dividendos pagos ao sócio da sociedade em conta de participação

PSE – Plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

OPSE – Operadora de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

TPSE – Titular de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

RTPSE – Reembolso do titular do plano de assistência à saúde – coletivo empresarial

DTPSE – Dependente do titular de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

RDTPSE – Reembolso do dependente do titular do plano de assistência à saúde – coletivo er

RPDE – Rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior

BRPDE – Beneficiário dos rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior

VRPDE – Valores de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior

INF – Informações complementares para o comprovante de rendimentos

FIMDirf – Término da declaração

2.2 Estrutura completa de uma declaração de Pessoa Jurídica

Dirf – Declaração do imposto sobre a renda retido na fonte

RESPO – Responsável pelo preenchimento

DECPJ – Declarante pessoa jurídica

IDREC – Identificação do código de receita

BPFDEC – Beneficiário pessoa física do declarante

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTPO – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Oficial

RTDP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Dependentes

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte CJAC – Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Ano-calendário

CJAA – Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Anos Anteriores

ESRT – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Rendimento Tributável

ESPO – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Previdência Oficial ESDP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Dependentes

ESIR – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Imposto sobre a Renda na Fonte ESDJ – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Depósito Judicial

INFPC – Informações de Previdência Complementar

RTPP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Privada

RTFA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – FAPI

RTSP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Fundo de Previdência do Servidor Público

RTEP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Contribuição do ente público patrocinador

ESPP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Previdência Privada

ESFA – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – FAPI

ESSP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Fundo de Previdência do Servidor Público ESEP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Contribuição do ente público patrocinador

INFPA – Informações do beneficiário da pensão alimentícia

RTPA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Pensão Alimentícia

ESPA – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Pensão Alimentícia

RIDAC – Rendimentos Isentos – Diária e Ajuda de Custo

RIIRP – Rendimentos Isentos – Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho, inclusive a título de PDV RIAP – Rendimentos Isentos – Abono Pecuniário

RIMOG – Rendimentos Isentos – Pensão, Aposentadoria ou Reforma por Moléstia Grave

RIP65 – Rendimentos Isentos – Parcela Isenta de Aposentadoria para Maiores de 65 anos

RIBMR – Rendimentos Isentos – Bolsa de Estudo Recebida por Médico-residente

RICAP – Rendimentos Isentos – Complementação de aposentadoria de previdência complementar correspondente às contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995

RIL96 – Rendimentos Isentos Anuais – Lucros e dividendos pagos a partir de 1996

RIPTS – Rendimentos Isentos Anuais – Valores pagos a titular ou sócio ou empresa de pequeno porte, exceto pró-labore e aluguéis

RIO – Rendimentos Isentos Anuais – Outros

BPJDEC – Beneficiário pessoa jurídica do declarante

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

VPEIM – Valores pagos às entidades imunes ou isentas – IN RFB 1.234/2012

RIMUN – Rendimentos Imunes – art. 4º, inciso III

RISEN – Rendimentos Isentos – art. 4º, inciso IV FCI – Fundo ou clube de investimento

IDREC – Identificação do código de receita

BPFFCI – Beneficiário pessoa física do fundo ou clube de investimento

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

CJAC – Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Ano-calendário

CJAA – Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Anos Anteriores

ESRT – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Rendimento Tributável

ESIR – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Imposto sobre a Renda na Fonte

ESDJ – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Depósito Judicial

RIP65 – Rendimentos Isentos – Parcela Isenta de Aposentadoria para Maiores de 65 anos

RIMOG – Rendimentos Isentos – Pensão, Aposentadoria ou Reforma por Moléstia Grave

RICAP – Rendimentos Isentos – Complementação de aposentadoria de previdência complementar correspondente às contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995

RIO – Rendimentos Isentos Anuais – Outros

BPJFCI – Beneficiário pessoa jurídica do fundo ou clube de investimento

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

PROC – Processo da justiça do trabalho/federal/estadual/Distrito Federal

IDREC – Identificação do código de receita

BPFPROC – Beneficiário pessoa física do processo da justiça do trabalho/federal/estadual/Distrito Federal

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTPO – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Oficial

RTDP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Dependentes

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

CJAC – Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Ano-calendário

CJAA – Compensação de Imposto por Decisão Judicial – Anos Anteriores

ESRT – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Rendimento Tributável

ESPO – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Previdência Oficial

ESDP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Dependentes

ESIR – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Imposto sobre a Renda na Fonte

ESDJ – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Depósito Judicial

RTPP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Privada

RTFA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – FAPI

RTSP – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Fundo de Previdência do Servidor Público

ESPP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Previdência Privada

ESFA – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – FAPI

ESSP – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Fundo de Previdência do Servidor Público RTPA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Pensão Alimentícia

ESPA – Tributação com Exigibilidade Suspensa – Dedução – Pensão Alimentícia

RIMOG – Rendimentos Isentos – Pensão, Aposentadoria ou Reforma por Moléstia Grave

RIRSR – Rendimentos pagos sem retenção do IR na fonte – Lei nº 10.833/2003

BPJPROC – Beneficiário pessoa jurídica do processo da justiça do trabalho/federal/estadual/Distrito Federal

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

RIRSR – Rendimentos pagos sem retenção do IR na fonte – Lei nº 10.833/2003

RRA – Rendimentos recebidos acumuladamente

IDREC – Identificação do código de receita

BPFRRA – Beneficiário pessoa física do rendimento recebido acumuladamente

RTRT – Rendimentos Tributáveis – Rendimento Tributável RTPO – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Previdência Oficial INFPA – Informações do beneficiário da pensão alimentícia

RTPA – Rendimentos Tributáveis – Dedução – Pensão Alimentícia

RTIRF – Rendimentos Tributáveis – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

RIMOG – Rendimentos Isentos – Pensão, Aposentadoria ou Reforma por Moléstia Grave RIP65 – Rendimentos Isentos – Parcela Isenta de Aposentadoria para Maiores de 65 anos DAJUD – Despesa com ação judicial

QTMESES – Quantidade de meses

SCP – Informações da sociedade em conta de participação

BPFSCP – Beneficiário pessoa física da sociedade em conta de participação

RISCP – Lucros e dividendos pagos ao sócio da sociedade em conta de participação

BPJSCP – Beneficiário pessoa jurídica da sociedade em conta de participação

RISCP – Lucros e dividendos pagos ao sócio da sociedade em conta de participação

PSE – Plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

OPSE – Operadora de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

TPSE – Titular de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

RTPSE – Reembolso do titular do plano de assistência à saúde – coletivo empresarial

DTPSE – Dependente do titular de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial

RDTPSE – Reembolso do dependente do titular do plano de assistência à saúde – coletivo empresarial

RPDE – Rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior

BRPDE – Beneficiário dos rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior

VRPDE – Valores de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior INF – Informações complementares para o comprovante de rendimentos

FIMDirf – Término da declaração

3. Leiaute do arquivo

3.1 Registro de identificação da declaração (identificador Dirf)

Regras de validação do registro:

- Registro obrigatório no arquivo;
- Deve ser o primeiro registro no arquivo;
- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	Dirf	Sim
2	Ano referência	N	Fixo	4	2022	Sim
3	Ano-calendário	N	Fixo	4	2021 ou 2022	Sim
4	Indicador de retificadora	C	Fixo	1	S – Retificadora N – Original	Sim
5	Número do recibo	N	Fixo	12	-	Não
6	Identificador de estrutura do leiaute	C	Fixo	7	XJFSFHB	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
5	Número do recibo	O preenchimento será obrigatório se o campo de ordem 4 igual a "S" e declaração transmitida sem o uso de certificação digital.

3.2 Registro do Responsável pelo preenchimento da declaração (identificador RESPO)

Regras de validação do registro:

- Registro obrigatório no arquivo;
- Deve ser o segundo registro no arquivo;
- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	RESPO	Sim

2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	DDD	N	Fixo	2	-	Sim
5	Telefone	N	Variável	9	-	Sim
6	Ramal	N	Variável	6	-	Não
7	Fax	N	Variável	9	-	Não
8	Correio eletrônico	C	Variável	50	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	DDD	O primeiro algarismo deve ser diferente de zero.
5	Telefone	Deve ser preenchido com oito ou nove algarismos.
7	Fax	Deve ser preenchido com oito ou nove algarismos.

3.3 Registro de identificação do declarante pessoa física (identificador DECPF)

Regras de validação do registro:

-Registro obrigatório no arquivo para declarante pessoa física;

-Deve ser o terceiro registro no arquivo;

-Ocorre somente uma vez no arquivo;

- Não pode ser informado se existir o registro tipo DECPJ.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	DECPF	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Indicador de declarante de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior	C	Fixo	1	S – Pagou rendimentos a residentes ou domiciliados no exterior N – Não pagou rendimentos a residentes ou domiciliados no exterior	Sim
5	Indicador de Titular de Serviços Notariais e de Registros	C	Fixo	1	S – Titular de serviços notariais e de registros N – Não é titular de serviços notariais e de registros	Sim
6	Indicador de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial	C	Fixo	1	S – Existe pagamento de valor pelo titular/dependente do plano de saúde N – Não existe pagamento de valor pelo titular/dependente do plano de saúde	Sim
7	Indicador de sócio ostensivo responsável por sociedade em conta de participação – SCP	C	Fixo	1	S – Sócio ostensivo N – Não é sócio ostensivo	Sim
8	Indicador de situação especial da declaração	C	Fixo	1	S – Encerramento de espólio/ saída definitiva do país N – Não é encerramento de espólio/saída definitiva do país	Sim
9	Data do Evento	D	Fixo	8	-	Não
10	Tipo de Evento	N	Fixo	1	1 – Encerramento de espólio 2 – Saída definitiva do Brasil	Não
11	Indicador de declarante falecido	C	Fixo	1	S – Declarante falecido N – Declarante não falecido	Sim
12	Data do óbito	D	Fixo	8	-	Não
13	Situação do espólio	N	Fixo	1	0 – Sem espólio 1 – Espólio não encerrado	Não
14	CPF do inventariante 15	N	Fixo	11	-	Não
	Nome do inventariante	C	Variável	60	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
9	Data do Evento	O preenchimento será obrigatório se o campo de ordem 8 igual a "S" .
10	Tipo de Evento	O preenchimento será obrigatório se o campo de ordem 8 igual a "S".
11	Indicador de declarante falecido	Deve ser preenchido com "S" se o campo de ordem 8 igual a "S'' e campo de ordem 10 igual a 1
13	Situação do espólio	Permitido somente para as declarações normais Para o encerramento de espólio a declaração será sempre de situação especial;

Declarante falecido – indicador igual a SIM

Situação 1 – sem espólio

apresentar declaração normal do ano-calendário;

informar data do óbito e situação do espólio igual a 0;

Observação: não serão aceitas declarações para anos posteriores ao ano da data do óbito sem espólio;

Situação 2 – com espólio não encerrado

apresentar declaração normal do ano-calendário;

informar data do óbito e situação do espólio igual a 1;

Observação: serão aceitas declarações para anos posteriores ao ano da data do óbito até que seja apresentada uma declaração de situação especial –encerramento de espólio;

Situação 3 – encerramento de espólio

apresentar declaração de situação especial do ano-calendário;

Observação: os campos 12 a 15 não serão preenchidos;

3.4 Registro de identificação do declarante pessoa jurídica (identificador DECPJ)

Regras de validação do registro:

- Registro obrigatório no arquivo para declarante pessoa jurídica;

- Deve ser o terceiro registro no arquivo;

- Ocorre somente uma vez no arquivo;

- Não pode ser informado se existir o registro tipo DECPF.

Ordem

	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
	Identificador de registro	C	Fixo	5	DECPJ	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14		Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150		Sim
4	Natureza do declarante	N	Fixo	1	0 – Pessoa jurídica de direito privado 1 – Órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal 2 – Órgãos, autarquias e fundações da administração pública estadual, municipal ou do Distrito Federal 3 – Empresa pública ou sociedade de economia mista federal 4 – Empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, municipal ou do Distrito Federal 8 – Entidade com alteração de natureza jurídica (uso restrito)	Sim
5	CPF responsável perante o CNPJ	N	Fixo	11	S – Sócio ostensivo	Sim
6	Indicador de sócio ostensivo responsável por sociedade em conta de participação – SCP	C	Fixo	1	N – Não é sócio ostensivo S – Depositário de crédito decorrente de decisão judicial	Sim
7	Indicador de declarante depositário de crédito decorrente de decisão judicial	C	Fixo	1	N – Não é depositário de crédito decorrente de decisão judicial S – Instituição administradora ou intermediadora de fundo ou clube de investimento	Sim
8	Indicador de declarante de instituição administradora ou intermediadora de fundo ou clube de investimento	C	Fixo	1	N – Não é instituição administradora ou intermediadora de fundo ou clube de investimento S – Pagou rendimentos a residentes ou domiciliados no exterior	Sim
9	Indicador de declarante de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior	C	Fixo	1	N – Não pagou rendimentos a residentes ou domiciliados no exterior	Sim

10	Indicador de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial	C	Fixo	1	S – Existe pagamento de valor pelo titular/dependente do plano de saúde N – Não existe pagamento de valor pelo titular/dependente do plano de saúde	Sim
11	Indicador de entidade em que a União detém maioria do capital social sujeito a voto, recebe recursos do Tesouro Nacional e está obrigada a registrar a execução orçamentária no Siafi (IN 1.234/2012, art. 4º, incisos III e IV)	C	Fixo	1	S – Existe pagamento de valores a entidades imunes/ isentas N – Não existe pagamento de valores a entidades imunes/ isentas	Sim
12	Indicador de fundação pública de direito privado instituída pela União, Estados, Municípios ou Distrito Federal	C	Fixo	1	S – Fundação pública de direito privado N – Não é fundação pública de direito privado	Sim
13	Indicador de situação especial da declaração	C	Fixo	1	S – Declaração de situação especial N – Não é declaração de situação especial	Sim
14	Data do evento	D	Fixo	8	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Natureza do declarante	Relativamente à natureza do declarante 8 – Entidade com alteração de natureza jurídica (uso restrito), esclarecemos: 1. Para declarante que alterou sua natureza jurídica em relação ao ano-calendário e que implique em mudança da natureza do declarante na ficha Informações da Dirf; 2. Para declarante que mudou sua natureza jurídica de órgão público para privado, ou vice-versa. Aplica-se ainda para mudanças entre as esferas governamentais da federação. Por exemplo: órgão público ou pessoa jurídica de direito privado estadual ou municipal que passou a ser federal, ou vice-versa; 3. A declaração deverá ser entregue na RFB.
11	Indicador de entidade em que a União detém maioria do capital social sujeito a voto, recebe recursos do Tesouro Nacional e está obrigada a registrar a execução orçamentária no Siafi (IN 1.234/2012, art. 4º, incisos III e IV)	Indicador com a opção "Sim" permitido somente se campo de ordem 4 – Natureza do declarante, igual a "0", "1", "3" ou "8"
12	Indicador de fundação pública de direito privado instituída pela União, Estados, Municípios ou Distrito Federal	Indicador com a opção "S" permitido somente se campo de ordem 4 – Natureza do declarante, igual a "1", "2" ou "8" Para as demais naturezas do declarante deve ser igual a "N"
14	Data do evento	O preenchimento será obrigatório se o campo de ordem 13 igual a "S".

3.5 Registro de identificação do código de receita (identificador IDREC)

Regras de validação do registro:

- Deve ser apresentado com os códigos de receita em ordem crescente;

- Deve estar associado aos registros do tipo DECPF, DECPJ, FCI, PROC ou RRA.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	IDREC	Sim
2	Código de receita	N	Fixo	4	De acordo com a tabela de códigos de receitas constante na IN RFB nº 1990/2020	Sim

3.6 Registro de beneficiário pessoa física do declarante (identificador BPFDEC)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CPF em ordem crescente;

- Devem ser apresentados antes dos registros com identificador BPJDEC, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPFDEC	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Data atribuída pelo laudo da moléstia grave	D	Fixo	8	-	Não
5	Indicador de identificação do alimentando	C	Fixo	1	S – Existem informações detalhadas do alimentando N – Não existem informações detalhadas do alimentando	Sim
6	Indicador de identificação da previdência complementar	C	Fixo	1	S – Existem informações detalhadas da previdência complementar N – Não existem informações detalhadas da previdência complementar	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
5	Indicador de identificação do alimentando	Se campo igual a "S" – deverá constar o registro INFPA seguido do registro de valor (RTPA e/ou ESPA) para cada alimentando. Se campo igual a "N" – não apresentar o registro INFPA; deverão constar os registros de valores (RTPA e/ou ESPA) com o valor total de pensão alimentícia pago a todos os alimentandos do beneficiário. – As informações detalhadas a que se refere o campo são: CPF, data de nascimento, nome e relação de dependência do alimentando (registro INFPA).
6	Indicador de identificação da previdência complementar	Se campo igual a "S" – deverá constar o registro INFPC seguido do registro de valor (RTPP, RTFA, RTSP e/ou ESPP, ESFA, ESSP) para cada entidade de previdência complementar do beneficiário. Se campo igual a "N" – não apresentar o registro INFPC; deverão constar apenas os registros de valores mensais (RTPP, RTFA, RTSP e/ou ESPP, ESFA, ESSP) com o total dos valores de previdência complementar pagos pelo beneficiário. – As informações detalhadas a que se refere o campo são: CNPJ e Nome empresarial da entidade de previdência complementar (registro INFPC).

3.7 Registro de beneficiário pessoa jurídica do declarante (identificador BPJDEC)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;

- Devem ser apresentados depois dos registros com identificador BPFDEC, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPJDEC	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim

3.8 Registro de valores pagos às entidades imunes e isentas (identificador VPEIM)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;

- Registro permitido somente para declarante pessoa jurídica; e se campo 12 do registro DECPJ igual a "S";

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	VPEIM	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim

3.9 Registro de identificação do fundo ou clube de investimento (identificador FCI)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;

- Deve estar associado ao registro do tipo DECPJ.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	FCI	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim

3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim

3.10 Registro do beneficiário pessoa física do fundo ou clube de investimento (identificador BPFFCI)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CPF em ordem crescente;

- Devem ser apresentados antes dos registros com identificador BPJFCI, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPFFCI	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Data atribuída pelo laudo da moléstia grave	D	Fixo	8	-	Não

3.11 Registro do beneficiário pessoa jurídica do fundo ou clube de investimento (identificador BPJFCI)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;

- Devem ser apresentados depois dos registros com identificador BPFFCI, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPJFCI	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim

3.12 Registro de processo da justiça do trabalho/federal/estadual/Distrito Federal (identificador PROC)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente por:

  - Tipo de justiça;

  - Número do processo;

- Deve estar associado ao registro do tipo DECPJ.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	PROC	Sim
2	Indicador de Justiça	N	Fixo	1	1 – Justiça federal 2 – Justiça do trabalho 3 – Justiça estadual/Distrito Federal	Sim
3	Número do processo	C	Variável	20	-	Sim
4	Indicador de tipo de advogado/escritório de advocacia	N	Fixo	1	1 – Pessoa física 2 – Pessoa jurídica	Não
5	CPF do advogado/ CNPJ do escritório de advocacia	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos CNPJ com 14 dígitos	Não
6	Nome do advogado/ Nome empresarial do escritório de advocacia	C	Variável	150	Nome da pessoa física até 60 posições Nome empresarial da pessoa jurídica até 150 posições	Não
7	Valor pago para o advogado	N	Variável	13	Valor pago para o advogado	Não

3.13 Registro de beneficiário pessoa física do processo da justiça do trabalho/federal/estadual/Distrito Federal (identificador BPFPROC)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CPF em ordem crescente;

- Devem ser apresentados antes dos registros com identificador BPJPROC, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	7	BPFPROC	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Data atribuída pelo laudo da moléstia grave	D	Fixo	8	-	Não

3.14 Registro de beneficiário pessoa jurídica do processo da justiça do trabalho/federal/estadual/Distrito Federal (identificador BPJPROC)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;

- Devem ser apresentados depois dos registros com identificador BPFPROC, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	7	BPJPROC	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim

3.15 Registro de rendimentos recebidos acumuladamente (identificador RRA)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente por:

  - Identificador de rendimento recebido acumuladamente;

  - Número do processo/requerimento.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	RRA	Sim
2	Identificador de rendimento recebido acumuladamente	N	Fixo	1	1 –Pago pelo declarante 2 – Pago pela justiça	Sim
3	Número do processo/requerimento	C	Variável	20	-	Não
4	Indicador de tipo de advogado/escritório de advocacia	N	Fixo	1	1 – Pessoa física 2 – Pessoa jurídica	Não
5	CPF do advogado/CNPJ do escritório de advocacia	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos CNPJ com 14 dígitos	Não
6	Nome do advogado/Nome empresarial do escritório de advocacia	C	Variável	150	Nome da pessoa física com até 60 posições Nome empresarial da pessoa jurídica com até 150 posições	Não
7	Valor pago para o advogado	N	Variável	13	Valor pago para o advogado	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
3	Número do processo/requerimento	O preenchimento será obrigatório se o campo de ordem 2 igual a 2.

3.16 Registro de beneficiário pessoa física dos rendimentos recebidos acumuladamente (identificador BPFRRA)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente por:

  - CPF;

  - Natureza do RRA;

- Deve estar associado ao registro do tipo IDREC.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPFRRA	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim

4	Natureza do RRA	C	Variável	50	-	Não
5	Data atribuída pelo laudo da moléstia grave	D	Fixo	8	-	Não
6	Indicador de identificação do alimentando	C	Fixo	1	S – Existem informações detalhadas do alimentando N – Não existem informações detalhadas do alimentando	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
6	Indicador de identificação do alimentando	1. O campo só poderá ser igual a "S" se o campo 2 do registro RRA igual a "1" (Pago pelo declarante); 2. Se campo igual a "S" – deverá constar o registro INFPA e RTPA para cada alimentando; 3. Se campo igual a "N" – não apresentar o registro INFPA; deverá constar o registro RTPA com o valor de pensão alimentícia pago a todos os alimentandos do beneficiário; 4. As informações detalhadas a que se refere o campo são: CPF, Data de nascimento e Nome do alimentando (registro INFPA).

3.17 Registro de identificação de Previdência Complementar (identificador INFPC)

Regras de validação do registro:

- Registro permitido somente se campo 6 do registro BPFDEC (Indicador de identificação da previdência complementar) igual a "S";
- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;
- Deve estar associado ao registro do tipo BPFDEC;
- Deve constar um registro INFPC para cada CNPJ de entidade de previdência complementar.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	INFPC	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim

3.18 Registro de informações do beneficiário da pensão alimentícia (identificador INFPA)

Regras de validação do registro:

- Registro permitido somente se Indicador de identificação do alimentando igual a "S" (BPFDEC, campo 5; e BPFRRA, campo 6);
- Registro INFPA associado ao BPFRRA será permitido somente quando o identificador de rendimento recebido acumuladamente igual a "1 – Pago pelo declarante" (campo 2 do registro RRA);
- Deve estar classificado em ordem crescente de CPF e data de nascimento;
- Deve estar associado ao registro do tipo BPFDEC, BPFRRA.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	INFPA	Sim
2	CPF do alimentando	N	Fixo	11	-	Não
3	Data de nascimento	D	Fixo	8	-	Não
4	Nome	C	Variável	60	-	Sim
5	Relação de dependência	N	Fixo	2	03 – Cônjuge/ Companheiro (a) 04 – Filho (a) 06 – Enteado (a) 08 – Pai/Mãe 10 – Agregado/Outros	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
2	CPF do alimentando	Preenchimento obrigatório para maiores de 18 anos completos até 31 de dezembro do ano-calendário da declaração.
3	Data de nascimento	Preenchimento obrigatório para menores de 18 anos completos até 31 de dezembro do ano-calendário da declaração, que não tenham informado o CPF.

3.19 Registro de valores mensais (identificadores RTRT, RTPO, RTPP, RTFA, RTSP, RTEP, RTDP, RTPA, RTIRF, CJAA, CJAC, ESRT, ESPO, ESPP, ESFA, ESSP, ESEP, ESDP, ESPA, ESIR, ESDJ, RIP65, RIDAC, RIIRP, RIAP, RIMOG, RIBMR, RICAP, RISCP, RIMUN, RISEN e DAJUD)

Regras de validação do registro:

- Deve ocorrer apenas se houver pelo menos um dos valores referente aos meses ou 13º salário;
- Deve ocorrer apenas um registro de cada identificador para o mesmo beneficiário;
- Deve estar associado aos registros dos tipos BPFDEC, BPJDEC, BPFFCI, BPJFCI, BPFPROC, BPJPROC, BPFRRA, BPFSCP, BPJSCP, INFPC, INFPA, VPEIM.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Variável	5	RTRT RTPO RTPP RTFA RTSP RTEP RTDP RTPA RTIRF CJAC CJAA ESRT ESPO ESPP ESFA ESSP ESEP ESDP ESPA ESIR ESDJ RIP65 RIDAC RIIRP RIAP RIMOG RIBMR RICAP RISCP RIMUN RISEN DAJUD	Sim
2	Janeiro	N	Variável	13	-	Não
3	Fevereiro	N	Variável	13	-	Não
4	Março	N	Variável	13	-	Não
5	Abril	N	Variável	13	-	Não
6	Maio	N	Variável	13	-	Não
7	Junho	N	Variável	13	-	Não
8	Julho	N	Variável	13	-	Não
9	Agosto	N	Variável	13	-	Não
10	Setembro	N	Variável	13	-	Não
11	Outubro	N	Variável	13	-	Não
12	Novembro	N	Variável	13	-	Não
13	Dezembro	N	Variável	13	-	Não
14	Décimo Terceiro	N	Variável	13	-	Não

3.20 Registro de valores anuais isentos/sem retenção (identificadores RIL96, RIPTS e RIRSR)

Regras de validação do registro:

- Deve ocorrer apenas um registro de cada identificador para o mesmo beneficiário;
- Deve estar associado aos registros dos tipos BPFDEC (RIL96 e RIPTS), BPFPROC/BPJPROC (RIRSR);
- Registro RIRSR permitido somente se "indicador de justiça" do registro PROC igual a 1 (Justiça Federal).

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	RIL96 RIPTS RIRSR	Sim
2	Valor pago no ano	N	Variável	13	-	Sim

3.21 Registro de valores anuais de rendimentos isentos – outros (identificador RIO)

Regras de validação do registro:

- Ocorrerá apenas um registro para cada beneficiário;

- Deve estar associado ao registro do tipo BPFDEC ou BPFFCI.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	RIO	Sim
2	Valor pago no ano	N	Variável	13	-	Sim
3	Descrição dos rendimentos isentos – outros	C	Variável	60	-	Sim

3.22 Registro de quantidade de meses (identificador QTMESES)

Regras de validação do registro:

- Deve ocorrer apenas um registro de cada identificador para o mesmo beneficiário;

- Deve estar associado ao registro do tipo BPFRRA.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	7	QTMESES	Sim
2	Quantidade meses – janeiro	N	Variável	4	-	Não
3	Quantidade meses – fevereiro	N	Variável	4	-	Não
4	Quantidade meses – março	N	Variável	4	-	Não
5	Quantidade meses – abril	N	Variável	4	-	Não
6	Quantidade meses – maio	N	Variável	4	-	Não
7	Quantidade meses – junho	N	Variável	4	-	Não
8	Quantidade meses – julho	N	Variável	4	-	Não
9	Quantidade meses – agosto	N	Variável	4	-	Não
10	Quantidade meses – setembro	N	Variável	4	-	Não
11	Quantidade meses – outubro	N	Variável	4	-	Não
12	Quantidade meses – novembro	N	Variável	4	-	Não
13	Quantidade meses – dezembro	N	Variável	4	-	Não

3.23 Registro de informações da Sociedade em Conta de Participação (identificador SCP)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados em ordem crescente de CNPJ.

- Deve constar um registro para cada CNPJ de Sociedade em conta de participação

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	SCP	Sim
2	CNPJ da Sociedade em Conta de Participação	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial da Sociedade em Conta de Participação	C	Variável	150	-	Sim

3.24 Registro de beneficiário pessoa física da sociedade em conta de participação (identificador BPFSCP)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CPF em ordem crescente;

- Devem ser apresentados antes dos registros com identificador BPJSCP, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo SCP.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPFSCP	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Percentual de participação na SCP	N	Variável	4	-	Não

3.25 Registro de beneficiário pessoa jurídica da sociedade em conta de participação (identificador BPJSCP)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente;

- Devem ser apresentados depois dos registros com identificador BPFSCP, caso exista o registro;

- Deve estar associado a um registro do tipo SCP.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	BPJSCP	Sim
2	CNPJ	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim
4	Percentual de participação na SCP	C	Variável	4	-	Não

3.26 Registro de pagamentos a plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial (identificador PSE)

Regras de validação do registro:

- Ocorre somente uma vez no arquivo, caso exista informação de valores pagos pelo titular/dependente do plano de assistência à saúde.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	PSE	Sim

3.27 Registro de operadora do plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial (identificador OPSE)

Regras de validação do registro:

- Ocorre caso exista o registro PSE;

- Serão apresentados todos os CNPJ em ordem crescente.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	OPSE	Sim
2	CNPJ da operadora de plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial	N	Fixo	14	-	Sim
3	Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim
4	Registro ANS	N	Fixo	6	-	Não

3.28 Registro de titular do plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial (identificador TPSE)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CPF em ordem crescente.

- Deve estar associado ao registro do tipo OPSE.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	TPSE	Sim
2	CPF do titular	N	Fixo	11	-	Sim
3	Nome	C	Variável	60	-	Sim
4	Valor pago no ano	N	Variável	9	-	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor pago no ano	Preenchimento obrigatório se o titular não possuir dependente cadastrado e nem reembolso informado.

3.29 Registro de informação de reembolso do titular do plano de saúde – coletivo empresarial (identificador RTPSE)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente de CPF/CNPJ do prestador de serviço (primeiro os CPF e depois os CNPJ);

- Deve estar associado ao registro do tipo TPSE;

- Só deverá constar o registro se houver valor de reembolso do ano-calendário ou de anos-calendário anteriores.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	RTPSE	Sim
2	CPF/CNPJ do prestador de serviço	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos CNPJ com 14 dígitos	Sim
3	Nome/Nome empresarial do prestador de serviço	C	Variável	150	Nome da pessoa física até 60 posições Nome empresarial da pessoa jurídica até 150 posições	Sim
4	Valor do reembolso do ano-calendário	N	Variável	9	-	Não
5	Valor do reembolso de anos anteriores	N	Variável	9	-	Não

bservações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor do reembolso do ano-calendário	Valores reembolsados no ano-calendário, referentes a pagamentos de serviços prestados no ano-calendário.
5	Valor do reembolso de anos anteriores	Valores reembolsados no ano-calendário referentes a pagamentos de serviços prestados em anos anteriores.

3.30 Registro de dependente do plano privado de assistência à saúde – coletivo empresarial (identificador DTPSE)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente de CPF e data de nascimento;

- Deve estar associado ao registro do tipo TPSE.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	DTPSE	Sim
2	CPF do dependente	N	Fixo	11	-	Não
3	Data de nascimento	D	Fixo	8	-	Não
4	Nome	C	Variável	60	-	Sim
5	Relação de dependência	N	Fixo	2	03 – Cônjuge/ Companheiro(a) 04 – Filho(a) 06 – Enteado(a) 08 – Pai/Mãe 10 – Agregado/ Outros	Não
6	Valor pago no ano	N	Variável	9	-	Sim

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
2	CPF do dependente	Preenchimento obrigatório para maiores de 18 anos completos até 31 de dezembro do ano-calendário da declaração.
3	Data de nascimento	Preenchimento obrigatório para menores de 18 anos completos até 31 de dezembro do ano-calendário da declaração, que não tenham informado o CPF.
6	Valor pago no ano	Preenchimento obrigatório se o dependente não possuir reembolso informado.

3.31 – Registro de informação de reembolso do dependente (identificador RDTPSE):

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente de CPF/CNPJ do prestador de serviço (primeiro os CPF e depois os CNPJ);

- Deve estar associado ao registro do tipo DTPSE;

- Só deverá constar o registro se houver valor de reembolso do ano-calendário ou de anos-calendário anteriores.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	6	RDTPSE	Sim
2	CPF/CNPJ do prestador de serviço	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos CNPJ com 14 dígitos	Sim
3	Nome/Nome Empresarial do prestador de serviço	C	Variável	150	Nome da pessoa física até 60 posições Nome empresarial da pessoa jurídica até 150 posições	Sim
4	Valor do reembolso do ano-calendário	N	Variável	9	-	Não
5	Valor do reembolso de anos anteriores	N	Variável	9	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
4	Valor do reembolso do ano-calendário	Valores reembolsados no ano-calendário, referentes a pagamentos de serviços prestados no ano-calendário
5	Valor do reembolso de anos anteriores	Valores reembolsados no ano-calendário referentes a pagamentos de serviços prestados em anos anteriores

3.32 Registro de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior (identificador RPDE)

Regras de validação do registro:

- Ocorre somente uma vez no arquivo, caso exista informação de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	4	RPDE	Sim

3.33 Registro de beneficiário dos rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior (identificador BRPDE)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente por:

- Beneficiário;

- Código de país;

- Número de identificação fiscal – NIF;

- Deve estar associado ao registro do tipo RPDE.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	BRPDE	Sim
2	Beneficiário	N	Fixo	1	1 – Pessoa física 2 – Pessoa jurídica	Sim
3	Código de país	N	Variável	3	De acordo com a tabela de códigos dos países constante na IN RFB nº 1990/2020	Sim
4	Número de identificação fiscal – NIF	C	Variável	30	-	Não
5	Indicador de beneficiário dispensado do Número de Identificação Fiscal – NIF	C	Fixo	1	S – Dispensado do Número de identificação fiscal – NIF N – Não é dispensado do Número de identificação fiscal – NIF	Sim
6	Indicador de que o país não exige Número de Identificação Fiscal – NIF	C	Fixo	1	S – Dispensado do Número de identificação fiscal – NIF N – Não é dispensado do Número de identificação	Sim
7	CPF/CNPJ	N	Variável	14	CPF com 11 dígitos CNPJ com 14 dígitos	Não
8	Nome/Nome empresarial	C	Variável	150	-	Sim
9	Relação fonte pagadora pessoa jurídica e beneficiário pessoa jurídica	N	Fixo	3	De acordo com a tabela de informações sobre os beneficiários dos rendimentos constante na IN RFB nº 1990/2020	Não
10	Logradouro	C	Variável	60	-	Não
11	Número	C	Variável	6	-	Não
12	Complemento	C	Variável	25	-	Não
13	Bairro/Distrito	C	Variável	20	-	Não
14	Código postal	N	Variável	10	-	Não
15	Cidade	C	Variável	40	-	Não
16	Estado/Província	C	Variável	40	-	Não
17	Telefone	N	Variável	15	-	Não

Observações:

Ordem	Campo	Descrição
9	Relação fonte pagadora pessoa jurídica e beneficiário pessoa jurídica	Preenchimento obrigatório se campo de ordem 2 (Beneficiário) igual a 2.

3.34 Registro de valores de rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior (identificador VRPDE)

Regras de validação do registro:

- Deve estar classificado em ordem crescente por:

  - Data do pagamento;

  - Código de receita;

- Deve estar associado ao registro do tipo BRPDE.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	5	VRPDE	Sim
2	Data do pagamento	D	Fixo	8	-	Sim
3	Código de receita	N	Fixo	4	-	Sim
4	Tipo de rendimento	N	Fixo	3	De acordo com a tabela de informações sobre os rendimentos constante na IN RFB nº 1990/2020	Sim
5	Rendimento pago	N	Variável	13	-	Sim
6	Imposto retido	N	Variável	13	-	Não
7	Forma de tributação	N	Fixo	2	De acordo com a tabela de informações sobre a forma de tributação constante na IN RFB nº 1990/2020	Sim

3.35 Registro de informações complementares para o comprovante de rendimento (identificador INF)

Regras de validação do registro:

- Serão apresentados todos os CPF em ordem crescente;

- Deve haver um registro BPFDEC, BPFPROC e/ou BPFRRA correspondente na declaração;

- Deve ocorrer apenas um registro para cada beneficiário.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	3	INF	Sim
2	CPF	N	Fixo	11	-	Sim
3	Informações complementares	C	Variável	500	-	Sim

3.36 Registro identificador do término da declaração (identificador FIMDirf)

Regras de validação do registro:

- Registro obrigatório no arquivo;

- Deve ser o último registro no arquivo;

- Ocorre somente uma vez no arquivo.

Ordem	Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	Identificador de registro	C	Fixo	7	FIMDirf	Sim

(*) Republicado em parte por ter saído no DOU de 30/11/2021, seção 1, página 22 a 30, com incorreção do original.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 200, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 93/2020, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720061/2021-56, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa DAFRA AMAZONIA IND. E COM. DE MOTOCICLETAS LTDA, CNPJ Nº 08.322.908/0001-23, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de "Motocicleta acima de 100 cm³ até 450 cm³" com capacidade anual instalada de 9.689,75 unidades, aprovada nos LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 93/2020, de 30 de dezembro de 2020, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2020, com término no ano-calendário de 2029.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 201, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 94/2020, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720059/2021-87, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa DAFRA AMAZONIA IND. E COM. DE MOTOCICLETAS LTDA, CNPJ Nº 08.322.908/0001-23, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de "Motoneta de 100 cm³ até 450 cm³" com capacidade anual instalada de 14.534,62 unidades, aprovada nos LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 94/2020, de 30 de dezembro de 2020, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2020, com término no ano-calendário de 2029.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 202, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 018/2021, expedido pela SUDAM e no Processo nº 10166.780942/2021-61, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ Nº 04.065.033/0001-70, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de "distribuição de energia elétrica" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 203, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 003/2021, expedido pela SUDAM e no Processo nº 10166.785209/2021-32, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa WALFF INDUSTRIAL S.A, CNPJ Nº 20.703.241/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à diversificação do empreendimento na área de atuação da SUDAM de produção de "resina termoplástica extrudada (em forma de grânulos)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 204, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 027/2021, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720662/2021-69, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 01.775.542/0001-07, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na

área de atuação da SUDAM para a produção de "placa de circuito impresso montada (exceto de uso em informática)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 205, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

\Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 157/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720683/2021-84, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "alarme eletrônico para veículos" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 206, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 158/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720684/2021-29, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "placa de circuito impresso montada" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 207, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 159/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720685/2021-73, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "sensor ultra-sônico" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 208, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 160/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720686/2021-18, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "sistema de fechamento automático de vidro elétrico" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 209, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 161/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720687/2021-62, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "sirenes para alarme de veículos/automóvel" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 210, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 162/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720688/2021-15, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "travas elétricas das portas dos automóveis" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 211, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 163/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720690/2021-86, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "rastreador/imobilizador p/veículos automotores c/ GPS e comunicação via telefone celular" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 212, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 164/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720691/2021-21, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "módulo de controle da trava elétrica das portas dos automóveis" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 213, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 165/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720692/2021-75, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "dispositivo antifurto para ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo e quadriciclo" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013, e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 214, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 166/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720689/2021-51, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "controle remoto para alarme eletrônico p/ veículo" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 215, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Reconhece o direito à redução do imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1 º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 167/2013, expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720697/2021-06, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica PST ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 84.496.066/0001-04, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "fios e cabos com conectores/terminais para uso diverso" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2013 e término no ano-calendário de 2022.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo EBEN/SRRF04 nº 227, publicado(a) no DOU de 26/11/2021, Seção 1, página 78,

Onde se lê: "..contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa LORENPET NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA inscrito no CNPJ 05.006.462/0001-30"

Leia-se: "contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa INDORAMA VENTURES POLIMEROS S.A. inscrito no CNPJ 07.079.511/0001-90.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF/6ªRF Nº 7, DE 1º DE DEZEMBR0 DE 2021

Desalfandega o Porto Seco que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 359, do Regimento Interno (Anexo I) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, em consonância com o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, o art. 30 § 1º da Portaria 3.518, de 30 de setembro de 2011, e a Instrução Normativa RFB nº 1208, de 4 de novembro de 2011, considerando o acostado aos Processos nº 10680.007998/96-31 e 10640.721276/2015-38 e 00745.014084/2021-98, declara:

Art. 1º. Desalfandegadas as instalações do Porto Seco em Juiz de Fora, localizada na BR 040, Km 769, s/nº, Distrito de Dias Tavares, Município de Juiz de Fora/MG, administrado pela empresa Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda., CNPJ nº 31.096.068/0001-40, no implemento da Decisão do Juízo Federal da 10ª Vara Federal Cível da SJMG, a qual julgou improcedente o pedido apresentado pela parte interessada, revogando a tutela de urgência deferida (0016812-08.2017.4.01.3800), e do Parecer de Força Executória nº 03928/2021/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, referente ao Contrato de Permissão prorrogado com amparo no art. 26, § 3º da Lei nº 10.684, de 30/05/2003, que teve o advento do termo final 15/04/2017, celebrado entre a empresa acima e a União, por intermédio da Secretária Especial da Receita Federal do Brasil, para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco em Juiz de Fora, código de recinto Siscomex 6.35.32.01-8, da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, alfandegado pelo Ato Declaratório SRF nº 65, de 15 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 1997.

Art. 2º. Após o desalfandegamento, o recinto fica impedido, conforme o art. 31 da Portaria RFB nº 3.518, de 30/09/2011, de receber cargas contendo mercadorias importadas ou a exportar.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 34, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
THIAGO ROMA FIORI	116.406.087-29	10715.720860/2021-01

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 193, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO, a pedido, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 - arts. 577 a 595.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, e tendo em vista o disposto no caput e § 2º do artigo 588 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D. O. U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13113.087230/2021-82, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos de cancelamento estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1911/2019 - art. 577 a 595:

EMPRESA: CATXERE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ Nº: 10.542.732/0001-67

PROJETO: SUBESTAÇÃO RIO VERDE NORTE

LOCALIZAÇÃO: RIO VERDE - GO

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI concedida mediante o Ato Declaratório Executivo DRF RJ I nº 273, de 17/07/2015, publicado no D.O.U., de 21/07/2015.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 194, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO, a pedido, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 - arts. 577 a 595.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, e tendo em vista o disposto no caput e § 2º do artigo 588 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D. O. U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13113.087260/2021-99, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos de cancelamento estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1911/2019 - art. 577 a 595:

EMPRESA: ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S/A.

CNPJ Nº: 12.402.255/0001-60

PROJETO: SUBESTAÇÃO XINGUARA 2

LOCALIZAÇÃO: XINGUARA - PA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI concedida mediante o Ato Declaratório Executivo DRF RJ I nº 309, de 18/05/2016, publicado no D.O.U., de 06/06/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 195, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO, a pedido, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 - arts. 577 a 595.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, e tendo em vista o disposto no caput e § 2º do artigo 588 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D. O. U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13113.087266/2021-66, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos de cancelamento estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1911/2019 - art. 577 a 595:

EMPRESA: LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S/A.

CNPJ Nº: 11.620.646/0001-98

PROJETO: SUBESTAÇÃO DE ITABIRITO 2

LOCALIZAÇÃO: OURO PRETO - MG

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI concedida mediante o Ato Declaratório Executivo DRF RJ I nº 314, de 18/05/2016, publicado no D.O.U., de 06/06/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 196, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO, a pedido, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 - arts. 577 a 595.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, e tendo em vista o disposto no caput e § 2º do artigo 588 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D. O. U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13113.087270/2021-24, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos de cancelamento estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1911/2019 - art. 577 a 595:

EMPRESA: XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ Nº: 23.093.056/0001-33

PROJETO: LOTE ÚNICO DO LEILÃO Nº 07/2015 - ANEEL

LOCALIZAÇÃO: DIVERSAS

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI concedida mediante o Ato Declaratório Executivo DRF RJ I nº 316, de 18/05/2016, publicado no D.O.U., de 06/06/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 198, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO, a pedido, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 - arts. 577 a 595.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, e tendo em vista o disposto no caput e § 2º do artigo 588 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D. O. U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13113.087232/2021-71, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos de cancelamento estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1911/2019 - art. 577 a 595:

EMPRESA: RIBEIRÃO PRETO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ Nº: 08.533.006/0001-36

PROJETO: REFORÇOS EM INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE FRONTEIRA, ESTADO DE MINAS GERAIS

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI concedida mediante o Ato Declaratório Executivo DRF RJ I nº 315, de 18/05/2016, publicado no D.O.U., de 06/06/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 199, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS-Importação para Aquisição ou Importação de Óleo Combustível destinado à Navegação de Cabotagem ou de Apoio Marítimo ou Portuário de que trata os arts. 320 a 327 Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11de outubro de 2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, tendo em vista o disposto no caput do art. 324 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 19614.723471/2021-32, declara:

Art. 1º. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS-Importação para aquisição ou importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem ou de apoio marítimo ou portuário, instituído pela Lei nº 11.774/2008 e de que trata os arts. 320 a 327 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

PESSOA JURÍDICA: GUDE GUDE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.

CNPJ Nº: 16.502.925/0001-70

Art. 2º. O benefício do Regime será aplicado a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica habilitada (IN RFB nº 1.911/2019, art. 324, §1º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 386, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.396527/2021-36, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08190/00024, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 61.407.078/0001-10

Razão Social: IPSIS GRÁFICA E EDITORA SA

Endereço: Rua Vereador José Nanci, 151 - Parque Jaçatuba

CEP: 09290-415 - Santo André - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 387, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.396888/2021-82, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/00373, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 61.407.078/0001-10

Razão Social: IPSIS GRÁFICA E EDITORA SA

Endereço: Rua Vereador José Nanci, 151 - Parque Jaçatuba

CEP: 09290-415 - Santo André - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 388, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.396734/2021-91, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08114/00170, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 61.407.078/0001-10

Razão Social: IPSIS GRÁFICA E EDITORA SA

Endereço: Rua Vereador José Nanci, 151 - Parque Jaçatuba

CEP: 09290-415 - Santo André - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 389, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.412771/2021-53, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição DP-08190/00147, para atividade de DISTRIBUIDOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 11.305.720/0001-81

Razão Social: ARTEPAPER REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PAPÉIS LTDA

Endereço: Rua Dr. Lício de Mirada, 275 - Ipiranga

CEP: 04225-030 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 390, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.414194/2021-34, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/00555, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 11.305.720/0001-81

Razão Social: ARTEPAPER REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PAPÉIS LTDA

Endereço: Rua Dr. Lício de Mirada, 275 - Ipiranga

CEP: 04225-030 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 134, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede habilitação no Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O Delegado da DECEX/SPO - Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo, no uso das atribuições estabelecidas pela Portaria RFB nº 1215, de 23 de julho de 2020, anexo III e tendo em vista o disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, no artigo 4º, §1º da Portaria COANA nº 57, de 2 de outubro de 2019 e, ainda, o que consta no processo digital 13042.089001/2021-83, declara:

Art. 1º Fica a empresa DENSO MAQUINAS ROTANTES DO BRASIL LTDA, por meio do estabelecimento 03.005.698/0001-26 , habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 26 de janeiro de 2016, e pela Portaria Coana nº 57, de 02 de outubro de 2019.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 135, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera a Razão Social de Habilitação ao Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Indutrial sob Controle Informatizado - RECOF à pessoa jurídica que especifica.

O Delegado da DECEX/SPO - Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo artigo 4º, parágrafo 1º da Portaria COANA nº 57, de 02 de outubro de 2019 e artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 1291, de 19 de setembro de 2012, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta no processo administrativo 10831.725003/2015-15, declara:

Art. 1º Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo DECEX/SP nº 8, de 28 de agosto de 2020, publicado no DOU de 08/09/2020, o qual passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a empresa Hitachi Energy Brasil Ltda, localizada na Avenida Monteiro Lobato nº 3411, Edifício 14, Térreo, Bairro São Roque, município de Guarulhos, inscrita no CNPJ 61.074.829/0001-23 habilitada, em caráter precário, a operar o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - RECOF por meio dos estabelecimentos 61.074.829/0006-38, situado na Rua Dr. Pedro Zimermann nº 5470, Itupava Central, município de Blumenau e 61.074.829/0011-03, situado na Avenida Monteiro Lobato, nº 3411, São Roque, município de Guarulhos."

Art. 2º Permanecem inalteradas, efetivas e eficazes as demais disposições do referido Ato Declaratório Executivo.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Transferência de veículo consular.

A DELEGADA ADJUNTO DA DECEX/SP, no exercício das atribuições do Artigo 364, inciso VI do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, atendendo à SAT n°797, de 03/02/2021, e ao que consta do Processo nº15771.720426/2021-62, em tramitação nesta Delegacia, declara:

Com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009 , que , após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca: I/AUDI, modelo: Q3TFSI AMBIENTE, ano-fabricação:2016, ano-modelo:2016, chassi:WAUDFA8U7GR074418, cor azul,e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Consulado Geral da Federação Russa em São Paulo, CNPJ:04.036.311/0001-61 desembaraçado com privilégio diplomático em 06/04/2016, através da declaração de importação nº16/0451505-0, registrada na Alfândega do Porto de Vitória, estará liberado para fins de transferência de propriedade para Artur Ghazaryan, CPF:228.196.998-39, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE MAYUMI KOBAYASHI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO (ADE) DECEX/SPO Nº 137, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria n° 284, de 27 de julho de 2020, e na competência delegada pela Portaria DECEX/SPO nº 20, de 14 de setembro de 2020, pelo presente Ato, considerando o que consta no processo administrativo nº 10314-720659/2021-39 e com fundamento no parágrafo 2º do art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.863 de 27 de dezembro de 2018, declara-se:

Art.1º BAIXADA de ofício por INEXISTENTE DE FATO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 18.963.941/0001-96 do contribuinte RM MOTORS SPORTS COMPETICOES LTDA, em virtude de falta de atendimento à Intimação referida no parágrafo 1º do artigo 31 da IN RFB 1863/2018, ou em virtude de não terem sido acatadas as contraposições apresentadas.

Art.2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA MARQUES GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 216, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Registro no Regime Especial de Suspensão do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) - Pessoa Jurídica Preponderantemente Exportadora.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º, 2º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU em 07 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e alterações, bem como, o estabelecido na IN RFB Nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 10906.108936/2021-71, declara:

Art. 1º Concedido o Registro no Regime Especial de Suspensão do IPI à Pessoa Jurídica MADEIREIRA HENRIQUE LTDA, CNPJ 06.113.622/0001-02, e a todos os seus estabelecimentos, para fins de aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o inciso II, do § 1º, do artigo 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e alterações.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 94, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 8130 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Agente de Carga, CONEXO ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA, inscrição no CNPJ sob nº 93.271.963/0001-00.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 21, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Inscreve no Registro Especial e autoriza produção e engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 13033.727082/2021-31, declara:

Artº 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o n° 10106/570, como PRODUTOR/ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa RONI BRANDALISE ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.696.368/0001-90.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir/engarrafar os produtos abaixo discriminados

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente
LICOR	OTTO BEBIDA ARTESANAL	2208.70.00	VIDRO

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 17944.103826/2021-13
Interessado: Estado do Amazonas
Assunto: Minutas dos contratos de garantia, a ser celebrado entre a União e Estado do Amazonas, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. ("BB"), e de contragarantia, a ser celebrado entre a União e o Estado, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. e dos 'bancos depositários', ambos referentes a Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Credito, a ser celebrado entre o Estado e o BB, no valor de até R$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), cujos recursos serão destinados a amortização da dívida pública, capitalização de Fundo Garantidor de Parceria Público Privada e investimentos nas áreas de educação, de saúde, de segurança pública e infraestrutura, no âmbito do Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP 2021 e 2022, conforme autorização dada pela Lei Estadual nº 5.547, de 23/07/2021.

Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 18158/2021/ME, de 18/11/2021, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 17944.102234/2021-76
Interessado: Município de Virmond/PR
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre Município de Virmond/PR e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), cujos recursos são destinados a obras em infraestrutura e habitação de interesse social.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI nº 17828/2021/ME (SEI 20148987), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 82, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 12/21, que dispõe sobre a elaboração de minuta de proposta de ato normativo ou documento a ser apreciada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ - e da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, bem como sobre a elaboração de relatório ou de proposta de comunicação externa das reuniões realizadas por grupos e subgrupos de trabalho integrantes desses colegiados.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na 186ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de novembro de 2021, em Brasília, DF, com base no § 1º do art. 7º e nos incisos XI e XII do art. 9º do mencionado regimento, resolveu:

Art. 1º Os dispositivos a seguir indicados do art. 7º do Ato COTEPE/ICMS nº 12, de 25 de março de 2021, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o inciso IV do § 1º:

"IV - a data deve ser grafada no modelo "Xxxxxxx nº x, de x de xxxxx de aaaa", admitindo-se, a partir da segunda referência, se for identificação de norma, o modelo "Xxxxxxx nº x/aa";

II - o § 2º:

"§ 2º A epígrafe, formada pelo título designativo da espécie normativa e pela sua data, deve ser grafada no modelo "XXXXXXX Nº X, DE X DE XXXXX DE AAAA", em negrito, de forma centralizada.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira; Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva; Acre - Maria José do Carmo Maia; Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Leonardo Sá Santos; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Rafael Carlos Camera; Paraíba Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffré Dias; Rondônia - Emerson Boritza; Roraima - Larissa Góes de Souza; Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva

ATO COTEPE/ICMS Nº 83, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre as especificações técnicas e critérios técnicos necessários para a emissão da Declaração de Conteúdo eletrônica - DC-e e a Declaração Auxiliar de Conteúdo eletrônica - DACE.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 186ª Reunião Prdinária, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de novembro de 2021, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto no "caput" da cláusula sexta do Ajuste SINIEF nº 5, de 08 de abril de 2021, resolveu:

Art. 1º O Manual de Orientação da DC-e - MODC, Versão 1.00, e seus anexos, que disciplinam a definição das especificações técnicas e critérios técnicos necessários para a emissão da Declaração de Conteúdo eletrônica - DC-e e a Declaração Auxiliar de Conteúdo eletrônica - DACE, a que se refere o Ajuste SINIEF nº 5, de 08 de abril de 2021, fica publicado.

Parágrafo único. O MODC e anexos referidos no "caput" deste artigo serão disponibilizados no sítio eletrônico do CONFAZ (www.confaz.fazenda.gov.br) com as seguintes identificações e terão as respectivas chaves de codificação digital obtidas com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5":

I - Visão Geral - chave: 792ced1befc9c6b3ca10e6ff88eedc96;

II - Anexo I - Leiaute DC-e e Regras Validação - chave: 74523ceaa9c64a883463da7dea9db575;

III - Anexo II - Especificações Técnicas da DACE e QR-Code - chave: 133839371f2f1dc5c3e834fb9cc1f9ee;

IV - Anexo III - Manual de Credenciamento - chave: 01d2e79a68ac97d99e5b9c84784b4c46.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira; Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva; Acre - Maria José do Carmo Maia; Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Leonardo Sá Santos; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon; Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Rafael Carlos Camera; Paraíba Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffré Dias; Rondônia - Emerson Boritza; Roraima - Larissa Góes de Souza; Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva

ATO COTEPE/ICMS Nº 84, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 2/08, que divulga relação das empresas beneficiadas com regime especial relativo à movimentação de "paletes" e de "contentores" de sua propriedade.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 186ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de novembro de 2021, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS nº 4, de 16 de abril de 1999, resolveu:

Art. 1º O item 23 fica acrescido ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 2, de 14 de abril de 2008, com a seguinte redação:

	EMPRESA	ENDEREÇO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	C.N.P.J.	COR DOS "PALETES" E "CONTENTORES"	MARCA DISTINTIVA
23	PACK LESS SERVICE ASSISTÊNCIA TÉCNICA & COMERCIAL LTDA.	Estrada do Capuava, 3635-Fundos, Chácara Ondas Verdes em Cotia/SP-CEP. 06.715-725	278.317.714.110	29.293.645/0001-41	Branca	PACK LESS

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira; Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva; Acre - Maria José do Carmo Maia; Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Leonardo Sá Santos; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Rafael Carlos Camera; Paraíba Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffré Dias; Rondônia - Emerson Boritza; Roraima - Larissa Góes de Souza; Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva

ATO COTEPE/ICMS Nº 85 , DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 13/13, que dispõe sobre os requisitos de inclusão e permanência e divulga as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações contempladas com o regime especial de que trata o Convênio ICMS nº 17/13.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 186ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de novembro de 2021, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS nº 17, de 05 de abril de 2013, resolveu:

Art. 1º Os itens 153, 154 e 155 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 13, de 13 de março de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UF's onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
153	COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	36.012.579/0001-50	Rio de Janeiro - RJ	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e SP, TO
154	JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	37.185.266/0001-66	Rio de Janeiro - RJ	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e SP, TO
155	GARLIAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	37.178.485/0001-18	Rio de Janeiro - RJ	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e SP, TO

Art. 2º Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Ato COTEPE/ICMS nº 13/13 com as seguintes redações:

I - o § 8º ao art. 1º:

"§ 8º Em substituição ao documento previsto no inciso I do caput, poderá ser apresentada cópia do Diário Oficial da União onde conste o extrato do Ato de Autorização expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, e a comprovação da notificação à agência reguladora sobre a pretensão de explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC ou o Serviço Móvel Pessoal - SMP.";

II - o item 156 ao Anexo Único:

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UF's onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
156	101TELECOM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	31.063.800/0001-85	São Paulo - SP	SP

Art. 3º Os itens 2, 65, e 139 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 13/13 ficam revogados.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da sua publicação.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira; Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva; Acre - Maria José do Carmo Maia; Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Leonardo Sá Santos; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Rafael Carlos Camera; Paraíba Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffré Dias; Rondônia - Emerson Boritza; Roraima - Larissa Góes de Souza; Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva

ATO COTEPE/ICMS Nº 86, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e outros produtos.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 186ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de novembro de 2021, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto no § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007, resolve:

Art. 1º Os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007, a serem observados a partir de 1º de janeiro de 2022, ficam divulgados na forma do Anexo I.

Parágrafo único. Em virtude do prazo previsto no § 3º do art. 3º do Ato COTEPE/ICMS 21, de 23 de abril de 2021, os distribuidores de GLP deverão efetuar suas transmissões nos meses de janeiro e fevereiro de 2022 na forma do Anexo II.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

ANEXO I

CALENDÁRIO 2022						
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JAN*	FEV*	MAR	ABR	MAI	JUN
I	3	1	2	1	2	1
II	4	2 e 3	3	4	3,4	2
III	5	4	4	5	5	3
IV	3,4,5	1,2,3,4	2,3,4	1,4,5	2,3,4,5	1,2,3
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

CALENDÁRIO 2022						
INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I	1	1	1	3	1	1
II	4	2 e 3	2	4	3	2
III	5	4	5	5	4	5
IV	1,4,5	1,2,3,4	1,2,5	3,4,5	1,3,4	1,2,5
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

ANEXO II

CALENDÁRIO 2022		
	MÊS DE TRANSMISSÃO	
	JAN	FEV
Distribuidores que adquiriram combustível de contribuinte substituído	4	2 e 3
Distribuidores que adquiriram combustível exclusivamente do substituto tributário ou tiveram operações, exclusivamente com GLGN no período.	5	4

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira; Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva; Acre - Maria José do Carmo Maia; Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Leonardo Sá Santos; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Rafael Carlos Camera; Paraíba Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffré Dias; Rondônia - Emerson Boritza; Roraima - Larissa Góes de Souza; Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

ATO COTEPE/ICMS Nº 87, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 44/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 186ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de novembro de 2021, em Brasília, DF, com base no "caput" da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006, resolveu:

Art. 1º O art. 1º do Ato COTEPE/ICMS nº 44, de 07 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica instituído o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS IPI, conforme alterações introduzidas pela Nota Técnica EFD ICMS IPI nº 2021.001 v1.1, publicada no Portal Nacional do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que terá como chave de codificação digital a sequência "E15E2F1F4809F48F610EB7247F43E2EB", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5", e disponibilizada no sítio eletrônico do CONFAZ (www.confaz.fazenda.gov.br).

Parágrafo único. Deverão ser observadas as regras de escrituração e de validação do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS/IPI, versão 3.0.8, publicado no Portal Nacional do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que terá como chave de codificação digital a sequência "8E78254DF32AF1833BF3A2CD3F69C166", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5".".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira; Receita Federal do Brasil - Adriano Pereira Subirá; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN - Adriano Chiari da Silva; Acre - Maria José do Carmo Maia; Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio; Amapá - Robledo Gregório Trindade; Amazonas - Felipe Crespo Ferreira; Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz; Ceará - Victor Hugo Cabral de Morais Junior; Distrito Federal - Leonardo Sá Santos; Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves; Goiás - Elder Souto Silva Pinto; Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro; Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela; Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva; Pará - Rafael Carlos Camera; Paraíba Fernando Pires Marinho Júnior; Paraná - Mateus Mendonça Bosque; Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos; Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho; Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda; Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva; Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffré Dias; Rondônia - Emerson Boritza; Roraima - Larissa Góes de Souza; Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros; São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli; Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas; Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor da Secretaria-Executiva

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de 2021, às 15 horas e 01 minuto, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia, presidida pelo Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira na condição de presidente em exercício na ocasião de férias regulamentares da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença da Conselheira Stephanie Guimarães da Silva e das assessoras Sheila Lelia Medeiros e Daniella Correa Eschiletti.

O Presidente do Conselho em exercício, Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, deu início a reunião apresentando a pauta de deliberação sobre os processos: 19953.100570/2021-09, 19953.100646/2021-98, 19953.100718/2021-05, 19953.100816/2021-34, 19953.100817/2021-89 e 19953.100818/2021-23.

1) Processo: 19953.100570/2021-09

Assunto: Em 27/7/2021 foi publicada no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro (DOERJ), Parte I, página 1, a Lei nº 9.376, de 22/7/2021, que "Cria programa de incentivo à reciclagem, premia cooperativas de catadores e estabelece como fontes de custeio para esta política recursos de termos de ajustamento de conduta por danos ambientais, obrigações constantes em condicionantes de licenças ambientais, valores oriundos de condenações judiciais que incluem estas obrigações, além de doações de empresas privadas. (Programa PSAR)".

Conclusão: por unanimidade o conselho entendeu pelo arquivamento do processo 19953.100570/2021-09.

2) Processo: 19953.100646/2021-98

Assunto: Trata-se da contratação pela Defensoria Pública do estado do Rio de janeiro de três técnicos médios de Defensoria e de um Técnico Superior Jurídico. Em observância ao disposto no art. 32 da Decreto federal nº 10.681, de 2021.

Conclusão: por unanimidade o conselho entendeu por manter a representação ao estado do Rio de Janeiro, anteriormente já apresentada por este conselho, devendo a defensoria pública do estado ser comunicada por ofício

3) Processo: 19953.100718/2021-05

Assunto: Em 1/10/2021, foi publicado no Caderno I - Administrativo do Diário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ), Ano 14 - nº 21/2021, o Edital nº 4 do TJRJ, de 30/9/2021, Referente ao LX CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA, nas páginas 2 a 7, e o Edital nº 4 do TJRJ, de 30/9/2021, Referente ao LXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO, nas páginas 8 a 26.

Conclusão: por unanimidade o conselho deliberou para que o CSRRF-RJ cientifique o TJRJ que, de acordo com o disposto na Resolução CSRRF-RJ nº 01, de 2021, até o momento o Conselho não constatou qualquer irregularidade com os concursos em promoção no Poder Judiciário em relação à vedação disposta no inciso V do art. 8º da LC nº 159, de 2017, com a redação dada pela LC nº 178, de 2021, e que o TJRJ seja noticiado que, com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao Novo Regime de Recuperação Fiscal, em 4/6/2021, o regime anterior foi encerrado nos termos do art. 21, § 5º, da LC nº 178, de 2021, passando a viger as regras estabelecidas pela LC nº 159, de 2017, com a redação dada pela LC nº 178, de 2021

4) Processo: 19953.100818/2021-23

Assunto: Trata-se do Oficio SEFAZ/COMISARRF SEI Nº70 Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2021. Assunto: Solicita apreciação do entendimento acerca da independência da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPrev).

Conclusão: a pedido do presidente em exercício Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, o conselho decidiu pela retirada de pauta do processo 19953.100818/2021-23, e pela sua inclusão na pauta da próxima reunião com a presença da Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, tendo em vista o teor da solicitação efetuada.

5) Processo: 19953.100817/2021-89

Assunto: Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apreciar solicitação de autorização prévia para realização de compensação financeira formulada pelo Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a pretensão do Corpo de Bombeiros Militar da Secretaria de Estado de Defesa Civil em realizar concurso público para o provimento de 40 (quarenta) cargos de Cadete Bombeiro Militar no exercício de 2022. Conforme se extrai dos autos, o ingresso efetivo de 40 (quarenta) cadetes resultaria em um aumento de despesa da ordem de R$ 32.408.670,38 (trinta e dois milhões, quatrocentos e oito mil, seiscentos e setenta reais e trinta e oito centavos) entre os exercícios de 2022 e 2030.

Conclusão: por unanimidade, os conselheiros concordam que seja apresentada sugestão ao estado do Rio de Janeiro para atualizar a sua proposta de Anexo de Ressalvas ao art. 8º da LC nº 159, de 2017, ainda em discussão junto à STN, para incluir as violações aos incisos IV e V pelo CBMRJ, com a realização de concurso para quarenta (40) Cadetes Bombeiros e 229 Soldados BM, bem como a nomeação de quarenta (40) Cadetes Bombeiros e de 229 Soldados BM.

6) Processo: 19953.100816/2021-34

Assunto: Trata-se de solicitação de autorização prévia do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro (CSRRF-RJ), para a realização de compensação financeira no âmbito do Instituto Vital Brasil (IVB), apresentada por intermédio do Of.SEFAZ/COMISARRF SEI Nº 78, de 19/11/2021, nos termos do art. 8º, § 3º, da LC nº 159, de 2017.

Conclusão: por voto de qualidade o Presidente em exercício decide por manter seu voto, face ao voto divergente da conselheira Stephanie, assim deliberando no sentido de sugerir que a demanda do IVB relacionada ao exercício de 2022 seja apresentada à COMISARRF para as medidas que entender adequadas.

7) LEITURA E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO BIMESTRAL DE MONITORAMENTO - COMPETÊNCIA SETEMBRO - OUTUBRO DE 2021

Conclusão: O Presidente em exercício, Conselheiro Paulo Roberto afirmou que já realizou a leitura prévia e elogiou a qualidade do relatório desenvolvido. Stephanie fez as considerações acerca das alterações que estarão sendo realizadas. Assim o conselho delibera por aguardar os ajustes. Em suma o relatório foi aprovado.

Deliberações Extrapauta:

a) Referente ao PROCESSO 19953.100635/2021-16: o conselho deliberou pelo encaminhamento de Oficio direcionando aos devidos órgãos, no sentido de obter maiores informações.

Realizadas as considerações finais, o presidente em exercício, conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, encerrou a reunião as 16:06h.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO DIVISÃO DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.342, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O Chefe da Divisão de Supervisão de Securitização, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ROBUSTA INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS LTDA. (CNPJ 41.336.061/0001-01) a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, do art. 73 da Resolução 24, de 5 de março de 2021, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017

MARCELO FIRMINO DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 468, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

Considerando os termos do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui o Comitê Interministerial de Governança - CIG;

Considerando o estabelecimento do Comitê Ministerial de Governança do Ministério da Economia - CMG, pela Portaria ME nº 339, de 08 de outubro de 2020, do Ministério da Economia - ME;

Considerando os termos do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal

Considerando o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e da Controladoria-Geral da União - CGU; e

Considerando o que consta no SEI nº 0052600.009471/2020-70 e 0052600.010819/2021-52; resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Governança do Inmetro - CGI, instância colegiada superior para a definição de mecanismos de liderança, estratégia e controle, com a finalidade de estabelecer e implementar princípios e diretrizes de governança, avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Art. 2º O Anexo I desta Portaria tratará das demais informações relativas ao CGI, disponível em http://www.inmetro.gov.br/legislacao/ .

Art 3º Ficam revogadas:

I- a Portaria nº 319, de 13 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2020, Edição 199, Seção 1, Página 42;

II- a Portaria nº 16, de 13 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2020, Edição 11, Seção 1, Página 32;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO I

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

1. A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO INMETRO SERÁ COMPOSTA POR:

I - Comitê de Governança do Inmetro - CGI

II- Comitês Temáticos - CT.

2.-O COMITÊ DE GOVERNANÇA DO INMETRO - CGI SERÁ COMPOSTO PELOS OCUPANTES DOS SEGUINTES CARGOS, OU SEUS SUBSTITUTOS LEGAIS:

I - Presidente do Inmetro;

II- Chefe de Gabinete;

III - Procurador-Chefe;

IV - Corregedor-Chefe;

V - Auditor-Chefe;

VI- Ouvidor-Chefe;

VII - Superintendente de Goiás;

VIII - Superintendente do Rio Grande do Sul;

IX - Diretor de Metrologia Legal;

X- Diretor de Avaliação da Conformidade;

XI - Diretor de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida;

XII - Diretor de Metrologia Científica e Tecnologia;

XIII- Diretor de Planejamento e Articulação Institucional;

XIV - Diretor de Administração e Finanças;

XV - Coordenador-Geral de Articulação Internacional;

XVI - Coordenador-Geral de Acreditação; e

XVII - Coordenador-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ-I).

§1º O CGI será presidido pelo Presidente do Inmetro ou, em seus afastamentos legais, por seu substituto em exercício.

§2º A secretaria-executiva do CGI será exercida por representante da Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional, a ser designado pelo diretor da Dplan.

§3º A participação do Procurador-Chefe, do Auditor-Chefe, do Corregedor-Chefe e do Ouvidor-Chefe será consultiva, sem direito a voto.

§4º O CGI poderá instituir e extinguir, a seu critério, Comitês Temáticos para discussão de temas estratégicos específicos, determinando aspectos como funcionamento, composição e prazos.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

3. AO CGI COMPETE:

I -Executar a política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes estabelecidos na legislação em vigor e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do CIG (Comitê Interministerial de Governança) e do Comitê Ministerial de Governança (CMG) do Ministério da Economia;

II -Encaminhar aos Comitês de Governança superiores propostas relacionadas às competências de governança, com a justificativa da proposição e da minuta da resolução pertinente, se for o caso;

III - Propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;

IV - Promover a integração dos dirigentes responsáveis pela governança, gestão da integridade, gestão de riscos e controles internos;

V - Apoiar a implementação de recomendações e determinações emitidas pela Auditoria Interna e órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU) relativas à governança, gestão de riscos e controles internos;

VI - Seguir as diretrizes sobre governança e gestão de riscos estabelecidas na legislação em vigor;

VII - Elaborar e aprovar políticas, planos e diretrizes institucionais do Inmetro;

VIII -Aprovar manuais e guias com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;

IX -Aprovar recomendações para os comitês temáticos a fim de garantir a coerência e a coordenação dos programas e das políticas de governança específicos;

X - Incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança;

XI - Editar as resoluções necessárias ao exercício de suas competências;

XII - Promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação;

XIII -Atuar em prol da desburocratização e simplificação administrativa, da modernização da gestão e melhoria da prestação dos serviços públicos;

XIV -Implementar controles internos fundamentados na gestão de riscos, que privilegiarão ações estratégicas de prevenção, como:

a) Decidir sobre a aprovação das políticas e diretrizes elaboradas e propostas pelo Comitê Temático de Riscos e Controles do Inmetro, subordinado ao CGI;

b) Avaliar, com frequência mínima trianual, a observância das políticas e diretrizes aprovadas;

c) Disciplinar o processo de planejamento das ações deliberadas, avaliar e aprovar os produtos derivados;

d) Avaliar e aprovar métodos e artefatos;

e) Apreciar, quando provocado, as propostas encaminhadas pelas unidades subordinadas diretamente à Presidência do Inmetro quanto à definição de aspectos relacionados à tolerância a riscos;

f) Monitorar a gestão, tendo em vista o cumprimento da Política de Gestão de Riscos do Inmetro;

g) Aprovar o Plano de Integridade do Inmetro;

h) Cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas por delegação da Presidência do Inmetro ou do CRTCI (Comitê de Riscos, Transparência, Controles e Integridade).

§1º No exercício do disposto no inciso VI, o CGI poderá:

I - Definir produtos a serem entregues pelas unidades subordinadas diretamente à Presidência , assim como indicadores-chave, etapa s e prazos a serem observados, de forma a evidenciar a implementação da Política de Gestão de Riscos.

II - Utilizar informações provenientes dos trabalhos de avaliação conduzidos pela Auditoria interna e do Comitê Temático de Riscos e Controles.

§3º No exercício do disposto no inciso VII, o CGI observará o contido no art. 12 da Portaria ME nº 239/2019, que instituiu o Programa de Integridade do Ministério da Economia.

XV -Exercer outras atividades correlatas

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

4. SÃO ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CGI:

I -Dirigir os trabalhos do Comitê;

II -Conduzir as votações, presenciais ou virtuais, bem como declarar o seu resultado;

III -Representar o Comitê perante outros órgãos;

IV - Atuar como canal de interlocução entre o CIG, CMG, CGI e seus respectivos CT;

V - Assinar expedientes ou documentos; e

VI - Dar publicidade aos atos expedidos pelo Comitê.

5. SÃO ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CGI:

I- Receber, instruir e encaminhar as propostas recebidas aos membros do CGI;

II - Encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CGI;

III - Comunicar aos membros do CGI a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias;

IV - Comunicar aos membros do CGI a forma de realização da reunião, que poderá ocorrer por meio eletrônico ou presencial, e o local, quando se tratar de reuniões presenciais; e

V -Disponibilizar as atas e as resoluções do CGI em página eletrônica ou, quando o seu conteúdo for classificado como confidencial, encaminhá-las aos membros.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

6. O CGI SE REUNIRÁ TRIMESTRALMENTE E, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, ATENDENDO À DEMANDA MOTIVADA POR QUALQUER DOS SEUS MEMBROS.

§ 1º As decisões do CGI serão tomadas por maioria simples, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. O quórum mínimo para deliberação será de 2/3 (dois terços) dos membros do comitê.

§ 2º Os casos omissos ou não previstos serão decididos pelo Presidente.

§ 3º A critério do CGI, poderão ser convidados servidores ou representantes de organizações públicas ou privadas, para participar de reuniões ou trabalhos, sem direito a voto.

§ 4º O CGI publicará suas atas e resoluções em página eletrônica, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo, nos termos da Lei.

§ 5º A participação dos membros e da Secretaria-Executiva do CGI será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

PORTARIA Nº 469, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA -INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

Considerando os termos do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui o Comitê Interministerial de Governança - CIG;

Considerando o estabelecimento do Comitê Ministerial de Governança do Ministério da Economia - CMG, pela Portaria nº 339, de 08 de outubro de 2020, do Ministério da Economia - ME;

Considerando os termos do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

Considerando o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do então do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e da Controladoria-Geral da União - CGU; e

Considerando o que consta no SEI n 0052600.009471/2020-70 e 0052600.010819/2021-52;resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Riscos e Controles do Inmetro - CRC, comitê temático subordinado ao Comitê de Governança do Inmetro, com o objetivo de estimular as práticas de gestão de riscos, transparência e controles internos no Inmetro.

Art. 2º Definir como Unidade Gestora de Riscos do Inmetro a Divisão de Gestão Corporativa (Dgcor), subordinada à Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional (Dplan).

Art 3º Fica revogada a Portaria Inmetro nº 14, de 13 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2021, Edição 11, Seção 1, página 31.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXO I

1. Para cumprir suas competências, o Comitê de Riscos e Controles do Inmetro - CRC deverá:

I - Elaborar as políticas e diretrizes institucionais referentes à Gestão de Riscos, Transparência e Controles Internos;

II - Dar suporte aos diretores, coordenadores e chefes de primeira linha em questões relativas a identificação, tratamento e controle dos riscos;

III - Monitorar as práticas de gerenciamento de riscos de todas as unidades organizacionais do Inmetro;

IV - Submeter ao CGI políticas e diretrizes referentes à Gestão de Riscos, para aprovação; e

V - Estimular e apoiar a análise crítica de mecanismos de controle nas diversas áreas do Inmetro.

2. O CRC observará as seguintes diretrizes, quanto à gestão de riscos, transparência e controles internos:

I - Alinhar as ações realizadas ao planejamento estratégico;

II - Apoiar a implementação de recomendações e determinações emitidas pelo CGI e pela Auditoria Interna relativas à gestão de riscos e controles internos;

III - Consolidar uma cultura de gestão de riscos e transparência, nos temas de atuação do Inmetro, respeitando as especificidades e formas da organização;

IV - Orientar a adoção de práticas com vistas à proteção do valor público gerado pelo Inmetro;

V - Padronizar conceitos; e

VI - Identificar e disseminar as boas práticas de gestão de riscos, transparência e controles internos.

3. O CRC será composto pelos representantes titulares e seus suplentes das unidades, indicados pelos respectivos diretores e coordenadores das mesmas.

§ 1º As unidades em questão são:

I - Diretoria de Administração e Finanças;

II- Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional;

III - Superintendência do Rio Grande do Sul;

IV - Coordenação-Geral de Acreditação;

V - Auditoria Interna;

VI - Coordenação-Geral de Articulação Internacional;

VII - Diretoria de Avaliação da Conformidade;

VIII - Diretoria de Metrologia Legal;

IX - Superintendência de Goiás;

X - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

XI-Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade;

XII - Centro de Capacitação;

XIII - Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia;

XIV - Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida;

XV - Gabinete da Presidência;
XVI - Ouvidoria;
XVII - Corregedoria; e
XVIII - Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas.
§ 2º Os representantes titulares e seus suplentes designados para atuarem em gestão de riscos e para compor o CRC são denominados analistas de riscos.
4. A presidência do CRC será exercida pelo chefe da Divisão de Gestão Corporativa (unidade subordinada à Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional, que é a Unidade Gestora de Riscos no âmbito do Inmetro). O seu substituto será um servidor indicado pelo presidente do CRC;
§ 1º Na ausência ou eventual impedimento do presidente do CRC, o seu substituto o representará, passando a assumir todas as obrigações atinentes à Presidência do Comitê, em conformidade com esta Portaria.
§ 2º A secretaria-executiva do CRC será exercida pela Unidade Gestora de Riscos.
§ 3º Por provocação de quaisquer dos membros do CRC, o Presidente do Comitê poderá indicar outros profissionais para participarem de reuniões ou mesmo do desenvolvimento dos trabalhos do Comitê.
ATRIBUIÇÕES
São atribuições do Presidente do CRC:
I- Dirigir os trabalhos do Comitê;
II - Conduzir as votações, presenciais ou virtuais, bem como declarar o seu resultado;
III - Representar o Comitê perante outros comitês;
IV - Atuar como canal de interlocução entre o CRC e o CGI;
V - Assinar expedientes ou documentos; e
VI - Dar publicidade aos atos expedidos pelo Comitê.
FUNCIONAMENTO
5. Serão realizadas reuniões ordinárias bimestrais do CRC com data, horário e pauta previamente estabelecidos e comunicados por meio eletrônico.
Parágrafo único. Serão realizadas reuniões extraordinárias, convocadas pelo presidente do Comitê, conforme demanda motivada por qualquer dos membros do CRC.
6. As reuniões do CRC serão instaladas com a presença da maioria simples das Unidades representadas no Comitê.
Parágrafo único. O CRC buscará viabilizar a participação via videoconferência, notadamente, dos membros das Unidades localizadas fora do Rio de Janeiro.
7. As decisões do CRC serão tomadas preferencialmente pela busca de comum acordo entre os membros, precedida de amplo debate e consonância com as diretrizes emanadas do CGI e do Governo Federal.
Parágrafo único. Caso seja necessária a tomada de decisão por meio de votação, esta ocorrerá pela maioria simples dos membros titulares ou suplentes do CRC e, em caso de empate, compete ao seu Presidente o voto de qualidade.
8. As deliberações do CRC serão comunicadas por meio de atas de reuniões, assinadas pelo Presidente e os demais membros.
9. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Comitê.

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria Inmetro nº 457, de 17 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2021, Seção 1, página 84, onde se lê:
"g) Modelo de marca de selagem a ser utilizada, conforme subitem 2.1.3.1.";
Leia-se: "g) Modelo de marca de selagem a ser utilizada, conforme subitem 2.3.1.".
Onde se lê: "h) Modelo de cartão de identidade funcional dos técnicos, conforme subitem 2.1.1.4.";
Leia-se: "h) Modelo de cartão de identidade funcional dos técnicos, conforme subitem 2.1.4.".
Onde se lê: "8.2 Em caso de cancelamento voluntário ou mesmo motivado pelo não atendimento a qualquer requisito deste regulamento ou norma Inmetro, a permissionária não será obrigada a ressarcir importância de natureza financeira, ou de qualquer natureza, ao Inmetro ou órgão da RBMLQ-I ao qual está vinculada, relativa às marcas de selagem e de reparo já fornecidas."
Leia-se: "8.2 Em caso de cancelamento voluntário ou mesmo motivado pelo não atendimento a qualquer requisito deste regulamento ou norma Inmetro, o Inmetro não será obrigado a ressarcir importância de natureza financeira, ou de qualquer natureza, relativa às marcas de selagem e de reparo já fornecidas.".

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria Inmetro nº 464, de 23 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2021, Seção 1, página 36,
Onde se lê: "REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO - RTM A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 464, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021.";
Leia-se: "REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO - RTM A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 464, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021.".
E no subitem 5.2, Onde se lê: "100 gr";
Leia-se: "100 g".

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 962, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e a meta 10 do Anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Instituir o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT, com o objetivo de fomentar a Educação de Jovens e Adultos - EJA de forma integrada à formação profissional, a fim de garantir o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente a meta 10.
Art. 2º Os princípios do Programa EJA Integrada - EPT são:
I - integração entre a formação básica e a formação profissional, na perspectiva de uma aprendizagem ao longo da vida, de formação integral do educando, de forma a propiciar a melhoria de suas condições de vida e de trabalho;
II - educação e formação profissional como direitos de jovens, adultos e idosos;
III - oferta de EJA, fundamentada em práticas educativas que atendam às especificidades dos educandos, de modo a considerar e valorizar saberes, culturas, línguas, projetos de vida e processos produtivos, e promover uma educação contextualizada;
IV - trabalho compreendido como princípio educativo;
V - pesquisa compreendida como princípio pedagógico; e
VI - articulação da EJA com os arranjos produtivos locais como forma de integração entre a educação básica e o mundo do trabalho.
Art. 3º São objetivos específicos do Programa EJA Integrada - EPT:
I - ampliar oportunidades de acesso, permanência e conclusão dos três segmentos da EJA;
II - fomentar a oferta de EJA Integrada à Educação Profissional, articulada com a oferta educacional de EJA nos ensinos fundamental e médio, nos estados e nos municípios e no Distrito Federal, em consonância com os arranjos produtivos locais;
III - apoiar o desenvolvimento de propostas pedagógicas específicas para o público de EJA, as quais deverão integrar educação, ciência, trabalho, tecnologia e cultura; e
IV - promover a elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos, articulada à educação profissional.
Parágrafo único. Para fins desta Portaria, considera-se:
I - Programa EJA Integrada - EPT: concessão de recursos, em caráter suplementar, para o desenvolvimento de projetos destinados à oferta de cursos nos três segmentos da EJA (ensino fundamental e médio), organizados para atender a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade certa, na forma integrada à educação profissional; e
II - arranjos produtivos: aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, conforme definição do Ministério da Economia.
Art. 4º O Programa EJA Integrada - EPT será coordenado pela Secretaria de Educação Básica - SEB, em articulação com as demais secretarias e instituições vinculadas ao Ministério da Educação - MEC, nos limites de competência de atuação.
CAPÍTULO II
DA OFERTA DOS CURSOS
Art. 5º O Programa EJA Integrada - EPT será desenvolvido por meio da oferta de cursos de ensino fundamental e ensino médio, articulados com qualificação profissional ou curso técnico de nível médio.
Art. 6º Os cursos ofertados no âmbito do Programa EJA Integrada - EPT deverão ser realizados pelas instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, nos seguintes formatos:
I - na forma integrada, a qual resulta de currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os que compõem a formação profissional, em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo às possibilidades dos sistemas e às singularidades dos estudantes, com matrícula única na mesma instituição;
II - concomitante, na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer, ou não, na mesma unidade escolar, por meio de matrículas distintas para cada curso; e
III - concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementariedade, para a execução de Projeto Político Pedagógico - PPP unificado, ofertada simultaneamente em escolas diferentes, mas com os conteúdos integrados, nos termos dos convênios pactuados.
Art. 7º A oferta do Programa EJA Integrada - EPT deverá estar em consonância com as diretrizes e normas nacionais definidas, quando for o caso, para a educação a distância, educação do campo, educação especial, educação no âmbito do sistema prisional e do atendimento socioeducativo, entre outros públicos e modalidades de ensino.
§ 1º A oferta do Programa EJA Integrada - EPT desenvolvido por meio da EAD será restrita ao segundo e terceiro segmentos da EJA, que correspondem respectivamente aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, reconhecendo-se também o ambiente virtual como espaço de aprendizagem.
§ 2º A oferta de cursos deverá observar os itinerários formativos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec.
CAPÍTULO III
DA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS
Art. 8º As instituições que compõem a RFEPCT e que desejarem apresentar proposta no âmbito do Programa EJA Integrada - EPT deverão participar do processo de seleção realizado por meio de chamada pública, a ser disponibilizada no site do MEC.
Art. 9º A chamada pública contemplará os requisitos necessários para elaboração das propostas e que serão avaliadas quanto aos seguintes quesitos:
I - análise técnica realizada pelo MEC, que consiste em verificar se o proponente apresentou o ofício de encaminhamento e o Projeto Institucional, devidamente assinados pelo dirigente máximo;
II - compatibilidade da proposta orçamentária do Projeto Institucional com as normas desta Portaria; e
III - aderência da proposta pedagógica do Projeto Institucional ao Programa EJA Integrada, que consiste em:
a) consonância do Projeto Institucional com objetivos, princípios e diretrizes do Programa previstos nesta Portaria;
b) relevância do atendimento - número de vagas, abrangência do atendimento no âmbito do território, aderência aos arranjos produtivos locais e parcerias; e
c) desempenho das instituições nos últimos anos, em relação à oferta de EJA Integrada à Educação Profissional, considerando os critérios: experiência institucional na oferta da modalidade de EJA; eficiência acadêmica (taxa de evasão, taxa de retenção e taxa de conclusão), conforme dados do Educacenso e da Plataforma Nilo Peçanha - PNP; expertise no desenvolvimento de parcerias com setor produtivo; e aderência aos arranjos produtivos locais.
Art. 10. As iniciativas prioritárias desenvolvidas e financiadas no âmbito do Programa EJA Integrada - EPT deverão apresentar, em seus projetos, as seguintes ações:
I - articulação com as redes de educação municipal ou estadual, e parceiros, bem como uso dos arranjos produtivos locais para escolha e oferta dos cursos, sendo que, no ensino fundamental, os cursos a serem ofertados deverão ser realizados, obrigatoriamente, em parceria com as redes de educação municipal e no escopo dos arranjos produtivos locais, e, no ensino médio, os cursos a serem ofertados poderão ser realizados em parceria com a rede estadual de educação e deverão fazer parte do conjunto de arranjos produtivos do território;
II - mobilização e busca ativa dos estudantes, com desenvolvimento de estratégias para matricular o estudante na escola, tais como: visitas presenciais na comunidade; chamamento pelas redes sociais; uso de carro de som; estudo dos arranjos produtivos locais para identificar os cursos de maior interesse do público; realização de entrevistas; reuniões de sensibilização e apresentação dos cursos, entre outras ações;
III - oferta de cursos de EJA que estejam alinhados com o CNCT, que atendam às necessidades do público e dos arranjos produtivos locais, e que estejam em consonância com os itinerários formativos estabelecidos pelo CNCT;
IV - monitoramento da permanência dos estudantes nos cursos, com a adoção de estratégias que diminuam os índices de abandono, tais como: acolhimento dos estudantes, construção de projeto de vida, acompanhamento da turma e dos projetos de vida por um professor tutor, realização de eventos motivadores, acompanhamento das turmas por equipe multidisciplinar, entre outras;
V - formação continuada de docentes e demais profissionais da educação que contribuam com a oferta de cursos de EJA;
VI - produção de material pedagógico (impresso ou digital) que atenda às especificidades da oferta de EJA; no caso de material digital, deverá ser recurso educacional aberto, para que haja a possibilidade de difusão do conhecimento entre os institutos parceiros que implementam as iniciativas;
VII - avaliação da aprendizagem e reconhecimento de saberes, considerando a educação e aprendizagem ao longo da vida; para isso, poderão ser definidos currículos diferenciados, com itinerários formativos que atendam à singularidade do público de educação especial; populações indígenas e quilombolas; refugiados e migrantes; pessoas privadas de liberdade; pessoas em zonas de difícil acesso; população de rua; entre outras; e

VIII - pesquisa e inovação, visando contribuir para o aprimoramento da oferta de EJA Integrada à EPT, bem como das ações priorizadas por esta Portaria.

Art. 11. A seleção dos projetos ocorrerá até o limite de recursos disponíveis na dotação orçamentária do MEC para o Programa EJA Integrada - EPT.

CAPÍTULO IV

DO APOIO FINANCEIRO

Art. 12. O apoio financeiro se dará por meio de descentralização de créditos, formalizado com a celebração de termo de execução descentralizada, a partir de dotação orçamentária da SEB.

Parágrafo único. O número de projetos apoiados será definido observando os limites de recursos disponíveis na dotação orçamentária disposta no caput deste artigo.

Art. 13. O apoio financeiro será destinado a Projetos Institucionais que cumprirem os seguintes requisitos:

I - matrícula de, no mínimo, 300 (trezentos) estudantes em cursos da EJA Integrada - EPT, organizados em consonância com os itinerários formativos do CNCT; e

II - matrícula de, no mínimo, 100 (cem) vagas para profissionais da educação, entre professores e gestores que atuam com a EJA, e com duração de, no mínimo, 100 (cem) horas, quando se tratar de cursos de formação continuada.

Art. 14. Os recursos destinados ao Programa EJA Integrada - EPT podem ser utilizados nos seguintes tipos de despesas:

I - pagamento de profissionais contratados para atuarem no Programa, inclusive para mobilização e busca ativa do público, monitoramento da permanência, apoio à inclusão digital, elaboração de currículos e desenvolvimento de cursos em diferentes formatos;

II - pagamento de instituição formadora ou formador(es) para o desenvolvimento da formação continuada dos professores e/ou gestores, quando necessário;

III - material de custeio para a oferta direta do curso da EJA Integrada - EPT e da formação continuada de professores e dos demais profissionais da educação;

IV - aquisição de gêneros alimentícios, exclusivamente para fornecer lanche ou refeição aos estudantes matriculados no Programa EJA Integrada - EPT, até que o Ente Executor - EEx passe a receber os recursos procedentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

V - custeio de locação de espaços e equipamentos, e aquisição de material de consumo e pedagógico, para oferta dos cursos do Programa EJA articulada; e

VI - elaboração e/ou aquisição de recursos educacionais abertos para realização dos cursos, gravação de videoaulas, gamificação de conteúdo e demais atividades necessárias para a elaboração dos conteúdos de atividades não presenciais.

CAPÍTULO V

DO MONITORAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 15. O monitoramento das propostas aprovadas e apoiadas financeiramente no âmbito do Programa EJA Integrada - EPT ocorrerá por meio de informações que deverão constar em formulários específicos, cujos modelos serão disponibilizados pela SEB.

Parágrafo único. As instituições da RFEPCT deverão, após o preenchimento dos formulários, anexá-los ao SPO-TED para validação da SEB.

Art. 16. A SEB, em articulação com a Setec e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, poderá convocar reuniões técnicas com instituições da RFEPCT, para realização do monitoramento e alinhamento para melhor execução dos Projetos Institucionais.

Art. 17. As prestações de contas serão realizadas ao fim da vigência do Projeto Institucional, por meio do Simec no módulo SPO-TED.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 18. Compete ao MEC:

I - realizar a gestão nacional do Programa EJA Integrada - EPT;

II - estabelecer o calendário nacional de implementação;

III - divulgar o Programa EJA Integrada - EPT junto às instituições da RFEPCT;

IV - receber as propostas pedagógicas e orçamentárias das instituições;

V - realizar a avaliação da viabilidade pedagógica e orçamentária das propostas apresentadas, bem como de sua aplicação, mediante emissão de parecer conclusivo;

VI - analisar qualquer solicitação de alteração dos Projetos Institucionais;

VII - coordenar, orientar e acompanhar a implementação de Projetos Institucionais e seu desenvolvimento pelo Ente Executor - EEx, bem como avaliar a consecução das metas físicas;

VIII - coordenar, junto às instituições, o espaço virtual em que serão disponibilizados os materiais a serem produzidos no âmbito do Programa (projeto de cursos, projetos de cursos de formação, resultados da pesquisa, produtos da inovação); e

IX - articular, junto às instituições da RFEPCT, o apoio ao Programa.

Art. 19. Compete às instituições da RFEPCT:

I - apresentar projeto pedagógico e orçamentário, conforme modelo estabelecido pela chamada pública;

II - enviar a proposta e o ofício de encaminhamento à SEB, devidamente assinados pelo dirigente máximo da instituição;

III - formalizar, por meio de instrumento jurídico próprio, as parcerias com municípios, estados e instituições parceiras (públicas e/ou privadas) para a implementação dos projetos institucionais aprovados no âmbito do Programa EJA Integrada - EPT;

IV - para os cursos concomitantes na forma, realizar seu acompanhamento e evolução junto às escolas parceiras, a fim de verificar as ações pactuadas, bem como proceder aos ajustes que se fizerem necessários;

V - para os cursos concomitantes e/ou concomitantes na forma, reforçar o apoio às unidades escolares que sejam mais vulneráveis, por meio de projetos extensão e ações educativas que complementem a oferta do Programa EJA integrada - EPT;

VI - desenvolver as atividades previstas no Projeto Institucional e concluí-las no tempo previsto no Projeto Pedagógico;

VII - executar as ações do Programa EJA Integrada - EPT, comprometendo-se a divulgar a parceria com o MEC, por meio da utilização de logomarca e dos demais elementos que compõem a identidade visual do Programa, em todas suas etapas;

VIII - realizar a busca ativa de estudantes, ao longo de todo o projeto;

IX - efetivar e acompanhar a matrícula dos estudantes nos sistemas oficiais do MEC;

X - implementar estratégias para o enfrentamento do abandono, da retenção e da evasão escolar;

XI - emitir diplomas ou certificados aos estudantes que atenderem aos requisitos de conclusão do curso, ou qualquer outro documento comprobatório de sua participação nos cursos do Programa EJA Integrada - EPT;

XII - utilizar o cadastro dos estudantes declarados em situação de vulnerabilidade para traçar estratégias pedagógicas mais apropriadas para a aprendizagem, em cada caso;

XIII - definir e dar ciência aos estudantes, no ato de sua matrícula, sobre normas acadêmicas relacionadas à recuperação dos componentes curriculares perdidos, ao trancamento de matrícula, ao tempo máximo para a conclusão do curso, entre outras regras que se referirem às especificidades do Programa EJA integrada - EPT;

XIV - prestar todas as informações sobre os cursos, inclusive por meio dos sistemas eletrônicos do MEC, quando necessário;

XV - fazer emitir, em seu nome, e com a identificação do Programa, todos os recibos, faturas, notas fiscais e outros documentos comprobatórios das despesas efetuadas, inclusive as guias de recebimento e remessa de gêneros alimentícios;

XVI - responsabilizar-se por todos os litígios, inclusive os de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes da sua incumbência em relação à execução do Programa EJA Integrada - EPT;

XVII - prestar todo e qualquer esclarecimento sobre a execução física e financeira do Programa EJA Integrada - EPT, sempre que solicitado pela SEB, pela Setec, por órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pelo Ministério Público ou por órgão ou entidade com delegação para esse fim, e permitir a esses órgãos o acesso aos documentos relativos à implementação das ações e à execução físico-financeira;

XVIII - prestar contas dos recursos recebidos, observando os prazos estabelecidos;

XIX - manter todos os documentos comprobatórios das despesas arquivados e à disposição da SEB, da Setec, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público pelo prazo de cinco anos, contados a partir da data da aprovação da prestação de contas; e

XX - registrar as turmas e os estudantes participantes do Programa EJA Integrada - EPT no Censo da Educação Básica - Educacenso Inep, utilizando o código de etapa: "Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Médio" ou "Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Fundamental (EJA Integrada - EPT à Educação Profissional de Nível Fundamental)" ou "Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA Integrada - EPT à Educação Profissional de Nível Médio)", a depender da modalidade de integração.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Casos omissos, esclarecimentos, dúvidas e sugestões serão apreciados pela SEB, por meio do endereço eletrônico: gabinete-seb@mec.gov.br.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 963, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 53/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201814236;

Art. 2º Recredenciar o Centro Universitário Una para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, localizada à Rua dos Aimorés, nº 1.451, bairro Lourdes, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantido pela Brasil Educação S/A, com sede no mesmo endereço (CNPJ 05.648.257/0001-78).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 964, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 49/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201814241;

Art. 2º Recredenciar a Centro Universitário Inta (UNINTA) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, localizada à Rua Coronel Antônio Rodrigues Magalhães, nº 700, bairro Dom Expedito, no município de Sobral, no estado do Ceará, mantido pela Associação Igreja Adventista Missionária - AIAMIS, com sede na Rua Maria Tomazia, nº 402, Centro, no municío de Sobral, no estado do Ceará (CNPJ 03.365.403/0001-22).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 965, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 479/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201904052.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Soberana de Arapiraca, a ser instalada na Rua Professor Domingos Correia, nº 1.207, bairro Ouro Preto, no município de Arapiraca, no estado de Alagoas, mantida pela Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina Ltda. - EPP, com sede na Rua Coronel Antonio Honorato Viana, bairro Gercino Coelho, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco (CNPJ 19.265.047/0001-05).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 966, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 477/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201801346.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (FATEP) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Rio Claro, nº 290, bairro Areião, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Educacional de Piracicaba Ltda., com sede na Rua Silva Jardim, nº 1763, bairro Cidade Alta, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo (CNPJ 07.180.852/0001-57).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 967, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 790/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601610.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Tecnologia e Negócios Carlos Drummond de Andrade para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Penha de França, nº 35, bairro Penha, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional Soibra S/S Ltda., com sede na Avenida São Miguel, nº 4335, bairro Ermelino Matarazzo, no município de São Paulo, no estado de São Paulo (CNPJ 54.281.373/0001-07).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 968, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 480/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201904112.

Art. 2º Credenciar a Centro Universitário de Juazeiro do Norte (UNIJUAZEIRO) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua São Francisco, nº 1.224, bairro São Miguel, no município de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, mantido pelo CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., com sede na Avenida Epitácio Pessoa, nº 1213, Bairro dos Estados, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba (CNPJ 05.474.470/0001-00).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 969, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 518/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201806378.

Art. 2º Credenciar a Faculdade São Judas de Guarulhos, a ser instalada na Rua do Rosário, nº 476, bairro Vila Camargos, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, mantida pelo IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A, com sede na Rua Professor Mario Werneck, nº 1685, bairro Estoril, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. (CNPJ 08.446.503/0001-05).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 970, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 513/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201806629.

Art. 2º Credenciar a Escola Superior UNA de Conselheiro Lafaiete, a ser instalada na Avenida Professor Mário Rodrigues Pereira, nº 157, bairro Jardim América, no município de Conselheiro Lafaiete, no estado de Minas Gerais, mantida pela Brasil Educação S/A, com sede na Rua Aimores, nº 1451, Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais (CNPJ 05.648.257/0001-78).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 971, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e na Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 505/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201926919.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Vitória em Cristo (FVC) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida André Rocha, nº 890, bairro Taquara, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela Faculdade Vitória em Cristo - FVC, com sede na Rua Honorio Bicalho, nº 88, bairro Penha, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro (CNPJ 32.492.049/0001-03).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 973, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Presidente Kennedy, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e no art. 3º, § 1º, da Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Presidente Kennedy, relacionados no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º A estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo passa a ser composta pelos campi relacionados no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Para o repasse de cargos de direção e funções gratificadas para o funcionamento do campus, deverá ser observado o disposto na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

MILTON RIBEIRO

ANEXO I

UF	Instituto Federal	Unidade	Tipologia
ES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	**Campus** Presidente Kennedy	IF **Campus** - 40/26

ANEXO II

Unidades, Existência e Tipo de Unidade				
UF	**Sigla**	**Unidade**	**Existência**	**Tipologia**
ES	IFES	**Campus** Alegre	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/70 Agrícola
	IFES	**Campus** Aracruz	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Avançado Viana	Expansão 2013/2014	IF **Campus** Avançado 20/13
	IFES	**Campus** Barra de São Francisco	Expansão 2015/2016	IF **Campus** - 70/60 Agrícola
	IFES	**Campus** Cachoeiro de Itapemirim	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Cariacica	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Centro Serrano	Expansão 2015/2016	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Colatina	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/60
	IFES	**Campus** Guarapari	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Ibatiba	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Itapina	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/70 Agrícola
	IFES	**Campus** Linhares	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Montanha	Expansão 2013/2014	IF **Campus** - 70/60 Agrícola
	IFES	**Campus** Nova Venécia	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Piúma	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Presidente Kennedy	Expansão 2021/2022	IF **Campus** - 40/26
	IFES	**Campus** Santa Teresa	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/70 Agrícola
	IFES	**Campus** São Mateus	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Serra	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/60
	IFES	**Campus** Venda Nova do Imigrante	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Vila Velha	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFES	**Campus** Vitória	Pré-expansão	IF **Campus** - 350/200
	IFES	Polo de Inovação Vitória	IF Polo de Inovação	IF Polo de Inovação
	IFES	Reitoria do Instituto Federal do Espírito Santo	Reitoria/Direção	Reitoria de 17 a 24 **campi**

PORTARIA Nº 974, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; e nas Portarias Normativas n° 20 e n° 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 170/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200901929.

Art. 2º Recredenciar o Centro Universitário Vale do Rio Verde, por transformação da Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR, instalado na Avenida Castelo Branco, nº 82, bairro Chácara das Rosas, no Município de Três Corações, no Estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ nº 25.872.854/0001-99)

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Os campi fora de sede da Instituição não gozarão de autonomia, conforme dispõe o art. 32, § 2º do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

DESPACHO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Processo nº 23000.035410/2019-95

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, da Nota Técnica nº 83/2020/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, de 24 de novembro de 2020, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Parecer nº 01018/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, 19 de novembro de 2021, da Consultoria Jurídica, bem como do Despacho nº 1095/2021/DP4/GAB/SE/SE-MEC, de 23 de novembro de 2021, da Secretaria-Executiva, unidades administrativas deste Ministério, acolho as conclusões e homologo o Parecer CNE/CES nº 542/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que conheceu do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da SERES, expressa na Portaria nº 347, de 22 de outubro de 2020, que aplicou medidas cautelares em desfavor do Centro Universitário Estácio de Sergipe, com sede na Rua Teixeira de Freitas, nº 10, bairro Salgado Filho, no município de Aracaju, no estado de Sergipe, mantido pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, conforme consta do Processo nº 23000.035410/2019-95.

MILTON RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 811/DDP, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.062016/2019-87, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Tecnológico (CTC), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Informática e Estatística (INE), objeto do Edital nº 121/2019/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, seção 3, página 116.

Campo de Conhecimento: Metodologia e Técnicas da Computação
Regime de Trabalho: DE
Vagas: 01 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	RICARDO JOSÉ PFITSCHER	8,36
2º	ISMAEL SEIDEL	7,66

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

PAULA DEBIASI REYNAUD

PORTARIA Nº 817/DDP, 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.061997/2019-45, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Tecnológico (CTC), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Informática e Estatística (INE), objeto do Edital nº 121/2019/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, seção 3, página 116.

Campo de Conhecimento: Matemática/Probabilidade e Estatística/Ciência da Computação/Engenharias/Agronomia/Demografia/Genética/Estatística
Regime de Trabalho: DE
Vagas: 01 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	SIMONE SILMARA WERNER	9,02
2º	MARCOS ANDRÉ BRAZ VAZ	7,74
3º	PAULO CESAR OSSANI	7,48

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

PAULA DEBIASI REYNAUD

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 189, DE 24 NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a recriação do Núcleo de Gestão do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional - PROCAD-DEFESA, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 e Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º. Esta portaria dispõe sobre a recriação do Núcleo de Gestão do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional- PROCAD-DEFESA, a partir da data de sua publicação, e define sua supervisão, composição, regras de funcionamento e deliberação, bem como sua duração e objetivos.

Art. 2º. O Núcleo de Gestão será recriado na forma do Art. 3º do Decreto 9.759/2019, e passa a reger-se pelas disposições deste ato.

SUPERVISÃO

Art. 3º. A Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB responderá pela supervisão das atividades do Núcleo de Gestão, especialmente, no que concerne às normas estabelecidas neste ato e à consecução dos objetivos a ele atribuídos.

COMPOSIÇÃO

Art. 4º. O Núcleo de Gestão, tendo em vista o ato formal de designação previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2019, será composto pelos seguintes agentes públicos da administração pública federal:

I - Membros indicados pela CAPES:

a) Márcio Moura de Castro, que o coordenará;

b) Júlio César Piffero de Siqueira, que exercerá a função de coordenador substituto;

II - Membros indicados pelo Ministério da Defesa:

a) Ben-Hur de Albuquerque e Silva;

b) Carlos Cesar de Castro Deonísio;

§ 1º Em caso de substituição dos membros do Núcleo de Gestão, a indicação deverá ser realizada mediante ofício dirigido ao responsável pela Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB, podendo ser revista a qualquer tempo pelo Ministério da Defesa - MD ou pela CAPES.

OBJETIVOS

Art. 5º. São objetivos do Núcleo de Gestão:

I - Acompanhar a execução dos projetos, em articulação com os coordenadores, até sua conclusão;

II - Fornecer informações que subsidiem a CAPES na tomada de decisões técnicas e administrativas sobre a execução das ações do Programa, no âmbito interno;

II - Oferecer, sempre que necessário, apoio para a realização de atividades de acompanhamento da execução de projetos apoiados pelo programa, conforme competências estabelecidas no Edital nº 15/2019, Processo nº 23038.004236/2019-10.

DURAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 6º. O Núcleo de Gestão terá duração até o término da vigência dos projetos em execução, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 7º. Ao término do prazo de duração, o Núcleo de Gestão apresentará Relatório Final ao órgão/entidade supervisor(a), com os resultados do trabalho desempenhado. Aprovado o Relatório pelo órgão supervisor, deve-se lançar termo final de conclusão nos autos do respectivo processo.

REUNIÕES

Art. 8º. Os trabalhos poderão ser desenvolvidos mediante troca de estudos ou manifestações dos membros da Comissão, a juízo de seu Coordenador, com utilização preferencial de meios eletrônicos.

Art. 9º. As convocações para reuniões ordinárias do Núcleo de Gestão acontecerão com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo especificar data, local de realização e o horário de início e o horário limite de término da reunião, ou, extraordinariamente, quando solicitada por qualquer um de seus integrantes, mediante apresentação de justificativa ao Coordenador.

Art. 10. As reuniões serão de caráter presencial apenas para os membros em exercício ou domiciliados em Brasília, admitida a participação dos demais mediante videoconferência, vedando-se o custeio de deslocamentos pela CAPES.

Parágrafo Único. Somente os membros do Núcleo de Gestão indicados no Art. 5º desta portaria poderão participar das reuniões.

Art. 11. O quórum para realização da reunião é de 3 (três) membros.

APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 12. A Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB e as unidades organizacionais a ela subordinadas responderão pelo apoio administrativo às atividades do Núcleo de Gestão.

SUBGRUPOS

Art. 13. É vedada a criação de subgrupos.

VIGÊNCIA

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de Dezembro de 2021.

CLÁUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

PORTARIA Nº 198, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Estabelece mudanças de nomenclatura de Programas e Cursos da pós-graduação strictu senso.

A PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017 e o Art 11 da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação, de 11 de dezembro de 2017, e considerando o disposto no processo nº 23038.009433/2019-17, resolve:

Art. 1º Publicar mudança de nomenclatura dos programas e cursos da pós-graduação strictu senso abaixo listados de acordo com solicitações feitas pelas respectivas Instituições:

MUDANÇA DE NOMENCLATURA - PROGRAMAS						
ÁREA DE AVALIAÇÃO	**SIGLA IES**	**NOME DA IES**	**CÓDIGO PROGRAMA**	**NÍVEL**	**NOME ANTIGO PROGRAMA**	**NOVO NOME PROGRAMA**
BIODIVERSIDADE	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	25003011001P0	ME/DO	BOTÂNICA	BIODIVERSIDADE
BIODIVERSIDADE	UNESP-BOT	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTAUNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BOTUCATU)	33004064025P2	ME/DO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BOTÂNICA)	BIOLOGIA VEGETAL
BIODIVERSIDADE	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	32006012013P7	ME/DO	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE
BIODIVERSIDADE	UEMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	20002017009P0	ME	RECURSOS AQUÁTICOS E PESCA	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	30001013019P8	ME/DO	PRODUÇÃO VEGETAL	AGRONOMIA
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	UFT	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	16003012005P0	ME	AGROENERGIA	AGROENERGIA DIGITAL
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	30001013049P4	ME	BIOQUÍMICA E FARMACOLOGIA	BIOQUÍMICA
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	UNESP-SJRP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)	33004153070P3	ME/DO	ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
DIREITO	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	31003010158P7	DO	JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	DIREITOS, INSTITUIÇÕES E NEGÓCIOS
DIREITO	UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	12001015174P2	ME	UFAM	DIREITO
EDUCAÇÃO	UNIVAS	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ	32073011001P2	ME/DO	CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE
EDUCAÇÃO FÍSICA	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	33005010024P9	ME/DO	FONOAUDIOLOGIA	COMUNICAÇÃO HUMANA E SAÚDE
ENFERMAGEM	UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	42002010168P7	ME	CIÊNCIAS DA SAÚDE	SAÚDE E RURALIDADE

ENGENHARIAS I	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	40001016049P2	ME/DO	ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	ENGENHARIA CIVIL
ENGENHARIAS II	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	31005012013P8	ME/DO	ENGENHARIA MATERIAIS E DE PROCESSOS QUÍMICOS E METALÚRGICOS	ENGENHARIA QUÍMICA, DE MATERIAIS E PROCESSOS AMBIENTAIS
ENGENHARIAS II	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	31001017136P7	MP	ENGENHARIA DE PROCESSOS QUÍMICOS E BIOQUÍMICOS	TECNOLOGIA DE PROCESSOS SUSTENTÁVEIS
ENGENHARIAS III	UNESP/Guaratinguetá	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	33004080027P6	ME/DO	ENGENHARIA MECÂNICA	ENGENHARIA
INTERDISCIPLINAR	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	15001016164P5	ME	CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO	CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL
MEDICINA II	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	33009015015P1	ME/DO	MEDICINA (HEMATOLOGIA)	MEDICINA (HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA)
ODONTOLOGIA	UNITAU	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	33021015001P3	ME/DO	ODONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE
ODONTOLOGIA	UNESP-ARAÇ	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARAÇATUBA)	33004021074P1	ME/DO	ODONTOLOGIA PREVENTIVA E SOCIAL	SAÚDE COLETIVA EM ODONTOLOGIA
ODONTOLOGIA	UNESP-SJC	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS)	33004145070P8	ME/DO	ODONTOLOGIA RESTAURADORA	CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE BUCAL
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	UCSAL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	28003012002P4	ME/DO	PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE
PSICOLOGIA	UTP	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	40020010004P6	ME	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA FORENSE
PSICOLOGIA	UNIVALI	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	41005015013P6	MP	PSICOLOGIA DA SAÚDE, PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS	PSICOLOGIA
SAÚDE COLETIVA	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	23001011178P9	MP	SAÚDE COLETIVA	GESTÃO, TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE
SOCIOLOGIA	UNESP-ARAR	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARARAQUARA)	33004030017P7	ME/DO	CIÊNCIAS SOCIIAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	UEG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	52012018010P0	MP	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	PRODUÇÃO ANIMAL E FORRAGICULTURA
ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	UFRB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	28022017004P4	ME	CIÊNCIA ANIMAL	ZOOTECNIA

MUDANÇA DE NOMENCLATURA - CURSOS

ÁREA DE AVALIAÇÃO	**SIGLA IES**	**NOME DA IES**	**CÓDIGO CURSO**	**NÍVEL**	**NOME ANTIGO DO CURSO**	NOVO NOME CURSO
ARTES	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	31003010038M1	ME	CIÊNCIAS DA ARTE	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DAS ARTES
ARTES	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	31003010038D2	DO	CIÊNCIAS DA ARTE	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DAS ARTES
BIODIVERSIDADE	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	31003010039M8	ME	BIOLOGIA MARINHA	BIOLOGIA MARINHA E AMBIENTES COSTEIROS
BIODIVERSIDADE	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	31003010039D9	DO	BIOLOGIA MARINHA	BIOLOGIA MARINHA E AMBIENTES COSTEIROS
BIODIVERSIDADE	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	25003011001M0	ME	BOTÂNICA	Biodiversidade
BIODIVERSIDADE	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	25003011001D0	DO	BOTÂNICA	Biodiversidade
BIODIVERSIDADE	UNESP-BOT	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BOTUCATU)	33004064025M2	ME	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BOTÂNICA)	Biologia Vegetal
BIODIVERSIDADE	UNESP-BOT	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (BOTUCATU)	33004064025D3	DO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BOTÂNICA)	Biologia Vegetal
BIODIVERSIDADE	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	32006012013M7	ME	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE
BIODIVERSIDADE	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	32006012013D8	DO	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE
BIODIVERSIDADE	UEMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	20002017009M0	ME	RECURSOS AQUÁTICOS E PESCA	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	UNESP-SJRP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)	33004153073D3	DO	COMPUTAÇÃO APLICADA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	UESB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	28006011004M6	ME	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	UNESP-SJRP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)	33004153070M3	ME	ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS	ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
CIÊNCIA DE ALIMENTOS	UNESP-SJRP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)	33004153070D4	DO	ENGENHARIA E CIÊNCIAS DE ALIMENTOS	ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	30001013019M8	ME	PRODUÇÃO VEGETAL	AGRONOMIA
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	30001013019D9	DO	PRODUÇÃO VEGETAL	AGRONOMIA
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	UFT	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	16003012005M0	ME	AGROENERGIA	AGROENERGIA DIGITAL
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	30001013049M4	ME	BIOQUÍMICA E FARMACOLOGIA	BIOQUÍMICA
DIREITO	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	31003010158D8	DO	JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	DIREITOS, INSTITUIÇÕES E NEGÓCIOS
EDUCAÇÃO	UNIVAS	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ	32073011001M2	ME	CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE
EDUCAÇÃO	UNIVAS	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ	32073011001D3	DO	CIÊNCIAS DA LINGUAGEM	EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE
EDUCAÇÃO FÍSICA	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	33005010024M9	ME	FONOAUDIOLOGIA	COMUNICAÇÃO HUMANA E SAÚDE
EDUCAÇÃO FÍSICA	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	33005010024D0	DO	FONOAUDIOLOGIA	COMUNICAÇÃO HUMANA E SAÚDE

ENFERMAGEM						
ENFERMAGEM						
ENFERMAGEM						
ENGENHARIAS I						
ENGENHARIAS I						
ENGENHARIAS II						
ENGENHARIAS II						
ENGENHARIAS II						
ENGENHARIAS II						
ENGENHARIAS II						
ENGENHARIAS III						
ENGENHARIAS III						
ENGENHARIAS IV						
INTERDISCIPLINAR	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	15001016164M5	ME	CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO	CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL
MEDICINA II	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	33009015015M1	ME	MEDICINA (HEMATOLOGIA)	MEDICINA (HEMATOLOGIA, ONCOLOGIA)
MEDICINA II	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	33009015015D2	DO	MEDICINA (HEMATOLOGIA)	MEDICINA (HEMATOLOGIA, ONCOLOGIA)
ODONTOLOGIA	UNESP-ARAÇ	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARAÇATUBA)	33004021074M1	ME	ODONTOLOGIA PREVENTIVA E SOCIAL	SAÚDE COLETIVA EM ODONTOLOGIA
ODONTOLOGIA	UNESP-ARAÇ	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ARAÇATUBA)	33004021074D2	DO	ODONTOLOGIA PREVENTIVA E SOCIAL	SAÚDE COLETIVA EM ODONTOLOGIA
ODONTOLOGIA	UNESP-SJC	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS)	33004145070M8	ME	ODONTOLOGIA RESTAURADORA	CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE BUCAL
ODONTOLOGIA	UNESP-SJC	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS)	33004145070D9	DO	ODONTOLOGIA RESTAURADORA	CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE BUCAL
ODONTOLOGIA	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	23001011005D8	DO	PATOLOGIA ORAL	CIÊNCIAS ODONTOLÓGICAS
ODONTOLOGIA	UNITAU	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	33021015001M3	ME	ODONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE
ODONTOLOGIA	UNITAU	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	33021015001D4	DO	ODONTOLOGIA	CIÊNCIAS DA SAÚDE
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	UCSAL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	28003012002M4	ME	PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	UCSAL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	28003012002D5	DO	PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE
PSICOLOGIA	UTP	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	40020010004M6	ME	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA FORENSE
PSICOLOGIA	UNIVALI	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	41005015013F9	MP	PSICOLOGIA DA SAÚDE, PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS	PSICOLOGIA
QUÍMICA	UEPG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	40005011009M6	ME	QUÍMICA APLICADA	QUÍMICA
QUÍMICA	UEPG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	40005011009D7	DO	QUÍMICA APLICADA	QUÍMICA
SAÚDE COLETIVA	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	23001011178F1	MP	SAÚDE COLETIVA	GESTÃO, TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE
ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	UEG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	52012018010F3	MP	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	PRODUÇÃO ANIMAL E FORRAGICULTURA
ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS	UFRB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	28022017004M4	ME	CIÊNCIA ANIMAL	ZOOTECNIA

Legenda:

ME - Mestrado Acadêmico

DO - Doutorado Acadêmico

MP - Mestrado Profissional

DP - Doutorado Profissional

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLÁUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.976, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 031 de 01/12/2020, publicado no DOU em 02/12/2020, retificado em 31/12/2020, 15/01/2021, 19/01/2021 e 09/08/2021, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
FES	3120FES01	Teoria Econômica	Adjunto A, Nível 1	DE	AC	ALEXANDRE SCHWINDEN GARCIA	1º
					AC	YUNIER SARMIENTO RAMIREZ	2º
					AC	RAIMUNDO NONATO DE SOUZA MORAIS	3º
					AC	ROGÉRIO DA CRUZ GONÇALVES	4º

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.439, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das competências que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.028504/2020-14, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica a sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à Instituição Técnica Licenciada (ITL) CARDOSO & DE PAULA VISTORIA DE SEGURANÇA AUTOMOBILÍSTICA LTDA., CNPJ nº 11.333.060/0001-42, nos termos do inciso II do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016, em razão do cometimento das irregularidades previstas nos itens 5 e 36 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.442, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das competências que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.028601/2020-15, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica a sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à Instituição Técnica Licenciada (ITL) SERITRAN - SERVIÇO DE INSPEÇÃO EM TRANSPORTE LTDA, CNPJ nº 08.664.566/0001-20, nos termos do inciso II do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016, em razão do cometimento das irregularidades previstas nos itens 5 e 36 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.443, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das competências que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.028508/2020-01, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica a sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à Instituição Técnica Licenciada (ITL) INSTITUIÇÃO TÉCNICA VEICULAR ITV LTDA, CNPJ nº 14.021.368/0001-40, nos termos do inciso II do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016, em razão do cometimento das irregularidades previstas nos itens 5 e 36 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.447, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das competências que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 0000.028550/2020-13, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica a sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à Instituição Técnica Licenciada (ITL) CRIVE - CENTRO REGIONAL DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA., CNPJ nº 08.310.672/0001-05, nos termos do inciso II do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016, em razão do cometimento das irregularidades previstas nos itens 5 e 36 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.449, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das competências que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.028506/2020-11, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica a sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à Instituição Técnica Licenciada (ITL) CONRADO & RAMOS LTDA., CNPJ 12.621.613/0001-25, nos termos do inciso II do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016, em razão do cometimento das irregularidades previstas nos itens 5 e 36 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 632, de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 1.460, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 7º da Portaria nº 46, de 11 de março de 2021, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria n° 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro da Infraestrutura;

Considerando o constante dos autos do processo nº 50000.031840/2020-44, resolve:

Art. 1º. Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2021 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º. Revogar o Anexo XXI da Portaria nº 2.533, de 16 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de dezembro de 2020, edição nº 247, seção 1, páginas 174 e 175.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELLO DA COSTA VIEIRA

ANEXO

Unidade da Federação: Rio Grande do Sul

Processo nº 50000031840/2020-44

1ª ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2021
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Interligação de Municípios

A1- Pavimentação de Rodovias			
Rodovia		**Detalhamento do trecho**	**Custo (R$1,00)**
01	ERS-566	Alegrete - Maçambará	2.707.262,52
02	ERS-165	Cerro Largo - Rolador	663.911,32
03	ERS-425	Nova Bréscia - Coqueiro Baixo (Lote II)	378.641,40
04	ERS-706 ERS-486	Serviços remanescentes Pedro Osório - Entr BRS-293 CERRITO	208.069,80
05	ERS-305	Acesso Crisciumal	400.000,00
Subtotal A1			**4.357.885,04**
A2 - Programa de Conservação Rotineira de Rodovias Estaduais			
06	DIV	Rede Pavimentada e Não Pavimentada	23.994.849,96
Subtotal A2			**23.994.849,96**
Total do Programa A2			
A3 - Construção de Obras de Arte Especial			
Rodovia		**Detalhamento do trecho**	**Custo (R$1,00)**
15	ERS-426	Ponte Severiano de Almeida	117.920,00
Subtotal A3			**117.920,00**
Total do Programa A			**28.420.655,00**

B - Programa de Obras Aeroportuárias

	Serviço	**Custo (R$1,00)**
16	Aeroportos delegados (Passo Fundo, Rio Grande, Caxias do Sul,Erechim, Santa Vitória do Palmar, Carazinho, Torres, SantoÂngelo,Ijuí, Capão da Canoa e Vacaria)	1.800.000,00
Total do Programa B		**1.800.000,00**

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

PROGRAMAS		1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	Total
A.	Programa de Interligações dos Municípios	886.136,33	902.420,84	887.200,98	25.764.896,85	28.420.655,00
B.	Programa de Obras Aeroportuárias	161.300,11	55.672,48	88.768,00	1.494.259,41	1.800.000,00
Total		1.027.436,44	958.093,32	975.968,98	27.259.156,26	30.220.655,00

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 648, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o Programa de fomento à certificação de projetos de aviões de pequeno porte - iBR+.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, caput e incisos X e XLVI, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.031232/2020-04, deliberado e aprovado na 22ª Reunião Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, o programa "iBR+ Programa de fomento à certificação de projetos de aviões de pequeno porte".

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 345, de 4 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2014, Seção 1, página 3.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

ANEXO

PROGRAMA DE FOMENTO À CERTIFICAÇÃO DE PROJETOS DE AVIÕES DE PEQUENO PORTE - IBR+

PREFÁCIO

Durante sua história, a indústria aeronáutica brasileira teve diversas iniciativas na fabricação de aviões de pequeno porte, como a Companhia Aeronáutica Paulista, a Companhia Nacional de Navegação Aérea, a Fábrica do Galeão e a Sociedade Aeronáutica Neiva. Modelos como o Paulistinha CAP-4, o HL-1, o Muniz M-7, o Aerotec Uirapuru e os Neiva Universal, Regente, Carioca e Minuano, foram fabricados no país durante décadas. Essa tradição foi então interrompida junto com as últimas unidades da linha Piper/Neiva e da Aeromot nos anos 2000.

Desde então, o mercado brasileiro deixou de ser suprido com aeronaves fabricadas no Brasil, sendo que esse vácuo, ao longo da década de 2000, acabou sendo ocupado parcialmente pela indústria de aeronaves experimentais, montadas a partir de kits de construção amadora, que havia surgido após uma flexibilização do então Departamento de Aviação Civil em meados da década de 1990.

Essa indústria de aviação experimental passou por um processo de ajustes regulamentares a partir de 2008, com vistas a uma melhor regularização do setor. Esse processo, que trouxe também a implantação da categoria leve esportiva, continha uma etapa relacionada com aeronaves não leves esportivas, porém ainda consideradas de pequeno porte, onde se esperava que essa indústria conseguisse migrar para a aviação de tipo certificado. Entretanto, além dos custos, essa indústria encontrou uma grande barreira, que era a carência de profissionais no mercado com conhecimento em certificação de projetos de aeronaves, basicamente decorrente do alto nível de especialização necessário.

Paralelamente, em âmbito internacional, iniciou-se um movimento no sentido de buscar incremento no nível de segurança com a redução nos custos de certificação, pois percebeu-se que, dentre outros aspectos, a incorporação de sistemas de navegação mais modernos poderia minimizar o erro humano, principal fator contribuinte nos acidentes atualmente, mas isso tem sido uma tarefa difícil de executar em aeronaves certificadas em virtude de os requisitos terem se tornado tão complexos que inviabilizavam sua implementação em aeronaves mais simples e de menor porte.

Essa iniciativa internacional, que teve ampla contribuição da ANAC, foi liderada pela Federal Aviation Administration - FAA e pela European Aviation Safety Agency - EASA. Em 2016 um novo 14 CFR Part 23 foi emitido pela FAA, com efetividade para o final de agosto de 2017. Esse novo regulamento substituiu um texto prescritivo com uma nova abordagem, baseada em performance e direcionada ao risco. Aliado a isso, normas consensuais da indústria, emitidas pela ASTM International com a participação das maiores Autoridades de Aviação Civil (AAC) em certificação de produto aeronáutico, notadamente a FAA, EASA, ANAC e TCCA - Transport Canada tem sido emitidas no intuito de estabelecer meios de cumprimento aos novos requisitos. Tais ações internacionais tem o intuito maior de permitir a certificação de produtos de forma mais categorizada, com custos mais acessíveis aos produtos com menor risco, mantendo a segurança dos projetos inerente ao processo de Certificação de Tipo.

Aliado a todas estas ações, a ANAC lançou em 2014 o Programa iBR2020, uma iniciativa única entre as maiores AAC que objetivou amadurecer o conhecimento em certificação de projeto de aeronave e buscou tirar proveito de uma demanda nacional por aviões de pequeno porte, de um parque industrial já estruturado, da existência de uma iniciativa regulatória internacional, além de mecanismos governamentais de fomento à cadeia produtiva nacional. O Programa buscava dois grandes objetivos, permitir aos participantes o ganho em aprendizado com a execução de algumas tarefas da certificação de aeronaves e a posterior execução de um processo de Certificação de Tipo. Algumas organizações mantiveram-se até as fases finais do programa, entretanto nenhuma delas efetivamente iniciou o processo de certificação. Em função disto, a ANAC reformulou o programa com o intuito de fomentar a cadeia de desenvolvimento e certificação de produto e permitir maior participação da indústria no ramo de aeronaves certificadas. Vale ressaltar que este novo programa permite a participação de qualquer organização que busque a certificação de aeronave pela primeira vez com base no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 23.

1. OBJETIVO

1.1. O Programa de Fomento à Certificação de Projetos de Aeronaves de Pequeno Porte tem como objetivo desenvolver a capacidade da indústria aeronáutica nacional de desenvolver projetos de aeronaves de pequeno porte que tenham mais condições de terem sucesso quando submetidos a uma certificação de tipo.

1.2. O desenvolvimento desta capacidade consiste na aquisição de conhecimentos estratégicos, que auxiliarão no surgimento de projetos mais viáveis do ponto de vista de certificação, o que normalmente significa redução de custos decorrentes de retrabalhos como a correção do projeto, a repetição de um ensaio ou um melhor planejamento dos recursos.

1.3. Havendo vários participantes, espera-se que ocorra uma massificação qualitativa do conhecimento em projeto de aeronaves e o alargamento e diversificação da cadeia produtiva nacional, mantendo o foco na segurança de voo.

1.4. O programa é temporário e de cumprimento voluntário por empresas que pretendam certificar projetos de tipo de aeronaves. Como benefício, será compartilhado com as empresas participantes conhecimento técnico em certificação de produto aeronáutico, previsto na Seção 4 e permitida a comercialização de aeronaves experimentais em certificação, previstos na Seção 5.

1.5. É importante frisar que o custo associado à certificação de tipo de uma aeronave, incluindo os ensaios requeridos e a Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC correspondente, serão de responsabilidade da empresa participante e não haverá qualquer custeio por parte da ANAC.

1.6. Este programa não dá direito a nenhum certificado e não garante que o projeto da aeronave seja certificado ao final do programa.

2. REGRAS DE ENTRADA

2.1. O programa é destinado a pessoas jurídicas brasileiras elegíveis a obter seu primeiro certificado de tipo de aeronave conforme o RBAC 21. A maior parte das tarefas relacionadas à certificação do projeto e à fabricação da aeronave devem ser realizadas no Brasil pelo participante do programa.

2.2. O programa é destinado à certificação de projetos de tipo de aeronaves que satisfaçam a todas as seguintes características:

a) Avião monomotor a pistão ou com propulsão elétrica;

b) Nível de certificação conforme requisito 23.2005 (b)(1) ou (b)(2) do RBAC 23;

c) Nível de desempenho conforme requisito 23.2005 (c)(1) do RBAC 23; e

d) Cabine não pressurizada.

2.3. A partir da instauração do programa, os interessados terão um prazo de 1 ano para solicitarem a sua adesão ao programa. Uma vez participando do programa, os benefícios das seções 4 e 5 terão a duração de até 5 anos, ou até a obtenção do certificado de tipo, o que ocorrer primeiro.

2.4. O participante deve ter ao menos um profissional técnico capacitado em cada uma das áreas de desenvolvimento abaixo:

a) Propulsão

b) Sistemas mecânicos, elétricos e equipamentos

c) Estruturas

d) Aeronáutica

Nota: Recomenda-se que haja pessoas diferentes para cada uma das áreas para que o compartilhamento de conhecimento técnico da ANAC ocorra de forma efetiva.

3. ADESÃO

3.1. A adesão ao programa será considerada somente após a aceitação do requerimento para Certificação de Tipo pela ANAC.

3.2. Para adesão ao programa, o participante deverá realizar solicitação formal à ANAC indicando o cumprimento dos tópicos listados na Seção 2.

3.3. Compete à Superintendência de Aeronavegabilidade da ANAC administrar o programa, incluindo a adesão e a suspensão de participantes (se for o caso), as quais serão efetivadas por meio de Portaria do Superintendente de Aeronavegabilidade publicada no Diário Oficial da União.

4. COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO TÉCNICO EM CERTIFICAÇÃO DE PRODUTO AERONÁUTICO

4.1. Neste programa, a ANAC atuará junto aos requerentes de um certificado de tipo, de forma a fomentar troca de experiência técnica dos especialistas da ANAC para os participantes, sendo esperado que estes sejam empresas com menor estrutura e pouca experiência em certificação e, como historicamente percebido, enfrentam inúmeras dificuldades técnicas durante o processo de certificação.

4.2. A orientação prestada pela ANAC não será referente à solução de projeto da aeronave, limitando-se aos aspectos relacionados ao processo de certificação, tais como esclarecimento ou detalhamento de:

a) Requisitos: histórico, objetivos e interpretações.

b) Meios de cumprimento aceitos e seu conteúdo: materiais orientativos internos ou externos emitidos por outras autoridades de aviação civil sobre a demonstração de cumprimento com requisitos como realização de ensaios, qualificação, análises etc.

c) Plano de certificação: requisitos aplicáveis, meios de cumprimento associados e documentos técnicos de demonstração de cumprimento com requisitos.

d) Estratégia de certificação: Conjunto de decisões que impactam o uso de recursos e gerenciamento de risco do processo de certificação, tais como, uso de artigos aeronáuticos pré-aprovados, definição do escopo da certificação, números de protótipos a serem construídos etc.

e) cronograma, encadeamento de atividades, caminho crítico: sequência lógica de atividades durante a certificação de forma a mapear atividades relevantes com vistas a evitar retrabalhos e desperdícios.

f) falhas/problemas conhecidos pela ANAC na demonstração de cumprimentos de requisitos.

4.3. O compartilhamento de conhecimento não objetiva a formação de profissionais, sendo apenas um suporte e orientação durante o processo de certificação, não garantindo que o requerente obterá o certificado de tipo, o que dependerá dos resultados demonstrados à ANAC;

4.4. Caberá ao participante a responsabilidade pela demonstração do cumprimento com os requisitos e pelos riscos envolvidos durante o processo de certificação, incluindo aqueles relacionados a custos e prazos do processo de certificação e riscos à segurança.

4.5. Prioritariamente, partirá do participante a solicitação para esclarecimentos específicos sobre a demonstração de cumprimento de requisitos, mas a ANAC também pode identificar áreas de deficiência e sugerir que o participante solicite auxílio específico.

4.6. O compartilhamento de conhecimento será feito através de interações com o participante, por diversos meios, como reuniões, acompanhamento de ensaios, visita técnica à empresa, troca de e-mails ou telefonemas. Os registros destas informações serão passíveis de acesso por qualquer participante do programa, ressalvadas as previsões legais de proteção da informação.

4.7. É esperado que antes de realizar a solicitação à ANAC, o participante dispenda esforços para o estudo do assunto e levante as dúvidas específicas de forma a tornar as discussões técnicas produtivas.

4.8. A ANAC buscará atender os participantes no menor tempo hábil possível, a fim de efetivamente fomentar as empresas a atingir os objetivos deste programa. Há de se ter em conta, entretanto, que a ANAC tem que empregar seus recursos em diferentes atribuições e requerentes. Sendo assim, as interações entre a ANAC e o participante deverão ser agendadas previamente, em data e horário de comum acordo e com o escopo dos assuntos técnicos a serem tratados.

4.9. Caso a ANAC entenda que as dúvidas de um participante são recorrentes, que um assunto específico já foi exaustivamente discutido e que não se observa o progresso esperado deste participante, a ANAC se reserva o direito de encerrar as discussões sobre tal assunto.

4.10. O participante somente poderá usufruir deste benefício após a publicação da Portaria de adesão no DOU, conforme item 3.3 deste documento.

5. COMERCIALIZAÇÃO DE AERONAVES EXPERIMENTAIS EM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

5.1. Durante o período em que estiver adimplente ao programa, conforme estabelecido no item 2.3 e sujeito às regras descritas no Capítulo 6, o participante poderá comercializar aeronaves experimentais em processo de certificação. Essa permissão é válida se a aeronave em questão, por suas características, se enquadrar na definição contida no item 2.2 e cujo projeto esteja em certificação pela ANAC por meio do RBAC nº 21, desde que a base de certificação seja referenciada ao RBAC nº 23.

5.2. A aeronave a ser comercializada deve ter sido fabricada de acordo com o projeto em certificação na ANAC.

5.3. A aeronave receberá um Certificado de Autorização de Voo Experimental - CAVE com propósito específico para o programa.

5.4. O participante ficará obrigado, além de atender o estabelecido nas demais seções deste programa, para toda aeronave a ser entregue, a:

a) Fornecer o manual de operação da aeronave e

b) Submeter o comprador a treinamento teórico e prático da aeronave.

5.5. A ANAC poderá autorizar a comercialização de aeronaves experimentais se o fabricante:

a) tiver sido admitido no Programa iBR+; e

b) tiver demonstrado cumprimento com requisitos da base de certificação aplicável, que poderão ser selecionados pela ANAC com base nas normas consensuais para aeronaves leves esportivas, ou de outra forma definida pela ANAC.

5.6. Sempre que a ANAC determinar que uma condição insegura está estabelecida ou pode ser estabelecida, os CAVE das aeronaves produzidas até aquele momento serão passíveis de suspensão. O fabricante deverá propor a solução do problema e as ações a serem executadas. A suspensão do CAVE somente será revogada após alterações que corrijam a condição insegura ou potencial condição insegura e após a comprovação de que as ações tenham sido executadas adequadamente. Essas ações podem incluir, se necessário, alterações nas aeronaves já fabricadas.

5.7. Adicionalmente, nenhum novo CAVE será emitido até que a condição insegura tenha sido eliminada e as aeronaves já fabricadas tenham sido alteradas conforme a correção estabelecida. A correção descrita neste parágrafo e nos anteriores somente será considerada adequada quando eliminar, ou minimizar a um nível aceitável para a ANAC, a condição insegura ou potencialmente insegura.

5.8. Sempre que a ANAC perceber que uma limitação operacional deve ser aplicada à aeronave, em função do resultado da demonstração do cumprimento com os requisitos ou outra condição (evento em serviço, dentre outros), o fabricante deverá revisar os manuais da aeronave e informar imediatamente ao(s) comprador(es).

5.9. No intuito de reduzir a assimetria de informação existente no mercado, previamente à conclusão do acordo comercial, o participante deverá obter do comprador da aeronave uma declaração de que está ciente sobre as possibilidades previstas nos parágrafos anteriores.

5.10. O participante deverá manter um sistema de controle da propriedade das aeronaves comercializadas, para o caso de revenda pelo comprador, para garantir que as informações descritas nos parágrafos anteriores possam ser aplicadas. Além disso, sempre que a ANAC determinar a suspensão do CAVE, conforme descrito no parágrafo 5.7, o comprador deve ser comunicado imediatamente pelo participante.

5.11. O participante deverá estabelecer um sistema de coleta de informações de falhas, mau funcionamento e defeitos junto aos compradores para garantir que todos os eventos indicados na seção 21.3(c) do RBAC nº 21 sejam reportados ao participante. Além disso, o participante deve cumprir integralmente com a seção 21.3 do RBAC nº 21 para o projeto das aeronaves comercializadas no contexto do programa, mesmo que um Certificado de Tipo não tenha ainda sido emitido.

5.12. Após a obtenção do Certificado de Tipo, as aeronaves produzidas durante o programa poderão ser elegíveis à obtenção de um Certificado de Aeronavegabilidade Padrão somente se o detentor do projeto de tipo puder demonstrar e declarar que a aeronave está conforme o projeto de tipo, incluindo os requisitos previstos na seção 21.183 do RBAC 21 ou qualquer outra comprovação que a ANAC julgar necessária.

6. REGRAS DE SUSPENSÃO

6.1. Participantes que descumprirem com o estabelecido neste programa serão suspensos e, durante a vigência da suspensão, não poderão fazer uso do previsto na Seção 4 e 5, ressalvada a hipótese prevista no item 6.3. Isto não significa que o processo de certificação de tipo será suspenso, pois é independente deste programa.

6.2. O desligamento do programa pode ser solicitado pelo participante a qualquer momento.

6.3. Em caso de suspensão ou desligamento, o participante poderá fazer uso do previsto na Seção 5 apenas para as aeronaves em que já tenham sido realizadas, no mínimo, 50% das tarefas de fabricação até a data em que ocorreu a suspensão ou desligamento do programa.

a) O participante deverá enviar à ANAC as seguintes informações:

i. identificação do número de série de cada aeronave;

ii. percentual de tarefas de fabricação realizado para cada número de série;

iii. detalhamento das tarefas que serão realizadas para concluir a fabricação de cada número de série; e

iv. fotografia detalhada da aeronave que permita a verificação dos itens anteriores.

b) Caso necessário, a ANAC poderá solicitar mais informações ou realizar verificações in loco.

6.4. Por se tratar de um programa voluntário e de incentivo à certificação de tipo, participantes que não demonstrarem a devida dedicação ao programa ou que se desviarem dos propósitos deste programa serão passíveis de suspensão, a critério da ANAC. Isto se aplica também para os casos em que ANAC julgar que o participante não está avançando no processo de certificação.

RESOLUÇÃO Nº 649, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova Emenda nº 02 ao RBAC-E nº 94.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no arts. 5º e 8º, incisos X, XVI, XVII, XVIII e XLVI, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.033065/2020-28, deliberado e aprovado na 22ª Reunião Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial - RBAC-E nº 94, intitulado "Requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil", consistente nas seguintes alterações:

"E94.301 .....

(a) As RPA Classe 1 devem ser registradas atendendo ao disposto na Resolução n° 293, de 9 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Registro Aeronáutico Brasileiro. Essas aeronaves fazem jus a um Certificado de Marca Experimental ou a um Certificado de Matrícula, conforme aplicável.

(b) Exceto como previsto nos parágrafos (a) e (d) desta seção, toda aeronave não tripulada deve ser cadastrada junto à ANAC e vinculado a uma pessoa (física ou jurídica, com CPF ou CNPJ no Brasil), que será a responsável legal pela aeronave.

(c) Reservado

....." (NR)

"E94.303 .....

(a) Somente é permitido operar uma RPA Classe 1 ou 2 se:

(1) a RPA atender ao disposto nos parágrafos e seções 45.11(a)(1) e (a)(2); 45.12-I(b), (d) e (e); 45.13; 45.15 (se aplicável); 45.16 (se aplicável) do RBAC 45, conforme aplicável;

.....

(3) Reservado

(4) No caso de RPA Classe 1, adicionalmente ao requerido no parágrafo (a)(1) desta seção, atender ao disposto nos parágrafos e seções 45.21; 45.22; 45.23-I; 45.25; 45.27(a)-I e (b)-I; 45.29-I (sempre que praticável); 45.30-I; 45.31; e 45.33 do RBAC 45, conforme aplicável.

(b) Exceto como previsto no parágrafo (d)(1) desta seção, ninguém pode remover, trocar ou colocar as informações requeridas pelo parágrafo 45.13(a) do RBAC 45 em qualquer RPA sem a aprovação da ANAC.

.....

(d) .....

(1) remover, trocar ou colocar os dados de identificação requeridos pelo parágrafo 45.13(a) do RBAC 45 em qualquer RPA; ou

.....

(e) Ninguém pode instalar uma placa de identificação removida segundo o parágrafo (d)(2) desta seção em qualquer RPA que não seja naquela da qual a placa foi removida.

.....

(h) Toda aeronave não tripulada cadastrada junto à ANAC conforme o parágrafo E94.301(b) deve ser identificada com o seu número de cadastro.

(1) A identificação deve ser mantida em uma condição legível para uma inspeção visual próxima e estar localizada:

(i) no lado externo da fuselagem da aeronave; ou

(ii) em um compartimento interno da aeronave que possa ser facilmente acessado sem necessidade de uso de qualquer ferramenta." (NR)

"E94.701 .....

(a) .....

.....

(3) .....

.....

(ii) certificado de marca experimental, certificado de matrícula ou comprovação de cadastro emitido junto à ANAC, conforme aplicável e sua identificação na aeronave;

.....

(4) .....

.....

(iii) certificado de marca experimental, certificado de matrícula ou comprovação de cadastro emitido junto à ANAC, conforme aplicável e sua identificação na aeronave;

.....

(5) .....

.....

(iv) certificado de marca experimental, certificado de matrícula ou comprovação de cadastro emitido junto à ANAC, conforme aplicável e sua identificação na aeronave;

....." (NR)

Parágrafo único. A Emenda de que trata esta Resolução encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os registros e certificados emitidos continuam válidos até que sejam cancelados pela ANAC, sendo facultado a seus detentores requerer a substituição destes, desde que atendidos os requisitos aplicáveis do RBAC-E nº 94.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 651, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.004182/2019-41, deliberado e aprovado na 22ª Reunião Deliberativa, realizada em 30 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2015, Seção 1, página 5que aprova a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139 e altera a Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 3º Operações de aeronaves críticas ou frequências semanais diversas das estabelecidas com base nos critérios previstos nesta Resolução poderão ser conduzidas por meio de processo de gerenciamento de risco da segurança operacional, sob responsabilidade do operador de aeródromo em conjunto com os operadores aéreos, sem a necessidade de envio prévio à ANAC.

§ 4º Operadores de aeródromos que não tenham aplicação de medida cautelar vigente podem seguir os procedimentos previstos no § 3º deste artigo para definir aeronave crítica e frequência." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 6.405, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2021

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO - SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, e considerando o que consta do processo nº 00058.051778/2020-73, resolve:

Art. 1º Certificar a Lighthouse SMS Consultoria e Treinamento EIRELI, registrada na ANAC sob o número 10, com sede administrativa situada na Rua do Pontal s/n -Barra de Macaé - 27973-000 - Macaé RJ, como Organização de Ensino Especializada na Capacitação de Recursos Humanos para o SESCINC - OE-SESCINC Tipo 2, com instalações para treinamento prático Nível 2, outorgando o Certificado OE-SESCINC, estando apta a ministrar, em consonância com os itens 5.1.11, 5.1.13 e 5..1.15 do Apêndice ao Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, os seguintes cursos:

I - Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 1 (CBA-1);

II - Curso de Habilitação de Bombeiro de Aeródromo 2 (CBA-2);

III - Curso de Atualização para Bombeiro de Aeródromo (CBA-AT); e

IV - Curso de Especialização de Bombeiro de Aeródromo Motorista/Operador de CCI (CBA-MC).

Parágrafo único. A presente certificação permite que a organização certificada ministre os cursos acima enumerados, nos seguintes endereços:

I - sede: Rua do Pontal s/n -Barra de Macaé - 27973-000 - Macaé - RJ;

II - instalações para treinamento prático: Estrada Ana Nery 4700 - 27948-076, Virgem Santa - Macaé - RJ.

Art. 2º O início da primeira edição dos cursos acima citados está vinculado ao recebimento de autorização prévia da ANAC, conforme disposto no item 5.1.4 do Apêndice ao Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REJANE DE SOUZA FONTES BUSSON

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 290, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007523/2021-11 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Revisar de oficio o posicionamento do DESPACHO 00544/2021/GAB/PFANTAO/PGF/AGU, de forma a informar do ingresso da Agência na ação em grau recursal, na qualidade de assistente simples.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 309, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021070/2021-28 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 544-ANTAQ, de 31 de julho de 2009, de titularidade da EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTANA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.923.854/0001-61, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 10º Termo Aditivo, em virtude de inclusão de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: https://www.gov.br/antaq.

Art. 3º Extinguir o 9º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 544-ANTAQ e revogar a Deliberação-DG nº 175-ANTAQ, ambos de 26 de julho de 2021.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 310, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021653/2021-59 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 525-ANTAQ, de 2 de junho de 2009, de titularidade da empresa CBO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 08.795.463/0001-07, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude da alteração da razão social e natureza jurídica da autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: https://www.gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 311, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021224/2021-81 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 748-ANTAQ, de 18 de maio de 2011, de titularidade da empresa NAVEGAÇÃO LEÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.831.903/0001-34, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de alteração do esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: https://www.gov.br/antaq.

Art. 3º Extinguir o 2º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 748-ANTAQ e revogar a Resolução nº 6.425-ANTAQ, ambos de 11 de outubro de 2018.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 312, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021025/2021-73 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 566-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, de titularidade da empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.767/0001-85, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de alteração do esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: https://www.gov.br/antaq.

Art. 3º Extinguir o 2º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 566-ANTAQ e revogar a Resolução nº 7.538-ANTAQ, ambos de 1 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 314, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021530/2021-18 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA, CNPJ nº 03.863.340/0001-34, de que trata o Termo de Autorização nº 77-ANTAQ, de 8 de dezembro de 2003, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 315, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020923/2021-12 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do empresário individual R M O BRITO - ME, CNPJ nº 34.884.387/0001-08, de que trata o Termo de Autorização nº 779-ANTAQ e a Resolução nº 2.172-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ACÓRDÃO Nº 691-ANTAQ, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo: 50300.015390/2020-68
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Consolidação normativa. Aprovação da revisão e consolidação da Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 512ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 8 e 10/11/2021, ante as razões expostas pelo Relator, em aprovar a revisão e consolidação da Resolução Normativa-ANTAQ nº 32/2019, que estabelece a estrutura tarifária padronizada das administrações portuárias e os procedimentos para reajuste e revisão de tarifas, nos termos da Resolução-MINUTA SRG (SEI nº 1390137).Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 200, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.105624/2021-92, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa GOIAS GERADORA DE ENERGIA RENOVAVEL S.A., do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia aérea da via férrea no km 131 + 355 m do trecho Roncador Novo - Brasília, visando à implantação de linha de transmissão de energia elétrica com tensão de 34,5 kV, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Luziânia/GO.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA

PORTARIA Nº 201, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.106262/2021-57, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa MRV LXXXV Incorporações LTDA, do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia subterrânea da via férrea no quilômetro 251 + 887,95 m do trecho Jundiaí - Colômbia, visando à implantação de travessia subterrânea de rede coletora de esgoto, com impacto na malha concedida à Rumo Malha Paulista S.A. - RMP, no município de Araraquara/SP.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA

PORTARIA Nº 203, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.106630/2021-67, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia aérea da via férrea no quilômetro 416 + 023 m da linha Porto Velho - Itabira, visando à implantação de rede de distribuição trifásica de energia elétrica, com impacto na Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, concedida à Vale S.A., no município de Ipaba/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA

PORTARIA Nº 204, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.106249/2021-06, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia subterrânea da via férrea no quilômetro 121 + 268 m da linha Ramal Cajati, visando à implantação de rede de esgoto, com impacto na malha concedida à Rumo Malha Paulista S.A. - RMP, no município de Praia Grande/SP.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA

PORTARIA Nº 205, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.107811/2021-19 resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à travessia aérea da via férrea no quilômetro 387 + 096 m da linha Angra dos Reis - Eng. Bhering, visando à implantação de linha de transmissão de energia elétrica com tensão de 13,8 kV, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Lavras/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AUGUSTO FORMIGA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA DE Nº 6.824, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 72/2021/DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 47ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 26/11/2021, e tendo em vista o constante no processo nº 50622.000219/2021-01, resolve:

Art. 1º ESTABELECER que a partir do segmento SNV319BRO0225, a Rodovia BR-319 será gerida pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia, mesmo que determinados segmentos ao sul estejam inseridos geograficamente no Estado do Amazonas.

Art. 2º Os trechos da BR-319 que serão geridos pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia, estão elencados no Anexo I.

Art. 3º Nos trechos contidos no Anexo I, a Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia assumirá todas as competências atribuídas às Superintendências Regionais elencadas no Regimento Interno do DNIT.

Art. 4º Os contratos vigentes nos trechos contidos no Anexo I, que são de gestão da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas, deverão ser gradativamente transferidos à Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia.

Art. 5º A Unidade Local de Porto Velho será responsável pela fiscalização dos trechos contidos no Anexo I.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor em 3 de janeiro de 2022.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

ANEXO I

TRECHOS DA BR-319 A PARTIR DO SNV 319BRO0225 QUE FICARÃO SOB A GESTÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE RONDÔNIA

UF	Tipo de trecho	Código	Local de Início	Local de Fim	km inicial	km final	Extensão	Superfície Federal	Gestão
AM	Eixo Principal	319BAM0235	DIV RO/AM	IGARAPÉ SÃO BERNARDO	741	753	12	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
AM	Eixo Principal	319BAM0240	IGARAPÉ SÃO BERNARDO	IGARAPÉ IÇUÃ	753	769	16	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
AM	Eixo Principal	319BAM0250	IGARAPÉ IÇUÃ	IGARAPÉ CASTANHALZINHO	769	771,4	2,4	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia

AM	Eixo Principal	319BAM0260	IGARAPÉ CASTANHALZINHO	IGARAPÉ PRETO	771,4	774,4	3	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
AM	Eixo Principal	319BAM0265	IGARAPÉ PRETO	DIV AM/RO	774,4	791,6	17,2	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
AM	Eixo Principal	319BAM0275	DIV RO/AM	IGARAPÉ GALO	791,6	796,4	4,8	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
AM	Eixo Principal	319BAM0280	IGARAPÉ GALO	IGARAPÉ BEM-TE-VI	796,4	810,4	14	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
AM	Eixo Principal	319BAM0290	IGARAPÉ BEM-TE-VI	DIV AM/RO	810,4	821	10,6	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0225	DIV AM/RO	IGARAPÉ DO ÍNDIO	0	30,3	30,3	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0230	IGARAPÉ DO ÍNDIO	DIV RO/AM	30,3	36,9	6,6	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0270	DIV AM/RO	DIV RO/AM	36,9	39,4	2,5	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0310	DIV AM/RO	INÍCIO PONTE SOBRE O RIO MADEIRA	39,4	56,7	17,3	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0330	INÍCIO PONTE SOBRE O RIO MADEIRA	FIM PONTE SOBRE O RIO MADEIRA	56,7	57,7	1	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0335	FIM PONTE SOBRE O RIO MADEIRA	INICIO PISTA DUPLA (PORTO GRANELEIRO)	57,7	58,4	0,7	PAV	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0340	INICIO PISTA DUPLA (PORTO GRANELEIRO)	PORTO VELHO (ENTR. AV. LAURO SODRE)	58,4	59,9	1,5	DUP	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0345	PORTO VELHO (ENTR. AV. LAURO SODRE)	PORTO VELHO (ENTR. AV. JORGE TEIXEIRA)	59,9	61,3	1,4	DUP	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Eixo Principal	319BRO0350	PORTO VELHO (ENTR. AV. JORGE TEIXEIRA)	ENTR BR-364 (PORTO VELHO (TREVO DO ROQUE)	61,3	64,9	3,6	DUP	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia
RO	Contorno	319CRO1005	ENTR BR-319 (FIM TRAV RIO MADEIRA)	ENTR BR-364 (PRÓX P RODV FEDERAL - CONT NORTE P VELHO)	0	32,9	32,9	PLA	Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia

PORTARIA Nº 6.827, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173 do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, o constante do Relato nº 43/2021/DAQ/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 47ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 26/11/2021, e tendo em vista os autos do processo nº 50601.002239/2021-56, resolve:

Art. 1º SUSPENDER os efeitos da Portaria/DG nº 4765, de 25 de agosto de 2021, no âmbito do Contrato nº 0621/2021, referente ao Lote A do pregão Eletrônico 0495/2020-01, cujo objeto é a contratação de empresa(s) para a supervisão dos serviços de operação, manutenção e regularização das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) nos Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima, Lotes A e B.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

PORTARIA Nº 6.828, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173 do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.020346/2021-76, e

Considerando o o Decreto 10.139, de 28/11/2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22/07/2020, que determinou a revisão dos atos normativos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, além de autarquias e fundações;

Considerando o inciso II, do art. 1º da Portaria nº 4667, de 31/07/2020, publicada no Diário Oficial da União em 10/08/2020;

Considerando a aprovação do Relato nº 149/2021/DPP/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 46ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 23/11/2021; resolve:

Art. 1º REVOGAR 8 (oito) normativos constantes no Anexo I, da presente Portaria, como parte do processo de revisão e consolidação dos atos normativos deste Departamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

ANEXO I

LISTAGEM DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO REVOGADOS

Ano	Normativo
2011	Instrução de Serviço nº 07/DG, de 20/04/2011
2015	Memorando-Circular 55/CGCIT/DIREX, de 13/03/2015
2016	Nota Técnica 24/2016/CGDR/DPP
2016	Nota Técnica 3/2016/CGDR/DPP
2017	Instrução de Serviço nº 8/COLEG, de 20/07/2017
2018	Instrução de Serviço nº 20, de 21/12/2018
2018	Memorando - Circular 4196/CRIAM/CGMAB/DPP, de 06/12/2018
2018	Memorando-Circular 3894/CGCIT, de 29/11/2018

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

PORTARIA Nº 6.720, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 101, incisos I, XII, XIII e o art. 113, inciso XII do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 39, de 17 de novembro de 2020 do Conselho de Administração do DNIT e,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 50610.001240/2014-25 e a aprovação da Diretoria Colegiada do DNIT na reunião do dia 23 de novembro de 2021, constante da Ata nº 46/2021; resolve:

Art. 1º - INCLUIR na divisão em trechos do Sistema Nacional de Viação - SNV o segmento acessório do tipo CONTORNO ao município de Erechim/RS, como parte integrante da BR-480/RS, conforme abaixo descrito:

CÓDIGO: 480CRS1005
LOCAL DE INÍCIO: ENTR BR-480 (ACESSO OESTE P/ERECHIM)
LOCAL DE FIM: ENTR BR-153 (ACESSO SUL P/ERECHIM)
KM INICIAL: 0,0
KM FINAL: 8,9
EXTENSÃO: 8,9 km
SUPERFÍCIE: PLA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga as Resoluções nº 2, de 27 de março de 2001; nº 4, de 4 de maio de 2004; e nº 4, de 9 de maio de 2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que "dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto";

CONSIDERANDO que tramitam no âmbito do Ministério da Justiça e da Segurança Pública os Processos nº 8004.000208/2020-52 e nº 08016003819/2020-13, no sentido de que cada unidade do MJSP efetue a triagem e a análise das portarias, resoluções, instruções normativas, e outros atos de conteúdo normativo, a fim de verificar a possibilidade de sua revogação ou a necessidade de revisão/consolidação;

CONSIDERANDO a Portaria CNPCP/MJSP nº 19, de 1º de julho de 2021, que criou a Comissão Permanente do Sistema Prisional e Fundo Penitenciário Nacional, destinada, dentre outras atribuições que a Presidência lhe assinalar, as previstas nas Portarias nº 7, de 4 de maio de 2017, e nº 8, de 2 de junho de 2020, que foram revogadas;

CONSIDERANDO que diversas resoluções do CNPCP estão exauridas ou tratam de assuntos que já foram objeto de regulamentação posterior, seja por lei, por decreto ou por resolução posterior, ou mesmo pelo regimento interno do Conselho ou por atos normativos de outros órgãos da administração pública com atribuição para a mesma matéria;

CONSIDERANDO ainda a relevância da matéria atinente ao repasse dos recursos do FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional; e

CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reunido na data de hoje, resolve:

Art. 1º. Ficam revogadas as Resoluções nº 2, de 27 de março de 2001; nº 4, de 4 de maio de 2004; e nº 4, de 9 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Parágrafo único. A revogação se dá por contrariarem normas posteriores, do mesmo nível ou de nível superior.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON SALLES DAMAZIO
Relator

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga a Resolução nº 5, de 11 de dezembro de 2007.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que "dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto";

CONSIDERANDO a diretiva, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para que cada unidade do MJSP efetue a triagem e a análise das portarias, resoluções, instruções normativas, e outros atos de conteúdo normativo, a fim de verificar a possibilidade de sua revogação ou a necessidade de revisão/consolidação;

CONSIDERANDO o trabalho realizado pela Comissão de Sistema Prisional e Alternativas Penais, para a revisão de normas pertinentes; e

CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reunido na data de hoje, resolve:

Art. 1º. Fica revogada a Resolução nª 5, de 11 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALISE MONTEIRO SANCHOTENE
Relatora

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga as Resoluções nº 1, de 18 de março de 1997; nº 4, de 1º de agosto de 1997; e nº 2, de 31 de maio de 2000.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que "dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto";

CONSIDERANDO que tramitam, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), os Processos nº 8004.000208/2020-52 e nº 08016003819/2020-13, no sentido de que cada unidade do MJSP efetue a triagem e a análise das portarias, resoluções, instruções normativas, e outros atos de conteúdo normativo, a fim de verificar a possibilidade de sua revogação ou a necessidade de revisão/consolidação;

CONSIDERANDO que diversas resoluções do CNPCP estão exauridas ou tratam de assuntos que já foram objeto de regulamentação posterior, seja por lei, por decreto ou por resolução posterior, ou mesmo pelo regimento interno do Conselho ou por atos normativos de outros órgãos da administração pública com atribuição para a mesma matéria;

CONSIDERANDO a relevância da matéria atinente à destinação dos recursos do FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional; e

CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reunido na data de hoje, resolve:

Art. 1º. Ficam revogadas as Resoluções nº 1, de 18 de março de 1997; nº 4, de 1º de agosto de 1997; e nº 2, de 31 de maio de 2000, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Parágrafo único. A revogação das resoluções se dá por contrariarem normas posteriores, do mesmo nível ou de nível superior, e por exaurimento de seu objeto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILMAR BORTOLOTTO
Relator

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga as Resoluções nº 3, de 25 de abril de 1995; nº 1, de 7 de abril de 1998; e nº 5, de 9 de maio de 2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que "dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto";

CONSIDERANDO que tramitam, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), os Processos nº 8004.000208/2020-52 e nº 08016003819/2020-13, no sentido de que cada unidade do MJSP efetue a triagem e a análise das portarias, resoluções, instruções normativas, e outros atos de conteúdo normativo, a fim de verificar a possibilidade de sua revogação ou a necessidade de revisão/consolidação;

CONSIDERANDO que diversas resoluções do CNPCP estão exauridas ou tratam de assuntos que já foram objeto de regulamentação posterior, seja por lei, por decreto ou por resolução posterior, ou mesmo pelo regimento interno do Conselho ou por atos normativos de outros órgãos da administração pública com atribuição para a mesma matéria;

CONSIDERANDO a relevância da matéria atinente à destinação dos recursos do FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional; e

CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reunido na data de hoje, resolve:

Art. 1º. Ficam revogadas as Resoluções nº 3, de 25 de abril de 1995; nº 1, de 7 de abril de 1998; e nº 5, de 9 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Parágrafo único. A revogação das resoluções se dá por contrariarem normas posteriores, do mesmo nível ou de nível superior, e por exaurimento de seu objeto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VANESSA LUZ
Relatora

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga as Resoluções nº 3, de 5 de agosto de 1996; nº 5 e nº 6, ambas de 14 de junho de 1994.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que "dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto";

CONSIDERANDO que tramitam, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), os Processos nº 8004.000208/2020-52 e nº 08016003819/2020-13, no sentido de que cada unidade do MJSP efetue a triagem e a análise das portarias, resoluções, instruções normativas, e outros atos de conteúdo normativo, a fim de verificar a possibilidade de sua revogação ou a necessidade de revisão/consolidação;

CONSIDERANDO que diversas resoluções do CNPCP estão exauridas ou tratam de assuntos que já foram objeto de regulamentação posterior, seja por lei, por decreto ou por resolução posterior, ou mesmo pelo regimento interno do Conselho ou por atos normativos de outros órgãos da administração pública com atribuição para a mesma matéria;

CONSIDERANDO a relevância da matéria atinente à destinação dos recursos do FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional; e

CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reunido na data de hoje, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as Resoluções nº 3, de 5 de agosto de 1996; nº 5 e nº 6, ambas de 14 de junho de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Parágrafo único. A revogação das resoluções se dá por contrariarem normas posteriores, do mesmo nível ou de nível superior.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ULYSSES DE OLIVEIRA GONÇALVES JUNIOR
Relator

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera a Resolução nº 7, de 13 de dezembro de 2018, e revoga a Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2013..

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, reunido na data de hoje, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 7, de 13 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

"Art. 3º-A É permitida a utilização de instrumentos de registro audiovisual e fotográfico, excetuados os aparelhos relacionados no art. 349-A do Código Penal, por parte das pessoas previstas no art. 1º desta Resolução, com a finalidade de instruir relatórios de inspeção, fiscalização e visita a estabelecimentos penais.

§ 1º O registro audiovisual e fotográfico deve ser realizado de modo a não expor ambientes e equipamentos imprescindíveis à segurança do estabelecimento penal, assim considerados por ato escrito e motivado da autoridade administrativa.

§ 2º Os instrumentos de que trata o caput também podem ser utilizados em pesquisa previamente autorizada, conduzida por pesquisadores e membros de grupos de estudo e extensão de universidades e centros de pesquisa cujo acesso à unidade observe prévia autorização do Secretário de Administração Penitenciária ou do diretor de estabelecimento penal, para os quais dirigirão seus pedidos por escrito, especificando os motivos da visita."

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2013, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
Relator

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021

Recomenda ao Departamento Penitenciário Nacional e às administrações penitenciárias das unidades federadas a adoção dos parâmetros que estabelece, para a concessão da visita conjugal ou íntima à pessoa privada de liberdade em estabelecimento penal; revoga a Resolução nº 4, de 29 de junho de 2011; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício nº 10179430/2019/AAE/GAB-DEPEN/MJ, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), datado de 6 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o expressamente disposto na Nota Técnica nº 14/2019/AAE/GAB- DEPEN/DEPEN/MJ, inserida no Processo SEI nº 08016.021052/2019-71;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria CNPCP/MJSP nº 19, de 1º de julho de 2021, que cria comissões permanentes e revoga atos no âmbito do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 4, de 29 de junho de 2011, do CNPCP, que "recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima a pessoa presa, recolhida nos estabelecimentos prisionais";

CONSIDERANDO o teor da Regra 58, item 2, das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos ("Regras de Mandela"), que versa sobre as visitas conjugais e estabelece, "onde forem permitidas", o dever de serem "instaurados procedimentos e disponibilizados locais, de forma a garantir o justo e igualitário acesso, respeitando-se a segurança e a dignidade" dos reclusos e das pessoas que os visitam;

CONSIDERANDO as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras ("Regras de Bangkok"), notadamente quando indicam os princípios de não discriminação e de reconhecimento das especificidades do encarceramento feminino;

CONSIDERANDO os chamados "Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero" - "Princípios de Yogyakarta", que preconizam o direito ao tratamento humano durante a detenção (Princípio 9) e o direito de constituir uma família (Princípio 24);

CONSIDERANDO que os arts. 55 e 56 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), estabelecem a possibilidade de recompensas ao bom comportamento do condenado, dentre elas a concessão de regalias, por sua colaboração com a disciplina e como reflexo de sua dedicação ao trabalho, nos termos de legislação local e regulamentos;

CONSIDERANDO que a possibilidade de visita de natureza íntima guarda pertinência com o progressivo contato do recluso com o mundo exterior e o convívio familiar;

CONSIDERANDO que a disponibilização dos espaços para visita conjugal deve preservar a intimidade da pessoa reclusa e de sua visita, sem descurar da segurança do estabelecimento penal;

CONSIDERANDO a decisão proferida pela Corte Europeia de Direitos Humanos versando sobre o sentido das visitas conjugais para a execução da pena privativa de liberdade (Caso Leslaw Wójcik v. Polônia - nº 66424/09, decidido em 1º de julho de 2021); e

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, hoje reunido, resolve:

Art. 1º Entende-se por visita conjugal ou visita íntima a visita à pessoa privada de liberdade em ambiente reservado disponibilizado no estabelecimento penal, asseguradas a privacidade e a inviolabilidade.

§ 1º A visita conjugal, nas hipóteses em que autorizada administrativamente, poderá ser concedida tanto ao preso provisório quanto ao preso definitivo, independentemente de sua nacionalidade ou origem, e pressupõe que o preso esteja do gozo do direito previsto no inciso X do art. 41 da Lei de Execução Penal.

§ 2º A visita conjugal é recompensa, do tipo regalia, concedida à pessoa privada de liberdade, nos termos do art. 56, II, da Lei de Execução Penal, e deve atender às preocupações de tratamento digno e de progressivo convívio familiar do recluso.

§ 3º A concessão da visita conjugal observará a disciplina da pessoa presa no decorrer da pena e as condições de segurança do estabelecimento penal.

§ 4º A proibição ou suspensão da regalia de visita conjugal observará ato motivado da autoridade responsável pela unidade prisional ou quem lhe faça as vezes por delegação e integrará o prontuário da pessoa presa.

Art. 2º A administração prisional exigirá, para a concessão da visita conjugal, o prévio cadastro da pessoa autorizada no respectivo serviço social do estabelecimento penal, bem assim a demonstração documental de casamento ou união estável.

§ 1º Não se admitirá concomitância ou pluralidade de cadastros de pessoas autorizadas à visita conjugal da pessoa privada de liberdade.

§ 2º A substituição da pessoa cadastrada, nos termos do parágrafo anterior, observará prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da indicação de cancelamento pela pessoa privada de liberdade.

§ 3º A exigência de comprovação documental de casamento ou união estável poderá ser suprida por declaração firmada pela pessoa privada de liberdade e pela pessoa indicada como pretendente à visita conjugal, em requerimento dirigido à autoridade administrativa responsável pelo estabelecimento penal.

§ 4º Não se admitirá a visita conjugal por pessoa que se encontre cumprindo pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.

Art. 3º A periodicidade da visita conjugal deve ser preferencialmente mensal e observará cronograma e preparação de local adequado para a sua realização.

§ 1º A elaboração do cronograma de visitas conjugais é de responsabilidade da administração do estabelecimento penal, sem prejuízo de delegação.

§ 2º A preparação do local adequado deve atender aos seguintes critérios:

I - preservação da intimidade da pessoa privada de liberdade e daquela que a visita;

II - destinação de local reservado ou separado, que evite prática vexatória ou de exposição a outrem;

III - preservação e higienização do local, que poderá ser atribuída aos presos, sobretudo de maneira a evitar a disseminação de doenças e práticas sexuais não seguras;

IV - disponibilização de preservativos (masculino e feminino) e outros insumos necessários à adoção de práticas sexuais seguras;

V - disponibilização de material educacional que promova a atenção básica para saúde sexual e reprodutiva;

VI - disponibilidade de serviços de encaminhamento, atenção psicossocial à pessoa presa ou à pessoa visitante e formalização de denúncia em caso de suspeita de violência, nas suas mais variadas formas, no curso da visita conjugal.

§ 3º A impossibilidade de integral atendimento aos critérios do parágrafo anterior poderá ensejar a suspensão do benefício, sem prejuízo de que os órgãos da execução penal, em conjunto com a administração do estabelecimento penal, diligenciem no sentido de seu atendimento.

Art. 4º Não se admitirá a visita conjugal como prestação de serviços ou favor sexual de qualquer natureza.

Parágrafo único. Os termos da presente Resolução, bem assim os regulamentos específicos das unidades que versem sobre o benefício, serão observados pela pessoa autorizada a realizar visita conjugal, sob pena de suspensão do exercício da visita conjugal.

Art. 5º Não se admitirá a visita conjugal por pessoa menor de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º A vedação prevista no caput poderá ser afastada nos casos de casamento ou união estável devidamente formalizada em registro público para pessoas entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos de idade.

§ 2º Caso a pessoa visitante se faça acompanhar de criança ou adolescente no estabelecimento penal, a visita conjugal só poderá se realizar se o estabelecimento dispuser de local adequado para espera e acompanhamento da criança ou adolescente por responsável.

Art. 6º O exercício da visita conjugal da pessoa privada de liberdade pressupõe a regularidade de sua conduta prisional e o adimplemento dos deveres de disciplina e de colaboração com a ordem da unidade prisional.

§ 1º O acesso à visita conjugal poderá ser suspenso, por tempo determinado, mediante decisão fundamentada da administração do estabelecimento penal, em decorrência de falta disciplinar.

§ 2º A suspensão da visita conjugal se dará naqueles casos em que a prática da falta se mostrar incompatível com a mantença de recompensas à pessoa privada de liberdade, em atenção ao disposto no art. 55 da Lei de Execução Penal.

§ 3º O regime disciplinar diferenciado é incompatível com a visita conjugal.

Art. 7º Na aplicação da presente Resolução, a autoridade prisional deverá atentar ao regime legal específico dos estabelecimentos penais de segurança máxima.

Parágrafo único. A previsão de visita conjugal é incompatível com a inserção da pessoa presa em estabelecimento penal federal de segurança máxima quando justificada no interesse da segurança pública.

Art. 8º O Departamento Penitenciário Nacional e as administrações penitenciárias das unidades federadas estabelecerão regras suplementares quanto à normatização da visita conjugal para a pessoa presa, inclusive quanto aos horários da visita conjugal, observados os parâmetros contidos nesta Resolução.

§ 1º Para o atendimento às disposições da presente Resolução, as administrações prisionais poderão prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento da concessão da regalia seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais, na forma estabelecida no art. 23 do Decreto-Lei nº 4.657, 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

§ 2º As administrações prisionais deverão, no prazo de 90 (noventa) dias contados da vigência da presente Resolução, expedir atos de regulamentação e detalhamento específicos e adequados à realidade local.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 4, de 29 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER
Relator

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018 (*)

Define regras gerais para o ingresso de autoridades e agentes de organizações sociais em atividade de inspeção nos estabelecimentos prisionais estaduais, distritais e federais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a competência do CNPCP para propor diretrizes e medidas necessárias ao aprimoramento da execução penal e do funcionamento dos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO a necessidade de organização uniforme das inspeções oficiais;

CONSIDERANDO o art. 64, inc. I, da Lei de Execuções Penais - Lei nº 7.210/1984;

CONSIDERANDO as Resoluções nº 01/2000; 09/2010; e nº 05/2014 do CNPCP e o art. 3º da Lei n 10.792/2003,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer diretrizes acerca da entrada de agentes públicos e membros da sociedade civil, que exerçam atividades de atendimento, fiscalização e inspeção junto a estabelecimentos penais, distritos policiais e demais espaços cerceadores de liberdade de natureza penal;, resolve:

Capítulo I

Das pessoas autorizadas para ingresso em estabelecimento prisional

Art. 1º. Os integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministros de Estado, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, servidores em exercício em funções relacionadas à execução penal ou sistema prisional do Ministério da Justiça, conselheiros do CNJ e do CNMP, membros do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - SNPCT; membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e dos Conselhos Penitenciários, em atividade de atendimento, fiscalização e inspeção, poderão ingressar nos estabelecimentos penitenciários, com prévia identificação, em qualquer dia e hora da semana.

§ 1º. Os representantes diplomáticos acreditados no país e os representantes de organismos internacionais e nacionais voluntários e sociais também poderão ingressar nos estabelecimentos penitenciários, no exercício das funções, com prévia autorização do Secretário de Administração Penitenciária ou do diretor de estabelecimento penal, para os quais dirigirão seus pedidos por escrito, especificando os motivos da visita.

§ 2º Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, em atividade de inspeção, obedecerão às regras de ingresso, sendo equiparados às entidades do parágrafo anterior.

Capítulo II

Do procedimento de ingresso

Art. 2º. Ao ingressarem no estabelecimento prisional, as pessoas previstas no artigo anterior, deverão apresentar-se ao diretor do estabelecimento penal, informando sobre a atividade a ser realizada, certificando-se o horário de chegada ao local, o horário do efetivo ingresso no estabelecimento e o horário do atendimento pessoal.

Art. 3º. Antes do ingresso na unidade prisional, os autorizados previstos nesta Resolução, deverão permitir a revisão dos seus pertences, somente podendo ingressar com objetos que estejam vinculados à inspeção.

§ 1º. Não será permitido o ingresso com armas de fogo, objetos cortantes, aparelhos celulares e outros dispositivos eletrônicos de comunicação com o meio exterior, seus componentes e acessórios.

§ 2º. Não será permitida a entrada de acompanhantes, exceto de segurança pessoal ou de assessoramento da autoridade, que estarão sujeitos ao procedimento de ingresso previsto nesta Resolução.

§ 3º. Todo e qualquer veículo que adentrar os estabelecimentos prisionais deverá ser revistado na entrada e na saída, qualquer que seja o usuário ou carga transportada, salvo veículo de caráter oficial, em serviço, e nos casos de motim, rebelião, intervenção e movimentação de detentos em caráter de urgência.

§ 4º. As pessoas mencionadas nesta Resolução serão submetidas à revista pessoal, não vexatória, preferencialmente por método mecânico.

§ 5º. Quando a Unidade Prisional dispuser de scanner corporal e detectores de metais, a revista será realizada pelo equipamento, além de outras técnicas similares para revista pessoal.

§ 6º. A recusa à revista acarreta a proibição de ingresso no estabelecimento prisional.

§ 7º. O procedimento de revista das mulheres deverá, obrigatoriamente, ser realizado por funcionária do sexo feminino.

Art. 3º-A É permitida a utilização de instrumentos de registro audiovisual e fotográfico, excetuados os aparelhos relacionados no art. 349-A do Código Penal, por parte dos autorizados previstos nesta Resolução, com a finalidade de instruir relatórios de inspeção, fiscalização e visita a estabelecimentos penais. (Redação dada pela Resolução nº 22, de 04 de novembro de 2021).

§ 1º O registro audiovisual e fotográfico deve ser realizado de modo a não expor ambientes e equipamentos imprescindíveis à segurança do estabelecimento penal, assim considerados por ato escrito e motivado da autoridade administrativa. (Redação dada pela Resolução nº 22, de 04 de novembro de 2021).

§ 2º Os instrumentos de que trata o caput também podem ser utilizados em pesquisa previamente autorizada, conduzida por pesquisadores e membros de grupos de estudo e extensão de universidades e centros de pesquisa cujo acesso à unidade observe prévia autorização do Secretário de Administração Penitenciária ou do diretor de estabelecimento penal, para os quais dirigirão seus pedidos por escrito, especificando os motivos da visita. (Redação dada pela Resolução nº 22, de 04 de novembro de 2021).

Art. 4º. A entrada das pessoas mencionadas nesta Resolução nas áreas de vivência dos custodiados deverá obedecer a eventuais restrições, impostas por escrito, fundamentadamente, pelo Diretor da Unidade, e tais somente poderão ocorrer quando as condições de segurança indicarem que a entrada em tais áreas exporá o visitante, os detentos ou os funcionários do sistema penitenciário, a risco desnecessário.

§ 1º. Será determinada a suspensão imediata das visitas ou inspeções na ocorrência dos seguintes eventos:

I - Quando o visitante, no interior do estabelecimento, seja surpreendido ou demonstre estar na posse dos objetos proibidos descritos no §1º do art.3º desta Resolução;

II - Quando o visitante apresentar conduta indevida, em descumprimento às normas do Sistema Prisional estadual ou federal;

III - Quando estiverem presentes circunstâncias de alteração da ordem interna do estabelecimento prisional ou tal medida seja recomendada por outra razão de segurança, fundamentadamente exposta, pela direção do estabelecimento.

§ 2º. Na hipótese do inciso III do parágrafo anterior, as visitas ou inspeções poderão ser retomadas quando a situação de normalidade for reestabelecida.

Art. 5º. Os representantes de organismos internacionais e não governamentais deverão exibir a identidade funcional expedida pela autoridade correspondente. Em caso de dúvida, a autoridade pedirá instruções ao Secretário de Administração Prisional ou Secretário de Justiça e, em presídios federais, ao DEPEN.

Art. 6º. As pessoas citadas nesta Resolução serão acompanhadas pela direção e/ou servidor responsável pela segurança da unidade, devendo receber orientações relativas às normas de acesso e circulação, atitudes e comportamentos esperados e contraindicados.

Capitulo III

Das visitas especiais

Art. 7º. Visita especial é aquela ocorrida fora do horário de visita, quando a gravidade e a urgência das circunstâncias assim exigirem.

§ 1º. Os representantes internacionais terão acesso aos privados de liberdade apátridas, estrangeiros e refugiados, nos termos do art. 1º, § 1º, desta Resolução.

Art. 8º. A unidade prisional deve estar sempre preparada para uma eventual visita ou inspeção das pessoas descritas no art. 1º desta Resolução, que poderá ocorrer sem agendamento prévio.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CESAR MECCHI MORALES

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2018, Seção 1, página 77, com atualização do original para inclusão do Art.3-A.

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 7.809, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42291 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VMOURA SEGURANÇA PATRIMONIAL CAMPO GRANDE LTDA, CNPJ nº 10.485.897/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1360/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.810, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50718 - DPF/JFA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, CNPJ nº 00.444.232/0004-81 para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1748/2021 (CNPJ nº 00.444.232/0004-81) e nº 1786/2021 (CNPJ nº 00.444.232/0007-24).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.811, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/74515 - DPF/XAP/SC, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa RIO GRANDE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 09.510.136/0003-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2475/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.812, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/83997 - DPF/PDE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC, CNPJ nº 44.860.740/0001-73 para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2847/2021 (CNPJ nº 44.860.740/0001-73); nº 2904/2021 (CNPJ nº 44.860.740/0011-45) e nº 2922/2021 (CNPJ nº 44.860.740/0012-26).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.813, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/87149 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EFITEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 11.715.500/0001-26, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

225 (duzentas e vinte e cinco) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.814, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/90732 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CANTÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.966.650/0003-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2828/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.815, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/93704 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JD SEGURANÇA PRIVADA EIRELI EPP, CNPJ nº 20.844.350/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2886/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.816, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/93732 - DPF/JZO/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASA BRANCA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.564.433/0002-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2936/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.817, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/93820 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0019-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2935/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.818, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/94466 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa CLAUDINO S.A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS, CNPJ nº 06.862.627/0001-38, sediada no Piauí, para adquirir:

Da empresa cedente CONSTRUTORA SUCESSO S/A, CNPJ nº 09.588.906/0001-43:

12 (doze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CONSTRUTORA SUCESSO S/A, CNPJ nº 09.588.906/0001-43:

216 (duzentas e dezesseis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.819, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/95717 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa USINA BOM JESUS S/A , CNPJ nº 10.785.202/0001-40, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

190 (cento e noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.820, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/96720 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER DELLA GIUSTINA, CNPJ nº 80.166.879/0001-85 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.821, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/96871 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA SAO JOSE DA ESTIVA S/A - ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 53.172.300/0001-14 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.822, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/96928 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 10.385.850/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9834 (nove mil e oitocentas e trinta e quatro) Munições calibre .380

2000 (duas mil) Munições calibre 12

100000 (cem mil) Munições calibre 38

100000 (cem mil) Espoletas calibre 38

50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38

25800 (vinte e cinco mil e oitocentos) Gramas de pólvora

100000 (cem mil) Projéteis calibre 38

94 (noventa e quatro) Estojos calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.823, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/96929 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 59.104.273/0001-29 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.824, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/96931 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 10.385.850/0003-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
15000 (quinze mil) Munições calibre .380
7144 (sete mil e cento e quarenta e quatro) Munições calibre 12
100000 (cem mil) Munições calibre 38
100000 (cem mil) Espoletas calibre 38
50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38
17642 (dezessete mil e seiscentos e quarenta e dois) Gramas de pólvora
90000 (noventa mil) Projéteis calibre 38
7500 (sete mil e quinhentos) Estojos calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.825, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/97838 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TRAINING DE FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 65.032.997/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
13808 (treze mil e oitocentas e oito) Munições calibre .380
4704 (quatro mil e setecentas e quatro) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38
14476 (quatorze mil e quatrocentas e setenta e seis) Espoletas calibre .380
4373 (quatro mil e trezentas e setenta e três) Buchas calibre 12
4704 (quatro mil e setecentas e quatro) Espoletas calibre 12
4373 (quatro mil e trezentos e setenta e três) Estojos calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
54 (cinquenta e quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
270 (duzentas e setenta) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
270 (duzentas e setenta) Granadas fumígenas de sinalização
1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
54 (cinquenta e quatro) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
180 (cento e oitenta) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
180 (cento e oitenta) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
270 (duzentos e setenta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
270 (duzentos e setenta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
54 (cinquenta e quatro) Armas de choque elétrico de contato direto
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.826, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/98158 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BONOR - INDUSTRIA DE BOTOES DO NORDESTE S/A., CNPJ nº 10.868.610/0001-65 para atuar no Rio Grande do Norte.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.827, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/98208 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO EDUCACIONAL OSWALDO QUIRINO S/C LTDA, CNPJ nº 60.704.418/0001-01 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.828, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/98306 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa AUSION - SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 17.467.094/0001-06, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.829, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51502 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2252/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.830, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/74507 - DPF/FIG/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINOTAURO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 18.461.088/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2907/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.831, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/79087 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa J JUSTO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.921.618/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2863/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.832, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/89033 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACOSTA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI - EPP, CNPJ nº 08.676.101/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2754/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.833, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/91504 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FOBVS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 39.649.118/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2912/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.834, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/94572 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 2 RI SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 31.284.693/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2932/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.835, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/95806 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2937/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/97656 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 39.302.369/0001-94, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
60000 (sessenta mil) Munições calibre 38
1711 (uma mil e setecentas e onze) Munições calibre 12
90000 (noventa mil) Espoletas calibre 38
15000 (quinze mil) Gramas de pólvora
90000 (noventa mil) Projéteis calibre 38
9899 (nove mil e oitocentas e noventa e nove) Espoletas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.837, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/98266 - DPF/BRU/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa G3 SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 07.091.641/0001-48, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente TATICAL SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 06.957.223/0001-28:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CONEXÃO - CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 23.123.751/0001-09:

8 (oito) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.838, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/98375 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.380.412/0001-58, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

900 (novecentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 21.026.672, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso

das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08257.000602/2021-08 - CV/NPA/DPF/JZO/BA, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa UPA UMBUZEIRO PRODUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ: 09.431.693/0002-22, para atuar na BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 20.321.749, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08452.002069/2021-02-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA; CNPJ 89.108.054/0001-89, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 21.022.922, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08257.000602/2021-08 - CV/NPA/DPF/JZO/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa UPA UMBUZEIRO PRODUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ: 09.431.693/0001-41, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

Despacho nº 5903/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessada: MARIA DE LOS ANGELES H PEREZ
Processo nº: 08506.000207/2020-57
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente não cumpre o disposto no Art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4262/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: TARIQ HUSSAIN BUTT
Processo: 08795.000692/2020-51
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que não foram apresentadas a legalização e tradução da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, descumprindo assim, o disposto no inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4477/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: Sarah Fitte
Processo: 08460.008052/2019-37
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente se ausentou por 128 (cento e vinte e oito) dias do Brasil dentro do prazo de um ano imediatamente anterior ao pedido de naturalização e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 c/c inciso III do art. 66 da Lei nº 13.445.

Despacho nº 4461/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: PHANIEL MOISE
Processo nº: 08385.002874/2020-98
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelo não cumprimento de exigências, visto que findado o prazo de 05 anos do visto permanente, o requerente não convalidou sua permanência no Brasil, além disso, não apresentou legalização brasileira, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 4482/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: ABDUL KARIM MAHMOUD JABE
Processo nº: 08505.021185/2019-35
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 67, Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 238, Decreto nº 9.199/2017, uma vez que existe condenação penal em seu nome, e não consta nos autos reabilitação judicial.

Despacho nº 4472/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): ROBENSON AZOR
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pela falta de cumprimento de exigência, tendo em vista que o estrangeiro não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, nos termos do artigo 40, da Lei 9.784/99.

Despacho nº 4474/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): EMAD ALMAHMOUD
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4483/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: MOHAMAD ALI MOUSSA
Processo: 08280.002174/2020-71
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não possui um ano de residência por prazo indeterminado imediatamente anterior ao pedido e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 c/c inciso III do art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4492/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): KAMAL AL ZAIAT AL BARTAM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que não cumpre o estrangeiro o requisito de se comunicar em língua portuguesa, não atendendo o disposto no inciso III, do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4435/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: MOSTAPHA AHMAD ABOU HAMDAN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou tradução da certidão de antecedentes criminais do país de origem, realizada por tradutor público juramentado, contrariando o disposto no anexo II, item 6, da Portaria MJ nº 623, e o art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 3662/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessada: MEYSEM HANNORA
Processo nº: 08505.008264/2020-94
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial/entrevista, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4508/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): DANIEL OLIGAR ARRIOLA ALVARADO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o estrangeiro não possui "animus" de residência no Brasil, não atendendo, assim, o disposto no inciso II, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c inciso II, § 2°, do art. 233, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4430/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessada: MIRIAN ELIZABETH BENITEZ ESPINOLA
Processo nº: 08212.005823/2018-85
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pela falta de cumprimento de exigência, tendo em vista que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e a mesma apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 4510/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): ANDRO LIMONTA BLANCO NOGUEIRA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem na forma requerida, contrariando o disposto no inciso IV, do art. 65, da Lei 13.445, de 2017.

Despacho nº 4545/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): YARENI AGUILAR AYALA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que a estrangeira afastou-se de maneira excessiva e ininterrupta do país, contrariando o disposto no inciso II do art. 65 c/c inciso III, do art. 66, da Lei nº 13.445/2017 e inciso II, § 2°, do art. 233 c/c art. 235, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4542/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): MANUEL JOSE FILIPE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando a não comprovação do requisito de não condenação penal, nos termos do art. 65, da Lei 13.445, de 2017 c/c inciso II, do art. 237, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 4488/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado: OLUFEMI OMOTAYO ELUGBAJU
Processo: 08505.000808/2020-70
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4552/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessada: NICOLA MALELE
Processo nº: 08505.023062/2019-39
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, visto que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem que não preenche as condições necessárias, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4554/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: SERGE KAMBO
Processo nº: 08460.005261/2019-29
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4554/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: SERGE KAMBO
Processo nº: 08460.005261/2019-29
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4562/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado(a): MERVAT MOHAMMAD
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4565/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): AKRAM MOHAMMED ABDANABI MADI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou a capacidade de se comunicar em língua portuguesa e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4595/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado(a): ILDA DOS SANTOS GUILHERME
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, pelo descumprimento do Art. 60, da Lei nº 9.784/99.

Despacho nº 4597/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): GAMOU LO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não reside no país por prazo indeterminado, contrariando o disposto no inciso II, do art. 65, da Lei 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 4600/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: SHADI FARAH
Processo nº: 08793.000070/2020-42
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4604/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado(a): ANAY FERNÁNDEZ VARELA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4613/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): EMMANUEL PIERRE RENE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que o estrangeiro não possui residência por prazo indeterminado no país, nos termos do inciso II, do art. 65 da Lei 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 4622/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): FALAK ISLAM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não reside no país por prazo indeterminado, contrariando o disposto no inciso II, do art. 65, da Lei 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 4624/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): CHUCKS NWAGWU
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou o embasamento da concessão de sua autorização de residência (casamento), bem como, a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, nos termos dos inciso II e III, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4626/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): GAMIL MOHAMMED ALI MURSHED
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou a capacidade de se comunicar-se em língua portuguesa, nos termos do disposto no inciso III, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4640/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção do arquivamento
Interessado(a): REBECA NGANDO BERNARDINO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente não comprovou não possuir condenação penal ou estar reabilitada, nos termos da lei, contrariando o disposto no inciso IV, do art. 65, da Lei 13.445, de 2017 e II do art. 237, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 4644/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado(a): HENRI SIDNEY NDIAGA NDIONE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4646/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado(a): SATU CANDE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4650/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: MOJTABA ARMANDEI
Processo nº: 08458.000018/2020-05
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, visto que o requerente não apresentou legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais do país de origem, e certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, portanto, não atende à exigência prevista no inciso IV, art. 65 da Lei 13.445/2017.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 4.234, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.029006/2020-22, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, TERESA AURELIA JARDON CORREA, de nacionalidade mexicana, filha de Javier Jardon Najera e de Teresa Correa Sanchez, nascida nos Estados Unidos Mexicanos, em 25 de setembro de 1967, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 11 (onze) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.235, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001083/2018-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCELA GONZALEZ HERNAO ou ANA MARCELA GOMEZ BUSTAMANTE, de nacionalidade colombiana, filha de Javier Hernão e de Neli Gonzalez Hernão, nascida na República da Colômbia, em 19 de maio de 1990, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.236, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004273/2018-62, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GUMERCINDO MAMANI KEA, de nacionalidade boliviana, filho de Francisco Mamani e de Tereza Kea, nascido em La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 19 de junho de 1971, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 32 (trinta e dois) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.237, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001366/2013-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAYNAL ABEDIN, de nacionalidade bengali, filho de Rustom Ali e de Sufia Khaton, nascido na República Popular do Bangladesh, em 10 de junho de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.238, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.007240/2021-07, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, : MIGUEL ANGEL RESTREPO BRINES, de nacionalidade colombiana, filho de Jesus Restrepo Zuluzga e de Amparo Brines, nascido na República da Colômbia, em 12 de junho de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.239, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.001685/2018-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JEAN CARLO POMAR BUSTIUS, de nacionalidade peruana, filho de Carlos de Pomar Napori e de Diana Bustius Reina, nascido na República do Peru, em 5 de fevereiro de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.240, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011727/2003-85, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, IVAN ERNESTO RODRIGUEZ, de nacionalidade panamenha, filho de Paulina Rodriguez, nascido na República do Panamá, em 7 de novembro de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.241, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017309/2009-06, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, KAMALANDUA MAKITU SYLVAIN, de nacionalidade angolana, filho de Kamalandua Augusto e de Matewanga Jorgina, nascido na República de Angola, em 18 de agosto de 1962, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.242, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

BRYAN SMOYLEE BUDENS JEAN PIERRE - G325803-Z, natural do Haiti, nascido em 19 de setembro de 2012, filho de Nerva Jean Pierre e de Genese Fortune, residente no estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0122866/2021);

CHERLENS WENCHEE DUMAS - G308036-C, natural de Haiti, nascido em 11 de novembro de 2011, filho de Wesner Dumas e de Cherline Limage, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0117757/2021);

SHINAIDA FAUSTIN - G407651-R, natural do Haiti, nascida em 28 de junho de 2015, filha de Olcy Faustin e de Dieudonne Jocelyn, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0119833/2021) e

SEBASTIAN DAVID ESPINA SANTOS - G405200-X, natural da Venezuela, nascido em 25 de abril de 2014, filho de Jose Angel Espina Daza e de Ruth Glorimel Santos Alvarado, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0100681/2021);

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.247, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDELLAH LACHACHI - F131532-2, natural da Argélia, nascido em 19 de março de 1979, filho de Ali Lachachi e de Meriem Benfettouma, residente no estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0082818/2021);

JAEL YANKSON OFORI - G023079-S, natural da República do Gana, nascida em 03/07/1994, filha de Stephen Adusei e de Dorcas Oguaah, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0003378/2020);

JHONY CHARLES - G273619-F, natural da República do Haiti, nascido em 06 de agosto de 1993, filho de Yvonne Charles, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 235881.0001549/2020);

ELYAS ALDIB - G0834225, natural da Síria, nascido em 04 de junho de 1982, filho de Ajya Istanbouli e de Hana Aldib, residente no Estado de São Paulo (Processo 235881.0001655/2020);

KHADIM SOW - G1633258, natural do Senegal, nascido em 06 de outubro de 1990, filho de Abdou Sow e de Marame Sow, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0010025/2020);

MANAR SHHFA - G272299C, natural da Síria, nascido em 21 de janeiro de 1988, filho de Sahar Awil e de Faisal Shhfa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0001637/2020);

SKIOLD RODRIGO ISLAS ZARAZÚA - G098537-V, natural do México, nascido em 13 de março de 1986, filho de Juan Manuel Islas Ortiz e de Yolanda Zarazúa Miranda, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0006637/2020) e

TERESA LYNN HECK CAIAFFA - V319908-Z, natural dos Estados Unidos, nascida em 13 de março de 1976, filha de RONALD MARSHALL HECK e LYNN SANDRA HECK, residente no Estado de Minas Gerais (Processo 235881.0006664/2020);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 4.248, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o Art. 70, Parágrafo único, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

PEIYI LIANG, que ao amparo no artigo 71,§ 1°, da Lei 13.445 de 2017, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se CAMILIH PEIYI LIANG, natural da China, nascida em 27 de outubro de 2001, filha de Tan Lixiang e de Liang Jinrong, residente no Estado de São Paulo (processo n°235881.0031304/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 4458/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08286.000434/2020-14
Interessado(a): FINICIO FERNANDO SOUSA
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que não mais subsiste a União Estável com a cônjuge brasileira, base de sua autorização de residência, portanto, não atende o estrangeiro à exigência contida no inciso II do art. 65 c/c o inciso III, do art. 66, ambos da Lei nº 13.445, de 2017, c/c inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4485/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessada: JUMANA ABU MUSTAFA
Processo: 08514.000523/2020-20
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais do país de origem, portanto, não cumpriu com às exigências necessárias, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 3883/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08504.003056/2020-17
Interessado(a): MOHAMED NASSIROU DJIDONOW BELLO
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de um ano imediatamente anterior ao pedido e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 c/c inciso II do art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4516/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: HUGO DANTE LLEMPEN ESTRADA
Processo: 08514.003605/2019-92
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, uma vez que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o mesmo apresentou documentos que não estão previstos na Portaria MJ nº 16/2018, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 4546/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: WILLIAM COLLEY
Processo: 08205.001624/2021-92
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do art. 40 da Lei 9784/99, considerando que o requerente foi notificado a apresentar comprovantes que demonstrem sua residência no Brasil por, no mínimo, quinze anos imediatamente anteriores ao pedido e até a presente data não anexou qualquer documento.

Despacho nº 4549/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RICCARDO GULOTA
Processo: 08270.008125/2020-61
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, tendo em vista a necessidade de apuração se o requerente deixou de possuir requisito essencial para manutenção de sua permanência no país.

Despacho nº 4559/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: RAUL TORRES ORTIZ
Processo: 08362.000850/2019-29
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem e a certidão da Justiça Federal, que não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 4558/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do Pedido
Processo MJSP: 08270.000765/2020-23
Interessado(a): MAILAY RODRIGUES GALVEZ
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 4621/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08709.000505/2020-61
Interessado(a): KHALED AL ISMAEEL
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 114 dias do Brasil e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4634/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08460.008165/2019-32
Interessado(a): XIMENA ILLARRAMENDI ROJAS
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4616/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08506.006165/2020-68
Interessado: JOSE MUONDO QUIXOLO
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente possui em andamento processo de perda de residência, instaurado pela Polícia Federal, já que a sua residência por tempo indeterminado é baseado com amparo legal em reunião familiar por casamento com brasileira, porém, atualmente encontra-se divorciado, razão pela qual deu-se origem a cessação do fundamento que embasou a autorização da residência, bem como a certidão de antecedentes criminais do país de origem apresentada pelo requerente, não consta a devida legalização, e portanto, não atendendo as exigências contidas nos incisos II e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4653/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08444.001624/2019-55
Interessado: MYRTO TOUSSAINT
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, visto que não houve comprovação pela Polícia Federal do redutor de prazo de residência mínimo estabelecido no inciso II do caput do art. 233.

Despacho nº 4654/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08280.003046/2020-45
Interessado(a): IFTIKHAR KHAN
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou a residência pelo período de 4 anos, de acordo com a diligência realizada pela Polícia Federal, e também não apresentou as Certidões de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e portanto não atende as exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4689/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08712.001941/2019-64
Interessada: AIDA PEREZ ROQUE MAIA
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização no Brasil, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3057/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08495.000050/2020-36
Interessado(a): EVENA JEAN PIERRE
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende as exigências do Art. 40 da Lei 9.784/99 e Art. 65, IV, da Lei nº 13.3342017.

Despacho nº 4720/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08385.010082/2020-97
Interessado(a): SANTIAGO ALVARADO DIAZ
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4958/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: EMMA JASIBETH GUANAGUANEY ALVARADO
Processo: 08495.000242/2020-42
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do requisito da fixação de residência em território nacional, conforme previsto no art. 70 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5132/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0001669/2020
Interessado: SHADY MORHAF IBRAHEEM
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista que consta processo SEI nº 08505.009710/2020-88; com instrução completa e finalizada, com decisão pelo deferimento do pedido de naturalização do mesmo requerente.

Despacho nº 5133/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0001661/2020
Interessado: HYUNG SUN KANG
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista que, mesmo notificado, o ineterssado não apresentou declaração de interesse em traduzir ou adaptar seu nome à língua portuguesa; Certidão de antecedentes criminais ou documento
equivalente expedido pelo país de origem, legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado; Comprovante de residência, que pode ser algum dos documentos previstos no Art. 54 da Portaria Interministerial no 11, de 03.05.2018, publicada em 04.05.2018; Cópias de TODAS AS PÁGINAS do passaporte, ainda que vencido, observadas as normas do Mercosul e não atualizou o endereço, vez que o declarado está divergente do cadastro do SISMIGRA.

Despacho nº 5134/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0001673/2020
Interessado: LUCSY ARISTOR
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista que, mesmo notificada, a requerente não apresentou formulário preenchido; Comparecimento à POLÍCIA FEDERAL no Setor de Protocolo com o requerimento impresso e um comprovante de residência atualizado em seu nome para validação da alteração do endereço; Inscrição consular ou certidão de nascimento (legalizado e traduzido); Antecedente criminal do país de origem, legalizado e traduzido;

Comprovante de residência recente; Todas as páginas do passaporte (inclusive as páginas em branco) e documentos que comprovem seu tempo de residência no Brasil nos últimos 4 anos.

Despacho nº 5136/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: SUZANNE NKAMA SIMBA
Processo: 235881.0006387/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS , no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial/entrevista, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5137/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0008377/2020
Interessado: LIANET RUIZ RAMOS
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 5138/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0012095/2020
Interessado: ABDUL KAYUM
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS
, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5139/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: DOMINGOS AMANDIO EDUARDO
Processo: 235881.0001580/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não anexou todos os documentos necessários para o prosseguimento de seu processo de naturalização, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 5141/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0012754/2020
Interessado: SANAA MOHAMAD FADLALLAH
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5142/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0001667/2020
Interessado: SIMON OXY ONGUEGNE EFONA
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista que, mesmo notificado, o requerente deixou de apresentar Inscrição Consular/certidão de nascimento; Comprovante de situação cadastral do CPF-Cadastro de Pessoas Físicas; Certidão de antecedentes criminais válida, emitida pela JUSTIÇA FEDERAL e JUSTIÇA ESTADUAL dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; Certidão de casamento atualizada e Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, observada a Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016

Despacho nº 5143/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0001452/2020
Interessada: Andy Mulwilay Odia
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, visto que não houve comprovação pela Polícia Federal do redutor de prazo de residência mínimo estabelecido no inciso II do caput do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5144/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0011507/2020
Interessado: MATAR KEBE
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a realização de avaliação presencial e histórico escolar, não cumprindo o disposto do § 4º e 5º do art. 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5145/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0022956/2021.
Interessado: JULIO MUANIKA.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação de comprovantes de residência dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, e o requerente apresentou somente dos anos 2020 e 2021, a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, e a apresentação da Certidão da Justiça Estadual/Federal, e o requerente não apresentou a certidão estadual, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 5146/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0006752/2020
Interessado: ERICK LAZARRE
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido,tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, sem prejuízo de apresentação de novo pedido, aproveitando-se os documentos que permanecerem válidos.

Despacho nº 5147/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0038725/2021
Interessado: MANUEL ANGEL ALBINES CONDOR
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, c/c art. 7º, parágrafo 2º, da Portaria retro mencionada, sem prejuízo de apresentação de novo pedido, aproveitando-se os documentos que permanecerem válidos.

Despacho nº 5148/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Brayan Alexander Rojas Silva
Processo: 235881.0001604/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente não anexou todos os documentos necessários para o prosseguimento de seu processo de naturalização, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 5149/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043385/2021
Interessado: AIMERANCE KAPINGA KALAMBAYI
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa de acordo com art. 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5150/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0033385/2021
Interessado: JAMESON PHILOGENE
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que, apesar de ter sido notificado, o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, devidamente legalizada e traduzida e o documento comprobatório da capacidade de comunicação na língua portuguesa, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, c/c art. 7º, parágrafo 2º, da Portaria retro mencionada, sem prejuízo de apresentação de novo pedido, aproveitando-se os documentos que permanecerem válidos.

Despacho nº 5151/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0121978/2021.
Interessado: Steevens Reneville.
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido,tendo em vista que requerente não possui de Certificado Provisório de Naturalização, e, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 1.556, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: KID COSMIC - TEMPORADA 1 (KID COSMIC - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2021)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.000206/2021-03

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.557, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MULHERES OCULTAS (LITTLE BIG WOMEN, China - 2020)
Diretor(es): Joseph Hsu
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000234/2021-12

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.558, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: GINNY E GEORGIA - TEMPORADA 1 (GINNY & GEORGIA, Estados Unidos da América - 2021)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000422/2021-41

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: FERRY (Bélgica / Holanda - 2021)
Diretor(es): Cecilia Verheyden
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001040/2021-34

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.560, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: NARUTO - TEMPORADA 1 (NARUTO, Japão - 2002)
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001877/2021-83

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.561, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O ESPIÃO INGLÊS (THE COURIER, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2020)
Diretor(es): Dominic Cooke
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001931/2021-91

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.562, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: CASULO (KOKON, Alemanha - 2020)
Produtor(es): Jost Hering Filme
Diretor(es): Leonie Krippendorff
Distribuidor(es): OLHAR DISTRIBUIÇÃO DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ficção
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.002101/2021-81
Requerente: OLHAR DISTRIBUIÇÃO DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.563, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: E AGORA? A MAMÃE SAIU DE FÉRIAS 2... E LEVOU A FAMÍLIA (WHEN MOM IS AWAY... WITH THE FAMILY / 10 GIORNI CON BABBO NATALE, Itália - 2020)
Produtor(es): Maurizio Totti/Alessandro Usai
Diretor(es): Alessandro Genovesi
Distribuidor(es): A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002213/2021-31
Requerente: A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.564, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: A ÚLTIMA NOITE (SILENT NIGHT, Inglaterra - 2021)
Produtor(es): Matthew Vaughn/Trudie Styler/Celine Rattray
Diretor(es): Camille Griffin
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002341/2021-85
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.565, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: HERMANOTEU NA TERRA DE GODAH (Brasil - 2021)
Produtor(es): Augusto Case/Carlos Henrique Rocha
Diretor(es): Homero Olivetto
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002342/2021-20
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.566, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: CASE COMIGO - TRAILER 1A (MARRY ME, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Universal Pictures/Kung Fu Monkey Productions/Nuyorican Productions/Perfect World Pictures
Diretor(es): Kat Coiro
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.002343/2021-74
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.567, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: A JAULA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Star Productions
Diretor(es): João Wainer
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama/Policial
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Atos criminosos e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002351/2021-11
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.568, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990,

e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: BATMAN - TRAILER 2 (THE BATMAN, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): 6TH & Idaho Productions/DC Comics/DC Entertainment/Warner Bros
Diretor(es): Matt Reeves
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.002361/2021-56
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.569, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: HOMEM-ARANHA - SEM VOLTA PARA CASA - TRAILER 5E (SPIDER-MAN - NO WAY HOME, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Mitchell Bell/Kevin Feige
Diretor(es): Jon Watts
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002362/2021-09
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.570, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: HOMEM-ARANHA - SEM VOLTA PARA CASA - TRAILER 6G (SPIDER-MAN - NO WAY HOME, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Mitchell Bell/Kevin Feige
Diretor(es): Jon Watts
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002364/2021-90
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.571, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: DOWNTON ABBEY 2 - UMA NOVA ERA (DOWNTON ABBEY 2 - A NEW ERA, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Simon Curtis
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama/Histórico
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.002365/2021-34
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.572, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: OS ENCLAUSURADOS (Brasil - 2019)
Produtor(es): André de Castro
Diretor(es): Marcos de Castro
Distribuidor(es): GÊMEOS DO CINEMA E CULTURA LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Medo e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002387/2021-02
Requerente: GÊMEOS DO CINEMA E CULTURA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.573, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: MORTOS VIVOS VIVOS MORTOS (Brasil - 2015)
Produtor(es): André de Castro
Diretor(es): Marcos de Castro
Distribuidor(es): GÊMEOS DO CINEMA E CULTURA LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.002388/2021-49
Requerente: GÊMEOS DO CINEMA E CULTURA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.574, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: INTO THE PIT (Vietnã - 2021)
Produtor(es): NULLPOINTER GAMES
Distribuidor(es): HUMBLE GAMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.002175/2021-17

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.575, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: LIÇÕES RPG - UM JOGO NARRATIVO ENTRE MUNDOS (Brasil - 2021)
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Fantasia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002281/2021-09
Requerente: AVEC EDITORA

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.576, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: LAUGHING MACHINES (Alemanha - 2021)
Produtor(es): DEADTOAST ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): TINYBUILD
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/MMORPG/Luta/Independente
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.002285/2021-89

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPECHOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Despacho SG Nº 1760/2021
Ato de concentração nº 08700.004980/2021-77
Requerentes: Diagnósticos da América S.A., Paquetá Participações S.A. e AMO Participações S.A.
Advogados(as): Maria Eugênia Novis de Oliveira, José Carlos da Matta Berardo e outros
Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 12/2021/CGAA3/SGA1/SG (SEI nº 0990438) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração. Publique-se.

Despacho SG Nº 1763/2021
Processo Administrativo n.º 08012.002222/2011-09 (Autos de Acesso Restrito nº 08700.012439/2014-03)
Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Representados: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda., Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., Dimaci Material Cirúrgico Ltda., Drogafonte Medicamentos e Material Hospitalar Ltda., Dupatri Hospitalar Comercial Importação e Exportação Ltda., Hipolabor Farmacêutica Ltda., Laboratório Teuto Brasileiro S.A., Macromed Comércio de Material Médico e Hospitalar Ltda., CM Hospitalar S.A., Merriam Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Netfarma Comercial Ltda - ME, Novafarma Indústria Farmacêutica Ltda., Prodiet Farmacêutica Ltda. (atual Profarma Specialty S.A), Rhamis Distribuidora Farmacêutica Ltda, Sanval Comércio e Indústria Ltda., Torrent do Brasil Ltda., Altisberto Martins Ferreira, André Neves de Magalhães, Apolônio Fernandes dos Santos, Armando Pedro Tortelli, Eugênio José Gusmão da Fonte Filho, Felipe de Melo Campos Chaves, Gustavo Neves de Magalhães, Júlio Issao Miyaoka, Lucio Mauro dos Santos Broseguini, Luiz Eustáquio Silva, Renato Alves da Silva, Akauan de Lucas Virtuoso, Dilma Mendes Luz, Douglas Peres de Araújo, Carlos Eduardo Ramirez, Fernando Luís Prochnow, Leonardo Teixeira Alves de Oliveira, Lígia Balestra de Pina Medeiros e Paulo César Prochnow.
Advogados: Fabiola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Iara Gaillard, Leonardo Mansur Lunardi Danesi, Fernanda Brito Cytrynowicz, José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Cailiari, Daniel Oliveira Andreoli, Batuira Rogerio Meneghesso Lino, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Fernando Vernalha Guimarães, Luiz Fernando Pereira, Mariana Costa Guimarães, Cristiane Romano Farhar Feraz, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Celso Cordeiro de Almeida e Silva, Marco Aurelio de Carvalho, Saulo Vinicius de Alcântara, João Antonio Alves Lopes, Maria Lúcia Alves de Oliveira, Barbara Rosenberg, Jose Carlos da Matta Berardo, Camila Paoletti, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Marcio Dias Soares, Braz Florentino Paes de Andrade Filho, Edinaldo Paulo Tenório Verissimo do Amaral, André Marques Gilberto, Álvaro Adelino Marques Bayeux, Daniel Gustavo Rocha Poço, Juliana Fidencio Frederick, Celso Cândido de Souza, Sérgia Maria Gomes de Souza, Fabricio Cândido Gomes de Souza, Joyce Midori Honda, Gisele Maria Gambetta Ramalho, Livia Maria Marques Melo, Paulo Prata Fígaro, Adail Teles Júnior, Henrique Dias Carneiro, Ricardo Wanderley Mano Sanches, Camila Lisboa Martins, Tayna Gasparoto Rodriges, Luís Gustavo Scatolin Felix Bomfim, Benedito Ferreira de Campos, Roberto Naves de Assunção, Fernando Rodrigues da Silva Alves Costa, Maria Yuriko Rocha Miura, Fabricio José de Carvalho, Jose Carlos da Matta Berardo, Juliana Maia Daniel Pinheiro, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Leda Batista Da Silva Diôgo de Lima, Henrique Zago Rodrigues de Camargo e outros.

Decido pelo encerramento da fase instrutória e pela intimação dos Representados para apresentarem novas alegações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 73 da Lei nº 12.529/2011 e artigo 156 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos investigados. Ao Protocolo. Publique-se.

DESPACHO SG Nº 1765/2021
Processo Administrativo nº 08700.005637/2020-69 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.005435/2019-83)
Representante: Ministério Público do Estado do Paraná
Representados: Augustinho Stang, Ricardo Furlan, Humberto Vitorio Toscan, Comércio de Combustíveis Toscan (Matriz - CNPJ 00.869.471/0001-30), Comércio de Combustíveis Toscan (Filial - CNPJ 00.869.471/0002-11), Centro Automotivo Delta Ltda. (CNPJ 13.128.763/0001-64).
Advogados: Walber de Moura Agra, Alexandre Salomão, Diogo Rafael de Oliveira.
Tendo em vista a petição 0990968 e a não observância do disposto no art. 26, §2º da Lei 9.789/99 (LPA) quando da intimação dos Representados para participação da audiência realizada no último dia 30.11.2021, conforme publicado no Despacho SG 1720 (0988006), decido pela (i) intimação dos Representados, acerca das datas e dos horários designados para a realização de nova tomada dos depoimentos dos Representados, a se realizar no dia 09.12.2021 às 09:30 (Ricardo Furlan) e 10:30 (Humberto Vitorio Toscan) e (ii) intimação dos Representados da juntada da Certidão SEI 0991159 ao Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.005435/2019-83, contendo os links e orientações para acesso e participação nas audiências virtuais de colheita de depoimentos pessoais, por meio da plataforma Zoom.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Interino

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto da Presidência da República de 9 de janeiro de 2019, este publicado no Diário Oficial da União (DOU) - Edição Extra de 9 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, incisos I, V e VIII, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no DOU de 25 de janeiro de 2017, e o art. 134 do Anexo I da Portaria Ibama nº 2.542, de 23 de outubro de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de outubro de 2020, considerando o disposto no art. 9º-A do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992; e considerando o processo nº 02001.033095/2019-81, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o acesso às informações de produtos e resíduos passíveis de controle ambiental pelo Ibama nas operações de importação e exportação, conforme previsto no inciso VII do caput e no parágrafo único do art. 9º-A do Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, incluído pelo Decreto nº 10.010, de 5 de setembro de 2019.

Art. 2º O Ibama acessará as seguintes informações para o desempenho das suas atividades de controle e fiscalização das operações de importação a qualquer tempo:

I - Declaração Única de Importação (Duimp), descritas no Anexo III da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, presente nos seguintes grupos de dados, agrupados pela natureza da informação:

a) identificação;
b) carga;
c) documentos apresentados para instrução do processo de importação;
d) itens da Duimp sujeitos a controle administrativo pelo Ibama, à exceção de informações relativas a tratamento tributário;
e) lista de todos os tratamentos administrativos aplicados à Duimp;

II - Declaração Única de Exportação (DU-E), descritas no Anexo Único da Instrução Normativa RFB n° 1.702, de 21 de março de 2017.

Art. 3º A relação das NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) sujeitas ao controle ambiental de importação e exportação pelo Ibama, para os fins de que trata esta instrução normativa, encontra-se nos Anexos I e II.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa nº 7, de 21 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 5° Esta Instrução Normativa entra em vigor em 01º de janeiro de 2022.

EDUARDO FORTUNATO BIM

ANEXO I

NCMs de exportação controlada pelo Ibama

Nº	NCM	Tema	Norma ambiental de controle
1	1012100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
2	1012900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
3	1013000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
4	1023110	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
5	1023190	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
6	1023911	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
7	1023919	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
8	1023990	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
9	1029000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
10	1031000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
11	1039100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
12	1039200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
13	1041011	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
14	1041019	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
15	1042010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
16	1042090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
17	1051300	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
18	1051400	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
19	1059900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
20	1061100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
21	1061200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
22	1061400	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
23	1061900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
24	1062000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
25	1063100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
26	1063200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
27	1063390	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
28	1063900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
29	1064100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
30	1064900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
31	1069000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
32	2081000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
33	2109911	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
34	2109919	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
35	2109920	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
36	2109930	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
37	2109940	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
38	2109990	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
39	3011190	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Instrução Normativa 01/2012; IN 202/2008; IN 2004/2008

40	3011900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Instrução Normativa 01/2012; IN 202/2008; IN 2004/2008
41	3019210	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
42	3019290	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
43	3019911	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
44	3019991	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
45	3024990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
46	3027300	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
47	3028100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
48	3028200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
49	3028937	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
50	3028990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
51	3029100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
52	3029200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
53	3029900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
54	3032500	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
55	3035990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
56	3038190	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
57	3038200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
58	3038956	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
59	3038990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
60	3039100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
61	3039200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
62	3039990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
63	3044700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
64	3044800	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
65	3044990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
66	3045100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
67	3045600	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
68	3045700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
69	3045900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
70	3046900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
71	3048890	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
72	3048990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
73	3049300	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
74	3049600	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
75	3049700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
76	3049900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
77	3051000	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
78	3052000	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
79	3053100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
80	3053900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
81	3054400	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
82	3054990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
83	3055200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
84	3055390	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
85	3055400	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
86	3055900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
87	3056400	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
88	3056990	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
89	3057100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
90	3057200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
91	3057900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
92	3077100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.

93	3089000	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
94	4071900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
95	5021090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
96	5029010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
97	5029020	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
98	5040019	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
99	5040090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
100	5061000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
101	5069000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
102	5080000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
103	5100090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
104	5119110	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
105	5119190	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
106	5119991	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
107	5119999	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
108	6011000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
109	6029021	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
110	6029029	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
111	6029089	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
112	6029090	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
113	12119090	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
114	13021400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
115	13021999	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
116	15211000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
117	16041800	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
118	16041900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
119	16042090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
120	29031400	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
121	29031910	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
122	29031990	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
123	29033911	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
124	29033911	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
125	29033919	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
126	29033921	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Conjunta Ibama/Anvisa/Mapa Nº 2 de 02/2015
127	29033929	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/ 2000
128	29037100	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
129	29037200	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
130	29037300	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
131	29037400	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
132	29037500	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
133	29037600	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
134	29037711	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
135	29037712	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
136	29037713	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
137	29037721	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
138	29037722	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
139	29037723	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
140	29037724	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
141	29037731	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
142	29037732	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
143	29037733	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
144	29037734	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
145	29037735	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
146	29037736	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
147	29037737	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
148	29037790	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
149	29037911	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
150	29037912	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
151	29037919	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
152	29037920	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e emendas
153	29037929	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
154	29037990	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
155	33012912	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
156	33012913	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
157	33012915	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
158	33012916	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
159	34049029	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
160	35079049	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
161	38130010	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
162	38130020	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
163	38130030	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000 e sucedâneas
164	38130040	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000 e sucedâneas
165	38130090	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
166	38140010	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
167	38140020	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
168	38140030	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
169	38247110	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
170	38247190	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
171	38247200	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
172	38247300	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
173	38247410	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
174	38247420	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
175	38247490	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
176	38247500	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
177	38247600	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
178	38247700	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90
179	38247810	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90
180	38247890	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000

181	38247900	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
182	40111000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
183	40112010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
184	40112090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
185	40113000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
186	40114000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
187	40115000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
188	40117010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
189	40117090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
190	40118010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
191	40118020	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
192	40118090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
193	40119010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
194	40119090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
195	40122000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
196	40129010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
197	40129090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
198	41032000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
199	41064000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
200	41069200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
201	41133000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
202	41139000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
203	41142020	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
204	44011100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
205	44011200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
206	44012100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
207	44012200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
208	44021000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
209	44029000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
210	44031100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
211	44031200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
212	44032500	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
213	44032600	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
214	44034900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
215	44039900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
216	44041000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
217	44042000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
218	44061100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
219	44061200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
220	44069100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
221	44069200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
222	44071900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
223	44072100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
224	44072200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
225	44072910	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
226	44072920	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
227	44072930	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
228	44072940	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
229	44072950	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
230	44072960	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
231	44072970	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
232	44072990	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
233	44079400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
234	44079920	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
235	44079930	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
236	44079960	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
237	44079970	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
238	44079990	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
239	44081010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
240	44081091	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
241	44081099	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
242	44083910	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
243	44083991	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
244	44083992	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
245	44083999	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
246	44089010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
247	44089090	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
248	44091000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
249	44092200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
250	44092900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004
251	44123100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
252	44123300	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
253	44123400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
254	44123900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
255	44129400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
256	44129900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000

257	44181000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
258	44182000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
259	44186000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
260	44187900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
261	44189900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
262	57011011	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
263	57011012	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
264	57011020	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
265	57023100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
266	57024100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
267	57025010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
268	57029100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
269	57031000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
270	60031000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
271	60059010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
272	60061000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
273	61019010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
274	61021000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
275	61031010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
276	61032910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
277	61033100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
278	61034100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
279	61041910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
280	61042910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
281	61043100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
282	61044100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
283	61045100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
284	61046100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
285	61101100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
286	61101900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
287	61119010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
288	61149010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
289	61151013	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
290	61151091	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
291	61152910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
292	61159400	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
293	61169100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
294	62011100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
295	62019100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
296	62021100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
297	62029100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
298	62029200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
299	62031100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
300	62032910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
301	62033100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
302	62034100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
303	62041100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
304	62042100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
305	62043100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
306	62043300	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
307	62044100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
308	62045100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
309	62046100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
310	62059010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
311	62062000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
312	62099010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
313	62104000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
314	62105000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
315	62113910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
316	62142000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
317	63012000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
318	64039990	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
319	84241010	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
320	84241011	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
321	91012900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
322	92021000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
323	92079010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
324	92099200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
325	92099400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
326	92099900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
327	94016100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
328	94016900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
329	94018000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
330	94019010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
331	94036000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
332	94039010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	IN Ibama 15/2011, Portaria MMA 443/2014, Portaria Ibama 3/2004, Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
333	95081000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
334	96011000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
335	96019000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
336	96081000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
337	97050000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000

ANEXO II

NCMS de importação controlada pelo Ibama

Nº	NCM	Tema	Norma ambiental de controle
1	101	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
2	1023110	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
3	1023190	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
4	1029000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
5	103	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
6	104	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
7	1051300	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
8	1051400	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
9	1059900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
10	1061100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
11	1061200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
12	1061300	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
13	1061400	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
14	1061900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
15	1062000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
16	1063100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
17	1063200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
18	1063310	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
19	1063390	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
20	1063900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
21	1064100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
22	1064900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
23	1069000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
24	2081000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
25	2083000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
26	2084000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
27	2085000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
28	2086000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
29	2089000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
30	2109100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
31	2109200	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
32	2109300	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
33	301	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229, DE 22 DE ABRIL DE 2014; IN MAPA/MMA 01/2012 e IN IBAMA 202/2008 e IN 204/2008
34	30191	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
35	30192	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
36	30193	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
37	30199	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
38	30111	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011IN MAPA/MMA 01/2012 eIN IBAMA 202/98
39	3011900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011IN MAPA/MMA 01/2012 eIN IBAMA 202/98
40	3027290	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000. Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998
41	3028100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
42	3028200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
43	3029200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
44	3038200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
45	3039200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
46	3044700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
47	3044800	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
48	3045600	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
49	3045700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
50	3049600	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
51	3049700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
52	3057100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000; DECRETO Nº 8.229/2014
53	3071100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
54	3071900	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014

55	3072100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
56	3073100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
57	3074200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
58	3075100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
59	3077100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
60	3077100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
61	3078100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
62	3078200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
63	3079100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
64	3079100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014
65	3079100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000;DECRETO Nº 8.229/2014 Lei Complementar 140/2011
66	4071900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
67	5021090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
68	5029010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
69	5029020	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
70	5040019	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
71	5040090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
72	5059000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
73	506	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
74	5071000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
75	5079000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
76	5080000	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000
77	5100090	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
78	5119110	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Portaria 145/98 Decreto; DECRETO Nº 8.229/2014
79	5119190	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Portaria 145/98 Decreto; DECRETO Nº 8.229/2014
80	5119910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
81	5119920	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
82	5119991	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
83	5119999	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
84	6029021	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
85	6029089	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
86	6029090	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
87	15211000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
88	16041700	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
89	16041800	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000
90	16043100	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	Decreto 3607/2000
91	16043200	Organismos aquáticos - espécies CITES, exóticos, ornamentais, outros peixes vivos	DECRETO Nº 8.229/2014
92	25172000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
93	25241000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
94	25249000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
95	26020090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
96	26201100	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
97	26201900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
98	26202100	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
99	26202900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
100	26203000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
101	26204000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
102	26206000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
103	26209100	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
104	26209910	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
105	26209990	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
106	26211000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
107	26219010	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
108	26219090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
109	27109100	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
110	27109900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
111	27139000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
112	27150000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
113	28045000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
114	28048000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
115	28049000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
116	28054000	Mercúrio	Decreto nº 97.634/1989, Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
117	28100010	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
118	28112990	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
119	28191000	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
120	28255010	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
121	28261990	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
122	28332520	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
123	28413000	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989

124	29031400	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
125	29031910	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
126	29031990	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
127	29033911	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
128	29033919	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
129	29033921	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Conjunta Ibama/Anvisa/Mapa Nº 2 de 02/2015
130	29033929	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/ 2000
131	29034920	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/ 2000
132	29037100	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
133	29037200	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
134	29037300	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
135	29037400	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
136	29037500	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
137	29037600	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
138	29037711	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
139	29037712	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
140	29037713	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
141	29037721	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
142	29037722	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
143	29037723	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
144	29037724	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
145	29037731	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
146	29037732	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
147	29037733	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
148	29037734	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
149	29037735	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
150	29037736	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
151	29037737	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
152	29037790	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
153	29037911	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
154	29037912	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
155	29037919	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
156	29037920	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e emendas
157	29037990	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
158	29038110	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
159	29038210	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
160	29038220	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
161	29038230	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
162	29038300	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
163	29039210	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
164	29039220	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
165	29039300	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
166	29039918	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo) e Resíduos	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005 (uso em padrão analítico).
			Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012 (resíduo).
167	29039919	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
168	29071200	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
169	29081100	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
170	29081921	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
171	29104000	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
172	29105000	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
173	29203000	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
174	29214322	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
175	29224990	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
176	29242939	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
177	29269023	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
178	29269024	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
179	29269099	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
180	29313911	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
181	29313912	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
182	29319046	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
183	29319090	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
184	29333922	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
185	29333929	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
186	29342040	Preservativo de Madeira	Portaria Interministerial nº 292, de 28 de abril de 1989
187	30029099	Remediador Ambiental	Resolução Conama nº 463, de 29 de julho de 2014 e Instrução Normativa nº 5, de 17 de maio de 2010
188	30069200	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
189	33012912	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
190	33012913	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
191	33012915	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
192	34049029	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
193	35040019	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
194	35079049	Remediador Ambiental	Resolução Conama nº 463, de 29 de julho de 2014 e Instrução Normativa nº 5, de 17 de maio de 2010
195	38040011	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
196	38040012	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
197	38040020	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
198	38085200	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
199	38089322	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
200	38089323	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002

201	38089324	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
202	38089325	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
203	38089326	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
204	38089329	Agrotóxicos não agrícola	Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº4.074, de 04 de janeiro de 2002
205	38130010	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
206	38130020	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
207	38130030	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000 e sucedâneas
208	38130040	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000 e sucedâneas
209	38130090	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
210	38140010	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Instrução Normativa Ibama nº 04/2018 e sucedâneas
211	38140020	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
212	38140030	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
213	38220090	Poluente Org. Persistente (C. Estocolmo)	Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004 e Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005
214	38247110	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
215	38247190	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
216	38247200	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
217	38247300	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
218	38247410	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
219	38247420	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
220	38247490	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
221	38247500	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
222	38247600	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
223	38247700	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90
224	38247810	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90
225	38247890	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
226	38247900	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
227	38248200	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
228	38251000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
229	38252000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
230	38253000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
231	38254100	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
232	38254900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
233	38255000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
234	38256100	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
235	38256900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
236	38259000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
237	38260000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
238	39151000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
239	39152000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
240	39153000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
241	39159000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
242	40040000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
243	40111000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
244	40112010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
245	40112090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
246	40113000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
247	40114000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
248	40115000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
249	40117010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
250	40117090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
251	40118010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
252	40118020	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
253	40118090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
254	40119010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
255	40119090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009
256	40122000	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009, Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
257	40129010	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009, Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
258	40129090	Pneus	Resolução Conama nº 416/2009, Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
259	41152000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
260	4404	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
261	4406	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
262	44072100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
263	44072910	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
264	44072990	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
265	44079990	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
266	44081010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
267	44081099	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
268	44083910	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
269	44083991	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
270	44083999	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
271	44089010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
272	44089090	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
273	44091000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
274	44092200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
275	44092900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
276	44123100	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
277	44123300	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
278	44123400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
279	44123900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
280	44129400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
281	44129900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
282	5101	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
283	5102	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
284	5103	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
285	5104	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
286	5105	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
287	5106	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
288	5107	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
289	5108	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
290	5109	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.

291	5110	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
292	5111	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
293	5112	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
294	5113	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
295	57011011	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
296	57011012	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
297	57011020	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
298	57023100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
299	57024100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
300	57025010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
301	57029100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
302	57031000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
303	60031000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
304	60059010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
305	60061000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
306	61019010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
307	61021000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
308	61031010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
309	61032910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
310	61033100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
311	61034100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
312	61041910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
313	61042910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
314	61043100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
315	61044100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
316	61045100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
317	61046100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
318	61101100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
319	61101900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
320	61119010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
321	61149010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
322	61151013	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
323	61151091	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
324	61152910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
325	61159400	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
326	61169100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
327	62011100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
328	62019100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
329	62021100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
330	62029100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
331	62031100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
332	62032910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
333	62033100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
334	62034100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
335	62041100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
336	62042100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
337	62043100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
338	62044100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
339	62045100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
340	62046100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
341	62059010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
342	62062000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
343	62099010	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
344	62113910	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
345	62142000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
346	63012000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
347	70010000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
348	70111010	Lâmpadas	Lei nº 12.305/2010 e Acordo Setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista
349	70111090	Lâmpadas	Lei nº 12.305/2010 e Acordo Setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista
350	71123010	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
351	71123020	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
352	71123090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
353	78020000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
354	79020000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
355	80020000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
356	81019700	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
357	81029700	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
358	81033000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
359	81043000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
360	81053000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
361	81060090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
362	81073000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
363	81079000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
364	81083000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
365	81089000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
366	81093000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
367	81099000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
368	81102000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
369	81109000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
370	81110010	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012

371	81110020	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
372	81110090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
373	81121300	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
374	81121900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
375	81122200	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
376	81122900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
377	81125200	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
378	81125900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
379	81129200	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
380	81129900	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
381	81125200	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
382	81130090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
383	84241000	Protocolo de Montreal	Decreto 99.280/90 e Resolução Conama nº 267/2000
384	84248119	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
385	84244900	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas - Destaque: somente pulverizadores autopropelidos
386	84291110	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
387	84291190	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
388	84291910	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
389	84291990	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
390	84292010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
391	84292090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
392	84293000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
393	84294000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
394	84295111	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
395	84295119	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
396	84295121	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
397	84295129	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
398	84295191	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
399	84295192	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
400	84295199	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
401	84295211	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
402	84295212	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
403	84295219	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
404	84295220	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
405	84295290	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
406	84295900	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
407	84305000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
408	84324000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
409	84324100	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
410	84324200	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
411	84333000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
412	84335100	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
413	84335200	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
414	84335300	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
415	84335911	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
416	84335919	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
417	84335990	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
418	84368000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
419	84791010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
420	84791090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
421	85061010	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
422	85061020	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
423	85061030	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
424	85063010	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
425	85063090	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
426	85071000	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
427	85071010	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
428	85071090	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
429	85072010	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
430	85072090	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
431	85073011	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
432	85073019	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
433	85073090	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
434	85061011	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
435	85061012	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2008
436	85061019	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2011
437	85061031	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2012
438	85061032	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2013
439	85061039	Pilhas e baterias	Resolução Conama nº 401/2014
440	85393100	Lâmpadas	Lei nº 12.305/2010 e Acordo Setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista
441	85393200	Lâmpadas	Lei nº 12.305/2010 e Acordo Setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista
442	85393900	Lâmpadas	Lei nº 12.305/2010 e Acordo Setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista
443	85481010	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
444	85481090	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
445	85489000	Resíduos	Decreto nº 875/1993 e Resolução Conama n° 452/2012
446	87011000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
447	87012000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
448	87013000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
449	87019010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
450	87019090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas

451	87019100	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
452	87019200	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
453	87019300	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
454	87019410	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
455	87019490	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
456	87019510	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
457	87019590	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
458	87021000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
459	87022000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
460	87023000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
461	87029000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
462	87032100	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
463	87032210	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
464	87032290	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
465	87032310	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
466	87032390	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
467	87032410	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
468	87032490	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
469	87033110	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
470	87033190	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
471	87033210	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
472	87033290	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
473	87033310	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
474	87033390	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
475	87034000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
476	87035000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
477	87036000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
478	87037000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
479	87039000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 415/2009 e sucedâneas
480	87041010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
481	87041090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
482	87042110	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
483	87042120	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
484	87042130	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
485	87042190	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
486	87042210	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
487	87042220	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
488	87042230	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
489	87042290	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
490	87042310	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
491	87042320	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
492	87042330	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
493	87042390	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
494	87043110	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
495	87043120	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
496	87043130	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
497	87043190	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
498	87043210	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
499	87043220	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
500	87043230	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
501	87043290	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
502	87049000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
503	87051010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
504	87051090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 433/2011 e sucedâneas
505	87052000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
506	87053000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
507	87054000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
508	87059010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
509	87059090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
510	87060010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
511	87060020	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
512	87060090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 403/2008 e sucedâneas
513	87111000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
514	87112010	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
515	87112020	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
516	87112090	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
517	87113000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
518	87114000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
519	87115000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
520	87119000	Proconve	Resolução Conama nº 18/86, Resolução Conama nº 432/2011 e sucedâneas
521	91011900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
522	91012100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
523	91012900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
524	91021110	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
525	91021190	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
526	91021210	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
527	91021220	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
528	91021290	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
529	91021900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
530	91022100	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.

531	91022900	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
532	91139000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
533	9201	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
534	92079010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
535	92099200	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
536	92099400	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
537	92099900	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
538	94019010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
539	94036000	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
540	94039010	Madeira Nativa CITES e não CITES, Madeira CITES	Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000
541	95081000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
542	96011000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
543	96019000	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.
544	9706	Fauna silvestre brasileira e exótica, CITES ou não CITES	Portaria Ibama 93, de 07 de julho de 1998 e Decreto 3607, de 21 de setembro de 2000.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 892, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Teresópolis (Processo 02126.001079/2020-57)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24, Anexo I do Decreto n° 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, nomeado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 1280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021;

Considerando a Portaria ICMBio nº 139, de 3 de janeiro de 2013, que estabelece, dentre outras providências, a terminologia "áreas temáticas" para a organização interna da unidade organizacional;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020, que prevê que cada NGI disporá de um Regimento Interno que estabelecerá a sua estrutura gerencial em Áreas Temáticas de atuação, suas competências e outras atribuições regimentais necessárias, observando-se o modelo anexo à Portaria;

Considerando a Portaria ICMBio nº 426, de 11 de maio de 2020, que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Teresópolis;, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Teresópolis, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBio TERESÓPOLIS

CAPÍTULO I - DA CONCEITUAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) - ICMBio TERESÓPOLIS foi constituído como um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial das unidades de conservação federais (UCs), a citar: Área de Proteção Ambiental Guapimirim, Área de Proteção Ambiental de Petrópolis, Estação Ecológica da Guanabara, Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Reserva Biológica do Tinguá.

Art. 2º Este Regimento Interno estabelece a organização e o funcionamento das Bases Avançadas (BAVs), Base de Apoio (BAP) e Áreas Temáticas (ATs) do ICMBio Teresópolis.

Parágrafo único. As Áreas Temáticas constituem uma estratégia de agrupamento dos processos e macroprocessos institucionais de acordo com os principais eixos de trabalho no ICMBio Teresópolis e são estruturadas com a finalidade de atender ao estabelecido nos Planos de Manejo e planejamentos gerenciais anuais, visando alcançar os objetivos de cada UC componente do NGI.

Art. 3º Enquanto Unidades Organizacionais - UORG de apoio à gestão, o ICMBio Teresópolis dispõe das seguintes Bases Avançadas - BAVs:

I - Base Avançada de Guapimirim, situada no município de Guapimirim/RJ; e

II - Base Avançada de Petrópolis, situada no município de Petrópolis/RJ.

Parágrafo único. Os servidores em exercício nas BAVs poderão integrar ou liderar uma ou mais áreas temáticas do ICMBio Teresópolis e executam suas funções de forma integrada com as demais UCs que compõem o núcleo.

Art. 4° Enquanto infraestrutura de apoio à gestão, o NGI ICMBio Teresópolis dispõe da seguinte Base Operacional - BAP:

I - BAP Nova Iguaçu, localizada na Reserva Biológica do Tinguá, no município de Nova Iguaçu/RJ.

Art. 5º As Bases Avançadas poderão dispor de um responsável ou chefe.

§ 1° Quando couber ao responsável ou chefe por uma Base Avançada ser nomeado em cargo ou função gratificada, esta designação caberá ao presidente do ICMBio.

§ 2° O chefe do ICMBio Teresópolis poderá delegar, via Ordem de Serviço, publicada no Boletim de Serviço do ICMBio, atribuições aos chefes, responsáveis e servidores das Bases Avançadas, podendo as BAVs sediar uma ou mais áreas temáticas do NGI.

Art. 6º A BAV Guapimirim constitui-se no setor costeiro-marinho do ICMBio Teresópolis voltado para a gestão da APA Guapimirim e ESEC Guanabara, de forma integrada a todo o NGI.

Art. 7º A BAV Petrópolis e a BAP Nova Iguaçu são partes integrantes do setor serrano do ICMBio Teresópolis e serão voltadas para apoio a proteção ambiental e demais áreas temáticas, de forma integrada a todo o NGI.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 8º O ICMBio Teresópolis é estruturado em 8 (oito) Áreas Temáticas:

I - Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão;

II - Gestão de meios e administração de pessoal;

III - Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - Gestão do conhecimento e monitoramento da biodiversidade;

V - Regularização fundiária e consolidação territorial das UCs;

VI - Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais;

VII - Gestão socioambiental, educação ambiental e apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações locais; e

VIII - Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 9º À Área Temática de Planejamento, coordenação e monitoramento da gestão do NGI compete:

I - acompanhar e colaborar com a construção e execução dos Planos de Ação das Áreas Temáticas, promovendo ajustes de fluxos e procedimentos, de forma alinhada às diretrizes e fluxos institucionais;

II - coordenar a elaboração e supervisionar a execução do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis, de escopo anual, alinhando as atividades, metas e cronogramas dos Planos de Ação das diferentes Áreas Temáticas, em consonância com:

a) o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Vinculadas;

b) os Planejamentos das Gerências Regionais; e

c) os Planos de Manejo, Decretos de criação e orientações dos Conselhos das UCs integrantes.

III - instruir e supervisionar a elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejos das UCs do ICMBio Teresópolis;

IV - monitorar e avaliar a implementação dos Planos de Manejo e, com apoio das demais Áreas Temáticas, alimentar o Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão - SAMGe/ICMBio;

V - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar e otimizar o cumprimento das ações do ICMBio Teresópolis;

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais colaborativos, tais quais conselhos municipais e similares, bem como em instâncias de governança local e regional;

VII - instruir os processos e acompanhar a destinação e execução de recursos de compensação ambiental e/ou advindos da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou similares;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, das atividades de comunicação, entre as quais, a elaboração de conteúdos para divulgação externa, a administração de canais e plataformas de comunicação, a gestão do banco de imagens e das autorizações de seu uso e captação;

IX - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

X - coordenar o planejamento e a implementação, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, do Programa de Voluntariado;

XI - coordenar as atividades de organização e suporte às reuniões dos Conselhos das UCs, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UCs; e

XII - coordenar, elaborar e executar ações de integração das UCs com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UCs.

Parágrafo único. A Área Temática de Planejamento e monitoramento da gestão será coordenada pelo chefe do ICMBio Teresópolis.

Art. 10. À Área Temática de Gestão de meios e administração de pessoal compete:

I - gerenciar demandas administrativas, financeiras e logísticas do ICMBio Teresópolis e de suas Bases Avançadas (BAVs) e Bases Operacionais (BAP), quando existentes;

II - administrar os bens patrimoniais e infraestruturas, efetuando seu inventário na periodicidade pertinente;

III - executar as demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos, efetuando seu inventário e desfazimento na periodicidade pertinente;

IV - executar as demandas administrativas e logísticas relacionadas ao funcionamento dos Conselhos das UCs;

V - atender às demandas administrativas e operacionais relacionadas à gestão de contratos e de projetos especiais;

VI - realizar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, incluindo o registro e acompanhamento de frequência, férias, licenças e capacitação dos servidores, bem como, o suporte administrativo na gestão de colaboradores, estagiários, voluntários e contratos temporários;

VII - elaborar, em articulação com as demais áreas técnicas, plano anual de capacitação dos servidores do ICMBio Teresópolis; e

VIII - realizar as atividades de gestão documental, incluindo protocolo e despacho de documentos.

Art. 11. À Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências compete:

I - coordenar a elaboração, em conjunto com as demais Áreas Temáticas, do Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF das UCs integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis;

II - elaborar e aplicar procedimentos e protocolos para execução e monitoramento das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

III - coordenar a execução das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - articular parcerias e representar ICMBio, sob delegação do chefe do NGI, em ações institucionais coordenadas de proteção, fiscalização e controle de emergências ambientais;

V - coordenar equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas à proteção ambiental;

VI - monitorar os resultados e elaborar relatórios das atividades de proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

VII - operar sistemas necessários à execução das atividades de proteção ambiental e fiscalização e manter atualizada a base de dados de Autos de Infração e Notificações;

VIII - instruir, acompanhar e encaminhar processos administrativos pertinentes à proteção e fiscalização;

IX - zelar pelos bens apreendidos em ações de fiscalização que estiverem sob guarda do ICMBio Teresópolis;

X - receber denúncias de infrações e crimes ambientais e adotar as providências cabíveis;

XI - indicar a necessidade de sinalização dos limites das UCs e implantar equipamentos de sinalização visando à proteção;

XII - analisar e acompanhar a execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas - PRADs, originários de Autos de Infração, no interior ou entorno das UCs, com apoio técnico da área temática especializada;

XIII - coordenar as ações de fiscalização, combate e prevenção aos incêndios e representar o NGI em ações institucionais coordenadas de combate ao fogo; e

XIV - planejar e promover a execução do processo de capacitação, seleção e contratação da brigada de prevenção e combate a incêndios, bem como gerenciar a brigada durante o período de contratação.

Art. 12. À Área Temática de Gestão do conhecimento, conservação e monitoramento da biodiversidade compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Pesquisa e Monitoramento das UCs integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis;

II - Elaborar e executar projetos de pesquisa que visem a conservação e proteção da biodiversidade;

III - receber, analisar, emitir e homologar, via SISBIO, pareceres referentes às solicitações de pesquisa nas UCs;

IV - articular, sob orientação do Chefe do ICMBio Teresópolis, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos prioritários para a gestão;

V - coordenar o trabalho das equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas a pesquisa e monitoramento;

VI - apoiar e acompanhar as atividades de pesquisa, monitoramento e manejo nas UCs;

VII - desenvolver e manter bases de dados atualizadas sobre pesquisas e monitoramentos realizados nas UCs;

VIII - planejar, realizar capacitações e implantar os protocolos de monitoramento da biodiversidade nas UCs do ICMBio Teresópolis;

IX - articular e coordenar a implantação e manutenção de estruturas de apoio às pesquisas e ao monitoramento da biodiversidade nas UCs do ICMBio Teresópolis;

X - com apoio de instituições parceiras, elaborar, implementar, avaliar e atualizar planos de controle de espécies exóticas, de recuperação ambiental e protocolos sanitários nas UCs do ICMBio Teresópolis;

XI - divulgar as atividades de pesquisa e monitoramento em fóruns técnico-científicos, comunidades do entorno das UCs e meios de comunicação acessíveis a todos os públicos;

XII - subsidiar tecnicamente a elaboração/revisão dos Planos de Manejo das UCs e demais planejamentos aplicáveis ao ICMBio Teresópolis; e

XIII - articular e acompanhar acordos de cooperação e parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, visando o apoio financeiro, logístico, técnico e de pessoal para viabilizar, otimizar e monitorar ações de restauração e/ou recuperação florestal e de outros ecossistemas naturais.

Art. 13. À Área Temática de Regularização fundiária e consolidação territorial das UCs compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Consolidação Territorial das UCs integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis;

II - elaborar procedimentos e protocolos para a execução e monitoramento das atividades de implementação do Plano de Consolidação Territorial Integrado;

III - coordenar e acompanhar atividades de regularização fundiária e de consolidação de limites previstas no Plano de Consolidação Territorial Integrado;

IV - instruir e acompanhar os processos administrativos concernentes à consolidação territorial, incluindo demarcação e consolidação de limites das UCs;

V - elaborar relatórios das atividades relacionadas à consolidação territorial das UCs;

VI - produzir, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados sobre imóveis e ocupações nas UCs de proteção integral que integram o NGI;

VII - articular, sob orientação do chefe do ICMBio Teresópolis, parcerias com outras instituições para a consolidação territorial das UCs que integram o NGI; e

VIII - realizar ações de divulgação e orientação sobre os procedimentos e documentos necessários para regularização fundiária das UCs.

Art. 14. À Área Temática de Gestão do uso público, negócios e serviços ambientais compete:

I - elaborar, implementar, avaliar e atualizar o Plano de Uso Público das UCs integrantes do NGI e, a partir destes planejamentos, elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis;

II - regulamentar, ordenar e monitorar a visitação nas UCs seguindo as diretrizes estabelecidas nos seus respectivos Planos de Manejo e de Uso Público;

III - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de autorizações e permissões para atividades de apoio à visitação e ao turismo de base comunitária no ICMBio Teresópolis;

IV - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de concessão de serviços de apoio à visitação no ICMBio Teresópolis;

V - coordenar as equipes de colaboradores oriundos de parcerias interinstitucionais, estágios, programas de voluntariado ou contratos temporários, em atividades relativas ao uso público, negócios e serviços ambientais;

VI - não sendo objeto de concessão, manter e implementar estruturas e equipamentos de suporte à visitação nas UCs, incluindo a implantação e gerenciamento da sinalização de trilhas interpretativas;

VII - divulgar informações sobre os atrativos naturais e culturais, bem como os serviços de apoio à visitação nas UCs;

VIII - executar e/ou acompanhar a execução por parceiros de eventos de formação e capacitação de condutores, guias e operadores de turismo;

IX - acompanhar e fiscalizar processos de concessão florestal nas UCs do ICMBio Teresópolis; e

X - propor, instruir, acompanhar e fiscalizar processos de extração e comercialização de espécimes madeireiras exóticas no ICMBio Teresópolis.

Art. 15. À Área Temática de Gestão Socioambiental, educação ambiental e apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações locais compete:

I - realizar diagnósticos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no apoio ao desenvolvimento socioeconômico das populações de moradores no interior ou no entorno das UCs integrantes do NGI, com especial atenção às populações tradicionais, e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis;

II - fomentar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de atividades geradoras de renda compatíveis com os objetivos das UCs e alinhadas ao perfil sociocultural das populações das regiões das UCs, como o extrativismo sustentável de recursos naturais e pesqueiros, o turismo de base comunitária (TBC), a produção agroflorestal e outras;

III - apoiar e executar ações de integração das UCs com as comunidades residentes em seu interior e entorno, buscando o aumento e a qualificação da participação social nos processos de gestão das UCs;

IV - apoiar e executar, em colaboração com as demais Áreas Temáticas, de atividades de educação e sensibilização ambiental, entre aos quais, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a gestão de visitas educativas;

V - organizar reuniões dos Conselhos das UCs, fornecendo subsídios para elaboração e implementação de seus planos de ação, de acordo com os respectivos planos de manejo e demais instrumentos de gestão das UCs e acompanhando as atividades de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e outras formas de organização decorrentes do funcionamento dos Conselhos das UCs;

VI - articular e executar, com outras instituições públicas e privadas, programas, propostas e atividades que visem o aprimoramento e a sustentabilidade dos sistemas de produção desenvolvidos pelos moradores das regiões das UCs;

VII - planejar e implementar atividades e projetos de engajamento, sensibilização ambiental e de capacitação de moradores das regiões das UCs; e

VIII - apoiar o desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das populações tradicionais das regiões das UCs.

Art. 16. À Área Temática de Licenciamentos, autorizações e ordenamento da ocupação territorial compete:

I - realizar estudos e planejar a atuação e/ou colaboração do ICMBio no ordenamento da ocupação territorial no interior das UCs integrantes do NGI e elaborar o Plano de Ação anual da Área Temática, que comporá o Plano Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis;

II - acompanhar, analisar e manifestar-se, por meio de Parecer Técnico, em processos de Autorização Direta, Ciência no Licenciamento Ambiental e Autorização para Licenciamento Ambiental na área de abrangência das UCs do ICMBio Teresópolis;

III - monitorar o atendimento de condicionantes ambientais das atividades instaladas na área de abrangência das UsC do ICMBio Teresópolis e, em caso de desacordo, adotar as providências cabíveis em articulação com a Área Temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências;

IV - analisar e emitir parecer técnico dos projetos e estudos ambientais com vistas ao licenciamento ambiental;

V - monitorar o uso e a ocupação territorial na área de abrangência do ICMBio Teresópolis e contribuir nas ações interinstitucionais de controle, ordenamento da ocupação e ordenamento das atividades realizadas, em conjunto com a área temática de Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências do NGI ICMBio Teresópolis; e

VI - articular a participação qualificada do ICMBio em fóruns e arranjos institucionais de governança e ordenamento territorial.

Art. 17. São atribuições específicas do chefe do ICMBio Teresópolis:

I - coordenar as atividades administrativas, logísticas, operacionais e de representação institucional do ICMBio Teresópolis, respondendo pela gestão de todas as UCs que integram o NGI;

II - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Gerencial Integrado do ICMBio Teresópolis e supervisionar a execução, monitoramento e avaliação das atividades programadas;

III - presidir os Conselhos das UCs integrantes do ICMBio Teresópolis, buscando promover, consolidar e integrar estes fóruns representativos de gestão social;

IV - supervisionar os trabalhos realizados nas Áreas Temáticas, buscando promover e consolidar a ação colaborativa entre suas equipes técnicas;

V - supervisionar a representação do ICMBio Teresópolis nos convênios, parcerias e acordos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais;

VI - responder pelas atividades essenciais das Áreas Temáticas nos impedimentos legais ou faltas de seus respectivos coordenadores ou servidores designados;

VII - aprovar os Planos de Trabalho Individuais dos servidores, após a aprovação do coordenador de cada Área Temática;

VIII - realizar a avaliação de desempenho individual anual dos servidores em exercício no ICMBio Teresópolis, em conjunto com os coordenadores de cada Área Temática;

IX - emitir parecer conclusivo sobre assuntos colocados ao seu exame e decisão; e

X - quando necessário, convocar, em articulação com a Área Temática Proteção ambiental, fiscalização e controle de emergências, os servidores do ICMBio Teresópolis a participarem de ações de proteção.

Art. 18. São atribuições dos responsáveis pela coordenação das Áreas Temáticas:

I - coordenar e implementar as atividades que competem às Áreas Temáticas para os quais forem designados;

II - identificar oportunidades de captação de recursos e elaborar planos de trabalho, solicitações de aplicação de recursos, dentre outros documentos processuais, destinados ao fortalecimento das Áreas Temáticas em que atuam;

III - cumprir atribuições específicas definidas formalmente pela chefia do ICMBio Teresópolis;

IV - manter regularmente atualizados os registros das atividades realizadas, conforme os instrumentos de gestão definidos em conjunto com a chefia do ICMBio Teresópolis;

V - coordenar a elaboração e execução dos Planos de Trabalho Individuais dos servidores;

VI - elaborar relatório anual de atividades da Área Temática a qual for designado; e

VII - responder junto à Sede e aos Centros de Pesquisa e Conservação como ponto focal dos processos e macroprocessos institucionais abrangidos por sua Área Temática.

Art. 19. São atribuições dos servidores do ICMBio Teresópolis:

I- executar as atividades que lhes forem delegadas pela chefia do ICMBio Teresópolis e pelo coordenador da Área Temática em que atua, respeitadas as atribuições dos cargos e as competências institucionais;

II - elaborar manifestações técnicas de sua área de competência;

III - elaborar relatórios de atividades e manter atualizados bancos de dados relacionados;

IV - operar sistemas de informação necessários à execução das atividades; e

V - zelar pela integridade, manutenção, limpeza e utilização adequada das infraestruturas, instalações e equipamentos compartilhados.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Art. 20. As infraestruturas, instalações e equipamentos disponibilizados para as UCs que integram o NGI compreendem bens que serão geridos pelo ICMBio Teresópolis de forma harmônica e compartilhada, no desenvolvimento articulado de todas as Áreas Temáticas, visando o benefício comum das UCs componentes.

Art. 21. Os recursos orçamentários e financeiros serão compartilhados de forma harmônica entre as UCs integrantes do ICMBio Teresópolis.

Art. 22. Sempre que possível, e quando assim não for impedido, a aplicação dos recursos oriundos de projetos especiais e outras fontes não orçamentárias deverá ser orientada para beneficiar todas as unidades integrantes do ICMBio Teresópolis.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES DE TRABALHO E PLANEJAMENTO

Art. 23. Deverão ser realizadas reuniões mensais de trabalho pela equipe do ICMBio Teresópolis, visando avaliar as atividades realizadas, compartilhar os resultados alcançados e programar as ações a serem executadas pelas Áreas Temáticas, tendo por referência o Planejamento Gerencial Integrado do NGI, os Planos de Manejo das UCs, os planos de trabalho das Áreas Temáticas e o Planejamento Estratégico do ICMBio.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas por meio de Ata ou Memória de Reunião e disponibilizadas em respectivo processo eletrônico SEI.

Art. 24. Deverá ser realizado, anualmente, um Seminário de Avaliação e Planejamento Integrado do ICMBio Teresópolis, que orientará a elaboração dos respectivos planos de trabalho das Áreas Temáticas.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser cometidas às Áreas Temáticas e aos seus servidores, com o propósito de cumprir os objetivos das UCs.

Art. 26. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão dirimidos pela chefia do ICMBio Teresópolis, ouvidas, quando necessário, as instâncias superiores

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.095/SPE/MME, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 406, de 16 de outubro de 2017, e o que consta no Processo nº 48000.001841/2011-2, resolve:

Art. 1º Definir o novo montante de garantia física de energia da Usina Hidrelétrica Teles Pires, na forma do Anexo a presente Portaria.

§ 1º O montante de garantia física de energia constante nos Anexo é determinado na Barra de Saída do Gerador.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Ficam revogados os montantes de garantia física, publicados nos Anexos I e II da Portaria SPE/MME nº 35, de 22 de maio de 2012, referente à UHE Teles Pires.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DA UHE TELES PIRES

UHE	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Nº de Unidades	Potência instalada (MW)	Garantia física de energia Vigente (MWmed)	Variação de Garantia física de energia (MWmed)	Novo montante de Garantia Física de Energia (MWmed)
Teles Pires	UHE.PH.PA. 030557-0-01	5	1.819,8	930,7	8,7	939,4

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.856, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002672/2006-50. Interessado: Telegráfica Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública complementar áreas necessárias à operação da PCH Telegráfica, CEG n° PCH.PH.MT.028820-9.01, localizada nos municípios de Sapezal e Campos de Júlio, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.906, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004838/2021-09. Interessada: Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área necessária à implantação da Subestação 40 kV Nantes, localizada no município de Nantes, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.980, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005033/2020-93. Interessados: Companhia Energética do Piauí - Equatorial Piauí, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, concessionárias de transmissão de energia - DIT/CCT; Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE, São Pedro Transmissora de Energia S.A. - São Pedro, Arteon Z2 Energia S.A - Z2, Serra de Ibiapaba de Energia - SITE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A - Equatorial Piauí, a vigorar a partir de 2 de dezembro de 2021, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 953, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera a Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, para regular a Lei nº 14.203, de 10 de setembro de 2021, que torna obrigatória a atualização do cadastro e a inscrição automática dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica-TSEE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, na Lei nº 14.203, de 10 de setembro de 2021, no Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 e o que consta do Processo nº 48500.004536/2021-22, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução Normativa nº 414, de 2010, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 53-D.....

.....

§3º Cada família terá direito ao benefício da TSEE em apenas uma unidade consumidora, sendo que, caso seja detectada duplicidade no pedido ou no recebimento da TSEE, a distribuidora deve aplicar o benefício apenas na unidade consumidora em que, sucessivamente, sejam satisfeitos um dos seguintes critérios:

I - utilizada pelo responsável pela unidade familiar;

II - cujo endereço da unidade consumidora seja o mesmo do Cadastro Único ou do cadastro de beneficiários do BPC;

III - o titular da unidade consumidora pertença à família; ou

IV - a data de conexão ou de alteração de titularidade seja mais recente.

.....

§6º Ao deixar de utilizar a unidade consumidora a família deve informar à distribuidora o seu novo endereço, que fará as devidas alterações cadastrais.

.....

....." (NR)

"Art. 53-W.....

.....

II - pela verificação da distribuidora que a unidade consumidora atende aos requisitos para enquadramento mais benéfico ao consumidor, independentemente da solicitação, devendo ocorrer de forma automática e obrigatória para as subclasses residencial baixa renda conforme art. 53-Y; e

.....

....." (NR)

"Art. 53-X.....

.....

§8º O disposto no inciso I não se aplica para o benefício tarifa social no caso em que o cadastro da família ficar desatualizado há mais de dois anos, devendo a distribuidora observar a repercussão cadastral, conforme inciso II." (NR)

"Art. 53-Y A distribuidora deve verificar se as unidades consumidoras da classe residencial atendem aos critérios do art. 53-D e classificar em uma das subclasses residencial baixa renda, independentemente da solicitação, nas seguintes situações:

I - ligação nova;

II - alteração de titularidade; e

III - quando da disponibilização dos cadastros do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico e do benefício de prestação continuada da assistência social - BPC pelo Ministério da Cidadania e ANEEL.

§ 1º A distribuidora deve realizar o procedimento previsto no caput conforme disposições a seguir:

I - no caso dos incisos I e II do caput: o primeiro faturamento deve ser realizado nas subclasses residencial baixa renda; e

II - no caso do inciso III do caput: em até de 10 (dez) dias úteis contados a partir da notificação da ANEEL informando da disponibilização das bases, devendo a classificação ocorrer até o primeiro ciclo completo de faturamento subsequente ao da verificação.

§2º No caso dos incisos I e II do caput, o prazo do §1º fica suspenso enquanto houver indisponibilidade dos sistemas de consulta do CadÚnico e do BPC necessários para a verificação do enquadramento.

§ 3º Para realizar a verificação a distribuidora deve utilizar o CPF e, quando disponíveis em seu cadastro, o código familiar no CadÚnico, o Número de Identificação Social - NIS e o Número do Benefício - NB de prestação continuada.

§ 4º Independentemente de comprovação de dolo ou culpa da distribuidora, o consumidor tem direito à devolução em dobro do valor faturado a maior, conforme art. 113, desde o prazo em que deveria ter ocorrido a concessão do benefício, caso satisfeitas as seguintes condições:

I - a distribuidora não realizou a verificação disposta neste artigo; e

II - seja comprovado que a família se enquadrava nos critérios para o recebimento da TSEE e que os dados cadastrais permitiriam a classificação.

§ 5º O disposto do caput não se aplica para os enquadramentos no inciso III do art. 53-D, exceto se a família apresentar à distribuidora no pedido de ligação nova ou de alteração de titularidade o relatório e atestado subscrito por profissional médico que certifiquem a situação clínica e de saúde do morador. " (NR)

Art. 2º A distribuidora deve realizar a busca das famílias do CadÚnico e do BPC que estão em sua área de atuação, atendem aos critérios do art. 53-D da Resolução Normativa nº 414, de 2010, e não foram identificadas na primeira verificação realizada do art. 53-Y da Resolução Normativa nº 414, de 2010, por meio de:

I - contato telefônico;

II - visita técnica ao endereço constante do CadÚnico e do BPC; ou

III - outro meio que permita a identificação.

§ 1º A busca prevista no caput deve ser realizada nos seguintes prazos:

I - até 30 de junho de 2022, para a concessionária com até 120.000 (cento e vinte mil) unidades consumidoras e para as permissionárias; e

II - até 31 de dezembro de 2022, para as demais distribuidoras não enquadradas no inciso I do § 1º.

§2º Durante a realização da busca prevista no caput, a distribuidora deve:

I - coletar informações que permitam associar o cadastro da família no CadÚnico e no BPC à unidade consumidora utilizada pela família, quando for o caso; e

II - realizar ampla campanha de divulgação voltada à classe residencial que ainda não receba a TSEE, de modo a esclarecer que em caso de cadastramento no CadÚnico e/ou no BPC a família deve entrar em contato com a distribuidora.

§ 3º A distribuidora deve realizar a campanha prevista no § 2º em sua página na internet, nas redes sociais, por meio de mensagens eletrônicas e outros meios de comunicação.

§ 4º Até o último dia útil do mês subsequente ao término do período previsto no § 1º a distribuidora deve entregar à ANEEL, conforme instruções, o resultado da busca realizada.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.626, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005243/2018-67, decide por (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Nova Guaporé Energética S.A. em face Auto de Infração nº 2/2017, lavrado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER e, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) determinar o integral cumprimento do Auto de Infração nº 2/2017, em até 15 (quinze) dias contados da publicação desta Decisão.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.631, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004552/2021-15, decide por (i) negar a concessão da medida cautelar com vistas a autorizar o agente custodiante a validar as Garantias de Propostas e, consequentemente, a habilitar os Empreendimentos Colomerbar 1 e 2 para participação no Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021-ANEEL, ante ao não preenchimento dos requisitos necessários; (ii) conhecer, haja vista que tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Colomer Barbosa Design e Representação Ltda., contra decisão da Comissão Especial de Licitação - CEL de não prorrogar o prazo para inscrição e aporte de Garantia de Proposta; e (iii) negar provimento, em razão da perda superveniente do objeto do recurso.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.702, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005726/2020-86, decide: (i) conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) manter a decisão exarada pelo Despacho nº 1.373, de 17 de maio de 2021, no sentido de (ii.a) determinar que a COELBA efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior, nos termos do art. 113, inc. II, da Resolução Normativa nº 414, de 2010, alterado pelo Despacho ANEEL nº 18, de 2019, no período de 29/04/2009 a 01/11/2017; e (ii.b) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.708, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004991/2021-28, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. - EAM, contra o Despacho nº 3.171, de 13 de outubro de 2021, emitido pela Superintendência de Regulação do Serviços de Transmissão - SRT, que indeferiu o pleito da Recorrente e, no mérito, negar-lhe provimento ao pedido de reestabelecimento da integralidade de isenção de aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI para a realização de manutenções preventivas e preditivas nas instalações recebidas da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.735, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 14, parágrafo primeiro, da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.003259/2003-04, decide declarar extinto o processo, sem julgamento do mérito, em face da perda de objeto.

EFRAIN PEREIRA DA CRUZ

DESPACHO Nº 3.739, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta na Portaria nº 5, de 5 de abril de 2021, do Ministério de Minas e Energia - MME e no Processo nº 48500.002382/2020-53, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento parcial à solicitação da Âmbar Energia Ltda. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Cuiabá (Código CEG: UTE.GN.MT.027003-2.01); e (ii) determinar a aplicação dos valores constantes na tabela abaixo, em substituição aos valores constantes do Despacho nº 2.827, de 10 de setembro de 2021, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para fins de planejamento e programação da operação eletroenergética do SIN a partir da data de publicação deste Despacho e até 15/11/2021, e à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para fins de contabilização da geração verificada, no período de 03/11/2021 até 15/11/2021.

Item homologado, nos termos da Portaria MME nº 5/2021	Valor
CVU (sem a inclusão dos custos fixos) (1)	R$ 2.338,26/MWh
Parcela de custo fixo	R$ 131,81/MWh
CVU (com a inclusão dos custos fixos) (2)	R$ 2.470,07/MWh
Montante de geração necessário à recuperação dos custos fixos	357.120 MWh

(1) CVU válido após o atingimento do montante de geração para recuperação dos custos fixos.
(2) CVU válido até o atingimento do montante de geração para recuperação dos custos fixos.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.799, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº: 48500.001525/2021-91. Interessado: Camil Alimentos S.A. Decisão: Alterar, a pedido do interessado, o Despacho nº 3.408, de 26 de outubro de 2021, a fim de registrar a alteração da potência instalada, de 10.000 kW, para 12.090 kW, constante do Despacho de Registro de Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Termelétrica - UTE Camil Cambaí, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.AI.RS.056664-0.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 3.810, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 48500.005657/2007-33. Interessado: Pacífico Mascarenhas Energética LTDA. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Pacífico Mascarenhas, cadastrada no CEG sob o nº CGH.PH.MG.001928-3.02. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 3.830, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o disposto na Resolução Normativa nº 876, de 10 de março de 2020, e o que consta do Processo nº 48500.005911/2020-71, decide: revogar, a pedido, o Anexo VIII, do Despacho nº 315, de 5 de fevereiro de 2021, que registrou o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Eólica - EOL Assuruá 4 VIII em favor da empresa CEA IV - Centrais Eólicas Assuruá IV SPE S.A.

RENATO MARQUES BATISTA

DESPACHO Nº 3.834, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº: 48500.003472/2014-13. Interessado: Césio Silva Lemos. Decisão: (i) suspender os prazos constantes dos itens III e IV do Despacho nº 1.689, de 5 de julho de 2017; e (ii) declarar que não serão concedidos registros para centrais geradoras de capacidade reduzida no trecho do ribeirão Quarenta e Quatro onde se localiza o aproveitamento CC-44-01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 3.757, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº: 48500.005922/2021-31. Interessadas: CEMIG-GT - CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A; COPEL-GT - COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.; CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; ELETRONORTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE; FURNAS - Furnas Centrais Elétricas S/A. Decisão: alterar informações de 100 reforços de pequeno porte e autorizar 1 reforço de pequeno porte, conforme indicado no Anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 3.578, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº: 48500.005921/2021-97. Interessadas: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; ELETRONORTE - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE; EVRECY - EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.; FURNAS - Furnas Centrais Elétricas S/A; IEJAPI - INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SERRA DO JAPI S A. Decisão: revogar reforços de pequeno porte, conforme indicado no Anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 2 de dezembro de 2021.

Nº 3.835 Processo nº: 48500.002543/2018-94. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 15 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 15. Unidades Geradoras: UG5, de 4.200,00 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 3.836 Processo nº: 48500.005077/2019-80. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 16 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 16. Unidades Geradoras: UG4, de 4.200,00 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 3.837 Processo nº: 48500.005074/2019-46. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 25 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 25. Unidades Geradoras: UG1, de 4.200,00 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 3.838 Processo nº: 48500.005082/2019-92. Interessados: Eol Maral I SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Filgueira I. Unidades Geradoras: UG6 a UG8, de 3.550,00 kW cada. Localização: Município de Areia Branca, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 3.839 Processo nº: 48500.001137/2019-95. Interessados: Chafariz 4 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Chafariz 4. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 3.465,00 kW cada. Localização: Municípios de Areia de Baraúnas e Santa Luzia, no estado da Paraíba.

Nº 3.840 Processo nº: 48500.003056/2018-49. Interessados: Chafariz 3 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Chafariz 3. Unidades Geradoras: UG8 e UG9, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Santa Luzia, no estado da Paraíba.

Nº 3.841 Processo nº: 48500.001120/2019-38. Interessados: Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 14. Unidades Geradoras: UG8 e UG12, de 4.200,00 kW. Localização: Municípios de Caiçara do Rio do Vento e Riachuelo, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho Nº 3.127, de 05 de outubro de 2021, publicado em resumo no D.O. de 6/10/2021, Seção 1, p. 92, v. 159, n. 190, onde se lê: "liberar a unidade geradora UG7, de 4.200,00 kW de capacidade instalada, da EOL Ventos de Santa Esperança 22", leia-se: "liberar a unidade geradora UG7B, de 4.200,00 kW de capacidade instalada, da EOL Ventos de Santa Esperança 22".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 3.820, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 149, de 28 de fevereiro de 2005, e o que consta do Processo nº 48500.005869/2021-79, decide anuir previamente ao pedido da AES Brasil Operações S.A. de alteração de seu Estatuto Social para redução de seu Capital Social, conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 3.844, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA E O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio das Portarias n° 4.659, de 18 de julho de 2017 e nº 3.926, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012, na Correspondência protocolada sob o nº 48513.030693/2021-00 e o constante do Processo nº 48500.004333/2021-36, decide: (i) considerar atendida, pela Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE T, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 3.043, de 30 de setembro de 2021; e (ii) estabelecer que os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica deverão ser assinados pela Concessionária em até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura deste Despacho.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.842, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta na Portaria n° 5, de 5 de abril de 2021, do Ministério de Minas e Energia - MME e no Processo nº 48500.000286/2015-11, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento parcial à solicitação da UEG Araucária Ltda. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Araucária, código CEG: UTE.GN.PR.027733-9.01; e (ii) determinar que (ii.a) a partir da data de publicação deste Despacho até 31 de dezembro de 2021 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS aplique o CVU no valor de R$ 2.084,34/MWh (dois mil e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos por megawatt-hora), para fins de planejamento e programação da operação eletroenergética do SIN, e (ii.b) que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE utilize para fins de contabilização da geração verificada no período de 6 de novembro de 2021 até 15 de novembro de 2021, o CVU no valor de R$ 1.990,96/MWh (mil e novecentos e noventa reais e noventa e seis centavos por megawatt-hora), e no período de 16 de novembro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, o valor indicado no item (ii.a).

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

DESPACHO Nº 3.843, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta na Portaria n° 5, de 5 de abril de 2021, do Ministério de Minas e Energia - MME e no Processo nº 48500.002382/2020-53, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento parcial à solicitação da Âmbar Energia Ltda. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Cuiabá (Código CEG: UTE.GN.MT.027003-2.01); e (ii) determinar a aplicação do CVU no valor de R$ 2.188,30/MWh (dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta centavos), em substituição aos valores constantes do DSP 2.827, de 10/09/2021, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para fins de contabilização da geração verificada, no período de 16/11/2021 até 28/11/2021.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELAÇÃO 326/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(262)
830.711/2018-ANDREA ARBEX RODRIGUES
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
831.404/2018-MARIA LUCIA MELO DA SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.264/2010-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-OF. N°43533/2021/UAPM-MG/ANM.
830.490/2004-SPE MINESA & BENTES MINERACAO LTDA-OF. N°43072/2021/UAGV - MG/ANM
830.833/2001-JOSÉ SILVA LAPA-OF. N°43017/2021/UAGV-MG/ANM
831.250/2015-LC COMERCIO E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°43631/2021/DIREM-MG/ANM
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.165/2019-V & M MINERADORA LTDA. -Alvará N°1192/2021
831.261/2017-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG -Alvará N°2961/2018
831.260/2017-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG -Alvará N°8893/2018
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
831.447/2018-EDGARD PIGATTI
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.447/2018-EDGARD PIGATTI
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
831.250/2015-LC COMERCIO E TRANSPORTES LTDA. ME- AI N°7367/2021/DIREM-MG/ANM -(Proc.Adm. 934.221/2021)
832.955/2010-MINERACAO SALINAS LTDA- AI N°7369/2021/DIREM-MG/ANM -(Proc.Adm. 934.223/2021)
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
832.955/2010-MINERACAO SALINAS LTDA-ALVARÁ N°12714/2011
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
006.127/1966-AMG BRASIL S.A.-Minério de Tântalo, Minério de Nióbio, Minério de Estanho, Minério de Lítio e Feldspato
000.466/1943-AMG BRASIL S.A.-Minério de Tântalo, Minério de Nióbio, Minério de Estanho, Minério de Lítio e Feldspato
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
006.127/1966-AMG BRASIL S.A.-Anfibolito
000.466/1943-AMG BRASIL S.A.-Anfibolito
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
006.127/1966-AMG BRASIL S.A.-OF. N°40258/2021/UAPC-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGEM ÁGUA FRIA-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-930.096/2000-AI. N°7105/2021/GER - MG/DISBM - MG - (Proc.Adm. 48054.934127/2021-68)
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
804.844/1977-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- Início:22/10/2021-Término:22/10/2026
811.917/1975-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- Início:22/10/2021-Término:22/10/2026
830.560/1980-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- Início:22/10/2021-Término:22/10/2026
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
832.697/2010-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°43624/2021/UAGV-MG/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.603/1997-PORTO DE AREIA ALMEIDA LTDA.- Registro de Licença N° 1016?/1999 - Vencimento em 10/01/2023.
831.946/2011-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP- Registro de Licença N° 4365/2015 - Vencimento em 17/12/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.603/1997-PORTO DE AREIA ALMEIDA LTDA.-OF. N°41611/2021/DFMNM-MG/ANM
832.196/2015-MINERAÇÃO SÃO JORGE LTDA ME-OF. N°41605/2021/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.036/2013-AREAL CASSIA LTDA-OF. N°41638/2021/DFMNM-MG/ANM
830.714/2021-LOGFER LOGÍSTICA FERROVIÁRIA LTDA-OF. N°41637/2021/DFMNM-MG/ANM
832.998/2006-R D M MINERACAO LTDA-OF. N°41631/2021/DFMNM-MG/ANM
833.370/1996-SABOR DA MANHÃ LTDA-OF. N°41618/2021/DFMNM-MG/ANM
832.270/2012-D.R. EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-OF. N°41640/2021/DFMNM-MG/ANM
830.440/2017-AREAL RIO DOCE LTDA-OF. N°41169/2021/DFMNM-MG/ANM
832.791/2002-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°42986/2021/DFMNM-MG/ANM
832.697/2004-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.-OF. N°42987/2021/DFMNM-MG/ANM
833.727/1995-SABOR DA MANHÃ LTDA-OF. N°40805/2021/DFMNM-MG/ANM
832.447/2016-DRAGAGEM E LOCAÇÕES RP LTDA.-OF. N°41109/2021/DFMNM-MG/ANM
830.730/2008-MCA MINERACAO LTDA-OF. N°40541/2021/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.262/2021-MINERACAO LIZ LTDA-OF. N°41601/2021/DFMNM-MG/ANM
832.404/2021-GERALDO AMARO DA SILVA - ME-OF. N°41563/2021/DFMNM-MG/ANM
832.405/2021-MARCELO ABRÃO CARLONI EPP-OF. N°41558/2021/DFMNM-MG/ANM
832.517/2021-RAFAEL VIEIRA DA SILVA 08028466613-OF. N°41553/2021/DFMNM-MG/ANM
832.548/2021-WILSON REZENDE DE LIMA-OF. N°41537/2021/DFMNM-MG/ANM
832.384/2021-JONAS MELLO DE PAIVA-OF. N°41115/2021/DFMNM-MG/ANM
832.383/2021-BRITAS PAIULIM LTDA-OF. N°41119/2021/DFMNM-MG/ANM
832.305/2021-JURACI FREIRE MARTINS EI-OF. N°41148/2021/DFMNM-MG/ANM
832.549/2021-WILSON REZENDE DE LIMA-OF. N°41527/2021/DFMNM-MG/ANM
830.518/2021-CERAMICA LEAL LTDA-OF. N°41226/2021/DFMNM-MG/ANM
832.248/2021-ALAERCIO VITOR NOVAES-OF. N°41205/2021/DFMNM-MG/ANM
833.172/2015-F & F SERVICOS E EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA-OF. N°41008/2021/DFMNM-MG/ANM
830.960/2020-IMPERIO MINERACAO EXPORTACAO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°38973/2021/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
832.360/2021-CARLOS ANTONIO DIAS
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
830.841/2020-VEM EMPACOTAMENTO LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
831.226/2020-IMPERATRIZ MINERAÇÃO COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA
832.378/2008-SERGIO LEVY SOUZA E SILVA
Indefere pedido de reconsideração(181)
830.079/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.630/2021-PITANGUI PEDRAS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.316/2021-MINERALS TRADING COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE EXTRACAO MINERAL LTDA-OF. N°42671/2021/DIREM-MG/ANM
831.280/2021-JOAQUIM MARTINO FERREIRA-OF. N°43020/2021/DIREM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
GERENTE REGIONAL

DESPACHO
Relação nº 327/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
830.711/2018-ANDREA ARBEX RODRIGUES- DOU de 25/03/2021
Retificação de despacho(1387)
831.919/2017-MINERACAO PAIS & FILHOS LTDA - Publicado DOU de 13/04/2021, Relação n° 87/2021, Seção 1, pág. - ONDE ESTÁ ESCRITO :GUIA DE UTILIZAÇÃO Nº 135/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG - TITULAR DO DIREITO MINERÁRIO - Mineração Estrela Ltda. Me - LEIA-SE:GUIA DE UTILIZAÇÃO Nº 135/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG - TITULAR DO DIREITO MINERÁRIO : Mineração Pais & Filhos LTDA. - CNPJ: 42.769.956/0001-00
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
834.261/2008-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- DOU de 26/11/2009

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 83/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.305/1995-AREAL DA SEVERINA LTDA- Registro de Licença N° 1.033/1997 - Vencimento em 27/07/2025
890.546/2009-IRMÃOS VINA BARCELOS LTDA- Registro de Licença N° 2.653/2011 - Vencimento em 14/09/2026
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.168/2015-CERÂMICA SANTO AMARO DE CAMPOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.666/2014-TAMOIO ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA-OF. N°41.312/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.667/2014-TAMOIO ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA-OF. N°41.356/2021/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.327/2017-COOPERATIVA DOS MINERADORES DO RIO SANTANA-OF. N°42088/2021/SEFAM-RJ/GER-RJ
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
890.154/2015-MINERAÇOES ARSA LTDA

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 92/2021

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.696/2016-THOR GRANITOS E MARMORES LTDA-OF. N°42183/2021/SEFAM-CE/ANM.
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
800.249/2011-GALDINO A MAGALHAES
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.332/1995-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI- Alvará n° 9021/2002 - Cessionário: SOUTH ATLANTIC GOLD BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.- CNPJ 39.652.079/0001-70.
800.334/1995-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI- Alvará n° 9022/2002 - Cessionário: SOUTH ATLANTIC GOLD BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- CNPJ 39.652.079/0001-70.
800.331/2003-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI- Alvará n° 481/2004 - Cessionário: VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- CNPJ 07.436.787/0001-88.
800.152/2004-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI- Alvará n° 377/2005 - Cessionário: SOUTH ATLANTIC GOLD BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.- CNPJ 39.652.079/0001-70.
800.182/2004-CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ- Alvará n° 13755/2005 - Cessionário: CARBOMIL QUÍMICA S.A- CNPJ nº 07.645.062/0001-08.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.285/2021-BRITAGEM PADRE CICERO LTDA-OF. N°41707/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.182/2021-L J L SOUSA MINERACAO-OF. N°43510/2021/SEFAM-CE/ANM.
800.176/2020-LUIZA A DE OLIVEIRA-OF. N°42118/2021/SEFAM-CE/ANM.
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.738/2021-MACIEL CONSTRUCOES E TERRAPLANAGENS S.A-Registro de Licença N° 75/2021-ANM/CE - Vencimento em 26/10/2022.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
800.112/2020-FRANCISCO SAVIO CAMPOS JUNIOR-OF. N°44096/2021/SEFAM-CE/ANM.

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 109/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.092/2017-MINA MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.-CAULIM-EQUADOR/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.073/2018-ILENA MARIA ALBUQUERQUE-OF. N°42934/2021/SEFAM-RN/ANM
848.167/2018-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°43733/2021/SEFAM-RN/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
848.139/2019-AREIA MT EIRELI-ANGICOS/RN, FERNANDO PEDROZA/RN - Guia n° 8/2021-50.000toneladas-Areia- Vigência da Guia:3 anos
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
848.105/2019-M SEABRA ALVES EPP
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
848.215/2015-ILENA MARIA ALBUQUERQUE - AI N°5871/2021
848.233/2015-ILENA MARIA ALBUQUERQUE - AI N°5872/2021
848.142/2016-MARCONDES MISSIAS DA SILVA MEDEIROS ME - AI N°5877/2021
848.209/2016-ROBERTO SEBASTIÃO DA SILVA - AI N°5879/2021
848.210/2016-CARRARO CONSULTORIA EM LICITAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI EPP - AI N°5880/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.207/2007-FRANCISCO GUEDES JUNIOR-OF. N°43060/2021/SEFAM-RN/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.286/2011-CARAMURU MINERACAO - EIRELI-IELMO MARINHO/RN, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN - Guia n° 7/2021-30.600toneladas-Areia- Vigência da Guia:3 anos
848.296/2015-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-EQUADOR/RN, JUNCO DO SERIDÓ/PB - Guia n° 9/2021-4860toneladas-Xisto- Vigência da Guia:3 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
848.372/2021-FRANCISCO CANINDE RIBEIRO BRANDAO

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 110/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.024/2018-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME-Registro de Licença N° 03/2018 - Vencimento em INDETERMINADO

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

RETIFICAÇÃO

Na Relação 571/2021 da Coordenação de Gestão das Receitas, publicada no DOU de 26/11/2021, Seção 1 página 117, onde se lê: "Torna sem Multa Aplicada .....", leia-se "Torna sem efeito Multa aplicada.....".

RETIFICAÇÃO

Na Relação 572/2021 da Coordenação de Gestão das Receitas, publicada no DOU de 26/11/2021, Seção 1 página 117, onde se lê: "Torna sem Multa Aplicada .....", leia-se "Torna sem efeito Multa aplicada.....".

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 589/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) Jasmin Manganês Ltda - 844018/21 - A.I. 5553/21

JOSÉ ROMILDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 9.791, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48071.846293/2021-08-MINERACAO BOA VISTA LTDA (Documento SEI: 3327164)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848274/2021-18-SERGIO ROBERTO COSTA COELHO (Documento SEI: 3327166)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.793, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840302/2021-17-CLCAMPOS TRADING AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 3327165)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.794, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840297/2021-42-CLCAMPOS TRADING AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 3327172)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.795, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840296/2021-06-CLCAMPOS TRADING AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 3327175)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.796, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832525/2021-41-CLCAMPOS TRADING AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 3327194)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.797, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832522/2021-15-CLCAMPOS TRADING AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 3327197)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.799, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.872177/2021-45-Rildo Mendes de Almeida (Documento SEI: 3327199)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.798, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48054.832521/2021-62-CLCAMPOS TRADING AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 3327200)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.800, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.872176/2021-09-Rildo Mendes de Almeida (Documento SEI: 3327206)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 9.801, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48053.820765/2021-11-FATIMA SODRE RIBEIRO MIGUEL E OUTROS (Documento SEI: 3327209)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 634/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9802/2021-844.049/2021-CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S A-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 645/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

850.154/2020 - ITUBRITA MINERAÇÃO LTDA - ALVARÁ Nº 9803/2021 - Destacado do Processo 850.534/2017 - ALVARÁ Nº 6641/2017 - Vencimento em 31/12/2022

850.156/2020 - ITUBRITA MINERAÇÃO LTDA - ALVARÁ Nº 9804/2021 - Destacado do Processo 850.534/2017 - ALVARÁ Nº 6641/2017 - Vencimento em 31/12/2022

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 764, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.223095/2021-19, resolve: autorizar a empresa SOCIEDADE FOGÁS LTDA, CNPJ nº 04.563.672/0026-14, a operar a instalação de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP) envasado e a granel, localizada a Rua N, 1456 - Quadra Industrial 07, Lotes 25 a 33 - Distrito Industrial - Cuiabá/MT. CEP: 78.098-400. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -15:40:21,050; -55:58:37,358 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 353,85 m³ (176,93 t). Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 26 de 25 de janeiro de 2017.

Vaso	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Capacidade (t)	Produto	Classe	Tipo
01	2,75	20,74	118,19	59,10	GLP	I	Horizontal Aéreo
02	2,75	20,76	118,00	59,00	GLP	I	Horizontal Aéreo
03	2,75	20,66	117,66	58,83	GLP	I	Horizontal Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 765, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo 48610.224342/2021-02, resolve: autorizar a empresa CAPIA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ 42.202.194/0001-58, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 766, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo 48610.224457/2021-99, resolve: autorizar a empresa BAAL PETRO DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ 37.798.978/0001-50, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.389, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PI0217699	ANTONIO E FELIPE AUTO POSTO LTDA	38.232.530/0001-38	48610.223508/2021-65
PR/PA0217700	AUTO POSTO FLIP LTDA	41.276.094/0004-56	48610.221654/2021-56
PR/SC0217697	AUTO POSTO GARTEN LTDA	42.609.764/0001-29	48610.219154/2021-54
PR/PR0217704	AUTO POSTO MARECHAL S/A	34.331.407/0001-13	48610.221664/2021-91
PR/SP0217696	AUTO POSTO SANTA FE LTDA	42.905.940/0001-70	48610.223394/2021-53
PR/PR0217701	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALPHAVILLE EIRELI	75.514.232/0001-67	48610.221512/2021-99
PR/CE0217698	LEAL III COMERCIO DE PETROLEO LTDA	36.999.162/0001-22	48610.221743/2021-01
PR/PR0217703	POSTO DE SERVICOS JX LTDA	42.543.831/0001-50	48610.224003/2021-18
PR/MG0217702	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0063-77	48610.221694/2021-06

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.390, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMS0389939	A P DE SOUZA	13.264.084/0001-12	48610.221347/2021-75
GLPMA0389955	CHAMA GAS DISTRIBUIDORA LIMITADA	37.968.507/0001-43	48610.001593/2021-11
GLPBA0389980	CLAUDIA BENIGNA A SANTOS & CIA LTDA	10.762.127/0001-00	48610.220148/2021-40
GLPMG0390012	COMERCIAL MARKEN LTDA	02.834.900/0005-93	48610.000736/2020-88
GLPSP0389996	COMERCIO DE GAS 3 IRMAOS LTDA	29.443.628/0001-43	48610.212132/2021-63
GLPSP0390005	COSMO GAS COMERCIO DE GAS LTDA	43.277.902/0001-82	48610.222944/2021-17
GLPPR0389945	EDER CERVELIN	14.384.370/0001-84	48610.221870/2021-00
GLPMG0389986	EDIVAN ALMEIDA DA FONSECA SOARES	43.250.169/0001-02	48610.222917/2021-44
GLPSP0389994	EMPORIO LIMA & KARCHER LTDA	15.258.530/0001-01	48610.213484/2021-36
GLPRS0390007	F & A COMERCIO DE GAS LTDA.	43.626.411/0001-08	48610.222955/2021-05
GLPPI0390003	F M DE SOUSA FILHO EIRELI	43.209.088/0001-69	48610.222936/2021-71
GLPTO0389965	FG COMERCIO DE GAS LTDA	14.439.568/0002-07	48610.221241/2021-71
GLPSC0389951	FURLANETTO GAS LTDA	42.118.397/0001-60	48610.215422/2021-69
GLPSP0389949	GASBOM SAUDE COMERCIO DE GAS LTDA	42.900.786/0001-43	48610.221436/2021-11
GLPBA0390016	GRAPIUNA TOP GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA	27.875.370/0006-33	48610.220817/2021-83
GLPRS0389988	HOERLLE & ASSUMPCAO LTDA	21.921.645/0003-07	48610.216291/2021-37
GLPGO0389990	HUGAO SUPERMERCADO LTDA	40.182.044/0002-85	48610.221277/2021-55
GLPRN0389961	J F JUSTINO COMERCIO VAREJ DE GAS	33.907.660/0001-00	48610.220371/2021-97
GLPAM0389953	J M DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE AGUA E GAS EIRELI	41.679.519/0001-25	48610.218868/2021-45
GLPSC0390018	JM COMERCIO DE GAS LTDA	43.255.159/0001-60	48610.218928/2021-20
GLPPR0389959	LAERCIO GAS LTDA	43.011.594/0001-49	48610.222609/2021-19
GLPRS0390014	LUCIO GAS LTDA.	23.793.930/0001-45	48610.221721/2021-32
GLPGO0389963	MARTINS COMERCIO DE GAS LTDA	43.196.130/0001-54	48610.217161/2021-11
GLPMG0389992	OLIVEIRA & EMEDIATO LTDA	08.771.237/0001-88	48610.222925/2021-91
GLPPA0390020	PAULA RODRIGUES ARAUJO	26.421.276/0001-37	48610.216701/2021-40
GLPTO0389984	R DOS SANTOS GUIMARAES LTDA	43.643.529/0001-36	48610.222370/2021-87
GLPCE0389943	SABRINA SOUSA MARQUES	30.760.408/0001-22	48610.221708/2021-83
GLPPR0389957	SOUZA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	20.110.142/0001-19	48610.219415/2021-36
GLPPE0389982	SUAPE GAS COMERCIO DE GLP E TRANSPORTE LTDA	41.561.443/0001-39	48610.221285/2021-00
GLPRS0389998	TELE GAS CHUI LTDA	09.114.948/0002-23	48610.222926/2021-35
GLPBA0390009	VIP GAS BAHIA EIRELI	42.202.064/0001-15	48610.222957/2021-96
GLPMA0390001	W. S. DE OLIVEIRA	32.076.778/0002-51	48610.220855/2021-36

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.391, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao A L BATISTA JUNIOR EIRELITISTA JUNIOR EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 27.709.069/0008-11, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do Processo nº 1078693-63.2021.4.01.3400.

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 3.854, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 5002636-96.2015.4.04.7106/RS, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00122/2021/COREMNS/PRU4R/PGU/AGU, da Nota Técnica nº 18/2021/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH e dos Requerimentos de Anistia nº 2004.01.46055 e nº 2006.01.53212, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2.221, de 29 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2005.

Art. 2º Declarar anistiado político RUBEM PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 038.701.620-15, e reconhecer o direito à promoção ao posto de Capitão com proventos de Major, nos termos do artigo 98, inciso I, alínea "b", da Lei nº 6.880/80, art. 5º e 6º da Lei nº 10.559/2002 e art. 4º, 5º e 27 do Decreto-Lei 84.355/79, com efeitos financeiros retroativos a contar de 15/2/2001, considerando o quinquênio da data do protocolo do segundo requerimento em 15/2/2006.

DAMARES REGINA ALVES

COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera a Resolução nº 4, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre deliberações, fluxos de informações e notas públicas relativos à prevenção e ao combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, no âmbito do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT, no exercício de suas competências fixadas no art. 6º, inciso III, da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, combinado com o art. 11 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1, de 14 de agosto de 2014 , resolve:

Art. 1º A Resolução nº 4, de 9 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

.....

§4º Em caso de ausência de resposta, após esgotado o prazo de 30 (trinta) dias, os ofícios deverão ser reiterados e, ao persistir a ausência de resposta, passados 60 (sessenta) dias do segundo ofício, a coordenação informará sobre a ausência de resposta ao plenário do CNPCT e, desde já, solicitará reunião ou audiência com a entidade destinatária dos ofícios."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2021.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SOBERANIA NACIONAL E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E JUSTIÇA

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MODELOS PREDITIVOS - CLIMA E SAÚDE NO CHILE"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República do Chile
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Brasília em 26 de julho de 1990; e

Convencidos do desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento e tendo em conta que a cooperação técnica na área de saúde, com base no benefício mútuo, reveste-se de especial interesse para as Partes,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem como objetivo a implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento de Novos Modelos Preditivos - Clima e Saúde no Chile", doravante denominado "Projeto".

2. A finalidade do Projeto é fortalecer as capacidades de análise e de investigação do impacto indireto da variabilidade climática atual e projetada no contexto das mudanças climáticas na saúde da população chilena.

3. O Projeto será aprovado e assinado pelas entidades coordenadoras e executoras enunciadas no artigo II, documento no qual se definirão os objetivos, as atividades e resultados a serem alcançados.

ARTIGO II

1. O Governo da República do Chile designará:

a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) como entidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

o Instituto de Saúde Pública do Chile (ISP) como entidade responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designará:

a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

o Observatório de Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como entidade responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. Ao Governo da República do Chile cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio aos técnicos enviados pelo governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

d) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro sejam continuadas pelos técnicos da entidade executora chilena; e

e) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Chile as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio aos técnicos enviados pelo governo chileno, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

d) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo governo chileno sejam continuadas pelos técnicos da entidade executora brasileira; e

e) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3.O presente Ajuste Complementar não implica nenhum compromisso de transferência de recursos financeiros pelas Partes.

ARTIGO IV

1. As Partes executarão as atividades do presente Ajuste Complementar por meio do princípio de custos compartilhados em bases paritárias, de acordo com as obrigações definidas no Artigo III. Em casos excepcionais e com o acordo prévio das Partes se poderá reconsiderar o anterior.

2. No caso da República do Chile, os custos serão assumidos pelas entidades designadas de acordo com a disponibilidade orçamentária e a normativa interna.

3. No caso da República Federativa do Brasil, os custos serão assumidos pelas entidades designadas de acordo com a disponibilidade orçamentária e a normativa interna.

4. Cada Parte será responsável pelo deslocamento de seus técnicos.

ARTIGO V

1. As entidades executoras mencionadas no Artigo II acordarão o Projeto a ser assinado, os aspectos relativos à elaboração de relatórios dos resultados alcançados, assim como os termos para sua apresentação diante das respectivas entidades coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. As versões oficiais dos documentos de trabalho serão elaboradas no idioma do país de origem. Cada Parte garantirá que documentos, informações, dados e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Ajuste serão protegidos de acordo com a legislação interna de cada Parte.

ARTIGO VI

As Partes poderão dispor de recursos de entidades públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de fundos e de programas regionais e internacionais para a execução das atividades previstas no Projeto, o que deverá constar em acordos celebrados por escrito.

ARTIGO VII

Todas as atividades derivadas da execução do Projeto estarão sujeitas ao previsto no *"Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile"*, assinado em Brasília em 26 de julho de 1990, vigente em cada Parte.

ARTIGO VIII

Qualquer controvérsia relativa à implementação e/ou interpretação do presente Ajuste Complementar, que surja durante sua execução, será resolvida pelas Partes de maneira amistosa e por via diplomática.

ARTIGO IX

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data em que o Governo da República Federativa do Brasil receber notificação do Governo da República do Chile, comunicando o cumprimento dos seus requisitos legais internos e terá vigência de dois (2) anos. Este Ajuste Complementar se renovará automaticamente por períodos iguais até o cumprimento de seu objetivo, salvo que qualquer das Partes notifique a outra sua decisão de terminá-lo, com uma antecedência mínima de três (3) meses.

ARTIGO X

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado pelas Partes mediante consentimento mútuo, por via diplomática. Emendas entrarão em vigor nos termos do Artigo IX.

ARTIGO XI

Em caso de término, as atividades que se encontrem em desenvolvimento no cumprimento do presente Ajuste Complementar continuarão a ter sua completa execução, salvo que as Partes acordem de outro modo.

Assinado em Brasília, em 31 de agosto de 2021, em dois exemplares originais, em idiomas português e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

ANDRÉS ALLAMAND
Ministro das Relações Exteriores

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.310, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Cancela autorizações de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico tipo II, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), disponibilizado ao Estado do Espírito Santo e Município de Colatina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19;

Considerando o Oficio/SESA/GS/Nº 632, de 13 de maio de 2021, que solicita ajustes em Portarias de autorização de leitos de UTI Adulto e Pediátrico tipo II COVID-19 no Estado do Espírito Santo; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.170979/2021-46, resolve:

Art. 1º Ficam cancelados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico tipo II, dos estabelecimentos descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a devolução de recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), disponibilizado ao Estado do Espirito Santo e Município de Colatina, no montante de R$ 3.456.000,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), referente ao período de Março a Outubro de 2021.

Parágrafo único. A devolução de que trata o caput se dará em decorrência da autorização/pagamento de leitos de UTI COVID-19 em quantidade acima da capacidade instalada para o Hospital Estadual de Vitória, e de leitos pediátricos inexistentes para o Hospital Maternidade Silvio Ávidos de Colatina, no período de Março a Outubro/2021.

Art. 3º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto aos Fundos Estadual e Municipal de Saúde, para a imediata devolução do recurso financeiro repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	GESTÃO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO GM/MS	PORTARIAS DE PAGAMENTO GM/MS	Nº UTI COVID ADULTO CANCELADOS (Cód. 26.12)	Nº UTI COVID PEDIÁTRICO CANCELADOS (Cód. 26.13)	MÊS DO CANCELAMENTO	OFICIO DO GESTOR	VALOR DO CUSTEIO A SER DEVOLVIDO R$
ES	320530	VITÓRIA	6559131	HOSPITAL ESTADUAL	E	Nº 373, DE 02 DE MARÇO DE 2021 E Nº 501 DE 19 DE MARÇO DE 2021	373 DE 02/03/2021	4		MARÇO/2021	OF/SESA/GS/Nº 632/2021	1.536.000,00
							897 DE 05/05/2021					
							1.059 DE 24/05/2021					
							1.453 DE 29/06/2021					
							1.966 DE 13/08/2021					
							2.336 DE 14/09/2021					
							2.730 DE 14/10/2021					
							3.202 DE 18/11/2021					
ES	320150	COLATINA	2446030	HOSPITAL MATERNIDADE SILVIO ÁVIDOS	M	518 DE 23/03/2021	373 DE 0/03/2021		5	MARÇO/2021	OF/SESA/GS/Nº 632/2021	1.920.000,00
							897 DE 05/05/2021					
							1.059 DE 24/05/2021					
							1.453 DE 29/06/2021					
							1.966 DE 13/08/2021					
							2.336 DE 14/09/2021					
							2.730 DE 14/10/2021					
							3.202 DE 18/11/2021					
TOTAL								4	5			3.456.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.324, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	CAMPO BELO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO BELO DO SUL	12121379000121010	71260002	313.912,00	313.912,00	10302501889337007
SC	CONCORDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA	10455823000121002	71260002	313.912,00	313.912,00	10302501889337007
SC	MORRO DA FUMACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA	10598648000121004	71260002	313.912,00	313.912,00	10302501889337007
SC	OTACILIO COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA	10433103000121003	71260002	313.912,00	313.912,00	10302501889337007
TOTAL			4 PROPOSTAS			1.255.648,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.325, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	74031865000121007	71070001	299.992,00	299.992,00	10302501885357081
CE	GENERAL SAMPAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL SAMPAIO	11411267000121006	71070001	99.965,00	99.965,00	10302501885357081
CE	PALHANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALHANO	11857544000121001	71070001	99.475,00	99.475,00	10302501885357081
CE	PARAMOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAMOTI	11418581000121002	71070001	99.991,00	99.991,00	10302501885357081
GO	FAZENDA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAZENDA NOVA	11396858000121009	71100006	268.592,00	268.592,00	10302501885357150
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000121007	71100006	150.500,00	150.500,00	10302501885357150
GO	PORTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22732193000121001	71100006	243.000,00	243.000,00	10302501885357150
TOTAL			7 PROPOSTAS			1.261.515,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.326, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000121015	41360001	1.000.258,00	1.000.258,00	10302501885350053
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07429190000121021	39870002	304.384,00	304.384,00	10302501885357144
PE	BEZERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEZERROS	13486604000121012	41750001	249.986,00	249.986,00	10302501885351584
PE	ITAPETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPETIM	11402511000121026	12180011	20.258,00	20.258,00	10302501885350026
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000121003	38610002	999.413,00	999.413,00	10302501885350033
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	80673411000121011	40150003	250.000,00	250.000,00	10302501885350042
SP	POA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE POA	11500073000121002	39550011 22950014	90.478,00 100.000,00	190.478,00	10302501885350035 10302501885350035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000121045	41300005	14.691,00	14.691,00	10302501885357136
TOTAL			8 PROPOSTAS			3.029.468,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.327, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Cancela autorização de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando o Ofício nº 630, 2021, de 03 de novembro de 2021, que solicita o cancelamento de 03 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar no Hospital Dr. Francino Borges dos Reis, a partir da competência outubro/2021; e

Considerando a correspondente avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.170697/2021-49, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, no estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O cancelamento será a partir da competência outubro de 2021.

Art. 2º Fica estabelecida a devolução de recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Saubara, no montante de R$ 43.084,80 (quarenta e três mil, oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

Art. 3º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Saubara/BA, para a imediata devolução do recurso financeiro repassado, acrescido da correção monetária prevista em lei, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	N° DE LEITOS DESABILITADOS - LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR (CÓD. 28.06)	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	PORTARIA DE REPASSE DO RECURSO DA COMPETÊNCIA OUTUBRO/2021	COMPETÊNCIA	VALOR A SER DEVOLVIDO
BA	292975	SAUBARA	HOSPITAL DR FRANCINO BORGES DOS REIS	2523779	MUNICIPAL	3	PORTARIA GM/MS 915, DE 06/05/2021	PORTARIA GM/MS 3.183, DE 17/11/2021	OUTUBRO/21	R$ 43.084,80

PORTARIA GM/MS Nº 3.328, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	IUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	10700103000121001	38580005	235.000,00	235.000,00	10302501885350032
GO	PORANGATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11113201000121002	19550017	209.314,00	209.314,00	10302501885350052
MG	CUPARAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUPARAQUE	19076176000121001	39780002	209.314,00	209.314,00	10302501885350031
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14602737000121001	39750004	209.314,00	209.314,00	10302501885350051
PE	BEZERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEZERROS	13486604000121002	41750001	249.321,00	249.321,00	10302501885351584
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09237668000121002	30840002	249.321,00	249.321,00	10302501885350041
RO	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08460326000121001	24210004	209.314,00	209.314,00	10302501885350011
TOTAL			7 PROPOSTAS			1.570.898,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.329, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de ampliação.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RO	ESPIGAO D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO DO OESTE (FMS)	23109604000121014	37250012	299.957,00	299.957,00	10301501985810011
TOTAL			1 PROPOSTAS			299.957,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.330, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde- www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de construção.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	PAULO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO AFONSO	08704475000121008	91910015	788.000,00	788.000,00	10301501985810029
TOTAL			1 PROPOSTAS			788.000,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.331, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13164739000121006	41780016	99.998,00	99.998,00	10301501985810027
AL	MINADOR DO NEGRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINADOR DO NEGRAO	11206753000121004	41780016	149.964,00	149.964,00	10301501985810027
AL	NOVO LINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11272216000121001	41780016	150.000,00	150.000,00	10301501985810027
AL	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14188779000121003	41780016 41780016	173.224,00 176.740,00	349.964,00	10301501985810027 10301501985810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000121008	41740013	285.654,00	285.654,00	10301501985810027
BA	ITACARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACARE	13030899000121003	13310012	98.790,00	98.790,00	10301501985810029
ES	AFONSO CLAUDIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AFONSO CLAUDIO	13966711000121004	27730001	199.888,00	199.888,00	10301501985810032
ES	ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALEGRE	13571334000121020	27730001	58.504,00	58.504,00	10301501985810032
ES	ITARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARANA	14492062000121015	41800007 27730001	104.215,00 8.159,00	112.374,00	10301501985810032 10301501985810032
ES	ITARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARANA	14492062000121016	41800007	112.374,00	112.374,00	10301501985810032
GO	FIRMINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIRMINOPOLIS	11324516000121008	39740002	219.975,00	219.975,00	10301501985810052
GO	JARAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JARAGUA	10550278000121015	29350003	313.774,00	313.774,00	10301501985810052
MA	DUQUE BACELAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE BACELAR	11310542000121002	33930003	112.374,00	112.374,00	10301501985810021
MA	DUQUE BACELAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE BACELAR	11310542000121003	33930003	54.849,00	54.849,00	10301501985810021
MA	IMPERATRIZ	MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00939023000121002	42120007	500.038,00	500.038,00	10301501985810021
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO	11944623000121005	14070005	21.641,00	21.641,00	10301501985810031
MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO PRATA	11456395000121015	39040006	234.993,00	234.993,00	10301501985810031
MG	VAZANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VAZANTE	13199188000121005	39240011	4.108,00	4.108,00	10301501985810031
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05543314000121003	38050004	149.976,00	149.976,00	10301501985810051
PA	CASTANHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHAL	07918201000121012	33390005	292.330,00	292.330,00	10301501985810015
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	11907806000121005	35300001	285.654,00	285.654,00	10301501985810025
PI	MIGUEL ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIGUEL ALVES PI	11586541000121010	12460014	285.654,00	285.654,00	10301501985810022
PI	MIGUEL ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIGUEL ALVES PI	11586541000121011	12460014	64.346,00	64.346,00	10301501985810022
PR	ARIRANHA DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ARIRANHA DO IVAI	09380391000121001	28740002	84.303,00	84.303,00	10301501985810041
PR	FERNANDES PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO	09279542000121001	37050002	199.808,00	199.808,00	10301501985810041
PR	SANTO INACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08549559000121005	28740002	149.990,00	149.990,00	10301501985810041
RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12023070000121008	41520010	399.973,00	399.973,00	10301501985810033
RJ	PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PIRAI	12047232000121046	39560006	159.860,00	159.860,00	10301501985810033
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICARA DO RIO DO VENTO	11882147000121003	39170009	360.892,00	360.892,00	10301501985810024
RN	SERRA DO MEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRA DO MEL	13876864000121005	38860002	149.847,00	149.847,00	10301501985810024
RR	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BONFIM	11958876000121017	41430002	50.226,00	50.226,00	10301501985810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000121004	41430002	145.000,00	145.000,00	10301501985810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000121005	41430002	39.024,00	39.024,00	10301501985810014
RR	RORAINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS	12236981000121020	23700003	409.216,00	409.216,00	10301501985810014
RS	CAPELA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS) DE CAPELA DE SANTANA	10572500000121002	39200003	199.939,00	199.939,00	10301501985810043
RS	JOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOIA	11681927000121003	40450003	285.654,00	285.654,00	10301501985810043
RS	JOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOIA	11681927000121004	40450003	13.202,00	13.202,00	10301501985810043
SP	CAJURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07606279000121008	39950008 37460001	100.000,00 33,00	100.033,00	10301501985813472 10301501985810035
SP	GUARARAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARARAPES	12652353000121018	39960002	177.661,00	177.661,00	10301501985810035
SP	ITABERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11164468000121004	25340015	119.878,00	119.878,00	10301501985810001

SP	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413777000121007	31350001	149.863,00	149.863,00	10301501985810035
SP	TAQUARAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13932396000121001	42000002	285.654,00	285.654,00	10301501985810035
SP	TAQUARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11920803000121018	25340015	149.987,00	149.987,00	10301501985810001
SP	TARABAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12431281000121001	37460001	59.996,00	59.996,00	10301501985810035
SP	TERRA ROXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16568630000121002	42000002	285.654,00	285.654,00	10301501985810035
TO	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11440035000121014	40710007	167.242,00	167.242,00	10301501985810017
TO	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11440035000121015	40710007	67.646,00	67.646,00	10301501985810017
TOTAL			47 PROPOSTAS			8.367.770,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.332, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000121008	39580005	173.016,00	173.016,00	10302501885350013
TOTAL			1 PROPOSTAS			173.016,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.333, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RN	IPUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA-RN	11931702000121003	71210009	149.851,00	149.851,00	10301501985817004
RN	SERRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRINHA	18007064000121006	71210009	173.130,00	173.130,00	10301501985817004
TOTAL			2 PROPOSTAS			322.981,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 16.610 (dezesseis mil seiscentos e dez) leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, de Estados, Municípios e Distrito Federal, correspondente ao mês de novembro/2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos nos anexos a esta Portaria, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário CVF0 - Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de novembro de 2021 e corresponderão ao montante total de R$ 789.312.000,00 (setecentos e oitenta e nove milhões trezentos e doze mil reais), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme Anexos I, II e III.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

(UTI COVID-19 Adulto)

UF	IBGE	MUNÍCIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	PCEP	GESTÃO	Nº LEITOS UTI COVID-19 ADULTO CÓD 26.12	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	5336171	HOSPITAL REGIONAL DO JURUA		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AC	120040	RIO BRANCO	2001578	HOSPITAL GERAL DE CLINICAS DE RIO BRANCO		E	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AC Total							**50**	**2.400.000,00**	
AL	270030	ARAPIRACA	2005050	HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AL	270030	ARAPIRACA	2005417	CHAMA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY		E	7	336.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270030	ARAPIRACA	3015408	UNIDADE DE EMERGENCIA DR DANIEL HOULY		E	20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270230	CORURIPE	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270230	CORURIPE	2010356	CARVALHO BELTRAO SERVICOS DE SAUDE LTDA		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
AL	270430	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS		E	15	720.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
AL	270430	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS		E	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270430	MACEIO	136581	HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS		E	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIO	2006197	HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES		M	14	672.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIO	2006448	HOSPITAL VEREDAS		M	9	432.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AL	270430	MACEIO	2006448	HOSPITAL VEREDAS		M	1	48.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIO	2006510	HOSPITAL GERAL DO ESTADO DR OSVALDO BRANDAO VILELA		E	9	432.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
AL	270430	MACEIO	2007037	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO		M	15	720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270430	MACEIO	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA		E	74	3.552.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	2010631	HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLIMPIA		M	4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270670	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AL	270670	PENEDO	2003775	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PENEDO		M	3	144.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270730	PORTO CALVO	7042671	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	3	144.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	5616298	HOSPITAL REGIONAL DR CLODOLFO RODRIGUES DE MELO		M	2	96.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	7753470	HOSPITAL REGIONAL DA MATA		E	15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
AL Total							**329**	**15.792.000,00**	
AM	130260	MANAUS	2013649	HOSPITAL PRONTO SOCORRO 28 DE AGOSTO		E	12	576.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AM	130260	MANAUS	3151794	MATERNIDADE DE REFERENCIA ANA BRAGA		E	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIS		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	80	3.840.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AM	130260	MANAUS	7564546	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE DELPHINA AZIZ		E	30	1.440.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
AM Total							**177**	**8.496.000,00**	
AP	160030	MACAPA	176664	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV		E	66	3.168.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
AP	160030	MACAPA	176664	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO COVID IV		E	19	912.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
AP Total							**85**	**4.080.000,00**	
BA	290070	ALAGOINHAS	2487438	HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIAO		E	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	290270	BARRA	3048209	HOSPITAL SANTA RITA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	290320	BARREIRAS	3972925	HOSPITAL DO OESTE		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	4022718	HOSPITAL MUNICIPAL CARMELA DUTRA		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
BA	290460	BRUMADO	2386569	HOSPITAL MUNICIPAL PROF MAGALHAES NETO		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	2904902	CACHOEIRA	2386879	HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS		E	10	480.000,00	2.597 GM/MS 06/10/2021
BA	290520	CAETITE	7319770	HOSPITAL MUNICIPAL DE CAETITE		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	290600	CAMPO FORMOSO	2799839	HOSPITAL SAO FRANCISCO		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	291072	EUNAPOLIS	2556510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS		E	2	96.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	291072	EUNAPOLIS	2556510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS		E	13	624.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291072	EUNAPOLIS	2556510	HOSPITAL DE TRATAMENTO COVID19 CENTRO ATEND DE EUNAPOLIS		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	180505	HOSPITAL DE FEIRA DE SANTANA		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	180505	HOSPITAL DE FEIRA DE SANTANA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2799758	HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	6602533	HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANCA		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291170	GUANAMBI	2804034	HOSPITAL REGIONAL DE GUANAMBI		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291360	ILHEUS	3906787	HOSPITAL DE ILHEUS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
BA	291360	ILHEUS	3906787	HOSPITAL DE ILHEUS		E	1	48.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	291360	ILHEUS	7518846	VIDA MEMORIAL		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291360	ILHEUS	9388133	HOSPITAL REGIONAL COSTA DO CACAU		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291460	IRECÊ	4026896	HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291460	IRECÊ	4026896	HOSPITAL REGIONAL DR MARIO DOURADO SOBRINHO		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291470	ITABERABA	3245500	HOSPITAL DA CHAPADA		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291470	ITABERABA	3245500	HOSPITAL DA CHAPADA		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291480	ITABUNA	2385171	HOSPITAL DE BASE LUIS EDUARDO MAGALHAES		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291750	JACOBINA	2470748	HOSPITAL REGIONAL VICENTINA GOULART		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	291750	JACOBINA	2470748	HOSPITAL REGIONAL VICENTINA GOULART		M	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
BA	291800	JEQUIÉ	2494930	HOSPITAL SAO VICENTE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291840	JUAZEIRO	2557509	PROMATRE DE JUAZEIRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291840	JUAZEIRO	4028155	HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	291840	JUAZEIRO	4028155	HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO		E	1	48.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	291920	LAURO DE FREITAS	607126	HOSPITAL METROPOLITANO		E	40	1.920.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	291920	LAURO DE FREITAS	607126	HOSPITAL METROPOLITANO		E	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	292400	PAULO AFONSO	2549905	HOSPITAL PAULO AFONSO		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292530	PORTO SEGURO	2802090	HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHAES		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	292530	PORTO SEGURO	6659772	NEUROCCOR		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	292600	REMANSO	2509369	HOSPITAL SAO PEDRO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	3832	HOSPITAL SANTA ISABEL		M	14	672.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	4251	HOSPITAL PORTUGUES		M	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	5428	INSTITUTO COUTO MAIA		E	40	1.920.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	5428	INSTITUTO COUTO MAIA		E	8	384.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	106526	HOSPITAL ESPANHOL		E	64	3.072.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	106526	HOSPITAL ESPANHOL		E	16	768.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	292740	SALVADOR	108375	HOSPITAL FAMILIA SAGRADA		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292740	SALVADOR	108375	HOSPITAL FAMILIA SAGRADA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292740	SALVADOR	559458	HOSPITAL ESPECIALIZADO SALVADOR		M	20	960.000,00	735 GM/MS 19/04/2021

BA	292740	SALVADOR	3956369	MATERNIDADE PROFESSOR JOSE MARIA DE MAGALHAES NETO		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
BA	292740	SALVADOR	6595197	HOSPITAL DO SUBURBIO		E	38	1.824.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
BA	292990	SEABRA	9383298	HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA		E	8	384.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	292990	SEABRA	9383298	HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	292990	SEABRA	9383298	HOSPITAL REGIONAL DA CHAPADA		E	7	336.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	2770512	HOSPITAL MUNICIPAL DOM ANTONIO MONTEIRO		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
BA	293050	SERRINHA	2801914	HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
BA	293050	SERRINHA	2801914	HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA		M	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	2301318	HOSPITAL MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	293290	VALENCA	2525933	HOSPITAL DR HEITOR GUEDES DE MELLO		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
BA	293290	VALENCA	2525933	HOSPITAL DR HEITOR GUEDES DE MELLO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	2402076	HOSPITAL GERAL DE VITORIA DA CONQUISTA		E	9	432.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	2402084	HCC HOSPITAL DE CLINICA DE CONQUISTA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	2487756	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
BA Total							**746**	**35.808.000,00**	
CE	230190	BARBALHA	2564238	HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230250	BREJO SANTO	2480646	IMTAVI		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230250	BREJO SANTO	2480646	IMTAVI		M	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230280	CANINDE	2527413	HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL SÃO FRANCISCO		M	10	480.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
CE	230370	CAUCAIA	2562316	HOSP MUN ABELARDO GADELHA DA ROCHA		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230410	CRATEÚS	2481073	HOSPITAL SAO LUCAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230410	CRATEÚS	2481073	HOSPITAL SAO LUCAS		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230420	CRATO	2415461	CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SAO MIGUEL		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
CE	230440	FORTALEZA	86673	HOSPITAL LEONARDO DA VINCI		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	230440	FORTALEZA	2561417	HOSPITAL SAO JOSE DE DOENCAS INFECCIOSAS	PCEP	E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230540	ICÓ	2611309	HOSPITAL REGIONAL DE ICO PREFEITO WALFRIDO MONTEIRO SOBRINHO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230550	IGUATU	2675536	HOSPITAL MATERNIDADE AGENOR ARAUJO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	153087	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 DE ITAPIPOCA		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	2552086	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	230640	ITAPIPOCA	2552086	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	6779522	HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI		E	3	144.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	2527707	HOSPITAL SAO RAIMUNDO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	230765	MARACANAU	2806215	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAO ELISIO DE HOLANDA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
CE	231130	QUIXADA	2328399	HOSP E MATERNIDADE JESUS MARIA JOSE HMJMJ		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
CE	231140	QUIXERAMOBIM	7061021	HOSPITAL REGIONAL DO SERTAO CENTRAL		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	231290	SOBRAL	100358	HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES		M	15	720.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
CE	231290	SOBRAL	100358	HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	231290	SOBRAL	100358	HOSPITAL DR FRANCISCO ALVES		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
CE	231290	SOBRAL	6848710	HOSPITAL REGIONAL NORTE		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	231330	TAUÁ	2328046	HOSPITAL DR ALBERTO FEITOSA LIMA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
CE	231330	TAUÁ	2328046	HOSPITAL DR ALBERTO FEITOSA LIMA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
CE	231340	TIANGUÁ	2560852	HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE	231340	TIANGUÁ	2560852	HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
CE Total							**249**	**11.952.000,00**	
DF	530010	BRASILIA	10456	HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
DF	530010	BRASILIA	2672197	HRSAM HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA		E	7	336.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
DF	530010	BRASILIA	3018520	HOSPITAL SAO FRANCISCO		E	2	96.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
DF	530010	BRASILIA	6243495	HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
DF	530010	BRASILIA	6243495	HOME HOSPITAL ORTOPEDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
DF	530010	BRASILIA	7978642	HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
DF Total							**39**	**1.872.000,00**	
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	2485729	HIFA		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
ES	320150	COLATINA	2448521	HOSPITAL SAO JOSE		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

ES	320150	COLATINA	2448521	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320230	GUACUI	2447029	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUACUI		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320230	GUACUI	2447029	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUACUI		E	2	96.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320280	ITAPEMIRIM	7336578	HOSPITAL MATERNO INFANTIL MENINO JESUS		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320320	LINHARES	678627	HOSPITAL LINHARES MEDICAL CENTER AS		E	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320320	LINHARES	2465825	HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320320	LINHARES	2465825	HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL		M	12	576.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320320	LINHARES	2465825	HOSPITAL GERAL DE LINHARES HGL		M	14	672.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320320	LINHARES	2465833	HOSPITAL RIO DOCE		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320320	LINHARES	2465833	HOSPITAL RIO DOCE		M	8	384.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320460	SANTA TEREZA	2532190	HOSPITAL MADRE REGINA PROTMANN		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320490	SAO MATEUS	2550687	HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES		E	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320490	SAO MATEUS	2550687	HOSPITAL DR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES		E	4	192.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	50	2.400.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	68	3.264.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	17	816.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	8	384.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
ES	320500	SERRA	7257406	HOSPITAL ESTADUAL DR JAYME SANTOS NEVES		E	3	144.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA		E	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
ES	320520	VILA VELHA	2494442	HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
ES	320520	VILA VELHA	3537943	HSM LTDA		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
ES	320530	VITORIA	548650	ENSEADA PRIME HOSPITAL		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
ES Total							**381**	**18.288.000,00**	

GO	520110	ANAPOLIS	3771962	HOSPITAL DE URGENCIAS DR HENRIQUE SANTILLO		E	2	96.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
GO	520110	ANAPOLIS	3771962	HOSPITAL DE URGENCIAS DR HENRIQUE SANTILLO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	50	2.400.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	2589737	HOSPITAL GARAVELO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	2589737	HOSPITAL GARAVELO		M	13	624.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	2589737	HOSPITAL GARAVELO		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		M	50	2.400.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520510	CATALÃO	2442612	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATALAO		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520800	FORMOSA	2534967	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
GO	520800	FORMOSA	2534967	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520800	FORMOSA	2534967	HOSPITAL REGIONAL DE FORMOSA DR CESAR SAAD FAYAD		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	24074	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CELIA CAMARA		M	53	2.544.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520870	GOIANIA	24074	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CELIA CAMARA		M	29	1.392.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	86126	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA		E	50	2.400.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	86126	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS DE GOIANIA		E	50	2.400.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2337800	HOSPITAL JACOB FACURI		M	7	336.000,00	472/GM/MS 17/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2337800	HOSPITAL JACOB FACURI		M	16	768.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2338351	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIANIA		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS		M	30	1.440.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2338424	HOSPITAL DAS CLINICAS		M	30	1.440.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2339110	GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL		M	20	960.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
GO	520870	GOIANIA	2339110	GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL		M	32	1.536.000,00	472/GM/MS 17/03/2021

GO	520870	GOIANIA	2339110	GASTRO SALUSTIANO HOSPITAL		M	27	1.296.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2339234	HOSPITAL RUY AZEREDO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2339234	HOSPITAL RUY AZEREDO		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2506661	HOSPITAL ESTADUAL DE DOENCAS TROPICAIS DR ANUAR AUAD	PCEP	E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	2519208	HOSPITAL ORTOPEDICO DE GOIANIA GERALDO PEDRA		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	3051625	CLINICA DO ESPORTE ORTOPEDIA FRAT E FISIOTERAPIA LTDA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	3388638	HOSPITAL ISMAEL DE QUEIROZ		M	10	480.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
GO	520870	GOIANIA	7743068	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL	PCEP	E	13	624.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	520870	GOIANIA	7743068	HOSPITAL DE URGENCIAS GOV OTAVIO LAGE DE SIQUEIRA HUGOL	PCEP	E	8	384.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	520890	GOIÁS	2343525	HOSPITAL DE CARIDADE SAO PEDRO DALCANTARA		M	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521150	ITUMBIARA	2589265	HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS		E	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	521150	ITUMBIARA	2589265	HOSPITAL REGIONAL DE ITUMBIARA SAO MARCOS		E	22	1.056.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521180	JARAGUÁ	2361949	HOSPITAL ESTADUAL DE JARAGUA SANDINO DE AMORIM		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	521250	LUZIANIA	2340194	HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIANIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	521250	LUZIANIA	2340194	HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIANIA		E	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521250	LUZIANIA	2340194	HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA		E	10	480.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
GO	521250	LUZIANIA	2340194	HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA		E	10	480.000,00	2.597 GM/MS 06/10/2021
GO	521310	MINEIROS	8013543	HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
GO	521310	MINEIROS	8013543	HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	521800	PORANGATU	2442477	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS DE PORANGATU		M	15	720.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
GO	521880	RIO VERDE	2340690	HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO VERDE GOIAS		M	15	720.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	521930	SANTA HELENA DE GOIÁS	6665322	HOSPITAL DE URGENCIA DA REGIAO SUDOESTE		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
GO	522010	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	2382474	HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
GO	522010	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	2382474	HOSPITAL REGIONAL DE S LUIS DE MONTES BELOS DR GERALDO LANDO		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
GO	522140	TRINDADE	5095808	HOSPITAL DE URGENCIAS DE TRINDADE WALDA FERREIRA DOS SANTOS		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
GO	522160	URUAÇU	547484	HOSPITAL DE ENFRENTAMENTO AO COVID DO CENTRO NORTE GOIANO		E	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
GO Total							**843**	**40.464.000,00**	
MA	210005	ACAILANDIA	2463016	HOSPITAL MUNICIPAL DE ACAILANDIA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MA	210140	BALSAS	9336508	HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS		E	2	96.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA	210140	BALSAS	9336508	HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS		E	3	144.000,00	2.597 GM/MS 06/10/2021
MA	210300	CAXIAS	3388301	COMPLEXO HOSPITALAR GENTIL FILHO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	210300	CAXIAS	7891067	HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS DR EVERALDO FERREIRA ARAGAO		E	8	384.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
MA	210360	COROATA	7088302	HOSPITAL REGIONAL ALEXANDRE MAMEDE TROVAO DE COROATA		E	12	576.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210480	GRAJAÚ	145602	UTI GRAJAU		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210530	IMPERATRIZ	9065768	HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA RUTH NOLETO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	210860	PINHEIRO	2310511	HOSPITAL REGIONAL DR ANTENOR ABREU		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
MA	210860	PINHEIRO	7826060	HOSPITAL REGIONAL DA BAIXADA MARANHENSE DR JACKSON LAGO		E	3	144.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	6483089	HOSPITAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DE PRESIDENTE DUTRA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA	210990	SANTA INES	9077413	HOSPITAL REGIONAL TOMAS MARTINS		E	6	288.000,00	559 GM/MS 26/03/2021
MA	210990	SANTA INES	9077413	HOSPITAL REGIONAL TOMAS MARTINS		E	4	192.000,00	2.597 GM/MS 06/10/2021
MA	211130	SAO LUIS	2464594	HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA		E	16	768.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
MA	211130	SAO LUIS	9161449	HOSPITAL DAS CLINICAS INTEGRADAS - HCI		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MA	211220	TIMON	2452782	HOSPITAL REGIONAL ALARICO NUNES PACHECO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MA Total							**129**	**6.192.000,00**	
MG	310120	AIURUOCA	2760681	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310150	ALÉM PARAÍBA	2122677	HOSPITAL SAO SALVADOR		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310160	ALFENAS	2171945	SANTA CASA DE ALFENAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310160	ALFENAS	2171945	SANTA CASA DE ALFENAS		M	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310170	ALMENARA	2108992	HOSPITAL DERALDO GUIMARAES		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021

MG	310340	ARAÇUAI	2134276	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO ARACUAI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310350	ARAGUARI	2145960	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310350	ARAGUARI	2145960	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ARAGUARI		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310400	ARAXA	2164620	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE DE ARAXA		M	3	144.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	310400	ARAXA	2164620	SANTA SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	7	336.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	310420	ARCOS	2168693	SANTA CASA DE ARCOS		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	310490	BAEPENDI	2761106	HOSPITAL CONEGO MONTE RASO		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2098474	HOSPITAL POLICLINICA E MATERNIDADE DE BARBACENA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2098474	HOSPTIAL POLICLINICA E MATERNIDADE DE BARBACENA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	310560	BARBACENA	2138875	SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310560	BARBACENA	2138875	SANTA CASA MISERICORDIA BARBACENA		M	4	192.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27863	HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES		M	3	144.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27863	HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES		M	3	144.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	60	2.880.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	16	768.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27014	SANTA CASA DE BELO HORIZONTE		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	27022	HOSPITAL JULIA KUBITSCHEK		M	19	912.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2181770	HOSPITAL EDUARDO DE MENEZES		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2192896	HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS HOB		M	2	96.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2200457	ASSOCIACAO MARIO PENNA		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2695324	HOSPITAL DA BALEIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310670	BETIM	2126494	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO		M	30	1.440.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	310670	BETIM	2126494	HOSPITAL PUBLICO REGIONAL PREFEITO OSVALDO REZENDE FRANCO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	310710	BOA ESPERANÇA	2775972	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BOA ESPERANCA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	310740	BOM DESPACHO	2168707	HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO		M	16	768.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	310740	BOM DESPACHO	2168707	HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO		M	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311120	CAMPO BELO	2192020	SANTA CASA DE CAMPO BELO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	311230	CAPELINHA	2135124	FUNDACAO HOSPITALAR SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	311330	CARANGOLA	2114267	HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA		E	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	311330	CARANGOLA	2114267	HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA		E	6	288.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311340	CARATINGA	6697054	CASU IRMA DENISE		M	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	311340	CARATINGA	6697054	CASU IRMA DENISE		M	40	1.920.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	311530	CATAGUASES	2098911	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATAGUASES		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	311800	CONGONHAS	2172259	HOSPITAL BOM JESUS		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	107689	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	107689	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE		M	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	2098326	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE		M	17	816.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	311860	CONTAGEM	2200473	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM		M	30	1.440.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	311860	CONTAGEM	2200473	HOSPITAL MUNICIPAL DE CONTAGEM		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MG	311930	COROMANDEL	2197693	SANTA CASA MISERICORDIA DE COROMANDEL DR SEBASTIAO MACHADO		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSÉ MARIA MORAIS		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	312090	CURVELO	2148293	HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312090	CURVELO	2148293	HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO		M	5	240.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	312090	CURVELO	2178559	HOSPITAL SANTO ANTÔNIO		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	312160	DIAMANTINA	2135132	SANTA CASA DE CARIDADE		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
MG	312160	DIAMANTINA	2135132	SANTA CASA DE CARIDADE		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2159252	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	312510	EXTREMA	2127881	HOSPITAL E MATERN SAO LUCAS DE EXTREMA		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	312610	FORMIGA	2142376	HOSPITAL SAO LUIZ DE FORMIGA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

MG	312610	FORMIGA	2142376	HOSPITAL SAO LUIZ DE FORMIGA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2118661	HOSPITAL BOM SAMARITANO		M	18	864.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2222043	HOSPITAL MUNICIPAL		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	312800	GUANHÃES	2144530	HOSPITAL REGIONAL IMACULADA CONCEICAO		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	312870	GUAXUPE	2796449	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312870	GUAXUPE	2796449	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUAXUPE		M	1	48.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313130	IPATINGA	2193310	HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS		M	13	624.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313130	IPATINGA	2193310	HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS		M	7	336.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	313130	IPATINGA	2193310	HOSPITAL MUNICIPAL ELIANE MARTINS		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	313130	IPATINGA	2205440	HOSPITAL MARCIO CUNHA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313130	IPATINGA	2205440	HOSPITAL MARCIO CUNHA		M	15	720.000,00	568/GM/MS 29/03/2021
MG	313170	ITABIRA	2218690	FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313170	ITABIRA	2218690	FSFX O S S HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS CHAGAS		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA		M	6	288.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBA		M	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	7	336.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	15	720.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	313310	ITANHANDÚ	2764792	CASA DE CARIDADE DE ITANHANDU		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313330	ITAOBIM	2139073	HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313330	ITAOBIM	2139073	HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313380	ITAUNA	2105780	HOSPITAL MANOEL GONCALVES		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
MG	313380	ITAUNA	2105780	HOSPITAL MANOEL GONCALVES		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313380	ITAUNA	2105780	HOSPITAL MANOEL GONCALVES		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	313420	ITUIUTABA	196495	CMIN CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA DE MINAS GERAIS		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313420	ITUIUTABA	2200902	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	313510	JANAUBA	2205939	FUNDAJAN		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		M	13	624.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		M	2	96.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	313520	JANUARIA	2204622	HOSPITAL MUNICIPAL DE JANUARIA		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	313620	JOAO MONLEVADE	2709848	HOSPITAL MARGARIDA		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	2101777	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO CARNEIRO VALADARES		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153084	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153114	IBG SAUDE		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	8	384.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221772	HSVP JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3019063	HOSPITAL ALBERT SABIN		M	9	432.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2111624	HOSPITAL REGIONAL JOAO PENIDO	PCEP	E	11	528.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153882	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2208156	HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2218798	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIV FEDERAL DE JUIZ DE FORA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2221756	HOSPITAL ANA NERY DE JUIZ DE FORA		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI		M	2	96.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

MG	313670	JUIZ DE FORA	3013588	HOSPITAL MONTE SINAI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313720	LAGOA DA PRATA	2132877	HOSPITAL SAO CARLOS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313760	LAGOA SANTA	2120542	LAGOA SANTA HOSPITAL LINDOURO AVELAR		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	313820	LAVRAS	2111659	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313820	LAVRAS	2111659	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313820	LAVRAS	2112175	HOSPITAL VAZ MONTEIRO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	313840	LEOPOLDINA	2122650	CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE		E	15	720.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	313840	LEOPOLDINA	2122650	CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE		E	2	96.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	313840	LEOPOLDINA	2122650	CASA DE CARIDADE LEOPOLDINENSE		E	1	48.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	313940	MANHUAÇU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	313940	MANHUAÇU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE		M	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	313950	MANHUMIRIM	2114763	HOSPITAL PADRE JULIO MARIA		E	10	480.000,00	3.200/GM/MS 18/11/2021
MG	313960	MANTENA	2099217	HOSPITAL EVANGELICO DE MANTENA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	313960	MANTENA	2099217	HOSPITAL EVANGELICO DE MANTENA		M	1	48.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314310	MONTE CARMELO	9847227	HOSPITAL MUNICIPAL DE MONTE CARMELO		M	14	672.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MG	314310	MONTE CARMELO	9847227	HOSPITAL MUNICIPAL DE MONTE CARMELO		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	7366108	HOSPITAL DAS CLINICAS DR MARIO RIBEIRO		M	1	48.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	7366108	HOSPITAL DAS CLINICAS DR MARIO RIBEIRO		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2149990	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2149990	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS		M	9	432.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2149990	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219638	HOSPITAL AROLDO TOURINHO		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219638	HOSPITAL AROLDO TOURINHO		M	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	2219646	HOSPITAL DILSON GODINHO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314390	MURIAÉ	2195453	HOSPITAL DO CANCER DE MURIAE		E	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314390	MURIAÉ	4042085	CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO		E	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314390	MURIAÉ	4042085	CASA DE CARIDADE DE MURIAE HOSPITAL SAO PAULO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314520	NOVA SERRANA	2143801	HOSPITAL SAO JOSE DE NOVA SERRANA		M	17	816.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314560	OLIVEIRA	2144298	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314560	OLIVEIRA	2144298	HOSPITAL SAO JUDAS TADEU DE OLIVEIRA		M	4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	314610	OURO PRETO	2163829	OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314610	OURO PRETO	2163829	OURO PRETO SANTA CASA DE OURO PRETO		M	5	240.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MG	314710	PARA DE MINAS	2206064	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314710	PARA DE MINAS	2206064	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	314800	PATOS DE MINAS	2726726	HOSPITAL REGIONAL ANTONIO DIAS		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209187	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DOUTOR CARLOS AFONSO NUNES		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209195	HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCINIO		M	9	432.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209195	HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCINIO		M	9	432.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	314860	PEÇANHA	2103257	HOSPITAL SANTO ANTONIO DE PECANHA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	314860	PEÇANHA	2103257	HOSPITAL SANTO ANTONIO DE PECANHA		M	4	192.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE		M	1	48.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE		M	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	315170	POÇO FUNDO	2167727	HOSPITAL DE GIMIRIM		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129469	SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129469	SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129566	HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORACAO		M	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2129566	HOSPITAL SANTA LUCIA HOSPITAL DO CORAÇÃO		M	12	576.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2111640	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2111640	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		M	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2111640	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		M	11	528.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		M	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		M	6	288.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
MG	315220	PORTEIRINHA	2205971	SANTA CASA E HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	315250	POUSO ALEGRE	2127989	HOSPITAL DAS CLIN SAMUEL LIBANIO POUSO ALEGRE		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2756749	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315580	RIO POMBA	2149419	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO RIO POMBA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	315700	SALINAS	2204649	HOSPITAL MUNICIPAL DR OSWALDO PREDILIANO SANTANA		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	2208822	HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA STA RITA SAPUCAI		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	2208822	HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA STA RITA SAPUCAI		E	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	315780	SANTA LUZIA	2164299	HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	315780	SANTA LUZIA	2164299	HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MG	316070	SANTOS DUMONT	2796562	HOSPITAL DE SANTOS DUMONT		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	316210	SÃO GOTARDO	2100681	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO GOTARDO		M	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2161354	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SAO JOAO DEL REI		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2161354	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL REI		M	8	384.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		M	3	144.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	14	672.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	2	96.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	316370	SAO LOURENCO	2764814	CASA DE CARIDADE DE SAO LOURENCO		M	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	316470	SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO	2146525	SANTA CASA DE PARAISO		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MG	316720	SETE LAGOAS	2109867	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR FLAVIO DAMATO		M	20	960.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MG	316800	TAIOBEIRAS	2098369	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	316800	TAIOBEIRAS	2098369	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316800	TAIOBEIRAS	2098369	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	2	96.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2184834	HOSPITAL BOM SAMARITANO		M	4	192.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2184834	HOSPITAL BOM SAMARITANO		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2208172	HOSPITAL SANTA ROSALIA		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2208172	HOSPITAL SANTA ROSALIA		M	4	192.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2210924	HOSPITAL PHILADELFIA		M	17	816.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316940	TRES PONTAS	2139200	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316940	TRES PONTAS	2139200	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO HOSP SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	2760657	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	2760657	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316970	TURMALINA	2135108	HOSPITAL SAO VICENTE TURMALINA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	316990	UBA	2195437	HOSPITAL SANTA ISABEL		E	10	480.000,00	2.597 GM/MS 06/10/2021
MG	317010	UBERABA	2206595	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	317010	UBERABA	9141839	HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR		M	25	1.200.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317010	UBERABA	9141839	HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR		M	15	720.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	8	384.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	6	288.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		M	8	384.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	24	1.152.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2151855	HOSPITAL SANTA CATARINA ANEXO HMMDOLC		M	8	384.000,00	558/GM/MS 26/03/2021

MG	317020	UBERLANDIA	6601804	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR ODELMO LEAO CARNEIRO		M	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MG	317040	UNAI	62197	INTENSI LIFE		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
MG	317040	UNAI	62197	INTENSI LIFE		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MG	317040	UNAI	2760924	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAQUIM BROCHADO		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	317070	VARGINHA	2761041	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
MG	317070	VARGINHA	2761041	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317070	VARGINHA	2761041	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MG	317120	VESPASIANO	6856209	HOSPITAL DE DEUS		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MG	317130	VICOSA	2099438	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	317130	VICOSA	2099454	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	7	336.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	2760843	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA		E	2	96.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MG Total							**2.133**	**102.384.000,00**	
MS	500060	AMAMBAI	2558459	HOSPITAL REGIONAL AMAMBAI		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MS	500100	APARECIDA DO TABOADO	7456530	FUNDACAO HOSPITALAR ENFERMEIRO PEDRO FRANCISCO SOARES		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9717	SANTA CASA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL	PCEP	E	4	192.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL	PCEP	E	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL	PCEP	E	11	528.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	9725	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL	PCEP	E	1	48.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MS	500270	CAMPO GRANDE	2599856	CLINICA DE CAMPO GRANDE SA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500320	CORUMBÁ	2376334	SANTA CASA DE CORUMBA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500325	COSTA RICA	2375826	FUNDACAO HOSPITALAR DE COSTA RICA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500330	COXIM	6426190	HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA		M	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MS	500330	COXIM	6426190	HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA		M	3	144.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
MS	500370	DOURADOS	2710935	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MS	500370	DOURADOS	2710935	EBSERH HOSPITAL UNIVERSITARIO GRANDE DOURADOS		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MS	500630	PARANAÍBA	2375850	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARANAIBA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500630	PARANAÍBA	2375850	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PARANAIBA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MS	500660	PONTA PORÃ	2651610	HOSPITAL REGIONAL DR JOSE DE SIMONE NETTO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
MS	500830	TRES LAGOAS	2756951	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MS Total							**112**	**5.376.000,00**	
MT	510020	ÁGUA BOA	2473046	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA		M	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MT	510020	ÁGUA BOA	2473046	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA		M	4	192.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		M	4	192.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	2395886	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510180	BARRA DO GARÇAS	2395886	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MILTON PESSOA MORBECK		M	4	192.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MT	510250	CÁCERES	2534460	HOSPITAL REGIONAL DR ANTONIO FONTES		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510250	CÁCERES	2534460	HOSPITAL REGIONAL DR ANTONIO FONTES		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510267	CAMPO VERDE	2396106	HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510267	CAMPO VERDE	2396106	HOSPITAL MUNICIPAL CORACAO DE JESUS		M	5	240.000,00	947 GM/MS 11/05/2021
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	55	2.640.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT	510340	CUIABA	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
MT	510340	CUIABA	2655411	HOSPITAL UNIVERSITARIO JULIO MULLER		M	8	384.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510340	CUIABA	7349270	HOSPITAL MUNICIPAL SAO BENEDITO DE CUIABA		M	40	1.920.000,00	518/GM/MS 23/03/2021

MT	510340	CUIABA	7349270	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO DE CUIABÁ		M	20	960.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		E	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510515	JUINA	4069803	HOSPITAL MUNICIPAL DE JUINA DR HIDEO SAKUNO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	2767953	HOSPITAL SAO LUCAS LUCAS DO RIO VERDE		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510622	NOVA MUTUM	181277	HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510622	NOVA MUTUM	181277	HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510622	NOVA MUTUM	181277	HOSPITAL REGIONAL HILDA STRENGER RIBEIRO		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	2699842	HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	7	336.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	5	240.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2397463	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO LUCAS		M	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510706	QUERENCIA	4070070	HOSPITAL MUNICIPAL DE QUERENCIA		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2396866	SANTA CASA DE RONDONOPOLIS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2396866	SANTA CASA DE RONDONOPOLIS		M	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2604434	HOSPITAL REG IRMA ELZA GIOVANELLA		E	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	2604434	HOSPITAL REGIONAL IRMÃ ELZA GIOVANELLA		E	20	960.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510790	SINOP	6085423	HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU		E	14	672.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510790	SINOP	6085423	HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510790	SINOP	6085423	HOSPITAL REGIONAL JORGE DE ABREU		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT	510795	TANGARA DA SERRA	2767384	HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAISY CICHETTI DE BRITO		M	7	336.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
MT	510795	TANGARA DA SERRA	2767384	HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAISY CICHETTI DE BRITO		M	3	144.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MT	510795	TANGARA DA SERRA	2767384	HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAISY CICHETTI DE BRITO		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	19	912.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	40	1.920.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	6853781	METROPOLITANO HOSPITAL ESTADUAL LOUSITE FERREIRA DA SILVA		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
MT Total							**565**	**27.120.000,00**	
PA	150060	ALTAMIRA	5597501	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DA TRANSAMAZONICA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150140	BELEM	90301	HOSPITAL DE RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PA	150140	BELEM	90301	HOSPITAL RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO		M	2	96.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
PA	150140	BELEM	2332671	HOSPITAL D LUIZ I		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PA	150140	BELEM	2333031	HOSPITAL DE CLINICAS GASPAR VIANA		E	17	816.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150140	BELEM	2752700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA		E	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150170	BRAGANÇA	2678403	HOSPITAL SANTO ANTONIO MARIA ZACCARIA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150240	CASTANHAL	7641	ABSJ		E	12	576.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150270	CONCEIÇAO DO ARAGUAIA	2328992	HOSPITAL REGIONAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA		E	12	576.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150360	ITAITUBA	179817	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO TAPAJOS ITAITUBA		E	75	3.600.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150420	MARABA	2615797	HOSPITAL MUNICIPAL DE MARABÁ		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PA	150420	MARABA	5599504	HOSPITAL REGIONAL DO SUDESTE DO PARA DR GERALDO VELOSO		E	25	1.200.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150613	REDENÇAO	5498465	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO ARAGUAIA		E	21	1.008.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150680	SANTAREM	5585422	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PA DR WALDEMAR PENNA		E	45	2.160.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PA	150810	TUCURUI	2621649	HOSPITAL MUNICIPAL DE TUCURUI		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PA Total							**299**	**14.352.000,00**	
PB	250370	CAJAZEIRAS	2613476	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250370	CAJAZEIRAS	2613476	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		E	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250370	CAJAZEIRAS	2613476	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	220337	HOSPITAL DE CLINICAS DE CAMPINA GRANDE		E	45	2.160.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	220337	HOSPITAL DE CLINICAS DE CAMPINA GRANDE		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

PB	250400	CAMPINA GRANDE	2362287	INSTITUTO DE SAUDE ELPIDIO DE ALMEIDA		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2363070	HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO I COVID 19		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2613743	SAS		M	9	432.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2676060	HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIROUFCG		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	34	1.632.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	6	288.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	147907	HOSPITAL PRONTOVIDA		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399555	HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399555	HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL		M	30	1.440.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399628	COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA GOV TARCISIO BURITY		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399717	COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA		E	12	576.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399717	COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA		E	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399717	COMPLEXO DE DOENCAS INFECTO CONTAGIOSAS CLEMENTINO FRAGA		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2399776	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2400243	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY		M	12	576.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2593262	HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA		E	25	1.200.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2707527	MATERNIDADE FREI DAMIAO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2707527	MATERNIDADE FREI DAMIAO		E	2	96.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	250750	JOAO PESSOA	2707527	MATERNIDADE FREI DAMIAO		E	12	576.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PB	250890	MAMANGUAPE	7666772	HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE	PCEP	E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PB	251080	PATOS	2605473	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO		E	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	251080	PATOS	2605473	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO		E	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	251080	PATOS	2605473	COMPLEXO HOSPITALAR DEP JANDUHY CARNEIRO		E	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PB	251210	POMBAL	2592568	HOSPITAL DISTRITAL SENADOR RUY CARNEIRO	PCEP	E	10	480.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSE MARIA PIRES		E	12	576.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES		E	12	576.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PB Total							**437**	**20.976.000,00**	
PE	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2428385	HOSPITAL REGIONAL EMILIA CAMARA		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260120	ARCOVERDE	2551764	HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA		E	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260120	ARCOVERDE	2551764	HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA		E	12	576.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260120	ARCOVERDE	3369293	HOSPITAL MEMORIAL ARCOVERDE LTDA		E	6	288.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	260190	BEZERROS	2344254	HOSPITAL JESUS PEQUENINO		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PE	260190	BEZERROS	2344254	HOSPITAL JESUS PEQUENINO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260190	BEZERROS	2344254	HOSPITAL JESUS PEQUENINO		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	6559379	HOSPITAL DOM HELDER CAMARA		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260410	CARUARU	5093619	HOSPITAL MUNICIPAL DE CARUARU DR MANOEL AFONSO PORTO NETO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	20	960.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	260410	CARUARU	7498810	HOSPITAL MESTRE VITALINO		E	20	960.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260600	GARANHUNS	2639009	CS E MATERNIDADE NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PE	260600	GARANHUNS	2639009	CS E MATERNIDADE NOSSA SENHORA PERPÉTUO SOCORRO		E	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PE	260600	GARANHUNS	2702983	HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260640	GRAVATÁ	2435802	H G G DR PAULO DA VEIGA PESSOA		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	2319454	HOSPITAL MEMORIAL GUARARAPES		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARAPES	5356067	HOSPITAL MEMORIAL JABOATAO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	260890	LIMOEIRO	7551584	HOSPITAL DO VALE		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021

PE	260890	LIMOEIRO	7551584	HOSPITAL DO VALE		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	40	1.920.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
PE	260960	OLINDA	2344882	HOSPITAL DO TRICENTENARIO		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	260960	OLINDA	3015920	HOSPITAL CIDADE PATRIMONIO		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PE	260990	OURICURI	2712040	HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA		E	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	260990	OURICURI	2712040	HOSPITAL REGIONAL FERNANDO BEZERRA		E	2	96.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261000	PALMARES	2428393	HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES DR SILVIO MAGALHAES		E	20	960.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	261070	PAULISTA	5707234	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO Ó PAULISTA		E	14	672.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PE	261070	PAULISTA	6431569	HOSPITAL MIGUEL ARRAES		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261110	PETROLINA	2430118	NEUROCARDIO		E	8	384.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PE	261110	PETROLINA	2430118	NEUROCARDIO		E	7	336.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	261110	PETROLINA	6042414	HU UNIVASF		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261110	PETROLINA	6042414	HU UNIVASF		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PE	261110	PETROLINA	7297394	UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261110	PETROLINA	7297394	UPAE DR EMANUEL ALIRIO BRANDAO PETROLINA		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261110	PETROLINA	9569723	INSTITUTO MEMORIAL DO VALE		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	396	HOSPITAL DAS CLINICAS		E	8	384.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PE	261160	RECIFE	434	IMIP		E	30	1.440.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	477	HOSPITAL OSWALDO CRUZ	PCEP	E	20	960.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	477	HOSPITAL OSWALDO CRUZ	PCEP	E	13	624.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261160	RECIFE	566	HOSPITAL MARIA LUCINDA		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	566	HOSPITAL MARIA LUCINDA		E	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PE	261160	RECIFE	582	HOSPITAL DE CANCER DE PERNAMBUCO		E	20	960.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261160	RECIFE	981	HOSPITAL CORREIA PICANCO	PCEP	E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	1120	REAL HOSPITAL PORTUGUES		E	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	134252	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		E	47	2.256.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PE	261160	RECIFE	134252	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		E	73	3.504.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA		E	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
PE	261160	RECIFE	147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA		E	15	720.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	147028	SOCIEDADE HOSPITALAR MARIA VITORIA		E	30	1.440.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
PE	261160	RECIFE	2752808	HOSPITAL EVANGELICO DE PERNAMBUCO		E	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PE	261160	RECIFE	2802783	HOSPITAL GETULIO VARGAS	PCEP	E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261160	RECIFE	3374599	HOSPITAL SAO MARCOS		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261160	RECIFE	6683630	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO O RECIFE		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE	261160	RECIFE	6683630	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO O RECIFE		E	30	1.440.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PE	261220	SALGUEIRO	2356287	HOSPITAL REGIONAL INACIO DE SA		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	226491	HOSPITAL EDUARDO CAMPOS		E	20	960.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
PE	261390	SERRA TALHADA	2348489	HOSPITAL PROFESSOR AGAMENON MAGALHAES		E	10	480.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
PE	261640	VITORIA DE SANTO ANTAO	2712008	HOSPITAL JOAO MURILO E POLICLINICA DE VITORIA		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
PE Total							**916**	**43.968.000,00**	

PI	220190	BOM JESUS	2364816	HOSP REG DE BOM JESUS		E	9	432.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	220390	FLORIANO	2365146	HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES		M	15	720.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PI	220700	OEIRAS	2777762	HOSP REG DEOLINDO COUTO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	220770	PARNAIBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PCEP	E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PI	220770	PARNAIBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PCEP	E	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PI	220800	PICOS	4009622	HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ	PCEP	E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PI	220840	PIRIPIRI	2777746	HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES	PCEP	E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021

PI	221100	TERESINA	2323338	INSTITUTO DE DOENCAS TROPICAIS NATAN PORTELLA		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2323397	MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	2323524	HOSPITAL GERAL DO MONTE CASTELO		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	3285391	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
PI	221100	TERESINA	5828856	UNIDADE DE URGENCIA DE TERESINA PROF ZENON ROCHA HUT		M	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PI	221100	TERESINA	5828856	UNIDADE DE URGENCIA DE TERESINA PROF ZENON ROCHA HUT		M	18	864.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PI Total							**182**	**8.736.000,00**	
PR	410140	APUCARANA	2439360	HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA		M	3	144.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	410140	APUCARANA	2439360	HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410140	APUCARANA	2439360	HNSG HOSPITAL DA PROVIDENCIA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410150	ARAPONGAS	2576341	HONPAR HOSPITAL NORTE PARANAENSE		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	4051165	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO		E	14	672.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	4051165	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO		E	14	672.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410240	BANDEIRANTES	2577410	SANTA CASA DE BANDEIRANTES		E	3	144.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410240	BANDEIRANTES	2577410	SANTA CASA DE BANDEIRANTES		E	7	336.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PR	410370	CAMBE	2730650	SANTA CASA DE CAMBE		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	13633	HOSPITAL ANGELINA CARON		E	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	410420	CAMPO LARGO	13838	HOSPITAL SAO LUCAS		E	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	410420	CAMPO LARGO	13846	HOSPITAL DO ROCIO		E	52	2.496.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14109	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14109	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	7	336.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14109	HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14125	CENTER CLINICAS		M	1	48.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14125	CENTER CLINICAS		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
PR	410430	CAMPO MOURAO	14125	CENTER CLINICAS		M	4	192.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738368	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA		E	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	2738368	HOSPITAL UNIVERSITARIO DO OESTE DO PARANA		E	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	9543767	HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO		E	14	672.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410480	CASCAVEL	9543767	HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO		E	16	768.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	410540	CHOPINZINHO	7039344	INSTITUTO SAO RAFAEL		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410540	CHOPINZINHO	7039344	INSTITUTO SÃO RAFAEL		M	3	144.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410550	CIANORTE	2735989	FUNDHOSPAR FUNDACAO HOSPITALAR DO PARANA		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410590	COLORADO	2733307	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CLARA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	2577380	CEGEN		E	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE		M	33	1.584.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO MACKENZIE		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15245	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EVANGÉLICO MACKENZIE		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	25	1.200.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	15	720.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15334	HOSPITAL SANTA CASA DE CURITIBA		M	20	960.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15369	COMPLEXO HOSPITALAR DO TRABALHADOR		M	54	2.592.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15423	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO PARANA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	15644	HOSPITAL ERASTO GAERTNER		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15644	HOSPITAL ERASTO GAERTNER		M	1	48.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410690	CURITIBA	15644	HOSPITAL ERASTO GAERTNER		M	4	192.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	2384299	COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS		M	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410690	CURITIBA	2384299	COMPLEXO HOSPITAL DE CLINICAS		M	11	528.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	3075516	HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	6	288.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
PR	410690	CURITIBA	6388671	HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021

PR	410720	DOIS VIZINHOS	5232511	HOSPITAL PRO VIDA		M	8	384.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	410830	FOZ DO IGUACU	5061989	HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	6424341	HOSP. REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS		E	9	432.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	6424341	HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B		E	9	432.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	6424341	HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECOITS F B		E	4	192.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	410860	GOIOERE	2735970	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIOERE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	410940	GUARAPUAVA	213845	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	410940	GUARAPUAVA	213845	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PR	410940	GUARAPUAVA	213845	HOSPITAL REGIONAL DE GUARAPUAVA		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PR	411070	IRATI	2783789	SANTA CASA DE IRATI		E	7	336.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	411070	IRATI	2783789	SANTA CASA DE IRATI		E	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	411320	LAPA	17663	HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	411320	LAPA	17663	HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO		E	1	48.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	411320	LAPA	17663	HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO		E	1	48.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	411320	LAPA	17663	HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO		E	1	48.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PR	411330	LARANJEIRAS DO SUL	2741873	INSTITUTO SAO JOSE		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	411370	LONDRINA	2781859	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA		M	66	3.168.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411370	LONDRINA	2781859	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ		M	40	1.920.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	411520	MARINGÁ	2587335	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DE MARINGA		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411520	MARINGÁ	2594714	SANTA CASA DE MARINGA HOSPITAL E MAT M AUXILIADORA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411520	MARINGÁ	2743477	HOSPITAL MUNICIPAL DE MARINGA THELMA VILLANOVA KASPROWICZ		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411670	NOVA AURORA	2573172	HOSPITAL DR AURELIO		E	6	288.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	411670	NOVA AURORA	2573172	HOSPITAL DR AURELIO		E	4	192.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PR	411760	PALMAS	2738287	INSTITUTO SANTA PELIZZARI		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	411790	PALOTINA	4054695	HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRAO DELAZERI		E	8	384.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
PR	411790	PALOTINA	4054695	HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRAO DELAZERI		E	2	96.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
PR	411820	PARANAGUA	2687127	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL		E	8	384.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	411820	PARANAGUA	2687127	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL		E	4	192.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	411840	PARANAVAI	2754738	SANTA CASA DE PARANAVAI		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	411840	PARANAVAI	2754738	SANTA CASA DE PARANAVAI		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
PR	411850	PATO BRANCO	17884	ISSAL		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	411990	PONTA GROSSA	6542638	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS		E	6	288.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	3316300	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	3316300	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	412625	SARANDI	2825589	METROPOLITANA DE SARANDI		E	31	1.488.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	412625	SARANDI	2825589	METROPOLITANA DE SARANDI		E	3	144.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	2740435	IDF		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	2740435	IDF		E	8	384.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	7442157	HOSPITAL REGIONAL DE TELEMACO BORBA		E	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
PR	412710	TELEMACO BORBA	7442157	HOSPITAL REGIONAL DE TELEMACO BORBA		E	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PR	412770	TOLEDO	4056752	HOESP		E	16	768.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR	412770	TOLEDO	4056752	HOESP		E	8	384.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PR	412810	UMUARAMA	7845138	UOPECCAN FILIAL UMUARAMA		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	412810	UMUARAMA	7845138	UOPECCAN FILIAL UMUARAMA		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PR	412820	UNIÃO DA VITÓRIA	2568349	HOSPITAL REGIONAL DE CARIDADE NOSSA SRA APARECIDA		E	4	192.000,00	624/GM/MS 06/04/2021

PR Total							**1.072**	**51.456.000,00**	
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	126772	HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19		M	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	2281384	HOSPITAL DE PRAIA BRAVA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330040	BARRA MANSA	2280051	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRA MANSA		M	10	480.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
RJ	330045	BELFORD ROXO	2289571	HOSPITAL MUNICIPAL DE BELFORD ROXO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330045	BELFORD ROXO	9887725	HOSPITAL CENTRAL DA BAIXADA FLUMINENSE		M	16	768.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2696940	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		M	40	1.920.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2696940	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO		M	15	720.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2696940	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO		M	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287250	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DE CAMPOS		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287374	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287382	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CAMPOS		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287447	HOSPITAL ESCOLA ALVARO ALVIM		M	7	336.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287579	HOSPITAL FERREIRA MACHADO		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2298317	HOSPITAL DOS PLANTADORES DE CANA		M	12	576.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3002187	HOSPITAL GERAL DE GUARUS		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330140	CONCEICAO DE MACABU	2290073	HOSPITAL MUNICIPAL ANA MOREIRA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330150	CORDEIRO	9491619	HOSPITAL DE CORDEIRO		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	105805	HOSPITAL SAO JOSE		M	100	4.800.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	6007317	HOSPITAL MUNICIPAL MOACYR RODRIGUES DO CARMO		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330185	GUAPIMIRIM	6146376	HOSPITAL MUNICIPAL JOSE RABELLO DE MELLO		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330190	ITABORAI	131237	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		M	13	624.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330190	ITABORAI	131237	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		M	17	816.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330190	ITABORAI	2268922	HOSPITAL MUNICIPAL DESEMBARGADOR LEAL JUNIOR HMDLJ		M	8	384.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330200	ITAGUAI	2284634	HOSPITAL MUNICIPAL SAO FRANCISCO XAVIER		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330200	ITAGUAI	2284634	HOSPITAL MUNICIPAL SAO FRANCISCO XAVIER		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330240	MACAE	5412447	HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM		M	22	1.056.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330240	MACAE	5412447	HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL DE MACAE HPM		M	11	528.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330270	MARICÁ	9895124	ERNESTO CHE GUEVARA SMSM		M	40	1.920.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
RJ	330290	MIGUEL PEREIRA	2283239	HOSPITAL MUNICIPAL LUIZ GONZAGA		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330300	MIRACEMA	2285932	HOSPITAL DE MIRACEMA		M	6	288.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RJ	330330	NITEROI	12513	HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY		M	13	624.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330330	NITEROI	12521	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA		E	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330330	NITEROI	12769	SES RJ INSTITUTO ESTADUAL DE DOENCAS DO TORAX ARY PARREIRAS		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	2272784	HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	2272784	HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTA		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RJ	330350	NOVA IGUACU	679550	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL DR RICARDO CRUZ		E	60	2.880.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330370	PARAÍBA DO SUL	2276186	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330390	PETROPOLIS	88935	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA HNSA		M	45	2.160.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330390	PETROPOLIS	2275589	HOSPITAL MUNICIPAL DR NELSON DE SA EARP		M	13	624.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330390	PETROPOLIS	3030415	BENEFICENCIA PORTUGUESA DE PETROPOLIS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330415	QUISSAMA	2267209	HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330415	QUISSAMA	2267209	HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA MARIA DE JESUS		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330430	RIO BONITO	2296241	HOSPITAL REGIONAL DARCY VARGAS		M	10	480.000,00	3.200/GM/MS 18/11/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2270234	SESDEC HOSPITAL ESTADUAL GETULIO VARGAS		E	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2270609	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL LOURENCO JORGE		M	9	432.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2273411	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS		E	20	960.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280167	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO		M	15	720.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280167	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTINO FRAGA FILHO		M	25	1.200.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2280183	HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR		M	35	1.680.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2288338	INI FIOCRUZ		M	114	0	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2288338	INI FIOCRUZ		M	6	0	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2295407	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA AP 52		M	7	336.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2295415	HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE		M	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2296306	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO		M	18	864.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021

RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298120	SMS HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER AP 51		M	32	1.536.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298724	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA		E	16	768.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298724	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA		E	14	672.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2298724	SES RJ HOSPITAL ESTAUDAL ANCHIETA		E	17	816.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	5717256	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33		M	213	10.224.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	5717256	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 34		M	12	576.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6716849	SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 21		M	20	960.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6716849	SMS COORD DE EMERGENCIA REGIONAL CER LEBLON AP 22		M	15	720.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	6995462	SMS HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO II AP 53		M	24	1.152.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	7166494	SMS HOSPITAL MUNICIPAL EVANDRO FREIRE AP 31		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330480	SAO FIDELIS	2283328	HOSPITAL ARMANDO VIDAL		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	113115	HOSPITAL DE RETAGUARDA GONCALENSE		M	11	528.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	113115	HOSPITAL DE RETAGUARDA GONCALENSE		M	19	912.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	113891	HOSPITAL FRANCISCANO		M	17	816.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2298031	SES RJ HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES GERAL SÃO GONÇALO		E	16	768.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2696746	PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO		M	7	336.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	2298708	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO JOAO DE MERITI ABDON GONCALVES		M	30	1.440.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330530	SAO SEBASTIAO DO ALTO	2704633	HOSPITAL SAO SEBASTIAO		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RJ	330540	SAPUCAIA	2274310	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE SAPUCAIA		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ	330580	TERESÓPOLIS	2292386	HOSPITAL SAO JOSE		M	18	864.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330580	TERESÓPOLIS	2297795	HOSPITAL DAS CLINICAS DE TERESOPOLIS		M	13	624.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
RJ	330600	TRÊS RIOS	2294923	HOSPITAL DE CLINICAS NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		M	10	480.000,00	559/GM/Ms 26/03/2021
RJ	330610	VALENCA	2292912	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RJ	330620	VASSOURAS	2273748	HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS		M	40	1.920.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RJ	330620	VASSOURAS	2273748	HUV HOSPITAL UNIVERSITARIO DE VASSOURAS		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
RJ	330630	VOLTA REDONDA	9074457	SES RJ HOSP REGIONAL MÉDIO PARAÍBA DRª ZILDA ARNS		E	40	1.920.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RJ	330630	VOLTA REDONDA	9074457	SES RJ HOSP REGIONAL MEDIO PARAIBA DRA ZILDA ARNS NEUMANN		E	140	6.720.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RJ Total							**1698**	**75.744.000,00**	

RN	240020	AÇU	2410486	HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS	PCEP	E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240200	CAICO	6778550	HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240310	CURRAIS NOVOS	2476487	HOSPITAL DR MARIANO COELHO		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240450	GUAMARE	2474506	HOSPITAL MANOEL LUCAS DE MIRANDA		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RN	240580	JOAO CAMARA	2474751	HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2410281	HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2410281	HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RN	240800	MOSSORO	2410281	HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO		M	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RN	240800	MOSSORO	2503654	HOSPITAL RAFAEL FERNANDES		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240810	NATAL	282715	HOSPITAL DOS PESCADORES		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RN	240810	NATAL	2408260	HOSPITAL COLONIA DR JOAO MACHADO	PCEP	E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240810	NATAL	2408570	HOSPITAL DR. JOSÉ PEDRO BEZERRA - NATAL	PCEP	E	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RN	240810	NATAL	2653982	HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES		M	9	432.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN	240810	NATAL	2653982	HUOL HOSPITAL UNIVERSITARIO ONOFRE LOPES		M	1	48.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240810	NATAL	3708926	HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL		M	21	1.008.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RN	240810	NATAL	4013484	HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	PCEP	E	22	1.056.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240325	PARNAMIRIM	2473380	HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	E	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	E	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RN	241120	SANTA CRUZ	4014138	HOSPITAL MUNICIPAL ALUIZIO BEZERRA		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021

RN	241200	SAO GONÇALO DO AMARANTE	4014235	HOSPITAL MATERNIDADE BELARMINA MONTE		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RN Total							**203**	**9.744.000,00**	
RO	110002	ARIQUEMES	102091	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO	110002	ARIQUEMES	102091	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO	110002	ARIQUEMES	102091	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECCOES RESPIRATORIAS		M	12	576.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110004	CACOAL	6599877	HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL HRC		E	28	1.344.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110011	JARU	2808609	HOSPITAL MUNICIPAL SANDOVAL DE ARAUJO DANTAS JARU		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO	110011	JARU	2808609	HOSPITAL MUNICIPAL SANDOVAL DE ARAUJO DANTAS JARU		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RO	110012	JI-PARANA	2495279	HOSPITAL DR CLAUDIONOR COUTO RORIZ		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RO	110012	JI-PARANA	3152928	HOSPITAL CANDIDO RONDON		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RO	110020	PORTO VELHO	2493853	CEMETRON PORTO VELHO		E	18	864.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110020	PORTO VELHO	2515369	HOSPITAL SAMAR		E	18	864.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RO	110020	PORTO VELHO	2515369	HOSPITAL SAMAR		E	33	1.584.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110020	PORTO VELHO	4001303	HOSPITAL DE BASE PORTO VELHO		E	12	576.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RO	110020	PORTO VELHO	7068336	HOSPITAL DE AMOR AMAZONIA		E	22	1.056.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RO	110030	VILHENA	2798484	HOSPITAL REGIONAL ADAMASTOR TEIXEIRA DE OLIVEIRA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RO Total							**195**	**9.360.000,00**	
RR	140010	BOA VISTA	2319659	HOSPITAL GERAL DE RORAIMA HGR		E	54	2.592.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
RR Total							**54**	**2.592.000,00**	
RS	430060	ALVORADA	2232081	HOSPITAL ALVORADA		E	6	288.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
RS	430160	BAGÉ	2261987	SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430160	BAGÉ	2261987	SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430210	BENTO GONÇALVES	2241021	HOSPITAL TACCHINI		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	2266474	HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	2266474	HOSPITAL DE CARIDADE E BENEFICENCIA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS		E	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430310	CACHOEIRINHA	2232103	HOSPITAL PADRE JEREMIAS		E	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	430350	CAMAQUA	2257548	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430350	CAMAQUA	2257548	HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAMAQUA		E	4	192.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	430390	CAMPO BOM	2232073	HOSPITAL DE CAMPO BOM DR LAURO REUS		M	12	576.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RS	430440	CANELA	2235609	HOSPITAL DE CANELA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430440	CANELA	2235609	HOSPITAL DE CANELA		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430440	CANELA	2235609	HOSPITAL DE CANELA		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RS	430460	CANOAS	2232014	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430460	CANOAS	2232014	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS		M	30	1.440.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430460	CANOAS	3508528	HOSPITAL UNIVERSITARIO		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430460	CANOAS	3508528	HOSPITAL UNIVERSITARIO		M	28	1.344.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430460	CANOAS	3626245	HOSPITAL PRONTO SOCORRO DE CANOAS DEP NELSON MARCHEZAN		M	11	528.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430463	CAPÃO DA CANOA	2707969	HOSPITAL BENEFICIENTE SANTA LUZIA		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	430470	CARAZINHO	2262274	HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430470	CARAZINHO	2262274	HOSPITAL DE CARIDADE DE CARAZINHO		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	18	864.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	7	336.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223538	HOSPITAL GERAL		M	8	384.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223546	HOSPITAL POMPEIA		M	7	336.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223562	HOSPITAL VIRVI RAMOS		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2223562	HOSPITAL VIRVI RAMOS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430535	CHARQUEADAS	9528792	HOSPITAL DE CHARQUEADAS		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430535	CHARQUEADAS	9528792	HOSPITAL DE CHARQUEADAS		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430610	CRUZ ALTA	2263858	HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430610	CRUZ ALTA	2263858	HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430660	DOM PEDRITO	2262002	HOSPITAL SAO LUIZ		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

RS	430680	ENCANTADO	2252228	HOSPITAL SANTA TERESINHA ENCANTADO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430700	ERECHIM	2707918	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA TEREZINHA DE ERECHIM		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	430750	ESPUMOSO	2246813	HOSPITAL NOTRE DAME SAO SEBASTIAO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430770	ESTEIO	2232030	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430770	ESTEIO	2232030	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO		M	12	576.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
RS	430780	ESTRELA	2252260	HOSPITAL ESTRELA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SAO CARLOS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SAO CARLOS		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SAO CARLOS		M	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RS	430800	FAXINAL DO SOTURNO	2244101	HOSPITAL DE CARIDADE SAO ROQUE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	430850	FREDERICO WESTPHALEN	2228602	HOSPITAL DIVINA PROVIDENCIA FREDWEST		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430860	GARIBALDI	2257645	HOSPITAL SAO PEDRO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430860	GARIBALDI	2257645	HOSPITAL SAO PEDRO		M	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	430910	GRAMADO	2241153	HOSPITAL ARCANJO SAO MIGUEL		M	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430920	GRAVATAÍ	2232049	HOSPITAL DOM JOAO BECKER		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	430920	GRAVATAÍ	2232049	HOSPITAL DOM JOAO BECKER		M	6	288.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	430930	GUAIBA	181927	HOSPITAL BERCO FARROUPILHA		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431010	IGREJINHA	2227665	HOSPITAL BOM PASTOR		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431020	IJUI	2261030	HOSPITAL BOM PASTOR IJUI		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431020	IJUI	2261030	HOSPITAL BOM PASTOR IJUI		E	4	192.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI		E	11	528.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431020	IJUI	2261057	HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI		E	4	192.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431140	LAJEADO	2252287	HOSPITAL BRUNO BORN		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431240	MONTENEGRO	2257556	HOSPITAL MONTENEGRO		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431240	MONTENEGRO	2257556	HOSPITAL MONTENEGRO		E	4	192.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		M	17	816.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		M	3	144.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431350	OSÓRIO	2257815	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431350	OSÓRIO	2257815	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431370	PALMEIRA DAS MISSOES	2235323	HOSPITAL DE CARIDADE PALMEIRA DAS MISSOES		E	10	480.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	16	768.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	12	576.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431405	PAROBE	2227762	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		E	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246929	HOSPITAL DE CLINICAS DE PASSO FUNDO		E	23	1.104.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246988	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246988	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	15	720.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431410	PASSO FUNDO	2246988	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2252295	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2252694	HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2253046	UCPEL HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO DE PAULA		M	3	144.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
RS	431440	PELOTAS	2253046	UCPEL HOSPITAL UNIVERSITARIO SAO FRANCISCO DE PAULA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431440	PELOTAS	2253054	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS		M	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237253	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PORTO ALEGRE		M	27	1.296.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237571	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA		M	35	0	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237601	HOSPITAL DE CLINICAS		M	85	4.080.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237601	HOSPITAL DE CLINICAS		M	50	2.400.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2262568	HOSPITAL SAO LUCAS DA PUCRS		M	7	336.000,00	499/GM/MS 17/03/2021

RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	16	768.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	14	672.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	2693801	ASSOCIACAO HOSPITALAR VILA NOVA		M	10	480.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7092571	HOSPITAL INDEPENDENCIA		M	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431490	PORTO ALEGRE	7092571	HOSPITAL INDEPENDENCIA		M	8	384.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
RS	431530	QUARAI	2248247	FUNDACAO HOSPITALAR DE CARIDADE DE QUARAI		M	5	240.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431560	RIO GRANDE	2232995	SANTA CASA DO RIO GRANDE		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431560	RIO GRANDE	2232995	SANTA CASA DO RIO GRANDE		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	2248239	HOSPITAL AUXILIADORA		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	2248239	HOSPITAL AUXILIADORA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	2254964	HOSPITAL SANTA CRUZ		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	2255936	HOSPITAL ANA NERY		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	2244306	HUSM HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431690	SANTA MARIA	9575936	HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA		E	15	720.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	431720	SANTA ROSA	3017060	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	2248220	SANTA CASA DE MISERICORDIA		M	4	192.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	2248220	SANTA CASA DE SANTANA DO LIVRAMENTO		M	6	288.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RS	431740	SANTIAGO	2244357	HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO		E	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431740	SANTIAGO	2244357	HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTIAGO		E	16	768.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	431750	SANTO ÂNGELO	2259907	HOSPITAL SANTO ANGELO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431840	SAO JERONIMO	6424236	HOSPITAL DE CARIDADE SÃO JERÔNIMO		E	2	96.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	2232022	HOSPITAL CENTENARIO		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	3	144.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431840	SÃO JERÔNIMO	6424236	HCSJ HOSPITAL DE CARIDADE SAO JERONIMO		E	3	144.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	2232022	HOSPITAL CENTENARIO		M	16	768.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	2232022	HOSPITAL CENTENARIO		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	431990	SAPIRANGA	2232154	HOSPITAL SAPIRANGA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	431990	SAPIRANGA	2232154	HOSPITAL SAPIRANGA		E	20	960.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	431990	SAPIRANGA	2232154	HOSPITAL SAPIRANGA		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		M	2	96.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		M	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		M	20	960.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
RS	432080	SOLEDADE	2246961	HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE		E	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432080	SOLEDADE	2246961	HOSPITAL FREI CLEMENTE SOLEDADE		E	6	288.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
RS	432120	TAQUARA	2227932	HOSPITAL BOM JESUS		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432120	TAQUARA	2227932	HOSPITAL BOM JESUS		E	12	576.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
RS	432130	TAQUARI	9563873	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432140	TENENTE PORTELA	5384117	HOSPITAL SANTO ANTONIO TENENTE PORTELA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432150	TORRES	2707950	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432160	TRAMANDAI	2793008	HOSPITAL TRAMANDAI		E	5	240.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
RS	432180	TRÊS DE MAIO	2250837	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS	432240	URUGUAIANA	2248190	SANTA CASA DE URUGUAIANA		E	8	384.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432240	URUGUAIANA	2248190	SANTA CASA DE URUGUAIANA		E	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021

RS	432250	VACARIA	2241048	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	2236370	HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432300	VIAMÃO	5223962	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
RS	432300	VIAMÃO	5223962	INSTITUTO DE CARDIOLOGIA HOSPITAL VIAMAO		E	5	240.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
RS Total							**1.364**	**63.792.000,00**	

SC	420140	ARARANGUA	2691515	HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEP AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420140	ARARANGUA	2691515	IMAS HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUA DEPUTADO AFFONSO GUIZZO		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	6854729	HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	6854729	HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO		M	11	528.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420230	BIGUAÇU	7486596	HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU HELMUTH NASS		M	10	480.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
SC	420240	BLUMENAU	2558246	HOSPITAL SANTA ISABEL		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420240	BLUMENAU	2558254	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SC	420290	BRUSQUE	2522411	HOSPITAL AZAMBUJA		M	22	1.056.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420300	CACADOR	2301830	HOSPITAL MAICE		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420300	CACADOR	2301830	HOSPITAL MAICE		E	2	96.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420300	CACADOR	2301830	HOSPITAL MAICÉ		E	8	384.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420360	CAMPOS NOVOS	2379767	FUNDACAO HOSPITALAR DR JOSE ATHANAZIO		E	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SC	420380	CANOINHAS	2491249	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS		M	5	240.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420380	CANOINHAS	2491249	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS		M	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420420	CHAPECO	2537788	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE		M	40	1.920.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420430	CONCORDIA	2303892	HOSPITAL SAO FRANCISCO		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420460	CRICIUMA	2758164	HOSPITAL SAO JOSE		M	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420460	CRICIUMA	2758164	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420460	CRICIUMA	2758164	HOSPITAL SÃO JOSÉ		M	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420480	CURITIBANOS	2302101	HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420480	CURITIBANOS	2302101	HOSPITAL HELIO ANJOS ORTIZ		E	3	144.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19305	HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS		E	15	720.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19305	HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19305	HOSPITAL DE FLORIANOPOLIS		E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	19402	IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2664879	HOSPITAL NEREU RAMOS		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2691841	HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS		E	6	288.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	3157245	HOSPITAL UNIV PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO		E	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420590	GASPAR	2691485	HOSPITAL DE GASPAR		M	20	960.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SC	420690	IBIRAMA	2691884	HOSPITAL DR WALDOMIRO COLAUTTI		E	10	480.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
SC	420700	IÇARA	2420015	FUNDACAO SOCIAL HOSPITALAR DE ICARA		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420730	IMBITUBA	2385880	HOSPITAL SAO CAMILO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420750	INDAIAL	2521873	HOSPITAL BEATRIZ RAMOS		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420750	INDAIAL	2521873	HOSPITAL BEATRIZ RAMOS		M	10	480.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420820	ITAJAI	2522691	HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN		M	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SC	420890	JARAGUA DO SUL	2306336	HOSPITAL SÃO JOSÉ		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420890	JARAGUA DO SUL	2306344	HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ		M	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	2306336	HOSPITAL SAO JOSE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	2306344	HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420900	JOACABA	2560771	HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420900	JOACABA	2560771	HOSPITAL UNIVERSITARIO SANTA TEREZINHA		E	4	192.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420900	JOACABA	2560771	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA		E	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436450	HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT		M	13	624.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436450	HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT		M	27	1.296.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE		M	1	48.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE		M	20	960.000,00	501/GM/MS 19/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		M	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		M	16	768.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	420930	LAGES	2504316	SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES		M	8	384.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420930	LAGES	2504316	SOCIEDADE MAE DA DIVINA PROVIDENCIAHOSP N SRA DOS PRAZERES		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	420940	LAGUNA	2558017	HOSPITAL DE CARIDADE S B J DOS PASSOS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421010	MAFRA	2379333	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO		E	14	672.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421010	MAFRA	2379333	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO		E	10	480.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC	421150	NOVA TRENTO	2778831	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEICAO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421150	NOVA TRENTO	2778831	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO		M	10	480.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SC	421500	RIO NEGRINHO	2521695	HOSPITAL RIO NEGRINHO		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SC	421480	RIO DO SUL	2568713	HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421580	SAO BENTO DO SUL	2521792	HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA		M	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SC	421660	SÃO JOSÉ	2555646	HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES		E	14	672.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421720	SAO MIGUEL DO OESTE	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO		E	2	96.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	6683134	HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO		E	12	576.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	421660	SÃO JOSÉ	2555646	HOSPITAL REGIONAL DE SAO JOSE DRHOMERO MIRANDA GOMES		E	19	912.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SC	421770	SOMBRIO	2672839	HOSPITAL DOM JOAQUIM IMAS		E	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SC	421820	TIMBO	2537192	HOSPITAL E MATERNIDADE OASE		E	29	1.392.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421870	TUBARÃO	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421930	VIDEIRA	2302500	HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SC	421950	XANXERE	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	421950	XANXERE	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SC	421950	XANXERE	2411393	HOSPITAL REGIONAL SAO PAULO ASSEC		E	4	192.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SC Total							**815**	**39.120.000,00**	
SE	280030	ARACAJU	2232	HOSPITAL SANTA IZABEL		M	8	384.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SE	280030	ARACAJU	2283	HOSPITAL DE CIRURGIA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SE	280030	ARACAJU	2816210	HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO		E	12	576.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SE Total							**30**	**1.440.000,00**	
SP	350010	ADAMANTINA	2077647	SANTA CASA DE ADAMANTINA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350010	ADAMANTINA	2077647	SANTA CASA DE ADAMANTINA		M	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	350160	AMERICANA	2058790	HOSPITAL MUNICIPAL DR WALDEMAR TEBALDI		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	350170	AMERICO BRASILIENSE	6164366	HOSPITAL ESTADUAL AMERICO BRASILIENSE		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	350190	AMPARO	2078848	SANTA CASA ANNA CINTRA		M	11	528.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	350190	AMPARO	2078848	SANTA CASA ANNA CINTRA		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350210	ANDRADINA	2082691	SANTA CASA DE ANDRADINA		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350280	ARAÇATUBA	2078775	SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		E	4	192.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350280	ARAÇATUBA	2078775	SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		E	6	288.000,00	558/GM/MS 26/03/2021
SP	350280	ARAÇATUBA	2078775	SANTA CASA DE ARACATUBA HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		E	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	350330	ARARAS	2081253	HOSPITAL SAO LUIZ DE ARARAS		M	15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	350390	ARUJA	6628842	PAM POSTO DE ATENDIMENTO MÉDICO BARRETO COVID-19		M	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	350400	ASSIS	2081083	SANTA CASA DE ASSIS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350400	ASSIS	2083094	HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350400	ASSIS	2083094	HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS		E	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	350450	AVARÉ	2083604	SANTA CASA DE AVARE		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

SP	350570	BARUERI	6095666	HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR FRANCISCO MORAN		M	22	1.056.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	350600	BAURU	213527	HOSPITAL ESTADUAL DE CAMPANHA COVID-19 BAURU		M	10	480.000,00	1.682 GM/MS 22/07/2021
SP	350635	BERTIOGA	2083272	HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350650	BIRIGUI	2078252	SANTA CASA DE BIRIGUI		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	350750	BOTUCATU	2748223	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350750	BOTUCATU	2748223	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU		E	24	1.152.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350750	BOTUCATU	2748223	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU		E	2	96.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	350760	BRAGANCA PAULISTA	2688433	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BRAGANCA PAULISTA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	350850	CAÇAPAVA	2024756	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA AJUDA		M	2	96.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	350940	CAJURU	2023016	CASA DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO CAJURU		M	3	144.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	350940	CAJURU	2023016	CASA DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULO CAJURU		M	6	288.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2022648	HOSPITAL IRMAOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2079798	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS		E	4	192.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
SP	350950	CAMPINAS	2079798	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS		E	6	288.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	350950	CAMPINAS	2079798	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS		E	6	288.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	350950	CAMPINAS	2082128	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO		M	4	192.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	350950	CAMPINAS	2082128	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	350950	CAMPINAS	2811626	HOSPITAL METROPOLITANO CAMPINAS		M	15	720.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	350950	CAMPINAS	6053858	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351020	CAPAO BONITO	2079097	SANTA CASA DE CAPAO BONITO		M	5	240.000,00	1.147 GM/MS 07/06/2021
SP	351020	CAPAO BONITO	2079097	SANTA CASA DE CAPAO BONITO		M	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	351040	CAPIVARI	2748568	SANTA CASA DE CAPIVARI		M	7	336.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	92894	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	92894	HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	6	288.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	2082926	CASA DE SAUDE STELLA MARIS		M	1	48.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP	351080	CASA BRANCA	2749033	CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA		E	20	960.000,00	3.200/GM/MS 18/11/2021
SP	351110	CATANDUVA	2089335	HOSP ESCOLA EMILIO CARLOS CATANDUVA		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351280	COSMÓPOLIS	9639659	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE COSMOPOLIS		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	351300	COTIA	2792141	HOSPITAL REGIONAL DE COTIA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351340	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351340	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA		M	4	192.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	351340	CRUZEIRO	2024691	SANTA CASA		M	12	576.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	351350	CUBATÃO	2078473	HOSPITAL DR LUIZ CAMARGO DA FONSECA E SILVA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	351380	DIADEMA	2080028	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADEMA HMD		M	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	351380	DIADEMA	2080028	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIADEMA HMD		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351440	DRACENA	2750988	SANTA CASA DE DRACENA		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	351440	DRACENA	2750988	SANTA CASA DE DRACENA		M	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351500	EMBU DAS ARTES	2079011	HOSPITAL LEITO IRMA ANETTE MARLENE FERNANDES DE MELLO		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351500	EMBU DAS ARTES	2079011	HOSPITAL LEITO IRMA ANETTE MARLENE FERNANDES DE MELLO		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	351550	FERNANDOPOLIS	2093324	SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS		E	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351550	FERNANDOPOLIS	2093324	SANTA CASA DE FERNANDOPOLIS		E	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	351620	FRANCA	2705982	SANTA CASA DE FRANCA		E	27	1.296.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351630	FRANCISCO MORATO	3028399	HOSPITAL ESTADUAL PROF CARLOS DA SILVA LACAZ FCO MORATO		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	6878687	HOSPITAL ESTADUAL DR ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO		E	10	480.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	351670	GARCA	9680500	AHBB		M	1	48.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351670	GARCA	9680500	AHBB		M	4	192.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	351840	GUARATINGUETA	2081512	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUARATINGUETA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	351840	GUARATINGUETA	2081512	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GUARATINGUETA		M	10	480.000,00	499/GM/MS 17/03/2021
SP	351870	GUARUJA	2754843	HOSPITAL SANTO AMARO		M	7	336.000,00	373/GM/MS 02/03/2021

SP	351870	GUARUJA	2754843	HOSPITAL SANTO AMARO		M	3	144.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351870	GUARUJA	2754843	HOSPITAL SANTO AMARO		M	10	480.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	351880	GUARULHOS	2080338	HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO		E	15	720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	351880	GUARULHOS	2080338	HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS PROF DR WALDEMAR DE CARVALHO		E	5	240.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	351880	GUARULHOS	2082861	HOSP MUNICIPAL DE URGENCIAS HMU		M	22	1.056.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	351907	HORTOLÂNDIA	2087715	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL GOVERNADOR MARIO COVAS		M	7	336.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	351960	IBITINGA	2082640	SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE IBITINGA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352044	ILHA SOLTEIRA	2078511	HOSPITAL REGIONAL DE ILHA SOLTEIRA		E	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352040	ILHABELA	2747871	HOSPITAL MUNICIPAL GOV MARIO COVAS JR		M	6	288.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	352050	INDAIATUBA	2784602	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352130	IPUA	2080451	SANTA CASA DE IPUA		M	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	352230	ITAPETININGA	3139050	HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352230	ITAPETININGA	3139050	HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352230	ITAPETININGA	3139050	HOSPITAL DR LEO ORSI BERNARDES ITAPETININGA		M	1	48.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	352240	ITAPEVA	2027186	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	352240	ITAPEVA	2027186	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352260	ITAPIRA	2081091	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPIRA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352270	ITÁPOLIS	2079836	SANTA CASA DE MISERICORDIA ITAPOLIS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	2078562	HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	352340	ITATIBA	2023709	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352390	ITU	2092298	SANTA CASA DE ITU		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352410	ITUVERAVA	2751704	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352410	ITUVERAVA	2751704	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITUVERAVA		M	5	240.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	352430	JABOTICABAL	2025477	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA ISABEL DE JABOTICABAL		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352440	JACAREI	2085194	HOSPITAL SAO FRANCISCO DE ASSIS		M	4	192.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352440	JACAREI	2096412	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACAREI		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352440	JACAREI	2096412	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACAREI		M	6	288.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	352470	JAGUARIUNA	2023474	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	352470	JAGUARIÚNA	2023474	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352470	JAGUARIÚNA	2023474	HOSPITAL MUNICIPAL WALTER FERRARI		M	9	432.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352480	JALES	2079895	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JALES		E	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352480	JALES	2079895	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JALES		E	1	48.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352530	JAU	2083086	HOSPITAL AMARAL CARVALHO JAU		E	9	432.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	352530	JAU	2791722	SANTA CASA DE JAU		M	28	1.344.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352590	JUNDIAI	2786435	HCSVP HOSPITAL SAO VICENTE		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352640	LARANJAL PAULISTA	2079976	SANTA CASA DE LARANJAL PAULISTA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352670	LEME	2078074	SANTA CASA DE LEME		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352670	LEME	2078074	SANTA CASA DE LEME		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352680	LENCOIS PAULISTA	2077582	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	2	96.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	352680	LENÇOIS PAULISTA	2077582	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352690	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352690	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA		M	9	432.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP	352690	LIMEIRA	2087103	SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA		M	9	432.000,00	2.268 GM/MS 08/09/2021
SP	352690	LIMEIRA	2087103	SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA LIMEIRA		M	11	528.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	352710	LINS	2758245	SANTA CASA DE LINS		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
SP	352710	LINS	2758245	SANTA CASA DE LINS		M	5	240.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	352720	LORENA	2087111	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA LORENA		M	18	864.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	4	192.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021

SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352900	MARILIA	2025507	HOSPITAL DAS CLINICAS HCFAMEMA		E	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	352900	MARILIA	2083116	SANTA CASA DE MARILIA		M	4	192.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352900	MARILIA	5860490	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE MARILIA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	352900	MARILIA	5860490	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE MARILIA		M	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352930	MATAO	2090961	HOSPITAL CARLOS FERNANDO MALZONI MATAO		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	352940	MAUA	2082349	HOSPITAL DE CLINICAS DR RADAMES NARDINI		M	30	1.440.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	353050	MOCOCA	2705222	SANTA CASA DE MOCOCA MOCOCA		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	2084236	CENTRO ESP EM REABILITACAO DR ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI MOG		E	20	960.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	7473702	HOSP MUN DE MOGI DAS CRUZES PREF WALDEMAR COSTA FILHO		M	40	1.920.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	7473702	HOSP MUN DE MOGI DAS CRUZES PREF WALDEMAR COSTA FILHO		M	13	624.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	353070	MOGI GUACU	2096498	HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS		M	10	480.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	353070	MOGI GUACU	2096498	HOSPITAL MUNICPAL DR TABAJARA RAMOS		M	2	96.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SP	353080	MOGI MIRIM	2088193	IRMANDADE DA STA CASA DE MISERICORD DE MOGI MIRIM MOGI MIRIM		M	14	672.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	353130	MONTE ALTO	2028204	SANTA CASA DE MONTE ALTO		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353130	MONTE ALTO	2028204	SANTA CASA DE MONTE ALTO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353190	MORRO AGUDO	2745801	HOSPITAL SAO MARCOS MORRO AGUDO		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	353190	MORRO AGUDO	2745801	HOSPITAL SAO MARCOS MORRO AGUDO		M	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	353350	NOVO HORIZONTE	2088487	SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE		M	6	288.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353350	NOVO HORIZONTE	2088487	SANTA CASA DE NOVO HORIZONTE		M	4	192.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353390	OLIMPIA	2082845	SANTA CASA DE OLIMPIA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353440	OSASCO	8028	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO GIGLIO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353440	OSASCO	8052	HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMOES OSASCO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353460	OSVALDO CRUZ	2082586	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OSVALDO CRUZ		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353460	OSVALDO CRUZ	2082586	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OSVALDO CRUZ		M	4	192.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	353470	OURINHOS	4049020	SANTA CASA DE OURINHOS		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353470	OURINHOS	4049020	SANTA CASA DE OURINHOS		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	2082519	SANTA CASA DE PARAGUACU PAULISTA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353620	PARIQUERA-AÇU	2077434	HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353620	PARIQUERA-AÇU	2077434	HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA		E	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		M	4	192.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		M	4	192.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		M	6	288.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SP	353670	PEDERNEIRAS	2791749	SANTA CASA DE PEDERNEIRAS		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353710	PEDREIRA	2078422	FUNBEPE PEDREIRA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353710	PEDREIRA	2078422	FUNBEPE PEDREIRA		M	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	353730	PENÁPOLIS	2078503	SANTA CASA DE PENAPOLIS		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353780	PIEDADE	2083175	SANTA CASA PIEDADE		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	353800	PINDAMONHANGABA	2755092	SANTA CASA DE PIDAMONHANGABA		M	2	96.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	353800	PINDAMONHANGABA	2755092	SANTA CASA DE PINDAMONHANGABA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	2087057	HOSPITAL DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	2772310	SANTA CASA DE PIRACICABA		M	2	96.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	9425802	HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA		E	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	353870	PIRACICABA	9425802	HOSPITAL REGIONAL DE PIRACICABA		E	8	384.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	353930	PIRASSUNUNGA	2785382	SANTA CASA DE PIRASSUNUNGA		M	3	144.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	353930	PIRASSUNUNGA	2785382	SANTA CASA DE PIRASSUNUNGA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354100	PRAIA GRANDE	2716097	COMPLEXO HOSPITALAR IRMA DULCE O S S		M	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	354130	PRESIDENTE EPITÁCIO	2751038	SANTA CASA DE PRESIDENTE EPITACIO		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2080532	SANTA CASA HOSP DR ARISTOTELES OLIVEIRA MARTINS PRES PRUDENT		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021

SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	2755130	HOSPITAL DOMINGOS LEONARDO CERAVOLO PRESIDENTE PRUDENTE		E	10	480.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354220	RANCHARIA	2081873	HOSPITAL E MATERNIDADE DE RANCHARIA		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354260	REGISTRO	2079593	HOSPITAL SAO JOAO REGISTRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354260	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO		E	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2080400	HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO RIBEIRAO PRETO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2081164	HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO		M	3	144.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2081164	HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2081164	HOSPITAL SANTA LYDIA RIBEIRAO PRETO		M	21	1.008.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	12	576.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	26	1.248.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2082187	HOSPITAL DAS CLINICAS FAEPA RIBEIRAO PRETO		E	18	864.000,00	735 GM/MS 19/04/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2084414	SANTA CASA DE RIBEIRAO PRETO		M	4	192.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2084414	SANTA CASA DE RIBEIRAO PRETO		M	3	144.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354390	RIO CLARO	2082888	SANTA CASA DE RIO CLARO		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354390	RIO CLARO	2082888	SANTA CASA DE RIO CLARO		M	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	2766167	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO RIO DAS PEDRAS		M	5	240.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	HOSPITAL SANTA BARBARA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	HOSPITAL SANTA BARBARA		M	15	720.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	HOSPITAL SANTA BARBARA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354660	SANTA FÉ DO SUL	2093332	SANTA CASA DE SANTA FE DO SUL		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	8923	CENTRO HOSPITALAR DE SANTO ANDRE DR NEWTON DA COSTA BRANDAO		M	30	1.440.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354780	SANTO ANDRE	2080273	HOSPITAL ESTADUAL MARIO COVAS DE SANTO ANDRE		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	354850	SANTOS	2025752	SANTA CASA DE SANTOS		M	15	720.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SP	354850	SANTOS	2079720	HOSPITAL GUILHERME ALVARO SANTOS		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354850	SANTOS	2080354	HOSPITAL SANTO ANTONIO SANTOS		M	9	432.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354850	SANTOS	6998704	COMPLEXO HOSPITALAR DOS ESTIVADORES		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105759	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA		M	10	480.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105759	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA		M	30	1.440.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105759	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL DE URGENCIA		M	9	432.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105767	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA		M	19	912.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105767	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA		M	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	105767	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 HOSPITAL ANCHIETA		M	1	48.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	7373465	HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL		M	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	7373465	HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL		M	20	960.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	2082594	COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL		M	40	1.920.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	2082594	COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354890	SAO CARLOS	2080931	SANTA CASA DE SÃO CARLOS		M	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	354890	SAO CARLOS	5586348	HOSPITAL UNIVERST DA UFSCAR PROF DR HORACIO C PANEPUCCI		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354910	SAO JOÃO DA BOA VISTA	2084228	SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS SJBV		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2080044	SANTA CASA DE SAO JOAQUIM DA BARRA		E	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	2080923	HOSPITAL SAO VICENTE		M	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	30	1.440.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	2798298	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DO RIO PRETO		M	36	1.728.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	354990	SAO JOSÉ DOS CAMPOS	2748029	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DOS CAMPOS		E	6	288.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355010	SAO MANUEL	2080443	HOSPITAL DA CASA PIA SAO VICENTE DE PAULA		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	102105	HOSPITAL MUNICIPAL BRASILANDIA		M	188	9.024.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	161438	HOSPITAL MUNICIPAL GUARAPIRANGA		M	140	6.720.000,00	478/GM/MS 17/03/2021

SP	355030	SAO PAULO	161438	HOSPITAL MUNICIPAL GUARAPIRANGA		M	20	960.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	7	336.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS SAO PAULO		E	3	144.000,00	947 GM/MS DE 11/05/2021
SP	355030	SAO PAULO	2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO		E	21	1.008.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO		E	19	912.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077477	HOSPITAL SANTA MARCELINA SAO PAULO		E	34	1.632.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077485	HOSPITAL SAO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SAO PAULO		E	20	960.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2077620	HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DE ITAIM PAULISTA SAO PAULO		E	20	960.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2078015	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO		E	55	2.640.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2078015	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SAO PAULO		E	20	960.000,00	809/GM/MS 27/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079240	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079240	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO		E	10	480.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2079240	HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA GUAIANASES SAO PAULO		E	10	480.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080583	HOSP MUN TIDE SETUBAL		M	44	2.112.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080583	HOSP MUN TIDE SETUBAL		M	6	288.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2084473	HOSP MUN DR IGNACIO PROENCA DE GOUVEA		M	20	960.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2084473	HOSP MUN DR IGNACIO PROENCA DE GOUVEA		M	10	480.000,00	749/GM/MS 20/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688689	SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO		E	20	960.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688689	SANTA CASA DE SAO PAULO HOSPITAL CENTRAL SAO PAULO		E	12	576.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355030	SAO PAULO	2688689	SANTA CASA DE SÃO PAULO HOSPITAL CENTRAL SÃO PAULO		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	355030	SAO PAULO	7252455	HOSPITAL PROFESSORA LYDIA STOROPOLI		M	20	960.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	355040	SAO PEDRO	2084422	SANTA CASA DE SAO PEDRO		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355100	SAO VICENTE	3021378	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO VICENTE		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355170	SERTAOZINHO	2084171	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE SERTAOZINHO		M	7	336.000,00	2.597 GM/MS 06/10/2021
SP	355210	SOCORRO	2079704	HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO		M	2	96.000,00	1.028 GM/MS 21/05/2021
SP	355210	SOCORRO	2079704	HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355220	SOROCABA	2081695	CONJUNTO HOSPITALAR SOROCABA		E	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	355220	SOROCABA	2081695	CONJUNTO HOSPITALAR SOROCABA		E	5	240.000,00	623/GM/MS 06/04/2021
SP	355220	SOROCABA	2708779	SANTA CASA DE SOROCABA		M	20	960.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	355220	SOROCABA	9491112	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA		E	10	480.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
SP	355240	SUMARE	2083981	HOSPITAL ESTADUAL SUMARE		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355240	SUMARE	2083981	HOSPITAL ESTADUAL SUMARE		E	5	240.000,00	557/GM/MS 26/03/2021
SP	355280	TABOAO DA SERRA	2079828	HOSPITAL GERAL PIRAJUSSARA TABOAO DA SERRA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP	355380	TAQUARITUBA	2079879	SANTA CASA DE TAQUARITUBA		M	10	480.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355400	TATUÍ	2079135	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355400	TATUÍ	2079135	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI		M	3	144.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	355410	TAUBATE	2749319	HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITARIO DE TAUBATE		M	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355410	TAUBATE	3126838	HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA		E	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355500	TUPÃ	2080664	SANTA CASA DE TUPA		E	15	720.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355540	UBATUBA	2702193	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE UBATUBA		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355620	VALINHOS	2097877	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VALINHOS		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SP	355670	VINHEDO	2699915	SANTA CASA DE VINHEDO		M	2	96.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
SP	355700	VOTORANTIM	2087618	HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM		M	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	355700	VOTORANTIM	2087618	HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM		M	5	240.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA		E	8	384.000,00	478/GM/MS 17/03/2021
SP	355710	VOTUPORANGA	2081377	SANTA CASA DE VOTUPORANGA		E	2	96.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
SP Total							**2.923**	**140.304.000,00**	

TO	170210	ARAGUAINA	2600536	HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA		M	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170210	ARAGUAINA	2755165	HOSPITAL E MATERNIDADE DOM ORIONE		E	15	720.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170210	ARAGUAINA	7998864	INSTITUTO SINAI		E	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170210	ARAGUAÍNA	2600536	HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAINA		E	7	336.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
TO	170255	AUGUSTINOPOLIS	2468972	HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170950	GURUPI	2786109	HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI		E	21	1.008.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	170950	GURUPI	2786109	HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
TO	172100	PALMAS	2755246	HOSPITAL OSWALDO CRUZ		E	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
TO	172100	PALMAS	2786117	HOSPITAL GERAL DE PALMAS DR FRANCISCO AYRES		E	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	172100	PALMAS	2786117	HOSPITAL GERAL DE PALMAS DR FRANCISCO AYRES		E	10	480.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
TO	172100	PALMAS	5252849	HOSPITAL ESTADUAL DE COMBATE A COVID 19 HECC		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	172100	PALMAS	6454283	INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DE TOCANTINS		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
TO	172100	PALMAS	6773907	INTENSICARE IOP		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
TO	172100	PALMAS	7373120	HOSPITAL PALMAS MEDICAL CENTER LTDA		M	10	480.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
TO	172100	PALMAS	9268944	UTI HOSPITAL SANTA THEREZA		E	20	960.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO	171820	PORTO NACIONAL	2786125	HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL		E	10	480.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
TO Total							**183**	**8.784.000,00**	
Total Geral							**16.209**	**770.592.000,00**	

ANEXO II

(UTI COVID-19 Pediátrico)

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	PCEP	GESTÃO	Nº LEITOS UTI COVID-19 PEDIÁTRICO CÓD 2613	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
AL	270430	MACEIÓ	9923837	HOSPITAL DA MULHER DRA NISE DA SILVEIRA		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
AL Total							**10**	**480.000,00**	
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	6602533	HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANCA		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
BA	292740	SALVADOR	0004278	HOSPITAL MARTAGAO GESTEIRA		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
BA	292740	SALVADOR	0005428	INSTITUTO COUTO MAIA		E	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
BA Total							**25**	**1.200.000,00**	
CE	230440	FORTALEZA	2499363	HGCC HOSPITAL GERAL DR CESAR CALS	PCEP	E	4	192.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2526638	SOPAI HOSPITAL INFANTIL		M	10	480.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
CE	230440	FORTALEZA	2563681	HIAS HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN	PCEP	E	8	384.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
CE Total							**22**	**1.056.000,00**	
DF	530010	BRASILIA	6876617	HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB		E	10	480.000,00	947 GM/MS 11/05/2021
DF Total							**10**	**480.000,00**	
MA	211130	SÃO LUÍS	2464594	HOSPITAL DE REF EST DE ALTA COMPLEXIDADE DR CARLOS MACIEIRA		E	3	144.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
MA Total							**3**	**144.000,00**	
MG	312160	DIAMANTINA	2761203	HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA SAUDE		M	10	480.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2159252	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS		M	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2159252	HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS		M	5	240.000,00	769/GM/MS 22/04/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		E	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
MG Total							**25**	**1.200.000,00**	
MT	510340	CUIABÁ	2495015	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABA		M	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
MT Total							**10**	**480.000,00**	
PA	150140	BELEM	2752700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA		E	15	720.000,00	683/GM/MS 13/04/2021
PA	150680	SANTAREM	5585422	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS DO PA DR WALDEMAR PENNA		E	7	336.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PA Total							**22**	**1.056.000,00**	
PB	250400	CAMPINA GRANDE	7113692	HOSPITAL MUNICIPAL DR SEVERINO BEZERRA DE CARVALHO		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB	251080	PATOS	2605481	HOSPITAL INFANTIL NOALDO LEITE		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PB Total							**12**	**576.000,00**	
PE	260110	ARARIPINA	2639262	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA		E	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	5	240.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
PE	260960	OLINDA	2344858	MATERNIDADE BRITES DE ALBUQUERQUE		E	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PE	261160	RECIFE	0000434	IMIP		E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
PE	261160	RECIFE	0000434	IMIP		E	6	288.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
PE	261160	RECIFE	0000477	HOSPITAL OSWALDO CRUZ	PCEP	E	6	288.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
PE	261160	RECIFE	2427427	HOSPITAL BARAO DE LUCENA	PCEP	E	10	480.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
PE Total							**47**	**2.256.000,00**	
PI	221100	TERESINA	2323249	HOSPITAL INFANTIL LUCIDIO PORTELLA		M	9	432.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PI Total							**9**	**432.000,00**	

PR	410690	CURITIBA	0015563	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO PRINCIPE		M	5	240.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
PR	411370	LONDRINA	2781859	HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA		M	5	240.000,00	624/GM/MS 06/04/2021
PR	411520	MARINGÁ	2594714	SANTA CASA DE MARINGA HOSPITAL E MAT M AUXILIADORA		M	5	240.000,00	431/GM/MS 11/03/2021
PR Total							**15**	**720.000,00**	
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2269341	SMS RIO HOSPITAL MUNICIPAL JESUS		M	8	384.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2704595	HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS		M	6	288.000,00	947 GM/MS 11/05/2021
RJ	330490	SAO GONCALO	2704595	HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS		M	1	48.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
RJ Total							**15**	**720.000,00**	
RN	240810	NATAL	2654261	HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	PCEP	E	10	480.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
RN Total							**10**	**480.000,00**	
RS	431490	PORTO ALEGRE	2237571	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO		M	11	0,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
RS	431720	SANTA ROSA	2254611	HOSPITAL VIDA SAUDE		M	5	240.000,00	1.341 GM/MS 23/06/2021
RS Total							**16**	**240.000,00**	
SC	420240	BLUMENAU	2558254	HOSPITAL SANTO ANTONIO		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SC	420540	FLORIANOPOLIS	2691868	HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMAO		E	5	240.000,00	1.149 GM/MS 07/06/2021
SC	420820	ITAJAÍ	2744937	HOSPITAL INFANTIL PEQUENO ANJO		M	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SC	420910	JOINVILLE	6048692	HOSPITAL INFANTIL DR JESER AMARANTE FARIA		M	5	240.000,00	851/GM/MS 30/04/2021
SC	420930	LAGES	2662914	HOSPITAL SEARA DO BEM MATERNO E INFANTIL		M	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC	421870	TUBARAO	2491710	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO		E	5	240.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SC Total							**31**	**1.488.000,00**	
SE	280030	ARACAJU	5714397	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES		E	6	288.000,00	373/GM/MS 02/03/2021
SE Total							**6**	**288.000,00**	
SP	350950	CAMPINAS	2081490	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS		M	6	288.000,00	559/GM/MS 26/03/2021
SP	351620	FRANCA	2705982	SANTA CASA DE FRANCA		E	5	240.000,00	1.401 GM/MS 25/06/2021
SP	352690	LIMEIRA	2081458	SANTA CASA DE LIMEIRA		M	4	192.000,00	1.011 GM/MS 20/05/2021
SP	354260	REGISTRO	9556095	HOSPITAL REGIONAL DE REGISTRO REGISTRO		E	5	240.000,00	839/GM/MS 29/04/2021
SP	354850	SANTOS	2025752	SANTA CASA DE SANTOS		M	5	240.000,00	518/GM/MS 23/03/2021
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2077396	HOSPITAL DE BASE DE SAO JOSE DO RIO PRETO		E	10	480.000,00	567/GM/MS 29/03/2021
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	9491252	DR RUBENS SAVASTANO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		E	5	240.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	355030	SAO PAULO	2080583	HOSP MUN TIDE SETUBAL		M	10	480.000,00	1.816 GM/MS 03/08/2021
SP	355030	SÃO PAULO	2088517	HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA SAO PAULO		E	20	960.000,00	641/GM/MS 07/04/2021
SP Total							**70**	**3.360.000,00**	
Total Geral							**358**	**16.656.000,00**	

ANEXO III

(UTI COVID-19 - Leitos UTI Convertidos)

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	PCEP	GESTÃO	Nº LEITOS UTI COVID-19 ADULTO CÓD 2612 "LEITOS CONVERTIDOS"	Nº LEITOS UTI COVID-19 PEDIÁTRICO CÓD 2613 "LEITOS CONVERTIDOS"	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO "LEITOS CONVERTIDOS"	DATA FINAL DA CONVERSÃO TEMPORÁRIA
MG	313670	JUIZ DE FORA	2111624	HOSPITAL REGIONAL JOÃO PENIDO	PCEP	E		7	336.000,00	PT/GM 1.909 DE 10/08/2021	31/12/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2111624	HOSPITAL REGIONAL JOÃO PENIDO	PCEP	E	8		384.000,00	PT/GM 1.909 DE 10/08/2021	31/12/2021
MG Total							**8**	**7**	**720.000,00**		
SP	354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2078139	SANTA CASA DE PRESIDENTE VENCESLAU		M	9		432.000,00	PT/GM 2.127 DE 26/08/2021 E 3.156 DE 12/11/2021	31/12/2021
SP	355030	SÃO PAULO	2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORAÇÃO INCOR SÃO PAULO		E	19		912.000,00	PT/GM 1.362 DE 24/06/2021	31/12/2021
SP Total							**28**		**1.344.000,00**		
Total Geral							**36**	**7**	**2.064.000,00**		

PORTARIA GM/MS Nº 3.341, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar autorizados, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 474 (quatrocentos e setenta e quatro) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar autorizados, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 dos Estados e Municípios, correspondente ao mês de novembro de 2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos no anexo a esta Portaria, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário CVF0 - Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de novembro de 2021 e corresponderão ao montante total de R$ 6.807.398,40 (seis milhões, oitocentos e sete mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme anexo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	PROPOSTA SAIPS LSVP	PORTARIA GM/MS DE AUTORIZAÇÃO	PROCESSO NUP-SEI	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR MENSAL (R$)
BA	290210	ARACI	7761112	UPA DE ARACI	M	140547	Nº 1.134, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.079295/2021-19	3	R$ 43.084,80
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	6737633	UPA 24H BOM JESUS DA LAPA	M	143191	Nº 1.134, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.079295/2021-19	3	R$ 43.084,80
BA	291640	ITAPETINGA	7116896	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 HORAS	M	142164	Nº 1.867, DE 9 DE AGOSTO DE 2021	25000.108639/2021-04	5	R$ 71.808,00
BA	292700	RIO REAL	9488510	UPA 24HS ANA LEOPOLDINA DOS SANTOS	M	148733	Nº 2.244, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021	25000.130117/2021-81	3	R$ 43.084,80
BA	292740	SALVADOR	9030158	UPA 24H PIRAJA SANTO INACIO	M	144334	Nº 1.137, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.077892/2021-09	2	R$ 28.723,20
BA	292740	SALVADOR	7894015	UPA 24H PARQUE SÃO CRISTÓVÃO	M	144338	Nº 1.239, DE 16 DE JUNHO DE 2021	25000.085997/2021-23	2	R$ 28.723,20
BA	292740	SALVADOR	9019308	UPA 24H PARIPE	M	144339	Nº 1.137, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.077892/2021-09	2	R$ 28.723,20
BA	292740	SALVADOR	7633149	UPA 24H VALE DOS BARRIS	M	144340	Nº 1.137, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.077892/2021-09	4	R$ 57.446,40
BA	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	0156132	UPA 24 HORAS ANTONIO REGINALDO FERNANDES DOS SANTOS	M	141464	Nº 1.186, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.082962/2021-32	2	R$ 28.723,20
BA Total									26	R$ 373.401,60
CE	230120	ARACOIABA	7396732	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24HS ARACOIABA	M	146394	Nº 1.867, DE 9 DE AGOSTO DE 2021	25000.108639/2021-04	3	R$ 43.084,80
CE	230350	CASCAVEL	0107239	UPA IRMÃ SILVEIRA	M	143071	Nº 848, DE 30 DE ABRIL DE 2021	25000.061809/2021-71	4	R$ 57.446,40
CE	230370	CAUCAIA	9346309	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA JUREMA	M	140903	Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.075667/2021-20	1	R$ 14.361,60
CE	230370	CAUCAIA	7077971	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE CAUCAIA	M	140906	Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.075667/2021-20	1	R$ 14.361,60
CE	230523	HORIZONTE	7381158	UPA DE HORIZONTE	M	143657	Nº 1.186, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.082962/2021-32	2	R$ 28.723,20
CE	230690	JAGUARIBE	9787399	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO JAGUARIBE UPA	M	140868	Nº 1.133, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.078565/2021-66	2	R$ 28.723,20
CE	230970	PACATUBA	0228753	UPA I UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	M	143330	Nº 1.086, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.076431/2021-19	3	R$ 43.084,80
CE	231130	QUIXADÁ	7434472	UPA 24H DE QUIXADA DR ANTONIO M M	M	142456	Nº 1.056, DE 24 DE MAIO DE 2021	25000.073614/2021-74	3	R$ 43.084,80
CE	231290	SOBRAL	7021437	UPA SOBRAL DR HUGO MENDES PARENTE	M	143659	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	8	R$ 114.892,80
CE	231340	TIANGUÁ	0183229	UPA TIANGUA	M	140990	Nº 1.310, DE 21 DE JUNHO DE 2021	25000.090468/2021-41	6	R$ 86.169,60
CE Total									33	R$ 473.932,80
GO	520510	CATALÃO	7977123	UPA CATALÃO	M	148304	Nº 2.202, DE 30 DE AGOSTO DE 2021	25000.126570/2021-92	7	R$ 100.531,20
GO	520860	GOIANÉSIA	7779461	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO WALTER AUGUSTO FERNANDES	M	142376	Nº 1.824, DE 4 DE AGOSTO DE 2021	25000.097340/2021-17	22	R$ 315.955,20
GO	521020	IPORÁ	9541004	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	M	142364	Nº 1.304, DE 21 DE JUNHO DE 2021	25000.089181/2021-79	10	R$ 143.616,00
GO	521250	LUZIÂNIA	9093508	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO JARDIM INGA UPA	M	142368	Nº 1.304, DE 21 DE JUNHO DE 2021	25000.089181/2021-79	2	R$ 28.723,20
GO	521250	LUZIÂNIA	7883668	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE LUZIÂNIA UPA	M	142365	Nº 2.202, DE 30 DE AGOSTO DE 2021	25000.126570/2021-92	2	R$ 28.723,20
GO	522045	SENADOR CANEDO	7157681	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE SENADOR CANEDO	M	144296	Nº 2.593, DE 06 DE OUTUBRO de 2021	25000.132628/2021-37	8	R$ 114.892,80
GO	521310	MINEIROS	7813767	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 HORAS	M	149762	Nº 2.091, DE 23 DE AGOSTO DE 2021	25000.119992/2021-10	2	R$ 28.723,20
GO Total									53	R$ 761.164,80
MA	210530	IMPERATRIZ	7275099	UPA SÃO JOSÉ	M	143790	Nº 1.813, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.095648/2021-10	7	R$ 100.531,20
MA Total									7	R$ 100.531,20
MG	310620	BELO HORIZONTE	0027618	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LESTE	M	143156	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	2	R$ 28.723,20
MG	310620	BELO HORIZONTE	0023310	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO OESTE	M	143158	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	2	R$ 28.723,20
MG	310620	BELO HORIZONTE	0023051	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO NORDESTE	M	143159	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	6	R$ 86.169,60
MG	310620	BELO HORIZONTE	6210902	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO CENTRO SUL	M	143160	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	24	R$ 344.678,40
MG	310620	BELO HORIZONTE	0023272	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO NORTE	M	143161	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	4	R$ 57.446,40
MG	310620	BELO HORIZONTE	9068279	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO NOROESTE II HOB	M	143162	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	8	R$ 114.892,80
MG	310620	BELO HORIZONTE	0023582	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO VENDA NOVA	M	143163	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	3	R$ 43.084,80
MG	310620	BELO HORIZONTE	0022683	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO BARREIRO	M	143165	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	2	R$ 28.723,20
MG	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	2777347	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DR ALFREDO SABINO DE FREITAS	M	146216	Nº 1.814, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.113129/2021-41	2	R$ 28.723,20
MG	313010	IGARAPÉ	7533934	IGARAPÉ UPA PREFEITO OSVALDO CÂNDIDO DE QUEIROZ	E	143634	Nº 1.813, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.095648/2021-10	5	R$ 71.808,00
MG	313130	IPATINGA	7417659	UPA JOSE ISABEL DE NASCIMENTO	M	144123	Nº 1.186, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.082962/2021-32	8	R$ 114.892,80
MG	313190	ITABIRITO	7507631	ITABIRITO UPA CELSO MATOS SILVA	E	141976	Nº 899, DE 5 DE MAIO DE 2021	25000.064810/2021-58	5	R$ 71.808,00
MG	314070	MATEUS LEME	7061838	UPA 24H TIAGO CARDOSO SANTOS	E	148736	Nº 1.815, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.112510/2021-92	2	R$ 28.723,20
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	9127666	SJBICAS UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MIGUEL HENRIQUE MAIA	E	143959	Nº 1.026, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.070352/2021-96	4	R$ 57.446,40
MG	316860	TEÓFILO OTONI	6875343	UPA 24 HORAS	M	140437	Nº 639, DE 7 DE ABRIL DE 2021	25000.049990/2021-48	10	R$ 143.616,00
MG Total									87	R$ 1.249.459,20
MS	500830	TRÊS LAGOAS	7433530	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H	M	146393	Nº 1.867, DE 9 DE AGOSTO DE 2021	25000.108639/2021-04	15	R$ 215.424,00
MS Total									15	R$ 215.424,00
PA	150178	BREU BRANCO	7313233	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MANOEL FRANCISCO DE AGUIAR	M	144501	Nº 1.189, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.080112/2021-08	5	R$ 71.808,00
PA Total									5	R$ 71.808,00

PB	250370	CAJAZEIRAS	7321775	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DRA VALERIA MACAMBIRA GUEDES	E	142893	Nº 2.090, DE 23 DE AGOSTO DE 2021	25000.114830/2021-87	2	R$ 28.723,20
PB	250630	GUARABIRA	6964370	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE GUARABIRA	E	142903	Nº 899, DE 5 DE MAIO DE 2021	25000.064810/2021-58	3	R$ 43.084,80
PB	251130	PIANCÓ	7626916	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS	M	143516	Nº 1.023, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.065794/2021-11	3	R$ 43.084,80
PB	251130	PIANCÓ	7626916	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS	M	145464	Nº 1.328, DE 23 DE JUNHO DE 2021	25000.092350/2021-58	2	R$ 28.723,20
PB	251230	PRINCESA ISABEL	7637802	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PRICESA ISABEL	E	142899	Nº 2.090, DE 23 DE AGOSTO DE 2021	25000.114830/2021-87	3	R$ 43.084,80
PB	251370	SANTA RITA	6754325	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	E	142905	Nº 836, DE 29 DE ABRIL DE 2021	25000.060657/2021-90	4	R$ 57.446,40
PB	251620	SOUSA	9104658	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DR MAURO ABRANTES SOBRINHO	M	145878	Nº 1.864, DE 9 DE AGOSTO DE 2021	25000.105685/2021-43	8	R$ 114.892,80
PB Total									25	R$ 359.040,00
PE	260410	CARUARU	9070427	UPA BOA VISTA DR AMORIM	M	143067	Nº 944, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.066377/2021-95	2	R$ 28.723,20
PE	260410	CARUARU	9070427	UPA BOA VISTA DR AMORIM	M	143559	Nº 1.191, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.081986/2021-74	8	R$ 114.892,80
PE	260410	CARUARU	9070419	UPA RENDEIRAS DR JOSE BARRETO	M	143560	Nº 1.024, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.071859/2021-67	2	R$ 28.723,20
PE	260410	CARUARU	6855881	UPA VASSOURAL	M	144363	Nº 1.024, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.071859/2021-67	2	R$ 28.723,20
PE Total									14	R$ 201.062,40
PR	410690	CURITIBA	0017396	UPA BOA VISTA	M	141239	Nº 743, DE 20 DE ABRIL DE 2021	25000.058520/2021-75	3	R$ 43.084,80
PR	410690	CURITIBA	2639548	UPA CAMPO COMPRIDO	M	141240	Nº 743, DE 20 DE ABRIL DE 2021	25000.058520/2021-75	2	R$ 28.723,20
PR	410690	CURITIBA	5323436	UPA CAJURU	M	141247	Nº 743, DE 20 DE ABRIL DE 2021	25000.058520/2021-75	3	R$ 43.084,80
PR	410690	CURITIBA	2639556	UPA SITIO CERCADO	M	141249	Nº 810, DE 27 DE ABRIL DE 2021	25000.058520/2021-75	3	R$ 43.084,80
PR	410690	CURITIBA	3827836	UPA PINHEIRINHO	M	141250	Nº 810, DE 27 DE ABRIL DE 2021	25000.059936/2021-19	3	R$ 43.084,80
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	7790767	UPA 24 HORAS	M	142392	Nº 991, DE 17 DE MAIO DE 2021	25000.069756/2021-37	3	R$ 43.084,80
PR Total									17	R$ 244.147,20
RN	240710	MACAÍBA	6742017	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MACAIBA UPA	M	142947	Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.075667/2021-20	5	R$ 71.808,00
RN	240810	NATAL	9361936	UPA 24HS CIDADE SATELITE	M	142933	Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.075667/2021-20	6	R$ 86.169,60
RN	240810	NATAL	7923287	UPA 24H POTENGI	M	142935	Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.075667/2021-20	9	R$ 129.254,40
RN	240810	NATAL	7408765	UPA 24H ESPERANCA	M	142936	Nº 1.088, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.075667/2021-20	10	R$ 143.616,00
RN	240810	NATAL	6531288	UPA 24H DE PAJUCARA	M	142937	Nº 1.186, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.082962/2021-32	5	R$ 71.808,00
RN Total									35	R$ 502.656,00
RO	110020	PORTO VELHO	2680017	UPA ZONA SUL	M	141605	Nº 946, DE 11 DE MAIO DE 2021	25000.067425/2021-62	9	R$ 129.254,40
RO	110020	PORTO VELHO	2496461	UPA ZONA LESTE	M	141606	Nº 988, DE 17 DE MAIO DE 2021	25000.068775/2021-46	5	R$ 71.808,00
RO Total									14	R$ 201.062,40
RS	430210	BENTO GONÇALVES	7770723	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS	M	143186	Nº 1.402, DE 25 DE JUNHO DE 2021	25000.093944/2021-86	10	R$ 143.616,00
RS Total									10	R$ 143.616,00
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	9717552	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA CONTINENTE	M	141722	Nº 1.038, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.067990/2021-20	1	R$ 14.361,60
SC	420910	JOINVILLE	6439993	UPA 24 HORAS AVENTUREIRO	M	143527	Nº 1.038, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.067990/2021-20	14	R$ 201.062,40
SC	420910	JOINVILLE	2511738	UPA 24 HORAS ITAUM	M	143530	Nº 988, DE 17 DE MAIO DE 2021	25000.068775/2021-46	7	R$ 100.531,20
SC	421010	MAFRA	9202269	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24 H PADRE ALDO SEIDEL	M	145309	Nº 1.811, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.105330/2021-54	1	R$ 14.361,60
SC Total									23	R$ 330.316,80
SP	351300	COTIA	7522738	UPA ATALAIA DRA RITA DE CASSIA SORIO	M	142290	Nº 1.867, DE 9 DE AGOSTO DE 2021	25000.108639/2021-04	10	R$ 143.616,00
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	9093931	UPA DR. FRANCO DA ROCHA	M	141793	Nº 1.025, DE 24 DE MAIO DE 2021	25000.063691/2021-16	10	R$ 143.616,00
SP	352050	INDAIATUBA	2063603	UPA JAD MORADA DO SOL INDAIATUBA	M	146582	Nº 2.117, DE 25 DE AGOSTO DE 2021	25000.121510/2021-83	4	R$ 57.446,40
SP	352210	ITANHAÉM	7711077	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE ITANHAEM	M	140368	Nº 1.023, DE 21 DE MAIO DE 2021	25000.065794/2021-11	5	R$ 71.808,00
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	7494068	UPA SADAKO SEDOGUTI	M	143920	Nº 1.086, DE 27 DE MAIO DE 2021	25000.076431/2021-19	5	R$ 71.808,00
SP	353870	PIRACICABA	2792346	UPA PIRACICAMIRIM DR FORTUNATO LOSSO NETO PIRACICABA	M	144006	Nº 1.137, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.077892/2021-09	20	R$ 287.232,00
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	7038747	UPA DR LUIS ATILIO LOSI VIANA RIBEIRAO PRETO	M	140489	Nº 1.815, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.112510/2021-92	7	R$ 100.531,20
SP	350760	BRAGANÇA PAULISTA	7463030	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H VILA DAVI	M	148471	Nº 2.338, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021	25000.130659/2021-53	5	R$ 71.808,00
SP	355370	TAQUARITINGA	7429568	UPA 24 HORAS	M	141600	Nº 1.188, DE 9 DE JUNHO DE 2021	25000.081466/2021-61	7	R$ 100.531,20
SP Total									73	R$ 1.048.396,80
TO	171820	PORTO NACIONAL	7299729	UPA PRONTO ATENDIMENTO DE PORTO NACIONAL	M	144114	Nº 1.813, DE 3 DE AGOSTO DE 2021	25000.095648/2021-10	7	R$ 100.531,20
TO	172100	PALMAS	2755289	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO NORTE	M	144116	Nº 1.133, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.078565/2021-66	15	R$ 215.424,00
TO	172100	PALMAS	2492555	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO SUL	M	145865	Nº 1.134, DE 2 DE JUNHO DE 2021	25000.079295/2021-19	15	R$ 215.424,00
TO Total									37	R$ 531.379,20
TOTAL GERAL									474	R$ 6.807.398,40

PORTARIA GM/MS Nº 3.342, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar autorizados, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica liberada, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de 2.906 (dois mil e novecentos e seis) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar autorizados, em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 dos Estados e Municípios, correspondente ao mês de novembro de 2021, cuja solicitação de autorização tenha sido feita com base na Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos valores previstos no Anexo a esta Portaria, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O descumprimento das regras previstas na Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021, ensejará a devolução dos recursos recebidos, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário CVF0 - Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021).

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria são referentes ao mês de novembro de 2021 e corresponderão ao montante total de R$ 41.734.809,60 (quarenta e um milhões, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e nove reais e sessenta centavos), referente a recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme Anexo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	PCEP	GESTÃO DO RECURSO	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR (COD. 28.06)	VALOR CUSTEIO MÊS (R$)	PORTARIA GM/MS DE AUTORIZAÇÃO
AM	130070	BOCA DO ACRE	2012499	UNIDADE HOSPITALAR DE BOCA DO ACRE		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 687, DE 13/04/2021
AM	130080	BORBA	2012383	HOSPITAL DE BORBA VO MUNDOCA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 990, DE 17/05/2021
AM	130100	CARAUARI	2017555	UNIDADE HOSPITALAR DE CARAUARI		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2.989, DE 29/10/2021
AM	130110	CAREIRO	2017652	UNIDADE HOSPITALAR DE CASTANHO		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.989, DE 29/10/2021
AM	130120	COARI	2018136	HOSPITAL REGIONAL DE COARI PREF DR ODAIR CARLOS GERALDO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 990, DE 17/05/2021
AM	130140	EIRUNEPE	2016397	UNIDADE HOSPITALAR DE EIRUNEPE		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 990, DE 17/05/2021
AM	130165	GUAJARA	2017997	UNIDADE HOSPITALAR DE GUAJARÁ		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 744, DE 20/04/2021
AM	130170	HUMAITA	2017016	HOSPITAL DR LUIZA DA CONCEICAO FERNANDES		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 2.989, DE 29/10/2021
AM	130190	ITACOATIARA	2016923	HOSPITAL REGIONAL JOSE MENDES		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1158, DE 8/06/2021
AM	130210	JAPURA	2013495	UNIDADE HOSPITALAR DE JAPURA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.985, DE 29/10/2021
AM	130270	MANICORE	2014688	UNIDADE HOSPITALAR DE MANICORE		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 990, DE 17/05/2021
AM	130290	MAUES	2018144	HOSPITAL DE MAUES DONA MUNDIQUINHA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 990, DE 17/05/2021
AM	130300	NHAMUNDA	2016540	UNIDADE HOSPITALAR DE NHAMUNDA		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1242, DE 16/06/2021
AM	130340	PARINTINS	2016893	HOSPITAL PADRE COLOMBO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1242, DE 16/06/2021
AM	130340	PARINTINS	3210243	HOSPITAL REGIONAL DR JOFRE DE MATOS COHEN		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 1307, DE 21/06/2021
AM	130350	PAUINI	2018381	UNIDADE HOSPITALAR DE PAUINI		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 744, DE 20/04/2021
AM	130406	TABATINGA	7459750	UNIDADE HOSPITALAR DE TABATINGA		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1.192, DE 9/06/2021
AM Total							62	890.419,20	
BA	290020	ABARE	2304295	HOSPITAL MUNICIPAL JONIVAL LUCAS DA SILVA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1907, DE 10/08/2021
BA	290100	AMARGOSA	2414244	HOSPITAL MUNICIPAL DE AMARGOSA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
BA	290100	AMARGOSA	2414244	HOSPITAL MUNICIPAL DE AMARGOSA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1307, DE 21/06/2021
BA	290327	BARROCAS	4022416	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOSE MARIA DE MAGALHAES NETO		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 915, DE 06/05/2021
BA	290360	BIRITINGA	2644827	HOSPITAL MUNICIPAL DE BIRITINGA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.989, DE 29/10/2021
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	4022718	HOSPITAL MUNICIPAL CARMELA DUTRA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 808, DE 27/04/2021
BA	290410	BOQUIRA	4022807	HOSPITAL MUNICIPAL DE BOQUIRA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.592, DE 6/10/2021
BA	290570	CAMACARI	0118095	CENTRO INTERMEDIARIO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS CIEC		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 1.819 DE 04/08/2021
BA	290650	CANDEIAS	2387581	HOSPITAL MUNICIPAL DE CANDEIAS		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 845, DE 30/04/2021
BA	290690	CARAVELAS	4024222	HOSPITAL MUNICIPAL DE CARAVELAS		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.192, DE 9/06/2021
BA	290730	CASTRO ALVES	2602075	HOSPITAL DE CASTRO ALVES		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2.985, DE 29/10/2021
BA	290780	CICERO DANTAS	2532522	HOSPITAL MUNICIPAL LUIZ EDUARDO MAGALHAES		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	290790	CIPO	2799812	HOSPITAL MUNICIPAL DE CIPO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.840, DE 5/08/2021
BA	290810	COCOS	2389584	HOSPITAL MUNICIPAL SAO SEBASTIAO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 2.985, DE 29/10/2021
BA	290820	CONCEICAO DA FEIRA	3226816	UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.819 DE 04/08/2021
BA	290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	0179574	CENTRO DE ATENDIMENTO PARA ENFRETAMENTO A COVID 19		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 990, DE 17/05/2021
BA	290840	CONCEICAO DO COITE	0112119	CENTRO DE ATENDIMENTO COVID 19		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.840, DE 5/08/2021
BA	290850	CONCEICAO DO JACUIPE	2600609	HOSPITAL MUNICIPAL DR ANTONIO CARLOS MAGALHAES		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 915, DE 06/05/2021
BA	290910	CORIBE	2801558	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO JOAQUIM LOPES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.985, DE 29/10/2021
BA	290980	CRUZ DAS ALMAS	0185213	PA ESPECIALIZADO AO COVID 19 DE CRUZ DAS ALMAS BA		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 845, DE 30/04/2021
BA	291005	DIAS D'AVILA	2532549	HOSPITAL MUNICIPAL DILTON BISPO DE SANTANA		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 1090, DE 27/05/2021
BA	291010	DOM BASILIO	2602563	HOSPITAL MATERNIDADE DR MARILTON TANAJURA MATIAS		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 685, DE 13/04/2021
BA	291070	EUCLIDES DA CUNHA	2401231	HOSPITAL PORTUGUES UNID ANTONIO CARLOS MAGALHAES		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
BA	291170	GUANAMBI	2816881	HOSPITAL MUNICIPAL DE GUANAMBI		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 898, DE 05/05/2021
BA	291400	IPIRA	4026640	HOSPITAL MUNICIPAL DE IPIRA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 990, DE 17/05/2021

BA	291450	IRARA	2413671	HOSPITAL MATERNIDADE DR DERALDO MIRANDA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1242, DE 16/06/2021
BA	291460	IRECE	2532638	HOSPITAL E MATERNIDADE JOSEFA ISMAEL SOBRAL		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1307, DE 21/06/2021
BA	291560	ITAMARAJU	2556847	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAMARAJU		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 1.819 DE 04/08/2021
BA	291760	JAGUAQUARA	2802252	HOSPITAL MUNICIPAL DE JAGUAQUARA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1.819 DE 04/08/2021
BA	291820	JIQUIRICA	2483408	HOSPITAL E MATERNIDADE JULIA MAIA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1908, DE 10/08/2021
BA	291955	LUIS EDUARDO MAGALHAES	0145688	UCC UNIDADE DE CONTROLE DO COVID 19		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1241, DE 16/06/2021
BA	292020	MALHADA	2493195	HOSPITAL MUNICIPAL SAO GERALDO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1241, DE 16/06/2021
BA	292100	MATA DE SAO JOAO	0190802	UNIDADE DE TRATAMENTO AO COVID 19		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 915, DE 06/05/2021
BA	292110	MEDEIROS NETO	4028740	HOSPITAL MUNICIPAL DE MEDEIROS NETO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1305, DE 21/06/2021
BA	292150	MONTE SANTO	4028759	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR BERENGUER		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2.985, DE 29/10/2021
BA	292200	MUCURI	2498804	HOSPITAL SÃO JOSÉ		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 637, DE 07/04/2021
BA	292230	MURITIBA	2526387	HOSPITAL MUNICIPAL LUCILA FRAGA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2243, DE 03/09/2021
BA	292265	NORDESTINA	3358860	HOSPITAL MUNICIPAL DR OTTO ALENCAR		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 680, DE 13/04/2021
BA	292265	NORDESTINA	3358860	HOSPITAL MUNICIPAL DR OTTO ALENCAR		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
BA	292290	NOVA SOURE	2505843	HOSPITAL MUNICIPAL SAGRADO CORACAO DE JESUS		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 687, DE 13/04/2021
BA	292370	PARATINGA	2601702	HOSPITAL MUNICIPAL DE PARATINGA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 915, DE 06/05/2021
BA	292400	PAULO AFONSO	2533480	HOSPITAL NAIR ALVES DE SOUZA		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 808, DE 27/04/2021
BA	292400	PAULO AFONSO	9442693	PRONTO SOCORRO COVID19		MUNICIPAL	14	201.062,40	PT 1090, DE 27/05/2021
BA	292520	POJUCA	7187556	HOSPITAL MUNICIPAL DR CARLITO SILVA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1242, DE 16/06/2021
BA	292550	PRADO	2674513	HOSPITAL MUNICIPAL DO PRADO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.821 DE 04/08/2021
BA	292590	QUIJINGUE	2598221	HOSPITAL DOUTOR EDENIVALDO CARDOSO DA SILVA JUNIOR		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1908, DE 10/08/2021
BA	292595	RAFAEL JAMBEIRO	2509245	HOSPITAL MUNICIPAL DR RAFAEL JAMBEIRO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1.819 DE 04/08/2021
BA	292610	RETIROLANDIA	2653125	HOSPITAL MUNICIPAL DE RETIROLANDIA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 681, DE 13/04/2021
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	2549182	HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE AMALIA COUTINHO		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 2.985, DE 29/10/2021
BA	292670	RIO DE CONTAS	2509636	HOSPITAL DE RIO DE CONTAS		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1908, DE 10/08/2021
BA	292740	SALVADOR	0548111	UNIDADE DE SUPORTE VENTILATORIO DE VALERIA		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
BA	292740	SALVADOR	0622222	SUPORTE VENTILATORIO PULMONAR VALE DOS BARRIS		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
BA	292740	SALVADOR	0622508	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO DE INICIACAO ESPORTIVA CIE I		MUNICIPAL	30	430.848,00	PT 1.192, DE 9/06/2021
BA	292770	SANTA CRUZ CABRALIA	2510782	HOSPITAL PROFESSOR JOSE MARIA DE MAGALHAES NETTO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 751, DE 20/04/2021
BA	292790	SANTA INES	2510936	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL MARIA LEANDRA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.115, DE 25/08/2021
BA	292810	SANTA MARIA DA VITORIA	2799804	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOSE BORBA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	292850	SANTA TERESINHA	2514435	HOSPITAL MUNICIPAL EDITE NOGUEIRA RANGEL		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.592, DE 6/10/2021
BA	292800	SANTALUZ	2510278	HOSPITAL MUNICIPAL PETRONILHO EVANGELISTA DOS SANTOS		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 2.365, DE 16/09/2021
BA	292820	SANTANA	2514311	HOSPITAL MUNICIPAL DR FRANCISCO FLORES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	292830	SANTANOPOLIS	2514362	UNIDADE MISTA MATER E P A EDUARDO GOMES BRITO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 2.089, DE 23/08/2021
BA	292880	SANTO ESTEVAO	2802074	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOAO BORGES DE CERQUEIRA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 640, DE 07/04/2021
BA	292895	SAO DOMINGOS	4032101	HOSPITAL SAO DOMINGOS		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.985, DE 29/10/2021
BA	292905	SAO FELIX DO CORIBE	5025729	HOSPITAL DR JOSE BASTOS		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	292950	SAO SEBASTIAO DO PASSE	2493330	HOSPITAL DR ALBINO LEITAO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	292960	SAPEACU	2523051	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAPEAÇU		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 808, DE 27/04/2021
BA	292970	SATIRO DIAS	7223676	HOSPITAL MUNICIPAL DE SATIRO DIAS		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 2.115, DE 25/08/2021
BA	293015	SERRA DO RAMALHO	4032497	HOSPITAL MUN GILVAN WANDERLEY DE FARIAS		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 898, DE 05/05/2021
BA	293030	SERRA DOURADA	4032594	HOSPITAL MUNICIPAL CARLITO CARLOS DA CUNHA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
BA	293050	SERRINHA	2801914	HOSPITAL MUNICIPAL DE SERRINHA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 644, DE 07/04/2021
BA	293070	SIMOES FILHO	0283800	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 SIMOES FILHO		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	293075	SITIO DO MATO	3208419	HOSPITAL MUNICIPAL MARIA PEREIRA DE MACEDO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 915, DE 06/05/2021
BA	293105	TANQUE NOVO	4032837	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOSE MARIA DE MAGALHAES NETTO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.089, DE 23/08/2021
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	2301318	HOSPITAL MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1033, DE 21/05/2021
BA	293150	TEOFILANDIA	4033043	HOSPITAL MUNICIPAL WALDEMAR FERREIRA DE ARAÚJO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 744, DE 20/04/2021
BA	293245	UMBURANAS	2525461	UNIDADE DE SAUDE DE UMBURANAS		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.115, DE 25/08/2021
BA	293300	VALENTE	2598191	HOSPITAL MUNICIPAL JOSE MOTA ARAUJO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 990, DE 17/05/2021
BA	293320	VERA CRUZ	2532883	HOSPITAL MARIA AMELIA SANTOS		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 845, DE 30/04/2021
BA Total							331	4.753.689,60	
CE	230030	ACOPIARA	9275134	HOSPITAL MUNICIPAL DE ACOPIARA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.812, DE 03/08/2021
CE	230100	AQUIRAZ	2561395	HOSP GERAL MANUEL ASSUNCAO PIRES		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1305, DE 21/06/2021
CE	230150	ARNEIROZ	2328038	HOSPITAL MUNICIPAL DE ARNEIROZ		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1033, DE 21/05/2021
CE	230190	BARBALHA	2564211	HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULO HMSVP		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1241, DE 16/06/2021
CE	230190	BARBALHA	2564238	HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTONIO HMSA		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 1241, DE 16/06/2021

CE	230210	BATURITE	6619908	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HS BATURITE		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1.158, DE 8/06/2021
CE	230220	BEBERIBE	2372819	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR DOURADO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1.158, DE 8/06/2021
CE	230240	BOA VIAGEM	2479028	CASA DE SAUDE ADILIA MARIA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1305, DE 21/06/2021
CE	230370	CAUCAIA	2562316	HOSP MUN ABELARDO GADELHA DA ROCHA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1242, DE 16/06/2021
CE	230430	FARIAS BRITO	2372479	HOSPITAL GERAL DE FARIAS BRITO HGFB		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1033, DE 21/05/2021
CE	230523	HORIZONTE	2561433	HOSPITAL E MAT VENANCIO RAIM DE SOUSA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.192, DE 9/06/2021
CE	230655	ITAREMA	2806339	HOSP MUNICIPAL NATERCIA JUNIOR RIOS		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1305, DE 21/06/2021
CE	230690	JAGUARIBE	2374064	HOSPITAL MUNICIPAL GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1241, DE 16/06/2021
CE	230945	OCARA	2561441	HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO RAIMUNDO MARCOS		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 990, DE 17/05/2021
CE	230960	PACAJUS	2427176	HOSPITAL JOSE MARIA PHILOMENO GOMES		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1033, DE 21/05/2021
CE	230970	PACATUBA	2373270	HOSPITAL RAIMUNDO CELIO RODRIGUES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1338, DE 23/06/2021
CE	231010	PALMACIA	2664283	UNIDADE MISTA DE SAUDE VIRGINIA RODRIGUES SIMPLICIO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
CE	231025	PARAIPABA	2561891	HOSP MUNIC DE PARAIPABA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.989, DE 29/10/2021
CE	231140	QUIXERAMOBIM	2328380	HOSPITAL REGIONAL DR PONTES NETO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1242, DE 16/06/2021
CE	231180	RUSSAS	2328003	HOSPITAL E CASA DE SAUDE DE RUSSAS		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1033, DE 21/05/2021
CE	231220	SANTA QUITERIA	2478080	HOSP PUBLICO MUNICIPAL S QUITERIA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.823 DE 04/08/2021
CE	231290	SOBRAL	2426579	HOSPITAL DR ESTEVAM		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 990, DE 17/05/2021
CE	231340	TIANGUA	2560852	HOSPITAL MATERNIDADE MADALENA NUNES		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.812, DE 03/08/2021
CE	231360	UBAJARA	2561328	HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCA BELARMINO DA COSTA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.821 DE 04/08/2021
CE Total							92	1.321.267,20	
DF	530010	BRASILIA	0010456	HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL		ESTADUAL	13	186.700,80	PT 643, DE 07/04/2021
DF	530010	BRASILIA	2672197	HRSAM HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA		ESTADUAL	8	114.892,80	PT 643, DE 07/04/2021 E PT 898, DE 05/05/2021
DF	530010	BRASILIA	5717515	HRSM		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 643, DE 07/04/2021
DF	530010	BRASILIA	0010499	HRT HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA		ESTADUAL	10	143.616,00	PT 643, DE 07/04/2021 E PT 898, DE 05/05/2021
DF	530010	BRASILIA	5717515	HRSM		ESTADUAL	10	143.616,00	PT 990, DE 17/05/2021
DF	530010	BRASILIA	0734403	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 GAMA		ESTADUAL	100	1.436.160,00	PT 1241, DE 16/06/2021
DF	530010	BRASILIA	0766216	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CEILANDIA		ESTADUAL	100	1.436.160,00	PT 1.818, DE 4/08/2021
DF	530010	BRASILIA	2672197	HRSAM HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 1.823 DE 04/08/2021
DF Total							250	3.590.400,00	
GO	520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	2442728	HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
GO	520110	ANAPOLIS	2361744	HOSPITAL MUNICIPAL JAMEL CECILIO ANAPOLIS		MUNICIPAL	11	157.977,60	PT 2.115, DE 25/08/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	6634702	CENTRO CLINICO MUNICIPAL		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 745, DE 20/04/2021
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	9680977	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA HMAP		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 2.592, DE 06/10/2021
GO	520350	BOM JESUS DE GOIAS	3354423	HOSPITAL MUNICIPAL JOSE REZENDE DE BOM JESUS		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1242, DE 16/06/2021
GO	520490	CAMPOS BELOS	2383233	HOSPITAL MUNICIPAL DE CAMPOS BELOS		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2.119, DE 25/08/2021
GO	520510	CATALAO	2442612	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CATALAO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1242, DE 16/06/2021
GO	520910	GOIATUBA	2340038	HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR HENRIQUE SANTILLO		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1242, DE 16/06/2021
GO	520910	GOIATUBA	2340038	HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR HENRIQUE SANTILLO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1.818, DE 4/08/2021
GO	521000	INHUMAS	2589192	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR ANGELINO FERNANDES E FERNANDES		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.818, DE 4/08/2021
GO	521000	INHUMAS	2589192	HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR ANGELINO FERNANDES E FERNANDES		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 2.119, DE 25/08/2021
GO	521250	LUZIANIA	5882451	HOSPITAL MUNICIPAL DO JARDIM INGA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 745, DE 20/04/2021
GO	521310	MINEIROS	8013543	HOSPITAL MUNICIPAL DR EVARISTO VILELA MACHADO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 2.380, DE 20/09/2021
GO	521710	PIRACANJUBA	2382490	HOSPITAL MUNICIPAL THUANY GARCIA RIBEIRO		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 751, DE 20/04/2021
GO	521710	PIRACANJUBA	2382490	HOSPITAL MUNICIPAL THUANY GARCIA RIBEIRO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1242, DE 16/06/2021
GO	521770	PONTALINA	2383942	HOSPITAL MUNICIPAL DE PONTALINA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1242, DE 16/06/2021
GO	521860	RIALMA	2519569	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SRA DAS GRACAS RIALMA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 2.592, DE 06/10/2021
GO	521880	RIO VERDE	2340690	HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO VERDE GOIAS		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 1242, DE 16/06/2021
GO	522045	SENADOR CANEDO	2569264	PRONTO ATENDIMENTO COVID 19 PARQUE ALVORADA		MUNICIPAL	14	201.062,40	PT 2.115, DE 25/08/2021
GO	522140	TRINDADE	2535408	HOSPITAL SAO CAMILO TRINDADE		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 990, DE 17/05/2021
GO Total							143	2.053.708,80	

MA	210005	ACAILANDIA	2463016	HOSPITAL MUNICIPAL DE ACAILANDIA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 681, DE 13/04/2021
MA	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	7073224	HOSPITAL REGIONAL DE ALTO ALEGRE DO MARANHAO		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 680, DE 13/04/2021
MA	210060	AMARANTE DO MARANHAO	3667804	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE DE RIBAMAR		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 990, DE 17/05/2021
MA	210120	BACABAL	0664219	HOSPITAL DE REFERENCIA COVID 19 DE BACABAL		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 936, DE 10/05/2021

MA	210120	BACABAL	2458055	HOSPITAL MARIA SOCORRO BRANDAO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 990, DE 17/05/2021
MA	210140	BALSAS	0102547	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 DOM ENEMESIO		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1.812, DE 03/08/2021
MA	210280	CAROLINA	2449439	HOSPITAL MUNICIPAL DE CAROLINA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.823 DE 04/08/2021
MA	210350	COLINAS	2726645	HOSPITAL DA CRIANCA E MULHER DE COLINAS		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 825, DE 28/04/2021
MA	210350	COLINAS	9627812	MATERNIDADE ESTADUAL HUMBERTO COUTINHO		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 825, DE 28/04/2021 E PT 936, DE 10/05/2021
MA	210350	COLINAS	2697947	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONSOLACAO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.192, DE 9/06/2021
MA	210467	GOVERNADOR NUNES FREIRE	2457121	HOSPITAL MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1241, DE 16/06/2021
MA	210480	GRAJAU	6957501	HOSPITAL REGIONAL DE GRAJAU		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 680, DE 13/04/2021
MA	210530	IMPERATRIZ	2456672	HMI HOSPITAL MUNICIPAL DE IMPERATRIZ		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1033, DE 21/05/2021
MA	210530	IMPERATRIZ	0111163	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1305, DF 21/06/2021
MA	210540	ITAPECURU MIRIM	2530236	HOSPITAL REGIONAL ADELIA MATOS FONSECA		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 825, DE 28/04/2021
MA	210690	MONCAO	7321252	HOSPITAL REGIONAL DE MONCAO		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 825, DE 28/04/2021
MA	210780	PARNARAMA	2454750	HOSPITAL SAO DOMINGOS		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 896, DE 05/05/2021
MA	210820	PEDREIRAS	0196231	HOSPITAL DE CAMPANHA DR KLEBER CARVALHO BRANCO		ESTADUAL	7	100.531,20	PT 825, DE 28/04/2021
MA	210820	PEDREIRAS	2452952	HOSPITAL MUNICIPAL GERAL E MATERNIDADE DE PEDREIRAS		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 936, DE 10/05/2021
MA	210820	PEDREIRAS	0196231	HOSPITAL DE CAMPANHA DR KLEBER CARVALHO BRANCO		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1.192, DE 9/06/2021
MA	210845	PERITORO	7077378	HOSPITAL REGIONAL DE PERITORO		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 680, DE 13/04/2021
MA	210860	PINHEIRO	2310511	HOSPITAL REGIONAL DR ANTENOR ABREU		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 896, DE 05/05/2021
MA	210890	POCAO DE PEDRAS	2308061	HOSPITAL MATERNIDADE AGOSTINHO CRUZ MARQUES		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2.989, DE 29/10/2021
MA	210900	PORTO FRANCO	2307154	HOSPITAL E MATERNIDADE ADERSON MARINHO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 845, DE 30/04/2021
MA	211090	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	2457512	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOSE WILLYS NOGUEIRA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1033, DE 21/05/2021
MA	211130	SAO LUIS	2458799	HOSPITAL DA CRIANCA DR ODORICO AMARAL DE MATOS		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 1033, DE 21/05/2021
MA	211180	SITIO NOVO	2646595	HOSPITAL MUNICIPAL FREI ALBERTO BERETTA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1.812, DE 03/08/2021
MA	211200	TASSO FRAGOSO	2646471	HOSPITAL IRMA MARIA PAES TAVARES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.192, DE 9/06/2021
MA	211220	TIMON	2451999	HOSPITAL DR JOSE FIRMINO DE SOUSA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1033, DE 21/05/2021
MA	211230	TUNTUM	6553567	HOSPITAL DAS CLINICAS DO MUNICIPIO DE TUNTUM		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1090, DE 27/05/2021
MA Total							131	1.881.369,60	
MG	310010	ABADIA DOS DOURADOS	0491632	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA ABADIA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 936, DE 10/05/2021
MG	310160	ALFENAS	2171945	SANTA CASA DE ALFENAS		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 1033, DE 21/05/2021
MG	310510	BAMBUI	2143852	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO BRASIL DE BAMBUI		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 2.119, DE 25/08/2021
MG	310540	BARAO DE COCAIS	2168243	HOSPITAL MUNICIPAL WALDEMAR DAS DORES		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 680, DE 13/04/2021
MG	310590	BARROSO	2123061	INSTITUTO NOSSA SENHORA DO CARMO		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 1090, DE 27/05/2021
MG	310620	BELO HORIZONTE	2181770	HOSPITAL EDUARDO DE MENEZES		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 637, DE 07/04/2021 E PT 936, DE 10/05/2021
MG	310730	BOCAIUVA	2119471	HOSPITAL MUNICIPAL DE BOCAIUVA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
MG	310740	BOM DESPACHO	2168707	HOSP SANTA CASA DE BOM DESPACHO		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 845, DE 30/04/2021
MG	310900	BRUMADINHO	0105449	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID19 DE BRUMADINHO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 681, DE 13/04/2021
MG	311100	CAMPESTRE	2205009	SANTA CASA MIS CARIDADE DE CAMPESTRE		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1241, DE 16/06/2021
MG	311120	CAMPO BELO	2192020	SANTA CASA DE CAMPO BELO		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 1.192, DE 9/06/2021
MG	311330	CARANGOLA	2114267	HOSPITAL EVANGELICO DE CARANGOLA		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 644, DE 07/04/2021
MG	311430	CARMO DO PARANAIBA	0650471	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 SANTA CRUZ		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.119, DE 25/08/2021
MG	311510	CASSIA	2760436	INSTITUTO SAO VICENTE DE PAULO		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 744, DE 20/04/2021
MG	311510	CASSIA	2760436	INSTITUTO SAO VICENTE DE PAULO		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1338, DE 23/06/2021
MG	311730	CONCEICAO DAS ALAGOAS	5844843	FUNDACAO HOSPITALAR MUNICIPAL JOAO HENRIQUE		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 990, DE 17/05/2021
MG	311880	CORACAO DE JESUS	2205904	HOSPITAL MUNICIPAL SAO VICENTE DE PAULO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 896, DE 05/05/2021
MG	311930	COROMANDEL	0519987	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 COROMANDEL		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 1305, 21/06/2021
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	7082886	HOSPITAL DR JOSE MARIA MORAIS		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 751, DE 20/04/2021
MG	312410	ESMERALDAS	3048675	ESMERALDAS HOSPITAL MUNICIPAL 25 DE MAIO		ESTADUAL	7	100.531,20	PT 990, DE 17/05/2021
MG	312670	FRANCISCO SA	2760940	HOSPITAL MUNICIPAL DE FRANCISCO SA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1338, DE 23/06/2021
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2222043	HOSPITAL MUNICIPAL		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 1241, DE 16/06/2021
MG	312780	GRAO MOGOL	2205866	HOSPITAL AFRANIO AUGUSTO FIGUEIREDO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1305, 21/06/2021
MG	312800	GUANHAES	2144530	HOSPITAL REGIONAL IMACULADA CONCEICAO		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 825, DE 28/04/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		MUNICIPAL	50	718.080,00	PT 638, DE 07/04/2021 E PT 896, DE 5/05/2021
MG	313240	ITAJUBA	2127687	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAJUBÁ		MUNICIPAL	25	359.040,00	PT 638, DE 07/04/2021 E PT 898, DE 05/05/2021
MG	313240	ITAJUBA	2208857	AISI HOSPITAL DE CLINICAS DE ITAJUBA		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 1.823 DE 04/08/2021
MG	313510	JANAUBA	6920977	HOSPITAL REGIONAL DE JANAUBA		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 845, DE 30/04/2021
MG	313510	JANAUBA	2205939	FUNDAJAN		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 2.115, DE 25/08/2021
MG	313630	JOAO PINHEIRO	2101777	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO CARNEIRO VALADARES		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 845, DE 30/04/2021
MG	313670	JUIZ DE FORA	2153084	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 643, DE 07/04/2021
MG	313720	LAGOA DA PRATA	2132877	HOSPITAL SAO CARLOS		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 1.821 DE 04/08/2021
MG	313750	LAGOA FORMOSA	2101874	HOSPITAL MUNICIPAL DR BININHO		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1090, DE 27/05/2021
MG	313930	MANGA	2205998	FHAHC		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 744, DE 20/04/2021
MG	313940	MANHUACU	2173166	HOSPITAL CESAR LEITE		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 808, DE 27/04/2021

MG	314070	MATEUS LEME	2117096	MATEUS LEME HOSPITAL SANTA TEREZINHA		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 1907, DE 10/08/2021
MG	314090	MATIPO	2115077	FUNDACAO DE SAUDE CRISTO REI		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1.821 DE 04/08/2021
MG	314140	MEDINA	2139030	HOSPITAL SANTA RITA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 808, DE 27/04/2021
MG	314330	MONTES CLAROS	7366108	HOSPITAL DAS CLINICAS DOUTOR MARIO RIBEIRO DA SILVEIRA		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 643, DE 07/04/2021
MG	314470	NOVA ERA	2144549	HOSPITAL SAO JOSE		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 1.809, DE 3/08/2021
MG	314480	NOVA LIMA	0104213	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CEACOR		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 1.192, DE 9/06/2021
MG	314520	NOVA SERRANA	2143801	HOSPITAL SÃO JOSÉ DE NOVA SERRANA		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 638, DE 07/04/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		ESTADUAL	15	215.424,00	PT 898, DE 05/05/2021
MG	314790	PASSOS	2775999	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PASSOS		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1329, DE 23/06/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209187	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DOUTOR CARLOS AFONSO NUNES		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 638, DE 07/04/2021
MG	314810	PATROCINIO	2209195	HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCÍNIO		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 687, DE 13/04/2021
MG	314870	PEDRA AZUL	2139049	HEFA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 915, DE 06/05/2021
MG	314930	PEDRO LEOPOLDO	6049265	HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO GONCALVES		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 936, DE 10/05/2021
MG	315120	PIRAPORA	2119528	HOSPITAL DR MOISES MAGALHAES FREIRE		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 808, DE 27/04/2021
MG	315150	PIUMHI	2776006	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIUMHI		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 898, DE 05/05/2021
MG	315160	PLANURA	2180839	UNIDADE MISTA DE SAUDE		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1907, DE 10/08/2021
MG	315210	PONTE NOVA	2206382	HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA FILHO		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 990, DE 17/05/2021
MG	315250	POUSO ALEGRE	2127989	HOSPITAL DAS CLIN SAMUEL LIBANIO POUSO ALEGRE		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 896, DE 05/05/2021
MG	315460	RIBEIRAO DAS NEVES	2756749	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JUDAS TADEU		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 936, DE 10/05/2021
MG	315700	SALINAS	2204649	HOSPITAL MUNICIPAL DR OSWALDO PREDILIANO SANTANA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.818, DE 4/08/2021
MG	315780	SANTA LUZIA	2164299	HOSPITAL DE SAO JOAO DE DEUS		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1242, DE 16/06/2021
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	2173565	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS MERCES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 845, DE 30/04/2021
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	2146525	SANTA CASA DE PARAISO		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 845, DE 30/04/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2184834	HOSPITAL BOM SAMARITANO		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 898, DE 05/05/2021
MG	316860	TEOFILO OTONI	2211254	HOSPITAL MUNICIPAL DR RAIMUNDO GOBIRA		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 2.115, DE 25/08/2021
MG	317010	UBERABA	2206595	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 808, DE 27/04/2021
MG	317010	UBERABA	9141839	HOSPITAL REGIONAL JOSE ALENCAR		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 915, DE 06/05/2021
MG	317010	UBERABA	2206595	HOSPITAL DE CLINICAS DA UFTM		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 915, DE 06/05/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2146355	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA		MUNICIPAL	15	215.424,00	PT 745, DE 20/04/2021
MG	317020	UBERLANDIA	0270865	CENTRO DE INTERNACAO MISSAO SAL DA TERRA		MUNICIPAL	9	129.254,40	PT 990, DE 17/05/2021
MG	317020	UBERLANDIA	3032191	UAI MORUMBI		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1033, DE 21/05/2021
MG	317020	UBERLANDIA	5617286	UAI SAO JORGE		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 1033, DE 21/05/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2152959	UAI ROOSEVELT DR JOSIAS DE FREITAS		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1033, DE 21/05/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2153017	UAI LUIZOTE DR DOMINGOS PIMENTEL DE ULHOA		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1033, DE 21/05/2021
MG	317020	UBERLANDIA	2152940	UAI PAMPULHA UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRADO IRMA DULCE		MUNICIPAL	11	157.977,60	PT 1033, DE 21/05/2021
MG Total							661	9.493.017,60	
MS	500295	CHAPADAO DO SUL	2536293	HOSPITAL MUNICIPAL DE CHAPADAO DO SUL		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 638, DE 07/04/2021
MS	500540	MARACAJU	2646943	HOSPITAL SORIANO CORREA DA SILVA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.089, DE 23/08/2021
MS Total							6	86.169,60	
MT	510020	AGUA BOA	2473046	HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	3913899	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1033, DE 21/05/2021
MT	510025	ALTA FLORESTA	2471345	HOSPITAL REGIONAL DE ALTA FLORESTA ALBERT SABIN		ESTADUAL	7	100.531,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510060	ALTO TAQUARI	2397056	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO TAQUARI FUNSAT		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.089, DE 23/08/2021
MT	510140	ARIPUANA	4069099	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO ARIPUANA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 2.985, DE 29/10/2021
MT	510263	CAMPO NOVO DO PARECIS	2655802	HOSPITAL MUNICIPAL EUCLIDES HORST		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 845, DE 30/04/2021
MT	510320	COLIDER	2392410	HOSPITAL REGIONAL DE COLIDER		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510340	CUIABA	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510410	GUARANTA DO NORTE	2392046	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO ROSARIO		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 845, DE 30/04/2021
MT	510517	JURUENA	2392895	HOSPITAL MUNICIPAL DE JURUENA RENILDA DE FATIMA DE MORAIS		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 2.115, DE 25/08/2021
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	2767953	HOSPITAL SAO LUCAS LUCAS DO RIO VERDE		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1338, DE 23/06/2021
MT	510558	MARCELANDIA	0664790	CENTRO DE ATENDIMENTO COVID 19		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.115, DE 25/08/2021
MT	510560	MATUPA	2391724	HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510625	NOVA XAVANTINA	2395428	HOSPITAL MUNICIPAL DR DAERCIO OLIVEIRA MORAES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.089, DE 23/08/2021
MT	510628	NOVO SAO JOAQUIM	2395509	HOSPITAL MUNICIPAL MARIA DOLORES T JORDAO		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.115, DE 25/08/2021
MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	2699842	HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 845, DE 30/04/2021
MT	510675	PONTES E LACERDA	2752654	HOSPITAL VALE DO GUAPORE		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 2.089, DE 23/08/2021
MT	510760	RONDONOPOLIS	3028925	HOSP DE REF SAUDE DA FAMILIA DR ANTONIO DOS S MUNIZ		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 2243, DE 03/09/2021
MT	510785	SAO FELIX DO ARAGUAIA	2604426	HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO JOAO ABREU LUZ		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510790	SINOP	0218669	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 845, DE 30/04/2021
MT	510790	SINOP	0218669	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510792	SORRISO	2795655	HOSPITAL REGIONAL DE SORRISO		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 1.158, DE 8/06/2021
MT	510840	VARZEA GRANDE	2391635	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 845, DE 30/04/2021
MT Total							99	1.421.798,40	
PA	150060	ALTAMIRA	2330830	HOSPITAL GERAL DE ALTAMIRA SAO RAFAEL		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 687, DE 13/04/2021

PA	150140	BELEM	0103284	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 BELEM		ESTADUAL	160	2.297.856,00	PT 687, DE 13/04/2021 E PT 896, DE 05/05/2021
PA	150140	BELEM	0090301	HOSPITAL DE RETAGUARDA DOM VICENTE ZICO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1033, DE 21/05/2021
PA	150563	PICARRA	2622491	UNIDADE MISTA DE SAUDE DE PICARRA		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
PA	150613	REDENCAO	2316641	HOSPITAL MUNICIPAL DR IRACI MACHADO DE ARAUJO		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.819 DE 04/08/2021
PA	150620	SALINOPOLIS	0152617	HOSPITAL DE CAMPANHA DE SALINOPOLIS		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 2.989, DE 29/10/2021
PA	150760	SAO MIGUEL DO GUAMA	2676192	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO GUAMA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.818, DE 4/08/2021
PA	150810	TUCURUI	2621649	HOSPITAL MUNICIPAL DE TUCURUI		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
PA Total							188	2.699.980,80	
PB	250750	JOAO PESSOA	2400243	HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1907, DE 10/08/2021
PB	250890	MAMANGUAPE	7666772	HOSPITAL GERAL DE MAMANGUAPE	PCEP	ESTADUAL	3	43.084,80	PT 990, DE 17/05/2021
PB	251230	PRINCESA ISABEL	2321637	HOSPITAL DEPUTADO JOSE PEREIRA LIMA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
PB	251370	SANTA RITA	9467718	HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES		ESTADUAL	16	229.785,60	PT 637, DE 07/04/2021
PB Total							29	416.486,40	
PE	260410	CARUARU	5093619	HOSPITAL MUNICIPAL DE CARUARU DR MANOEL AFONSO PORTO NETO		MUNICIPAL	11	157.977,60	PT 1033, DE 21/05/2021
PE	260410	CARUARU	7819587	UPA DO SALGADO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1241, DE 16/06/2021
PE	260640	GRAVATA	2435802	H G G DR PAULO DA VEIGA PESSOA		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 1241, DE 16/06/2021
PE	261360	SAO JOSE DO EGITO	2715317	HOSPITAL MARIA RAFAEL DE SIQUEIRA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.192, DE 9/06/2021
PE Total							27	387.763,20	
PI	220190	BOM JESUS	2364816	HOSP REG DE BOM JESUS		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 896, DE 05/05/2021
PI	220230	CANTO DO BURITI	2324172	HOSP EST DE CANTO DO BURITI		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 896, DE 05/05/2021
PI	220320	CURIMATA	2365480	HOSP LOCAL JULIO B DE MACEDO		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1242, DE 16/06/2021
PI	220330	DEMERVAL LOBAO	2324334	HOSP LOCAL DE DEMERVAL LOBAO		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 896, DE 05/05/2021
PI	220370	ESPERANTINA	2323583	HOSP EST JULIO HARTMAN		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1242, DE 16/06/2021
PI	220580	LUZILANDIA	2324288	HOSP LOCAL DE LUZILANDIA		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 896, DE 05/05/2021
PI	220770	PARNAIBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	PCEP	ESTADUAL	2	28.723,20	PT 896, DE 05/05/2021
PI	220840	PIRIPIRI	2777746	HOSP REG CHAGAS RODRIGUES	PCEP	ESTADUAL	2	28.723,20	PT 685, DE 13/04/2021
PI	221040	SAO MIGUEL DO TAPUIO	2324261	HOSP EST JOSE FURT DE MENDONCA		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 1242, DE 16/06/2021
PI	221110	UNIAO	2777681	HOSP MUNICIPAL DE UNIAO		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 1242, DE 16/06/2021
PI	221120	URUCUI	2323680	HOSP REG SEN DIRCEU ARCOVERDE		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 896, DE 05/05/2021
PI Total							26	373.401,60	
PR	410100	AMPERE	5621674	INSTITUTO DE SAUDE DE AMPERE ISA		ESTADUAL	1	14.361,60	PT 751, DE 20/04/2021
PR	410590	COLORADO	2733307	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CLARA		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 1242, DE 16/06/2021
PR	410640	CORNELIO PROCOPIO	2582449	SANTA CASA DE CORNELIO PROCOPIO		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 751, DE 20/04/2021
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	2666731	HOSPITAL SAO FRANCISCO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
PR	411060	IPORA	2738171	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL CYRO SILVEIRA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.989, DE 29/10/2021
PR	411910	PIEN	7424981	FUNDACAO HARRY GUIDO GREIPEL		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 808, DE 27/04/2021
PR	412810	UMUARAMA	7845138	UOPECCAN FILIAL UMUARAMA		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 751, DE 20/04/2021
PR Total							21	301.593,60	
RJ	330022	AREAL	2285975	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS DORES		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1033, DE 21/05/2021
RJ	330090	CAMBUCI	2283794	HOSPITAL MUNICIPAL MOACYR GOMES DE AZEVEDO		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 2.989, DE 29/10/2021
RJ	330120	CARMO	2272601	HOSPITAL NOSSA SENHORA DO CARMO		MUNICIPAL	13	186.700,80	PT 2.119, DE 25/08/2021
RJ	330260	MANGARATIBA	2288109	HOSPITAL MUNICIPAL VICTOR DE SOUZA BREVES		MUNICIPAL	11	157.977,60	PT 2.592, DE 06/10/2021
RJ	330270	MARICA	9895124	ERNESTO CHE GUEVARA SMSM		MUNICIPAL	40	574.464,00	PT 745, DE 20/04/2021
RJ	330360	PARACAMBI	2279355	HOSPITAL MUNICIPAL DR ADALBERTO DA GRACA		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1.192, DE 9/06/2021
RJ	330414	QUEIMADOS	0129968	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 QUEIMADOS RJ		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1865, DE 09/08/2021
RJ	330430	RIO BONITO	2296241	HOSPITAL REGIONAL DARCY VARGAS		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 2.380, DE 20/09/2021
RJ	330440	RIO CLARO	6232094	HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 1033, DE 21/05/2021
RJ	330555	SEROPEDICA	0184632	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 2.119, DE 25/08/2021
RJ Total							115	1.651.584,00	

RN	240020	ACU	2410486	HOSPITAL REGIONAL NELSON INACIO DOS SANTOS	PCEP	ESTADUAL	1	14.361,60	PT 687, DE 13/04/2021
RN	240100	APODI	2410443	HOSPITAL REGIONAL HELIO MORAIS MARINHO	PCEP	ESTADUAL	1	14.361,60	PT 687, DE 13/04/2021
RN	240200	CAICO	6778550	HOSPITAL REGIONAL TELECILA FREITAS FONTES		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 2.989, DE 29/10/2021
RN	240230	CARAUBAS	2410141	HOSPITAL REGIONAL DR AGUINALDO PEREIRA	PCEP	ESTADUAL	1	14.361,60	PT 825, DE 28/04/2021
RN	240310	CURRAIS NOVOS	7997663	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 936, DE 10/05/2021
RN	240450	GUAMARE	2474506	HOSPITAL MANOEL LUCAS DE MIRANDA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.592, DE 06/10/2021

RN	240580	JOAO CAMARA	2474751	HOSPITAL REGIONAL DE JOAO CAMARA		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 687, DE 13/04/2021
RN	240810	NATAL	2654261	HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	PCEP	ESTADUAL	2	28.723,20	PT 687, DE 13/04/2021
RN	240810	NATAL	0407720	HOSPITAL MUNICIPAL DE PEDIATRIA DR NIVALDO JUNIOR		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 687, DE 13/04/2021
RN	240810	NATAL	2408260	HOSPITAL GERAL DR JOAO MACHADO	PCEP	ESTADUAL	1	14.361,60	PT 825, DE 28/04/2021
RN	240810	NATAL	0104515	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 SMS NATAL RN		MUNICIPAL	23	330.316,80	PT 825, DE 28/04/2021
RN	240810	NATAL	0282715	HOSPESC HOSPITAL DOS PESCADORES		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 825, DE 28/04/2021
RN	240810	NATAL	3708926	HOSPITAL MUNICIPAL DE NATAL		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 825, DE 28/04/2021
RN	240810	NATAL	0282715	HOSPESC HOSPITAL DOS PESCADORES		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 936, DE 10/05/2021
RN	240810	NATAL	0104515	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 SMS NATAL RN		MUNICIPAL	17	244.147,20	PT 1.158, DE 8/06/2021
RN	240810	NATAL	0677477	HOSPITAL MUNICIPAL NATAL SUL		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.158, DE 8/06/2021
RN	240830	NOVA CRUZ	2374749	HOSPITAL MUNICIPAL MONS PEDRO MOURA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.592, DE 06/10/2021
RN	240940	PAU DOS FERROS	2409275	HOSPITAL REGIONAL DR CLEODON CARLOS DE ANDRADE	PCEP	ESTADUAL	3	43.084,80	PT 687, DE 13/04/2021
RN	240990	PENDENCIAS	2407841	HOSPITAL MATERNIDADE LEVANI DE FREITAS		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 936, DE 10/05/2021
RN	241120	SANTA CRUZ	4014138	HOSPITAL MUNICIPAL ALUIZIO BEZERRA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 687, DE 13/04/2021
RN	241150	SANTO ANTONIO	2375265	HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL	PCEP	ESTADUAL	2	28.723,20	PT 687, DE 13/04/2021
RN	241200	SAO GONCALO DO AMARANTE	4014235	HOSPITAL MATERNIDADE BELARMINA MONTE		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 936, DE 10/05/2021
RN	241200	SAO GONCALO DO AMARANTE	0104884	HOSPITAL DAS CLINICAS DE SAO GONCALO		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1242, DE 16/06/2021
RN	241220	SAO JOSE DE MIPIBU	2560089	HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR ANTONIO BARROS		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 825, DE 28/04/2021
RN	241250	SAO MIGUEL	2381206	HOSPITAL AUREA MAIA DE FIGUEIREDO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 2.365, DE 16/09/2021
RN	241260	SAO PAULO DO POTENGI	2475227	HOSPITAL REGIONAL MONSENHOR EXPEDITO SOBRAL DE MEDEIROS		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 687, DE 13/04/2021
RN Total							102	1.464.883,20	
RO	110004	CACOAL	9890734	HOSPITAL DE ATENDIMENTO A PACIENTE COVID 19		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 808, DE 27/04/2021
RO	110012	JI-PARANA	2495279	HOSPITAL DR CLAUDIONOR COUTO RORIZ		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 2.365, DE 16/09/2021
RO Total							10	143.616,00	
RS	430100	ARROIO DO MEIO	2252198	HOSPITAL SAO JOSE ARROIO DO MEIO		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 936, DE 10/05/2021
RS	430240	BOM RETIRO DO SUL	2252023	HOSPITAL DE CARIDADE SANTANA BOM RETIRO DO SUL		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 898, DE 05/05/2021
RS	430460	CANOAS	3626245	HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO PREF DR MARCOS ANTONIO RONCHETTI		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 737, DE 19/04/2021
RS	430590	CORONEL BICACO	2235382	ASSOC HOSP SANTO ANTONIO DE PADUA		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1.192, DE 9/06/2021
RS	430770	ESTEIO	2232030	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA SAO CAMILO DE ESTEIO		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1907, DE 10/08/2021
RS	430780	ESTRELA	2252260	HOSPITAL ESTRELA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 845, DE 30/04/2021
RS	430790	FARROUPILHA	2240335	HOSPITAL SÃO CARLOS		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 643, DE 07/04/2021
RS	430850	FREDERICO WESTPHALEN	2228602	HOSPITAL DIVINA PROVIDENCIA FREDWEST		ESTADUAL	10	143.616,00	PT 1907, DE 10/08/2021
RS	430920	GRAVATAI	2232049	HOSPITAL DOM JOAO BECKER		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 915, DE 06/05/2021
RS	431100	JAGUARAO	2233401	SANTA CASA DE CARIDADE JAGUARAO		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 845, DE 30/04/2021
RS	431180	MARAU	2246953	HOSPITAL CRISTO REDENTOR MARAU		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1242, DE 16/06/2021
RS	431205	MARQUES DE SOUZA	2252007	HOSPITAL MARQUES DE SOUZA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 744, DE 20/04/2021
RS	431240	MONTENEGRO	2257556	HOSPITAL MONTENEGRO		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 744, DE 20/04/2021
RS	431340	NOVO HAMBURGO	2232146	FUNDACAO DE SAUDE PUBLICA DE NOVO HAMBURGO FSNH		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 744, DE 20/04/2021
RS	431350	OSORIO	2257815	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 684, DE 13/04/2021
RS	431560	RIO GRANDE	2707675	HOSPITAL UNIVERSITARIO DR MIGUEL RIET CORREA JR		ESTADUAL	10	143.616,00	PT 744, DE 20/04/2021
RS	431660	SANANDUVA	2246767	HOSPITAL SAO JOAO SANANDUVA		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1.812, DE 03/08/2021
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	2248220	SANTA CASA DE MISERICORDIA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 898, DE 05/05/2021
RS	431760	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	6389104	HOSPITAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 990, DE 17/05/2021
RS	431820	SAO FRANCISCO DE PAULA	2227770	HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE PAULA		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 684, DE 13/04/2021
RS	431890	SAO LUIZ GONZAGA	2259893	HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA		ESTADUAL	6	86.169,60	PT 744, DE 20/04/2021
RS	431950	SAO SEBASTIAO DO CAI	2227908	HOSPITAL SAGRADA FAMILIA		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 1907, DE 10/08/2021
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	2232162	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAPUCAIA DO SUL		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 845, DE 30/04/2021
RS	432090	TAPEJARA	2246740	HOSPITAL SANTO ANTONIO		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 845, DE 30/04/2021
RS	432150	TORRES	2707950	HOSPITAL BENEFICENTE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 1.192, DE 9/06/2021
RS	432240	URUGUAIANA	2248190	SANTA CASA DE URUGUAIANA		ESTADUAL	27	387.763,20	PT 845, DE 30/04/2021
RS	432260	VENANCIO AIRES	2236370	HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 845, DE 30/04/2021
RS Total							168	2.412.748,80	
SC	420150	ARMAZEM	2550938	HOSPITAL SANTO ANTONIO HSA		ESTADUAL	3	43.084,80	PT 1242, DE 16/06/2021
SC	420280	BRACO DO NORTE	2665883	HOSPITAL SANTA TERESINHA		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 687, DE 13/04/2021
SC	420280	BRACO DO NORTE	2665883	HOSPITAL SANTA TERESINHA		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1033, DE 21/05/2021
SC	420390	CAPINZAL	2380331	HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 1.821 DE 04/08/2021
SC	420550	FRAIBURGO	7274351	AFSC		ESTADUAL	7	100.531,20	PT 1.809, DE 3/08/2021
SC	420880	JAGUARUNA	2550962	HOSPITAL DE CARIDADE DE JAGUARUNA		ESTADUAL	2	28.723,20	PT 2.089, DE 23/08/2021
SC	420910	JOINVILLE	2436469	HOSPITAL MUNICIPAL SAO JOSE		MUNICIPAL	28	402.124,80	PT 1404, DE 28/06/2021
SC	420910	JOINVILLE	2521296	HOSPITAL BETHESDA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1404, DE 28/06/2021
SC	420940	LAGUNA	2558017	HOSPITAL DE CARIDADE S B J DOS PASSOS		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.823 DE 04/08/2021
SC	421170	ORLEANS	2555840	FUNDACAO HOSPITALAR SANTA OTILIA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.819 DE 04/08/2021
SC	421320	POMERODE	2513838	HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO		ESTADUAL	5	71.808,00	PT 1.192, DE 9/06/2021
SC	421550	SANTA CECILIA	2302748	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CECILIA		ESTADUAL	4	57.446,40	PT 1033, DE 21/05/2021
SC	421580	SAO BENTO DO SUL	2521792	HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 936, DE 10/05/2021
SC	421930	VIDEIRA	2302500	HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR		ESTADUAL	9	129.254,40	PT 990, DE 17/05/2021
SC Total							85	1.220.736,00	

SE	280030	ARACAJU	0002372	HOSPITAL MUNICIPAL ZONA SUL DES FERNANDO FRANCO		MUNICIPAL	7	100.531,20	PT 745, DE 20/04/2021
SE	280030	ARACAJU	3841375	HOSPITAL MUNICIPAL ZONA NORTE DR NESTOR PIVA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 936, DE 10/05/2021
SE Total							8	114.892,80	
SP	350190	AMPARO	2082195	BENEFICENCIA PORTUGUESA DE AMPARO		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.812, DE 03/08/2021
SP	350250	APARECIDA	2083051	SANTA CASA DE APARECIDA		ESTADUAL	8	114.892,80	PT 808, DE 27/04/2021
SP	350320	ARARAQUARA	0102741	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 ARARAQUARA		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 898, DE 05/05/2021
SP	350420	AURIFLAMA	2081768	SANTA CASA DE AURIFLAMA		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 936, DE 10/05/2021
SP	350530	BARRA BONITA	2082632	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE BARRA BONITA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 990, DE 17/05/2021
SP	350570	BARUERI	0127604	HOSPITAL DE RETAGUARDA DO JARDIM PAULISTA		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1338, DE 23/06/2021
SP	350635	BERTIOGA	2083272	HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.821 DE 04/08/2021
SP	350650	BIRIGUI	2078252	SANTA CASA DE BIRIGUI		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 643, DE 07/04/2021
SP	350900	CAIEIRAS	0110310	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CAIEIRAS		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
SP	350900	CAIEIRAS	2085976	UNIDADE MISTA DE SAUDE ROSA SANTA PASIN AGUIAR		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.192, DE 9/06/2021
SP	350950	CAMPINAS	2081490	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1033, DE 21/05/2021
SP	350950	CAMPINAS	2811626	HOSPITAL METROPOLITANO CAMPINAS		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1033, DE 21/05/2021
SP	350950	CAMPINAS	6053858	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1033, DE 21/05/2021
SP	350950	CAMPINAS	6053858	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.818, DE 4/08/2021
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2087219	HOSPITAL DE CLINICAS CAMPO LIMPO PAULISTA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.819 DE 04/08/2021
SP	351050	CARAGUATATUBA	0189979	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 CARAGUATATUBA		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 680, DE 13/04/2021
SP	351220	CONCHAL	2084430	HOSPITAL E MATERNIDADE MADRE VANNINI CONCHAL SP		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 896, DE 05/05/2021
SP	351220	CONCHAL	2084430	HOSPITAL E MATERNIDADE MADRE VANNINI CONCHAL SP		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.089, DE 23/08/2021
SP	351380	DIADEMA	2801051	PRONTO SOCORRO CENTRAL DE DIADEMA		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 737, DE 19/04/2021
SP	351440	DRACENA	2071517	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1307, DE 21/06/2021
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0621110	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID EMBU DAS ARTES		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 936, DE 10/05/2021
SP	351510	EMBU-GUACU	2072033	UNIDADE MISTA DE SAUDE DE EMBUGUACU		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 936, DE 10/05/2021
SP	351820	GUARARAPES	2081814	SANTA CASA DE GUARARAPES		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1307, DE 21/06/2021
SP	351830	GUARAREMA	2773333	SANTA CASA DE GUARAREMA		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 808, DE 27/04/2021
SP	351907	HORTOLANDIA	0110612	UNIDADE RESPIRATORIA NOVA HORTOLANDIA		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 936, DE 10/05/2021
SP	352050	INDAIATUBA	2784602	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO		MUNICIPAL	12	172.339,20	PT 745, DE 20/04/2021
SP	352140	IRACEMAPOLIS	0638455	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 DE IRACEMAPOLIS		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 2.119, DE 25/08/2021
SP	352250	ITAPEVI	6048110	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 990, DE 17/05/2021
SP	352340	ITATIBA	2023709	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITATIBA		MUNICIPAL	9	129.254,40	PT 1307, DE 21/06/2021
SP	352440	JACAREI	0134163	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 JACAREI		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
SP	353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	9438890	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1908, DE 10/08/2021
SP	353440	OSASCO	7682581	PS JOSE IBRAHIN		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
SP	353620	PARIQUERA-ACU	2077434	HOSPITAL DR LEOPOLDO BEVILACQUA		ESTADUAL	10	143.616,00	PT 1404, DE 28/06/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 2.115, DE 25/08/2021
SP	353650	PAULINIA	2081059	HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULINIA		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 845, DE 30/04/2021
SP	353730	PENAPOLIS	2078503	SANTA CASA DE PENAPOLIS		MUNICIPAL	3	43.084,80	PT 1.158, DE 8/06/2021
SP	353780	PIEDADE	2083175	SANTA CASA PIEDADE		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 737, DE 19/04/2021
SP	353820	PINHALZINHO	6792456	UPA UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO ROSA AMERI TORICELLI		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 1.821 DE 04/08/2021
SP	354330	RIBEIRAO PIRES	0112062	HOSPITAL DE CAMPANHA RIBEIRÃO PIRES		MUNICIPAL	8	114.892,80	PT 640, DE 07/04/2021
SP	354390	RIO CLARO	0302961	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 RIO CLARO		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 643, DE 07/04/2021
SP	354390	RIO CLARO	2082888	SANTA CASA DE RIO CLARO		MUNICIPAL	2	28.723,20	PT 637, DE 07/04/2021
SP	354390	RIO CLARO	0302961	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 RIO CLARO		MUNICIPAL	6	86.169,60	PT 1.158, DE 8/06/2021
SP	354500	SALESOPOLIS	2079380	SANTA CASA DE SALESOPOLIS		MUNICIPAL	1	14.361,60	PT 1865, DE 09/08/2021
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	0174378	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19		MUNICIPAL	20	287.232,00	PT 681, DE 13/04/2021
SP	354730	SANTANA DE PARNAIBA	0104892	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 FERNAO DIAS		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 737, DE 19/04/2021
SP	354880	SAO CAETANO DO SUL	5935857	HOSPITAL MUNICIPAL DE EMERGÊNCIAS ALBERT SABIN		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 643, DE 07/04/2021
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	0009628	HOSPITAL MUNICIPAL DR JOSE DE CARVALHO FLORENCE		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 638, DE 07/04/2021
SP	355100	SAO VICENTE	3021378	HOSPITAL MUNICIPAL DE SAO VICENTE		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 1.192, DE 9/06/2021
SP	355220	SOROCABA	0605107	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO DE TRANSICAO E ESTABILIZACAO COV		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 1.158, DE 8/06/2021
SP	355220	SOROCABA	0605107	HOSPITAL DE CAMPANHA CENTRO DE TRANSICAO E ESTABILIZACAO COV		MUNICIPAL	10	143.616,00	PT 1.821 DE 04/08/2021
SP	355250	SUZANO	2039001	PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE SUZANO		MUNICIPAL	22	315.955,20	PT 2.089, DE 23/08/2021
SP	355400	TATUI	2079135	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TATUI		MUNICIPAL	5	71.808,00	PT 640, DE 07/04/2021
SP	355700	VOTORANTIM	2087618	HOSPITAL MUNICIPAL DE VOTORANTIM		MUNICIPAL	4	57.446,40	PT 744, DE 20/04/2021
SP Total							352	5.055.283,20	
Total Geral							2.906	41.734.809,60	

PORTARIA GM/MS Nº 3.344, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19; e

Considerando a solicitação dos Gestores Estaduais e Municipais de Saúde, encaminhada por meio do Sistema de Apoio a Implementação de Políticas de Saúde (SAIPS), analisada e aprovada tecnicamente pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.170853/2021-71, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, no montante de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), conforme Anexo.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos do Anexo a esta Portaria correspondem ao mês de novembro/2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual e Municipal de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário CVF0 - Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº Proposta SAIPS	LEITOS NOVOS UTI ADULTO COVID-19 Cód 2612	VALOR CUSTEIO MÊS
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	2664879	HOSPITAL NEREU RAMOS	ESTADUAL	152544	1	48.000,00
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	7947984	COMPLEXO MUNICIPAL DE SAÚDE	MUNICIPAL	152336	14	672.000,00
TOTAL GERAL							15	720.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 3.345, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.170114/2021-80, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, nos estabelecimentos descritos no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios, no montante de R$ 445.209,60 (quatrocentos e quarenta e cinco mil duzentos e nove reais e sessenta centavos), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As despesas autorizadas nos termos desta Portaria correspondem ao mês de novembro de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVF0 - Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	TIPO DE ESTABELECIMENTO	GESTAO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COD. 28.06	VALOR TOTAL
AM	130330	NOVO ARIPUANA	UNIDADE HOSPITALAR DE NOVO ARIPUANA	2019604	HOSPITAL	MUNICIPAL	149654	1	R$ 14.361,60
AM	130180	IPIXUNA	UNIDADE HOSPITALAR DE IPIXUNA	2013614	HOSPITAL	MUNICIPAL	149733	2	R$ 28.723,20
AM	130068	BOA VISTA DO RAMOS	UNIDADE HOSPITALAR DE BOA VISTA DO RAMOS	2016354	HOSPITAL	MUNICIPAL	150987	3	R$ 43.084,80
AM	130090	CANUTAMA	UNIDADE HOSPITALAR DE CANUTAMA	2016419	HOSPITAL	MUNICIPAL	151082	1	R$ 14.361,60
AM	130030	AUTAZES	UNIDADE HOSPITALAR DE AUTAZES	2013045	HOSPITAL	MUNICIPAL	151084	1	R$ 14.361,60
AM Total								8	R$ 114.892,80
GO	521460	NIQUELANDIA	HOSPITAL MUNICIPAL SANTA EFIGENIA	2534789	HOSPITAL	MUNICIPAL	151417	4	R$ 57.446,40
GO Total								4	R$ 57.446,40
PA	150543	OURILANDIA DO NORTE	HOSPITAL MUNICIPAL JADSON PESCONI	2322935	HOSPITAL	MUNICIPAL	147769	5	R$ 71.808,00
PA	150812	ULIANOPOLIS	HOSPITAL MUNICIPAL	2317028	HOSPITAL	MUNICIPAL	151889	4	R$ 57.446,40
PA Total								9	R$ 129.254,40
SP	352240	ITAPEVA	SANTA CASA DE MISERICORDIA	2027186	HOSPITAL	MUNICIPAL	150095	10	R$ 143.616,00
SP Total									R$ 143.616,00
TOTAL								31	R$ 445.209,60

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria GM/MS nº 3.163, de 12 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 215, de 17 de novembro de 2021, Seção 1, páginas 69 e 70,

Onde se lê:
ANEXO
Entes habilitados a receberem recursos federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
RN	JARDIM DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM DO SERIDO	36000415651202100	100.000,00	37420003	100.000,00	1030250182E900024	7948018	100.000,00

Leia-se:
ANEXO
Entes habilitados a receberem recursos federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
RN	JARDIM DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM DO SERIDO	36000415651202100	100.000,00	37420003	100.000,00	1030250182E900024	2476266	100.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 16 de novembro de 2021, processo nº 33910.031874/2019-13, publicada no DOU nº 215, em 17 de novembro de 2021, Seção 1, página 73, onde se lê: "Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial," leia-se: "Pela revisão dos atendimentos".

Na Decisão de 16 de novembro de 2021, processo nº 33910.038202/2020-72, publicada no DOU nº 215, em 17 de novembro de 2021, Seção 1, página 74, onde se lê: "Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3874/2021/GEIRS/DIDES/ANS" leia-se: "Pela revisão administrativa de ofício dos atendimentos encaminhados na Nota Técnica nº 5106/2021/GEIRS/DIDES/ANS".

Na Decisão de 16 de novembro de 2021, processo nº 33910.019293/2018-22, publicada no DOU nº 215, em 17 de novembro de 2021, Seção 1, página 74, onde se lê: "Nota Técnica nº 11140/2019/GEIRS/DIDES/ANS" leia-se: "Nota Técnica nº 5075/2021/GEIRS/DIDES/ANS".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 169, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD 1.123/2021, de 24 de novembro de 2021, com fundamento no art. 15, VI da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: A GONCALVES BEZERRA FARMACIA EIRELI
CNPJ: 35.836.763/0001-51
Número do Processo: 25351.695088/2021-18
Expediente: 2684629/21-2
Data do protocolo: 10/07/2021
Prazo máximo para decisão: 06/01/2022
Recorrente: A.P.C. FREITAS EIRELI
CNPJ: 39.506.246/0001-75
Número do Processo: 25351.311746/2021-20
Expediente: 4161214/21-1
Data do protocolo: 21/10/2021
Prazo máximo para decisão: 19/04/2022
Recorrente: INTERBELLE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA
CNPJ: 11.137.051/0701-25
Número do Processo: 25351.146058/2021-82
Expediente: 3817533/21-9
Data do protocolo: 27/09/2021
Prazo máximo para decisão: 26/03/2022
Recorrente: ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - DEMAIS
CNPJ: 06.262.138/0001-45
Número do Processo: 25351.040628/2021-21
Expediente: 3351347/21-9
Data do protocolo: 25/08/2021
Prazo máximo para decisão: 21/02/2022
Recorrente: AMH FARMA LTDA.
CNPJ: 18.173.548/0001-07
Número do Processo: 25351.407085/2021-37
Expediente: 4231702/21-9
Data do protocolo: 26/10/2021
Prazo máximo para decisão: 24/04/2022
Recorrente: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Número do Processo: 25000.014161/99-61
Expediente: 3848248/21-2
Data do protocolo: 29/09/2021
Prazo máximo para decisão: 28/03/2022
Recorrente: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Número do Processo: 25000.001800/99-55
Expediente: 3027481/21-5
Data do protocolo: 03/08/2021
Prazo máximo para decisão: 30/01/2022
Recorrente: CARL ZEISS DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 33.131.079/0001-49
Número do Processo: 25351.126788/2021-67
Expediente: 4083541/21-3
Data do protocolo: 15/10/2021
Prazo máximo para decisão: 13/04/2022
Recorrente: CASULA & VASCONCELOS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 05.155.425/0001-93
Número do Processo: 25351.001016/2019-07
Expediente: 2739478/21-6
Data do protocolo: 14/07/2021
Prazo máximo para decisão: 10/01/2022
Recorrente: CHEMICALTECH IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 03.959.540/0001-95
Número do Processo: 25351.524784/2021-41
Expediente: 4161843/21-2
Data do protocolo: 21/10/2021
Prazo máximo para decisão: 19/04/2022
Recorrente: CINCO ANIMAIS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO VETERINARIA LTDA.
CNPJ: 37.509.622/0001-50
Número do Processo: 25351.151342/2021-71
Expediente: 3686982/21-1
Data do protocolo: 17/09/2021
Prazo máximo para decisão: 16/03/2022
Recorrente: COMERCIO ATACADISTA JJ LTDA.
CNPJ: 17.730.050/0001-27
Número do Processo: 25351.225104/2013-07
Expediente: 3721038/21-6
Data do protocolo: 20/09/2021
Prazo máximo para decisão: 19/03/2022
Recorrente: D E J BOECHAT DISTR. E ATACADISTA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 26.169.677/0001-41
Número do Processo: 25351.124215/2021-07
Expediente: 3735241/21-2
Data do protocolo: 21/09/2021
Prazo máximo para decisão: 20/03/2022
Recorrente: DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS
CNPJ: 28.990.075/0001-86
Número do Processo: 25351.763818/2021-11
Expediente: 3267607/21-3
Data do protocolo: 19/08/2021
Prazo máximo para decisão: 15/02/2022
Recorrente: DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS ESPECIALIZADOS
CNPJ: 28.990.075/0001-86
Número do Processo: 25351.763818/2021-11
Expediente: 3270640/21-8
Data do protocolo: 19/08/2021
Prazo máximo para decisão: 15/02/2022
Recorrente: DROGARIA SANTAVENIDA
CNPJ: 42.839.178/0001-70
Número do Processo: 25351.213479/2021-26
Expediente: 3721941/21-3
Data do protocolo: 20/09/2021
Prazo máximo para decisão: 19/03/2022
Recorrente: DROGARIA UNICA FARMA EIRELI ME
CNPJ: 20.682.768/0008-76
Número do Processo: 25351.452642/2015-26
Expediente: 3466314/21-2
Data do protocolo: 02/09/2021
Prazo máximo para decisão: 01/03/2022
Recorrente: ERFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 35.310.181/0001-37
Número do Processo: 25351.564936/2020-67
Expediente: 3563878/21-8
Data do protocolo: 09/09/2021
Prazo máximo para decisão: 08/03/2022
Recorrente: F. R. DE FREITAS
CNPJ: 08.002.459/0001-36
Número do Processo: 25351.613687/2021-21
Expediente: 4229368/21-5
Data do protocolo: 26/10/2021
Prazo máximo para decisão: 24/04/2022
Recorrente: FARMACIA JABOATAO LTDA. - ME
CNPJ: 24.170.413/0001-82
Número do Processo: 25351.752907/2021-31
Expediente: 2910037/21-2
Data do protocolo: 26/07/2021
Prazo máximo para decisão: 22/01/2022
Recorrente: FORTUNA - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME
CNPJ: 75.122.242/0001-57
Número do Processo: 25351.373668/2021-57
Expediente: 3916285/21-1
Data do protocolo: 04/10/2021
Prazo máximo para decisão: 02/04/2022
Recorrente: FORTUNA - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME
CNPJ: 75.122.242/0001-57
Número do Processo: 25351.373670/2021-26
Expediente: 3916283/21-4
Data do protocolo: 04/10/2021
Prazo máximo para decisão: 02/04/2022
Recorrente: FULL COMEX TRADING S.A.
CNPJ: 05.776.678/0001-84
Número do Processo: 25351.302385/2021-21
Expediente: 3981442/21-1
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: HEALTH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 35.472.743/0001-49

Número do Processo: 25351.116628/2021-18
Expediente: 3831075/21-2
Data do protocolo: 28/09/2021
Prazo máximo para decisão: 27/03/2022
Recorrente: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 19.570.720/0001-10
Número do Processo: 25351.117387/2005-04
Expediente: 3637923/21-1
Data do protocolo: 14/09/2021
Prazo máximo para decisão: 13/03/2022
Recorrente: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 51.780.468/0001-87
Número do Processo: 25992.016284/73
Expediente: 3337306/21-7
Data do protocolo: 24/08/2021
Prazo máximo para decisão: 20/02/2022
Recorrente: JARDIM BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 41.819.003/0001-39
Número do Processo: 25351.509281/2021-45
Expediente: 3461732/21-9
Data do protocolo: 02/09/2021
Prazo máximo para decisão: 01/03/2022
Recorrente: LM GOES TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 40.102.561/0001-16
Número do Processo: 25351.145303/2021-34
Expediente: 3633247/21-1
Data do protocolo: 14/09/2021
Prazo máximo para decisão: 13/03/2022
Recorrente: LUKAS DANIEL ARAUJO
CNPJ: 31.857.611/0001-84
Número do Processo: 25351.764543/2021-32
Expediente: 3042817/21-3
Data do protocolo: 04/08/2021
Prazo máximo para decisão: 31/01/2022
Recorrente: MAWDSLEYS PHARMACEUTICALS DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 19.501.429/0001-90
Número do Processo: 25351.830197/2021-98
Expediente: 3633802/21-5
Data do protocolo: 14/09/2021
Prazo máximo para decisão: 13/03/2022
Recorrente: MED MAIS MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.
CNPJ: 36.948.457/0001-70
Número do Processo: 25351.737740/2021-89
Expediente: 3181952/21-4
Data do protocolo: 13/08/2021
Prazo máximo para decisão: 09/02/2022
Recorrente: PANAMERICAN MEDICAL SUPPLY SUPRIMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 01.329.816/0001-26
Número do Processo: 25351.726973/2019-31
Expediente: 2948833/21-3
Data do protocolo: 28/07/2021
Prazo máximo para decisão: 24/01/2022
Recorrente: ROYAL MED HOSPITALAR LTDA. - ME
CNPJ: 25.106.470/0001-65
Número do Processo: 25351.590900/2016-09
Expediente: 3914876/21-2
Data do protocolo: 04/10/2021
Prazo máximo para decisão: 02/04/2022
Recorrente: ROYAL MED HOSPITALAR LTDA. - ME
CNPJ: 25.106.470/0001-65
Número do Processo: 25351.590900/2016-09
Expediente: 3914950/21-8
Data do protocolo: 04/10/2021
Prazo máximo para decisão: 02/04/2022
Recorrente: SANTANA LIMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 03.475.588/0001-28
Número do Processo: 25351.400582/2021-12
Expediente: 2246141/21-4
Data do protocolo: 10/06/2021
Prazo máximo para decisão: 07/12/2021
Recorrente: SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
CNPJ: 61.068.755/0001-12
Número do Processo: 25351.555214/2019-88
Expediente: 3435042/21-4
Data do protocolo: 31/08/2021
Prazo máximo para decisão: 27/02/2022
Recorrente: SUNG SUN KIM
CNPJ: 10647
Número do Processo: 25351.432932/2021-00
Expediente: 3874576/21-3
Data do protocolo: 28/10/2021
Prazo máximo para decisão: 26/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.616831/2021-81
Expediente: 3929459/21-5
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.632582/2021-71
Expediente: 3929461/21-7
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.632583/2021-16
Expediente: 4177876/21-6
Data do protocolo: 22/10/2021
Prazo máximo para decisão: 20/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660808/2021-24
Expediente: 3929445/21-5
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660809/2021-79
Expediente: 3929443/21-9
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660812/2021-92
Expediente: 3929463/21-3
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660813/2021-37
Expediente: 3929441/21-2
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660815/2021-26
Expediente: 4177874/21-0
Data do protocolo: 22/10/2021
Prazo máximo para decisão: 20/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660820/2021-39
Expediente: 3929451/21-0
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.660821/2021-83
Expediente: 3929455/21-2
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.665840/2021-04
Expediente: 3975862/21-1
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.665845/2021-29
Expediente: 3975856/21-7
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.671559/2021-01
Expediente: 3975880/21-0
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.671560/2021-27
Expediente: 3975897/21-4
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.720497/2021-60
Expediente: 3929447/21-1
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.720498/2021-12
Expediente: 3929453/21-6
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.725762/2021-04
Expediente: 3975896/21-6
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0004-53
Número do Processo: 25351.756417/2021-12
Expediente: 3929439/21-1
Data do protocolo: 05/10/2021
Prazo máximo para decisão: 03/04/2022
Recorrente: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 30.222.814/0001-31
Número do Processo: 25000.018541/99-83
Expediente: 3856999/21-0
Data do protocolo: 30/09/2021
Prazo máximo para decisão: 29/03/2022
Recorrente: WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 42.067.254/0001-77
Número do Processo: 25351.089220/2021-58
Expediente: 3740529/21-1
Data do protocolo: 21/09/2021
Prazo máximo para decisão: 20/03/2022
Recorrente: WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 42.067.254/0001-77
Número do Processo: 25351.089226/2021-25
Expediente: 3740531/21-5
Data do protocolo: 21/09/2021
Prazo máximo para decisão: 20/03/2022
Recorrente: WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 42.067.254/0001-77
Número do Processo: 25351.089227/2021-70
Expediente: 3740532/21-1
Data do protocolo: 21/09/2021
Prazo máximo para decisão: 20/03/2022
Recorrente: WE FLORIPA SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 42.067.254/0001-77
Número do Processo: 25351.089235/2021-16
Expediente: 3740533/21-8
Data do protocolo: 21/09/2021
Prazo máximo para decisão: 20/03/2022
Recorrente: WEBMED SOLUÇÕES EM SAÚDE EIRELI
CNPJ: 05.731.550/0001-02
Número do Processo: 25351.311734/2021-03
Expediente: 4272692/21-1
Data do protocolo: 28/10/2021
Prazo máximo para decisão: 26/04/2022
Recorrente: EMS S.A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Número do Processo: 25351.254894/2008-62
Expediente: 4081612/21-8
Data do protocolo: 15/10/2021
Prazo máximo para decisão: 13/04/2022
Recorrente: ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND E COM LTDA.

CNPJ: 67.710.244/0001-39
Número do Processo: 25000.012584/99-73
Expediente: 4178487/21-3
Data do protocolo: 22/10/2021
Prazo máximo para decisão: 20/04/2022
Recorrente: ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND E COM LTDA.
CNPJ: 67.710.244/0001-39
Número do Processo: 25000.012584/99-73
Expediente: 4178583/21-2
Data do protocolo: 22/10/2021
Prazo máximo para decisão: 20/04/2022
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.546092/2020-72
Expediente: 4078199/21-6
Data do protocolo: 15/10/2021
Prazo máximo para decisão: 13/04/2022
Recorrente: FORÇA QUÍMICA LTDA.
CNPJ: 02.363.761/0001-33
Número do Processo: 25351.196982/2020-29
Expediente: 3648092/21-9
Data do protocolo: 15/09/2021
Prazo máximo para decisão: 14/03/2022
Recorrente: HBT INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACOS LTDA.
CNPJ: 18.044.630/0001-23
Número do Processo: 25351.468340/2017-31
Expediente: 3879676/21-6
Data do protocolo: 01/10/2021
Prazo máximo para decisão: 30/03/2022
Recorrente: LABORATÓRIO VITALAB LTDA.
CNPJ: 56.646.953/0001-86
Número do Processo: 25351.000557/2003-42
Expediente: 3911184/21-2
Data do protocolo: 04/10/2021
Prazo máximo para decisão: 02/04/2022
Recorrente: LABORATÓRIOS OSÓRIO DE MORAES LTDA.
CNPJ: 19.791.813/0001-75
Número do Processo: 25351.536876/2009-75
Expediente: 3858030/21-0
Data do protocolo: 30/09/2021
Prazo máximo para decisão: 29/03/2022
Recorrente: LABORATÓRIOS OSÓRIO DE MORAES LTDA.
CNPJ: 19.791.813/0001-75
Número do Processo: 25351.536876/2009-75
Expediente: 3862711/21-8
Data do protocolo: 30/09/2021
Prazo máximo para decisão: 29/03/2022
Recorrente: M & R COMERCIO EIRELI - ME
CNPJ: 17.290.835/0001-26
Número do Processo: 25351.183466/2020-34
Expediente: 3876471/21-4
Data do protocolo: 01/10/2021
Prazo máximo para decisão: 30/03/2022
Recorrente: M & R COMERCIO EIRELI - ME
CNPJ: 17.290.835/0001-26
Número do Processo: 25351.996521/2020-59
Expediente: 3876478/21-9
Data do protocolo: 01/10/2021
Prazo máximo para decisão: 30/03/2022
Recorrente: MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA.
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Número do Processo: 25351.711886/2018-07
Expediente: 3974246/21-5
Data do protocolo: 08/10/2021
Prazo máximo para decisão: 06/04/2022
Recorrente: ORCIMED INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI
CNPJ: 61.186.417/0001-85
Número do Processo: 25351.006101/2005-58
Expediente: 3846029/21-1
Data do protocolo: 29/09/2021
Prazo máximo para decisão: 28/03/2022
Recorrente: PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA.
CNPJ: 02.295.753/0001-05
Número do Processo: 25351.910052/2020-99
Expediente: SEI 1615923
Data do protocolo: 26/07/2021
Prazo máximo para decisão: 22/01/2022
Recorrente: RENOVA MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 31.047.312/0001-84
Número do Processo: 25351.968420/2020-98
Expediente: 2416659/21-9
Data do protocolo: 22/06/2021
Prazo máximo para decisão: 19/12/2021
Recorrente: SERVER QUÍMICA LTDA. - EPP
CNPJ: 04.900.875/0001-09
Número do Processo: 25351.045685/2021-05
Expediente: 4148399/21-9
Data do protocolo: 20/10/2021
Prazo máximo para decisão: 18/04/2022
Recorrente: SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 60.858.131/0001-36
Número do Processo: 25351.877588/2020-95
Expediente: 3781755/21-5
Data do protocolo: 24/09/2021
Prazo máximo para decisão: 23/03/2022
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Número do Processo: 25351.474138/2019-19
Expediente: 4268308/21-1
Data do protocolo: 28/10/2021
Prazo máximo para decisão: 26/04/2022
Recorrente: WILLIAM WAISSMAN
SIAPE: 0226169
Número do Processo: 25351.912029/2020-39
Expediente: SEI 1632787
Data do protocolo: 12/07/2021
Prazo máximo para decisão: 08/01/2022

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

DESPACHO N° 170, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) previstas, respectivamente, no art. 18 e no art. 39 da Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.933266/2021-14
Assunto: Proposta de abertura de processo regulatório para alterar a Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos.
Área responsável: GEPAR/GGALI
Agenda Regulatória 2021-2023: Não é projeto regulatório da Agenda (Assunto de Atualização Periódica)
Excepcionalidade: Não é projeto regulatório da Agenda, dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) por motivo de baixo impacto e dispensa de Consulta Pública (CP) por se mostrar improdutiva, considerando a finalidade e os princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade administrativas.
Relatoria: Rômisson Rodrigues Mota

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 110, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, incisos III e IV, e 15, incisos III e IV, da Lei n º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VII e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC º 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 1º de dezembro de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Os padrões microbiológicos estabelecidos para a categoria 14 do Anexo I da Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 249, de 26 de dezembro de 2019, Seção 1, p. 133, passam a vigorar na forma do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa nº 104, de 27 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 206, de 3 de novembro de 2021, Seção 1, pág. 76.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

ALTERAÇÃO DOS PADRÕES MICROBIOLÓGICOS PARA A CATEGORIA 14 NA LISTA DE "PADRÕES MICROBIOLÓGICOS DE ALIMENTOS, COM EXCEÇÃO DOS ALIMENTOS COMERCIALMENTE ESTÉREIS"

14. FÓRMULAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL EM PÓ E FÓRMULAS PARA ERROS INATOS DO METABOLISMO EM PÓ					
Categorias Específicas	**Micro-organismo/Toxina/Metabólito**	**n**	**c**	**m**	**M**
a) Fórmulas destinadas a lactentes até 6 (seis) meses	*Salmonella*/25g	60	0	Aus	---
	Cronobacter spp/10g	30	0	Aus	---
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	10	0	Aus	---
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
b) Fórmulas destinadas a lactentes e crianças de primeira infância entre 6 (seis) meses e 3 (três) anos	*Salmonella*/25g	60	0	Aus	---
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/10g	10	0	Aus	---
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$
c) Fórmulas destinadas a crianças maiores de 3 (três) anos e adultos	*Salmonella*/25g	30	0	Aus	---
	Bacillus cereus presuntivo/g	5	1	50	$5x10^2$
	Enterobacteriaceae/g	5	0	10	---
	Aeróbios mesófilos/g	5	2	$5x10^2$	$5x10^3$

" (NR)

ARESTO Nº 1.475, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 23/2021, realizada em 25 de novembro de 2021, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, VIII, § 1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: RC Premium Comércio Importadora e Exportadora Eirelli.
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Processo: 25351.344051/2019-18
Expediente: 2132428/20-0
Área: CRES3/GGREC

Deliberação:
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 129/2021/SEI/DIRE1/Anvisa.
Recorrente: RC Premium Comércio Importadora e Exportadora Eirelli.
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Processo: 25351.344052/2019-54
Expediente: 1836240/20-1
Área: CRES3/GGREC
Deliberação:
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 128/2021/SEI/DIRE1/Anvisa.
Recorrente: Reality Cigars Comércio Importação e Exportação Ltda.
CNPJ: 07.756.070/0001-13
Processo: 25351.550271/2015-67
Expediente: 2377019/20-8
Área: CRES3/GGREC
Deliberação:
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 131/2021/SEI/DIRE1/Anvisa.
Recorrente: Reality Cigars Comércio Importação e Exportação Ltda.
CNPJ: 07.756.070/0001-13
Processo: 25351.218970/2010-79
Expediente: 2376965/20-3
Área: CRES3/GGREC
Deliberação:
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 130/2021/SEI/DIRE1/Anvisa.
Recorrente: Reality Cigars Comércio Importação e Exportação Ltda.
CNPJ: 07.756.070/0001-13
Processo: 25351.193673/2019-63
Expediente: 0065498/21-6
Área: CRES3/GGREC
Deliberação:
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por intempestividade, nos termos do voto da relatora - Voto nº 235/2021/SEI/DIRE3/Anvisa.

4ª DIRETORIA

PORTARIA PT Nº 641, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

Delega competência à Adjunta de Diretor da Quarta Diretoria para fins que especifica.

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, IV, aliado ao art. 54, III, §3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14, §1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar, em seus períodos de férias, afastamentos ou licenças, competência específica à Adjunta de Diretor da Quarta Diretoria da Anvisa para aprovação de:

I - solicitação, reprogramação e interrupção de férias de servidores vinculados diretamente à Quarta Diretoria;

II - capacitação individual, no país, de servidores lotados em unidades supervisionadas pela Quarta Diretoria;

III - nomeação/exoneração em cargos comissionados técnicos de unidades supervisionadas pela Quarta Diretoria;

IV - designação/dispensa de substitutos de unidades supervisionadas pela Quarta Diretoria;

V - licença capacitação de servidores lotados em unidades supervisionadas pela Quarta Diretoria;

VI - afastamento para pós-graduação de servidores lotados em unidades supervisionadas pela Quarta Diretoria;

VII - horário especial de servidores vinculados diretamente à Quarta Diretoria; e

VIII - concessão ou interrupção de jornada reduzida de trabalho com redução proporcional de vencimentos de servidores lotados em unidades supervisionadas pela Quarta Diretoria.

Art. 2º Delegar, em seus períodos de férias, afastamentos ou licenças, competência específica à Adjunta de Diretor da Quarta Diretoria da Anvisa para expedir cartas e ofícios nos termos do § 2º do art. 55 do Regimento Interno da Anvisa - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018.

Art. 3º Excepcionalmente, a detentora da competência delegada nos artigos 1º e 2º poderá exercê-la mesmo nos períodos de efetivo exercício do Diretor da Quarta Diretoria, nos casos de urgência justificada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RÔMISON RODRIGUES MOTA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 4.476, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, inciso I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: FLAVIO CADEGIANI ENDOCRINOLOGIA E SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 18.570.084/0001-64
Produto - Apresentação (Lote): PROXALUTAMIDA (05201101; A05191102A; A05190601A; A05200501A);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4673744/21-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o disposto no Decreto nº 8.077/2013, art. 13, inciso VI e art. 16; Lei nº 9.782, art. 7º, inciso XV e art. 15, inciso IV. Esta medida restritiva se aplica a todos os lotes de proxalutamida importados por FLAVIO CADEGIANI ENDOCRINOLOGIA E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. (CNPJ 18.570.084/0001-64) para fins de pesquisa científica no Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 3.720, de 29 de setembro de 2021, expediente nº3520470/19-5, publicada no Diário Oficial da União nº. 188, de 04 de outubro de 2021, Seção I, pág. 292.

Onde se lê: Winterthurerstrasse, Gewerbezentrum Arova, Fluringen, 8247 - Suíça

Leia-se: Arova Hallen, Winterthurerstrasse, 8247 Flurlingen, CH, Suíça

---

Na Resolução RE nº 652, de 05 de março de 2020, expediente nº. 2121845/19-4, publicada no Diário Oficial da União nº. 46, de 09 de março de 2020, Seção I, pág. 93.

Onde se lê: Materiais de uso médico da classe III

Leia-se: Produtos para diagnóstico de uso In Vitro classe III

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 4.478, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RENATA ANTUNES VIEIRA CORDEIRO / 12.137.702/0001-09 25351.723451/2021-01 / 7859301 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454442211 ---------- DROGA GOMES LTDA / 40.399.251/0001-05 25351.723370/2021-01 / 7859925 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454237212 ---------- RODRIGUES DROGARIAS LTDA / 43.865.918/0001-06 25351.764491/2021-02 / 7860845 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533286210 ---------- HABITABR DISTRIBUIDORA LTDA / 18.033.901/0001-45 25351.772672/2021-02 / 8237178 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4549451211 ---------- CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0656-27 25351.736013/2021-02 / 7859436 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474848215 ---------- Imagem Sistemas Médicos LTDA / 59.269.654/0007-53 25351.378346/2021-02 / 8237151 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4488262210 ---------- NUTRIMIX COMERCIAL LTDA / 12.409.711/0001-01 25351.372873/2021-03 / 8237394 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3761224214 ---------- FARMACIA JF PAGGI LTDA / 42.873.292/0001-17 25351.643141/2021-03 / 7858549 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283687215 ---------- FARMACIA CASTRO ALVES LTDA / 13.429.279/0012-28 25351.685308/2021-03 / 7859774 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371485214 ---------- H E S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA / 41.537.635/0001-00 25351.772898/2021-03 / 8237437 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4549687215 ---------- DROGARIA M VIEIRA DE SOUZA / 30.503.815/0001-54 25351.723331/2021-03 / 7860447 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454155214 ---------- G Rodrigues de Sousa LTDA-ME / 43.557.882/0001-01 25351.677857/2021-04 / 7859513 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356824216 ---------- MAQ MEDICAL TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI / 17.409.507/0001-04 25351.761564/2021-04 / 8237255 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4531612213 ---------- SERRA FARMA EIRELI / 41.823.664/0001-38 25351.736020/2021-04 / 7859146 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474869218 ---------- CIDCLEY FERREIRA DOS SANTOS EIRELI / 40.881.452/0001-44 25351.723349/2021-05 / 7860586 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454197210 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2549-27 25351.685298/2021-06 / 7859592 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371454214 ---------- TRANSPORTES GARCIA LTDA / 36.177.197/0001-86 25351.772506/2021-06 / 8237207 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4549269219 ---------- EVOLUTIONS QUÍMICA EIRELI / 37.644.367/0001-58 25351.772697/2021-06 / 4040256 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4549479213 ---------- PHARMACIA DROGARIA LTDA / 42.293.593/0001-71 25351.723437/2021-07 / 7858891 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454393210 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1055-48 25351.764477/2021-09 / 7860814 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533276212 ---------- MEDICAL CORPORATION USA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA / 43.619.082/0001-60 25351.762261/2021-09 / 8237181 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4532267218 ---------- M K S DE S LOPES / 23.891.916/0001-84 25351.724688/2021-09 / 7859419 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4458388215 ---------- GRECCO ENCOMENDAS E TRANSPORTES LTDA / 01.327.657/0001-20 25351.772936/2021-10 / 3109340 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549730218 ---------- KATSILENE MODESTO DE HOLANDA / 43.070.189/0001-00 25351.669498/2021-11 / 7858703 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340277211 ---------- KATER &FORTES LTDA / 41.622.536/0001-26 25351.669506/2021-11 / 7858796 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340302216 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1086-44 25351.669515/2021-11 / 7858995 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340329218 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2647-28 25351.701346/2021-11 / 7860049 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399861215 ---------- S R SOARES DE OLIVEIRA-ME / 28.430.763/0001-91 25351.701383/2021-11 / 7860157 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399923219 ---------- WASHINGTON VENANCIO MEDEIROS DE SOUZA / 44.000.983/0001-31 25351.703128/2021-11 / 7860161 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4406329216 ---------- DROGARIAS ALMEIDA LTDA / 43.093.669/0001-88 25351.764466/2021-11 / 7860723 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533243216 ---------- MIX FARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 06.104.356/0001-51 25351.761602/2021-11 / 4040239 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4531652215 ---------- HABITABR DISTRIBUIDORA LTDA / 18.033.901/0001-45 25351.772582/2021-11 / 1265900 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549354216 ---------- Droga Genessis Ltda. / 03.447.416/0005-74 25351.723433/2021-11 / 7858860 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454380218 ---------- Multipharma Farmácia de Manipulação LTDA-ME / 15.243.690/0002-68 25351.723352/2021-11 / 7860601 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454206212 ---------- CALLFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 08.011.373/0020-32 25351.723379/2021-11 / 7860109 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454264210 ---------- M &C SANTOS LTDA / 40.687.699/0001-24 25351.736041/2021-11 / 7860360 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474933213 ---------- PORTUGAL DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 26.784.816/0001-47 25351.356287/2021-11 / 8237315 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4556225213 ---------- DROGARIA MAIS BARALDI LTDA / 42.737.950/0001-43 25351.459744/2021-11 / 7858981 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4487982212 ---------- FARMACIA RGPE LTDA / 10.841.243/0006-10 25351.669489/2021-12 / 7858612 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340249216 ---------- BASTOS OLIVEIRA

COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 43.433.797/0001-23 25351.764473/2021-12 / 7860785 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533264219 ---------- I P BARBOSA TRINDADE / 42.546.712/0001-50 25351.723403/2021-12 / 7859757 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454303214 ---------- Carline Ehle Ltda / 42.167.081/0001-69 25351.511228/2021-12 / 7858444 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4509326211 ---------- DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0163-30 25351.669513/2021-13 / 7858964 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340323219 ---------- DROGARIA FARMA FREITAS LOJA 04 LTDA / 42.620.517/0001-23 25351.677848/2021-13 / 7859194 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356797215 ---------- W L NOGUEIRA / 29.393.932/0002-04 25351.705132/2021-13 / 7860188 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4409380212 ---------- m o silva / 21.513.024/0001-14 25351.790229/2021-13 / 3109262 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4589587211 ---------- SSBROLIVEIRA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 29.935.873/0001-78 25351.761916/2021-13 / 4040179 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4532021219 ---------- SICAFLA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 03.828.079/0002-12 25351.772670/2021-13 / 8237499 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4549449217 ---------- DROGARIA PRINCIPAL DE MARICA LTDA / 43.454.653/0001-53 25351.723386/2021-13 / 7859635 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454285212 ---------- Drogaria Mineira De Espinosa Ltda / 42.264.074/0001-85 25351.459778/2021-13 / 7859041 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4478724213 ---------- DTS PHARMA BULA LTDA / 41.641.882/0001-51 25351.669496/2021-14 / 7858688 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340269211 ---------- ULTRAPOPULAR SÃO DESIDERIO LTDA / 12.431.970/0001-20 25351.685306/2021-14 / 7859730 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371479210 ---------- FARMACIA J. I. BEZERRA NOBRE SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA / 43.389.871/0001-51 25351.677839/2021-14 / 7859055 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356770213 ---------- DROGARIA IMPERIAL CATALAO LTDA / 43.613.460/0001-06 25351.723458/2021-14 / 7859376 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454467217 ---------- GENERICOS LTDA / 10.578.869/0002-52 25351.643130/2021-15 / 7858779 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283652212 ---------- R.ELIANE &CIA LTDA. / 05.859.833/0001-26 25351.701351/2021-15 / 7860097 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399873219 ---------- REDE PARFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 42.788.211/0001-80 25351.706078/2021-15 / 7860221 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410801210 ---------- BERENICE F DA SILVA VASCONCELOS DROGARIA / 38.365.641/0001-12 25351.723401/2021-15 / 7859697 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454297216 ---------- FRANCISCO RIVAILLDON TELES BRAGA / 06.039.028/0007-04 25351.685313/2021-16 / 7859834 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371498216 ---------- DROGARIA HERTZ FARMA LTDA / 32.198.407/0001-61 25351.677846/2021-16 / 7859181 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356791216 ---------- DROGARIA JK POSSE LTDA / 41.458.411/0001-02 25351.706102/2021-16 / 7860279 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410844213 ---------- MF DROGARIAS E PERFUMARIA LTDA / 26.120.309/0001-09 25351.303091/2021-16 / 7860391 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3632644215 ---------- s.de aquino santana farmacia-me / 27.934.288/0001-28 25351.764498/2021-16 / 7860646 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533310216 ---------- m o silva / 21.513.024/0001-14 25351.790308/2021-16 / 8237147 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4589653214 ---------- INVASIVE SP MEDICAL DEVICES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 16.721.684/0002-31 25351.761634/2021-16 / 8237377 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4531688210 ---------- Rede de farmácia Dunes LTDA / 43.981.713/0001-96 25351.723428/2021-16 / 7859821 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454363218 ---------- Uberlândia Ultra Popular Medicamentos ltda / 19.431.808/0003-13 25351.723347/2021-16 / 7860569 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454191211 ---------- Farmácia Nossa Senhora do Rosário LTDA / 59.603.977/0034-04 25351.723384/2021-16 / 7859575 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454279218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 41.550.131/0001-20 25351.362735/2021-16 / 7858661 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4537643213 ---------- DROGARIA FAM FARMA LTDA / 58.768.557/0024-43 25351.685296/2021-17 / 7859589 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371451210 ---------- DROGARIA POPULAR FABI FARMA EIRELI / 39.438.427/0001-01 25351.685304/2021-17 / 7859712 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371472212 ---------- GLOBOFARMA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 42.641.749/0001-68 25351.701369/2021-17 / 7860126 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399881210 ---------- CIRURGICA CARAGUA EIRELI / 11.039.017/0001-79 25351.772541/2021-17 / 8237211 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4549310219 ---------- Drograria Preferencial Chiara Eireli / 43.178.041/0001-85 25351.723338/2021-17 / 7860478 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454164213 ---------- DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO / 92.665.611/0581-75 25351.764468/2021-18 / 7860741 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533249215 ---------- FARMACIA M. H. PARANATAMA LTDA / 43.007.763/0001-77 25351.723200/2021-18 / 7860402 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4453519218 ---------- SCITECH PRODUTOS MÉDICOS SA / 01.437.707/0005-56 25351.761604/2021-18 / 8237301 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4531654218 ---------- J F T FROTA / 42.634.614/0001-75 25351.723435/2021-18 / 7858887 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454386217 ---------- Drogaria Ozaki LTDA / 42.551.749/0001-77 25351.736027/2021-18 / 7859241 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474890216 ---------- J A DE SOUZA RAMOS FARMACIA EIRELI / 31.009.086/0002-28 25351.526804/2021-18 / 7858657 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4492490219 ---------- DROGARIA HIPER POPULAR DE NOVA MAMORE LTDA / 43.683.464/0001-52 25351.681839/2021-19 / 7859558 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4369312211 ---------- GENEROPHLORA MEDICAMENTOS LTDA / 05.554.569/0005-46 25351.669508/2021-19 / 7858839 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340308215 ---------- DELTAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.134.075/0001-78 25351.685311/2021-19 / 7859791 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371492217 ---------- DROGARIA UNIAO DA VENDA DA CRUZ LTDA / 44.177.805/0001-80 25351.764459/2021-19 / 7860677 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533222213 ---------- R SOARES DOS SANTOS COMERCIO / 33.930.895/0001-12 25351.761749/2021-19 / 8237224 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4531827210 ---------- FARMACIA SUPER POPULAR BALNEARIO RINCAO LTDA / 43.644.489/0001-47 25351.723345/2021-19 / 7860541 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454185216 ---------- FRANCISCA M S SOUSA / 43.478.970/0001-00 25351.568906/2021-19 / 7860632 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4591026210 ---------- H E S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA / 41.537.635/0001-00 25351.772557/2021-20 / 4040211 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549327219 ---------- ANGELA RIBEIRO DE SOUZA BONA FARMÁCIA / 84.932.979/0014-40 25351.723343/2021-20 / 7860524 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454179211 ---------- NATURAL PHARMA COMERCIO E MANIPULACAO DE FORMULAS LTDA / 38.442.586/0001-17 25351.362749/2021-21 / 7859090 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3748063214 ---------- J.A COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 11.201.854/0001-52 25351.761819/2021-21 / 1265989 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4531908210 ---------- GRECCO ENCOMENDAS E TRANSPORTES LTDA / 01.327.657/0001-20 25351.772934/2021-21 / 1266161 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549728213 ---------- MAIS APOIO FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 23.132.026/0001-99 25351.723431/2021-21 / 7858825 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454372217 ---------- DROGARIAS BOM LUGAR LTDA / 33.938.719/0002-08 25351.723350/2021-21 / 7860590 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454200213 ---------- FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.714.493/0001-31 25351.736032/2021-21 / 7859254 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474905218 ---------- opal organizacao paraense eireli / 05.057.690/0001-39 25351.842600/2021-21 / 4040273 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4655206217 ---------- DROGARIA VIEIRAS BURANHEM LTDA / 43.111.468/0001-66 25351.669504/2021-22 / 7858765 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340293213 ---------- MUNDO DOS REMEDIOS LTDA / 43.467.891/0001-01 25351.669487/2021-23 / 7858431 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340243217 ---------- DROGARIA SIMÕES SILVA LTDA / 43.813.669/0001-05 25351.685334/2021-23 / 7859908 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371510219 ---------- FARMATEM LTDA / 42.440.460/0001-80 25351.764471/2021-23 / 7860768 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533258214 ---------- AGUIAR MAGALHAES MEDICAMENTOS LTDA / 31.548.393/0006-00 25351.723368/2021-23 / 7859896 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454228213 ---------- ROBERTO PARREIRA FONTOURA DROGARIA ME / 01.638.609/0001-53 25351.669511/2021-24 / 7858947 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340317214 ---------- MARAJOFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 32.326.278/0002-20 25351.701342/2021-24 / 7860004 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399849216 ---------- FARMACIA DO TRABALHADOR UMBAUBA EIRELI / 41.857.548/0001-30 25351.764489/2021-25 / 7860828 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533279217 ---------- SSBROLIVEIRA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 29.935.873/0001-78 25351.761978/2021-25 / 8237269 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4532090211 ---------- AM CIANORTE DISTRIBUIDORA LTDA / 43.603.551/0001-52 25351.723456/2021-25 / 7859359 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454461218 ---------- GRECCO ENCOMENDAS E TRANSPORTES LTDA / 01.327.657/0001-20 25351.772740/2021-25 / 4040260 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549526211 ---------- FARMA VILLAGE LTDA / 43.869.688/0001-53 25351.723375/2021-25 / 7860035 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454252216 ---------- FARMACIA DO TRABALHADOR PERNAMBUCANO LTDA / 38.713.179/0001-05 25351.643139/2021-26 / 7858521 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283681216 ---------- p ighor gutemberg aguiar silva / 42.880.342/0001-93 25351.677844/2021-27 / 7859163 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356785211 ---------- IMPERIO COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.180.808/0001-48 25351.722734/2021-27 / 8237468 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4452989217 ---------- DROGARIA FARMA LIFE EIRELI / 32.448.353/0001-45 25351.764496/2021-27 / 7860880 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533301217 ---------- CAIO C SARDI PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 43.043.153/0001-29 25351.723382/2021-27 / 7859500 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454273219 ---------- nossa farma eireli / 12.910.852/0002-86 25351.736018/2021-27 / 7859129 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474863219 ---------- FIRST S/A / 00.802.235/0011-79 25351.723463/2021-27 / 8237485 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4454493219 ---------- Solutions Manipulação Eireli / 42.748.807/0001-57 25351.090031/2021-28 / 7858933 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213640214 ---------- DROGA 1000 MEDICAMENTOS LTDA / 41.908.952/0001-95 25351.685302/2021-28 / 7859683 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371466218 ---------- ADEMIR DOS SANTOS RODRIGUES / 43.520.732/0001-15 25351.719819/2021-28 / 7860311 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4450822211 ---------- DROGARIA DROGAMAR LTDA / 08.121.113/0008-23 25351.723336/2021-28 / 7860451 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454158219 ---------- FARMACIA KALUG LTDA / 07.297.966/0008-58 25351.705146/2021-29 / 7860217 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4409423210 ---------- GERALDINA DO NASCIMENTO E CIA LTDA / 42.919.337/0001-47 25351.723398/2021-30 / 7859649 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454288217 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2807-66 25351.736023/2021-30 / 7859223 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474878217 ---------- MANUEL B. M. FILHO - REPRESENTACAO MATERIAIS E EQUIP. ODONTOLOGICOS / 22.612.189/0001-06 25351.292397/2021-30 / 8237164 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4410408216 ---------- SÃO MIGUEL SAÚDE COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 43.641.337/0001-90 25351.722676/2021-31 / 8237441 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4452948219 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2774-63 25351.723341/2021-31 / 7860507 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454173212 ---------- carolina f feitosa farmacia ltda / 42.874.637/0001-57 25351.771110/2021-33 / 7860373 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4547280217 ---------- A P RUDE LTDA / 42.730.354/0001-31 25351.685332/2021-34 / 7859865 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371504214 ---------- M.F. CARNEIRO LTDA / 07.563.253/0002-01 25351.771255/2021-34 / 7860387 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4547548212 ---------- H E S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA / 41.537.635/0001-00 25351.772876/2021-35 / 3109336 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549665211 ---------- opal organizacao paraense eireli / 05.057.690/0001-39 25351.842599/2021-35 / 1266174 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4655205211 ---------- motta &silva ltda / 43.144.990/0001-44 25351.414287/2021-35 / 7858489 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454102213 ---------- FAOS MED LTDA / 39.759.933/0001-00 25351.500072/2021-36 / 7858920 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4010006215 ---------- DROGARIA ROBRU LMO EIRELI / 33.182.001/0001-53 25351.669492/2021-36 / 7858643 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340258215 ---------- ROSIMEIRE MOURA DE OLIVEIRA EIRELI / 34.945.514/0001-31 25351.723454/2021-36 / 7859331 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454451211 ---------- FarmaPop III LTDA / 43.475.936/0001-81 25351.723373/2021-36 / 7859991 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454246211 ---------- DROGARIA JM BOA ESPERANCA LTDA / 43.262.624/0001-90 25351.476937/2021-36 / 7858461 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454098211 ---------- MARTA E URIAS COMERCIO LTDA / 43.880.299/0001-29 25351.643137/2021-37 / 7858518 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283675211 ---------- FARMED MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 11.737.090/0001-14 25351.772611/2021-37 / 1266035 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549385219 ---------- ANDREIA DE LARA EIRELI / 10.141.024/0001-14 25351.723327/2021-37 / 7860416 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454143211 ----------

---------- MEGA FARMA TAUBATE LTDA / 43.376.364/0001-83 25351.533625/2021-37 / 7858583 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4492790217 ---------- DROGARIA J B VARELA DA COSTA LTDA. / 42.620.370/0001-71 25351.677842/2021-38 / 7859086 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356779217 ---------- WILLIAN CHARLES DA SILVA MOURA LTDA / 43.470.276/0001-46 25351.764494/2021-38 / 7860862 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533295219 ---------- B. L. BORGES NETO / 40.736.355/0001-68 25351.723461/2021-38 / 7859405 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454476216 ---------- ULTRAMED POPULAR LTDA / 41.761.710/0001-11 25351.723380/2021-38 / 7859484 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454267214 ---------- DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0580-94 25351.736016/2021-38 / 7859467 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474857214 ---------- FARMACIA AVENIDA LTDA / 40.696.009/0001-01 25351.643144/2021-39 / 7858597 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283696214 ---------- V G B DA SILVA FARMACIA / 40.224.014/0001-03 25351.685300/2021-39 / 7859621 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371460219 ---------- FARCOMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELE / 33.014.345/0001-53 25351.723415/2021-39 / 7859788 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454345210 ---------- RAFAEL ALVES DE ALMEIDA EIRELI / 42.336.606/0001-42 25351.764448/2021-39 / 7860663 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533211218 ---------- SAIFER TRANSPORTES LTDA ME / 22.140.526/0001-00 25351.772386/2021-39 / 3109276 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549128216 ---------- DROGARIAS ULTRA POPULAR AB EIRELI / 33.659.604/0006-08 25351.643142/2021-40 / 7858566 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283690215 ---------- JADY GUEDES FRANCO EIRELI / 36.433.053/0001-43 25351.761692/2021-40 / 8237350 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4531760212 ---------- RUOSO FARMÁCIA LTDA / 42.097.002/0001-90 25351.685316/2021-41 / 7859848 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371501210 ---------- SOUZA E BERMEU LTDA / 41.917.951/0001-07 25351.677858/2021-41 / 7859527 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356827211 ---------- J N R DA SILVA JUNIOR EIRELI / 11.949.239/0002-00 25351.701370/2021-41 / 7860130 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399884214 ---------- FARMAVANT COMERCIO LTDA / 42.880.868/0001-73 25351.705142/2021-41 / 7860203 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4409410218 ---------- TRP OPERADORA LOGISTICA LTDA / 05.359.132/0001-28 25351.743079/2021-41 / 3109293 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4487546214 ---------- PRIME ODONTOMED LTDA / 25.370.882/0001-08 25351.762086/2021-41 / 8237286 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4532208211 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1069-43 25351.736021/2021-41 / 7859206 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474872218 ---------- FARMACIA LACERDA E AMORIM LTDA / 38.658.744/0001-70 25351.483012/2021-41 / 7858458 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4530702214 ---------- A MELO NETO / 42.342.896/0001-37 25351.685299/2021-42 / 7859604 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371457219 ---------- ANDREIA BATISTA ROSA MEDICAMENTOS / 42.154.789/0001-85 25351.669412/2021-42 / 7858427 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4339867217 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2837-81 25351.736039/2021-42 / 7860342 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474927219 ---------- MARIA DO SOCORRO DE SOUZA ANDRADE / 36.975.207/0001-29 25351.764460/2021-43 / 7860681 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533225218 ---------- PVN AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE EIRELI / 12.270.745/0004-00 25351.761879/2021-43 / 8237241 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4531973216 ---------- SACOLAO DOS MEDICAMENTOS ALAGOAS LTDA / 40.491.955/0001-03 25351.723438/2021-43 / 7858902 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454396214 ---------- DROGARIA JOSE PEDROSO LTDA / 43.617.242/0001-31 25351.669500/2021-44 / 7858721 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340283216 ---------- BARRETO VIEIRA COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA / 43.001.219/0001-18 25351.676692/2021-45 / 7859038 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4354446211 ---------- DROGARIA BEM POPULAR LTDA / 43.406.051/0001-20 25351.723445/2021-45 / 7859285 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454418219 ---------- ESTACAO FARMA LTDA / 43.137.656/0001-63 25351.669518/2021-46 / 7859011 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340338217 ---------- DROGA CARMO LTDA / 44.077.942/0001-43 25351.701349/2021-46 / 7860083 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399870214 ---------- TI EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 43.206.015/0001-13 25351.669490/2021-47 / 7858626 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340252216 ---------- DHB FARMAÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 42.128.937/0001-97 25351.516317/2021-47 / 7859101 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4043052219 ---------- PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.141.956/0001-90 25351.761974/2021-47 / 1265931 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4532086213 ---------- stiveson farias ribeiro me / 23.089.935/0001-91 25351.723452/2021-47 / 7859314 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454445216 ---------- JADSON PORFIRIO DA SILVA FARMACIA / 40.930.284/0001-30 25351.723371/2021-47 / 7859956 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454240212 ---------- EDERVAL PEREIRA MATOS EIRELI / 34.853.152/0002-30 25351.701356/2021-48 / 7860112 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399876213 ---------- WELFARE DROGARIAS LTDA / 44.014.685/0001-09 25351.723163/2021-48 / 7860325 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4453424218 ---------- NP FARMA LTDA / 43.706.171/0001-43 25351.677840/2021-49 / 7859069 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356773218 ---------- DIEGO PIRES RODRIGUES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS / 37.269.641/0001-56 25351.764492/2021-49 / 7860859 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533289214 ---------- DROGARIA ULTRAPOPULAR MANEJO LTDA / 22.082.397/0012-01 25351.736014/2021-49 / 7859440 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474851215 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2819-08 25351.706105/2021-50 / 7860282 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410853212 ---------- SAMUEL &LILIAN PHARMA DROGARIA / 43.074.060/0001-61 25351.764490/2021-50 / 7860831 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533282217 ---------- nailton barbosa da silva junior / 43.291.336/0001-63 25351.643140/2021-51 / 7858535 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283684211 ---------- C. K. DE SENE / 27.018.781/0002-89 25351.705140/2021-51 / 7860191 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4409404213 ---------- FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 10.970.887/0150-45 25351.762020/2021-51 / 8237272 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4532137217 ---------- TELESERV TRANSPORTES BEBEDOURO LTDA / 10.562.339/0001-35 25351.778539/2021-51 / 8237454 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4570301215 ---------- JC DENTAL EQUIPAMENTOS PRODUTOS E SERVICOS LTDA / 43.786.134/0001-92 25351.763779/2021-51 / 8237195 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4532730210 ---------- GARRETO E COSTA MEDICAMENTOS LTDA / 37.363.210/0001-54 25351.723330/2021-51 / 7860433 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454152210 ---------- DROGARIA CRAICE ITANHAEM LTDA / 43.957.246/0001-69 25351.685071/2021-52 / 7859561 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4370833211 ---------- Prime Farma Drogaria LTDA / 43.619.833/0001-48 25351.723429/2021-52 / 7860650 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454366212 ---------- DINHO FARMA DROGARIA LTDA / 37.605.085/0001-41 25351.723348/2021-52 / 7860572 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454194215 ---------- CORACAO FARMA EIRELI / 24.292.117/0001-54 25351.476901/2021-52 / 7858475 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454100217 ---------- FARMACIA DO TRABALHADOR SULAMERICANA LTDA / 19.325.969/0048-24 25351.764469/2021-54 / 7860754 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533252215 ---------- FARMACIA LH COSTA &NASCIMENTO EIRELI / 35.351.836/0001-15 25351.669509/2021-55 / 7858842 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340311215 ---------- MATEUS COIMBRA SILVA / 41.149.637/0001-21 25351.685339/2021-56 / 7859939 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371517216 ---------- J DA COSTA LEITE P REIS / 42.658.322/0001-72 25351.764476/2021-56 / 7860801 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533273218 ---------- TRP OPERADORA LOGISTICA LTDA / 05.359.132/0001-28 25351.743126/2021-56 / 4040208 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4487629217 ---------- H&H INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE SANEANTES LTDA / 39.574.144/0001-97 25351.772819/2021-56 / 3109322 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4549606215 ---------- FULL COMEX TRADING S/A / 05.776.678/0001-84 25351.482521/2021-57 / 1263622 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3973890218 ---------- drogaria e perfumaria lazareto e santos ltda / 11.482.995/0002-71 25351.669516/2021-57 / 7859007 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340332218 ---------- DROGARIA DCAMPOS PINDA LTDA / 41.820.566/0001-47 25351.701347/2021-57 / 7860052 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399864210 ---------- ADERVAL RODRIGUES MOTOSO / 05.234.642/0004-11 25351.704958/2021-57 / 7860174 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4409371213 ---------- DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/1119-09 25351.669499/2021-58 / 7858717 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340280211 ---------- M CARMELINO C DA SILVA ME / 01.296.505/0001-08 25351.723450/2021-58 / 7859299 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454437215 ---------- alexandre boico / 42.515.022/0001-34 25351.669280/2021-59 / 7858413 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4339431211 ---------- TRIFF SOLUÇÕES INTERNACIONAIS LTDA / 09.597.581/0001-65 25351.761926/2021-59 / 4040182 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4532034213 ---------- FARMACIA MORATO LTDA / 05.861.183/0002-34 25351.723404/2021-59 / 7859761 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454306219 ---------- Drielli Aparecida Almeida do Nascimento Alves Ltda / 39.158.275/0001-93 25351.400581/2021-60 / 7858552 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1642734213 ---------- ALINES HARA LTDA / 42.856.879/0001-18 25351.706079/2021-60 / 7860234 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410804214 ---------- drogaria betesda guamare Ltda / 42.385.128/0001-60 25351.723402/2021-60 / 7859743 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454300210 ---------- SILVA E LEAL LTDA / 42.071.416/0001-40 25351.685305/2021-61 / 7859726 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371476215 ---------- DBIOTEC DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 36.063.465/0001-39 25351.722737/2021-61 / 8237471 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4452994211 ---------- DROGARIA QUEIROS LTDA / 43.886.049/0001-04 25351.723339/2021-61 / 7860481 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454167218 ---------- LOPES E LEITE DROGARIA LTDA / 42.477.788/0001-71 25351.723385/2021-61 / 7859618 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454282218 ---------- A R DE OLIVEIRA COMERCIO FARMACEUTICO - ME / 42.035.327/0001-49 25351.685312/2021-63 / 7859817 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371495211 ---------- MATEHOS MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI / 53.159.364/0001-85 25351.772711/2021-63 / 8237410 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4549493216 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0210-88 25351.723346/2021-63 / 7860555 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454188211 ---------- DROGAMARCO DE CAMPOS 28 LTDA. / 42.311.038/0001-25 25351.736035/2021-64 / 7859471 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474914217 ---------- COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS FARMA VIDA LTDA / 42.059.440/0001-64 25351.764467/2021-65 / 7860737 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533246211 ---------- FARMACIA DA FAMILIA MAX LTDA / 41.964.957/0001-35 25351.723434/2021-65 / 7858873 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454383212 ---------- PIRES E ARAUJO FARMACIA E DROGARIA LTDA / 40.791.551/0001-35 25351.669507/2021-66 / 7858811 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340305211 ---------- aries industria quimica ltda / 40.045.100/0001-59 25351.772782/2021-66 / 3109305 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4549569212 ---------- R SOARES DOS SANTOS COMERCIO / 33.930.895/0001-12 25351.761610/2021-67 / 1266052 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4531662211 ---------- EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 63.503.007/0189-40 25351.764474/2021-67 / 7860799 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533267213 ---------- farmacia nossa senhora de fatima medicamento ltda / 43.210.383/0001-35 25351.669514/2021-68 / 7858978 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340326213 ---------- C M COSTA FARMACIA / 41.174.341/0001-60 25351.701345/2021-68 / 7860018 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399858215 ---------- F RAQUEL DE SOUSA PEREIRA VALE / 39.951.586/0001-05 25351.669497/2021-69 / 7858691 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340273219 ---------- DROGARIA NOVO OSASCO / 31.743.721/0001-15 25351.723459/2021-69 / 7859380 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454470217 ---------- HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 12.499.494/0005-03 25351.723378/2021-69 / 7860070 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454261215 ---------- DROGARIA IMPERIAL LTDA / 43.462.940/0001-05 25351.669495/2021-70 / 7858674 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340266216 ---------- L B HOLANDA / 33.775.858/0001-87 25351.685342/2021-70 / 7859942 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371520216 ---------- DROGARIA AGUIAR PAULA LTDA / 05.329.792/0002-47 25351.724690/2021-70 / 7859422 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4458394210 ---------- DROGRARIA SAO MIGUEL EIRELI / 42.064.177/0001-00 25351.723376/2021-70 / 7860066 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454256219 ---------- DROGARIA PAGUE POUCO EIRELI / 17.532.980/0001-76 25351.677845/2021-71 / 7859177 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356788216 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2787-88 25351.706101/2021-71 / 7860265 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410841219 ---------- DROGARIAS POUP AQUI BRASIL LTDA / 19.858.706/0015-12 25351.723383/2021-71 / 7859531 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454276213 ---------- VINICIUS LAMAHI DE OLIVEIRA SANTOS / 31.792.581/0002-56 25351.723400/2021-71 / 7859670 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454294211 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2830-05 25351.736019/2021-71 / 7859132 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474866213 ---------- MARIA DO CEU RODRIGUES DE LIMA / 41.590.178/0001-17 25351.685303/2021-72 / 7859709 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371469212 ---------- HL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 32.174.654/0001-28 25351.642841/2021-72 / 8237332 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4282526211 ---------- CHLOE FARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 43.920.851/0001-65 25351.706084/2021-72 / 7860251 733 - AFE - CONCESSÃO -

FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410820216 ---------- LIMA FERREIRA LTDA / 43.653.760/0001-00 25351.723337/2021-72 / 7860464 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454161219 ---------- GABIMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 40.972.157/0001-01 25351.408878/2021-73 / 4040151 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4485963217 ---------- R. R. EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 14.919.907/0003-25 25351.723344/2021-74 / 7860538 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454182211 ---------- J B F FARMACIA LTDA / 35.459.572/0001-18 25351.736033/2021-75 / 7859268 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474908212 ---------- DROGARIA YPIRANGA LTDA / 43.841.934/0001-69 25351.764465/2021-76 / 7860710 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533240211 ---------- HAIRTRIX INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 43.852.993/0001-32 25351.760710/2021-76 / 4040225 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4529974219 ---------- FONSECA E RABELO PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA / 37.645.304/0001-16 25351.743115/2021-76 / 8237290 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4487607213 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LOPES LTDA / 22.868.034/0001-35 25351.723432/2021-76 / 7858856 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454376210 ---------- SOUZA DROGARIA E FARMACIA LTDA / 37.319.271/0001-14 25351.710165/2021-77 / 7860296 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4422295215 ---------- FARMACIA SAO CAMILO LTDA / 43.956.900/0001-10 25351.669505/2021-77 / 7858782 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340298214 ---------- ULTRA TÊXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 40.357.820/0001-50 25351.761665/2021-77 / 8237363 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4531730216 ---------- MARIA V.F. MESQUITA FARMÁCIA / 44.059.991/0001-53 25351.736040/2021-77 / 7860356 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474930219 ---------- HC IMPORTAÇÕES EXPORTAÇÕES LTDA / 31.958.700/0001-17 25351.700660/2021-78 / 8237133 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2553276214 ---------- Vanute Virginio da Silva / 41.458.743/0001-97 25351.669488/2021-78 / 7858609 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340246211 ---------- GERDIELSON ALENCAR DA SILVA / 33.472.299/0001-36 25351.764472/2021-78 / 7860771 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533261214 ---------- CIRURGICA SALUTAR EIRELI - EPP / 26.289.547/0001-42 25351.772815/2021-78 / 3109319 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549602210 ---------- DROGARIA JR LTDA / 42.462.805/0001-05 25351.723369/2021-78 / 7859911 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454231213 ---------- DROGARIA SAO PAULO S.A. / 61.412.110/1124-68 25351.669512/2021-79 / 7858951 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340320214 ---------- DROGASCEM DE BANGU LTDA / 41.882.479/0001-14 25351.701341/2021-80 / 7859987 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399846211 ---------- DAVILLA COMERCIAL ATACADISTA DE ALIMENTOS E MEDICAMENTOS LTDA / 26.806.267/0001-64 25351.275525/2021-81 / 1266130 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3578848212 ---------- SSBROLIVEIRA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 29.935.873/0001-78 25351.761977/2021-81 / 3109280 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4532089212 ---------- GIRLANE S MELO / 33.471.617/0001-44 25351.723455/2021-81 / 7859345 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454458218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0957-20 25351.710501/2021-81 / 7860308 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4423554212 ---------- f dos santos andrade / 43.373.167/0001-00 25351.723328/2021-81 / 7860420 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454146215 ---------- FARMACIA ALCANTARA LTDA / 97.552.832/0001-52 25351.723374/2021-81 / 7860021 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454249216 ---------- THALLES VIEIRA ROCHA ME / 21.189.935/0001-38 25351.677843/2021-82 / 7859150 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356782217 ---------- S C CUNHA GUIMARAES / 20.974.904/0001-25 25351.764495/2021-82 / 7860876 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533298213 ---------- F de Sousa Farma / 37.815.852/0001-47 25351.723381/2021-82 / 7859498 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454270214 ---------- DROGA SARES EIRELI / 42.444.817/0001-07 25351.736017/2021-82 / 7859115 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474860214 ---------- DROGACOM COMERCIO DE MEDICAMENTOS UNIPESSOAL LTDA / 43.575.360/0001-24 25351.685301/2021-83 / 7859666 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371463213 ---------- J.A.SILVA EIRELI / 42.783.565/0001-32 25351.723416/2021-83 / 7859803 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454348214 ---------- MICHEL THIAGO UE / 32.363.981/0001-28 25351.723399/2021-84 / 7859652 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454291217 ---------- L DANTAS XAVIER LTDA / 41.213.317/0001-93 25351.736024/2021-84 / 7859237 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474881217 ---------- Drogaria e Perfumaria Aliança Ltda / 09.201.994/0002-60 25351.701373/2021-85 / 7860143 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399893213 ---------- PIRA TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 42.288.208/0001-06 25351.654510/2021-85 / 8237329 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4317573211 ---------- PHARMACIA VIVA MAIS SAUDE LTDA / 43.158.383/0001-33 25351.723342/2021-85 / 7860511 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454176217 ---------- DROGARIA FAM FARMA LTDA / 58.768.557/0023-62 25351.764463/2021-87 / 7860706 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533234217 ---------- DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0582-56 25351.723430/2021-87 / 7858808 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454369217 ---------- S ALVES LIMA COMERCIO / 41.407.934/0001-20 25351.516006/2021-88 / 8237381 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4042139213 ---------- EMILLY LAURA VIEIRA DOS SANTOS - EIRELI / 35.234.356/0001-74 25351.669503/2021-88 / 7858748 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340290219 ---------- DROGARIA + EM CONTA LTDA / 36.772.152/0001-50 25351.685333/2021-89 / 7859882 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371507219 ---------- GRECCO ENCOMENDAS E TRANSPORTES LTDA / 01.327.657/0001-20 25351.772732/2021-89 / 8237423 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4549517212 ---------- FIRMINO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.359.759/0001-05 25351.723367/2021-89 / 7859879 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454225219 ---------- JESUS JOSE CABRAL DE LACERDA ME / 42.018.180/0001-89 25351.643129/2021-91 / 7858751 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283649212 ---------- Farmacia Tche dois LTDA / 43.403.809/0001-77 25351.669491/2021-91 / 7858630 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340255211 ---------- Giovana Geronimo Mendes / 42.949.617/0001-06 25351.669519/2021-91 / 7859024 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340341217 ---------- ANDRE, DAVI &DALILLA FARMACIAS LTDA / 43.110.926/0001-42 25351.723453/2021-91 / 7859328 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454448211 ---------- drogaria brunafarma ltda / 43.069.692/0001-37 25351.723372/2021-91 / 7859960 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454243217 ---------- DROGARIA VIVIFARMA LTDA / 42.514.049/0001-02 25351.635163/2021-91 / 7860629 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4666493219 ---------- Brenda Monteiro Lima / 43.256.055/0001-70 25351.643136/2021-92 / 7858504 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283671219 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1031-70 25351.700547/2021-92 / 7859973 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4398369213 ---------- --- MOLECULAR BRASIL LIMITADA / 03.122.996/0001-04 25351.761929/2021-92 / 4040196 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4532037212 ---------- R2 MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.056.353/0001-62 25351.762143/2021-92 / 1266021 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4532261210 ---------- Jessica M. Prediger Kussler LTDA / 37.819.312/0001-31 25351.677841/2021-93 / 7859072 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356776212 ---------- H R PEREIRA DE VASCONCELOS / 40.294.939/0001-20 25351.723460/2021-93 / 7859393 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454473211 ---------- FARMACIA CAMPINAS DE PIRAJA LTDA / 37.825.975/0001-69 25351.736015/2021-93 / 7859453 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474854210 ---------- Bruno M. Favero Produtos Farmacêuticos Eireli / 03.040.543/0007-16 25351.643143/2021-94 / 7858570 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283693210 ---------- R A A RIBEIRO / 43.609.249/0001-01 25351.706080/2021-94 / 7860248 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4410807219 ---------- D. D. DE LIMA JUNIOR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 43.457.943/0001-50 25351.678073/2021-95 / 7859544 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4357823213 ---------- SSBROLIVEIRA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 29.935.873/0001-78 25351.761728/2021-95 / 1265992 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4531802217 ---------- ENGLANS MEDIC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 42.898.292/0001-71 25351.761809/2021-95 / 8237238 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4531897218 ---------- GRANDINI DROGARIA LTDA / 41.845.560/0001-24 25351.736022/2021-95 / 7859210 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474875212 ---------- Rosangela da Silva Drogaria / 28.636.018/0001-01 25351.723340/2021-96 / 7860495 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454170218 ---------- TRANSPORTES GARCIA LTDA / 36.177.197/0001-86 25351.772508/2021-97 / 4040165 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549271213 ---------- ALBA R G N TORRES / 22.447.920/0001-95 25351.764461/2021-98 / 7860694 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533228212 ---------- FARMA CAMPOS SAO JOSE LTDA / 43.651.379/0001-02 25351.723196/2021-98 / 7860339 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4453491214 ---------- DROGARIA SUCURIU EIRELE / 39.844.054/0001-79 25351.723439/2021-98 / 7859271 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454399219 ---------- DROGARIA FUTURA DA CENTRAL LTDA / 42.634.494/0001-06 25351.723358/2021-98 / 7859851 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454222214 ---------- S. CASTRO DA SILVA / 30.248.779/0001-20 25351.160361/2021-98 / 7858916 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3762298216 ---------- JOSE M F MOREIRA - EIRELI / 39.497.626/0001-90 25351.476911/2021-98 / 7858492 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4480312215 ---------- DROGARIA R &R CANTARINO LTDA / 02.615.739/0004-86 25351.669501/2021-99 / 7858734 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340287219 ---------- DPL PRIME COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO EIRELI / 24.981.812/0001-23 25351.761742/2021-99 / 8237346 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4531820215

RESOLUÇÃO RE Nº 4.479, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

A M VIEIRA ROSA - ME / 09.531.700/0001-87
25351.023907/2014-00 / 7090127
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4280559217

FARMA MOTA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICO LTDA - ME / 01.575.556/0001-79
25351.308108/2014-01 / 7190047
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572650217

F C BRANDAO / 10.862.380/0001-27
25351.537167/2013-03 / 0896641
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2551868212

ELIANDRO MEDICAMENTOS LTDA / 07.307.253/0001-51
25351.521474/2008-05 / 0558232
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4529709216

GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. / 06.028.137/0001-30
25351.292517/2021-07 / 3108023
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4343485218

DINAMICA PHARMA LTDA / 14.334.376/0001-47
25351.035666/2017-07 / 1162479
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 4375469218

VIEIRA MEDICAMENTOS LTDA / 20.300.490/0001-59
25351.781675/2014-08 / 7353818
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4489268213

BRUNO HERBERT GONÇALVES URIAS / 42.323.054/0001-38
25351.205945/2021-08 / 7839373
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4534187217

JUNGES DROGARIA VERA CRUZ LTDA / 06.312.828/0001-61
25351.531517/2014-09 / 7289462
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4475378211

OLEO NATURE COMERCIO LTDA / 12.910.353/0001-08
25351.124141/2021-09 / 4037275
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4370498210

MS LOGÍSTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI / 25.218.535/0001-64
25351.909890/2020-10 / 3097289
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4343560210

MH DISTRIBUIDORA E IMPORTAÇÃO LTDA / 41.580.629/0001-35

25351.584357/2021-11 / 4037687
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4343520218

LUMEN COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR EIRELI / 04.476.079/0001-82
25351.649837/2012-11 / 8090631
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4317459213

CM HOSPITALAR S.A. / 12.420.164/0002-38
25351.563774/2014-11 / 8111067
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4355479218

HIPER FARMA LTDA / 29.474.162/0001-43
25351.220520/2021-11 / 3102494
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4282301210

FARMACIA AGRA EIRELI / 18.727.845/0002-20
25351.514439/2017-12 / 7543392
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4475370215

Store Logística e Armazens Gerais Ltda / 12.917.053/0001-50
25351.753852/2011-14 / 2063751
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317517213

Marly Pereira da Silva Eireli / 32.490.968/0001-30
25351.389129/2019-15 / 7664643
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4570220219

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0631-79
25351.731676/2019-16 / 7699011
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4475382219

MELO E NEVES FARMACIA LTDA / 41.649.579/0001-03
25351.524934/2021-16 / 7811195
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4475376214

TAURUS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA ME / 23.188.815/0001-41
25351.605530/2019-16 / 8190409
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4370554217

LUFT SOLUTIONS LOGISTICA LTDA. / 06.288.375/0019-04
25351.307501/2020-17 / 8199170
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4343321215

NAYR INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS LTDA / 02.582.267/0001-60
25351.619848/2020-18 / 8202032
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317680211

CAMPOS-MEDICAMENTOS EIRELI / 31.849.774/0001-15
25351.098619/2021-20 / 8219023
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4282590211

J A CAMELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.457.589/0001-00
25351.384506/2019-20 / 7665011
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4569597211

CAMPOS-MEDICAMENTOS EIRELI / 31.849.774/0001-15
25351.098619/2021-20 / 8219023
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4282591218

MS LOGÍSTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI / 25.218.535/0001-64
25351.910055/2020-22 / 4024562
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4343473210

RAIA DROGASIL S/A - FILIAL 399 / 61.585.865/0486-00
25351.344974/2013-23 / 0969858
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572648215

LOGCARE TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI / 33.305.021/0001-74
25351.656290/2021-24 / 1265148
7124 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4317605210

REGENSCIENCE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. / 42.093.022/0001-93
25351.413630/2021-24 / 8234657
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4343540219

MS LOGÍSTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI / 25.218.535/0001-64
25351.910062/2020-24 / 8207913
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4343491218

HOSPMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 16.803.930/0001-13
25351.270734/2013-25 / 8099675
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4282448211
25351.270734/2013-25 / 8099675
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4282293217

CRIVEL KOIKE DROGARIA LTDA / 05.496.778/0001-57
25351.028708/2003-27 / 0349558
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4475372211

FIRST S/A / 00.802.235/0011-79
25351.723463/2021-27 / 8237485
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4549319216

DROGARIA IPIRANGA FLORIANO 2 LTDA / 42.897.810/0001-32
25351.311577/2021-28 / 7844662
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4572638218

Olympus Optical do Brasil Ltda / 04.937.243/0009-69
25351.378196/2021-29 / 8234185
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4282404213

BioCath Comércio de Produtos Hospitalares Ltda / 05.964.709/0002-01
25351.356394/2021-31 / 8233864
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317660211

NR HAAS COMERCIO DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA LTDA / 00.534.467/0001-11
25351.417598/2019-31 / 4012213
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4370469210

EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 63.503.007/0111-80
25351.167685/2019-32 / 7643017
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4475380212

ELISANGELA CARDOSO DA SILVA / 16.756.947/0001-67
25351.823296/2020-32 / 4026239
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4317769212

FERREIRA LOPES DRUGSTORE LTDA / 42.561.764/0001-04
25351.448544/2021-32 / 7850211
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4534195218

DROGARIA SION LTDA / 40.066.173/0001-27
25351.131515/2021-34 / 7789351
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572654210

DROGARIA FASA FARMA LTDA / 06.070.517/0001-33
25351.651638/2007-39 / 0518761
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572644212

MACROEX COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA / 08.375.113/0002-64
25351.500708/2021-40 / 8235592
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317575213

JESSICA MARIA BOENA RODRIGUES - ME / 28.662.822/0001-57
25351.222748/2018-40 / 8165225
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4370354218

Avenca Indústria Cosmética EIRELI / 17.910.635/0001-29
25351.481742/2013-41 / 2072095
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4370588219

PROMNI TECNOLOGIA MEDICA LTDA / 28.219.442/0001-42
25351.180072/2002-42 / 8011286
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4370579210

DROGARIA TRINDADE &NASCIMENTO LTDA / 27.487.381/0001-31
25351.256910/2017-42 / 7518447
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4489270215

ELISANGELA CARDOSO DA SILVA / 16.756.947/0001-67
25351.665958/2020-43 / 3099842
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4317768216

LIMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 36.987.680/0001-26
25351.724805/2020-45 / 8205377
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4370373212

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.208774/2019-46 / 8180188
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4343597211

DROGARIA ESSENCIAL MARIANA LTDA - ME / 13.401.185/0001-98
25351.531525/2014-47 / 7285080
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572646219

LMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 04.309.026/0001-77
25351.824403/2016-47 / 8134070
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4343187217

FARMACIA CENTRAL BARRA DO OURO LTDA / 35.948.242/0001-96
25351.024629/2020-48 / 7702868
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3684674211

GIBRALTAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 08.532.602/0001-00
25351.991192/2020-50 / 1244059
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4370674212

NEWMEDIC COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 29.171.546/0001-97
25351.005387/2019-50 / 8181209
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4355376214

Store Logística e Armazens Gerais Ltda / 12.917.053/0001-50
25351.753857/2011-50 / 3051169
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317843218

BIOTECH LOGÍSTICA LTDA- EPP / 21.382.943/0001-04
25351.247231/2015-52 / 1139555
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4370564212

BLUE LOGÍSTICA INTEGRADA EIRELI / 31.959.959/0001-82
25351.699691/2019-54 / 1197427
7124 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4294764210

CIRURGICA CAPITAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 33.457.356/0001-08
25351.159786/2021-54 / 8219159
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4282575212

MADELAINE APARECIDA FELIPPE CAPELETTI / 64.896.228/0001-94
25351.164822/2014-54 / 2073454
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317832216

WORLDPHARMS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 34.630.705/0001-04
25351.643352/2020-57 / 1247712
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 4317563215

NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 11.034.934/0001-60
25351.658683/2009-58 / 1080885
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4282425211

LOGCARE TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI / 33.305.021/0001-74
25351.365104/2020-60 / 8211141
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317624214

ALIFARMA COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA ME / 05.103.677/0001-79
25351.023244/2003-62 / 0322236
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4568413218

VITAMEDICA HEALTHCARE COMERCIAL IMPORTADORA LTDA - ME / 10.750.788/0001-07
25351.027514/2010-63 / 8063335
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317664216

ARKTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. / 01.417.367/0001-78
25023.150037/2005-63 / 8028445
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4484845211

SALLUS BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 27.983.599/0001-87
25351.220616/2019-64 / 8179761
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4355686213

ETHOS GOIAS TECNOLOGIA E PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 06.175.447/0001-88
25351.144873/2012-66 / 8084469
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317805219

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0116-16
25351.123746/2010-70 / 0652362
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4571491216

DROGARIAS ULTRA POPULAR PARAIBA LTDA / 08.822.296/0002-19
25351.696055/2019-71 / 7697129
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4489272211

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.208786/2019-71 / 3086121
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4343553213
---
farmacia zamperlline ltda / 07.271.985/0001-39
25351.576130/2014-73 / 7299179
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572652213
25351.576130/2014-73 / 7299179
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4572633217

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA FARMACIA &ARTIGOS RECREATIVOS / 17.528.636/0001-03
25351.411772/2020-76 / 7722692
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3041544211

FONSECA E RABELO PRODUTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA / 37.645.304/0001-16
25351.743115/2021-76 / 8237290
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4549706210

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0416-04
25351.076165/2016-79 / 7458172
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4571276210

J. R. G. COSTA ME / 02.359.415/0001-81
25351.698616/2013-81 / 7054046
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4132036211

MEDIOLY COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALAR LTDA ME / 13.369.074/0001-41
25351.306826/2014-81 / 8106205
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4343643212

GIBRALTAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 08.532.602/0001-00
25351.991214/2020-81 / 3097534
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4370681219

LMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 04.309.026/0001-77
25351.824408/2016-82 / 1152287
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 4343191214

BHIO SUPPLY INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS S/A / 73.297.509/0002-00
25351.888560/2020-83 / 8207472
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4282461217

G. SILVA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA / 33.489.352/0001-01
25351.013340/2021-84 / 8230212
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4359955219

LOGCARE TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI / 33.305.021/0001-74
25351.371651/2020-84 / 3098526
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317578212

CAMPOS-MEDICAMENTOS EIRELI / 31.849.774/0001-15
25351.098618/2021-85 / 1251841
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 4282371218
25351.098618/2021-85 / 1251841
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4282249218

CYCLO DISTRIBUIDORA DE RADIOFARMACOS EM MEDICINA NUCLEAR LTDA / 32.876.915/0001-51
25351.224141/2019-85 / 8180524
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4370781213
25351.224141/2019-85 / 8180524
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4370561213

DROGARIA MASTER SHS LTDA. - ME / 19.543.386/0001-06
25351.269642/2014-86 / 7177700
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4567778216

VIVA SAUDE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 03.807.033/0001-36
25351.037452/2001-87 / 2033401
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4370602211

EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 63.503.007/0066-91
25351.247848/2018-89 / 7582205
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4475386211

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2760-68
25351.269702/2021-90 / 7842996
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4535626212

CRX CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI / 01.421.223/0001-95
25351.617015/2018-90 / 1180879
7119 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 4317619211

RECKITT BENCKISER HEALTH COMERCIAL LTDA / 31.570.067/0003-57
25351.150119/2019-91 / 8180572
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4317657210

DROGARIAS PACHECO S/A / 33.438.250/0097-09
25351.011948/2015-91 / 7357533
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4534193211

DROGARIA ABREU &FERREIRA UBA LTDA / 07.954.032/0003-37
25351.492551/2020-91 / 7767681
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4489284215

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.208782/2019-92 / 1188335
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4343427218

BONELINK COMERCIO SERVIÇOS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 34.576.368/0002-03
25351.109571/2021-92 / 8219509
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4355582213

FARMACIA SAUDE PLENA LTDA / 31.827.970/0001-99
25351.009377/2019-93 / 7631389
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4475374218

Store Logística e Armazens Gerais Ltda / 12.917.053/0001-50
25351.753877/2011-93 / 8085569
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317583216

ENGLANS MEDIC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 42.898.292/0001-71
25351.761809/2021-95 / 8237238
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4570766218

MS LOGÍSTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI / 25.218.535/0001-64
25351.910038/2020-95 / 1243664
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4343460215

CYCLO DISTRIBUIDORA DE RADIOFARMACOS EM MEDICINA NUCLEAR LTDA / 32.876.915/0001-51
25351.521068/2019-97 / 1194465
7162 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4370425212
25351.521068/2019-97 / 1194465
7158 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 4370445213

LOGCARE TRANSPORTE DE CARGAS EIRELI / 33.305.021/0001-74
25351.365483/2020-98 / 4026606
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4317727218

EXTRATOS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA ME / 07.522.538/0001-05
25351.578818/2014-98 / 7300303
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4572656216

BIODINA INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA / 29.375.441/0001-50
25000.002956/96-47 / 1030116
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4370696216

RESOLUÇÃO RE Nº 4.480, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

farmácia sagrado coração ltda / 83.002.360/0007-45
25351.438015/2012-30 / 0912338
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4176578218

RESOLUÇÃO RE Nº 4.481, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MARIA DA CONSOLACAO MACIEL RUBIM DROGARIAS ME / 34.854.803/0001-25
25351.669517/2021-00 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340335212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

TURINI &LOUREIRO FARMACIA DE HOMEOPATIA LTDA / 42.315.386/0001-70
25351.701348/2021-00 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399867214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIA WEST MIX LTDA / 30.500.203/0001-08
25351.564556/2021-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2132431210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

MANOEL PEDRO MENDES - ME / 17.890.984/0001-26
25351.762005/2021-11 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4532121213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do contrato social com objeto compatível com a atividade pleiteada, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

INFINITY COMERCIO ATACADISTA DEPRODUTOS EIRELI / 39.904.213/0001-83
25351.743116/2021-11 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4487609216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
j w f da s costa farmacia / 40.937.767/0001-66
25351.685336/2021-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371513213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

S.M GUIMARÃES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. / 26.889.274/0001-77
25351.761562/2021-15 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4531610211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

J M DO NASCIMENTO DROGARIA / 39.310.723/0001-22
25351.736036/2021-17 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474917211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo Ida RDC nº 275/2019ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIAS D REI LTDA / 43.997.967/0001-00
25351.764464/2021-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533237211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011. Ademais, o documento apresentado não estava assinado pelos responsáveis técnico e legal.

S.M GUIMARÃES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. / 26.889.274/0001-77
25351.761872/2021-21 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4531965213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

PEDRO OLIVEIRA MACHADO / 43.752.737/0001-73
25351.723329/2021-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454149210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

ZAVAGLIA &GOMES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 10.813.776/0001-84
25351.701372/2021-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399890219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

TRANSPORTES DANGELA LTDA-EPP / 85.126.837/0001-34
25351.772592/2021-49 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4549365218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DROGA AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 36.639.426/0001-37
25351.685307/2021-51 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371482210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIA BIANCHI LTDA-ME / 08.955.328/0001-73
25351.723436/2021-54 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454390215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, Nº 0644825, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 17/2013 e Lei 9.782/99.

DROGARIA E PERFUMARIA RIO SAMPA LTDA / 41.815.042/0001-68
25351.723355/2021-54 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454219214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA. / 24.893.687/0002-80
25351.772373/2021-60 /
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 4549111216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

E.J SOUZA LOGISTICA LTDA / 42.767.082/0001-44
25351.790309/2021-61 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4589654211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

AMERICAN WAY SERVIÇOS DE LOGISTICA LTDA / 38.163.353/0001-85
25351.761949/2021-63 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4532058210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

ARRAIS SERVICOS MECANICOS, CONSTRUCAO, CONSERVACAO E LOGISTICA EIRELI / 07.346.264/0001-40
25351.772581/2021-69 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4549353210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DROGARIA GUEDES EIRELI / 37.943.939/0001-08
25351.677838/2021-70 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4356767213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

R. B. SILVA EIRELI / 41.114.680/0001-51
25351.736026/2021-73 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4474887216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

TB DE MEIRELES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.067.710/0001-41
25351.685310/2021-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4371489217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
m s da silva farmacia me / 14.816.657/0001-36
25351.669510/2021-80 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4340314210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DYL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 08.219.061/0001-56
25351.515972/2021-88 /

712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4042100210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para fabricar saneantes, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

THIAGO FARIAS QUEIROZ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.686.876/0001-46
25351.764493/2021-93 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533292214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 4.482, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

F T VIEIRA FARMACIA / 15.552.761/0001-23
25351.113453/2014-50 / 7119318
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4475388218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
odonto &medic de montes claros ltda / 09.132.375/0001-80
25351.222166/2018-63 / 8165378
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4355683214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Petição em desacordo com a RDC 76/2008. Não há previsão de ampliação de atividade para AFE de varejista de produtos para saúde. A empresa deve solicitar o cancelamento da autorização vigente juntamente com o pedido de nova autorização para a atividade requerida.
---
drogaria dois amigos ltda / 06.027.782/0006-43
25351.747986/2021-69 / 7837372
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4567437210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

LN DE ARAUJO-ME / 24.588.775/0001-98
25351.777041/2018-76 / 7623045
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3844370218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento para as atividades pleiteadas, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

JOSE HENRIQUE KROLL &CIA.LTDA - ME / 43.709.781/0001-09
25351.640865/2013-87 / 7019997
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4572642216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

QUALIVIDROS DISTRIBUIDORA LTDA / 06.003.551/0001-95
25351.774456/2018-98 / 8175113
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4370666210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO RE Nº 4.483, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

S&C FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 39.589.835/0001-64
25351.685509/2021-01 / 1266083
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4372053216

FARMACIA ALQUILIFE PERFORMANCE EM MEDICAMENTOS LTDA / 40.039.826/0002-60
25351.643261/2021-01 / 1265898
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4283994217

MONTE BELO FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 40.737.080/0001-87
25351.725113/2021-03 / 1266191
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4460132218

FARMED MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 11.737.090/0001-14
25351.772922/2021-04 / 1266157
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549716215

FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 10.970.887/0150-45
25351.762021/2021-04 / 1266018
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4532138213
---
3 M DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES EIRELI / 37.866.669/0001-70
25351.482699/2021-06 / 1266066
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4631161213

PHARMA 5 FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 42.373.064/0001-88
25351.719973/2021-08 / 1266097
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4451654211

Accord Farmacêutica Ltda. / 64.171.697/0004-99
25351.772421/2021-10 / 1265958
761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549171219

J.A COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 11.201.854/0001-52
25351.761687/2021-37 / 1266126
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4531755219

NUTRI FORMULA FARMACIA COM MANIPULAÇÃO LTDA ME / 42.537.113/0001-70
25351.725114/2021-40 / 1266203
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4460135212

PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.141.956/0001-90
25351.772391/2021-41 / 1265944
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549136219

PAULO JOSE ANTONELI &CIA LTDA - ME / 09.298.411/0001-80
25351.773308/2021-51 / 1266112
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4551289212

Pharmarie Farmácia e Drogaria LTDA-ME / 20.769.181/0001-22
25351.685508/2021-58 / 1266070
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4372050211

SSBROLIVEIRA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 29.935.873/0001-78
25351.761891/2021-58 / 1266004
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4531985214

L. R. MELO DE SOUZA / 19.920.527/0001-62
25351.772454/2021-60 / 1265961
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549210214

JB MEDICAL IMPORTAçãO, EXPORTAçãO E DISTRIBUIçãO LTDA / 42.689.260/0001-66
25351.772359/2021-66 / 1265927
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549094214

TRACKMED LOGISTICA E TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS LTDA / 36.588.307/0001-00
25351.761755/2021-68 / 1265975
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4531834216
---
opal organizacao paraense eireli / 05.057.690/0001-39
25351.722695/2021-68 / 1266188
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4452967213

HABITABR DISTRIBUIDORA LTDA / 18.033.901/0001-45
25351.772692/2021-75 / 1265913
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549474211

R. E. MORAIS E PEREIRA PINTO LTDA - ME / 19.828.211/0001-45
25351.772330/2021-84 / 1266109
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4548989211

PVN AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE EIRELI / 12.270.745/0004-00
25351.761573/2021-97 / 1266049
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4531623215

SICAFLA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 03.828.079/0002-12
25351.772723/2021-98 / 1266143
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549505214

RESOLUÇÃO RE Nº 4.484, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

WORLDPHARMS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 34.630.705/0001-04
25351.643480/2020-09 / 1247730
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 4343613216

CAMPOS-MEDICAMENTOS EIRELI / 31.849.774/0001-15
25351.399976/2021-11 / 1254896
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 4282248211
25351.399976/2021-11 / 1254896
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 4282324210

NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 11.034.934/0001-60

25351.662045/2014-14 / 1125375
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 4282441216

DROGARIA VITAL FARMA LTDA - ME / 23.024.593/0001-21
25351.776129/2015-28 / 7429623
7017 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 4282385219

P &L FARMACIA ESPECIAL DE MANIPULAÇÃO LTDA ME / 29.295.585/0001-04
25351.389827/2018-30 / 1178936
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 4533140215

COPERMED COMERCIAL IMPORTADORA LTDA / 09.029.404/0001-82
25351.166091/2015-44 / 1137904
7093 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4317767210

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.706197/2019-53 / 1197461
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 4343283216

MS LOGÍSTICA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI / 25.218.535/0001-64
25351.910061/2020-80 / 1243681
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 4343253210

CM HOSPITALAR S.A. / 12.420.164/0002-38
25351.182178/2015-90 / 1138148
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 4355723216

APOTHEKE VIDA NEVINSKI FARMACIA E COSMETICOS LTDA / 12.305.962/0001-38
25351.390379/2014-93 / 1108334
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4533135219

RESOLUÇÃO RE Nº 4.485, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HOSPMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI EPP / 08.283.066/0001-48
25351.735751/2021-24 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4474176219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RAMAIANE PIMENTEL PINTO LTDA / 34.438.386/0001-30
25351.725112/2021-51 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4460129218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação das declarações assinadas dos Anexos I e II da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973. O documento apresentado não autorizou a manipulação de controlados.

VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA. / 24.893.687/0002-80
25351.772491/2021-78 /
761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4549249218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.



Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 57185/2021/ME (SEI 20652150), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente e Região, CNPJ 57.321.960/0001-70, Processo 19964.111331/2021-47, para representar a Categoria profissional dos trabalhadores no serviço público municipal, da administração pública direta ou indireta, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, câmaras municipais, consórcios intermunicipais, sejam estatutários, celetistas ou através de outras formas de contratação ou vinculação perante a administração pública municipal, inclusive aqueles que estabeleceram vínculos pelas municipalizações dos serviços públicos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Piquerobi, Pracinha, Presidente Prudente, Ribeirão dos Índios, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santo Expedito, São João do Pau D'Alho e Tarabaí, no Estado de São Paulo, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A)UNSP - União nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ nº 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria profissional dos trabalhadores no serviço público municipal, da administração pública direta ou indireta, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, câmaras municipais, consórcios intermunicipais, sejam estatutários, celetistas ou através de outras formas de contratação ou vinculação perante a administração pública municipal, inclusive aqueles que estabeleceram vínculos pelas municipalizações dos serviços públicos; nos municípios de Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Piquerobi, Pracinha, Presidente Prudente, Ribeirão dos Índios, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santo Expedito, São João do Pau D'Alho e Tarabaí, do Estado de São Paulo, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 56962/2021/ME (SEI 20625674), resolve: PUBLICAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 46204.002074/2016-61, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAO FELIPE - BAHIA, CNPJ 13.826.995/0001-96, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos ou aposentados, com abrangência Municipal e base territorial no município de São Felipe, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 53102/2021/ME SEI 20038448 , resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.114911/2021-96 (SC21407), de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARARIPINA, CNPJ n.º 12.044.841/0001-80, visto a irregularidade documental, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 54970/2021/ME (SEI 20328761), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.115902/2021-12, de interesse do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Administração Prisional do Estado da Bahia - SINTRADISPEN-BA, CNPJ n.º 17.404.105/0001-09, visto a insuficiência documental, nos termos do inciso I do art. 22 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 55105/2021/ME (20350783), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.115199/2021-42, de interesse do Sindicato dos Municipários da Estância Velha - SIMEV, CNPJ 93.848.646/0001-04, visto a irregularidade documental, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 56641/2021/ME (20585921), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.115826/2021-45, de interesse do SINTRACODIVES - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONCESSIONARIAS, DISTRIBUIDORAS E REVENDAS DE VEÍCULOS NOVOS E USADOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, CNPJ nº 35.873.929/0001-00, tendo em vista irregularidade documental e pela não caracterização da categoria pretendida, nos termos do art. art. 22, incisos I e II da Portaria 17.593/2020.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 124, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre registros em assentamento funcional, nos termos dos arts. 131 e 170 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 35014.172538/2021-83, resolve:

Art. 1º Disciplinar o cancelamento do registro das penalidades previstas no art. 131 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como a impossibilidade de registro de punibilidade extinta pela prescrição nos assentamentos funcionais dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º O cancelamento de registro das penalidades de que trata o art. 131 da Lei nº 8.112, de 1990, deve ser formalizado por meio de declaração no assentamento funcional do agente envolvido.

Parágrafo único. Os registros das penalidades referidas no caput não devem ser eliminados, de modo que o histórico de toda a vida funcional permaneça incólume.

Art. 3º Nos casos em que houver extinção da punibilidade pela prescrição, no âmbito dos processos administrativos disciplinares, a autoridade julgadora não poderá determinar a realização de qualquer tipo de registro nos assentamentos individuais dos servidores do INSS.

Parágrafo único. O previsto no caput deverá surtir efeitos retroativamente a 19 de dezembro de 2016, data de publicação do Despacho do Presidente da República que aprovou o Parecer nº 005/2016/CGU/AGU, concluindo pelo efetivo cumprimento do Mandado de Segurança nº 23.262/DF, decidido pelo Supremo Tribunal Federal - STF em 2014.

Art. 4º Fica revogado o Memorando-Circular nº 7/DGP/INSS, de 13 de abril de 2017.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 800, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004951/2017-51, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento do Plano de Benefícios VitoPrev, CNPB nº 2006.0045-65, cessando-se os efeitos da Portaria nº 586, de 28 de julho de 2006.

Art. 2º Extinguir, do Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB), o código nº 2006.0045-65, referente ao Plano de Benefícios VitoPrev, administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado - IFM, CNPJ nº 00.384.261/0001-52.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 682, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outibro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211706 - PROJETO APAE CULTURAL II ? APAE DOURADINA
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOURADINA
CNPJ/CPF: 02.184.137/0001-79
Processo: 01400001724202163
Cidade: Douradina - PR;
Valor Aprovado: R$ 255.340,80
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto visa, através de oficinas, continuar e incentivar o desenvolvimento artístico do Deficiente Intelectual, garantindo-lhe o direito ao aprendizado cultural, por meio de atividades culturais (OFICINAS PEDAGÓGICAS DE MÚSICA, DANÇA E TEATRO), de caráter permanente e continuado do Projeto Cultural da APAE DE DOURADINA , o qual vem propiciando ao longo dos anos a inclusão Sociocultural, por meio da música, dança e teatro. Desenvolvendo a capacidade de autoestima, autodisciplina, capacidade analítica, autoconfiança, criatividade, senso crítico, memória, sensibilidade, atenção, observação, expressão corporal, organização em grupo e coordenação motora. Fortalecer os conceitos de inclusão, promovendo o acesso à Cultura para as pessoas com Deficiências Intelectual, para as famílias e comunidades carentes, rompendo paradigmas acerca das diferenças.

211702 - Temporada Amazonas - O Maior Espetáculo do Brasil
ARLISSON MIGUEL PEREIRA CRUZ 00857772260
CNPJ/CPF: 24.882.522/0001-22
Processo: 01400001720202185
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 198.858,00
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A Temporada Amazonas - O Maior Espetáculo do Brasil, tem como objetivo a realização de uma temporada de apresentações cênicas do espetáculo de mesmo nome.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210869 - INOVACITY Kids by BigBeat
RKF RIO EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.033.777/0001-58
Processo: 01400000869202147
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 944.284,00
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O INOVACITY Kids by BigBeat será um espaço dedicado às famílias, com músicas de orquestras jovens de projetos sociais, experiências didáticas e únicas que tratem de temas importantes para a formação de consciência do cidadão do futuro. Será gratuito e aberto ao público. O projeto terá como produtos: apresentações de música instrumental, oficinas e encontros de contrapartida social.

210859 - Som na Faixa - 4ª Edição
Maloca Produções Artísticas EIRELI - MUDA CULTURAL
CNPJ/CPF: 09.337.773/0001-32
Processo: 01400000859202110
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 614.461,54
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de uma série de apresentações de grupos/artistas de música instrumental em casas de shows, centros culturais, bares e locais afeitos a receberem eventos do segmento musical, com transmissões ao vivo pela internet. Todos os eventos serão gratuitos e contarão com registro videográfico da apresentação na íntegra, que serão utilizados para divulgação do trabalho dos artistas participantes e do próprio projeto. Como ação de contrapartida social, serão realizadas ações formativas nas quais os grupos e artistas participantes do projeto se apresentarão para alunos e professores da rede pública de escolas municipais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e logo após farão uma roda de conversa acerca da música e sua importância e relevância na cultura brasileira.

210868 - Trenó do Sexteto: duendes musicais
Nova - Produção de Eventos Artísticos e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.211.159/0001-02
Processo: 01400000868202101
Cidade: Três Passos - RS;
Valor Aprovado: R$ 498.047,45
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto vai realizar celebração natalina de forma itinerante: um caminhão decorado e equipado vai percorrer as ruas das cidades contempladas, enquanto o Sexteto Tempero Brasil interpreta canções instrumentais clássicas de natal, trajados como duendes. Serão atendidos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul, que terão uma noite especial para celebrar o natal, onde o público poderá acompanhar a apresentação de suas casas. O evento é para toda a família, sem restrições de público, e

totalmente gratuito. O projeto vai realizar também oficinas gratuitas em escolas públicas de música instrumental, ministrada pelos artistas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
210825 - ARTRIO 2021
BEX FEIRAS E EVENTOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 11.472.564/0001-43
Processo: 01400000825202117
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.964.338,94
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização da ARTRIO 2021 - Feira de Arte, tendo como produto principal Exposição de Artes, reunindo galerias nacionais e internacionais e o Programa ArtRio EDUCAÇÃO como contrapartida social.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
210861 - Festival Mus&co Sertanejo
MICHELLE MEDEIROS BARBOSA
CNPJ/CPF: 721.005.591-68
Processo: 01400000861202181
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.768,80
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: "Festival Mus&co Sertanejo" visa realizar festival de música sertaneja com apresentações musicais de músicos em ascensão da região. Como contrapartida social serão realizadas palestras sobre a produção musical na cena sertaneja.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
210823 - I Fórum de Formação em Arte-Educação da OSID
Centro Educacional Santo Antônio
CNPJ/CPF: 15.178.551/0002-06
Processo: 01400000823202128
Cidade: Simões Filho - BA;
Valor Aprovado: R$ 199.265,00
Prazo de Captação: 02/12/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O I Fórum de Formação em Arte-Educação da OSID objetiva aproximar o Núcleo de Artes de diferentes instituições e profissionais da Bahia interessados em desenvolver o ensino-aprendizagem das artes dentro das escolas de ensino fundamental. Serão 8 dias alternados de atividades envolvendo especialistas, alunos, professores de arte e corpo técnico de escolas de ensino fundamental. A tecnologia desenvolvida pelo CESA pode ajudar a professores e escolas a desenvolverem atividades capazes de integrar as linguagens artísticas, ganhando força na execução e na visibilidade, fomentando a autonomia dos estudantes. Como ação de contrapartida social, serão realizadas apresentações dos espetáculos produzidos pelos estudantes do CESA para crianças e adolescentes de outras unidades escolares da rede municipal ou pública da cidade de Simões Filho.

PORTARIA Nº 683, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outibro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
186105 - Turne teatral teatro para todos
ARA PRODUCOES LTDA ME - ME
CNPJ/CPF: 10.803.650/0001-29
Cidade: Araranguá - SC;
Valor Complementado: R$ 29.609,58
Valor total atual: R$ 160.488,90

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
203359 - Orquestra Escola - 2ª edição
Direção Cultura Produções e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
Cidade: Campinas - SP;
Valor Complementado: R$ 263.088,25
Valor total atual: R$ 1.819.219,75

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204854 - Meus primeiros sinais - Libras para crianças
GLAUBER LIMA DA SILVA
CNPJ/CPF: 224.206.178-00
Cidade: Lages - SC;
Valor Complementado: R$ 3.718,00
Valor total atual: R$ 50.070,02

PORTARIA Nº 684, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outibro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999. Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203149 - Circulação PROT{AGÔ}NISTAS
SOLAS DE VENTO PRODUÇÃO CULTURAL E ARTISTICA S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.917.731/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

204079 - CLARA NUNES, UM SER DE LUZ (título provisório)
AUI CULTURAL PRODUCAO CULTURAL E ARTES CENICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

193586 - Diversão em Cena
WB Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.775.812/0001-10
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 01/02/2021 à 31/12/2021

204316 - Festival Social Good Brasil 2021
ASSOCIACAO SOCIAL GOOD BRASIL
CNPJ/CPF: 20.162.363/0001-30
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

202870 - Gran Circo Stopim
Espaço Cultural dos Palhaços LTDA-ME
CNPJ/CPF: 06.024.881/0001-67
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

181887 - S.O.S, A Água do Mundo
GRATFILMS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 26.757.471/0001-32
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

202275 - Shake Shake show - Circulação região nordeste
VAGALUM TUM TUM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 16.952.953/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

204595 - ULTRA FESTIVAL DE TEATRO INFANTIL
AUI CULTURAL PRODUCAO CULTURAL E ARTES CENICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
190812 - Grandes Orquestras - Bailão do Via
Paulo César Lima Fialho
CNPJ/CPF: 115.797.736-72
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 01/09/2020

211370 - Festival Já Raiou a Liberdade - Os Sons do Brasil (EVENTO VIRTUAL)
Fernanda Prete Bento
CNPJ/CPF: 15.316.196/0001-03
Cidade: Ouro Preto - MG;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203548 - Trilhar - A arte que transforma
WEIMAR EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.270.541/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

182209 - Campus Party RIO
INSTITUTO CAMPUS PARTY
CNPJ/CPF: 10.912.323/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

205184 - NÓS - MÁSCARAS COM ARTES
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

204286 - Van Gogh - A Experiência Imersiva (Van Gogh Immersive)
Waleria Alexandrino Dias - ME
CNPJ/CPF: 10.996.755/0001-41
Cidade: Guarulhos - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210312 - Álbum de memórias
IKREK EDIÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.570.312/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

210319 - Correspondência completa: Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade
Simone Raquel Senra silva 54644798649
CNPJ/CPF: 18.071.840/0001-00
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

191745 - ESLAVOS DE LUCENA
SYNC PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA
CNPJ/CPF: 13.244.726/0001-11
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

201441 - Feira do Livro Chapecó
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
CNPJ/CPF: 82.804.642/0001-08
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

204689 - Livro Respeito às Diferenças
Flamingo Comunicação Eireli
CNPJ/CPF: 16.700.448/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

190423 - Livros nas Praças: Biblioteca Móvel
C.M.A DE FIGUEIREDO - ME
CNPJ/CPF: 10.292.875/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

184400 - PARQUE BURLE MARX: ENCANTOS E ENCONTROS
Fundação Aron Birmann
CNPJ/CPF: 00.639.051/0001-68
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

204731 - Rede de Leitura
SAPOTI PROJETOS CULTURAIS S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

210148 - Rio Grande Tricolor
L C DRUZIAN CONSULTORIA
CNPJ/CPF: 15.237.091/0001-50
Cidade: Montenegro - RS;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 685, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outibro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182302 - A PEQUENA SEREIA - O MUSICAL
IMM LIVE LTDA
CNPJ/CPF: 15.464.374/0001-35
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 229.727,51
Valor total atual: R$ 7.969.928,35

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180958 - Bandanejo Cultural e Artístico
Reginatto Shows e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 13.343.019/0001-82
Cidade: Xaxim - SC;
Valor Reduzido: R$ 26.875,00
Valor total atual: R$ 1.823.711,00

204197 - FMM - FESTIVAL MÚSICA NAS MONTANHAS
PIU-MOSSO PROMOCAO E GESTAO CULTURAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.058.613/0001-91
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Reduzido: R$ 84.796,80
Valor total atual: R$ 140.032,20

181377 - JAZZ MEETING
MIRNA DEQUECH SELEME - ME
CNPJ/CPF: 08.236.185/0001-40
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 33.414,14
Valor total atual: R$ 387.041,77

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
200447 - Shows Nacionais em Não-Me-Toque VIII
JULIO CESAR GLENZEL ME
CNPJ/CPF: 03.958.438/0001-75
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Reduzido: R$ 109.963,83
Valor total atual em: R$ 171.243,13

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 72, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.258, de 03 de novembro de 2021 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 203538 - MoV.Cidade 2021 , publicado na portaria nº 0052/20 de 27/08/2020, no D.O.U. em 28/08/2020, para MoV.Cidade (2021-2022).

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 201593 - CineFalante, publicado na portaria nº 0023/20 de 26/03/2020, publicada no D.O.U. em 27/03/2020.

Onde se lê: O projeto tem como objetivo produzir um documentário, média metragem, de aproximadamente 26 minutos, finalizado em HD, cujo conteúdo será baseado em temas e discussões atuais da sociedade contemporânea. Omesmo será exibido em 12 encontros presenciais que contará com a participação de especialistas nos respectivos temas abordados no documentário, também haverá exibições abertas e gratuitas ao público.

Leia-se: O projeto tem como objetivo produzir 02 documentários de média metragem, de aproximadamente 26 minutos, finalizados em HD, cujo conteúdo será baseado em temas e discussões atuais da sociedade contemporânea. Os documentários serão exibidos em 18 encontros virtuais que contarão com a participação de especialistas nos respectivos temas abordados, com grandes debates sobre a cultura, a sociedade e os novos modos de viver. O projeto também vai apresentar uma mostra de cinema virtual com debates-palestras online com o diretor dos documentários, como forma de atendimento às ações de contrapartida social. As atividades serão abertas e gratuitas ao público.

PRONAC: 203619 - FESTIVAL DO CINEMA INDEPENDENTE IV, publicado na portaria nº 0055/20 de 11/09/2020, publicada no D.O.U. em 14/09/2020.

Onde se lê: O projeto tem como objetivo principal produzir uma obra audiovisual de média-metragem, no formato documental, de até 26 minutos, finalizado em HD, cujo conteúdo será baseado em temas relevantes e suas consequências para o nosso futuro e a sustentabilidade do nosso planeta. As imagens e conteúdo serão captados em encontros com especialistas, cuja entrada será gratuita e a obra produzida será distribuída digitalmente, de forma gratuita, em uma Mostra de Cinema Virtual.

Leia-se: O projeto tem como objetivo principal produzir três obras audiovisuais de média-metragem, no formato documental, de até 26 minutos, finalizado em HD, cujo conteúdo será baseado em temas relevantes e suas consequências para o nosso futuro e a sustentabilidade do nosso planeta. As imagens e conteúdo serão captados em encontros com especialistas, cuja entrada será gratuita e a obra produzida será distribuída digitalmente, de forma gratuita, em uma Mostra de Cinema Virtual.

PRONAC: 210118 - Catadoras do Brasil, publicado na portaria nº 0002/21 de 14/01/2021, publicada no D.O.U. em 15/01/2021.

Onde se lê:

Catadoras do Brasil é um média-metragem com duração de 18 mim linguagem de documentário. O filme busca contar histórias de mulheres, que através da reciclagem, promovem a transformação social em suas comunidades e em suas vidas. A série tem na sua equipe composta majoritariamente por mulheres com experiência em audiovisual e jornalismo. O média-metragem documentário será em formato Full HD.

Leia-se: Catadoras do Brasil é um média-metragem com duração de 30 mim linguagem de documentário. O filme busca contar histórias de mulheres, que através da reciclagem, promovem a transformação social em suas comunidades e em suas vidas. O projeto tem na sua equipe composta majoritariamente por mulheres com experiência em audiovisual e jornalismo. O média-metragem documentário será em formato Full HD.

Art. 3.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Área: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
201592 - CULTURA NA PRAÇA - 3ª EDIÇÃO
VIVAS CULTURA E ESPORTE LTDA
CNPJ/CPF: 20.389.940/0001-21
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 232.986,40
Valor total atual: R$ 1.516.933,70

210118 - Catadoras do Brasil
Maré Produções Culturais Eireli ME
CNPJ/CPF: 22.056.319/0001-71
Cidade: Salvador - BA;
Valor Complementado: R$ 147.125,00
Valor total atual: R$ 447.125,25

Art. 4.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 5.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE CRUZ PEDRI

ANEXO I

Área: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
192796 - CineSolar - 5a edição
Brazucah Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.357.127/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

201781 - Carta ao Zé.
DEBORA AGOSTINI GUIMARAES
CNPJ/CPF: 111.669.896-07
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

203954 - As muitas vidas de Simões Lopes Neto.
Érico Luís Cunha Cazarré
CNPJ/CPF: 995.813.701-10
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/11/2021 à 31/12/2021

204480 - CINEMATOGRAFIA DA LUZ
Ana Cristina Carvalho Rodrigues Coelho
CNPJ/CPF: 013.850.737-64
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 21/11/2021 à 31/12/2021

205146 - Cinesolarzinho - 3a edição
Brazucah Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.357.127/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

205230 - 2ª Mostra de Cinema Argentino de Mujeres
LUISINA SOLEDAD LOPEZ FERRARI
CNPJ/CPF: 018.197.236-07
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 05/10/2021 à 31/12/2021

210128 - Coreiros - por entre Rios e Ruas
Vilalobos Empreendimentos Sociais SS Ltda ME
CNPJ/CPF: 54.284.294/0001-50
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

LEANDRO S. VERZINI PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS
CNPJ/CPF: 23.275.300/0001-89
Cidade: Bebedouro - SP;
Prazo de Captação: 11/11/2021 à 31/12/2021

210840 - Esta noite seremos felizes
PAGU PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 12.520.460/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

ANEXO II

Área: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 26 , § 1º)
210126 - A Itália Jovem no Brasil
Thaina Azzolinil
CNPJ/CPF: 080.949.459-07
Cidade: Francisco Beltrão - PR;
Prazo de Captação: 30/11/2021 à 31/12/2021

210665 - Experience Teen Fest 2021 - #EXP2021
Conecta Consultoria Feiras e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 29.293.663/0001-23
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 08/11/2021 à 31/12/2021

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 168-E, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar as análises complementares dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos, nos termos das legislações indicadas.

18-0970 UMA FAMÍLIA FELIZ
Processo: 01416.018183/2018-38
Proponente: BARRY COMPANY PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.012.841/0001-93
Valor total aprovado: de R$ 3.798.249,91 para R$ 3.671.270,94
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 208.337,41 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 400.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 813, realizada em 19/11/2021
Prazo de captação: até 31/12/2022

20-0059 PERÍCIA LAB
Processo: 01416.000592/2020-01
Proponente: MOOD HUNTER PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.177.126/0001-12
Valor total aprovado: de R$ 2.035.215,07 para R$ 1.998.245,88
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 1.933.289,40 para R$ 1.898.333,59
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 814, realizada em 26/11/2021
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 2º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 249, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o Manual dos procedimentos administrativos para contratação de bens e serviços da Fundação Cultural Palmares, delega competência ao Coordenador-Geral de Gestão Interna, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhe são conferidas pelo art. 18 do Anexo I do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, e com fundamento no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve::

Art. 1º Fica aprovado o Manual dos procedimentos administrativos para contratação de bens e serviços da Fundação Cultural Palmares - FCP, na forma do Anexo desta portaria.

Art. 2º Delegar ao Coordenador-Geral de Gestão Interna, e, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, a seu substituto legal, as atribuições de Ordenador de Despesas, podendo também:

I - promover os atos de adjudicação do objeto da licitação e/ou da sua homologação, assim como, quando for o caso, revogar ou anular a licitação;

II - reconhecer as situações de dispensas e inexigibilidades de licitação;

III - designar, por portaria, os fiscais técnico-administrativos dos contratos e seus substitutos;

IV - designar a comissão de recebimento de objeto contratual, quando for o caso; e

V - designar a equipe de Planejamento da Contratação.

Art. 3º Compete ao Coordenador de Logística:

I - coordenar os procedimentos administrativos relativos às aquisições de bens e serviços no âmbito da FCP;

II proceder análise crítica acerca da pesquisa de preços elaborada pelas Equipes responsáveis pelo Planejamento das Contratações e fiscais de contrato, observada a legislação vigente, especialmente quanto aos aspectos técnicos determinados na Instrução Normativa/SG/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020.

III- elaborar a minuta de edital da licitação, seus anexos e a Lista de Verificação/AGU, no que lhe couber;

IV - diligenciar o processo de contratação naquilo que for necessário à sua instrução;

V - gerir os contratos quanto à prorrogação, alteração e reequilíbrio contratual, dentre outros,

VI - instaurar o processo sancionador em razão de descumprimento de contrato administrativo.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 64, de 6 de dezembro de 2017.

Art. 5º Esta de Portaria entra em vigor a contar de 10 de dezembro de 2021.

SÉRGIO NASCIMENTO DE CAMARGO

ANEXO

MANUAL DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.2. Os processos de planejamento das contratações, exceto quanto às aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação, compreendendo as fases interna e externa da licitação, bem como a execução contratual no âmbito da FCP, devem observar as disposições deste Manual.

1.3. Para fins deste Manual considera-se o seguinte:

I. SR: Setor Requisitante - Unidade responsável pela proposição e justificativa da aquisição.

II. Equipe: Equipe de Planejamento da Contratação integrada pelos servidores indicados e designados para elaborarem os artefatos de planejamento da contratação.

III. Coordenador: integrante designado para coordenar as atividades da Equipe de Planejamento da Contratação.

IV. Fiscal técnico-administrativo: servidor formalmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos do art. 67 da Lei 8.666, de 1993.

V. Gestor do contrato: Chefe do Serviço de Licitações e Contatos - SLC/CLOG, unidade administrativa responsável pelos procedimentos quanto a prorrogação, alteração e reequilíbrio contratual, dentre outros.

VI. Comissão de recebimento: Comissão formada por, no mínimo, dois membros responsáveis pela comprovação e adequação do objeto aos termos contratuais.

VII. Ordenador de despesa: titular da Coordenação Geral de Gestão Interna, autoridade responsável pela gestão financeira, orçamentária e patrimonial da UG/Gestão 344041/34208 - Fundação Cultural Palmares.

VIII. SPGC - Sistema de Planejamento e Gerenciamento da Contratação.

IX. DOD - Documento de Oficialização da Demanda.

X. PAC - Plano Anual de Contratações da Fundação Cultural Palmares.

XI. ETP: Estudo Técnico Preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência.

XII. TR ou PB: Termo de Referência ou Projeto Básico - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares.

2. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - PAC

2.1. O Setor Requisitante - SR dará início ao procedimento, evidenciando a necessidade de aquisição de um bem ou serviço, por meio do seu registro no Sistema de Planejamento e Gerenciamento da Contratação - SPGC, que deverá ser elaborado anualmente, devidamente alinhado, no que couber, ao planejamento estratégico institucional, e conter todos os itens que se pretende contratar no exercício subsequente.

2.2. O PAC, no ano de sua execução, poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC (art. 11, da IN/SG/ME nº 01, de 10/01/2019).

2.3. As rotinas, prazos e responsabilidades para cada etapa do processo de elaboração do PAC, observadas as diretrizes da IN/SG/ME nº 1, de 2019, ficam estabelecidas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Procedimentos para registro do Plano Anual de Contratações

Atividades	Responsável	Data do ano de elaboração do PAC)
Inclusão de demandas no Sistema PGC (Art. 5º)	SR	Até 1º de abril (Art. 7º)
Diligências, análise e manifestação acerca das demandas encaminhadas pelos Setores Requisitantes e envio para a CGI (Art. 6º)	CLOG	De 1º de janeiro a 14 de abril (Art. 8º, caput)
Manifestação e envio para aprovação do Presidente da Fundação Cultural Palmares (Art. 6º)	CGI	Até 15 de abril (Art. 8º, caput)
Aprovação do Plano Anual de Contratações e envio ao Ministério da Economia por meio do Sistema PGC (Art. 8º, caput)	Presidência	Até 30 de abril (Art. 8º, § 1º)
Divulgação do relatório do PAC, na forma simplificada, no sítio da FCP, em até quinze dias corridos após a sua aprovação (Art. 8º, § 2º)	CLOG	Até 15 de maio (Art 8º, § 2º)
Primeiro momento para ajuste do PAC Inclusão, exclusão ou o redimensionamento do Plano visando sua adequação à proposta orçamentária (At.9º, inciso I)	SR	De 1º a 15 de setembro (Art. 9º, inciso I)
Diligências, análise e manifestação acerca das demandas encaminhadas pelos Setores Requisitantes e envio para a CGI (Art. 6º)	CLOG	De 16 a 22 de setembro (Art. 9º, inciso I)
Manifestação e envio para aprovação do Presidente da Fundação Cultural Palmares (Art. 6º)	CGI	De 23 a 25 de setembro (Art. 9º, inciso I)
Aprovação das alterações propostas pelos Setores Requisitantes e envio ao Ministério da Economia por meio do Sistema PGC (Art. 9º , § 1º)	Presidência	De 26 a 30 de setembro (Art. 9º, § 1º)
Segundo momento para ajuste do PAC - Inclusão, exclusão ou o redimensionamento do Plano visando sua adequação à proposta orçamentária (At.9º, inciso I)	SR	De 16 a 22 de novembro (Art. 9º, inciso I)
Diligências, análise e manifestação acerca das demandas encaminhadas pelos Setores Requisitantes e envio para a CGI (Art. 6º)	CLOG	De 23 a 25 de novembro (Art. 9º, inciso I)
Manifestação e envio para aprovação do Presidente da Fundação Cultural Palmares (Art. 6º)	CGI	De 26 a 27 de novembro (Art. 9º, inciso I)
A aprovação das alterações propostas pelos Setores Requisitantes, e envio ao Ministério da Economia por meio do Sistema PGC (Art. 9º , § 1º)	Presidência	De 28 a 30 de novembro (Art. 9º, §1º)
Terceiro momento para ajuste do PAC - Adequação do PAC ao orçamento devidamente aprovado para o exercício (At.9º, inciso II)	SR	Até 8 (oito) dias posteriores à aprovação da Lei Orçamentária Anual (Art. 9º, Inciso II)
Diligências, análise e manifestação acerca das demandas encaminhadas pelos Setores Requisitantes e envio para a CGI (Art. 6º)	CLOG	Até 3 (três) dias posteriores aos ajustes promovidos pelos setores requisitantes (Art. 9º, inciso II)
Manifestação e envio para aprovação do Presidente da Fundação Cultural Palmares (Art. 6º)	CGI	De até 1 (um) dia posterior o recebimento da manifestação da CLOG (Art. 9º, inciso II)
A aprovação das alterações propostas pelos Setores Requisitantes, e envio ao Ministério da Economia por meio do Sistema PGC (Art. 9º, § 1º)	Presidência	Até 3 (três) dias posteriores à manifestação da CGI (Art. 9º, § 1º)

2.4. O fluxo relativo ao PAC consta do Anexo A deste Manual.

3. EXECUÇÃO DO PAC

3.1. Fase interna da licitação (Formalização das demandas)

3.1.1. O SR deverá instaurar processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/FCP, comprovando que o pleito está contemplado no PAC do correspondente exercício, como determina o art. 21, inciso I, da IN/SG/ME nº 05, de 26 de maio de 2017, formalizando a demanda por meio do Documento de Formalização da Demanda - DOD, indicando o Coordenador da Equipe e demais servidores responsáveis pelo planejamento da contratação.

3.1.1.1. O Coordenador da Equipe conduzirá os trabalhos e elaborará o cronograma de planejamento da aquisição, observados os prazos definidos no Quadro 1, do item 2.3.

3.1.2. O DOD deverá seguir o modelo previsto no Anexo II da IN/SG/ME nº 05, de 2017, cujo formulário está disponível no SEI/FCP, denominado de IN 05: DOD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA.

3.1.2.1. O DOD deverá contemplar as seguintes informações

a) a justificativa da necessidade da contratação, explicitando a opção pela terceirização dos serviços e considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso;

b) a quantidade de bens e serviços a ser contratada;

c) a previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços; e

d) a indicação do servidor ou servidores para compor a equipe que irá elaborar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Riscos e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços, o qual poderá participar de todas as etapas do planejamento da contratação, observado o disposto no § 1º do art. 22, da IN/SG/ME nº 05, de 2017.

3.1.2.2. A data a ser informada na alínea "c", do item 3.1.2.1., deverá ser estimada objetivamente, não sendo admitidas indicações imprecisas, como por exemplo: "quando terminar a licitação", "assim que o resultado do certame for homologado", "depois da assinatura do contrato" e outros.

3.1.3. Compete ao SR providenciar para que os servidores indicados para integrarem a Equipe responsável pelo Planejamento da Contratação tenham ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados (art. 22, § 2º, da IN/SG/ME nº 05, de 2017).

3.1.4. As demandas não previstas no PAC devem ser justificadas pelo SR e submetidas à aprovação da autoridade máxima da Fundação (art. 11 da IN/SG/ME nº 05, de 2017).

3.1.5. As demandas em desconformidade com as disposições do item 3.1.1 serão devolvidas ao SR para ajustes.

3.1.6. As demandas previstas e aprovadas no Plano Anual de Contratação da FCP devem ser formalizadas em até 90 (noventa) dias após o sancionamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) correspondente ao exercício de sua execução.

3.2. Designação da Equipe de Planejamento da Contratação

3.2.1. O processo instruído na forma do item 3.1, deve ser submetido à Coordenação Geral de Gestão Interna, cujo titular é a autoridade competente do setor de licitações para fins de designar, por meio de Despacho Decisório, a Equipe de planejamento da contratação e, se necessário, indicar servidor ou servidores que atuem

no setor para compor a referida Equipe (arts. 21, incisos I e II, e 22, da IN/SG/ME nº 05, de 2017).

3.2.1.1. Para cada demanda corresponderá uma Equipe responsável pelo planejamento da contratação.

3.2.1.2. A Equipe deve observar, quando da elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico, a correta aplicação das normas afetas a licitação, as recomendações jurídicas e dos órgãos de controle interno e externo.

3.2.2. O Coordenador Geral de Gestão Interna poderá definir de forma diversa a formação de Equipe responsável pelo planejamento da contratação quando contemplar área técnica específica em sua estrutura, observadas, no que couber, as disposições contidas na Seção I - Dos Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação (art. 23 da IN/SG/ME nº 05, de 2017).

3.2.3. Posteriormente, o Coordenador Geral de Gestão Interna enviará o processo ao Coordenador da Equipe.

3.2.4. A Equipe responsável pelo Planejamento da Contratação será designada no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento do DOD.

3.3. Elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP e do Mapa de Riscos

3.3.1. Ao receber o processo, com base no documento que formaliza a demanda (DOD), a Equipe deverá elaborar:

I. O Estudo Técnico Preliminar, como estabelecido na IN/SG/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, observadas as disposições contidas no art. 24 da IN/SG/ME nº 05, de 2017;

II. A pesquisa de mercado, com indicação do preço de referência, observadas as determinações contidas na Instrução Normativa SG/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020;

III. O Gerenciamento de Riscos, contemplando os principais riscos que possam comprometer a efetividade do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, conforme determinado nos arts. 25 e 26 da IN/SG/ME nº 05, de 2017.

3.3.2. Os riscos relativos a todas as fases estão descritos no Anexo B deste Manual, que poderão servir de parâmetro para a Equipe.

3.3.3. O prazo para elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP e do Mapa de Riscos será de até 15 (quinze) dias, a contar da designação da Equipe, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias, a critério do Dirigente do SR.

3.3.4. A Equipe, após a conclusão do Estudo Técnico Preliminar e do Gerenciamento de Riscos, juntamente com o DOD, tramitará o processo para a Coordenação Geral de Gestão Interna, que estabelecerá o prazo máximo para envio Projeto Básico ou Termo de Referência.

3.3.4.1. O prazo máximo a ser estabelecido pelo Coordenador Geral de Gestão Interna para o envio do Termo de Referência ou do Projeto Básico deverá considerar a antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias da data informada na alínea "c", do item 3.1.2.2. (art. 27 da IN/SG/ME nº 05, de 2017).

3.3.5. Depois de estabelecer o prazo máximo para o envio do TR ou do PB o Coordenador da CGI retornará o processo à Equipe.

3.4. Elaboração do Termo de Referência - TR ou Projeto Básico - PB

3.4.1. O TR ou o PB deverá ser elaborado a partir do Estudo Preliminar e do Gerenciamento de Risco, na forma dos arts. 28, 29, 30, 31 e 32, da IN/SG/ME nº 05, de 2017.

3.4.1.1. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União - AGU[2], observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, da IN/SG/ME nº 05, de 2017, bem como nos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber.

3.4.2. No decorrer da elaboração do PB ou TR, a Equipe contará com apoio técnico da Coordenação de Logística, quanto à instrução processual e, em especial, quanto à pesquisa de preços.

3.4.3. A Equipe poderá, sempre que necessário, consultar órgãos da Administração Pública Federal com experiência em contratações de mesma natureza da que estiver sendo planejada pela FCP.

3.4.4. A Equipe, depois de concluir o PB ou TR, deverá elaborar a Lista de Verificação/AGU[1], naquilo que for de sua competência, e encaminhar o processo à apreciação do Dirigente do SR, que se pronunciará pelo acolhimento ou não da proposta.

3.4.4.1. Em caso de não acolhimento da proposta, o processo retornará à Equipe para fins de ajustes e/ou regularizações.

3.4.4.2. Se a proposta for acolhida, o Dirigente do SR enviará o processo à Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOF, com ciência à CGI, para fins de ser informada a disponibilidade orçamentária.

3.4.5. O prazo máximo para entrega do TR ou do PB será determinado na forma do item 3.3.4.1.

3.5. Disponibilidade orçamentária

3.5.1. A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOF informará a disponibilidade orçamentária, por meio de emissão de nota de dotação ou pré-empenho ou empenho, conforme o caso, e, em seguida, tramitará o processo ao SR.

3.5.2. A disponibilidade orçamentária deverá ser informada no prazo de até 2 (dois) dias, a contar do recebimento do processo, ou imediatamente quando disponibilizado o orçamento pelo órgão Setorial.

3.6. Aprovação do ETP, TR ou PB e autorização para licitar

3.6.1. O dirigente do SR, depois do processo devidamente instruído com DOD, ETP, Mapa de Riscos, TR ou PB e disponibilidade orçamentária, submeterá a matéria à autoridade máxima da Fundação, que decidirá sobre a aprovação do Estudo Técnico Preliminar - ETP e do PB ou TR e sobre a autorização para licitar (art. 14, inciso II, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019).

3.6.2. Aprovado os artefatos de planejamento da contratação e autorizado o procedimento licitatório, o processo seguirá para Coordenação de Logística, com ciência à CGI, para fins de elaboração da minuta de edital e anexos.

3.6.3. A aprovação do ETP do TR ou do PB e a autorização para licitar devem ser decididas no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do processo.

3.7. Contratação de serviços ou aquisição por dispensa de licitação

3.7.1. Não se aplica o disposto no item 3.3 desse Manual às contratações ou aquisições cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto nos incisos I e II do art. 24 ou as previstas nos incisos IV e XI do mesmo artigo, ambos da Lei nº 8.666, de 1993, exceto quanto à realização de pesquisa de preços de mercado, elaboração de Termo de Referência ou Projeto Básico, e ao Mapa de Riscos quanto ao gerenciamento da gestão do contrato, quando houver a assinatura do instrumento, sendo todos de responsabilidade da área demandante.

3.8. Elaboração do edital e seus anexos

3.8.1. Após receber o processo de contratação, a Coordenação de Logística adotará os seguintes procedimentos:

I. Verificar a instrução processual, no tocante ao cumprimento de todas as etapas, quanto as disposições contidas na IN/SG/ME nº 05, de 2017.

II. Proceder à análise crítica acerca da pesquisa de preços elaborada pela Equipe, especialmente quanto aos aspectos técnicos determinados na Instrução Normativa/SG/ME nº 73, de 2020.

III. Elaborar a minuta de edital de licitação, seus anexos e a Lista de Verificação/AGU[1], no que lhe couber, submetendo-os à Coordenação Geral de Gestão Interna, que providenciará o cumprimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666, de 1993;

3.8.2. A Coordenação de Logística poderá diligenciar o processo de contratação naquilo que for necessário à sua instrução.

3.8.2.1. Na instrução processual devem ser observadas as determinações contidas nos arts. 33, 34, 35 e 36, § 1º, da IN/SG/ME nº 05, de 2017.

3.8.2.2. O prazo para a elaboração do edital, seus anexos e a Lista de Verificação/AGU[1] será de até 20 (quinze) dias, a contar do recebimento do processo, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias, a critério do Coordenador Geral de Gestão Interna.

3.8.3. Depois de instruído na forma do item 3.8, a Coordenação de Logística encaminhará o processo à Coordenação Geral de Gestão Interna.

3.9. Declaração do ordenador de despesas

3.9.1. A Coordenação Geral de Gestão Interna deverá instruir o processo da seguinte forma:

3.9.1.1. Indicar o pregoeiro responsável pela licitação.

3.9.1.2. Comprovar e declarar a disponibilidade orçamentária à luz do art. 98, inciso II, da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002; do art. 80, § 1º, do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; do art. 167, incisos I e II, da CRFB, de 5 de outubro de 1988; dos arts. 7º, inciso III, §§ 2º e 9º; 14 e 39, da Lei 8.666, de 1993, da seguinte forma:

3.9.1.2.1. No caso de ocorrer criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação que acarrete aumento de despesa (art. 16, inciso I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020), a declaração deve contemplar:

I. Estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; e

II. Declarar que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

3.9.1.2.2. No caso de gasto consignado no orçamento institucional, previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA, a declaração deve observar que:

I. A despesa está adequada com a lei orçamentária anual, que é objeto de dotação específica e suficiente, está prevista em programa de trabalho específico e que não ultrapassa os limites estabelecidos para o exercício;

II. A despesa é compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, e em conformidade com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e que não infringe qualquer de suas disposições; e

III. A aquisição e/ou contratação diz respeito à atividade, ou seja, despesas rotineiras e ordinárias, não se tratando de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de gasto, não sendo aplicável o disposto no art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 2020.

3.9.2. O prazo para o ordenador de despesas se manifestar na forma do item 3.9. será de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento do processo.

3.10. Análise Jurídica

3.10.1. O processo, depois de instruído na forma do item anterior, será submetido à Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares.

3.10.2. A Procuradoria Federal se pronunciará sobre o assunto e retornará o processo à Coordenação Geral de Gestão Interna.

3.10.2.1. É dispensado o envio do processo, se houver parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica, devidamente identificada e motivada (art. 36, § 2º, da IN/SG/ME nº 05, de 2017).

3.10.2.2. Somente é obrigatória a manifestação jurídica nas contratações de pequeno valor com fundamento no art. 24, incisos I ou II, da Lei nº 8.666, de 1993, quando houver minuta de contrato não padronizada ou no caso de dúvida jurídica sobre a contratação, aplicando-se o mesmo entendimento às contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 (Orientação Normativa/AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014[2]).

3.10.3. O prazo para a manifestação jurídica será de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do processo (art. 42, da Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999).

3.11. Atendimento às recomendações jurídicas

3.11.1. A Coordenação Geral de Gestão Interna, depois de apreciar a manifestação da Procuradoria Federal, tramitará o processo para as áreas responsáveis pelo cumprimento às recomendações jurídicas.

3.11.2. O Estudo Técnico Preliminar - ETP e o Termo de Referência ou o Projeto Básico quando ajustados e/ou regularizados, em razão das recomendações jurídicas, devem ser assinados pela Equipe e remetidos ao Dirigente do SR, mediante Despacho, indicando item a item os pontos alterados por força das orientações jurídicas, com justificativa sobre aqueles itens cujas recomendações deixaram de ser atendidas, submetendo o processo à autoridade máxima da Fundação, que decidirá sobre a aprovação dos novos artefatos e sobre a autorização para licitar (art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 2019).

3.10.3. Atendidas as recomendações jurídicas, o processo seguirá para o pregoeiro indicado, que adotará os procedimentos da fase externa da licitação no SISTEMA COMPRASNET 4.0, como determina o Decreto nº 10.024, de 2019.

3.11.4. O prazo para atendimento às recomendações jurídica será de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento do processo, podendo ser prorrogado em até 5 (cinco) dias à critério do SR.

3.12. Fase externa da licitação (Procedimento licitatório)

3.12.1. Caberá ao pregoeiro ou à comissão de licitação divulgar e processar a licitação no sistema SIASG/COMPRASNET 4.0.

3.12.1.1. Caberá à Equipe de apoio auxiliar o pregoeiro ou a Comissão de Licitação nas etapas do processo licitatório.

3.12.1.2. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica (Procuradoria Federal) ou das áreas técnicas do SR, a fim de subsidiar sua decisão.

3.12.2. Concluído o certame licitatório e não havendo recursos contra a decisão do pregoeiro, caberá a este adjudicar o resultado da licitação e encaminhar o processo devidamente instruído, propondo a homologação pelo Ordenador de Despesas.

3.12.2.1. Havendo recursos contra a decisão do pregoeiro e mantida a decisão pelo mesmo, caberá ao Ordenador de Despesas decidir acerca da adjudicação e homologação do resultado da licitação.

3.12.2.2. Os recursos contra a decisão do Ordenador de Despesas serão decididos pela autoridade máxima da Fundação.

3.12.2.3. O pregoeiro ou a comissão de licitação, depois de homologada a licitação, tramitará o processo, devidamente instruído com os documentos da licitação, para fins de emissão da respectiva nota de empenho.

3.12.2.4. O prazo para essa fase se estenderá até ser concluída a licitação.

3.13. O fluxo relativo à execução do PAC consta do Anexo C do Manual.

4. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira emitirá a nota de empenho de acordo com os valores homologados na licitação e enviará o processo à Coordenação de Logística para formalização do contrato.

4.2. A Coordenação de Logística, depois de conferir o valor empenhado, deve:

a) elaborar o termo de contrato;

b) coletar as assinaturas das partes;

c) registrar o contrato no SIASG e publicar o extrato no Diário Oficial da União.

4.3. O dirigente máximo da Fundação celebrará os contratos e assinará as atas de registro de preços.

4.4. Depois de formalizado o contrato, o processo será tramitado ao SR para indicação do fiscal técnico-administrativo do contrato firmado e respectivo substituto, com a posterior remessa à Coordenação Geral de Gestão Interna para baixar o ato de designação dos fiscais.

5. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A execução contratual terá início com assinatura do contrato ou emissão de documento equivalente.

5.2. Cabe ao dirigente do SR indicar o fiscal técnico-administrativo e substituto, devendo para tanto:

a) Cientificar, expressamente, os servidores da indicação e correspondentes atribuições, antes da formalização do ato de designação; e,

b) Verificar a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantativo de contratos por servidor e sua capacidade para desempenho das atividades.

5.3. Cabe ao servidor, quando for o caso, expor ao superior hierárquico deficiências e limitações técnicas, que possam impedir o cumprimento diligente de suas atribuições.

5.4. Havendo a ocorrência da situação prevista no item 5.3, cabe ao dirigente do SR providenciar a capacitação do servidor designado para a fiscalização do contrato ou sua substituição, indicando outro com a qualificação adequada.

5.5.Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada (art. 67, da Lei 8.666, de 1993).

5.5.1. Nos casos de atraso, falta de indicação, de desligamento ou afastamento legal do fiscal e de seu substituo, até que seja formalizada a nova indicação e correspondente designação, as atribuições da fiscalização ficam a cargo do dirigente do SR.

5.6.As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

5.7. Durante a execução e controle contratual exigir-se-á o cumprimento das cláusulas pactuadas, visando receber o objeto dentro das especificações, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e na Proposta Comercial.

5.8. Para cada execução contratual será designado um fiscal técnico-administrativo e respectivo substituto, com as atribuições e responsabilidades elencadas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, e, no que couber, as previstas nos arts. 40 a 48 e Anexo VIII da Instrução Normativa/SG/ME nº 5, de 2017, destacando-se:

a) Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foram designados;

b) Comunicar ao Coordenador de Logística quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais por parte da contratada, para que se proceda à instauração de processo administrativo sancionador;

c) Receber e examinar o material e/ou serviço entregue pela contratada em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;

d) Rejeitar o material e/ou serviço, sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com amostras apresentadas, podendo submetê-lo, se necessário, ao exame de órgãos oficiais;

e) Elaborar Termo de Recebimento Definitivo, acompanhado de Relatório Fotográfico e Listas de Verificação (checklists), se necessários;

f) Atestar, por meio da nota fiscal e/ou fatura, conforme legislação, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto contratado, dentro do prazo estipulado no contrato;

g) Elaborar Termo de Guarda com a descrição do objeto, se necessário; e,

h) Consultar, formalmente, na hipótese de prorrogação contratual, a empresa contratada acerca de seu interesse na prorrogação da vigência do contrato, no prazo de 120 (cento e vinte) dias que antecederem a data prevista para seu encerramento, bem como demonstrar a vantajosidade na continuidade dos serviços, por meio de elaboração de pesquisa de preços, na forma da Instrução Normativa/SG/ME nº 73, de 2020, e, posteriormente, comunicar à Coordenação de Logistica, que se encarregará dos demais procedimentos sobre o assunto.

5.9. A efetiva fiscalização contratual deverá ser realizada por meio de mecanismos transparentes, seguros e rastreáveis que possibilitem verificar a quantidade e a qualidade dos objetos contratados, com a devida evidenciação documental das atividades, acompanhado de Relatório Fotográfico e Listas de Verificação (checklists), se necessários.

5.10. Quando a complexidade do objeto demandar ou quando a norma exigir, será instituída Comissão de Recebimento, à qual compete:

a) Receber e examinar o material e/ou serviço entregue pela contratada em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente.

b) Rejeitar o material e/ou serviço, sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com amostras apresentadas, podendo submetê-lo, se necessário, ao exame de órgãos oficiais.

c) Expedir Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados dos referidos contratos, previsto no art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666, de 1993.

d) Elaborar Relatório de Recebimento Definitivo, acompanhado de Relatório Fotográfico e Listas de Verificação (checklists), se necessários; e,

e) Exercer demais atribuições de recebimento compatíveis à Comissão de Recebimento, conforme legislação pertinente.

5.10.1. Havendo pendências, o prazo hábil para que os apontamentos sejam sanados pela contratada deve constar do próprio Relatório de Recebimento.

5.10.2. A designação da Comissão de Recebimento será feita pelo Coordenador Geral de Gestão Interna.

5.11. As atividades referentes ao processo de execução e controle contratual estão relacionadas na Matriz de Responsabilidade, na forma do Anexo D do Manual.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Manual, quando não previstos em normas específicas, serão dirimidos pelo Coordenador Geral de Gestão Interna.

6.1.1 O Coordenador Geral de Gestão Interna, se necessário, poderá consultar a Procuradoria Federal junto a FCP para dirimir dúvida jurídica em relação à aplicação do presente Manual.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA FUNARTE Nº 411, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Estabelece o resultado final do Prêmio Funarte de Estímulo ao Circo 2021

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, designado através da Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. 20 de abril de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004.

Considerando:

- a cláusula 7.3.9 do Prêmio Funarte de Estímulo ao Circo 2021, resolve:

Art. 1º - Tornar público o seu resultado final.

Módulo A1

Inscrição	PROPONENTE/ CONCORRENTE	TÍTULO DO PROJETO
115455	Circo Arianos	O Mundo Mágico de Caxixola
115824	Oney Newton Salgueiro Filho ME/ Rhoney Espetacular	Picadeiro Encantado
117735	Guilherme Victor do Espirito Santo ME/ Show Play Circo	Show Play Circo - Acessibilidade para toda gente
118931	Associação Impacto Cultural e Artístico - AICA/ Circo Moscou	Circo Moscou - O Grande Espetáculo
120181	Jenifer Costa Lopes da Silva	Circo di Mônaco - Arteando com circo e leitura
120341	Cooperativa de Trabalho Nacional de Circo/ Max Circus	Alegria para o fim do mundo: arte e educação com o tradicional Max Circus
120377	B Marques Sagica / Amazon Circus	Luz, Circo, Ação!
120587	Sociedade de Assistência a Criança/ Circo Show do Palhaço Risadinha	Ofertando Artes, Colhendo Sorrisos
120595	A Carolina P de Melo/ Circo Internacional do México	Manutenção Circense
120617	Cooperativa de Trabalho Nacional de Circo/ Circo Venegas	Circo Venegas: Tradição e Arte que Ultrapassam Fronteiras
120669	M Aparecida da Silva / Circo Fantástico da Família Vilar	Manutenção das atividades do Circo Fantástico da família Vilar
120676	Cooperativa Nacional das Artes/ Circo Stankowich	Circo Stankowich em Instrumento da Alegria Após a Pandemia
120693	Carlos Roberto Batista CPF: 038.346.308-45 / Circo Imperial	"Chegou Alegria ...Chegou Circo Imperial!"
120701	Cooperativa Nacional das Artes/ Circo Teatro do Alegria	Circo Teatro do Alegria em Recomeçar para Alegrar
120794	Circo Los Campellos	Catarina, um show de mulher circense
120853	Centro de Apoio e Memoria do Circo do Estado do Espírito Santo	Circulando nossos saberes de cidade em cidade
120886	Escola de Circo e Teatro Peteleco Ltda/ Circo Peteleco	Todos entornando Alegria!
120908	Koslov Promoções Circenses Ltda/ Circo Koslov	Circula de novo: o espetáculo do Circo Koslov
120975	Montreal produções artisticas Ltda/ Circo Montreal	Viva o Circo
120986	The Big Circus Ltda/ The Big Circus	Céu de Lona
121049	Circo Vitoria Ltda	*Circo Vitoria, Novos Horizontes *

Módulo A2

Inscrição	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO
119201	Ulisses Rodrigo Tadeu Peixoto - Circo Khroll	Circo Khroll melhoramentos de infraestrutura para o show continuar
119316	APAECE - Associação dos Proprietários, Artistas e Escola de Circo do Ceará/ América Circo	Luz para o América Circo
119763	APAECE - Associação dos Proprietários, Artistas e Escola de Circo do Ceará/ Rianny Circo "O Circo do Palhaço Goiabinha"	Modernização e manutenção da estrutura do Rianny Circo.
119987	APAECE - Associação dos Proprietários, Artistas e Escola de Circo do Ceará/ Hellen Circo do Palhaço Café	Levantando a Lona
120376	João Paulo Gonçalves Borges / Circo Lisboa	Recomeçar
120625	Andreoly Circus	Alegria está de volta!
120796	Cooperativa de Trabalho Nacional de Circo/ Circo Nacional do Fofoquinha	"Volta, volta Circo Nacional do Fofoquinha: o show continua"
120799	APAECE - Associação dos Proprietários, Artistas e Escola de Circo do Ceará/ Circo do Fuleirinho	Renovação Circo do Fuleirinho
120823	Cooperativa de Trabalho Nacional de Circo/ Real Circo Show	"Real Circo Show nas estradas e trilhas de Minas Gerais!"
120826	APAECE - Associação dos Proprietários, Artistas e Escola de Circo do Ceará/ Circo do Consultinha	Circo do Consultinha o show tem que continuar
120921	SATED-PE/ Circo Itinerante Euro Circo	Euro, Circo do Amor
120946	SATED-PE/ Circo Itinerante Mágico Romano	Circo Romano, vai danado pra Catende e Robeirão
120953	SATED-PE/ Circo Itinerante Kowalski	A Menina dos meus Olhos.
120981	SATED-PE/ Circo Itinerante Águia Dourada	Queremos voar com o Circo Águia Dourada
120989	Cooperativa de Trabalho Nacional de Circo/ Circo Thor	Amor a Arte
121044	Centro de Apoio e Memória ao Circo do Espirito Santo/ Circo Panamericano	Sonho e Fantasia
121100	Lumiar Fazeres Culturais/ Paris Circus	Renovação Paris Circus

Módulo B

Inscrição	PROPONENTE/ CONCORRENTE	TÍTULO DO PROJETO
113667	Associação Cultural Joana Gajuru	Peró. A menina que queria voar
114989	Centro de Apoio e Memória ao Circo do Espirito Santo/ Grupo Circo Estelar	O Circo Estelar resgatando a cultura circense
115150	Pedro Giovani Queisada/ Tangará Produções	Espetáculo Imaginarium
115841	Coletivo Nopok - Nopok Produções Artísticas e Culturais LTDA ME	Cáfila
118514	W Allan dos Santos Moreira/ Klindson Cruz e Jean Palladino	Circolando por aí! Com o Palhaço Pingo
119622	Boris Marques da Trindade Junior ME/ Cia Brincantes de Circo	Histórias de um Pano de Roda em Circulação
119762	Artinerant"s Produções Artísticas Ltda/ Artinerant"s	Circulação - Fragmentos em Cena
119848	Cooperativa de Trabalho Nacional de Circo/ Mestres em Ação OMELHORDAMELHORIDADE	Mestres em Ação OMELHORDAMELHORIDADE
120262	Musical produções eirele ME/ O Salto	O Salto
120381	Hajalume Produções	O circo a Céu aberto
120660	Cristiani Zonzini ME/ Grupo Namakaca	Namakaca em dose dupla
120816	Oigalê Cultural	Circo de Horrores e Maravilhas - com acessibilidade
120929	La Mínima Apresentações e Produções Artísticas Ltda EPP/ LaMínima Circo e Teatro	Reprise - 15 anos
120956	Trupe Arlequin de Circo Teatro	Quintal dos Devaneios - residência artística de investigação circense e circulação.
121026	Grande Circo Arraial / Trupe Circus	Circulação do Espetáculo da Trupe Circus - Vidas Entrecruzadas no Picadeiro
121047	Circo Mínimo, Circo Mínimo Produções de Arte Ltda.	Circo de Versos no ABC
121054	Diálogos Acrobáticos	Ser...tão
121062	Grupo Anônimo de Teatro / Teatro de Anônimo	Teatro de Anônimo em Circo Circuito
121072	Fernanda de Sousa Gandes/ Grupo Tibanaré	Palhaçando em Curto Circuito
121087	A.R.P. Comunicação, Cultura e Paisagem LTDA -ME/ Cia. Circunstância	Circo de Família na Bateia do Vale
121094	Grupo Casa - Coletivo de Artistas	A Borboleta mais Velha do Mundo nas praças do MS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 02/12/2021, em função da cláusula 7.3.9 do referido edital.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 230, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Processo nº 00190.025825/2014-51

No exercício das atribuições a mim conferidas pelos arts. 51 e 52 de Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto como fundamento desta decisão o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.025825/2014-51, bem como o Parecer nº 00039/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00166/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho nº. 00177/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para, nos termos dos artigos 87, inciso IV, c/c o art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Declarar a Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública da empresa GALVÃO ENGENHARIA (CNPJ Nº 01.340.937/0001-79), por ter, de forma concertada e ardilosa, frustrado e fraudado certames licitatórios na PETROBRAS em conluio com outras empresas e por ter oferecido vantagens indevidas a empregado público com o fim de obter vantagens diretas e indiretas nos certames da sociedade de economia mista.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no art. 11 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Ministro

DECISÃO Nº 219, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Processo nº 00212.000514/2014-83

No exercício das atribuições a mim conferidas pelos artigos 51 e 52 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, adoto, como fundamento deste ato, parcialmente, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, bem como, integralmente, o Parecer nº 00327/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU, de 8 de outubro de 2021, aprovado pelo Despacho nº 00700/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho nº 00702/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para, com fundamento no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, c/c os artigos 15, inciso I, 17 e 18, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, aplicar as penalidades de MULTA, no valor de R$ 119.845,19 (cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), e de publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora à empresa Express Service Administradora de Serviços Terceirizados Ltda., CNPJ nº 13.179.025/0001-46, com fundamento no artigo 6º, incisos I e II, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, c/c os artigos 15, 17 a 22 e 24, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, por ter praticado o ato lesivo contido no artigo 5º, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 12.846, de 2013, assim como no artigo 7º, parte final, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 11 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o julgamento do mesmo.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Ministro

OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO GERAL DA REDE NACIONAL DE OUVIDORIAS

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova a Norma Modelo para Criação de Unidades de Ouvidoria e a Norma Modelo para Regulamentação da Atividade de Ouvidoria em Órgãos Públicos.

O COORDENADOR-GERAL DA REDE NACIONAL DE OUVIDORIAS, instituída pelo Art. 24-A do Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, considerando o disposto no art. 4º, III e §1º, art. 6º, I e art. 9º, III do Regimento Interno da Rede Nacional de Ouvidorias, aprovado por meio da Resolução nº 1, de 2 de Agosto de 2019, bem como as deliberações havidas à 5ª Assembleia-Geral da Rede Nacional de Ouvidorias, realizada ao dia 18 de novembro de 2021, resolve:

1º Tornar pública a aprovação, pela Assembleia-Geral da Rede Nacional de Ouvidorias, das seguintes normas modelo, na forma dos Anexos I e II a essa Resolução:

I - Norma Modelo para Criação de Unidades de Ouvidoria; e

II - Norma Modelo para Regulamentação da Atividade de Ouvidoria em Órgãos Públicos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VALMIR GOMES DIAS

ANEXO I

NORMA-MODELO PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE OUVIDORIA EM ORGÃOS PÚBLICOS

Cria a Ouvidoria do [ente, órgão ou entidade]

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica criada a Ouvidoria do(a) [ente, órgão ou entidade], vinculada [à/ao autoridade máxima do ente, órgão ou entidade ou órgão de assistência direta e imediata à autoridade máxima do ente, órgão ou entidade[1]], com a finalidade de exercer as competências definidas nos capítulos III e IV da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e art. 4º-A da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018[2].

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Ouvidoria observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - autonomia no exercício de suas atribuições;

II - foco na defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, dos titulares de dados pessoais e dos denunciantes;

III - ação proativa para o aprimoramento da transparência; e

IV - máxima presteza e eficiência no atendimento aos cidadãos.

Art. 2º Compete à Ouvidoria[3]:

I - receber e dar tratamento, nos termos de regulamento:

a) às manifestações de usuários de serviços públicos a que se refere o Capítulo III da Lei nº 13.460, de 2017;

b) aos relatos de informações a que se refere o art. 4º-A da Lei nº 13.608, de 2018; e

c) às petições destinadas ao exercício dos direitos do titular de dados pessoais perante o Poder Público referidos no art. 18 da Lei nº 13.709, de 2018[4].

II - adotar as medidas necessárias ao cumprimento dos prazos legais e da qualidade das respostas às manifestações de usuários de serviços públicos recebidas;

III - formular, executar e avaliar ações e projetos relacionados às atividades de ouvidoria da respectiva área de atuação;

IV - coletar, ativa ou passivamente, dados acerca da qualidade e da satisfação dos usuários com a prestação de serviços públicos prestados pelo [ente, órgão ou entidade];

V - analisar dados recebidos ou coletados a fim de produzir informações com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços e à correção de falhas;

VI - zelar pela adequação, atualidade e qualidade das informações constantes na Carta de Serviços do [ente, órgão ou entidade];

VII - adotar meios de solução pacífica de conflitos entre usuários dos serviços públicos e o [ente, órgão ou entidade], bem como entre agentes públicos, no âmbito interno, com a finalidade de qualificar o diálogo entre as partes e tornar mais efetiva a resolução do conflito, quando cabível;

VIII - realizar a articulação com instâncias e mecanismos de participação social;

IX - realizar a articulação, no que se refere às competências de sua unidade, com os demais órgãos e entidades encarregados de promover a defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, tais como ouvidorias de outros entes e Poderes, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas;

X - realizar a articulação com as demais unidades do [ente, órgão ou entidade] para a adequada execução de suas competências;

XI - exercer a supervisão técnica de outros canais de relacionamento com os usuários de serviços públicos, quanto ao cumprimento do disposto no art. 13 e art. 14 da Lei nº 13.460, de 2017;

XII - produzir anualmente o relatório de gestão, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 13.460, de 2017; e

XIII - elaborar o planejamento das ações da Ouvidoria por meio de plano de trabalho anual a ser aprovado pelo dirigente máximo do [ente, órgão ou entidade] e encaminhado ao Conselho de Usuários para ciência e acompanhamento das ações.

§ 1º Incluem-se na alínea a do inciso I as manifestações recebidas de agentes públicos que atuem no próprio [ente, órgão ou entidade].

§ 2º O disposto no inciso VII deste artigo não afasta as competências estabelecidas no Capítulo II da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA

Art. 3º A Ouvidoria contará com a seguinte estrutura mínima:

I - Espaço físico para atendimento presencial que permita discrição e a manutenção do sigilo do conteúdo das manifestações apresentadas, bem como acessibilidade a portadores de deficiência ou mobilidade reduzida;

II - Sistema informatizado com formulário próprio para permitir que o usuário possa registrar manifestações, relatos e petições a que se refere o inciso I do art. 2º desta norma, que disponha, no mínimo, dos seguintes requisitos:

a) acesso via internet;

b) geração automática de protocolo;

c) meios para acompanhamento do andamento da demanda;

d) controles e registros de acesso; e

e) meios informatizados que permitam a pseudonimização[5] ou anonimização das demandas recebidas.

III - Número de telefone e caixa de e-mail institucionais e permanentes com destinação única ao serviço de Ouvidoria.

§ 1º Os dados necessários para assegurar o acesso dos usuários aos meios de comunicação com a Ouvidoria serão publicados no site oficial do [órgão, ente ou entidade], em local de fácil acesso.

§ 2º A ouvidoria contará com corpo de servidores compatível com o adequado exercício das competências previstas nesta norma.

§ 3º Permite-se à Ouvidoria a utilização de base de dados e sistema informatizado cedidos por órgãos públicos, por meio de acordo de cooperação, ou pela filiação a rede de ouvidorias que forneçam esse serviço, desde que obedecidos critérios técnicos que garantam a segurança e o sigilo dos dados.

Art. 4º A Ouvidoria será chefiada [preferencialmente] por servidor ou empregado público com formação de nível superior e que detenha obrigatoriamente os seguintes requisitos[6]:

I - possuir experiência de, no mínimo, um ano em atividades de ouvidoria e acesso à informação ou de prestação e avaliação de serviços públicos;

II - possuir certificação em ouvidoria concedida por instituição nacionalmente reconhecida; e

III - não ter sido condenado:

a) em procedimento correcional ou ético nos últimos três anos;

b) pela prática de ato de improbidade administrativa, ou de crime doloso; ou

c) pela prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O requisito a que se refere o inciso II poderá ser comprovado em até seis meses após a nomeação.

§ 2º O titular da Ouvidoria terá mandato de três anos prorrogável uma vez pelo mesmo período.

§3º Finda a recondução referida no caput, se a manutenção do titular da unidade de ouvidoria for imprescindível para a finalização de trabalhos considerados relevantes, o dirigente máximo do órgão ou entidade poderá prorrogar a titularidade por mais um ano, mediante decisão fundamentada que contenha o plano de ações correspondente.

§ 4º O mandato do titular da ouvidoria poderá ser interrompido apenas nas seguintes situações[7]:

I - mediante a incorrência das hipóteses do inciso III do caput; ou

II - de modo preventivo, em caso de conduta punível com demissão, negligência, imprudência ou imperícia que resulte em prejuízo ao adequado cumprimento das obrigações legais da ouvidoria, nos termos da Lei nº [estatuto do servidor], por ato devidamente justificado do dirigente máximo, precedido da instauração do respectivo processo disciplinar pela autoridade correcional competente que, necessariamente, recomende tal medida.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 5º O [Decreto ou Lei que estabelece a estrutura do ente, órgão, entidade a que a Ouvidoria esteja vinculada] passa a viger com a seguinte redação[8]:

"[Alterações]"

Art. 6º O [autoridade máxima do ente, órgão ou entidade] editará ato regulamentar a este [Lei, Decreto] em até [prazo] contados a partir da data da sua publicação, estabelecendo regras para o funcionamento da Ouvidoria.

Art. 7º Este(a) [Decreto, Lei] entra em vigor em [estabelecimento da vacatio legis[9]].

[1] Exemplos: Gabinete, Assessoria de Controle Interno, Secretaria Executiva. Salienta-se que, por tratar-se de norma que institui unidade, com estrutura de cargos, o modelo não se confunde com norma de atribuição de competências relacionadas a unidade de ouvidoria a outra unidade de assessoramento.

[2] Outras competências legais podem ser atribuídas, de acordo com o arranjo institucional existente, como por exemplo, Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), de 2018, e Lei nº 14.129, de 2021 (Lei de Governo Digital).

[3] Outras competências poderão ser acrescidas, a depender do escopo de atribuições definido no art. 1º, ou nos casos em que a unidade desempenhe, também, papel de supervisão como órgão central de sistema de ouvidorias.

[4] Em caso de a unidade também tornar-se responsável pela gestão do Serviço de Informação ao Cidadão, sugere-se que conste em inciso apartado: "Coordenar as atividades de Serviço de Informação ao Cidadão, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 2011.

[5] Nos termos da Resolução nº 3/2019 da Rede Nacional de Ouvidorias, pseudonimização é "o tratamento por meio do qual um dado deixa de poder ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro, nos termos do §4º do art. 13 da Lei nº 13.709, de 2018".

[6] O uso do termo preferencialmente deverá atentar às possibilidades reais de cumprimento do disposto pela força de trabalho instalada no órgão, entidade ou ente, e deve referir-se apenas ao perfil do cargo público que será ocupado pelo Ouvidor (comissionado ou efetivo) e ao critério de escolaridade previsto no caput.

[7] No caso da ouvidoria fazer parte de Sistema de Ouvidorias, que inclua um órgão central, sugere-se a inclusão do seguinte inciso III - por ato devidamente justificado do dirigente máximo, precedido de parecer favorável do órgão central de ouvidoria, que necessariamente indique a inobservância de requisitos de conduta, de procedimentos normatizados ou desempenho insatisfatório que impacte na qualidade dos trabalhos, nas metas e tempestividade, considerados os recursos à disposição da unidade de ouvidoria.

[8] Caso a criação da ouvidoria resulte em criação ou realocação de cargos no ente, órgão, entidade a que a ouvidoria esteja vinculada, faz-se necessário o detalhamento neste artigo da alteração da(s) norma(s) vigente(s) para a efetivação desta criação ou realocação.

[9] Ao estabelecer a vacatio legis, considerar eventual impacto orçamentário resultante de criação da estrutura administrativa.

_____

ANEXO II à Resolução Nº 7, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

NORMA-MODELO PARA A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE OUVIDORIA EM ORGÃOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E ESTRUTURA

Art. 1º Esta portaria regulamenta, no âmbito da [nome do órgão/entidade], a atividade de ouvidoria, em conformidade com os capítulos III e IV da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017; art. 4º-A da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018; os artigos [citações] do Decreto nº [incluir regulamentação estadual, municipal ou federal, se existente]; e a Lei nº [incluir a legislação que cria a ouvidoria].

Art. 2º Compete à ouvidoria[1]:

I - receber e dar tratamento a:

a) manifestações de usuários de serviços públicos a que se refere a Lei nº 13.460 de 2017;

b) relatos de informações a que se refere o art. 4º-A da Lei nº 13.608 de 2018; e

c) petições destinadas ao exercício dos direitos do titular de dados pessoais perante o Poder Público referidos no art. 18 da Lei nº 13.709 de 2018.

II - adotar as medidas necessárias ao cumprimento dos prazos legais e da qualidade das respostas às manifestações de usuários de serviços públicos recebidas;

III - formular, executar e avaliar ações e projetos relacionados às atividades de ouvidoria da respectiva área de atuação;

IV - coletar, ativa ou passivamente, dados acerca da qualidade e da satisfação dos usuários com a prestação de serviços públicos;

V - analisar dados recebidos ou coletados a fim de produzir informações com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços e à correção de falhas;

VI - zelar pela adequação, atualidade e qualidade das informações constantes nas Cartas de Serviços dos órgãos e entidades a que estejam vinculadas;

VII - assessorar o dirigente máximo do [nome do órgão/entidade] nos temas sob sua competência.

§ 1º Sempre que outra unidade do [nome do órgão/entidade] realize o disposto no inciso I, esta deverá encaminhar as informações coletadas imediatamente à Ouvidoria, vedada a manutenção de cópias na unidade recebedora.

§ 2º Incluem-se na alínea a do inciso I as manifestações recebidas de agentes públicos que atuem no próprio [nome da entidade].

Art. 3º A Ouvidoria deve ainda no exercício de suas competências:

I - adotar ferramentas de solução pacífica de conflitos entre usuários de serviços públicos e órgãos e entidades públicas, bem como entre agentes públicos, no âmbito interno, com a finalidade de qualificar o diálogo entre as partes e tornar mais efetiva a resolução do conflito, quando cabível;

II - realizar a articulação com:

a) instâncias e mecanismos de participação social, em especial com os Conselhos de Usuários de Serviços Públicos, previstos no Capítulo V da Lei nº 13.460 de 2017;

b) demais órgãos e entidades encarregados de promover a defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, tais como ouvidorias de outros entes e Poderes, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas; e

c) demais unidades do [nome do órgão/entidade] para a adequada execução de suas competências;

III - exercer a supervisão técnica de outros canais de relacionamento com os usuários de serviços públicos, quanto ao cumprimento do disposto no art. 13 e art. 14 da Lei nº 13.460 de 2017;

IV - produzir anualmente o relatório de gestão, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 13.460 de 2017, que será encaminhado ao [autoridade máxima] do [nome da entidade] e disponibilizado integralmente na internet;

V - elaborar o planejamento das ações da Ouvidoria por meio de plano de trabalho anual a ser aprovado pelo dirigente máximo do [nome da entidade] e encaminhado ao Conselho de Usuários para ciência e acompanhamento das ações; e

VI - expedir recomendações aos setores responsáveis pela prestação de serviços públicos, visando a proteção dos direitos dos usuários e a sua melhoria.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não afasta as competências estabelecidas no Capítulo II da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

Art. 4º A Ouvidoria contará com a seguinte estrutura[2]:

I - quantidade de servidores compatível com a demanda de tratamento de manifestações para cumprimento dos prazos legais;

II - local de fácil acesso para atendimento presencial, no endereço [descrever endereço], que disponha de condições que permitam a discrição e a manutenção do sigilo da identidade do manifestante e do conteúdo das manifestações apresentadas oralmente, bem como acessibilidade a portadores de deficiência ou mobilidade reduzida;

III - sistema informatizado para gestão de informações e processos, que permita o registro digital das manifestações, bem como o seu tratamento no âmbito da unidade, acessível por meio do link [indicar o endereço na internet];

VI - número de telefone e endereço de correio eletrônico de uso exclusivo Ouvidoria, aos quais será dada transparência no sítio do [nome do órgão/entidade];

§ 1º Ao realizar o atendimento presencial ou telefônico, a Ouvidoria observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento personalizado e acessível, com foco no indivíduo;

II - resiliência no trato de situações não previstas;

III - respeito às capacidades cognitivas e físicas do usuário; e

IV - respeito às regras de pontualidade, cordialidade, discrição, polidez e sigilo quando for dar tratamento a assuntos com restrição de acesso.

§ 2º Os meios de contato com a Ouvidoria, endereço do formulário eletrônico e telefone devem ser divulgados nos balcões e locais de atendimento presencial aos cidadãos, e na página oficial do [nome da entidade] na internet, em local de fácil acesso.

§ 3º Salvo força maior, o funcionamento da Ouvidoria observará o seguinte horário de atendimento telefônico ou presencial:

I - em dias úteis: [das 00:00 h às 00:00 h, e das 00:00 h às 00:00 h];

II - sábados: [das 00:00 h às 00:00 h, e das 00:00 h às 00:00 h]; e

III - domingos e feriados: [das 00:00 h às 00:00 h, e das 00:00 h às 00:00 h].[3]

Art. 5º A Ouvidoria será chefiada [preferencialmente[4]] por servidor ou empregado público com nível superior de formação acadêmica e que detenha obrigatoriamente os seguintes requisitos[5]:

I - possuir experiência de, no mínimo, um ano em atividades de ouvidoria e acesso à informação ou de prestação e avaliação de serviços públicos;

II - possuir certificação em ouvidoria concedida por instituição nacionalmente reconhecida; e

III - não ter sido condenado:

a) em procedimento correcional ou ético nos últimos três anos;

b) pela prática de ato de improbidade administrativa, ou de crime doloso; ou

c) pela prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O requisito a que se refere o inciso II poderá ser comprovado em até seis meses após a nomeação.

§ 2º O titular da Ouvidoria terá mandato de três anos prorrogável uma vez pelo mesmo período.

§ 3º Finda a recondução referida no caput, se a manutenção do titular da Ouvidoria for imprescindível para a finalização de trabalhos considerados relevantes, o dirigente máximo da entidade poderá prorrogar a titularidade por mais um ano, mediante decisão fundamentada que contenha o plano de ações correspondente.

§ 4º O mandato do titular da Ouvidoria poderá ser interrompido apenas nas seguintes situações[6]:

I - mediante a incorrência nas hipóteses do inciso III do caput; ou

II - de modo preventivo, em caso de conduta punível com demissão, evidente negligência, imprudência ou imperícia que resulte em prejuízo ao adequado cumprimento das obrigações legais da Ouvidoria, nos termos da Lei nº [estatuto do servidor], por ato da autoridade correcional competente, a partir da instauração do respectivo processo disciplinar.

Art. 6º O titular da Ouvidoria buscará a cooperação e sinergia de esforços entre os diversos setores da instituição, com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e, para cumprimento desse objetivo poderá:

I - propor ao dirigente máximo da instituição a criação de grupos de trabalho intersetoriais ou outras instâncias de governança;

II - desenvolver pesquisas de avaliação dos serviços públicos prestados aos usuários;

III - adotar ações de gestão para a melhoria dos processos de atendimento às manifestações e representar aos órgãos de apuração contra situações de omissão, retardamento deliberado ou prestação de informação incorreta por servidor ou setor; e

IV - propor a revisão de normas internas para solução de demandas recorrentes recebidas pela Ouvidoria.

Art. 7º A Ouvidoria manterá plano anual de capacitação dos servidores que garanta o treinamento que aborde as Leis nº 13.460, de 2017, e nº 12.527, de 2011, mediante levantamento prévio de competências desejáveis para os seus servidores e identificação de cursos compatíveis, que deverão oferecer conteúdo mínimo de:

I - gestão em ouvidoria;

II - atendimento ao público;

III - acesso à informação;

IV - privacidade e proteção de dados pessoais;

V - tratamento de denúncias; e

VI - desenho e avaliação de serviços.

CAPÍTULO II

DO RECEBIMENTO, ANÁLISE E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES E AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 8º O tratamento de manifestações realizado pela Ouvidoria compreende:

I - recebimento da manifestação;

II - registro da manifestação no [sistema informatizado, como por exemplo - Plataforma Fala.BR] ou em sistema e ele integrado;

III - triagem;

IV - encaminhamento de manifestações para outra unidade, quando couber;

V - análise preliminar da manifestação;

VI - solicitação de complementação de informações aos manifestantes, quando couber;

VII - trâmite à unidade ou unidades responsáveis pelo assunto ou serviço objeto de manifestação; e

VIII - consolidação, elaboração e envio da resposta conclusiva ao usuário.

IX - avaliação do atendimento prestado pela Ouvidoria e resolutividade da demanda pela instituição.

§ 1º Quando couber, consideram-se etapas específicas de tratamento da manifestação de ouvidoria:

I - pseudonimização da denúncia para trâmite às unidades de apuração ou para encaminhamento a órgão apuratório competente, neste último caso, quando não tenha sido colhido o consentimento prévio do denunciante para a realização de tal encaminhamento;

II - adoção de procedimentos de solução pacífica de conflitos; e

III - acompanhamento de encaminhamentos decorrentes da resposta conclusiva enviada, reabertura de manifestação e complementação com novas informações relevantes.

§ 2º A Ouvidoria deverá cumprir todos os procedimentos de tratamento previstos nos incisos I a VIII do caput no prazo de até trinta dias a contar do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 3º Os procedimentos a que se refere o inciso II do § 1º poderão ocorrer após o envio de resposta conclusiva pela Ouvidoria e obedecerão aos prazos e procedimentos estabelecidos pela unidade, observadas as diretrizes desta [Portaria ou outro tipo desta norma].

Art. 9º Caso a Ouvidoria receba manifestação que não esteja relacionada às suas competências, deverá:

I - no caso de o órgão competente utilizar o mesmo sistema e base de dados informatizada, encaminhar a manifestação diretamente ao órgão responsável;

II - no caso de o órgão responsável não utilizar o mesmo sistema e base de dados, indicar ao cidadão os canais de atendimento do órgão competente.

Parágrafo único. O encaminhamento de denúncias observará [norma que internaliza a Resolução nº 3, de 2019, da Rede Nacional de Ouvidorias] e os artigos 19 e 20 desta norma.

Art. 10 As manifestações serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do sistema informatizado de que trata o inciso II do art. 4º desta norma.

Parágrafo único. As manifestações recebidas por meio distinto ao definido no caput serão digitalizadas e inseridas no sistema [nome do sistema] pela Ouvidoria, sem prejuízo de que a unidade oriente o manifestante a realizar sua manifestação diretamente na referida plataforma.

Art. 11 As manifestações colhidas verbalmente serão transcritas e inseridas no sistema a que se refere o caput.

§ 1º Na transcrição de manifestações a que se refere o caput, as unidades observarão as seguintes diretrizes:

I - registro completo, fidedigno e integral da manifestação; e

II - desmembramento adequado da demanda, efetuando registros distintos para manifestações com tipologias, assuntos ou órgãos e entidades destinatários distintos.

§ 2º No ato de registro da manifestação, cabe à Ouvidoria informar ao manifestante o número de protocolo e informações para acesso e acompanhamento dos procedimentos relacionados ao tratamento de sua manifestação.

Art. 12 Na análise preliminar das manifestações, deverão ser coletados elementos necessários para atuação da Ouvidoria, e realizada a adequação, quando cabível, da tipologia e do assunto ou serviço indicado pelo manifestante.

§ 1º Na análise preliminar de denúncias deverá ser avaliada a existência de requisitos mínimos que amparem a sua apuração.

§ 2º A denúncia será considerada habilitada quando existirem os requisitos a que se refere o § 1º.

§ 3º A denúncia poderá ser encerrada pela ouvidoria:

I - quando os fatos relatados forem de competência de órgão não subordinado ao [nome do órgão/entidade]; ou

II - excepcionalmente, em circunstâncias necessárias à proteção do denunciante, devidamente justificadas no histórico da manifestação e comunicadas ao manifestante.

Art. 13 Se as informações existentes na manifestação forem insuficientes para o seu tratamento, a Ouvidoria deverá solicitar ao usuário complementação de informações.

§ 1º As solicitações de complementação de informações deverão ser atendidas pelo manifestante no prazo de vinte dias contados da data do seu recebimento, vedada a realização de pedidos de complementação de informações sucessivos, exceto se decorrentes da necessidade de elucidação de novos fatos apresentados pelo manifestante.

§ 2º O pedido de complementação de informações suspende, por uma única vez, o prazo previsto no § 2º do art. 8º desta [Portaria ou outro tipo desta norma], que será retomado a partir da resposta do usuário.

§ 3º A falta da complementação de informações pelo usuário no prazo estabelecido no § 1º deste artigo acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 14 A Ouvidoria pode solicitar informações às áreas do [nome do órgão/entidade] responsáveis pela execução de serviços ou por tomada de providências, as quais devem responder dentro do prazo de até vinte dias, contados do recebimento no setor, prorrogáveis por igual período mediante justificativa expressa, sem prejuízo de norma interna que estabeleça prazo inferior.

Art. 15 A Ouvidoria deverá comunicar-se com os manifestantes em linguagem clara, objetiva e acessível, observando as seguintes orientações:

I - utilização de termos e expressões compreensíveis pelo manifestante, evitando-se expressões em língua estrangeira ou o uso de siglas que não sejam de uso corrente; e

II - estruturação de textos que privilegiem a resposta ao fato relatado na manifestação em primeiro lugar, que deixem informações complementares, explicativas ou institucionais para o final da comunicação.

Art. 16 Na elaboração de respostas conclusivas às manifestações, a Ouvidoria observará o seguinte conteúdo mínimo:

I - no caso de elogio, informação sobre o seu encaminhamento e cientificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado, e à sua chefia imediata;

II - no caso de reclamação, informação objetiva acerca da análise do fato apontado;

III - no caso de solicitação, informação sobre a possibilidade, a forma e o meio de atendimento ao que foi solicitado;

IV - no caso de sugestão, manifestação do gestor sobre a possibilidade de sua adoção, com informação sobre o período estimado de tempo necessário à sua implementação, quando couber; e

V - no caso de denúncia, informação sobre o seu encaminhamento às unidades apuratórias e respectivo número que identifique a denúncia junto ao órgão competente, ou sobre o seu arquivamento.

Art. 17 A Ouvidoria deverá oferecer mecanismo de avaliação do atendimento prestado e da resolutividade apresentada pela instituição a cada demanda, após o encaminhamento da resposta conclusiva.

Art. 18 A Ouvidoria exigirá certificação de identidade sempre que o tratamento e a resposta à manifestação implicar a entrega de informações pessoais ao próprio manifestante ou a terceiros por ele autorizados.

§ 1º A certificação de identidade de que trata o caput ocorrerá:

I - virtualmente, caso o manifestante possua identidade ou certificação digital; ou

II - presencialmente, por meio de conferência de documento físico apresentado pelo manifestante junto à Ouvidoria.

§ 2º Excepcionalmente, a Ouvidoria poderá adotar meios alternativos de certificação de identidade por meio da conferência das informações inseridas em seu cadastro com informações disponíveis em outras fontes constantes de bases públicas.

Art. 19 A identidade dos manifestantes é informação protegida nos termos do art. 10º, § 7º, da Lei nº 13.460 de 2017, e do art. 4º-B, da Lei nº 13.608 de 2018, e demais normas que tratam da proteção de dados pessoais.

§ 1º A proteção de que trata o caput estende-se à identidade e aos elementos de identificação do manifestante, os quais compreendem, dentre outros, dados cadastrais, atributos genéticos, atributos biométricos, e dados biográficos.

§ 2º O acesso às informações de que trata o caput será restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e com necessidade de conhecê-las, os quais estarão sujeitos à responsabilização por seu uso indevido nos termos do art. 32 da Lei nº 12.527 de 2011.

Art. 20 A denúncia recebida que contiver requisitos mínimos será considerada habilitada e enviada às unidades de apuração do [nome do órgão/entidade].

§ 1º Considera-se unidade de apuração aquela que detenha competência normativa para a apuração de denúncias.

§ 2º As unidades de apuração do [nome do órgão/entidade] encaminharão à Ouvidoria o resultado final, a fim de dar conhecimento ao manifestante acerca dos desdobramentos de sua manifestação.

§ 3º Caso a denúncia não contenha os requisitos mínimos para habilitação, deverá ser mantido registro de justificativa para a sua inabilitação e, quando identificado, o denunciante deve receber resposta fundamentada.

Art. 21 Desde o recebimento da denúncia, a Ouvidoria adotará as medidas necessárias à salvaguarda da identidade do denunciante e à proteção das informações recebidas, nos termos da Lei nº 13.608 de 2018.

§ 1º A proteção à identidade do denunciante se dará pelo prazo de cem anos, por meio da adoção de salvaguardas de acesso aos seus dados, que deverão estar restritos aos agentes públicos com necessidade de conhecer.

§ 2º A necessidade de conhecer será declarada pelo agente público com competência para executar o processo apuratório, quando for indispensável à análise dos fatos narrados na denúncia.

Art. 22 Será dado tratamento de denúncia à comunicação de irregularidade, dispensada a produção de resposta conclusiva.

Parágrafo único. A impossibilidade do envio de resposta conclusiva pela falta de identificação do demandante não dispensa a Ouvidoria de registrar o encaminhamento à unidade de apuração e dos seus resultados, além de motivar o seu arquivamento no sistema institucional de tratamento de manifestações.

Art. 23 Serão tratadas como manifestações de ouvidoria de tipologia solicitação as petições de titulares de dados pessoais que visem a exercer os direitos previstos nos incisos III, IV, VI e IX do art. 18 e art. 20 da Lei nº 13.709 de 2018.

Parágrafo único. As petições de titulares de dados pessoais que visem a exercer os direitos previstos nos incisos I, II, VII e VIII da Lei nº 13.709, de 2018, observarão os prazos e procedimentos previstos pela Lei nº 12.527 de 2011.

CAPÍTULO III

DA CARTA DE SERVIÇOS

Art. 24 Na elaboração da Carta de Serviços ao Usuário, a Ouvidoria assegurará que estejam disponíveis as informações relativas:

I - ao nome do serviço oferecido;

II - aos requisitos, formas, locais e aos documentos necessários para acessar o serviço;

III - às etapas para processamento e mecanismo de consulta das etapas do serviço;

IV - ao prazo para a prestação do serviço;

VI - à forma de comunicação com o solicitante do serviço;

VIII - aos usuários que farão jus à prioridade no atendimento;

IX - ao tempo de espera para o atendimento.

Art. 25 Sem prejuízo da adoção de outras formas de publicidade, a Ouvidoria deverá adotar medidas para manter atualizada a Carta de Serviços no sítio eletrônico do [nome do órgão/entidade].

Art. 26 A Ouvidoria deverá promover a revisão da Carta de Serviços periodicamente e orientar as áreas responsáveis a proceder as alterações das informações de cada serviço, bem como em caso de descontinuidade ou criação de novo serviço.

CAPÍTULO IV

DA RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

Art. 27 Cabe à Ouvidoria disseminar boas práticas e métodos de resolução pacífica de conflitos entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, dentre eles a mediação e a conciliação, como previsto no inciso VII do art. 13 da Lei nº 13.460, de 2017, bem como prestar atendimento e orientação aos usuários sobre tais instrumentos, observados os seguintes princípios:

I - empatia;

II - imparcialidade;

III - isonomia entre as partes;

IV - autonomia da vontade das partes;

V - busca do consenso;

VI - boa-fé;

VII - proporcionalidade entre meios e fins; e

VIII - respeito à ordem pública e às leis vigentes.

Parágrafo único. As ações relacionadas à resolução pacífica de conflitos serão executadas por agente público devidamente capacitado para a sua realização, por meio de procedimento regulamentado no âmbito do [nome do órgão/entidade].

Art. 28 A Ouvidoria poderá utilizar meios de resolução pacífica de conflitos, em especial para a solução de controvérsias nas quais seja importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.

Parágrafo único. Os meios de resolução pacífica de conflitos não serão elegíveis quando:

I - as partes no conflito não tenham consentido com o uso da metodologia de resolução pacífica de conflitos;

II - o objeto do conflito seja um direito indisponível;

III - a resolução implicar na transigência sobre:

a) aplicação de ato normativo; ou

b) conduta passível de responsabilização de agente público; e

IV - quando decorrente de denúncia.

Art. 29 Caberá ao responsável pelo processo de resolução pacífica de conflitos:

I - assegurar às partes igualdade de tratamento;

II - assegurar às partes o acesso às informações necessárias à tomada de decisão livre e informada;

III - zelar pela rápida solução do conflito;

IV - aproximar as partes para que elas negociem diretamente a solução desejada de sua divergência;

V - manter registros de todo o processo de resolução pacífica do conflito, colhendo os compromissos das partes, quando cabível; e

VI - adotar as medidas necessárias à formalização do acordo entre as partes.

Art. 30 A Ouvidoria poderá propor o uso de meios de resolução pacífica de conflitos de ofício ou a pedido do usuário ou gestor.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 A portaria [XXX] passa a viger com a seguinte redação:

"[Alterações]"

Art. 32 Esta [Portaria ou outro tipo desta norma] entra em vigor na data de sua publicação.

[1] Outras competências poderão ser acrescidas, a depender do escopo de atribuições definidas no art. 1º, ou nos casos em que a unidade desempenhe, também, papel de supervisão como órgão central de sistema de ouvidorias.

[2] Este artigo traz requisitos de estrutura mínima de funcionamento também presentes na norma-modelo de criação de unidades de ouvidoria, com exceção do horário de funcionamento.

[3] Caso a unidade não tenha atendimento em dias não úteis e feriados, retirar os incisos e incorporar o horário de funcionamento no texto do parágrafo.

[4] O uso do termo preferencialmente deverá atentar às possibilidades reais de cumprimento do disposto pela força de trabalho instalada no órgão, entidade ou ente, e deve referir-se apenas ao perfil do cargo público que será ocupado pelo Ouvidor (comissionado ou efetivo) e ao critério de escolaridade previsto no caput.

[5] Caso seja também utilizada a norma-modelo de criação de unidades de ouvidoria da ReNouv, incluindo o art. 4º, sugere-se a exclusão do art. 5º desta norma-modelo de regulamentação para evitar redundâncias.

[6] No caso da ouvidoria fazer parte de Sistema de Ouvidorias, que inclua um órgão central sugere-se a inclusão de um inciso III - por ato devidamente justificado do dirigente máximo, precedido de parecer favorável do órgão central de ouvidoria, que necessariamente indique a inobservância de requisitos de conduta, de procedimentos normatizados ou desempenho insatisfatório que impacte na qualidade dos trabalhos, nas metas e tempestividade, considerados os recursos à disposição da unidade de ouvidoria.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 135, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, §1º, inciso III, da Lei n.º 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", item 3, inciso II, alínea "a", itens 1, 2 e 3 e inciso III, alínea "c", da Lei n.º 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei n.º 14.144, de 22 de abril de 2021), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 88.154.492,00 (oitenta e oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							66.856.663

		ATIVIDADES							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.500.000
03 301	0031 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.500.000
			S	3	1	90	0	100	1.300.000
			S	3	1	90	0	151	1.200.000
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							31.687.969
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							31.687.969
			F	1	1	90	0	100	31.687.969
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0031 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							31.200.000
09 272	0031 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							31.200.000
			S	1	1	90	0	100	31.044.000
			S	1	1	90	0	156	156.000
03 846	0031 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.468.694
03 846	0031 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							1.468.694
			F	1	0	91	0	100	1.468.694
TOTAL - FISCAL									33.156.663
TOTAL - SEGURIDADE									33.700.000
TOTAL - GERAL									66.856.663

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							1.350.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0031 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.350.000
09 272	0031 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.350.000
			S	1	1	90	0	100	1.350.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.350.000
TOTAL - GERAL									1.350.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							19.541.829
		ATIVIDADES							
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							10.953.929
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							10.953.929
			F	1	1	90	0	100	10.953.929
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0031 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.379.319
09 272	0031 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							8.379.319
			S	1	1	90	0	100	8.379.319
03 846	0031 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							208.581
03 846	0031 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							208.581
			F	1	0	91	0	100	208.581
TOTAL - FISCAL									11.162.510
TOTAL - SEGURIDADE									8.379.319
TOTAL - GERAL									19.541.829

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							406.000
		ATIVIDADES							
03 128	0031 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento							220.000
03 128	0031 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional							220.000
			F	4	2	90	0	100	220.000
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							156.000
03 122	0031 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							156.000
			F	1	1	90	0	100	156.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
03 846	0031 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							30.000
03 846	0031 09HB 5664	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Em Brasília - DF							30.000
			F	1	0	91	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									406.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									406.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							50.500.000
		ATIVIDADES							
03 301	0031 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							500.000
03 301	0031 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							500.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
03 131	0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							2.661.200
03 131	0031 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							2.661.200
			F	3	2	90	0	100	2.661.200

03 062	0031 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal							46.838.800
03 062	0031 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional							46.838.800
			F	3	2	90	0	100	46.838.800
		PROJETOS							
03 122	0031 1E30	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal							250.000
03 122	0031 1E30 0001	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional							250.000
			F	3	2	90	0	100	250.000
03 122	0031 3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais							250.000
03 122	0031 3752 0001	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional							250.000
			F	3	2	90	0	100	250.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							1.200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias							1.200.000
28 846	0909 00S6 0001	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias - Nacional							1.200.000
			S	1	1	90	0	151	1.200.000
	0999	Reserva de Contingência							15.186.663
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							1.498.694
99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional							1.498.694
			F	1	0	91	0	100	1.498.694
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							13.687.969
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							13.687.969
			F	1	1	90	0	100	13.687.969
TOTAL - FISCAL									65.686.663
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000
TOTAL - GERAL									66.886.663

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							1.350.000
		ATIVIDADES							
03 122	0031 20TP	Ativos Civis da União							600.000
03 122	0031 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							600.000
			F	1	1	90	0	100	600.000
03 301	0031 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							750.000
03 301	0031 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							750.000
			F	3	1	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									1.350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.350.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							14.063.262
		ATIVIDADES							
03 062	0031 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho							14.063.262
03 062	0031 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							14.063.262
			F	3	2	90	0	100	14.063.262
	0999	Reserva de Contingência							5.478.567
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							208.581
99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional							208.581
			F	1	0	91	0	100	208.581
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							5.269.986
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							5.269.986
			F	1	1	90	0	100	5.269.986
TOTAL - FISCAL									19.541.829
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.541.829

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							376.000
		ATIVIDADES							
03 128	0031 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento							220.000
03 128	0031 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional							220.000
			F	3	2	90	0	100	220.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0031 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							156.000
09 272	0031 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							156.000
			S	1	1	90	0	156	156.000
TOTAL - FISCAL									220.000
TOTAL - SEGURIDADE									156.000
TOTAL - GERAL									376.000

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 636 /DG/SEC/MPM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PGJM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar a estrutura organizacional do Ministério Público Militar, definida na Portaria nº 21/PGJM, de 5 de fevereiro de 2020, na forma a seguir descrita, a partir desta data.

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Cargo/ Função	DENOMINAÇÃO	CÓD	Cargo/ Função	DENOMINAÇÃO	CÓD
	Ministério Público Militar			Ministério Público Militar	
	Procuradoria-Geral de Justiça Militar			Procuradoria-Geral de Justiça Militar	
	Assessoria de Gestão Estratética			Assessoria de Gestão Estratética	
1	Assessor Técnico Nível III	CC-3	0	Assessor Técnico Nível III	CC-3
0	Coordenadoria de Apoio à Estratégia	CC-3	1	Coordenadoria de Apoio à Estratégia	CC-3

ELIOMAR VIEIRA DAS NEVES

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 40, de 23/11/2021 - 2ª Câmara, publicada no D.O.U. de 29/11/2021, Seção 1, página 499.

Onde se lê:

ATA Nº 40, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021
(Sessão Telepresencial da Segunda Câmara)
Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz, e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Aroldo Cedraz, em razão de licença para tratamento de saúde.

.....

SUSTENTAÇÕES ORAIS

.....

Na apreciação do processo TC-047.093/2020-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. João Bosco Leopoldino da Donsa produziu sustentação oral em nome da empresa Rondave Ltda.

Leia-se:

ATA Nº 40, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021
(Sessão Telepresencial da Segunda Câmara)
Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz, e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Aroldo Cedraz, em razão de licença para tratamento de saúde.

.....

SUSTENTAÇÕES ORAIS

.....

Na apreciação do processo TC-047.093/2020-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca produziu sustentação oral em nome da empresa Rondave Ltda.

.....

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 1.054, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando a Portaria GABDPGF nº 891, de 18 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de novembro de 2019, seção 1, edição nº 224 (SEI 3323069);

Considerando o Despacho SGE 4843722;

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.008333/2019-80;, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 34 e 73 da Portaria GABDPGF nº 891, de 18 de novembro de 2019, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. À Assessoria de Consultoria Jurídica - ACJ - compete:

(...)

VIII - interpretar a aplicação das normas jurídicas relativas a pessoal, elaborando notas técnicas e prestando assistência na confecção de expedientes elaborados pelas demais equipes da Secretaria de Gestão de Pessoas;

IX - pesquisar, selecionar, catalogar e atualizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e os atos administrativos, referentes aos servidores ativos, inativos e pensionistas;

X - elaborar propostas de atos normativos, instruções, regulamentos que disciplinem e uniformizem a aplicação da legislação de pessoal;

XI - instruir, originariamente, processos administrativos sobre matéria nova ou controvertida, propondo a solução aplicável ao caso concreto e elaborando, se necessário, a respectiva minuta de ato regulamentar para apreciação e publicação;

XII - promover a análise e a instrução de processos administrativos de pessoal que gerem efeitos financeiros e instruir processos relativos à concessão de direitos e vantagens preparando as respectivas minutas dos atos concessivos para apreciação e publicação, conforme o caso.

(...)

Art. 73 Ficam instituídas as seguintes divisões vinculadas à Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP e subordinadas à Coordenação de Administração de Pessoal - CAPE, estabelecida no art. 55 da Resolução nº 154/2019:

I - Divisão de Gerenciamento do Cadastro e Registros Funcionais - DICAD;

II - Divisão de Pesquisa em Legislação e de Concessão de Direitos - DILEG;

(...)

Art. 75 À Divisão de Pesquisa em Legislação e de Concessão de Direitos - DILEG compete:

I - interpretar a aplicação das normas jurídicas relativas a pessoal, elaborando notas técnicas e prestando assistência na confecção de expedientes elaborados pelas demais equipes da Secretaria de Gestão de Pessoas;

II - pesquisar, selecionar, catalogar e atualizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e os atos administrativos, referentes aos servidores ativos, inativos e pensionistas;

III - elaborar propostas de atos normativos, instruções, regulamentos que disciplinem e uniformizem a aplicação da legislação de pessoal;

IV - instruir, originariamente, processos administrativos sobre matéria nova ou controvertida, propondo a solução aplicável ao caso concreto e elaborando, se necessário, a respectiva minuta de ato regulamentar para apreciação e publicação;

V - promover a análise e a instrução de processos administrativos de pessoal que gerem efeitos financeiros e instruir processos relativos à concessão de direitos e vantagens preparando as respectivas minutas dos atos concessivos para apreciação e publicação, conforme o caso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MACEDOALVES PEREIRA

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 1.057, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o disposto no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item 2, da LOA/2020 (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), em conformidade com o art. 47, § 1o, inciso III da LDO/2021 (Lei nº 14.116. de 31 de dezembro de 2020);

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.024702/2021-04;, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000 ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários para a execução do disposto no Anexo I provêm do cancelamento de dotação conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União											
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União											
ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE			VALOR
0030		Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União									8.000.000
		Atividades									
03 422	0030 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão									8.000.000
03 422	0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional									8.000.000
			F	4	1	90	0	100			8.000.000
TOTAL - FISCAL											8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											8.000.000
ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União											
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União											
ANEXO II										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE			VALOR
0030		Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União									8.000.000

		Atividades								
03 422	0030 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão								8.000.000
03 422	0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional								8.000.000
			F	3	1	90	0	100		8.000.000
TOTAL - FISCAL										8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.000.000

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE JULGAMENTO

SESSÃO REALIZADA EM 17, 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2021
(VIRTUAL)

Presidente: EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Secretário-Geral: Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Início da sessão: 17 de novembro de 2021, às 9h.

Aberta a sessão virtual, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, no período de 17 a 19 de novembro de 2021, registraram suas manifestações em ambiente eletrônico, com utilização do módulo SEI julgar, na forma da Resolução CJF n. 627/2020, cujos resultados estão registrados abaixo.

00001 - Processo: 0000415-75.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Relator: Ministro Humberto Martins
Tipo da Matéria: Aquisição de Veículos.
Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de novembro de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

00002 - Processo: 0002979-21.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Relator: Ministro Humberto Martins
Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.
Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre orientações gerais de transparência na divulgação do cumprimento de penas alternativas e de medidas despenalizadoras.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre orientações gerais de transparência na divulgação do cumprimento de penas alternativas e medidas despenalizadoras, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de novembro de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

00003 - Processo: 0003365-01.2021.4.90.8000 - CGE - Inspeção
Relator: Ministro Jorge Mussi
Tipo da Matéria: Calendário.
Partes: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Interessado) e Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Interessado) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado).

Descrição: Programação anual das inspeções a serem realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no exercício de 2022.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o calendário das inspeções a serem realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no exercício de 2022, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de novembro de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

00004 - Processo: 0002130-93.2021.4.90.8000 - Consulta
Relator: Desembargador Federal Messod Azulay Neto
Tipo da Matéria: Averbação de Tempo de Serviço.
Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Consulente) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Consulta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto à ocorrência ou não de derrogação do disposto no art. 8º, inciso XVI, da Resolução CJF n. 141/2011, diante da alteração do entendimento do TCU em relação ao tratamento a ser dado à averbação do tempo de serviço militar oriundo de órgão de formação de reserva.

Após o voto apresentado pelo relator, Conselheiro MESSOD AZULAY NETO, no sentido de conhecer da consulta, com a aprovação da proposta de normativo que altera a redação do art. 8º da Resolução CJF n. 141/2011, devendo o entendimento firmado pela Corte de Contas no Acórdão TCU 205/2020-Plenário ser aplicado aos casos de concessão de aposentadorias e de abonos de permanência não fulminados pela decadência, nos termos na lei 9.784/1999, dispensando-se a reposição dos valores percebidos indevidamente sob a égide da redação original da Resolução CJF n. 141/2011, tendo sido acompanhado pelos Conselheiros JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, pediu vista o Conselheiro RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA. Aguardam os demais. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de novembro de 2021. Votaram os Conselheiros JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO e MAIRAN MAIA.

00005 - Processo: 0001392-68.2021.4.90.8000 - Consulta
Relator: Desembargador Federal Messod Azulay Neto
Tipo da Matéria: Abono de Permanência.
Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Consulente) e Juiz Federal Guy Vanderley Marcuzzo (Interessado).

Descrição: Consulta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acerca do cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança n. 31.299-DF, bem como sobre a restituição dos valores recebidos, a título de abono de permanência, pelo Juiz Federal Guy Vanderley Marcuzzo no período de 4/12/2017 a 7/05/2018.

Após o voto apresentado pelo relator, Conselheiro MESSOD AZULAY NETO, no sentido de julgar prejudicada a consulta, quanto ao primeiro item, ante o trânsito em julgado do Agravo Regimental no Mandado de Segurança n. 31.299, e de respondê-la, no tocante ao questionamento remanescente, para que seja dispensada a reposição dos valores percebidos indevidamente sob a égide da redação original da Resolução CJF n. 141/2011, tendo sido acompanhado pelos Conselheiros JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, pediu vista o Conselheiro RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA. Aguardam os demais. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 17 a 19 de novembro de 2021. Votaram os Conselheiros JORGE MUSSI, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA.

A sessão foi encerrada definitivamente às 18h de 19 de novembro de 2021, tendo sido aprovada, na sessão de 29 de novembro de 2021, a presente ata contendo os aspectos mais importantes da sessão.

JUIZ FEDERAL MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente do Conselho da Justiça Federal

ATA DE JULGAMENTO

SESSÃO REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2021
(VIDEOCONFERÊNCIA)

Presidente: EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Secretário-Geral em exercício: Juiz Federal MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES
Início da sessão: às 14h05

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, Ministro JORGE MUSSI, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, Ministro MARCO BUZZI, Desembargador Federal I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, Desembargador Federal MESSOD AZULAY, Desembargador Federal MAIRAN MAIA, Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e Desembargador Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR, bem como o Juiz Federal EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE), o Dr. LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND (Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB) e o Dr. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO (Representante do Ministério Público Federal - MPF).

Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

O Ministro Presidente iniciou a sessão saudando todos os Conselheiros que integram o Colegiado, os representantes do Ministério Público Federal, da Associação dos Juízes Federais e da Ordem dos Advogados do Brasil. Saudou, adicionalmente, o Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, Secretário-Geral em exercício do Conselho da Justiça Federal. De igual modo, estendeu os cumprimentos a todos os servidores e magistrados presentes e que acompanhavam a sessão por videoconferência.

Verificado o quórum, o Ministro Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal e submeteu a ata da Sessão Ordinária por videoconferência do dia 27/09/2021 e a ata da Sessão Virtual realizada no período de 13 a 15/10/2021 à aprovação do Colegiado. As atas foram previamente disponibilizadas aos integrantes do Colegiado, razão pela qual foi dispensada sua leitura. Não havendo objeções, declarou-as aprovadas.

Ato contínuo, iniciou-se o julgamento dos processos pautados, cujos resultados estão registrados abaixo, conforme ordem de julgamento:

00001 - Processo: 0002931-86.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Relator: Ministro Humberto Martins
Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.
Partes: Corregedoria-Geral da Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009, que regulamenta a requisição de magistrados e servidores para a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de alteração da Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00002 - Processo: 0001531-71.2021.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum
Relator: Ministro Humberto Martins
Tipo da Matéria: Remuneração.
Partes: Rose Marie de Thuin (Requerente).

Descrição: Requerimento formulado por servidora do Conselho da Justiça Federal, no qual pleiteia que seja reconhecida a incidência da regra do teto remuneratório constitucional, fixada pelo Supremo Tribunal Federal, nos Recursos Extraordinários n. 602.043/ MT e n. 612.975/ MT.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU DEFERIR o pedido formulado pela servidora deste Conselho e uniformizar o entendimento no âmbito da Justiça Federal para reconhecer a incidência da regra do teto remuneratório constitucional, de forma a não cumular os proventos de aposentadoria do cargo efetivo com o cargo em comissão. DECIDIU, ainda, no que tange à restituição dos valores descontados, que a unidade gestora do Conselho da Justiça Federal (UG 090001) verifique a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e, caso os recursos disponíveis se mostrem insuficientes para o cumprimento integral do passivo, que seja observada a ordem de prioridade e critérios estabelecidos na Resolução CJF n. 224/2012, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00003 - Processo: 0003055-32.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Relator: Ministro Humberto Martins
Tipo da Matéria: Servidores da Justiça Federal.
Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 502, de 8 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de atualização da Resolução CJF n. 502, de 8 de novembro de 2018, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00004 - Processo: 0003260-16.2020.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Relator: Ministro Humberto Martins
Tipo da Matéria: Agentes de Segurança.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre os tipos e o uso de uniformes e acessórios de identificação visual pelos(as) inspetores(as) e agentes da polícia judicial ativos lotados nas unidades de segurança institucional do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre os tipos e o uso de uniformes e acessórios de identificação visual pelos(as) inspetores(as) e agentes da polícia judicial ativos lotados nas unidades de segurança institucional do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00005 - Processo: 0000209-00.2019.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Imposto de Renda.

Partes: Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE (Requerente) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Requerimentos apresentados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE questionando a incidência e o método de cálculo do imposto de renda retido pelos Tribunais Regionais Federais quando do pagamento, em dezembro de 2020, da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE, relativa ao período de janeiro/1998 a setembro/1999, bem como pleiteando que o Conselho da Justiça Federal autorize os Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias a emitirem DIRF retificada e comprovante de rendimentos retificado.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU DEFERIR PARCIALMENTE os requerimentos da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, acatando tão somente o pleito para que os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias emitam DIRF retificada e comprovante de rendimentos retificado, sem a incidência de imposto de renda sobre os juros de mora pagos a título de PAE no mês 12/2020, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00006 - Processo: 0000272-38.2019.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Imposto de Renda.

Partes: Justiça Federal (Interessada) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado).

Descrição: Requerimento formulado pela Divisão de Folha de Pagamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região solicitando a alteração de rubrica no Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal - SISUR, a fim de retirar a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os juros de mora que decorram do atraso no pagamento de remuneração, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 855091/RS.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REVER o posicionamento adotado por este Colegiado (Processo N. CJF-ADM-2014/00219 - Ids. 0000806, fls. 143/172 e 0020912), para uniformizar o entendimento da não incidência de imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração por exercício de emprego, cargo ou função. Por consectário, DECIDIU determinar à área técnica deste Conselho que promova a alteração da rubrica correspondente no Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal - SISUR, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00007 - Processo: 0000590-16.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

Tipo da Matéria: Pensão.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre a concessão de pensão aos dependentes de magistrados e de servidores falecidos dos quadros do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REJEITAR a proposta de resolução apresentada e determinar o encaminhamento do processo SEI 0000590-16.2019.4.90.8000 à Secretaria-Geral deste Conselho, com vistas à criação de um grupo de trabalho específico para estudo e proposição, em prazo determinado, de ato(s) normativo(s) regulamentar(es) sistematizador(es) que não seja(m) de competência do Plenário, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00008 - Processo: 0002591-49.2020.4.90.8000 - Consulta

Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

Tipo da Matéria: Licença.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Consulente), Marcelo Machado Carlini (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Consulta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acerca da compatibilidade, em face do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016 e da legislação correlata, da concessão de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, a servidor para exercer mandato sindical, com manutenção do interessado em folha de pagamento mediante prévio repasse à Administração pela entidade sindical.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU RESPONDER à consulta no sentido da impossibilidade de manter o servidor em folha de pagamento do órgão a que esteja vinculado devido à concessão de licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares destinada ao exercício de mandato classista, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

00009 - Processo: 0000264-98.2021.4.90.8000 - Reclamação para Garantia das Decisões

Vistor: Ministro Marco Buzzi

Relator: Ministro Humberto Martins

Tipo da Matéria: Assistência à Saúde.

Partes: Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE (Requerente), Raimundo Cezar Britto Aragão (Advogado), Paulo Francisco Soares Freire (Advogado), Conselho da Justiça Federal (Interessado), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado), Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Requerimento apresentado pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, por meio da qual requer que o Conselho da Justiça Federal "adote medidas de monitoramento e fiscalização sobre a implantação de novos modelos de gestão da saúde pelos tribunais, visando, sobretudo, à possibilidade de manutenção do auxílio-saúde, caso assim o queira o servidor, de modo a preservar o teor da Resolução CJF n. 02/2008".

Prosseguindo o julgamento, após o voto divergente apresentado pelo Conselheiro MARCO BUZZI, pediu vista o Conselheiro EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Aguardam os demais. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 08 de novembro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO BUZZI, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Ausente, justificadamente, o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR.

Finalizado o julgamento dos processos pautados, o Ministro Presidente saudou o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, em razão desta ser a última sessão presencial da qual o Ministro participa. O Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva agradeceu as palavras e se despediu dos integrantes do Colegiado. Fizeram, ainda, uso da palavra: o Subprocurador-Geral da República Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, o Juiz Federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes e o Doutor Luiz Cláudio Allemand. Em seguida, o Ministro Presidente procedeu à entrega simbólica da placa de homenagem por término de mandato.

A sessão foi encerrada definitivamente às 15h43 de 8 de novembro, tendo sido aprovada, na sessão de 29 de novembro de 2021, a presente ata contendo os aspectos mais importantes da sessão, que foi gravada em áudio e vídeo disponíveis para consulta.

JUIZ FEDERAL MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente do Conselho da Justiça Federal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO CFB Nº 246, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas universitárias.

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, alínea "f" da Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, e o art. 27, inciso XI do Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965,

Considerando a Lei n.º 9.674, de 25 de junho de 1998, e

Considerando os instrumentos de avaliação de cursos da educação superior do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas universitárias.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução considera-se biblioteca universitária a coleção de livros, materiais multimídias e documentos pertencentes às instituições de ensino superior públicas e privadas com a finalidade de apoio e mediação informacional aos programas e atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de inovação.

Art. 2º A biblioteca universitária deve:

I - ter autonomia para planejar suas ações de forma alinhada à missão institucional, à legislação educacional vigente e aos critérios dos processos avaliativos interno e externo dos cursos de graduação e pós-graduação;

II - ser espaço de difusão, apropriação e construção do conhecimento a fim de atender às necessidades de informação da comunidade acadêmica e, quando exequível, do público em geral;

III - ser administrada por bibliotecário em situação regular junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia de sua jurisdição, apoiado por equipes adequadas em quantidade e qualificação para atender à comunidade universitária;

IV - dispor de espaço físico exclusivo para acomodar o acervo, as atividades dos usuários e os serviços técnico-administrativos, conforme legislação e normas técnicas vigentes e atendendo aos padrões de acessibilidade;

V - possuir bibliografia básica e complementar, em qualquer tipo de suporte, dos cursos ofertados pela instituição que atenda aos Projetos Pedagógicos de Cursos e chancelada pelo Núcleo Docente Estruturante, segundo os parâmetros propostos pelos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação;

VI - ter regimento interno elaborado pela equipe da biblioteca e aprovado por instância superior;

VII - dispor de política de desenvolvimento de coleções, com critérios de proteção ao patrimônio bibliográfico;

VIII - ter plano de contingência;

IX - preservar e conservar o acervo;

X - dispor de instrumentos de consulta ao acervo;

XI - realizar empréstimo domiciliar e entre bibliotecas;

XII - realizar disseminação seletiva da informação;

XIII - divulgar suas ações, serviços e produtos;

XIV - possuir página web atualizada com acesso pelo portal institucional;

XV - regular o depósito legal da produção científica da comunidade acadêmica;

XVI - elaborar as normas e regras que regem a biblioteca universitária;

XVII - catalogar, classificar, indexar e elaborar resumos de itens bibliográficos;

XVIII - orientar a normalização dos trabalhos acadêmicos e de pesquisas produzidos pela comunidade acadêmica;

XIX - realizar curadoria informacional institucional;

XX - disponibilizar serviço de referência presencial e virtual;

XXI - capacitar os usuários quanto à busca, à recuperação e ao uso da informação.

Art. 3º As atividades descritas nos incisos XV, XVII, XVIII, XIX, XX devem ser realizadas por bibliotecário em situação regular no Conselho Regional de Biblioteconomia da sua jurisdição, e sendo sua presença obrigatória durante o horário de funcionamento presencial.

Art. 4º Estes parâmetros poderão ser revistos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 66/2021

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 018/2021. PROCESSO ÉTICO COREN-PR Nº 039/2017. 533ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Maioria dos votos. Absolvição.

Brasília-DF, 23 de setembro de 2021.
BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

GILNEY GUERRA DE MEDEIROS
Conselheiro com voto vencedor

DECISÃO COFEN Nº 188, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Aprova, com fulcro no art. 45, incisos V e VI, da Resolução Cofen nº 645/2020 e no art. 79, § 1º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, a destituição definitiva do Sr. Jimi Hendrex Medeiros de Sousa do cargo de Presidente e do mandato de Conselheiro Regional Efetivo do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia; e da Sra. Rosane Santiago Alves da Silva, do mandato de Conselheira Regional Efetiva do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, representado por sua Presidente, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem instalar os Conselhos Regionais, baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de suas ações e procedimentos, resguardando o seu bom funcionamento, nos termos do art. 8º, incisos II e IV, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que, nos termos dispostos do art. 22, inciso XII, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, compete ao Conselho Federal de Enfermagem acompanhar o funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem, zelando pela sua manutenção, uniformidade de procedimentos, regularidade administrativa e financeira, adotando, quando necessário, providências convenientes a bem de sua eficiência, inclusive com a designação de Plenários provisórios;

CONSIDERANDO que os Conselhos Regionais de Enfermagem são subordinados ao Cofen, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e no art. 76 do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012;

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão de Instrução do PAD Cofen nº 471/2021, designada pela Portaria Cofen nº 683, 7 de julho de 2021, que em Relatório Conclusivo opinou pela responsabilização dos acusados: Sr. Jimi Hendrex Medeiros de Sousa, Presidente, e Sra. Rosane Santiago Alves da Silva, Tesoureira à época da ocorrência dos fatos dos quais foram acusados, e ainda em pleno exercício de mandato de Conselheira Regional Efetiva do Coren-BA, da prática de "rachadinha" na esfera do Coren-BA, mediante o percebimento de valores pecuniários a título de saldar dívidas contraídas na campanha eleitoral para eleição da chapa eleitoral a qual integravam concorrente ao pleito de 2020;

CONSIDERANDO que a conduta de prática de "rachadina" restou comprovadamente constatada, o que indicou a materialização do ilícito administrativo tipificado no art. 79, § 1º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que prevê a aplicação da perda do cargo ou função em razão da pratica atos de improbidade administrativa ou malversação dos recursos públicos; utilização da entidade, patrimônio e pessoal em atividades privadas ou desviadas de suas finalidades legais, ferindo assim o princípio da moralidade publicidade;

CONSIDERANDO que os acusados, objetos da presente decisão, na condição Presidente e Tesoureira, ordenadores portanto de despesas do Coren-BA, utilizaram, dolosamente, dos cargos da entidade que ocupavam de modo desviado de suas finalidades legais, visando obtenção de vantagens econômicas (dinheiro, contribuições pecuniárias, "presentes", derivados da repartição de salários de ocupantes de empregos comissionados, prática descrita como "rachadinha" e plenamente comprovada nos autos do PAD Cofen nº 471/2021, conforme se depreende do Relatório da Comissão de Instrução e do Parecer do Conselheiro Relator, bem como das provas materiais colhidas e que integram os autos do citado processo;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 45, incisos V e VI, da Resolução Cofen nº 645/2020, que aprovou o Código de Processo Administrativo Disciplinar do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, compete ao Conselho Federal de Enfermagem, após regular instauração e tramitação de processo administrativo disciplinar, concluídas as fases de instrução e de julgamento, impor penalidades em face da responsabilização de conselheiro federal ou regional por infrações tipificadas no Regimento Interno do Cofen e dos Conselhos Regionais de Enfermagem e/ou outras normas legais, praticadas no exercício de suas atribuições como conselheiro ou diretor dos Conselhos de Enfermagem, o que restou, indubitavelmente, evidenciado nos autos do PAD Cofen nº 471/2021;

CONSIDERANDO a deliberação da 535ª Reunião Ordinária do Plenário do Cofen, realizada no dia 26 de novembro de 2021, e tudo o mais que consta nos autos do PAD Cofen nº 471/2021, e ainda o Parecer do Conselheiro Relator que indicou em substancioso parecer a destituição definitiva dos acusados dos cargos e dos mandatos de conselheiros regionais efetivos do Coren-BA, decide:

Art. 1º Aprovar, com fulcro no art. 45, incisos V e VI, da Resolução Cofen nº 645/2020, e no art. 79, § 1º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, a destituição definitiva do Sr. Jimi Hendrex Medeiros de Sousa do cargo de Presidente e do mandato de Conselheiro Regional Efetivo do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia; e também a destituição definitiva da Sra. Rosane Santiago Alves da Silva, do mandato de Conselheira Regional Efetiva do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia.

§ 1º Esta decisão se tornou imperiosa face à indubitável constatação de que Sr. Jimi Hendrex Medeiros de Sousa, Presidente, e Srª Rosane Santiago Alves da Silva, Tesoureira à época da ocorrência dos fatos dos quais foram acusados, plenamente comprovados nos autos do PAD Cofen nº 471/2021, e ainda em pleno exercício de mandato de Conselheira Regional Efetiva do Coren-BA, se utilizaram da prática de "rachadinha" na esfera do Coren-BA, mediante o percebimento de valores pecuniários a título de saldar dívidas contraídas na campanha eleitoral para eleição da chapa eleitoral a qual integravam concorrente ao pleito de 2020, praticando assim atos de improbidade administrativa grave, auferindo vantagem patrimonial indevida em razão dos cargos que exerceram.

§ 2º Os atos praticados e materialmente comprovados, pelo grau da ilicitude, usurpação de rendas públicas para atender interesses e vantagens pessoais, além de reprováveis, se enquadram naqueles em que os normativos editados pelo Conselho Federal de Enfermagem, citados no art. 1º desta decisão, ensejam a adoção das medidas pertinentes, no caso a destituição dos cargos e dos mandatos dos acusados no Conselho Regional de Enfermagem da Bahia.

Art. 2º Aprovar o encaminhamento de cópia do PAD Cofen nº 471/2021, na sua íntegra, e a presente decisão, ao Ministério Público Federal do Estado da Bahia para que adote as providências que lhe compete, se assim julgar necessário.

Art. 3º O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, em face da presente decisão, deverá promover nova eleição de diretoria, nos termos e prazos previstos no seu Regimento Interno, visando a ocupação dos cargos de Presidente e de Tesoureiro para a presente gestão 2021/2023.

Art. 4º Esta Decisão, em todos os seus efeitos, entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 437, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, Reunido em sessão da 348ª Reunião Plenária Ordinária, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, pela Resolução-COFFITO nº 413/2012;

Considerando o Ofício-CREFITO-17/GAPRE/nº 189/2021, em que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região apresenta a necessidade de recursos para manutenção e gerenciamento administrativo, tendo em vista o congelamento pelo Plenário do COFFITO dos valores das anuidades por 03 (três) anos e, ainda, considerando a inadimplência e a insuficiência das providências implementadas referentes à austeridade com o pagamento de verbas de representação (auxílios-representação e jetons), informadas no referido ofício;

ACORDAM por unanimidade os Conselheiros Federais em conceder apoio financeiro ao CREFITO-17, no valor designado, condicionado:

I) à existência de recursos orçamentários em rubrica própria para apoio aos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, limitado ao valor informado;

II) à assinatura de Termo de Repasse de Recursos vinculado às despesas enunciadas na comunicação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região, em que conste o expresso compromisso de que sejam mantidos os patamares de austeridade enunciados, considerando a necessidade de manter a economia com as verbas de representação.

QUÓRUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Presidente do COFFITO; Dra. Ana Carla de Souza Nogueira, Vice-Presidente do COFFITO; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva, Diretor-Secretário; Dr. Abidiel Pereira Dias, Diretor-Tesoureiro; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo Braga, Conselheira Efetiva; Dr. Leandro Lazzareschi, Conselheiro Efetivo; Dr. Marcelo Renato Massahud Júnior, Conselheiro Efetivo; e Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima, Conselheira Efetiva.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 624, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga a Portaria nº 154, de 20 de março de 2020.

O Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

CONSIDERANDO a competência legal estatuída na norma do art. 5º, incisos II, III e XII, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO a melhoria dos índices sanitários relacionados à Pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, assim como a vacinação dos profissionais de Saúde; resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 154, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União, Edição 56, em 23 de março de 2020, Seção 1, página 185.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ROBERTO MATTAR CEPEDA

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 205/2019 (PAe 000038.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.115-325/2013) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 29 e 36 do Código de Ética Médica de 1988 (Resolução CFM nº 1.246/88). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 33 e 79 do Código de Ética Médica de 1988 (Resolução CFM nº 1.246/88), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de novembro de 2021. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 226/2021 (PAe 000226.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.743-094/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em não conhecer o recurso interposto pela 1ª apelante/denunciada e em conhecer e dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos 2º, 3º, 4º e 5º apelantes/denunciados. Com relação à 1ª apelante/denunciada, por unanimidade, não foi conhecido o seu recurso, por estar intempestivo. Com relação aos 2º, 4º e 5º apelantes/denunciados, por unanimidade, foram confirmadas as suas culpabilidades e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para aplicar-lhes a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 3º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração aos artigos 1º e 87 do Código de Ética Médica

de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de novembro de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 352/2021 (PAe 000352.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 13.092-443/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de novembro de 2021. (data do julgamento) ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 364/2021 (PAe 000364.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000084/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57; por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 33 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de novembro de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.429, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Aprova a Proposta Orçamentária do CFMV para o exercício de 2022.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso XII, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na XXVII Sessão Extraordinária, realizada no dia 01 de dezembro de 2021, em Brasília - DF; resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do CFMV para o exercício de 2022, conforme a seguir:

I. Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV

RECEITAS		DESPESAS	
Correntes	43.434.163,24	Correntes	43.434.163,24
De Capital	45.003.200,00	De Capital	45.003.200,00
TOTAL	88.437.363,24	TOTAL	88.437.363,24

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.430, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Resolução n° 1204, de 25 de janeiro de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições que lhe são conferidas na alínea "f" do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968; Considerando o disposto no caput do artigo 15 do Decreto nº 64.704, de 1969; Considerando o disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 968, de 1969; Considerando que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária não recebem subvenção ou transferências à conta do Orçamento da União; Considerando que os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária são dotados de recursos próprios e exercem suas atividades com autonomia financeira e administrativa, nos termos do artigo 10 da Lei nº 5.517, de 1968; considerando que o TCU, a partir do Acórdão nº 147/2003-Plenário, firmou o entendimento de que não se afigura razoável exigir que lei de iniciativa do Poder Executivo Federal disponha especificamente sobre a organização de quadros de pessoal dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, bem como reconheceu possuírem tais entidades poder de autogestão, observado o regime jurídico administrativo; Considerando que o TCU, no Acórdão nº 341/2004-Plenário, firmou o entendimento de que os Conselhos Federais, utilizando de seus mecanismos de autogestão, têm a competência de expedir instruções necessárias à definição, inclusive para os Conselhos Regionais, das necessidades peculiares de empregos em comissão, as condições e limites mínimos de provimento por empregado efetivo, observados os ditames Constitucionais; Considerando o disposto na Resolução CFMV n° 1204, de 25 de janeiro de 2018; Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na XXVIII Sessão Extraordinária, realizada no dia 01 de dezembro de 2021, em Brasília - DF, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso I, do artigo 6°, da Resolução CFMV n° 1204/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - 14 (quatorze) Assessores da Presidência".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO CFESS Nº 984, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Revoga a Resolução Cfess nº 944, de 20 de abril de 2020 e altera a Resolução Cfess nº 945, de 20 de abril de 2020.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - Cfess, no uso das suas atribuições legais e regimentais:

Considerando a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

Considerando a Resolução Cfess nº 510, de 21 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 24 de setembro de 2007, Seção 1, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Funcionários do Conselho Federal de Serviço Social;

Considerando a Resolução Cfess nº 944, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 28 de abril de 2020, Seção 1, que altera o caput do artigo 17 e o Anexo III - Das Referências e Tabelas Salariais da Resolução CFESS 510/2007;

Considerando a Resolução Cfess nº 945, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 81, de 29 de abril de 2020, Seção 1, que institui novos fatores de competência para Avaliação de Desempenho dos/as trabalhadores/as efetivos/as do Conselho Federal de Serviço Social;

Considerando, por fim, a aprovação da presente Resolução, pelo Conselho Pleno do Cfess, em reunião realizada em 30 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução Cfess nº 944, de 20 de abril de 2020, restabelecendo as vigências da redação original do artigo 17 da Resolução 510/2007 e dos quadros de faixas salariais e de valores das referências salariais de 71 posições (Anexo III), respeitadas as atualizações promovidas anualmente.

Art. 2º Aterar o artigo 3º da Resolução Cfess nº 945, de 20 de abril de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º O interstício mínimo para progressão salarial é de 18 (dezoito) meses, por meio da Avaliação de Desempenho, que ocorrerá em uma única referência na faixa salarial do mesmo cargo efetivo do funcionário, cumpridas as seguintes exigências:

I - obtenção de conceito de desempenho, conforme regulamentado em sistema de gestão de desempenho;

II - existência de disponibilidade orçamentária e financeira do Conselho."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO CONTER Nº 20, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a revogação dos Artigos 19 e 20 da RESOLUÇÃO CONTER Nº 03/2020.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA (CONTER), por intermédio da sua Diretoria Executiva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei n. º 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790/86 com as alterações realizadas pelo Decreto nº 9.531/2018, e do Regimento Interno do CONTER;

CONSIDERANDO o teor do caput do artigo 37 da Constituição Federal, referente aos princípios que devem nortear os atos da Administração Pública, notadamente os da moralidade, eficiência, publicidade, razoabilidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de retomar a fluição do Processo Eleitoral do Sistema CONTER/CRTRs para atender os prazos estabelecidos pelo Decreto nº 92.790/1986, alterado pelo Decreto 9.531/2018;

CONSIDERANDO a importância de unificação dos pleitos eleitorais do Sistema CONTER/CRTRs, com a instituição dos prazos de mandatos com termos iniciais e finais simultâneos estabelecidos no Regimento Eleitoral do Sistema CONTER/CRTRs;

CONSIDERANDO o decidido em Reunião da Diretoria Executiva do CONTER, realizada em 29 de novembro de 2021, ad referendum do Plenário do CONTER, resolve:

Art. 1º Revogar o inteiro teor dos Artigos 19 e 20 da Resolução CONTER nº 03, de 30 de março de 2020, publicada em 1º/04/2020, Edição 63, Seção 1, página 108 do Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Os efeitos das determinações dos Artigos ora revogados no mandato dos Conselhos Regionais serão mantidos; permanecendo, deste modo, as intervenções por vacância em razão da suspensão dos processos eleitorais, até a conclusão do pleito eleitoral e posse de um novo corpo de conselheiros.

Art. 3º Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do CONTER.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

MAURO MARCELO LIMEIRA DE SOUZA
Diretor-Secretário

SANDOVAL KEHRLE
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 642, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, com recurso do superávit financeiro de exercícios anteriores, no orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2021.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO que no Plano de Trabalho para o Exercício de 2021, consta o projeto 5007- AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E REFORMA DE SEDE E SUBSEDE, cujo recurso disponível é insuficiente para estruturação da nova sede do CRCBA, conforme orçamento; CONSIDERANDO que a disponibilidade de superávit financeiro de exercícios anteriores, é da ordem de R$1.915.910,84(um milhão novecentos e quinze mil novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos); CONSIDERANDO o parecer nº012/2021 da Câmera de Controle Interno do CRCBA, resolve:

Art.1º Aprovar Crédito Adicional Suplementar no valor de R$1.700.000,00(um milhão e setecentos mil reais);

Art. 2º A destinação do recurso se dará conforme detalhamento:

APLICAÇÃO DO RECURSO-CONTA SUPLEMENTADA:			
CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	PROJETO	VALOR R$
6.3.2.1.01.01.001	OBRAS E INSTALAÇÕES	5007	1.700.000,00
		TOTAL	1.700.000,00
FONTE DE RECURSO			
CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR R$	
6.2.3.1.01.01.001	SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.700.000,00	
	TOTAL	1.700.000,00	

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor a partir desta data.

Contador ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 643, DE 8 DE OUTUBRO DE 2021

Institui a Gratificação por Produtividade para os Fiscais do CRCBA e critérios para a sua concessão.

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, no uso das suas atribuições legais e regimentais, na forma do Decreto-Lei nº 9295/46 de 27/05/46, e as alterações da Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010 e de acordo com o Regimento Interno do CRCBA, Considerando a necessidade de garantir satisfação e o incentivo à produtividade dos fiscais durante as ações de fiscalização; Considerando que em razão da implantação do novo Plano de Cargos e Salários do CRCBA, instituído através da Resolução CRCBA nº 631/2020 torna-se necessária nova regulamentação; Considerando que os Conselhos Regionais de Contabilidade devem executar suas ações em conformidade com o Manual de Fiscalização instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade; Considerando a necessidade de manter a constante atualização e o aumento da eficiência e da eficácia dos procedimentos relativos às ações dos fiscais; Considerando a necessidade da manutenção de treinamentos para atualização das legislações pertinentes ao programa de educação continuada do sistema CFC x CRC´s entre outros, fazendo com que tais funcionários participem de eventos para se manterem atualizados, ainda que fora do horário de trabalho; resolve:

Art. 1º Instituir os critérios da concessão de gratificação dos fiscais nas ações de fiscalização como forma de incentivo à produtividade.

DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

Art. 2º Fica instituída a gratificação por produtividade a ser paga mensalmente aos fiscais que estejam em pleno exercício da função, nos meses de efetivo labor, observados os termos, condições e requisitos previstos na presente resolução.

Art. 3º A gratificação ora instituída será paga àqueles fiscais que, cumulativamente, tenham preenchido, no mês em análise, às condições previstas no Art. 4º, devendo cumprir a meta relativa ao número mínimo de diligências mensais, fixada anualmente pela Vice-Presidência de fiscalização. § 1º. A meta prevista no parágrafo anterior será inicialmente apurada conforme fórmula abaixo segue:

$MM = \frac{QDGT}{TMA}$
Onde:
MM = meta mensal;
QDGT = quantidade total anual das diligências estabelecidas no plano de trabalho;
TM = total de meses de atividades dos fiscais no exercício conforme meta estabelecida no plano de trabalho;

§ 2º. A meta prevista no parágrafo anterior poderá ser alterada, conforme necessidade, consoante ato discricionário da Administração em conformidade com as normas instituídas pelo CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.

Art. 4º São condições para o fiscal fazer jus ao benefício, cumulativamente: I - estejam, no mês em análise, em efetivo exercício da atividade de fiscalização externa ou on line, não compreendidos nesta situação aqueles que estejam em gozo de períodos de férias, licenças de qualquer natureza ou designados para realização de atividades administrativas internas; II - ter cumprido, rigorosamente, no mês em análise, 100% ou mais das metas e prioridades estabelecidas previamente pela Gerência de fiscalização, no que se refere à realização de diligências de rotina ou específicas e prestação de contas das atividades desenvolvidas, estabelecida inicialmente conforme o § 1º do Art.3º, observado o que dispõe o & 3º do art. 6º. III - ter trabalhado, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos dias úteis, no mês em análise; § 1º A aferição do preenchimento das condições previstas nos incisos I a III do Art. 4º será certificada através de emissão de Relatório Mensal de Acompanhamento de Diligências a ser emitido pela gerência de fiscalização e encaminhado ao setor de pessoal, até o quinto dia útil do mês subsequente, devidamente aprovado pela Gerência e pelo Vice-Presidente de fiscalização. § 2º As metas mensais relativas ao número mínimo de diligências serão fixadas, anualmente, pela Vice-presidência de fiscalização, mediante ato administrativo e em consonância com as metas anualmente fixadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, devendo a vice-presidência, através da gerência de fiscalização, dar ciência formal a todos os fiscais acerca das metas mensais instituídas. § 3º O não atendimento às condições prevista nos incisos I a III do artigo 4º, deverá ser devidamente justificado e comprovado, devendo tal justificativa ser apreciada por despacho fundamentado emitido pela gerência de fiscalização e pelo Vice-Presidente de fiscalização. § 4º O descumprimento da meta mensal, sem justificativa, compromete os resultados previstos no plano de trabalho da Autarquia, devendo o fiscal atentar-se para que tal fato não ocorra, posto que, tal ocorrência poderá ser caracterizada como infração disciplinar de fatos relacionados à violação de dever funcional, podendo o fiscal sofrer sanções administrativas estabelecidas na Resolução CRCBA nº 621/2019.

Art. 5º A gratificação de produtividade será calculada mensalmente com base no relatório de produtividade de cada fiscal, confrontada com a tabela de aferição das metas fiscais para pagamento de gratificação por produtividade (ANEXO I e II); Parágrafo único - A comprovação do alcance das metas mensais estabelecidas consistirá nos relatórios individuais apresentados, munidos dos comprovantes de execução das atividades de forma a possibilitar a quantificação de cada ação e consequente totalização, evidenciando o percentual alcançado frente a meta mensal estabelecida.

Art. 6º Para fins desta resolução, considera-se produtividade as diligências/agendamentos realizados e tramitados no prazo estabelecido pelas normas vigentes do Conselho Federal de Contabilidade e que sejam arquivados por motivos justificados ou conclusos até a lavratura do auto de infração. § 1º O procedimento fiscal será considerado concluído, para efeito de produtividade, a partir do momento da cientificação do diligenciado até a lavratura do auto de infração ou arquivamento do procedimento fiscal. § 2º O procedimento de diligência que, após iniciado pelo fiscal, for arquivado sem justo motivo, não será considerado na apuração mensal do alcance da meta estabelecida. § 3º Para fins de alcance da produtividade, poderá ocorrer pendência de, no máximo 10% (dez por cento) das diligências/agendamentos distribuídos, desde que justificado e comprovado através de ações pertinentes, às quais apenas serão consideradas, após análise da gerência e aprovação pela Vice-presidência de fiscalização.

Art. 7º O fiscal terá direito à gratificação de 15% incidentes sobre o salário base se alcançar a meta mensal estabelecida, relacionada às diligências realizadas em função do atendimento dos projetos de fiscalização, atendendo o que dispõe esta resolução.

Art. 8º Fatos ocorridos que não forem contemplados na presente Resolução, serão apresentados pela gerência de fiscalização à câmara de fiscalização, para análise e decisão e posterior homologação da Presidência.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor em 02 de janeiro de 2022, revogando as anteriores.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 644, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício de 2021 do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC nº 1.161 de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei nª 4.320/64, CONSIDERANDO a análise do orçamento do exercício de 2021, onde foi evidenciada a necessidade de proceder suplementação de dotações orçamentárias para atender em especial os projetos 5008 e 5009; CONSIDERANDO o efetivo excesso de arrecadação de Contribuições oriunda de anuidades de Profissionais e Organizações Contábeis da ordem de R$1.695.399,59(um milhão seiscentos e noventa e cinco mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos); CONSIDERANDO o parecer n.23 da Câmara de Controle Interno do CRCBA, datado de 08 de novembro de 2021, o qual aprova a suplementação no orçamento por excesso de arrecadação. resolve:

Art.1º. Abrir crédito adicional suplementar no valor de R$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) conforme demonstrado:

CONTA	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO VALOR R$
6.2.1.1.01.01.001	ANUIDADE-PROFISSIONAIS	550.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**550.000,00**

Art. 2º - Os recursos para cobertura deste crédito suplementar serão para as seguintes dotações com fonte de recursos proveniente de excesso de arrecadação:

CONTA	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO VALOR R$	PROJETO
6.3.2.1.03.01.002	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	300.000,00	5009
6.3.2.1.03.01.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	200.000,00	5009
6.3.1.3.02.01.022	DEMIAS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	50.000,00	5008
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**550.000,00**	

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor após homologação do CFC.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 646, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a Previsão de Recursos Orçamentários nas Contratações que ultrapassam o Exercício Financeiro.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a competência do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia em aprovar o seu plano de trabalho, o orçamento e suas respectivas modificações, as operações de crédito e a alienação de bens móveis, previstas no inciso XVIII do Art. 17 da Resolução CFC n.º 1.612/2021 e no inciso VII do Art. 28 da Resolução CRCBA n.º 564/2013; CONSIDERANDO a exigência do Art. 7º, § 2º, inciso III da Lei n.º 8.666/1993, e dos art. 105 e 150 da Lei nº 14.133/2021, de que, para a execução das obras e serviços, deve haver previsão de recursos orçamentários suficientes que assegurem o pagamento das obrigações; CONSIDERANDO que os Conselhos de Contabilidade não integram o orçamento da União e que, portanto, não estão contemplados na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA); CONSIDERANDO o Art. 167, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que veda a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; CONSIDERANDO o Art. 2º da Lei n.º 4.320/1964, o qual estatui que o orçamento anual deve obedecer ao princípio da Anualidade; CONSIDERANDO que alguns contratos podem ultrapassar a vigência anual dos respectivos créditos orçamentários e a sua execução integrará mais de um exercício financeiro, CONSIDERANDO que a Resolução CFC nº 1.510/2016 dispõe sobre a previsão de recursos orçamentários nas contratações que ultrapassam o exercício financeiro, resolve:

Art. 1º Os valores dos contratos serão previstos no orçamento anual de acordo com o cronograma de execução e Plano Anual de Contratação (PAC).

Art. 2º Os recursos para a cobertura dos contratos que ultrapassem o exercício financeiro serão assegurados na proposta orçamentária do exercício correspondente a sua execução.

Art. 3º As obras e serviços para serem licitados deverão observar as seguintes condições: I - Os contratos licitados com parcela de execução no exercício atual e finalizados no exercício subsequente: a) possuir previsão orçamentária no exercício financeiro em que se iniciou o processo licitatório e no exercício financeiro subsequente; b) a contratação deve estar prevista no Plano Anual de Contratação (PAC) dos exercícios atual e subsequente; c) Os contratos licitados no último trimestre do exercício atual, cuja execução ocorrerá no exercício financeiro subsequente; d) possuir previsão orçamentária no exercício financeiro subsequente; e) a contratação deve estar prevista no Plano Anual de Contratação (PAC) dos exercícios atual e subsequente; f) deverá constar no PAC do exercício atual o período de vinculação de recurso da execução em exercício subsequente, conforme plano de trabalho;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura. Aprovada na Reunião Plenária nº 14 (11ª Ordinária), realizada em 10 de novembro de 2021.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCBA Nº 647, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2022/2023.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO a proposta encaminhada pela Comissão de Tecnologia da Informação (CTI) deste Conselho, constituída pela Portaria CRCBA nº 026/2020. ONSIDERANDO a Instrução Normativa n.º 4, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Planejamento, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e determina que as contratações de TI devem ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI., resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2022/2023;

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF12/PE Nº 102, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12ª REGIÃO / PERNAMBUCO - CREF12/PE, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º Para efeito desta Resolução, as verbas indenizatórias são as seguintes: I. Diárias; II. Jeton; III. Verba de participação; IV. Auxílio Representação; V. Auxílio Deslocamento; e VI.Palestras.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se: I. Diária: indenização paga por afastamento da sede de trabalho, inclusive em missão oficial ou para fins de treinamento, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, estadual, municipal ou para o exterior, destinadas a indenizar as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção. II. Jeton: contraprestação pela presença de conselheiro em órgãos de deliberação coletiva, podendo ser concedido cumulativamente com diárias ou auxílio representação. III. Verba de participação: indenização devida aos Conselheiros e Convidados que participem em reuniões das Comissões do CREF12/PE.IV. Auxílio Representação: indenização destinada a cobertura de despesas relativas ao desempenho de atividades finalísticas e de interesse do conselho, a serem realizadas por conselheiros, funcionários ou colaboradores eventuais, dentro das dependências da entidade ou fora dela, porém, em local que não se gere direito ao recebimento de diária. V. Auxílio Deslocamento: verba indenizatória devida e adimplida ao Presidente, Tesoureiro e Diretores, que se deslocam à sede do CREF12/PE, para execução de atos de gestão e administrativos; VI. Equipe de trabalho: grupo de servidores ou empregados designados por ato do Presidente, para executar em campo qualquer tipo de atividade prevista no Regimento Interno, ou missão institucional específica do CREF12/PE. VII. Colaborador: pessoa física sem vínculo funcional com o CREF12/PE, mas vinculada à Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal. VIII. Colaborador eventual: pessoa física sem vínculo funcional com a Administração Pública. IX. beneficiário ou viajante: servidor, empregado, colaborador ou colaborador eventual, recebedor de passagens e/ou diárias concedidas pelo CREF12/PE. X. Região Metropolitana devidamente instituída: aquela que foi regulamentada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, contendo seus municípios integrantes. XI. Trajeto: caminho rodoviário regular entre dois ou mais municípios, efetivamente desenvolvidos pelo viajante, entre as localidades. XII. Transporte complementar: trem, ônibus ou serviço de aplicativo de viagens, entre dois municípios utilizados em complemento a trecho, necessário para se chegar ao destino final da viagem, onde se desenvolverá o serviço. XIII. Locomoção urbana: deslocamento realizado na região metropolitana utilizando-se de ônibus, trem urbano, táxi, metrô, bonde, barco, ferry boat, entre outros, e; XIV. Atestação de viagem: declaração, ou documento similar, que comprova que o beneficiário participou do evento objeto da viagem.

Art. 3º Os valores das diárias são os constantes do Anexo I desta Resolução, ficando o seu pagamento limitado a, no máximo, 10 (dez) diárias mensais aos Conselheiros; a, no máximo, 05 (cinco) diárias mensais aos Delegados; e para os funcionários a quantidade de diárias está limitada ao pagamento mensal que não exceda ao valor de 50% do salário do empregado.§ 1º Os valores das diárias serão concedidos à metade, nos seguintes casos: a) Sempre que o afastamento não exigir pernoite fora da sede; b) No dia de retorno à sede de origem; c) Quando fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem. § 2º As diárias não utilizadas pelo beneficiário deverão ser devolvidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de retorno a sede originária de serviço.

Art. 4º Nos deslocamentos dos empregados que no desempenho de suas funções realizam viagens de forma ordinária, em se tratando da equipe de fiscalização e/ou da equipe administrativa do CREF12/PE para ações planejadas ou emergenciais, ressalvando os municípios da Região Metropolitana e outros localizados no raio de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros da capital do Estado de Pernambuco, farão jus ao recebimento de Diárias, inclusive quando houver pernoite no local de destino, devendo ser autorizado pela Presidência.

Art. 5º As diárias serão concedidas pela Presidência do CREF12/PE ou a quem for por aquela delegada esta competência e serão pagas de uma só vez. Parágrafo único: Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, serão concedidas as diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada a prorrogação pela Presidência ou Gerência do CREF12/PE.

Art. 6º A pessoa que, eventualmente, deslocar-se para prestar serviços ao CREF12/PE, fará jus a diárias, na qualidade de colaborador ou colaborador eventual, desde que haja, neste caso, a correlação entre o objeto do deslocamento, a sua formação/especialização e as atividades a serem desenvolvidas.

Art. 7º Aplica-se o disposto nesta Resolução ao empregado e, no que couber, ao colaborador ou ao colaborador eventual, que acompanhar autoridade ou empregado com deficiência em deslocamento a serviço. § 1º. A concessão de diárias para o acompanhante a que se refere o caput serão autorizadas a partir do resultado de perícia que ateste a necessidade de acompanhante no deslocamento da autoridade ou do empregado. § 2º. O valor da diária do acompanhante será igual ao da diária do acompanhado. § 3º A autoridade ou o empregado com deficiência poderá indicar o seu acompanhante, fornecendo as informações necessárias ao trâmite das providências administrativas a serem tomadas, no caso de colaborador ou colaborador eventual.

Art. 8º Aos conselheiros efetivos e suplentes convocados para substituir o efetivo (em sua ausência) é devido o pagamento de jeton pela participação em órgãos de deliberação coletiva. § 1º. Consiste o jeton em verba de natureza indenizatória, transitória, circunstancial, que tem como objetivo exclusivo de retribuir pecuniariamente os conselheiros pela participação em órgãos de deliberação coletiva. § 2º. Para Reuniões não presenciais, os participantes farão jus a 50% (cinquenta por cento) do valor do jeton. § 3º. O pagamento de jetons deverá ser precedido de convocação com envio de pauta antecipadamente, sendo vedado ultrapassar o total de 04 (quatro) jetons/mês. § 4º. Para recebimento do jeton, o beneficiário deverá participar ao menos de 2/3 (dois terços) da Sessão Plenária ou Reunião Deliberativa de Diretoria, assinar lista de presença com o respectivo relatório de atividades e/ou ata da reunião correspondente. § 5º. Não haverá pagamento de jeton para reuniões de diretoria, quando estas forem realizadas concomitantemente com os períodos de sessões plenárias.

Art. 9º A Verba de Participação consiste na indenização devida aos Conselheiros e Convidados do CREF12/PE que participem de reunião das Comissões do CREF12/PE, convocada pelo Presidente do CREF12/PE, com o mínimo de 03 (três) horas de duração, limitado a 01 (um) auxílio/verba por dia e não podendo ultrapassar o total de 10 (dez) verbas de participação no mês.

Art. 10. O Auxílio Deslocamento é verba indenizatória devida e adimplida ao Presidente, Tesoureiro e Diretores, que se deslocam à sede do CREF12/PE, para execução de atos de gestão e administrativos, limitados ao número de vezes e ao valor constante no anexoI, por comparecimento ao Conselho. § 1º. Para o recebimento do Auxílio Deslocamento o Presidente, Tesoureiro e Diretores, deverão apresentar os documentos constantes em anexo devidamente preenchidos: I. Relatórios; II. Lista de Presença; III. Ata da Reunião; IV. Cópias dos documentos elaborados, quando houver.

Art. 11. Auxílio Representação é a indenização para cobertura de despesas relativas ao desempenho de atividades finalísticas e de interesse do conselho, dentro das dependências da entidade ou fora dela, em local que não se gere direito ao recebimento de diária, realizadas pelo Presidente, Conselheiro, Delegado, Representante e/ou colaborador eventual formalmente designado pelo CREF12/PE, limitado a 1 (um) auxílio por dia. § 1º. O Auxlíio Representação poderá decorrer de atividade político-representativa, a participação em congressos, seminários, conferências, palestras, reuniões, formaturas, encontros e demais eventos análogos, realizados fora das dependências do conselho, mas na Região Metropolitana. § 2º. Fica fixado o valor do Auxílio Representação em razão do cargo, emprego e função, ficando os eu pagamento limitado a, no máximo, 12 (doze) auxílios representação por mês ao Presidente; a, no máximo, 10 (dez) auxílios representação por mês, aos Conselheiros; e a, no máximo, 05 (cinco) auxílios representação por mês, aos Delegados, Representantes e/ou colaboradores eventuais. § 3º. O valor do auxílio de representação é o constante no Anexo I.

Art. 12. Todos os beneficiários dos valores estipulados nesta Resolução são obrigados a apresentar relatório de atividades, preferencialmente com registros fotográficos (sempre que possível), em até 05 (cinco) dias úteis após a finalização da tarefa/serviço para o qual foram designados, conforme formulário Resolução, exceto nos casos de reuniões da Diretoria, Presidência com setores administrativos e do Plenário. Parágrafo Único: A não apresentação do relatório de atividades no prazo previsto no caput deste artigo ensejará a suspensão do direito ao recebimento de diária(s) e demais pagamentos até o cumprimento da obrigação, estando o beneficiário sujeito às medidas administrativas e jurídicas cabíveis. Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 14. Revogam-se as disposições da Resolução CREF12/PE 095/2020.

ANEXO
INDENIZAÇÃO DE DIÁRIAS

Deslocamento no Estado de Pernambuco Deslocamento para fora do Estado de Pernambuco Presidente R$ 400,00 R$ 550,00 Conselheiros R$ 350,00 R$ 500,00 Empregados, Delegados, Representantes e/ou colaboradores eventuais R$ 275,00 R$ 400,00 Empregado cargo Nível Médio R$ 220,00R$ 350,00 AUXÍLIO DESLOCAMENTO CARGO QUANTIDADE MÊS VALOR UNITÁRIO (R$) Presidente 10 (dez) R$ 100,00 Tesoureiro 08 (oito) R$ 100,00Diretores 06 (seis)R$100,00AUXÍLIOREPRESENTAÇÃO Cargo, emprego e função VALOR UNITÁRIO (R$) Presidente R$ 200,00 Conselheiros R$ 160,00 Delegados, Representantes e/ou colaboradores eventuais R$ 80,00 DEMAIS VERBAS Jeton (Participação Presencial em Órgão de Deliberação Coletiva) R$ 200,00 ½ (Meio) Jeton(Reunião Virtual ou Participação Virtual em Reunião Presencial Órgão de Deliberação Coletiva) R$ 100,00 Verba de Participação de Conselheiros em Reuniões de Comissões R$ 100,00 ½ Verba de Participação (virtual) de Conselheiros em Reuniões de Comissões R$50,00 Verba de Participação de Convidados em Reuniões de Comissões R$ 80,00 ½ Verba de Participação (virtual) de Convidados em Reuniões de Comissões R$40,00. Esta Resolução encontra-se disponível, na íntegra, na página eletrônica do CREF12/PE, qual seja, www.cref12.org.br.

LÚCIO FRANCISCO ANTUNES BELTRÃO NETO

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2021

Institui nova Política Regional de REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA - REFIS no âmbito do CREF5, da Anuidade de 2022

O Plenário do Conselho Regional de Educação Física - CREF5, no uso das atribuições estatutárias, conforme o inciso II do art. 30, do Estatuto do CREF5/CE, CONSIDERANDO que as normas da Lei Federal nº 12.514/2011, em seu art. 6º, § 2º, atribuiu aos Conselhos a competência para estabelecer as regras de recuperação de créditos e isenções tributárias; CONSIDERANDO que a eficiência na arrecadação tributária decorre de maiores e melhores condições oferecidas ao contribuinte que deva se adequar aos custos da operação jurídica necessária para o executivo fiscal; CONSIDERANDO o atual estoque da dívida ativa decorrente de inadimplemento, por parte dos profissionais, de suas obrigações tributárias devidas ao Sistema CONFEF/CREFs; CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Educação Física é o órgão competente para a arrecadação no sistema CONFEF/CREFs; CONSIDERANDO a Resolução do CONFEF nº 411/2021 que Institui o IV Programa de Recuperação de Créditos no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas e dá outras providências; CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 e no inciso VI do artigo 61, ambos do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; CONSIDERANDO o disposto no inciso V do artigo 30 do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física - CREF5; CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavirus causador da COVID -19, caracteriza pandemia; CONSIDERANDO o Decreto Federal n. º 02/2020, que decreta o estado de calamidade em face da pandemia do coronavirus (covid19); CONSIDERANDO o decidido pelo Plenário do CREF5/CE em Sessão Ordinária, realizada no dia 20 de novembro de 2021. resolve:

Art. 1º O Conselho Regional de Educação Física da Quinta Região - CREF5, institui a presente Política Nacional de Refinanciamento de Débito Tributário - REFIS no âmbito do CREF5, cujos procedimentos administrativos deverão ser observados no disposto na presente Resolução.

Art. 2º O CREF5 divulgará, pelos meios que melhor alcancem os profissionais e as pessoas jurídicas, devidamente inscritas, a abertura do prazo para que o devedor de taxas, emolumentos, anuidades e multas, inscritas ou não na dívida ativa, possam requerer sua adesão ao Plano Regional de Refinanciamento, nos termos da presente Resolução.

Art.3º - É instituído o IV Programa de Recuperação de Créditos do CREF5, com vigência até 31 de dezembro de 2022, destinado a promover a regularização dos créditos decorrentes de débitos dos Profissionais de Educação Física e Pessoas Jurídicas registrados, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, decorrente de: I - anuidades vencidas até 31 de dezembro

de 2020; II - multas aplicadas; III - parcelamento anterior à vigência desta Resolução, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento e desde que não seja objeto de REFIS anteriores. § 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos débitos de anuidades referentes ao exercício de 2021 em diante. § 2º - À exceção do parcelamento das anuidades do ano em curso, a opção pelo IV Programa de Recuperação de Créditos, exclui a concessão de qualquer outra forma de parcelamento, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos para a modalidade desta Resolução, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo. § 3º - Nos casos em que houver penhora judicial efetiva ainda não convertida em renda ao Conselho, o parcelamento de que trata esta Resolução não poderá ocorrer, sob pena de afronta à proibição de renúncia fiscal. § 4º - Findo o prazo mencionado no caput deste artigo para o IV Programa de Recuperação de Créditos, as regras de parcelamento estipuladas nesta resolução perderão a eficácia.

Art. 4º - A adesão ao IV Programa de Recuperação de Créditos fica a critério do Conselho Regional de Educação Física, observados os ditames desta Resolução. Parágrafo único - O Conselho Regional de Educação Física -CREF5 fica autorizado a promover conciliações administrativas e judiciais nas condições estipuladas nesta Resolução.

Art. 5º - O ingresso no IV Programa de Recuperação de Créditos dar-se-á por opção escrita do Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica até o dia 31 de dezembro de 2022, sendo necessária a formalização de Termo Administrativo de Confissão e Negociação de Dívida, nos termos do Anexo I desta Resolução.

DOS PARCELAMENTOS - Seção I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PARCELAMENTOS

Art. 6º - Os débitos dos Profissionais de Educação Física e/ou das Pessoas Jurídicas registradas no Conselho Regional de Educação Física da Quinta Região - CREF5, observadas as condições de adesão ao Programa estabelecidas no artigo 1º desta Resolução, serão totalizados na data do requerimento e divididos pelo número de parcelas pactuadas entre as partes, respeitado o máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas, devendo cada parcela ter, no mínimo, o valor de R$ 100,00 (cem reais) para Profissionais de Educação Física e de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para Pessoas Jurídicas.

Art. 7º - A opção pelo IV Programa de Recuperação de Créditos, descrita no art. 3º desta Resolução, sujeita os Profissionais de Educação Física e/ou Pessoas Jurídicas a: I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes; II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas; IV - atualização anual do cadastro junto ao CREF5, mediante apresentação de cópia de comprovante de residência do mês corrente, declaração de endereço da instituição empregadora, telefones para contato e endereço eletrônico.

Art. 8º - O Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica optante pelo IV Programa de Recuperação de Créditos será dele excluído, mediante ato deste CREF5, em razão de inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou 04 (quatro) meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos créditos elencados no art. 1º desta Resolução. § 1º - No caso de exclusão do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica do IV Programa de Recuperação de Créditos, as parcelas não liquidadas dos créditos de que trata ao art. 1º desta Resolução retroagirão à data base do valor do débito, quando será efetuada a apuração do valor devido, acrescido com multa e juros legais até a data do pagamento. § 2º - As parcelas pagas com até trinta dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins do disposto no caput deste artigo. § 3º - Na hipótese da preexistência de Execução Fiscal a exclusão do IV Programa de Recuperação de Créditos acarretará no prosseguimento da medida judicial. § 4º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica.

Art. 9º - A certidão positiva com efeito de negativa, emitida durante a vigência do parcelamento pelo IV Programa de Recuperação de Créditos, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela, podendo o CREF revalidá-la, sucessivamente, durante o exercício, tudo conforme o modelo constante no Anexo II desta Resolução.

Seção II - DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS.

Art. 10º - A dívida existente em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica será discriminada por exercício e por débito, sendo após totalizada e tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no IV Programa de Recuperação de Créditos e poderá ser: I - parcelada até o número máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis preferencialmente no dia aprazado; II - reduzidos progressivamente os encargos moratórios de acordo com o número de parcelas na seguinte proporção:

Quantidade de Parcelas	Desconto Multa	Desconto Juros
ÚNICA	100%	100%
2 a 6	80%	80%
7 a 12	60%	60%
13 a 18	40%	40%
19 a 24	20%	20%

§ 1º - A totalização de que trata o caput deste artigo abrangerá todos os débitos descritos no art. 1º desta Resolução existentes em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 1º deste normativo. § 2º - Salvo negociação diversa com este CREF5, a primeira parcela será preferencialmente quitada no mesmo dia da assinatura do termo de adesão. § 3º - Após o vencimento incidirá sobre o valor da parcela multa de 2% (dois por cento), além do juro de mora de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia, acrescido de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - I.P.C.A.

Art.11º - Em relação aos débitos em fase de execução fiscal poderá haver transação (negociação) quando da realização de audiência de conciliação, quando o Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica e o CREF5 acordarão a melhor forma de solucionar a questão. § 1º - Na hipótese deste artigo, a critério do CREF5, fica autorizado o desconto sobre o valor da dívida na forma estabelecida pelo inciso II do caput do art. 8º desta Resolução. § 2º - Ao CREF5 caberá indicar representante legal responsável por firmar acordos e transacionar (negociar) nas audiências de conciliação. § 3º - Caso haja honorários de sucumbência, estes serão calculados sobre o valor fixado na negociação.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 12 - O CREF5 deverá envidar todos os esforços necessários para promover ampla divulgação do presente programa de regularização de débitos dos Profissionais de Educação Física e /ou das Pessoas Jurídicas.

Art. 13- A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREA CRISTINA DA SILVA BENEVIDES
Presidente do Consselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

DECISÃO COREN-AM Nº 105, DE

Aprova a 6ª Reformulação Orçamentária de despesas e receitas do Coren-AM para o exercício de 2021.

O Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas, no uso de sua competência consignada no art. 16, inciso XIII do Regimento Interno desta Autarquia e,
CONSIDERANDO a deliberação na 522ª Reunião Ordinária de Plenário do Coren-AM, em 25 de novembro de 2021;
CONSIDERANDO o disposto no art. 23, inciso XXI do Regimento Interno do Coren-AM;
CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 4º da Resolução Cofen nº 503/2016 e Resolução Cofen nº 340/2008;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar o orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, reformulando conforme as rubricas descritas abaixo;
CONSIDERANDO o teor exposto no PAD Coren-AM nº 406/2021;, decide:
Art. 1º APROVAR a 6ª Reformulação Orçamentária de despesas e receitas do Coren-AM para o exercício de 2021 conforme quadro abaixo:

DESPESAS A SUPLEMENTAR

RUBRICA	CONTA CONTÁBIL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	ORÇAMENTO EXECUTADO	SUPLEMENTO	SALDO FINAL
6.2.2.1.1.01.33.90.014.003	Vencimentos e Salários	R$ 982.996,33	R$ 812.179,27	R$ 82.000,00	R$1.064.996,33
6.2.2.1.1.01.33.90.014.004	Gratificação Por Exercício de Cargos e Funções	R$ 86.644,37	R$ 68.656,98	R$ 12.204,07	R$ 98.848,44
6.2.2.1.1.01.33.90.014.005	INSS Patronal - Contribuições Previdenciárias	R$ 240.732,06	R$ 187.223,53	R$ 7.202,62	R$ 247.934,68
6.2.2.1.1.01.33.90.033.001	Auxílio Saúde dos Servidores	R$ 29.000,00	R$ 21.950,38	R$ 1.971,98	R$ 30.971,98
6.2.2.1.1.01.33.90.033.100	Auxílio Transporte	R$ 5.677,20	R$ 4.333,40	R$ 24,20	R$ 5.701,40
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.001	Transferência para o COFEN - Cota-Parte (1/4)	R$ 2.125.000,00	R$ 2.125.000,00	R$ 250.000,00	R$ 2.375.000,00
6.2.2.1.1.02.44.90.052.005	Diárias - Colaboradores Eventuais	R$ 40.000,00	R$ 31.140,00	R$ 864,00	R$ 40.864,00
6.2.2.1.1.01.33.90.030.006	Diárias a Conselheiros	R$ 80.600,00	R$ 70.515,00	R$ 6.000,00	R$ 86.600,00
6.2.2.1.1.01.31.90.011.001	Diárias Servidores	R$ 43.734,63	R$ 42.516,00	R$ 20.212,44	R$ 63.947,07
	Passagens Aéreas	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	R$ 40.000,00
TOTAL DE DESPESAS PARA SUPLEMENTAÇÃO	Remuneração de Serviços Pessoais - PF	R$ 0,00	R$ -	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
	Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	R$ 131.725,81	R$ 113.260,33	R$ 10.535,22	R$ 142.261,03
DESPESAS A SUPRIMIR	Serviços Bancários	R$ 114.965,03	R$ 105.000,00	R$ 10.000,00	R$ 124.965,03
RUBRICA	Auxílio Representação Conselheiros	R$ 400.756,67	R$ 325.495,64	R$ 35.000,00	R$ 435.756,67
6.2.2.1.1.01.33.90.030.044	Jetons e Gratificações a Conselheiros	R$ 65.000,00	R$ 55.951,60	R$ 12.651,22	R$ 77.651,22
6.2.2.1.1.01.33.90.030.011		R$ 470.165,75			
6.2.2.1.1.01.33.90.032.006					

6.2.2.1.1.01.33.90.030.008	CONTA CONTÁBIL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	ORÇAMENTO EXECUTADO	SUPRESSÃO	SALDO FINAL
6.2.2.1.1.01.33.90.030.016	Passagens Servidores	R$ 78.937,89	R$ 58.954,69	R$ 19.983,20	R$ 58.954,69
6.2.2.1.1.01.33.90.030.015	Outras Indenizações Trabalhistas	R$ 15.000,00	R$ 14.039,99	R$ 960,01	R$ 14.039,99
6.2.2.1.1.01.33.90.039.001	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$ 63.670,90	R$ 18.224,06	R$ 40.669,20	R$ 23.001,70
6.2.2.1.1.01.33.90.031.001	Material Farmacológico	R$ 5.000,00	R$ 1.744,97	R$ 1.755,03	R$ 3.244,97
6.2.2.1.1.01.33.90.093.001.005.001	Material de Expediente	R$ 40.000,00	R$ 19.414,23	R$ 10.000,00	R$ 30.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.033.005	Material de Copa e Cozinha	R$ 15.863,20	R$ 14.437,00	R$ 800,00	R$ 15.063,20
6.2.2.1.1.01.33.90.030.012	Material de Limpeza e Prod. de Higienização	R$ 5.000,00	R$ 3.116,82	R$ 700,00	R$ 4.300,00
6.2.2.1.1.01.33.90.033.002	Material p/ Manutenção de Bens Imóveis / instalações	R$ 3.000,00	R$ -	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
6.2.2.1.1.01.31.90.011.014	Material Elétrico e Eletrônico	R$ 1.068,13	R$ 932,95	R$ 135,18	R$ 932,95
6.2.2.1.1.01.31.90.011.022	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	R$ 57.474,00	R$ 19.335,00	R$ 18.139,00	R$ 39.335,00
TOTAL DE DESPESAS PARA SUPRIMIR	Passagens Rodoviárias	R$ 20.000,00	R$ 5.000,00	R$ 15.000,00	R$ 5.000,00
	Locação de Veículos para Transporte de Passageiros e Bagagens	R$ 42.000,00	R$ 41.745,00	R$ 255,00	R$ 41.745,00
RECEITAS A SUPRIMIR	Passagens Conselheiros	R$ 139.349,31	R$ 84.712,73	R$ 54.636,58	R$ 84.712,73
	Passagens Colaboradores	R$ 72.813,02	R$ 16.439,76	R$ 56.373,26	R$ 16.439,76
RUBRICA	Passagens Fluviais	R$ 10.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
6.2.1.2.1.06.01.01	Correspondência e Cobrança	R$ 150.000,00	R$ 84.296,05	R$ 15.974,04	R$ 134.025,96
6.2.1.2.1.09.04.01.003	Propaganda e Publicidade	R$ 404.111,43	R$ 104.111,43	R$ 200.000,00	R$ 204.111,43
6.2.1.2.1.09.04.01.004	Intermediação de Estágios	R$ 6.965,00	R$ 4.090,00	R$ 2.875,00	R$ 4.090,00
	Locação de Bens Imóveis	R$ 276.000,00	R$ 206.949,60	R$ 67,20	R$ 275.932,80
	Palestras, Cursos e Capacitação	R$ 18.000,00	R$ 16.000,00	R$ 2.000,00	R$ 16.000,00
RECEITAS A SUPLEMENTAR	Seguros em Geral	R$ 5.986,11	R$ 1.699,28	R$ 4.286,83	R$ 1.699,28
RUBRICA	Serviços Médico-Hospitalar, Odontol. e Laboratoriais	R$ 52.639,83	R$ 44.639,83	R$ 8.000,00	R$ 44.639,83
6.2.1.2.1.02.03.01.002.001	Taxa de Condomínio	R$ 3.500,00	R$ 3.000,00	R$ 500,00	R$ 3.000,00
6.2.1.2.1.07.08.01	Serviços de Computação em Nuvem	R$ 5.200,00	R$ -	R$ 5.200,00	R$ -
6.2.1.2.1.09.04.01.005	Ressarcimento de Anuidades do Exercício	R$ 4.000,00	R$ 557,40	R$ 1.356,22	R$ 2.643,78
	Demais Indenizações e Restituições	R$ 10.000,00	R$ 4.410,94	R$ 1.107,15	R$ 8.892,85
DESPESAS A SUPLEMENTAR	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto (Aparelhos e Equipamentos	R$ 5.000,00	R$ 2.107,15	R$ 2.892,85	R$ 2.107,15

RUBRICA	R$ 470.165,75	Verificação
6.2.2.1.1.01.33.90.014.003		

6.2.2.1.1.01.33.90.014.004	CONTA CONTÁBIL	PREVISÃO DE RECEITAS REALIZAR	ORÇAMENTO EXECUTADO	REDUZIR
6.2.2.1.1.01.33.90.014.005	Programa de Eventos Especiais	R$ 44.821,68	R$ 0,00	R$ 44.821,68
6.2.2.1.1.01.33.90.033.001	Edifícios e Salas	R$ 400.000,00	R$ 0,00	R$ 400.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.033.100	Taxa de Inscrição - Pessoas Jurídicas	R$ 35.067,92	R$ 2.000,00	R$ 30.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.001	Total Receitas a suprimir			R$ 474.821,68

6.2.2.1.1.02.44.90.052.005

6.2.2.1.1.01.33.90.030.006

6.2.2.1.1.01.31.90.011.001	CONTA CONTÁBIL	PREVISÃO DE RECEITAS REALIZAR	ORÇAMENTO EXECUTADO	SUPLEMENTO
	Anuidades de Exercícios Anteriores - PF - Principal	R$ 1.456.336,60	R$ 1.487.020,28	R$ 60.000,00
TOTAL DE DESPESAS PARA SUPLEMENTAÇÃO	Multa e Juros s/ Anuidades do Exercício - PJ	R$ -	R$ 197,43	R$ 1.000,00
	Alteração de Responsabilidade Técnica - Pessoas Jurídicas	R$ 15.000,00	R$ 24.070,30	R$ 15.000,00
DESPESAS A SUPRIMIR	Transferência de Inscrição	R$ 4.000,00	R$ 11.808,41	R$ 25.000,00
RUBRICA	Indenizações e Restituições de Diárias	R$ -	R$ 900,00	R$ 1.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.030.044	Outras Indenizações e Restituições	R$ 5.000,00	R$ 6.959,81	R$ 2.500,00
6.2.2.1.1.01.33.90.030.011	Multas de Mora da Dívida Ativa de Pessoas Físicas	R$ 10.120,00	R$ 9.377,86	R$ 2.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.032.006	Juros de Mora da Dívida Ativa de Pessoas Físicas	R$ 190.682,00	R$ 232.431,04	R$ 100.321,68
6.2.2.1.1.01.33.90.030.008	Dívida Ativa Pessoa Física - Principal	R$ 350.000,00	R$ 446.994,78	R$ 268.000,00
6.2.2.1.1.01.33.90.030.016	Total Receitas a suplementar			R$ 474.821,68

Art. 2º A aprovação que se refere o art. 1º altera os valores das rubricas referentes a receitas e despesas correntes e de capital, o que não ensejará o aumento do valor global do orçamento previsto para 2021, no valor de R$ 9.760.984,42 (nove milhões setecentos e sessenta mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial. Manaus, 29 de novembro de 2021.

SANDRO ANDRÉ DA SILVA PINTO
Presidente do Conselho

ANDRÉIA PEDROSA DA SILVA
Conselheira Tesoureira

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 88, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a regulamentação do processo de concessão de Bolsas de Graduação e Pós-Graduação no âmbito do CREFITO-11.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO - CREFITO-11, no uso de suas atribuições regimentais contidas na Lei n° 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

Considerando o teor da Lei nº 13.726/2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;

Considerando o teor do Decreto nº 2.794/1988, que institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando o teor do Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para cumprimento das recomendações dos órgãos de controle;

Considerando a Resolução nº 01, de 07 de julho de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno do CREFITO 11;

Considerando o teor do Acórdão 1925/2019 - TCU - Plenário, que autoriza a concessão de bolsas de estudo, para conselheiros e empregados dos conselhos de fiscalização, de modo a demonstrar o alinhamento à política de capacitação interna, mediante processo seletivo prévio, observados os princípios da isonomia, da impessoalidade, da publicidade e da moralidade;

Considerando a aprovação, pelo Plenário do CREFITO-11, em mapa de previsão de compras de 2021, a concessão de Bolsa de Graduação e Pós-Graduação mediante requisição efetuada por Colaboradores e/ou Conselheiros para o Programa de Educação continuada no âmbito do CREFITO-11;

Considerando a dotação orçamentaria disponível para o ano de 2021, resolve:

Art. 1º - Regulamentar a concessão de bolsas de Graduação e Pós-Graduação através de requisição assentada por empregados e/ou Conselheiros para o Programa de Educação continuada no âmbito do CREFITO 11 em conformidade com reunião plenária, que aprovou mapa de compras de 2021.

Art. 2º - Para os empregados deste CREFITO-11, serão disponibilizadas até 10 (dez) Bolsas de Estudo por ano, de acordo com os critérios contidos neste instrumento e observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º - Para que possa concorrer à bolsa de estudos, o empregado deverá ter, no mínimo, 12 (doze) meses ininterruptos de vínculo com o CREFITO-11 na data do requerimento.

Art. 4º - Caso haja interesse em concorrer à bolsa de estudos, o empresado público deverá fazer requisição, realizada através de preenchimento de requerimento próprio, em formato especificado no anexo 01.

Art. 5º - A referida requisição deve conter a exposição de motivos para o pleito e a compatibilidade com o cargo e/ou função ocupada, devendo ser direcionado ao chefe do departamento para a devida análise primária.

Art. 6º - Havendo aprovação fundamentada pela chefia do setor, o requerimento deverá ser direcionado à Coordenação-Geral para avaliação de conveniência e oportunidade na concessão da bolsa.

Art. 7º - No caso de indisponibilidade financeira a bolsa será concedida, com prioridade, aos empregados públicos que não possuírem nenhum tipo de graduação ou pós-graduação.

Art. 9º - O candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de sua ciência da aprovação da bolsa, mediante apresentação de justificativa, para apresentar à Coordenação-Geral, o comprovante de matrícula no curso para o qual foi aprovada a concessão do benefício.

Art. 10º - Concedida a bolsa, o empregado público beneficiado com a bolsa de estudos deve cumprir as atividades do curso escolhido, com desempenho e aprovação em todas as matérias, sob pena de ressarcimento do valor integral da bolsa.

Art. 11º - Após o término do curso, o empregado público beneficiado deverá permanecer na autarquia por, no mínimo, o mesmo período de duração do curso, sob pena de ressarcimento do valor integral da bolsa.

Parágrafo Único. Caso o empregado público seja desligado por iniciativa da autarquia, estará isento da responsabilidade de ressarcimento, sendo que o pagamento do benefício é interrompido imediatamente.

Art. 12 - Para os conselheiros (efetivos e suplentes) deste CREFITO-11, serão disponibilizadas até 05 (cinco) Bolsas de Estudo por ano, de acordo com os critérios contidos neste instrumento e observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 13 - Para que possa concorrer à bolsa de estudos, o conselheiro deverá demonstrar estar em pleno exercício do mandato na data do requerimento.

Art. 14 - Caso haja interesse em concorrer à bolsa de estudos, o conselheiro deverá fazer requisição, realizada através de preenchimento de requerimento próprio, seguindo os mesmos trâmites previstos nos artigos 5º ao 10 desta Portaria.

Art. 15 - Após o término do curso, o conselheiro deverá permanecer na autarquia até o fim do mandato da chapa, sob pena de ressarcimento do valor integral da bolsa.

Art. 16º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

SERGIO GOMES DE ANDRADE

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREFITO-2 Nº 79, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Aprova o orçamento-programa do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - Crefito-2, para o exercício de 2022

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO - CREFITO-2, tendo em vista o que determina o Artigo 7º e Incisos da Lei Federal n° 6.316, de 17 de dezembro de 1975 e a Resolução COFFITO nº 182, Artigo 8º, Incisos X e XI e Artigo 46, Inciso I, nos termos do deliberado na 482ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada em 29 de novembro de 2021.

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preceitua o artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que a administração pública, sob todos os níveis, deve, de forma precípua, acompanhar os seus gestores, inclusive, observando o princípio da eficiência e economicidade, e, por fim assegurar a perfeita aplicação dos recursos disponíveis;

Considerando o Relatório Contábil e a necessidade de aprovação do Orçamento Programa do CREFITO-2, contendo o resumo das Receitas e Despesas previstas para o exercício de 2022, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Orçamento-Programa para o exercício de 2022 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região - CREFITO-2, cujo resumo está consignado no ANEXO I, integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

IVAN SERGIO CARDOZO DE JESUS
Contador

LEONARDO LUIZ SIQUEIRA DA FONSECA
Diretor Tesoureiro

WILEN HEIL E SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO I

RESUMO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO CREFITO-2 PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

CREFITO- 2	RECEITA	DESPESA
Receitas **e Despesas Correntes**	25.324.636,80	26.007.400,00
Receitas e **Despesas de Capital**	4.850.000,00	**4.167.236,80**
SUBTOTAL	30.174.636,80	30.174.636,80
Superávit	0,00	0,00
TOTAL	30.174.636,80	30.174.636,80

RESOLUÇÃO CREFITO-2 Nº 81, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Adequar a Decisão nº 03/92 que trata da utilização do título de Doutor(a) pelos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO - CREFITO-2, em conformidade com a competência prevista no inciso II, do art. 44, da Resolução COFFITO 6, tendo em vista a deliberação do Colegiado na 482ª Reunião Plenária Ordinária, de 29 de novembro de 2021, e:

CONSIDERANDO o teor da Decisão nº 03 de 10 de fevereiro de 1992, onde a Diretoria do Crefito-2, RECOMENDOU aos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais a "utilização do título de DOUTOR";

CONSIDERANDO a não existência do direito positivo brasileiro, consubstanciado na Lei nº 5540, de 28.01.68, e no Decreto-Lei nº 465, de 10 de fevereiro de 1965, de preceito legais disciplinado e concessão do título de Doutor(a);

CONSIDERANDO que o uso do título tem por fundamento procedimento isonômico, sendo, em realidade, a confirmação da autoridade científica profissional perante o paciente;

CONSIDERANDO que o título de Doutor(a) tem por fundamento praxe jurídica do direito consuetudinário, sendo de uso tradicionalmente entre os profissionais de nível superior;

CONSIDERANDO que a praxe jurídica, fundamentada nos costumes e tradições brasileiras, tão bem definidas nos dicionários pátrios, assegura a todos diplomados por cursos de nível superior, o legítimo direito do uso do título de Doutor(a);

CONSIDERANDO que a não utilização do título de Doutor(a) leva a sociedade e mais especificamente a clientela a que se destina atendimento da prática terapêutica, pelo profissional da área, a pressupor subalternidade, inadmissível e inconcebível, em se tratando de profissional de nível superior;

CONSIDERANDO que deve ser mantida isonomia entre os componentes da Equipe de Saúde e que o título de Doutor(a) é um complemento, um "plus" a mais, a afirmação de um legítimo direito conquistado nível de aprofundamento em uma prática terapêutica, com bastante fundamentação científica, decide:

Art. 1º - Recomendar que os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, na sua atuação profissional, usem o título de Doutor(a), por se tratar de um direito legítimo e incontestável.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE FLÁVIO CARVALHO DE BOTELHO LIMA
Diretora-Secretária

WILEN HEIL E SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CREFITO-2 Nº 82, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a alteração do Anexo I da RESOLUÇÃO CREFITO-2 Nº 66, DE 9 DE JANEIRO DE 2020

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região (CREFITO-2), no exercício de suas atribuições legais, em sua 482ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 30 de novembro de 2021, em sua sede, localizada na Rua Félix da Cunha, 41 Tijuca - Rio de Janeiro - RJ.

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira afeita a cada uma das Autarquias Regionais que compõem o Sistema COFFITO-CREFITO;

CONSIDERANDO o dever do CREFITO-2, enquanto Autarquia Federal, de prestar contas dos recursos públicos que administra ao Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos das normas previstas pelo artigo 70, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que o exercício de mandatos de Conselheiros do CREFITO-2ª tenha caráter de relevância social, como o disposto no artigo 19 da Lei nº 6.316 de 17.12.1975;

CONSIDERANDO as funções executivas e de representação que a Diretoria deve desempenhar para a administração da Autarquia e para o cumprimento das deliberações normativas e decisórias afeitas ao Plenário do CREFITO-2;CONSIDERANDO a Resolução-COFFITO n.º 01, de 11 de dezembro de 1977, que criou o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região;

CONSIDERANDO o art. 7º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

CONSIDERANDO a Resolução COFFITO Nº 540, que regulou a atualizaçãodos índices inflacionários, onde adoutou-se valores abaixo de todos os índices oficiais em homenagem aos princípios da economicidade e eficiência admonistrativa, resolve:

Artigo 1º - Alterar o Anexo I da Resolução Crefito-2 nº 66, de 09/01/2020.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE FLÁVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Diretora-Secretária

WILEN HEIL E SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO I

DIÁRIAS (VALORES EM REAIS):

COM PERNOITE		
	Presidentes, Diretores, Conselheiros	**Colaboradores (empregados e colaboradores eventuais**
ESTADO - SEDE DO CONSELHO (outro município)	R$ 665,00	R$ 551,95
OUTRAS UNIDADES FEDERATIVAS(outro Estado)	R$ 950,00	R$ 788,50
SEM PERNOITE		
	Presidentes, Diretores, Conselheiros	**Colaboradores (empregados e colaboradores eventuais**
ESTADO - SEDE DO CONSELHO (outro município)	R$ 608,00	R$ 504,64
OUTRAS UNIDADES FEDERATIVAS(outro Estado)	R$ 800,00	R$ 664,00

AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO (VALORES EM REAIS):

Presidentes, Diretores, Conselheiros	**Colaboradores Eventuais**
R$ 690,00	R$ 450,00

JETON (VALORES EM REAIS)

JETON	CONSELHEIROS	PRESIDENTE - 50%
	R$ 950,00	R$ 1425,00



Conselho Federal de Farmácia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CÉDULA DE IDENTIDADE



Nome DRª
ROBERTA CRISTINA ARAGAO DOS SANTOS

Filiação
CLEIDE OLIVEIRA ARAGAO

Data de nascimento
26/10/1988

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
DIAMANTE DO NORTE

Categoria
FARMACÊUTICO

Data de expedição
25/04/2014

Registro CRF
27104/CRF-PR

CPF
066.442.809-60

Assinatura

D e c l a r a ç ã o

DECLARO, para fins de comprovação de anotação de resposabilidade técnica, que o(a)

ROBERTA CRISTINA ARAGAO DOS SANTOS

Nacionalidade Brasileira, CPF - 066.442.809-60 RG N. 97636028 SSP-PR, encontra-se inscrito(a) neste CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ CRF-PR, no Quadro de Farmacêuticos, sob o número de Inscrição Definitiva 27104, em conformidade com o artigo 13 da Lei 3.820/60, e possui responsabilidade técnica pela(s) seguinte(s) empresa(s):

CNPJ	Estabelecimento	Endereço	Entrada	Saída
37.714.493/0001-31	FARMAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	AVENIDA BANDEIRANTES SALA 1 VILA IPIRANGA LONDRINA-PR	17/06/2021	Até a presente data.
61.585.865/2754-10	RAIA DROGASIL S/A FL 1313	AVENIDA ARTHUR THOMAS QUADRA 15 LOTE20 RODOCENTRO LONDRINA-PR	21/01/2022	Até a presente data.

Por ser verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO, a fim de que surta seus efeitos.

IMPORTANTE: A presente Declaração NÃO substitui a CERTIDÃO DE REGULARIDADE da(s) empresa(s) aqui listada(s), visto que apenas comprova vínculo do profissional, mas NÃO certifica a regularidade do estabelecimento.

Curitiba, 11 de Outubro de 2022.

Farm. MARCIO AUGUSTO ANTONIASSI
Presidente CRF-PR

Leia o QRCode ao lado para validar o documento ou acesso o endereço
https://crfemcasa.crf-pr.org.br/crf-em-casa/consulta/impressoes/inicial.jsf e digite o Código de Autenticação
Código de Autenticação: C346-6264-00F2-BF83

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**37.714.493/0001-31**
Razão Social:	**FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
Nome Fantasia:	**DISTRIBUIDORA FARMAMED**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **25/04/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**26/07/2023**
FGTS	Validade:	**05/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**30/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**01/05/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	37714493000131
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	64242161972
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:37) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 642.421.619-72.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.77F9.73AD.4665 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **SHEILA RODRIGUES SAMPAIO**

CPF/CNPJ: **642.421.619-72**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:37:57 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: Z7A4160223153757

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **SHEILA RODRIGUES SAMPAIO**

CPF: **642.421.619-72**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:38:13 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: 5DLU160223153813

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:37:36

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **37.714.493/0001-31**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 64242161972

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 19 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, nascida em 09/02/1967, empresária, CPF n.º 488.351.100-68, carteira de identidade n.º 8043627945, expedida pela SSP-RS, residente e domiciliada à Rua Flores da Cunha, nº 1025, Bairro Centro, na cidade de Encantado/RS, CEP 95960-000, e

PATRICIA CANDIDO FRANCO ROSOLEN, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 21/02/1972, empresária, CPF nº. 115.723.058-00, carteira de identidade nº. 231912365, expedida pela SSP-SP, residente e domiciliada à Rua Maria Pereira da Conceição, nº 95, quadra 7, lote 3, Bairro Jardim Residencial Santa Helena, Leme/SP, CEP 13612-102,

únicas sócias componentes da sociedade limitada que tem como nome empresarial **CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** com endereço à Rua Severino Augusto Pretto, n.º 560, Bairro Santo Antão, na cidade de Encantado/RS, CEP 95960-000, inscrita no CNPJ sob n.º 05.782.733/0001-49, com contrato social arquivado na JUCISRS sob NIRE n.º 43205132010 em 28/07/2003, e com posteriores alterações contratuais sendo a última a de n° 18, arquivada na JUCISRS sob n.º 8380691 em 04/08/2022, têm entre si, justo e combinado, alterar e consolidar o contrato social da sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Cláusula única: É aberta a filial nº 04, que terá sede e endereço à Avenida Independencia, nº 1183, sala 1307, Bairro Independencia, Porto Alegre/RS, CEP 90035-077, com a atividade de comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

II) CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

Cláusula 1.ª - A sociedade tem como nome empresarial **CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Cláusula 2.ª - As atividades da sociedade (matriz) são: como atividade principal, o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, e como atividades secundárias, o comércio atacadista: de cosméticos e produtos de perfumaria, de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, de produtos de higiene pessoal, de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com ou sem atividade de fracionamento e acondicionamento associada, de produtos odontológicos, de próteses e artigos de ortopedia, especializado em outros produtos alimentícios, o comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios, de produtos farmacêuticos homeopáticos, de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, o transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças, o

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

depósito de mercadorias para terceiros, e a participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

Cláusula 3.ª - A sociedade (matriz) tem como endereço à Rua Severino Augusto Pretto, nº. 560, Bairro Santo Antão, na cidade de Encantado/RS, CEP 95960-000.

Cláusula 4.ª - A filial nº 01 da sociedade localiza-se à Rua Antonio Dellai, nº 670, Bairro Vila Santucci, Leme/SP, CEP 13614-165, e está inscrita no CNPJ sob o n° 05.782.733/0002-20 e NIRE JUCESP nº 35904353248.
Parágrafo único: A filial nº 01 tem o mesmo objeto social da matriz, ou seja, como atividade principal, o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, e como atividades secundárias, o comércio atacadista: de cosméticos e produtos de perfumaria, de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, de produtos de higiene pessoal, de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com ou sem atividade de fracionamento e acondicionamento associada, de produtos odontológicos, de próteses e artigos de ortopedia, especializado em outros produtos alimentícios, o comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios, de produtos farmacêuticos homeopáticos, de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, o transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças, o depósito de mercadorias para terceiros, e a participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

Cláusula 5.ª – A filial nº 02 localiza-se à Rua dos Cisnes, nº 235, Bairro Pedra Branca, na cidade de Palhoça/SC, CEP 88137-300 e está inscrita no CNPJ sob nº 05.782.733/0003-00 e NIRE JUCESC nº 42901245008.
Parágrafo único: A filial nº 02 tem no objeto social, como atividade principal, o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, e como atividades secundárias, o comércio atacadista: de cosméticos e produtos de perfumaria, de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, de produtos de higiene pessoal, de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, de produtos odontológicos, de próteses e artigos de ortopedia, especializado em outros produtos alimentícios, comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios, de produtos farmacêuticos homeopáticos, de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças, o depósito de mercadorias para terceiros, participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

Cláusula 6ª – A filial nº 03 localiza-se à Rua Samuel Meira Brasil,nº 394, sala 33, Bairro Taquara II, cidade de Serra/ES, CEP 29167-650 e está inscrita no CNPJ sob nº 05.782.733/0004-91 e NIRE JUCEES nº 32900753613.
Parágrafo único: A filial nº 03 tem no objeto social, como atividade principal, o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, e como atividades secundárias, o comércio atacadista: de cosméticos e produtos de perfumaria, de instrumentos e

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, de produtos de higiene pessoal, de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com ou sem atividade de fracionamento e acondicionamento associada, de produtos odontológicos, de próteses e artigos de ortopedia, especializado em outros produtos alimentícios, comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios, de produtos farmacêuticos homeopáticos, de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças, o depósito de mercadorias para terceiros, participação como quotista ou acionista em outras sociedades.

Cláusula 7ª – A filial nº 04 localiza-se à Avenida Independencia, nº 1183, sala 1307, Bairro Independencia, Porto Alegre/RS, CEP 90035-077, com a atividade de comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

Cláusula 8ª - O capital social de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, está distribuído entre os sócios da seguinte forma:

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	**2.940.000 QUOTAS**	**R$ 2.940.000,00**	**98%**
PATRICIA CANDIDO FRANCO ROSOLEN	**60.000 QUOTAS**	**R$ 60.000,00**	**2%**
TOTAL	**3.000.000 QUOTAS**	**R$ 3.000.000,00**	**100%**

Cláusula 9.ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 10.ª - As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 11.ª - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Cláusula 12.ª - A administração da sociedade cabe a sócia RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, com poderes e atribuições de representar a sociedade em todos os seus negócios, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros, quaisquer repartições e órgão públicos, federais, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, estando autorizada a fazer uso do nome empresarial, nomear procuradores, inclusive onerar ou alienar (dar em garantia) bens imóveis da sociedade, sem a necessidade de autorização do(s) outro(s) sócio(s). A sócia, no exercício da administração, não poderá realizar atividades estranhas ao interesse social previsto neste contrato, bem como assumir obrigações, seja em favor de qualquer sócio cotista ou de terceiros.

Cláusula 13.ª - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, e ao término da cada exercício, os administradores prestarão contas

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

justificadas de sua administração, com elaboração do inventário e dos balanços patrimonial e de resultado econômico.
Parágrafo primeiro: A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada para este fim, a respeito da distribuição dos resultados, que terá o destino que os sócios houverem por bem determinar, respeitada a proporção de suas quotas no capital social.
Parágrafo segundo: Caso os sócios entenderem que a distribuição dos resultados não deva ser proporcional a participação de suas quotas no capital social, poderão optar pela distribuição desproporcional.
Parágrafo terceiro: A critério dos sócios poderá haver distribuição antecipada de lucros, a qualquer tempo.

Cláusula 14.ª - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, isto é, até 30 de abril, os sócios deliberarão, em reunião, sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico e designarão administradores, quando for o caso.
Parágrafo primeiro: A reunião ocorrerá através de convocação 8 (oito) dias de antecedência, por carta com comprovação de seu recebimento, onde haverá a designação do dia, hora, local e ordem do dia. Comprovado o recebimento, bem como o ciente de todos os sócios, ficarão dispensadas as formalidades de convocação previstas no § 3.º do Art. 1152 do Código Civil/2002.
Parágrafo segundo: Fica dispensada a reunião quando todos os sócios assinarem documento escrito contendo os respectivos votos e manifestações sobre assuntos levados a deliberação.
Parágrafo terceiro: Devidamente convocados, as deliberações tomadas vinculam todos os sócios, inclusive o sócio ausente ou dissidente.

Cláusula 15.ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 16.ª - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore" para aqueles que exercerem atividades na empresa, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 17.ª - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo primeiro: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.
Parágrafo segundo: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.
Parágrafo terceiro: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Cláusula 18.ª - Cabe ao sócio que desejar ceder suas cotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao remanescente, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo a este o direito de preferência na aquisição das mesmas.
Parágrafo único: Se o sócio remanescente não usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua cota a terceiros.

Cláusula 19.ª - A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula 20.ª - Os casos omissos serão tratados de acordo com o Livro ll da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e pela legislação complementar que se aplicar ao caso.

Cláusula 21.ª - Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado/RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por se acharem em perfeito acordo, assinam o presente instrumento.

Encantado/RS, 23 de setembro de 2022.

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO. **PATRICIA CANDIDO FRANCO ROSOLEN.**

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/327.572-7	RSP2200687056	27/09/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
115.723.058-00	PATRICIA CANDIDO FRANCO ROSOLEN	27/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do [illegible] Selo Ouro - Certificado Digital		
488.351.100-68	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	27/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do [illegible] Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 22/327.572-7 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8449583 em 03/10/2022 da empresa 4320513201-0 CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
4390216885-7	AVENIDA INDEPENDENCIA 1183 SALA 1307 - BAIRRO INDEPENDENCIA CEP 90035-077 - PORTO ALEGRE/RS

3 de out de 2022

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, de CNPJ 05.782.733/0001-49 e protocolado sob o número 22/327.572-7 em 27/09/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8449583, em 03/10/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Carmen Lucia dos Santos Spiercart.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
488.351.100-68	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	27/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
488.351.100-68	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	27/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		
115.723.058-00	PATRICIA CANDIDO FRANCO ROSOLEN	27/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/09/2022

SRM

Documento assinado eletronicamente por Carmen Lucia dos Santos Spiercart, Servidor(a) Público(a), em 03/10/2022, às 18:02.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 22/327.572-7.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY

Porto Alegre. segunda-feira, 03 de outubro de 2022

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (do sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
43205132010	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
RSP2200687/056

Requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		033	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

ENCANTADO
Local

27 Setembro 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/___ _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/___ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/327.572-7	RSP2200687056	27/09/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
488.351.100-68	RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	27/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do [illegible] Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 8449583 em 03/10/2022 da Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 05782733000149 e protocolo 223275727 - 27/09/2022. Autenticação: 9BF4149BDF2E12FA195BA62731268238A1CF4A34. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 22/327.572-7 e o código de segurança Cutq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.







QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD

RG DIGITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



OS DADOS BIOGRÁFICOS e biométricos apresentados neste documento estão contidos no RG original

Esse é um arquivo assinado digitalmente pelo IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt) em conformidade com o padrão de Assinatura Digital ICP Brasil. Caso necessite acesse http://verificador.iti.gov.br e faça o upload desse documento para aferir a sua conformidade.

VIDAS
VALID IDENTITY AS A SERVICE

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.782.733/0003-00 **FILIAL**		**14/05/2019**

NOME EMPRESARIAL
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
47.71-7-03 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOS CISNES	**235**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88.137-300	**PEDRA BRANCA**	**PALHOCA**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CIAMED@CIAMEDRS.COM.BR	**(51) 3751-9300/ (51) 3748-6833**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/05/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/02/2023** às **09:42:02** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 05.782.733/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:41:22 do dia 22/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/03/2023.
Código de controle da certidão: **6E9C.F6E2.07E0.5D68**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.782.733/0003-00

Razão Social: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD

Endereço: RUA DOS CISNES 235 / PEDRA BRANCA / PALHOCA / SC / 88137-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/02/2023 a 03/03/2023

Certificação Número: 2023020204015551360415

Informação obtida em 02/02/2023 07:44:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.782.733/0003-00
Certidão nº: 6342710/2023
Expedição: 10/02/2023, às 15:26:44
Validade: 09/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.782.733/0003-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,
Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

CNPJ/CPF	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS
05782733000300		**20/05/2019**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL
260080861	**CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS
******	**NORMAL**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
4644301 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
4637199 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
4645101 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
4645102 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
4645103 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
4646001 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
4646002 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4649408 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4729699 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4771701 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771703 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4772500 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4773300 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
4930202 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
5211799 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guardamóveis
6462000 - Holdings de instituições nãofinanceiras

INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS
- Credenciado a Emitir Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe Modal RODOVIÁRIO a partir de 20/05/2019
- Credenciado a Emitir Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 20/05/2019
- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 20/05/2019

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA DOS CISNES	**235**	******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88137-300	**PEDRA BRANCA**	**PALHOÇA**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CLAUDIANE@CIAMEDRS.COM.BR	**5137519305**

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO desde 20/05/2019

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em **10/02/2023 15:28:53** (data e hora de Brasília).

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**
CNPJ/CPF: **05.782.733/0003-00**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**230140032454259**
Data de emissão:	**06/02/2023 14:02:05**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**07/04/2023**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 10/02/2023 15:32:04

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 10/02/2023

MUNICÍPIO DE PALHOÇA
ESTADO SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 13631/2023

Contribuinte

Nome/Razão:	**39580326 - CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**		
CNPJ/CPF:	05.782.733/0003-00		
Endereço:	RUA DOS CISNES, 235		
Complemento:			
Bairro:	PEDRA BRANCA	CEP:	88.137-300
Cidade:	Palhoça	Estado:	Santa Catarina

Finalidade

Certidão de Débito - Contribuinte

Certifico, para os devidos fins, que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na internet no endereço eletrônico do município, ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima citado.

Válida por 31 dias a partir da data de emissão.

Palhoça - SC, 10 de fevereiro de 2023

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ
05.782.733/0001-49

Nome Fantasia
CIAMED

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA SEVERINO AUGUSTO PRETTO, Nº 560 - SANTO ANTÃO CEP: 95.960-000

Cidade/UF
ENCANTADO/RS

Responsável Técnico
KERLIN CONZATTI CASANOVA

Responsável Legal
RENATA CASAGRANDE GALIOTTO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.05785-3

Data do Cadastro
06/04/2004

Situação
Ativa

Nº do Processo
25025.082948/2003-79

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

ENDEREÇO: RUA DO IMPERADOR, 264 - SALA 1009
BAIRRO: CENTRO CEP: 25620000 - PETRÓPOLIS/RJ
CNPJ: 09.527.182/0001-28
PROCESSO: 25351.482256/2010-30
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 055119/10, com base nos artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005 e tendo em vista expiração do prazo de arquivamento temporário, conforme previsto na RDC nº 206/2005.
EMPRESA: A S V RESENDE - ME
ENDEREÇO: AV DEZENOVE DE OUTUBRO, 1133
BAIRRO: LOURIVAL PARENTE CEP: 64022132 - TERESINA/PI
CNPJ: 02.742.255/0005-89
PROCESSO: 25351.108216/2014-41
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indeferido com base no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005. A empresa não encaminhou a documentação necessária: Relatório de Inspeção com parecer técnico conclusivo e favorável ao exercício da atividade pleiteada.
EMPRESA: dental pinheiro ltda
ENDEREÇO: av. maringá, 5272 - edifício topázio - sala 01
BAIRRO: centro CEP: 87502080 - UMUARAMA/PR
CNPJ: 76.356.872/0001-59
PROCESSO: 25351.157456/2014-90
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indeferido com base no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005. A empresa não encaminhou a documentação necessária: O relatório de inspeção encaminhado não é conclusivo quanto ao atendimento da legislação e capacidade técnica para o exercício da atividade de distribuidora de saneantes, uma vez que o mesmo só faz referência a medicamentos e produtos para a saúde. Adicionalmente, o Contrato social e o CNAE constantes no cartão do CNPJ não possuem objeto compatível à atividade pleiteada.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.349, DE 11 DE ABRIL DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 402, de 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME
ENDEREÇO: R SEBASTIAO FURTADO 101
BAIRRO: centro CEP: 88501140 - LAGES/SC
CNPJ: 05.021.932/0001-34
PROCESSO: 25351.423030/2012-02 AUTORIZ/MS: 1.07206.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BIOTEC BIOLOGICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
ENDEREÇO: RUA DESVIO BUCAREST, QUADRA 255, LOTE 11
BAIRRO: JARDIM NOVO MUNDO CEP: 74703100 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 10.446.719/0001-04
PROCESSO: 25351.164547/2014-06 AUTORIZ/MS: 1.06917.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: dental pinda eireli me
ENDEREÇO: rua dos expedicionarios, 475
BAIRRO: centro CEP: 12400370 - PINDAMONHANGABA/SP
CNPJ: 04.242.169/0001-09
PROCESSO: 25351.157199/2014-11 AUTORIZ/MS: 1.06619.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CUNHA E SANTIAGO LTDA
ENDEREÇO: AV PERIMETRAL SUL, Nº 12 - Loja 01
BAIRRO: BEQUIMÃO CEP: 65061530 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 17.149.510/0001-28
PROCESSO: 25351.151093/2014-12 AUTORIZ/MS: 1.06415.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: OPTO PHARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PEREIRA FILGUEIRAS, Nº 2020 - SALA 803
BAIRRO: ALDEOTA CEP: 60160150 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 86.712.759/0001-12
PROCESSO: 25351.173956/2014-13 AUTORIZ/MS: 1.07047.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDFARM COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PROFESSORA ZIRLENE DE CARVALHO, 60
BAIRRO: SÃO GOTARDO CEP: 36880000 - MURIAÉ/MG
CNPJ: 12.212.621/0001-18
PROCESSO: 25351.152927/2014-16 AUTORIZ/MS: 1.06644.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDICALCENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA SÃO PAULO Nº 2142
BAIRRO: CENTRO CEP: 76963762 - CACOAL/RO
CNPJ: 06.233.460/0001-46
PROCESSO: 25351.157702/2014-18 AUTORIZ/MS: 1.06950.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: ESATA EXPRESS SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MAJOR DELFINO DE PAULA, N° 2598
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 31255170 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 01.220.117/0001-43
PROCESSO: 25351.179274/2014-31 AUTORIZ/MS: 1.07049.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: DIPROM ODONTOMEDICA LTDA
ENDEREÇO: RUA T30 QD. 29 LT. 05 Nº 646
BAIRRO: SETOR BUENO CEP: 74210060 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 07.551.322/0001-78
PROCESSO: 25351.124684/2014-34 AUTORIZ/MS: 1.01491.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: DINÂMICA ODONTO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA MUNICIPAL 574
BAIRRO: HIGIENÓPOLIS CEP: 15805015 - CATANDUVA/SP
CNPJ: 00.733.472/0001-53
PROCESSO: 25351.151184/2014-60 AUTORIZ/MS: 1.06511.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: DIA ENTREGUE - TRANSPORTE DE ENCOMENDAS URGENTES LTDA ME
ENDEREÇO: Rua: Dona Concheta Pádula, 184
BAIRRO: Jardim Aurélia CEP: 13033020 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 07.290.287/0001-80
PROCESSO: 25351.151012/2014-74 AUTORIZ/MS: 1.06212.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.350, DE 11 DE ABRIL DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 402, de 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: R.P. FARMA MEDICAMENTOS HOSPITALARES E FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA: MANOEL GOMES DOS SANTOS Nº 2353
BAIRRO: JARDIM INDUSTRIAL CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 12.894.840/0001-24
PROCESSO: 25351.102054/2011-52 AUTORIZ/MS: 1.08751.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: MEDIMPEX DO BRASIL PRODUTOS FARMACÊUTICOS E MÉDICO-HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR VALDECIR CAMPESTRE, 233
BAIRRO: JARDIM OLÍMPIA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 05.519.769/0001-34
PROCESSO: 25351.505316/2012-58 AUTORIZ/MS: 1.09348.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES Nº 3097
BAIRRO: BUTANTÃ CEP: 05339900 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0001-51
PROCESSO: 25351.523922/2013-64 AUTORIZ/MS: 1.09799.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BIOVITAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPECIALIDADES COSMECEUTICAS LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA ANA PRADO 245
BAIRRO: VILA PRADO CEP: 13574031 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 11.520.003/0001-72
PROCESSO: 25351.235660/2011-70 AUTORIZ/MS: 1.09015.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: LABORATÓRIOS STIEFEL LTDA
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR JOÃO CAVALHEIRO SALEM, N° 1.077
BAIRRO: BONSUCESSO CEP: 07243580 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 63.064.653/0001-54
PROCESSO: 25991.010075/77 AUTORIZ/MS: 1.00675.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMO/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMO/MEDICAMENTO
EMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
FABRICAR: INSUMO/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMO/MEDICAMENTO
PRODUZIR: INSUMO/MEDICAMENTO
REEMBALAR: INSUMO/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BEKER PRODUTOS FÁRMACO HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA LOUIS PASTEUR, N° 439
BAIRRO: JD. SANTO ANTONIO CEP: 06835080 - EMBU/SP
CNPJ: 47.231.121/0001-08
PROCESSO: 25991.010675/77 AUTORIZ/MS: 1.00346.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
PRODUZIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.351, DE 11 DE ABRIL DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 402, de 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: AMERICAN FARMA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA SENADOR LEMOS,3993
BAIRRO: SACRAMENTA CEP: 66120000 - BELÉM/PA
CNPJ: 03.347.431/0001-17
PROCESSO: 25010.093234/2003-00 AUTORIZ/MS: 1.05986.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BHZ LOGISTICA INTEGRADA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA APIO CARDOSO 577 GALPAO 3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA REPRODUÇÃO PROIBIDAS

BAIRRO: CINCAO CEP: 32371615 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 11.519.930/0001-72
PROCESSO: 25351.590386/2012-01 AUTORIZ/MS: 1.09428.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: Oliveira & Silva Distribuidora de Medicamentos LTDA ME
ENDEREÇO: Rua Vinte e Dois Nº 1460
BAIRRO: Jardim Castro CEP: 38240000 - ITAPAGIPE/MG
CNPJ: 12.760.646/0001-56
PROCESSO: 25351.093798/2012-07 AUTORIZ/MS: 1.09446.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: JR TELESERV TRANSPORTES LTDA - ME
ENDEREÇO: Avenida Prefeito Hélio de Almeida Bastos, 2.331
BAIRRO: Jardim Novo Lar CEP: 14701700 - BEBEDOURO/SP
CNPJ: 05.138.004/0001-54
PROCESSO: 25351.588137/2009-10 AUTORIZ/MS: 1.08051.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: GOJO AMÉRICA LATINA LTDA
ENDEREÇO: AV. NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO, Nº 3344
BAIRRO: TURNKEY DUTRA CEP: 12420010 - PINDAMONHANGABA/SP
CNPJ: 03.055.242/0001-70
PROCESSO: 25351.208555/2008-12 AUTORIZ/MS: 1.07719.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BP PHARMA LTDA
ENDEREÇO: RUA ETELVINA CHAVES, 278
BAIRRO: CENTRO CEP: 25010200 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 10.671.250/0001-07
PROCESSO: 25351.719732/2011-16 AUTORIZ/MS: 1.09075.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: 2 ALIANÇAS ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: RUA DA QUITANDA, N° 52, 16°
BAIRRO: CENTRO CEP: 20011030 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 00.719.887/0001-72
PROCESSO: 25351.196242/2002-19 AUTORIZ/MS: 1.05456.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: ESTRADA TRANSPORTES E ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Nº 353, ARMAZEM I
BAIRRO: CHICO DE PAULA CEP: 11015147 - SANTOS/SP
CNPJ: 56.042.534/0001-35
PROCESSO: 25351.038181/2005-19 AUTORIZ/MS: 1.06127.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: ULTRAFARMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ENGENHO NOVO, N°78
BAIRRO: ENGENHO NOVO CEP: 20961100 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 00.945.806/0001-52
PROCESSO: 25351.021210/2003-33 AUTORIZ/MS: 1.05659.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: RODOMINI TRANSPORTES E CARGAS LTDA. ME
ENDEREÇO: Rua Abrão João Francisco, 2700
BAIRRO: Ressacada CEP: 88307301 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 85.288.264/0001-45
PROCESSO: 25351.719910/2011-37 AUTORIZ/MS: 1.09093.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: MARINGA HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GUAIRA, N° 554
BAIRRO: ZONA 07 CEP: 87020050 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 07.396.733/0001-36
PROCESSO: 25023.150023/2005-40 AUTORIZ/MS: 1.06561.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: IFS NASCIMENTO & CIA LTDA EPP
ENDEREÇO: TRAVESSA DR. ENEAS PINHEIRO, N° 875
BAIRRO: PEDREIRA CEP: 66087430 - BELÉM/PA
CNPJ: 63.872.493/0001-70
PROCESSO: 25351.369330/2007-42 AUTORIZ/MS: 1.07191.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BECCHI & SANDRI LTDA
ENDEREÇO: RUA VALDEMAR BONN, 522
BAIRRO: VILA COQUEIRAL CEP: 85807520 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 12.821.372/0001-68
PROCESSO: 25351.079386/2011-48 AUTORIZ/MS: 1.08749.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA EGYDIO GERONYMO MUNARETTO S/N, SALA 01, KM 3
BAIRRO: CÉSAR PARK CEP: 85915175 - TOLEDO/PR
CNPJ: 11.034.934/0001-60
PROCESSO: 25351.658683/2009-58 AUTORIZ/MS: 1.08088.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: FG - FARMA GOIÁS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: SEGUNDA AVENIDA, QD. 1B, LTS 48/50 - EDIFICIO MONTREAL OFFICE -SALAS 616 A 620
BAIRRO: CIDADE VERA CRUZ CEP: 74935900 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 08.041.822/0001-22
PROCESSO: 25351.465946/2006-62 AUTORIZ/MS: 1.06872.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: OLIVEIRA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: PRACA JONES DE OLIVEIRA PENA, 522
BAIRRO: LIMOEIRO CEP: 35301001 - CARATINGA/MG
CNPJ: 03.579.060/0001-07
PROCESSO: 25351.002877/2011-67 AUTORIZ/MS: 1.08703.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: W N COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA MAUÉS, N°565
BAIRRO: CACHOEIRINHA CEP: 69065070 - MANAUS/AM
CNPJ: 03.442.420/0001-16
PROCESSO: 25009.015015/2003-74 AUTORIZ/MS: 1.05682.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BELPHARMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA.
ENDEREÇO: RUA TRAITUBA, 132
BAIRRO: BOSQUE DA SAÚDE CEP: 04142050 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.149.542/0001-00
PROCESSO: 25351.526846/2011-75 AUTORIZ/MS: 1.09043.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMPRESA: DP4 NEGÓCIOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 116 No. 19069
BAIRRO: Xaxim CEP: 81690300 - CURITIBA/PR
CNPJ: 04.831.217/0001-02
PROCESSO: 25023.020048/2002-77 AUTORIZ/MS: 1.05312.9
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: PORTAL LTDA
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS SIMÕES, N° 22
BAIRRO: VILA SUZANA CEP: 05630010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 05.005.873/0001-00
PROCESSO: 25351.221538/2002-77 AUTORIZ/MS: 1.05615.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SEVERINO AUGUSTO PRETTO, Nº 560
BAIRRO: SANTO ANTÃO CEP: 95960000 - ENCANTADO/RS
CNPJ: 05.782.733/0001-49
PROCESSO: 25025.082948/2003-79 AUTORIZ/MS: 1.05785.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: S M COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA 72, CIDADE NOVA, Nº 22, QD. 182, CONJ. CN ET 2, NC 004
BAIRRO: CIDADE NOVA CEP: 69094540 - MANAUS/AM
CNPJ: 09.355.928/0001-63
PROCESSO: 25009.005599/2008-84 AUTORIZ/MS: 1.07552.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BAHIA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. ME
ENDEREÇO: RUA RIO GRANDE DO NORTE, 140 - TERREO
BAIRRO: BRASILIA CEP: 46430000 - GUANAMBI/BA
CNPJ: 15.229.287/0001-01
PROCESSO: 25351.448617/2012-90 AUTORIZ/MS: 1.09374.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BIOCÊUTICS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA ROCHA LIMA Nº 1694
BAIRRO: ALDEOTA CEP: 60135000 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 09.521.993/0001-11
PROCESSO: 25351.438387/2009-95 AUTORIZ/MS: 1.08134.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EMPRESA: MAPEMI-BRASIL MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO TEIXEIRA, N°. 2204, CONJUNTO TROPICAL
BAIRRO: DOM PEDRO 1 CEP: 69040000 - MANAUS/AM
CNPJ: 84.487.131/0001-35
PROCESSO: 25351.206715/2002-95 AUTORIZ/MS: 1.05491.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: TÉ GUARANI DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSÉ FERREIRA BARROS, N° 199
BAIRRO: VILA FANNY CEP: 81030320 - CURITIBA/PR
CNPJ: 04.259.723/0001-60
PROCESSO: 25023.020655/01-94 AUTORIZ/MS: 1.05208.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
EMPRESA: BL INDÚSTRIA OTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA DONA ALZIRA, N° 139
BAIRRO: SARANDI CEP: 91110010 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 27.011.022/0001-03
PROCESSO: 25000.001289/92-15 AUTORIZ/MS: 1.01961.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.352, DE 11 DE ABRIL DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 402, de 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA NEVES ROCHA ALVES

ANEXO

EMPRESA: dental pinheiro ltda
ENDEREÇO: av. maringá, 5272 - edifício topázio - sala 01
BAIRRO: centro CEP: 87502080 - UMUARAMA/PR
CNPJ: 76.356.872/0001-59
PROCESSO: 25351.157625/2014-24
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indeferido com base no artigo 2º, parágrafo 2º, Item II, parágrafo único, da Resolução RDC nº 204/2005. A empresa não encaminhou a documentação necessária: Relatório de Inspeção com parecer técnico conclusivo e favorável ao exercício da atividade pleiteada; Contrato social com objeto compatível à atividade pleiteada.
EMPRESA: GALENICUM HEALTH BRASIL LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA
ENDEREÇO: AV VEREADOR ABRAHAO JOAO FRANCISCO, 4000, GALPÃO 09
BAIRRO: RESSACADA CEP: 88307302 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 16.665.677/0002-60
PROCESSO: 25351.093071/2014-38
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não existência de laboratório de controle de qualidade próprio, contrariando o disposto nos artigos 8º e 9º da RDC nº 10/2011.

COMERCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO PROIBIDAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10102014041400164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ
05.782.733/0003-00

Nome Fantasia

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA DOS CISNES, 235 - PEDRA BRANCA CEP: 88.137-300

Cidade/UF
PALHOÇA/SC

Responsável Técnico
SIMONE SILVA DO AMARAL

Responsável Legal
RENATA CASAGRANDE GALIOTTO

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.19392-8

Data do Cadastro
07/10/2019

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.521182/2019-17

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.798, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: DENTALMA LTDA - EPP
ENDEREÇO: R 15 DE NOVEMBRO 169 SALA 01
BAIRRO: Centro CEP: 36200074 - BARBACENA/MG
CNPJ: 19.213.768/0001-71
PROCESSO: 25351.708876/2017-03 AUTORIZ/MS: 97111YY8WX20 (8.16065.7)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: FRED CARVALHO LOPES - ME
ENDEREÇO: R JOAQUIM EMIDIO DE CASTRO, Nº 26
BAIRRO: PARQUE MANIBURA CEP: 60821575 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 08.852.545/0001-38
PROCESSO: 25351.456715/2015-26 AUTORIZ/MS: UY08LL42XL2Y (8.12494.3)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

Total de Empresas : 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.799, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: PNZMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: R DO CAJUEIRO, 129
BAIRRO: CENTRO CEP: 56304420 - PETROLINA/PE
CNPJ: 32.980.596/0001-20
PROCESSO: 25351.509505/2019-02 AUTORIZ/MS: 1.19371.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: ROD. ANEL VIÁRIO, 4902 TERRENO 6
BAIRRO: BOA ESPERANÇA CEP: 61935180 - MARACANAÚ/CE
CNPJ: 61.585.865/2128-41
PROCESSO: 25351.493263/2019-10 AUTORIZ/MS: 1.19352.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANSCHERRER TRANSPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: RUA VALERIO JOÃO RODRIGUES S/Nº, GALPÃO
BAIRRO: SÃO JOÃO BATISTA CEP: 29156201 - CARIACICA/ES
CNPJ: 06.933.939/0001-95
PROCESSO: 25351.521240/2019-11 AUTORIZ/MS: 1.19401.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: LOGFAR LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD BR-040, 515, LETRA A SALA UNINDO
BAIRRO: JARDIM COLONIAL CEP: 33809007 - RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CNPJ: 05.530.576/0008-50
PROCESSO: 25351.522660/2019-14 AUTORIZ/MS: 1.19396.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DOS CISNES, 235
BAIRRO: PEDRA BRANCA CEP: 88137300 - PALHOÇA/SC
CNPJ: 05.782.733/0003-00
PROCESSO: 25351.521182/2019-17 AUTORIZ/MS: 1.19392.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MEDCX EQUIPAMENTOS CIRURGICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CALDAS NOVAS, 50 CONJ. 63
BAIRRO: BETHAVILLE I CEP: 06404301 - BARUERI/SP
CNPJ: 16.610.451/0001-80
PROCESSO: 25351.498198/2019-19 AUTORIZ/MS: 1.19357.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: LOGFAR LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: AV GUANDU, 1000, BLOCO 200, GALPAO A, LOTE AREA 02, SALA UNINDO
BAIRRO: GUANDU CEP: 26320270 - QUEIMADOS/RJ
CNPJ: 05.530.576/0010-75
PROCESSO: 25351.524103/2019-20 AUTORIZ/MS: 1.19407.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: A A E SILVA CARVALHO
ENDEREÇO: RUA PEDRO II, 1063
BAIRRO: CENTRO CEP: 64200420 - PARNAÍBA/PI
CNPJ: 07.687.073/0001-42
PROCESSO: 25351.521367/2019-21 AUTORIZ/MS: 1.19403.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: TAKEDA DISTRIBUIDORA LTDA.
ENDEREÇO: RODOVIA ANTONIO HEIL DE 3273 A 5999 Nº 4999 ARMZ 1
BAIRRO: ITAIPAVA CEP: 88316003 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 11.635.171/0003-75
PROCESSO: 25351.493310/2019-25 AUTORIZ/MS: 1.19353.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SUPERA RX MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV. DAS QUARESMEIRAS, 100, GALPÃO 2
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRUIAL (CDI) CEP: 37556833 - POUSO ALEGRE/MG
CNPJ: 15.759.157/0003-34
PROCESSO: 25351.522610/2019-29 AUTORIZ/MS: 1.19394.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DROGARIA MODENA LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 316, KM 08 Nº 411
BAIRRO: CENTRO CEP: 66033971 - ANANINDEUA/PA
CNPJ: 28.525.600/0005-16
PROCESSO: 25351.512078/2019-31 AUTORIZ/MS: 1.19373.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: TAKEDA DISTRIBUIDORA LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA PORTUGAL Nº 1.100, RUA 5, MÓDULO A-8
BAIRRO: ITAQUI CEP: 06696060 - ITAPEVI/SP
CNPJ: 11.635.171/0001-03
PROCESSO: 25351.512617/2019-32 AUTORIZ/MS: 1.19377.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FTI LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA DOS CASA, Nº 4285 - GALPÃO 01
BAIRRO: DOS CASA CEP: 09840000 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 08.382.348/0001-00
PROCESSO: 25351.521206/2019-38 AUTORIZ/MS: 1.19406.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: LOGFAR LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD ROD.ENGENHEIRO FABIANO VIVACQUA, 1698, SALA UNINDO
BAIRRO: MORRO GRANDE CEP: 29322000 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
CNPJ: 05.530.576/0009-31
PROCESSO: 25351.522665/2019-39 AUTORIZ/MS: 1.19397.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MARCELA CAROLINE BASTOS SALDANHA EIRELI
ENDEREÇO: RUA SUELI LUNA MENELAU, 117
BAIRRO: IMBIRIBEIRA CEP: 51170150 - RECIFE/PE
CNPJ: 30.034.749/0001-10
PROCESSO: 25351.522832/2019-41 AUTORIZ/MS: 1.19398.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: REDE BRASIL EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: CLS 204 BLOCO C LOJA 20 PARTE SUBSOLO
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70234530 - ASA SUL/DF
CNPJ: 03.359.898/0002-68
PROCESSO: 25351.522624/2019-42 AUTORIZ/MS: 1.19402.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: EXCLUSIVE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: Avenida Coletora A, quadra 03, 1040
BAIRRO: Conjunto Marcos Freire II CEP: 49160000 - NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE
CNPJ: 33.891.594/0001-27
PROCESSO: 25351.500736/2019-42 AUTORIZ/MS: 1.19360.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
ENDEREÇO: R NOVA GUATAPORANGA, 366
BAIRRO: JARDIM CUMBICA CEP: 07180050 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 04.503.660/0014-60
PROCESSO: 25351.521370/2019-45 AUTORIZ/MS: 1.19404.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: CENTRAL LAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
ENDEREÇO: R ANTONIO LUIZ MEDEIROS N° 30
BAIRRO: BARREIROS CEP: 88110030 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 32.325.628/0001-53
PROCESSO: 25351.509464/2019-46 AUTORIZ/MS: 1.19372.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CASTRO & MARQUES LTDA
ENDEREÇO: RUA DAS ANDORINHAS, 283 - GALPÃO 01
BAIRRO: PEDRA BRANCA CEP: 88137295 - PALHOÇA/SC
CNPJ: 03.779.851/0001-72
PROCESSO: 25351.512523/2019-63 AUTORIZ/MS: 1.19376.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Superintendência de Vigilância Sanitária

ALVARÁ SANITÁRIO
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de PALHOÇA por força de Lei Complementar N° 018/2002, concede o presente

Alvará Sanitário, número: 002940/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

NOME FANTASIA

CIAMED

ENDEREÇO

DOS CISNES - CIDADE: Palhoça N°: 235

BAIRRO: CIDADE UNIVERSITÁRIA CEP: 88.137-300 UF: SC

CÓDIGOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

14110 - Distribuidora de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal
14112 - Distribuidora de medicamentos
14199 - Distribuidora de produtos de interesse da saúde com maior complexidade (congênere)

CPF/CNPJ N°.:	INSC. ESTADUAL. N°.:	CAD ECONÔMICO N°.:
05.782.733/0003-00	260080861	

OBSERVAÇÕES / DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECIFICAS

PALHOÇA/SC, 30 de Maio de 2022

A autenticidade desse Alvará pode ser verificada através do código de segurança impresso na parte superior do documento por qualquer aplicativo de leitura de Qr Code

VÁLIDO ATÉ 31 de Maio de 2023

*** FIXAR EM LOCAL VISÍVEL ***

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRF-SC

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2023

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crfsc.gov.br

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
15648	31/12/2023	4184D62CC24647935CECDF6349C1ADA9

187745

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

NOME FANTASIA
****

TIPO DE ESTABELECIMENTO
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS

NATUREZA DE ATIVIDADE
COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO

ENDEREÇO
RUA DOS CISNES 235 235

CNPJ
05.782.733/0003-00

LOCALIDADE
PEDRA BRANCA

CIDADE - UF
PALHOCA-SC

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	5753	SIMONE SILVA DO AMARAL	Responsável Técnico	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	13:10 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRF-SC
Florianópolis, 21 de Dezembro de 2022

MARCO AURÉLIO THIESEN KOERICH
PRESIDENTE DO CRF-SC

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e artigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.782.733/0003-00**	DUNS®:	**894339383**
Razão Social:	**CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**25/10/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**21/05/2023**
FGTS	Validade:	**03/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**07/04/2023**
Receita Municipal	Validade:	**12/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	05782733000300
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	48835110068
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:41) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 488.351.100-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.78D5.1244.5885 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RENATA CASAGRANDE GALIOTTO**

CPF/CNPJ: **488.351.100-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:41:45 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: LAGF160223154145

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RENATA CASAGRANDE GALIOTTO**

CPF: **488.351.100-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:41:59 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: XXRV160223154159

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:41:10

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**
CNPJ: **05.782.733/0003-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 48835110068

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

RODRIGO BATISTEL BARBOSA, brasileiro, casado por comunhão parcial de bens, empresário, natural de Cascavel - PR, nascido em 16/03/1984, portador da Carteira de Habilitação (CNH) sob nº 02537058149, Detran – PR, R.G. nº 8.223.918-09, SESP – PR, e C.P.F. 042.730.189-00, residente e domiciliado a Rua Wenceslau Braz, 251, Parque São Paulo, CEP 85803-650, Cascavel – PR, titular da Empresa de Individual de Responsabilidade Limitada, **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI,** com sede a Rua Maringá, 2904, Sala 02, São Cristóvão, CEP 85816-280, Cascavel – Paraná, devidamente registrada na Junta Comercial do Parana, JUCEPAR sob nº 41600924932, por despacho em sessão de 22/08/2019, inscrita no CNPJ nº 34.620.735/0001-30, resolve modificar suas clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica transferida a sede da EIRELI, para a Rua Rafael Picoli, 978, Sala 3, Centro, CEP 85812-180, nesta cidade de Cascavel, Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA: A administração da Eireli cabe ao Titular **RODRIGO BATISTEL BARBOSA**, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli.

Digitalizado com CamScanner

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

E, por ser o que requer, data e assina o presente instrumento particular de alteração de ato de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, em uma única via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel, PR, 03 de maio de 2022.

RODRIGO BATISTEL BARBOSA

4º Tabelionato de Notas

TESTEMUNHAS:

EDSON FLAVIO RECHE

CRC PR 037437-O-0

CPF 704.406.389-68

ADRIANE A. DALMAGRO RECHE

R.G. 5.131.637-1 – PR

CPF 813.918.119-68

4º Tabelionato De Notas CARTÓRIO

Marina Esteves Santos - Tabeliã
Rua São Paulo, 661 - Centro - CEP 85801-020
Fone (45) 3037-7444 - CASCAVEL - PARANÁ

Selo Digital 1223XqRqt...PKIsIGlv...31pr

http://horus.funarpen.com.br/consulta

Reconheço por verdadeira a assinatura de **RODRIGO BATISTEL BARBOSA (5737)** ...0115... 727153... Dou fe
Cascavel/PR, 05 de maio de 2022
Em Test° da verdade
RACQUEL GOMES FARIAS DORINI - Escrevente Autorizada

4º TABELIONATO DE NOTAS
Marina Esteves Santos
TABELIÃ
CASCAVEL - PARANÁ

Digitalizado com CamScanner

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, EDSON FLAVIO RECHE, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 037437, registrado em 01/07/2010, inscrito no CPF n° 70440638968, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
70440638968	037437	EDSON FLAVIO RECHE

JUCEPAR

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/05/2022 16:01 SOB N° 20222864826.
PROTOCOLO: 222864826 DE 09/05/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12206064876. CNPJ DA SEDE: 34620735000130.
NIRE: 41600924932. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/05/2022.
GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

VAGNER MIERZEVINSKI DOS PASSOS, brasileiro, natural de Cascavel, Paraná, casado por comunhão parcial de bens, nascido em 18/06/1985, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 8.103.193-2 – SESP/Paraná, C.P.F. 049.975.839-01, residente e domiciliado nesta cidade de Cascavel, Paraná, a Rua Odontologia, 395, Universitário, CEP 85819-220, titular da Empresa de Individual de Responsabilidade Limitada, **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI,** com sede a Rua Maringá, 2904, Sala 02, São Cristóvão, CEP 85816-280, Cascavel – Paraná, devidamente registrada na Junta Comercial do Parana, JUCEPAR sob nº 41600924932, por despacho em sessão de 22/08/2019, inscrita no CNPJ nº 34.620.735/0001-30, resolve fazer sua primeira alteração conforme as clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: É admitido na empresa , na qualidade de titular, o Sr. RODRIGO BATISTEL BARBOSA, brasileiro, casado por comunhão parcial de bens, empresário, natural de Cascavel - PR, nascido em 16/03/1984, portador da Carteira de Habilitação (CNH) sob nº 02537058149, Detran – PR, R.G. nº 8.223.918-09, SESP – PR, e C.P.F. 042.730.189-00, residente e domiciliado a Rua Wenceslau Braz, 251, Parque São Paulo, CEP 85803-650, Cascavel – PR.

CLAUSULA SEGUNDA: Retira-se da empresa livre e desonerado do ativo e passivo o titular VAGNER MIERZEVINSKI DOS PASSOS, vendendo de forma onerosa suas quotas , na totalidade de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) ao titular RODRIGO BATISTEL BARBOSA, totalmente integralizados em moeda corrente do pais.

CLAUSULA TERCEIRA: O Titular ingressante, RODRIGO BATISTEL BARBOSA, entrega para integralização de suas quotas, a quantia de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), em moeda corrente do pais, no presente ato, portanto, perfazendo o montante de R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), dividido em 110.000 (Cento e dez mil quotas, no valor de R$ 1,00 (Hum real) cada uma, ficando assim totalmente integralizados:

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

Empresário Titular	%	Quotas	Capital/R$
RODRIGO BATISTEL BARBOSA	100,0	110.000	110.000,00
Total	100,0	110.000	110.000,00

CLAUSULA QUARTA: A administração da Eireli caberá ao Titular **RODRIGO BATISTEL BARBOSA**, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli.

§ 1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

CLAUSULA QUINTA: O Titular da empresa, declara sob as penas da lei, que não se figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLAUSULA SEXTA: O Titular da empresa declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

ATO CONSOLIDADO

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI

CNPJ 34.620.735/0001-30

RODRIGO BATISTEL BARBOSA, brasileiro, casado por comunhão parcial de bens, empresário, natural de Cascavel - PR, nascido em 16/03/1984, portador da Carteira de Habilitação (CNH) sob nº 02537058149, Detran – PR, R.G. nº 8.223.918-09, SESP – PR, e C.P.F. 042.730.189-00, residente e domiciliado a Rua Wenceslau Braz, 251, Parque São Paulo, CEP 85803-650, Cascavel – PR. , titular da Empresa de Individual de Responsabilidade Limitada, **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI,** com sede a Rua Maringá, 2904, Sala 02, São Cristóvão, CEP 85816-280, Cascavel – Paraná, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná, JUCEPAR sob nº 41600924932, por despacho em sessão de 22/08/2019, inscrita no CNPJ nº 34.620.735/0001-30, resolve fazer seu ato consolidado e o faz mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: A empresa gira sob o nome empresarial de: **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI** e tem sede e domicílio na Rua Maringá, 2904, Sala 02, São Cristovão, CEP 85816-280, Cascavel – Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA : O capital social será de R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), divido em 110.000 (Cento e dez mil), quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um real), inteiramente integralizadas, neste ato em moeda corrente do pais.

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

CLAUDULA TERECEIRA : O capital social do empresário, fica assim integralizados:

Empresário Titular	%	Quotas	Capital/R$
RODRIGO BATISTEL BARBOSA	**100,00**	**110.000**	**110.000,00**
TOTAL	**100,00**	**110.000**	**110.000,00**

CLAUSULA QUARTA : O objeto social da EIRELI é o de COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO E CONSUMO HUMANO, INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALARES, DE LABORATÓRIOS, E ODONTOLÓGICOS.

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela EIRELI, de acordo com o objeto social, ficara a cargo de um Profissional, devidamente inscrito no CRF – Conselho Regional de Farmácia.

CLAUSULA SEXTA : A Eireli iniciou suas atividades em 16 de agosto de 2019, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA SETIMA : A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

CLAUSULA OITAVA: A administração da Eireli cabe ao Titular **RODRIGO BATISTEL BARBOSA**, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli.

§ 1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

CLAUSULA NONA: O titular da Eireli declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

CLAUSULA DECIMA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA : A Eireli poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA : O empresário poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA : Falecendo ou interditado o titular da Eireli, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Eireli se resolva em relação a seu titular.

CLAUSULA DECIMA QUARTA: O Titular declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ 34.620.735/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DECIMA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Cascavel, Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

E, por estar assim justo e contratado, data e assina o presente instrumento particular de alteração de ato de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, em uma única via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel, PR, 14 de agosto de 2020.

4º Tabelionato de Notas

RODRIGO BATISTEL BARBOSA

4º Tabelionato de Notas

VAGNER MIERZEVINSKI DOS PASSOS

TESTEMUNHAS:

EDSON FLAVIO RECHE

CRC PR 037437-O-0

CPF 704.406.389-68

ADRIANE A. DALMAGRO RECHE

R.G. 5.131.637-1 – PR

CPF 813.918.119-68



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/08/2020 16:03 SOB Nº 20204631157.
PROTOCOLO: 204631157 DE 18/08/2020 14:45.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12003780082. NIRE: 41600924932.
GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 20/08/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA

CNPJ

34.620.735/0001-30

Nome Fantasia

GHOLDMED DISTRIBUIDORA

Endereço na Internet

SAC

4533067151

Endereço Completo

R RAFAEL PICOLI, 978 SALA 3 - CENTRO CEP: 85.812-180

Cidade/UF

CASCAVEL/PR

Responsável Técnico

GABRIELLA CINTHYANE TEIXEIRA

Responsável Legal

RODRIGO BATISTEL BARBOSA

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

8.19131-3 (L7M1L94L24H8)

Data do Cadastro

09/12/2019

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.638266/2019-99

Cadastro

8 - Produtos para Saúde (Correlatos)

Atividades / Classes

Armazenar

- Correlatos

Distribuir

- Correlatos

Expedir

- Correlatos

Voltar

ANEXO

Fabricante: Bio-Rad Medical Diagnostics GmbH
Endereço: Industriestr. 4, D-63303, Dreieich, Alemanha
Solicitante: Diamed Latino América S.A. CNPJ: 71.015.853/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.00.040-4 Expedientes: 0423894/19-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Bioarray Solutions
Endereço: 35 Technology Dr. Suite 100, 07059, Warren, New Jersey, Estados Unidos da América
Solicitante: pH7 Comércio e Representações de Produtos para Diagnósticos CNPJ: 59.920.132/0001-84
Autorização de Funcionamento: 8.03.919-1 Expediente: 0293586/18-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Cochlear Limited
Endereço: 14 Mars Road, Lane Cove, Sidney, NSW, 2066, Austrália
Solicitante: Politec Importação e Comércio Ltda CNPJ: 43.894.609/0001-64
Autorização de Funcionamento: 1.01.780-1 Expediente: 0356124/19-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Eove
Endereço: 04 Boulevard Lucien Favre, Immeuble Poincaré, Pau, 64000, França.
Solicitante: Air Liquide Medical System do Brasil Ltda. CNPJ: 11.657.773/0001-61
Autorização de Funcionamento: 8.08.865-6 Expediente: 0780649/19-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Innovasis, Inc
Endereço: 614 East 3900 South, 84107, Salt Lake City, Utah, Estados Unidos da América
Solicitante: Mantaray Importação e Comércio de Produtos Médicos e Cirúrgicos Ltda CNPJ: 14.394.549/0001-12
Autorização de Funcionamento: 8.09.035-5 Expediente: 1118762/18-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Medtronic Navigation, Inc.
Endereço: 1480 Arthur Avenue, Louisville, Colorado, 80027, Estados Unidos da América
Solicitante: Medtronic Comercial Ltda. CNPJ: 01.772.798/0001-52
Autorização de Funcionamento: 1.03.391-9 Expediente: 0380403/19-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: William Cook Europe ApS
Endereço: Sandet 6 - 4632 - Bjaeverskov, Dinamarca
Solicitante: E. Tamussino e Cia Ltda CNPJ: 33.100.082/0001-03
Autorização de Funcionamento: 1.02.129-9 Expediente: 0525849/19-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.458, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Ningbo Verykind Medical Device Co., Ltd
Endereço: #100, Jinghua Road, High-tech Industrial Development Zone Ningbo - Zhejiang - China
Solicitante: Oltramed Comércio de Produtos Médicos Ltda - EPP CNPJ: 14.829.987/0001-66
Autorização de Funcionamento: 8.14.257-8 Expediente: 0516694/19-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV

Fabricante: Obalon Therapeutics, Inc.
Endereço: 5421 Avenida Encinas, Suite F - Carlsbad - California 92008 - Estados Unidos da América
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - Me CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 0236171/19-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III

Fabricante: Promm Indústria de Materiais Cirúrgicos Ltda CNPJ: 94.970.142/0001-25
Endereço: Avenida Pátria, 312, São Geraldo, Porto Alegre- RS CEP: 90230-070
Autorização: 1.04.473-9 Expediente: 0439128/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.471, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Biozenthi Biotecnologia Ltda. - CNPJ: 12.318.178/0001-64
Produto - (Lote): CREME HIDRATANTE PURESUN(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 3324194/19-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerado que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 2 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.441, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: CENTERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA PADRE FRANCISCO PITA, 1214, LOJA 03
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 60821050 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 32.812.501/0001-69
PROCESSO: 25351.640845/2019-00 AUTORIZ/MS: 4.01551.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MANAOS TRANSPORTE DE CARGAS E NAVEGACAO EIRELI
ENDEREÇO: AV COSME FERREIRA, 2010 - GALPAO01
BAIRRO: COROADO CEP: 69082230 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.998.370/0001-49
PROCESSO: 25351.585128/2019-08 AUTORIZ/MS: 4.01548.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JEFFERSON RUY DE CARVALHO - EPP
ENDEREÇO: RUA DAMASCO, 366 - SALA 2
BAIRRO: JARDIM SEMIRAMIS CEP: 06709340 - COTIA/SP
CNPJ: 28.700.499/0001-69
PROCESSO: 25351.576190/2019-09 AUTORIZ/MS: 4.01460.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NEW R & D TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI
ENDEREÇO: Avenida PREFEITO JOAO VILALLOBO QUERO 1505
BAIRRO: JARDIM BELVAL CEP: 06422122 - BARUERI/SP
CNPJ: 10.795.414/0001-08
PROCESSO: 25351.641267/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01553.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: SKYSHIP IMPORTACAO E COMERCIO DE ARTIGOS DE USO PESSOAL EIRELI
ENDEREÇO: ACB, Nº 552, QUADRA 03, LOTE 01 A 11, SALA 02
BAIRRO: CIA SUL CEP: 43700000 - SIMÕES FILHO/BA
CNPJ: 17.084.536/0001-35
PROCESSO: 25351.640979/2019-12 AUTORIZ/MS: 4.01552.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GONCALVES & PORTO TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DA AMIZADE 1553
BAIRRO: VILA CARLOTA CEP: 13175490 - SUMARÉ/SP
CNPJ: 23.906.668/0001-06
PROCESSO: 25351.460473/2019-21 AUTORIZ/MS: 4.01550.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: TRANSPORTES FARIAS FAZ LTDA - EPP
ENDEREÇO: RODOVIA BR 280 - Nº 5065, GALPÃO D
BAIRRO: COLÉGIO AGRÍCOLA CEP: 89245000 - ARAQUARI/SC
CNPJ: 13.817.856/0001-04
PROCESSO: 25351.638217/2019-56 AUTORIZ/MS: 4.01547.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: UP DENT IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AV DAS ROSAS, Nº 841
BAIRRO: JARDIM MOTORAMA CEP: 12224000 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 20.306.488/0001-97
PROCESSO: 25351.576204/2019-86 AUTORIZ/MS: 4.01459.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Human Concierge Logística Eireli
ENDEREÇO: Rua Capitão Augusto Franco 146
BAIRRO: centro CEP: 18035615 - SOROCABA/SP
CNPJ: 13.185.208/0001-74
PROCESSO: 25351.536765/2019-42 AUTORIZ/MS: 1.19428.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SIMONE TEIXEIRA FORTES
ENDEREÇO: AV TOMAZ ALVES DE FIGUEIREDO, 1100, CASA 01
BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL CEP: 12609166 - LORENA/SP
CNPJ: 34.170.836/0001-56
PROCESSO: 25351.576175/2019-52 AUTORIZ/MS: 1.19502.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
ENDEREÇO: Rua Maringá 2904 Sala 02
BAIRRO: São Cristóvão CEP: 85816280 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.620.735/0001-30
PROCESSO: 25351.638303/2019-69 AUTORIZ/MS: 1.19635.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ARES COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ATENÇÃO A SAÚDE LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA MAJOR GABRIEL N. 837
BAIRRO: CENTRO CEP: 69020000 - MANAUS/AM
CNPJ: 23.046.446/0001-52
PROCESSO: 25351.576194/2019-89 AUTORIZ/MS: 1.19503.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: CONFIDENCE TRANSPORTES EIRELI EPP
ENDEREÇO: Rua Samuel Heusi, 190 sala 601
BAIRRO: Centro CEP: 88301320 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 12.143.066/0001-10
PROCESSO: 25351.579411/2019-92 AUTORIZ/MS: 1.19645.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: AV DJAIR JOSE MARQUES, 3165
BAIRRO: RESIDENCIAL REGISSOL I CEP: 15133332 - MIRASSOL/SP
CNPJ: 33.315.644/0001-28
PROCESSO: 25351.638202/2019-98 AUTORIZ/MS: 1.19634.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: GONCALVES & PORTO TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DA AMIZADE 1553
BAIRRO: VILA CARLOTA CEP: 13175490 - SUMARÉ/SP
CNPJ: 23.906.668/0001-06
PROCESSO: 25351.460479/2019-07 AUTORIZ/MS: HW514743X633 (8.19141.8)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: troca transportes eireli
ENDEREÇO: av. tenente amaro felicissimo da silveira , s/ n esq. com rua lidice , 22
BAIRRO: parque novo mundo CEP: 02174010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.193.687/0002-00
PROCESSO: 25351.640965/2019-07 AUTORIZ/MS: PPY25X818841 (8.19145.2)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: RODOFAR LOGISTICA INTEGRADA EIRELI
ENDEREÇO: AV DEPUTADO RENATO AZEREDO 3816
BAIRRO: JARDIM UMUARAMA CEP: 37411040 - TRÊS CORAÇÕES/MG
CNPJ: 28.287.523/0006-94
PROCESSO: 25351.384879/2019-09 AUTORIZ/MS: XW912L336719 (8.19132.7)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: AV DJAIR JOSE MARQUES, 3165
BAIRRO: RESIDENCIAL REGISSOL I CEP: 15133332 - MIRASSOL/SP
CNPJ: 33.315.644/0001-28
PROCESSO: 25351.638221/2019-14 AUTORIZ/MS: L4H1027H0874 (8.19130.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: DISKMED MG MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: R JOAO BORGES DE OLIVEIRA, 61 B
BAIRRO: JOQUEI CLUBE CEP: 38600466 - PARACATU/MG
CNPJ: 30.180.457/0001-96
PROCESSO: 25351.585075/2019-17 AUTORIZ/MS: 27W1W6MH40Y2 (8.19014.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: SHUTTLE LOGISTICA INTEGRADA LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Washington Luiz 2569 Armazem 11 e 12 Quadra E
BAIRRO: Parque Duque CEP: 25085008 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 04.711.147/0002-21
PROCESSO: 25351.638599/2019-18 AUTORIZ/MS: P844H36HY915 (8.19143.5)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: PRIMUS PHARMA LTDA ME
ENDEREÇO: R PICANCO DE ABREU, s/n
BAIRRO: MONTE ALEGRE 6 DISTRITO CEP: 28470000 - SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ
CNPJ: 14.533.317/0001-06
PROCESSO: 25351.531104/2019-21 AUTORIZ/MS: P73Y23YLXXW7 (8.19142.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: JL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI
ENDEREÇO: Rua General Vitorino nº242 sala 106
BAIRRO: Centro Histórico CEP: 90020170 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 33.069.357/0001-85
PROCESSO: 25351.640977/2019-23 AUTORIZ/MS: 31H164M89M5H (8.19147.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: Lumina Dental Comercio ,Importacao e Representacao Ltda - EPP
ENDEREÇO: Rua Juca Mendes, 325
BAIRRO: Vila Carrao CEP: 03428020 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 28.143.101/0001-30
PROCESSO: 25351.446672/2019-27 AUTORIZ/MS: 899198392L9W (8.19133.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: TOP CARE PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: Rua Warner ((Jd. Hollywood), nº 60
BAIRRO: ANCHIETA CEP: 09608040 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 27.622.068/0001-69
PROCESSO: 25351.640968/2019-32 AUTORIZ/MS: M191Y8349X51 (8.19146.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: RODRIGO SARAN AZEVEDO EIRELI
ENDEREÇO: AV NAZARE 272, SL 907 - ED CLUBE DE ENGENHARIA
BAIRRO: NAZARE CEP: 66035115 - BELÉM/PA
CNPJ: 17.879.231/0003-81
PROCESSO: 25351.638186/2019-33 AUTORIZ/MS: 2401635YY3M6 (8.19129.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: LT BRASIL -SISTEMAS E TECNOLOGIAS MEDICAS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1572 ANDAR 12 CONJUNTO 1210
BAIRRO: JARDIM PAULISTANO CEP: 01451001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 29.136.218/0001-50
PROCESSO: 25351.434396/2019-54 AUTORIZ/MS: M7X1LHYL61W8 (8.19127.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: FD COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ENDEREÇO: Rua Luzia Salomao, N70 - Sala 7
BAIRRO: Mantiqueira CEP: 31660040 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 32.118.698/0001-30
PROCESSO: 25351.561744/2019-65 AUTORIZ/MS: 63Y1597320MW (8.19148.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: CENTERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA PADRE FRANCISCO PITA, 1214, LOJA 03
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 60821050 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 32.812.501/0001-69
PROCESSO: 25351.640754/2019-66 AUTORIZ/MS: 7YY1771L9HM5 (8.19144.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: BAKOKA COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA
ENDEREÇO: rua formosa, 1329 F
BAIRRO: ponta grossa CEP: 57014000 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 18.192.660/0001-87
PROCESSO: 25351.641148/2019-68 AUTORIZ/MS: W80190MLWWY6 (8.19151.2)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: LOJAS LIVIA COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: R JORGE TIBIRICA, 2810
BAIRRO: CENTRO CEP: 15010050 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
CNPJ: 49.975.923/0001-58
PROCESSO: 25351.691016/2019-87 AUTORIZ/MS: 37Y232YHH534 (8.19149.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: A & A ORTOPEDICA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA IZABEL A REDENTORA, 1854
BAIRRO: CENTRO CEP: 83005010 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 09.015.706/0001-00
PROCESSO: 25351.641271/2019-89 AUTORIZ/MS: P3384M124HX1 (8.19152.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: ANCORUP CONSULTORIA EIRELI
ENDEREÇO: AV FORTALEZA, 7, SALA 301 EDIF ROCHA
BAIRRO: ITAPOA CEP: 29101575 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 30.322.230/0001-38
PROCESSO: 25351.611281/2019-90 AUTORIZ/MS: 39W1MW1MX0X7 (8.19134.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: STOCK TEM MEDICAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
ENDEREÇO: rua souza costa 221, sala 01
BAIRRO: tabajaras CEP: 38400232 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 33.379.743/0001-73
PROCESSO: 25351.568737/2019-94 AUTORIZ/MS: W5H19W3YY666 (8.19128.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: JEFFERSON RUY DE CARVALHO - EPP
ENDEREÇO: RUA DAMASCO, 366 - SALA 2
BAIRRO: JARDIM SEMIRAMIS CEP: 06709340 - COTIA/SP
CNPJ: 28.700.499/0001-69
PROCESSO: 25351.576178/2019-96 AUTORIZ/MS: X1X1L0W596W3 (8.18962.8)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
ENDEREÇO: Rua Maringá 2904 Sala 02
BAIRRO: São Cristóvão CEP: 85816280 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.620.735/0001-30
PROCESSO: 25351.638266/2019-99 AUTORIZ/MS: L7M1L94L24H8 (8.19131.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: Embralon Comercial Eireli
ENDEREÇO: Rua Tupinambás, 395

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.112, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

NOBRE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA / 26.117.603/0001-61
25351.234658/2018-00 / 8165501
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2720705225

L C F BARROS DROGARIA - ME / 29.144.358/0001-70
25351.616997/2018-01 / 7608249
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1185707221

VILLE COMERCIO DE COSMETICOS - EIRELI / 02.167.473/0001-03
25351.129110/2017-01 / 2092417
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4258271225

PROLIG SURGICAL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - EPP / 65.417.701/0001-76
25351.484057/2006-02 / 8035081
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4258384224

Arcan Distribuidora de Materiais Cirúrgicos LTDA - ME / 17.320.035/0001-00
25351.323550/2020-05 / 8215481
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4276256224

FARMACIA PORTOFARMA DE MACAE LTDA / 10.429.933/0001-52
25351.241205/2014-06 / 7174981
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294584224

MOKSHA8 BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.591.326/0001-80
25351.499155/2008-06 / 8045256
865 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 0673711226

GAMA CARE DISTRIBUIDORA LTDA. / 17.339.323/0001-07
25351.094521/2017-06 / 8148124
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2714262228

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.372812/2006-07 / 1067863
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4255174229

L A DROGARIA LTDA - EPP / 20.076.621/0001-66
25351.100497/2015-09 / 7364899
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4219956221

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.597044/2014-09 / 1125240
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4258369225

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2944-73
25351.533786/2022-10 / 7903564
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294530225

LUIZ EDUARDO FIGUEREDO / 15.127.697/0001-33
25351.075404/2014-10 / 7109018
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4294767227

FARMACIA KALUG LTDA / 07.297.966/0003-43
25351.140718/2013-10 / 0909542
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294730228

SIDNEI BABORA LTDA / 07.327.367/0001-63
25351.379256/2013-11 / 0952273
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4294901227

AGW COMEX HOSPITALAR LTDA / 21.333.449/0001-41
25351.823837/2021-11 / 4029158
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4252316227

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.372826/2006-12 / 8033077
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4260757229

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.407724/2016-12 / 3071084
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4258370223

CEDIMED COMERCIO ATACADISTA DE IMPLANTES ORTOPEDICOS LTDA / 36.954.143/0001-80
25351.833566/2020-13 / 8207030
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4264185220

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.111049/2009-13 / 3040349
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4259681222

DROGARIA GERMANIA LTDA / 94.964.491/0001-34
25351.190721/2002-13 / 0035544
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1338813226

DROGARIA IRMÃOS VIEIRA LTDA / 04.330.259/0003-13
25351.308231/2014-13 / 7214981
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283128228

ELABORE COSMETICOS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS EIRELI / 34.267.754/0001-24
25351.534437/2022-15 / 8248379
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2785548221

FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 18.233.211/0001-30
25351.659057/2017-17 / 3078719
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4252185220

CASMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 07.332.016/0001-40
25351.267320/2012-18 / 1092237
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4258088226

SLIMFARMA DROGARIA LTDA / 36.060.632/0001-98
25351.074013/2020-18 / 7715522
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294528223
25351.074013/2020-18 / 7715522
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4294979223

CASMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 07.332.016/0001-40
25351.267320/2012-18 / 1092237
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4258131229

FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 18.233.211/0001-30
25351.656869/2017-19 / 2099446
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4252201225

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.668032/2014-19 / 3061302
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4258342220

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.069436/2008-20 / 2046633
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4259377221

E. L. de Lima Descartáveis ME / 00.178.197/0001-53
25351.650704/2020-21 / 8204229
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2720633224

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.334457/2008-21 / 2047349
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4258558222

PMEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 36.446.119/0001-30
25351.088321/2020-21 / 8209806
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2714390226

BOSSA SKINCARE COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA / 44.362.021/0001-22
25351.074952/2022-24 / 4046276
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4263841221

LOGIS COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS LTDA / 22.726.825/0001-20
25351.363241/2019-26 / 4011249
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2714328229

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.337296/2008-28 / 8044844
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4257972220

VIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 28.259.887/0001-56
25351.031563/2018-28 / 1174124
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4258058220

LAPORE INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 36.876.427/0001-03
25351.368980/2021-29 / 4032693
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4225986225

ALESSANDRA SILVA DE SANTANA / 10.402.735/0001-03
25351.388009/2009-29 / 0608060
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294559223

KOSMETIC INDUSTRIA EIRELI / 12.164.418/0001-13
25351.466438/2021-31 / 4039765
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714555225

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.669930/2014-32 / 1126549
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4258035220

BARRETO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA / 40.411.038/0001-71
25351.239581/2022-32 / 1272610
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2720676225

SYGAX LOGÍSTICA LTDA / 16.915.192/0001-04
25351.540397/2022-32 / 1275040
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4264023220

ORTHO SURGICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 33.438.221/0001-03
25351.514861/2022-35 /
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4270555220

CIRURGICA PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 34.479.558/0001-13
25351.578222/2020-36 / 4022973
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4276406226

AXIALMED - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES DO BRASIL LTDA / 38.259.712/0001-00
25351.752609/2021-41 / 8230868
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4252119227

ELIZABETH ARDEN COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA. / 15.070.869/0001-80
25351.512840/2013-48 / 2070549
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4257973226

NATBIO IMPORTADORA LTDA / 12.671.880/0001-07
25351.392878/2014-49 / 8106574
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 7220323212

DROGARIA SOUSA & SOUSA ABAETÉ LTDA / 00.494.231/0001-07
25351.756841/2013-49 / 7077673
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4248982222

CASMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 07.332.016/0001-40
25351.267357/2012-51 / 8085629
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4258313220
25351.267357/2012-51 / 8085629
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4258259225

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.231683/2008-51 / 2047198
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4258079227

PRAIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. / 82.858.903/0001-72
25351.070582/2019-51 / 3085372
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4270407221

FAMADER FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 08.145.933/0001-89
25351.321294/2006-55 / 0471261
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2720601225

FARMACIA EL KIK DE MIRACEMA LTDA ME / 19.039.092/0001-41
25351.042367/2014-55 / 7096775
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1453818221

E.M.F DA SILVA COSTA EIRELI / 26.113.505/0001-56
25351.097278/2022-56 / 3111754
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4270427221

GERAIS, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 04.491.780/0001-70
25351.341945/2017-58 / 1166743
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4276127220

WELDEK COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 06.067.006/0001-62
25351.121216/2014-62 / 7130478
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0990570223

AUGURI - COM. DE PROD. E EQUIP. CIR. LTDA / 14.788.174/0001-75
25351.390916/2012-63 / 8088474
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4270396229

TRANSPORTADORA DO VALE LTDA / 01.329.621/0001-86
25351.163671/2004-63 / 1059841
70795 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 2720746223

LIFE SERVICE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 22.663.105/0001-63
25351.021095/2019-64 / 8177452
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4258227226
25351.021095/2019-64 / 8177452
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4258169226

NATBIO IMPORTADORA LTDA / 12.671.880/0001-07
25351.392915/2014-65 / 2074693
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 7222012214

AGW COMEX HOSPITALAR LTDA / 21.333.449/0001-41
25351.823829/2021-67 / 8215420
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4252314224

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI / 34.620.735/0001-30
25351.638303/2019-69 / 1196358
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4270441224

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.231667/2008-69 / 8044386
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4258327221

E&A COMERCIAL FARMACEUTICA CIA LTDA - ME / 40.286.855/0001-45
25351.881179/2021-74 / 7830786
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294568222

D. P. AGUIAR DOS SANTOS FARMACIA-ME / 21.610.311/0001-42
25351.102538/2016-74 / 7458399
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4294798227

Curae med importadora e distribuidora de equipamentos médicos hospitalares / 31.749.156/0001-01
25351.848628/2018-77 / 8178400
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714451225

INTRADENT DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA / 29.737.330/0001-46
25351.230604/2020-81 / 8213415
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4270788224
25351.230749/2020-82 / 1245041
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4270633221

JKL BIOTECH S.A / 33.286.926/0001-44
25351.499661/2020-83 / 8201101
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2720376221

DROGALIRA FORMULAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA EPP / 01.031.579/0008-99
25351.023737/2021-84 / 7873666
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4294694228

CONCEPT COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.091.081/0001-55
25351.242057/2020-87 / 8210405
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4276430224

VIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 28.259.887/0001-56
25351.031546/2018-91 / 8161803
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4258462225

EGAL TRATAMENTOS CAPILARES S.A. / 29.872.879/0001-43
25351.575953/2022-91 / 8249084
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4258069221

FARMA FIRME COMÉRCIO LTDA / 42.377.244/0001-38
25351.717061/2021-93 / 7821880
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4295001225

ALFREDO QUEIROZ RODRIGUES DE CARVALHO FILHO ME / 20.515.974/0001-15
25351.589637/2014-97 / 7297744
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4673457211

C & J ARAUJO LTDA ME / 18.786.712/0001-43
25351.686502/2013-98 / 7050212
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1359409220

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI / 34.620.735/0001-30
25351.638266/2019-99 / 8191313
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4270450223

G.F.E. DO BRASIL LTDA. / 55.126.981/0001-00
25004.400077/97 / 1033478
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2720770221

QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA. / 01.334.250/0001-20
25004.008986/97-44 / 1032225
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4257935227

CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 31.274.384/0001-64
25000.033782/98-44 / 3022242
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4276156220
25000.031305/97-63 / 1034288
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4276155223

HIDRAL QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 76.265.867/0001-30
25023.000138/88 / 3012306
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4252332222

MP COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 65.831.943/0001-01
25000.026734/99-62 / 1043608
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4252366224

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.113, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SQ DO BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 11.085.809/0001-80
25351.829523/2021-14 / 8229598
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 0369284224

LAPORE INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 36.876.427/0001-03
25351.666736/2020-48 / 3099916
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4291442220

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.114, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA SOARES MARTINS LTDA / 23.322.398/0002-69
25351.135739/2022-04 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4325275223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

VILAFARMAVR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LIMITADA / 45.001.692/0001-20
25351.135753/2022-08 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4325297227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA

CNPJ

34.620.735/0001-30

Nome Fantasia

GHOLDMED DISTRIBUIDORA

Endereço na Internet

SAC

4533067151

Endereço Completo

R RAFAEL PICOLI, 978 SALA 3 - CENTRO CEP: 85.812-180

Cidade/UF

CASCAVEL/PR

Responsável Técnico

GABRIELLA CINTHYANE TEIXEIRA

Responsável Legal

RODRIGO BATISTEL BARBOSA

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.19635-8

Data do Cadastro

09/12/2019

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.638303/2019-69

Cadastro

1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

ANEXO

Fabricante: Bio-Rad Medical Diagnostics GmbH
Endereço: Industriestr. 4, D-63303, Dreieich, Alemanha
Solicitante: Diamed Latino América S.A. CNPJ: 71.015.853/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.00.040-4 Expedientes: 0423894/19-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Bioarray Solutions
Endereço: 35 Technology Dr. Suite 100, 07059, Warren, New Jersey, Estados Unidos da América
Solicitante: pH7 Comércio e Representações de Produtos para Diagnósticos CNPJ: 59.920.132/0001-84
Autorização de Funcionamento: 8.03.919-1 Expediente: 0293586/18-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Cochlear Limited
Endereço: 14 Mars Road, Lane Cove, Sidney, NSW, 2066, Austrália
Solicitante: Politec Importação e Comércio Ltda CNPJ: 43.894.609/0001-64
Autorização de Funcionamento: 1.01.780-1 Expediente: 0356124/19-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Eove
Endereço: 04 Boulevard Lucien Favre, Immeuble Poincaré, Pau, 64000, França.
Solicitante: Air Liquide Medical System do Brasil Ltda. CNPJ: 11.657.773/0001-61
Autorização de Funcionamento: 8.08.865-6 Expediente: 0780649/19-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Innovasis, Inc
Endereço: 614 East 3900 South, 84107, Salt Lake City, Utah, Estados Unidos da América
Solicitante: Mantaray Importação e Comércio de Produtos Médicos e Cirúrgicos Ltda CNPJ: 14.394.549/0001-12
Autorização de Funcionamento: 8.09.035-5 Expediente: 1118762/18-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Medtronic Navigation, Inc.
Endereço: 1480 Arthur Avenue, Louisville, Colorado, 80027, Estados Unidos da América
Solicitante: Medtronic Comercial Ltda. CNPJ: 01.772.798/0001-52
Autorização de Funcionamento: 1.03.391-9 Expediente: 0380403/19-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: William Cook Europe ApS
Endereço: Sandet 6 - 4632 - Bjaeverskov, Dinamarca
Solicitante: E. Tamussino e Cia Ltda CNPJ: 33.100.082/0001-03
Autorização de Funcionamento: 1.02.129-9 Expediente: 0525849/19-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.458, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Ningbo Verykind Medical Device Co., Ltd
Endereço: #100, Jinghua Road, High-tech Industrial Development Zone Ningbo - Zhejiang - China
Solicitante: Oltramed Comércio de Produtos Médicos Ltda - EPP CNPJ: 14.829.987/0001-66
Autorização de Funcionamento: 8.14.257-8 Expediente: 0516694/19-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV

Fabricante: Obalon Therapeutics, Inc.
Endereço: 5421 Avenida Encinas, Suite F - Carlsbad - California 92008 - Estados Unidos da América
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - Me CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 0236171/19-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III

Fabricante: Promm Indústria de Materiais Cirúrgicos Ltda CNPJ: 94.970.142/0001-25
Endereço: Avenida Pátria, 312, São Geraldo, Porto Alegre- RS CEP: 90230-070
Autorização: 1.04.473-9 Expediente: 0439128/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.471, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Biozenthi Biotecnologia Ltda. - CNPJ: 12.318.178/0001-64
Produto - (Lote): CREME HIDRATANTE PURESUN(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 3324194/19-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerado que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 2 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.441, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: CENTERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA PADRE FRANCISCO PITA, 1214, LOJA 03
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 60821050 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 32.812.501/0001-69
PROCESSO: 25351.640845/2019-00 AUTORIZ/MS: 4.01551.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MANAOS TRANSPORTE DE CARGAS E NAVEGACAO EIRELI
ENDEREÇO: AV COSME FERREIRA, 2010 - GALPAO01
BAIRRO: COROADO CEP: 69082230 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.998.370/0001-49
PROCESSO: 25351.585128/2019-08 AUTORIZ/MS: 4.01548.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JEFFERSON RUY DE CARVALHO - EPP
ENDEREÇO: RUA DAMASCO, 366 - SALA 2
BAIRRO: JARDIM SEMIRAMIS CEP: 06709340 - COTIA/SP
CNPJ: 28.700.499/0001-69
PROCESSO: 25351.576190/2019-09 AUTORIZ/MS: 4.01460.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NEW R & D TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI
ENDEREÇO: Avenida PREFEITO JOAO VILALLOBO QUERO 1505
BAIRRO: JARDIM BELVAL CEP: 06422122 - BARUERI/SP
CNPJ: 10.795.414/0001-08
PROCESSO: 25351.641267/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01553.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: SKYSHIP IMPORTACAO E COMERCIO DE ARTIGOS DE USO PESSOAL EIRELI
ENDEREÇO: ACB, Nº 552, QUADRA 03, LOTE 01 A 11, SALA 02
BAIRRO: CIA SUL CEP: 43700000 - SIMÕES FILHO/BA
CNPJ: 17.084.536/0001-35
PROCESSO: 25351.640979/2019-12 AUTORIZ/MS: 4.01552.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GONCALVES & PORTO TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DA AMIZADE 1553
BAIRRO: VILA CARLOTA CEP: 13175490 - SUMARÉ/SP
CNPJ: 23.906.668/0001-06
PROCESSO: 25351.460473/2019-21 AUTORIZ/MS: 4.01550.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: TRANSPORTES FARIAS FAZ LTDA - EPP
ENDEREÇO: RODOVIA BR 280 - Nº 5065, GALPÃO D
BAIRRO: COLÉGIO AGRÍCOLA CEP: 89245000 - ARAQUARI/SC
CNPJ: 13.817.856/0001-04
PROCESSO: 25351.638217/2019-56 AUTORIZ/MS: 4.01547.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: UP DENT IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: AV DAS ROSAS, Nº 841
BAIRRO: JARDIM MOTORAMA CEP: 12224000 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 20.306.488/0001-97
PROCESSO: 25351.576204/2019-86 AUTORIZ/MS: 4.01459.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Human Concierge Logística Eireli
ENDEREÇO: Rua Capitão Augusto Franco 146
BAIRRO: centro CEP: 18035615 - SOROCABA/SP
CNPJ: 13.185.208/0001-74
PROCESSO: 25351.536765/2019-42 AUTORIZ/MS: 1.19428.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SIMONE TEIXEIRA FORTES
ENDEREÇO: AV TOMAZ ALVES DE FIGUEIREDO, 1100, CASA 01
BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL CEP: 12609166 - LORENA/SP
CNPJ: 34.170.836/0001-56
PROCESSO: 25351.576175/2019-52 AUTORIZ/MS: 1.19502.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
ENDEREÇO: Rua Maringá 2904 Sala 02
BAIRRO: São Cristóvão CEP: 85816280 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.620.735/0001-30
PROCESSO: 25351.638303/2019-69 AUTORIZ/MS: 1.19635.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.112, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

NOBRE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA / 26.117.603/0001-61
25351.234658/2018-00 / 8165501
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2720705225

L C F BARROS DROGARIA - ME / 29.144.358/0001-70
25351.616997/2018-01 / 7608249
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1185707221

VILLE COMERCIO DE COSMETICOS - EIRELI / 02.167.473/0001-03
25351.129110/2017-01 / 2092417
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4258271225

PROLIG SURGICAL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - EPP / 65.417.701/0001-76
25351.484057/2006-02 / 8035081
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4258384224

Arcan Distribuidora de Materiais Cirúrgicos LTDA - ME / 17.320.035/0001-00
25351.323550/2020-05 / 8215481
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4276256224

FARMACIA PORTOFARMA DE MACAE LTDA / 10.429.933/0001-52
25351.241205/2014-06 / 7174981
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294584224

MOKSHA8 BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.591.326/0001-80
25351.499155/2008-06 / 8045256
865 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 0673711226

GAMA CARE DISTRIBUIDORA LTDA. / 17.339.323/0001-07
25351.094521/2017-06 / 8148124
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2714262228

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.372812/2006-07 / 1067863
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4255174229

L A DROGARIA LTDA - EPP / 20.076.621/0001-66
25351.100497/2015-09 / 7364899
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4219956221

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.597044/2014-09 / 1125240
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4258369225

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2944-73
25351.533786/2022-10 / 7903564
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294530225

LUIZ EDUARDO FIGUEREDO / 15.127.697/0001-33
25351.075404/2014-10 / 7109018
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4294767227

FARMACIA KALUG LTDA / 07.297.966/0003-43
25351.140718/2013-10 / 0909542
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294730228

SIDNEI BABORA LTDA / 07.327.367/0001-63
25351.379256/2013-11 / 0952273
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4294901227

AGW COMEX HOSPITALAR LTDA / 21.333.449/0001-41
25351.823837/2021-11 / 4029158
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4252316227

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.372826/2006-12 / 8033077
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4260757229

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.407724/2016-12 / 3071084
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4258370223

CEDIMED COMERCIO ATACADISTA DE IMPLANTES ORTOPEDICOS LTDA / 36.954.143/0001-80
25351.833566/2020-13 / 8207030
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4264185220

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.111049/2009-13 / 3040349
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4259681222

DROGARIA GERMANIA LTDA / 94.964.491/0001-34
25351.190721/2002-13 / 0035544
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1338813226

DROGARIA IRMÃOS VIEIRA LTDA / 04.330.259/0003-13
25351.308231/2014-13 / 7214981
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283128228

ELABORE COSMETICOS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS EIRELI / 34.267.754/0001-24
25351.534437/2022-15 / 8248379
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2785548221

FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 18.233.211/0001-30
25351.659057/2017-17 / 3078719
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4252185220

CASMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 07.332.016/0001-40
25351.267320/2012-18 / 1092237
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4258088226

SLIMFARMA DROGARIA LTDA / 36.060.632/0001-98
25351.074013/2020-18 / 7715522
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294528223
25351.074013/2020-18 / 7715522
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4294979223

CASMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 07.332.016/0001-40
25351.267320/2012-18 / 1092237
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4258131229

FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 18.233.211/0001-30
25351.656869/2017-19 / 2099446
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4252201225

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.668032/2014-19 / 3061302
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4258342220

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 08.139.622/0001-07
25351.069436/2008-20 / 2046633
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4259377221

E. L. de Lima Descartáveis ME / 00.178.197/0001-53
25351.650704/2020-21 / 8204229
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2720633224

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.334457/2008-21 / 2047349
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4258558222

PMEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 36.446.119/0001-30
25351.088321/2020-21 / 8209806
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2714390226

BOSSA SKINCARE COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA / 44.362.021/0001-22
25351.074952/2022-24 / 4046276
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4263841221

LOGIS COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS LTDA / 22.726.825/0001-20
25351.363241/2019-26 / 4011249
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2714328229

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 02.477.571/0001-47
25351.337296/2008-28 / 8044844
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4257972220

VIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 28.259.887/0001-56
25351.031563/2018-28 / 1174124
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4258058220

LAPORE INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 36.876.427/0001-03
25351.368980/2021-29 / 4032693
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4225986225

ALESSANDRA SILVA DE SANTANA / 10.402.735/0001-03
25351.388009/2009-29 / 0608060
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294559223

KOSMETIC INDUSTRIA EIRELI / 12.164.418/0001-13
25351.466438/2021-31 / 4039765
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714555225

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.669930/2014-32 / 1126549
70800 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - RAZÃO SOCIAL / 4258035220

BARRETO COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA / 40.411.038/0001-71
25351.239581/2022-32 / 1272610
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2720676225

SYGAX LOGÍSTICA LTDA / 16.915.192/0001-04
25351.540397/2022-32 / 1275040
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4264023220

ORTHO SURGICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 33.438.221/0001-03
25351.514861/2022-35 /
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4270555220

CIRURGICA PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 34.479.558/0001-13
25351.578222/2020-36 / 4022973
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4276406226

AXIALMED - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES DO BRASIL LTDA / 38.259.712/0001-00
25351.752609/2021-41 / 8230868
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4252119227

ELIZABETH ARDEN COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA. / 15.070.869/0001-80
25351.512840/2013-48 / 2070549
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4257973226

NATBIO IMPORTADORA LTDA / 12.671.880/0001-07
25351.392878/2014-49 / 8106574
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 7220323212

DROGARIA SOUSA & SOUSA ABAETÉ LTDA / 00.494.231/0001-07
25351.756841/2013-49 / 7077673
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4248982222

CASMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA / 07.332.016/0001-40
25351.267357/2012-51 / 8085629
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4258313220
25351.267357/2012-51 / 8085629
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4258259225

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.231683/2008-51 / 2047198
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 4258079227

PRAIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. / 82.858.903/0001-72
25351.070582/2019-51 / 3085372
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4270407221

FAMADER FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 08.145.933/0001-89
25351.321294/2006-55 / 0471261
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 2720601225

FARMACIA EL KIK DE MIRACEMA LTDA ME / 19.039.092/0001-41
25351.042367/2014-55 / 7096775
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1453818221

E.M.F DA SILVA COSTA EIRELI / 26.113.505/0001-56
25351.097278/2022-56 / 3111754
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4270427221

GERAIS, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 04.491.780/0001-70
25351.341945/2017-58 / 1166743
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4276127220

WELDEK COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 06.067.006/0001-62
25351.121216/2014-62 / 7130478
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0990570223

AUGURI - COM. DE PROD. E EQUIP. CIR. LTDA / 14.788.174/0001-75
25351.390916/2012-63 / 8088474
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4270396229

TRANSPORTADORA DO VALE LTDA / 01.329.621/0001-86
25351.163671/2004-63 / 1059841
70795 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 2720746223

LIFE SERVICE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 22.663.105/0001-63
25351.021095/2019-64 / 8177452
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4258227226
25351.021095/2019-64 / 8177452
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4258169226

NATBIO IMPORTADORA LTDA / 12.671.880/0001-07
25351.392915/2014-65 / 2074693
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 7222012214

AGW COMEX HOSPITALAR LTDA / 21.333.449/0001-41
25351.823829/2021-67 / 8215420
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4252314224

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI / 34.620.735/0001-30
25351.638303/2019-69 / 1196358
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4270441224

JADLOG LOGISTICA S.A / 04.884.082/0001-35
25351.231667/2008-69 / 8044386
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4258327221

E&A COMERCIAL FARMACEUTICA CIA LTDA - ME / 40.286.855/0001-45
25351.881179/2021-74 / 7830786
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4294568222

D. P. AGUIAR DOS SANTOS FARMACIA-ME / 21.610.311/0001-42
25351.102538/2016-74 / 7458399
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4294798227

Curae med importadora e distribuidora de equipamentos médicos hospitalares / 31.749.156/0001-01
25351.848628/2018-77 / 8178400
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714451225

INTRADENT DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA / 29.737.330/0001-46
25351.230604/2020-81 / 8213415
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4270788224
25351.230749/2020-82 / 1245041
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4270633221

JKL BIOTECH S.A / 33.286.926/0001-44
25351.499661/2020-83 / 8201101
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2720376221

DROGALIRA FORMULAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA EPP / 01.031.579/0008-99
25351.023737/2021-84 / 7873666
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4294694228

CONCEPT COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.091.081/0001-55
25351.242057/2020-87 / 8210405
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4276430224

VIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 28.259.887/0001-56
25351.031546/2018-91 / 8161803
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4258462225

EGAL TRATAMENTOS CAPILARES S.A. / 29.872.879/0001-43
25351.575953/2022-91 / 8249084
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4258069221

FARMA FIRME COMÉRCIO LTDA / 42.377.244/0001-38
25351.717061/2021-93 / 7821880
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4295001225

ALFREDO QUEIROZ RODRIGUES DE CARVALHO FILHO ME / 20.515.974/0001-15
25351.589637/2014-97 / 7297744
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4673457211

C & J ARAUJO LTDA ME / 18.786.712/0001-43
25351.686502/2013-98 / 7050212
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1359409220

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI / 34.620.735/0001-30
25351.638266/2019-99 / 8191313
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4270450223

G.F.E. DO BRASIL LTDA. / 55.126.981/0001-00
25004.400077/97 / 1033478
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2720770221

QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA. / 01.334.250/0001-20
25004.008986/97-44 / 1032225
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4257935227

CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 31.274.384/0001-64
25000.033782/98-44 / 3022242
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4276156220
25000.031305/97-63 / 1034288
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4276155223

HIDRAL QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 76.265.867/0001-30
25023.000138/88 / 3012306
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4252332222

MP COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 65.831.943/0001-01
25000.026734/99-62 / 1043608
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4252366224

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.113, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SQ DO BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 11.085.809/0001-80
25351.829523/2021-14 / 8229598
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 0369284224

LAPORE INDUSTRIA QUIMICA LTDA / 36.876.427/0001-03
25351.666736/2020-48 / 3099916
719 - AFE - CANCELAMENTO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS / 4291442220

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.114, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA SOARES MARTINS LTDA / 23.322.398/0002-69
25351.135739/2022-04 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4325275223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

VILAFARMAVR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LIMITADA / 45.001.692/0001-20
25351.135753/2022-08 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4325297227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA

CNPJ

34.620.735/0001-30

Nome Fantasia

GHOLDMED DISTRIBUIDORA

Endereço na Internet

SAC

4533067151

Endereço Completo

R RAFAEL PICOLI, 978 SALA 3 - CENTRO CEP: 85.812-180

Cidade/UF

CASCAVEL/PR

Responsável Técnico

GABRIELLA CINTHYANE TEIXEIRA

Responsável Legal

RODRIGO BATISTEL BARBOSA

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.19636-1

Data do Cadastro

09/12/2019

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.638274/2019-35

Cadastro

1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: SÓLIDA HOSPITALAR - DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA AYRTON SENNA, 3000, GRP PARTE III, LJ 107, GRP PARTE III, LJ 108
BAIRRO: BARRA DA TIJUCA CEP: 22775003 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 21.196.966/0001-16
PROCESSO: 25351.169534/2015-65 AUTORIZ/MS: 74310XY44M5M (8.11896.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: LAKE COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA EPP
ENDEREÇO: AV CIRCULAR Nº 1192, QD. 26, LT 6-E, SALA 08 E 09
BAIRRO: SETOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA CEP: 74823020 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 06.246.178/0001-01
PROCESSO: 25351.054347/2012-81 AUTORIZ/MS: PHX583Y45HL8 (8.08394.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: AVON COSMÉTICOS LTDA.
ENDEREÇO: R TRES, 135, SALA 01
BAIRRO: DO COMERCIO CEP: 32152006 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 56.991.441/0005-80
PROCESSO: 25351.237586/2016-89 AUTORIZ/MS: 5Y3389X54889 (8.13974.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ENDEREÇO: AV. LUIS VIANA FILHO, 6462, EMPRESARIAL WALL STREET, TORRE EAST, SALA 606
BAIRRO: PARALELA CEP: 41730101 - SALVADOR/BA
CNPJ: 20.608.438/0001-64
PROCESSO: 25351.696335/2014-99 AUTORIZ/MS: HW210X6442X5 (8.11467.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
TOTAL DE EMPRESAS : 16

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.443, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
ENDEREÇO: Rua Maringá 2904 Sala 02
BAIRRO: São Cristóvão CEP: 85816280 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.620.735/0001-30
PROCESSO: 25351.638274/2019-35 AUTORIZ/MS: 1.19636.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: RODOFAR LOGISTICA INTEGRADA EIRELI
ENDEREÇO: AV DEPUTADO RENATO AZEREDO 3816
BAIRRO: JARDIM UMUARAMA CEP: 37411040 - TRÊS CORAÇÕES/MG
CNPJ: 28.287.523/0006-94
PROCESSO: 25351.384878/2019-56 AUTORIZ/MS: 1.19637.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: M. DOS S. LOFIEGO EIRELI
ENDEREÇO: R PROMECIO, 534
BAIRRO: VILA DA PRATA CEP: 69030510 - MANAUS/AM
CNPJ: 07.688.438/0001-53
PROCESSO: 25351.562584/2019-71 AUTORIZ/MS: 1.19487.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ARES COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE ATENÇÃO A SAÚDE LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA MAJOR GABRIEL N. 837
BAIRRO: CENTRO CEP: 69020000 - MANAUS/AM
CNPJ: 23.046.446/0001-52
PROCESSO: 25351.576213/2019-77 AUTORIZ/MS: 1.19504.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SHUTTLE LOGISTICA INTEGRADA LTDA
ENDEREÇO: Rodovia Washington Luiz 2569 Armazem 11 e 12 Quadra E
BAIRRO: Parque Duque CEP: 25085008 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 04.711.147/0002-21
PROCESSO: 25351.638587/2019-93 AUTORIZ/MS: 1.19642.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: CMS Cientifica do Brasil Eireli
ENDEREÇO: rua santa gertrudes, 869
BAIRRO: centro CEP: 13150017 - COSMÓPOLIS/SP
CNPJ: 31.923.850/0001-95
PROCESSO: 25351.641181/2019-98 AUTORIZ/MS: 1.19646.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: CENTERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA PADRE FRANCISCO PITA, 1214, LOJA 03
BAIRRO: JARDIM DAS OLIVEIRAS CEP: 60821050 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 32.812.501/0001-69
PROCESSO: 25351.640759/2019-99 AUTORIZ/MS: 1.19643.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 7

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.444, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento da Empresas constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: UNINOVA LABORATÓRIO INDUSTRIAL LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA BARÃO DO AMAZONAS 1632 SALA 101 TÉRREO
BAIRRO: PARTENON CEP: 90670005 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 14.278.967/0001-44
PROCESSO: 25351.467103/2014-28 AUTORIZ/MS: 2.07555.0
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Não cumprimento da Exigência feita por meio dos ofícios eletrônicos de n°s 0959020190 e 0959047191. A empresa deverá solicitar nova Autorização de Funcionamento.
_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 1

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.445, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: ELISANGELA BEZERRA DA ROCHA MARTINIANO
ENDEREÇO: RUA CORONEL PARANHOS, 761
BAIRRO: JACINTINHO CEP: 57040000 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 28.997.530/0001-75
PROCESSO: 25351.675729/2019-01
AUTORIZ/MS: 7.69373-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: HIPERMED SOLUÇÕES INTELIGENTES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA
ENDEREÇO: R PERNAMBUCO, 1107 LOJA 01
BAIRRO: ESTADOS CEP: 83830205 - FAZENDA RIO GRANDE/PR
CNPJ: 05.726.829/0001-90
PROCESSO: 25351.675486/2019-01
AUTORIZ/MS: 7.69376-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: VIVIANE RODRIGUES DA SILVA EIRELI
ENDEREÇO: RUA CLETO CAMPELO, 119
BAIRRO: CENTRO CEP: 55641000 - GRAVATÁ/PE
CNPJ: 34.745.645/0001-75
PROCESSO: 25351.678871/2019-01
AUTORIZ/MS: 7.69478-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA COMENDADOR PARADA, 166 176
BAIRRO: CENTRO CEP: 18170000 - PIEDADE/SP
CNPJ: 61.585.865/2318-03
PROCESSO: 25351.670174/2019-01
AUTORIZ/MS: 7.69267-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: igor drager goncalves me
ENDEREÇO: rua dos jesuitas, 51

Manipulart Farmacia de Manipulação LTDA - EPP / 02.141.932/0003-41
25351.117611/2022-51 / 1276886
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4294679224

AHCOR COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 37.556.213/0001-04
25351.124108/2022-51 / 1276807
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4306881229

MEDFLEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI / 31.123.309/0001-00
25351.139956/2022-65 / 1276915
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4331895220
---
sulminas cargo transportes ltda / 30.296.133/0001-18
25351.140054/2022-71 / 1276950
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4332078225

A. PINHEIRO FARIAS EIRELI / 14.242.626/0001-19
25351.139908/2022-77 / 1277037
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4331814220

Impulse Produtos Hospitalares Ltda / 42.322.863/0001-25
25351.142763/2022-91 / 1277010
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4338645229

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.216, DE 6 DE JULHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOAGRI LABORATÓRIOS LTDA / 62.473.004/0001-44
25351.148246/2017-03 / 1164222
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 1376621223

DIMEBRAS DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA / 42.545.039/0001-34
25351.062934/2022-08 / 1270272
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4270271221

QUICK LOGISTICA LTDA / 03.176.032/0008-07
25351.617294/2015-08 / 1146831
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4246936227

NNMED-DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA / 15.218.561/0001-39
25351.427772/2014-19 / 1109218
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4300078220

GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI / 34.620.735/0001-30
25351.638274/2019-35 / 1196361
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4270242221

ARMAGNI & WERLANG LTDA. -ME / 17.057.898/0001-37
25351.673215/2012-37 / 0883820
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4246861227

RR MEDICAL EIRELI / 33.202.407/0001-50
25351.739389/2019-46 / 1197981
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4232979221

Laboratorio Tiaraju Alimentos e Cosméticos S/A / 08.352.440/0002-09
25351.207421/2020-62 / 1237031
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4232695222

CHEMICALTECH FARMACEUTICA LTDA / 03.959.540/0001-95
25351.313400/2016-69 / 1157941
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4299758226
---
new life comercio de medicamentos eirelli / 29.316.592/0001-37
25351.196143/2019-77 / 1188213
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2724723228

SYGAX LOGÍSTICA LTDA / 16.915.192/0001-04
25351.540398/2022-87 / 1275053
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4264400228

JEOVA JIREH GESTAO DE ESTOQUE EM LOGISTICA BR LTDA / 20.209.036/0003-59
25351.262118/2022-94 / 1273049
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4287980221

STARMED TRANSPORTES LTDA / 04.050.018/0001-59
25351.026316/2022-96 / 1269412
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 4299872223

VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA. / 24.893.687/0009-57
25351.867060/2021-99 / 1273052
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4264190223

LABORVIDA LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA. / 31.111.412/0001-22
25000.007700/93-38 / 1203547
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4288002222

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.217, DE 6 DE JULHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização Especial das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PTC FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. / 25.210.463/0001-09
25351.358130/2016-57 / 1158583
7048 - AE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3266085213

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.218, DE 6 DE JULHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SANTA FÉ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI / 40.182.638/0001-05
25351.140087/2022-11 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4332161220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Relatório de Inspeção descrevendo a capacidade da empresa para executar a atividade relacionada a substâncias sujeitas ao controle especial, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15, § 4º e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

PHARMADINÂMICA FARMÁCIA MAGISTRAL LTDA / 61.950.291/0002-54
25351.102061/2022-75 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4265716224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo Ida RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local não contempla a manipulação de substâncias sujeitas a controle especial, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.219, DE 6 DE JULHO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOFLORA COM. MEDICAMENTOS EIRELI - ME / 22.917.649/0001-04
25351.286859/2016-12 / 1157739
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4270040220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS 6 DE JULHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46245.005566/2017-11	213624711	Radio Jornal Cidade de Juiz de Fora Ltda - Me	MG
2	46237.001329/2018-52	215530811	Sebastiao Carlos Chaves Dutra	MG
3	46653.000042/2018-02	213725894	Usina Acucareira Passos S.A.	MG
4	14152.037630/2020-62	219404810	Alimentos Dallas Industria e Comercio Ltda	MS
5	14152.037631/2020-15	219404828	Alimentos Dallas Industria e Comercio Ltda	MS
6	14152.037632/2020-51	219404836	Alimentos Dallas Industria e Comercio Ltda	MS
7	14152.076811/2020-12	219784779	Alimentos Dallas Industria e Comercio Ltda	MS
8	14152.076842/2020-65	219785082	Alimentos Dallas Industria e Comercio Ltda	MS
9	14152.076848/2020-32	219785147	Alimentos Dallas Industria e Comercio Ltda	MS
10	14152.080317/2020-44	219813809	Imply Rental Locacao de Equipamentos e Servicos Ltda.	RS
11	14152.080721/2020-18	219817847	Imply Tecnologia Eletronica Ltda	RS
12	14152.080345/2020-61	219814082	Magic Games Empreendimentos Comerciais Ltda	RS

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90824469-98	34.620.735/0001-30	08/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA**
Título do Estabelecimento	**GHOLDMED DISTRIBUIDORA**
Endereço do Estabelecimento	**RUA RAFAEL PICOLI, 978, SL 3 - CENTRO - CEP 85812-180 FONE: (45) 3306-7151**
Município de Instalação	**CASCAVEL - PR, DESDE 08/2019**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / SUBLIMITE SIMPLES NACIONAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 01/2023**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**042.730.189-00**	**RODRIGO BATISTEL BARBOSA**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 26/02/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90824469-98

Emitido Eletronicamente via Internet
27/01/2023 16:17:55

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 34.620.735/0001-30
Certidão nº: 37792723/2022
Expedição: 03/11/2022, às 16:05:29
Validade: 02/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.620.735/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
34.620.735/0001-30 **MATRIZ**		**22/08/2019**

NOME EMPRESARIAL
GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
GHOLDMED DISTRIBUIDORA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RAFAEL PICOLI	**978**	**SALA 3**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.812-180	**CENTRO**	**CASCAVEL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
GHOLDMED@HOTMAIL.COM	**(45) 3226-7385**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**22/08/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/01/2023** às **10:23:12** (data e hora de Brasília).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
26115	31/03/2027	CEF06CEEE4D56A432DE06FFC5BF788C1

243736

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSP - EIRELI

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA GHOLDMED

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA RAFAEL PICOLI 978 SL 03	34.620.735/0001-30

LOCALIDADE	CIDADE - UF
CENTRO	CASCAVEL-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	29357	GABRIELLA CINTHYANE TEIXEIRA	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 18 de Maio de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e artigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 028879753-13

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **34.620.735/0001-30**
Nome: **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 15/04/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (16/12/2022 10:56:20)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ: 34.620.735/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:50:55 do dia 31/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/04/2023.
Código de controle da certidão: **2FB4.D88C.CDA8.ACDD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 34.620.735/0001-30
Razão Social: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Endereço: R RAFAEL PICOLI 978 SALA 03 / CENTRO / CASCAVEL / PR / 85812-180

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/01/2023 a 25/02/2023

Certificação Número: 2023012702272929718060

Informação obtida em 27/01/2023 15:50:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 206767/2022

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**473750805**
Nome/Razão:	**GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI**
CNPJ/CPF:	**34.620.735/0001-30**
Endereço:	**RUA RAFAEL PICOLI, 978**
Complemento:	**SALA 03**
Bairro:	**CENTRO** **CEP:** 85.812-180
Cidade:	**Cascavel - PR**

[REQUERENTE]

Código:	473750805
Nome/Razão:	GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ/CPF:	34.620.735/0001-30

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 16 de dezembro de 2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-BTCRSXPEVXUCIE-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA Nº 974/2022

VENCIMENTO: 06 / 06 / 2023

Razão Social: Gholdmed Distribuidora de Produtos Hospitalares - Eireli
Nome Fantasia: Gholdmed Distribuidora
CNPJ: 34.620.735/0001-30
Endereço: Rafael Picoli, 978 - Sala 03 - Centro - Cascavel/PR - 85812-180

ATIVIDADES LICENCIADAS:

4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos

OBSERVAÇÃO: Atividades autorizadas: Armazenar, Distribuir e Expedir Medicamentos (AFE n° 1.19.635-8), Armazenar, Distribuir e Expedir Medicamentos Especiais (AE n° 1.19.636-1), Armazenar, Distribuir e Expedir Produtos para saúde (AFE n°8.19.131-3).

LOCAL E DATA: Cascavel, 06 de Junho de 2022

MIROSLAU BAILAK
Gestor da Vigilância Sanitária

Código de Autenticidade: 23282FB4A33D2271406DCAF7A9C10CB6
Endereço para Validação: https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca

Concede a presente Licença Sanitária, sendo que seu(s) responsável (is) assume (m) cumprir a legislação vigente e observar as Boas Práticas referentes as atividades e/ou serviços prestados, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando, inclusive, sujeito o cancelamento deste documento.

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - LTDA **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2314800785
NIRE (Sede) 41600924932	**CNPJ** 34.620.735/0001-30	**Data de Ato Constitutivo** 22/08/2019	**Início de Atividade** 16/08/2019
Endereço Completo Rua RAFAEL PICOLI, Nº 978, SALA 3, CENTRO - Cascavel/PR - CEP 85812-180			
Objeto Social COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO E CONSUMO HUMANO, INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALARES, DE LABORATÓRIOS E ODONTOLÓGICOS.			
Capital Social R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) **Capital Integralizado** R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
RODRIGO BATISTEL BARBOSA	042.730.189-00	R$ 110.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
RODRIGO BATISTEL BARBOSA	042.730.189-00	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data 09/12/2022	**Número** T4160092493	**Ato/eventos** 904 / 046 - TRANSFORMACAO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 13/02/2023, às 09:46:53 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **IDJCCSV3**.

PRC2314800785

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**34.620.735/0001-30**	DUNS®:	**896804017**
Razão Social:	**GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**		
Nome Fantasia:	**GHOLDMED DISTRIBUIDORA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**24/01/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**29/04/2023**
FGTS	Validade:	**25/02/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/07/2022** (*)
Receita Municipal	Validade:	**17/07/2022** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/12/2022** (*)

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	34620735000130
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	04273018900
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:45) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 488.351.100-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.79BC.27F2.1116 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RODRIGO BATISTEL BARBOSA**

CPF/CNPJ: **042.730.189-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:45:28 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: SF5Q160223154528

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RODRIGO BATISTEL BARBOSA**

CPF: **042.730.189-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:45:41 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: 6PLX160223154541

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:44:56

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **34.620.735/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 04273018900

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:02:01
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI [1]
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600825918
CNPJ – 32.743.242/0001-61

GIOVANA CAVALLI RONQUI, brasileira, solteira, nascida em 21/04/2000, empresária, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 13272055-0 SESP/PR, CPF sob n.º 081.561.389-02 e CNH sob n.º 07178625757 expedida pelo DETRAN/PR, residente e domiciliada na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Rua Pitanga, n.º 277 – Centro – CEP 87.301-060. Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI que gira sob o nome empresarial de **CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI** na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Rua Maria Olímpia Jardim, n.º 370A – Jardim Izabel – CEP 87.309-185 – com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob n.º 41600825918 em data de 12/02/2019 e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 32.743.242/0001-61, resolve modificar o primitivo contrato e posteriores alterações pelo presente instrumento de alteração e consolidação contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A titular **GIOVANA CAVALLI RONQUI** que possui 120.000,00 (Cento e vinte mil) quotas no valor de R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) vende e transfere de maneira onerosa a totalidade de suas quotas a **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 27/10/1971, empresária, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 5373927-0 SESP/PR, CPF sob n.º 695.940.829-68 e CNH sob n.º 01153113954 expedida pelo DETRAN/PR, residente e domiciliada na Rua Guarapuava, n.º 594 – Apartamento 54 – Centro – CEP 87.301-070 na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, a qual ingressa do presente ato.

CLÁUSULA SEGUNDA
A titular **GIOVANA CAVALLI RONQUI** dá a adquirente **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI** plena, geral, rasa e irrevogável quitação da cessão de cotas ora efetuadas, declarando esta conhecer a situação econômica e financeira da sociedade, ficando sub-rogados nos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA
Em decorrência da presente alteração, o capital social que era de R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) integralizados, permanece inalterado, ficando assim distribuído:

SOCIO	QUOTAS	R$
DINAMARA GASPARELLO CAVALLI	120.000	120.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUARTA
A administração da sociedade caberá a **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos

quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro: **Faculta-se ao administrador, atuando sempre isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.**

Parágrafo Segundo: **Poderão ser designados não titular, obedecendo ao disposto do Artigo 1061 da Lei nº 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependera da unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver integralizado, e dois terços, no mínimo, após a integralização.**

CLÁUSULA QUINTA
A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA
A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei n.º 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o ato constitutivo, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado ás disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI
NIRE – 41600825918
CNPJ – 32.743.242/0001-61

DINAMARA GASPARELLO CAVALLI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 27/10/1971, empresária, portadora da cédula de Identidade Civil RG sob n.º 5373927-0 SESP/PR, CPF sob n.º 695.940.829-68 e CNH sob n.º 01153113954 expedida pelo DETRAN/PR, residente e domiciliada na Rua Guarapuava, n.º 594 – Apartamento 54 – Centro – CEP 87.301-070, na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná. Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI que gira sob o nome empresarial de **CAVALLI COMÉRCIO**

CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI 3
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600825918
CNPJ – 32.743.242/0001-61

DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Rua Maria Olímpia Jardim, n.º 370A – Jardim Izabel – CEP 87.309-185 – com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob n.º 41600825918 em data de 12/02/2019 e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 32.743.242/0001-61, promove a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

1ª O tipo jurídico da empresa é **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes e gira sob o nome empresarial de **CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI**, com sede na Rua Maria Olímpia Jardim, n.º 370A – Jardim Izabel – CEP 87.309-185, na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 32.743.242/0001-61.

2ª O capital é de R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional do País.

3ª A empresa iniciou suas atividades em 07 de Fevereiro de 2019 e seu prazo de duração é indeterminado.

4ª O objeto é Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01); Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/01); Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (CNAE 4646-0/01); Comércio atacadista de artigos de armarinho (CNAE 4641-9/03); Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 4645-1/02); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08); Comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01); Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01); Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03); Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 4646-0/02); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças (CNAE 4664-8/00); Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 4649-4/04); Comércio atacadista de complementos e suplementos alimentícios (CNAE 4637-1/99) e Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para usos técnico e profissional (CNAE 4669-9/99).

5ª O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica e diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

6ª Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que a mesma não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

7ª A administração da sociedade será exercida por **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI** a quem caberá, dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da empresa EIRELI. A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado e a empresa será

regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pelas leis das Sociedades Anônimas.

8ª O término da cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

9ª A titular declara sob as penas da lei, de que não está impedida, por lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedida, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

10ª A titular declara sob as penas da Lei que se enquadra na situação de EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

11ª Fica eleito o foro de Campo Mourão – Estado do Paraná para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato.

E por estar justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento particular de alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, em via única, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Campo Mourão - Paraná, 08 de Dezembro de 2021.

GIOVANA CAVALLI RONQUI **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI**

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08156138902	GIOVANA CAVALLI RONQUI
69594082968	DINAMARA GASPARELLO CAVALLI

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/12/2021 16:23 SOB Nº 20218203489.
PROTOCOLO: 218203489 DE 08/12/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12108969264. CNPJ DA SEDE: 32743242000161.
NIRE: 41600825918. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 08/12/2021.
CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
Cavalli Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI

CNPJ
32.743.242/0001-61

Nome Fantasia
W.D. Comércio de Produtos Hospitalares

Endereço na Internet

SAC
04438102776

Endereço Completo
: R. Maria Olimpio Jardim, nº 370A - JD. Izabel CEP: 87.309-185

Cidade/UF
CAMPO MOURÃO/PR

Responsável Técnico
DIEGO SHIGUERO NAKAGAWA ALVES

Responsável Legal
DINAMARA GASPARELLO CAVALLI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.18855-1

Data do Cadastro
01/07/2019

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.309153/2019-89

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

BAIRRO: QUADRA 7 CEP: 47200000 - REMANSO/BA
CNPJ: 29.847.393/0001-55
PROCESSO: 25351.183347/2019-48
AUTORIZ/MS: 1.18970-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: elisangela guimaraes pinto e cia ltda me
ENDEREÇO: av. antonio ferreira sobrinho, 1235, sl 1
BAIRRO: centro CEP: 78820000 - JACIARA/MT
CNPJ: 05.812.726/0001-42
PROCESSO: 25351.705006/2018-55
AUTORIZ/MS: 1.18194-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: COSTA TARO FARMACIA EIRELI
ENDEREÇO: AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA 2237
BAIRRO: GLORIA CEP: 90660080 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 30.227.765/0001-20
PROCESSO: 25351.223393/2019-97
AUTORIZ/MS: 1.18876-4
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: A&A FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA
ENDEREÇO: AV RUI BARBOSA, 488, LOJA 09
BAIRRO: HELIOPOLIS CEP: 55296300 - GARANHUNS/PE
CNPJ: 29.762.896/0001-28
PROCESSO: 25351.321068/2019-99
AUTORIZ/MS: 1.18958-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.730, DE 27 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: Coast Company do Brasil Ltda
ENDEREÇO: RUA ARGENTINA,70 A.
BAIRRO: CEP: - VARGINHA/MG
CNPJ: 14.157.091/0001-88
PROCESSO: 25351.325818/2019-00 AUTORIZ/MS: 4.01061.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: KOSMETIK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA GRAÚNA Nº 343
BAIRRO: LAGO AZUL - 3ª SEÇÃO CEP: 32415391 - IBIRITÉ/MG
CNPJ: 11.508.408/0001-95
PROCESSO: 25351.313512/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.01067.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JE CARLETTI DE SOUZA ME
ENDEREÇO: RUA MOTOCROS, 123
BAIRRO: IMPERIAL CEP: 45848000 - ITABELA/BA
CNPJ: 12.246.364/0001-35
PROCESSO: 25351.309167/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.00981.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JMG COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EIRELI
ENDEREÇO: RUA ROSALINA, 01
BAIRRO: RODILÂNDIA CEP: 26083155 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 24.846.984/0001-94
PROCESSO: 25351.299212/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.01035.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: CASTANHAL PARAENSE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 3625 - COND EMPRESARIAL MODELO TV. ORIENTAL Nº 2 E 3
BAIRRO: IANETAMA CEP: 68745000 - CASTANHAL/PA
CNPJ: 30.729.072/0001-35
PROCESSO: 25351.322486/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.01032.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: EASY HOST BRASIL - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PARANÁ, 107, SALA 16 ANDAR 2
BAIRRO: CHACARA DO SOLAR I (FAZENDINHA CEP: 06530025 - SANTANA DE PARNAÍBA/SP
CNPJ: 32.311.440/0001-56
PROCESSO: 25351.337260/2019-05 AUTORIZ/MS: 4.01060.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: HUNTER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ANDROMEDA , N° 885, SALA 1105
BAIRRO: GREEN VALLEY ALPHAVILLE CEP: 06473000 - BARUERI/SP
CNPJ: 15.437.790/0001-44
PROCESSO: 25351.330843/2019-05 AUTORIZ/MS: 4.01086.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: HW SOLUÇÕES E SISTEMAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV. GUILHERME SIEPMANN 1241
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 95880000 - ESTRELA/RS
CNPJ: 18.375.871/0001-55
PROCESSO: 25351.324028/2019-07 AUTORIZ/MS: 4.01042.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MAYKI COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: Rua Morgado de Mateus, 441
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 04015051 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.649.090/0001-71
PROCESSO: 25351.320256/2019-08 AUTORIZ/MS: 4.01034.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: REGINA CELIA VIANNA ZANON
ENDEREÇO: RUA CORONEL DARIO FERRAZ DE SA, Nº 489 ANEXO A
BAIRRO: CANDEIAS CEP: 54410450 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 05.082.332/0001-86
PROCESSO: 25351.309165/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.00980.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: ZYNSTEIN PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DA LAGOINHA, 501 - BLOCO 3
BAIRRO: LAGOA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 31.327.287/0001-92
PROCESSO: 25351.335816/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01057.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: D H F FREITAS TRANSPORTE EIRELI
ENDEREÇO: qd 07 fl 11 nº 27 casa A
BAIRRO: Nova Maraba CEP: 68513290 - MARABÁ/PA
CNPJ: 29.266.925/0001-60
PROCESSO: 25351.313782/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01072.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ALCANCE NORDESTE COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ASSESSORIA EIRELI
ENDEREÇO: AV.ULISSES MONTARROYOS, 2387
BAIRRO: PIEDADE CEP: 54400620 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 13.630.407/0001-44
PROCESSO: 25351.324040/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01063.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA EPP
ENDEREÇO: R. OLIMPIO DE SOUZA CAMPOS JUNIOR, Nº 282, LOTE B
BAIRRO: INACIO BARBOSA CEP: 49040840 - ARACAJU/SE
CNPJ: 32.758.195/0001-20
PROCESSO: 25351.282742/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01055.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MULTCLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA JOAO SEVERO DA SILVA 668 GALPÃO 2
BAIRRO: CATOLE CEP: 62887435 - HORIZONTE/CE
CNPJ: 30.670.173/0001-88
PROCESSO: 25351.313863/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01074.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NUTRACEUTICA PRAIAMAR EIRELI
ENDEREÇO: RUA CAMPOS ELISIOS 731
BAIRRO: ITAPAGÉ CEP: 98400000 - FREDERICO WESTPHALEN/RS
CNPJ: 06.216.473/0001-07
PROCESSO: 25351.014296/2019-13 AUTORIZ/MS: 4.00705.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: PROFILE STORAGE ARMAZEM GERAL E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV LOURENÇO BELLOLI, 1429
BAIRRO: VILA MENCK CEP: 06268110 - OSASCO/SP
CNPJ: 22.860.427/0001-00
PROCESSO: 25351.325679/2019-14 AUTORIZ/MS: 4.01084.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: P H R DOS SANTOS TRANSPORTES
ENDEREÇO: AV. MARAVILHA 400 - B
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 65800000 - BALSAS/MA
CNPJ: 17.258.709/0001-94

ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: CLAUDIA S. DA SILVA EIRELI
ENDEREÇO: RUA DA PAZ, 385 anexo a clinica CEDO
BAIRRO: JARDIM PLANALTO CEP: 68193000 - NOVO PROGRESSO/PA
CNPJ: 17.961.672/0001-66
PROCESSO: 25351.150236/2019-55 AUTORIZ/MS: 1.18889.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: RIO MED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: ESTRADA DOS MENEZES 850 SALA 718
BAIRRO: COLUBANDE CEP: 24451230 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 28.717.044/0001-56
PROCESSO: 25351.830395/2018-56 AUTORIZ/MS: 1.18940.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: P H R DOS SANTOS TRANSPORTES
ENDEREÇO: AV. MARAVILHA 400 - B
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 65800000 - BALSAS/MA
CNPJ: 17.258.709/0001-94
PROCESSO: 25351.319448/2019-63 AUTORIZ/MS: 1.18913.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ISMAEL GAZINEU
ENDEREÇO: RUA DOUTOR TIMOTEO, 233
BAIRRO: MOINHOS DE VENTO CEP: 90570041 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 11.735.241/0001-03
PROCESSO: 25351.322476/2019-68 AUTORIZ/MS: 1.18934.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FB PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PORTO ALEGRE 1022
BAIRRO: ALVORADA CEP: 85601480 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 28.808.760/0001-49
PROCESSO: 25351.335928/2019-71 AUTORIZ/MS: 1.18953.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BRN SILVA TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: AV I QUADRA 101 LOTE 02 SALA 14
BAIRRO: JARDIM AURENY III CEP: 77062020 - PALMAS/TO
CNPJ: 23.084.143/0001-24
PROCESSO: 25351.322499/2019-72 AUTORIZ/MS: 1.18936.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MULTIMED DENTAL EIRELI
ENDEREÇO: RUA VICENTE FERNANDES, Nº 09
BAIRRO: CENTRO CEP: 59900000 - PAU DOS FERROS/RN
CNPJ: 29.894.043/0001-40
PROCESSO: 25351.014712/2019-75 AUTORIZ/MS: 1.18486.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ZYNSTEIN PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DA LAGOINHA, 501 - BLOCO 3
BAIRRO: LAGOA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 31.327.287/0001-92
PROCESSO: 25351.335815/2019-76 AUTORIZ/MS: 1.18977.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: SJT LOCAÇÕES E LOGISTICA EIRELI
ENDEREÇO: AV 3 NUMERO 08- A condomínio parque norte
BAIRRO: MORRO ALTO CEP: 33200000 - VESPASIANO/MG
CNPJ: 27.928.496/0001-14
PROCESSO: 25351.320267/2019-80 AUTORIZ/MS: 1.18928.4
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NOXTER DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Rua Francisco Fett, 433
BAIRRO: Vila Paulo Silas CEP: 03264000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 30.408.297/0001-90
PROCESSO: 25351.330653/2019-80 AUTORIZ/MS: 1.18944.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MIX COMERCIO E SERVICOS LTDA
ENDEREÇO: AV CORONEL COLARES MOREIRA N 25 - LOJA 02
BAIRRO: JARDIM RENASCENCA CEP: 65075441 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 05.061.273/0001-60
PROCESSO: 25351.310096/2019-81 AUTORIZ/MS: 1.18943.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FLIGHTCARGO TRANSPORTES E CARGAS LTDA
ENDEREÇO: RUA DO CORREIO, 75 SALA 02
BAIRRO: GOPOÚVA CEP: 07050020 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 11.024.047/0001-01
PROCESSO: 25351.330741/2019-81 AUTORIZ/MS: 1.18946.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Transportadora D&F Ltda
ENDEREÇO: Rodovia BR 470, 380 - Km 70 - Sala 7
BAIRRO: CEP: - INDAIAL/SC
CNPJ: 08.179.414/0001-31
PROCESSO: 25351.257003/2019-82 AUTORIZ/MS: 1.18904.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: ULTRAFARMA SAUDE EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA JABAQUARA, 1546
BAIRRO: MIRANDOPOLIS CEP: 04046300 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.543.945/0001-85
PROCESSO: 25351.287087/2019-89 AUTORIZ/MS: 1.18931.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Cavalli Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI
ENDEREÇO: : R. Maria Olimpio Jardim, nº 370A
BAIRRO: JD. Izabel CEP: 87309185 - CAMPO MOURÃO/PR
CNPJ: 32.743.242/0001-61
PROCESSO: 25351.309153/2019-89 AUTORIZ/MS: 1.18855.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: PRIME COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA 11108 QUADRA 207 LOTE 23, nº 655
BAIRRO: SETOR PEDRO LUDOVICO CEP: 74830270 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 22.577.298/0001-30
PROCESSO: 25351.306351/2019-91 AUTORIZ/MS: 1.18853.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: A. P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA GENERAL POTIGUARA, Nº 1428, LOTE 18, BARRACÃO 19
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050500 - CURITIBA/PR
CNPJ: 78.451.614/0001-87
PROCESSO: 25351.325739/2019-91 AUTORIZ/MS: 1.18956.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: MH AREAS GARCIA DA SILVA MEDICAMENTOS ME
ENDEREÇO: AVENIDA SÃO PAULO LOTE 4 QUADRA 41
BAIRRO: VILAR DOS TELES CEP: 25560031 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 32.125.201/0001-01
PROCESSO: 25351.133405/2019-92 AUTORIZ/MS: 1.18950.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Progresso Logística e Transporte Ltda.
ENDEREÇO: Rua Oitenta, N° 100 QD. B LT. 01 área 8
BAIRRO: Curado CEP: 54270165 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 10.580.938/0001-81
PROCESSO: 25351.339534/2019-92 AUTORIZ/MS: 1.18955.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: RM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: AVN. Deputado Luiz Fernando Linhares, S/Nº - Galpãp C Parque de Exposição
BAIRRO: Centro CEP: 28460000 - MIRACEMA/RJ
CNPJ: 31.342.367/0001-17
PROCESSO: 25351.249504/2019-95 AUTORIZ/MS: 1.18886.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: P.J.R Coutinho Comercio de Medicamentos
ENDEREÇO: Estrada dos Menezes 850 sala 1001
BAIRRO: mutondo CEP: 24451230 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 24.101.514/0001-00
PROCESSO: 25351.073850/2019-96 AUTORIZ/MS: 1.18890.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DENTAL GARCIA LOPEZ PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
ENDEREÇO: RUA JOSÉ LUCAS, Nº 41
BAIRRO: CENTRO CEP: 12940700 - ATIBAIA/SP
CNPJ: 30.397.421/0001-69
PROCESSO: 25351.330956/2019-01 AUTORIZ/MS: 5XW1W7379H51 (8.18306.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: J MARCAL SERVICOS DE PROTESE ODONTOLOGICA
ENDEREÇO: AV. MARECHAL RONDON, 870 - SALA S 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 76900082 - JI-PARANÁ/RO
CNPJ: 84.750.918/0001-48
PROCESSO: 25351.312212/2019-04 AUTORIZ/MS: 41Y4L5L941H9 (8.18272.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: FABIO AUGUSTO GIUNTI RIBEIRO
ENDEREÇO: Rua Jose Alvim 42, sala 1 Piso superior
BAIRRO: Centro CEP: 12940750 - ATIBAIA/SP
CNPJ: 30.862.558/0001-47

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
Cavalli Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI

CNPJ
32.743.242/0001-61

Nome Fantasia
W.D. Comércio de Produtos Hospitalares

Endereço na Internet

SAC
04438102776

Endereço Completo
: R. Maria Olimpio Jardim, nº 370A - JD. Izabel CEP: 87.309-185

Cidade/UF
CAMPO MOURÃO/PR

Responsável Técnico
DIEGO SHIGUERO NAKAGAWA ALVES

Responsável Legal
DINAMARA GASPARELLO CAVALLI

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.18854-8

Data do Cadastro
01/07/2019

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.309131/2019-19

Cadastro
1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

BAIRRO: QUADRA 7 CEP: 47200000 - REMANSO/BA
CNPJ: 29.847.393/0001-55
PROCESSO: 25351.183347/2019-48
AUTORIZ/MS: 1.18970-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: elisangela guimaraes pinto e cia ltda me
ENDEREÇO: av. antonio ferreira sobrinho, 1235, sl 1
BAIRRO: centro CEP: 78820000 - JACIARA/MT
CNPJ: 05.812.726/0001-42
PROCESSO: 25351.705006/2018-55
AUTORIZ/MS: 1.18194-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: COSTA TARO FARMACIA EIRELI
ENDEREÇO: AV PROFESSOR OSCAR PEREIRA 2237
BAIRRO: GLORIA CEP: 90660080 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 30.227.765/0001-20
PROCESSO: 25351.223393/2019-97
AUTORIZ/MS: 1.18876-4
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: A&A FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA
ENDEREÇO: AV RUI BARBOSA, 488, LOJA 09
BAIRRO: HELIOPOLIS CEP: 55296300 - GARANHUNS/PE
CNPJ: 29.762.896/0001-28
PROCESSO: 25351.321068/2019-99
AUTORIZ/MS: 1.18958-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.730, DE 27 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: Coast Company do Brasil Ltda
ENDEREÇO: RUA ARGENTINA,70 A.
BAIRRO: CEP: - VARGINHA/MG
CNPJ: 14.157.091/0001-88
PROCESSO: 25351.325818/2019-00 AUTORIZ/MS: 4.01061.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: KOSMETIK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA GRAÚNA Nº 343
BAIRRO: LAGO AZUL - 3ª SEÇÃO CEP: 32415391 - IBIRITÉ/MG
CNPJ: 11.508.408/0001-95
PROCESSO: 25351.313512/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.01067.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JE CARLETTI DE SOUZA ME
ENDEREÇO: RUA MOTOCROS, 123
BAIRRO: IMPERIAL CEP: 45848000 - ITABELA/BA
CNPJ: 12.246.364/0001-35
PROCESSO: 25351.309167/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.00981.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: JMG COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EIRELI
ENDEREÇO: RUA ROSALINA, 01
BAIRRO: RODILÂNDIA CEP: 26083155 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 24.846.984/0001-94
PROCESSO: 25351.299212/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.01035.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: CASTANHAL PARAENSE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 3625 - COND EMPRESARIAL MODELO TV. ORIENTAL Nº 2 E 3
BAIRRO: IANETAMA CEP: 68745000 - CASTANHAL/PA
CNPJ: 30.729.072/0001-35
PROCESSO: 25351.322486/2019-01 AUTORIZ/MS: 4.01032.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: EASY HOST BRASIL - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PARANÁ, 107, SALA 16 ANDAR 2
BAIRRO: CHACARA DO SOLAR I (FAZENDINHA CEP: 06530025 - SANTANA DE PARNAÍBA/SP
CNPJ: 32.311.440/0001-56
PROCESSO: 25351.337260/2019-05 AUTORIZ/MS: 4.01060.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: HUNTER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ANDROMEDA , N° 885, SALA 1105
BAIRRO: GREEN VALLEY ALPHAVILLE CEP: 06473000 - BARUERI/SP
CNPJ: 15.437.790/0001-44
PROCESSO: 25351.330843/2019-05 AUTORIZ/MS: 4.01086.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: HW SOLUÇÕES E SISTEMAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV. GUILHERME SIEPMANN 1241
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 95880000 - ESTRELA/RS
CNPJ: 18.375.871/0001-55
PROCESSO: 25351.324028/2019-07 AUTORIZ/MS: 4.01042.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MAYKI COMERCIAL LTDA
ENDEREÇO: Rua Morgado de Mateus, 441
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 04015051 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.649.090/0001-71
PROCESSO: 25351.320256/2019-08 AUTORIZ/MS: 4.01034.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: REGINA CELIA VIANNA ZANON
ENDEREÇO: RUA CORONEL DARIO FERRAZ DE SA, Nº 489 ANEXO A
BAIRRO: CANDEIAS CEP: 54410450 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 05.082.332/0001-86
PROCESSO: 25351.309165/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.00980.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: ZYNSTEIN PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DA LAGOINHA, 501 - BLOCO 3
BAIRRO: LAGOA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 31.327.287/0001-92
PROCESSO: 25351.335816/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01057.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: D H F FREITAS TRANSPORTE EIRELI
ENDEREÇO: qd 07 fl 11 nº 27 casa A
BAIRRO: Nova Maraba CEP: 68513290 - MARABÁ/PA
CNPJ: 29.266.925/0001-60
PROCESSO: 25351.313782/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01072.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ALCANCE NORDESTE COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ASSESSORIA EIRELI
ENDEREÇO: AV.ULISSES MONTARROYOS, 2387
BAIRRO: PIEDADE CEP: 54400620 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 13.630.407/0001-44
PROCESSO: 25351.324040/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01063.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA EPP
ENDEREÇO: R. OLIMPIO DE SOUZA CAMPOS JUNIOR, Nº 282, LOTE B
BAIRRO: INACIO BARBOSA CEP: 49040840 - ARACAJU/SE
CNPJ: 32.758.195/0001-20
PROCESSO: 25351.282742/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01055.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: MULTCLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA JOAO SEVERO DA SILVA 668 GALPÃO 2
BAIRRO: CATOLE CEP: 62887435 - HORIZONTE/CE
CNPJ: 30.670.173/0001-88
PROCESSO: 25351.313863/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01074.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: NUTRACEUTICA PRAIAMAR EIRELI
ENDEREÇO: RUA CAMPOS ELISIOS 731
BAIRRO: ITAPAGÉ CEP: 98400000 - FREDERICO WESTPHALEN/RS
CNPJ: 06.216.473/0001-07
PROCESSO: 25351.014296/2019-13 AUTORIZ/MS: 4.00705.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: PROFILE STORAGE ARMAZEM GERAL E DISTRIBUIÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AV LOURENÇO BELLOLI, 1429
BAIRRO: VILA MENCK CEP: 06268110 - OSASCO/SP
CNPJ: 22.860.427/0001-00
PROCESSO: 25351.325679/2019-14 AUTORIZ/MS: 4.01084.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: P H R DOS SANTOS TRANSPORTES
ENDEREÇO: AV. MARAVILHA 400 - B
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 65800000 - BALSAS/MA
CNPJ: 17.258.709/0001-94

REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GUIDO CALOI, N° 1985, GALPÃO 11
BAIRRO: JARDIM SÃO LUIS CEP: 05802140 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.978.166/0001-75
PROCESSO: 25351.079320/2015-25 AUTORIZ/MS: 1.05143.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HMEDIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
ENDEREÇO: Rua Das Castanheiras, 200, Galpão 08
BAIRRO: Jardim São Pedro CEP: 13187065 - HORTOLÂNDIA/SP
CNPJ: 72.677.933/0001-29
PROCESSO: 25351.298055/2017-67 AUTORIZ/MS: 1.16615.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: RUDLOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA FERNANDO NOBRE 310
BAIRRO: PARQUE PINCÃO CEP: 06705490 - COTIA/SP
CNPJ: 13.104.326/0001-00
PROCESSO: 25351.030148/2013-71 AUTORIZ/MS: 1.09709.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
FRACIONAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: ZYNSTEIN PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DA LAGOINHA, 501 - BLOCO 3
BAIRRO: LAGOA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 31.327.287/0001-92
PROCESSO: 25351.335815/2019-76 AUTORIZ/MS: 1.18977.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: RM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: AVN. Deputado Luiz Fernando Linhares, S/Nº - Galpãp C Parque de Exposição
BAIRRO: Centro CEP: 28460000 - MIRACEMA/RJ
CNPJ: 31.342.367/0001-17
PROCESSO: 25351.249504/2019-95 AUTORIZ/MS: 1.18886.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: EASY HOST BRASIL - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PARANÁ, 107, SALA 16 ANDAR 2
BAIRRO: CHACARA DO SOLAR I (FAZENDINHA CEP: 06530025 - SANTANA DE PARNAÍBA/SP
CNPJ: 32.311.440/0001-56
PROCESSO: 25351.337683/2019-17 AUTORIZ/MS: 36Y17H71L944 (8.18282.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MAG INTLOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA COELHO NETO, 265
BAIRRO: QUINTA DA PAINEIRA CEP: 03150010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.434.692/0001-90
PROCESSO: 25351.133470/2019-18 AUTORIZ/MS: P02Y0W6YHW96 (8.17935.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: STAR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME
ENDEREÇO: rua geraldo gonçalves pereira, 35
BAIRRO: iputinga CEP: 50731390 - RECIFE/PE
CNPJ: 24.928.980/0001-55
PROCESSO: 25351.372233/2016-25 AUTORIZ/MS: LX61MMX3W9Y5 (8.14243.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MicroPort Scientific Vascular Brasil Ltda
ENDEREÇO: ALAMEDA SANTOS, 336 CJ. 101 E 102
BAIRRO: CERQUEIRA CÉSAR CEP: 01418000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 29.182.018/0001-33
PROCESSO: 25351.087474/2018-36 AUTORIZ/MS: X8X11Y775051 (8.16671.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: DEVICE MEDICINA ESPECIALIZADA EIRELI
ENDEREÇO: ruA ANTONIO MARTINS DE ARAUJO, Nº37
BAIRRO: jardim botânico CEP: 80210050 - CURITIBA/PR
CNPJ: 04.015.056/0001-70
PROCESSO: 25023.025645/2009-64 AUTORIZ/MS: K6X3LM3YXX49 (8.05450.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: AXIAL IMPLANTES LTDA
ENDEREÇO: rua general joaquim inácio, 163
BAIRRO: boa vista CEP: 50070285 - RECIFE/PE
CNPJ: 17.616.318/0001-02
PROCESSO: 25351.571217/2013-71 AUTORIZ/MS: 500106H96HW6 (8.09886.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: RM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: AVN. Deputado Luiz Fernando Linhares, S/Nº - Galpãp C Parque de Exposição
BAIRRO: Centro CEP: 28460000 - MIRACEMA/RJ
CNPJ: 31.342.367/0001-17
PROCESSO: 25351.249457/2019-80 AUTORIZ/MS: 18L16X67536L (8.18128.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: J ALVES PONTE COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA BARAO DO RIO BRANCO, 2540 SALA 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 60025060 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 07.159.106/0001-81
PROCESSO: 25351.405727/2014-81 AUTORIZ/MS: G2868MWY5355 (8.11339.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MAQUET CARDIOPULMONARY DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA EDGAR MARCHIORI Nº 255, SETOR MCP PORTÃO 2
BAIRRO: DIST IND BENEDITO STORANI CEP: 13288006 - VINHEDO/SP
CNPJ: 00.944.324/0001-88
PROCESSO: 25000.033489/98-50 AUTORIZ/MS: 1.03906.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO

EMPRESA: CHAMA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
ENDEREÇO: ROD BR 277 km 635
BAIRRO: BOA VISTA CEP: 85840000 - CÉU AZUL/PR
CNPJ: 01.997.801/0001-36
PROCESSO: 25351.553386/2009-22 AUTORIZ/MS: 3.04167.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: CEDRS - GESTAO EMPRESARIAL LTDA
ENDEREÇO: Rua Silva Bueno 1660 conjunto 1001
BAIRRO: Ipiranga CEP: 04208001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 27.242.576/0001-11
PROCESSO: 25351.342543/2019-61 AUTORIZ/MS: 3.08722.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: EASY HOST BRASIL - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PARANÁ, 107, SALA 16 ANDAR 2
BAIRRO: CHACARA DO SOLAR I (FAZENDINHA CEP: 06530025 - SANTANA DE PARNAÍBA/SP
CNPJ: 32.311.440/0001-56
PROCESSO: 25351.337259/2019-72 AUTORIZ/MS: 3.08714.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.732, DE 27 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: Superdinatec Comércio e Importação de Material Médico, Hospitalar e de Laboratório Ltda - ME
ENDEREÇO: rua nicolau von zuben, 195
BAIRRO: capela CEP: 13285512 - VINHEDO/SP
CNPJ: 11.344.103/0001-95
PROCESSO: 25351.097234/2017-04 AUTORIZ/MS: P15XX314388L (8.14817.2)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.733, DE 27 DE JUNHO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTA MENESES MARQUEZ DE AMORIM

ANEXO

EMPRESA: P H R DOS SANTOS TRANSPORTES
ENDEREÇO: AV. MARAVILHA 400 - B
BAIRRO: SÃO FRANCISCO CEP: 65800000 - BALSAS/MA
CNPJ: 17.258.709/0001-94
PROCESSO: 25351.319507/2019-01 AUTORIZ/MS: 1.18914.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NOXTER DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: Rua Francisco Fett, 433
BAIRRO: Vila Paulo Silas CEP: 03264000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 30.408.297/0001-90
PROCESSO: 25351.330674/2019-03 AUTORIZ/MS: 1.18945.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ABRANGE MERCANTIL FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PRIMEIRA AVENIDA S/NR, LOTES 07 E 08
BAIRRO: NOVA AMÉRICA CEP: 29111835 - VILA VELHA/ES
CNPJ: 04.230.516/0001-83
PROCESSO: 25351.322493/2019-03 AUTORIZ/MS: 1.18935.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HUNTER TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ANDROMEDA , N° 885, SALA 1105
BAIRRO: GREEN VALLEY ALPHAVILLE CEP: 06473000 - BARUERI/SP
CNPJ: 15.437.790/0001-44
PROCESSO: 25351.330800/2019-11 AUTORIZ/MS: 1.18949.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: INTECOM SERVIÇOS DE LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: R MANOEL CESAR DE MELO S/N, SALA 02, GALPAO SUL, SETOR INTECOM SERVICOS
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 58320000 - ALHANDRA/PB
CNPJ: 03.857.930/0004-05
PROCESSO: 25351.310090/2019-11 AUTORIZ/MS: 1.18941.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Transfarma Serviços de Entregas Rápidas Eireli
ENDEREÇO: RUA LUIZ SIQUEIROLI, 110
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CEP: 38401704 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 14.723.271/0002-60
PROCESSO: 25351.335799/2019-11 AUTORIZ/MS: 1.18976.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIARIOS S/A
ENDEREÇO: R JOSE CAPRETZ 320
BAIRRO: LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL CEP: 13213095 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 03.052.564/0001-66
PROCESSO: 25351.336931/2019-11 AUTORIZ/MS: 1.18952.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI
ENDEREÇO: RUA DONA HELENA QD 84 LT 16 nº 09
BAIRRO: SETOR PAUZANES CEP: 75904235 - RIO VERDE/GO
CNPJ: 30.949.099/0001-33
PROCESSO: 25351.209119/2019-13 AUTORIZ/MS: 1.18906.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FB PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PORTO ALEGRE 1022
BAIRRO: ALVORADA CEP: 85601480 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 28.808.760/0001-49
PROCESSO: 25351.335929/2019-16 AUTORIZ/MS: 1.18954.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: A. P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA GENERAL POTIGUARA, Nº 1428, LOTE 18, BARRACÃO 19
BAIRRO: NOVO MUNDO CEP: 81050500 - CURITIBA/PR
CNPJ: 78.451.614/0001-87
PROCESSO: 25351.325809/2019-19 AUTORIZ/MS: 1.18957.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: Cavalli Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI
ENDEREÇO: : R. Maria Olimpio Jardim, nº 370A
BAIRRO: JD. Izabel CEP: 87309185 - CAMPO MOURÃO/PR
CNPJ: 32.743.242/0001-61
PROCESSO: 25351.309131/2019-19 AUTORIZ/MS: 1.18854.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: CIRÚRGICA SERRA MAR LTDA
ENDEREÇO: AV DEPUTADO HUMBERTO MENDES, 246A
BAIRRO: JARAGUA CEP: 57022060 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 31.908.034/0001-02
PROCESSO: 25351.324103/2019-21 AUTORIZ/MS: 1.18963.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: D H F FREITAS TRANSPORTE EIRELI
ENDEREÇO: qd 07 fl 11 nº 27 casa A
BAIRRO: Nova Maraba CEP: 68513290 - MARABÁ/PA
CNPJ: 29.266.925/0001-60
PROCESSO: 25351.313683/2019-21 AUTORIZ/MS: 1.18966.5
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: RM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: AVN. Deputado Luiz Fernando Linhares, S/Nº - Galpãp C Parque de Exposição
BAIRRO: Centro CEP: 28460000 - MIRACEMA/RJ
CNPJ: 31.342.367/0001-17
PROCESSO: 25351.249505/2019-30 AUTORIZ/MS: 1.18888.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: ALCANCE NORDESTE COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ASSESSORIA EIRELI
ENDEREÇO: AV.ULISSES MONTARROYOS, 2387
BAIRRO: PIEDADE CEP: 54400620 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 13.630.407/0001-44
PROCESSO: 25351.324084/2019-33 AUTORIZ/MS: 1.18960.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: UP LOG SOLUÇÕES EM ARMAZENS E LOGISTICA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA JOSE LUIZ ROCHA Nº 281
BAIRRO: CAMARA CEP: 29164252 - SERRA/ES
CNPJ: 30.691.293/0001-61
PROCESSO: 25351.293492/2019-36 AUTORIZ/MS: 1.18850.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Progresso Logística e Transporte Ltda.
ENDEREÇO: Rua Oitenta, N° 100 QD. B LT. 01 área 8
BAIRRO: Curado CEP: 54270165 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 10.580.938/0001-81
PROCESSO: 25351.339621/2019-40 AUTORIZ/MS: 1.18965.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: PEGASUS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITAR EIRELI
ENDEREÇO: travessa tupinambá, 76 casa 1 qd 55 lt 7
BAIRRO: parque lafaiete CEP: 25025220 - DUQUE DE CAXIAS/RJ
CNPJ: 30.759.599/0001-02
PROCESSO: 25351.335874/2019-44 AUTORIZ/MS: 1.18951.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ENDEREÇO: V VEREADOR JOAQUIM COSTA, 65
BAIRRO: CAMPINA VERDE CEP: 32150240 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 34.028.316/8867-80
PROCESSO: 25351.323400/2019-50 AUTORIZ/MS: 1.18929.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: SJT LOCAÇÕES E LOGISTICA EIRELI
ENDEREÇO: AV 3 NUMERO 08- A condomínio parque norte
BAIRRO: MORRO ALTO CEP: 33200000 - VESPASIANO/MG
CNPJ: 27.928.496/0001-14
PROCESSO: 25351.320287/2019-51 AUTORIZ/MS: 1.18932.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: FLIGHTCARGO TRANSPORTES E CARGAS LTDA
ENDEREÇO: RUA DO CORREIO, 75 SALA 02
BAIRRO: GOPOÚVA CEP: 07050020 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 11.024.047/0001-01
PROCESSO: 25351.330810/2019-57 AUTORIZ/MS: 1.18947.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: CARGO BENTO ENCOMENDAS URGENTES LTDA
ENDEREÇO: RUA AMERICA DO SUL N 260 QD 47 LT 32
BAIRRO: SANTA GENOVEVA CEP: 74672340 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 23.862.727/0001-83
PROCESSO: 25351.330828/2019-59 AUTORIZ/MS: 1.18973.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: ULTRAFARMA SAUDE EIRELI
ENDEREÇO: AV JABAQUARA, 1524 - ANDAR 1
BAIRRO: MIRANDOPOLIS CEP: 04046300 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 02.543.945/0011-57
PROCESSO: 25351.287059/2019-61 AUTORIZ/MS: 1.18849.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: alfamed distribuidora de medicamentos ltda
ENDEREÇO: av: beira rio n° 1823
BAIRRO: praeirinho CEP: 78070655 - CUIABÁ/MT
CNPJ: 04.245.066/0002-83
PROCESSO: 25351.317602/2019-62 AUTORIZ/MS: 1.18912.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANSPORTADORA REAL 94 LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA EDMUR ELIAS NEDER, 200
BAIRRO: ALPES CEP: 86075148 - LONDRINA/PR
CNPJ: 00.367.894/0004-03
PROCESSO: 25351.054398/2019-63 AUTORIZ/MS: 1.18530.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: DOVALLE HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CANDAPUI, 1650 sala 4
BAIRRO: BALNEARIO ADRIANA CEP: 11925000 - ILHA COMPRIDA/SP
CNPJ: 30.861.408/0001-19

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - LTDA **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2314285756
NIRE (Sede) 41600825918	**CNPJ** 32.743.242/0001-61	**Data de Ato Constitutivo** 12/02/2019	**Início de Atividade** 07/02/2019

Endereço Completo
Rua Maria Olimpia Jardim, Nº 370A, Jardim Izabel - Campo Mourão/PR - CEP 87309-185

Objeto Social
COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO; COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA; COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRÓTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL; COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR, PARTES E PEÇAS; COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA; COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPLEMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTÍCIOS E COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USOS TÉCNICO E PROFISSIONAL.

Capital Social R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) **Capital Integralizado** R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)	**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
DINAMARA GASPARELLO CAVALLI	695.940.829-68	R$ 120.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
DINAMARA GASPARELLO CAVALLI	695.940.829-68	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 09/12/2022	**Número** T4160082591	**Ato/eventos** 904 / 046 - TRANSFORMACAO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 11/01/2023, às 07:59:20 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **TKV1GFJB**.

PRC2314285756

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90804421-54	32.743.242/0001-61	02/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - LTDA**
Título do Estabelecimento	**W.D. COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**
Endereço do Estabelecimento	**RUA MARIA OLIMPIA JARDIM, 370 - JARDIM IZABEL - CEP 87309-185 FONE: (43) 3305-8700**
Município de Instalação	**CAMPO MOURAO - PR, DESDE 02/2019**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 01/2023**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4637-1/99 - COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE** **4641-9/03 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO** **4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4645-1/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA** **4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS** **4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA** **4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL** **4649-4/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO** **4649-4/04 - COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA** **4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR** **4651-6/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA** **4664-8/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS** **4669-9/99 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PECAS**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**695.940.829-68**	**DINAMARA GASPARELLO CAVALLI**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 11/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90804421-54

Emitido Eletronicamente via Internet
09/02/2023 16:37:03

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 028555292-40

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.743.242/0001-61**
Nome: **CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 18/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (18/11/2022 10:09:16)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 32.743.242/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:46:02 do dia 09/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/08/2023.
Código de controle da certidão: **1E99.5590.63DD.A96F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.743.242/0001-61

Razão Social: CAVALLI COM DE PROD MEDICOS E HOSPITALAR

Endereço: MARIA OLIMPIA JARDIM 370A / JARDIM IZABEL / CAMPO MOURAO / PR / 87309-185

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/02/2023 a 05/03/2023

Certificação Número: 2023020402120925276719

Informação obtida em 09/02/2023 16:35:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

ESTADO DE PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Protocolo:	N. Certidão: **4893/2023**
Contribuinte: **CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI**	
CPF: **32.743.242/0001-61**	RG: **9080442154**
Endereço: **RUA MARIA OLIMPIA JARDIM, nº 370 A**	
Bairro: **JARDIM IZABEL**	
Complemento:	Ponto de Referência:
Requerente:	
Cód. Contrib.: **61046639**	Validade: **13/03/2023**

[FINALIDADE]

PARA FINS DIVERSOS

[OBSERVAÇÕES]

Declaramos que para a finalidade desta Certidão, **não consta débitos vencidos** no Cadastro deste Município.

CAMPO MOURÃO/PR, 9 de fevereiro de 2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via internet
https://campomourao.atende.net

Emitido Via Portal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 32.743.242/0001-61
Certidão nº: 35529867/2022
Expedição: 20/10/2022, às 09:36:37
Validade: 18/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.743.242/0001-61**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
32.743.242/0001-61 **MATRIZ**		**12/02/2019**

NOME EMPRESARIAL
CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
W.D. COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MARIA OLIMPIA JARDIM	**370A**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.309-185	**JARDIM IZABEL**	**CAMPO MOURAO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(44) 3523-2776/ (44) 9911-4017

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**12/02/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/02/2023** às **16:45:14** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
25771	31/03/2027	774122B4772CDF5C6678E3A517DF6A7A

233841

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
CAVALLI COM DE PROD MED E HOSPITALARES - EIRELI

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA WD

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA MARIA OLIMPIA JARDIM 370 A	32.743.242/0001-61

LOCALIDADE	CIDADE - UF
JARDIM IZABEL	CAMPO MOURAO-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	16897	DIEGO SHIGUERO NAKAGAWA ALVES	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
25771	31/03/2027	774122B4772CDF5C6678E3A517DF6A7A

233841

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
CAVALLI COM DE PROD MED E HOSPITALARES - EIRELI

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA WD

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA MARIA OLIMPIA JARDIM 370 A	32.743.242/0001-61

LOCALIDADE	CIDADE - UF
JARDIM IZABEL	CAMPO MOURAO-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	16897	DIEGO SHIGUERO NAKAGAWA ALVES	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	13:30 às 17:30	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CÉDULA DE IDENTIDADE

CRF/UF
16897 / PR

NOME
DR. DIEGO SHIGUERO NAKAGAWA ALVES

CATEGORIA PROFISSIONAL
FARMACÊUTICO

DATA DE NASCIMENTO
31/08/1981

DIPLOMADO PELA
UNICESUMAR

DATA DE CONCLUSÃO
03/02/2005

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

NATURALIDADE/UF
GOIOERÊ / PR

ASSINATURA DO PORTADOR



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ

FILIAÇÃO
JOSE ALVES SOBRINHO
ELENICE YASUCO NAKAGAWA ALVES

RG
7.328.571-8 SSP PR

DATA DE EXPEDIÇÃO
09/02/1995

CPF
007.950.299-77

TÍTULO DE ELEITOR
009806320655

ZONA
31

SEÇÃO
68

GRUPO SANGUÍNEO
AB

FATOR RH
NEGATIVO

OBSERVAÇÕES
DOADOR DE ÓRGÃOS: SIM

LOCAL
BRASILIA

DATA DE EXPEDIÇÃO
21/03/2016

ARNALDO ZUBIOLI
PRESIDENTE DO CRF / PR

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE, PARA QUALQUER EFEITO, DE ACORDO COM A LEI Nº 6.206/75.

Documento Autenticado Digitalmento de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.
O referido é verdade. Dou fé. ********** Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/108292210200592557655

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 108292210200592557655-1
Data: 22/10/2020 11:33:35
Valor Total do Ato: R$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKP06442-92N3;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[3].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/10/2020 11:55:07 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES - EIRELI** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Autenticação Digital*..

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 108292210200592557655-1
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc6382fa239716c364e6e471c1a64835a645251a214d2b2fdfc155ddc3e7a2a54548ee11052a12c4c3f60e0c8d95cbfaa2c45628967cbb49aba60cff3b368ed95

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA Nº 461 / 2022

RAZÃO SOCIAL: CAVALLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI

NOME FANTASIA: W. D. COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

CPF/CNPJ: 32.743.242/0001-61

ENDEREÇO: MARIA OLIMPIA JARDIM

BAIRRO: JARDIM IZABEL **NUMERO:** 370A

ATIVIDADE PRINCIPAL: Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

DATA DE EMISSÃO: 18/07/2022 **DATA DE VALIDADE:** 18/07/2023

Atividades Licenciadas:

Observações:

O estabelecimento está licenciado para as seguintes atividades:
Comércio atacadista de medicamentos sujeitos a controle especial; Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de produtos odontológicos; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças.

Débora Ziroldo

Débora F. Ziroldo
Farmacêutica SESAU CRF-PR 23.054
Vigilância Sanitária - Tel. 3518/03.00
Autoridade Sanitária

Este documento deve ser afixado em local visível ao público no estabelecimento.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**32.743.242/0001-61** DUNS®: **919793201**
Razão Social:	**CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**
Nome Fantasia:	**W.D. COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**450522 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES**
Data Aplicação:	**27/01/2023**
Número do Processo:	**1916/2022** Número do Contrato: **empenho n.ª 4550/2021**
Descrição/Justificativa:	**Conforme a Decisão 55 (ID 1193782) proferida pela Secretaria municipal de Saúde, ao final da apuração de infrações cometidas pela contratada conforme expostos nestes autos administrativos sancionatórios n.ª 1916/2022, em decorrência do atraso da entrega do empenho n.ª 4550/2021 e consequente descumprimento da dispensa, Decreto Municipal n 16.875/2020 e Lei Federal n 8.666/93, a empresa fora penalizada com Advertência, Multa moratória de 0,3% e Multa Compensatória de 10%**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora:	**450522 - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES**
Data Aplicação:	**27/01/2023** Valor da Multa: **R$ 682,10**
Número do Processo:	**1916/2022** Número do Contrato: **empenho n.ª 4550/2021**
Descrição/Justificativa:	**Conforme a Decisão 55 (ID 1193782) proferida pela Secretaria municipal de Saúde, ao final da apuração de infrações cometidas pela contratada conforme expostos nestes autos administrativos sancionatórios n.ª 1916/2022, em decorrência do atraso da entrega do empenho n.ª 4550/2021 e consequente descumprimento da dispensa, Decreto Municipal n 16.875/2020 e Lei Federal n 8.666/93, a empresa fora penalizada com Advertência, Multa moratória de 0,3% e Multa Compensatória de 10%**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**32.743.242/0001-61**	DUNS®:	**919793201**
Razão Social:	**CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**		
Nome Fantasia:	**W.D. COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**27/10/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**18/02/2023**
FGTS		Validade:	**05/03/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**27/02/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/04/2022** (*)
Receita Municipal	Validade:	**10/03/2022** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **30/04/2022** (*)

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	32743242000161
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	69594082968
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:50) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 695.940.829-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.7AE0.A08E.A408 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI**

CPF/CNPJ: **695.940.829-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:50:18 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 8AD0160223155018

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **DINAMARA GASPARELLO CAVALLI**

CPF: **695.940.829-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:50:34 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: DNNE160223155034

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:49:31

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **32.743.242/0001-61**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 69594082968

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:50:51
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/584210022149452296 62

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 584210022149452296 62-1
Data: 10/02/2021 10:05:41
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALD98257-U0BB:

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Váber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 81.706.251/0001-98
NIRE 41202261071

1) **ELCIO LUÍS BORDIGNON**, brasileiro, natural de Palotina/PR, economista, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade civil RG nº. 5.591.020-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 972.234.769-15, residente e domiciliado na Rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº. 552, Casa 02, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.820-000;

2) **LUCIANA CAPELETTI**, brasileira, natural de Palotina/PR, farmacêutica, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 5.905.728-6 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 018.682.999-02, residente e domiciliada na Rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº. 552, Casa 02, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.820-000;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, com sede na Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, Parolin, Curitiba, Paraná, CEP 80.220-410, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 81.706.251/0001-98, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº. 41202261071 em 12/12/1989, resolvem alterar o contrato social mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL: Fica alterado o nome empresarial de Promefarma Representações Comerciais Ltda, para: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO: Fica alterado o endereço da sociedade para Rua João Amaral de Almeida, nº. 100, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81.170-520.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL: Fica alterado o objeto social da sociedade para:

a) 46.44.3/01 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
b) 46.37-1/99 Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios;
c) 46.39-7/01 Comércio atacadista de produtos alimentícios;
d) 46.42-7/01 Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios;
e) 46.42-7/02 Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
f) 46.44-3/02 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
g) 46.45-1/01 Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
h) 46.45-1/03 Comércio atacadista de produtos odontológicos;
i) 46.46-0/01 Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 81.706.251/0001-98
NIRE 41202261071

j) 46.46-0/02 Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
k) 46.49-4/04 Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
l) 46.49-4/08 Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
m) 46.64-8/00 Comércio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças.
n) 74.90-1/04 Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

CLÁUSULA QUARTA: Fica alterada a profissão do sócio Elcio Luís Bordignon, para advogado inscrito na OAB/PR sob o registro nº. 58387.

CLÁUSULA QUINTA – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social e alterações que não colidirem com a presente alteração.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/MF 81.706.251/0001-98
Nire 41202261071

1) **ELCIO LUÍS BORDIGNON**, brasileiro, natural de Palotina/PR, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade civil RG nº. 5.591.020-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 972.234.769-15, residente e domiciliado na Rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº. 552, Casa 02, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.820-000;

2) **LUCIANA CAPELETTI**, brasileira, natural de Palotina/PR, farmacêutica, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade civil RG nº. 5.905.728-6 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 018.682.999-02, residente e domiciliada na Rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº. 552, Casa 02, Pinheirinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.820-000;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** com sede na Rua João Amaral de Almeida, nº. 100, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81.170-520, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 81.706.251/0001-98, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº. 41202261071 em 12/12/1989 e alterações posteriores;

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021 10:12:01 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/584210022149452296 62
CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 584210022149452296 62-2
Data: 10/02/2021 10:05:41
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALD98258-ZZP6;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 81.706.251/0001-98
NIRE 41202261071

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL: A sociedade gira sob o nome empresarial de **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com sede na Rua João Amaral de Almeida, nº. 100, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81.170-520.

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Paragrafo Único: A sociedade mantém uma filial localizada no endereço na Rua Marco Celso, nº. 24, Sala 05, Centro, Garuva, Santa Catarina, CEP 89.248-000.

CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade foi constituída na data de 12/12/1989 e não tem prazo definido para encerrar suas atividades.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto social as atividades:

a) 46.44.3/01 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
b) 46.37-1/99 Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios;
c) 46.39-7/01 Comércio atacadista de produtos alimentícios;
d) 46.42-7/01 Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios;
e) 46.42-7/02 Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
f) 46.44-3/02 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
g) 46.45-1/01 Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
h) 46.45-1/03 Comércio atacadista de produtos odontológicos;
i) 46.46-0/01 Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
j) 46.46-0/02 Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
k) 46.49-4/04 Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
l) 46.49-4/08 Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
m) 46.64-8/00 Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças.
n) 74.90-1/04 Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 81.706.251/0001-98
NIRE 41202261071

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O capital social é na importância de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil quotas), com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. Ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	(%)	Quotas	Valor
Elcio Luís Bordignon	50,0	100.000	100.000,00
Luciana Capeletti	50,0	100.000	100.000,00
Total	100.0	200.000	200.000,00

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: A administração da sociedade cabe aos sócios **ELCIO LUÍS BORDIGNON** e **LUCIANA CAPELETTI**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, os quais poderão assinar individualmente, o que for de interesse da sociedade.
§ 1º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização do outro sócio.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021 10:12:01 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/584210022149452296 62
CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 584210022149452296 62-3
Data: 10/02/2021 10:05:41
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALD98259-L2Z9;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 81.706.251/0001-98
NIRE 41202261071

§ 2º - Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLÁUSULA NONA - RETIRADA PRÓ-LABORE: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1.065, CC/2002)

§ 1.º - A sociedade está autorizada a distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº. 10.406/2002.
§ 2.º - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei 10.406/2002.
§ 3.º A sociedade tem a forma de Sociedade Limitada, obedecendo às normas que lhe são próprias e o disposto neste contrato social, regendo-se supletivamente pelas normas da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.
Parágrafo único - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembléia, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/MF n.º 81.706.251/0001-98
NIRE 41202261071

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba/PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, a presente alteração, em 1 (uma) via, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, 08 de Janeiro de 2021

Elcio Luís Bordignon

Luciana Capeletti

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021 10:12:01 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/58421002214945229662

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 58421002214945229662-4
Data: 10/02/2021 10:05:41
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALD98260-X5D1;

CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
01868299902	LUCIANA CAPELETTI
97223476915	ELCIO LUIS BORDIGNON

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2021 13:57 SOB Nº 20207503419.
PROTOCOLO: 207503419 DE 12/01/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100164879. CNPJ DA SEDE: 81706251000198.
NIRE: 41202261071. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 08/01/2021.
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021 10:12:01 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/02/2021 10:28:25 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 58421002214945229662-1 a 58421002214945229662-4
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba86d4f20392e98d47ddb3cebdad5030c03d4465cbb44377a1932168f72525f46e9b57911c787d41fcff6006a05483cd3fb3ea77a2b3f8e7cb0e4e6699568d43d

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
81.706.251/0001-98 **MATRIZ**		**12/12/1989**

NOME EMPRESARIAL
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOAO AMARAL DE ALMEIDA	**100**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
81.170-520	**CIDADE INDUSTRIAL**	**CURITIBA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@PROMEFARMA.COM.BR	**(41) 3052-7900**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/10/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/01/2023** às **10:14:20** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

Cadastro de Inscrições Estaduais

Data/Hora Host CELEPAR
02/02/2023 - 08 59 55

Informações do Contribuinte

Inscrição Estadual	**10176046-40** **Inscrição CNPJ** **81.706.251/0001-98**
Nome Empresarial	**Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda**
Endereço	Rua Joao Amaral de Almeida, 100. Cidade Industrial 81170-520 - Curitiba - PR
Telefone	NAO CADASTRADO
E-mail	AUDICCEM@AUDICCEM.COM
Atividade Econômica Principal	4644-3/01 - Comercio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s)	4637-1/99 - Comercio Atacadista Especializado em Outros Produtos Alimenticios não Especificados Anteriormente 4639-7/01 - Comercio Atacadista de Produtos Alimenticios em Geral 4642-7/01 - Comercio Atacadista de Artigos do Vestuario e Acessorios, Exceto Profissionais e de Seguranca 4642-7/02 - Comercio Atacadista de Roupas e Acessorios para Uso Profissional e de Seguranca do Trabalho 4644-3/02 - Comercio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Veterinario 4645-1/01 - Comercio Atacadista de Instrumentos e Materiais para Uso Medico, Cirurgico, Hospitalar e de Laboratorios 4645-1/03 - Comercio Atacadista de Produtos Odontologicos 4646-0/01 - Comercio Atacadista de Cosmeticos e Produtos de Perfumaria 4646-0/02 - Comercio Atacadista de Produtos de Higiene Pessoal 4649-4/04 - Comercio Atacadista de Moveis e Artigos de Colchoaria 4649-4/08 - Comercio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservacao Domiciliar 4664-8/00 - Comercio Atacadista de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Odonto-Medico-Hospitalar; Partes e Pecas
Características do Estabelecimento	Unidade Produtiva com Atividade no Local
Formas de Atuação	Estabelecimento Fixo(Loja, Posto de Combustível, Etc)
Início das Atividades	02/1990
Código SRP Atual:	1.1011.112 - Desde 08/2015
Situação Cadastral Atual:	Ativo - Desde 06/2003
Regime Pagamento Atual:	1011.112 - Regime Normal / Normal - Dia 12 do Mes+1 - Desde 08/2015
SPED (EFD, NF-e, CT-e, NFC-e):	Maiores informações clique aqui

Existe outra Inscrição Estadual para este CNPJ.
Clique no botão ao lado para consultá-la.

Próxima Inscrição Estadual

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
10176046-40	81.706.251/0001-98	02/1990

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	**RUA JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 - CIDADE INDUSTRIAL - CEP 81170-520**
Município de Instalação	**CURITIBA - PR, DESDE 02/1990**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4637-1/99 - COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE**
	4639-7/01 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL
	4642-7/01 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA
	4642-7/02 - COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO
	4644-3/02 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO
	4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS
	4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS
	4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
	4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
	4649-4/04 - COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
	4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR
	4664-8/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**972.234.769-15**	**ELCIO LUIS BORDIGNON**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**
CPF	**018.682.999-02**	**LUCIANA CAPELETTI**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 04/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 10176046-40

Emitido Eletronicamente via Internet
02/02/2023 8:56:07

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:38:14 do dia 23/12/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/06/2023.
Código de controle da certidão: **E5F9.F78A.DE48.0722**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 028484893-34

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **81.706.251/0001-98**
Nome: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/03/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Receita/PR (11/11/2022 16:16:48) por ELCIO LUIS BORDIGNON

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.182.199

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Nome: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 17:20 do dia 07/02/2023.
Código de autenticidade da certidão: 02CDC7695AB94BF709C2B5ABD254D1A792
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 08/05/2023 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 81.706.251/0001-98

Razão Social: PROMEFARMA MEDICAM E PROD HOSPITARES LTD

Endereço: R JOAO AMARAL DE ALMEIDA 100 / CIDADE INDUSTRIAL / CURITIBA / PR / 81170-520

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:06/02/2023 a 07/03/2023

Certificação Número: 2023020600264016669957

Informação obtida em 13/02/2023 09:10:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 81.706.251/0001-98
Certidão nº: 28658640/2022
Expedição: 31/08/2022, às 15:29:55
Validade: 27/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **81.706.251/0001-98**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Informações
Reclamações
156
ou 0800-644-0041

Licença Sanitária

DISTRITO SANITARIO CIC **Nº 00.992/2022**

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, com base na Lei Municipal nº 9000/96 artigo nº 39, concede a presente Licença Sanitária a:

Razão Social PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Nome Fantasia PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Endereço RUA JOAO AMARAL DE ALMEIDA 100 CIDADE INDUSTRIAL
CNPJ: 81.706.251/0001-98 **Processo nº** 000085032022 **Insc. Munic.** 10 02 00223204-6
Técnico VISA 46467 - 46069

Ramo(s) de Atividade Econômica:
COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE / COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL / COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO / COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINÁRIO / COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS / COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS / COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA / COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL / COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR / COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS

ATIVIDADES AUTORIZADAS: ARMAZENAR, EXPEDIR E DISTRIBUIR SANEANTES, PRODUTOS PARA SAÚDE (CORRELATOS), MEDICAMENTOS E MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL.

CURITIBA, 26 de Abril de 2022

Validade: até 26/04/2023 e enquanto satisfizer as exigências da legislação em vigor. **Manter em local visível ao público**

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/58422604224841307463

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 58422604224841307463-1
Data: 26/04/2022 16:24:56
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMX61288-BS92;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 26 de abril de 2022 16:30:57 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **26/04/2022 16:34:36 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 58422604224841307463-1
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b506f2e24ad474c337ee57a5e350596f81883e20b92c766d6dba340ab76facf5fff7378c750cc7e408bf3bab9f042d421fb3ea77a2b3f8e7cb0e4e6699568d43d

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
11310	31/03/2027	B74C86CD62CBFBAAE22DC881A383836A

237291

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD HOSPITALARES LTDA

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA PROMEFARMA

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA JOAO AMARAL DE ALMEIDA 100	81.706.251/0001-98

LOCALIDADE	CIDADE - UF
CIDADE INDUSTRIAL	CURITIBA II-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	11998	LUCIANA CAPELETTI	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 22 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/58420905227173142631

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 58420905227173142631-1
Data: 09/05/2022 17:25:20
Valor Total do Ato: R$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMY35938-GSRM;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em segunda-feira, 9 de maio de 2022 17:28:24 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ

81.706.251/0001-98

Endereço Completo

R. JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 - CIDADE INDUSTRIAL CEP: 81.170-520 - CURITIBA/PR

Telefone

(41) 3052-7900

Responsável Técnico

LUCIANA CAPELETTI
LUCIANA CAPELETTI
LUCIANA CAPELETTI

Responsável Legal

ELCIO LUIS BORDIGNON
ELCIO LUIS BORDIGNON
ELCIO LUIS BORDIGNON

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.08.417-1

Data do Cadastro

17/03/1995

Situação

Ativa

Nº do Processo

25023.000239/94

Cadastro

1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- -
- Medicamento

Distribuir

- -
- Medicamento

Expedir

- -
- Medicamento

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Voltar

ANEXO

SELETIVA BRASIL COMERCIO DE NUTRICAO E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP / 22.940.212/0001-91
25351.407546/2016-03 / 1159101
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0413770214

DISTRIBUIDORA INTENSIVA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 13.496.848/0001-03
25351.165827/2016-13 / 1155829
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0511578211

KIREI TECNOLAB LTDA - ME / 06.912.821/0001-80
25351.261723/2015-18 / 1139940
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0511693214

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 81.706.251/0001-98
25351.191842/2015-24 / 1138577
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0413854213

VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88
25351.840709/2021-24 / 1248948
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0511423217

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. / 60.659.463/0030-26
25351.671683/2019-43 / 1219840
7018 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0462283216

PRIMA PHARMA LTDA / 03.825.003/0001-52
25351.254393/2018-58 / 1176875
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0529299219

STANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 15.591.772/0001-12
25351.185348/2020-61 / 1249195
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0476698219

RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA / 33.379.154/0001-95
25351.172761/2020-65 / 1236602
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0476607213

L A DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS-EPP / 07.654.936/0001-85
25351.469863/2019-67 / 1192984
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0445290218

SO SAUDE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI / 29.775.313/0001-01
25351.768226/2018-90 / 1183160
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0413653218

MANIPULE-FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 55.646.178/0002-87
25351.164130/2002-91 / 1357981
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0512585215

AGL FORMULAS LTDA / 03.098.741/0001-45
25023.080368/99 / 1347922
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 0512583219

RESOLUÇÃO RE Nº 720, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

SATÉLITE COMERCIAL LTDA / 28.177.173/0001-07 25351.011685/2021-01 / 1250403 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0476688213 ---------- DEVICES SISTEMAS MEDICOS LTDA / 21.430.220/0001-25 25351.920034/2021-04 / 8216365 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284822213 ---------- ABC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 40.014.621/0001-49 25351.004155/2021-07 / 8217144 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0445169214 ---------- SR LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 06.013.646/0001-90 25351.011660/2021-08 / 4030033 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0476661218 ---------- FARMA MEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 40.273.753/0001-95 25351.004324/2021-09 / 1250434 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0445349212 ---------- JG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. / 33.915.758/0001-09 25351.006672/2021-11 / 4030078 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0462049213 ---------- ARMADA ARTIGOS MILITARES LTDA / 26.645.437/0001-76 25351.006751/2021-13 / 8217270 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462184218 ---------- BLC LOG LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI / 19.875.292/0001-34 25351.006769/2021-15 / 4030064 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462227219 ---------- BEBE SAUDE LTDA / 02.729.687/0005-50 25351.323936/2020-17 / 8217189 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3757739205 ---------- Brasil Central Comércio de Produtos e Serviços Eireli / 27.477.776/0001-53 25351.006800/2021-18 / 8217235 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462267211 ---------- MAFRIOS DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA / 10.667.481/0001-47 25351.491342/2020-20 / 8217098 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0274350211 ---------- MANOEL RODRIGUES DE SOUSA ME / 01.893.465/0001-81 25351.490966/2020-20 / 8217084 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0269891218 ---------- GEO REPRESENTACAO E COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO LTDA - ME / 24.707.110/0001-56 25351.919872/2021-27 / 8217127 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284640212 ---------- RIOMED ARTIGOS PARA SAUDE LTDA / 37.919.187/0001-31 25351.006878/2021-32 / 8217192 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0462351211 ---------- BLC LOG LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI / 19.875.292/0001-34 25351.006772/2021-39 / 8217249 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0462231216 ---------- ZETTA DTH TECHNOLOGIES LTDA / 38.266.431/0001-77 25351.006770/2021-40 / 8217252 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0462228215 ---------- BMA - Brasil Marcas Atacadista Eireli / 30.284.338/0001-83 25351.006805/2021-41 / 8217218 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462272214 ---------- PARIZOTTO PARIZOTTO LTDA / 84.935.865/0001-30 25351.011809/2021-41 / 4030047 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0476826217 ---------- LEVEL 3 COMERCIO TEXTIL LTDA / 38.057.788/0001-45 25351.006788/2021-41 / 4030051 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462254216 ---------- J V COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA / 36.347.041/0001-04 25351.022249/2021-50 / 8217175 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0511466218 ---------- BTCLOG Transportes Ltda / 34.403.836/0001-59 25351.004274/2021-51 / 1250448 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0445295210 ---------- hatikavah importação e exportação - eireli / 28.069.016/0001-70 25351.013023/2021-68 / 4030020 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0481331212 ---------- M K P LADISLAU / 37.416.741/0001-68 25351.006833/2021-68 / 8217204 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0462303217 ---------- Interative Comercio Odontologico e Medico Eireli / 34.595.242/0001-97 25351.920017/2021-69 / 8216351 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 0284803219 ---------- J A MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 36.377.805/0001-04 25351.904718/2020-70 / 8217113 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2983642208 ---------- LS PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI / 34.807.607/0001-08 25351.011842/2021-71 / 3101269 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0476864216 ---------- BTCLOG Transportes Ltda / 34.403.836/0001-59 25351.004305/2021-74 / 8217283 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0445326212 ---------- SR LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 06.013.646/0001-90 25351.011659/2021-75 / 3101255 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0476659213 ---------- ALLAN NUNES COMERCIO DE MATERIAL CIRURGICO LTDA / 37.257.964/0001-20 25351.006759/2021-80 / 8217266 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462193217 ---------- FISIOMED- COM E REP DE PRODUTOS HOSPITALAR ORTOPEDICO E FISIOTERAPEUTICO LTDA / 07.201.743/0001-79 25351.924364/2020-80 / 8217158 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3042579204 ---------- R.B.DOS SANTOS PRODUTOS AUTOMOTIVOS / 11.847.229/0001-82 25351.919952/2021-82 / 3100934 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0284734217 ---------- BLC LOG LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI / 19.875.292/0001-34 25351.006771/2021-94 / 1250417 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462230210 ---------- ILGJ LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA. / 08.782.548/0005-76 25351.011817/2021-97 / 8217161 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0476837219 ---------- MARCELO CALEGARI PAGNO / 32.283.940/0001-21 25351.515188/2020-99 / 8217131 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4143741202 ---------- SEVEN IMPORT EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 38.200.470/0001-71 25351.574516/2020-99 / 8213369 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4254553200

RESOLUÇÃO RE Nº 721, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

ALPHA MAX COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 38.298.581/0001-62
25351.758473/2020-01 / 8215097
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0238413217

CARVALHAES PRODUTOS PARA LABORATORIO LIDA / 01.530.501/0001-42
25351.723352/2019-04 / 3091576
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0476665213

DENTAL COIMBRA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 05.482.126/0001-63
25351.815915/2021-04 / 4029218
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0364947217

CROMUS EMBALAGENS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 73.196.644/0001-70
25351.056807/2020-08 / 4025341
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3331670201

CRP COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E MEDICAMENTOS EIRELI / 23.616.917/0001-10
25351.108824/2017-08 / 8148341
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0238391213

DISTRIBUIDORA INTENSIVA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 13.496.848/0001-03
25351.959880/2016-08 / 1153416
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0511698216

BRASI-RIO COMERCIO EXTERIOR E SERVICOS EIRELI / 03.234.021/0001-60
25351.258281/2016-09 / 8140043
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0511726210
25351.258281/2016-09 / 8140043
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0511633211
---
andrade figueredo medicamento eireli / 32.279.934/0001-09
25351.608299/2019-12 / 1196530
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0462133214

SO SAUDE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI / 29.775.313/0001-01
25351.396439/2018-13 / 8169171
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0413875211

hatikavah importação e exportação - eireli / 28.069.016/0001-70
25351.013023/2021-68 / 4030020
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0481431217

HM COMERCIO ODONTOMEDICO LTDA - ME / 10.873.023/0001-64
25351.403042/2019-68 / 8185050
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0511758219

RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA / 33.379.154/0001-95
25351.486889/2019-70 / 1193334
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0476712211

HOSTIMPORT ITL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 32.683.797/0001-65
25351.687875/2019-71 / 3091008
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0462461211

VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88
25351.841100/2021-72 / 1248934
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0511376219

HOSTIMPORT ITL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 32.683.797/0001-65
25351.687829/2019-72 / 4015987
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0462395219

SULGRAFFMED FABRICACAO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA / 06.965.257/0001-64
25025.010622/2007-73 / 8039801
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0413641210

RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA / 33.379.154/0001-95
25351.486776/2019-74 / 3088899
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0462047211

PROTECH - DERM COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA / 37.444.431/0001-57
25351.532699/2020-75 / 4027681
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0238481212

KIREI TECNOLAB LTDA - ME / 06.912.821/0001-80
25351.261712/2015-77 / 2080545
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0511750218

JOANINI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS EIRELI / 08.191.086/0001-99
25351.407472/2018-78 / 4001364
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0462285219

YAMAHA MOTOR DO BRASIL LOGISTICA LTDA / 26.278.985/0001-05
25351.658327/2020-78 / 4028351
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0527845213

CICLO MED DO BRASIL LTDA / 04.737.413/0001-04
25351.862193/2021-79 / 3100689
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0462175219

OTOLÓGICA BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME / 22.122.630/0001-71
25351.019216/2016-81 / 8136388
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0364846216

ULTTRA MEDICAL BRASIL COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP / 23.442.519/0001-25
25351.843786/2016-85 / 8133501
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0511535210
25351.843786/2016-85 / 8133501
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0511755210

HOSTIMPORT ITL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 32.683.797/0001-65
25351.687834/2019-85 / 8192504
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0462060217

SOLIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE, SERVICOS COMERCIAIS E LOGISTICA LTDA / 06.317.222/0001-19
25023.022095/2006-89 / 8036301
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0466670214

BHMED SUPRIMENTO HOSPITALAR LTDA / 05.229.301/0001-05
25351.517187/2008-92 / 8045927
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0364701218

VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88
25351.840819/2021-96 / 8215451
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0511588216

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 81.706.251/0001-98
25023.000239/94 / 1084171
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0413815218

SOLIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE, SERVICOS COMERCIAIS E LOGISTICA LTDA / 06.317.222/0001-19
25023.020207/20-05 / 1061476
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0466967217

DIMENSÃO COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 03.924.435/0001-10
25023.120024/02-91 / 1052597
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0238411214
25023.150026/01-15 / 8009633
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0238345211

SALBEGO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA / 92.832.195/0001-54
25025.004652/89 / 1016912
7144 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0476622212

PRAXIS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA / 68.434.992/0001-07
25004.016770/97-71 / 1033510
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0364976217

/
NUNO - INDUSTRIA DE COSMETICOS EIRELI / 53.854.683/0001-00
250002273484 / 2008977
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0528400215
250002273484 / 2008977
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0528409212
250002273484 / 2008977
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0527838217

RicelL Distribuidora Ltda / 63.339.147/0001-20
2262299 / 1043198
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0462325211

CARL ZEISS DO BRASIL LTDA / 33.131.079/0001-49
1666897 / 1033203
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0476619211
1666897 / 1033203
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0476871212
1666897 / 1033203
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0476626218

RESOLUÇÃO RE Nº 722, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

GEO REPRESENTACAO E COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO LTDA - ME / 24.707.110/0001-56
25351.429611/2016-01 / 8143374
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 0560191219

CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 09.122.605/0001-20
25351.357376/2008-08 / 1074451
7037 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA / 2402247207
25351.222049/2010-71 / 8063869
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 2402265205

SAN LOG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 23.646.746/0001-72
25351.310065/2016-75 / 8141018
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 1910208205
25351.294241/2016-91 / 1158081
7037 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA / 1910042200

RESOLUÇÃO RE Nº 723, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

DENTAL MED COMERCIO E REPRESENTÇOES LTDA / 00.304.491/0001-64
25351.006825/2021-11 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462294218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

IMPERIAL MEDICAMENTOS LTDA / 26.892.455/0001-52
25351.022305/2021-56 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0511541210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CLARA LTDA / 04.268.698/0001-81
25351.919979/2021-75 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284763217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ

81.706.251/0001-98

Endereço Completo

R. JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100 - CIDADE INDUSTRIAL CEP: 81.170-520 - CURITIBA/PR

Telefone

(41) 3052-7900

Responsável Técnico

LUCIANA CAPELETTI

Responsável Legal

ELCIO LUIS BORDIGNON

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.13.857-7

Data do Cadastro

13/04/2015

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.191842/2015-24

Cadastro

1 - Medicamento **Especial**

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado
Nenhum registro encontrado			

Voltar

FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4449206205 ---------- MACER DROGUISTAS LTDA / 71.448.047/0046-62 25351.703113/2015-04 / 7423466 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530022213 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1782-10 25351.696949/2017-07 / 7558655 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0514482215 ---------- MATOS DIAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI ME / 09.025.095/0001-72 25351.651779/2013-08 / 7024567 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529933211 ---------- J. C. DE SIQUEIRA - DROGARIA VILA ISAURA LTDA ME / 10.978.816/0001-48 25351.536099/2009-10 / 0623264 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529935217 ---------- PRIMA PHARMA LTDA / 03.825.003/0001-52 25351.153809/2018-11 / 7572777 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0529965219 ---------- L. JORGE DE ALENCAR EIRELI - ME / 26.034.403/0001-45 25351.796220/2018-11 / 7624990 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529943218 ---------- Farmacia Pague Bem LTDA / 07.947.894/0002-51 25351.515272/2020-11 / 7768673 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529954213 ---------- CONFIANÇA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 10.539.283/0001-06 25351.138648/2014-11 / 7142552 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0512966214 ---------- DROGARIA E PERFUMARIA MADA LTDA / 07.371.824/0001-17 25351.500428/2014-11 / 7273722 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0514468210 ---------- DROGARIA HAAS LTDA ME / 07.857.243/0001-90 25351.126929/2014-12 / 7280139 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4421659209 ---------- - BEM ESTAR EMPREENDIMENTOS LTDA / 23.177.946/0001-23 25351.812874/2020-13 / 7740998 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0477718212 ---------- FARMÁCIA &LABORATÓRIO HOMEOPÁTICOS NATURALISTA LTDA / 16.103.962/0007-00 25351.359758/2014-14 / 7445854 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529941211 ---------- L CUTRIM SILVA / 34.911.746/0001-79 25351.691121/2019-16 / 7695421 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0514480219 ---------- IVONETE DA SILVA - FARMACIA - ME / 26.159.437/0001-66 25351.334859/2017-17 / 7524836 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530011218 ---------- MARIA MAIA LAGO 43986196234 / 27.873.319/0001-88 25351.714855/2017-19 / 7560020 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0531000218 ---------- ELIZANDRO NUNES QUEIROZ - ME / 27.168.098/0001-47 25351.189926/2017-32 / 7510059 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0509379211 ---------- TROVARELLI &TROVARELLI LTDA-EPP / 44.496.081/0001-38 25351.180620/2002-34 / 0032383 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529927216 ---------- DROGARIA FERRAZ EIRELI ME / 14.529.236/0001-24 25351.685540/2018-38 / 7614931 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0563083215 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/1618-30 25351.152747/2017-40 / 7507921 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0514476211 ---------- FARMALIDER FARMACIA E DROGARIA LTDA - EPP / 04.548.580/0001-07 25351.621498/2020-41 / 7762195 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0529981211 ---------- LAYZE &SIMOES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.861.057/0001-95 25351.945615/2021-41 / 7781084 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529945214 ---------- MACER DROGUISTAS LTDA / 71.448.047/0028-80 25351.200497/2004-47 / 0408798 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530027214 ---------- VIEIRA &ARRUDA LTDA ME / 05.537.289/0001-04 25351.383203/2016-47 / 7480346 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529931214 ---------- MACER DROGUISTAS LTDA / 71.448.047/0004-03 25351.207064/2002-51 / 0083991 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530016219 ---------- DROGARIA POPULAR GUANABARA LTDA / 39.406.317/0001-68 25351.816234/2021-55 / 7780197 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529947211 ---------- ARAUCARIA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.761.887/0001-15 25351.380332/2020-60 / 7765420 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0514478217 ---------- ANDREIA NEVES DA SILVA / 26.607.251/0001-22 25351.685111/2018-61 / 7614442 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0509365211 ---------- ROSILENE R PEREIRA - FARMA LTDA ME / 19.916.920/0001-82 25351.188966/2020-62 / 7715493 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529937213 ---------- JOSE WICTOR SANTOS BOMFIN / 27.892.486/0001-76 25351.011463/2019-66 / 7631561 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3726474205 ---------- PRODUTOS FARMACEUTICOS GONTIJO LTDA ME / 10.582.603/0001-00 25351.521135/2014-69 / 7284678 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0563085211 ---------- DROGARIA WANESSA LTDA / 14.169.897/0016-72 25351.177424/2017-69 / 7511509 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0477734214 ---------- AROMATICA FARMACIA MAGISTRAL LTDA / 00.262.015/0001-28 25351.207367/2002-73 / 0084719 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529925210 ---------- LYDER FARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME / 10.688.523/0001-26 25351.570409/2018-77 / 7603671 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529949217 ---------- GRAN FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME / 04.543.652/0001-23 25351.018671/2014-81 / 7086228 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0529929212 ---------- G. ALMEIDA DE SOUSA / 34.928.957/0001-14 25351.215775/2020-81 / 7715917 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0529951219 ---------- GRAN FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME / 04.543.652/0001-23 25351.018671/2014-81 / 7086228 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0529996219 ---------- DROGARIA AMIGOS DO TRIUNFO LTDA-ME / 18.656.914/0001-70 25351.374420/2014-84 / 7225277 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0529973210 ---------- LUCENA LUCENA EIRELI - EPP - FILIAL VII / 21.206.040/0008-30 25351.701930/2020-87 / 7774790 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0542476213 ---------- A L DE ALMEIDA JUNIOR EIRELI / 31.996.088/0001-77 25351.142807/2019-88 / 7641371 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0514472218 ---------- DROGARIA AGUILAR E AGUILAR SAO FRANCISCO DE SALES LTDA ME / 15.595.164/0001-86 25351.444221/2012-89 / 0866212 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0556585215 ---------- DROGARIA COMPRE CERTO APARECIDA DO TABOADO LTDA v / 09.555.593/0001-27 25351.336604/2009-89 / 0605566 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0514466213 ---------- DROGARIA AGUILAR E AGUILAR SAO FRANCISCO DE SALES LTDA ME / 15.595.164/0001-86 25351.444221/2012-89 / 0866212 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0556493210 ---------- MMA DROGARIA E PERFUMARIA EIRELI - EPP / 27.267.270/0001-10 25351.671924/2017-92 / 7556441 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530003217 ---------- DROGARIA A L SOBRAL LTDA / 36.932.187/0001-09 25351.844574/2020-95 / 7743517 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0514474214 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS ARAUJO LTDA / 33.704.054/0001-97 25351.560125/2020-97 / 7729795 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0514470211

RESOLUÇÃO RE Nº 716, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

BRUNA ROCHA LADEIA ME / 05.131.813/0004-87
25351.179741/2018-09 / 7576717
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3250340207

MACHADO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, COSMETICOS E PERFUMARIA EIRELI / 35.121.397/0001-54
25351.035607/2020-11 / 7704059
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4048069201

DROGARIA VILLAS LTDA ME / 14.763.416/0001-76
25351.020396/2015-47 / 7361111
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3963862206

RESOLUÇÃO RE Nº 717, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

DROGARIA CATTIVA LTDA / 37.813.973/0001-50
25351.028996/2021-00 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0529372213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.78389-5, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

FERREIRA, CIRQUEIRA &SILVA FARMACIA LTDA / 40.570.669/0001-33
25351.022759/2021-27 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0512647219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

MARCIO HENRIQUE RODRIGUES XAVIER / 40.359.647/0001-29
25351.028972/2021-42 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0529307213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

FARMACIA AGHATA LTDA / 40.282.338/0001-06
25351.028991/2021-79 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0529357210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 718, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

ELISEU ALVES DE OLIVEIRA FARMACIA / 38.482.563/0001-36 25351.633973/2020-22 / 7772586 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0477714210 MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011. ---------- EVANDRO O. SILVA / 31.699.155/0001-91 25351.842260/2018-33 / 7627749 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4383983205 MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011. ---------- DROGARIA LAUBE E ANTUNES LTDA / 58.652.769/0001-74 25351.023623/2003-52 / 0325783 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0477736211 MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 719, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

SELETIVA BRASIL COMERCIO DE NUTRICAO E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP / 22.940.212/0001-91
25351.407546/2016-03 / 1159101
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0413770214

DISTRIBUIDORA INTENSIVA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 13.496.848/0001-03
25351.165827/2016-13 / 1155829
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0511578211

KIREI TECNOLAB LTDA - ME / 06.912.821/0001-80
25351.261723/2015-18 / 1139940
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0511693214

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 81.706.251/0001-98
25351.191842/2015-24 / 1138577
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0413854213

VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88
25351.840709/2021-24 / 1248948
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0511423217

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. / 60.659.463/0030-26
25351.671683/2019-43 / 1219840
7018 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0462283216

PRIMA PHARMA LTDA / 03.825.003/0001-52
25351.254393/2018-58 / 1176875
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0529299219

STANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 15.591.772/0001-12
25351.185348/2020-61 / 1249195
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0476698219

RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA / 33.379.154/0001-95
25351.172761/2020-65 / 1236602
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0476607213

L A DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS-EPP / 07.654.936/0001-85
25351.469863/2019-67 / 1192984
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0445290218

SO SAUDE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI / 29.775.313/0001-01
25351.768226/2018-90 / 1183160
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0413653218

MANIPULE-FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 55.646.178/0002-87
25351.164130/2002-91 / 1357981
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0512585215

AGL FORMULAS LTDA / 03.098.741/0001-45
25023.080368/99 / 1347922
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 0512583219

RESOLUÇÃO RE Nº 720, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

SATÉLITE COMERCIAL LTDA / 28.177.173/0001-07 25351.011685/2021-01 / 1250403 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0476688213 ---------- DEVICES SISTEMAS MEDICOS LTDA / 21.430.220/0001-25 25351.920034/2021-04 / 8216365 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284822213 ---------- ABC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 40.014.621/0001-49 25351.004155/2021-07 / 8217144 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0445169214 ---------- SR LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 06.013.646/0001-90 25351.011660/2021-08 / 4030033 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0476661218 ---------- FARMA MEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA / 40.273.753/0001-95 25351.004324/2021-09 / 1250434 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0445349212 ---------- JG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. / 33.915.758/0001-09 25351.006672/2021-11 / 4030078 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0462049213 ---------- ARMADA ARTIGOS MILITARES LTDA / 26.645.437/0001-76 25351.006751/2021-13 / 8217270 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462184218 ---------- BLC LOG LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI / 19.875.292/0001-34 25351.006769/2021-15 / 4030064 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462227219 ---------- BEBE SAUDE LTDA / 02.729.687/0005-50 25351.323936/2020-17 / 8217189 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3757739205 ---------- Brasil Central Comércio de Produtos e Serviços Eireli / 27.477.776/0001-53 25351.006800/2021-18 / 8217235 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462267211 ---------- MAFRIOS DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA / 10.667.481/0001-47 25351.491342/2020-20 / 8217098 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0274350211 ---------- MANOEL RODRIGUES DE SOUSA ME / 01.893.465/0001-81 25351.490966/2020-20 / 8217084 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0269891218 ---------- GEO REPRESENTACAO E COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO LTDA - ME / 24.707.110/0001-56 25351.919872/2021-27 / 8217127 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284640212 ---------- RIOMED ARTIGOS PARA SAUDE LTDA / 37.919.187/0001-31 25351.006878/2021-32 / 8217192 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0462351211 ---------- BLC LOG LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI / 19.875.292/0001-34 25351.006772/2021-39 / 8217249 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0462231216 ---------- ZETTA DTH TECHNOLOGIES LTDA / 38.266.431/0001-77 25351.006770/2021-40 / 8217252 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0462228215 ---------- BMA - Brasil Marcas Atacadista Eireli / 30.284.338/0001-83 25351.006805/2021-41 / 8217218 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462272214 ---------- PARIZOTTO PARIZOTTO LTDA / 84.935.865/0001-30 25351.011809/2021-41 / 4030047 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0476826217 ---------- LEVEL 3 COMERCIO TEXTIL LTDA / 38.057.788/0001-45 25351.006788/2021-41 / 4030051 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462254216 ---------- J V COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA / 36.347.041/0001-04 25351.022249/2021-50 / 8217175 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0511466218 ---------- BTCLOG Transportes Ltda / 34.403.836/0001-59 25351.004274/2021-51 / 1250448 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0445295210 ---------- hatikavah importação e exportação - eireli / 28.069.016/0001-70 25351.013023/2021-68 / 4030020 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0481331212 ---------- M K P LADISLAU / 37.416.741/0001-68 25351.006833/2021-68 / 8217204 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0462303217 ---------- Interative Comercio Odontologico e Medico Eireli / 34.595.242/0001-97 25351.920017/2021-69 / 8216351 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 0284803219 ---------- J A MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 36.377.805/0001-04 25351.904718/2020-70 / 8217113 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2983642208 ---------- LS PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI / 34.807.607/0001-08 25351.011842/2021-71 / 3101269 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0476864216 ---------- BTCLOG Transportes Ltda / 34.403.836/0001-59 25351.004305/2021-74 / 8217283 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0445326212 ---------- SR LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 06.013.646/0001-90 25351.011659/2021-75 / 3101255 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0476659213 ---------- ALLAN NUNES COMERCIO DE MATERIAL CIRURGICO LTDA / 37.257.964/0001-20 25351.006759/2021-80 / 8217266 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0462193217 ---------- FISIOMED- COM E REP DE PRODUTOS HOSPITALAR ORTOPEDICO E FISIOTERAPEUTICO LTDA / 07.201.743/0001-79 25351.924364/2020-80 / 8217158 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 3042579204 ---------- R.B.DOS SANTOS PRODUTOS AUTOMOTIVOS / 11.847.229/0001-82 25351.919952/2021-82 / 3100934 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0284734217 ---------- BLC LOG LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI / 19.875.292/0001-34 25351.006771/2021-94 / 1250417 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0462230210 ---------- ILGJ LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA. / 08.782.548/0005-76 25351.011817/2021-97 / 8217161 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0476837219 ---------- MARCELO CALEGARI PAGNO / 32.283.940/0001-21 25351.515188/2020-99 / 8217131 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4143741202 ---------- SEVEN IMPORT EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 38.200.470/0001-71 25351.574516/2020-99 / 8213369 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4254553200

RESOLUÇÃO RE Nº 721, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

ALPHA MAX COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 38.298.581/0001-62
25351.758473/2020-01 / 8215097
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0238413217

CARVALHAES PRODUTOS PARA LABORATORIO LIDA / 01.530.501/0001-42
25351.723352/2019-04 / 3091576
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0476665213

DENTAL COIMBRA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 05.482.126/0001-63
25351.815915/2021-04 / 4029218
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0364947217

CROMUS EMBALAGENS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 73.196.644/0001-70
25351.056807/2020-08 / 4025341
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3331670201

CRP COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E MEDICAMENTOS EIRELI / 23.616.917/0001-10
25351.108824/2017-08 / 8148341
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0238391213

DISTRIBUIDORA INTENSIVA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 13.496.848/0001-03
25351.959880/2016-08 / 1153416
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0511698216

BRASI-RIO COMERCIO EXTERIOR E SERVICOS EIRELI / 03.234.021/0001-60
25351.258281/2016-09 / 8140043
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0511726210
25351.258281/2016-09 / 8140043
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0511633211
---
andrade figueredo medicamento eireli / 32.279.934/0001-09
25351.608299/2019-12 / 1196530
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0462133214

SO SAUDE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI / 29.775.313/0001-01
25351.396439/2018-13 / 8169171
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0413875211

RESOLUÇÃO RE Nº 724, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

CGM LOGISTICA LTDA / 15.726.397/0001-70
25351.006714/2021-13 / 1250421
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0462130215
---
h. s. farmacia de manipulação ltda / 10.680.207/0002-99
25351.023241/2021-19 / 1250388
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0514462211

RicelL Distribuidora Ltda / 63.339.147/0001-20
25351.862063/2021-36 / 1250391
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0173522211

RESOLUÇÃO RE Nº 725, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

SELETIVA BRASIL COMERCIO DE NUTRICAO E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP / 22.940.212/0001-91
25351.407546/2016-03 / 1159101
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0413770214

DISTRIBUIDORA INTENSIVA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 13.496.848/0001-03
25351.165827/2016-13 / 1155829
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0511578211

KIREI TECNOLAB LTDA - ME / 06.912.821/0001-80
25351.261723/2015-18 / 1139940
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0511693214

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 81.706.251/0001-98
25351.191842/2015-24 / 1138577
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0413854213

VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88
25351.840709/2021-24 / 1248948
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0511423217

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. / 60.659.463/0030-26
25351.671683/2019-43 / 1219840
7018 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0462283216

PRIMA PHARMA LTDA / 03.825.003/0001-52
25351.254393/2018-58 / 1176875
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0529299219

STANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 15.591.772/0001-12
25351.185348/2020-61 / 1249195
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0476698219

RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA / 33.379.154/0001-95
25351.172761/2020-65 / 1236602
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0476607213

L A DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS-EPP / 07.654.936/0001-85
25351.469863/2019-67 / 1192984
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0445290218

SO SAUDE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI / 29.775.313/0001-01
25351.768226/2018-90 / 1183160
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0413653218

MANIPULE-FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 55.646.178/0002-87
25351.164130/2002-91 / 1357981
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0512585215

AGL FORMULAS LTDA / 03.098.741/0001-45
25023.080368/99 / 1347922
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 0512583219

RESOLUÇÃO RE Nº 726, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização Especial da Empresa de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constante no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TACIANE PIMENTEL DA SILVA

ANEXO

SAN LOG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 23.646.746/0001-72
25351.500719/2016-08 / 1161885
7047 - AE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1910194204

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 4.808, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 224, de 24 de novembro de 2020, Seção 1, págs. 70 e 72.

Onde se lê:

BOTICA DERM - FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS LTDA - ME / 05.344.987/0001- 85 25351.046994/2004-93 / 0402213 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3570329206

Leia-se:

CLINFARMA MEDICAMENTOS E MANIPULAÇÃO LTDA / 05.344.987/0001- 85 25351.046994/2004-93 / 0402213 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3570329206

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 9, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 405, de 19 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Homologar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

194355 - MOSTRA PLAY THE MOVIE 2020
Coda Produções Artística LTDA
CNPJ/CPF: 16.435.371/0001-36
Cidade: Olinda - PE;
Valor Reduzido: R$ 4.576,00
Valor total atual: R$ 394.966,00

202067 - Automobiler: Em busca de máquinas incríveis.
CAMILA MENEZES FIGUEREDO 00771901577
CNPJ/CPF: 34.736.679/0001-01
Cidade: Canela - RS;
Valor Reduzido: R$ 45.423,00
Valor total atual: R$ 86.054,96

202792 - FAC-MG (Festival Audiovisual de Cultura de Minas Gerais)
CASA NA ARVORE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA EIRELI
CNPJ/CPF: 32.285.130/0001-04
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.464,00
Valor total atual: R$ 395.425,80

Art. 2º - Homologar os projetos audiovisuais relacionados no anexo desta Portaria, após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GRAÇA MELO CORTES

ANEXO I - (Artigo 18 , § 1º)

210668 - O Herói Sem Nome
FRANCISCA MARIA DE SOUSA BORGES
CNPJ/CPF: 399.033.461-15
Processo: 01400000668202140
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.699,50
Prazo de Captação: 18/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produção do média-metragem ficcional "O Herói Sem Nome", de 69 minutos de duração e finalização em FullHD. O filme conta deforma inovadora uma história que muitas vezes fica dentro da casa das pessoas ou na cabeça daquele que sofreu algum tipo de abuso. Para essas pessoas vai ser de grande satisfação conhecer um Herói que vai lutar por elas e ao mesmo tempo pelos seus conflitos cotidianos, um personagem que já sofreu assim como elas, que vive um conflito de identidade, que constantemente luta contra o trauma sofrido em seu passado e o usa para ser algo mais.

210669 - Contos Mirabolantes- O Olho do do Mapinguari
Andrei Miralha Padilha Duarte
CNPJ/CPF: 431.405.132-91
Processo: 01400000669202194
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 112.542,32
Prazo de Captação: 18/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produzir um curta infantil em animação digital 2D,com 8 minutos de duração, tendo como tema o imaginário amazônico com suas lendas, cultura populare bichos da floresta. A obra terá classificação LIVRE,compúblico-alvo principal de crianças numa faixa-etária de 2 a 6 anos de idade, mas com a intenção de ser uma produção atraente para toda a família. Como contrapartida social realizar 10 mostras do curta metragem Contos Mirabolantes- O Olho do Mapinguari em escolas públicas e instituições públicas de Arte e Cultura com workshop: Ilustração de Contos Mirabolantes, para crianças de 4 a 6 anos de idade.

210670 - Vestido
Heverson Deivid Brizola de Carvalho
CNPJ/CPF: 041.231.659-58
Processo: 01400000670202119
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.872,53

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **81.706.251/0001-98** DUNS®: **906763797**
Razão Social: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **05/06/2017**
Número do Processo: **0060-009174/2016** Número do Contrato: **2016NE04958**
Descrição/Justificativa: **INEXECUÇÃO DA NOTA DE EMPENHO N. 2016NE04958.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **22/09/2015**
Número do Processo: **060.003.696/2015**
Descrição/Justificativa: **Advertência aplicada por atraso.**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**
Data Aplicação: **25/01/2018**
Número do Processo: **23075601998201742** Número do Contrato: **2017NE806587**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das obrigações aceitas no processo licitatório referente ao prazo de entrega.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154043 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA**
Data Aplicação: **16/04/2020**
Número do Processo: **23117091425201926** Número do Contrato: **3419/2018 e 2457/2019**
Descrição/Justificativa: **Inexecução total do empenho 2018NE800635 e 2019NE800433, Processo SEI 23117.091425/2019-26, empenho SIE 003419/2018 e 002457/2019.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150221 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM**
Data Aplicação: **02/05/2019**
Número do Processo: **23127000019/19-43**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do item 1.3 do edital do PESRP 107/2017. Referente Nota de Empenho 2018NE804218.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **150221 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFTM**
Data Aplicação: **19/11/2019**
Número do Processo: **23127000178201948** Número do Contrato: **SRP 15/2018 2019NE800150**
Descrição/Justificativa: **A empresa foi sancionada com aplicação das penalidades de Multa e Advertência referente a atraso na entrega dos produtos adquiridos através da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n.ª 15/2018**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**
Data Aplicação: **03/09/2021**
Número do Processo: **23524010380202110**
Descrição/Justificativa: **Não entrega da nota de empenho: 2021NE000141**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153080 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**
Data Aplicação: **06/09/2019**
Número do Processo: **23536000810201931**
Descrição/Justificativa: **Não apresentação de proposta escrita e documentos de habilitação no prazo definido no Edital do Pregão Eletrônico n. 29/2019.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **155913 - EBSERH - H U PROF POLYDORO ERNANI DE S THIAGO**
Data Aplicação: **13/05/2021**
Número do Processo: **23820007099202074**
Descrição/Justificativa: **Advertência conforme penalidades prevista no Edital da licitação do Pregão eletrônico nª 63/2020, baseado no art. 118 do Regulamento de Licitacoes e Contratos para Aquisicao de Bens e Servicos da EBSERH, Lei número 13.303/2016 e normas de direito penal contidas nos artigos 89 a 99 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, pela pendência na entrega do item 22 (HALOPERIDOL AMPOLA), constante na Autorização de Fornecimento de Material (AF) nª 001, pedido nª 532/2019**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **254447 - MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ**
Data Aplicação: **09/08/2022**
Número do Processo: **25384000989202158** Número do Contrato: **2022NE702**
Descrição/Justificativa: **Advertencia**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **21/09/2018** Valor da Multa: **R$ 7.310,30**
Número do Processo: **0060.001189/2016** Número do Contrato: **Ata nª 127/2015E-SES/DF.**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de penalidade de multa de mora de multa punitiva, no valor de R$ 7.310,30 (sete mil trezentos e dez reais e trinta centavos), pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2016NE001163, decorrente da Ata 127/2015E-SES/DF.**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**
Data Aplicação: **13/02/2017** Valor da Multa: **R$ 4.352,22**
Número do Processo: **0060-0011925/2016** Número do Contrato: **2016NE01216**
Descrição/Justificativa: **ATRASO NA ENTREGA.**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**18/01/2017**	Valor da Multa:	**R$ 299,43**
Número do Processo:	**0060-001948/2016**	Número do Contrato:	**2016NE01365**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA.**		

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**13/04/2017**	Valor da Multa:	**R$ 12.468,02**
Número do Processo:	**0060-002429/2016**	Número do Contrato:	**2016NE01753**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA.**		

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**19/05/2016**	Valor da Multa:	**R$ 332,78**
Número do Processo:	**0060-003696/2015**	Número do Contrato:	**2015NE02623**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA.**		

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**12/05/2016**	Valor da Multa:	**R$ 97,23**
Número do Processo:	**0060-004523/2015**	Número do Contrato:	**2015NE03063**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega.**		

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**30/07/2015**	Valor da Multa:	**R$ 1.446,20**
Número do Processo:	**0060-004593/2015**		
Descrição/Justificativa:	**Atraso 2015NE03226**		

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**13/08/2018**	Valor da Multa:	**R$ 2.760,04**
Número do Processo:	**0060-005623/2016**	Número do Contrato:	**Ata nª 127/2015E-SES/DF**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de penalidade de multa de mora e multa punitiva, no valor de R$ 2.760,04 (dois mil setecentos e sessenta rais e quatro centavos), pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n.2016NE002984, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 127/2015E-SES/DF, nos termos do art. 4ª, do Decreto Distrital n. 26.851/2006.**		

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**12/12/2016**	Valor da Multa:	**R$ 2.670,04**
Número do Processo:	**0060-005623/2016**	Número do Contrato:	**2016NE002984**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA.**		

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**18/05/2016**	Valor da Multa:	**R$ 13,72**
Número do Processo:	**0060-006512/2015**	Número do Contrato:	**2015NE004741**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA**		

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**24/12/2015**	Valor da Multa:	**R$ 264,59**
Número do Processo:	**0060-007359/2015**	Número do Contrato:	**2015NE04836**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO**		

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**14/12/2018**	Valor da Multa:	**R$ 852,35**
Número do Processo:	**0060.007633/2015**		
Descrição/Justificativa:	**pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n. 2016NE002344, decorrente da Dispensa de Licitação nª001/2015F-SES/DF, nos termos do art 4ª, do Decreto Distrital n. 26.851/2006.**		

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**02/06/2016**	Valor da Multa:	**R$ 1.701,07**
Número do Processo:	**0060-007959/2015**	Número do Contrato:	**2015NE05143**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA.**		

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**07/08/2017**	Valor da Multa:	**R$ 137,19**
Número do Processo:	**0060-008602/2016**	Número do Contrato:	**2016NE04223**
Descrição/Justificativa:	**Inexecução do Objeto da Nota de Empenho.**		

Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**05/06/2017**	Valor da Multa:	**R$ 3.600,12**
Número do Processo:	**0060-009174/2016**	Número do Contrato:	**2016NE04958**
Descrição/Justificativa:	**INEXECUÇÃO DA NOTA DE EMPENHO N. 2016NE04958.**		

Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**05/10/2017**	Valor da Multa:	**R$ 3.866,28**
Número do Processo:	**0060.009175/2016**	Número do Contrato:	**2016NE04959**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de multa de mora e multa punitiva referente ao atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho.**		

Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**19/05/2016**	Valor da Multa:	**R$ 86,79**
Número do Processo:	**0060-009961/2015**	Número do Contrato:	**2015NE006861**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA**		

Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**19/05/2016**	Valor da Multa:	**R$ 130,86**
Número do Processo:	**0060-010193/2015**	Número do Contrato:	**2015NE006863**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO NA ENTREGA**		

Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**14/12/2018**	Valor da Multa:	**R$ 1.105,00**
Número do Processo:	**0060.010676/2015**		
Descrição/Justificativa:	**Pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho nª 2016NE000370, decorrente da Ata de Registro de Preço nª 127/2015E-SES/DF, nos termos do art. 4ª, do Decreto Distrital nª 26.851/2006.**		

Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**19/09/2016**	Valor da Multa:	**R$ 135,19**
Número do Processo:	**060..000.515/2016**		
Descrição/Justificativa:	**ATRASO 2016NE000933**		

Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**22/09/2015**	Valor da Multa:	**R$ 4.658,97**
Número do Processo:	**060.003.696/2015**		
Descrição/Justificativa:	**Multa aplicada por atraso na entrega.**		

Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**11/09/2015**	Valor da Multa:	**R$ 955,73**
Número do Processo:	**060.003.913**	Número do Contrato:	**2015**
Descrição/Justificativa:	**ATRASO 2015NE02877**		

Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**		
Data Aplicação:	**06/10/2015**	Valor da Multa:	**R$ 565,09**
Número do Processo:	**060.004523/2015**		
Descrição/Justificativa:	**atraso Ata de Registro de Preços nª 023/2015**		

Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**		
Data Aplicação:	**03/09/2021**	Valor da Multa:	**R$ 91,80**
Número do Processo:	**23524010380202110**		
Descrição/Justificativa:	**Não entrega da nota de empenho: 2021NE000141**		

Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**254447 - MS-INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA/FIOCRUZ/RJ**		
Data Aplicação:	**15/08/2022**	Valor da Multa:	**R$ 191,60**
Número do Processo:	**25384000989202158**	Número do Contrato:	**2022NE702**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento das obrigações contratuais**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **250059 - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA**
Data Aplicação: **19/07/2019** Valor da Multa: **R$ 3.556,56**
Número do Processo: **33409003632201918** Número do Contrato: **PR 04/2019**
Descrição/Justificativa: **Ocorrência de inadimplementos contratuais estabelecidos no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nª 04/2018, parte integrante da Ata de Registro de Preços nª 300/2018 firmada entre a empresa e o Instituto Nacional de Cardiologia, referente ao atraso de 87 dias na entrega do item 2 - AMOXICILINA+CLAVULONATO DE POTASSIO 1G F/A - INJETAVEL, solicitado através da Nota de Empenho nª 2018NE802993, consoante ao exposto no subitem 10.1.2 do Termo de Referência.**

Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nª 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**

UASG Sancionadora: **250104 - HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **30/09/2014** Prazo Final: **30/11/2014**

Número do Processo: **33407003394201448**
Descrição/Justificativa: **A empresa não apresentou documentação solicitada para os itens 30 e 66 do pregão 7/2013 - medicamentos antibióticos.**

Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155015 - MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **11/04/2022**
Data Aplicação: **11/04/2022**
Número do Processo: **23528.013585/2021** Número do Contrato: **2021NE000891**
Descrição/Justificativa: **Sanção administrativa de Advertência em razão da inexecução parcial do objeto, prevista no subitem 19.2.1 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico SRP 11/2021- MEJC/EBSERH.**

Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155906 - MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **07/07/2022**
Data Aplicação: **07/07/2022**
Número do Processo: **23535002505202290** Número do Contrato: **ARP 23**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de advertência pela não entrega do material constante na nota de empenho 2022NE46. Descumprimento do item 16.1.1: Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação do Pregão 12/2021**

Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155022 - HOSPITAL DAS CLINICAS DE PERNAMBUCO**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **10/05/2022**
Data Aplicação: **10/05/2022**
Número do Processo: **23536003737202255** Número do Contrato: **ARP Nª 550/2020**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega de 1.000 ampolas do item METILSUFATO DE NEOSTIGMINA, 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML AMPL (Cód. HC 1966), referente a Nota de Empenho nª 002729/2021, enviada em 03/11/2021.**

Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155022 - HOSPITAL DAS CLINICAS DE PERNAMBUCO**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **16/02/2022**
Data Aplicação: **16/02/2022**
Número do Processo: **23536025346202119** Número do Contrato: **ARP Nª 104/2021**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega do item 33 (MESNA 400 MG/4 ML, SOLUCAO INJETAVEL AMPL 1UD), constante da Nota de Empenho 002224/2021.**

Ocorrência 42:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155124 - HOSPITAL UNIV. Mº APARECIDA PEDROSSIAN**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **19/04/2022**
Data Aplicação: **19/04/2022**
Número do Processo: **23538006449202071** Número do Contrato: **15/2019**
Descrição/Justificativa: **A empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, descumpriu as cláusulas 7.1, 8.1, 8.2 e 8.7 do anexo III – Termo de Referência do Edital Nª 72/2019, que trata sobre condições, prazo e local de entrega e recebimento.**

Ocorrência 43:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **03/03/2020**
Data Aplicação: **03/03/2020**
Número do Processo: **23541000754201885**
Descrição/Justificativa: **Pelo atraso na entrega de material da Nota de Empenho 2018NE803583 em virtude do descumprimento do subitem 9.2 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico 13/2018.**

Ocorrência 44:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **19/08/2022**
Data Aplicação: **19/08/2022**
Número do Processo: **23764012039202176** Número do Contrato: **2021NE001502**
Descrição/Justificativa: **Penalidade aplicada pela inexecução da Ata de Registro de Preços nª 347/2020, sob 10% do valor da nota de empenho, nos termos do subitem 16.2.2.3. do TR do PE 45/2020**

Ocorrência 45:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
Motivo:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
UASG Sancionadora:	**155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**22/08/2022**		
Data Aplicação:	**22/08/2022**		
Número do Processo:	**23764012039202176**	Número do Contrato:	**2021NE001502**
Descrição/Justificativa:	**Multa compensatória de R$ 41,50 (quarenta e um reais e cinquenta centavos), conforme item 16.2.2.3. do Termo de Referência do PE nª 45/2020, pela não entrega na sua totalidade do item 50 do empenho 2021NE001502 .**		

Ocorrência 46:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**22/08/2022**		
Data Aplicação:	**22/08/2022**		
Número do Processo:	**23764012039202176**	Número do Contrato:	**2021NE001502**
Descrição/Justificativa:	**Advertência conforme subitem 16.2.1 do Termo de Referência do PE 45/2020, ARP nª 347/2020, pela inexecução parcial do objeto licitado (2021NE001502 - item 50)**		

Ocorrência 47:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
Motivo:	**Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**		
UASG Sancionadora:	**155910 - HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO D.**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**22/08/2022**		
Data Aplicação:	**22/08/2022**		
Número do Processo:	**23817003346202284**	Número do Contrato:	**2022NE000085**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento de obrigação contratual: atraso na entrega do objeto licitado. Sanção: 15.2.2. do Termo de Referência do PE nª 15/2021 da UASG 155910**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 48:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155910 - HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO D.**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **26/07/2022**
Data Aplicação: **26/07/2022**
Número do Processo: **23817.00804720223** Número do Contrato: **2022NE000400**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de obrigação contratual: Atraso na entrega do material licitado. Sanção: 15.2.2. do Termo de Referência do PE nª 57/2021 da UASG 155910**

Ocorrência 49:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **156654 - HOSPITAL DAS CLIN DA UNIV FED DE UBERLÂNDIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **20/12/2022**
Data Aplicação: **20/12/2022**
Número do Processo: **23860007263202239**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de penalidade de Multa no valor de R$ 351,90 (trezentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) à empresa Promefarma Medicamentos por inexecução contratual com fundamento no inciso II do item 18.10 do Termo de Referência.**

Ocorrência 50:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **156654 - HOSPITAL DAS CLIN DA UNIV FED DE UBERLÂNDIA**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **19/12/2022**
Data Aplicação: **19/12/2022**
Número do Processo: **23860007263202239** Número do Contrato: **ATA 18/2022**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de penalidade de advertência à empresa Promefarma Medicamentos por inexecução contratual com fundamento no inciso I do item 18.10 do Termo de Referência.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**81.706.251/0001-98**	DUNS®:	**906763797**
Razão Social:	**PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**25/04/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**08/08/2023**
FGTS	Validade:	**07/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**27/05/2023**
Receita Municipal	Validade:	**26/04/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	81706251000198
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	97223476915
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 15:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 972.234.769-15.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.7C4E.94EE.9774 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELCIO LUIS BORDIGNON**

CPF/CNPJ: **972.234.769-15**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:56:25 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: NKJB160223155625

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELCIO LUIS BORDIGNON**

CPF: **972.234.769-15**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:56:39 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: WRHR160223155639

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 15:55:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **81.706.251/0001-98**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 97223476915

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:50:51
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: nº 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

AILTON APARECIDO DA COSTA, brasileiro, maior, casado sob o regime de separação de bens, nascido em 12/03/1966, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 539.089.539-87, portador da carteira nacional de habilitação sob n° 00850532975/Detran-PR, residente e domiciliado na Avenida Gil de Abreu Souza, 2000, Casa 819 - Condomínio Royal Park Residence, Esperança, CEP: 86058-100, Londrina-PR, **TITULAR da EIRELI** que gira sob o nome empresarial de **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI**, com sede e domicílio na Rua Eduardo Benjamin Hosken, 141, Conceição, CEP: 86020-440, Londrina-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 32.708.161/0001-20, registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE nº 416.0082407-5 em 08/02/2019, **RESOLVE** alterar a EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO SEDE SOCIAL: O endereço da presente EIRELI que é na Rua Eduardo Benjamin Hosken 141, Conceição, CEP: 86020-440, Londrina-PR, fica alterado para **Avenida Robert Koch 1553, Aragarça, CEP: 86037-010, Londrina-PR**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL: A EIRELI que tem por objeto social a exploração do ramo de: COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO (CNAE 46.44-3-01); COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS (CNAE 47.89-0-05); COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS (CNAE 46.45-1-01); COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA (CNAE 46.46-0-01); COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL (CNAE 46.46-0-02); COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO (CNAE 46.49-4-01); COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS (CNAE 46.64-8-00); ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS (CNAE 77.29-2-02); ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO (CNAE 77.29-2-03); ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE 77.33-1-00); ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR (CNAE 77.39-0-02), passa a partir desta data a ter o seguinte objeto:

- **COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO (CNAE 46.44-3-01);**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS (CNAE 47.89-0-05);**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: nº 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

- **COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO (CNAE 46.41-9-03);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS (CNAE 46.45-1-01);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA (CNAE 46.46-0-01);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL (CNAE 46.46-0-02);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO (CNAE 46.49-4-01);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR (CNAE 46.49-4-08);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS (CNAE 46.64-8-00);**
- **ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS (CNAE 77.29-2-02);**
- **ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO (CNAE 77.29-2-03);**
- **ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE 77.33-1-00);**
- **ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR (CNAE 77.39-0-02).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO TITULAR: O endereço do Titular **AILTON APARECIDO DA COSTA** que era na Avenida Gil de Abreu Souza, 2000, Casa 819 - Condomínio Royal Park Residence, Esperança, CEP: 86058-100, Londrina-PR, fica alterado para Avenida José Gabriel de Oliveira, 999, Apartamento 1704 - Torre 1, Aurora, CEP: 86047-360, Londrina-PR.

CLÁUSULA QUARTA - DA MUDANÇA DE ESTADO CIVIL: Altera-se o estado civil do Titular **AILTON APARECIDO DA COSTA**, passando de casado sob o regime de separação de bens para divorciado.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: nº 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

ATO CONSTITUTIVO CONSOLIDADO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

AILTON APARECIDO DA COSTA, brasileiro, maior, divorciado, nascido em 12/03/1966, empresário, natural de Nova Olímpia-PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 539.089.539-87, portador da carteira nacional de habilitação sob n° 00850532975/Detran-PR, residente e domiciliado na Avenida José Gabriel de Oliveira, 999, Apartamento 1704 - Torre 1, Aurora, CEP: 86047-360, Londrina-PR, **RESOLVE** consolidar a **EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**, que regerá mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Empresa Individual de Responsabilidade Limita - EIRELI, com a denominação **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.708.161/0001-20, constituída em 08/02/2019, será regida por este Ato Constitutivo e pelo Código Civil, Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA: A EIRELI terá a sua sede e domicilio na Avenida Robert Koch, 1553, Aragarça, CEP: 86037-010, Londrina-PR, podendo a qualquer tempo, a critério do seu Titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da **EIRELI** é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é 01/02/2019.

Parágrafo único: É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do Titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da EIRELI será:

- **COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO (CNAE 46.44-3-01);**
- **COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS (CNAE 47.89-0-05);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO (CNAE 46.41-9-03);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS (CNAE 46.45-1-01);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA (CNAE 46.46-0-01);**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: nº 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

- **COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL (CNAE 46.46-0-02);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO (CNAE 46.49-4-01);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR (CNAE 46.49-4-08);**
- **COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS (CNAE 46.64-8-00);**
- **ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS (CNAE 77.29-2-02);**
- **ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO (CNAE 77.29-2-03);**
- **ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE 77.33-1-00);**
- **ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR (CNAE 77.39-0-02).**

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL: O Capital da EIRELI na importância de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dividido em 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, o qual está totalmente integralizado em moeda corrente do País.

Titular	%	Cotas	Valor
AILTON APARECIDO DA COSTA	100,00	250.000	250.000,00
Total	**100,00**	**250.000**	**250.000,00**

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE: A responsabilidade do Titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da Empresa Limitada e supletivamente pela Lei da Sociedade Anônima

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO: A administração da EIRELI caberá ao Titular **AILTON APARECIDO DA COSTA**, com poderes de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, dispensado de caução, a quem caberá dentre as outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do Titular limitada ao capital integralizado.

§1.º - O Titular poderá fixar uma retirada mensal a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

§2.º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: nº 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado

CLÁUSULA OITAVA: O término de cada exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apuração do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao Titular, os lucros ou perdas apuradas

Parágrafo Único: A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA NONA: Falecendo ou interditado o Titular da EIRELI, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação ao seu Titular.

CLÁUSULA DÉCIMA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: O Titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O endereço do Titular, constantes do ato constitutivo ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e demais correspondências, relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva do Titular, que deverá fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Declara o Titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa ou pessoa jurídica dessa modalidade.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ/MF: nº 32.708.161/0001-20
NIRE: 416.0082407-5

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ENQUADRAMENTO: O Titular declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da comarca de Londrina-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: E por estar assim, justo e contratado, lavra, data e assina, o presente instrumento, em via única, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Londrina-PR, 08 de abril de 2021.

AILTON APARECIDO DA COSTA

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
53908953987	AILTON APARECIDO DA COSTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/04/2021 12:21 SOB Nº 20212324837.
PROTOCOLO: 212324837 DE 23/04/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12102754924. CNPJ DA SEDE: 32708161000120.
NIRE: 41600824075. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 08/04/2021.
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Fabricante: Rontis Hellas S.A.
Endereço: Industrial Area of Larissa, P.O. Box 3012, Larissa, Grécia
Solicitante: Nipro Medical Corporation Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 13.333.090/0001-84
Autorização: 8.07.886-2 Expediente: 0269375/19-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Shanghai Microport Medical (Group) Co., Ltd.
Endereço: 501 Newton Road ZJ Hi-tech Park - 201203 - Shanghai, China
Solicitante: Microport Scientific Vascular Brasil Ltda. CNPJ: 29.182.018/0001-33
Autorização: 8.02.995-7 Expediente: 1203600/18-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.002, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Genoss Co., Ltd.
Endereço: 1F Gyeonggi R&DB Center/ 226, 2F, GSBC, 105, Gwanggyo-Ro, Yeongtong-Gu, Suwon-si, Gyeonggi-do, Coréia do Sul
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 0857713/18-7
Linha: Materiais
Motivo: Em atendimento ao art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39/2013 e em desacordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16/2013: não cumpre as Boas Práticas de Fabricação em relação aos itens 2.1.1.1;2.2.1;2.3.2;2.4.1;2.5.2;3.1.1;3.1.2; 3.1.3;3.2.1;3.3.1;4.1.4;4.1.6;4.1.7;4.1.8;4.1.9;4.1.10; ;5.1.1;5.1.1.1;5.1.1.2;5.1.2; 5.1.3;5.1.3.1;5.1.3.3;
5.1.3.4;5.1.5.1;5.2.2.1;5.4.1;5.4.4;5.4.7;5.6;5.6.1;6.1.1;6.2.1;6.5.1;7.1.1.3 e 9.2.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.003, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução - RE n° 2.372, de 30 de agosto de 2018, no Diário Oficial da União nº 170, de 3 de setembro de 2018, Seção 1, pág. 84, e em Suplemento, págs. 79 e 80, conforme expedientes nº 1329383/16-4 e 2480815/19-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA: LABORATÓRIO PERNAMBUCANO LTDA. - CNPJ: 10.791.259/0001-51 - AUTORIZ/MS: 1004213
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR JERONIMO GUEIROS, 159
MUNICÍPIO: RECIFE - UF: PE - EXPEDIENTE: 2480815/19-6
ASSUNTO: 70210 - Cancelamento de CBPF/CBPDA de INDÚSTRIA/DISTRIBUIDORA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - uso exclusivo ANVISA
MOTIVO DE CANCELAMENTO: Em atendimento ao art. 10 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39/2013 e em desacordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17/2010, não cumpre as Boas Práticas de Fabricação em relação aos artigos 11, 12, 13, 22, 25, 69, 73, 74,79, 104,108, 110, 116, 117, 118, 129, 131, 136, 144, 150, 171, 177, 179, 201, 231, 237, 241, 256, 263, 283, 301, 302, 410, 484, 515, 550, 562 e 602.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.004, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Indústria de Cosméticos Carvalho Eireli
CNPJ: 09.006.813/0001-63
Endereço: Avenida dos Italianos, nº 196 - Rocha Miranda
Município: Rio de Janeiro/RJ CEP: 21510103
Autorização de Funcionamento: 2049077 - 2
Expediente: 0344921/17-1
Linha: SEMISSÓLIDOS

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.973, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: CENTER FLEX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E AFINS LTDA
ENDEREÇO: R ROBERTO PEGORETTI, 321
BAIRRO: VILA PAULISTA CEP: 12701180 - CRUZEIRO/SP
CNPJ: 13.110.344/0001-03
PROCESSO: 25351.516938/2019-14
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE QUE ATESTE O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS PARA AS ATIVIDADES E CLASSES PLEITEADAS, EMITIDOS PELA AUTORIDADE SANITÁRIA LOCAL COMPETENTE; CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 15 E 18 DA RDC Nº 16/2014. CONFORME O ESTABELECIDO PELO ARTIGO 51 DA LEI N° 6360/76 E PELO ARTIGO TERCEIRO DO DECRETO N° 8.077/13, A AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA ANVISA PRECEDE O LICENCIAMENTO SANITÁRIO.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 1

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.974, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º.Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: CIRÚRGICA CHATARA MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA BRIGADEIRO JORDÃO Nº 911 PISO SUPERIOR
BAIRRO: IPIRANGA CEP: 04210000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.990.906/0001-51
PROCESSO: 25351.325852/2015-71
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO VIGENTE COM DADOS ATUALIZADOS, EMITIDO PELA AUTORIDADE SANITÁRIA LOCAL COMPETENTE, QUE ATESTE O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS PARA AS ATIVIDADES E CLASSES PLEITEADAS, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 15 E ARTIGO 18 DA RDC Nº 16/2014.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
TOTAL DE EMPRESAS: 1

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.975, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

EMPRESA: PONTO ALTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR 280, Nº 2113, KM 34, GALPÃO 04, LADO B
BAIRRO: ITINGA CEP: 89245000 - ARAQUARI/SC
CNPJ: 16.858.163/0001-40
PROCESSO: 25351.549968/2019-07 AUTORIZ/MS: 4.01427.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GOLDEN BRAZIL INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ADILIO RIBEIRO DE AMORIM 121
BAIRRO: BAIRRO DO FORMOSO CEP: 27660000 - RIO DAS FLORES/RJ
CNPJ: 21.390.886/0001-05
PROCESSO: 25351.550258/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01432.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EMBALAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
FABRICAR: COSMÉTICOS
FRACIONAR: COSMÉTICOS
REEMBALAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: EMELLI APARECIDA SANTOS SILVA
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA, 733
BAIRRO: SÃO JOSÉ CEP: 35560000 - SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG
CNPJ: 11.009.301/0001-00
PROCESSO: 25351.561336/2019-11 AUTORIZ/MS: 4.01439.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: INTECQ - INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLOGICA E CONTROLE DE QUALIDADE LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PROFESSORA ANGELICA BELLO SCARPELLI, 25
BAIRRO: ESTÂNCIA DAS PAINEIRAS CEP: 15895000 - CEDRAL/SP
CNPJ: 01.915.071/0001-87
PROCESSO: 25351.243241/2019-19 AUTORIZ/MS: 4.00910.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GLOBAL TRIC DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E PERFUMARIA EIRELI
ENDEREÇO: ROD ANHANGUERA KM 114 SALA 9 GALPÃO 7
BAIRRO: JARDIM DALLORTO CEP: 13177901 - SUMARÉ/SP
CNPJ: 31.582.294/0001-30
PROCESSO: 25351.557702/2019-20 AUTORIZ/MS: 4.01435.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: ECO PLAST COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA DO JATOBA, N° 95 / LOJA 02
BAIRRO: DIAMANTE CEP: 30644200 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 20.161.464/0001-97
PROCESSO: 25351.516973/2019-25 AUTORIZ/MS: 4.01356.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DOCTORMED EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: RUA 15, QD. 49, LT. 34, LJ. 02
BAIRRO: MORADA NOBRE CEP: 72870374 - VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO
CNPJ: 13.169.056/0001-16
PROCESSO: 25351.548704/2019-28 AUTORIZ/MS: 4.01424.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
ENDEREÇO: RUA EDUARDO BENJAMIN HOSKEN 141
BAIRRO: CONCEIÇÃO CEP: 86020440 - LONDRINA/PR
CNPJ: 32.708.161/0001-20
PROCESSO: 25351.561355/2019-30 AUTORIZ/MS: 4.01440.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GSB LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: AV ELDES SCHERRER SOUZA, N° 1025, SALA 705
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL LARANJEIRAS CEP: 29165680 - SERRA/ES
CNPJ: 28.099.428/0001-52
PROCESSO: 25351.550166/2019-31 AUTORIZ/MS: 4.01426.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: LOGMAM TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO OVIDIO RODRIGUES N° 693, SALA 3
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL III CEP: 13213180 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 11.069.547/0001-60
PROCESSO: 25351.550148/2019-50 AUTORIZ/MS: 4.01431.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GREGORUTT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- ME
ENDEREÇO: RUA CLEMENTINA, 146
BAIRRO: PARQUE PARAÍSO CEP: 07794115 - CAJAMAR/SP
CNPJ: 05.218.914/0001-47
PROCESSO: 25351.560333/2019-52 AUTORIZ/MS: 4.01436.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EMBALAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
FABRICAR: COSMÉTICOS
FRACIONAR: COSMÉTICOS
REEMBALAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: MONTE LAGOS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA NACIB SIMÃO S/N LOTE 59
BAIRRO: RETIRO POÉTICO CEP: 28540000 - CORDEIRO/RJ
CNPJ: 08.880.019/0001-81
PROCESSO: 25351.561577/2019-52 AUTORIZ/MS: 4.01441.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: LUCIANA MATER HORN
ENDEREÇO: RUA JOÃO HENRIQUE PAULI, 440 - SALA 8
BAIRRO: CENTRO CEP: 88180000 - ANTÔNIO CARLOS/SC
CNPJ: 32.608.866/0001-76
PROCESSO: 25351.561303/2019-63 AUTORIZ/MS: 4.01438.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: EDIO HOFFMANN
ENDEREÇO: MARGINAL DA BR 101 KM 201 N 4155 GALPAO 03
BAIRRO: SERRARIA CEP: 88115100 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 00.509.354/0001-66
PROCESSO: 25351.517056/2019-68 AUTORIZ/MS: 4.01357.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: LUCKY LADY IMPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: AV JOÃO PAULO ABLAS, 900 - GALPÃO 1 - SALA J
BAIRRO: JARDIM DA GLÓRIA CEP: 06711250 - COTIA/SP
CNPJ: 29.054.927/0001-96
PROCESSO: 25351.561688/2019-69 AUTORIZ/MS: 4.01443.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME
ENDEREÇO: RUA 9 QD 55 LT 09
BAIRRO: VILA BRASILIA CEP: 74911080 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 28.387.424/0001-70
PROCESSO: 25351.579542/2019-70 AUTORIZ/MS: 4.01428.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS

EMPRESA: GRIFFI TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: ROD BA 093, 11713 KM 11 5
BAIRRO: PITANGA DE PALMARES CEP: 43700000 - SIMÕES FILHO/BA
CNPJ: 03.108.902/0001-34
PROCESSO: 25351.561686/2019-70 AUTORIZ/MS: 4.01442.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: PINK CHEEKS COMERCIO DE COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PROSPERO GRISI, 787
BAIRRO: VILA SÃO JOÃO CEP: 13614060 - LEME/SP
CNPJ: 23.713.072/0001-81
PROCESSO: 25351.550144/2019-71 AUTORIZ/MS: 4.01430.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DCL LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, N° 19001, PAV 100, SALA 201
BAIRRO: COELHO NETO CEP: 21530000 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 12.371.635/0001-84
PROCESSO: 25351.449642/2019-72 AUTORIZ/MS: 4.01423.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: BEM ESTAR INDUSTRIAL EIRELI
ENDEREÇO: RUA DAS CONTENDAS, 500
BAIRRO: CACHARA CAMPESTRE CEP: 32184010 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 08.962.163/0001-67
PROCESSO: 25351.483408/2019-74 AUTORIZ/MS: 4.01422.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: BEAUTIFUL GIRL YANG IMPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: AV JOÃO PAULO ABLAS 900 - GALPÃO 1 - SALA K
BAIRRO: JARDIM DA GLÓRIA CEP: 06711250 - COTIA/SP
CNPJ: 28.337.864/0001-12
PROCESSO: 25351.553508/2019-75 AUTORIZ/MS: 4.01434.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DIEGO CASTILHO NOGUEIRA
ENDEREÇO: AV. PREFEITO JOÃO VILA LOBO QUERO, 1505
BAIRRO: JARDIM BELVAL CEP: 06422122 - BARUERI/SP
CNPJ: 16.885.053/0001-77
PROCESSO: 25351.560308/2019-79 AUTORIZ/MS: 4.01437.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES

EMPRESA: N ALVES DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA AMAZONAS Nº 155
BAIRRO: IBIRAPUERA CEP: 45000000 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
CNPJ: 19.852.860/0001-81
PROCESSO: 25351.516940/2019-85 AUTORIZ/MS: 4.01355.7
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: DOCE VIDA BELEZA & SAUDE COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: AV CAUAXI, 293, SALA 2410
BAIRRO: ALPHAVILLE CEP: 06454020 - BARUERI/SP
CNPJ: 29.803.542/0001-84
PROCESSO: 25351.529132/2019-88 AUTORIZ/MS: 4.01380.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: BEAUTY BR DISTRIBUIDORA LTDA.
ENDEREÇO: RUA NAPOLES, 645 - SALA 01
BAIRRO: JARDIM COLIBRI CEP: 06712380 - COTIA/SP
CNPJ: 32.998.835/0001-79
PROCESSO: 25351.553310/2019-91 AUTORIZ/MS: 4.01433.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: RN EXPRESS E COURRIER DO BRASIL LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA ROBERTO VENTUROLE, 525
BAIRRO: CIDADE ARACILIA CEP: 07250015 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 03.243.739/0001-12
PROCESSO: 25351.561592/2019-09 AUTORIZ/MS: 1.19468.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
ENDEREÇO: RUA EDUARDO BENJAMIN HOSKEN 141
BAIRRO: CONCEIÇÃO CEP: 86020440 - LONDRINA/PR
CNPJ: 32.708.161/0001-20
PROCESSO: 25351.561570/2019-31 AUTORIZ/MS: 1.19467.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANSPORTADORA GOBOR LTDA.
ENDEREÇO: R JOSE ARNALDO COSMO 334
BAIRRO: SALGADINHO CEP: 83606470 - CAMPO LARGO/PR
CNPJ: 77.505.550/0001-97
PROCESSO: 25351.516962/2019-45 AUTORIZ/MS: 1.19386.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: JMS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: RUA JOAO DE OLIVEIRA SA, 495
BAIRRO: CENTRO CEP: 49860000 - GRACHO CARDOSO/SE
CNPJ: 33.598.456/0001-54
PROCESSO: 25351.561709/2019-46 AUTORIZ/MS: 1.19471.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME
ENDEREÇO: RUA 9 QD 55 LT 09
BAIRRO: VILA BRASILIA CEP: 74911080 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 28.387.424/0001-70

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social

PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI

CNPJ

32.708.161/0001-20

Endereço Completo

- /

Telefone

Responsável Técnico

GLAUCIA DE OLIVEIRA

Responsável Legal

AILTON APARECIDO DA COSTA

Dados do Cadastro

Cadastro Nº

1.19.467-8

Data do Cadastro

29/10/2019

Situação

Ativa

Nº do Processo

25351.561570/2019-31

Cadastro

1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado

Nenhum registro encontrado

Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem - CBPDA (Vigente)

Empresa Solicitante	Linhas de Certificação Vigentes	Data de Publicação	Vencimento do Certificado
Nenhum registro encontrado			

Voltar

Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Fazenda

VÁLIDO SOMENTE PARA FINS DE CONSULTA!

Contribuinte,

Confira os dados do Cadastro Mobiliário e, se houver qualquer divergência, providencie junto ao setor de **Alvará de Licença da Secretaria Municipal de Fazenda** a sua atualização cadastral.

SITUAÇÃO CADASTRAL

C.M.C.	DATA DO INÍCIO DE ATIVIDADE
2540177	**08/02/2019**

RAZÃO SOCIAL
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI

CNPJ/CPF
32708161000120

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
G464190300 - Comercio atacadista de artigos d... (Item:)
G464430100 - Comercio atacadista de medicamen... (Item:)
G464510100 - Comercio atacadista de instrumen... (Item:)
G464600100 - Comercio atacadista de cosmetico... (Item:)
G464600200 - Comercio atacadista de produtos ... (Item:)
G464940100 - Comercio atacadista de equipamen... (Item:)
G464940800 - Comercio atacadista de produtos ... (Item:)
G466480000 - Comercio atacadista de maquinas,... (Item:)
G478900500 - Comercio varejista de produtos s... (Item:)
N772920200 - Aluguel de moveis, utensilios e ... (Item: 03.05)
N772920300 - Aluguel de material medico - (Me... (Item:)
N773310000 - Aluguel de maquinas e equipament... (Item:)
N773900200 - Aluguel de equipamentos cientifi... (Item:)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AVENIDA ROBERT KOCH	**1553**	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
86037010	**ARAGARCA**	**LONDRINA**	**PR**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA
Ativo	**08/02/2019**

OPÇÃO SIMPLES NACIONAL	SIMEI
NÃO	**NAO**

Nova consulta

Imprimir

e-mail: alvara.licenca@londrina.pr.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Gestão de Cadastro e Informações
Gerência de Cadastro Mobiliário

ALVARÁ DE LICENÇA

CNPJ/CPF	C.M.C.
32.708.161/0001-20	**254.017-7**

Processo nº	Validade
19006162373202184 / 2021	**Enquanto cumprir as exigências da legislação em vigor**

Nome ou Razão Social
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI

Nome Fantasia

Endereço
AVENIDA ROBERT KOCH **1553** **ARAGARCA**

Cidade	UF	CEP	Área/m2	Zoneamento:
LONDRINA	**PR**	**86037010**	**204**	**ZC-6**

S.F.A.	Início da Atividade
230100	**08/02/2019**

Código Cnae	Descrição da Atividade Econômica Principal
G-4644-3/01-00	**Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano-(Alto Risco conf. Dec. 1167/20)**

Código CNAE	Descrição das Atividades Econômicas Secundárias
G-4641-9/03-00	**Comercio atacadista de artigos de armarinho - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4645-1/01-00	**Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirurgico, hospitalar e de laboratorios - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4646-0/01-00	**Comercio atacadista de cosmeticos e produtos de perfumaria - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4646-0/02-00	**Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4649-4/01-00	**Comercio atacadista de equipamentos eletricos de uso pessoal e domestico - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4649-4/08-00	**Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservacao domiciliar - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4664-8/00-00	**Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar, partes e pecas - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
G-4789-0/05-00	**Comercio varejista de produtos saneantes domissanitarios-(Alto Risco conf. Dec. 1167/20)**
N-7729-2/02-00	**Aluguel de moveis, utensilios e aparelhos de uso domestico e pessoal, instrumentos musicais - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
N-7729-2/03-00	**Aluguel de material medico - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
N-7733-1/00-00	**Aluguel de maquinas e equipamentos para escritorio - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**
N-7739-0/02-00	**Aluguel de equipamentos cientificos, medicos e hospitalares, sem operador - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)**

OBSERVAÇÃO
- ESTABELECIMENTO FIXO: ATIVIDADES EXERCIDAS EM LOCAL/PRÉDIO DETERMINADO, EM IMÓVEL CUJO ENDEREÇO COINCIDE COM O ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO (DEC 1167/2020).

- ALVARÁ POR TEMPO INDETERMINADO: RESULTANTE DA CONVERSÃO DE OUTROS TIPOS DE ALVARÁ, DE NATUREZA CONTINUADA, QUE PERMITE AS ATIVIDADES NELA PREVISTAS (DEC 1167/2020).

Londrina, 08 de dezembro de 2021

Dispensado carimbo e assinatura, conforme Art 22, do Decreto 1167/2020. .

Código Validador: **0Wv3Mh0YW**
Para confirmar a autenticidade deste Alvará de Licença acesse http://www1.londrina.pr.gov.br

IMPORTANTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Gestão de Cadastro e Informações
Gerência de Cadastro Mobiliário

CNPJ/CPF
32.708.161/0001-20

ALVARÁ DE LICENÇA

C.M.C.
254.017-7

Processo nº
19006162373202184 / 2021

Validade
Enquanto cumprir as exigências da legislação em vigor

Nome ou Razão Social
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI

Este Alvará de Licença deverá ficar exposto no estabelecimento licenciado. Em caso de encerramento, mudança de endereço, alteração do ramo de atividade, de razão social ou do quadro societário, deverá solicitar tais alterações previamente, na Secretaria Municipal de Fazenda. A Situação Cadastral atualizada desta empresa no município de Londrina, poderá ser consultada através do endereço eletrônico: http://www1.londrina.pr.gov.br.

CRCPR
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	REGINALDO ANTONIO FIORI
REGISTRO..... :	PR-036115/O-2
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.713.679-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 10/10/2022 as 14:14:12.
Válido até: 08/01/2023.
Código de Controle: 971829.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90804025-27	32.708.161/0001-20	02/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - LTDA**
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	**AV ROBERT KOCH, 1553 - ARAGARCA - CEP 86037-010**
Município de Instalação	**LONDRINA - PR, DESDE 02/2019**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 01/2023**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**4641-9/03 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO** **4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4646-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA** **4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL** **4649-4/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO** **4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR** **4664-8/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS** **4789-0/05 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**539.089.539-87**	**AILTON APARECIDO DA COSTA**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 08/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90804025-27

Emitido Eletronicamente via Internet
06/02/2023 14:46:03

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 029028619-23

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.708.161/0001-20**
Nome: **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/05/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (06/01/2023 09:39:48)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CNPJ: 32.708.161/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:30:04 do dia 30/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/05/2023.
Código de controle da certidão: **FC30.40EB.B6F4.D52B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.708.161/0001-20

Razão Social: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI

Endereço: R EDUARDO BENJAMIN HOSKEN 141 / CONCEICAO / LONDRINA / PR / 86020-440

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:15/01/2023 a 13/02/2023

Certificação Número: 2023011503394552385301

Informação obtida em 20/01/2023 17:03:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Arrecadação - Gerência de Pronto Atendimento

CERTIDÃO NEGATIVA UNIFICADA

N° 3518715 / 2023
Válida por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição

Certificamos que não existe débito vencido correspondente a Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Outros do **Cadastro Mobiliário, Contribuinte e Imobiliário**, bem como inexiste Dívida Ativa, com relação ao abaixo referido:

PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
CPF/CNPJ: 32.708.161/0001-20

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que porventura venham a ser constatados em buscas, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos.

Finalidade da certidão: **DIREITO** (Licitação, Cadastro, Incentivo à Cultura e/ou Esporte, Financiamento, Inventário, Baixa, Transferência).

Londrina, 08 de fevereiro de 2023

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.londrina.pr.gov.br>.

Dispensados carimbo e assinatura , conforme art. 3º do Decreto Nº 640/2015.

Código Validador
4Jh0Na8TN0Yw

Modelo aprovado pela Portaria Nº 002/2015/GAB/SMF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 32.708.161/0001-20
Certidão nº: 39664481/2022
Expedição: 11/11/2022, às 10:13:43
Validade: 10/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.708.161/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
32.708.161/0001-20 **MATRIZ**		**08/02/2019**

NOME EMPRESARIAL
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
77.29-2-03 - Aluguel de material médico
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV ROBERT KOCH	**1553**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
86.037-010	**ARAGARCA**	**LONDRINA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PROLINE2019@HOTMAIL.COM	**(43) 3354-3621**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**08/02/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/01/2023** às **10:41:58** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte via leitor de QRCode

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
25858	31/03/2027	916B10922AA9F1268A58141893387C2F

233838

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA PROLINE

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
AVENIDA ROBERT KOCK 1553	32.708.161/0001-20

LOCALIDADE	CIDADE - UF
ARAGARÇA	LONDRINA-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	24638	EMILIA KAPUSTA	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********
**********	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	13:30 às 18:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e arqtigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

Edital de Publicações Eletrônicas em 06/05/2022

Prefeitura do Município de Londrina
Estado do Paraná

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AMS- COORDENADORIA DE PRODUTOS

LICENÇA SANITÁRIA

CNPJ: 32.708.161/0001-20	CMC: 254.017-7	PROCESSO Nº 60.005142/2022-72

Razão Social: **Proline Material Hopitalar - Eireli**

Endereço: Av. Robert Koch, nº 1553 Bairro Aragarça Londrina- Pr

Código (CNAE): Atividade principal: 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano.

Atividades econômicas secundárias:

-46.41-9-03-Comercio atacadista de artigos de armarinho

-46-45-1-01-Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

-46.46-0-01-Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria

-46.46-0-02-Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal

-46.49-4-01-Comercio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e domésticos

-46.49-4-08-Comercio atacadista de produtos de higiene ,limpeza e conservação domiciliar

-46.64-8-00-Comercio atacadista de maquinas, aparelho e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar,partes e peças

-47.89-0-05-Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários

-77.29-2-02-Aluguel de moveis,utensílios e aparelhos de uso domésticos e pessoal,instrumentos musicais

-77.29-2-03-Aluguel de material médico

-77.33-1-00-Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios

-77.39-0-02-Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares,sem operador

Licenciado até **06/05/2024**

IMPORTANTE

Estabelecimento licenciado para atividade de comércio atacadista de medicamentos, inclusive de controle especial, cosméticos e produtos para saúde, conforme AFEs publicadas.

OBSERVAÇÃO

Esta licença sanitária deverá ficar exposta no estabelecimento, devendo o representante legal solicitar sua renovação 60 dias antes do vencimento. Em caso de encerramento, mudança de endereço, alteração de

ramo de atividade e de razão social, solicitar tais alterações junto ao SEI - Sistema Eletrônico de Informações da Prefeitura Municipal de Londrina e manter os dados cadastrais atualizados.

Autoridade Sanitária: Fabiana Daher Valentini Costa Matrícula 12320-0

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Daher Valentini Costa**, **Promotor(a) de Saúde Pública**, em 06/05/2022, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7732105** e o código CRC **27C7C1E5**.

Referência: Processo nº 60.005142/2022-72 SEI nº 7732105

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: **32.708.161/0001-20** DUNS®: **919826096**
Razão Social: **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **20/06/2023**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **17/06/2023**
Código de Controle: **BF3DBB1893FB0338**

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **04/03/2023**
Código de Controle: **2023020304234209214390**

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **01/04/2023**
Código de Controle: **332399802022**

PROLINE
material hospitalar

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI, CNPJ n.º 32.708.161/0001-20, sito a Avenida Robert Koch, 1553 – ARAGARÇA - LONDRINA/PR, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. Ailton Aparecido da Costa, portador da CNH N. 850532975 e do CPF N.° 539.089.539-87.

OUTORGADO: Sr. EDUARDO HENRIQUE FARIAS, portador da cédula de identidade RG n.º 7.670.231-4 SSP/PR, CPF N.º 032.502.999-79

PODERES: Pelo Presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, o Outorgante constitui e nomeia seu bastante Procurador o Outorgado, para o fim especial de promover a participação do Outorgante em Licitações Públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas; assinar Documentos e Petições, Efetuar Lances, Fazer Impugnações, Reclamações, Protestos; Prestar Cauções Levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas; Assinar Atas e Contratos, Retirar Empenhos, Transigir, desistir e praticar todos os Atos necessários ao cumprimento do presente mandato; Construir Procurador “AD JUDICIA” e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Válida por 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

Londrina, 28 de Outubro de 2022.

AILTON APARECIDO DA COSTA:53908953987

Assinado de forma digital por AILTON APARECIDO DA COSTA:53908953987
Dados: 2022.10.28 09:57:01 -03'00'

PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI
AILTON APARECIDO DA COSTA
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF N. 539.089.539-87

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **32.708.161/0001-20** DUNS®: **919826096**
Razão Social: **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: **32.708.161/0001-20** DUNS®: **919826096**
Razão Social: **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Vínculo 1: Fornecedor 11.215.901/0001-17 - CIRURGICA BIOMEDICA LTDA

CPF/CNPJ comum: Vínculo com 32.708.161/0001-20: Vínculo com 11.215.901/0001-17:

Ocorrências do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência: **Outros Tipos de Ocorrência**
UASG Sancionadora: **155908 - HOSPITAL UNIV. DR. MIGUEL RIET CORREA JUNIOR**
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**
Prazo Inicial: **20/01/2022** Prazo Final: **19/07/2023**

Tipo da Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. III**
UASG Sancionadora: **130058 - LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA**
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**
Prazo Inicial: **19/08/2022** Prazo Final: **18/02/2023**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**32.708.161/0001-20**	DUNS®:	**919826096**
Razão Social:	**PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**20/06/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**17/06/2023**
FGTS	Validade:	**04/03/2023**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**01/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/05/2023**
Receita Municipal	Validade:	**08/06/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 090.575.919-28 Nome: FELIPE KAUAN WEBER
Ass: _____

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **32.708.161/0001-20** DUNS®: **919826096**
Razão Social: **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **154055 - MEC-FUNDACAO UNIVERSIDADE DE RONDONIA/RO**
Data Aplicação: **26/04/2021**
Número do Processo: **19650000053202032**
Descrição/Justificativa: **ADVERTÊNCIA, nos termos da Lei nª. 8.666/1993, art. 87, inciso I c/c item 10.2.1. do Termo de Referência, anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nª. 45/2019/UNIR – UASG nª. 154055 – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Processo nª 999553661.000026/2019-13, cuja Ata (SRP) nª 07/2020-G resultante possuiu vigência de 06/02/2020 a 06/02/2021, tendo extrato publicado no DOU nª. 25, de 05/02/2020, pág. 88, seção 3, em razão do atraso na entrega dos materiais empenhados.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC**
Data Aplicação: **09/09/2021**
Número do Processo: **23080021270202140**
Descrição/Justificativa: **Conforme portaria n. 279/PROAD/2021, de 9 de setembro de 2021, publicada no Boletim Oficial da UFSC n. 101/2021, de 13 de setembro de 2021. Disponível em: https://boletimoficial.paginas.ufsc.br/files/2021/09/BO-UFSC_13.09.2021.pdf**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA**		
Data Aplicação:	**11/05/2022**	Valor da Multa:	**R$ 75,39**
Número do Processo:	**23075008356202156**		
Descrição/Justificativa:	**PORTARIA Nª 62/2022, DE 05 DE ABRIL DE 2022, considerando o que consta no Processo Administrativo SEI 23075.008356/2021-56, que aponta irregularidades decorrentes do descumprimento do Pregão Eletrônico 151/2019**		

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153163 - MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC**		
Data Aplicação:	**09/09/2021**	Valor da Multa:	**R$ 1.849,33**
Número do Processo:	**23080021270202140**		
Descrição/Justificativa:	**Conforme portaria n. 279/PROAD/2021, de 9 de setembro de 2021, publicada no Boletim Oficial da UFSC n. 101/2021, de 13 de setembro de 2021. Disponível em: https://boletimoficial.paginas.ufsc.br/files/2021/09/BO-UFSC_13.09.2021.pdf**		

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	**Suspensão Temporária - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. III**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**06/05/2020**	Prazo Final:	**04/06/2020**
Número do Processo:	**23070040762201939**	Número do Contrato:	**PE 029/2019**
Descrição/Justificativa:	**Penalidade em virtude do não envio de documentação de proposta para os itens 90, 91 e 92 do Pregão Eletrônico nª 029/2019.**		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**
UASG Sancionadora: **155023 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **17/01/2022**
Data Aplicação: **17/01/2022**
Número do Processo: **23539001297202191**
Descrição/Justificativa: **A empresa PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI, já qualificada como Contratada, através do Pregão Eletrônico n 42/2020, realizado por esta Instituição, onde venceu por apresentar o melhor valor, da decisão final de aplicação da penalidade de Multa no percentual de 5% do empenho cancelado, sendo esta no valor de R$ 465,50 (quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), por considerar que houve risco de desabastecimento dos referidos itens.**

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
Motivo: **Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**
UASG Sancionadora: **155023 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **18/01/2022**
Data Aplicação: **18/01/2022**
Número do Processo: **23539001305202107**
Descrição/Justificativa: **A empresa PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI, já qualificada como Contratada, através do Pregão nª 42/2020, realizada por esta Instituição, onde venceu por apresentar o melhor valor, da decisão final de aplicação da penalidade de Advertência, por considerar que os produtos foram fornecidos, entretanto ouve atraso gerando problemas para o HULW.**

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	32708161000120
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	53908953987
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 16:01) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 539.089.539-87.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.7D90.15DE.A096 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **AILTON APARECIDO DA COSTA**

CPF/CNPJ: **539.089.539-87**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:01:48 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: I6RZ160223160148

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **AILTON APARECIDO DA COSTA**

CPF: **539.089.539-87**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:02:04 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: IFRF160223160204

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 16:00:56

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**
CNPJ: **32.708.161/0001-20**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 53908953987

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:50:51
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL – EIRELI 1
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600800397
CNPJ – 29.426.310/0001-54

ELISMAR DE SOUZA VIEIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 28/09/1962, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob n.º 3949042-0 SESP/PR, CPF sob n.º 775.452.309-49 e CNH sob n.º 01506199897 expedida pelo DETRAN/PR, residente e domiciliada na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Rua Edmundo Mercer, n.º 620 – Centro – CEP 87.301-080. Titular da Empresa de Responsabilidade Limitada – EIRELI que gira sob o nome empresarial de **CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL – EIRELI** na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Avenida Goioerê, n.º 180 – Centro – CEP 87.302-070 – com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41600800397 em data de 05/12/2018 e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 29.426.310/0001-54, resolve modificar o primitivo ato constitutivo e posteriores alterações pelo presente instrumento de alteração e consolidação contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A sede da empresa localizada na Avenida Goioerê, n.º 180 – Centro – CEP 87.302-070, na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná **fica transferida para** Rua Santos Dumont, n.º 1750 – Loja 01 – Jardim Curitiba – CEP 87.303-322, na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA
A atividade comercial da empresa que era Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01), Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00) Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 4645-1/02) Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/01) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 4646-0/02) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08) Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 4649-4/04) Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03) Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (CNAE 4647-8/01) e Comércio atacadista de materiais descartáveis para uso doméstico (CNAE 4649-4/99) **passará a** Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01), Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00) Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 4645-1/02) Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/01) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 4646-0/02) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08) Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 4649-4/04) Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03) Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (CNAE

4647-8/01); Comércio atacadista de materiais descartáveis para uso doméstico (CNAE 4649-4/99) e Fabricação de materiais para medicina e odontologia - máscara, avental e macacão (CNAE 3250-7/05).

CLÁUSULA TERCEIRA
A empresa que tinha como razão social **CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL – EIRELI** passa a adotar o nome empresarial **CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA – EIRELI.**

CLÁUSULA QUARTA
A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei n.º 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o ato constitutivo, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado ás disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA – EIRELI
NIRE – 41600800397
CNPJ – 29.426.310/0001-54

ELISMAR DE SOUZA VIEIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 28/09/1962, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob n.º 3949042-0 SESP/PR, CPF sob n.º 775.452.309-49 e CNH sob n.º 01506199897 expedida pelo DETRAN/PR, residente e domiciliada na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Rua Edmundo Mercer, n.º 620 – Centro – CEP 87.301-080. Titular da Empresa de Responsabilidade Limitada – EIRELI que gira sob o nome empresarial de **CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA – EIRELI** na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná, na Rua Santos Dumont, n.º 1750 – Loja 01 – Jardim Curitiba – CEP 87.303-322 – com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41600800397 em data de 05/12/2018 e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 29.426.310/0001-54, promove a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

1ª O tipo jurídico da empresa é **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes e gira sob a razão social de **CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA – EIRELI**, com sede na Rua Santos Dumont, n.º 1750 – Loja 01 – Jardim Curitiba – CEP 87.303-322 – na cidade de Campo Mourão – Estado do Paraná e inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 29.426.310/0001-54.

CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL – EIRELI
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600800397
CNPJ – 29.426.310/0001-54

2ª O capital é de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional do País.

3ª A empresa iniciou suas atividades em 19 de Dezembro de 2017 e seu prazo de duração é indeterminado.

4ª O objeto é Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (CNAE 4644-3/01), Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 4645-1/01) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (CNAE 4664-8/00) Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 4645-1/02) Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico (CNAE 4649-4/01) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal (CNAE 4646-0/02) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (CNAE 4649-4/08) Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria (CNAE 4649-4/04) Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 4645-1/03) Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (CNAE 4647-8/01); Comércio atacadista de materiais descartáveis para uso doméstico (CNAE 4649-4/99) e Fabricação de materiais para medicina e odontologia - máscara, avental e macacão (CNAE 3250-7/05).

5ª O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica e diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

6ª Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesma não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

7ª A administração da EIRELI será exercida por **ELISMAR DE SOUZA VIEIRA**, a quem caberá, dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da empresa EIRELI. A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado e a empresa será regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pelas leis das Sociedades Anônimas.

8ª O término da cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

9ª A titular declara sob as penas da lei, de que não está impedida, por lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedida, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL – EIRELI 4
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
NIRE – 41600800397
CNPJ – 29.426.310/0001-54

10ª A titular declara sob as penas da Lei que se enquadra na situação de EMPRESA DE PEQUENO PORTE nos termos da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

11ª Fica eleito o foro de Campo Mourão – Estado do Paraná para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato.

E por estar justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento particular de alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, em via única, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Campo Mourão – Paraná, 03 de Setembro de 2020.

ELISMAR DE SOUZA VIEIRA

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA - EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
77545230949	ELISMAR DE SOUZA VIEIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/09/2020 14:02 SOB Nº 20204878616.
PROTOCOLO: 204878616 DE 11/09/2020 14:34.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004309278. NIRE: 41600800397.
CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/09/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA Nº 768 / 2022

RAZÃO SOCIAL: CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA - EIRELI

NOME FANTASIA:

CPF/CNPJ: 29.426.310/0001-54

ENDEREÇO: SANTOS DUMONT DE 1482 A 1830 LADO PAR

BAIRRO: JARDIM CURITIBA **NUMERO:** 1750

ATIVIDADE PRINCIPAL: Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

DATA DE EMISSÃO: 04/10/2022 **DATA DE VALIDADE:** 04/10/2023

Atividades Licenciadas:

Observações:

O estabelecimento está autorizado a exercer as seguintes atividades:
Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia; Comércio atacadista de produtos odontológicos; Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças.

Débora F. Ziroldo
Farmacêutica - CRF - 23056
Vigilância Sanitária - Mat. 6240103-00
Secretaria de Saúde

Autoridade Sanitária

Este documento deve ser afixado em local visível ao público no estabelecimento.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social
CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA - EIRELI

CNPJ
29.426.310/0001-54

Nome Fantasia
cirurgica itamaraty

Endereço na Internet

SAC

Endereço Completo
RUA SANTOS DUMONT, 1750 LOJA 01 - JARDIM CURITIBA CEP: 87.303-322

Cidade/UF
CAMPO MOURÃO/PR

Responsável Técnico
ELIZABETE FRANÇA VIEIRA

Responsável Legal
[sem dados cadastrados]

Dados do Cadastro

Cadastro Nº
1.19112-1

Data do Cadastro
29/07/2019

Situação
Ativa

Nº do Processo
25351.393468/2019-04

Cadastro
1 - Medicamento

Atividades / Classes

Armazenar

- Medicamento

Distribuir

- Medicamento

Expedir

- Medicamento

Voltar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR

CERTIDÃO DE REGULARIDADE 2022

Consulte pelo Código de Autenticação para Validar a CRT em www.crf-pr.org.br/crfemcasa

Consulte via leitor de QRCode

CADASTRO NO CRF SOB O	VALIDADE	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO
25860	31/03/2027	9FC0900590F6650BA103A091E92E311D

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL
CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL E INDÚSTRIA - EIRELI

NOME FANTASIA
DISTRIBUIDORA CIRURGICA ITAMARATY

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NATUREZA DE ATIVIDADE
DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS, INSUMOS E DROGAS	DISTRIBUIDOR/IMPORT./EXPORT. MEDICAMENTO

ENDEREÇO	CNPJ
RUA SANTOS DUMONT 1750 LOJA 01	29.426.310/0001-54

LOCALIDADE	CIDADE - UF
JARDIM CURITIBA	CAMPO MOURAO-PR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

TIPO	INSCRIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
F	14938	ELIZABETE FRANCA VIEIRA	DIRETOR TÉCNICO	CONTRATADO

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
**********	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	08:00 às 12:00	**********

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR
Curitiba, 21 de Março de 2022

Gerentes do CRF-PR conforme Deliberação 1002/2021
Farm. Gabriele Luize Pereira - Gerente Cad/PJ
Farm. Flávia de Abreu Chaves - Gerente Cad/PF
Farm. Edivar Gomes - Gerente Geral

ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIXADA EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO

- Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade está inscrito neste Conselho Regional de Famácia, atendendo o que dispõe os artigos 22, parágrafo único e 24, da lei nº 3.820/60 e do Título IX da Lei nº 6.360/76. Tratando-se de Farmácia e Drogaria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º e 23, alínea "c" da Lei nº 5.991/73 e artigos 2º e 3º Caput 5º e 6º Inciso I, todos da Lei 13.021/14.
- Por ocasião de mudanças no quadro de assistência farmacêutica, este documento deverá ser retirado pelo Responsável Técnico interessando e encaminhando por respectivo CRF para as devidas alterações.
- A autenticidade e/ou validade jurídica dessa CERTIDÃO poderá ser comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através de leitor de QR-Code.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90812369-73	29.426.310/0001-54	04/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA - LTDA**
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	**RUA SANTOS DUMONT, 1750, LJ 01 - JARDIM CURITIBA - CEP 87303-322**
Município de Instalação	**CAMPO MOURAO - PR, DESDE 04/2019**
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 01/2023**
Natureza Jurídica	**206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	**4644-3/01 - COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO**
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	**3250-7/05 - FABRICACAO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLOGIA** **4645-1/01 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS** **4645-1/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA** **4645-1/03 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS** **4646-0/02 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL** **4647-8/01 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA** **4649-4/01 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO** **4649-4/04 - COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA** **4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR** **4649-4/99 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE** **4664-8/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR; PARTES E PECAS**

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**775.452.309-49**	**ELISMAR DE SOUZA VIEIRA**	**SÓCIO-ADMINISTRADOR**

Este CICAD tem validade até 11/03/2023.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90812369-73

Emitido Eletronicamente via Internet
09/02/2023 14:17:34

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 028265883-10

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **29.426.310/0001-54**
Nome: **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA - EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 23/02/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (26/10/2022 17:20:46)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ELISMED COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA
CNPJ: 07.127.606/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:04:08 do dia 03/01/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/07/2023.
Código de controle da certidão: **2658.DFB5.F659.FE14**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.426.310/0001-54

Razão Social: CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA EPP

Endereço: IRMAOS PEREIRA 391 / CENTRO / CAMPO MOURAO / PR / 87301-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/01/2023 a 22/02/2023

Certificação Número: 2023012402023023822720

Informação obtida em 03/02/2023 14:26:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

ESTADO DE PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Protocolo:	N. Certidão: **2042/2023**
Contribuinte: **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA - EIRELI**	
CPF: **29.426.310/0001-54**	RG: **9081236973**
Endereço: **RUA SANTOS DUMONT, nº 1750**	
Bairro: **JARDIM CURITIBA**	
Complemento: **LOJA 01**	Ponto de Referência:
Requerente:	
Cód. Contrib.: **61058874**	Validade: **22/02/2023**

[FINALIDADE]

PARA FINS DIVERSOS

[OBSERVAÇÕES]

Declaramos que para a finalidade desta Certidão, **não consta débitos vencidos** no Cadastro deste Município.

CAMPO MOURÃO/PR, 19 de janeiro de 2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via internet
https://campomourao.atende.net

Emitido Via Portal

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO E INDÚSTRIA - LTDA **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2214069025
NIRE (Sede) 41600800397	**CNPJ** 29.426.310/0001-54	**Data de Ato Constitutivo** 12/01/2018	**Início de Atividade** 19/12/2017

Endereço Completo
Rua SANTOS DUMONT, Nº 1750, LOJA 01, JARDIM CURITIBA - Campo Mourão/PR - CEP 87303-322

Objeto Social
COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR PARTES E PECAS COMERCIO ATACADISTA DE PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DESCARTAVEIS PARA USO DOMESTICO E FABRICACAO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLOGIA - MASCARA, AVENTAL E MACACAO

Capital Social R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)	**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
ELISMAR DE SOUZA VIEIRA	775.452.309-49	R$ 400.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
ELISMAR DE SOUZA VIEIRA	775.452.309-49	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação
09/12/2022	T4160080039	904 / 046 - TRANSFORMACAO	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/12/2022, às 10:34:31 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **NBAKGSL1**.

PRC2214069025

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.426.310/0001-54
Certidão nº: 2579992/2023
Expedição: 19/01/2023, às 09:08:12
Validade: 18/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.426.310/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.426.310/0001-54 **MATRIZ**		**12/01/2018**

NOME EMPRESARIAL
CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
32.50-7-05 - Fabricação de materiais para medicina e odontologia
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTOS DUMONT	**1750**	**LOJA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.303-322	**JARDIM CURITIBA**	**CAMPO MOURAO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(44) 3810-0492

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**12/01/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/01/2023** às **09:05:09** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249258211 ---------- FARMACIA BOA SORTE LTDA / 43.367.757/0001-20 25351.635121/2021-51 / 7857361 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266557214 ---------- J. F. F. LAURINDO EIRELI / 42.456.371/0001-22 25351.577937/2021-52 / 7857986 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157452214 ---------- LM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.197.176/0001-62 25351.722383/2021-54 / 1265867 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4452678211 ---------- MARIO DE CASTRO / 41.983.804/0001-35 25351.643119/2021-55 / 7858094 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283618212 ---------- MELO E LOPES LTDA / 19.105.575/0002-88 25351.448558/2021-56 / 7857787 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4358493214 ---------- DROGARIA MORAES BARBOSA LTDA / 42.565.318/0001-60 25351.643126/2021-57 / 7858168 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283639215 ---------- sul america drogaria ltda / 42.711.287/0001-08 25351.625017/2021-58 / 7857449 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249217213 ---------- Priscila sousa mascarenhas / 19.796.089/0002-53 25351.511229/2021-59 / 7858245 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4489594211 ---------- FRANCISCO DINO JUNIOR EIRELI / 42.880.052/0001-40 25351.635114/2021-59 / 7857267 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266522211 ---------- JESSAMINE SILVA ALMEIDA BUENO / 41.807.703/0001-03 25351.643133/2021-59 / 7858201 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283661211 ---------- DIFEMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 23.223.464/0002-43 25351.607763/2021-60 / 7857847 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4211940215 ---------- ALAGOAS FARMA EIRELI / 43.265.456/0002-77 25351.643131/2021-60 / 7858199 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283655217 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS JULIAO LTDA / 43.274.884/0001-85 25351.577928/2021-61 / 7857938 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157399214 ---------- DSMA DROGARIA LTDA / 43.410.975/0001-09 25351.625022/2021-61 / 7857470 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249227211 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1093-73 25351.630756/2021-61 / 7857236 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4262483215 ---------- LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 37.931.064/0001-16 25351.711097/2021-63 / 8237073 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4424671216 ---------- F K Da Croce Meurer / 43.277.254/0001-64 25351.577935/2021-63 / 7857972 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157440211 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2731-23 25351.577942/2021-65 / 7858001 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157470212 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1073-20 25351.630724/2021-66 / 7857222 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4262263218 ---------- IMPERIO COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.180.808/0001-48 25351.722127/2021-67 / 3109228 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4452528210 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS SILVA SILVESTRE / 43.721.278/0001-60 25351.643124/2021-68 / 7858141 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283633216 ---------- FARMACIA DE MANIPULACAO GODOY LTDA / 37.300.046/0001-36 25351.625015/2021-69 / 7857421 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249211214 ---------- DROGARIA J. NISSI LTDA / 43.647.419/0001-42 25351.625013/2021-70 / 7857389 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249205210 ---------- CASSIO DE CARLOS TOKAR / 43.131.380/0001-06 25351.577919/2021-71 / 7857820 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157370216 ---------- DROGANIRA VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.279.823/0001-00 25351.656460/2021-71 / 7858340 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4317864212 ---------- M SILVA DOS SANTOS COMERCIO / 31.002.485/0001-86 25351.625020/2021-71 / 7857466 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249223218 ---------- M B SILVA / 41.757.293/0001-33 25351.635128/2021-72 / 7857561 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266578217 ---------- TOP FARMA DE AUSTIN EIRELI / 42.609.747/0001-91 25351.577926/2021-72 / 7857911 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157391219 ---------- FTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.248.445/0001-06 25351.643147/2021-72 / 7858262 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283707213 ---------- DROGARIA ROCHA EIRELI / 33.540.619/0001-48 25351.625038/2021-73 / 7857682 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249282213 ---------- RODRIGUES MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA / 41.757.872/0001-86 25351.476954/2021-73 / 7858231 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4484162211 ---------- CIBELLY F.DA SILVA ME / 28.446.443/0004-72 25351.577933/2021-74 / 7857955 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157419212 ---------- W C A DE S MACEDO DROGARIA / 21.211.381/0001-28 25351.319802/2021-74 / 7857833 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454096215 ---------- I MACEDO DA SILVA COMERCIO / 42.357.832/0001-00 25351.625045/2021-75 / 7857193 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249303210 ---------- FARMACIA ALIANCA DRUGSTORE LTDA / 03.067.441/0004-41 25351.577958/2021-78 / 7858050 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157497214 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0211-69 25351.643122/2021-79 / 7858123 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283627211 ---------- ABT-LOG TRANSPORTES EIRELI / 11.389.422/0001-17 25351.722194/2021-81 / 3109231 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4452585213 ---------- CCCS FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 33.760.484/0001-26 25351.577917/2021-81 / 7857802 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157364211 ---------- REDE AMARAL E CASTRO ETAPA A LTDA / 43.912.988/0001-78 25351.657134/2021-81 / 7858398 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4319056211 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0206-00 25351.635119/2021-81 / 7857331 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266551215 ---------- Global Air Cargo LTDA / 00.945.958/0011-27 25351.722363/2021-83 / 8237102 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4452656218 ---------- L A PRODUTOS FARMACEUTICOS / 17.386.054/0011-01 25351.625036/2021-84 / 7857665 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249276219 ---------- MIXLINE DISTRIBUIDORA LTDA / 10.366.089/0001-68 25351.711093/2021-85 / 4040121 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4424665216 ---------- A COSME DA SILVA - FARMACIA / 43.069.141/0001-73 25351.643152/2021-85 / 7858305 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283722217 ---------- DROGARIAS MAF LTDA / 42.828.054/0001-90 25351.635133/2021-85 / 7857617 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266591214 ---------- DROGARIA OLIVEIRA &PINHO LTDA / 40.091.177/0001-65 25351.631812/2021-85 / 7857240 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4264063216 ---------- S. A. FRIZON FARMACIA / 40.791.463/0002-14 25351.625043/2021-86 / 7857176 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249297211 ---------- MTM MEDICAL DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 43.771.394/0001-94 25351.722677/2021-86 / 8237120 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4452950213 ---------- DROGARIA DROGAVISTA LTDA / 00.958.548/0044-89 25351.630569/2021-88 / 7857219 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4261502210 ---------- BEMOL S/A / 04.565.289/0084-74 25351.577956/2021-89 / 7858046 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157491215 ---------- DROGARIA BRASIL LTDA / 00.372.383/0030-63 25351.577954/2021-90 / 7858032 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157487217 ---------- A &B Comércios de Produtos Farmacêuticos e Correlato - LTDA / 41.639.911/0001-40 25351.657132/2021-91 / 7858371 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4319050212 ---------- B R ARAUJO MENDES / 37.258.396/0001-81 25351.577915/2021-92 / 7857760 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157358217 ---------- L M DE SOUSA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.602.496/0001-86 25351.635117/2021-92 / 7857300 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266545211 ---------- Costa e Silva Drogaria ltda / 41.842.184/0001-14 25351.654124/2021-93 / 7858336 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4317205219 ---------- SANTE FARMA FARMACIA LTDA / 43.489.128/0001-73 25351.625027/2021-93 / 7857530 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249246217 ---------- LM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 41.197.176/0001-62 25351.722308/2021-93 / 3109245 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4452636217 ---------- DROGARIAS MEZI EIRELI / 23.104.589/0002-54 25351.577922/2021-94 / 7857881 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4157379210 ---------- DAIANE DE JESUS SANTOS E CIA LTDA / 30.507.407/0001-70 25351.635124/2021-94 / 7857418 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266566213 ---------- CAPO FARMA DROGARIA E PERFUMARIA EIRELI / 18.509.933/0002-55 25351.625034/2021-95 / 7857648 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249268218 ---------- IMPERIO COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.180.808/0001-48 25351.722668/2021-95 / 1265884 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4452939210 ---------- DROGARIA DROGARDEL LTDA EPP / 48.878.516/0001-60 25351.643150/2021-96 / 7858280 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4283716212 ---------- DROGARIA DROGAMAR LTDA / 08.121.113/0001-57 25351.635131/2021-96 / 7857603 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4266587216 ---------- D AGUIAR DROGARIAS EIRELI - ME / 35.222.263/0001-20 25351.625041/2021-97 / 7857711 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4249291212 ---------- MTM MEDICAL DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 43.771.394/0001-94 25351.722675/2021-97 / 3109259 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4452947212 ---------- PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 33.306.929/0001-00 25001.009470/84 / 2000709 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4371770215

RESOLUÇÃO RE Nº 4.462, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ELCI MARIA BARCELOS DA ROSA DROGARIA / 07.420.150/0001-01
25351.054896/2014-00 / 7101412
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4320019212

SAÚDEPHARMA DROGARIA LTDA / 24.356.493/0002-46
25351.275779/2018-01 / 7584834
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4572625216

FARMAGE - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA EPP / 04.190.594/0001-00
25351.055786/2003-02 / 0394916
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4429462210

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/0237-98
25351.130764/2014-02 / 7128214
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4319995210

ACTIONMED REPRESENTAÇão eireli epp / 20.445.424/0001-77
25351.548449/2016-02 / 8147254
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4355515214
25351.548449/2016-02 / 8147254
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4282189215
25351.548449/2016-02 / 8147254
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4282373211

P S DE JESUS COMERCIO DE MEDICAMENTO EIRELI / 36.849.052/0001-84
25351.467030/2020-03 / 7766655
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4460189211

CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA - EIRELI / 29.426.310/0001-54
25351.393468/2019-04 / 1191121
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 4265028217
25351.393468/2019-04 / 1191121
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 4265135218

F E ALVES A FILHO PRODUTOS FARMACEUTICOS / 31.011.641/0001-75
25351.062571/2019-05 / 7635056
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4460150216

FARMACIA CONTESTADO LTDA / 33.090.029/0001-60
25351.237510/2019-08 / 7649526
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4460139215

DROGARIA FRANCA LTDA FILIAL / 19.769.272/0002-60
25351.199482/2014-09 / 7164923
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4454092212

JUNGES DROGARIA VERA CRUZ LTDA / 06.312.828/0001-61
25351.531517/2014-09 / 7289462
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4475366217
25351.531517/2014-09 / 7289462
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4407675214

SAUDE FARMA LTDA ME / 24.505.492/0001-35
25351.409925/2017-10 / 7533183
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 4320014211

SOCIEDADE CUNHA &MADUREIRA LTDA-ME / 04.735.910/0001-73
25351.179708/2002-11 / 0012622
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 4572627212

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0108-06

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.426.310/0001-54**	DUNS®:	**917794587**
Razão Social:	**CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Suspensão Temporária - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. III**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**926449 - PREFEITURA DE GUAMARÉ**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**15/02/2022**	Prazo Final:	**14/02/2024**
Número do Processo:	**10/2021**	Número do Contrato:	**OC 943/2021**
Descrição/Justificativa:	**DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE COMPRA Nª. 943/2021.**		

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.426.310/0001-54**	DUNS®:	**917794587**
Razão Social:	**CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**18/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**29/03/2023**
FGTS		Validade:	**22/02/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**30/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/03/2020** (*)
Receita Municipal	Validade:	**13/04/2020** (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

	Validade:	**30/04/2020** (*)

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **29.426.310/0001-54** DUNS®: **917794587**
Razão Social: **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Impedimento de Licitar no Âmbito:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE / 926449-PREFEITURA DE GUAMARÉ

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.426.310/0001-54**	DUNS®:	**917794587**
Razão Social:	**CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Suspensão Temporária - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. III**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**926449 - PREFEITURA DE GUAMARÉ**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**15/02/2022**	Prazo Final:	**14/02/2024**
Número do Processo:	**10/2021**	Número do Contrato:	**OC 943/2021**
Descrição/Justificativa:	**DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE COMPRA Nª. 943/2021.**		

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	29426310000154
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CPF	Número documento	77545230949
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		
Links úteis:	Consulta TCU / Consulta CADIN PR		

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/02/2023 às 16:10) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 775.452.309-49.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63EE.7F8F.B71C.D607 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELISMAR DE SOUZA VIEIRA**

CPF/CNPJ: **775.452.309-49**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:10:21 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: TPBC160223161021

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA

DE

INABILITADOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELISMAR DE SOUZA VIEIRA**

CPF: **775.452.309-49**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:10:34 do dia 16/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA

Código de controle da certidão: YM3S160223161034

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/02/2023 16:09:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**
CNPJ: **29.426.310/0001-54**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 77545230949

LIMPAR

Data da consulta: 16/02/2023 15:50:51
Data da última atualização: 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 02/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2023 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									